

UNIVERSIDADE DE LISBOA



Tese de Doutoramento:

***TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS:
CABO VERDE-PÓS-COLONIAL***

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Orientador: Professor Doutor Eduardo Manuel M. de Moraes Sarmiento Ferreira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em
(PhD) Development Studies

Abril 2023

UNIVERSIDADE DE LISBOA



Tese de Doutoramento:

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS: CABO VERDE-PÓS-COLONIAL

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Orientador: Professor Doutor Eduardo Manuel M. de Moraes Sarmiento Ferreira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em (PhD) Development Studies

Presidente:

Doutora Maria Rosa Borges: Professora Catedrática e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Vogais:

1. Doutor Paulo Jorge dos Santos Almeida Professor: Coordenador com agregação da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria
2. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino Professora Coordenador Principal Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
3. Doutora Eduarda Marques da Costa Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
4. Doutor Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira (orientador) Professor Auxiliar com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Abril 2023

Agradecimentos

Um curso de doutoramento não se traduz apenas na redação e apresentação da respetiva tese, mas sim, a um cúmulo de etapas e processos, a qual, só se torna possível, se o respetivo autor tiver a capacidade e a sensibilidade para colher valiosos *inputs* no meio envolvente e/ou junto dos seus diferentes interlocutores e transformá-los num conhecimento novo e útil, da e para a comunidade donde emana.

Nesta perspetiva, esta obra científica é fruto de um abnegado trabalho de labor desenvolvido por um vasto conjunto de instituições, personalidades, académicos, familiares, amigos e de companheiros da jornada, cabo-verdianos e estrangeiros, o qual, por ter sido frutífero, impôs, natural e merecidamente, a reserva deste espaço dedicado ao reconhecimento e ao agradecimento a todos aqueles que tornaram possível a corporificação de um sonho individual numa “obra coletiva”.

Por esta razão, gostaria de, por um lado, reconhecer o apoio incondicional e desinteressado recebido de todos os elementos supracitados e, de outro, agradecer, individualmente, a cada um, destacando os seguintes, como dignos representantes de todos os outros, por vezes, até anónimos:

1. A ULisboa, por ter acreditado em mim e neste projeto de investigação, tendo, em contrapartida, me concedido uma bolsa institucional apoio, esperando ter estado à altura das respetivas expetativas;
2. O ISEG, a casa mãe, em toda a sua extensão e orgânica, por ter servido de incubadora a todo o meu percurso académico, etapa por etapa: licenciatura, mestrado e doutoramento, tendo, com esse ato nobre, me transformado, orgulhosamente, num verdadeiro “protótipo iseguiano” e um eterno promotor desta grande instituição-referência;
3. A Universidade de Santiago / a SCC, SA (respetiva entidade titular), uma verdadeira fortaleza, que, ao longo dessa minha desafiante caminhada, serviu de *background* e suporte, mormente, nos momentos mais críticos de uma necessária elevação para um patamar seguinte;
4. O meu orientador, Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento, pelo profissionalismo, conhecimento novo, luz orientadora, amizade e cumplicidade, ímpares e memoráveis;
5. Os seguintes dirigentes cabo-verdianos, pela partilha de visão, conhecimento e experiência:
 - 5.1. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. José Ulisses Correia e Silva;
 - 5.2. O ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves;
 - 5.3. O Ministro do Turismo e Transportes, Dr. Carlos Santos;
 - 5.4. O ex-Ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito;
 - 5.5. O Diretor-Geral do Turismo e Transportes, Dr. Francisco Sanches Martins;
 - 5.6. O ex-Diretor-Geral do Turismo, Dr. Emanuel Almeida;

6. A *Afrossondagem*, pelo valioso apoio técnico concedido no processo de inquirição, em especial: o Prof. Doutor José Semedo e Mestre Deolinda Reis;
7. As equipas de inquirição lideradas pelas: Dr.^a Nádia Évora (Ilha do Sal); Prof.^a Alzira Marques (Ilha da Boa Vista); Dr.^{as} Doriane Évora (Ilha da S. Vicente) & Jandira Centeio (Ilha de Santiago Norte, Centro & Sul);
8. As unidades hoteleiras cabo-verdianas, pela partilha de informações estratégicas concernentes ao consumo intermédio hoteleiro, nomeadamente, as sediadas nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago, S. Vicente e Fogo;
9. Os colegas académicos que não tiveram mãos a medir no ato de partilha de conhecimento, informações e experiências, nomeadamente:
 - 9.1. O Magnífico Reitor, Prof. Doutor Gabriel Fernandes;
 - 9.2. O Prof. Doutor Paulo Almeida do IPL;
 - 9.3. O Prof. Doutor João Paulo Jorge do IPL;
 - 9.4. O Prof. Doutor Nardi Sousa da US;
 - 9.5. O Prof. Doutor António Baptista;
 - 9.6. O Prof. Mestre Lamine Tavares;
 - 9.7. O Prof. Mestre Luís Rodrigues;
 - 9.8. O Prof. Micael Fernandes;
 - 9.9. A Prof.^a Ana Maria Freire, pela revisão ortográfica do extenso documento;
 - 9.10. A Prof.^a Doutora Ana Suzete Semedo.
10. A família, o meu porto seguro:
 - 10.1. Os meus pais (extensivo aos meus irmãos): Bernardino Sanches Monteiro e Isabel Tavares Mascarenhas, por terem apostado tudo o que tinham e que não tinham de (i)material, na expectativa de, um dia, virem a celebrar este momento, seja lá onde estiverem;
 - 10.2. A minha esposa Eunice Mascarenhas Monteiro e as minhas filhotas: Núria Lisandra Duarte Mascarenhas e Nadine Melissa Duarte Mascarenhas, por terem partilhado e apoiado, sempre e de forma incondicional, todos os meus sonhos, divididos os muitos ónus suportados e multiplicado os escassos bónus expectados.

Quando a dívida é demasiada, só Deus poderá pagar!

Um bem-haja a cada um de vós!

Formulo, a todos, votos para que o melhor esteja por vir.

Resumo

Cabo Verde, sendo um PEI, arquipelágico e relativamente isolado no Atlântico médio, por estar geograficamente localizado na costa ocidental da África, sob a influência do Sahel, dotado de poucos recursos naturais, financeiros e humanos, aprendeu, ao longo dos mais de cinco séculos e meio da sua curta história, a encontrar, exogenamente, a solução (de recurso) para os seus críticos problemas de vulnerabilidade endógena.

Graças a este exigente perfil herdado e, posteriormente, reconstruído, os cabo-verdianos aprenderam a fazer da fraqueza força. Assim, em trinta e três dos seus quarenta e cinco anos de construção “autónoma” do seu próprio destino, Cabo Verde conseguiu, a graduação de um país inviável para um PDM – País de Rendimento Médio, tendo, ainda, no seio da “Ambição 2030”, a expectativa de chegar a PD – País Desenvolvido.

Esta rápida ascensão deste PEI¹, por muitos considerada como um autêntico milagre, foi largamente alicerçada pelo seu setor turístico, uma das referências na Macaronésia. Pelos efeitos diretos, indiretos e induzidos associados, o turismo foi, naturalmente, eleito pelos sucessivos governos da segunda república, como sendo o motor do desenvolvimento nacional, tendo experimentado um crescimento exponencial, transformando-se, corolariamente, no centro de gravitação de toda uma economia, de toda uma sociedade, responsabilizando-se, segundo BCV (2020) e INE-CV (2020), autonomamente, por 25% de toda a riqueza nacional e 9% da totalidade dos empregos gerados em 2019.

Sendo, segundo o *Travel & Tourism Competitiveness Report* de 2019, o 88.º destino turístico mais competitivo do mundo, 6.º a nível da África e o 1.º no contexto da CEDEAO, Cabo Verde é, paradoxalmente, confrontada com uma teia de gritantes problemas intra e intersetoriais, os quais, vêm abrir um necessário debate sobre uma hipotética dicotomia entre a competitividade e a sustentabilidade do país, do setor turístico e dos agentes económicos.

É na sede deste desafiante debate entre o curto, o médio e o longo prazos que reside a fundamentação e a metodologia para a presente investigação científica, procurando, ao longo dos quatro capítulos desta tese, através da revisão de literatura, estudos comparados no horizonte 1991-2020, mormente na Macaronésia, inquéritos por questionário e entrevistas, convidar especialistas, políticos, operadores, visitantes e visitados, para uma análise conjunta, objetivando identificar os pontos fortes e fracos que serviram de alicerce na edificação deste emergente destino turístico, bem como as oportunidades e ameaças potenciais que, emanando, do atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, possam garantir, a este PEI, o necessário foco local para cumprir os ambiciosos ODS.

Palavras-chave: Turismo, Cabo Verde, Competitividade, Sustentabilidade e Desenvolvimento.

¹ Cabo Verde conseguiu que, entre 1991-2019, o número de turistas entrados no território nacional aumentasse, segundo INE-CV, cerca de 3.676%, aumento esse refletido na inimaginável passagem de 21.695 turistas entrados (em 1991), para 819.308 (em 2019).

Abstract

Cape Verde, being a SIS, archipelagic and relatively isolated in the Middle Atlantic, because it is geographically located on the west coast of Africa, under the influence of the Sahel, endowed with scarce natural, financial and human resources, has learned, over more than its five centuries and half of short history, finding, exogenously, the (resource) solution to its critical problems of endogenous vulnerability.

Thanks to this demanding profile inherited and later rebuilt, Cape Verdeans learned to turn their weaknesses into strengths. Thus, in thirty-three of its forty-five years of “autonomous” construction of its own destiny, Cape Verde has been able to go from a country considered to not be viable to a MDI – Medium Income Country, having, still, within the “Ambição 2030”, the expectation of being considered a DC - Developed Country.

The rapid rise of this SIS², considered by many to be an authentic miracle, was largely supported by its tourism sector, one of the references in Macaronesia. Due to the direct, indirect and induced effects associated with it, tourism was naturally elected by the successive governments of the second republic, as being the engine of national development, having experienced exponential growth, becoming, corollarily, the center of gravitation for a whole economy, of an entire society, being responsible, according to BCV (2020) and INE-CV (2020), autonomously, for 25% of all national wealth and 9% of all jobs generated in 2019.

According to the *2019 Travel & Tourism Competitiveness Report*, the 88th most competitive tourist destination in the world, 6th in Africa and the 1st in the context of ECOWAS, Cape Verde is, paradoxically, faced with a web of glaring intra and intersectoral problems, which open a necessary debate about a hypothetical dichotomy between the competitiveness and sustainability of the country, the tourism sector and the economic agents.

It is at the headquarters of this challenging debate between the short, the medium and the long-term that the rationale and methodology for the present scientific investigation resides, seeking, throughout the four chapters of this thesis, through the literature review, studies compared in the horizon 1991-2020, mainly in Macaronesia, questionnaire surveys and interviews, invite experts, politicians, operators, visitors and visitors, for a joint analysis, aiming to identify the strengths and weaknesses that served as a foundation in the construction of this emerging tourist destination, as well as the opportunities and potential threats that, emanating from the current Cape Verdean tourism development model, can guarantee, to this SIS, the necessary local focus to fulfill the ambitious SDGs.

Keywords: Tourism, Cape Verde, Competitiveness, Sustainability and Development.

² Between 1991 and 2019, Cape Verde managed to increase the number of tourists entering the national territory, according to INE-CV, by about 3,676%, an increase reflected in the unimaginable passage of 21,695 inbound tourists (in 1991), to 819,308 (in 2019).

| | |
|--|-------------|
| Índice Geral | Pág. |
| Agradecimentos | iii |
| Resumo | v |
| Abstract | vi |
| Índice Geral | viii |
| Índice de Figuras | x |
| Índice de Gráficos | xi |
| Índice de Quadros | xii |
| Glossário | xvi |
| | |
| Introdução | 1 |
| I. Problemática e Justificativa | 4 |
| 1. Problema Central | 5 |
| 2. Pergunta de Partida | 9 |
| 3. Objeto de Estudo | 9 |
| 4. Justificação do Tema | 10 |
| 5. Hipóteses | 12 |
| 6. Pressupostos Básicos | 14 |
| | |
| II. Objetivos Geral e Específicos | 15 |
| 1. Objetivo Geral | 15 |
| 2. Objetivos Específicos | 16 |
| 3. Resultados Esperados | 18 |
| | |
| III. Metodologia de Investigação | 19 |
| 1. Processo de Pesquisa | 18 |
| 2. Modelo de Investigação | 26 |
| 3. Pesquisa Bibliográfica e Documental | 31 |
| 4. Processo de pesquisa | 33 |
| 5. Recursos Alocados | 37 |
| 6. Participantes e Parceiros | 38 |
| 7. Método de Amostragem | 39 |
| 8. Processo de Inquirição e Entrevista | 46 |
| 9. Base de Dados | 63 |
| 10. Tratamento de Dados | 63 |
| | |
| VII. Pesquisa Bibliográfica | 31 |
| 1. Revisão da Literatura: Teórica e Empírica | 31 |

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|------------|
| PARTE I. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS | 64 |
| Cap. 1. O Turismo e os Desafios Multidimensionais do Desenvolvimento Sustentável | 65 |
| Introdução | 66 |
| 1.1. Sustentabilidade: fundamentos de uma multidimensionalidade conceitual | 70 |
| 1.2. Causas e consequências de um desenvolvimento desigual | 118 |
| 1.3. Sustentabilidade turística como fator indutor do desenvolvimento de um destino | 169 |
| 1.4. Competitividade turística vs. sustentabilidade económica: 2 caminhos 1 destino | 295 |
| 1.5. Sustentabilidade sociocultural e o efeito contágio entre o global e o local | 312 |
| 1.6. Sustentabilidade ambiental do turismo e os desafios da gestão territorial | 324 |
| 1.7. Desenvolvimento sustentável e os novos desafios político-institucionais | 350 |
| Síntese do capítulo | 374 |
| | |
| Cap. 2. Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável nos PEID: O Caso da Macaronésia | 377 |
| Introdução | 378 |
| 2.1. PEID: traço de um perfil | 379 |
| 2.2. Caracterização intrarregional Macaronésica | 398 |
| 2.3. Competitividade turística na região da Macaronésia | 400 |
| 2.4. Sustentabilidade turística e os limites ao desenvolvimento na Macaronésia | 406 |
| Síntese do capítulo | 421 |

| | |
|---|------------|
| PARTE II. SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NUM PEID MACARONÉSIO | 422 |
| Cap. 3. O Destino Turístico Cabo-verdiano e os Desafios dos Novos Tempos | 423 |
| Introdução | 424 |
| 3.1. Cabo Verde: dinâmica de longo prazo de um “país plataforma” | 429 |
| 3.2. A insularidade e o desafio da edificação de um destino competitivo e sustentável | 478 |
| 3.3. A economia do turismo no contexto cabo-verdiano | 501 |
| 3.4. Monitorização da sustentabilidade turística no contexto de Cabo Verde | 506 |
| 3.5. Sustentabilidade político-institucional cabo-verdiana no advento do “novo normal” | 552 |
| 3.6. Análise SWOT do destino Cabo Verde no pós-pandemia da COVID-19 | 595 |
| Síntese do capítulo | 632 |
| Cap. 4. Cabo Verde: a Introspeção e a Extrospeção de um Destino | 634 |
| Introdução | 635 |
| 4.1. Inquérito por questionário | 635 |
| 4.1.1. Metodologia utilizada | 635 |
| 4.1.2. Distribuição da Amostra | 638 |
| 4.1.3. Análise de Inquérito | 639 |
| 4.1.3.1. Introspeção e extrospeção do destino turístico cabo-verdiano | 639 |
| 4.1.3.2. Benefícios diretos indiretos e induzidos exetáveis para um destino competitivo e sustentável | 643 |
| 4.1.3.3. As relações intra e intersetoriais do turismo num PEID em edificação | 647 |
| 4.1.3.4. Destino Cabo Verde: entre a globalização do local e a localização do global | 648 |
| 4.1.3.5. A competitividade turística cabo-verdiana e os desafios do equilíbrio regional | 649 |
| 4.1.3.6. “1 país, 10 destinos”: entre a visão e a ilusão | 653 |
| 4.2. Análise de Entrevista | 660 |
| Síntese do capítulo | 673 |
| Conclusão & recomendações | 674 |
| Bibliografia | 701 |
| Apêndice | 718 |
| Anexo | 778 |

Índice de Figuras

| Figura | Descrição | Pág. |
|---------------|---|-------------|
| 1 | Os ODS | 85 |
| 2 | Conjunto sistémico de desenvolvimento sustentável | 96 |
| 3 | Triângulo de sustentabilidade | 97 |
| 4 | Conjunto sistémico de desenvolvimento sustentável revisto | 98 |
| 5 | Mapa de partilha da África | 121 |
| 6 | Sistema de gestão de conflitos | 129 |
| 7 | Classificação de viajantes | 177 |
| 8 | Avaliação dos recursos competitivos do território | 206 |
| 9 | Projeto do casino no ilhéu de Santa Maria | 240 |
| 10 | Necessidades turísticas de Alain Laurent | 282 |
| 11 | Classificação dos fluxos turísticos | 286 |
| 12 | Critérios de competitividade-país | 297 |
| 13 | Modelo de diamante de Porter | 306 |
| 14 | As 5 forças competitiva de Porter | 310 |
| 15 | Princípio de educação ambiental | 327 |
| 16 | Valor estratégico de recursos territoriais | 328 |
| 17 | Mapa de Cabo Verde | 430 |
| 18 | 2 Modelos de desenvolvimento de Cabo Verde | 442 |
| 19 | ZDTI's regionais decretados em Cabo Verde | 458 |
| 20 | Mapa dos PEID | 461 |
| 21 | Estrutura de financiamento da economia cabo-verdiana | 482 |
| 22 | Árvore de problemas que afetam o setor turístico CV | 488 |
| 23 | Setores estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde 2001-30 | 489 |
| 24 | Os principais desafios socioambientais para o novo milénio | 520 |
| 25 | Mapa de distribuição das AP's | 539 |
| 26 | Modelo drenagem - investimentos em desenvolvimento turístico | 578 |
| 27 | Modelo desenvolvimento turístico-stakeholders da comunidade | 578 |

Índice de Gráficos

| Gráfico | Descrição | Pág. |
|---------|---|------|
| 1 | TOP 5 PEID com maior peso do turismo nas exportações - 2019 | 100 |
| 2 | Dinâmica de alastramento da pandemia da COVID-19 na CPLP-2020 | 158 |
| 3 | <i>Ranking</i> dos setores exportadores mundiais – 2017 | 171 |
| 4 | IT - Intensidade Turística CV – 2019 | 200 |
| 5 | Indicadores da sustentabilidade turística regional CV – 2019 | 204 |
| 6 | Gestão das ZDTI's em CV 10.000 M ² | 237 |
| 7 | Procura turística cabo-verdiana por país emissor – 2019 | 314 |
| 8 | Evolução da população cabo-verdiana 1940-2021 | 316 |
| 9 | Superfícies das ilhas da Macaronésia | 380 |
| 10 | População residente nas ilhas da Macaronésia – 2019 | 388 |
| 11 | PIBpc nas nas ilhas da Macaronésia – 2018-2019 | 390 |
| 12 | Distribuição continental do turismo internacional | 392 |
| 13 | Superfície das regiões da Macaronésia | 398 |
| 14 | População residente nas regiões da Macaronésia – 2019 | 399 |
| 15 | Taxa de empregabilidade turística nas regiões da Macaronésia – 2019 | 400 |
| 16 | Competitividade turística nas regiões da Macaronésia – 2018-2019 | 401 |
| 17 | Competitividade de preço em Cabo Verde – 2018-2019 | 402 |
| 18 | Receita média por quarto nas regiões da Macaronésia – 2018-2019 | 402 |
| 19 | Rendimentos médio por quarto nas ilhas da Macaronésia - 2019 | 403 |
| 20 | Evolução do rendimento médio / quarto 2005-2019 | 403 |
| 21 | Taxa de ocupação na Macaronésia - 2019 | 404 |
| 22 | Sazonalidade na Macaronésia – 2019 | 405 |
| 23 | Rácio do n.º de empregados / n.º de quartos na Macaronésia – 2019 | 405 |
| 24 | Oferta hoteleira na Macaronésia 2019 | 411 |
| 25 | Procura turística na Macaronésia – 2019 | 412 |
| 26 | Taxa de ocupação média hoteleira na Macaronésia – 2019 | 413 |
| 27 | Intensidade turística na Macaronésia – 2019 | 416 |
| 28 | Evolução intensidade turística em Cabo Verde – 2000-2019 | 418 |
| 29 | Indicadores de sazonalidade turística na Macaronésia | 419 |
| 30 | Capacidade de carga (Fórmula de Haites) na Macaronésia - 2019 | 419 |
| 31 | Evolução do contributo do turismo para o PIB CV | 431 |
| 32 | Dinâmica das exportações /PIB-CV – 2012-2018 | 435 |
| 33 | Dinâmica da procura turística cabo-verdiana 1990-1999 | 435 |
| 34 | Contributos (%) setoriais para o PIB-CV - 1991-2011 | 436 |
| 35 | Dinâmica de crescimento de entradas de turistas CV – 1990-2020 | 438 |
| 36 | Dinâmica do IDE em Cabo Verde 2000-2019 | 445 |
| 37 | Fluxo do IDE por ilha 2000-2019 | 446 |
| 38 | Influxo (%) do IDE por ilha 2000-2019 | 447 |
| 39 | Efeito do IDE no emprego por ilha – 2000-2019 | 448 |
| 40 | Emprego induzido pelo IDE por ilha 2000-2019 | 448 |
| 41 | Média anual IDE atraído pelos governos do PAICV e MPD 2000-2019 | 449 |
| 42 | Média anual IDE por ilha nos governos do PAICV 2000-2016 | 450 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 43 | Média anual IDE atraído pelo governo do MPD 2016-2019 | 450 |
| 44 | Distribuição setorial dos investimentos públicos 2001-2013 | 455 |
| 45 | Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2001-2013 | 455 |
| 46 | Distribuição regional de barragens CV 2001-2013 | 456 |
| 47 | Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2016-2020 | 456 |
| 48 | Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2000-2020 | 457 |
| 49 | Distribuição regional dos investimentos públicos (€) CV 2000-2020 | 458 |
| 50 | Volatilidade de preços intra e inter-ZDTI's CV (€/m ²) | 459 |
| 51 | Indicadores de gestão das ZDTI's CV | 460 |
| 52 | Contributo (%) dos ramos de atividades para o PIB-CV (2016) | 469 |
| 53 | Evolução da competitividade do preço médio em CV 1999-2018 | 471 |
| 54 | Peso dos produtos nas exportações CV – 2008-2018 | 473 |
| 55 | Contributo dos principais agregados externos para o PIB – 2009-2018 | 477 |
| 56 | Distribuição continental do turismo internacional - 2018 | 484 |
| 57 | Fluxos de financiamento externo CV (% PIB) – 2010-2020 | 486 |
| 58 | Dinâmica turística cabo-verdiana 1990-2020 | 487 |
| 59 | Evolução do contributo do turismo para o PIB CV - 1980-2019 | 487 |
| 60 | Evolução da procura turística CV - 1999-2020 | 490 |
| 61 | Fluxo turístico regional CV - 2019 | 500 |
| 62-63 | Distribuição fluxo turístico/tipologia de estabelecimento CV–2016-2019 | 500 |
| 64 | Capacidade instalada de alojamento regional 2018-2019 | 501 |
| 65 | Consumo intermédio hoteleiro CV - 2015 | 503 |
| 66 | Consumo intermédio hoteleiro CV - 2019 | 503 |
| 67-68 | Consumos intermédios hoteleiros CV – 2015 & 2019 | 504 |
| 69 | Análise comparativa regional CV - 2019 | 514 |
| 70 | Evolução do tratamento de águas residuais no Sal - 2019 | 522 |
| 71 | Gestão do acesso à água na ilha do Sal - 2019 | 526 |
| 72 | Fornecimento da água por ADS em Santiago Sul - 2019 | 527 |
| 73 | Acesso à fonte melhorada de água potável | 528 |
| 74 | Acesso aos serviços seguros de saneamento | 530 |
| 75 | Acesso à eletricidade | 531 |
| 76 A | Evolução da produção de energia pela APP 2001-2019 | 532 |
| 76 B | Produção de energia pela AEB 2018-2019 | 532 |
| 77 | Acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas | 533 |
| 78 | Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%) | 534 |
| 79 | Sistema de abastecimento de energia no Sal - 2018 | 535 |
| 80 | Intensidade energética | 536 |
| 81 | Perímetro florestal ardido (em ha) | 540 |
| 82 | Distribuição regional dos empreendimentos hoteleiros CV – 2019 | 553 |
| 83 | Distribuição (%) regional dos empreendimentos hoteleiros CV – 2019 | 554 |
| 84 | Distribuição procura e oferta hoteleiras regionais CV – 2019 | 555 |
| 85 | Distribuição regional da taxa de ocupação hoteleira CV – 1999 - 2019 | 555 |
| 86 | Evolução da taxa média de ocupação hoteleira CV – 2000-2019 | 556 |
| 87 | Evolução da competitividade de preço turístico regional CV – 2018 | 557 |
| 88 | Distribuição regional de hóspedes CV – 2019 | 557 |
| 89 | Índices de densidade turística regional CV – 2019 | 559 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 90 | Rácio de empregabilidade hoteleira CV – 2019 | 560 |
| 91 | Taxa de incidência da pandemia da COVID-19 na CPLP | 562 |
| 92 | Evolução da pandemia da COVID-19 na CPLP | 563 |
| 93 | Impacto da pandemia da COVID-19 no turismo CV – 2020 | 565 |
| 94 | Projeção da evolução do IDH de Cabo Verde 1990-2028 | 582 |
| 95 | Projeção da evolução de Cabo Verde segundo três cenários | 585 |
| 96 | Evolução da taxa de crescimento real do PIB-CV – 2009-2019 | 588 |
| 97 | Contributo regional para o PIB-CV 2007-2017 | 624 |
| 98 | Intenção dos visitantes de regressar e recomendar destino Cabo Verde-2018 | 631 |
| 99 | Distribuição regional da amostra do inquérito por questionário | 638 |
| 100 | Distribuição municipal da amostra para o inquérito por questionário | 639 |
| 101 | Avaliação das potencialidades turísticas regionais | 640 |
| 102 | Avaliação das potencialidades dos produtos turísticos CV | 642 |
| 103 | Auto-avaliação da respetiva potencialidade turística | 643 |
| 104 | Perceção local dos benefícios coletivos do turismo | 644 |
| 105 | Perceção de benefícios pessoais obtidos com o turismo em cada ilha | 644 |
| 106 | Distribuição regional de familiares empregados | 645 |
| 107 | Total nacional de familiares empregados no turismo | 645 |
| 108 | Expetativa futura no turismo | 646 |
| 109 | Repartição regional de transações com o setor turístico | 647 |
| 110 | Avaliação local da potencialidade dos produtos turísticos CV | 648 |
| 111 | Grau de aceitação, preservação e valorização da Cultura CV | 648 |
| 112 | Avaliação regional da potencialidade máxima dos produtos turísticos CV | 649 |
| 113 | Avaliação regional das potencialidades turísticas das respetivas ilhas | 650 |
| 114 | Avaliação nacional do papel do turismo na fixação da população local | 651 |
| 115 | Avaliação regional do papel do turismo na fixação da população local | 652 |
| 116 | Avaliações referenciais das potencialidades turísticas por ilha | 653 |
| 117 | Avaliação da complementaridade turística CV existente | 655 |
| 118 | Avaliação da importância da complementaridade turística no desenvolvimento sustentável das ilhas | 656 |
| 119 | Avaliação nacional de políticas de promoção do destino | 656 |
| 120 | Avaliação da complementaridade turística CV existente | 657 |

Índice de Quadros

| Quadro | Descrição | Pág. |
|---------------|---|-------------|
| 1 | Modelo de investigação | 26 |
| 1.1 | Modelo parcial - indicadores | 27 |
| 1.2 | Modelo parcial - hipóteses | 28 |
| 1.3 | Modelo parcial - métodos | 29 |
| 1.4 | Modelo parcial – indicadores & métodos | 30 |
| 2 | Fontes de investigação | 32 |
| 3 | Método de amostragem | 34 |
| 3.1 | Distribuição inquérito - Santiago Sul | 35 |
| 3.2 | Distribuição inquérito - Santiago Centro e Norte | 35 |
| 3.2.1 | Distribuição detalhada inquérito - Santiago Centro e Norte | 36 |
| 3.3 | Distribuição inquérito - S. Vicente | 36 |
| 3.4 | Distribuição inquérito - Boa Vista | 37 |
| 3.5 | Distribuição inquérito - Boa Vista | 37 |
| 4 | Análise comparativa regional | 40 |
| 5 | Distribuição dos agregados familiares | 40 |
| 6 | Análise comparativa socioeconómica | 41 |
| 7 | Repartição da amostra dos agregados familiares | 44 |
| 8 | Repartição ajustada da amostra | 45 |
| 9 | Sistema de enumeração dos questionários | 63 |
| 10 | Indicadores da sustentabilidade turística | 108 |
| 11 | Sistema de relações coloniais | 122 |
| 12 | Cronologia de descolonização de África | 125 |
| 13 | Resumo dos conceitos básicos do turismo | 189 |
| 14 | Critérios de avaliação da IT | 198 |
| 15 | Estatísticas regionais de dormidas e população CV-2019 | 198 |
| 16 | Turismo alternativo | 218 |
| 17 | Normativo legal do turismo de jogo | 241 |
| 18 | Caraterização de um resort integrado | 252 |
| 19 | Índice de irritação (Irridex) de Doxey e de Miligan | 254 |
| 20 | Quadro evolutivo do marketing turístico | 261 |
| 21 | Análise comparativa da pandemia COVID-19 Cabo Verde vs. Mundo | 268 |
| 22 | Efeitos económicos do turismo | 274 |
| 23 | Impacto turístico da Conferência de Manila | 275 |
| 24 | 24 = 24A + 24B - velho vs. novo turismo | 277-280 |
| 25 | Sistema preferencial de usufruto por perfil de turista | 284 |
| 26 | Modelo de inovação A-F (desagregado nos quadros de 26A a 26E) | 303 |
| 27 | Modelo de Investigação Parcial | 313 |
| 28 | (Is) Índice de saturação turística nos PEID-2019 | 318 |
| 1.5 | Modelo parcial-Componentes, subcomponentes e indicadores | 325 |
| 29 | Indicadores de gestão de um destino turístico | 343 |
| 30 | Indicadores de impacto económico do turismo | 343 |

| | | |
|----|--|-----|
| 31 | Indicadores de impacto sociocultural do turismo | 344 |
| 32 | Indicadores de impacto ambiental do turismo | 347 |
| 33 | N.º de turistas recebidos por PEID - 2019 | 393 |
| 34 | Perfil socioeconómico dos PEID - 2019 | 395 |
| 35 | Tabela comparativa das Ilhas da Macaronésia - 2019 | 397 |
| 36 | Países agrupados por índice de vulnerabilidade da Comunidade | 409 |
| 37 | Quadro comparativo da IT na Macaronésia e Portugal – 2004-2011 | 415 |
| 38 | IT - Índice de Intensidade Turística CV – 2000-2003 | 435 |
| 39 | IT - Índice de intensidade turística CV – 2019 | 417 |
| 40 | Peso do turismo no PIB cabo-verdiano 2011-2014 | 437 |
| 41 | Dinâmica turística cabo-verdiana 2000-2016 | 438 |
| 42 | Fluxo de entradas internacionais 2000 - 2013 | 439 |
| 43 | Ranking da competitividade turística - 2015 | 440 |
| 44 | Publicação das ZDTI's CV | 460 |
| 45 | Principais indicadores macroeconómicos da ASS | 483 |
| 46 | Distribuição das tipologias hoteleiras CV - 2019 | 495 |
| 47 | Contributo do turismo para a economia cabo-verdiana 2011 | 502 |
| 48 | Distribuição populacional CV por ilha 1940-2021 | 512 |
| 49 | Análise comparativa do turismo entre Boavista e Santiago 1999-2015 | 513 |
| 50 | Distribuição das APs em Cabo Verde | 539 |
| 51 | Atores / <i>stakeholders</i> de 1.ª e 2.ª ordens | 576 |
| 52 | Teia de relações intra e inter-setoriais do turismo CV | 577 |
| 53 | Ciclos políticos em Cabo Verde – 1975-2021 | 589 |

Glossário

1. ACIF – Região Autónoma da Madeira
2. ADS – Águas de Santiago
3. AIMS – Atlântico, Oceano Índico, Mediterrâneo e Mar da China Meridional
4. AN-CV – Assembleia Nacional de Cabo Verde
5. APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
6. APP – Águas de Ponta Preta
7. AP's – Áreas Protegidas
8. ASS – África Subsaariana
9. ATC – Autoridade Turística Central
10. BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
11. BCC – *Beach Carrying Capacity*
12. BCV – Banco de Cabo Verde
13. BM – Banco Mundial
14. CEDEAO – Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental
15. CI – Cabo Verde Investimentos (atual CVTI – Cabo Verde Tradeinvest)
16. CM - Câmara Municipal
17. CNE - Comissão Nacional de Eleições
18. CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
19. CVA – Cabo Verde Airlines
20. CVE – Escudo Cabo-verdiano
21. CVInterilhas – Transportes Marítimos de Cabo Verde
22. CVTI – Cabo Verde Tradeinvest
23. DG – Diretor / Direção Geral
24. DGTT - Direção Geral do Turismo e Transportes
25. DNS - Direção Nacional da Saúde
26. ECV - Escudos de Cabo Verde
27. EMN's – Empresas Multinacionais
28. EVI – *Economic Vulnerability Index*
29. FCS – Fatores Críticos de Sucesso
30. FMI/IMF – Fundo Monetário Internacional
31. HPD – História de Políticas de Desenvolvimento
32. IDE – Investimento Direto Estrangeiro
33. IGST-CV – Inquérito sobre Gastos e Satisfação dos Turistas em Cabo Verde
34. INE – Instituto Nacional de Estatística
35. ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
36. ISI – Industrialização para a Substituição de Importações
37. MAI - Ministério da Administração Interna
38. MICE – Meeting (Encontros), Incentives (Incentivos), Conferences (Conferências) and Exhibitions (Feiras) – Turismo de Eventos
39. MPD – Movimento Para a Democracia
40. MTIDE – Ministério do Turismo, Investimento e Desenvolvimento Empresarial
41. NOEI – Nova Ordem Económica Internacional
42. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
43. ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
44. ODS – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
45. OGE – Orçamento Geral do Estado
46. OMC - Organização Mundial do Comércio
47. OMS - Organização Mundial da Saúde

48. OMT / WTO – Organização Mundial do Turismo / UNWTO
49. ONG - Organização Não Governamental
50. ONU – Organização das Nações Unidas
51. OT's – Operadores Turísticos
52. P(G)EIDARIAM – Pequeno (Grande) Estado Insular em Desenvolvimento Arquipelágico Relativamente Isolado no Atlântico Médio
53. PAE – Programa de Ajustamento Estrutural
54. PAICV – Partido Africano de Independência de Cabo Verde
55. PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa
56. PCA – Presidente do Conselho de Administração
57. PD('s) – País(es) Desenvolvido(s)
58. PDM – Países de Desenvolvimento Humano (Rendimento) Médio
59. PE – Programa de Estabilização
60. PEI – Pequenas Economias / Pequenos Estados Insulares
61. PEID – Pequenas Economias / Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
62. PIB - Produto Interno Bruto
63. PIBpc – Produto Interno Bruto *Per Capita*
64. PMA - Países Menos Avançados
65. PMD's – Países Menos Desenvolvidos
66. PME's – Pequenas e Médias Empresas
67. Pmg – Produtividade (Marginal)
68. PNB - Produto Nacional Bruto
69. PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
70. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
71. PP – Partido Popular de Cabo Verde
72. PSD – Partido Social Democrata
73. PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade
74. PVD – Países em Vias de Desenvolvimento
75. RAA – Região Autónoma dos Açores
76. RAM – Região Autónoma da Madeira
77. REI – Relações Económicas Internacionais
78. RH – Recursos Humanos
79. SDTBVM – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Boa Vista e Maio
80. SPE – Setor Público Estatal
81. TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde (atual CVA – Cabo Verde Airlines)
82. TIC – Tecnologias de Informação e de Comunicação
83. TICV – Transportes Inter Ilhas de Cabo Verde (Binter)
84. TT – Termos de Troca
85. UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática
86. UE – União Europeia
87. ULisboa – Universidade de Lisboa
88. ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral
89. ZEE - Zona Económica Exclusiva
90. ZRPT – Zonas de Reserva e Proteção Turísticas
91. ZTE – Zonas Turísticas Especiais

"Nós somos os flagelados do vento-leste!
(...) Morremos e ressuscitamos todos os anos
para desespero dos que nos impedem a caminhada.
Teimosamente continuamos de pé
num desafio aos deuses e aos homens.
E as estiagens já não nos metem medo,
porque descobrimos a origem das coisas
(quando pudermos!...)".

Ovídio Martins
100 poemas, 1974

INTRODUÇÃO

“Perante uma pesada herança e algumas neblinas no horizonte, os cabo-verdianos aprenderam, rapidamente, a fazer, da fraqueza e da união, força, transformando, com um esforço abnegado, uma nação inviável numa nação provável e respeitada por todos e em todas as latitudes”.

Introdução

“As nações têm história. As ideias têm história... A nossa luta não vai parar com a independência, os problemas serão mais numerosos e complexos, a luta será mais difícil, mas vamos com certeza alcançar novas e maiores vitórias, porque estamos no caminho da justiça, no caminho da verdade e de progresso para a nossa terra... A independência constrói-se pelo trabalho de todos os dias... Sendo a luta para a conquista da soberania cabo-verdiana a reação de um “corpo doente”, Cabo Verde, que se recusou a morrer e pela via da luta tratara de acertar o passo com a história do século XX... Cabo Verde que se constrói pedra a pedra, ilha a ilha”.

Aristides Pereira in Lopes (2012: 11-13)

Cabo Verde, dez pequenas ilhas plantadas no Atlântico médio, “nasceu”³ em 1460, sob o signo da extroversão⁴, através de um sistema de miscigenação, proveniente de um cruzamento de povos e raças constituídos essencialmente por navegadores, oriundos sobretudo da Europa ocidental e por escravos africanos, dando origem a um povo mestiço e uma identidade crioula, que constitui, atualmente, um dos ativos mais valiosos do Povo das Ilhas.

É com este sentido de vulnerabilidade, mas também de certezas inabaláveis, típico de um ilhéu, que Aristides Pereira in Lopes (2012) assevera: “tratando-se este arquipélago de um território desvalido de recursos naturais, Pereira lança, ainda em 1975, a ideia força de que o Homem é praticamente o único ou o principal recurso de Cabo Verde e que só através de esforço coletivo poderão os cabo-verdianos viabilizar o seu país e, com isso, melhorar o seu nível de vida”.

Esta (in)feliz sina de Cabo Verde está intrínseca na sua incondicional viragem para o mundo, marcando, à nascença, o espírito aberto de todo um povo. Pois, já no princípio do séc. XVIII eram estas ilhas visitadas por navios americanos que se dedicavam ao comércio, à pesca da baleia, recebendo os tripulantes cabo-verdianos. As dificuldades económicas e os períodos de seca e fome obrigavam os naturais a procurar a vida por

³ Segundo “A Casa da Memória”, Barbosa & Widmer (2015: 135), em 1460, com “a descoberta, pelos Navegadores Diogo Gomes e António de Noli, das 5 ilhas (orientais) de Cabo Verde: Sal, Boavista, Maio, Santiago e Fogo, ... tendo a descoberta das ilhas ocidentais sido feita pelo Navegador Diogo Afonso, em 1462.

⁴ A ilha de S. Vicente foi povoada por 1 agricultor da ilha do Fogo (Algarvio de nascimento), João Carlos Mendes de Rosado, mais 20 casais e 50 escravos em 1793 – (333 anos depois de Santiago e as outras 4 ilhas orientais).

outras paragens” Barbosa & Widmer (2015: 137). Assim, se assistia ao nascimento de um país diaspórico que é hoje Cabo Verde, contando com mais “filhos e netos” fora, do que dentro do seu escasso espaço territorial.

Cabo Verde, após quinhentos e quinze anos de período colonial, ascendeu à independência a 5 de julho de 1975, num contexto relatado pelo testemunho de Almada (2011: 23), segundo o qual: “na altura da sua independência nacional, Cabo Verde era considerado um país inviável por reconhecidas e respeitáveis Instituições Internacionais e por algumas personalidades de insuspeita credibilidade”.

Perante esta pesada herança e algumas “neblinas no horizonte”, os cabo-verdianos aprenderam, rapidamente, a fazer, da fraqueza e da união, força, transformando, a partir com um esforço abnegado, uma nação inviável numa nação provável e respeitada por todos e em todas as latitudes. Nesta senda, a 13 de janeiro de 1991, quinze anos após a independência nacional, Cabo Verde conseguiu, de forma tendencialmente⁵ consensual, a implementação da segunda república, com as primeiras eleições democráticas, multipartidárias, livres e justas.

Com esta memorável data, Cabo Verde conseguiu munir-se dos três seguintes princípios⁶ consensuais, no contexto nacional, que constituem os pilares de suporte ao respetivo edifício identitário:

1. Independência total e imediata;
2. Unidade territorial;
3. Estado de direito democrático.

A estes princípios identitários, naturalmente, foi associado mais um, o qual vem merecendo um largo consenso a nível nacional: o Turismo como o setor estratégico da economia cabo-verdiana, o único que, pelos respetivos efeitos diretos, indiretos e induzidos, consegue assumir o papel do verdadeiro motor no processo de “*take off*” deste PEID. Assim sendo, na senda desta dinâmica evolutiva e identitária, no limiar da segunda república, o turismo emergiu, preliminarmente, como uma atividade

⁵ Uma vez que a iniciativa da abertura política, não obstante alguma pressão externa inerente às condicionalidades impostas na altura, a partir de fora, pelas IFI’s, partiu de dentro, induzida com e/ou pelo Partido único, então no poder, surpreendendo, segundo Aristides Pereira, a própria oposição.

⁶ Destacados por S. Ex.^a Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Carlos Fonseca, o ato comemorativo do 45.º Aniversário da Independência de Cabo Verde.

económica viável e assumido, posteriormente, como o setor estratégico e o motor da economia nacional, revalidando um acasalamento natural, já antigo, entre a demanda assídua do exterior que o turismo impõe e o espírito de morabeza⁷ que emana da identidade e da espiritualidade cabo-verdianas.

É, assim, fruto desta relação sinérgica entre as necessidades e as oportunidades de desenvolvimento, que o turismo cabo-verdiano, em quase três décadas (1991-2020) de um crescimento exponencial, registou um aumento no respetivo influxo turístico na ordem de 3.676%⁸, aumento esse refletido na inimaginável passagem de 21.695 turistas entrados no território nacional em 1991, para 819.308 turistas entrados em 2019, permitindo, assim, a Cabo Verde, assumir, paulatinamente, o estatuto dos destinos mais procurados pelos principais países emissores do turismo e dos mais competitivos das zonas de integração a que faz parte, nomeadamente: CEDEAO, ASS, PALOP, Macaronésia e/ou CPLP.

No entanto, este “imprevisto” incremento setorial não teve respaldo correspondente no concernente às capacidades endógenas deste PEID, em gerar recursos estratégicos de suporte, gerando, em consequência, um **problema central**: um hiato gritante ou, quiçá, uma hipotética incompatibilidade entre os fatores de competitividade-país, setorial, dos seus agentes económicos e os da respetiva sustentabilidade ambiental, económica, sociocultural, turístico-operacional e político-institucional, ao ponto de poder, *ceteris-paribus*⁹, vir a perigar os importantes compromissos assumidos por Cabo Verde, no âmbito dos ODS e da agenda 2030, como seguidamente se apresenta.

I. Problemática e justificativa

“Segundo Cater (1993), o turismo sustentável deverá atingir as necessidades das comunidades locais, em termos de melhorias de qualidade de vida, tanto a curto como a longo prazo. Ao mesmo tempo, deve satisfazer as exigências do crescente número de turistas, salvaguardando o meio ambiente e a necessidade de desenvolver políticas e medidas que, para além de válidas em termos teóricos, tenham uma boa aplicação”.

Cater (1993) in Santos (2017: 1)

⁷ Morabeza: ato de bem receber.

⁸ Entrada de turistas CV passou de 21.695 (em 1991) para 819.308 (em 2019).

⁹ Mantendo tudo o resto constante.

1. Problema central

“O sucesso da pesquisa está diretamente relacionado com a correta formulação do problema, pois através dele que serão estabelecidos os métodos e técnicas mais adequados para solucionar ou esclarecer o problema”.

Garcia (2015: 78)

Nesta perspetiva, procurou-se, a este nível, formular, de forma consistente, o problema central, edificando sobre o mesmo toda a estrutura investigativa. Para o efeito, no concernente ao objeto em estudo, é, justamente, na necessidade de se desenvolver políticas públicas, no âmbito do setor turístico, que vão ao encontro das necessidades e expetativas das comunidades locais, acasalando o crescimento setorial com o desenvolvimento sustentável cabo-verdiana que reside o escopo para a presente investigação. Pois, na linha de pensamento de Cunha (1997): o turismo é um consumidor intensivo de recursos. Por isso, o seu desenvolvimento deve ser planeado com visão e muita sensibilidade.

Neste sentido, é aquando do planeamento turístico, que se encontram os alicerces para a reconstrução preliminar da problemática do presente estudo, referenciando o respetivo *startup* no seguinte problema central, no qual ancoram os fundamentos teóricos e empíricos que servirão de fio condutor para o desenvolvimento da presente investigação:

- Para qualquer observador atento, é já perfeitamente visível, que o turismo cabo-verdiano tem, ao longo das últimas (quase) três décadas (após o seu nascimento simbólico¹⁰), experimentado um crescimento dicotómico, vacilando entre um crescimento exponencial, à imagem de um destino de topo, eleito pelos principais mercados emissores e, um desenvolvimento titubeante, emitindo sinais de alerta à “navegação”, para uma hipotética insustentabilidade multidimensional, a prazo.

O *Cluster ou a Plataforma do Turismo*, como é atualmente denominado, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, mas, acima de tudo, pelas expetativas geradas no

¹⁰ Não obstante haver sinais evidentes de coexistência, ainda durante as décadas de '70 e de '80, de escassos empreendimentos hoteleiros com esporádicas operações turísticas nalgumas ilhas do Arquipélago, no entanto, para efeito da presente investigação, face à escassez de dados estatísticos oficiais, considerar-se-á, no âmbito da delimitação da mesma, a década de '90 com sendo a do efetivo *startup* turístico cabo-verdiano.

seio das comunidades internacional e local, foi, num contexto de exiguidade quase total de recursos, naturalmente eleito, já na relativamente longínqua década de '90, o motor do desenvolvimento nacional, tendo começado a figurar-se, com lugar de algum destaque, nos sucessivos PND cabo-verdianos. Cabo Verde passou, doravante, a experimentar um crescimento, em “progressão quase geométrica”, do influxo turístico destinado a este micro destino do Atlântico Médio, tendo conseguido, em menos de três décadas (1991-2019), que o número de turistas entrados no território nacional aumentasse, segundo o INE-CV (1989-2020), cerca de 3.676%¹¹, aumento esse refletido na inimaginável passagem de 21.695 turistas entrados no território nacional em 1991, para 819.308 turistas entrados em 2019.

Como corolário desta reiterada aposta dos sucessivos governos da segunda república e desta assunção paulatina do turismo do papel motriz da economia nacional, como refere Cunha (1997), veio, com as perspetivas setoriais crescentes criadas junto dos operadores nacionais e internacionais, mobilizar investidores externos e EMN's de grande porte e abrir uma via rápida para uma locomoção coletiva em torno do turismo, culminando, nas vésperas da imprevista crise pandémica da COVID-19, com um *cluster* do turismo, em torno do qual gravita toda uma economia, responsabilizando-se, segundo BCV (2020) e INE-CV (2020), autonomamente, por 25% da riqueza nacional e 9% do emprego gerados em 2019.

Esta força competitiva do turismo cabo-verdiano é também reconfirmada pelo Travel & Tourism Competitiveness Report de 2019, do World Economic Forum que, num grupo de 140 países avaliados, manteve-se num posicionamento estável, já experimentado ao longo dos últimos 3 anos, ocupando um destacável 88.º lugar, com uma pontuação de 3,60¹². Este posicionamento privilegiado, mormente no contexto da ASS – África Subsaariana, africano, no seio da qual ocupou uma honrosa 6.ª posição, apenas superada pelos cinco primeiros estados seguintes, *habitués* no pódio desses grandes palcos:

1. Ilhas Maurícias (54.º);
2. África do Sul (61.º);

¹¹ Entrada de turistas CV passou de 21.695 (em 1991) para 819.308 (em 2019).

¹² Numa escala de 1 a 7.

3. Seicheles (62.º);
4. Namíbia (81.º);
5. Quênia (82.º);
6. **Cabo Verde (88.º).**

No entanto, nas vésperas da comemoração do trigésimo aniversário¹³ dessa desafiante eleição “estratégica”, Cabo Verde, não obstante a multiplicidade de planos setoriais, não conseguiu, ainda, identificar e implementar um modelo estratégico de desenvolvimento turístico, que desse respostas claras às seguintes perguntas¹⁴ preliminares que, lançadas pela comunidade científica, desde o início deste novo milénio, vêm apelando por respostas também prévias e orientadoras, que, entretanto, tardam em surgir:

1. Quais são as potencialidades, atratividades e recursos turísticos que dispõe cada região turística de Cabo Verde?
2. Que visão e recursos estratégicos são disponibilizados para identificar e assegurar a respetiva vantagem competitiva, em termos de: produto, distribuição e acessibilidade?
3. Que perfil de turismo e a respetiva capacidade de carga regional?
4. Que papel vocacional para as diferentes regiões e que modelo de complementaridade turística e intersetorial?
5. Que quantidade e qualidade para as infraestruturas e superestruturas turístico-hoteleiras?
6. Que critério, que prioridade e que sistema de incentivos para a ocupação dos solos, nomeadamente, nas ZEE’s / ZDTI’s?
7. Que estratégia poderá garantir a sustentabilidade do respetivo desenvolvimento turístico, quando o turismo é afunilado para duas ilhas praticamente sem população¹⁵?
8. Que papel poderão, neste exigente processo, desempenhar os diferentes atores, estruturas e instituições, nomeadamente: os investidores externos, os operadores nacionais e a própria sociedade civil?

¹³ Em 13 de janeiro de 2021 completarão 30 anos de Cabo Verde democrático.

¹⁴ Existem 10 perguntas basilares que um plano estratégico (e não uma tese como esta) deve, necessariamente, responder, mas cujas respostas ainda se anseiam no contexto cabo-verdiano.

¹⁵ As ilhas do Sal e da Boa Vista, com apenas 10,6% da população, concentram cerca de 90% de dormidas turísticas cabo-verdianas.

9. Quais são os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que, em termos comparativos, estão efetivamente associados à emergência e consolidação do “Destino Cabo Verde”?
10. Que condições especiais proporcionar aos operadores turísticos para que estes possam, qualquer que seja o *slogan* conjunturalmente vigente, vender o produto: “1 País, 10 Destinos¹⁶” em condições de equidade e de competitividade?

A não resposta recorrente as estas também potenciais perguntas preliminares e/ou de partida, vem impedindo que, neste contexto de um aparente sucesso da competitividade turística cabo-verdiana, fosse criado, entre todos os *stakeholders* processuais, os seguintes consensos inadiáveis e inalienáveis: “onde estamos, para onde podemos ir onde queremos ir”, a curto, médio e longo prazos.

Na derivação desse “apagão estratégico” no contexto cabo-verdiano, emergiram sinais tendentes à uma reedição peculiar da rivalidade concorrencial entre a competitividade e a sustentabilidade turísticas, fazendo, assim, coexistir um sector turístico globalmente competitivo, com uma economia setorialmente desestruturada e regionalmente desequilibrada, com custos incomensuráveis, mormente, para a comunidade local cabo-verdiana. Nesta perspetiva, o turismo, ao invés de assumir o papel motriz no processo de desenvolvimento do “povo das ilhas”, que lhe era reservado, poderá, hipoteticamente, acabar por induzir uma enviesada teia de relações intra e intersetoriais, propulsor de um crescimento socioeconómico a várias velocidades.

A evidência empírica revela que este modelo seguido não se tem revertido, dos pontos de vista macro, meso e micro envolventes, em prol dos equilíbrios ambientais, económicos e socioculturais, bem como do reforço da capacidade institucional do país, tendendo, nesta ótica e, na linha do pensamento de Mourão (2002), a hipotecar a sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana.

Esta é a tese que sustentou a presente investigação, procurando, sem ter a pretensão de responder a estas dez perguntas ao longo dos quatro capítulos seguintes do documento em apreço, demonstrar as dez hipóteses académicas, oportunamente levantadas, com o fito de responder à seguinte pergunta de partida:

¹⁶ O slogan atual passou a ser: “*Cabo Verde is something else!* / Cabo Verde é algo mais!”.

2. Pergunta de partida

“O investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência... Este ponto de partida é apenas provisório... Uma boa pergunta de partida visará um melhor conhecimento dos fenómenos estudados e não apenas a sua descrição”.

Quivy & Campenhoudt (2013: 33-43)

Nesta perspetiva, face à complexidade e à abrangência multidimensional do tema de investigação em pauta, tendo em vista o desenvolvimento da supramencionada tese, optou-se por utilizar, como fio condutor, elementos teóricos e empíricos que se foram costurando, em busca de respostas para a seguinte pergunta de partida:

- Em que medida, o atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano fundamenta a estratégia, dos sucessivos governos da segunda república, de eleger este setor como sendo o motor da economia nacional e, o mesmo concorre, no atual contexto conjuntural, para a indução, a curto, médio e longo prazos, de um desenvolvimento sustentável, que seja globalmente competitivo, setorialmente estruturado, regionalmente equilibrado e localmente sensível, em termos: ambientais, económicos, turísticos, socioculturais e político-institucional, respondendo, neste pressuposto, aos futuros desafios e às justas expectativas dos filhos deste PEID, arquipelágico e relativamente isolado no Atlântico Médio?

Esta pergunta norteadora constitui uma “bússola” na definição, tanto de o quê, i.e., do objeto de estudo, seguidamente patenteado, como do percurso científico a ser seguido na busca de uma solução científica para o problema central anteriormente apresentado:

3. Objeto de estudo

“Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica”.

Quivy & Campenhoudt (2013: 13)

Nesta perspetiva, a presente tese, na procura de uma solução científica para o problema central pré-identificado, estabelece como objeto central de estudo: o

processo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, durante pós-colonial, mormente, durante a vigência da Segunda República (1991-2020)¹⁷, os respetivos fatores indutores principais / as causas e os efeitos diretos, indiretos e induzidos, a níveis: infraestrutura-ambiental, económico, turístico, sociocultural e político-institucional.

4. Justificação do tema

Ao justificar uma investigação científica, espera-se ouvir-se respostas para as seguintes questões recentradoras: o quê, para quê e para quem? Neste ponto de vista, o tema de investigação ora escolhido justifica-se, pelas seguintes motivações teóricas e empíricas:

1. A sustentabilidade, nas suas dimensões ambiental, económica, sociocultural, turística e/ou político-institucional, constitui um dos grandes desafios das sociedades contemporâneas. Sendo o turismo, parafraseando Cunha (1997), uma atividade consumidora intensiva de recursos, nomeadamente, naturais, torna-se premente a disponibilização de instrumentos técnicos e uma monitorização assídua dos efeitos diretos, indiretos e induzidos dessa importante e ascendente atividade económica global;
2. O Turismo em Cabo Verde gerou uma forte expectativa junto da sociedade cabo-verdiana, esperando esta que os ganhos setoriais se revertissem, linearmente, a favor, mormente, dos operadores nacionais e da população local, facto que, por não ter ocorrido de forma expectável, requer um estudo aturado, para se apurar, *in loco*, as causas e os efeitos do hiato que atualmente se verifica entre a expectativa e a realidade;
3. Não obstante a importância do Turismo para a economia cabo-verdiana e para as aspirações da população e operadores locais, não existem ainda estudos especializados que ajudem na compreensão multidimensional e na antevisão de todos os impactos deste importante fenómeno socioeconómico. Por este motivo, esta nossa investigação, ao procurar, na sequência das investigações¹⁸

¹⁷ Por insuficiência de dados estatísticos, concernentes aos fluxos turísticos ocorridos no período anterior a 1990, a análise estatística decorrerá, essencialmente, sobre a dinâmica setorial ocorrida nos últimos 30 anos.

¹⁸ Investigações científicas já defendidas /publicadas pelo Candidato:

í. A Problemática do Desenvolvimento Turístico na Ilha de Santiago, ISCET (2002);

anteriormente desenvolvidas pelo Autor (e não só) sobre o setor e o espaço geográfico em pauta, criar conhecimento novo especializado na matéria, poderá vir a constituir uma mais-valia para os sectores académico-científico, político-económico e sociocultural;

4. Entre a oferta do produto turístico tradicional e a dos novos produtos turísticos, existem uma série de vias de caminho e/ou descaminho, para cada destino. Neste sentido, a fusão de conhecimentos teóricos e empíricos constituirá um importante “farol” no retrazar do rumo para o “Destino¹⁹ Cabo Verde”;
5. Os fenómenos nefastos advenientes de um *boom* turístico, assumem um carácter essencialmente socioeconómico, nomeadamente: A corrupção, a prostituição, a droga, o desemprego, o subemprego, a aculturação, a proliferação da pobreza, da desigualdade, dos guetos e da marginalidade / criminalidade. Mas, os efeitos benéficos que resultam, mormente, das oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo, também assumem este mesmo carácter. Por isso, pela sua amplitude e intensidade, merecem uma assídua monitorização, de carácter mais científico, tendo em vista o equacionamento casuístico das respetivas soluções a curto, médio e longo prazos;
6. A fraqueza institucional que faz com que os PEID, como Cabo Verde, tenham, por vezes, que aceitar, de forma acrítica e obediente, os paradigmas e os modelos de desenvolvimento que lhes são impostos, de fora para dentro, pela “doutrina dominante”, sem uma necessária introspeção, faz-se mister uma abordagem crítica e cientificamente rigorosa, de modo a não perigar, à nascença, os nobres ODS, procurando e sugerindo eventuais soluções para que esses países possam, ainda que em “contramão”, ser capazes de traçar e conduzir o seu próprio destino;
7. Havendo um vasto campo teórico e uma realidade empírica ávidos de uma análise científica aprofundada, estão, a nosso ver, reunidas as condições tangíveis e intangíveis essenciais para implementar um processo de investigação;
8. Pretende-se que os resultados desta investigação sejam destinados aos membros da comunidade académica, aos investigadores independentes, aos decisores políticos,

ii. O IDE-Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde: Experiência e Perspetivas, ISEG (2003).

¹⁹ Destino Turístico cabo-verdiano.

ao mundo empresarial, bem como à sociedade civil, em geral, que tenham o turismo e a realidade cabo-verdiana como alvos das suas preocupações e ações.

Dado o exposto, estão lançadas as bases para uma desafiante investigação científica, respeitando as premissas básicas, em busca de um conhecimento novo, como respostas cientificamente validadas para estas e outras interrogações preliminares, que este processo de investigação procurou equacionar e resolver.

Para o efeito, postulou-se como premissa básica aquela já referenciada por Quivy & Campenhoudt (2013): uma verdadeira investigação científica, tem sempre, no seu epicentro, uma ou mais hipóteses de trabalho, em torno da(s) qual(is) todo o processo investigativo se desenrola. Neste sentido, assumiu-se, *ab initio*, como determinantes para o sucesso da presente investigação, as hipóteses académicas seguidamente apresentadas, com o objetivo de se estabelecer pistas preliminares para a explicação do fenómeno em estudo.

5. Hipóteses

“Um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses”.

Quivy & Campenhoudt (2013: 119)

Segundo estes autores, “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno desse nome”. Assim sendo, tendo como farol os princípios norteadores supra-referenciados, para a materialização dos objetivos específicos preconizados na presente investigação, encerrar-se-ão como uma “teia de tecelagem”, por onde passa o todo o fio condutor, as seguintes hipóteses de trabalho:

- H1. Cabo Verde, pelo seu perfil morfológico, socioeconómico e político-institucional, assume, paulatina e crescentemente, o seu perfil de um “país-plataforma”, inserido na dinâmica de um mundo globalizado e “quadripolar”.
- H2. Cabo Verde, na qualidade de um PEID(ARIAM) – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (Arquipelágico, Relativamente Isolado no Atlântico Médio), apresenta uma estrutura económica com graus de vulnerabilidade e de dependência do Turismo tendencialmente crescentes.

- H3. O atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, por respeitar a respetiva capacidade de carga, valorizar e preservar os recursos turísticos locais, é ambientalmente sustentável.
- H4. O atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, pelos efeitos diretos²⁰, indiretos²¹ e induzidos²² que provoca no seio da comunidade local, é economicamente sustentável, no contexto intrarregional da Macaronésia.
- H5. A Natureza e o Homem cabo-verdiano (na sua forma de ser, ter, pensar, sentir e de agir) constituem os efetivos recursos turísticos estratégicos e exclusivos do destino turístico cabo-verdiano.
- H6. A Pandemia da COVID-19 representa, a curto prazo, uma grande ameaça para a competitividade do destino turístico cabo-verdiano, mas também, paradoxalmente, uma grande oportunidade, a médio e longo prazos, para a respetiva sustentabilidade turística, apostando fortemente num “*new restart*”, mormente, através da diversificação da procura e da oferta turístico-económicas.
- H7. O desenvolvimento turístico experimentado no contexto cabo-verdiano é socioculturalmente sustentável, por contribuir para a inclusão²³, satisfação e a fixação da comunidade local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável das ilhas.
- H8. Os turistas estão satisfeitos com o destino, por isso, repetem (e recomendam) a “Experiência Cabo Verde”.
- H9. A estratégia de *marketing* turístico adotada para a promoção do Destino Cabo Verde tem contribuído para uma igualdade de oportunidades e um desenvolvimento equilibrado entre as ilhas do arquipélago.
- H10. As instituições cabo-verdianas do turismo estão vocacionadas e capacitadas para promover um desenvolvimento politicamente sustentável e induzir uma teia de relações desenvolvimentistas, a níveis intra e intersetoriais.

²⁰ Rendimento do emprego e/ou da propriedade da população local.

²¹ Provenientes de rendimentos comerciais (ou outros) proporcionadas, indiretamente, pelas relações intra e intersetoriais (fornecimentos diretos de e/ou para o turismo) com as unidades turístico-hoteleiras.

²² Provenientes de outras atividades conexas que possam, induzidamente, beneficiar da atividade turístico-hoteleira.

²³ Incluindo o largo extrato dessa comunidade residente na Diáspora, a qual, estimativamente, constitui uma população superior à residente no território nacional.

6. Pressupostos básicos

Para efeito de demonstração dessas hipóteses académicas, considerar-se-ão, *ceteris paribus*, as seguintes premissas:

1. A eleição do turismo como um dos setores estratégicos da economia nacional constitui um dos consensos de longo prazo estabelecido entre os principais atores na sociedade cabo-verdiana;
2. Por isso, nos curto e médio prazos prevalecerão políticas efetivamente corretas e instituições verdadeiramente fortes, apostadas e focadas nas multidimensionalidades locais da sustentabilidade turística cabo-verdiana;
3. A dinâmica do turismo cabo-verdiano no pós-COVID-19²⁴ seguirá, paulatinamente, a tendência multidimensional anterior à pandemia;
4. A diversidade da oferta e a complementaridade turística regional baseadas numa mistura estratégica entre os tradicionais e os novos produtos turísticos continuarão a nortear o paradigma, tanto discursivo como vigente, da oferta turística cabo-verdiana;
5. As múltiplas relações intra e intersetoriais do turismo, manter-se-ão como os principais pilares da economia cabo-verdiana, em todo o seu processo de “*take-off*”;
6. O Homem cabo-verdiano manterá a essência do seu peculiar perfil sociocultural;
7. Uma repartição equitativa dos benefícios do turismo com a população e os operadores locais continua sendo um dos objetivos coletivos da comunidade cabo-verdiana, a curto, médio e longo prazos.

²⁴ A presente investigação está a ser concluída num contexto de pandemia da COVID-19, numa altura em que já se começa a ter alguns sinais pontuais de uma segunda vaga da crise pandémica, reavivando uma série de interrogações sobre o futuro próximo da humanidade e, consequentemente, do turismo mundial.

II. Objetivos geral e específicos

“No domínio do turismo, as perspetivas serão determinadas pelas alterações, quer na estrutura, quer no sentido do desenvolvimento económico”.

Cunha (1997: 73)

1. Objetivo geral

Este é o princípio basilar que norteou a fixação dos objetivos para a presente investigação, tanto geral como específicos, no âmbito do qual se procura mitigar eventuais hiatos entre as diferentes perspetivas do desenvolvimento turístico cabo-verdiano, criando uma plataforma referencial comum para os diferentes autores. Nesta senda, pelo facto deste processo abranger, por um lado, um período considerável da história de um Cabo Verde pós-colonial e, por outro, uma dimensão multivariável, na pretensão de vir a constituir uma investigação aplicada, propõe-se, para este processo investigativo, o seguinte objetivo geral:

- Identificar e analisar os principais fatores endógenos e exógenos que determinaram a eleição do turismo como o setor estratégico da economia cabo-verdiana e os que condicionaram, positiva e/ou negativamente, o modelo de desenvolvimento experimentado ao longo da história democrática (1991-2020) deste PEID, demonstrando e mensurando, sempre que possível, o impacto dos mesmos no processo de indução, no horizonte 2030, de um desenvolvimento turístico sustentável, nas dimensões: ambientais, económicas, turísticas, socioculturais e político-institucionais, suscetível de transformar estas ilhas numa (“micro”) economia globalmente competitiva, setorialmente estruturada, regionalmente equilibrada e localmente sensível.

Este objetivo principal da tese em apreço, obriga a que o presente processo de investigação procure fazer uma resenha histórica do turismo cabo-verdiano, tentado identificar os contornos do seu processo de crescimento, o impacto efetivamente proporcionado nesta Pequena Economia Insular da Macaronésia, bem como a expectativa gerada junto da comunidade local, materializando, assim, cada um dos objetivos específicos seguidamente apresentados.

2. Objetivos específicos

Tendo em vista esse desiderato central, estabelece-se, a nível intermédio, os seguintes objetivos específicos, cuja materialização constitui um fio condutor e um dos seguintes FCS – Fatores Críticos de Sucesso do presente processo investigativo:

1. Fazer uma análise do grau de vulnerabilidade e da dinâmica retrospectiva de longo prazo da economia cabo-verdiana, mormente no período pós-colonial e, prospetivamente, uma extrapolação da trajetória preparatória, delineada pelos sucessivos governos democráticos, tendente a enfrentar e vencer os grandes desafios do futuro, na qualidade de um “país-plataforma”, inserido na dinâmica de um mundo globalizado e “quadripolar”.
2. Definir, a partir desta dinâmica de longo prazo da economia cabo-verdiana, mormente no período pós-colonial, o perfil de Cabo Verde, na qualidade de um PEID(ARIA) – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (Arquipelágico, Relativamente Isolado no Atlântico-Médio) e demonstrar em que medida que o mesmo concorre para os respetivos graus de dependência do turismo e de vulnerabilidade multidimensional, quase existencial.
3. Analisar os principais recursos turísticos inventariados regionalmente, propondo, sempre que possível, pistas para o cálculo de indicadores de carga para a monitorização da respetiva sustentabilidade e estabelecer, na ótica das diferentes dimensões de sustentabilidade, uma análise comparativa entre estes e as procuras turísticas doméstica e internacional verificadas nas diferentes regiões cabo-verdianas.
4. Reconstruir, a partir dos indicadores de sustentabilidade turística definidos pelo SIET-MAC para algumas ilhas da Macaronésia (excluindo Cabo Verde), no horizonte 2000-2005, novos indicadores de sustentabilidade, mormente: ambientais, económicos e socioculturais, incluindo (desta feita) a totalidade das ilhas pertencentes a esta região e fazer uma análise comparativa intrarregional, no horizonte 2000-2019.
5. Analisar o papel que é reservado ao Homem cabo-verdiano na origem e no destino das respetivas procura e oferta turísticas. **Aferir o conceito de recurso turístico**

estratégico, procurando, no contexto cabo-verdiano, identificar os recursos turísticos que possam, potencialmente, assumir o estatuto de “estratégicos”. Analisar o perfil do consumo turístico cabo-verdiano e compará-lo com a procura e a oferta, efetivas e potenciais, desses recursos.

6. Diagnosticar quão severa tem sido a pandemia da COVID-19, mormente para um PEID fortemente dependentes do turismo como Cabo Verde e, em que medida esta crise socioeconómica e sanitária global representa, por um lado, uma ameaça, no curto prazo, para a competitividade do destino turístico cabo-verdiano e, por outro, uma oportunidade ímpar para se reconstruir, a médio e longo prazos, um destino diferenciado, inclusivo e efetivamente sustentável: estribado no interesse local.
7. Apurar, através dos inquéritos realizados pelo Autor junto da população local das ilhas²⁵ turísticas cabo-verdianas, o respetivo grau de satisfação, bem como o respetivo impacto na fixação da população local nas respetivas comunidades e num desenvolvimento equilibrado das ilhas.
8. Averiguar, através dos inquéritos realizados pelo INE-CV junto dos turistas que escolheram Cabo Verde como destino turístico, o respetivo grau de satisfação, bem como o efeito desta na repetição da experiência cabo-verdiana.
9. Analisar a estratégia e as ações operacionais de promoção do Destino Cabo Verde. Confrontar o resultado das mesmas com o impacto obtido na promoção e desenvolvimento das diferentes regiões turísticas cabo-verdianas.
10. Proceder, auscultando os principais protagonistas setoriais das últimas duas décadas, a um levantamento cirúrgico das instituições, legislações, políticas e modelos de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e analisar, de forma crítica, os indicadores de sustentabilidade político-institucional produzidos e/ou disponibilizados para o efeito, bem como a teia de relações intra e intersetoriais do turismo, apuradas, no âmbito de inquéritos realizados junto dos principais operadores turístico-económicos das ilhas turísticas.

²⁵ Para a presente tese, foram consideradas como ilhas turísticas, as de: Sal (51,9%), Boavista (38%), Santiago (4,8%) e S. Vicente (2,4%), as quais, em conjunto, receberam, cerca de 97% do total de dormidas verificadas no destino turístico cabo-verdiano, sobrando apenas 3% para as restantes ilhas.

3. Resultados esperados

Com a materialização destes objetivos específicos pretende-se ver concretizados, os seguintes resultados:

1. Averiguado, quantitativa e qualitativamente, o percurso seguido por Cabo Verde, mormente na Primeira e Segunda Repúblicas, nos domínios político-institucionais e socioeconómicos;
2. Analisado o perfil de Cabo Verde na qualidade de um PEID (ARIA) / “país-plataforma”, inserido na dinâmica de mundo globalizado e “quadripolar” e medir o impacto relativo que o turismo tem tido, a nível multidimensional, no contexto da Macaronésia;
3. Adaptados e testados alguns indicadores de sustentabilidade turística na região da Macaronésia;
4. Analisado o impacto da pandemia da COVID-19 nalgumas economias dependentes do turismo, mormente em Cabo Verde;
5. Entrevistados os principais governantes e dirigentes institucionais ligados ao turismo cabo-verdiano nas últimas duas décadas e analisadas as respetivas políticas turístico-institucionais adotadas;
6. Analisados os recursos turísticos locais inventariados nos principais micro-destinos cabo-verdianos, apresentando pistas para a respetiva avaliação, quanto à capacidade de carga e competitividade no mercado;
7. Definido o conceito de recursos turísticos estratégicos e analisada a dotação local desses recursos em comparação com o consumo turístico regional;
8. Analisada a estratégia de *marketing* turístico do Destino Cabo Verde e o respetivo impacto na promoção equitativa de cada uma das suas subregiões turísticas;
9. Mensurado o grau de satisfação dos turistas com o destino é reflexo desse sentimento na repetição da experiência cabo-verdiana;
10. Apurado o grau de satisfação da população local com o modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, bem como o reflexo dessa perceção na fixação da mesma na respetiva localidade de origem e no desenvolvimento equilibrado das ilhas.

III. Metodologia de investigação

“A metodologia científica é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento. O conhecimento só acontece quando o estudante transita pelos caminhos do saber, tendo como protagonismo deste processo o conjunto ensino/aprendizagem. Pode-se relacionar então metodologia com o “caminho de estudo a ser percorrido” e ciência com “o saber alcançado”.

Garcia (2015: 73)

1. Processo de pesquisa

Segundo Garcia (2015: 73, citando Bailly (1950): “O termo grego Méthodos é composto pelas palavras “Meta” e “hódos”, possíveis de serem traduzidas interpretativamente como caminho através do qual... se faz ciência”. Nesta linha de pensamento, a mesma autora, citando Galliano (1986, p. 26), defende que: “ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los”.

Para o efeito, a referida autora argumenta que: existem 7 tipos diferentes de pesquisas científicas, são elas:

1. **Pesquisa exploratória:** que busca se familiarizar com os fenômenos surgidos durante a pesquisa, explorando os próximos passos mais profundamente e com maior precisão;
2. **Pesquisa experimental:** que envolve experimentos de qualquer natureza que possam auxiliar no desenvolvimento da pesquisa;
3. **Pesquisa acadêmica:** que é realizada em uma instituição de ensino, visando, na maioria das vezes, um conhecimento específico para determinada disciplina docente;
4. **Pesquisa empírica:** aquela realizada em qualquer ambiente;
5. **Pesquisa de campo:** aquela baseada na coleta de fenômenos que ocorrem na realidade a ser pesquisada;
6. **Pesquisa laboratorial:** aquelas que ocorrem em situações controladas, na maioria das vezes um ambiente fechado como um laboratório, onde se pode controlar as condições ideais para desenvolvimento da pesquisa; e
7. **Pesquisa teórica:** baseada na análise de determinada teoria, utilizando, para tal, embasamentos, também teóricos e não experimentais.

Complementando, a mesma defende ainda que: “após definido qual o **tipo de pesquisa** que será realizada, o pesquisador poderá então, de maneira mais eficiente, nomear o conjunto de normas sistemáticas ou procedimentos metodológicos ou ainda planejamento de pesquisa, pela qual irá obter a coleta de dados, delinear o estudo, definir a amostragem, tabular e tratar os dados obtidos assim como interpretar os resultados, proporcionando ao projeto de pesquisa uma **abordagem qualitativa ou quantitativa**” Garcia (2015: 75).

Segundo Garcia (2015: 81):

1. A metodologia, de um modo geral, está norteada por duas vertentes, métodos qualitativos e métodos quantitativos. Tanto os qualitativos quanto os quantitativos devem ser delineados em ordem de alcançar os objetivos propostos, produzindo resultados que podem confirmar ou negar as hipóteses lançadas.
2. Os métodos qualitativos descrevem uma relação entre o objetivo e os resultados que não podem ser interpretados através de números, nomeando-se como uma pesquisa descritiva. Todas as interpretações dos fenómenos são analisadas indutivamente (Fernandes, 2009). Este tipo de metodologia é empregado com mais frequência em pesquisas de natureza social e cultural com análise de fenómenos complexos e específicos.
3. Por outro lado, estão os métodos quantitativos que acreditam que tudo deve ser quantificado para promover resultados confiáveis. Trabalham com dados numéricos e técnicas estatísticas tanto para classificar como para analisar os resultados, desta forma são mais empregados em pesquisas nas áreas biomédicas e exatas, nomeando-se como uma pesquisa tanto descritiva como analítica (Fernandes, 2009).

Neste sentido, partindo destas premissas (re)formuladas por Garcia (2015), definiu-se, como metodologia de investigação para a presente tese, o “caminho das pedras”, por onde percorre toda a caminhada do Investigador, rumo ao conhecimento, seguindo o roteiro científico seguidamente proposto, com a convicção clara de que um papel transcendental que a pesquisa científica em pauta terá, certamente, é o potencial dos respetivos resultados científicos obtidos virem a ser extrapolados para o bem comum, estendendo os seus efeitos diretos, indiretos e induzidos para a toda uma sociedade:

1. **Quanto à natureza:** objetiva-se desenvolver uma **pesquisa aplicada**, procurando, a partir de um epicentro local, gerar conhecimentos novos de carácter universal, que visem solucionar problemas de interesse comunitário, nomeadamente, no âmbito do sector turístico cabo-verdiano, no concernente aos seguintes aspetos:

- a. Fatores de competitividade global, referentes ao: produto, transporte e canais de distribuição / comercialização;
- b. Fatores de sustentabilidade, mormente no que tange à capacidade de carga na região da Macaronésia e ao sistema de repartição dos custos e benefícios do turismo a nível local;
- c. Dotação, repartição, vocação, atratividade, competitividade e complementaridade e sustentabilidade dos recursos turísticos regionais.

Quanto ao método de abordagem, privilegiou-se, como metodologia de investigação, uma pesquisa exploratória, para, através do método dedutivo, se procurar chegar às respostas científicas para as hipóteses em investigação.

Neste sentido, optou-se, preferencialmente, por uma análise qualitativa dos dados apurados na investigação. Pois, tanto da parte dos inquéritos por questionário lançados junto dos empreendimentos hoteleiros, para se aferir sobre o perfil do consumo intermédio hoteleiro, como do inquérito lançado junto da população local, para se analisar a perceção e a expectativa desta em relação ao modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, bem como das entrevistas realizadas junto dos principais dirigentes que tiveram e/ou têm responsabilidades, diretas ou indiretas, na gestão do setor turístico, durante as duas últimas décadas, mormente: o atual e o anterior Primeiro-Ministro, o atual Ministro do Turismo e o cessante, o atual e o ex-Diretor-Geral do Turismo, este foi o método de análise assiduamente selecionado.

Nesta perspetiva, procurou-se, através do **método qualitativo**, depositar num instrumento eficaz de análise, a descodificação, nomeadamente, desses inquéritos e entrevistas, utilizando, para o efeito, a análise documental, a análise descritiva do SPSS e/ou o software Max-QDA.

No entanto, face à complexidade do fenómeno em estudo, reservou-se, complementarmente, o método quantitativo para efeito de realização de uma abordagem mais quantitativa (pura ou não) e/ou analítica dos dados estatísticos, do SPSS, nomeadamente, para a realização de testes de Qui-Quadrado e de t de Student, concernentes à análise da correlação a ser testada no âmbito do inquérito de satisfação da população local, ou ainda, para a aplicação de algumas fórmulas para o cálculo da sustentabilidade turística.

Uma vez que, o **método quantitativo**, permite traduzir em números opiniões e informações, ainda que obtidas, de forma primária, através de inquérito por questionário, realizado, neste caso em concreto, através de questões de escolhas múltiplas, formuladas acerca da perceção dos locais sobre o passado, o presente e o futuro do turismo cabo-verdiano. Pois, cada teste de qui-quadrado pode ser usado para determinar se as variáveis estão associadas (dependentes) ou não (<https://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/statistics/tables/how-to/chi-square-test-for-association/interpret-the-results/all-statistics/>, consultado em 06/09/2020, 10h00). Também, “quando duas amostras independentes são tomadas ao acaso e a variável tem distribuição normal, a comparação de suas médias pode ser realizada usando o teste t de Student” (Moreno & Morcillo, 2019: 2).

Esse recurso ambivalente bilateral traduziu-se, na prática, no uso de um **método misto quali-quantitativo**, implicando, por um lado, para o caso qualitativo, o uso do software MAXQDA, para efeito de tratamento de entrevistas e/ou observações diretas de fenómenos ou, em alternativa, a utilização também do método manual, para efeito de algumas análises, uma vez que o *software* referenciado não se revelou muito eficaz no tratamento de dados, com uma amostra de tão reduzida²⁶ dimensão (4), bem como na utilização, por outro, do método quantitativo, quando os inputs originais são puramente quantitativos (Ex: Q1. Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro / Q2. Measure o número de transações económicas (venda de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você / seus familiares diretos faz(em) com o setor turístico-hoteleiro), ou então, quando se optar pela transformação de variáveis qualitativas em quantitativas (não puras) (ex: Q5. Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expectativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura).

Nesta perspetiva, não obstante o recurso a *inputs* primários díspares, de cariz mais qualitativo ou quantitativo, para efeito de obtenção de *outputs para* análise, fez-se uso das técnicas e dos recursos estatísticos mais adequados, nomeadamente: frequências

²⁶ Agradece-se a amabilidade e a pronta resposta do atual Primeiro-Ministro, Dr. José Ulisses Correia e Silva, do ex-Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Pereira Neves, do ex-ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito, do atual DG do Turismo, Dr. Francisco Martins e do ex-DG do Turismo do Dr. Emanuel Almeida. Bem-haja. Em relação ao atual Ministro do Turismo e Transportes, Dr. Carlos Santos, tendo em conta o inquérito feito junto do atual Primeiro-Ministro, entendeu ser melhor emitir-se apenas uma resposta por parte do Governo, causando uma relativa contração na amostra pré-definida, mas, sem comprometer o objetivo essencial.

absolutas e relativas, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc., tendo em vista o uso, circunstancialmente, do melhor método para se poder fazer a melhor análise e, conseqüentemente, se poder tirar a melhor conclusão.

2. No que concerne aos **objetivos da investigação**, a **pesquisa exploratória**, a qual, no ponto de vista de Garcia (2015: 75), “busca se familiarizar com os fenômenos surgidos durante a pesquisa, explorando os próximos passos mais profundamente e com maior precisão”, se configura como a mais adequada para os objetivos preconizados no âmbito da presente investigação. Pois, na linha do pensamento de Garcia (2015), esta tipologia de investigação proporciona uma maior familiaridade com o problema em estudo, tornando-o mais explícito, suscetível de construção de hipóteses.
3. **Pesquisa exploratória**: do ponto de vista dos **procedimentos técnicos**, propôs-se utilizar, de forma mista, as seguintes técnicas de recolha de dados sob investigação:
 - a. **Pesquisa bibliográfica**, utilizando para o efeito, material já publicado, principalmente livros, revistas, artigos periódicos e material disponibilizado na internet;
 - b. **Pesquisa documental**, recaída sobre alguns materiais que ainda não receberam tratamento analítico;
 - c. **Levantamento**, através de interrogação direta às pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, mediante a aplicação de inquéritos por questionário, mormente, junto dos agentes económicos envolvidos direta ou indiretamente na atividade turística. Realizam-se também, em paralelo, entrevistas aos principais decisores político-institucionais setoriais, mormente: o atual Primeiro-ministro, o ex-Primeiro-Ministro, o atual Ministro do Turismo, o ex-Ministro do Turismo, o atual Diretor-Geral do Turismo, o ex- Diretor-Geral do Turismo, o Presidente da CVTI, o Presidente da CCISS, o Presidente da CCISB, a CTCV, os Diretores-Gerais dos principais Resorts a operar em Cabo Verde, para se avaliar, do ponto de vista do decisor, os principais desafios político-institucionais que concorrem para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, nomeadamente, no âmbito do setor turístico e do subsetor do turismo residencial e do alojamento complementar;

- d. **Estudo de caso**, envolvendo um estudo profundo e exaustivo do objeto em estudo. Para o efeito, complementarmente, fez-se um minucioso trabalho de campo, em todos²⁷ os vinte e dois municípios do país, no sentido de se realizar:
- i. Entrevista a todos os presidentes das câmaras municipais do país e/ou respetivas equipas, a fim de se analisar, a pente-fino, os desafios com que deparam, tendo em vista o desenvolvimento turístico sustentável no respetivo concelho;
 - ii. Realização de uma análise *SWOT* do modelo de desenvolvimento turístico local;
 - iii. Inventariação de um conjunto de investimentos públicos e privados, em infraestruturas e superestruturas que possam contribuir para o incremento da competitividade do destino turístico local;
 - iv. Análise de propostas de políticas a serem formuladas, tendo em vista um posicionamento competitivo do turismo residencial (2.^a residência) e do alojamento complementar (local) municipais no mercado global;
 - v. Auscultação dos principais operadores e *stakeholders* locais sobre os desafios subsetoriais do turismo, no que concerne ao turismo residencial (2.^a residência) e alojamento complementar (local);
 - vi. Inquérito junto das principais unidades hoteleiras sediadas nas ilhas turísticas cabo-verdianas, tendo em vista a definição do perfil do consumo intermédio turístico-hoteleiro cabo-verdiano.
- e. **Base de dados** utilizada serviu para fornecer os inputs teórico-empíricos nas fases de elaboração, preliminarmente, do projeto e, posteriormente, da própria tese. Para o efeito, iniciou-se por introduzir os dados bibliográficos no sistema *Mendley*, de modo a permitir, através do Word, gerir, eficazmente, todos os dados bibliográficos utilizados na elaboração da tese, sendo, posteriormente, complementado com o sistema manual. Também fazemos recurso à base de dados da ProQuest, bem como de outros motores de busca como o Google na Educação e de algumas bibliotecas *on line*, para o efeito;

²⁷ Sendo, em dezanove dos vinte e dois municípios, feito, presencialmente, o trabalho de campo e, nos outros três (Tarfal de S. Nicolau, Ribeira Brava e Maio), feito virtualmente.

f. **Modelo de investigação (em reconstrução contínua)** que serviu de guia de orientação para toda a pesquisa desenvolvida, em termos de conceitos, dimensões, componentes e indicadores, pode ser sintetizado no quadro seguinte:

Para efeito de realização deste trabalho de investigação científica, optou-se pelo desenvolvimento e implementação dos seguintes aspetos metodológicos e operacionais:

2. Modelo de Investigação

Quadro 1. Modelo Parcial

MODELO DE INVESTIGAÇÃO – JLMascarenhas

| CONCEITO | DIMENSÕES | COMPONENTES | SUB-COMPONENTES |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---|
| Turismo & Desenvolvimento Sustentáveis | 1. Turismo Sustentável | 1.1. Ambiental | 1.1.1. Recursos Turísticos 1.1.2. Atractividade Turística 1.1.3. Capacidade de Carga Regional 1.1.4. Qualidade / Satisfação 1.1.5. Paisagismo 1.1.6. Gestão Ambiental |
| | | 1.2. Económica | 1.2.1. Consumo 1.2.2. Investimento 1.2.3. Rentabilidade 1.2.4. Preços (€) 1.2.5. Transações Correntes 1.2.6. Fluxos Financeiros 1.2.7. Impacto no Emprego |
| | | 1.3. Turística | 1.3.1. Competitividade: Oferta Turística 1.3.2. Competitividade: Procura Turística |
| | | 1.4. Sócio-cultural | 1.4.1. Impacto Sócio-Cultural do Turismo |
| | | 1.5. Político-Institucional | 1.5.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis |
| | 2. Desenvolvimento Sustentável | 2.1. Ambiental | 2.1.1. Energia Acessível e Limpa 2.1.2. Cidades e Comunidades Sustentáveis 2.1.3. Produção e Consumo Responsáveis 2.1.4. Combate às Alterações Climáticas 2.1.5. Vida Debaixo da Água 2.1.6. Vida sobre a Terra |
| | | 2.2. Necessidades Básicas | 2.2.1. Fome Zero 2.2.2. Saúde e Bem-Estar 2.2.3. Educação de Qualidade 2.2.4. Água Potável e Saneamento |
| | | 2.3. Económica | 2.3.1. Emprego 2.3.2. Crescimento Competitivo 2.3.3. Crescimento Sustentável |
| | | 2.4. Pobreza e Desigualdade | 2.4.1. Erradicação da Pobreza 2.4.2. Redução das Desigualdades Sociais 2.4.3. Igualdade de Género |
| | | 2.5. Político-Institucional | 2.5.1. Paz, Justiça e Instituições Fortes 2.5.2. Parcerias em Proi das Metas 2.5.3. Políticas de Desenvolvimento Humano |
| | 3. Turismo Sustentável nos PEI | 3.1. Índice de Vulnerabilidade | 3.1.1. Vulnerabilidade Económica de Briguegio 3.1.2. Índice do Secretariado da Commonwealth 3.1.3. Vulnerabilidade Ambiental |
| | | 3.2. Dependência Externa | 3.2.1. Peso do Turismo na Economia 3.2.2. Peso da APD no Total do Financiamento 3.2.3. Peso do IDE (FP) no Total do Financiamento 3.2.4. Peso da Remessa Emigrantes no Total Financiamento 3.2.5. Peso das Importações no Consumo Intermediário Turismo |

Quadro 1.1. Modelo Parcial–Turismo Sustentável: componentes a indicadores

MODELO DE INVESTIGAÇÃO – JLMascarenhas

| DIMENSÕES | COMPONENTES | SUB-COMPONENTES | INDICADORES | |
|---------------------------------------|---|---|--|--|
| 1. Turismo Sustentável | 1.1. Ambiental | 1.1.1. Recursos Turísticos | 1.1.1.1. Inventariação da Disponibilidade de Recursos 1.1.1.2. Distribuição Espacial | |
| | | 1.1.2. Atractividade Turística | 1.1.2.1. Importância Atractiva 1.1.2.2. Capacidade Territorial 1.1.2.3. Avaliação da Vocaçao Turística | |
| | | 1.1.3. Capacidade de Carga Regional | 1.1.3.1. Aplicação de algumas Medida(s) já Definidas na Macaronésia 1.1.3.2. Medição da Capacidade de Carga Regional - Macaronésia: IPT & Fórmula de Hales | |
| | | 1.1.4. Qualidade / Satisfação | 1.1.4.1. Estabelecimentos com Certificação de Qualidade 1.1.4.2. Grau de Satisfação dos Turistas 1.1.4.3. Fidelidade dos Turistas | |
| | | 1.1.5. Paisagismo | 1.1.5.1. Áreas Naturais Protegidas 1.1.5.2. Grau de Naturalidade do Meio | |
| | | 1.1.6. Gestão Ambiental | 1.1.6.1. Qualidade das Águas de Banho Marítimas 1.1.6.2. Consumo de Águas Atribuível aos Turistas 1.1.6.3. Consumo de Electricidade Atribuível aos Turistas 1.1.6.4. Produção de Resíduos Sólidos Atribuível aos Turistas 1.1.6.5. Índice de Motorização Atribuível ao Turismo 1.1.6.6. Superfície da Costa Urbanizada | |
| | 1.2. Económica | 1.2.1. Consumo | 1.2.1.1. Consumos Turísticos (CST) / Gasto Médio por Turista por Dia 1.2.1.2. Fluxos Inter-Sectoriais 1.2.1.3. Peso Sectorial no PIB | |
| | | 1.2.2. Investimento | 1.2.2.1. Investimento Privado 1.2.2.2. Investimentos / Gastos Públicos | |
| | | 1.2.3. Rentabilidade | 1.2.3.1. Repartição do Rendimento Intra-Sectorial 1.2.3.2. Geração e Repatriamento de Lucro 1.2.3.3. Custos e Benefícios Fiscais | |
| | | 1.2.4. Preços (€) | 1.2.4.1. RevPar 1.2.4.2. Preço Mínimo 1.2.4.2. Preço Médio / Tarifa Média / ADR 1.2.4.2. Preço Máximo | |
| | | 1.2.5. Transações Correntes | 1.2.5.1. Componente Importada 1.2.5.2. Componente Exportada | |
| | | 1.2.6. Fluxos Financeiros | 1.2.6.1. IDE 1.2.6.2. Investimentos em Cartera 1.2.6.3. Crédito de Fornecedores 1.2.6.4. Empréstimos Interno & Externo 1.2.6.5. Remessa de Emigrantes 1.2.6.6. Geração e Repatriamento de Lucro | |
| | | 1.2.7. Impacto no Emprego | 1.2.7.1. Empregabilidade no Sector 1.2.7.2. Grau de Qualificação 1.2.7.3. Nacionalidade dos Quadros | |
| | | 1.3. Turística | 1.3.1. Competitividade: Oferta Turística | 1.3.1.1. Perfil da Oferta Turística – (NPT) Produtos Novos e Tradicional (PTT) 1.3.1.2. Distribuição & Promoção 1.3.1.3. Acessibilidade (Interna e Externa) 1.3.1.4. Capacidade de Oferta Infra-estrutural / Densidade & Qualidade Turísticas 1.3.1.6. Competitividade Preço |
| | | | 1.3.2. Competitividade: Procura Turística | 1.3.2.1. Perfil da Procura – Origem e Demanda de Produtos e Serviços 1.3.2.2. Estadia Média 1.3.2.3. Gastos Turísticos 1.3.2.4. Sazonalidade 1.3.2.5. Distribuição Regional |
| 1.4. Sócio-cultural | | 1.4.1. Impacto Sócio-Cultural do Turismo | 1.4.1.1. Experiência Local 1.4.1.2. Experiência dos Visitantes 1.4.1.3. Impacto Sócio-Demográfico 1.4.1.4. Indicadores Satisfação da Comunidade Local | |
| 1.5. Político-Institucional | 1.5.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis | 1.5.1.1. Planeamento Intra e Inter-Sectorial 1.5.1.2. Integração Inter-institucionais (Central e Local) 1.5.1.3. Instituições e Funcionalidades 1.5.1.4. Instrumentos Regulamentares 1.5.1.5. Eficácia Reguladora e Inspectiva 1.5.1.6. Capacidade Promocional | | |
| 2. Desenvolvimento Sustentável | 2.1. Ambiental | 2.1.1. Energia Acessível e Limpa 2.1.2. Cidades e Comunidades Sustentáveis 2.1.3. Produção e Consumo Responsáveis 2.1.4. Combate às Alterações Climáticas 2.1.5. Vida Debaixo da Água 2.1.6. Vida sobre a Terra | 2.1.1. Energia Acessível e Limpa 2.1.2. Cidades e Comunidades Sustentáveis 2.1.3. Produção e Consumo Responsáveis 2.1.4. Combate às Alterações Climáticas 2.1.5. Vida Debaixo da Água 2.1.6. Vida sobre a Terra | |
| | 2.2. Necessidades Básicas | 2.2.1. Fome Zero 2.2.2. Saúde e Bem-Estar 2.2.3. Educação de Qualidade 2.2.4. Água Potável e Saneamento | 2.2.1. Fome Zero 2.2.2. Saúde e Bem-Estar 2.2.3. Educação de Qualidade 2.2.4. Água Potável e Saneamento | |
| | 2.3. Económica | 2.3.1. Emprego 2.3.2. Crescimento Competitivo 2.3.3. Crescimento Sustentável | 2.3.1. Emprego 2.3.2. Indicadores do Doing Business 2.3.3. IDH | |
| | 2.4. Pobreza e Desigualdade | 2.4.1. Erradicação da Pobreza 2.4.2. Redução das Desigualdades Sociais 2.4.3. Igualdade de Género | 2.4.1. Erradicação da Pobreza 2.4.2. Redução das Desigualdades Sociais 2.4.3. Igualdade de Género | |
| | 2.5. Político-Institucional | 2.5.1. Paz, Justiça e Instituições Fortes 2.5.2. Parcerias em ProL das Metas 2.5.3. Políticas de Desenvolvimento Humano | 2.5.1. Paz, Justiça e Instituições Fortes 2.5.2. Parcerias em ProL das Metas 2.5.2. IDH | |
| 3. Turismo Sustentável nos PEI | 3.1. Índice de Vulnerabilidade | 3.1.1. Vulnerabilidade Económica de Briqueo 3.1.2. Índice do Secretariado da Commonwealth 3.1.3. Vulnerabilidade Ambiental | 3.1.1. Vulnerabilidade Económica de Briqueo 3.1.2. Índice do Secretariado da Commonwealth 3.1.3. Vulnerabilidade Ambiental | |
| | 3.2. Dependência Externa | 3.2.1. Peso do Turismo na Economia 3.2.2. Peso da APD no Total do Financiamento 3.2.3. Peso do IDE (FP) no Total do Financiamento 3.2.4. Peso da Remessa Emigrantes no Total Financiamento 3.2.5. Peso das Importações no Consumo Intermédio Turismo | 3.2.1. Peso do Turismo na Economia dos PEI do Atlântico 3.2.2. Peso do Turismo na Macaronésia 3.2.3. Peso da APD no Total do Financiamento CV 3.2.4. Peso do IDE (FP) no Total do Financiamento CV 3.2.5. Peso da Remessa Emigrantes no Total Financiamento CV 3.2.6. Peso das Importações no Consumo Intermédio Turismo CV | |

3. Pesquisa bibliográfica

- a. **Pesquisa bibliográfica:** a pesquisa bibliográfica é uma atividade investigativa que se pretende desenvolver, de forma permanente, ao longo da presente investigação e do processo de elaboração da respetiva tese.

Para o efeito, conforme a amostra bibliográfica apresentada no presente projeto, recorreu-se a obras de autores fundadores, nas áreas de: Ambiente, Economia, Economia do Desenvolvimento, Economia Internacional, Turismo, Sociologia, História, Ciência Política, Cultura Metodologia Científica etc.

- b. **Fontes de investigação:** constitui também objetivo desta investigação, fazer-se recurso a obras de autores contemporâneos que tenham desenvolvido investigações sobre o turismo, o desenvolvimento sustentável e/ou sobre a realidade cabo-verdiana, podendo assim fazer uma boa recolha sistemática sobre os contributos teóricos já dados concernentes a esses dois temas em análise. Para o efeito, fez-se recurso às diferentes bibliotecas físicas existentes a nível nacional e internacional, às bibliotecas *on-line*, aos repositórios científicos, etc., tendo o Sr. Orientador dado um contributo incomensurável, nesta árdua tarefa.

Recorreu-se aos dados empíricos publicados pelos organismos nacionais e internacionais, nomeadamente: INE – Instituto Nacional de Estatística, BCV – Banco de Cabo Verde, CVTI – Cabo Verde TradeInvest, OMT – Organização Mundial do Turismo, OCDE, BM – Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário Internacional, BAD – Banco Africano de Desenvolvimento, CEDEAO – Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental, entre outros.

Um outro elemento de capital importância para esta investigação foi o recurso aos planos de desenvolvimento turístico já elaborados a nível central e/ou municipal, aos inventários turísticos realizados nas diferentes autarquias do país, bem como aos instrumentos legais de regulação e promoção setoriais.

Desta forma, ao longo dos quatro capítulos seguintes realizou-se, uma análise crítica dos dados obtidos, fazendo um cruzamento analítico entre as abordagens teóricas e empíricas, obtendo como resultado dessas pesquisas a confirmação ou a informação das hipóteses de trabalho supra-referenciadas.

4. Processo de pesquisa

No entanto, também neste âmbito, o recurso a outras tipologias de investigação se afigura como sendo imprescindível. Pois, a multiplicidade e a diversidade de fontes, técnicas e recursos disponíveis requerem desta investigação recurso simultâneo aos seguintes tipos de pesquisa:

- a. **Pesquisa empírica** – permitindo deslocação por duas vezes, para a realização duma investigação presencial, junto das instituições e operadores turísticos das ilhas Canárias, nomeadamente em: Tenerife e Gran Canária, bem como nas seguintes ilhas turísticas cabo-verdianas: Ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago e S. Vicente. No entanto, complementarmente, conseguiu-se ainda fazer pesquisa de campo nas ilhas de S. Antão e do Fogo. Por outro lado, fez-se, por intermédio de parceiros, pesquisas de informação estatística nas restantes ilhas da Macaronésia, nomeadamente: RAA - Região Autónoma dos Açores e RAM – Região Autónoma da Madeira;
- b. **Pesquisa de campo** – Nas supramencionadas regiões da Macaronésia, optou-se por fazer duas pesquisas de campo distintas e complementares:
 - i. **1.^a Fase (2015-2016):** no decurso de 2015, realizou-se um **trabalho de campo** nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago, S. Vicente e S. Antão, tendo em vista um estudo sobre o perfil consumo intermédio das unidades hoteleiras cabo-verdianas, podendo permitir mensurar:
 1. O consumo total por empreendimento, ilha e setor/país;
 2. O consumo por artigo e por família de produto;
 3. A origem dos produtos: produção interna ou importação;
 4. Local de Compra: Mercado interno ou mercado externo.
 - ii. **2.^a Fase (2019):** visando conhecer e fazer uma **análise comparativa do perfil do mercado turístico nas ilhas da Macaronésia**, efetuaram-se deslocações duas vezes às ilhas Canárias, nomeadamente em: Tenerife e Gran Canária, bem como às seguintes ilhas turísticas cabo-verdianas de: Sal, Boa Vista, Santiago e S. Vicente. Complementarmente, conseguiu-se ainda fazer pesquisa de campo nas ilhas de S. Antão e do Fogo.

- iii. **3.ª Fase (2019-2020):** realizou-se um **trabalho de campo** nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago, S. Vicente, S. Antão e Fogo, tendo em vista a atualização do estudo anterior realizado na 1.ª fase, sobre o perfil consumo intermédio das unidades hoteleiras cabo-verdianas, podendo permitir extrair indicadores mais fiáveis sobre a situação atual das relações intersetoriais do turismo.
- iv. Este trabalho de campo, não obstante o envolvimento salutar das instituições públicas do turismo, não conseguiu atingir o impressionante número de adesão da 1.ª fase, devido à pandemia da COVID-19, que levou ao encerramento de quase a totalidade das unidades hoteleiras cabo-verdianas, desde 26 de março de 2020, ficando ainda pendentes alguns inquéritos lançados juntos de algumas unidades hoteleiras.
- v. **4.ª Fase (2019-2020):** teve lugar um **trabalho de campo** nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago, S. Vicente, tendo em vista a realização de um inquérito junto da população local, para se apurar o grau de satisfação dos locais com o modelo de desenvolvimento turístico vigente atualmente em Cabo Verde, bem como a respetiva expectativa em relação ao futuro setorial, em termos de perfil, competitividade, sustentabilidade e dos respetivos efeitos diretos, indiretos e induzidos.

Neste âmbito, o quadro N.º 3 seguinte serviu de base para a definição da amostra e da estratégia para a mobilização dos recursos²⁸ necessários para a realização do inquérito em cada Domínio do Estudo:

Quadro 3. Método de amostragem – universo Cabo Verde

| Domínio | Total agregados familiares Censo 2010 | Sistema de numeração dos Inquéritos | Amostra Aprovada |
|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| | | | 95% de confiança e 5 % de erro |
| Santiago Sul - Praia | 32 967 | 1 a 380 | 380 |
| Santiago Centro & Norte- Interior | 29 525 | 381 a 756 | 380 |
| São Vicente | 19 801 | 757 a 1.135 | 377 |
| Sal | 6 765 | 1.136 a 1.500 | 364 |
| Boa Vista | 2 570 | 1.501 a 1.835 | 334 |
| Total | 91 628 | | 1 835 |

Fonte: RGPH 2010 - INE

²⁸ Um agradecimento especial aos seguintes parceiros: Afrossondagem, Prof.s António Baptista, Lamine Tavares e Micael Fernandes pela assessoria técnica, bem como as competentes equipas de inquirição lideradas por: Dr.ª Nádia Évora (Sal); Prof.ª Alzira Marques (Boa Vista); Dr.ªs Doriane Évora (S. Vicente) & Jandira Centeio (Santiago Norte, Centro & Sul).

A ilha de Santiago, foi subdividida em dois domínios de estudo: o de Santiago Sul (constituído apenas pelo Concelho da Praia, devido a sua grande dimensão) e o de Interior de Santiago (que compreende as regiões de Santiago Centro e Norte).

O Domínio de Santiago Sul, não obstante abranger apenas o município da Praia, contemplou um total de 380 famílias inquiridas, ficando desagregado da seguinte forma:

Quadro 3.1. Distribuição inquérito - Ilha de Santiago Sul (380)

| Domínio (Inquéritos N.º 1 a 380) 10. Praia Zona: 10. __ | Total agregados familiares Censo 2010 | Amostra do Interior de Santiago | | |
|--|--|------------------------------------|--------------------------------|---|
| | | Distribuição proporcional estimada | 95% de confiança e 5 % de erro | Aprovada 95% de confiança e 5 % de erro |
| 10.a - Plateau | 1.648 | 5% | 20 | 20 |
| 10.b - ASA | 4.286 | 13% | 50 | 50 |
| 10.c - Palmarejo | 3.462 | 10,5% | 40 | 40 |
| 10.d - Terra Branca | 2.637 | 8% | 30 | 30 |
| 10.e - Achada S. Filipe | 3.462 | 10,5% | 40 | 40 |
| 10.f - Ponta D'Água | 3.462 | 10,5% | 40 | 40 |
| 10.g - Vila Nova | 3.462 | 10,5% | 40 | 40 |
| 10.h - Achadinha | 4.286 | 13% | 50 | 50 |
| 10.i - Fazenda | 3.462 | 10,5% | 40 | 40 |
| 10.j - Achada Grande Trás | 2.637 | 8% | 30 | 30 |
| 10.k - Restantes Zonas | 163 | 1% | 0 | 0 |
| TOTAL | 32.967 | 1,00 | 380 | 380 |

Fonte: RGPB 2010 - INE

O Domínio do interior de Santiago, abrangendo as regiões de Santiago Centro e Norte, contemplou também um total de 380 famílias inquiridas, distribuídas da forma como se segue:

Quadro 3.2. Distribuição inquérito - Santiago Centro e Norte (Interior)

| Domínio | Total agregados familiares Censo 2010 | Amostra do Interior de Santiago | |
|----------------------------|--|---------------------------------|--------------------------------|
| | | Distribuição proporcional | 95% de confiança e 5 % de erro |
| Tarrafal | 4 262 | 0,14 | 55 |
| Santa Catarina | 8 585 | 0,29 | 110 |
| Santa Cruz | 5 650 | 0,19 | 73 |
| S. Domingos | 2 687 | 0,09 | 35 |
| Calheta de S. Miguel | 3 520 | 0,12 | 45 |
| S. Salvador do Mundo | 1 692 | 0,06 | 22 |
| S. Lourenço dos Órgãos | 1 453 | 0,05 | 19 |
| Ribeira Grande de Santiago | 1 676 | 0,06 | 22 |
| TOTAL | 29 525 | 1,00 | 380 |

Fonte: RGPB 2010 - INE

Por uma questão técnica, convencionou-se em realizar inquéritos apenas nos domínios de estudo que apresentem um número mínimo de 50 famílias potencialmente inquiríveis. Por esta razão, fez-se um ajustamento na tabela anterior, dando origem a uma nova tabela reajustada, como se segue, totalizando cerca de 375 famílias inquiridas:

Quadro 3.2.1. Distribuição inquérito detalhada - Santiago Centro & Norte (375)

| Domínio (Inquéritos N.º 381 a 756) | Total agregados familiares Censo 2010 | Amostra do Interior de Santiago | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---|
| | | Distribuição proporcional | 95% de confiança e 5 % de erro | Aprovada 95% de confiança e 5 % de erro |
| 21. Tarrafal 21.a – Vila 21.b – Chão Bom 21.c – Ribeira das Pratas | 4 262 | 0,14 | 55 | 75 |
| 22. Santa Catarina 22.a – Ribeira da Barca 22.b - Rincão | 8 585 | 0,29 | 110 | 125 |
| 23. Santa Cruz 23.a – Achada Fátima 23.b – Pedra Badejo | 5 650 | 0,19 | 73 | 75 |
| 24. S. Domingos | 2 687 | 0,09 | 35 | 50 |
| 25. Calheta de S. Miguel | 3 520 | 0,12 | 45 | 50 |
| 26. S. Salvador do Mundo | 1 692 | 0,06 | 22 | 0 |
| 27. S. Lourenço dos Órgãos | 1 453 | 0,05 | 19 | 0 |
| 28. Ribeira Grande de Santiago | 1 676 | 0,06 | 22 | 0 |
| TOTAL | 29 525 | 1,00 | 380 | 375 |

Fonte: RGPB 2010 - INE

Em relação a S. Vicente, após um estudo aturado da distribuição populacional pelas diferentes povoações, decidiu-se pela seguinte composição dos Domínios de Estudo, totalizando cerca de 378 famílias inquiríveis:

Quadro 3.3. Distribuição inquérito - Ilha de S. Vicente 378

| Domínio Inquéritos (757 a 1.135) | Total Agregados familiares estimada | Amostra de S. Vicente | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| | | Distribuição proporcional | 95% de confiança e 5 % de erro |
| 5.a - Morada | 2.970 | 15% | 57 |
| 5.b - Chã de Alecrim | 2.970 | 15% | 57 |
| 5.c - Monte Sossego | 2.970 | 15% | 57 |
| 5.d - Ribeirinha | 2.970 | 15% | 57 |
| 5.f - Salamansa | 1.584 | 8% | 30 |
| 5.g - Baia | 990 | 5% | 18 |
| 5.h - Calhau | 1.782 | 9% | 34 |
| 53.i - Lazareto | 1.782 | 9% | 34 |
| 5.j - S. Pedro | 1.782 | 9% | 34 |
| TOTAL | 19.800 | 1,00 | 378 |

Fonte: RGPB 2010 - INE

Para a ilha do Sal seguiu-se também a mesma lógica para o apuramento dos Domínios de Estudo, resultando no seguinte quadro de distribuição:

Quadro 3.4. Distribuição inquérito – Ilha do Sal 364

Ano: 2018

| Domínio (1.136 a 1.500) | População | % | Amostra – N.º famílias |
|------------------------------------|------------------|-------------|-----------------------------------|
| 4.a - Espargos | 3 721 | 55% | 150 |
| 4.b - Santa Maria | 2 030 | 30% | 150 |
| 4.c - Palmeira | 677 | 10% | 64 |
| 4.d - Pedra do Lume | 338 | 5% | 17 |
| Total = 16.621 | 6 765 | 100% | 334 |

Fonte: RGPH 2010 - INE

Para o caso da Boa Vista, seguindo a mesma metodologia, chegou-se ao seguinte quadro de distribuição das 334 famílias potencialmente inquiridas pelos seguintes Domínios de Estudo:

Quadro 3.5. Distribuição inquérito - BV 334 (1501 a 1.835)

Ano: 2018

| Zonas | População | % | Proporção População | Amostra – N.º Famílias |
|---------------------------|------------------|-------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| 3.a - Sal-Rei | 11 527 | 69% | 7 994 | 232 |
| 3.b - Fundo das Figueiras | 686 | 4% | 28 | 14 |
| 3.c - João Galego – 966 | 966 | 6% | 56 | 19 |
| 3.d - Rabil | 1 869 | 11% | 210 | 38 |
| 3.e - Bofareira | 436 | 3% | 11 | 9 |
| 3.f - Estância de Baixo | 748 | 5% | 34 | 15 |
| 3.g - Povoação Velha | 389 | 2% | 9 | 8 |
| Total | 16 621 | 100% | 16 621 | 334 |

Fonte: RGPH 2010 - INE-Relatório DSBV

5. Recursos alocados

Para efeito de materialização deste projeto de investigação foi necessário fazer-se a locação dos seguintes recursos:

5.1. Humanos

Sendo da responsabilidade exclusiva do Autor todas as atividades de pesquisa realizadas no âmbito da presente investigação, no entanto, para o sucesso da mesma, foi necessário proceder-se à descentralização de algumas atividades operacionais, mormente as decorridas fora da ilha de residência do Autor, bem como nas regiões da Macaronésia de acesso condicionado, mormente, mediante a emergência da pandemia da COVID-19.

Por isso, para o efeito, contou-se uma colaboração assídua de uma vasta equipa multidisciplinar, que, a níveis institucionais e individuais, trabalharam, direta ou indiretamente, em prol deste projeto, tornando esta missão possível e altamente recompensadora, nomeadamente:

1. Equipa de Inquiridores;
2. Equipa da Afrosondagem;
3. Equipa da DGTT;
4. Equipa da CVTI;
5. Equipa da SDTBVM;
6. Equipa de diversos empreendimentos hoteleiros;
7. Equipa da Electra, SA;
8. Equipa da ADS;
9. PCA da APP;
10. S. E. Sr. Primeiro-Ministro – Dr. José Ulisses Correia e Silva;
11. S. E. Sr. Ex-Primeiro-Ministro – Dr. José Maria Pereira Neves;
12. S. E. Sr. Ex-Ministro do Turismo, Comércio e Energia – Dr. Humberto Brito;
13. S. E. Sr. DG do Turismo e Transportes – Dr. Francisco Martins;
14. S. E. Sr. Ex-DG do Turismo – Dr. Emanuel Almeida;
15. Muitos colegas e amigos sempre disponíveis a somar.

5.2. Intangíveis

O Nice's Group e a SCC, AS / US-Universidade de Santiago que, direta ou indiretamente, tornaram possível a mobilização dos recursos necessários para se fazer face a um caderno de encargos tão exigente, ainda que seja através de uma simples colaboração temporal.

Bem-haja!

6. Participantes e parceiros

Esta tese tornou-se possível, graças a parceria incondicional dos seguintes elementos institucionais e/ou individuais, que se disponibilizaram para juntar as mãos em torno deste projeto de investigação, nomeadamente:

1. ULisboa, que financiou este curso de doutoramento;
2. Equipa de Inquiridores;

3. Equipa da Afrosondagem;
4. Equipa da DGTT;
5. Equipa da CVTI;
6. Equipa do Governo Regional das Canárias;
7. ACIF – Região Autónoma da Madeira;
8. Grupo Pestana Trópico – Açores;
9. Equipa do Ministério das Finanças de Cabo Verde;
10. Deputados da AN-CV;
11. Equipa da SDTBVM;
12. Equipa de diversos empreendimentos hoteleiros;
13. Equipa da Electra, SA;
14. Equipa da ADS;
15. PCA da APP;
16. S. E. Sr. Primeiro-Ministro – Dr. José Ulisses Correia e Silva;
17. S. E. Sr. Ex-Primeiro-Ministro – Dr. José Maria Pereira Neves;
18. S. E. Sr. Ex-Ministro do Turismo, Comércio e Energia – Dr. Humberto Brito;
19. S. E. Sr. DG do Turismo e Transportes – Dr. Francisco Martins;
20. S. E. Sr. Ex-DG do Turismo – Dr. Emanuel Almeida.

7. Método de amostragem

7.1. Definição do universo de referência

Trata-se de um inquérito único para mensurar o grau de satisfação da população local com o turismo desenvolvido em Cabo Verde ao longo dos últimos trinta anos da segunda república, deste PEID da Macaronésia. O mesmo abrangeu cerca de 1.843 inquiridos, nas ilhas de: Sal, Boa Vista, Santiago (Norte e Sul) e S. Vicente.

Para o efeito, utilizou-se com base para a definição da amostra o quadro seguinte, que espelha muito bem a realidade regional do universo cabo-verdiano, tocando, profundamente, os pontos críticos do objeto do presente estudo, nomeadamente: a competitividade, a complementaridade, a equidade e a sustentabilidade deste destino turístico em edificação:

Quadro 4. Análise comparativa regional CV 2018-2019 – físico-demográfica

| Região | 2018 | | 2019 | | Superfície | |
|-------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|--------------|
| | % | População | % | População | % | Valor (km2) |
| Cabo Verde | 100% | 544 081 | 100% | 550 483 | 100% | 4 033 |
| Santiago | 56% | 305 778 | 56% | 309 633 | 25% | 991 |
| Santiago Norte | 22% | 120 340 | 22% | 120 401 | | |
| Santiago Sul | 34% | 185 438 | 34% | 189 232 | | |
| Sal | 7% | 38 246 | 7% | 39 696 | 5% | 216 |
| Boa Vista | 3% | 17 708 | 3% | 18 795 | 15% | 620 |
| S. Vicente | 15% | 83 468 | 15% | 84 229 | 6% | 227 |
| Restantes Ilhas | 18% | 98 881 | 18% | 98 130 | 49% | 1 979 |

Fonte: INE-CV (2020); Afrossondagem

O Quadro N.º 4 demonstra bem indícios de desequilíbrios estruturais a nível regional, quer em termos de superfície, com apenas uma ilha²⁹ a representar cerca de 25% da superfície terrestre total, quer em termos populacionais, com mais de 56% da população do país e 41% do total dos municípios nacionais, o que marca, de forma indelével, o perfil peculiar de Cabo Verde como um PEI arquipelágico.

Este ficheiro é o suporte de base à seleção de amostras de inquéritos dirigidos às famílias. Neste sentido, tendo em conta que o objetivo do inquérito é medir a satisfação da população local com o turismo desenvolvido em Cabo Verde, propôs-se um inquérito a ser realizado junto dos agregados familiares. Logo, a base de amostra considerada foi o número de agregados familiares existente em cada um dos domínios de estudo de acordo com a seguinte tabela:

Quadro 5. Distribuição dos agregados familiares por domínio de estudo

| Domínio de estudo | Total Agregados Familiares |
|----------------------|----------------------------|
| São Vicente | 16 287 |
| Sal | 4 409 |
| Interior de Santiago | 28 391 |
| Praia | 26 900 |
| Boa Vista | 2 570 |
| Total | 94 301 |

Fonte: RGPH 2010 - INE

²⁹ A ilha de Santiago, a maior do país.

No quadro n.º 5 destaca-se, a priori, o peso significativo da ilha de Santiago no total do universo, o que é um corolário natural do peso populacional da mesma em relação ao todo nacional, albergando mais de 56% da população cabo-verdiana.

Neste contexto, o Universo do Inquérito foi constituído a partir da base de dados dos Indivíduos residentes nos Agregados Familiares, de acordo com o Censo realizado em 2010, pelo Instituto Nacional de Estatística.

7.2. Definição da amostra

De forma bastante elucidativa, o quadro seguinte ilustra quão extraordinário foi o percurso feito pelo turismo cabo-verdiano que, partindo para o seu *startup* (em 1991), segundo os dados do INE-CV, com 21.615 turistas entrados, consegue chegar ao ano de 2000, uma década depois, com cerca de 145.076 turistas e 684.733 dormidas, reforçando ainda mais esse crescimento exponencial para a década seguinte, apresentando, em 2019, 819.308 hóspedes e 5.117.043 dormidas, o que representa uma taxa de crescimento na ordem de 3.676%, espelhando esse incremento o quanto Cabo Verde vem se afirmando, no mercado global, como um destino turístico de moda e potencialmente competitivo:

Quadro 6. Análise comparativa regional CV - 2019 – perfil socioeconómico

| Dormidas Turísticas 2019 | | Distribuição Amostra | | N.º Concelhos | | Contribuição para a Pobreza (%) | | Região |
|--------------------------|-----------|----------------------|-------|---------------|-------|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| % | Valor | % | Valor | % | Valor | Pobreza Global | Pobreza Extrema | |
| 100% | 5 117 403 | 100% | 1 843 | 100% | 22 | 100% | 100% | Cabo Verde |
| 5% | 243 229 | 41% | 761 | 41% | 9 | 59% | 57% | Santiago |
| | | 18% | 324 | 27% | 6 | | | Santiago Norte |
| | | 24% | 437 | 14% | 3 | | | Santiago Sul |
| 52% | 2 656 435 | 20% | 370 | 5% | 1 | 4% | 1% | Sal |
| 38% | 1 943 871 | 18% | 333 | 5% | 1 | 1% | 0% | Boa Vista |
| 2% | 120 836 | 21% | 379 | 5% | 1 | 11% | 9% | S. Vicente |
| 3% | 153 032 | 0% | 0 | 45% | 10 | 26% | 33% | Restantes Ilhas |

Fonte: INE-CV (2020); Afrossondagem

No entanto, o mesmo quadro também reflete sinais de alerta em relação às outras dimensões turísticas supramencionadas, mormente no concernente à complementaridade turística entre os diferentes micro-destinos internos, deixando ilhas, por exemplo, como Santiago e Santo Antão, com maiores superfícies, maior número de população, maior área de superfície geográfica, maior número de municípios e quantidade de oferta hoteleira, com números residuais de procura turística.

Estes sinais vêm, conseqüentemente, levantar questões críticas sobre a equidade no desenvolvimento regional, bem como no que concerne à sustentabilidade do desenvolvimento turístico cabo-verdiano, no âmbito das quais se espera um desenvolvimento turístico cujos benefícios diretos, indiretos e induzidos se revertam a favor da comunidade local, preservem e valorizem os recursos endógenos. Este é um debate que se pretende reabrir nos capítulos 3 e 4, os quais estão predestinados para uma análise assertiva sobre a realidade turística cabo-verdiana, traçando um olhar de dentro para dentro, de fora para dentro e vice-versa.

Por ora, vai-se debruçar um pouco sobre os critérios que determinaram a definição da amostra, para a realização do inquérito único, que abrangeram as ilhas turísticas de Sal, Boa Vista, Santiago e São Vicente, as quais, no seu conjunto, representaram, segundo os dados do INE-CV, cerca de 97,6% das dormidas turísticas que tiveram lugar no Arquipélago cabo-verdiano, durante o ano de 2019.

7.2.1. Tipo de amostragem

O desenho da amostra para o inquérito baseou-se numa amostra aleatória estratificada em duas etapas, tendo como variável de estratificação os domínios de estudo apresentados anteriormente, ou seja, o inquérito será representativo a nível de cada um dos 5 Domínios de Estudo:

1. Santiago Sul (Praia);
2. Santiago Norte (Interior);
3. S. Vicente;
4. Sal e;
5. Boa Vista.

Este processo de amostragem decorreu em duas seguintes etapas:

1. **Primeira etapa:** Seleção aleatória dos Distritos de Recenseamento, que são as U.P.A. (Unidades Primárias de Amostra), proporcional ao tamanho, em termos de quantidade de alojamentos existentes em cada DR.
2. **Segunda etapa:** Seleção aleatória dos Alojamentos (Unidades Secundárias da Amostra).

7.2.2. Unidades amostrais e unidades de observação

1. **Unidade amostral:** é a unidade sobre a qual recai a seleção. Neste caso em concreto, a unidade amostral é constituída pelos distritos de recenseamento e pelos alojamentos familiares.
2. **Unidade de observação (unidade de análise):** A unidade de observação é a unidade sobre a qual se incide a observação ou análise. Neste caso, é cada agregado familiar.

7.2.3. Cálculo da dimensão da amostra

➤ Unidades Secundárias

No cálculo da dimensão da amostra total dos alojamentos foi considerada a realização duma Amostra Aleatória Estratificada (AAE).

Assim, cada domínio de estudo foi considerado como um estrato independente.

Amostra Aleatória – Estimando uma proporção:

$$n_h = \frac{N_n * p * q}{(N_h - 1) * (b^2 / z^2) + (pq)}$$

Onde:

n_h – Dimensão da amostra do estrato h (Concelho)

N_h – Dimensão do universo do estrato h (Concelho)

b^2 – Erro relativo fixado a priori - 0,1

z^2 – Valor da precisão do intervalo de confiança fixado a priori – 1,96 (corresponde a um Intervalo de confiança de 95%)

p – Probabilidade do fenómeno estudado - “proporção de crianças de 0 a 5 anos nos agregados familiares”

$q = 1 - p$

➤ Variáveis de estratificação

Foram considerados como variáveis de estratificação os 22 domínios de estudos, que coincidem com os 22 Concelhos existentes no País. Ou seja, o inquérito será representativo ao nível de cada um dos 22 Concelhos.

7.2.4. Repartição da amostra pelos estratos

A repartição da amostra pelos estratos (por domínio de estudo) será efetuada considerando a repartição aleatória proporcional. Para o efeito, apresentamos duas alternativas de repartição da amostra pelos estratos:

1. A primeira com um intervalo de confiança de 95% e um erro relativo de 5% e;
2. A segunda com um intervalo de confiança de 95% e um erro relativo de 5%, em que cada domínio de estudo será considerado como um estrato independente.

7.2.5. Resultados do plano de amostragem

De acordo com os critérios superiormente pré-estabelecidos (intervalo de confiança de 95% e um erro de 5% e 10% respetivamente) e utilizando a fórmula apresentada chegamos aos seguintes resultados do plano de sondagem para cada estrato (Domínio de Estudo):

Quadro 7. Repartição da amostra dos agregados familiares por domínio de estudo

| Domínio de Estudo | Total agregados familiares | Amostra | |
|--------------------------|----------------------------|--|-----------------------------|
| | | 95% Confiança e 5 % de erro (aprovada) | 90% Confiança e 5 % de erro |
| Santiago Sul - Praia | 26 900 | 379 | 268 |
| Santiago Norte- Interior | 28 391 | 379 | 268 |
| São Vicente | 16 287 | 375 | 266 |
| Sal | 4 409 | 353 | 255 |
| Boa Vista | 2 570 | 366 | 245 |
| Total | 94 301 | 1 852 | 1 302 |

Fonte: RGPB 2010 - INE

Para o presente processo de inquirição, optou-se pela seguinte Repartição da Amostra dos Agregados Familiares por Domínio de Estudo, garantindo uma maior fiabilidade nos resultados alcançados e nas consequentes conclusões advenientes:

1. Intervalo de Confiança de 95%;
2. Erro de 5%.

7.2.6. Método de seleção das famílias

Primeira Etapa: Seleção aleatória dos DR³⁰ que serão considerados como as U.P.A. (Unidade Primarias da Amostra) Proporcional ao Tamanho (número de famílias).

Será fixado um número fixo de famílias a serem inquiridas em cada DR (30 famílias por DR) e, de acordo com esse número fixo de famílias, faz-se a tiragem aleatória dos DR's, utilizando assim, o método de tiragem aleatória sistemática, escolhendo um número aleatório de 1 a 30, que representa a sequência de tiragem dos DR's:

Quadro 8. Repartição ajustada da amostra dos agregados familiares por DR

| Domínio | Total agregados familiares Censo 2010 | Amostra | | Entrevistas por DR (Distrito de Recenseamento) | Amostra de DR por Domínio* | Universo de DR por Domínio |
|------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--|----------------------------|----------------------------|
| | | 95% de Confiança e 5 % de Erro | 90% de Confiança e 5 % de Erro | | | |
| Santiago Sul - Praia | 32 967 | 380 | 268 | 15 | 25 | 216 |
| Santiago Centro & Norte - Interior | 29 525 | 380 | 268 | 15 | 25 | 269 |
| São Vicente | 19 801 | 377 | 267 | 15 | 25 | 143 |
| Sal | 6 765 | 364 | 260 | 15 | 24 | 52 |
| Boa Vista | 2 570 | 334 | 245 | 15 | 22 | 21 |
| Total | 91 628 | 1 835 | 1 308 | 75 | 122 | 701 |

Fonte: RGPH 2010 - INE

* Obs: Os DR's serão selecionados aleatoriamente, proporcionalmente ao tamanho (número de agregados por DRs)

A opção por um intervalo de Confiança de 95% e uma margem de erro de 5% obriga a um processo de inquirição mais exigente, abrangendo cerca de 1.835 famílias, sendo repartidas proporcionalmente pelos diferentes Domínios do Estudo. Esta cobertura nacional foi repartida a nível regional da forma como se apresenta, detalhadamente, na pesquisa de campo.

³⁰ DR – Distrito de Recenseamento é uma proporção do território nacional cuidadosamente marcada e circunscreve-se sempre no interior dos limites de uma freguesia e é constituído por 600 indivíduos no meio rural ou 1.000 indivíduos no meio urbano. Pode ser constituído por:

- i. 1 bairro;
- ii. 1 ou vários lugares;
- iii. 1 parte de um bairro ou de um lugar;
- iv. 1 bairro e uma parte de um outro bairro.

Segunda Etapa: seleção das unidades secundárias, que são os Agregados Familiares, tiradas com a mesma probabilidade e, dentro das famílias, será selecionado, aleatoriamente, um indivíduo com 18 anos ou mais para ser inquirido.

Para todas as etapas utilizaremos o programa SPSS, e o método de seleção sistemática aleatório com probabilidade proporcional à dimensão da população (PPPS). O objetivo é garantir que as zonas com maior número de famílias têm uma proporcionalidade maior de serem escolhidas para a amostra.

8. Processos de inquirição e de entrevista

8.1. Instrumento e técnicas de recolha

8.1.1. Inquérito por questionário³¹

Para esta exigente tarefa, usou-se um questionário estruturado com 13 perguntas, na sua maioria, de escolha múltipla. Para o efeito, foi montado e ajustado o guião de entrevista, até se chegar a um modelo que fosse compatível com os objetivos específicos preconizados, com as hipóteses de trabalho a serem testadas, bem como os indicadores a serem compostos e/ou mesurados.

Seguidamente, os inquéritos regionais decorreram entre os dias 6 e 21 de março de 2020, liderados por equipas de inquirição independentes, mas com uma coordenação centralizada assegurada pelo Autor³², que acompanhou *in loco*, cada processo de inquirição regional, estabelecendo um necessário *link* entre todas as equipas.

³¹ 1. Os 1 835 inquéritos foram realizados, com sucesso, nas seguintes ilhas CV: Sal, Boa Vista, Santiago e S. Vicente, de acordo com as dimensões da amostra pré-determinadas;

2. Os dados foram lançados no SPSS e os resultados extraídos.

³² Após um retrocesso verificado num apoio de parceria prometida pelo INE-CV, para a recolha institucional de dados, o Autor teve que, sob as suas próprias expensas, assegurar toda a logística necessária para a realização dos referidos inquéritos, contando, para o efeito, com um esforço abnegado de cada equipa inquiridora regional. Bem-haja!

GUIÃO DE INQUÉRITO N.º _____

Identificação (Facultativo): _____ Idade: _____ Anos

Concelho: _____ Zona: _____ N.º de Agregado Familiar: _____

Habilitações: Nenhuma • E. Básico • E. Secundário • F. Prof. • E. Superior •

No âmbito do processo investigativo realizado para a conclusão do curso de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo ISEG, Universidade de Lisboa, cuja tese tem por objeto de estudo: **O Desafio da Sustentabilidade Turística Cabo-verdiana no Período Pós-Colonial**, pretende-se obter e tratar as seguintes informações estratégicas, concernentes à perceção da população local sobre o impacto socioeconómico do turismo no processo de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Para o efeito, o presente inquérito tem um carácter anónimo (se necessário for), agradecendo, por isso, a sua opinião sincera em relação às questões em pauta.

Segundo o INE-CV (2019), a distribuição da procura turística regional cabo-verdiana, referente ao ano económico de 2018, é caracterizada da seguinte forma: a ilha do Sal (com 7,03% da população) acolheu 56% do total das dormidas turísticas verificadas em Cabo Verde, Boa Vista (3,25% da população) 33,9%, Santiago (com 56,2% da população) 4,5%, S. Vicente (com 15,34% da população) 2,7% e as restantes 6³³ ilhas (com 18,18% população) 2,9%:

Tendo em consideração esses fluxos turísticos, bem como a distribuição regional da população cabo-verdiana, favor, numa escala de 1 a 5, responda, com a máxima de objetividade possível, às seguintes questões:

Q1. Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro:

| | |
|--------------|-----------|
| Nenhum _____ | N.º _____ |
|--------------|-----------|

Q2. Meça o número de transações económicas (venda de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você / seus familiares diretos faz(em) com o setor turístico-hoteleiro:

| | |
|--------------|-----------|
| Nenhum _____ | N.º _____ |
|--------------|-----------|

Q3. Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano:

| | 1 a 5 | 1-Nulos | 2-Irrelevantes | 3-Relevantes | 4-Muito Relevantes | 5-Determinantes |
|---------------|-------|---------|----------------|--------------|--------------------|-----------------|
| Escala | | | | | | |

Q4. Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, consegue retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano:

| | 1 a 5 | 1-Nulos | 2-Irrelevantes | 3-Relevantes | 4-Muito Relevantes | 5-Determinantes |
|---------------|-------|---------|----------------|--------------|--------------------|-----------------|
| Escala | | | | | | |

Q5. Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expectativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura:

| | 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|-------|--------|---------------|-------------|-------------------|----------------|
| Escala | | | | | | |

³³ 5 ilhas habitadas (excetuando a ilha de Santa Luzia, desabitada).

Q6. Assinale com (x) a pontuação que corresponde à sua avaliação dos seguintes destinos turísticos cabo-verdianos, no concernente às respetivas potencialidades turísticas:

| Ilha / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mt° Boas | 5-Excelentes |
|-------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Boa Vista | | | | | |
| Sal | | | | | |
| Santiago | | | | | |
| S. Vicente | | | | | |
| Outra(s)_____ | | | | | |

Q7. Assinale com (x) a pontuação que corresponde à sua avaliação das potencialidades dos seguintes produtos turísticos cabo-verdianos:

| Produto / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mt° Boas | 5-Excelentes |
|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Ecoturismo | | | | | |
| Turismo da Natureza | | | | | |
| Turismo Cultural | | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | | | | | |
| Turismo de Sol & Mar | | | | | |
| Outro(s)_____ | | | | | |

Q8. Ordene os seguintes produtos turísticos, no concernente às respetivas potencialidades competitivas no contexto do município onde reside:

| Produto / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mt° Boas | 5-Excelentes |
|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Ecoturismo | | | | | |
| Turismo da Natureza | | | | | |
| Turismo Cultural | | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | | | | | |
| Turismo de Sol & Mar | | | | | |
| Outro(s)_____ | | | | | |

Q9. Avalie a adequação das políticas públicas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q10. Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q11. Numa escala de 1 a 5, avalie o nível da complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas cabo-verdianas:

| 1 a 5 | 1- Nulo | 2-Insuficiente | 3-Suficiente | 4-Muito Bom | 5-Excelente |
|---------------|----------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Escala | | | | | |

Q12. Numa escala de 1 a 5, classifique a importância que a complementaridade turística entre as diferentes ilhas cabo-verdianas tem tido no respetivo desenvolvimento sustentável:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q13. Numa escala de 1 a 5, qualifique o papel que o setor turístico tem tido na fixação da população local nas respetivas ilhas/localidades:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Muito obrigado pela sua preciosa colaboração!

8.1.2. Inquérito por telefone

Procurou-se, com um apoio estimado por parte da DGTT, proceder-se à reconstituição de uma lista única de todos os empreendimentos turístico-hoteleiros credenciados no sistema oficial, estando ou não atualmente operacionais. Para o efeito, utilizou-se como ponto de partida uma Base de Dados disponibilizada institucionalmente, para efeito de atualização no Excel e reconversão aos objetivos da investigação, nomeadamente, no concernente à triagem quanto à origem dos capitais, bem como à nacionalidade dos respetivos gestores. Neste sentido, em alguns casos, a investigação foi complementada com recurso à técnica de recolha por telefone, que teve lugar entre os dias 04 e 13/05/2020.

8.1.3. Entrevistas

No que concerne à sustentabilidade político-institucional, entendeu-se ser fundamental o recurso à recolha de visões e opiniões de altos dirigentes nacionais, que estiveram ou estão a exercer elevados cargos ligados ao setor turístico cabo-verdiano, nomeadamente do atual Primeiro-Ministro, Dr. José Ulisses Correia e Silva; ex-Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Pereira Neves; atual Ministro do Turismo e Transportes, Dr. Carlos Santos; ex- Ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito; atual Diretor-Geral do Turismo, Dr. Francisco Martins e do ex-Diretor-Geral do Turismo, Dr. Emanuel Almeida.

Este processo de entrevista iniciou-se já em 2015, durante o mandato do Governo cessante, altura em que se conseguiu realizar entrevistas com o ex-Ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito e com o ex-Diretor-Geral do Turismo, Dr. Emanuel Almeida. A primeira entrevista foi introduzida e analisada no *software* Max-QDA, sendo os resultados posteriormente analisados, no âmbito do capítulo 4.

Seguem os dois modelos de guião que serviram de base, com ligeiras adaptações, para a realização das supramencionadas entrevistas. Realça-se que, para os Primeiros-Ministros, procurou-se focar a recolha de informação mais a níveis de visão, estratégias e políticas, enquanto que para os restantes entrevistados, a preocupação foi mais transversal, colhendo mais informações de domínio setorial e/ou operacional:



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

**GUIÃO DE ENTREVISTA a S. E. Sr. (ex)PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO
VERDE**

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: junho de 2020

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em *Development Studies*, do Doutorando José Luís Mascarenhas Monteiro, cuja tese é intitulada de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis em Cabo Verde Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva às seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal fator de atratividade do destino Cabo Verde?

Obs:

As restantes questões das Dimensões 1, 2 e 3 ficarão a cargo dos responsáveis setoriais.

1.4. Componente: Político-Institucional

Partindo do quadro referencial infra (fonte: INE-CV), agradecemos que respondesse às seguintes questões:

| Região | Ano: 2019 | | | |
|-----------------|-----------|------------|---------------|---------------------|
| | População | Superfície | N.º Concelhos | Dormidas Turísticas |
| Santiago | 56% | 25% | 41% | 5% |
| Santiago Norte | 22% | | 27% | |
| Santiago Sul | 34% | | 14% | |
| Sal | 7% | 5% | 5% | 52% |
| Boa Vista | 3% | 15% | 5% | 38% |
| S. Vicente | 15% | 6% | 5% | 2% |
| Restantes Ilhas | 18% | 49% | 45% | 3% |

1.4.1. Políticas, instrumentos e legislações aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing*, à eficácia e à valorização dos seus recursos estratégicos?

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde, mormente na sua repartição regional? O que poderá ser feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

Q1.4.1.4. O que tem feito o seu Governo para que os benefícios diretos, indiretos e induzidos do turismo cheguem, efetivamente, à população local?

Q1.4.1.5. Qual é o plano do seu Governo para que o turismo CV seja globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável, mormente neste contexto de pandemia de COVID-19?

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGTT, a CI e o recém-criado Instituto do Turismo de Cabo Verde?

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

Q1.4.2.3. Como classifica a sinergia criada entre as instituições públicas e privadas com responsabilidades no âmbito do setor turístico cabo-verdiano?

Q1.4.2.4. Entende que as instituições turísticas atuais dispõem dos instrumentos necessários para darem uma resposta eficaz aos atuais desafios setoriais e regionais?

Q1.4.2.5. Na atual conjuntura de uma crise pandémica e socioeconómica sem precedente, como avalia a estratégia do seu Governo em considerar o turismo o motor principal da economia CV?

Obrigado pela especial atenção.



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

**GUIÃO DE ENTREVISTA a S.E. O Sr. PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO
VERDE (2001-2016)
O Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES**

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: junho de 2020

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em *Development Studies*, do Doutorando José Luís Mascarenhas Monteiro, cuja tese é intitulada de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis - Cabo Verde Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde - 2001-2016, Dr. José Maria Pereira Neves) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva às seguintes questões (constantes do extrato do questionário infra), de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal (estratégico) fator de atratividade do destino Cabo Verde?

Obs:

As restantes questões das Dimensões 1, 2 e 3 ficarão a cargo dos responsáveis setoriais.

1.4. Componente: Político-Institucional

Partindo do quadro referencial infra (fonte: INE-CV), agradecemos que respondesse às seguintes questões:

| Região | Ano: 2019 | | | |
|-----------------|-----------|------------|---------------|---------------------|
| | População | Superfície | N.º Concelhos | Dormidas Turísticas |
| Santiago | 56% | 25% | 41% | 5% |
| Santiago Norte | 22% | | 27% | |
| Santiago Sul | 34% | | 14% | |
| Sal | 7% | 5% | 5% | 52% |
| Boa Vista | 3% | 15% | 5% | 38% |
| S. Vicente | 15% | 6% | 5% | 2% |
| Restantes Ilhas | 18% | 49% | 45% | 3% |

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing*, à eficácia e à valorização dos seus recursos estratégicos?

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde, mormente na sua repartição regional? O que poderá ser / poderia ter sido feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

Q1.4.1.4. O que fez o seu Governo para que os benefícios diretos, indiretos e induzidos do turismo cheguem, efetivamente, à população local?

Q1.4.1.5. Qual foi o plano do seu Governo para que o turismo CV seja globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável? Como é que vê a competitividade do destino CV no atual contexto de pandemia de COVID-19?

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGTT, a CI e o recém-criado Instituto do Turismo de Cabo Verde?

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

Q1.4.2.3. Como classifica a sinergia criada entre as instituições públicas e privadas com responsabilidades no âmbito do setor turístico cabo-verdiano?

Q1.4.2.4. Entende que as instituições turísticas atuais dispõem dos instrumentos necessários para darem uma resposta eficaz aos atuais desafios setoriais e regionais?

Q1.4.2.5. Na atual conjuntura de uma crise pandémica e socioeconómica sem precedente, como avalia a estratégia do seu Governo em considerar o turismo o motor principal da economia CV?

Obrigado pela especial atenção.

GUIÃO DE ENTREVISTA

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em Estudos do Desenvolvimento, do Doutorando José Luís Mascarenhas Monteiro, cujo tema da tese é intitulado de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis em Cabo Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (_____ do Turismo de Cabo Verde, Dr. _____) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva as seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal factor de atratividade do destino Cabo Verde?

1.1.3. Capacidade de Carga:

Q1.1.3.1. Classifique o turismo em Cabo Verde, em termos de capacidade de carga regional. Em que medida este indicador condiciona o desenvolvimento de um turismo sustentável em Cabo Verde?

Q1.1.3.2. Na sua óptica, entre os seguintes fatores, nomeadamente: território, dotação de recursos, demografia, experiência do visitante, experiência do visitado, identidade

cultural, disponibilidade infraestrutural, qual(is) constitui(em) o(s) principal(is) determinante(s) da capacidade de carga regional?

1.2. Componente: Económica

1.2.1. Consumos Turísticos:

Q1.2.1.1. Entende que Cabo Verde consegue atualmente maximizar os consumos turísticos?

Q1.2.1.2. Que medidas deve adoptar para potenciar o consumo local?

1.2.2. Fluxos Intrasetoriais:

Q1.2.2.1. Em que medida o fluxo económico existente entre os diferentes agentes do turismo garante um desenvolvimento sustentável do sector?

Q1.2.2.2. Em seu entender, qual é o subsector que deveria assumir a liderança setorial?

1.2.3. Relações Intersetoriais:

Q1.2.3.1. Quais os sectores que estão melhor posicionados para municiar o turismo com os inputs intermédios necessários ao seu processo de desenvolvimento?

Q1.2.3.2. Que regiões poderão ocupar um lugar cimeiro nesse processo inter-relacional?

1.3. Componente: Sociocultural

1.3.1. Sustentabilidade Sociocultural:

Q1.3.1.1. Em seu entender, Cabo Verde está, socioculturalmente, preparado para um verdadeiro *boom* turístico, pré-desenhado no período anterior às crises internacionais (2008 e 2020)?

Q1.3.1.2. Tendo em conta a experiência de Cabo Verde e dos seus visitantes, como visualiza os malefícios do turismo em Cabo Verde, tais como: a prostituição, a droga, a insegurança, a migração e a insustentabilidade urbana?

1.4. Componente: Político-institucional

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing* e à eficácia?

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGDT e a CI?

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

Obrigado pela especial atenção.

9. Base de dados

Tendo por base o guião de entrevista implementado nas referidas regiões turísticas supramencionadas, utilizou o software SPSS para se criar uma base de dados que pudesse albergar as 13 questões de múltiplas escolhas e cerca de 1.835 respostas, repartidas, conforme justificado nas seções precedentes, pelos cinco Domínios de Estudo, nomeadamente:

1. Santiago
 - 1.1. Santiago Sul - Praia
 - 1.2. Santiago Centro & Norte (Interior)
2. S. Vicente
3. Sal
4. Boa Vista

Uma vez lançados os inquéritos regionais e obtidos as respetivas respostas, montou-se uma Base de Dados que apresentasse essas características técnicas, permitindo uma numeração sequencial de cada região, assumindo a seguinte configuração:

Quadro 9. Sistema de enumeração dos questionários na base de dados

| Domínio | Sistema de numeração dos inquéritos |
|-----------------------------------|--|
| Santiago Sul - Praia | 1 a 380 |
| Santiago Centro & Norte- Interior | 381 a 756 |
| São Vicente | 757 a 1.135 |
| Sal | 1.136 a 1.500 |
| Boa Vista | 1.501 a 1.835 |

10. Tratamento de dados

Utilizou-se o programa estatístico SPSS para o tratamento e análise dos resultados. Relativamente ao tratamento das não respostas, utilizou-se uma numeração diferenciada, nomeadamente o número (99), para se identificar uma não resposta. para a obtenção dos resultados foram utilizados os microdados recolhidos.

PARTE I

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

“O Desenvolvimento é rejeitado não apenas tendo em conta os seus resultados, mas por causa de suas intenções... Não é o fracasso do desenvolvimento que tem de ser temido, mas o seu sucesso”.

Sideway (2002: 16)

Capítulo 1

O Turismo e os Desafios Multidimensionais do Desenvolvimento Sustentável

“O processo de desenvolvimento numa economia globalizada só fará sentido se for um processo sustentável no conteúdo, no espaço e no tempo, simultaneamente, equitativo e de rentabilidade social (e não só privada)”.

Romão (2001: 2)

Introdução

Em qualquer processo de edificação de uma estrutura de investigação científica, assumiu-se como condição *sine-quo-non* para a respetiva eficácia operacional e/ou viabilidade, a realização de uma revisão de literatura que incluía, preferencialmente, uma abordagem teórica, que possa servir de “fundação”, sobre a qual se encaixa toda a estrutura da abordagem empírica em análise, na perspetiva de se vir a induzir algum conhecimento novo no domínio do estudo, suscetível de fazer a ciência acontecer.

Este é o percurso investigativo que se propõe fazer ao longo deste primeiro capítulo da presente investigação, procurando criar os alicerces necessários à edificação de um conhecimento novo, o qual se espera vir a acrescentar valor sobre o grande desafio da humanidade que constituem o turismo e o desenvolvimento sustentáveis, mormente, no contexto cabo-verdiano. Neste pressuposto, o preceito supra defendido por Sideway (2002) serviu de mote para se levantar um pouco o “véu” sobre o desafio que se propôs abraçar, a este nível, ao longo deste capítulo introdutório da presente investigação.

Neste sentido, face ao tamanho do desafio expetável, procurou-se focar, essencialmente, na dotação dos instrumentos teóricos indispensáveis a uma análise empírica da dinâmica de longo prazo do setor turístico cabo-verdiano, procurando, através de uma aturada pesquisa bibliográfica, angariar os contributos teóricos interdisciplinares requeridos, independentemente dos respetivos contextos espaço-temporais. Este capítulo teórico teve, assim, como fito, ir edificando os indispensáveis “socialcos” que a sintetização, numa simples tese, de uma realidade tão complexa, como sendo o turismo e o desenvolvimento sustentáveis, nas suas multidimensões eco ambiental, económica, turística, sociocultural e político-institucional, acaba por exigir.

Para o efeito, escolheu-se como “farol” os seguintes subcapítulos, que funcionaram como “apeadeiros” de passagem obrigatória, ao longo deste percurso investigativo:

1.1. Fundamentos conceituais e a multidimensionalidade da sustentabilidade – no âmbito deste subcapítulo, procurou-se analisar o processo evolutivo dos conceitos e medidas que têm servido de base para, nos contextos universal e local, se encontrar uma base comum de registo e de interpretação dos fenómenos inerentes ao turismo e ao desenvolvimento sustentáveis.

1.2. Causas e consequências de um desenvolvimento desigual – este subponto introdutório deste trabalho de investigação teve como objetivo principal analisar as causas, as consequências e a dinâmica esperada³⁴ de um mundo globalizado e “quadripolar”³⁵, com uma rotação a, pelo menos, quatro velocidades. Procurou-se, neste âmbito, compreender a origem e os critérios subjacentes a esses desníveis de desenvolvimento, bem como os respetivos efeitos, no que tange à condicionalidade de acesso dos seus concidadãos aos benefícios do desenvolvimento, traduzidos em termos de acesso à: modernidade, oportunidade, competitividade e, conseqüentemente, à felicidade, tendo como pano de fundo o nobre objetivo global de “não deixar ninguém para trás”, independentemente do respetivo contexto espaço-temporal selecionado ou predestinado.

1.3. Sustentabilidade turística como fator indutor de crescimento e de desenvolvimento de um destino – neste subcapítulo procurou-se identificar, no âmbito dos fatores que, a nível teórico, motivam o crescimento económico e induzem o desenvolvimento sustentável, que papel pode caber ao turismo sustentável, conjugando conceitos e medidas, com as novas tendências turísticas, as quais vêm constituindo um novo preceito de vida global, em prol de uma complementaridade da oferta entre os tradicionais e os novos produtos turísticos, com expectáveis reflexos diretos, indiretos e/ou induzidos no turismo cabo-verdiano. Neste cenário, as relações intrassetoriais do turismo, nomeadamente, no concernente às interligações entre o produto, a distribuição e o transporte, refletidas no consumo turístico, assumiram também um lugar de destaque, de modo que se perceba quão importantes poderão ser as sinergias potencialmente estabelecíveis entre os agentes do turismo, no processo de alavancagem e *take-off* de um dado destino turístico. Tendo em consideração os ónus e os bônus que, paradoxalmente, estão associados ao turismo residencial e ao alojamento

³⁴ A análise da dinâmica efetiva desta marcha ficou reservada para o Capítulo II, no âmbito de uma abordagem mais empírica.

³⁵ Um mundo com uma rotação a quatro velocidades: 1.ª, a que marca a marcha dos PMA (Baixo Rendimento); 2.ª, a dos PDM (Rendimento Médio); 3.ª, a dos PD – RE (Rendimento Elevado); 4.ª, a dos PD-RME (Rendimento Muito Elevado).

complementar³⁶ local, mormente no contexto cabo-verdiano, uma atenção simbólica foi dispensada a estes fenómenos turístico-hoteleiros.

1.4. Competitividade turística vs. sustentabilidade económica: 2 caminhos 1

destino - a nível deste pilar, procurou-se, à luz dos preceitos teóricos, analisar os fatores económicos que sustentam a competitividade e a sustentabilidade económicas. Para o efeito, privilegiou-se as diferentes dimensões macro, meso e microeconómicas da competitividade turística, traduzidas, implicitamente, nos fatores de competitividade-país, de competitividade setorial e de competitividade empresarial. Estes fatores de competitividade foram objeto de confrontação com os inerentes às diferentes dimensões da sustentabilidade turística, procurando, subsidiariamente, identificar eventuais pontos de convergência / complementaridade e/ou de divergência / conflitualidade intrínsecas entre os objetivos de curto, médio e longo prazos. Nesta complexidade relacional, o papel catalisador que o turismo potencialmente exerce na sua relação com os outros setores de atividade foi também objeto de análise.

1.5. Sustentabilidade sociocultural e o efeito contágio entre o global e o local –

num contexto universal fortemente marcado pelo fenómeno da globalização, no seio do qual existe uma grande pressão para a normalização e a padronização de tudo e de todos, o turismo é colocado perante um grande desafio de se alimentar da diferenciação, fator que, no limite, constitui a sua própria razão de existir. Por este motivo, neste subcapítulo, dedicou-se um pouco à análise teórica dos fatores que teoricamente influenciam: a experiência do visitado e do visitante, as novas tendências do turismo, o impacto sociodemográfico do turismo, bem como os indicadores de satisfação, por parte da comunidade local e dos turistas, com o modelo de turismo localmente desenvolvido.

1.6. Sustentabilidade ambiental e os desafios da gestão territorial - este é o

subcapítulo, no seio do qual procurou-se começar por edificar, pilar a pilar, os suportes teóricos subjacentes às diferentes dimensões da sustentabilidade turística, que constituem um dos objetos principais da presente investigação. Neste quesito, a dimensão eco ambiental, por estar subjacente à inventariação e avaliação dos recursos turísticos, bem como à determinação da capacidade de carga dos destinos

³⁶ Denominado em algumas latitudes, como é o caso de Portugal, de alojamento local.

turísticos e, corolariamente, aos respectivos limites do desenvolvimento, assumiu, *ab initio*, um papel basilar na análise dos desafios subjacentes à indução de um desenvolvimento turístico sustentável num PEID vulnerável, como é Cabo Verde, onde todos os recursos potenciais, mormente territoriais, são marcados pela indisponibilidade ou pela exiguidade, tornando-se, por isso, crítica a missão de identificação de um recurso estratégico para esse almejado processo.

1.7. Desenvolvimento sustentável e os novos desafios político-institucionais - o desenvolvimento de um turismo sustentável requer um planeamento estratégico assertivo a níveis: macro, meso e micro envolventes, de modo que se possa identificar, a priori, os recursos turísticos que são efetivamente estratégicos, bem como os pontos cardeais que determinam onde se está, para onde se pode ir, para posteriormente, se definir para onde se quer ir. Para o efeito, requer-se a edificação de instituições fortes e a adoção de políticas corretas, capazes de, através de um equilíbrio assíduo entre a obediência e a irreverência, promover um acasalamento salutar entre a ciência e a política, endogeneizando os efeitos diretos, indiretos e induzidos do turismo. Nesta perspetiva, ao longo da seção em apreço, procurou-se analisar quão complexos são estes processos, procurando, na linha do caminho seguido, lançar os marcos indicativos do trajeto futuro a seguir.

Este capítulo, contando com os diferentes subcapítulos supra referenciados, constituiu, assim, a fundação estrutural da presente investigação, na qual ficará ancorado o fio condutor que liga a problemática da indução de um desenvolvimento turístico sustentável às expectativas que os visitantes e os visitados vêm depositando no destino turístico cabo-verdiano, o qual almejam globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável. No estabelecimento desta ligação, fez-se um “percurso das pedras”, passando pelas experiências globais vivenciadas em várias latitudes, mormente nas ilhas da Macaronésia, tendo, no seio das quais, desaguado no contexto cabo-verdiano, permitindo, ao longo desta pequena “viagem”, fazer-se averiguações e tirar-se ilações relevantes sobre o passado, o presente e o futuro (perspetivado) do destino Cabo Verde.

Nesta perspetiva, procurou-se, ao longo deste capítulo, munir-se dos instrumentos teóricos, seguidamente disponibilizados, indispensáveis para se poder identificar, analisar e compreender a realidade empírica revisitada no âmbito deste processo de investigação.

1.1. Sustentabilidade: fundamentos de uma multidimensionalidade conceitual

Introdução

Sustentabilidade: fundamentos de uma multidimensionalidade conceitual – no âmbito deste subcapítulo, procurou-se analisar a dinâmica evolutiva dos conceitos e medidas que têm servido de base para, nos contextos universal e local, se encontrar uma base comum de registo e de interpretação dos fenómenos inerentes ao turismo e ao desenvolvimento sustentáveis.

= // =

“O desenvolvimento deve, por conseguinte, ser concebido como um processo multidimensional que envolve mudanças em estruturas, valores e instituições bem como a aceleração do crescimento económico, a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza absoluta”.

Todaro (1981: 166)

Com base neste ditame, Romão (2001) aprimora ainda mais o conceito de desenvolvimento sustentável, permitindo inferi-lo como: “um processo que deverá passar pela utilização, de forma eficiente e responsável, dos *inputs* disponíveis, de modo que os benefícios / resultados deste processo superem os respetivos custos, garantindo não só a preservação e a valorização dos fatores de desenvolvimento, como também, as condições para a manutenção do referido processo no curto, médio e longo prazos, traduzindo-se em ganhos em termos de bem-estar, para as gerações atuais e futuras”.

Esta visão integrada e integradora do desenvolvimento sustentável definida por Romão (2001) demonstra, plenamente, o carácter multidimensional do fenómeno da sustentabilidade, assumindo, assim, uma dimensão de transcendência espaço-temporal, que afeta, direta e/ou indiretamente, o bem-estar de todos os cidadãos do mundo, qualquer que seja a latitude onde se encontrem. Esta é a complexidade do fenómeno que, na sua dimensão, mormente turística, serviu de guia à análise que se propôs fazer ao longo deste documento de investigação, com uma pequena incursão pelas dimensões de desenvolvimento sustentável nos PEID e pelas respetivas subcomponentes e indicadores.

Como anteriormente referenciado, no âmbito deste subcapítulo procurou-se analisar a dinâmica evolutiva dos conceitos e medidas que têm servido de base para, nos contextos universal e local, se encontrar uma base comum de registo e interpretação

dos fenómenos inerentes ao turismo e desenvolvimento sustentáveis.

O turismo e o desenvolvimento sustentáveis constituem, nesta ótica, duas dimensões de um futuro comum, costurado por um cordão umbilical, o qual se traduz numa pista para que, ao longo desta tese, seja traçada a importância transcendental e crescente que o turismo tem vindo a conquistar no mundo atual, principalmente, nos PEID, onde a sustentabilidade do respetivo processo de desenvolvimento é assumida como um desafio omnipresente e intemporal.

No entanto, essa importância, pelo seu percurso histórico e pela sua complexidade, nos domínios espaço-temporais, nem sempre mereceu ou merece consenso por parte dos agentes económicos, sociais e/ou políticos que lidam, quotidianamente, com estes fenómenos.

Por esta razão, esta seção foi dedicada aos conceitos básicos da sustentabilidade, de modo a se poder criar uma base conceitual padronizada, que pudesse permitir, por um lado, a todos os usuários desta matéria disporem de uma base comum de entendimento concernente aos dados qualitativos e quantitativos subjacentes a este fenómeno multidimensional e por outro, fazer-se, sequencialmente, uma abordagem ao complexo fenómeno que constitui a problemática do turismo sustentável.

Esta necessidade imperiosa de um entendimento comum põe-se ainda com maior equidade, quando analisarmos com atenção a repescagem feita por Cunha (1997: 74) do princípio de subsidiariedade, implicitamente associado a este fenómeno global que é o turismo, asseverando que: “o desenvolvimento do turismo deve ser apoiado e participado pelas populações locais” e, concludentemente, sustentável.

Nesta perspetiva, a sustentabilidade turística passa, necessariamente, por uma conjugação espacial desenvolvimentista e sinérgica entre o global e o local. Pois, na atual era da globalização, em que estamos, todos, a um clique de tudo: oportunidades e ameaças, não existe nada que seja absolutamente superior, inatingível e/ou inigualável, uma vez que a diferenciação individual que era antes considerada o ponto de marcantes desencontros, é hoje, paradoxalmente, o ponto de encontros, igualmente marcantes.

Nesta perspetiva, ao longo do primeiro capítulo da presente tese, procurou-se fazer a revisão de literatura, com a recolha de vários *inputs* teóricos, provenientes de diferentes correntes de pensamento, de modo a se poder estabelecer uma plataforma de

apoio central para a realização da consequente abordagem empírica, no contexto global, mormente na realidade dos PEID, com destaque especial para a região da Macaronésia, bem como, localmente, no âmbito do estudo de caso de Cabo Verde.

Assim sendo, propôs-se, para o presente capítulo, a realização de um percurso investigativo, passando para as diferentes dimensões da sustentabilidade, nomeadamente: ambiental, económica, turística, sociocultural e político-institucional.

Um outro debate teórico introduzido, na abertura desta tese, é o concernente à hipotética relação interativa e sinérgica de complementaridade e/ou conflitualidade, entre os fenómenos de competitividade e de sustentabilidade, bem como os seus impactos temporais no curto, nos médio e longo prazos.

É, desta forma que, com o objetivo de se constituir uma base teórica confortável para efeito de demonstração das múltiplas hipóteses académicas assumidas no âmbito da presente tese, se definiu como sumário e se cumpriu as seis etapas do percurso investigativo, em síntese, superiormente propostas, as quais passam, doravante, a ser objeto de uma análise mais pormenorizada, na perspetiva de, no final do presente capítulo, sejam garantidos os principais instrumentos teóricos necessários para orientar e suportar a investigação empírica que seguidamente se desenvolveu.

1.1.1. Génese e evolução conceitual do desenvolvimento sustentável

“O processo de desenvolvimento numa economia globalizada só fará sentido se for um processo sustentável no conteúdo, no espaço e no tempo, simultaneamente, equitativo e de rentabilidade social (e não só privada)”.

Romão (2001: 2)

O espírito de humanização reproduzido por Todaro (1981) e retomado por Romão (2001), esteve sempre presente ao longo da história do pensamento económico, justificando isso, o facto do conceito de desenvolvimento económico ter passado por diferentes fases de evolução e maturação. Nesse percurso, este importante fenómeno multidimensional foi considerado, nomeadamente, como: um mero crescimento económico, crescimento mais mudança estrutural, desenvolvimento de rosto humano, desenvolvimento sustentável, tendo, inclusive, ganho corpo um novo conceito, o de pós-desenvolvimento.

Esta metamorfose conceitual com o evoluir do tempo é demonstrativa de que o

entendimento em torno deste fenómeno, como atestam Oppenheimer (1998), Sideway (2002) e Chang (2004), não tem um perfil estático, nem tão pouco universal / consensual, mas sim, afigura como corolário de uma dinâmica própria, contextualizada no tempo e no espaço.

1.1.1.1. A génese de um novo futuro

“O desenvolvimento não é compaginável sem uma distribuição dos seus benefícios pelas populações locais, sob pena de se minar, em futuro próximo, os alicerces conceptuais e objetivos em que se suporta e determinar a rejeição do modelo, político e económico, no qual foi gerado”.

Abrantes in Sarmiento (2019: 17)

Desde o início dos anos 70 do século XX que, seguindo este pulsar, começaram a surgir as primeiras formulações sobre a sustentabilidade, ligadas, preliminarmente, ao aparecimento do movimento ecologista e aos novos postulados vivenciais, tais como:

1. Estabelecimento de limites ao crescimento;
2. Eco-desenvolvimento;
3. Crescimento orgânico;
4. Crescimento zero, etc.

Nesta perspetiva, fica latente uma preocupação que deixa visível que o desenvolvimento não é só portador de efeitos benéficos, mas também que o mesmo pode trazer malefícios para o bem-estar de quem o promove e/ou de quem é o destinatário último da sua experimentação.

No âmbito deste enquadramento, encontra-se os fundamentos para a tese que Pieterse, in Sideway (2002: 16), procura defender, no que concerne ao fenómeno de desenvolvimento:

Junto com o "anti-desenvolvimento" e "para além do desenvolvimento", o pós-desenvolvimento é uma reação radical para os dilemas do desenvolvimento. Perplexidade e extrema insatisfação com o negócio-tradicional e o desenvolvimento *standard*, retórico e prático e desilusão com o desenvolvimento alternativo são notas-chave dessa perspetiva. Desenvolvimento é rejeitado porque é a "nova religião do oeste" ... é a imposição da ciência como poder ... ele não funciona ... isso significa ocidentalização cultural e homogeneização ... e traz destruição ambiental. É rejeitado não apenas tendo em conta os seus resultados, mas por causa de suas intenções, não é o fracasso do desenvolvimento que tem de ser temido, mas o seu sucesso (1992: 3), sua visão de mundo e de mentalidade. A mentalidade económica implica uma visão reducionista da existência.

Este é um dos pressupostos que marcaram a viragem ocorrida na percepção do conceito de desenvolvimento, que passou, neste novo contexto interpretativo, de um objetivo absoluto, para constituir um instrumento ao serviço da felicidade humana. Consequentemente, não é de se estranhar que as preocupações das políticas públicas e dos seus visados, ao invés de estarem focalizadas apenas no processo de desenvolvimento em si, passaram, também, e essencialmente, a centrar-se ao nível dos efeitos nefastos do desenvolvimento e, conseqüentemente, no estabelecimento de limites a esse perfil de desenvolvimento potencialmente nefasto, tendo como base uma análise assente no conceito de sustentabilidade.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como supracitado, foi preliminarmente definido no Relatório da Comissão Brundtland, in <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/>, intitulado de “O Nosso Futuro Comum”, elaborado sob a égide das Nações Unidas, em 1987, como sendo: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Esta propedêutica definição do desenvolvimento sustentável coloca-nos também perante uma novel necessidade de conjugação sinérgica, desta feita, a nível temporal, entre o curto e o longo prazos, apelando por uma certa solidariedade intergeracional, passando para a geração atual a responsabilidade de, solidariamente, defender o interesse de quem não tem voz e/ou vez, porque nem sequer se encontra ainda “entre nós”, para fazer a sua autodefesa.

Adianta, ainda, este relatório, que, no que concerne ao desenvolvimento sustentável: “uma etapa decisiva para a sua implementação foi a realização no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida por Cimeira da Terra, passando, a partir de então, a figurar na agenda política mundial e os países a integrá-lo progressivamente na sua estratégia política assente inicialmente em dois pilares: o económico e o ambiental. Estas duas preocupações essenciais passaram a fazer parte integrante da génese deste novo conceito e dimensão de desenvolvimento, por condicionarem, positiva ou negativamente, o processo de desenvolvimento dos países no contexto global.

Segundo este mesmo relatório em referência, o terceiro pilar: “o da coesão social, só foi introduzido na Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995. Os três pilares são reforçados pela dimensão institucional, que atenta nas formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos (exigindo flexibilidade, transparência e democracia nos seus diferentes níveis) bem como a indispensável participação da sociedade civil”. Assim, nesta fase preliminar da emergência deste novo conceito de desenvolvimento, assistia-se também e, acima de tudo, à emergência de uma nova filosofia de vida, que viria, através dos seguintes documentos de suporte, a revolucionar toda a humanidade e a sua forma de viver e de conviver em sociedade:

A Declaração do Rio e a Agenda 21 são os documentos estruturantes em sede de desenvolvimento sustentável, cujos conteúdos programáticos norteiam os ulteriores trabalhos, seja ao nível internacional seja no plano interno dos Estados.

Apesar de antes do Relatório Brundtland terem ocorrido discussões de índole política e académica sobre os limites do crescimento e a sustentabilidade da atividade do turismo, ele constitui o focal point das reflexões sobre políticas de gestão da atividade (Gossling & Hall, 2005 in Saarinen, 2006).

No plano da União Europeia o conceito de desenvolvimento turístico sustentável e o papel do setor do turismo foi pela primeira vez objeto de uma consagração autónoma no V Programa Europeu para o Ambiente (1993-1997).

É no âmbito deste processo evolucionista, que, na sequência da emergência das sucessivas abordagens, durante a década de '90, na etapa seguinte ao Pós-Consenso de Washington, emergiu o denominado de “Consenso dos Anos '90”, edificado sobre a convergência da ortodoxia e da heterodoxia, num ponto nevrálgico, no qual, foi possível um “acasalamento” profícuo entre um “estado amigo” e um mercado regulado. Desse improvável encontro resultaram sete novas adjetivações e quatro novos objetivos seguidamente apresentados, que passaram a caracterizar o fenómeno do desenvolvimento, nos tempos modernos e vindouros:

1. **Equitativamente distribuído** – A distribuição equilibrada dos respetivos custos e benefícios, representa um dos mais nobres objetivos do desenvolvimento. Pois, o processo de desenvolvimento consiste numa desafiante edificação, na qual são consumidos avultados insumos ambientais, materiais, financeiros, humanos e institucionais, alocados dos mais diversificados pontos territoriais, carecendo, em contrapartida, de uma:

a. Gestão responsável, numa perspetiva da respetiva preservação e valorização, nos

horizontes de curto, médio e longo prazos;

- b. Distribuição equilibrada dos ónus e bónus do desenvolvimento, no ponto de vista: geográfico, demográfico e socioeconómico, para este fenómeno, que visa, no limite, colocar o crescimento ao serviço da população, tenha a felicidade humana³⁷ como pontos de partida e de chegada.

2. Culturalmente descentralizado – num mundo interdependente e globalizado em que vivemos, em que estamos a um *clique* de tudo: oportunidades e ameaças, universalmente, o Homem ganha cada vez mais consciência de que todos somos poucos, no âmbito deste exigente e desafiante processo desenvolvimentista. Uma vez que cada um e todos têm algo a receber, mas também a dar, em prol da felicidade humana. Nesta perspetiva, não existem culturas superiores nem inferiores, existem simplesmente culturas: diferentes formas de pensar, de sentir e de agir, que são insumos indispensáveis a qualquer processo de definição e de edificação de um desenvolvimento, que se espera globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável.

3. Participativamente planificado – Como se pode depreender das abordagens anteriormente feitas, um dos grandes males, que está na origem desse mundo “quadripolar”³⁸ que vivemos, com grandes disparidades intra e interestatais, prende-se com a visão altista do poder dominante, que parte do pressuposto /preconceito de que nem todos têm capacidade para planear a sua caminhada e para decidir o seu próprio destino.

Esse erro de “*casting*” fez com que as pequenas economias, mormente as insulares em desenvolvimento, devido às suas fraquezas político-institucionais, próprias de uma economia pequena, se transformassem nos verdadeiros “*anything takers*”, ficando excluídas do processo de planeamento do respetivo percurso para o desenvolvimento, sendo-lhes encomendado um “fato, ao estilo e à medida do encomendador”, o qual foi convencionado de “modelo universal”.

Neste contexto, tanto ao nível socioeconómico como político-institucional, só o

³⁷ A qual constitui, segundo Mia Couto, o único indicador incomensurável do desenvolvimento.

³⁸ O mundo está, segundo o PNUD (2019: 294-297), dividido em quatro grupos distintos de países de: Rendimento Humano Muito Elevado (IDH \geq 0,800); Rendimento Humano Elevado (0,700 \leq IDH \leq 0,799); Rendimento Humano Médio (0,550 \leq IDH \leq 0,699) e Rendimento Humano Baixo (IDH \leq 0,549).

princípio de subsidiariedade, com uma participação proativa dos destinatários de qualquer processo de planeamento, poderá garantir a sua eficiência e eficácia almejadas.

4. Sustentável – A palavra sustentabilidade começou aqui a ganhar um corpo que ultrapassa, largamente, a sua própria semântica, para se transformar num dos mais consensuais objetivos inter geracionais. Essa universalidade foi conquistada devido à sua amplitude multifatorial, edificada com base sobre os seguintes pilares estruturais: ambiental, económico³⁹, sociocultural e político-institucional.

A evolução concetual supra referenciada, até se chegar ao conceito de sustentabilidade proposta pela Brundtland Commission (1987), espelha, por outro lado, ainda que induzidamente, a volatilidade e a transformacionalidade experimentadas, ao longo dos tempos, pelo próprio conceito de desenvolvimento e pelos seus objetivos subjacentes, que, em função do contexto espaço-temporal, acabaram por assumir diferentes dimensões e incorporando diferentes variáveis.

Essencialmente, a sustentabilidade, em qualquer contexto, deve ser considerada como sendo a capacidade para suportar. A sustentabilidade, como uma manifestação contemporânea, é geralmente entendida, no contexto económico, como uma composição de três domínios primários categorizados como: financeiro, ambiente natural e dimensão humana (Edgeman, 2013:114, traduzido pelo autor).

É neste contexto evolutivo que se chegou, ao conceito de Turismo Sustentável⁴⁰ que, derivando de um conceito mais amplo de Desenvolvimento Sustentável, é definido pela OMT (2003), como sendo: “o turismo que leva à gestão dos recursos, de modo que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam preenchidas, mantendo a integridade cultural e ambiental, para que a geração futura possa usufruir das mesmas condições”.

1.1.1.2. ODM: o primeiro passo para um futuro comum

“Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades”.

Brundtland Commission (1987: 24)

³⁹ Ao qual poderá ser acoplada a componente turística, quando de sustentabilidade turística se tratar.

⁴⁰ Objeto de análise nas secções seguintes.

À entrada do novo século e de um novo milênio, a ONU, sob a liderança de Kofi Annan (01-01-1997 e 31-12-2006), promoveu um salto qualitativo no conceito de desenvolvimento, tendo conseguido congregado em torno de um novo conceito de desenvolvimento, suportado por oito objetivos, intitulados de ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, para vigorar entre 2000 e 2015, os quais, segundo http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm, consiste no seguinte:

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM surgiram em 2000, por meio da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros, inclusive o Brasil. Consistiu em um esforço internacional para alcançar desenvolvimento em setores e temas como: meio ambiente, direitos humanos e das mulheres, igualdade social e racial. Foram estabelecidos 8 objetivos, com 21 metas, mensurados e comparados entre os países por meio de 60 indicadores.

Pelo exposto, pode-se aperceber do processo de “*djunta mó*”⁴¹ estabelecido no seio do concerto das nações, tendo em vista uma ação coletiva, para a promoção, num período de 15 anos, de um desenvolvimento no contexto universal que visasse a materialização dos seguintes ODM, sintetizados por http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011, nos seguintes termos:

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais, em seu conjunto, almejavam fazer com que o mundo progredisse rapidamente rumo à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta, fatores que afetavam especialmente as populações mais pobres, dos países menos desenvolvidos.

O marco fundador dos ODM foi a Resolução nº 55/2 da Assembleia Geral da ONU, que entrou para a história com o nome de "Declaração do Milênio das Nações Unidas". Esta foi adotada de forma unânime por chefes de Estado e altos representantes de 191 países, durante a 55ª sessão da Assembleia Geral, a chamada "Cúpula do Milênio das Nações Unidas", realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo esse importante documento, o principal desafio a ser enfrentado àquela época era garantir que a globalização se tornasse uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, embora fosse reconhecido que esta oferecesse grandes oportunidades, seus benefícios eram compartilhados de maneira desigual pelas nações, com os países em desenvolvimento e economias em transição enfrentando grandes dificuldades para alcançá-los, ainda que sentissem os seus elevados custos.

⁴¹ O termo crioulo que significa em português, juntar as mãos / união.

O extrato do texto anterior demonstra que havia, aquando do estabelecimento dos ODM, uma preocupação reinante no seio das nações de uma eventual conflitualidade potencialmente existente entre a globalização e a localização dos impactos do processo de desenvolvimento. Por esta razão, foram estabelecidas, no âmbito desses objetivos, ações específicas que pudessem vir, a prazo, a proporcionar um desenvolvimento global que seja mais suportável, mais viável, mais equitativo, isto é mais sustentável. Neste sentido, segundo esta última fonte, ficou, *ab initio*, pré-acordado, entre os 191 países signatários dos mesmos, que:

Os oito ODM abrangiam ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de género e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para cada um dos oito objetivos foram estabelecidas metas globais, em um total de 21 metas, cujo acompanhamento de progresso deu-se por meio de um conjunto de 60 indicadores. A maioria das metas estabelecidas para os ODM tinha como horizonte temporal o intervalo de 1990 a 2015, isto é, avaliavam o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo por base dados iniciais obtidos em 1990.

Neste pressuposto, o ano de 1990 foi o escolhido para servir de base para a fixação de uma realidade estática, para a mensuração da evolução dos países signatários, no concernente a uma parte significativa dos indicadores, subjacentes aos seguintes oito ODM, em relação aos quais, para o contexto cabo-verdiano, PNUD & Governo (2015: 11) reza o seguinte:

ODM 1: Reduzir para metade a pobreza absoluta e a fome (pessoas a viver com menos de 1 Dólar 1990-2015 - No que concerne a este objetivo, conseguiu-se a: “redução da pobreza extrema e da insegurança alimentar, passando de 49% em 1990 para 26,6% em 2007, o que ilustra uma evolução positiva da situação, com fortes probabilidades do país ter atingido esta meta, a ser confirmado com a publicação de dados em relação a 2015”;

ODM 2: Assegurar a educação primária universal – taxa líquida de escolarização no ensino primário – para este ODM, conseguiu-se: “alcançar o ensino básico universal, tendo a taxa líquida de escolarização no ensino básico registado aumento de 21.3 pontos percentuais, de 71,5% para 92.8% entre 1990 e 2013/2014. A escolarização básica universal foi assegurada desde 2000”;

ODM 3: Promover a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres – equidade de géneros em todos os níveis n.º de raparigas / n.º de rapazes no ensino primário – Neste quesito, Cabo Verde tem vindo a fazer a: “promoção da igualdade de género e a emancipação das mulheres, estando a paridade alcançada em praticamente todos os níveis

de ensino, bem como na alfabetização e as mulheres bem representadas nos diferentes sectores da economia, bem como em posição de liderança no mundo empresarial (35%) e na Administração Pública (35%). Existe um equilíbrio de género a nível do governo desde 2006”;

ODM 4: Reduzir em 2/3(67%) a mortalidade infantil (inferior a 5 anos) – No que tange a este objetivo específico, materializou-se a: “redução da mortalidade entre as crianças, tendo verificado uma redução da mortalidade de crianças menores de cinco anos de 56 para 23,6 por mil nados vivos, no período 1990-2013”;

ODM 5: Melhorar a saúde materna – reduzir em ¾(75%) a taxa de mortalidade materna – Realizou-se “melhoramento da saúde materna, com mais de dois terços das grávidas a fazer pelo menos 4 consultas pré-natais (2005) nos serviços de saúde e mais de 90% dos partos a serem realizados em estruturas hospitalares, verificando-se ao mesmo tempo uma evolução positiva da taxa de prevalência contraceptiva total, que passou de 53% para 61,3% entre 1998 e 2005”;

ODM 6: Combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças – procedeu-se o: “combate ao VIH/Sida, malária e outras doenças, registando aumento de taxa quanto ao uso de preservativo na última relação de risco, no caso das mulheres, de 55,5% para 68,5% entre 2005 e 2012, tendo a meta de 65% sido atingida. 55% da população com infeção por VIH em estado avançado, tinha acesso a tratamento antirretroviral (2010: 39%)”;

ODM 7: Assegurar um ambiente durável – sustentabilidade ambiental-população com acesso durável a água potável – Apostou-se em: “assegurar a sustentabilidade ambiental – o aumento em 18,5 pontos percentuais, de 0,8% (1990) para 19,5 (2013) da proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas em Cabo Verde revela comprometimento sério tendo a meta para 2015 sido ultrapassada. A proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável aumentou consideravelmente, passando de 65,2% em 1990 para 90,5% em 2012”;

ODM 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento – “Cabo Verde tem beneficiado da ajuda pública ao desenvolvimento concedida pelos parceiros bilaterais e multilaterais”.

Ao passar-se um *flash* sobre os oito ODM, denota-se que os combates à pobreza, à discriminação e à exclusão social constituem, de forma direta ou indireta, uma constante. É neste contexto que PNUD & Governo (2015: 13) destaca que: “o estabelecimento, em 2000, dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio” na sequência da Declaração do Milénio foi o firmar de compromissos para inverter a propagação da pobreza, do analfabetismo, das doenças, da discriminação contra a

mulher e da degradação ambiental — que são suportados por uma Agenda de Desenvolvimento com indicadores e metas quantificáveis”.

Cabo Verde foi, ao longo da sua história, um frágil arquipélago, com elevados índices de vulnerabilidade, o que ceifou, num passado recente⁴², quase ¼ da população das ilhas. Estima-se que, a ilha de Santiago, entre mortes e migrantes, tenha perdido cerca de 65% da sua população recenseada no crítico período de 1946-1948. Esta sina de assombramento pelas severas crises cíclicas, fez com que a luta pelo rompimento do ciclo vicioso da pobreza seja sempre um dos principais propósitos dos cabo-verdianos.

Neste sentido, o comprometimento para com a Declaração do Milénio da ONU leva Cabo Verde, tal como no passado, a empenhar-se mais ativamente em vencer o ciclo da pobreza, em valorizar a dignidade humana, em quebrar a dependência através da execução de uma estratégia que combina de modo explícito o desenvolvimento económico e social e em evitar o agravamento das disparidades sociais inter-ilhas (PNUD & Governo-CV, 2015: 13).

Segundo esta mesma fonte, a apropriação desses objetivos coletivos tem permitido um alinhamento vertical e sinérgico dos planos supra e inframunicipais, revertendo essa estratégia, em termos de ganhos de eficiência na gestão dos escassos recursos (in)disponíveis, como seguidamente se atesta:

Apropriar-se dos ODM foi compreensivelmente fácil uma vez que o combate à pobreza, à degradação ambiental, às doenças..., tem sido uma constante dos programas públicos de desenvolvimento dos diferentes governos. A apropriação ditou o alinhamento dos objetivos e metas ao contexto nacional.

Para ganharem maior expressão e peso, os ODM foram integrados nos objetivos, estratégias e políticas de médio a longo prazo nacional e setorial e passam a ser considerados de forma ativa nos orçamentos e prioridades dos ministérios setoriais e domínios estratégicos tais como a Educação, a Saúde, o Ambiente, a Água e o Saneamento, e a Segurança Alimentar, eixos primários das estratégias e planos nacionais de desenvolvimento (Grandes Opções do Plano; PND 1997-2000; PND 2002-2005; DECRP I, II e III este último em execução).

⁴² A fome de 1947 constitui um dos mais recentes e marcantes castigos que a natureza impôs ao povo cabo-verdiano, causando milhares de mortes e a partida de muitos filhos da terra para a emigração, nomeadamente, para S. Tomé e Príncipe, na tentativa de se encontrar uma vida melhor ou quiçá, a própria sobrevivência. Pois, segundo Carreira in Fernandes (2000): “Entre 1900 e 1947 estima-se que morreram 82 mil pessoas. António Carreira refere que “Em todo este período a taxa de mortalidade pela fome, nas fases mais agudas, rondou os 17,6% a 22,4%, em relação à população recenseada!”

Mais tarde, em 2007, a apropriação ditou o alinhamento dos objetivos e metas ao contexto municipal, passando a refletir as prioridades do planeamento do desenvolvimento municipal. Da lista oficial dos indicadores dos ODM das Nações Unidas de Janeiro de 2008 Cabo Verde produziu a sua própria lista em Maio de 2014 da qual constam 51 indicadores.

Os ODM acabaram, assim, por constituir um êxito globalmente aceitável, deixando pistas para um futuro risonho, se o mesmo for alicerçado em ações e compromissos coletivos, que possam direcionar e focalizar todos os povos deste planeta para um futuro comum almejado, qualquer que seja a latitude onde cada um se encontre, de passagem e/ou paragem.

No contexto cabo-verdiano, o PNUD & Governo-CV (2015: 10) atesta que: “os planos e estratégias de desenvolvimento nacional têm alertado que o desenvolvimento do país passa pela busca de um equilíbrio dinâmico que lhe permita sustentar um desenvolvimento inserido na dinâmica da economia global. Cabo Verde tem assumido o objetivo da sua inserção ativa na dinâmica da economia global, desejavelmente no quadro de uma globalização regulada e integradora, assente num princípio de diferenciação e de equilíbrio entre oportunidades e ameaças”.

Esta visão, comungada pelas sucessivas autoridades centrais e locais durante a segunda República, bem como pela sociedade civil cabo-verdiana, de inserir dinamicamente a economia de Cabo Verde na economia mundial, transformando-a numa placa giratória intercontinental, ligando, a partir do Atlântico Médio, os três continentes banhados por este grande oceano: África, Europa e América, ainda que de forma tímida / pouco assumida, constitui um dos primeiros consensos de longo prazo de toda uma nação, na busca, nesta aldeia global, da edificação contínua de um país que, de inviável, passou, paulatinamente, a dar sinais de competitividade e de sustentabilidade, transmitindo um sinal de esperança a todos os seus filhos. Esta firme convicção coletiva, ficou bem espelhada nos extratos seguidamente relatados por PNUD & Governo (2015: 11), no documento de balanço dos ODM:

Em Cabo Verde, desde então tem havido um forte comprometimento dos governos, dos municípios e da sociedade civil quanto à realização dos ODM. (...) Em Cabo Verde, a realização das Grandes Opções de Desenvolvimento cujos objetivos se justapõem aos objetivos dos ODM aprovados em 2000, precede o marco histórico da adopção da Cimeira Mundial para o desenvolvimento. O percurso começa com a execução do Plano

Nacional de Desenvolvimento (PND) 1997-2000, conhece evoluções significativas com a execução do PND 2002-2005 e com a dos dois Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza (DECRP): DECRP I – 2006-2007, DECRP II – 2008-2011 e com o DECRP III em curso de execução.

Nesta perspetiva: a partir de 1997 o planeamento assume uma dimensão Estratégica, baseado nas Grandes Opções do Plano, sendo as duas edições, a de 1997 e de 2002, pilares da construção da visão de desenvolvimento de “uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos” estampada no programa de governo da VIII legislatura. Os sucessivos governos de Cabo Verde conseguiram com sucesso a construção de uma Nação, promovendo o desenvolvimento humano, a redução da pobreza e o crescimento da sua economia e rendimentos, permitindo ao país iniciar a sua transição para o grupo de países de rendimento médio em 2008 (PNUD & Governo, 2015: 11).

Assim sendo, em pouco mais de três décadas como país independente Cabo Verde ascendeu de um País Menos Avançado (PMA) ao estatuto de País de Desenvolvimento Humano Médio (PDM, com $0,550 \leq \text{IDH} < 0,699$), granjeando rasgados elogios por parte da comunidade internacional. Este percurso meritório deve-se, em larga medida, ao cumprimento relativo deste PEID dos principais ODM estabelecidos no concerto das nações em 2000, os quais serviram de farol na condução do país, durante os oito anos da sua vigência, rumo ao desenvolvimento almejado, como se pode constar ainda, no âmbito no relatório sobre o ODM, elaborado por Governo-CV (2015: 11):

As recentes classificações internacionais mostram que Cabo Verde tem feito grandes progressos nos seus esforços para realizar o desenvolvimento. O Índice de Democracia do The Economist Intelligence Unit (EIU) classifica Cabo Verde no 31º lugar num total de 167 países em 2014, fazendo parte do grupo de países com Democracia imperfeita (Flawed Democracy), enquanto a Freedom House em 2015 classifica Cabo Verde no grupo de topo de países quanto aos direitos políticos e às liberdades civis (1 em direitos políticos e 1 em liberdades civis).

O percurso ascendente Cabo Verde tem registado ao nível do Índice de Democracia do The Economist Intelligence Unit (EIU), tem tido também uma correspondência paralela no percurso feito ao do IDH. Pois, segundo os dados publicados pelo por Governo-CV (2015): Cabo Verde tem sido classificado sempre entre os primeiros três países do continente africano pelo índice da Fundação Mo Ibrahim de governação

africana. Em matéria de Índice de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde, com 0,636 regista uma queda de duas posições relativamente ao ano precedente, no grupo dos países de desenvolvimento humano médio, segundo o relatório de 2014 que se insere na estimativa para 2013. Este posicionamento é, relativamente ao continente africano, o 10º mais elevado. Recordemos que Cabo Verde obteve o registo de 0,532 em 2000 (quando o índice foi publicado pela primeira vez) e em 2012 subiu para 0,586.

Seguindo a trajetória conseguida por Cabo Verde até ao momento, no âmbito da presente investigação, como se pode constatar no capítulo 3, fez-se uma análise prospetiva de Cabo Verde para as próximas duas décadas e meia, donde se concluiu que este Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, em função de alguns cenários testados, tem fortes probabilidades de, numa perspetiva mais realista, atingir o estatuto de um País de Desenvolvimento Humano Elevado (PD, com 0,700=<IDH=<0,799), até o ano de 2034. Por isso, o desafio de Cabo Verde não se esgotou com o cumprimento dos ODM. Mas, sim, a luta por um futuro risonho, para um PEID com o perfil de Cabo Verde foi, é e será sempre contínua.

1.1.1.3. ODS: o ponto de encontro intergeracional

“Com ou sem espaço para idealismos e crenças, o que é certo é que a História continuará em forma de estórias, já que “o caminho continua a fazer-se caminhando”, diariamente, na solidariedade que nos une como povos do mesmo Mundo”!

Xavier (2007: 18)

Este idealismo humanista partilhado por Xavier (2007) contrasta, no entanto, no âmbito do nosso quotidiano, fortemente, com uma cruel realidade sintetizada por Todaro (1981: 41), nos seguintes termos: “O Terceiro Mundo, com 70 por cento da população mundial, subsiste com apenas 20 por cento da renda mundial – e mesmo esta exígua renda é tão mal distribuída internamente que deixa a maior parte de sua população na mais abjeta pobreza”.

Este extrato da realidade vivenciada quotidianamente no Terceiro Mundo, reflete um mundo desigual, girando a várias velocidades, cujo estabelecimento de um compasso coletivo a ser seguido por todos, de modo que ninguém fique para trás, transformou-se nos mais difíceis desafios da humanidade, não obstante ter-se já esgotado quinze anos de vigência dos ODM e seis dos ODS.

Entretanto, foi com essa firme convicção de uma caminhada coletiva para um “futuro

comum” que, com o término à vista do período de vigência dos ODM, começaram, de imediato, as negociações entre os países membros das ONU para o estabelecimento de uma nova agenda pós ODM, que pudesse garantir aos respectivos povos, mormente os que vivem numa situação de maior vulnerabilidade, o direito a sonhar com um futuro mais risonho no horizonte de mais quinze anos (2016-2030).

Foi, neste espírito que, em setembro de 2015, foi acordada, entre os 193 países membros, essa nova agenda global, contendo 17 novos objetivos, denominados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), monitorizáveis através de 169 metas, simbolicamente representados na seguinte figura:

Fig. 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – 2016-2030)



Fonte: http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm, adaptado pelo Autor

Segundo http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm, esta nova agenda global, para vigorar no período de 2016-2030, a qual é, no contexto caboverdiano, apelidada de Ambição 2030, assumiu o seguinte contorno:

Como parte do processo de criação de uma agenda que viria a substituir os ODM, dado o vencimento do período de execução destes em 2015, em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento resultante da Conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", lançava as bases para que os países-membros da ONU construíssem, coletivamente e a partir da experiência exitosa dos ODM, um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015.

Após mais de dois anos de negociações, em 25 de setembro de 2015, chefes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros integrantes da Assembleia Geral da ONU adotaram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. No documento, os países-membros da ONU reconhecem que "a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável". Um dos compromissos assumidos na Agenda é o de "não deixar ninguém para trás", em referência aos mais pobres.

Não deixar ninguém para trás, trata-se de um objetivo extremamente ambicioso, porque ultrapassa em larga medida a escala individual para se situar numa nova dinâmica global e numa nova filosofia de vida em sociedade, que o pensamento firme que, de facto, o nosso futuro é comum. Para o efeito, segundo o mesmo site, foram integrados nesta agenda os seguintes objetivos e metas:

Integram a Agenda 2030 um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que se tornaram vigentes por 15 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Construídos a partir da experiência acumulada com a implementação dos ODM, por sua vez, as metas contidas nos 17 ODS representam uma excelente oportunidade de pautar a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações governamentais em todos os níveis de governo, e assim, fazer com que estes se tornem um indutor do país rumo ao almejado desenvolvimento sustentável nacional.

O atingimento das metas e objetivos pactuados no âmbito dos ODS, porém, requer um esforço coordenado não apenas ao nível das esferas governamentais, mas também da iniciativa privada, das ONGs e de toda a sociedade...

Nesta perspetiva, os 17 ODS anteriormente apresentados, na Fig. 2 podem, assim, numa ótica mais operacional, ser agrupados em cinco dimensões seguintes:

Ambiental – esta dimensão contempla os seguintes objetivos:

- a. Energia acessível e limpa – ODS 7;
- b. Cidades e comunidades sustentáveis – ODS 11;
- c. Produção e consumo responsáveis – ODS 12;
- d. Combate às alterações climáticas – ODS 13;
- e. Vida debaixo da água – ODS 14;
- f. Vida sobre a terra – ODS 15.

2. Necessidades Básicas:

- a. Fome zero – ODS 2;

- b. Boa saúde e bem-estar – ODS 3;
- c. Educação de qualidade – ODS 4;
- d. Água potável / limpa e saneamento – ODS 6.

3. Económica:

- a. Emprego digno – ODS 8;
- b. Crescimento sustentável – ODS 8.

4. Pobreza e Desigualdade:

- a. Erradicação da pobreza – ODS 1;
- b. Redução das desigualdades sociais – ODS 10;
- c. Igualdade de género – ODS 5.

5. Político-Institucional:

- a. Paz, justiça e instituições fortes – ODS 16;
- b. Parcerias em prol das metas – ODS 17.

Ao hierarquizar-se as cinco dimensões dos ODS, observa-se que o agrupamento superiormente feito permite identificar a importância que a dimensão ambiental tem tido no contexto universal, arrecadando 35% (6 dos 17) ODS, na tentativa de garantir a todos os Homens, a possibilidade de ter uma vida saudável na terra e/ou na ou da água, habitando em cidades e comunidades sustentáveis, consumindo, de forma responsável, energias limpas, tendo em vista a minimização / mitigação das alterações climáticas em curso. Seguidamente, afiguram as necessidades básicas com 24% (4 em 17) ODS, a pobreza e desigualdade com cerca de 18% (3 em 17) ODS e, finalmente, as dimensões económica e político-institucional, com cerca de 12% (2 em 17) ODS cada.

De forma transversal, pode-se também observar que, recorrendo ao conceito de sustentabilidade formulado por Romão (2001), extrair no seio dos ODS, ainda que de forma tácita, os seguintes elementos essenciais, que norteiam o princípio da sustentabilidade:

1. Processo contínuo;
2. Assegurar as condições para a manutenção processual no curto, médio e longo prazos;
3. Utilização, de forma eficiente e responsável, dos inputs disponíveis;
4. Garantia da preservação e da valorização dos fatores de desenvolvimento;

5. Os benefícios / resultados deste processo devem superar os respectivos custos;
6. Proporcionar ganhos em termos de bem-estar, para as gerações atuais e futuras.

Uma importante dimensão desses desafios, prende-se com a **gestão energética**. Uma vez que a energia alimentada por combustíveis fósseis tem, como qualquer recurso não renovável, tendencialmente, caminhado para o seu esgotamento natural, fazendo, assim, periclitar quase todas as atividades económicas e humanas no contexto global. Baseando -se nesta premissa, as principais instituições internacionais e locais têm-se debruçado sobre as vias alternativas, que possam conduzir à sustentabilidade energética neste novo milénio. Nesta senda, as energias renováveis têm emergido como sendo a solução do futuro, assumindo, nomeadamente, no âmbito dos ODS que constam da agenda 2030, a ambiciosa meta de garantir, nesse interregno, a cobertura, com renováveis, a 100% da produção energética global.

Neste âmbito, fazendo uma incursão pelos ODS, pode-se constatar que integrado no 7.º Objetivo Geral pré-estabelecido, as nações subscritoras desse acordo supranacional, se comprometeram a assegurar, até 2030, o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível, à energia, para todos, tendo em vista a materialização dos seguintes objetivos específicos:

1. Assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;
2. Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
3. Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;
4. Expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respetivos programas de apoio.

À medida que a gestão ambiental se torna cada vez mais vulnerável, coloca-se também a necessidade crescente de se fazer uma **gestão eficiente dos recursos territoriais**,

destinando áreas geográficas especiais para desempenharem funções ocupacionais específicas. É neste contexto, que surgiram as áreas protegidas, de reserva natural ou mesmo as ZEE – Zonas Económicas Especiais, as quais, em função de especificidades próprias, acabam por ter uma determinada função, um destino ocupacional, ou até mesmo, uma desocupação estratégica / constituírem reserva territorial.

Estas áreas tendem também a assumir, cada vez mais, outras funções económicas, que não sejam de cariz meramente ambiental. A este nível, o turismo tem protagonizado uma inter-relação salutar com o sector ambiental, fazendo dessas áreas de reserva natural, um dos mais privilegiados recursos turísticos, eficazmente explorados pelos modernos destinos turísticos mundiais, para estruturação de ofertas diferenciadas de novos produtos turísticos, como é o caso de: Turismo da Natureza, para efeito de realização de estudos e investigações científicas, Ecoturismo, Turismo de Saúde, etc., que dispendo de um mercado-alvo semi-íntegro e próspero, constituem fatores críticos de sucesso da competitividade dos destinos turísticos da era moderna.

Ecosistemas e Biodiversidade: os valores da natureza variam de acordo com as circunstâncias biofísicas e ecológicas e também em função do contexto social, económico e cultural. Por isso, segundo TEEB (2010: 7): “os conceitos de serviços ecossistémicos e capital natural podem nos ajudar a reconhecer os diversos benefícios fornecidos pela natureza. Do ponto de vista da economia, os fluxos dos serviços ecossistémicos podem ser vistos como o “dividendo” que a sociedade recebe do capital natural. A manutenção dos estoques de capital natural permite o fornecimento sustentável de fluxos futuros de serviços ecossistémicos, e, portanto, contribui para assegurar um bem-estar humano permanente”.

Qualquer atividade socioeconómica tem uma relação biunívoca intimista com o meio envolvente, para o qual, numa lógica de alocação eficiente e de distribuição justa dos custos e dos benefícios, dá e recebe *outputs* e *inputs*, respetivamente, devendo, por isso, essa gestão relacional ser estabelecida com muita sensibilidade e espírito de integração de valores.

É com este espírito que na agenda global para 2030, encontramos no epicentro dos ODS, mais concretamente no seu Objetivo 15.º, as seguintes prioridades: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para o efeito, foram, segundo os ODS (2016), agendados, para os 15 anos subsequentes, os seguintes objetivos ecossistêmicos prioritários:

1. Assegurar, até 2020, a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
2. Promover, até 2020, a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
3. Combater, até 2030, a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
4. Assegurar, até 2030, a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;
5. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
6. Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
7. Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
8. Implementar, até 2020, medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;
9. Integrar, até 2020, os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas;
10. Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;
11. Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

12. Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

No seio deste objetivo-mor, encontra-se espaço para se recentrar as novas medidas e estratégias político-institucionais, em torno dos seguintes 8 R's da sustentabilidade, os quais, tendo resultado da junção, feita pelo Instituto Akatu, de 5 novos R's com os 3 inicialmente utilizados, deram corpo a um novo postulado, que visa a promoção de um consumo consciente e responsável, baseado num novo código de vida na terra:

1. **Refletir**: lembre-se de que qualquer ato de consumo causa impactos do consumo no planeta. Procure potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos;
2. **Reduzir**: exagere no carinho e no amor, mas evite desperdícios de produtos, serviços, água e energia;
3. **Reutilizar**: use até o fim, não compre novo por impulso. Invente, inove, use de outra maneira. Talvez vire brinquedo, talvez um enfeite, talvez um adereço;
4. **Reciclar**: mais de 800 mil famílias vivem da reciclagem hoje no Brasil, quer fazer o bem? Separe em casa o lixo sujo do limpo. Só descarte na coleta comum o sujo. Entregue o limpo na reciclagem ou para o catador;
5. **Respeitar**: a si mesmo, o seu trabalho, as pessoas e o meio ambiente. As palavras mágicas sempre funcionam: por favor e obrigado;
6. **Reparar**: quebrou? Conserte. Brigou? Peça desculpas e também desculpe;
7. **Responsabilizar-se**: por você, pelos impactos bons e ruins de seus atos, pelas pessoas, por sua cidade;
8. **Repassar**: as informações que você tiver e que ajudam na prática do consumo consciente. Retuite, reenvie e-mails.

Esta nova filosofia de vida motivou, pela sua relevância e extensão, fez com que, no âmbito dos ODS, o 14.º objetivo fosse destinado a esta problemática, procurando conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, de modo a se transformar esse potencial ameaça em oportunidades de desenvolvimento, i.e., transformar um oceano potencialmente mortífera numa fonte inesgotável de vida. O caminho recomendável para o efeito, é, segundo os supramencionados objetivos, o que se segue:

1. Prevenir e reduzir significativamente, até 2025, a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;

2. Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros, até 2020, para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;
4. Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;
5. Conservar, até 2020, pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;
6. Proibir, até 2020, certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;
7. Aumentar, até 2030, os benefícios económicos para os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo;
8. Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e as orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo;
9. Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;
10. Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no

parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

Assim, espera-se que uma percentagem significativa da produção mundial passe a ser proveniente da aquacultura, aproveitando, de forma eficaz, a grande extensão dos oceanos que cobre o planeta terra.

Esta preocupação com um novel princípio norteador de um desenvolvimento de longo prazo, no pós ODM, começou a vir à tona ainda durante a vigência destes, como relata PNUD & Governo (2015: 12): “O relatório anual 2011 das Nações Unidas intitulado “Acelerar a realização dos objetivos de desenvolvimento do Milênio: Opções para um crescimento sustentável, compartilhando as questões da ação das Nações Unidas para o desenvolvimento pós-2015”, analisa a ação das Nações Unidas para o desenvolvimento pós-2015 e identifica os principais desafios de desenvolvimento”.

Para o efeito, novos ambiciosos desafios passaram a ser encarados, para que os Homens possam continuar a sonhar e lutar para a sua realização. De entre esses desafios, dois são considerados: a redução da pobreza de forma a garantir a prosperidade e bem-estar para todas as pessoas e o desenvolvimento sustentável (PNUD & Governo, 2015: 12).

No contexto global, esses grandes desafios eram enfrentados através das seguintes variáveis, as quais (PNUD & Governo, 2015: 12) identifica como sendo:

1. Os desafios relacionados com o controlo do crescimento populacional;
2. A promoção do crescimento económico sustentável compartilhado e equitativo;
3. A criação de oportunidades de emprego, trabalho decente e proteção social para todos;
4. A promoção do desenvolvimento social equitativo;
5. A redução das desigualdades e a promoção de uma gestão integrada e sustentáveis dos recursos naturais e dos ecossistemas.

Para a realidade cabo-verdiana, a pressão exercida sobre o crescimento populacional e, conseqüentemente, necessidade do seu controlo assíduo não se põe com tanta equidade. Pois, ao contrário da tendência global, não no contexto local, este não constitui um verdadeiro problema, dado que o défice populacional, em termos quantitativos e, quiçá, até qualitativos, interpela a todos para o desafio da indução de um desenvolvimento, praticamente, “sem população” e, conseqüentemente, “sem o recurso” (considerado, por muitos, como sendo o único efetivamente estratégico) e, corolariamente, “sem mercado”: uma componente vital para um desenvolvimento

competitivo e sustentável.

Paradoxalmente, a pouca população que, com muito esforço, consegue a respetiva qualificação, na sua parte significativa é condenada ao desemprego ou a empregos pouco dignos, contrariando os objetivos sustentáveis almejados no âmbito da ambição 2030.

Neste contexto, perante a exiguidade territorial e dos recursos naturais, bem como de uma repartição desigual das oportunidades de desenvolvimento entre as diferentes ilhas, torna-se, assim, muito difícil fazer com os bônus de um processo de desenvolvimento chegue de forma equitativa a todos os cabo-verdianos, tornando-o, consequentemente, sustentável.

Assim, sequencialmente ao sucesso relativo alcançado no âmbito dos ODM, as expectativas dos cabo-verdianos são, naturalmente, elevadas em relação aos ODS e à Ambição 2030, fazendo com que o Governo da IX Legislatura estabeleça como a principal função do Estado no pós 2015 a criação de um ambiente de negócio favorável que possa permitir ao setor privado criar riqueza, suscetível de ser repartida com as famílias e com os outros agentes económicos cabo-verdianos. Nesta perspetiva, PNUD & Governo (2015: 12) estipula que:

Consideram-se fatores de sucesso para tais desafios:

1. A Boa Governação;
2. A Cidadania, a justiça e o desenvolvimento de processos participativos;
3. Atratividade aos investimentos e parcerias;
4. Capacidades reforçadas em planeamento, seguimento e avaliação e gestão centrada nos resultados;
5. Coesão social e desenvolvimento das comunidades.

As propostas para reflexão sobre as prioridades nacionais para Cabo Verde alinham-se com as prioridades para o desenvolvimento africano, tal como apresentadas na posição Africana Comum quanto à Agenda de Desenvolvimento para o pós-2015, sendo as 6 seguintes:

1. Transformação económica estrutural e crescimento inclusivo;
2. Ciência, tecnologia e Inovação;
3. Desenvolvimento Humano;

4. Gestão de recursos naturais para ambiente sustentável e Gestão de risco de desastres;
5. Paz e Segurança;
6. Finanças e Parcerias.

Perante estas seis propostas de prioridade para o horizonte 2030, ficou patente que a sustentabilidade, tal como nas outras latitudes, foi também assumida, no contexto cabo-verdiano, na plenitude das suas características multidimensionais, como se procura, seguidamente, demonstrar.

1.1.2. Sustentabilidade: um fenómeno multidimensional

Introdução

Sustentabilidade: um fenómeno multidimensional – a sustentabilidade constitui um conceito relativamente recente, mas de espírito remoto, que, tendo emanado do **Relatório Brundtland “Our Common Future”** (O nosso futuro comum), elaborado a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1987, ganhou corpo, a partir do Consenso dos Anos '90, no âmbito do qual o mesmo passou a ser parte integrante dos sete adjetivos e dos quatro seguintes objetivos, que começaram, nos novos tempos, a figurar como farol para o processo de desenvolvimento, nomeadamente: desenvolvimento equitativamente distribuído, culturalmente descentralizado, participativamente planificado e sustentável. Este novel conceito, ao resultar de um acasalamento salutar entre o homem e natureza, fundindo, de forma sinérgica, as dimensões ambientais, económicas, socioculturais e político-institucionais, transformou-se, paulatinamente, no principal, senão, no único guia para as gerações atuais e vindouras. Esta complexa mistura multidimensional constitui, nestes termos, objeto central de análise no presente subcapítulo.

= // =

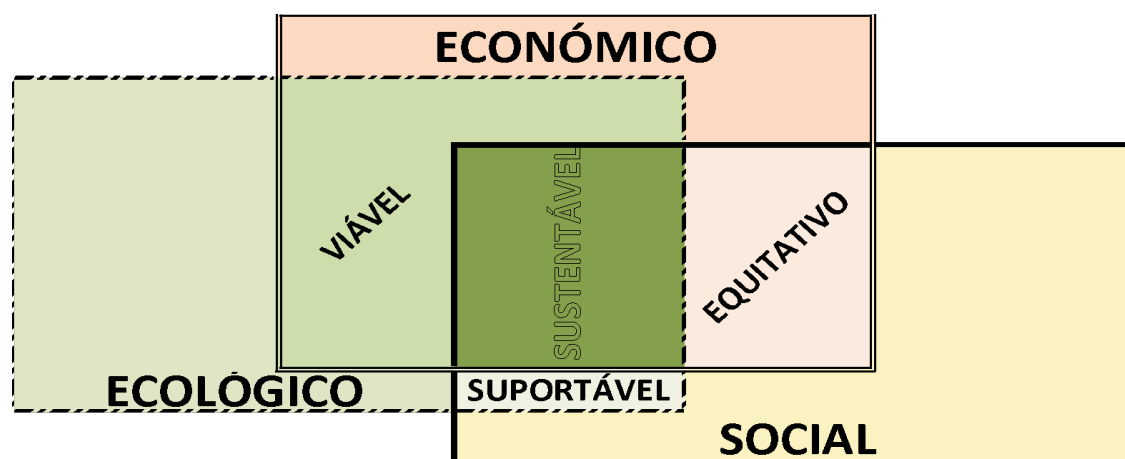
“A questão muito importante é que as preferências individuais e coletivas têm ambas como referência o curto e o médio prazos, enquanto que os problemas de sustentabilidade, mormente a ambiental, têm o longo prazo como referência. Uma outra implicação é que, dada a limitação dos nossos recursos, o desenvolvimento sustentável requer um cuidadoso equilíbrio entre os investimentos nos três pilares de sustentabilidade e a política de maximização”.

(Saveanu, 2015: 156, traduzido pelo Autor)

A reflexão inicialmente aventada por Sidway (2002) e retomada, no seu espírito, por (Saveanu, 2015), concernente ao complexo processo de desenvolvimento e aos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, deixa patente, no seu seio, um latente paradoxo, o qual caracteriza, sobremaneira, a díspar expectativa que se tem em relação a um desenvolvimento que se espera que seja sustentável, bem como um pseudo conflito latente entre o curto e o longo prazos, entre as gerações atuais e as vindouras e, no limite, entre a competitividade e a sustentabilidade, “duas irmãs, potencialmente gêmeas siamesas”.

É sobre este espírito do contraditório que se lançou a fundação para a edificação do fenómeno da sustentabilidade, estribada sobre os seus três seguintes pilares indissociáveis⁴³, de modo que um processo de desenvolvimento que embeba nesses princípios, tenha a capacidade de transpor as potenciais barreiras espaço-temporais:

Fig. 2 – Conjunto sistémico de desenvolvimento sustentável



Fonte: <https://ecologiaandrews.wordpress.com/2007/09/16/desenvolvimento-sustentavel/> Adaptado pelo Autor

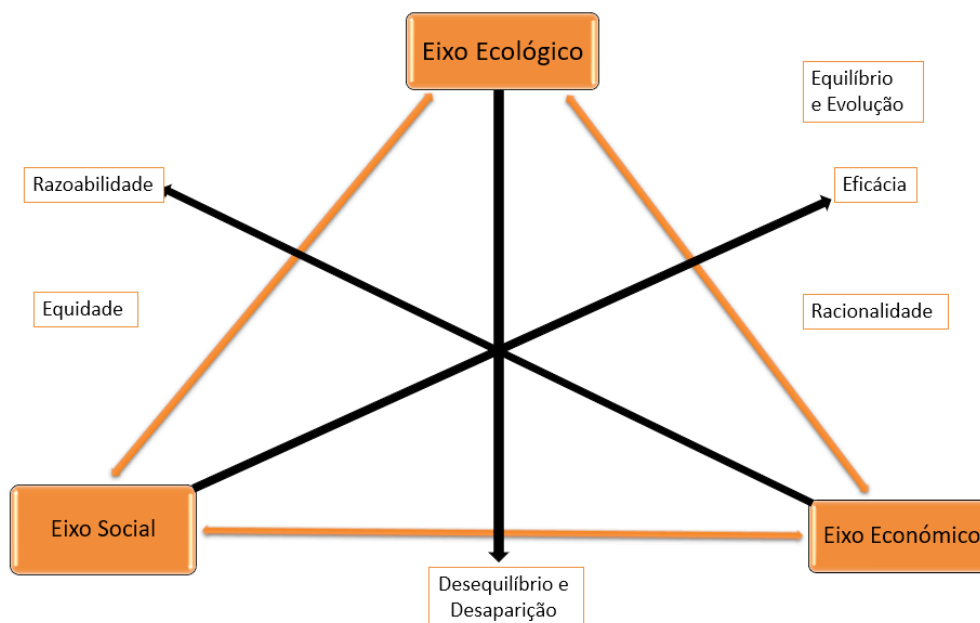
Cada pilar estabelece, com o respetivo adjetivo qualitativo almejado, uma relação dinâmica triangular, que começa numa situação de plenitude, evoluindo até ao seu total desaparecimento, ou inversamente.

Esta relação triangular entre os três pilares da sustentabilidade, sintetizada por Sarmiento (2019), através do esquema seguinte, demonstra que esta evolução relacional é proporcionada pelas forças interativas que atuam em qualquer economia e/ou sociedade, fazendo a mesma variar entre a emergência e o respetivo desaparecimento.

⁴³ Aos quais adicionamos ainda o pilar da sustentabilidade turística, inalienável para a promoção de um desenvolvimento sustentável, mormente no contexto de um PEID, como Cabo Verde.

Fig. 3 – Triângulo da sustentabilidade

Triângulo da sustentabilidade



Harribey (1988) in Sarmento (2019: 98)

Numa lógica mais simplista de sustentabilidade tridimensional, definido por Harribey (1988), Sarmento (2019: 58-60) defende que:

1. Do eixo económico, temos uma via ligada à sua racionalidade económica e que se desloca até um ponto em que existe uma situação de maior razoabilidade, já que integra os interesses ambientais. Do eixo social, parte uma outra via que pressupõe a equidade social e que se vai deslocando numa perspetiva de maior eficácia, mas onde se vai progressivamente perdendo equidade. Finalmente, encontramos o eixo ambiental ou ecológico, partindo-se de uma situação de equilíbrio até uma progressiva situação de desaparecimento.
2. Uma das grandes contribuições deste modelo, é que ele mostra que será impossível garantir em simultâneo a racionalidade económica, social e ecológica. Isto significa que a implementação de um processo de sustentabilidade é algo dinâmico que deve procurar alcançar um equilíbrio entre os três eixos e isto irá variar de país para país e de um período de análise para outro período de análise.

Nesta perspetiva, Sarmento (2019) deixa pistas para uma séria reflexão em torno da complexidade que envolve a promoção de um desenvolvimento sustentável, mormente nos PEID. A nível deste contexto, sugere que este processo pode se transformar numa mera ilusão, ao invés de uma visão, dado que o percurso para a maximização de um dos três objetivos da sustentabilidade, levanta o véu sobre um outro objetivo que se afigura em oposição, deixando-o a descoberto. Este *trade-off* entre os objetivos

representa, em termos metafóricos, o desafio que é colocado por uma “manta curta”, tapa-se a cabeça ou o pé, mas nunca os dois ao mesmo tempo.

Segundo este mesmo autor, no âmbito do setor turístico este dilema põe-se ainda com maior equidade, uma vez que:

1. “No caso do turismo encontramos um problema adicional no eixo social: a existência de dois grupos que poderão ser antagónicos. Por um lado, temos os residentes para quem o turismo é encarado como um meio de captação de ganhos económicos e sociais distintos procurando-se manter os valores existentes. Por outro lado, encontramos os visitantes que procuram obter o máximo de satisfação num determinado período que, por norma, não coincide com o dos residentes (Sarmento, 2008: 58).
2. Apesar da dificuldade na gestão do equilíbrio destes eixos e das vantagens e desvantagens do turismo, é importante que os governos tenham a capacidade de ponderar sobre este equilíbrio sabendo-se da dificuldade que pode ser a rejeição de um projeto turístico perante eventuais faltas de outras iniciativas internas. Esta situação tem-se traduzido, em muitos casos, na opção de se privilegiar a obtenção de elevados níveis de endividamento que restringem a capacidade de investir por parte dos governos (UN-OHRLLS, 2016)”.

Nesta ótica, quando a análise se cingir a nível do setor turístico a sustentabilidade do respetivo processo de desenvolvimento deve ser entendida no quadro do seguinte conjunto sistémico, apresentando seis dimensões interdependentes:

Fig. 4. – Conjunto sistémico de desenvolvimento turístico sustentável revisto

Conjunto Sistémico de Desenvolvimento Turístico Sustentável



Fonte: <https://ecologiaandrews.wordpress.com/2007/09/16/desenvolvimento-sustentavel/> Adaptado pelo Autor

Pelo diagrama apresentado na figura supra, pode-se depreender a teia de relações multidimensionais que envolve o fenómeno da sustentabilidade. Pois, trata-se de um

desafio transversal, que atravessa as dimensões ambiental, económico, sociocultural e político-institucional, fazendo-as convergir para um único ponto: a felicidade humana⁴⁴.

No quadro deste sistema relacional, espera-se um desenvolvimento turístico sustentável, quando o mesmo conseguir atingir, simultaneamente, as seguintes multidimensões:

1. **Ambientalmente suportável** - sendo conservador e fazendo uso racional do estoque dos recursos naturais;
2. **Economicamente competitivo** - promovendo um desenvolvimento economicamente eficiente e eficaz, fazendo-se muito com pouco, de modo que os recursos sejam geridos no presente, sem afetar as futuras gerações. Nesta perspetiva, consegue-se segundo Romão (2001), vender mais e melhor do que a concorrência, revertendo-se esses ganhos da competitividade a favor da população local;
3. **Turisticamente diferenciado** - sendo indutor de um acasalamento salutar entre os produtos tradicionais e os novos produtos turísticos, oferecendo a diferenciação e a complementaridade como fator determinante da procura turística;
4. **Socialmente equitativo** - tendo como objetivos-mor: a redução das diferenças sociais e o incremento da liberdade pessoal;
5. **Culturalmente descentralizado** - valorizando a cultura local e fortalecendo a identidade da comunidade;
6. **Politicamente participativo-democrático** - visando a construção da cidadania por meio do fortalecimento dos mecanismos democráticos. Neste contexto, almeja-se ver, nomeadamente nos PEID, a edificação de instituições efetivamente fortes e implementação de políticas verdadeiramente corretas, focadas no interesse local, no âmbito do qual o cidadão tenha a “voz” e a “vez”.

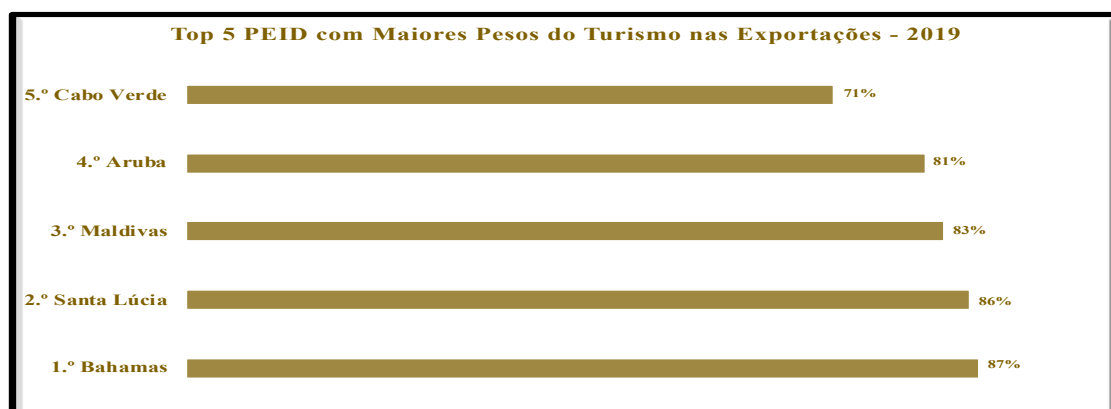
Com base nesta premissa, pode-se deduzir uma missão bastante difícil para os PEID, maioritariamente turístico-dependentes, para induzirem um desenvolvimento turístico sustentável, quando essa indução é projetada num contexto em que escasseiam quase todos os recursos endógenos que suportam os seis pilares deste tipo de desenvolvimento, obrigando-os a virarem-se para fora, sujeitando-se, em

⁴⁴ Esta que, segundo Mia Couto, constitui o único indicador do desenvolvimento incomensurável.

consequência, a um elevado índice de dependência externa, promovida, mormente, pelo peso que este setor tem nas suas exportações.

Como comprovam os dados estatísticos <https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism>, referentes a 2019, os PEID são bastante dependentes das receitas de exportações do turismo, uma vez que 26% dos 58 desses pequenos estados têm o turismo a representar mais de 50% das suas exportações. Cabo Verde afigura no Top 5 desses países turístico-dependentes, como se pode observar no gráfico seguinte:

Gráfico 1 - Top 5 dos PEID com maiores pesos do Turismo nas exportações - 2019



Fonte: <https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism>

Esse peso excessivo do exterior no turismo, refletido no gráfico anterior, é devido, por um lado, ao desproporcional peso do turismo internacional no receptor, face a um turismo interno, em muitos casos, ainda bastante residual, mas, por outro lado, também devido à elevada propensão do turismo desses países para o consumo de produtos importados, fazendo aumentar, significativa e duplamente, a vulnerabilidade desses pequenos estados face ao exterior.

Como, em regra, os PEID são bastante dependentes das receitas do turismo, Sarmiento (2019) alerta pelo perigo que representa essa dependência, face à necessidade imperiosa destes de se munirem de instrumentos que os permitam fazer face à respetiva vulnerabilidade multidimensional, quase existencial, potencializada ainda mais no cenário atual, no seio do qual os mesmos vêm sofrendo diversas ameaças colaterais, advenientes das crises: ambiental, pandémica, económico-financeira, sociocultural e político-institucional, que assolam todo o universo, em especial estes frágeis espaços territoriais:

1. Muitos destes estados acabam por necessitar de se endividar no sentido de obterem os fundos necessários para cobrir a perda de lucros e superar os prejuízos decorrentes dos desastres bem como para investir na prevenção, reconstrução e melhorias de infraestruturas de forma a se minimizar estes problemas (UN-OHRLLS, 2016).
2. Estes aspetos são relevantes, pois, além do seu relativo afastamento e dimensão, muitos PEID ainda apresentam uma limitada base de recursos para impulsionar o seu desenvolvimento industrial.
3. Tendo em atenção que o PIB nacional destes estados está geralmente muito concentrado num limitado número de indústrias importantes como acontece com a pesca, o turismo e a agricultura, qualquer impacto adverso em termos climáticos fará com que estas economias, já abertas e expostas, se tornem potencialmente ainda mais vulneráveis (UN-OHRLLS, 2016).
4. Sabendo-se que o turismo representa em muitos destes destinos uma importante fonte de receitas e de empregabilidade, qualquer efeito nefasto terá repercussões significativas no destino. Existe um estudo que mostra isso mesmo para a região das Caraíbas onde se esperam efeitos consideráveis com perdas decorrentes do turismo devido a alterações climáticas, que poderão ir dos 450 milhões de USD em 2015 até uns impressionantes 2.600 milhões de USD em 2100.

Não obstante o risco que representa, quase sempre, uma excessiva dependência do turismo, mormente para um pequeno estado, Sarmiento (2019: 100) defende, no entanto, que, quando o mesmo é desenvolvido de forma sustentável, poderá constituir um verdadeiro motor de crescimento e de desenvolvimento, pelos seguintes motivos:

1. No caso especial dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável deverá ser distinto dos países mais desenvolvidos, o que pressupõe a aceitação de que o turismo sustentável é um conceito dinâmico, que tem vindo a ser, e certamente continuará a ser, alvo de muitas interpretações.
2. O turismo pode aparecer como uma atividade determinante de integração ou inserção direta no comércio internacional a par da sua capacidade inequívoca para superar diversas limitações do mercado interno e desta forma contribuir para a promoção e alavancar o desenvolvimento económico.
3. É a atividade que melhor pode aproveitar o património humano, histórico, físico ou cultural, dando-lhe um valor acrescentado e económico que, de outra forma, poderia não acontecer.
4. Proporciona a transferência de rendimentos entre regiões e destinos mais desenvolvidos e menos desenvolvidos estimulando a exportação de bens e serviços no interior dessas regiões.

5. Regionalmente o turismo tem a capacidade de criar infraestruturas que, de outro modo, seriam dificilmente implantadas.
6. Contribui para a dinamização, reestruturação e modernização da produção local pelo potencial de aumento dos limitados mercados internos.
7. Pode atenuar significativamente os desequilíbrios e assimetrias regionais permitindo redirecionar os fluxos de forma mais equitativa entre as regiões, suprimir as correntes migratórias para o exterior e atrair mão de obra desempregada de regiões mais periféricas.
8. Desta forma, sobretudo nos países que enfrentem limitações ligadas à sua pequenez do mercado interno, com menores oportunidades de desenvolvimento, periféricos (entre outros fatores que contribuirão para a sua vulnerabilidade), as entidades responsáveis deverão equacionar a implementação de uma estratégia sustentável do turismo como uma opção viável e que aproveite todo o seu potencial de crescimento.

Nesta perspetiva, um PEID como Cabo Verde, cujas exportações estão 71% dependentes do turismo que, por sua vez, contribuiu em 2019, segundo os dados do BCV (2020), em 25,3% para o PIB, deve, através de relações desenvolvidoras, a níveis intra e intersetoriais, procurar encontrar um equilíbrio salutar entre: os mercados externo e interno, a especialização e a diversificação económicas, a massificação e a singularização e, corolariamente, entre a competitividade global e a sustentabilidade local.

Resumidamente, o grande desafio que se coloca em qualquer economia é, pois, o de engendrar um modelo que consiga, simultaneamente, promover o equilíbrio dos processos de desenvolvimento, de forma a conciliar a adequada utilização dos recursos naturais, com a equidade social e a racionalidade económica.

É assim neste contexto desafiante que, como anteriormente referenciado que, em 1987, a partir do **Relatório Brundtland “Our Common Future”** (O nosso futuro comum), elaborado a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, pela primeira vez, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido e ganhou uma dimensão universal, encontrando-se, por isso, no descerramento deste capítulo, por incorporar e espelhar, fielmente, os nobres princípios de acasalamento inter geracional e de indissociabilidade entre o curto, o médio e o longo prazos.

Nesta mesma linha de pensamento, pode-se, assim, definir o desenvolvimento sustentável como um processo evolutivo, no âmbito do qual a satisfação das necessidades do presente não comprometa as possibilidades das gerações futuras satisfazerem também as suas próprias necessidades, permitindo, no seio desta solidariedade inter-geracional, uma sã e equilibrada convivência entre o homem e o meio envolvente.

É nesta perspetiva que, para as ilhas da Macaronésia, nas quais Cabo Verde se integra, a Direção Regional de Estatística da Macaronésia (2006) procura conceitualizar o fenómeno da sustentabilidade, nos seguintes termos:

1. Este conceito inicial incluía dois aspetos importantes: o da **solidariedade inter-geracional e o da satisfação de necessidades humanas**, que levaram a uma mudança de paradigma (um dos maiores desafios na tomada de decisões passou a ser o ter em conta os direitos dos que ainda não existem e não se podem defender) e a uma reflexão sobre quais as necessidades humanas e, portanto, quais os valores a serem defendidos pela sociedade;
2. O desenvolvimento do conceito levou a que se considerasse a sustentabilidade como um meio para alcançar um **desenvolvimento humano estável**. As linhas estratégicas para alcançar este objetivo são a obtenção de maiores níveis de sustentabilidade nos planos social, ambiental e económico. Os critérios para alcançar esses níveis devem incluir **medidas de mudança** que sejam percebidas como **socialmente aceitáveis e desejáveis, ambientalmente viáveis, economicamente realizáveis e utilizando tecnologias apropriadas**;
3. O conceito de desenvolvimento sustentável é, por natureza, global. **O “futuro” é, efetivamente e de modo inevitável, “comum”, no sentido em que nem os fenómenos de desenvolvimento, nem os ambientais e demográficos, se limitam às fronteiras de um país.**

Esta abordagem feita por estes órgãos produtores de estatísticas turísticas evidencia um facto incontornável: para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a geração atual precisa fazer uma dura aposta, trocando uma felicidade improvável no futuro por um sacrifício certo no presente, sabendo que essa felicidade, hipoteticamente, será experimentada apenas por uma geração vindoura, que não tem nenhuma hipótese de participar nesse desafiante jogo. Esta, não dispondo de “voz”, poderá, eventualmente, ter, na melhor das hipóteses, apenas “vez”.

Desta forma, assistiu-se ao surgimento de um paradigma de solidariedade intergeracional, que preconiza o desenvolvimento sustentável como um dos mais nobres processos de racionalidade humana, que, tendo na solidariedade e no interesse coletivo a sua principal alavanca-de-ação, acaba por pôr em causa o princípio da racionalidade do *Homo economicus*⁴⁵, que constitui a essência da própria teoria neoclássica. Pois, à luz desta teoria, os princípios básicos da economia, já defendidas pelos clássicos como Adam Smith e David Ricardo, têm, no seu alicerce, dois princípios fundamentais: o da racionalidade e o do equilíbrio. Para os neoclássicos, os trabalhadores agem de forma perfeitamente racional, isto é, para cada nível de salário eles irão comparar o “desprazer” (desutilidade marginal do trabalho) com o “prazer” (utilidade) do salário recebido (Silva & All, 2017).

Esta é a tendência também anunciada por Negrão (2001: 38), de seguinte modo: “ao hedonismo (a abstração não realista do homem económico) que assume o desenvolvimento em equilíbrio opõe-se o aumento constante dos retornos a níveis imprevisíveis, a exclusividade da estrutura lógico-dedutiva da economia ortodoxa começa a permitir a inclusão do pensamento teórico não-lógico para a construção dos pressupostos, premissas e evidências, e à racionalidade individual opõe-se a racionalidade da unidade social, ou seja, uma racionalidade coletiva que se reflete na diversidade dos quadros institucionais”.

Neste sentido, pode-se, a título de síntese, afirmar que, da revisão da literatura e da abordagem feita a esses órgãos estatísticos às Ilhas da Macaronésia⁴⁶, concernente ao fenómeno da sustentabilidade, ficam em lugar de destaque os seguintes factos:

1. O desafio da **sustentabilidade é transfronteiriço, assumindo um carácter global**. Pois, as ações locais tendem a ter efeitos cada vez mais globais e as medidas globais por se refletirem no bem-estar e na qualidade de vida locais;
2. O carácter universalista da sustentabilidade **não se centra apenas nos aspetos espaciais, mas também nos temporais, fazendo cruzar, de forma indelével, o destino de várias gerações**. A **intemporalidade** deste fenómeno obriga, assim, a

⁴⁵ O "Homo economicus", ou "homem económico", é um conceito segundo o qual o homem é um ser racional, perfeitamente informado e centrado em si próprio, um ser que deseja riqueza, evita trabalho desnecessário e tem a capacidade de decidir de forma a atingir esses objetivos. O homem económico é, portanto, um ser idealizado, utilizado em muitas teorias económicas.

⁴⁶ Das ilhas da Macaronésia visadas foram então incluídas as de Cabo Verde, que também pertencem ao Grupo.

que cada cidadão e todos em conjunto possam unir as mãos, em prol de um futuro comum, que se espera risonho e indutor da felicidade humana;

3. Deve-se promover uma **correlação positiva entre a sustentabilidade e os sistemas de produção e de consumo responsáveis**, de modo que as necessidades humanas e os mecanismos acionados para a sua satisfação se cruzem num adequado ponto de equilíbrio que seja **desejável, viável e sustentável**;
4. Este fenómeno por ter uma **dimensão multissetorial**, nomeadamente, a níveis **ambiental, económico, sociocultural e político-institucional**, exige também uma conjugação multidisciplinar de esforços e de sinergias, para que o mesmo possa ser equacionado, compreendido, prevenido e solucionado, em prol de um desenvolvimento global sustentável.

A sustentabilidade assume, de forma ascendente, a transversalidade da sua expressão ascendente quando for circunscrita num âmbito mais restrito do setor do turismo, demonstrando, em plenitude, o seu carácter multidimensional, como demonstra o modelo esquemático de sustentabilidade proposto por SIET no quadro infra, para a região da Macaronésia, podendo cada uma dessas dimensões constituir, hipoteticamente, um objeto autónomo de estudo.

Ao ser fixado como objeto de estudo o turismo e o desenvolvimento sustentáveis no contexto cabo-verdiano, no período pós-colonial, assumiu-se, a priori, um acasalamento salutar entre o turismo e o desenvolvimento, o qual arca, para a específica realidade de Cabo Verde, uma expressividade proeminente. Pois, o turismo é responsável pela produção de 25,3% da riqueza nacional, sendo, por isso, incontornável no processo de *take off* deste PEID, que se almeja sustentável.

Apesar de o turismo ter-se transformado, no final de século XX, numa das atividades económicas mais pujantes da nossa época e de ter-se estendido a todos os cantos do mundo, continua a ser encarado com grande displicência por parte de largos sectores de opinião e a não merecer dos poderes políticos a atenção e os cuidados que a sua importância e a sua dimensão exigem (Cunha, 1997). Este aparente desleixo para com um sector tão estratégico, mormente, para as economias mais frágeis e vulneráveis, pode estar, direta ou indiretamente, relacionado com o fenómeno do pós-desenvolvimento analisado por Neverdeen (2000: 175) e reforçado por Sideway, (2002: 16).

Revisitando o tema anteriormente ventilado, o planeamento de um turismo sustentável, embebido num conceito mais abrangente de desenvolvimento sustentável, promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo (Vieira, 2007). É nesta perspetiva multidimensional que se edificou a análise da sustentabilidade turística, que se propôs fazer nos próximos capítulos e subcapítulos, tendo como base os cinco seguintes pilares indissociáveis:

1. **Ambiental** – esta é vertente que perspetiva a alocação eficiente e preservadora dos recursos de desenvolvimento, de modo que o seu uso hoje não venha a pôr em causa o mesmo uso amanhã e a felicidade das gerações vindouras, dos visitantes e/ou dos visitados. Para isso, a mesma visa também conduzir a ação humana, de modo a pôr cobro aos fenómenos naturais, até agora incontroláveis, tais como: o aquecimento global, o aumento do nível da água do mar, o terramoto, o maremoto, a seca, o esgotamento dos recursos fósseis, a escassez da água potável, insustentabilidade da vida nas cidades e nas comunidades, o consumo e a produção irresponsáveis, dificuldade da vida subaquática e sobre a terra;
2. **Económico** – neste âmbito, pretende-se combater a precariedade do emprego, assim como potenciar os sectores estratégicos como os da infraestruturização, da indústria, do turismo e da inovação, para que possam, numa ótica de equilíbrio custo / benefício, promover um crescimento sustentável, focado no interesse local;
3. **Turístico** – esta componente, que aparece, indiretamente, acoplada à económica, visa, essencialmente, identificar e, numa lógica de equilíbrio qualidade/preço, valorizar os fatores de competitividade turística de um destino, no que tange à respetiva composição do produto, sua distribuição junto dos mercados emissores, bem como às respetivas condições de acesso, de modo que a oferta turística canalizada seja globalmente competitiva, regionalmente equilibrada e localmente sustentável;
4. **Sociocultural** – ao fazer-se a fusão entre o social e o cultural, dimensões estanques na proposta de sustentabilidade turística anteriormente apresentada, há necessidade, a este nível, de, preventiva e corretivamente, se fazer face aos grandes males sociais que ainda afetam a humanidade, nomeadamente: a Fome, a saúde e o bem-estar precários, a falta de quantidade e de qualidade dos recursos educacionais, a inacessibilidade à água potável e ao saneamento, a pobreza extrema, bem como as desigualdades sociais e de género, assim como a perda de referências identitárias e

de valores;

5. **Político-Institucional** – esta constitui uma das dimensões mais críticas do turismo e do desenvolvimento sustentáveis, comprometendo, assiduamente, o planeamento estratégico, a fiscalização, o cumprimento da Lei, em prol dos interesses individual e coletivo, bem como os ODS, nas seguintes vertentes da: guerra, insegurança, injustiça, fraqueza institucional e da debilidade de uma parceria global em prol do desenvolvimento sustentável.

Para o efeito, procura-se, nos pontos seguintes, debruçar sobre a dimensão concernente ao turismo sustentável e a sua influência na indução de um desenvolvimento sustentável no contexto cabo-verdiano.

Neste sentido, propõe-se analisar, de forma sucinta, as suas diferentes componentes, subcomponentes, bem como os respetivos indicadores, espelhados no modelo de investigação infra:

Quadro 10 – Indicadores da sustentabilidade turística

MODELO DE INVESTIGAÇÃO – JLMascarenhas

| DIMENSÕES | COMPONENTES | SUB-COMPONENTES | INDICADORES | | |
|-------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|---|--|--|
| 1. Turismo Sustentável | 1.1. Ambiental | 1.1.1. Recursos Turísticos | 1.1.1.1. Inventariação da Disponibilidade de Recursos 1.1.1.2. Distribuição Espacial | | |
| | | 1.1.2. Atractividade Turística | 1.1.2.1. Importância Atractiva 1.1.2.2. Capacitação Territorial 1.1.2.3. Avaliação da Vocação Turística | | |
| | | 1.1.3. Capacidade de Carga Regional | 1.1.3.1. Aplicação de algumas Medidas(já Definidas na Macaronésia 1.1.3.2. Medição da Capacidade de Carga Regional - Macaronésia: IPI & Fórmula de Haies | | |
| | | 1.1.4. Qualidade / Satisfação | 1.1.4.1. Estabelecimentos com Certificação de Qualidade 1.1.4.2. Grau de Satisfação dos Turistas 1.1.4.3. Fidelidade dos Turistas | | |
| | | 1.1.5. Paisagismo | 1.1.5.1. Áreas Naturais Protegidas 1.1.5.2. Grau de Naturalidade do Meio | | |
| | | 1.1.6. Gestão Ambiental | 1.1.6.1. Qualidade das Águas de Banho Marítimas 1.1.6.2. Consumo de Águas Atribuível aos Turistas 1.1.6.3. Consumo de Electricidade Atribuível aos Turistas 1.1.6.4. Produção de Resíduos Sólidos Atribuível aos Turistas 1.1.6.5. Índice de Motorização Atribuível ao Turismo 1.1.6.6. Superfície da Costa Urbanizada | | |
| | 1.2. Económica | 1.2.1. Consumo | 1.2.1.1. Consumos Turísticos (CST) / Gasto Médio por Turista por Dia 1.2.1.2. Fluxos Inter-Sectoriais 1.2.1.3. Peso Sectorial no PIB | | |
| | | 1.2.2. Investimento | 1.2.2.1. Investimento Privado 1.2.2.2. Investimentos / Gastos Públicos | | |
| | | 1.2.3. Rentabilidade | 1.2.3.1. Repartição do Rendimento Intra-Sectorial 1.2.3.2. Geração e Repartimento de Lucro 1.2.3.3. Custos e Benefícios Fiscais | | |
| | | 1.2.4. Preços (€) | 1.2.4.1. RevPar 1.2.4.2. Preço Mínimo 1.2.4.2. Preço Médio / Tarifa Média / ADR 1.2.4.2. Preço Máximo | | |
| | | 1.2.5. Transações Correntes | 1.2.5.1. Componente Importada 1.2.5.2. Componente Exportada | | |
| | | 1.2.6. Fluxos Financeiros | 1.2.6.1. I.D.E. 1.2.6.2. Investimentos em Carteira 1.2.6.3. Crédito de Fornecedores 1.2.6.4. Empréstimos Interno & Externo 1.2.6.5. Remessa de Emigrantes 1.2.6.6. Geração e Repartimento de Lucro | | |
| | | 1.2.7. Impacto no Emprego | 1.2.7.1. Empregabilidade no Sector 1.2.7.2. Grau de Qualificação 1.2.7.3. Nacionalidade dos Quadros | | |
| | | 1.3. Turística | 1.3.1. Competitividade: Oferta Turística | 1.3.1.1. Perfil da Oferta Turística – (NP1) Produtos Novos e Tradicional (PTI) 1.3.1.2. Distribuição & Promoção 1.3.1.3. Acessibilidade (Interna e Externa) 1.3.1.4. Capacidade de Oferta Infra-estrutural / Densidade & Qualidade Turísticas 1.3.1.6. Competitividade Preço | |
| | | | 1.3.2. Competitividade: Procura Turística | 1.3.2.1. Perfil da Procura – Origem e Demanda de Produtos e Serviços 1.3.2.2. Estadia Média 1.3.2.3. Gastos Turísticos 1.3.2.4. Sazonalidade 1.3.2.5. Distribuição Regional | |
| | | | 1.4. Sociocultural | 1.4.1. Impacto Sociocultural do Turismo | 1.4.1.1. Experiência Local 1.4.1.2. Experiência dos Visitantes 1.4.1.3. Impacto Sócio-Demográfico 1.4.1.4. Fórmula de Haies 1.4.1.5. Índice de Intensidade Turística 1.4.1.6. Índice de Satisfação Turística 1.4.1.7. Indicadores Satisfação da Comunidade Local |
| | 1.5. Político-Institucional | | | 1.5.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis | 1.5.1.1. Planeamento Intra e Inter-Sectorial 1.5.1.2. Integração Inter-Institucionais (Central e Local) 1.5.1.3. Instituições e Funcionalidades 1.5.1.4. Instrumentos Regulamentares 1.5.1.5. Eficácia Reguladora e Inspectiva 1.5.1.6. Capacidade Promocional |

Fonte: Direção Regional de Estatística da Macaronésia (2006), adaptado pelo Autor

Como se pode depreender no modelo de investigação apresentado no Quadro 10, a sustentabilidade estabelece uma teia de relações, de causa e efeito, com uma série de outros fenómenos que fazem parte da vida quotidiana do Homem, nas suas n-dimensões teórico-empíricas, mormente, por intermédio das componentes, sabiamente projetadas pela Direção Regional de Estatística da Macaronésia, para a região que, subsidiariamente, constitui também objeto de estudo na presente tese.

Este conjunto de componentes e, implicitamente, de indicadores de sustentabilidade turística apresentado, no contexto da Macaronésia, afigura-se como fundamental e guia para a construção do modelo da presente investigação, tendo Cabo Verde como objeto focal de estudo, um arquipélago que constitui um dos quatro territórios pertencentes a esta região atlântica.

Para o efeito, partindo de uma sólida base conceitual, proposta através do site <https://slideplayer.com.br/slide/1239769/>, sob a forma de componentes primárias da sustentabilidade, deixa-se seguidamente pistas para um percurso multidimensional, que serviram de base para o “caminho das pedras” trilhado ao longo desta investigação, tendo em vista as respetivas aceções posteriores:

1. Sustentabilidade

É aquilo que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de que as gerações futuras atendam as suas próprias necessidades. Em outras palavras, é o equilíbrio na convivência entre o Homem e o Meio Ambiente.

2. Sustentabilidade Ambiental

Conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito dos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões, através de processos complexos.

3. Sustentabilidade Ecológica

O uso dos recursos naturais deve minimizar danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental.

4. Sustentabilidade Espacial

Equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada.

5. Sustentabilidade Económica

Públicos e privados, regularização do fluxo desses investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia.

6. Sustentabilidade Social

Melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular.

7. Sustentabilidade Cultural

Respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais.

8. Sustentabilidade Política

A evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos.

Os *flashes* deixados por estes conceitos permitem visualizar, com maior nitidez, o alcance do fenómeno da sustentabilidade⁴⁷, nomeadamente, no que concerne ao despertar de uma consciência coletiva capaz de equacionar e resolver os desafios de um novo futuro nascente, tendo como pano de fundo as seguintes premissas indissociáveis:

1. Existência de uma indissociabilidade inalienável entre os dois elementos existenciais da vida: a natureza e o Homem;
2. Um equilíbrio eco-ambiental é impossível, se o Homem continuar a apostar no auto-desequilíbrio socioeconómico;
3. Os recursos naturais, vitais para a vida na terra⁴⁸, embora parecendo, por vezes, ao contrário, não são efetivamente inesgotáveis. Por isso, urge a emergência de um novo CHA – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, conducentes à transformação / substituição do esgotável por inesgotável / renovável, abrindo, assim, novos horizontes espaço-temporais;
4. A criação de grandes polos de desenvolvimento poderá constituir, paradoxalmente, uma armadilha do próprio processo de crescimento, que faz perigar o almejado desenvolvimento sustentável. Pois, o modelo dualista, baseado no paradigma de modernização de Arthur Lewis experimentado na década de '60 do século passado, desde a década seguinte que fracassou. Uma vez que as dicotomias entre: os setores tradicional e moderno; o rural e o urbano, bem como, entre os setores primário e secundário / terciário / quaternário, nos dias de hoje,

⁴⁷ Desde o “Consenso da década de ‘90” que o termo sustentabilidade tem constado da agenda de um número cada vez maior de países, acabando por constituir a agenda prioritária da larga maioria das nações no contexto global, através dos ODS constantes da Agenda 2030, para vigorar no período 2015-2030.

⁴⁸ Incluindo o mar.

constituem mais um fator de subdesenvolvimento que de desenvolvimento das sociedades.

5. O perigo de um mundo a rodar a várias velocidades, tal como anteriormente referenciado, mereceu de Todaro (1981: 162) a seguinte interpelação, alertando pelo facto de: “as inter-relações entre os países ricos e pobres na economia internacional... que fazem com que o rápido crescimento dos primeiros seja apenas marginalmente útil e, em alguns casos, absolutamente prejudicial ao desenvolvimento dos últimos”. Para este autor, existem os chamados efeitos “coercivos” internacionais, que constituem forças de dominância e dependência internacional, inibidoras do desenvolvimento sustentado das nações do Terceiro Mundo, podendo, assim, com base nas premissas supra referenciadas, colocar em risco os nobres propósitos de, no âmbito dos ODS, termos “um futuro comum” e de “não deixarmos ninguém para trás”;
6. A imposição, pela doutrina dominante, de uma linha orientadora condicente, por um lado, com a imposição de instituições fortes e políticas corretas, em contramão, com uma outra, da mesma proveniência, pressionando para o emagrecimento do estado, na expectativa de um mercado forte e próspero, torna, assim, difícil, por vezes, um encontro consensual entre o estado e o mercado, num desejado ponto de equilíbrio, onde o estado assume, de forma competente, o seu papel de “amigo incondicional” do mercado;
7. Com o desaparecimento paulatino, no contexto universal, da classe média, o equilíbrio social é cada vez mais sorvido pelo agudizar das extremidades da pirâmide social. É nesta perspetiva que Todaro (1981: 163) defende que: “A maioria daqueles poucos com rendas muito altas vive em áreas urbanas, enquanto que os grandes bolsões de pobreza se encontram, geralmente, nas áreas rurais. Mesmo dentro da maioria das áreas urbanas do Terceiro Mundo é comum encontrarem-se núcleos bastantes ricos coexistindo com favelas”.
8. Para a realidade cabo-verdiana, estes poderão constituir sinais de alerta para os efeitos nefastos provocados pelo crescimento desequilibrado e desequilibrador do turismo nacional, fazendo emergir, nomeadamente, nas principais ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista, bairros degradados e guetos, como é o caso dos bairros da Terra Boa e da Boa Esperança, respetivamente, habitados, em larga escala, pelos

funcionários das grandes cadeias hoteleiras multinacionais, que de “boa” só têm parte do nome;

9. Num ambiente pró-estandardização global de tudo e de todos e de uma consequente intolerância crescente face à diferença, a promoção da diferenciação, como recurso estratégico de desenvolvimento, mormente turístico, não constitui uma tarefa fácil;
10. Com a crescente onda do populismo, nas diferentes latitudes, a democracia representativa de cariz ocidental tem vindo a perder adeptos, colocando grandes desafios sobre o sistema político que, num futuro próximo, possa fazer renascer a esperança coletiva que, de facto, há quem consiga defender, mais de que nós próprios, o nosso interesse (e o dos nossos), com a garantia de que o melhor (a “terra prometida”) está para vir.

Estas díspares proposições nos interpelam para o facto de o nosso futuro não ser, assim, tão comum, como pré-anunciado, em 1987, pelo Relatório Brundtland, apelando-nos para uma mudança radical de atitudes, começando por coisas mais simples e corriqueiras, como as seguidamente apresentadas. Nesta ótica, para fazer-se face a estes enormes desafios do futuro, especialistas ambientais, através do *site* <https://slideplayer.com.br/slide/1239769/>, convergiram nalgumas proposições / ações estratégicas, que possam conduzir a uma melhoria da qualidade de vida na terra, nomeadamente:

1. Reciclagem de diversos tipos de materiais:
 - a. Reciclagem de papel, alumínio, plástico, vidro, ferro, borracha, etc.;
 - b. Coleta seletiva de lixo;
 - c. Tratamento de esgotos industriais e domésticos para que não sejam jogados em rios, lagos, córregos e mares;
 - d. Descarte de baterias de celulares e de outros equipamentos eletrónicos em locais especializados;
2. Envolvimento participativo de diferentes stakeholders;
3. Geração de energias renováveis;
4. Tolerância zero para o plástico;
5. Utilização de técnicas agrícolas que protejam os solos;

6. Produção e consumo de material orgânico;
7. Criação de áreas verdes urbanas e preservação do ecossistema, nomeadamente através do recurso ao telhado verde;
8. Combate ao desmatamento;
9. Substituição de transportes individuais por coletivos, de perfil não poluente;
10. Incentivo à utilização de transporte solidário (com vários utentes).

Estas ações, sendo coletivamente desenvolvidas, podem, através de um efeito multiplicador, contribuir, efetivamente, para a indução, a prazo, de um desenvolvimento sustentável, uma vez que, as ações humanas, no atual contexto da globalização, por mais localizadas que sejam, acabam por ter um multi-efeito global e, vice-versa⁴⁹, atravessando, por vezes, várias gerações.

No âmbito da multidimensionalidade de um desenvolvimento sustentável almejado para todos os povos do mundo, tal como anteriormente referenciado, expecta-se que o mesmo seja:

1. **Ambientalmente suportável** – na perspetiva ambiental, como assevera Brito (2013a: 7), mormente nas pequenas ilhas, devido aos modelos ancestrais por que pautam as relações socioambientais internamente estabelecidas ou promovidos a partir do exterior, os respetivos recursos têm-se revelado cada vez mais escassos, face às crescentes necessidades humanas, pondo em causa o necessário equilíbrio ecossistémico.

Neste sentido, medidas de políticas e ações individuais e coletivas são requeridas, de modo que se possa proteger, mormente os mais vulneráveis, nomeadamente: da pobreza extrema, da exclusão social, dos efeitos nefastos das alterações climáticas, integrando-os todos num ambiente espaço-paisagístico de equilíbrio que acasale o campo e a cidade, os setores primário, secundário, terciário e quaternário⁵⁰, a tradição e a modernidade, o esgotável e o renovável, bem como o presente com o futuro;

⁴⁹ A pandemia da COVID-19 é o exemplo acabado desta dimensão planetária dos atos e omissões do Homem.

⁵⁰ O setor quaternário da economia caracteriza-se por incluir os serviços altamente intelectuais, tais como: investigação, desenvolvimento, inovação e tecnologias.

2. **Economicamente competitivo** – parafraseando Romão (2001), as competitividades de um país e dos seus agentes económicos são duas irmãs siamesas inseparáveis. Pelo que, para a indução de um desenvolvimento sustentável, é necessário que a competitiva globalmente, de um dado país, seja repercutida nas respetivas dimensões macro, meso e microeconómica, garantindo, a níveis individual e coletivo, que os bens e serviços emanados dessa economia consigam chegar aos mercados interno e externo em melhores condições de preço e de outros atributos relevantes para a respetiva demanda, que as das suas concorrentes.

Desta forma, poder-se-ia contrariar o ceticismo local reinante sobre o turismo internacional, defendido por McLaren e Pera (1999) in Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 9), pelos seguintes motivos:

- a. Para os destinatários (países anfitriões) do turismo internacional, a indústria do turismo cria dependência de uma economia global inconstante e flutuante, fora do seu controlo local.
- b. Recursos e atividades económicos locais são menos usados para o benefício e desenvolvimento das comunidades e cada vez mais para exportação e a diversão de outros (ou seja, turistas, consumidores em outras áreas do mundo).

O exposto por estes autores interpela a todos para a consciencialização de uma realidade incontornável, em que a ânsia de se vender mais não poder se incompatibilizar com a imperiosa necessidade de se vender melhor. Simbolicamente, este novo preceito representa um apelo a um acasalamento salutar entre a competitividade global e a sustentabilidade local.

3. **Turisticamente diferenciado** – quando a sustentabilidade é estendida para o campo turístico, o efeito nefasto que a globalização exerce sobre as pequenas economias, sobretudo, sobre as PEID, põe-se com mais equidade.

Sabendo que, na era atual, em que através da globalização, tendemos a estar a um simples clique de tudo e de todos, tendo a estandardização e a normalização como o futuro comum que nos é reservado, fazendo, p.i., da luta para a manutenção da autenticidade local uma missão quase impossível, a diferenciação poderá, paradoxalmente, constituir, de forma crescente, a razão de ser do turismo, mas também, a de afirmação dos PEID, numa arena altamente concorrencial.

Neste novo contexto em emergência, a complementaridade turística, entre os “velhos e os novos” produtos turísticos, deve ser promovida, os benefícios do turismo democratizados e socializados, maximizando os incentivos identitários, para que, com isso, o país ganhe, simultaneamente, a competitividade global e a sustentabilidade local.

Para o efeito, como rezam Carvalho, J. & Lewis, H. (2009), a população local deve ser impelida a participar, *ab initio*, na edificação da oferta turística, transformando o seu simples *modus vivendi* e o seu conhecimento local num determinante fator de vantagem competitiva.

4. **Socialmente equitativo** – na linha do pensamento de Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 5), este tipo de desenvolvimento ocorre quando promover o retorno dos respetivos benefícios para a população local, concorrendo, em consequência, em prol do combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social locais. Caso contrário, segundo estes autores, esses investimentos concorrerem para o “vazamento económico”⁵¹, ao invés de ser “ganha-ganha-ganha”: uma vitória para o investidor estrangeiro, uma vitória para o governo e uma vitória para a população indígena”. Pois, na perspectiva destes autores, citando Carbone (2005: 562): “quando sentem que o custo do turismo supera os benefícios, as comunidades locais podem se envolver em ações violentas contra turistas, destruindo assim uma das suas principais fontes de renda”.

Este constitui um nível de insustentabilidade que se deve de todo evitar, uma vez que o mesmo traria consequências extremamente nefastas para os países emissor e receptor, para os consumidores e produtores e, corolariamente, para os visitantes e visitados, traduzindo-se num jogo de soma negativa, em que todos saem a ganhar.

5. **Culturalmente descentralizado** – partindo da premissa que não existem culturas superiores nem inferiores, um desenvolvimento sustentável, deve, descentralizadamente, contribuir para a preservação e a valorização da identidade e da cultura locais, colocando o Homem, na sua forma genuína de pensar, de sentir e de agir, na origem e no destino das suas ações.

⁵¹ Surge como resultado da grande percentagem de propriedade detida por estrangeiros ou corporações e da grande parte da receita gerada que deixam o país anfitrião e retornam para país de origem do investimento.

Como sustentam Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 6): “o turismo não deve ser prejudicial para a população local. Estrategicamente, é vantajoso envolver a população local, a fim de prevenir a desordem social e maximizar o valor que as comunidades indígenas¹ podem fornecer. É uma boa prática de negócios incentivar a utilização do conhecimento existente para um crescimento e sustentabilidade a longo prazo”.

Só com a valorização e a promoção do local se pode, pela diferenciação, ganhar vantagem competitiva global, neste mundo padronizado e “pandémico”, no seio do qual as novas tendências turísticas tendem a premiar a autenticidade e as experiências únicas.

Neste novo contexto, os PEID poderão, pela sua especificidade e “raridade”, vir a ter uma palavra a dizer, no pós-COVID-19, na arena da rivalidade concorrencial, ganhando capacidade negocial com os novos potenciais clientes, ansiosos pelo tão aguardado desconfinamento e voltarem à “vida” e com resilientes fornecedores que, num “equilíbrio do fio da navalha”, desesperam para os primeiros negócios.

A nova oferta turística que se encontra na linha de montagem tende a apresentar ao mercado global um produto diferenciado, que poderá, paradoxalmente, vir, pela sua raridade, a constituir um substituto perfeito do tradicional produto turístico de sol & mar, considerado um dos principais propulsores do turismo de massa, que, nesta nova era de: “distanciamento social”, etiquetas respiratórias e protocolos sanitários para o novo normal, poderá tender a cair um pouco em desuso, tendo como referência a respetiva demanda pré-pandémica.

6. **Politicamente democrático** – o sistema democrático sendo, no seu perfil mais representativo ou mais participativo, alvo de alguns questionamentos, nomeadamente, quando, nas perspetivas de Oppenheimer & Carvalho (1998) e de Chang (2003), for experimentado num contexto de pobreza, de ajustamento estrutural, de austeridade e/ou, mais recentemente, num contexto pandémico, representa, ainda que sob o protesto de uma relativa violência simbólica, uma forma de exercício do poder e da governação que tem garantido, mesmo nos países que apresentam ainda alguma fraqueza institucional, uma forma de dar voz e vez àqueles que não as têm.

Nesta perspectiva, o novel princípio de sustentabilidade tem também, mormente, através dos ODS, dado voz e vez, nomeadamente, àqueles que nem sequer nasceram ainda, garantindo, através de um sistema de representatividade, uma solidariedade intergeracional, suscetível de nos manter, a todos, umbilicados num risonho futuro comum, em perspectiva.

A democratização muito além das lides político-partidárias, constitui também, a nível do turismo, um dos objetivos do Código Mundial de Ética do Turismo que, visando fazer deste serviço, anteriormente reservado apenas aos mais privilegiados, um bem de consumo cada vez mais popular, acessível aos ex-excluídos que, nomeadamente, através do fenómeno *low cost*, passaram a ter acesso a novos horizontes, reservou o seu Art.º 7.º ao Direito ao Turismo, estipulando o seguinte:

- a. A possibilidade de aceder, direta e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta constitui um direito aberto a todos os habitantes do mundo. A participação cada vez mais alargada no turismo nacional e internacional deve ser considerada como uma das melhores expressões possíveis do crescimento contínuo do tempo livre, e não deve ser obstaculizada;
- b. O direito ao turismo para todos deve ser visto como corolário do direito ao repouso e aos tempos livres, e nomeadamente do direito a uma razoável limitação da duração do trabalho e licenças periódicas pagas, garantido no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e no artigo 7.1 do Pacto Internacional relativo aos direitos económicos, sociais e culturais;
- c. O turismo social, e nomeadamente o turismo associativo, que permite o acesso do maior número de cidadãos aos tempos livres, às viagens e às férias, deve ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas;
- d. O turismo das famílias, dos jovens e dos estudantes, das pessoas de idade e dos deficientes deve ser encorajado e facilitado.

Neste contexto, é previsível que o mercado turístico, não obstante o momentâneo retrocesso pandémico, poderá, potencialmente, vir a ver o seu diâmetro alargado, abrangendo novos segmentos, ainda que seja com menor poder aquisitivo, mas talvez, em compensação mais sensíveis à valorização da diferenciação local, nomeadamente, no contexto dos PEID, representando, por esta via, a emergência de uma nova aurora, para novos micro destinos e novos produtos, mormente ecoturísticos.

Dado o exposto, fica, assim, demonstrado que a sustentabilidade constitui um fenómeno “espacial”, intemporal e multidimensional, que requer uma ação coletiva, de

todos os *stakeholders*, tendo em vista a respetiva preservação e promoção, em todas as latitudes. Pois, os respetivos efeitos, por mais localizados que sejam, acabam por ser sempre globais e vice-versa, mormente, quando a “lupa” é passada sobre a realidade de um PEID, como Cabo Verde, como ficou demonstrado ao longo dos capítulos que se seguem.

1.2. Causas e consequências de um desenvolvimento desigual

“As inter-relações entre os países ricos e pobres na economia internacional (...) fazem com que o rápido crescimento dos primeiros seja apenas marginalmente útil e, em alguns casos, absolutamente prejudicial ao desenvolvimento dos últimos”.

Todaro (1981: 162)

Introdução

Causas e consequências de um desenvolvimento desigual – este subponto introdutório deste trabalho de investigação teve como objetivo principal analisar as causas, as consequências e a dinâmica esperada⁵² de um mundo globalizado e “quadripolar”, com uma rotação a, pelo menos, quatro velocidades. Procurou-se, neste âmbito, compreender a origem e os critérios subjacentes a esses desníveis de desenvolvimento, bem como os respetivos efeitos, no que tange à condicionalidade de acesso dos seus concidadãos aos benefícios do desenvolvimento, traduzidos em termos de acesso à: modernidade, oportunidade, competitividade e, conseqüentemente, à felicidade, tendo como pano de fundo o nobre objetivo global de “não deixar ninguém para trás”, independentemente do respetivo contexto espaço-temporal selecionado ou predestinado.

- // -

Com a reflexão feita sobre o sistema que medeia as complexas teias de relações estabelecidas entre os países ricos e pobres, Todaro (1981) pretende nos convidar para a construção de um pensamento muito mais reflexivo e sistémico no concernente, do que a visão linear do terceiro mundo, que a doutrina dominante e as IFI têm impingido aos PVD e aos PD mais seguidistas. Pois, para este autor, existem fatores estruturais e conjunturais que fazem com que haja um desenvolvimento a várias velocidades nos contextos, tanto intrarregional como global, dividindo o mundo em 4 grupos de países: os PMA – Países Menos Avançados, os PDM – Países de Desenvolvimento Médio os

⁵² A análise da dinâmica efetiva desta marcha ficou reservada para o Capítulo 2, no âmbito de uma abordagem mais empírica.

PD – Países Desenvolvidos, sendo estes ainda subdivididos entre os de Rendimento Elevado e os de Rendimento Muito Elevado.

1.2.1. Causas de um desenvolvimento desigual

“Nenhum esclarecimento foi dado até hoje para explicar porque os países pobres são pobres e os países ricos são ricos”.

Paul Samuelson (1976) in Landes (2011: XVII)

Analisando a discrepância existente nas condições de partida e de chegada dos países dos hemisférios norte e sul, Landes (2011: 3), alerta para a seguinte realidade dispare, que não pode ser escamoteada: “Talvez o facto mais impressionante seja a maioria dos países subdesenvolvidos se situar nas zonas tropicais e semitropicais, entre o trópico de Câncer e o trópico de Capricórnio. Autores recentes atenuaram com extrema facilidade o significado desse facto e consideram-no, em grande parte, fortuito. Isso revela a arraigada propensão otimista com que abordamos os problemas do desenvolvimento e a relutância em admitir a grande diferença das condições iniciais com que os países pobres se defrontam, quando comparadas com a fase pré-industrial dos países mais avançados”.

Para Todaro (1981), na construção deste mundo quadripolar, foram identificados, na fundação, os seguintes alicerces estruturais, que acabam, direta ou indiretamente, por ditar, em diferentes latitudes, acessos díspares ao desenvolvimento, mesmo entre os PVD, nomeadamente:

1. **O tamanho do país** (em termos geográficos, populacionais e de renda) – Este constitui um dos fatores mais críticos na determinação do peso relativo e do posicionamento dos países no concerto das nações e nas REI – Relações Económicas Internacionais.

Como vaticinado por Friedman (2010: 30) - Os Próximos 100 Anos: “O carácter de uma nação é determinado, em grande medida, pela geografia (características físicas, individuais e comunitárias), tal como a relação entre as nações”. Nesta perspetiva, a importância e a expressão dos países no contexto global devem-se e dever-se-á, no presente e no futuro próximo, em larga medida, às respetivas dimensões física, geoestratégica, populacional, comunitária e relacional.

Nesta perspetiva, este fator condiciona, sobremaneira, a dinâmica desenvolvimentista dos diferentes países, fazendo com que um PEID como Cabo

Verde tenha, por vezes, que recorrer aos seus atributos imateriais, para compensar o seu défice geográfico-material.

2. **Experiência / evolução histórica** – cada país apresenta a sua evolução histórica, passando por experiências positiva e negativamente marcantes, condicionando, assim, de forma indelével, o ritmo, a direção e o sentido de marcha de cada país rumo ao tão ambicionado desenvolvimento sustentável.

Uma parte significativa dos PVD, mormente, os da África, passaram por um longínquo e penoso processo de (des)colonização, sendo este domínio marcado por fenómenos como:

- a. **A escravatura e a exploração do Homem pelo Homem** – sistema que marcou, significativamente, os primórdios da era colonial, cujos efeitos tangíveis e intangíveis perpetuaram no tempo, muito para além da abolição formal da escravatura.
- b. **A lapidação dos recursos estratégicos** – o sistema colonial assumiu também uma forma de transferência ilegítima, mas sistemicamente legitimada de recursos, mormente os considerados estratégicos, da periferia para o centro e ou metrópole, deixando os países colonizados, atualmente categorizados de PVD, desprovidos dos poucos ou muitos recursos de desenvolvimento disponíveis;
- c. **A aculturação** - a proibição e/ou inibição de todas as manifestações culturais indígenas, reprovadas pelo senhorio, contribuiu, largamente, pela perda paulatina das raízes culturais nativas, facilitando a predominância de uma cultura externa, imposta como superior, em detrimento de uma cultura indígena, inicialmente catalogada, mas depois interiorizada, como sendo inferior. Esta complexada hierarquização cultural está na origem da criação ou invenção de um conjunto de estereótipos, que vem, atualmente, impedir um acesso democrático e equitativo dos diferentes povos à felicidade.

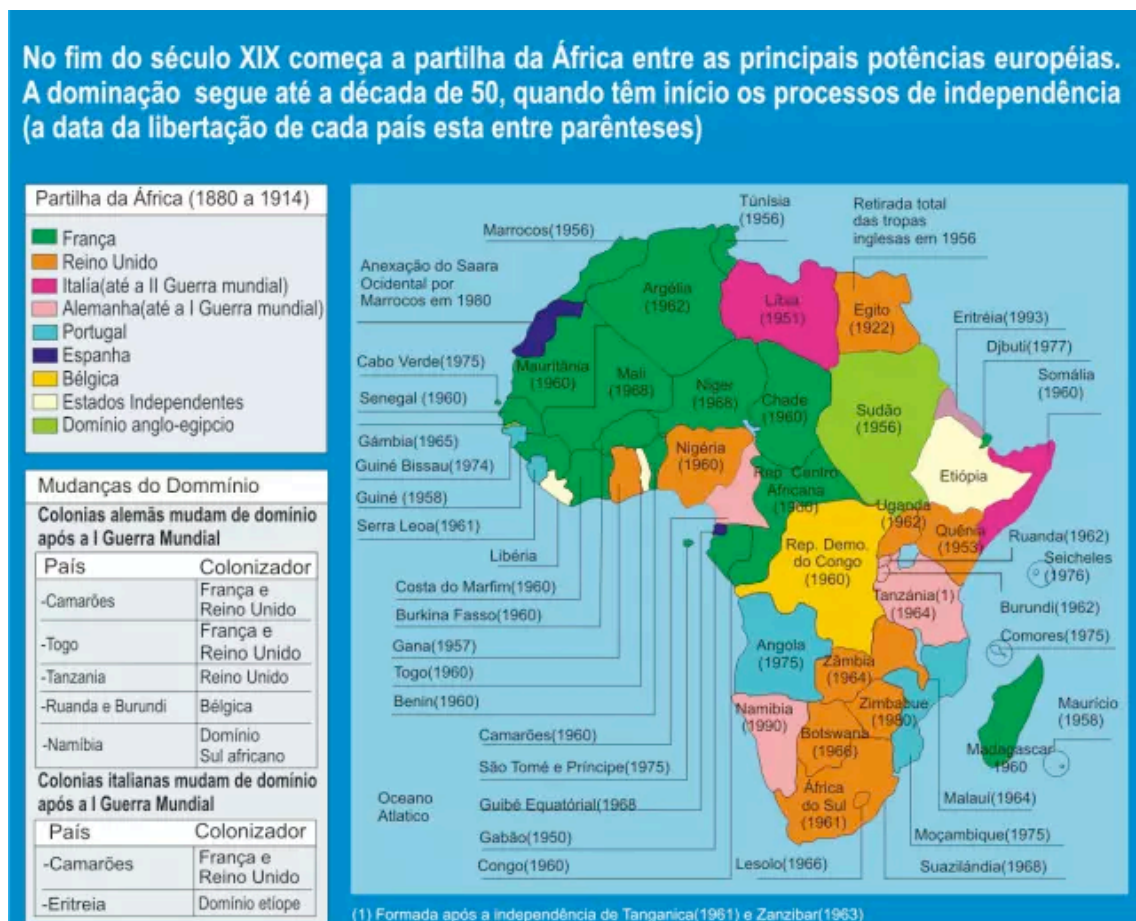
No entanto, a experiência histórica, mormente em África, nem sempre foi marcada por experiências universalmente nefastas ou erosivas. Pois, no âmbito desta dinâmica histórica negativista, existem também eventos historicamente ocorridos, que são de cariz mais construtivo.

Entre estes eventos, destacam-se os seguintes: a miscigenação, a edificação de uma identidade ímpar, a multiculturalidade, a globalização precoce, a endogeneização

do espírito de um cidadão do mundo, a preparação de um mundo globalizado para consumir um local, por vezes mais, por vezes menos contrastante, mormente, a contagiante experiência africana, que, embora, tendo origem também no sistema colonial, constituem no atual contexto de globalização, um efetivo de diferenciação e de competitividade desses países ex-colonizados.

d. **O desenraizamento** – a partilha, “com régua e esquadro”, da África, ocorrida entre 1880 e 1914, conforme é espelhada no mapa infra, contribuiu para a separação abrupta de povos, etnias, comunidades e famílias, podendo ter constituído, por esta via, um dos fatores mais violentos e marcantes da história da humanidade, com um efeito incomensurável na dinâmica de longo prazo, no âmbito da qual continua-se a assistir famílias desavindas e indivíduos desenraizados, em busca *ad eternum* das suas origens:

Fig. 5 - Mapa de partilha da África



Fonte: <http://www.monolitonimbus.com.br/wp-content/uploads/2014/03/partilha-da-africa.jpg>

Nessa partilha, denota-se a situação privilegiada que ficaram as potências coloniais como França, Reino Unido e, até mesmo, Portugal, que acabou por ficar com uma

colónia formada por 5 estados, hoje denominados de PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, dispersos um pouco por todo o território continental africano e ilhas adjacentes no Atlântico médio e sul.

Fortuna (1985), parafraseando Wallerstein (1979: 247), no concernente à colonização portuguesa em África, argumenta:

O que colonialismo português tem de diferente é essencialmente o facto de ter sido exercido por um estado sem os recursos políticos, económicos, financeiros e militares dos seus pares.

Pode dizer-se o que é diferente é o facto de ter sido um colonialismo exercido por um estado semiperiférico, isto é, por uma país que tende a produzir produtos manufaturados para o mercado interno(...) mas também exportador de produtos primários, desempenhando o papel de parceiro periférico, face aos países centrais e de parceiro central, face a alguns países periféricos.

Nesta perspetiva, formula o seguinte sistema de relações coloniais, adaptado pelo autor, que caracteriza bem o papel bipolar que foi assumido por Portugal, durante o período colonial e na sua relação dúbia com o centro e a com a periferia:

Quadro 11 - Sistema das relações coloniais

| Relações Coloniais | | | |
|--|-----------------------|--------------------|-------------------------|
| D i v i s ã o | Poder Colonial | | Colónias |
| | Dominação | | |
| T r a b a l h o | | Inglaterra | (Austrália) (Canadá) |
| | | França | |
| | | Alemanha, etc. | |
| | Subordinação | Portugal | Angola |
| | | | Cabo Verde |
| | | | Guiné-Bissau |
| | Moçambique | | |
| | | S. Tomé & Príncipe | |

Fonte: Fortuna, Carlos (1985: 471), Descolinação, o Fim de um Ciclo

O quadro relacional anteriormente apresentado demonstra que, enquanto as grandes potências coloniais, nomeadamente: a Inglaterra, a França e a Alemanha, assumiram

um papel central de dominação, Portugal, um estado periférico, com défice de recursos, acabou por assumir um duplo papel de subordinação na sua relação com o Centro e de dominação na sua relação com as suas ex-colónias, conforme a seguinte síntese apresentada por Fortuna (1985: 490-497):

A participação inicial de Portugal na partilha da África de finais do século passado (...) foi sobretudo o liberalismo reinante, tanto ao nível nacional como internacional, que criaram a ideia do colonialismo desinteressado de Portugal de meados do século XIX.

Não existem, no início do modelo colonial-imperialista português, motivações económicas determinantes. Existe, quando muito, a perspetiva de benefícios económicos a retirar futuramente do empreendimento colonial. Daí, a necessidade prévia de garantir politicamente, tal possibilidade. Não admira, portanto, que a política deste período colonial-imperialista de Portugal assentasse nos contatos políticos internacionais, de modo a garantir a regra do homem branco em África.

Para Portugal, uma economia débil e um estado pouco influente, a garantia política de um (futuro) colonialismo económico, obrigava a uma luta em duas frentes. No terreno europeu, havia que manipular desavenças entre os grandes e fazer vingar as suas pretensões. No terreno africano era preciso criar condições de facto que dessem consistência à débil condição, condição de negociador europeu.

Esta premissa é também demonstrativa que, mesmo entre os países do “Norte”, ex-potências coloniais, nem todos andaram à mesma velocidade, coexistindo, também nesse seio, uns que andavam na “fila da frente” e outros que perfilavam nas filas secundárias, próximos dos países dominados, aparecendo, na arena internacional, numa situação de pseudoconcorrência com os seus pretensos dominados, em termos dos recursos de desenvolvimento, bem como do nível de especialização económica.

Esta fragilidade do regime colonial português explica também, na ótica de Fortuna (1985: 490-497), o demorado e penoso processo de descolonização adotado esta antiga metrópole, diferentemente da estratégia de descolonização seguida, nomeadamente, por Inglaterra e França:

i. A “onda” de descolonização da África, a fase acelerada do declínio do ciclo que discutimos, Portugal manteve-se intransigente ao reconhecimento mesmo dos movimentos de libertação. Porquê? Porque não podia neocolonizar, diz a explicação convencional. É certo, mas insuficiente. Teria Portugal, ao contrário, condições para manter uma guerra prolongada de libertação em três frentes? É obvio que não. Mas se o fez foi, de novo, à custa da manipulação diplomática internacional.

ii. Pode-se mesmo chegar a ter de pagar o custo de 13 anos de guerra colonial, gasta-se

nela quase metade do orçamento anual, endividar progressivamente um país, reforçar os elos de dependência externa, mobilizar quase 15 por cento dos cidadãos em idade militar. Enfim, pode mesmo chegar-se ao ponto de empenhar uma nação e um regime numa causa historicamente perdida.

Os processos de colonização e desenvolvimento nos PD e nos PVD, mormente nas ex-colônias, pelo exposto, ficaram, *ab initio*, marcados por um conjunto de fatores históricos de desarmonia e de descompasso, que constituíram, ao longo dos últimos cinco séculos, motivos bastantes para um desenvolvimento desigual entre o “Norte” e o “Sul”, mas, também, entre os países do “Norte” e entre os do “Sul”.

Neste sentido, tendo chegado ao fim o ciclo colonial, no pós segunda guerra mundial, os países africanos, como tiveram sortes diferentes na ascensão à independência, como se pode observar no quadro infra, tiveram também destinos diferenciados, como países independentes.

Quadro 12 – Cronologia da Descolonização de África

Cronologia da Descolonização de África

| Colónia | Data | Ano | Século | Metrópole |
|--------------------------------|-----------------|------------|---------------|---------------------|
| Libéria | 26 de Julho | 1847 | XIX | Estados Unidos |
| África do Sul | 31 de Maio | 1910 | XX | Reino Unido |
| Egito | 28 de Fevereiro | 1922 | XX | Reino Unido |
| Etiópia | 05 de Maio | 1941 | XX | Itália |
| Libia | 24 de Dezembro | 1951 | XX | Itália |
| Sudão | 1 de Janeiro | 1956 | XX | Reino Unido – Egito |
| Marrocos | 2 de Março | 1956 | XX | França |
| Tunísia | 20 de Março | 1956 | XX | França |
| Gana | 6 de Março | 1957 | XX | Reino Unido |
| Guiné | 2 de Outubro | 1958 | XX | França |
| Camarões | 1 de Janeiro | 1960 | XX | França |
| Togo | 27 de Abril | 1960 | XX | França |
| Senegal | 20 de Junho | 1960 | XX | França |
| Madagascar | 26 de Junho | 1960 | XX | França |
| Somalilândia Britânica | 26 de Junho | 1960 | XX | Reino Unido |
| República Democrática do Congo | 30 de Junho | 1960 | XX | Bélgica |
| Somália Italiana | 1 de Julho | 1960 | XX | Itália |
| Benim | 1 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Niger | 3 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Burkina Faso | 5 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Costa do Marfim | 7 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Chade | 11 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Congo | 15 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Gabão | 17 de Agosto | 1960 | XX | França |
| Mali | 22 de Setembro | 1960 | XX | França |
| Nigéria | 1 de Outubro | 1960 | XX | Reino Unido |
| Mauritânia | 28 de Novembro | 1960 | XX | França |
| Serra Leoa | 27 de Abril | 1961 | XX | Reino Unido |
| Tanganica | 9 de Dezembro | 1961 | XX | Reino Unido |
| Burundi | 1 de Julho | 1962 | XX | Bélgica |
| Ruanda | 1 de Julho | 1962 | XX | Bélgica |
| Argélia | 5 de julho | 1962 | XX | França |
| Uganda | 9 de Outubro | 1962 | XX | Reino Unido |
| Zanzibar | 19 de Dezembro | 1963 | XX | Reino Unido |
| Malauí | 6 de Julho | 1964 | XX | Reino Unido |
| Zâmbia | 24 de outubro | 1964 | XX | Reino Unido |
| Gâmbia | 18 de Fevereiro | 1965 | XX | Reino Unido |
| Rodésia | 11 de Novembro | 1965 | XX | Reino Unido |
| Botsuana | 30 de Setembro | 1966 | XX | Reino Unido |
| Lesotho | 4 de Outubro | 1966 | XX | Reino Unido |
| Maurícia | 12 de Março | 1968 | XX | Reino Unido |
| Essuatíni | 6 de Setembro | 1968 | XX | Reino Unido |
| Guiné Equatorial | 12 de Outubro | 1968 | XX | Espanha |
| Guiné-Bissau | 10 de Setembro | 1974 | XX | Portugal |
| Comores | 6 de Julho | 1975 | XX | França |
| Moçambique | 25 de Junho | 1975 | XX | Portugal |
| Cabo Verde | 5 de Julho | 1975 | XX | Portugal |
| São Tomé e Príncipe | 12 de Julho | 1975 | XX | Portugal |
| Angola | 11 de Novembro | 1975 | XX | Portugal |
| Seychelles | 29 de Junho | 1976 | XX | Reino Unido |
| Djibouti | 27 de Junho | 1977 | XX | França |
| Namíbia | 21 de Março | 1990 | XX | África do Sul |
| Eritreia | 24 de Maio | 1993 | XX | Etiópia |
| Sudão do Sul | 09 de Julho | 2011 | XXI | Sudão |

Fonte: https://pt.linkfang.org/wiki/Cronologia_da_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_de_%C3%81frica

Da leitura do referido quadro pode-se constatar que, enquanto que o Reino Unido começou por libertar mais cedo as suas colónias, com o *startup* a ter lugar com a África do Sul, em 1910, tendo vindo a retomar o processo na década de '50, a França concentrou o seu processo de libertação, essencialmente, na década de '60, com a concessão da independência, nesse período, de 14 das suas 20 ex-colónias africanas.

Os países lusófonos, infelizmente, não tiveram a mesma sorte. Tendo sido obrigados, pelo sistema colonial português, a fazer uma longa e desgastante luta armada, em três frentes⁵³, tiveram, por isso, que suportar custos humanos, sociais, financeiros e territoriais bilateralmente incomensuráveis, que deixaram marcas profundas nas respetivas historicidades, bem como nos respetivos caminhos do futuro.

Segundo o Jornal Público, de 13 fevereiro 2010, num artigo intitulado: “África Dezassete países tornaram-se independentes há 50 anos”, destacam-se as seguintes opiniões especializadas de alguns economistas e investidores:

i.No final da II Guerra Mundial, em África, apenas Etiópia, Libéria e Egipto eram independentes e quando os anos 1950 chegaram ao fim ainda só se lhes tinham juntado Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana e Guiné-Conacri.

ii.“O panorama atual dos países chegados à independência em 1960 é bastante frustrante”, diz Alexander Keese, professor do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

iii.“Não há desentusiasmo. Há sim uma fortíssima frustração”, afirma Eduardo Costa Dias, do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

iv.“Há desilusões profundas, mas outra coisa é dizer que o futuro será sempre assim”, refere Adelino Torres, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). A falta de desenvolvimento, as guerras e o défice de democracia são, para o professor do ISEG, os grandes problemas dos países que há 50 anos – e nos anos anteriores e seguintes – ascenderam à independência. E, no entanto, em 1960, o futuro parecia risonho.

Os supramencionados especialistas apontaram algumas causas que entendem ter marcado esta grande frustração coletiva em relação aos novos países e povos independentes, que agora se consciencializaram que, como professava alguns economistas do desenvolvimento, afinal, “a independência política poderia ser conseguida com um simples decreto, mas, a independência económica não. Esta, exige um trabalho árduo e muita resiliência”:

i. As “tendências para a monocultura e um dirigismo económico inflexível”, bem como uma “tradição burocrática pesada” e uma herança “administrativa repressiva” do período colonial são outros problemas identificados por este investigador. Do ponto de vista económico, afirma Adelino Torres, os países africanos seguiram uma estratégia que se revelou errada e que, na maioria dos casos, se ficou pela “industrialização” para

⁵³ A luta armada teve lugar em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Apenas Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe foram poupados dessa luta nos respetivos territórios, tendo estes recorridos apenas à luta política.

“substituição de importações”.

ii. Alexander Keese considera que “no âmbito social e político, na grande maioria dos países, estabeleceram-se sistemas clientelistas e muitos grupos e regiões ficaram excluídos”. “Quase tudo foi permitido, não havia nenhuma pressão [externa] para os novos Governos manterem estruturas democráticas”.

iii. Adelino Torres considera “completamente errada” a concepção de que a democracia é impossível no continente. O professor do ISEG cita o Prémio Nobel Amartya Sen para dizer que o diálogo tem ali uma tradição milenar e defende que:

1. “Embora o fator étnico exista, ele não é a origem principal [dos problemas], a origem é política e usa os fatores étnicos para promover ambições”.
2. “Sou optimista, mas a longo prazo. Porque neste momento há muitas dificuldades – crise global, dívida externa, dificuldades em exportar, dificuldades de desenvolvimento. Só vemos guerras e sida. Mas África é um continente extremamente criativo. E com grande futuro, mas ainda vai levar tempo”.

Nesta perspetiva, para se promover um desenvolvimento equitativo entre os diferentes países planetários há necessidade de se identificar, inventariar e avaliar os fatores internos e externos que têm dificultado o acerto de passos, tanto a nível intra estatal, como a nível interestatal, promovendo, de forma crescente, um desenvolvimento desequilibrado e, tendencialmente, desequilibrador.

Neste pressuposto, pode-se inferir que o processo colonial foi tão marcante, mormente, nalgumas ex-colónias, como Cabo Verde, cuja história emergiu deste determinante processo, fazendo, por isso, irradiar os seus efeitos diretos, indiretos e induzidos por um longo período pós-colonial, marcando, de forma indelével, as gerações anteriores, atuais e vindouras.

e. **O divisionismo**⁵⁴ - o sistema colonial, intimidado com uma estrutura societária potencialmente forte no contexto local, não via com bons olhos uma potencial coesão interna, que pudesse culminar numa unicidade identitária, numa opinião pública mobilizadora e num sentimento de pertença e de resiliência transformadora e, hipoteticamente, numa marcha coletiva, rumo a um “futuro comum”.

⁵⁴ Dividir, por vezes, para se poder reinar.

Referindo-se à ilha de Santiago, como um exemplo de divisionismo, Barros⁵⁵ (2020), coloca a seguinte hipótese explicativa para esse fenómeno: Este divisionismo sectarista, não foi atempada e suficientemente equacionado e resolvido, tendendo a acompanhar o cabo-verdiano ao longo do seu processo de crescimento e maturação, dando origem a estereótipos como: *Sapadjudus vs. Badius; Badiu di Praia vs. Badiu di Fora*.

Para este Autor, estes estereótipos muito têm contribuído para a fragmentação das ilhas, per si, já espartilhadas, mormente, de Santiago, a sua ilha maior, a qual, albergando mais de 56% da população nacional, padece, segundo Barros⁵⁶ (2020), do seguinte síndrome, que responde à seguinte pergunta de partida formulada por este autor: Por que razão a ilha de Santiago continua a funcionar de forma espartilhada e não como unidade, em termos políticos e de ordenamento socioeconómico?

f. **Apadrinhamento**, sorrateiro e em contramão, de um sistema ditatorial, quando já sopravam os ventos de mudança para um sistema democrático, ainda que seja no modelo representativo, do tipo ocidental. Este esquema montado para a passagem de poder em África, mormente nos PALOP, justificado ou não, acabou por escolher determinados grupos privilegiados para assumirem o poder, no período pós-independência, sob a forma de partido único, fazendo, por vezes, perpetuar alguns indivíduos no poder, há mais de quarenta e cinco anos, por vezes sob a forma de ditadura assumida, por vezes sob a forma de uma democracia ditatorial, sufragada nas urnas.

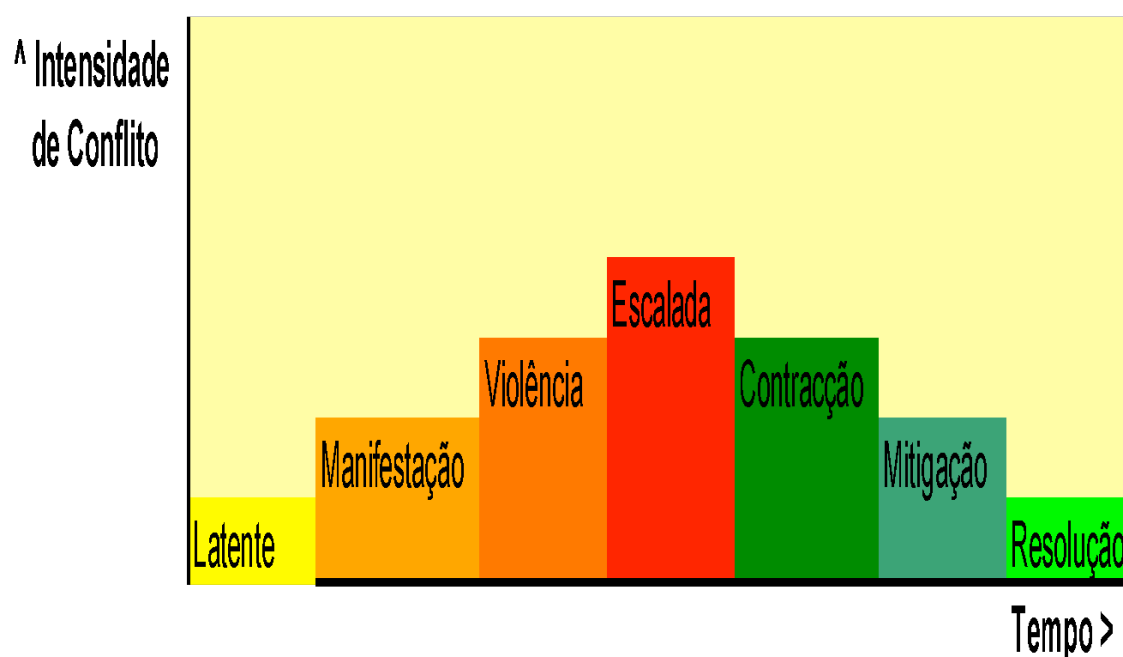
Este sistema de concentração no poder num grupo restrito, não permitindo jogo equilibrado de disputa do poder entre todos os candidatos, tem sido também um foco de conflitos, fazendo, recorrentemente, alguns países africanos, inclusive do mundo lusófono, caírem nos conflitos armados e na guerra civil fratricida, durante longas décadas, contribuindo, assim, para adiar o *take off* e as normais etapas subsequentes de desenvolvimento, previstas para esses países;

⁵⁵ “Interior de Santiago: um espaço histórico especial de exclusão?!” Por: Crisanto Barros (07/08/2020).

⁵⁶ “Interior de Santiago: um espaço histórico especial de exclusão?!” Por: Crisanto Barros (07/08/2020).

g. **A economia de guerra**, patrocinada pelos “senhores da guerra”, indutores da endogeneização de um espírito e de uma mentalidade de conflito, que, na linha de pensamento de Oppenheimer e da experiência empírica, prospectiva-se, em função do contexto-espaco temporal, intensidades, tendencialmente crescentes, até à fase da escalada generalizada do conflito, experimentando, posteriormente, uma fase descendente, até à sua total resolução, fases essas, sintetizadas conforme o esquema seguidamente apresentado:

Fig. 6 - Sistema de gestão de conflitos



“A segurança em África é considerada uma prioridade estratégica, pois sem segurança não existe desenvolvimento sustentado, não a segurança do Estado ou das organizações, mas a dimensão da segurança real sentida e centrada na pessoa humana”.

Moreira (2006) in Bernardino (2007: 11)

Em alguns contextos africanos, houve a substituição de transitórios conflitos externos por perpetuados conflitos internos. Pois, as guerras passaram, no ponto de vista deste autor, um autêntico negócio, que alimenta muitos interesses, fazendo, por este motivo, que a guerra não seja um meio, mas sim um fim em si mesmo.

Segundo Bernardino (2007):

i. Esta “nova” conflitualidade apresenta como principais tendências um declínio significativo no número de guerras inter-estatais relativamente ao aumento de conflitos intra-estatais, assistindo-se a uma concentração destes no “terceiro mundo”,

principalmente em África, nomeadamente na África Subsaariana. O aparecimento destes conflitos deriva em grande medida do processo de construção, falência e fracasso da estrutura dos Estados e da inviabilidade deste em assegurar as suas principais funções, o desenvolvimento sustentado e a segurança das suas populações.

- ii. Esta falência estatal conduziu à fragmentação regional do continente africano, levando à luta pela identidade cultural e civilizacional em que, devido à manipulação das populações, pelas pressões políticas, económicas, raciais ou religiosas, levou ao surgimento de conflitos no interior destes Estados, constituindo-se nos aspetos geopolíticos primordiais desta “nova” conflitualidade (Fisas, 2004, 52-62).
- iii. Alguns autores apontam como principal fator de instabilidade regional a permeabilidade das fronteiras físicas (geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais) como sendo as causas de constantes disputas interétnicas, culturais e religiosas. Outros autores relevam ainda a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento da maioria dos seus Estados, uma “crise de soberania do Estado-nação africano” (Cardoso e Ferreira, 2002, 13). Outros autores apontam ainda a luta pelo acesso aos recursos naturais, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros “minérios estratégicos” e o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como fatores indutores de conflitos (Faria, 2004, 9-11). Aceita-se normalmente o facto dos conflitos no continente africano, independentemente das causas que lhe dão origem, manterem essencialmente uma matriz intraestatal, embora com maior incidência nas zonas de fronteira e estando quase sempre associados a “Estados frágeis” (Dempsey, 2006, 2-3).

Para Mohammed (1995: 1): “as diferenças nas despesas militares (milex) refletem fatores económicos, políticos e estratégicos aos níveis nacional e internacional, sendo os fatores estratégicos os mais importantes na maior parte dos países”. Nesta perspetiva defende que:

- i. São os governos que escolhem os níveis de milex, consoante a sua afetação ótima de recursos, e a escolha reflete as preferências dos governos no poder. Os níveis de milex são determinados através do balanço entre os seus *opportunity cost* e os seus *security benefits*.
- ii. No 3.º mundo as milex são determinadas principalmente por considerações estratégicas (perceção de ameaça e necessidade de segurança). As principais determinantes das milex são: fatores políticos, militares e condições económicas (a nível nacional, regional e global).

No que concerne à economia de guerra, Mohammed (1995: 1&4) que:

- i. Um conjunto de diferentes fatores económicos, políticos e militares determinam o esforço militar em África;

- ii. A inércia (os encargos militares são rígidos na direção descendente por causa da pendência de anteriores despesas e compromissos face a programas militares) tem um papel proeminente em quase todos os países africanos;
- iii. A importância relativa doutros fatores difere de país para país;
- iv. Os fatores económicos (rendimentos nacionais, *world economy*, inércia e indústria militar) têm um papel menos importante do que os fatores políticos (tipo de governo: civil ou militar) e militares (guerra civil e conflitos externos, tamanho do país e tamanho das forças armadas);
- v. As considerações de segurança (tamanho das forças armadas, os países africanos em guerra têm mais milés, os fatores geográficos também explicam as variações entre países nos esforços militares) têm um papel predominante;
- vi. A influência das indústrias militares é pouco importante nos PVD'S por causa da pequenez das indústrias de armamento; nos países africanos é ainda menos importante, porque estas indústrias não existem (com exceção do Egipto e da África do Sul);
- vii. A taxa de crescimento económico não é um fator significativo para determinar os encargos militares;
- viii. A cooperação económica e política pode reduzir as tensões no continente e baixar os níveis de militarização.

Neste contexto, o desenvolvimento nos PVD, mormente em África, de uma visão, passa a constituir uma mera ilusão, para esses países, que passam a produzir, quase que exclusivamente, para alimentar uma economia de guerra e um grupo de interesse que se enriquece com a miséria e a desgraça alheia.

Dado o exposto, pode-se inferir que, num misto de causa e efeito, pode-se apontar os seguintes fatores como determinantes da guerra em África:

- i. O baixo rendimento per capita;
- ii. A fraca abertura política;
- iii. A diversidade étnica;
- iv. Violência passou de “um meio” para ser “um fim” (massacres e genocídios);
- v. A guerra é vista como negócio (pilhagens, saques e expropriações);
- vi. Os senhores da guerra, fazem guerra em proveito próprio. Por isso, não se lhes pode confiar a paz.

Nyang'oro (Pág. 1-4), in Mohammed (1995) interpreta a economia da guerra, nos

seguintes termos:

- i. Em várias circunstâncias a despesa militar, muitas vezes encarada como despesas de defesa e segurança, tem sido vista como um Bem Público, cujo valor e necessidade tem sido aceite inquestionavelmente;
- ii. A proporção das Despesas Militares (DM) no PIB é muito semelhante ao dos países desenvolvidos, sendo que este tipo de despesas tem crescido a um ritmo maior do que nos países industrializados, com aumentos substanciais na importação de armas;
- iii. O problema principal das economias africanas é esse subdesenvolvimento, caracterizado pela baixa produtividade e rendimento baixo, resultante numa economia muito constringida por níveis baixos de desenvolvimento socioeconómico e forte dependência da economia internacional;
- iv. Em África qualquer desvio de recursos do setor económico para o militar tem grandes consequências. Em qualquer as DM representam um custo (de oportunidade) económica. Em termos económicos, elas vão usar recursos que podem servir alternativamente para a provisão de bens e serviços públicos e privados;
- v. Nos países industrializados as questões de segurança têm como papel central as populações contra eventuais ameaças externas; nos países em desenvolvimento as preocupações com a segurança interna extravasam em muito as com a segurança externa e a função última das forças armadas tem sido proteger os governos e elites da massa da população;
- vi. A questão central não as DM per si, mas sim as suas interligações com outras variáveis: o nível de desenvolvimento socioeconómico e o uso que é dado ao poder militar em África.

Com estas práticas nocivas, com consequências incomensuráveis, esses países africanos assombrados pela guerra, constituindo, na sua maioria países emergentes, acabam por se desviar da rota do desenvolvimento, assumindo as seguintes consequências:

- i. Reconversão lenta do exército em mão-de-obra produtiva, principalmente quando para o efeito for necessário o estabelecimento da paz e a desmobilização de efetivos em duas ou mais trincheiras;
- ii. Resistência em relação ao regresso ao campo, muitas vezes minados, principalmente dos jovens;

- iii. Dificuldades técnico-operacionais e económico- financeiras visando as reposições logística e infraestrutural, com efeitos de longo prazo na retoma tardia da economia;
- iv. Produção agrícola só para autoconsumo, com perdas, por vezes irreversíveis na ligação e/ou domínio dos mercados interno e externo e na consequente perda de competitividade global;
- v. Os investidores externos com tendência para assumirem a “posição de S. Tomé” de: “ver para querer”, uma vez que o IDE é uma das fontes de financiamento externo, sujeitas ao chamado paradoxo de financiamento, i.e., carece de um ambiente favorável para poder ocorrer. Por esta razão, os países que dele mais necessitam sejam, paradoxalmente, aqueles que menos capacidades têm para o atrair, cumprindo, assim, o velho ditado que sentencia o seguinte: “a água só corre para o mar”;
- vi. Necessidade, por vezes, imperiosa de equilíbrio macroeconómico, o que, no limite, pode se traduzir na imposição de programas de ajustamento estrutural e de estabilização, traduzido, entre outras, na aplicação do *plafond* de crédito, retirando dinheiro à economia, no pressuposto de que: “quem não tem dinheiro não tem vícios”. Esta medida restritiva tem, num contexto de pobreza, efeitos, por vezes, desastrosos, mormente, sobre os mais vulneráveis;
- vii. Inércia em relação à redução das despesas militares e do peso militar. Pois, no pós conflito, a dinâmica despesista do setor militar apresenta resistências, por vezes, intransponíveis, no sentido do respetivo emagrecimento, às vezes, devido aos compromissos do passado, às vezes, por uma simples questão de perceção de segurança e/ou de comodismo.
- viii. A existência dos “*free riding*” (“penduras”), que são aqueles indivíduos que, não fazendo nada, ficam, no entanto, na expectativa de ver como é que fica. Esta carga negativa pode se tornar sistémica, retardando e/ou impedindo a retoma das atividades económicas e a normalização da vida societária.

Este percurso perverso faz-lhes cavar, ainda mais, o fosso entre ricos e pobres e, consequentemente, entre os que conseguem seguir a marcha, por vezes rápida para o desenvolvimento e os outros que, pelo contrário, ficam a marcar passo, sendo apanhados nas malhas do subdesenvolvimento e do ciclo vicioso da pobreza.

Neste quesito, Cabo Verde e os cabo-verdianos tiveram a felicidade de nunca terem, ao longo da história, experimentado um conflito armado, criando a nível societário, a consciencialização coletiva que os diferendos políticos e outros são resolvidos na arena político-institucional, sem nunca resvalar para o campo militar. Este sábio posicionamento face aos problemas societários, tem permitido a este PEID poupar os seus poucos recursos (humanos, materiais, financeiros e territoriais), canalizando-os, estrategicamente, para a queima de algumas etapas do respetivo processo de “*take-off*”.

3. Dotação de recursos físicos e humanos – este é tido, por muitos especialistas, como sendo um dos mais críticos fatores de desenvolvimento.

Se por um lado, o excesso da população tem sido um problema crítico para uma parte significativa dos PVD, que, dispondo de recursos escassos, confrontam-se com grandes dificuldades acrescidas para manterem a respetiva população crescente com o mesmo nível de vida, por outro, existe um grupo de países que, embora dispondo de recursos tangíveis suficientes para a indução do respetivo desenvolvimento, apresenta, tendencialmente, alguma dificuldade para continuarem a induzir o referido processo, devido ao envelhecimento e diminuição progressiva da sua população, podendo esta situação paradoxal vir a comprometer o desenvolvimento económico no contexto global.

Esta linha de raciocínio é seguida por Friedman (2010: 26), que, na sua obra “Os Próximos 100 Anos”, perante a hipótese da diminuição de população⁵⁷ mundial, vaticina o seguinte:

- a. (...) Na primeira metade do século, a quebra da população irá dar origem a uma enorme falta de mão-de-obra nos países industrializados.
- b. Hoje em dia, os países desenvolvidos abordam o problema mantendo os imigrantes do lado de fora. Na primeira metade do século XXI, o problema vai ser convencê-los a vir. Os países irão chegar ao ponto de pagar às pessoas para que estas se mudem para lá. Isto irá incluir os Estados Unidos, que irão competir por imigrantes cada vez mais raros e que tudo farão para convencer os mexicanos a vir para os Estados Unidos – uma revolta irónica, mas inevitável.
- c. Estas mudanças irão conduzir à crise final do século XXI.

⁵⁷ Fator agora agravado com o surgimento e o alastramento da pandemia da COVID-19.

- d. Atualmente, o México é a décima quinta economia do mundo. À medida que os europeus vão ficando de lado de fora, os mexicanos, tal como os turcos, irão subir no *ranking* até que, no final do século XXI, serão das maiores potências económicas do mundo.

É nesta perspetiva que Friedman (2010: 30) defende que:

O carácter de uma nação é determinado, em grande medida, pela geografia (características físicas, individuais e comunitárias), tal como a relação entre as nações.

Neste contexto, os PEID, pelas respetivas dimensões geográficas, em termos físicos e, corolariamente, também individuais e comunitários, terão, nos próximos 100 anos, um problema adicional na respetiva afirmação e posicionamento na competitividade global.

4. Importância relativa dos sectores públicos e privados – ascendendo à independência no pós segunda grande guerra mundial, a esmagadora maioria dos países colonizados, principalmente os africanos, enquanto se preparavam para a edificação de um estado-nação, foram apanhados pelo vendaval da guerra fria, ficando, por vezes, a meio caminho, entre ocidente e o oriente, i.e., entre a ortodoxia e a heterodoxia, ou ainda, entre o capitalismo e o socialismo.

Segundo Todaro (1981: 61-66):

Os sistemas económicos são usualmente classificados em cinco amplas categorias:

- a. A economia de mercado pura (capitalista) – caracterizada pela propriedade privada de todos os ativos produtivos (terra, fábricas, máquinas e equipamentos, etc.). (...) A prevalência do objetivo comportamental de maximização dos lucros por parte dos produtores e de maximização das satisfações por parte dos consumidores. (...) Os preços têm, portanto, duas funções fundamentais:
- (1) eles fornecem informação às unidades económicas individuais nas quais estas baseiam suas decisões;
 - (2) eles são as fontes, direta e indireta, de rendas individuais e de corporações;
- b. A economia de mercado capitalista desenvolvida (ou avançada) – na realidade a maior parte das economias de mercado capitalistas do chamado Primeiro Mundo ou desenvolvido (...) são misturas tanto de regimes de propriedades de recursos como de tomada de decisões económicas, públicas e privadas;
- c. A economia socialista “de mercado” – o ideal socialista da propriedade coletiva dos recursos era combinado com o ideal capitalista de decisões de preços e de lucros, ao

nível das atividades económicas individuais descentralizadas. Em resumo, os sistemas económicos socialistas de mercado tentam extrair o melhor de ambos os mundos;

- d. A economia socialista dirigida (ou centralmente planeada) – está baseada não apenas na propriedade coletiva de todos os recursos produtivos, mas também na completa substituição do mecanismo de preços de mercado pelo planejamento central de todas as atividades económicas;
- e. A economia mista de mercado (capitalista) e planejada (socialista) – graus variáveis de propriedade privada dos recursos coexistem lado a lado com uma parcela substancial de participação pública nas atividades económicas.

Tendo sido suportados, durante a luta colonial pelas cooperações militar, sanitária e para o desenvolvimento, da ex-URSS, da China e da Cuba, muitos desses países recém-independentes sentiram-se seduzidos pelo sistema socialista, tendo acabado por adotar uma ideologia heterodoxa, dando uma relativa supremacia ao peso estatal sobre o peso do mercado, ou do setor privado no mercado.

Por outro lado, existem países também que, perante críticas apontadas à intervenção do estado como: a burocracia, a corrupção, a procura doentia da renda e a ineficiência do mercado, contrariamente, viraram-se para o ocidente, alinhando com a corrente ortodoxa, nomeadamente, por intermédio das condicionalidades impostas pelas IFI⁵⁸ de Bretton Woods, no âmbito do Washington Consensus e do pós Washington Consensus, acabando, assim, por privilegiar o sistema capitalista e, conseqüentemente a supremacia do mercado sobre o estado.

Cabo Verde, *ab initio*, assumiu o seu estratégico estatuto de país não alinhado, mantendo uma relação profícua todos, resolvendo, com diplomacia, a dicotomia entre o estado e o mercado, a qual, na arena internacional, só ficou devidamente sanada com a emergência do novel conceito de *market friendly* e do chamado consenso dos anos '90. Neste contexto, com a queda do muro de Berlim, na sequência da qual ocorreu a derrocada do sistema socialista, o sistema capitalista afirmou como a doutrina dominante.

Este percurso entre o oriente e o ocidente serviu também de mote para a estruturação

⁵⁸ O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que veio a dar origem ao Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criadas, no âmbito da conferência de Bretton Woods, que teve lugar em julho de 1944 (ainda durante a II Guerra Mundial), no estado de New Hampshire, EUA.

de mais um fundamento para o aprofundamento do hiato entre os países no processo de indução do respetivo desenvolvimento socioeconómico.

5. **A natureza da sua estrutura industrial** – para Todaro (1981: 69-70): “a grande maioria dos países do Terceiro Mundo são sociedades agrárias em termos económicos, sociais e culturais. A agricultura, tanto de subsistência quanto comercial, constitui-se na principal atividade económica em termos de distribuição ocupacional da força de trabalho, se não em termos de contribuição proporcional ao produto nacional bruto”.

A dependência de uma policultura de subsistência, prende muitos PVD a algumas técnicas rudimentares de produção e a um sistema de relações socioeconómicas pouco desenvolvido, pouco competitivo e, conseqüentemente, pouco sustentável. Nestes termos, em detrimento de especialização numa monocultura, onde se podia aproveitar a economia de escala, acrescentando valor na cadeia de produção, estes países concentram, por vezes, os seus (sempre) escassos recursos na produção “de tudo um pouco”, tendo como foco principal, não a competitividade no mercado, mas sim, a satisfação de todas as necessidades básicas do produtor e dos seus.

Num contexto em que os países se especializam num setor primário tradicional, produzindo e vendendo apenas aquilo que se consegue extrair diretamente da natureza, a estrutura industrial se afigura, quase sempre, como um setor embrionário, nascente e/ou incorporada na “velha” política de Industrialização para a Substituição das Importações (ISI), experimentada, sem o esperado sucesso, na década de 1970-1980, a que tinha na sua génese as seguintes premissas:

- a. O crescente questionamento sobre o papel benfeitor e equilibrador do mercado na economia;
- b. A convicção forte de que a dependência resulta das relações diferenciadas e diferenciadoras entre o centro e a periferia, com penalização para estes;
- c. A solução para esse desequilíbrio passava por uma rápida industrialização do “Sul”, através de uma política de ISI, tendo como alvo preferencial os produtos provenientes do “Norte”.

Este modelo implementado na década de '70, sendo pontualmente repiscado, inspirado no paradigma da dependência, acabou por fracassar, devido, mormente, às principais

dificuldades experimentadas pelo modelo:

- a. Ineficiência económica – a imposição de medidas protecionistas tarifárias e não tarifárias, com a intenção de, mesmo violando as regras e o princípio do livre-cambismo, proteger indústrias nascentes mais ineficientes, acaba, por vezes, por despromover o mérito e a competitividade de algumas indústrias exportadoras externas, através de medidas administrativas, as quais, em última instância, acaba por provocar uma erosão no bem-estar coletivo, com avultados custos socioeconómicos;
- b. Défice / endividamento público – o elevado custo económico-financeiro provocado pelas políticas de ISI, acaba, direta e/ou indiretamente, por ter reflexo no OGE de cada país, através dos respetivos efeitos sobre as receitas e/ou as despesas públicas.

O contexto de repressão financeira hetero ou autoimposta, que normalmente marca a complexa gestão orçamental nos PVD, onde os recursos tendem a escassearem-se, qualquer equilíbrio orçamental, mantido, por vezes, no “fio da navalha”, não é compatível com custos “artificiais” / “fictícios”, que não sejam os estritamente necessários para a produção de bens públicos e coletivos, que sejam indutores de desenvolvimento.

Impõe-se, nesses países e casos, um exercício constante, para a contenção de despesas públicas e a tentativa do alargamento da base tributária, para que possa tornar exequível o difícil exercício de se “fazer muito com pouco”, que constitui o princípio da eficiência, cuja observância se expecta, em todos os países que almejam o cumprimento dos quatro pilares da “Boa Governação⁵⁹”, recomendadas pelas IFI.

⁵⁹ Segundo Oppenheimer & Carvalho (1998: 12), “na perspetiva do BM, a boa governação, definida genericamente como «o exercício do poder político para gerir os recursos económicos e sociais de um país para o desenvolvimento» (World Bank, 1989), é essencialmente um instrumento para atingir os objetivos do programa de ajustamento económico. Assim, o conceito de boa governação do BM compreende quatro dimensões centrais:

1. Capacidade e eficiência na gestão do setor público;
2. Responsabilização a todos os níveis da atividade estatal, incluindo descentralização e participação;
3. *Rule of law*;
4. Transparência do sector público e acesso à informação, visando a orientação dos orçamentos públicos para o desenvolvimento e a redução da corrupção (my 1994, p. 129).

6. Grau de dependência de forças económicas e políticas externas – como referenciado anteriormente, para Oppenheimer & Carvalho (1998: 12), “a boa governação, (...) é essencialmente um instrumento para atingir os objetivos do programa de ajustamento económico”.

Estes autores procuram, neste extrato de texto, inferir que a boa governação não passa de mais um instrumento de condicionamento político-económico, que induz os países que precisarem do financiamento das IFI, mormente dos PVD, a cumprirem os objetivos e metas do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e do Programa de Estabilização (PE).

Muitas são os autores que, na linha deste pensamento de Oppenheimer & Carvalho (1998), defendem que estes programas estão ao serviço da doutrina dominando, ajudando, parafraseando Chang (2004), a chutar a escada, para que os PVD não possam subir para o patamar de cima de desenvolvimento, onde já se encontram a cúpula, formada pelos países que lideram as IFI que impõem esses programas, nomeadamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A dependência externa desses países não se esgota no acesso ao sistema de financiamento externo por intermédio dos fluxos financeiros oficiais, assegurados pelas cooperações bilaterais e multilaterais, mas também, a mesma é fortemente avigorada pela dependência dos fluxos privados, provenientes das grandes EMN, através do IDE, dos investimentos em carteira e do crédito de fornecedores, que, com o seu desmesurado poderio económico, aparecem, em posição de força, nas mesas de negociação, face a esses frágeis e vulneráveis países, onde, ao contrário do receituário dessas IFI, as práticas reinantes acabam por se reconfigurar como indutoras de: “instituições fracas” e “políticas incorretas”.

Na atual conjuntura internacional, exacerbada pela demorada e devastadora crise pandémica da COVID-19, estes países em desenvolvimento apresentam, grandes dificuldades em endogeneizar as suas estratégias políticas, passando, nesta perspetiva, o respetivo processo de desenvolvimento a ser induzido de fora para dentro ou a partir

Mais afrente, ao nível da sustentabilidade político-institucional, foi feita uma análise comparativa entre os critérios da Boa Governação propostos pelo Banco Mundial e os adotados pela Fundação Mo Ibrahim.

de fora, agudizando, assim, a atinente dependência externa, em termos políticos, económicos e, por inerência, também culturais.

Por esta razão, apronta Todaro (1981: 70) que:

- a. A dependência de forças económicas, sociais e políticas estrangeira está relacionada principalmente com o tamanho do país, a dotação dos recursos e a sua história política.
- b. A maioria dos países pequenos são bastante dependentes do comércio internacional realizado principalmente com os países desenvolvidos.

Esta visão do Todaro é parcialmente partilhada por Friedman (2010: 30), que reitera que: “O carácter de uma nação é determinado, em grande medida, pela geografia (características físicas, individuais e comunitárias), tal como a relação entre as nações”.

Na interseção destas duas visões, pode-se inferir que os tamanhos efetivo e simbólico dos países estarão na origem e no destino dos países, condicionando, sobremaneira, a sua teia de relações com terceiros, mormente, no concerner ao respetivo grau de dependência, bem como ao respetivo carácter.

No caso de Cabo Verde, essas relações de dependência são ainda estabelecidas com mais equidade, requerendo um esforço adicional na tentativa de endogeneizar o seu processo de desenvolvimento, num contexto de exiguidade de quase todos os recursos de desenvolvimento: territoriais, eco-ambientais, populacionais, económico-financeiros, tecnológicos e, até político-institucionais.

7. Estrutura política e poder dos grupos de interesse – isto é, a distribuição do poder e a estrutura política e institucional interna condiciona significativamente o processo de desenvolvimento dos PVD.

Na abordagem anterior feita por Todaro, ficou subentendida na alínea a., a premissa de que este alguma correlação entre a dimensão dos países e a respetiva dependência económica, social e política das forças externas, as quais poderão, corolariamente, resultar na emergência e domínio de grupos de interesse, que poderão, até um certo ponto, condicionar o nosso futuro comum, fazendo com que alguma larga percentagem populacional não consiga acompanhar a caminhada destes privilegiados, acabando por ficar para trás.

Na esteira do pensamento deste autor podemos ainda identificar, de forma visível, os seguintes sinais de interferência externa no rodopio que muitos países em desenvolvimento teimam em dar, ao invés de descobrirem o caminho crítico para o desenvolvimento:

- a. Os interesses ocultos e as alianças das elites dirigentes formadas, nomeadamente por: grandes proprietários de terra, industriais urbanos e estrangeiros, banqueiros, representantes sindicais, acabam por moldar a estrutura política, condicionando as estratégias que determinam o futuro económico e social nessas realidades;
- b. O jogo do poder e a conjugação de interesses diferem em cada realidade, por ter, por vezes, no seu epicentro os passados económico, económico, social e político dos diferentes segmentos populacionais;
- c. Neste contexto, torna-se natural que a economia da maioria desses esteja concentrada nas mãos de umas poucas e poderosas elites estrangeiras e de corruptos locais, que definem o rumo e, por vezes, o sentido da marcha coletiva;
- d. Num macro ambiente assim delineado, um futuro risonho só será possível se se conseguir erigir instituições “fortes”, capazes de definir e implementar “políticas corretas”, de modo a induzirem mudanças estruturais a níveis institucional, social, política e económica, tendo a dimensão local como o único foco.

No âmbito desta visão “todariana”, torna-se visível que o poderio dos grupos de interesse condiciona, indelevelmente, o futuro de um país, principalmente dos PEID. Pois, são esses grupos, mormente nos estados frágeis que determinam o rumo, o sentido e o ritmo do desenvolvimento.

No contexto cabo-verdiano é por vezes questionável se o facto da política andar de costas voltadas para a ciência se não é um motivo adicional, para esses grupos determinarem “onde se está” e para "onde se pode ir”, ao invés da ciência, deixando à política a voz e a vez para, legitimamente, definir “para onde se quer ir”.

8. Todaro (1981: 61) vaticina ainda como causa para um desenvolvimento desigual entre os PVD, as **diferentes tipologias de sistemas económicos**, com base nos seguintes argumentos:

“Os sistemas económicos são usualmente classificados em cinco amplas categorias:

- a. A economia de mercado pura (capitalista);

- b. A economia de mercado capitalista desenvolvida (ou avançada);
- c. A economia socialista de mercado;
- d. A economia socialista dirigida (ou centralmente planificada);
- e. A economia mista de mercado (capitalista) e planejada (socialista).

Os PEID estão confrontados com sérios problemas de vulnerabilidade socioeconómica, de insularidade e de dependência em relação ao exterior, ditados não só pela sua débil capacidade económica endógena mas também pelo modelo de desenvolvimento imposto pela comunidade internacional (Meneses, Ribeiro & Cristóvão, 2012 - 43-68).

Na perspetivas destes autores, as diferentes categorias de sistemas económicos supramencionados, que são adotados, por opção ou por “obrigação”, pelos diferentes países, mormente os PVD, acabam por ditar ritmos também diferenciados de desenvolvimento destes, fazendo com que o hiato interestatais seja cada maior, repercutindo, conseqüentemente, nas respetivas relações de força, num mercado alta e crescentemente concorrencial, no seio do qual, a estratégia vencedora usualmente adotada é a de: “fazer da fraqueza alheia força própria”.

Nesta perspetiva, tal como a diferenciação na performance e até longevidade dos sistemas capitalista, liderado pelos EUA e socialista, liderado pela ex-URSS, que serviram de guia e farol para quase todas as outras economias mundiais, os respetivos seguidores, notoriamente os PVD, tiveram também desempenhos diferenciados ao longo dos respetivos processos de desenvolvimento, fazendo refletir esse hiato no passado, presente e no futuro dos seus povos.

9. Categorias de Estruturas Económicas – Na visão de Todaro (1981: 67):

- a. “os “países menos desenvolvidos” do terceiro mundo (...) ao mesmo tempo que quase todos são pobres em termos monetários, eles possuem diferentes culturas, condições económicas e estruturas sócio-políticas”;
- b. (...) Por outro lado, a maior parte dos pequenos países apresenta problemas complementarmente diferentes, incluindo mercados limitados, escassez de mão-de-obra qualificada e de recursos físicos, fraco poder de barganha e poucas possibilidades de autonomia económica significante”.

Sustentando este pensamento pouco otimista em relação às estruturas económicas e a sua relação de dependência em relação ao centro, Meneses, Ribeiro & Cristóvão

(2012) fundamentam que: “a dependência atravessa de forma profunda os PEI. Ela manifesta-se, especialmente, pela relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, observável através das condicionantes históricos-estruturais que concorrem para a definição da situação de dependência”.

Esta diferenciação interestatal apontada por este autor demonstra que o descompasso que os países exibem à “chegada”, em maioria dos casos, já apresentavam na “partida”. No entanto, ao longo do percurso individual, também acontecem eventos que influenciam, direta ou indiretamente, o ritmo, a direção e o sentido de marcha de cada um, refletindo isso no *timing* de chegada à meta de cada país.

Não obstante essas diferenças significativas de estruturas económicas vigentes nesses países em desenvolvimento, consegue-se ainda, no âmbito do contributo deixado por estes autores, identificar, entre eles, os seguintes objetivos que lhes são comuns, os quais podem ser sintetizados nos seguintes termos:

- a. Reduzir a pobreza, a desigualdade e o desemprego;
- b. Garantir a provisão dos padrões mínimos de alimentação, educação, saúde, habitação, fé e esperança, para cada um e para todos os cidadãos;
- c. Criar e ampliar, de forma contínua e equitativa, as oportunidades económicas e sociais;
- d. Edificar e manter, ainda que de forma forjada, uma nação-estado coesa.

Estes objetivos comuns dos PVD devem constituir um ponto de convergência entre eles, focalizando-os em torno de uma luz-guia que os possa conduzir para um efetivo estado-nação, que possa garantir mais ar, mais pão, mais luz e mais felicidade, para todos os seus concidadãos, independentemente da latitude da sua origem e/ou longitude do seu destino, de modo que o amanhã continue a ser a fonte de inspiração e esperança para qualquer (in)fortunado.

10. As economias como sistemas sociais integrados no sistema mundial – no concernente, Todaro (1981: 71) apregoa que: “aumentar a produção nacional elevar os níveis de vida e promover oportunidades de emprego generalizados são tanto função dos valores, incentivos, posturas e crenças e de arranjos institucionais e de poder da sociedade, como são resultados diretos da manipulação de variáveis económicas estratégicas como poupança, investimento e exportações”.

Nesta perspetiva, as variáveis como: a poupança, o investimento e as exportações que, sendo variáveis estruturantes, integrantes diretos ou indiretos do PIB⁶⁰, constituem, coralariamenete, ingredientes determinantes para a promoção do crescimento económico de qualquer país e, conseqüentemente, para a indução de um desenvolvimento socioeconómico, que possa, em última instância, ser, idealmente, sustentável e traduzir-se na felicidade humana da população visada.

Para fundamentar esta tese, este autor atesta que:

- a. Um sistema económico necessita ser olhado mais amplamente, dentro do contexto do sistema social global do país; em outras palavras, as relações de interdependência entre os chamados fatores económicos e não-económicos;
- b. Estes últimos incluem posturas em relação à vida, ao trabalho e à autoridade, estruturas administrativas públicas e privadas, padrões de parentesco e religião, tradições culturais, sistema de posse de terra, autoridade e integridade das entidades governamentais, o grau de participação popular nas decisões e atividades para o desenvolvimento, e a flexibilidade ou rigidez das estratificações económicas e sociais.
- c. Muitas das falhas das políticas de desenvolvimento nas nações do Terceiro Mundo ocorrem precisamente por causa desses fatores não-económicos.

Este alerta dado por Todaro, já na década de '80 do século passado, concernentes aos fatores tangíveis e intangíveis, continua a ser ainda válido, mormente para os PEID, atribuindo, assim, um lugar de destaque aos fatores qualitativos não-económicos, que, em determinados contextos socioeconómicos, assumem uma maior relevância na definição do ritmo e do sentido da condução dos destinos de um dado país.

Nesta perspetiva, Briguglio *et al.* Observaram, in Meneses, Ribeiro & Cristóvão (2012), que: “não obstante a grande variação que existe entre os pequenos estados, na generalidade, as taxas médias de crescimento do PIB dos PEI diminuíram em relação às dos Estados maiores com rendimentos baixos e médios; a instabilidade dos rendimentos e das exportações continua a ser de vulto; a importância do setor de serviços (especialmente o turismo) cresceu, enquanto a da agricultura e das exportações de mercadoria decresceu; as remessas e o investimento direto estrangeiro continuam a ser mais importante para os PEI do que para os seus homólogos de maior dimensão; o encargo da dívida aumentou, especialmente nos PEI das Caraíbas (2005: 5)”.

⁶⁰ Na ótica de despesa.

Estes autores afirmaram ainda que:

Como resultado desta situação os PEI se confrontam com novos desafios, tais como:

- a. A perda de preferências pelas exportações tradicionais e a necessidade de diversificação das suas atividades económicas;
- b. A subida dos encargos da dívida;
- c. A degradação ambiental;
- d. O desemprego;
- e. A segurança e a criminalidade;
- f. A pandemia do VIH/ sida.

Este conjunto de desafios de ordem económica e não económica que afetam os países em desenvolvimento, mormente, os PEID, impulsionaram Chowdhury (2005: 21), in Meneses, Ribeiro & Cristóvão (2012), a concluir o seguinte: “Conquanto não se proceda a uma hierarquização destes problemas, há que relevar os relacionados com o ambiente: com uma menor participação na mudança climática a nível global e na subida do nível do mar, são, porém, estes países que mais sofrem com os seus efeitos perversos”.

No entanto, no âmbito deste debate teórico, Todaro (1981: 72) deixa pistas para uma relação sistémica, recíproca e ambivalente de dependência, no âmbito da qual os países em desenvolvimento, não obstante a respetiva situação de vulnerabilidade, têm, no seio das REI, algo também a dizer, tendo em conta que:

- a. A vida económica das nações em desenvolvimento está inevitavelmente ligada à sua vida social, política e cultural, estes sistemas sociais internos estão também interconectados com o sistema social internacional: a organização e regras de conduta da economia global;
- b. Um aspeto importante desta ligação é o fenómeno de dominância e dependência que existe entre muitas nações desenvolvidas e menos desenvolvidas. Estas relações de dominância e dependência podem ser bastantes amplas. Elas são encontradas em amplas e variadas áreas económicas internacionais, incluindo ajuda externa, investimento privado estrangeiro e transferência de tecnologia, onde os PMD's como um grupo parecem frequentemente estar à mercê do poder global das nações ricas e das suas corporações multinacionais;
- c. Relações de dominância e dependência podem também existir na esfera política, intelectual e cultural;

- d. Por outro lado, existem muitas áreas onde as nações desenvolvidas estão começando a reconhecer que, em última instância, também dependem economicamente dos países menos desenvolvidos. Isto vem ocorrendo crescentemente no que diz respeito ao acesso a recursos naturais e matérias-primas, especialmente quando um grupo dominante dos PMD's fornecedores são capazes de coordenar as suas atividades.

No concernente aos países da OPEP, eles têm vindo a dar um exemplo, na arena global, de como condicionar a marcha do mundo à vontade de um grupo de países, individualmente frágeis e, conseqüentemente, considerados “*price takers*” mas que, coletivamente, são muito fortes e influenciadores, assumindo, inclusive, o respetivo estatuto de “*price makers*” no mercado internacional.

Esta relação interdependente entre o “Norte” e o “Sul” é também defendida por Costa & Pinto (2014: 28), para os quais: “as redes de interdependência complexa têm contribuído decisivamente para imprimir alterações profundas no paradigma clássico do poder nas relações internacionais, no qual a interdependência estratégica e o confronto bipolar entre duas superpotências – os EUA e a ex-URSS – se assumiram como característica distintiva do sistema internacional”.

Os supra referenciados autores reiteram ainda que Reynolds e McKinlay, no âmbito das relações de poder no sistema internacional:

Advogam a existência de quatro principais variações no estudo científico do conceito de interdependência, que significa, por si só, dependência mútua, porque os actores e os eventos internacionais em diferentes partes do sistema se afectam mutuamente:

Na conceitualização da dependência, Robert Keohane e Joseph Nye, in a Costa & Pinto (2014), atestam que: “a dependência se verifica quando a decisão de um Estado é determinado ou significativamente afectado por forças externas, por oposição à noção de interdependência que significa dependência mútua porquanto o sistema internacional se caracteriza pela influência recíproca entre países ou atores de diferentes países. O conceito de interdependência na política internacional e os efeitos recíprocos derivam, fundamentalmente, da intensidade das transações internacionais – fluxos financeiros”.

Segundo estes autores, os Estados subscrevem tais mecanismos de interdependência complexa com a absoluta consciência de que irão sacrificar os seus interesses imediatos, atendendo à necessidade de forjar plataformas de cooperação multilateral

no quadro de um sistema internacional no qual a tradicional hierarquia entre *high politics* (estratégico-militar) e *low politics* (aspectos económicos, culturais e sociais) é proficuamente subvertida, em benefício dos atores que apregoam o *soft power* como estratégica de projeção externa.

As redes de interdependência complexa têm contribuído decisivamente para imprimir alterações profundas no paradigma clássico do poder nas relações internacionais, no qual a interdependência estratégica e o confronto bipolar entre duas superpotências – os EUA e a URSS – se assumiram como característica distintiva do sistema internacional (Costa & Pinto, 2014).

Nesta perspetiva, num contexto em que os países membros da ONU convencionaram, de forma coletiva, que, no âmbito dos ODS, integrados na Agenda 2030: “ninguém pode ficar para trás”, o ideal delineado pelos diferentes autores, ao longo destas seções, interpela-nos para uma série de reflexões sobre os diferentes ritmos que o mundo globalizado faz o seu “movimento de rotação”, fazendo com que os benefícios do desenvolvimento não sejam simultaneamente captados e nem, tão pouco, equitativamente repartidos, entre todos os países e povos do mundo.

Esta diferença na quantidade e na qualidade de captação dos benefícios do desenvolvimento tem estado, num misto de causa e efeito, no epicentro de um movimento desequilibrado e desequilibrador, propulsor de um afastamento paulatino entre os PMA – Países Menos Avançados / Países de Desenvolvimento Humano Baixo e os PDM – Países de Desenvolvimento Humano Médio, que, sendo detentores de menores *inputs* de desenvolvimento, seguem nas “últimas carruagens”, em comparação com os PE – Países de Desenvolvimento Humano Elevado e Muito Elevado que, detendo acessos privilegiados aos recursos de desenvolvimento (próprios e alheios), são “ocupantes da fila da frente” deste “comboio de desenvolvimento” em movimento a várias velocidades.

Este desacerto no ritmo de marcha entre os diferentes países e povos vem, assim, contribuindo para, tendencialmente, se decretar o fim da classe média, engrossando a fileira das duas classes extremas, fazendo-as afastar da linha mediana, pré-definida como sendo a linha da convergência real entre o “norte” e o “sul” e, por inerência, entre os novos afortunados e os crescentes desafortunados, convergência essa há muito almejada e agora incorporada no seio da “Ambição 2030”.

Este triste destino pré-anunciado para uma classe média, “ensanduichada” entre as duas classes sociais pressionantes, é coincidente com o intitulado por Gaggi e Narduzzi (2008: Contracapa-17) como o “fim da história”, relatado no extrato do texto infra:

1. “Novos ricos que aparecem por toda a parte e ostentam a sua opulência, uma pobreza imprevista, mesmo entre os trabalhadores e os pensionistas, progressiva diminuição das classes médias, que perdem rendimentos e segurança. Mas também uma nova massa de consumidores *low cost*, com maiores facilidades de organização e mais força para satisfazerem as suas exigências”.
2. A classe média está prestes a sair de cena depois de ter sido, ao longo de mais de dois séculos, a base da sociedade ocidental. Desaparecidas as razões económicas, políticas e sociais que a tinham feito emergir, esta classe já não consegue adaptar-se às transformações impostas pela globalização. O bastão do comando passa dos produtores para os consumidores. No seio da sociedade, toma forma uma classe indistinta, a classe das massas, que quer sobretudo consumir mais.
3. (...) “Porém, nem mesmo a classe média poderá deter o curso da história – ou, se assim se preferir, sobreviver ao chamado “fim da história”. Esgotadas as motivações económicas, políticas e sociais que a fizeram surgir, a classe média prepara-se para sair de cena”.

As supramencionadas reflexões concernentes ao novel fenómeno *low cost*⁶¹, são demonstrativas da emergência de novos ricos e de novos pobres, cuja interseção poderá coadjuvar no agudizar desse perfil quadripolar⁶² de um mundo crescentemente desigual, que, ao fazer uma “rotação a várias velocidades”, faz, assim, perigar, sobremaneira, o tão ambicionado futuro comum. Os sinais desse perigoso descompasso foram bem enfatizados por Todaro (1981: 161) no extrato que se segue:

1. “Diferentes conjuntos de condições, dos quais alguns são “superiores” e outros “inferiores”, podem coexistir num dado espaço e ao mesmo tempo. Por exemplo, a coexistência de métodos de produção modernos e tradicionais nos setores urbanos e rural; e coexistência de elites ricas, altamente educadas, com grande número de pessoas pobres analfabetas, e, em termos internacionais, a coexistência de nações industrializadas, ricas e poderosas, com sociedades agrícolas empobrecidas e fracas – são todas manifestações óbvias deste primeiro elemento do dualismo.

⁶¹ Poderoso numa sociedade de consumo, mas inacessível a uma larga franja populacional do terceiro mundo.

⁶² Fazendo coexistir, no mesmo espaço-temporal: países de desenvolvimento humano baixo, médio, elevado e muito elevado.

2. Esta coexistência é crónica e não meramente transitória. Não se deve a um fenómeno temporário que, com o tempo, eliminará a discrepância entre elementos superiores e inferiores. Em outras palavras, a coexistência internacional de pobreza e riqueza não é simplesmente um fenómeno histórico que será corrigido com o transcorrer do tempo. Isto é o que a teoria dos “estágios de crescimento” assume implicitamente, mas que a evidência das crescentes desigualdades internacionais refuta enfaticamente.
3. Os graus de superioridade e inferioridade não demonstram qualquer sinal de estar diminuindo rapidamente, pelo contrário, apresentam uma inerente tendência a crescer.
4. As inter-relações entre elementos “superiores” e “inferiores” são de tal forma que a existência do elemento superior contribui pouco ou nada para elevar o inferior.

Esta coexistência dualista referenciada por este autor assume, no panorama mundial atual, uma expressão quadridimensional, afetando, em diferentes graus e intensidades, a dinâmica desenvolvimentista, tanto a nível interno, como no concernente às relações económicas internacionais dos diferentes países do mundo. Nesta linha de pensamento, este autor defende que: “existem grandes diferenças nas rendas *per capita* e nos níveis de vida, coexistindo em diferentes países, raças, continentes e zonas climáticas do mundo... Estas diferenças, claramente, não são de curto prazo, mas sim crónicas. A disparidade entre os níveis económicos de vida entre, digamos, Inglaterra e França, de um lado, a Índia e o Saara Africano de outro, têm persistido por séculos e não décadas”.

Nesta perspetiva, o “futuro” não está ao alcance de todos. Pois, o mundo parece ser plano, com dois, dir-se-ia quatro, lados opostos, fazendo com que o movimento de rotação não traga a mesma luz, em termos de intensidade e de foco, para todos. Pois, de um lado, o “sol” brilha, sempre, e de outro, a “escuridão” é uma constante.

Esta premissa não augura boas novas / esperanças renováveis para os povos do “sul”, que, segundo alguns⁶³ especialistas na matéria, devido aos fatores externos, tais como: motivos históricos, deterioração dos termos de troca, dependência da APD ou imposição de programas de estabilização e/ou de ajustamento estrutural por parte das IFI, não tiveram a sorte de partir ou de chegar no pelotão da frente / “*pool position*” nesta corrida desenfreada para o desenvolvimento.

⁶³ Oppenheimer e Prebisch Singer, com a sua tese sobre a deterioração dos termos de troca, é um dos defensores dos fatores externos, por argumentar com a sua hipótese que: o preço das mercadorias primárias diminui em relação ao preço dos produtos manufaturados a longo prazo, o que causa a deterioração dos termos de troca das economias baseadas em produtos primários.

No entanto, muito outros especialistas defendem que na origem do fraco desempenho dos PVD – Países em Vias de Desenvolvimento, mormente da ASS – África Subsaariana, contrariando a tese anterior, encontram-se os fatores internos, principalmente, as más opções políticas que foram tomadas pelas autoridades locais, nomeadamente:

1. A adoção de políticas económicas inadequadas:

- a. Políticas cambiais sobrevalorizadas, permitindo acesso privilegiado ao mercado de câmbios por parte de grupos de interesse, desviando as divisas dos canais oficiais, canalizando-as para o mercado informal de câmbios, onde, por vezes, vigora um câmbio especulativo, diferente do oficial;
- b. Políticas orçamentais expansionistas, que implicam pressão inflacionista e, por vezes, o sobreendividamento dessas frágeis economias locais;
- c. Políticas comerciais e aduaneiras protecionistas, as quais, na linha do paradigma da dependência e dos modelos protecionistas implementados nas décadas de 1970-80, desenvolvidos por Baran (1970) e Prebisch (1984), defendiam que fortes medidas protecionistas para induzir a ISI – Industrialização para a Substituição de Importação nos países do “sul” e, com isso, acabar a relação diferenciada e de dependência existente entre o centro e a periferia. Esta política, devido à ineficiência no sistema fiscal local, tende a originar um aumento do défice público e da inflação, impedindo, em contramão, o almejado desenvolvimento;
- d. Política de preços distorcidos, que pode traduzir-se no “fim do desenvolvimento”, com a eliminação dos preços corretos, que constituem um mecanismo fundamental para o funcionamento do mercado e, conseqüentemente, para a indução do crescimento e do desenvolvimento económicos.

2. Excessivo Estado na Economia – reinante, através de um pesado e, por vezes, ineficiente SPE e de um Estado “gordo e preguiçoso”, a querer, assumir, paradoxal e simultaneamente, os seguintes papeis, por vezes incompatíveis, de:

- a. Estado promotor;
- b. Estado estimulador;

- c. Estado intervencionista;
- d. Estado coordenador;
- e. Estado fiscalizador / regulador.

Na verdade, este tipo de posição é um elemento extremamente importante de toda a argumentação que justifica a crítica às estratégias de desenvolvimento assentes no estado e a concomitante apologia e valorização do mercado, que sustenta a própria abordagem do ajustamento estrutural (Oppenheimer 1998, p. 11).

(...) Não basta identificar os limites da atuação do estado e esperar que o livre funcionamento dos mercados responda por si só ao problema do desenvolvimento, é necessário reconhecer o estado como parceiro fundamental e promover as reformas adequadas que promovam a melhoria do seu desempenho. (...) A nova atenção ao papel do estado está claramente subordinada aos objetivos de liberalização económica, o propósito será precisamente saber de que forma poderá a atuação do estado melhor contribuir para a realização desses objetivos (Oppenheimer 1998, p. 11-12).

3. Políticas de “rent-seeking” / corrupção - que impera, graças a um débil sistema de responsabilização, de *accountability* / prestação de contas e de estado de direito, com custos económicos, sociais e políticos incomensuráveis, para a comunidade local. Pois, “Na moldagem de um governo de homens, a ser administrado por homens, a maior dificuldade é esta: é preciso primeiro habilitar o governo a controlar os governados; e, em seguida, forçá-lo a se controlar a si mesmo” James Madisson, *Federlist*, N.º 51 (1788).

Tal como apresentada por Caetano e Al (2001), a corrupção, sob a forma das sete seguintes teses, constitui, mormente na realidade africana, um fenómeno altamente complexo, cuja solução envolve medidas multidimensionais e uma multiplicidade de intervenientes:

- a. As práticas do complexo da corrupção inserem-se no mesmo tecido de normas e atitudes sociais e são vistas pelas populações como fazendo parte de uma mesma família de comportamentos;
- b. A corrupção é generalizada e banalizada em quase todos os países (africanos), tornando um elemento de funcionamento do aparelho administrativo ou para-

administrativo, de top à base;

- c. A corrupção é denunciada por palavras e ao mesmo tempo praticada por atos;
- d. A estigmatização verbal da corrupção raramente desencadeia ações judiciais ou sanções;
- e. A corrupção é um elemento cumulativo e expansionista, pouco reversível;
- f. Não há correlação evidente entre a amplitude da corrupção e os tipos de regime político;
- g. A fronteira entre aquilo que é e aquilo que não é corrupção é flutuante e depende do contexto e da posição dos atores.

Nesta linha de pensamento e, segundo esta predestinação, como “a água corre sempre na mesma ribeira, em direção ao mar”, os países menos afortunados dificilmente poderão ambicionar proporcionar um destino afortunado para os seus, se não conseguir mudar, definitivamente, o “curso da água”, fazendo que, tal como profetizou Renato Cardoso, posteriormente cantado por Ildo Lobo: “todo o cidadão e todo o cristão tenha direito à sua gota de água”.

4. Sistema financeiro pouco diversificado / desenvolvido - sem financiamento, não há crescimento e, sem crescimento, não há desenvolvimento. Assim, num contexto, em que os bancos centrais assumem o papel de bancos comerciais, não existem bolsas de valores, dificilmente encontra-se um sistema que faça, com eficiência e eficácia, a intermediação financeira, fazendo a ponte entre os aforradores, que têm dinheiro mas não sabem o que fazer com ele e os investidores, que sabem muito bem o que fazer com o dinheiro, mas não o têm o suficiente.

5. Instabilidades política, social e militar – esta tem sido a grande sina dos PVD, mormente dos da ASS, que teimam em não eliminar os fatores exógenos e endógenos, que os têm impedido de uma libertação definitiva dos eternos conflitos político-militares e socioeconómicos.

6. Sistema educativo deficiente e desarticulado – uma fraca aposta num desenvolvimento integrado de Recursos Humanos a médio e longo prazos leva com que haja uma fraca Pmg – Produtividade no trabalho e, conseqüentemente, uma fraca competitividade, abrindo, assim, as portas para a entrada perpetuada naquilo que

Todaro (1981) apelidou do círculo vicioso da pobreza.

(...) A questão da “má governação” como obstáculo ao desenvolvimento não é um elemento de análise novo. A sua origem teórica pode fixar-se em análises como a de Anne Krueger acerca da *rent-seeking society*, isto é, na denúncia da lógica predatória de funcionamento de poderes públicos enquanto entrave ao crescimento / desenvolvimento (Krueger, 1974, in Oppenheimer 1998, p. 11).

Esta abordagem vem reforçar os argumentos a favor dos fatores internos como a causa do fraco desempenho dos PVD, mormente da ASS, no concernente ao respetivo processo de desenvolvimento.

Dado o exposto, num contexto internacional cada vez mais desfavorável e imprevisível, face à crise pandémica, que veio provar que, na atual conjuntura, não há intocáveis, porque, os, aparentemente, mais fortes podem, num lapso de tempo, se transformar nos mais vulneráveis, se os PVD quiserem, efetivamente, induzir o respetivo desenvolvimento, devem lutar contra os fatores internos, mas deixando uma parte importante das suas munições para uma luta sem tréguas aos fatores internos, que têm impedido o respetivo *take-off*, rumo a um desenvolvimento autossustentável.

Estes têm sido os argumentos para se alegar o cansaço dos doadores, cavando cada vez mais o hiato entre ricos e pobres, pondo acelerador nos países de maior rotação e travão nos de mais baixa rotação, desenhando, cada vez mais este mundo quadripolar, hipotecário do nosso almejado “futuro comum”.

No entanto, a título conclusivo, pode-se, parafraseando Todaro (1981: 145-146), inferir que: “o fenómeno do subdesenvolvimento deve ser visto dentro de um contexto nacional e internacional. Forças económicas e sociais, tanto internas quanto externas, são responsáveis pela pobreza, desigualdade e baixa produtividade que caracterizam a maioria das nações em desenvolvimento. A busca bem-sucedida do desenvolvimento económico e social exigirá, portanto, não apenas a formulação de estratégias apropriadas dentro do Terceiro Mundo, mas também a modificação do atual sistema económico internacional, de modo a torná-lo mais sensível às necessidades das nações em desenvolvimento”.

1.2.2. Consequências de um desenvolvimento desigual

“(Se) demarcarmos uma faixa de uns três mil quilómetros de largura à volta da Terra, no equador, não encontramos nenhum país desenvolvido. (...) Em toda essa vasta área o padrão de vida é baixo e a esperança de vida curta”.

John Kenneth Galbraith in Landes (2011: 3)

Esta frase de Galbraith constitui um fiel retrato do “Sul”, revelador de um cenário dramático (pré)destinado a quem teve a infelicidade de nascer, viver e/ou de morrer nesse diâmetro de terra de 3.000 km ao longo da linha do equador. Pois, sem pão no lume, sem luz no horizonte e sem garantias do amanhã, torna-se extremamente difícil manter viva a crença de que este futuro que se avizinha é, de facto, comum e que não deixará, efetivamente, ninguém para trás.

No entanto, a luz do pensamento de Costa & Pinto (2014: 1) reitera-se: “o tempo dos homens não é nunca imune às malhas do espaço. (...) Não obstante as vicissitudes históricas e as condicionalidades geográficas que ora limitam, restringem, ampliam e definem o leque das possibilidades de sua realização histórica”.

Neste sentido, não obstante, haver diferenças significativas entre os países de diferentes categorias e estágios de desenvolvimento, bem como entre países do mesmo estágio de desenvolvimento, Todaro (1981: 129) atesta que: “certamente que devem haver diferenças entre os países em desenvolvimento... (porém) sustentar que não existe nenhuma base comum é tornar sem sentido qualquer discussão de carácter internacional”. (Julian West, Universidade de Oxford, in Todaro 1981: 129). Pois, existem características comuns, que servem de base para o enquadramento e catalogação dos países em desenvolvimento”.

Esta é a verdadeira “ponta” por onde se pegar, para se alavancar esses países desafortunados, rumo a um *take-off* com direção a um desenvolvimento efetivamente sustentável. Para o efeito, o foco deve ser o segmento desse mundo quadripolar, analisado no ponto anterior, que se encontra no extremo inferior, denominado de PMA, que são os países com um nível de IDH inferior a 0,5, que são, recorrentemente marcados por aquilo que Todaro (1981: 67) categorizou como sendo as características comuns dos PVD, ou seja, o ciclo vicioso da pobreza:

1. **Baixos níveis de vida** – o nível de vida é bastante heterogênea entre os países com níveis diferenciados de desenvolvimento, bem como a nível intraestatal, sendo essa diferença marcada, essencialmente, pelo hiato existente entre a vida luxuosa ostentada por uma escassa elite dirigente e uma vida miserável imposta a uma larga franja populacional que, por vezes, encontra-se mergulhada na pobreza absoluta, não dispondo nem de USD\$ 1,90 diário, necessário para o seu mínimo de subsistência:

- a. Nas nações em desenvolvimento os níveis gerais de vida tendem a ser bastante baixos para a vasta maioria da população.
- b. Isto é verdade não apenas em relação a seus equivalentes nas nações ricas mas também, muitas vezes, em relação a um pequeno grupo de elite dentro de sua própria sociedade;
- c. Estes baixos níveis manifestam-se quantitativa e qualitativamente na forma de baixas rendas (pobreza), habitação inadequada, saúde deficiente, educação limitada e/ou não existente, alta mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e trabalho e, algumas vezes, uma sensação generalizada de desespero;
- d. Quando se considera a distribuição da população mundial isto significa que aproximadamente 85 por cento da renda mundial total são produzidos nas nações economicamente desenvolvidas para menos de um terço da população mundial;
- e. Mais de dois terços da população mundial nas nações do Terceiro Mundo são responsáveis por apenas 15 por cento da população mundial.

O retrato do mundo deixado por este autor deixa na nossa retina um mundo solavancado e desequilibrado, onde poucos vivem com muito e muitos vivem com quase nada.

Na realidade cabo-verdiana, em particular, viveu-se, sempre sob o signo da vulnerabilidade extrema, onde a luta pela sobrevivência foi sempre “o pão nosso de cada dia”, para quase a totalidade destes ilhéus. Esta evidência é destacada por Costa & Pinto (2014: 20), na seguinte passagem: “Posto o advento da independência nacional, a emancipação do país ao concerto das nações soberanas e os circunstancialismos históricos inerentes à institucionalização do Estado pós-colonial, nesta primeira fase (i), os eixos estratégicos da política externa e da ação diplomática cabo-verdiana gravitaram em torno da edificação dos alicerces e das bases estruturais do país e da sua sobrevivência, por via da captação dos recursos afetos à ajuda humanitária e de emergência, e da sua reconversão económica”.

2. **Grande extensão de pobreza** – a pobreza absoluta é definida por Todaro (1981: 143) como sendo: “o número de pessoas abaixo de um nível mínimo específico de renda de subsistência necessário para assegurar o mínimo essencial em alimentação, vestuário e abrigo (por exemplo, o equivalente a 50⁶⁴ dólares americanos) – uma espécie de “linha internacional de pobreza”.

As Nações Unidas, através de <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1527151-banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia>, decidiu atualizar, em 2015, a linha internacional da pobreza, caracterizando a pobreza no mundo nos seguintes termos:

- a. Total de pessoas pobres do mundo diminuiu desde 2012, passando para 702 milhões ou 9,6% da população mundial; valor base da linha internacional da pobreza era de US\$ 1,25 por dia;
- b. Leda Letra, da Rádio ONU em Nova York;
- c. O Banco Mundial atualizou o valor da linha internacional da pobreza para US\$1,90 por dia. Segundo o órgão, foi preservado o poder de compra real da anterior, de US\$ 1,25 por dia;
- d. A nova linha global de pobreza é baseada na Paridade do Poder de Compra nos países mais pobres do mundo. Assim, a projeção do Banco Mundial é de que menos de 10% da população mundial estará vivendo na pobreza extrema até o final do ano;
- e. O Banco Mundial calcula que 702 milhões de habitantes do planeta estarão na linha da pobreza até dezembro, ou 9,6% da população mundial. Em 2012, eram 902 milhões de pessoas, quase 13%.

Nesta senda, foram identificados pelos seguintes líderes mundiais os grandes desafios com se depara o mundo no futuro próximo, justificando, assim, o facto da erradicação da pobreza estar no epicentro das preocupações dos ODS e da Agenda 2030:

- a. Para o presidente do Banco Mundial, essa é a “melhor história do mundo hoje”, porque as novas projeções mostram que essa é a primeira geração na história que pode acabar com a pobreza extrema;
- b. Jim Yong Kim explicou que as reduções na pobreza foram resultado de “taxas fortes de crescimento em países em desenvolvimento, investimentos em educação, saúde e segurança social”. Mas, o presidente do órgão admite que acabar com a pobreza extrema continua sendo uma meta bastante ambiciosa.

⁶⁴ Este valor da linha internacional da pobreza foi atualizado em 2015, pela ONU, para US\$ 1,90 por dia.

- c. Jim Kim explica que isso será “especialmente difícil num período de fraco crescimento econômico, volatilidade dos mercados financeiros, conflitos, alto índice de desemprego entre jovens e impactos da mudança climática”.
- d. O Banco Mundial informa que 95% da pobreza extrema continua concentrada em três regiões: leste e sul da Ásia e África Subsaariana. O que mudou nos últimos 25 anos é que em 1990, a situação estava pior no leste asiático. Mas agora, a África Subsaariana abriga quase metade dos pobres do mundo, enquanto 12% vivem no leste da Ásia.
- e. No geral, a pobreza está diminuindo em todas as regiões do mundo, mas está mais forte em países em conflito ou que dependem de exportações de commodities.

Neste contexto, a preocupação central deve ser não a pobreza em si, mas sim a sua distribuição equitativa pelo mundo. Assim, estaríamos a contribuir, para que ninguém ficasse, efetivamente, para trás.

3. Baixos níveis de saúde – os PVD, mormente os da ASS, têm vindo a ser assolados com um conjunto de enfermidades infectocontagiosas, nomeadamente: a SIDA, a malária, a tuberculose, a hepatite, a ebola, a dengue, a zika, etc., as quais têm contribuído, não só para a diminuição da qualidade de vida desses povos, mas também, para a diminuição da respetiva esperança de vida e, conseqüentemente, para a drenagem dos escassos recursos internos desses países, contribuindo, nesse contexto, para o aprofundamento do ciclo vicioso da pobreza.

Não obstante essas enfermidades terem assumido proporções alarmantes em alguns contextos geográficos, atingindo mesmo a categoria de epidemia, sem sombra para dúvidas, que a COVID-19, é o fenómeno sanitário mais marcante dos novos tempos, tendo, sob a forma de pandemia, atingido quase⁶⁵ todos os países do mundo.

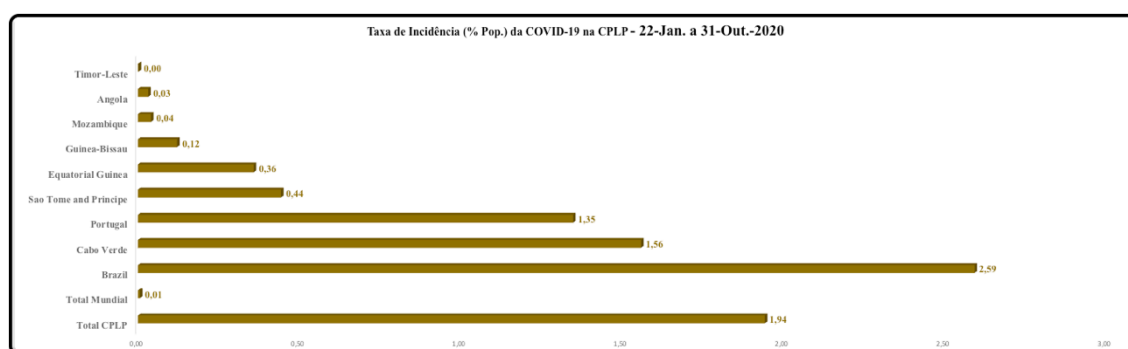
No entanto, esta não é a pandemia pioneira. Pois, segundo <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html>, a história da humanidade foi, ciclicamente, marcada pelas seguintes grandes pandemias⁶⁶ que causaram fortes impactos socioeconómicos, mormente, através da provocação de grandes razias demográficas em quase todos os países do mundo:

⁶⁵ Em 21/04/2020, 142 dias depois da sua emergência, a COVID-19 atingira já 210 países.

⁶⁶ Pandemia é uma epidemia que se espalhou geograficamente, saindo do seu lugar de origem, especialmente falando de doenças contagiosas que assolam praticamente o mundo inteiro (atingindo, segundo OMS, simultaneamente, pelo menos 3 continentes diferentes).

- a. **Peste Bubônica (Negra)** - que assolou a Europa no Séc. XIV, matando entre 75 a 200.000.000 pessoas na antiga Eurásia;
- b. **Variola** – que provocou grandes estragos na humanidade por mais de 3.000 anos, sendo apenas erradicada em 1980, através da descoberta e massificação universal da respetiva vacina;
- c. **Cólera** – que, tendo a sua origem em 1817, ainda hoje dissemina, anualmente, milhares de vida;
- d. **Gripe Espanhola** - tendo a sua origem em 1918, provocou, estimativamente, entre 40 e 50 milhões de mortes;
- e. **Gripe Suína (H1N1)** – a primeira causadora de pandemia do séc. XXI, causando, a partir de 2009, cerca 16.000 mortes, em todo o mundo;
- f. **Novo Coronavírus** - o causador da COVID-19, que surgiu em Wuhan China, oficialmente, a 01/12/2019, tendo infetado, neste país, até à data (17/05/2021) cerca de 90.872 pessoas e provocado 4.636 mortes, espalhando pelo mundo, com a seguinte dinâmica de contaminação / taxa de incidência (ver o Gráfico 2):
 - i. 60 dias para se chegar a 100.000 infetados;
 - ii. 11 dias seguintes para se chegar a 200.000 infetados;
 - iii. 4 dias seguintes para se atingir os 300.000 infetados;

Gráfico 2 - Dinâmica de alastramento da pandemia COVID-19 – CPLP 2020



Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

- a. A 21/04/2020, 142 dias depois da sua emergência, a COVID-19 atingira já 210 países, apresentando o crítico seguinte registo mundial:
 - i. 2.538.045 infetados;
 - ii. 61.190 novos casos no dia;

- iii. 1.675.826 casos atualmente ativos;
- iv. 97% com sintomas suaves / assintomáticos;
- v. 3% com complicações críticas;
- vi. 176.004 mortes (7%);
- vii. 686.215 recuperados (27%).

b. O ponto de situação, a 17/05/2021, 533 dias depois da sua emergência, a COVID-19 atingiu já 222 países, apresentando o seguinte registo mundial ainda mais crítico:

- i. N.º de países infetados: 222;
- ii. N.º Total de Infeções: 163.964.170;
- iii. N.º Total de Mortes: 3.397.125 (2,1%);
- iv. N.º Total de Recuperados: 142.557.130 (87%).

4. **Baixos níveis de produtividade** – a produtividade, segundo <https://www.doutorfinancas.pt/carreira-e-negocios/o-que-e-o-indice-de-produtividade-e-como-e-medido/>, consiste no seguinte:

- a. A produtividade é frequentemente confundida com o termo produção. Muitos têm a impressão de que quanto maior a produção, maior a produtividade. Na verdade, não é bem assim. A produção está relacionada com a atividade de fabricar bens e serviços, enquanto que a produtividade significa uma utilização eficiente dos recursos no fabrico de bens e serviços.
- b. Assim, a produtividade foca-se mais na relação entre alcançar um resultado e o tempo necessário para alcançá-lo. Pode dizer-se que a produtividade é igual aos resultados obtidos vs. tempo dispendido. O tempo é o denominador comum. É a única medida utilizada em qualquer lugar e está além do controlo das pessoas. O que cada um de nós consegue fazer com as nossas horas determina o quão produtivos somos.
- c. Portanto, um índice de produtividade serve como uma ferramenta de apoio para medir e melhorar a eficiência de certos processos, bem como o desempenho dos trabalhadores. Isto é bastante importante, porque permite medir o que se passa com os processos ou tarefas e tomar medidas caso algo de errado tenha sido identificado.

A produtividade, pelas razões apresentadas por esse site, acaba por afetar o rendimento dos países, dos seus agentes e, conseqüentemente, o nível de vida das suas populações, nos seguintes termos:

- a. O nível de produtividade é um aspeto fundamental e importante para determinar o padrão de vida.

- b. De acordo com os dados da PORDATA, a produtividade do trabalho por cada hora realizada em Portugal é cerca de 22€, quando comparada com a média na UE, situada nos 40€, de acordo com os dados referentes a 2019. No entanto, a produtividade pode ser medida a um nível mais micro (um departamento de uma empresa, por exemplo), em vez de um nível mais macro (como um país).

No âmbito da estratégia promocional de Cabo Verde no exterior a CI / CVTradeinvest vem utilizando, ao longo de décadas, o argumento que vale a pena investir em Cabo Verde devido à elevada qualificação e produtividade da sua mão-de-obra. No entanto, há que se fundamentar essa argumentação com análise científica baseada na mensuração desta performance laboral. Pois, se em Portugal existe um desnível enorme da produtividade de trabalho dos europeus em relação ao resto da Europa, situando o desempenho português a apenas 55% do desempenho dos seus pares europeus, seria fundamental que, no concernente a Cabo Verde fosse também apurado esse nível de produtividade, para que não se caia na tentação de se vender “gato por lebre”.

Nesta perspetiva, Todaro (1981: 138) advoga que:

- a. Os níveis de produtividade de mão-de-obra (produção por trabalhador) são extremamente baixos quando comparados com os dos países desenvolvidos.
- b. Isto pode ser explicado por uma série de conceitos económicos:
 - i. O princípio da produtividade decrescente, que afirma que quando quantidades sempre crescentes de um fator variável (trabalho) são aplicadas a quantidades fixas de outros fatores (capital, terra, materiais, etc.) necessariamente, a partir de um certo ponto, o produto extra ou marginal do fator variável diminui.
 - ii. Os baixos níveis de produtividade da mão-de-obra podem, portanto, ser explicados pela ausência ou deficiência aguda de insumos complementares, tais como: capital físico e/ou empresários experimentados.
 - iii. De acordo com este raciocínio, para aumentar a produtividade, a poupança interna e o financiamento estrangeiro devem ser mobilizados para gerar investimentos em novos bens de capital físico (por exemplo, instalação e equipamentos) e também para desenvolver o estoque de “capital humano” (por exemplo qualificações empresariais) através de investimento em educação e treinamento.

Reza a ciência que a competência resulta da conjunção das três seguintes componentes do CHA:

1. **Conhecimento:** o “saber-saber”, que constitui a capacidade individual ou coletiva para se aprender ao longo da vida. Este importante recurso pode ser adquirido, mormente através de formação e de informação adicionais;
2. **Habilidade:** o “saber-fazer”, que representa a capacidade que um indivíduo ou uma coletividade demonstra na boa execução de tarefas, tendo em consideração o recurso temporal empregue;
3. **Atitude:** o “saber-ser”, representa uma das mais preciosas e exigentes componentes desse trinómio, porque ter a ver com a forma de ser de sentir e de agir de um indivíduo ou de uma comunidade, estabelecendo a atitude empreendedora⁶⁷ como o FCS de qualquer organização, do ponto de vista micro sociedade.

No entanto, para que uma estratégia de aumento da produtividade, mormente nos PVD, seja bem-sucedida, é fundamental que ocorra mudanças institucionais e estruturais. Neste sentido, Todaro (1981: 138) alerta ainda que:

- i. Mudanças institucionais são também necessárias para maximizar a potencialidade deste novo investimento físico e humano. Tais mudanças podem incluir reformas de propriedade de terra, das estruturas empresariais, de impostos, creditícias e bancárias; a criação ou fortalecimento de um serviço administrativo independente, honesto e eficiente; e a reestruturação dos programas de educação e treinamento de modo a torná-los mais adequados às necessidades das sociedades em desenvolvimento.
- ii. Estes e outros insumos não económicos devem ser levados em consideração na função de produção social caso se objetive o sucesso das estratégias para elevar a produtividade.
- iii. Um provérbio antigo diz que “você pode levar um cavalo até à água, mas você não pode fazê-lo beber”. Nas nações menos desenvolvidas é igualmente verdade que você pode criar as condições económicas para seu próprio aperfeiçoamento, porém, sem a organização institucional e estrutural adequada você não será bem-sucedido.

⁶⁷ Esta atitude empreendedora consubstancia nas seguintes características individuais:

1. Capacidade para se ver solução onde os outros veem problema;
2. Cultura do pensamento lógico do empreendedor: “Qual é o problema? Qual é a minha solução?”;
3. Prática de uma atitude positiva:
 - a. I ser social que interage com o meio envolvente;
 - b. Tem necessidade de realização pessoal;
 - c. Não tem medo de errar (encerrar o insucesso como parte do sucesso);
 - d. Não tem medo de decidir em situações ambíguas (é tolerante face às situações de ambiguidade);
 - e. Assume o risco/desafio e a culpa.

Nesta perspectiva, para que os países em vias de desenvolvimento, mormente os PEID, consigam tirar benefícios dos ganhos da produtividade e competir neste mundo globalizado e altamente concorrencial, muito mais importante que a sua ida “com muita sede à fonte”, é fundamental queiram e saibam beber o precioso líquido. Pois, não basta haver recursos físicos, humanos, materiais e institucionais disponíveis, é preciso querer e saber colocá-los ao serviço de uma mudança estrutural, em prol do incremento do bem-estar local.

A diferença na apropriação dos ganhos da produtividade por parte dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, criam, nesta ótica, uma grande clivagem no curso e no ritmo de desenvolvimentos dos diferentes países.

Uma vez que um indivíduo, uma comunidade e/ou um país que não tenha um bom nível de vida, vive numa situação de pobreza extrema e não tenha saúde, obviamente, que não consegue ser produtivo, ficando, automaticamente, condenado a mergulhar-se no ciclo vicioso da pobreza. Esta é parte da explicação da história e, quiçá, do destino dos PVD.

5. Altas taxas de crescimento populacional e de dependência - este constitui um dos principais fatores causadores do subdesenvolvimento e da perpetuação do ciclo vicioso da pobreza de um grupo significativo dos PVD. Pois, enquanto que nos países desenvolvidos os filhos são vistos como despesa, por vezes, até proibitiva, impondo, por isso, grandes restrições no planeamento da vinda de cada elemento adicional ao respetivo agregado familiar, nos PVD, o filho é ainda como investimento presente, para um bom retorno futuro, i.e., o abono de família, num contexto de ausência de um sistema de segurança e de proteção social, para garantir a reforma de pessoas mais vulneráveis, mesmo depois de passarem toda uma vida de trabalho árduo e mal remunerado.

Esta situação, aparentemente paradoxal é explicada por Todaro (1981: 138-139), que assevera que:

- a. Da população mundial total, de aproximadamente quatro bilhões no meio da década de 70, mais de dois terços vivem em nações em desenvolvimento, e menos de um terço nos países desenvolvidos. As taxas de natalidade e de mortalidade são extremamente diferentes: nos países menos desenvolvidos as taxas de natalidade apresentam, geralmente, níveis bastante altos, da ordem de quarenta por mil ou mais,

enquanto que nos países desenvolvidos esta cifra se reduz para a metade ou menos ainda.

- b. Dificilmente encontraremos um país menos desenvolvido com uma taxa de natalidade abaixo de trinta por mil ou uma nação desenvolvida cuja taxa seja acima desta.

Este desequilíbrio verificado ao nível das taxas de natalidade dos dois grupos de países é contrabalançado, ligeiramente a diferença contrária verifica nas respetivas taxas de mortalidade, conforme atesta Todaro (1981: 140):

- a. Embora as taxas de mortalidade no Terceiro Mundo sejam maiores que nos países mais desenvolvidos, a diferença nas taxas de mortalidade, devido às melhores condições de saúde e ao controle das principais doenças infecciosas, é substancialmente menor que a diferença nas taxas de natalidade.
- b. Como consequência, a taxa média de crescimento populacional é hoje de cerca de 2,5 por cento ao ano nos países do Terceiro Mundo em comparação com apenas cerca de um por cento no mundo desenvolvido.
- c. A principal consequência das altas taxas de natalidade nos PMD é que a proporção de crianças abaixo da idade de 15 anos é de quase a metade da população total desses países, enquanto que nos países desenvolvidos esta proporção é de aproximadamente um quarto da população total.
- d. Os países do Terceiro Mundo caracterizam-se não apenas por taxas de crescimento populacional mais altas, mas também enfrentam maiores taxas de dependência que as nações ricas.
- e. As circunstâncias e condições nas quais o rápido crescimento populacional torna-se um obstáculo ao desenvolvimento económico é, contudo, um outro problema.

O rápido crescimento populacional, ao contrário do que prognostica Friedman (2010), para os próximos 100 anos, tem sido, para os PVD, não um fator de desenvolvimento, mas sim, de subdesenvolvimento, permitindo aos países desenvolvidos aproveitarem, estrategicamente, dos seus preciosos recursos humanos, próprios e/ou alheios.

6. Altas taxas de desemprego e de subemprego – esta evolução populacional referenciada no ponto anterior, vem colocar novos desafios ao frágil sistema económico cabo-verdiano, obrigando-o, no âmbito do exigente contexto dos ODS, a garantir emprego digno para todos os “filhos da terra”.

No que concerne a este indicador, Todaro (1981: 140), certifica que:

- a. Uma das manifestações principais e um dos fatores que mais contribuem para o baixo

nível de vida nas nações em desenvolvimento é a utilização inadequada ou ineficiente de sua força de trabalho em comparação com as nações desenvolvidas.

- b. A subutilização da mão-de-obra manifesta-se de duas formas:
 - i. Aparece como subemprego – aquelas pessoas que, no meio rural e urbano, estão trabalhando diária, semanal ou periodicamente menos do que gostariam.
- O subemprego inclui também aqueles que estão trabalhando tempo integral, mas cuja produtividade é tão baixa que uma redução no número de horas trabalhadas teria um impacto ínfimo na produção total.
- ii. A segunda forma é o desemprego aberto – aquelas pessoas que estão capacitadas e, em geral, ansiosas para trabalhar, mas para quem não há empregos adequados disponíveis.

O desperdício, por incúria ou por incapacidade de absorção pelo respectivo setor produtivo, do recurso mais precioso que um país pode dispor, que são os seus recursos humanos, mormente os qualificados, constitui um dos principais motivos para o descaminho dos PVD, desviando-os da rota do desenvolvimento e, promovendo, conseqüentemente, um desenvolvimento desigual no mundo atual.

Na perspectiva de Todaro (1981: 141):

- a. A grande maioria da população nas nações em desenvolvimento vive e trabalha nas áreas rurais. Cerca de 80⁶⁸ por cento da população dos PMDs estão concentrados nas áreas rurais, em contraste com os 35 por cento em países economicamente desenvolvidos.
- b. Em termos da proporção da força de trabalho engajada na agricultura, as cifras para as regiões menos desenvolvidas são de 66 por cento em comparação com 21 por cento para as nações desenvolvidas.

Nesta ótica, a distribuição desigual da população entre as zonas rurais e urbanas verificadas nos PMD e PD, com tendência para a ruralização socioeconômica dos primeiros, contribui também para o atraso relativo destes que não conseguem, neste cenário, levar a modernidade, a competitividade e a oportunidade de crescimento e desenvolvimento a quase 80% da sua população.

O mesmo autor assevera ainda que:

- a. A agricultura contribui com cerca de 32 por cento do produto nacional bruto nas

⁶⁸ Fazendo referência ao contexto da década de '70 do século XX.

nações do Terceiro Mundo, enquanto que representa apenas 8 por cento do PNB dos países desenvolvidos.

- b. A produtividade média do trabalho na agricultura é quase 35 vezes maior na América do Norte do que na Ásia e em África juntas.

Não obstante esse atraso significativo deste setor primário nos PMD, o drama maior é que, mesmo assim, ele consegue ainda ser responsável por quase 1/3 da riqueza produzida pelos agentes económicos dessas nações, sabendo que a respetiva produtividade média é cerca de 35 vezes inferior a de um PD de top, como os EUA.

Isto explica a existência, no comboio de desenvolvimento, de um número crescente de vagões com os últimos “assentos reservados aos PMD”.

Todaro (1981: 143) complementa ainda que:

- a. A razão básica pela qual há uma concentração na agricultura e outras atividades primárias nos países em desenvolvimento é o simples facto de que a níveis muito baixos de renda, as prioridades para qualquer pessoa são alimento, vestuário e abrigo.
- b. A produtividade é baixa não apenas por causa do grande número de pessoas em relação à terra disponível, mas também porque a agricultura nos PMDs caracteriza-se frequentemente por tecnologias primitivas, má organização e insumos de capital físico e humano limitados.
- c. A razão é que a agricultura nas nações do Terceiro Mundo é predominantemente uma agricultura rústica, não-comercial.

Para que os PMD afiguram como competidores válidos no contexto universal, precisam de repensar o modelo de desenvolvimento do seu setor primário, para que deixe de depender de um setor apenas direcionada para a subsistência populacional, apresentando, assim, uma baixa taxa de produtividade e, conseqüentemente, da competitividade.

7. Forte dependência das exportações – para Todaro (1981: 143):

- a. A economia de muitos países menos desenvolvidos é orientada para a produção de produtos primários, em contraposição às atividades secundárias (manufaturas) e terciárias (serviços), estes bens primários consistem na sua principal exportação para outras nações (desenvolvidas e menos desenvolvidas).
- b. Para todos os países do Terceiro Mundo, estes produtos primários (alimentos, matérias-primas, combustíveis e metais básicos) responderam por quase 80 por cento de toda a exportação.

- c. Exceto para aqueles poucos países abençoados com oferta abundante de petróleo e outros recursos minerais valiosos, a maioria das exportações do Terceiro Mundo são compostas apenas de alimentos básicos e matérias-primas.
- d. Embora os fluxos de investimento estrangeiro privado mais a ajuda externa sejam importantes fontes de divisas, a exportação de produtos primários, normalmente, responde por 60 a 75 por cento do fluxo anual de ganhos totais em moeda estrangeira nos países em desenvolvimento.

O problema dos PMD não reside no facto de dependerem muito das exportações, porque essa dependência constitui um lugar comum para a grande parte dos países, que veem nas exportações uma importante fonte de receita. No entanto, o problema mais gritante que se coloca em relação a esses países é a referente a uma dependência excessiva da exportação de produtos primários de baixo valor acrescentado, importando, em contrapartida, produtos manufaturados de elevado valor acrescentado, contribuindo, assim, para aquilo que Prebrisch-Singer in Palaskas and all (1998) chamam de deterioração ou queda tendencial dos TT – Termos de Troca, em desfavor desses países subdesenvolvidos, constituindo, na perspectiva destes autores, um dos mais importantes fatores externos responsáveis pelo fraco desempenho da ASS.

8. Dominação, Dependência e Vulnerabilidade nas Relações Internacionais - Todaro (1981: 162) advoga, neste âmbito, que: “as inter-relações entre os países ricos e pobres na economia internacional (...) que fazem com que o rápido crescimento dos primeiros seja apenas marginalmente útil e, em alguns casos, absolutamente prejudicial ao desenvolvimento dos últimos”. Pois, para este autor, existem os chamados efeitos “coercivos” internacionais que inibem o desenvolvimento sustentado das nações do Terceiro Mundo, incluindo, entre outras, as seguintes forças de dominância e dependência internacional:

- a. O poder dos países fortes para controlar e manipular os mercados mundiais de recursos produtivos e mercadorias em seu próprio benefício;
- b. A ampliação da dominação das economias internas dos PMD pelo capitalismo internacional através das corporações multinacionais privadas, ao investirem no exterior;
- c. O acesso privilegiado das nações ricas às matérias-primas escassas;
- d. A liberdade dos países industrializados para “impor” seus produtos aos frágeis mercados do Terceiro Mundo;

- e. A transferência de sistemas educacionais antiquados e inaplicáveis em sociedades em que a educação é concebida como um componente-chave do processo de desenvolvimento;
- f. A capacidade dos países ricos de desorganizar os esforços de industrialização feitos pelos países pobres, “descarregando” produtos baratos nestes mercados controlados;
- g. Teorias de comércio internacional e políticas nocivas, que prendem os países em desenvolvimento à exportação dos produtos primários cujas receitas internacionais são decrescentes;
- h. Políticas de ajuda prejudiciais que, frequentemente, servem apenas para perpetuar e agravar as estruturas económicas dualísticas internas;
- i. A criação de elites nos países pobres, submissas económica e ideologicamente ao mundo exterior, tanto capitalista como socialista;
- j. A transferência de métodos de treinamento universitário inadequados, dentro de padrões profissionais internacionais irrealistas e muitas vezes inaplicáveis;
- k. A capacidade correspondente que têm os países ricos para atrair o pessoal treinado dos PMD com atraentes recompensas financeiras (a evasão internacional de cérebros) e, finalmente;
- l. O “efeito-demonstração” corrompedor, trazido pelo consumo supérfluo por parte dos ricos, no próprio país, ou mesmo no exterior.

Para este autor⁶⁹: “os países menos desenvolvidos tornaram-se ainda mais dependentes dos países desenvolvidos como mercado comprador para seus produtos, enquanto sua participação global no comércio mundial vem declinando”.

Neste contexto, as supramencionadas forças requerem, naturalmente, dos PMD que ambicionam um desenvolvimento sustentável, um apetrecho exigente, nomeadamente, no concernente à força das suas instituições e à correção das suas políticas. São esses apetrechos que se procurou, no contexto cabo-verdiano, identificar e analisar ao longo do Capítulo III do presente documento de investigação.

No entanto, pode-se antever que, perante tão “coercivos” efeitos internacionais, mesmo os tão aguardados produtos *low cost*⁷⁰, que têm comandado o novo “consumo da massa”, ao invés de funcionarem como catalisadores do desenvolvimento

⁶⁹ Todaro (1981: 144).

⁷⁰ Que, na perspectiva de Gaggi e Narduzzi (2008), emergiram com o fim da classe média.

sustentável, podem, mormente nos PEID, como é o caso de Cabo Verde, transformar-se no seu fator inibidor, perigando, concludentemente, a tão propalada “ambição 2030”, que se quer que esteja ao alcance de todos os “filhos da terra”.

Esta previsão deve-se, em parte, à imposição, pela doutrina dominante, de uma linha orientadora condicente, por um lado, com a imposição de “instituições fortes” e “políticas corretas”, em contramão, com uma outra, da mesma proveniência, pressionando para o emagrecimento do estado, na expectativa de um mercado forte e próspero, torna-se, assim, difícil, por vezes, um encontro consensual entre o estado e o mercado, num desejado ponto de equilíbrio.

É nesta linha de pensamento que Todaro (1981: 144-145) vaticina:

- a. Para muitos países menos desenvolvidos, um fator significativo que contribui para a persistência de baixos níveis de renda, desemprego ascendente e crescente desigualdade de renda é a distribuição altamente desigual do poder político e económico entre nações ricas e pobres.
- b. Estas forças desiguais manifestam-se não somente no poder dominante das nações ricas para controlar o padrão do comércio internacional mas também em sua habilidade de, em geral, ditar os termos nos quais a tecnologia, ajuda externa e capital privado são transferidos para os países em desenvolvimento.
- c. Porém, existem outros aspetos igualmente importantes do processo de transferência internacional que serve frequentemente para inibir o desenvolvimento das nações pobres. Um fator sutil, mas ainda assim bastante significativo que contribui para a persistência do subdesenvolvimento tem sido a transferência de valores, atitudes, instituições e padrões de comportamento das nações do Primeiro e Segundo Mundos para o Terceiro Mundo.
- d. Incluem transferência, muitas vezes inadequada, de estruturas educacionais, currículos e sistemas escolares, a formação de sindicatos no estilo dos países ocidentais, a organização de serviços de saúde baseados no modelo ocidental e, finalmente, a estrutura e funcionamento dos sistemas burocrático e administrativo que podem estar fora de compasso com as necessidades prioritárias e o potencial humano disponível nas nações em desenvolvimento.
- e. De significância potencial ainda maior, no entanto, pode ser a influência dos padrões sociais económicos dos países ricos sobre as escalas salariais, estilo de vida das elites políticas e atitudes gerais frente à acumulação privada de riqueza nos países em desenvolvimento.

Na perspectiva “todariana”, esta estratégica de “lavagem cerebral” da elite dirigente dos países em desenvolvimento, em especial dos PEID, faz com que, ao invés desta fazer frente, mormente, à doutrina dominante, para que a edificação de instituições fortes e de políticas corretas tenha como foco o interesse coletivo local, acaba, quase sempre, por prestar vassalagem aos “amigos do alheio” externos, focando, exclusivamente, no interesse corporativo bilateral: da própria classe, associado com o das forças externas, por vezes ocultas.

Estas características comuns dos PDV, por constituírem, ironicamente, as consequências mais marcantes do subdesenvolvimento, acabam, pela intensidade da sua vigência, por constituir também a linha de água que separa o “sonho” do “pesadelo”, ou ainda, os “escolhidos” dos “condenados”, ditando as várias velocidades de rotação do mundo atual, no caminho da sustentabilidade.

Como vai ser analisado no ponto seguinte, o caminho da sustentabilidade dos países em desenvolvimento, mormente dos PEID, passará, necessariamente, pela criação e reforço de capacidades individual e coletiva endógenas de promover uma inversão dos focos interno e externo, direcionando-os para um desenvolvimento local, que tenha como destinatários finais aqueles que tendem a ficar para trás nesta longa caminhada para a tão ambicionada meta 2030.

1.3. Sustentabilidade turística: fator indutor de crescimento e desenvolvimento de um destino

“O turismo sustentável deverá atingir as necessidades das comunidades locais, em termos de melhorias de qualidade de vida, tanto a curto como a longo prazo. Ao mesmo tempo, deve satisfazer as exigências do crescente número de turistas, salvaguardando o meio ambiente e a necessidade de desenvolver políticas e medidas que, para além de válidas em termos teóricos, tenham uma boa aplicação”.

Cater (1993) in Santos (2017: 1)

Introdução

Sustentabilidade turística como fator indutor de crescimento e de desenvolvimento de um destino – neste subcapítulo procurou-se identificar, no

âmbito dos fatores que, a nível teórico, motivam o crescimento económico e induzem o desenvolvimento sustentável, que papel pode caber ao turismo sustentável, conjugando conceitos e medidas, em prol de uma oferta competitiva dos produtos tradicionais e dos novos produtos turísticos, com as novas tendências turísticas, as quais vêm constituindo um novo preceito de vida global, com expectáveis reflexos diretos, indiretos e/ou induzidos no turismo cabo-verdiano. Neste cenário, as relações intrassetoriais do turismo, nomeadamente, no concernente às interligações entre o produto, a distribuição e o transporte, refletidas no consumo turístico, assumiram também um lugar de destaque, de modo que se perceba quão importantes poderão ser as sinergias potencialmente estabelecíveis entre os agentes do turismo, no processo de alavancagem e *take-off* de um dado destino turístico.

= // =

1.3.1. Conceitos e medidas de sustentabilidade turística

1.3.1.1. Conceitos básicos: na localização de um ponto de convergência

“O mundo tende para a uniformização e para a descaracterização. (...) A diferenciação, base essencial do turismo, está ameaçada, mas continua a manifestar-se e, em alguns casos, a reforçar-se os esforços no sentido da defesa da identidade de cada povo. A diversidade cultural tem de ser reconhecida no contexto da sociedade global como uma força do turismo”.

Cunha (1997: 74)

Neste subcapítulo procurou-se definir um conjunto de conceitos que possam vir a constituir uma bitola comum, para que todos os potenciais usuários desta tese possam ter o mesmo instrumento conceitual, de base universal, que os permitam navegar no âmbito do setor turístico, qualquer que seja a latitude sobre a qual recaia a respetiva análise.

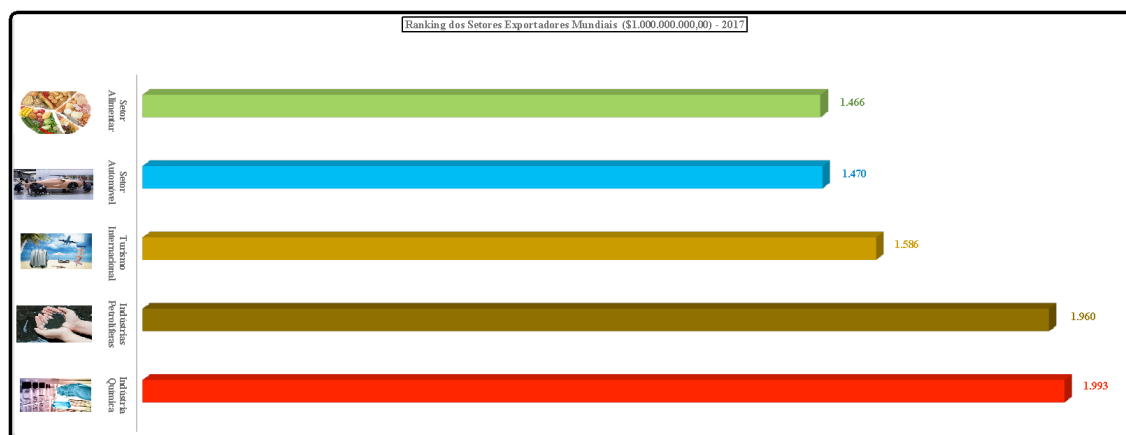
A. Turismo

“O turismo é uma transferência espacial de riqueza provocada pelas deslocações: os rendimentos gerados nas áreas de origem dos visitantes são transferidos por estes para os locais que visitam, onde procedem à aquisição de bens e serviços”.

Cunha & Abrantes (2019: 13)

Por razões justificáveis, este é, obviamente, o primeiro conceito a ser definido. O turismo, tem constituído uma atividade económica super dinâmica que, em cerca de três séculos, ascendeu, de forma exponencial, atingindo, atualmente, segundo os dados da OMT (2018), a categoria do 3.º setor mais exportador no contexto mundial, ultrapassando mesmo os tradicionais setores exportadores, como: as indústrias de automóvel e de bens alimentares, como retrata o gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Ranking dos setores exportadores mundiais - 2017



Fonte: OMT (2018)

No entanto, para se compreender o atual estado de coisas, é fundamental que, se conheça o trajeto histórico seguido pelos diferentes conceitos turísticos, bem como, pela própria ascensão setorial, conforme a seguinte constatação de Cunha & Abrantes (2019: 1-14):

1. Sobretudo a partir de finais do Séc. XVIII, durante os quais realizaram a *Grand Tour* (Boyer, 2000). Aqueles que participavam nessas viagens passaram a ser conhecidos por turistas (*tourists*), e a atividade a que deram origem passou a designar-se turismo (*tourism*).
2. Alguns autores identificam o ano de 1760 (Fuster, 1967) como aquele em que a palavra *tour* aparece documentalmente, mas é a partir da publicação, em 1838, das *Mémoires, d'un Touriste*, de Stendhal, que se generaliza a expressão turista (*touriste*).
3. Com a evolução do seu âmbito, ocorrida nos últimos anos, e com as diferentes visões envolvidas (sociológicas, culturais, geográficas, económicas, ocidentais e orientais), não é fácil alcançar um consenso quanto a um conceito de turismo aceite universalmente.
4. Não é, contudo, compreensível que uma atividade que alcançou uma dimensão planetária, que está presente na vida de todas as nações, que necessita de investigação

permanente, de políticas muitas vezes comuns a diferentes países e de ser entendida como uma realidade com características próprias para ser utilizada pelos diferentes atores que nela participam não tenha uma referência basilar comum (pelo menos, durante algum tempo).

Com base nesta resenha histórica, constata-se que foi a partir do séc. XVIII que o turismo começou a emergir como uma verdadeira atividade económica, ganhando expressão irreversível no contexto planetário, na era atual, conforme revelam os dados da OMT constantes no gráfico anterior, referentes ao ano de 2017.

No entanto, no que se refere ao turismo na lusofonia, o processo conceitual emergiu com um atraso significativo, como revela (Cunha & Abrantes, 2019: 3): “no que se refere à versão lusófona do termo turismo/turista, só surgiu no início do século XX, pois: em Portugal, Eça de Queiroz utiliza palavra *touriste* no seu romance os Maias, editado em 1888, na forma francesa, porque a palavra não havia sido ainda transportada para a língua portuguesa, o que só se verificou a partir do início do século XX”.

As motivações que levam as pessoas a viajarem também evoluíram com o tempo, fazendo com que, a esse nível, haja também um separador de águas entre o velho e o novo turismo, o qual se pode identificar através do seguinte trajeto, apresentado por Cunha & Abrantes, 2019: 3):

1. Inicialmente, a palavra turista era utilizada exclusivamente para designar aqueles que viajavam por mero prazer ou para aumentar os seus conhecimentos, com exclusão de todas as pessoas que se deslocavam por um motivo diferente: profissional; de saúde; ou religioso.
2. A própria natureza da viagem turística identificava-se com o desejo de conhecer as particularidades e a maneira de outros povos, as suas tradições, o exotismo, mas também com a descoberta de novas paisagens, da natureza e do pitoresco ou do carácter histórico dos aglomerados urbanos: aldeias; vilas; e cidades.
3. À medida, porém, que as viagens se foram tornando mais fáceis e a elas tiveram acesso camadas cada vez mais vastas da população, foram-se alargando os motivos pelos quais as pessoas viajavam, e, na atualidade, torna-se impossível separar as pessoas que viajam por puro prazer daquelas que o fazem por outras razões. Além disto, todas as pessoas que viajam, quaisquer que sejam os motivos que levam à sua deslocação, utilizam, em geral, os mesmos equipamentos e serviços.

Neste contexto, Cunha & Abrantes (2019: 13) asseveram que, na atualidade, é, geralmente, reconhecido que é possível encontrar dois tipos de definição do turismo, conforme os objetivos visados:

1. **Do ponto de vista conceptual**, e, neste caso, o objetivo passa por encontrar uma definição capaz de fornecer um instrumento teórico, que permita identificar as características essenciais do turismo, conforme os objetivos visados.

Apesar da validade da definição de Hunziker & Krapf, é mais esclarecedora a definição apresentada, em 1982, por Matheinson & Wall, que consideram o turismo como “o movimento temporário de pessoas para distritos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.

Por esta podem, contudo, apontar-se duas insuficiências:

- a. Além de não referir expressamente a exclusão da remuneração: não só durante a permanência que as pessoas desenvolvem atividades, mas também antes e durante a sua deslocação;
 - b. Ao incluir explicitamente apenas as “facilidades criadas”, exclui as atividades “não criadas” para satisfazer necessidades turísticas, mas que são essenciais ao conceito de turismo e necessárias à identificação das suas características⁷¹.
2. **Do ponto de vista técnico**, por forma a permitir obter informações para fins estatísticos e legislativos (Theobald, 1998). Neste caso, a preocupação subjacente à definição é encontrar instrumentos de avaliação rigorosos, fiáveis e comparáveis.

Estes dois objetivos subjacentes ao conceito de turismo espelham, implicitamente, as finalidades teóricas e de aplicabilidade estatística, necessárias para a definição de medidas e políticas setoriais, bem como, para a monitorização de atividades turísticas.

Nesta perspetiva, segundo Cunha & Abrantes (2019: 14), para se definir o turismo, do ponto de vista técnico, pode-se utilizar a definição da OMT (1985), que considera o turismo como: “o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas nas viagens e estadas em locais situados fora do ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”.

⁷¹ Recursos naturais, histórico-culturais e as manifestações de caráter lúdico e cultural, que não tendo sido criadas para satisfazer necessidades dos visitantes, provocam a deslocação de pessoas e satisfazem necessidades decorrentes da sua permanência, devendo ser englobadas na categoria de atividades ou bens turísticos.

Não obstante o esforço de harmonização conceptual, constata-se que algumas dessas definições tendem a privilegiar o lado da procura, ignorando um pouco o outro importante agregado do mercado, que é a oferta. De facto, apenas inclui no turismo as atividades desenvolvidas pelos visitantes, esquecendo todo o complexo de atividades produtoras de bens e serviços criados para servir direta e indiretamente os visitantes, cuja existência permanece mesmo quando as deslocações e estadas não se efetuam (Cunha & Abrantes, 2019: 14).

No entanto, este conceito atual é fruto de uma série de enxertos introduzidos na própria definição, por um conjunto de entidades competentes na matéria, até se chegar a esta nova definição do turismo.

Procurou-se, seguidamente, especificar os fundamentos de alguns desses enxertos, na procura desta bitola comum, a nível global, para o turismo. Nesta perspetiva, Cunha & Abrantes (2019: 12-14), levantam um pouco o véu sobre este processo evolutivo subjacente ao conceito de turismo, nos seguintes moldes:

1. Tal como o conceito de turista, também o de turismo sofreu alterações significativas ao longo dos tempos, tendo surgido, pela primeira vez, em **1910**, com o **austríaco Hermann von Schullern zu Schrattenhofen**.
2. Foram, contudo, os professores **Walter Hunziker & Kurt Krapf** os primeiros a estabelecer uma definição mais elaborada, ao considerarem, em **1942**, o turismo como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal” (Bernecker, 1965).
3. A definição apresentada, em **1982**, por **Matheinson & Wall**, que consideram o turismo como “o movimento temporário de pessoas para distritos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.
4. A definição da **OMT (1985)**, que considera o turismo como: “o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas as viagens e estadas em locais situados fora do ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”.

Denota-se que, neste espaço temporal de aproximadamente quarenta e três anos, um importante *décalage* teve lugar na definição do turismo. A principal diferença visível,

prende-se, a priori, com a distinção na delimitação do local visitado: “fora do seu local habitual de residência”, passou a “locais situados fora do ambiente habitual”.

Esta pequena nuance aparente trouxe uma série de importantes implicações, no concernente à interpretação e registo dos atos económicos que são ou não turísticos. Por exemplo, a uma pessoa que reside num determinado local e desloca-se a um outro, num movimento pendular diário / frequente entre os dois locais, está vedado, neste novo conceito, de fazer turismo num como noutro local, por ambos serem considerados, nestas circunstâncias, locais habituais para o visado, enquanto que, no conceito antigo, poderia este fazer, perfeitamente, turismo na segunda localidade, por não constituir o seu local de residência.

Neste sentido, segundo Cunha & Abrantes (2019: 12), para efeitos estatísticos, a OMT (s.d.) considera que uma pessoa é residente de um país ou local, quando:

1. Habitou a maior parte dos 12 meses nesse país ou local⁷²;
2. Aí habitou durante um período mais curto, mas tem a intenção de regressar para aí viver dentro de 12 meses;
3. Se desloca para esse local ou país para aí estabelecer a sua residência.

Nesta perspetiva, a residência é um fator determinante para a identificação do tipo de viajante e para a definição ou enquadramento das atividades desenvolvidas por este no local visitado. Assim sendo, o local de residência efetiva do viajante acaba por ter um papel muito mais incisivo na determinação do fluxo turístico do que a respetiva nacionalidade.

Um outro fator relevante que é utilizado para distinguir os visitantes dos restantes viajantes, prende-se com o exercício ou não de uma atividade remunerada no local visitado. Segundo este mesmo autor, este constitui aquele parâmetro que melhor caracteriza a atividade turística, sendo, assim, um critério fundamental para o efeito.

Neste sentido, o próximo conceito a ser definido é o de turista, que consiste no elemento fulcral para a emergência e ascensão de todo um setor de atividade económica.

⁷² O EUROSTAT recomenda este critério, para quando o local de residência não é claro.

B. Turista

“Dentro em breve um *touriste* faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tungubutu – para quê? Para encontrar lá pretos de chapéu alto, a ler o *Jornal dos Debates*”.

João Ega, em “Os Maias” – Eça de Queiroz, in Cunha (1997: 45)

Esta observação aparentemente ridícula feita por Eça de Queiroz, para justificar a viagem dos turistas do futuro, não representava mais do que a essência da motivação para a procura turística: a diferenciação. Esta essência é retomada por Cunha (1997: 74), no seguinte extrato de texto: “o *fast food* invade todos os cantos do mundo, os padrões arquitetónicos uniformizam-se, as pressões económicas e a globalização da produção elimina a diferença entre os produtos que são vendidos em qualquer ponto do mundo é cada vez menor a diferença entre os povos”.

No início do turismo, principalmente durante o século passado, as viagens eram consideradas como um desvanecimento e privilégio das classes mais abastadas e, portanto, um luxo para a generalidade da população. Com a elevação do nível de vida, o desenvolvimento dos transportes e de outros fatores que influenciam a procura turística, o acesso às viagens foi-se alargando a todas as classes sociais, passando a fazer parte das respetivas pirâmides de necessidades (Cunha, 1997: 118).

O turismo, não obstante ser parte integrante também do fenómeno da globalização, no entanto, alimenta dos efeitos contrários aos provocados por este mesmo fenómeno. A diferenciação e a autenticidade constituem, cada vez mais, o motivo da viagem, mormente, no contexto pós pandémico que se avizinha. Por esta razão, é fundamental se aprimorar um conceito de turista, que possa ser transversal às limitações espaço-temporais.

Neste prisma, Cunha & Abrantes (2019: 2) assegura, nos seguintes termos, que há necessidade desta conceitualização: “o Homem sempre se movimentou de uns locais para outros (...) a necessidade de uma expressão para designar o indivíduo que se desloca só se verificou quando o homem se tornou sedentário, conduzindo às noções de territorialidade e fronteira. A partir daí, passou a chamar-se hóspede (*hospite*, em latim), viandante, viajante, viajar ou forasteiro”.

Como atestam estes autores, no concernente aos conceitos precedentes:

1. Estas expressões se mantiveram durante séculos para designar qualquer pessoa que se deslocasse com objetivos pacíficos, independentemente da razão pela qual a fazia. Só quando as deslocações das pessoas, por motivos de prazer, cultura ou repouso, alcançaram caráter de regularidade, dando origem a atividades económicas, é que passou a haver necessidade de as designar através de uma expressão própria.
2. Sobretudo, a partir de finais do Séc. XVIII, durante os quais realizaram a *Grand Tour* (Boyer, 2000). Aqueles que participavam nessas viagens passaram a ser conhecidos por turistas (tourists), e a atividade a que deram origem passou a designar-se turismo (tourism).

No entanto, para uma melhor elucidação dos critérios subjacentes à definição do conceito de turista e dos demais viajantes, apresenta-se o seguinte esquema:

Fig. 7 – Classificação dos viajantes



Fonte: Cunha & Abrantes (2019: 5), adaptado pelo Autor

Do esquema anterior, ficou evidenciado que não se pode falar no conceito de turista, sem se abordar, preliminarmente, o conceito de viajante. Para Cunha & Abrantes (2019: 4-5), “todas as pessoas que se deslocam são chamadas de viajantes, pelo que este termo designa toda a pessoa que viaja entre dois ou mais locais, quaisquer que sejam a razão, o modo ou o meio da sua deslocação”.

Por haver diferenças relevantes entre os diferentes elementos, não só em termos conceituais, como também no que tange aos fluxos económicos por eles proporcionados, Cunha & Abrantes (2019: 5) estabelecem as seguintes fronteiras inter pares:

1. Em 1953, a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o conceito de viajante internacional (OIOOT,1973) e, mais tarde, a Conferência da ONU sobre Turismo e viagens internacionais, realizada em Roma, em 1963, adotou a introdução do termo “**visitante**” para designar toda a pessoa que se desloca a um país diferente daquele onde possui a sua residência habitual, por

qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada (UIOOT, 1963).

2. **Turistas** – Os visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujos motivos de viagem podem ser agrupados em:
 - a. Lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião e desporto;
 - b. Negócios, família, missões e reuniões.
3. **Excursionistas** – Os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no país visitado (incluindo viajantes em cruzeiros).
4. O termo “visitante” e os seus derivados “turista” e “excursionista” eram reservados exclusivamente às deslocações a um país por parte dos residentes de um outro país, isto é, às deslocações internacionais.

Pode-se constatar que, no âmbito deste conceito preliminar de visitante, uma parte significativa, concernente ao turismo doméstico (emissor e/ou recetor) acabaria excluída da classificação e do registo dos fluxos turísticos gerados num determinado destino. Tratando-se da realidade cabo-verdiana, essa exclusão deixaria, segundo o INE-CV (2020), de fora dos fluxos turísticos cerca de 7,5% dos hóspedes e 3,8% de dormidas induzidos por turistas residentes em Cabo Verde, em 2019. Desses fluxos, 7% de hóspedes e 3,8% de dormidas foram garantidos por cabo-verdianos residentes em Cabo Verde, sendo 0,5% de hóspedes e 0,2% de dormidas geridas por estrangeiros residentes em Cabo Verde.

Desta evolução conceitual de visitante, Cunha & Abrantes (2019: 5) fizeram a seguinte síntese:

1. Apesar de aceite internacionalmente e adotada pela União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT), que, mais tarde, se transformou na atual Organização Mundial do Turismo (OMT), a definição da Conferência de 1963 deixou há muito de ser adequada à realidade.
2. Aliás, 20 anos depois, em 1983, a própria UIOOT reconheceu a necessidade de adaptar a definição de 1963, por forma a abranger na conceção de visitante as deslocações dos residentes de um país no interior do próprio país, ou seja, o turismo interno ou doméstico (OMT, 1999*), e, em 1993, na sequência da Conferência Internacional sobre Viagens e Estatísticas de Turismo, realizada em 1991, em Otava, a Comissão de Estatísticas da ONU adotou, por recomendação da OMT, definições mais atualizadas e que passaram a ser aceites por todos os países e organizações internacionais, embora levantem algumas objeções, como veremos (ONU & OMT, 1994).

Entre os viajantes, destacam-se os visitantes, que se distinguem dos outros viajantes, que se deslocam por motivos outros, nomeadamente, aqueles que estiverem em viagem por motivo de trabalho / exercício de uma atividade remunerada no local visitado, como classificado por Cunha & Abrantes (2019: 5 & 8). Assim, o termo “visitante” mantém-se como o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo do qual derivam os restantes (ONU & OMT, 1994). Com efeito, de acordo com a última definição adotada pela ONU & OMT (1994).

No que se refere aos outros conceitos básicos, pode-se recorrer ao INE-CV (2021: 9), segundo o qual os mesmos traduzem-se no seguinte:

1. **Visitante:** indivíduo que se desloca a um lugar diferente de sua residência habitual, por uma duração inferior a 6 meses, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado.
2. **Turismo:** atividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de lazer, negócios ou outros motivos.
3. **Turista:** visitante que permanece, pelo menos uma noite, num hoteleiro coletivo ou particular no lugar visitado.

Para os autores referenciados: “os turistas distribuem os efeitos económicos que geram pela generalidade do território nacional, embora mais em certas áreas (os centros eminentemente recetores) do que noutras, e utilizam a generalidade dos equipamentos e serviços turísticos, o que não acontece com os visitantes do dia ou excursionistas”.

Do cruzamento destas duas fontes bibliográficas, pode-se depreender alguns pontos de convergência conceitual, mas também, os de divergência, mormente, no que concerne aos seguintes, definidos por Cunha & Abrantes (2019: 5 & 8), nos seguintes termos:

Visitante **do Dia** (*Same-Day-Visitor*) - em simultâneo do termo “**Excursionista**”, é todo o visitante que não passa a noite no local visitado, incluindo os passageiros de cruzeiros e as tripulações de meios de transporte desembarcadas.

(...) Estes (visitantes do dia ou excursionistas), na verdade, não utilizam quaisquer meios de alojamento, limitam os seus efeitos às áreas fronteiriças ou próximas e, por vezes, não efetuam qualquer gasto no país ou na zona visitada, nem sempre compensando, economicamente, a utilização dos serviços que usufruem (...) podem não efetuar qualquer dispêndio neste território.

No entanto, os excursionistas, pelas compras que fazem nos estabelecimentos comerciais das áreas visitadas, pela utilização dos estabelecimentos de alimentação e bebidas e pelos

gastos que efetuam em visitas a monumentos, museus e diversões, contribuem significativamente para as receitas turísticas dos países ou regiões que visitam.

Existem três critérios fundamentais que permitem distinguir os visitantes dos restantes viajantes (Cunha & Abrantes, 2019: 6):

1. Para que um viajante possa ser considerado visitante, dando origem a uma atividade ou a fenómenos turísticos, a deslocação deve efetuar-se a um local ou locais fora do ambiente habitual, excluindo, portanto, as viagens frequentes entre o local onde a pessoa reside e aqueles onde trabalha, estuda ou desenvolve uma atividade regular;
2. A permanência no local visitado não deve ultrapassar os 12 meses consecutivos, a partir dos quais o visitante passa a ser considerado residente;
3. O motivo principal da visita deve ser diferente do de exercer uma atividade remunerada no local visitado, o que exclui todas as deslocações com o objetivo de realizar qualquer trabalho no local visitado. Embora a definição não refira expressamente, também são excluídas como é óbvio, todas as deslocações de carácter compulsivo (refugiados, prisioneiros nómadas).

Nesta perspetiva, para que um viajante seja considerado visitante, o mesmo deve promover essa deslocação de forma voluntária, não habitual e não em exercício de uma atividade regular no local visitado. No entanto, segundo Cunha & Abrantes (2019: 6-7):

Comparando as definições adotadas até 1963, corrigidas em 1983 com a introdução do conceito de visitante nacional, com as que passaram a vigorar a partir de 1994, encontramos diferenças significativas.

1. Em primeiro lugar, o conceito de residência habitual foi substituído pelo conceito de ambiente habitual, o que exige clarificação e precisão, por este ser mais vago e indefinido do que o anterior, embora mais adequado à atual realidade urbana;
2. Em segundo lugar, a duração de permanência foi fixada, no máximo, em 12 meses consecutivos, quando a definição não tinha estabelecido qualquer limite temporal de permanência, embora outras organizações tivessem estabelecido limites inferiores a este em épocas anteriores à da realização da Conferência de Roma (caso da Convenção sobre as Facilidades Aduaneiras a Favor do Turismo, que, em 1954, estabeleceu o limite de seis meses) (UIOOT, 1973).
3. Em terceiro lugar, o conceito de turista passou a designar a pessoa que passa uma noite em determinados tipos de alojamento, excluindo as dormidas fora desses alojamentos, o que é incompreensível. De facto, por exemplo, se um residente no estrangeiro passar oito dias no Algarve em casa de um amigo lisboeta que possui uma

residência secundária é considerado turista, mas, se passar os mesmos oito dias na casa de um amigo algarvio que aí residia, já deixa de o ser.

4. Em quarto lugar, o termo “excursionista”, para designar os visitantes. Que permanecem no local visitado menos de 24 horas (não passam uma noite), foi substituída por “visitante do dia”, cuja introdução já havia sido recomendada em 1967 pela Comissão de Estatística da ONU, mas que não é mais feliz do que a anterior.
5. Finalmente, deixou de haver referência a qualquer período mínimo, contrariamente à definição anterior, a qual exigia um período mínimo de 24 horas de permanência para que um visitante pudesse ser considerado turista. Agora basta que um visitante passe uma noite num alojamento turístico, num determinado local, para que possa ser considerado turista.

O tipo de alojamento tem, assim, um efeito determinante na classificação e na contabilização do fluxo turístico, mormente, em Cabo Verde, que dispõe, segundo as estimativas estatísticas oficiais⁷³, de um número cabo-verdianos residentes na Diáspora superior aos residentes neste país de origem. Pois, associado a este facto inédito, existe um vasto conjunto habitacional pertencente aos emigrantes, que serve, muitas vezes, para acolher outros emigrantes, neste caso, considerados turistas. Mas, existem também muitos outros emigrantes que vêm para casas de familiares residentes em Cabo, os quais, segundo este novel conceito de visitante, não seriam enquadrados como turistas.

Um outro conceito adicional sobre visitante foi o introduzido por EUROSTAT (2014) - organização estatística da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União Europeia (EU), segundo Cunha & Abrantes (2019: 6-7): “visitante é um viajante que realiza uma visita a um destino principal fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, por qualquer propósito principal que não seja o de ser empregado por uma entidade residente no país ou local visitado. Segundo esta formulação, o viajante, quando visita um local que não seja o principal, não pode ser considerado visitante, e a substituição de “atividade remunerada” por “empregado por uma entidade residente” não elimina do conceito o viajante que se desloca a um local para aí usufruir uma remuneração pelo seu trabalho ou a de aí exercer uma profissão

⁷³ Uma vez que constitui um dado correntemente usado mesmo por entidades oficiais, mas o MNEC e os órgãos de informação estatística não apresentam dados oficiais credíveis sobre o número de emigrantes cabo-verdianos de todas as gerações.

por conta própria, o que, em ambos os casos, é absurdo e contraria todas as definições anteriores”.

Segundo este conceito, o turista pode até exercer uma atividade remunerada no local visitado, nomeadamente, por intermédio de uma entidade externa. Só não pode é ser remunerado por uma entidade aí sediada.

Esta evolução histórica do conceito de turista, foi sintetizada por Cunha & Abrantes (2019: 7), nos seguintes termos:

1. Desde que a utilização da expressão turista se começou a generalizar, obrigando a precisar o seu significado e conteúdo, pela primeira vez, em 1937⁷⁴, até à última definição da OMT, percorreu-se um longo caminho que originou importantes diferenças conceptuais, baseadas nos motivos, na duração da viagem, na origem dos visitantes, no território visitado e na utilização de meios de alojamento.
2. A última definição adotada pela OMT culmina um longo período de evolução do conceito de turista, determinando uma realidade económica e social com contornos e amplitude muito diferentes daquela que conduzia o conceito inicial.
3. Por efeito da alteração do conceito, o turismo passou a abranger profissões, empresas e atividades que anteriormente lhe escapavam.

A evolução conceitual do turismo tem como um dos fundamentos principais a busca constante da universalidade de conceitos e integralidade dos objetos abrangidos. Neste sentido, apresenta-se, seguidamente, o percurso seguido pelos seguintes conceitos, na ótica de Cunha & Abrantes (2019: 7 & 12):

1. **Utilização de meios de alojamento** – Esta utilização passou a distinguir os turistas (passam pelo menos uma noite num alojamento) dos visitantes do dia ou excursionistas;
2. **Motivos ou finalidades da viagem** (não confundir com a motivação) – Inicialmente, o conceito abrangia apenas as deslocações efetuadas por motivo de lazer, negócios, família, missões ou reuniões; atualmente, abrange fins pessoais: férias, lazer e recreio; visitar amigos e parentes; educação e treino; saúde e cuidados médicos; religião/peregrinação; compras; trânsito, outras; e fins de negócios e profissionais (EUROSTAT, 2014).

⁷⁴ Relatório do Comité de Peritos de Estatística da Sociedade das Nações submetido ao Conselho em 22 de janeiro de 1937.

(...) O exercício ou não de uma atividade remunerada no local visitado é o critério fundamental para distinguir os visitantes dos restantes viajantes e aquele que melhor caracteriza a atividade turística.

Os viajantes que se deslocam com fim turístico comportam-se como consumidores puros de bens e serviços turísticos, não como produtores de bens e serviços, seja de que natureza forem.

De facto, quem se desloca para obter remuneração no local para onde vai se desenvolver uma atividade económica, mesmo que seja do turismo, não podendo ser considerado visitante: desloca-se como produtor, não como consumidor, que é característico do turismo.

O turismo é uma transferência espacial de riqueza provocada pelas deslocações: os rendimentos gerados nas áreas de origem dos visitantes são transferidos por estes para os locais que visitam, onde procedem à aquisição de bens e serviços.

3. **Duração da viagem** – Começou por ser fixada uma duração mínima, passou-se, depois, também para uma duração máxima, que, mais tarde, foi abandonada, para, finalmente, se estabelecer apenas uma duração máxima (12 meses);
4. **Origem** – Durante muitos anos, o conceito de turista implicava a ausência de residência habitual, atualmente, esta foi substituída por ambiente habitual;
5. **Território visitado** – Até 1983, só eram consideradas turistas as pessoas que se deslocassem a um país estrangeiro, mas, a partir daquele ano, passaram também a incluir-se no mesmo conceito as pessoas que se deslocam no interior do país da sua residência, dando lugar ao nascimento do conceito de turismo doméstico ou interno.

A universalidade dos conceitos turísticos apresenta uma grande vantagem que consiste na possibilidade de comparabilidade dos dados estatísticos do turismo. Para o efeito, seguindo as sugestões de Cunha & Abrantes (2019: 9), deixa-se infra, as seguintes clarificações conceituais:

1. **Ambiente habitual** - De acordo com definição da OMT, bem como do EUROSTAT, o primeiro elemento que distingue o turismo das restantes viagens reside no facto de, no caso do turismo, a viagem se efetuar a um local fora do ambiente habitual do viajante, considerando-se que este é constituído por certa zona na qual se situa a sua residência principal e todos os locais para os quais se desloca frequentemente. Significa a área geográfica, não necessariamente contínua, na qual o indivíduo realiza a sua rotina regular de vida.

Deste modo, o conceito de ambiente habitual reveste duas dimensões:

- a. **Frequência** – Os locais frequentemente visitados por uma pessoa fazem parte do seu ambiente habitual, mesmo quando se encontram a uma distância considerável do local

de residência habitual. Deste modo, as pessoas diariamente se deslocam entre as suas residências e os locais onde trabalham ou estudam fazem-no no seu ambiente habitual, pelo que não são considerados visitantes. O mesmo acontece com as pessoas, que, residindo nos arredores dos centros urbanos, se deslocam a estes para fazer compras, visitar amigos ou assistir a espetáculos: são viajantes, não visitantes;

- b. **Distância** – A segunda dimensão do ambiente é a distância. Os locais próximos do local de residência de uma pessoa fazem parte do seu ambiente habitual e, portanto, as viagens a esses locais excluem-se do conceito do turismo. A definição de ambiente habitual leva a que uma pessoa só possa ser considerada visitante quando:
- i. Percorrer uma distância mínima;
 - ii. Tiver uma ausência mínima do local habitual de residência;
 - iii. Mudar de localidade ou de unidade administrativa territorial durante a visita;
 - iv. As deslocações que efetuar não possam ser consideradas ordinárias.
 - v. Trata-se de elementos necessários ao conceito de ambiente habitual, mas que levantam questões de difícil solução, sobretudo quando se pretende adotar um conceito de utilização universal que permita comparar dados estatísticos relativos aos movimentos turísticos. Na verdade, não é fácil estabelecer uma distância mínima, validada universalmente, a partir da qual os viajantes passam a incluir-se na categoria de visitantes. (...) Nos EUA, os US Census Bureau e o US Travel Data Center consideram como viagens turísticas apenas as que se realizam a uma distância mínima de 100 milhas (160 km), num só sentido, a partir da residência (Theobald, 1998). Considerando esta distância exagerada, alguns autores propõem a adoção de 50 milhas (80 km)⁷⁵.
 - vi. Em países de pequena dimensão e muito importantes em termos de turismo (Suíça, Áustria ou Portugal), a fixação de uma distância torna-se ainda mais difícil e reduziria consideravelmente a importância do turismo, quer do ponto de vista interno quer internacional.
 - vii. (...) A fixação de distância mínima para definir o ambiente habitual torna-se ainda menos razoável e menos compreensível no caso do turismo interno dos países com reduzidas dimensões territoriais e elevada densidade urbana.

No caso de Cabo Verde, o quesito da distância coloca-se com muita equidade, uma vez que se está perante um PEID, arquipelágico, cuja maior distância longitudinal intrailha dista a 75 km. Assim sendo, para que haja turismo interno, mormente a nível

⁷⁵ Esta a que o Governo Canadano considera, para efeitos de determinação da importância económica do turismo através da Conta Satélite do Turismo (Meis & Lapierre, 1995).

intrailha, é necessário que se redefina um critério específico⁷⁶ de distância mínima a ser percorrida para o turismo doméstico em Cabo Verde.

Um outro conceito relevante prende-se com a duração da permanência, em relação ao qual Cunha & Abrantes (2019: 11) prestam a seguinte clarificação:

2. **Duração da permanência** - O segundo critério para distinguir visitantes de viajantes, ou seja, para delimitar o âmbito do turismo, é a duração da permanência no local ou locais visitados:
 - a. A determinação desta duração não tem sido pacífica ao longo do tempo.
 - b. (...) Na generalidade dos casos, sempre se considerou que, para que pudesse ser considerado turista (ou visitante, após 1993), um viajante teria de se deslocar por uma duração mínima de 24 horas. De facto, assim aconteceu com a primeira definição de turista, elaborada pela Comissão Económica da Sociedade das Nações, em 1937, com a definição da ONU, em conjunto com a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), com a Convenção sobre as Facilidades Aduaneiras em Favor do Turismo, em 1954, com a Conferência da ONU sobre Turismo e Viagens Internacionais, em 1963, embora a definição de 1993 substitua 24 horas por uma noite.
 - c. Porém, à duração máxima da permanência, as posições destas organizações têm variado consideravelmente ao longo dos tempos. Inicialmente, não se estabeleceu qualquer limite para essa duração; depois fixou-se uma duração máxima de 3 meses, alterada pela convenção de 1954 para 6 meses, voltando, em 1963, a não se fixar qualquer duração, até se estabelecer o atual limite de 12 meses.

Neste sentido, no que concerne ao item de permanência turística, pode-se estabelecer um limite mínimo de uma noite e um máximo de 12 meses, para que, nos moldes atuais, essa deslocação possa ser considerada de turística.

Por fim, destaca-se também um critério delimitador do turismo que, segundo Cunha & Abrantes (2019: 11-12), tem a ver com a:

3. **Residência habitual** - O país de residência é um dos elementos fundamentais para determinar se uma pessoa deve ou não ser considerada visitante e, consequentemente,

⁷⁶ Para Cunha & Abrantes (2019: 10): “Por todas essas razões, a OMT (1999^a) considera que, como a distância não tem o mesmo sentido, em toda a parte, não se pode fixar um limite único de distância, mas antes limites adaptados às circunstâncias de cada país a incumbência de definir as fronteiras do âmbito habitual em função da distância percorrida, da duração da viagem desde o domicílio ou dos limites formais das localidades ou de outras unidades temporais. Daqui resulta, obviamente, a introdução de distorções entre os dados relativos aos vários países, impossibilitando as comparações estatísticas que têm sido, justamente, um dos objetivos a alcançar com as definições”.

turista. Com efeito, para que alguém seja considerado visitante, deve deslocar-se para fora do seu ambiente habitual, ou seja, para fora de residência habitual.

Deste modo, o critério da classificação dos visitantes não é o da nacionalidade, mas sim o da residência, o que leva a que um estrangeiro residente num país diferente do da sua nacionalidade seja considerado turista quando se desloca ao seu país de origem e seja considerado noutros países turista do país onde reside, e não como turista do país da sua nacionalidade.

Este constitui um critério relevante para Cabo Verde, um país diaspórico, com emigrantes espalhados para os quatros cantos do mundo, dispondo, pelo direito constitucional, de disporem de multinacionalidade, facilitando, assim, este critério, a contabilização turística, com maior objetividade.

Para efeitos estatísticos, a OMT (s.d.), segundo Cunha & Abrantes (2019: 12), considera que uma pessoa é residente de um país ou local quando:

1. Habitou a maior parte dos 12 meses nesse país ou local⁷⁷;
2. Aí habitou durante um período mais curto, mas tem a intenção de regressar para aí viver dentro de 12 meses;
3. Se desloca para esse local ou país para aí estabelecer a sua residência.

Nesta perspetiva, o turismo implica necessariamente viagens, ainda que sejam internas, por uma multiplicidade de razões. Estas motivações da procura turística⁷⁸, são sintetizadas por Cunha & Abrantes (2019: 12), da seguinte forma:

1. Escapar a qualquer situação desagradável ou penosa (recuperar a saúde e o bem-estar físico ou psicológico, fugir a perseguições políticas ou policiais, escapar a conflitos familiares ou sociais);
2. Alcançar melhor situação económica (procura de trabalho, aumento do bem-estar material);
3. Cumprir missões ligadas ao exercício de uma atividade profissional, política ou intelectual (participar em reuniões, praticar em desporto, desenvolver negócios, realizar concertos ou conferências, representar instituições ou organizações, realizar estudos);

⁷⁷ O EUROSTAT recomenda este critério, para quando o local de residência não é claro.

⁷⁸ Qualquer destas razões conduz à deslocação de pessoas e, portanto, à realização de viagens. Nem todas são, contudo, da mesma natureza, nem dão origem aos mesmos fenómenos.

4. Cumprir obrigações ou deveres de caráter familiar ou social (visitar parentes e amigos, participar em comemorações ou acontecimentos de âmbito familiar ou associativo);
5. Conhecer coisas diferentes e viver situações diferentes (ver como vivem os outros, escapar à rotina, evadir-se, visitar monumentos, aventura, divertir-se, praticar atividades lúdicas);
6. Participar em atividades sociais, culturais ou lúdicas (estudo, diversão, realizar compras).

No entanto, poderá afirmar-se que a transcrita definição da OMT comporta três elementos principais caracterizadores do turismo (Middleton, 1996), in Cunha & Abrantes (2019: 15):

1. A atividade dos visitantes respeita aos aspetos da vida fora do ambiente habitual, com exclusão da rotina normal de trabalho e de práticas sociais;
2. Estas atividades implicam a viagem e, normalmente, algum meio de transporte para o destino;
3. O destino é o espaço de concentração das facilidades que suportam aquelas atividades.

Estes mesmos autores na procura de definição abrangente do turismo, apregoam ainda que, esta atividade caracteriza-se por:

1. Exclusão de viagens para fins ilícitos (tráfico de droga e de pessoas, pedofilia, terrorismo);
2. Ausência de relações duradouras com os locais visitados, significando ausência de recomposição de novos modos de vida;
3. Lugares caracterizados pela existência de elementos tangíveis e intangíveis com capacidade para provocar a atração de pessoas;
4. Nascimento de atividades e equipamentos diferentes daqueles que são exigidos pelos residentes;
5. Efeitos económicos, culturais, psicológicos e ambientais novos;
6. Geração de fenómenos pelas transformações operadas nos destinos e nas vias de acesso resultantes da atração e receção de visitantes.

A título conclusivo, Cunha & Abrantes (2019: 15), atestam que:

1. O turismo é o conjunto de atividades lícitas desenvolvidas pelos visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfação das suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de uma e de outras” (Cunha, 2012).

2. (...) Todas as atividades económicas, culturais e recreativas que sejam predominantemente destinadas à utilização dos residentes ou das pessoas que se deslocam para o local onde se situam para aí desenvolverem uma profissão remunerada não podem ser classificadas como turísticas.

De acordo com este novo critério de classificação da atividade turística, ao longo do capítulo 3, foram analisadas a taxa de utilização de algumas infraestruturas turísticas cabo-verdianas, nomeadamente, o Património Histórico da Cidade Velha, classificada, desde 2009 como património⁷⁹ mundial da humanidade e a Buracona na ilha do Sal, por residentes e não residentes, de onde saíram conclusões relevantes para análise.

No entanto, para uma melhor compreensão do alcance da multidimensão e da evolução turísticas, mormente a ocorrida nos últimos anos, tornando-se complexa a respetiva universalização conceitual, é importante uma definição, ainda que sucinta, também de outros conceitos e medidas associados, os quais ajudam na clarificação da fronteira conceitual estabelecida entre as diferentes categorias de agentes e atividades económicas que gravitam em torno do setor turístico. Pois, como defendem Cunha e Abrantes (2019: 14):

Não é, contudo, compreensível que uma atividade que alcançou uma dimensão planetária, que está presente na vida de todas as nações, que necessita de investigação permanente, de políticas muitas vezes comuns a diferentes países e de ser entendida como uma realidade com características próprias para ser utilizada pelos diferentes atores que nela participam não tenha uma referência basilar comum (pelo menos, durante algum tempo).

É nesta perspetiva que se propõe a ação de síntese que se segue:

⁷⁹ Segundo <http://cidadevelha.com/cidade-velha-patrimonio-mundial-unesco/>, a Cidade Velha (localizada em Cabo Verde) foi declarada Património Mundial da Humanidade no dia 26 de junho de 2009, numa decisão da UNESCO, órgão da União das Nações Unidas (ONU) que cuida da educação e da cultura.

Também conhecida por **Ribeira Grande de Santiago**, a localidade foi descoberta pelos portugueses em 1460.

A primeira capital e, dois anos mais tarde, foi lá criada a primeira cidade do mundo construída por europeus nos trópicos, mais precisamente por Portugal, tornando-se a primeira capital do arquipélago, título que ostentou até 1770, quando se deu a passagem oficial para a Praia de Santa Maria, a atual Cidade da Praia.

Quadro 13 - Resumo dos conceitos básicos do turismo

| |
|--|
| Viajante – Qualquer pessoa que se desloca entre dois ou mais países (viajante internacional) ou entre duas ou mais localidades dentro do seu país de residência habitual (viajante doméstico). |
| Visitante – Qualquer pessoa que viaja para qualquer lugar fora do seu ambiente habitual, por menos de 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado. |
| Turista – Visitante que permanece, pelo menos, uma noite no local visitado (não necessariamente em alojamento pago). |
| Visitante do dia (excursionista) – Visitante que não permanece uma noite no local visitado. |
| Ambiente habitual – O principal objetivo da introdução deste conceito consiste em excluir do conceito de visitante pessoas que se deslocam diária ou semanalmente entre a sua casa e o local de trabalho ou outros lugares frequentemente. A definição de ambiente baseia-se nos seguintes critérios: 1. Distância percorrida; 2. Duração mínima de ausência do local de residência; 3. Mudança de localidade ou de unidade territorial administrativa; 4. Exclusão explícita de certas deslocações ordinárias. |
| Residência habitual – É um dos critérios-chave para determinar se uma pessoa que chega a um país é um “visitante” ou “outro visitante” e, sendo visitante, se é nacional ou não residente. A classificação dos visitantes internacionais segundo a sua origem é feita pelo país de residência, e não pelo de nacionalidade. |

Fonte: Cunha & Abrantes (2019), adaptada pelo Autor

Este quadro síntese apresentado permite a qualquer usuário ter um “*painel de bord*”, consolidando um pensamento sistémico em torno do setor turístico.

O turismo, sendo um subconjunto das viagens em que todos os visitantes são viajantes, mas que nem todos os viajantes são visitantes, pelos fluxos económico-financeiros e logístico-operacionais, tangíveis e intangíveis que induz direta, indireta e induzidamente, tanto para os países emissores como recetores, integra um vasto conjunto de modalidades, as quais suportam a seguinte classificação sistémico-setorial, tendo como premissa básica: a origem dos visitantes, as repercussões na balança de pagamentos, a duração da permanência, o grau de liberdade administrativa e a organização da viagem:

1. Um dos critérios fundamentais para a classificação do turismo é em função da **origem da viagem**, subdividindo, segundo Cunha & Abrantes (2019: 18-24), nos seguintes subgrupos:

- a. **Turismo doméstico ou interno** – resulta das deslocações dos residentes de um país, quer tenham ou não a nacionalidade desse país, unicamente no interior do próprio país.

- b. **Turismo recetor (*inbound tourism*)** – abrange as viagens a um país por residentes noutro ou noutros países, independentemente da nacionalidade que possuírem. Relativamente ao turismo receptor, a OCDE (1991b) classifica as nações em países de permanência, quando a duração da estada é superior a três dias, e de passagem, quando é inferior a três dias.
 - c. **Turismo emissor (*outbound tourism*)** – turismo que respeita às viagens que os residentes num dado país realizam a outro ou outros países.
2. Quando o critério for a **travessia ou não da fronteira**, segundo estes mesmos autores, o turismo pode classificar-se da seguinte forma:
- a. **Turismo interior** – agrupa o turismo interno ou doméstico e o recetor, abrangendo, portanto, o turismo realizado dentro das fronteiras de um país, tanto por residentes como por não residentes.
 - b. **Turismo nacional** – agrupa o turismo interno ou doméstico e o emissor, sendo, conseqüentemente, constituído pelos movimentos dos residentes de um dado país, tanto no seu interior como noutro ou noutros países.
 - c. **Turismo internacional** – Abrange todas as deslocações que obrigam a atravessar uma fronteira, sendo, portanto, igual à soma do turismo recetor com o emissor.
3. Quanto às respetivas **repercussões na balança de pagamentos**, segundo a mesma fonte: “o turismo tem repercussões ativas e passivas na balança de pagamentos de cada país, podendo, portanto, classificar-se em Turismo Externo Ativo, quando dá origem a uma entrada de divisas, e em Turismo Externo Passivo, quando dá origem a uma saída de divisas”. Consegue-se, neste pressuposto, a seguinte subdivisão:
- a. **Turismo Externo Passivo** - corresponde ao conjunto de viagens que os residentes num dado país realizam no estrangeiro, é também designado “turismo de importação” (*outgoing*). (...) Para os países emissores, o turismo é uma atividade importadora, já que os respetivos residentes, ao viajarem, adquirem bens e serviços ao estrangeiro.
 - b. **Turismo Externo Ativo** - corresponde às viagens que os estrangeiros realizam nos países que visitam, se pode também designar “turismo de exportação” (*incoming*). (...) Para os países receptores, o turismo é, portanto, uma atividade exportadora.
4. No que concerne à **duração da permanência**, pelo facto do visitante, ao realizar uma viagem, poder deslocar-se para um local onde permanece durante todo o tempo de sua deslocação, sem qualquer paragem no seu caminho, ou poderá visitar outros locais, onde fará paragens de maior ou menor duração, os supracitados

autores estipulam a seguinte classificação para esses destinos, os quais, segundo (ONU, OMT, 1994) podem ser agrupados em três categorias:

- a. **Destino Principal** – local ou país onde o visitante permanece mais tempo do que em qualquer outro local ou país visitado durante a viagem;
- b. **Destino a distância máxima** – local visitado mais distante da residência;
- c. **Destino motivante** – local que tem a preferência do visitante entre todos aqueles que visita e que corresponde à principal razão da viagem.

5. No que a **duração da estadia** diz respeito, distingue-se:

- a. **Turismo de passagem** - o que resulta das viagens realizadas apenas pelo período de tempo necessário para se alcançar uma outra localidade ou país objetivo da viagem.
- b. **Turismo de permanência** - o realizado numa localidade ou num país, objetivo da viagem, por um período de tempo variável, mas que é superior ao tempo que o visitante permanece em qualquer outro local ou país visitado durante a viagem (destino principal).

6. No que respeita ao **grau de liberdade administrativa**, o turismo classifica em:

- a. **Turismo dirigido ou condicionado** – quando os países mantêm ainda restrições ou limitações mais ou menos intensas, aos movimentos turísticos.

Os países emissores, em situações de dificuldade económica, podem limitar as saídas dos seus residentes por vários meios:

- i. Limitação na aquisição de divisas;
- ii. Lançamento de impostos à saída;
- iii. Obrigação de constituição de depósito de uma certa quantia em dinheiro.

Também os países receptores limitam, por vezes, sobretudo por razões políticas e de segurança, as entradas de estrangeiros ou as suas deslocações no interior do país. Uns condicionam a atribuição de vistos ou mesmo a entrada nas fronteiras, através de procedimentos administrativos, e outros não permitem a entrada de nacionais de países com os quais não mantêm relações diplomáticas ou para impedir a imigração clandestina.

- b. **Turismo livre** - concedem uma grande liberdade de movimentos aos turistas.

No entanto, independentemente de maior ou menor grau de liberdade na circulação de turistas que cada país concede, o turismo é quase consensualmente aceite como um fator indutor do desenvolvimento dos países recetores desse fluxo humano, mais

também económico, que permite a transferência de recursos, mormente económico-financeiro de países emissores para os recetores desta importante atividade económica, o que permitiu transformar este setor no 3.º maior setor exportador mundial e, conseqüentemente, num instrumento âncora, mormente para os PEID, turístico-dependentes.

1.3.1.2. Medidas turístico-hoteleiras: em busca de um denominador comum

“O facto de o processo de satisfação das necessidades dos turistas implicar uma deslocação para o local de produção das prestações turísticas sugere a ideia de que todas as atividades que visam garantir essa deslocação bem como aquelas que, no destino, produzem bens e serviços utilizados pelos turistas fazem parte do elenco setorial do turismo. Seria, porém, simplificar a realidade e imputar grande parte da atividade económica ao turismo”.

Cunha (1997: 228)

A definição de medidas setoriais, pelo INE-CV, tem como objetivo estabelecer um espaço comum de manobra que, em conjunto com os conceitos básicos globais, permita, no contexto cabo-verdiano, fazer o enquadramento, a classificação⁸⁰ e o tratamento quantitativos e qualitativos de todas as operações setoriais, fornecendo *outputs* informacionais que sejam definidores de fronteiras e de caminhos territoriais, quer em termos turístico-hoteleiros, como também em termos económico-financeiros, físico-ambientais, socioculturais e político-institucionais, como a seguir se procura sintetizar:

1. Estabelecimentos hoteleiros são os destinados a proporcionar alojamento, mediante remuneração, com ou sem fornecimento de refeições e outros serviços acessórios.
2. Os estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo classificam-se, nos termos regulamentares, nos seguintes grupos e categorias:
 - Grupo 1: Hotéis de cinco, quatro, três e duas estrelas;
 - Grupo 2: Pensões de quatro, três, duas e uma estrela;
 - Grupo 3: Pousadas de quatro e três estrelas; Grupo 4: Hotéis–apartamentos de quatro, três e duas estrelas;
 - Grupo 5: Aldeamentos turísticos de luxo, 1ª e 2ª.

⁸⁰ Para cada categoria turístico-hoteleira existem os requisitos básicos que essas unidades devem, por Lei, obedecer.

3. Hotéis - para que um estabelecimento seja classificado como hotel deverá ocupar a totalidade de um edifício ou uma parte dele, completamente independente, constituindo as suas instalações um todo homogêneo e dispor de acesso aos andares para uso exclusivo dos clientes. Para ser classificado de hotel, o estabelecimento tem de possuir no mínimo vinte quartos.
4. Pensões - são estabelecimentos hoteleiros que pelas suas instalações, equipamento, aspecto geral, localização e capacidade, não obedecem às normas estabelecidas para a classificação como hotel e satisfaçam aos requisitos constantes das disposições estabelecidas pelos diplomas sobre a indústria e similar. Para que um estabelecimento seja classificado como pensão, deverá ocupar a totalidade de um edifício ou fracção autónoma dele e ter, no mínimo, dez quartos.
5. Estabelecimentos Residenciais - os hotéis e pensões que ofereçam apenas hoteleiro e pequeno-almoço serão classificados de residenciais.
6. Pausadas - são estabelecimentos hoteleiros situados fora dos centros urbanos, em edifício próprio, oferecendo boas condições de conforto e comodidade, destinados a fornecer aos turistas hoteleiro e, se necessário, alimentação.
7. Hotéis-Apartamentos - são os estabelecimentos constituídos por um conjunto de apartamentos mobilados e independentes, instalados em edifício próprio e explorados em regime hoteleiro.
8. Aldeamentos turísticos - são classificados como aldeamentos turísticos os estabelecimentos constituídos por um conjunto de instalações interdependentes e contíguas, objeto de uma exploração turística integrada que se destinem, mediante remuneração, a proporcionar aos seus utilizadores hoteleiro, acompanhado de serviços acessórios e com equipamento complementar e de apoio.

Após a apresentação dos principais conceitos turístico-hoteleiros, apresenta-se agora as principais medidas utilizadas pelo INE-CV para quantificar as atividades setoriais no contexto cabo-verdiano:

1. Capacidade hoteleira Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período. Na hotelaria, é determinado através do número de camas, considerando como duas as camas de casal. Esta capacidade é a existente ou a disponível, visto que não se consideram os estabelecimentos encerrados.
2. Dormida Permanência num estabelecimento que fornece alojamento considerada em relação a cada indivíduo, e por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte. Hóspede Indivíduo que efetua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o

mesmo indivíduo é contado, no período de referência tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (novas inscrições).

3. Taxa de ocupação - cama – é o indicador que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada durante o período de referência. Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas utilizadas, considerando como duas as camas de casal.

$$T.O.(cama) = (\text{N.º de dormidas durante o período de referência}) / (\text{N.º de camas} \times \text{N.º de dias do período de referência}) \times 100$$

4. Estadia média por hospedagem - relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram motivo a essas dormidas.

Cunha (1997: 31-41) apresenta ainda, complementarmente, os seguintes indicadores turístico-hoteleiros que se relevam extremamente importante para o planeamento, organização estrutural / operacionalização, controlo e liderança das respetivas atividades setoriais:

1. Permanência os estada média – estabelece a relação entre o número de dormidas verificadas num país e o número de entradas de turistas, indicando quantos dias permanece, em média, no território nacional, ou seja:

$$Pm = \text{Dormidas totais} / \text{Número de turistas}$$

No entanto, o mesmo Autor alerta que: “este índice é, porém, incompleto por não permitir medir a permanência média do turismo interno nem a permanência média do turismo interno nem a determinação da permanência em cada região. Para o efeito, em vez das entradas de turistas, ter-nos-emos de socorrer das chegadas de hóspedes aos estabelecimentos hoteleiros e, então, a permanência média é determinada pela relação entre dormidas e aquelas chedas totais no país ou na região, consoante o tipo de análise que se pretende, ou seja:

$$Pm = \text{Dormidas totais} / \text{Número de hóspedes}$$

2. Capacidade de alojamento – há necessidade de se distinguir entre capacidade total ou existente e capacidade disponível, entendendo-se, aquela, como o conjunto de todas as camas existentes e, estas, como o conjunto das camas que, durante o ano, estão aptas a ser utilizadas, multiplicadas, as primeiras, por 365 dias e, as segundas, pelo número de dias em que estiveram abertas ao público.
3. Taxa de ocupação hoteleira – a taxa de ocupação ou a taxa de frequência, como também é conhecida, pode calcular-se, quer em relação à capacidade existente e teremos a taxa de ocupação bruta, quer em relação à capacidade disponível e teremos a taxa de ocupação líquida, obtém-se pela relação:

$$\text{Toc} = (\text{Dormidas totais} / \text{Número de camas} \times 365) \times 100$$

4. Índice de Preferência – A. Mariotti formulou uma teoria dos centros de atração turística que admite, como princípio geral, uma tendência da procura para certos centros turísticos, ou seja, uma preferência da procura para certos locais. O “grau de preferência” pode ser determinado, segundo este autor, pela expressão:

$$P = \text{Ta} / \text{Tp}$$

Ta representa o número de Turistas, ou hóspedes, chegados a uma determinada localidade durante um ano e Tp o número global de turistas ou de hóspedes registados em todos os estabelecimentos do país durante o mesmo período.

5. Taxa de Partida – taxa de partida para férias, também designada por propensão à viagem ou ainda intensidade líquida do movimento de viajantes exprime a participação da população de um país no turismo e é a relação entre o número de pessoas que passa férias fora da sua residência habitual (Pf) e a população total (P):

$$\text{Taxa de Partida} = (\text{Pf} / \text{P}) \times 100$$

$$\text{Taxa bruta de Partida} = (\text{N.º de Viagens} / \text{População Total}) \times 100$$

6. Frequência de Partidas – o número de viagens efetuadas por cada pessoa durante um determinado período:

$$\text{Frequência de Partidas} = (\text{N.º de Viagens} / \text{N.º de Turistas}) \times 100$$

7. Sazonalidade – a medida da sazonalidade é dada pelo grau ou taxa de sazonalidade que se obtém relacionando o número de entradas, ou de dormidas, ocorrido nos meses de maior afluxo⁸¹, com o total das entradas, ou das dormidas, verificados durante todo o ano. Para isso, é necessário construir séries de números índices relativos à procura ao longo do ano, pela utilização dos registos mensais das chegadas ou das dormidas.

$$\text{Ts} = \text{Ev} / \text{Et} \text{ (modelo português)}$$

Ts – Taxa de Sazonalidade

Ev – Entrada de estrangeiros nos meses de julho, agosto e setembro

Et – Entradas totais durante o ano

Obs: questiona-se a pertinência de se substituir o n.º de entradas por n.º de hóspedes, de modo a se poder contemplar a mensuração também do turismo interno.

8. Índice de Amplitude Sazonal – constitui uma outra forma de medir a distribuição anual dos movimentos turísticos, que pode ser dada pelo cálculo deste índice, que mede as variações de tráfego entre o Verão e o Inverno, através da relação:

⁸¹ A distribuição anual das correntes turísticas mostra que elas ocorrem com maior intensidade em certas épocas do ano, estando profundamente ligada às condições climatéricas, às épocas de férias, aos hábitos, às profissões, às idades e aos esquemas de férias adoptados pelos empregadores.

$$Ias = \text{Entradas no Verão} / \text{Entradas no Inverno}$$

Obs: Quanto maior for o grau de sazonalidade ou o índice de amplitude sazonal pior será a distribuição anual do turismo.

9. Taxa de Função Turística ou de Intensidade Turística⁸² – também designada por taxa de função hoteleira, é dada pela relação entre o número de camas existentes nos meios de alojamento dum país ou região (Ca) e a população desse país ou região (P):

$$T = (Ca / P) \times 100$$

10. Índice de Saturação Turística – constitui a relação entre o número de turistas que visita um país ou um destino e a respetiva população:

$$Is = N.^{\circ} \text{ de Turistas} / \text{População Total}$$

Os últimos quatro indicadores referenciados por Cunha (1997) enquadram-se muito bem no grupo dos Indicadores de Sustentabilidade Turística seguidamente formulados, nomeadamente, através do site <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/> e do SIET-MAC (2005), os quais servem de termos de referência e/ou de comparação, com os supramencionados, no âmbito do presente objeto de estudo.

1.3.1.3. Indicadores de sustentabilidade turística

“O turismo sustentável deverá atingir as necessidades das comunidades locais, em termos de melhorias de qualidade de vida, tanto a curto como a longo prazo. Ao mesmo tempo, deve satisfazer as exigências do crescente número de turistas, salvaguardando o meio ambiente e a necessidade de desenvolver políticas e medidas que, para além de válidas em termos teóricos, tenham uma boa aplicação”.

Cater (1993) in Santos (2017: 1)

A ligação umbilical entre a competitividade e a sustentabilidade turísticas sugerida por Cunha (1997), coloca-nos no epicentro dos maiores dilemas subjacentes ao complexo processo de desenvolvimento turístico: a definição e implementação dos limites ao próprio desenvolvimento, fazendo fé no vaticínio de Sideway (2002: 16).

Segundo o site suprarreferenciado:

⁸² Necessidade de compatibilização com os Indicadores de Sustentabilidade Turística do site <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/> e do SIET-MAC.

1. No plano da União Europeia o conceito de desenvolvimento turístico sustentável e o papel do sector do turismo foi pela primeira vez objeto de uma consagração autónoma no V Programa Europeu para o Ambiente (1993-1997).
2. O conceito de desenvolvimento sustentável é definido no Relatório da Comissão Brundtland – intitulado O Nosso Futuro Comum, elaborado em 1987 sob a égide das Nações Unidas – como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.
3. Uma etapa decisiva para a sua implementação foi a realização no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida por Cimeira da Terra, passando, a partir de então, a figurar na agenda política mundial e os países a integrá-lo progressivamente na sua estratégia política assente inicialmente em dois pilares: o económico e o ambiental.
4. O terceiro pilar – a coesão social – foi introduzido na Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995. Os três pilares são reforçados pela dimensão institucional, que atenta nas formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos (exigindo flexibilidade, transparência e democracia nos seus diferentes níveis) bem como a indispensável participação da sociedade civil.
5. A Declaração do Rio e a Agenda 21 são os documentos estruturantes em sede de desenvolvimento sustentável, cujos conteúdos programáticos norteiam os ulteriores trabalhos seja ao nível internacional seja no plano interno dos Estados. Apesar de antes do Relatório Brundtland terem ocorrido discussões de índole política e académica sobre os limites do crescimento e a sustentabilidade da atividade do turismo, ele constitui o focal point das reflexões sobre políticas de gestão da atividade (Gossling & Hall, 2005 in Saarinen, 2006).

Os indicadores seguidamente apresentados, repescados dos referidos *sites* e documentos referenciados, constituem um instrumento de controlo dos limites ao desenvolvimento, sendo, por isso, de uma importância transcendental para a definição de políticas de planeamento, organização estrutural e de controlo de qualquer destino turístico, mormente, se tratando de um destino vulnerável, como é o caso de um PEIDARIAM como Cabo Verde:

1. **Intensidade Turística (IT)** - permite avaliar a pressão turística, através da relação entre o número de dormidas nos empreendimentos turísticos e o número de residentes numa determinada região.

Ao analisarmos os critérios propostos por <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/> e SIET-MAC sobre a intensidade turística, chegámos à seguinte conclusão:

1. Este indicador, tal como flui do documento da Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993) expressa a razão entre o número de dormidas ao longo do ano nos estabelecimentos hoteleiros e similares (designadamente parques de campismo, colónias de férias e pousadas de juventude) e o número de residentes.
2. Atenta-se em aspectos como o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos ou a utilização de infraestruturas.
3. De harmonia com a metodologia proposta pela Comissão esta razão é considerada sustentável se for inferior a 1,1 dormidas por residente (1,1:1); é considerada pouco sustentável quando se situar entre 1,1 e 1,5:1; por fim, é considerada insustentável quando superior a 1,5:1.

Quadro 14 – Critério de avaliação de IT

| Critério de Avaliação de Índice de Intensidade Turística |
|---|
| IT < 1,1 – Sustentável |
| 1,1 =< IT =< 1,5 – Pouco Sustentável |
| IT > 1,5 – Insustentável |

Fonte: <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/>

Quadro 15 – Estatísticas regionais de dormidas e população CV-2019

| Rubricas | Valor 2019 | | | | | |
|---------------------|------------|-----------|-----------|----------|------------|--------------|
| | Total CV | Sal | Boa Vista | Santiago | S. Vicente | Outras Ilhas |
| N.º Dormidas | 5 117 403 | 2 656 435 | 1 943 871 | 243 229 | 120 836 | 153 032 |
| População Residente | 550 483 | 39 696 | 18 795 | 309 633 | 84 229 | 98 130 |

Fonte: INE-CV (2020)

Os quadros anteriores sintetizam o critério utilizado para a avaliação da intensidade turística, bem como o panorama da distribuição turística indutora do resultado da respetiva avaliação regional aplicada no contexto cabo-verdiano.

Numa análise comparativa com Portugal, a mesma fonte alerta pelo seguinte:

1. É hoje claro, ainda que não pacífico, em razão do conflito de interesses ínsito em algumas atividades com significativos impactes ambientais, que para o turismo se manter como um dos motores do desenvolvimento de Portugal, há que encarar o

crescimento da economia turística, a proteção dos valores ambientais e a qualidade de vida das populações como atuações integradas e de carácter convergente e não mutuamente excludentes ou incompatíveis entre si.

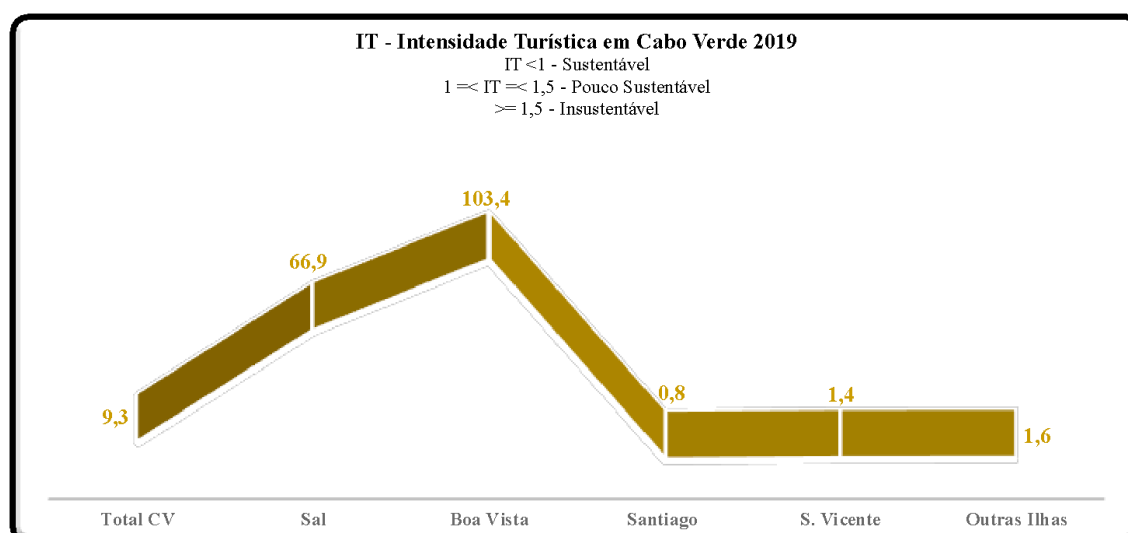
2. Globalmente a intensidade turística de Portugal é considerada sustentável embora quando o indicador surge de forma regionalizada o Algarve exceda largamente os limites da sustentabilidade e a Madeira pise a linha.
3. Ou seja, este não é um indicador que favoreça particularmente o nosso maior e o mais antigo destino turístico, respectivamente, sendo que, do meu ponto de vista, poderá revelar-se desajustado a situações de baixa densidade populacional ou demográfica (relação entre a população e a superfície do território) em que uma carga turística aceitável do ponto de vista da preservação dos recursos ambientais (e que inclusivamente procure estancar o êxodo rural), fique automaticamente rotulada de insustentável em razão de uma magra população dispersa num extenso território.

A sustentabilidade turística, por implicar, direta ou indiretamente o acionamento de um controlo assíduo sobre os limites do desenvolvimento, induz, implicitamente, um conjunto de potenciais conflitos de interesse, nomeadamente entre:

1. Os cinco pilares do desenvolvimento turístico sustentável A nível interno: físico-ambiental, económico-financeiro, turístico-hoteleiro, sociocultural e político-institucional, constituindo um conflito endógeno;
2. O curto, o médio e o longo prazos;
3. A atual geração (que tem poder decisão e o direito a voto) e as gerações vindouras (algumas, ainda, sem vez nem voz);
4. Os diferentes agentes do turismo, com interesses por vezes conflitantes;
5. A competitividade e a sustentabilidade, da qual a primeira é parte, correndo o risco de se “matar o dia de amanhã”;
6. Os consumos dos visitantes e dos visitados;
7. As poluições induzidas por parte dos turistas e dos residentes;
8. Os privilégios e o acesso ao bem-estar concedidos aos hóspedes e aos hospedeiros;
9. Os processos de repartição de ónus e de bónus entre todos os envolvidos, mormente o envolvimento processual dos agentes económicos locais;
10. Os papéis que são reservados aos investidores externo e local.

Em Cabo Verde, quando se caminhava para a meta de⁸³ 1.000.000 de turistas fixada no período antes da COVID-19, depara-se ainda com uma persistente ausência de planeamento estratégico que possa levar em consideração os indicadores de sustentabilidade sustentável, levando com que o país tenha acordado, com a crise pandémica, à beira do precipício refletido no gráfico seguinte:

Gráfico 4 – IT em Cabo Verde - 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Quando o limite da sustentabilidade turística recomenda um índice de intensidade turística de valor inferior a 1,1, o que significa que o número de turistas que pernoite num determinado destino anualmente não deve, em média, superar o número dos seus habitantes residentes, deparamos, em Cabo Verde, com o seguinte preocupante cenário:

1. A ilha de Santiago – com cerca de 56% da população nacional e cerca de 4,8% de dormidas turísticas, afigura como sendo a única ilha que apresenta, ainda, um índice de intensidade turística sustentável;
2. A ilha de S. Vicente – com cerca de 15% da população nacional e cerca de 3% de dormidas turísticas, afigura, no momento que se prepara, finalmente, para a sua largada para um destino turístico de eleição, com cerca de unidades hoteleiras nas vésperas de serem inauguradas, apresenta já numa situação periclitante, com um

⁸³ Quando eclodiu a pandemia da COVID-19, Cabo Verde registou (em 2019) cerca de 819.308 turistas entrados no país, face à meta de 1.000.000 estabelecida para 2021 (sem COVID-19).

índice de intensidade turística sustentável de 1,4: acima do limite aceitável, caminhando a passos largos para a insustentabilidade;

3. As restantes ilhas, consideradas de “não turísticas”, pela sua baixa procura turística, com cerca de 18% da população nacional e cerca de 2,4% de dormidas turísticas, paradoxalmente, afiguram, perante um IT de 1,6, numa situação de insustentabilidade turística evidente;
4. A ilha turística do Sal, com apenas 7% da população e 51,9% das dormidas turísticas totais, apresenta uma situação preocupante de insustentabilidade com um IT de 66,9;
5. A ilha turística da Boa Vista, com apenas 3% da população e 38% das dormidas turísticas totais, posiciona-se numa posição de algum alarmismo em termos de insustentabilidade turística, apresentando um IT de 103,4, o que significa que, em termos relativos, encontra-se a mais de 100 vezes do limite máximo estipulado;
6. Cabo Verde, na sua totalidade, como destino, apresenta um IT de 9,3 (ao invés de um valor inferior a 1), interpelando a todos para uma reflexão séria em torno de:
 - a. Os perfis quantitativo e qualitativo do modelo do nosso turismo atual;
 - b. Os caminhos do futuro a serem trilhados pelo Destino Cabo Verde, quando muitos “especialistas” vêm, pressupostamente, “do nada”, anunciando milhões de turistas para estas pequenas ilhas, isoladamente, plantadas no meio do Atlântico Médio.

É caso e oportunidade para se questionar se de facto Sideway (2002: 16) não tem cobertura moral quando vaticina que: “o Desenvolvimento é rejeitado não apenas tendo em conta os seus resultados, mas por causa de suas intenções... Não é o fracasso do desenvolvimento que tem de ser temido, mas o seu sucesso”.

Uma nova abordagem ao fenómeno turístico, através da integração do turismo social na nova procura turística e do cumprimento escrupuloso do código de ética mundial para o turismo parece-nos serem boas práticas que poderão induzir um desenvolvimento turístico sustentável, resultando, em última instância, na felicidade dos agentes económicos locais.

Na perspectiva de <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>: “o Turismo Social perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de se promover a inclusão pela atividade turística”. Com esta nova visão, de se conduzir e praticar a atividade turística, visa-se promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética.

Segundo a mesma fonte:

1. A denominação Turismo Social surgiu na Europa – meados do século XX - utilizada como proposta de lazer para um número maior de pessoas, organizado por associações, sindicatos e cooperativas com a finalidade de atender as necessidades de férias das camadas sociais menos favorecidas.
2. Em 1996, no Congresso do Bureau Internacional de Turismo Social – BITS, ficou registrada a Declaração de Montreal: “todos os seres humanos têm direito a descansar, a um tempo de ócio, a um limite de horas trabalhadas e a férias pagas”; “o objetivo primário de todas as iniciativas de desenvolvimento turístico deve ser a realização plena das potencialidades de cada indivíduo, como pessoa e como cidadão”.

Neste pressuposto, parte-se do princípio que a democratização do turismo traz benefício acrescidos, tanto para os novos turistas com direito de inclusão, como dos novos hospedeiros, também incluídos, que doravante passaram a ter oportunidade de dividir os ónus e multiplicar os bônus do turismo, tendo, sempre, como pano de fundo os cinco pilares norteadores da sustentabilidade turística.

Do lado da oferta, torna-se cada vez mais imprescindível que o código de ética mundial para o turismo passe a fazer também parte da estratégia de abordagem ao mercado, por parte dos diferentes *players*, obedecendo escrupulosamente, nomeadamente, o seu artigo 3.º que reza o seguinte:

Artigo 3.º - O Turismo, Fator de Desenvolvimento Sustentável

1. Todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, com vista a um crescimento económico estruturado, constante e sustentável, que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.
2. As autoridades públicas nacionais, regionais e locais favorecerão e incentivarão todas as modalidades de desenvolvimento turístico que permitam preservar recursos naturais escassos e valiosos, em particular, a água e a energia, e evitar no que for possível a produção de resíduos.

3. Serão feitos esforços para distribuir no tempo e no espaço os movimentos de turistas e visitantes, em particular, por meio das férias remuneradas e das férias escolares, e equilibrar melhor o fluxo turístico, com o objetivo de reduzir a pressão causada pela atividade turística no meio ambiente e de aumentar seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local.
4. A infraestrutura e as atividades turísticas serão planejadas de modo a proteger o património natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica e a preservar as espécies da fauna e da flora silvestre em perigo. Os agentes do desenvolvimento turístico e, em particular, os profissionais do setor, devem admitir que se imponham limites a suas atividades quando exercidas em espaços particularmente vulneráveis: regiões desérticas, polares ou de montanha, litorâneas, florestas tropicais ou zonas húmidas, que sejam idóneos para a criação de parques ou reservas protegidas.
5. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo particularmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e a população local e se ajustem à capacidade de carga dos lugares turísticos.

No código de ética mundial para o turismo caberia também, com certeza, uma alínea para os vulneráveis PEID, mormente os PEIDARIAM, os quais requerem uma atenção especial e cuidados redobrados, para que a competitividade do destino ansiada pelos filhos de hoje não venha a hipotecar a sustentabilidade do destino dos netos de amanhã, que serão, por ironia do destino, filhos dos filhos de hoje.

O apelo feito, através do ponto 5 do artigo 3.º do referido código, relativo ao turismo de natureza e o ecoturismo tem respaldo nos sites <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo> e www.wto.org e Santos (2017: 21-22) que rezam o seguinte:

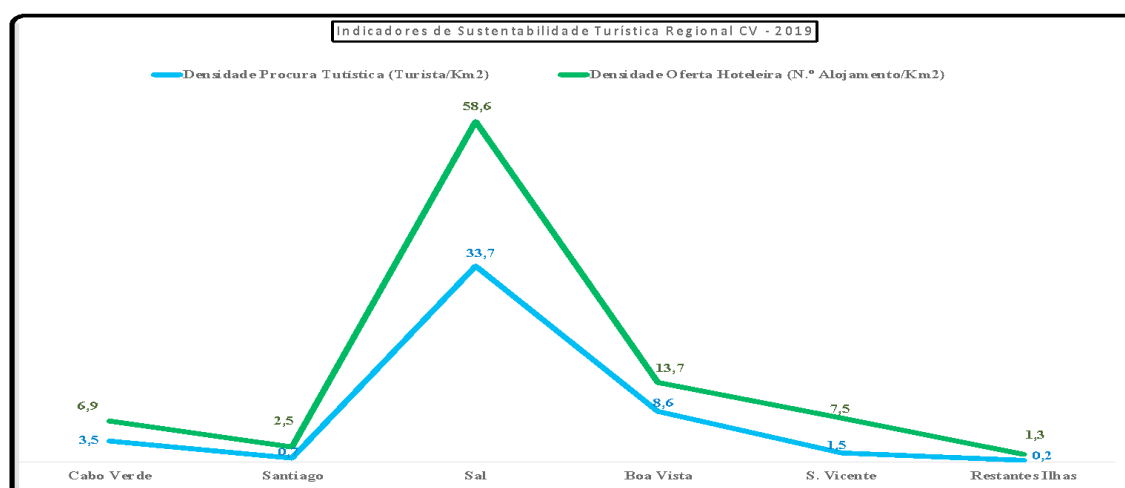
1. O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
2. Incentivo à conservação do património natural e cultural e busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente. Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado visando o envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem património.
3. A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar,

principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região.

A sustentabilidade turística passa, efetivamente, por um foco direcionado para a realidade local, transformando os respetivos agentes nos principais protagonistas do fenómeno turístico e na marca indelével que molda a experiência turística no respetivo destino.

2. **Densidades da procura e oferta turísticas** - as densidades da procura turística e da oferta hoteleira constituem também um importante indicador da sustentabilidade turística, uma vez que caracterizam, respetivamente, o número de turistas por cada km^2 e o número de alojamentos por km^2 , conforme demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 5 – Densidade turística em Cabo Verde - 2019



Fonte: INE-CV (2019)

Nestas duas óticas, pode ser observada a realidade cabo-verdiana, constatando que:

1. As densidades da procura turística e da oferta hoteleira, com os devidos ajustamentos, têm andado em paralelo em todas as ilhas do país, o que poderá hipoteticamente, constituir um aspecto salutar;
2. As ilhas “não turísticas” e a ilha de Santiago apresentaram índices de densidades mais baixos, sendo as ilhas da Boa Vista e do Sal as que apresentam uma densidade superior à média nacional, com a ilha de S. Vicente a superar a média nacional, no concernente à densidade da oferta hoteleira;
3. A ilha do Sal assume a liderança nacional, em termos de Densidade Turística, com um índice na ordem de 33,7 para a procura (contra 3,5 referente à média nacional) e de 58,6 para a oferta (contra 6,9, referente à média nacional).

Atualmente, as ilhas com maior área de superfície continuam a ter uma baixa dinâmica em termos de desenvolvimento turístico, mormente, as ilhas de: Santiago, Santo Antão, Fogo e S. Vicente, fazendo esta característica se refletir, duplamente, na baixa densidade turística respetivamente.

1.3.2. Gestão de recursos turísticos e a sustentabilidade do destino

“A via possível para o desenvolvimento do turismo sustentável ao nível local, é aquela que vê no território a fonte fundamental das vantagens competitivas que podem determinar o êxito do destino turístico e a capacidade de competir para melhorar o bem-estar atual e futuro da comunidade local”.

Pollice e De Julio (2011: 135)

Como reza Cunha (1997), o turismo é de facto, um consumidor compulsivo de recursos, principalmente de recursos turísticos. Por isso, o seu desenvolvimento deve ser criteriosamente planeado. Neste sentido, é necessário que um destino turístico tenha aspirações altas para poder se desenvolver e atingir o exigente patamar de um destino de eleição. Mas o mero querer, sendo importante e necessário, não é, no entanto, suficiente para garantir o sucesso desse propósito. Pois, a edificação sustentável de um destino, muito além das vontades e expectativas locais, passa, obrigatoriamente, pela construção preliminar de um conjunto de pressupostos que são determinantes para a viabilização do próprio destino, nomeadamente, os seguintes atestados por Pollice e De Julio (2011: 124-125):

1. É preciso avaliar como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento do território;
2. As aspirações turísticas se vão basear numa forte vocação territorial;
3. A análise da vocação territorial que deve dirigir as escolhas dos atores locais e, não as aspirações da comunidade local ou dos políticos;
4. As aspirações turísticas do território, por representarem uma fase essencial na construção da identidade turística dos locais e no envolvimento dos atores locais e da comunidade, não são irrelevantes;

5. Mas a prioridade deve ser atribuída à fase de análise das vocações territoriais e, mais especificamente, à avaliação dos recursos territoriais para a competitividade turística.

Dado o exposto, podemos, naturalmente, inferir que o posicionamento estratégico do turismo na vanguarda de um processo sustentável de desenvolvimento territorial não é um fator unidimensional, mas sim, produto de um acasalamento perfeito do trinómio constituído pelas seguintes variáveis: **O Ser, o Querer e o Poder**, conforme ilustrado na Fig. 8, inframente apresentada, através do qual pode emergir um destino turístico competitivo e sustentável:

Fig. 8 – Avaliação dos Recursos Competitivos do Território



Fonte: Pollice e De Julio (2011)

Este trinómio relacional corresponde assim, numa outra ótica, ao seguinte percurso, que todas as individualidades e/ou coletividades devem estar sujeitos, no seu normal processo de desenvolvimento: onde estamos, para onde queremos ir, mas, acima de tudo, para onde podemos ir.

Turisticamente falando, podemos fazer esta analogia: a base de tudo é, incontornavelmente, o conjunto de recursos, mormente turísticos, que constitui o **Produto** ou a espinha dorsal da oferta turística de qualquer destino. Esta constituição requer que se faça um inventário exaustivo de todo o espólio disponível e potencial, o respetivo planeamento estratégico, gestão criteriosa, bem como um controlo assertivo, de modo que os *inputs* que servem de base à edificação do destino, sejam identificados, preservados, valorizados e promovidos, em prol do interesse e do bem-estar locais.

Segundo Cunha (1997: 154):

1. “um produto turístico é um amálgama de elementos tangíveis e intangíveis centrados numa atividade específica num destino específico. Compreende e combina as atrações atuais e potenciais de um destino, as facilidades, a acessibilidade ao destino, dos quais o turista compra uma combinação de atividades e arranjos”.
2. (...) As componentes essenciais do produto turístico podem esquematizar-se da seguinte forma:
 - a. **Recursos Turísticos:** ou seja, o conjunto dos elementos naturais, culturais, artísticos, históricos ou tecnológicos que geram uma atração turística;
 - b. **Infraestruturas:** conjunto de construções e equipamentos exigidos pelo desenvolvimento das atividades humanas dos residentes e visitantes no local, bem como as que resultam das relações desse local com o exterior: sistemas de fornecimento de água, energia, saneamento básico, estradas, parques, portos e aeroportos;
 - c. **Superestruturas:** conjunto de facilidades necessárias para acomodar, manter e ocupar os tempos livres dos turistas, tais como: terminais de tráfico, alojamentos, restauração, animação, centros de congresso, comércio, transportes locais e outros serviços;
 - d. **Acolhimento e Cultura:** o espírito, as atitudes e os comportamentos existentes em relação aos visitantes bem como as manifestações culturais: música, dança e outras atividades artísticas, o desporto e outras formas de animação, constituem um dos mais importantes aspetos da atividade turística;
 - e. **Acessibilidades:** formadas pelos meios de transporte externos incluindo os serviços e respetivas tarifas.

Como anteriormente afirmado, o turismo tem constituído uma saída de escape para muitas economias, mormente as PEID, que se encontram numa fase emergente do seu respetivo processo de desenvolvimento. No entanto, o potencial de sucesso setorial não é equivalente para todos os países que apostam no seu desenvolvimento, nem tão

pouco para aqueles que fazem deste sector o respetivo motor, no âmbito do seu processo de “*take-off*”.

Para o efeito, deve haver, ao nível da variável “Ser”, um posicionamento estratégico do destino, baseado nos 3 pilares que constituem o edifício da respetiva competitividade turística e, conseqüentemente, da sua própria sustentabilidade:

1. **Produto:** É a base da oferta e dos **consumos turísticos básicos, complementares e acessórios**, promovidos num determinado destino. Para a edificação sustentável de um destino, todos os recursos físico-morfológicos, espirituais, históricos, arquitetónicos, socioculturais, gastronómicos, entre outros, devem integrar, em uníssonos, no ativo patrimonial, tangível ou intangível, de um destino;
2. **Distribuição:** Constitui um F.C.S. da competitividade de qualquer destino. Pois, a forma como um determinado destino é apresentado e vendido junto dos mercados emissores, representa um recurso inalienável para a afirmação do mesmo, como um destino de eleição;
3. **Acessibilidade:** Não basta o acesso privilegiado ao mercado emissor. Pois, tendo em conta que o turismo é um dos poucos produtos cujo consumo está localizado não junto do potencial consumidor, mas sim, do respetivo provedor / fornecedor, o acesso ao destino, em condições logístico-operacionais bastante competitivas, se afigura como determinante para a viabilização e a sustentabilidade do mesmo.

O produto turístico que, segundo Kaurić & Al. (2015: 627), constitui: “a cadeia de valor do turismo, envolve um pacote de vários serviços, incluindo serviços ex-ante, como agências de viagens e operadores de viagens e um pacote de serviços relacionados com a experiência real de viagem, que consiste em, por exemplo, serviços de transporte, alojamento, restauração / alimentação & bebidas e de lazer (visitas guiadas, eventos culturais e desportivos, visitas, atividades desportivas, serviços de saúde, e muitos mais)”.

Por outro lado, no concernente ao “Querer Ser”, parafraseando o ditado popular que diz o seguinte: “a grandeza de um homem mede-se pelo tamanho dos seus sonhos”, no contexto turístico, o desafio é equivalente. A grandeza efetiva e potencial de um destino mede-se pela capacidade dos seus agentes económicos e de todos os

stakeholders públicos e privados, incluindo a sociedade civil, de sonhar. Na materialização desse sonho, a visão, a capacidade e a força institucionais para planejar, executar e controlar o rumo da caminhada são fundamentais.

Finalmente, a última variável: “O Poder Ser”. Os sonhos são de facto um elemento necessário a uma vida progressista, mas o progresso efetivo é fortemente condicionado pelas reais possibilidades de materialização desse sonho. Este desafio pode, no entanto, ser vencido com maior facilidade, se houver, junto de todos os *stakeholders* envolvidos, uma capacidade empreendedora que seja capaz de aproximar o “Ser” do “Querer Ser”, retrazando, todos os dias, um destino que estava, hipoteticamente, traçado à partida.

1.3.2.1. Consumo Turístico

No âmbito dos ODS e da ambição 2030, foi destacado como 12.º objetivo: Produção e Consumo Responsáveis. Entende-se, pois, que o desenvolvimento sustentável é, em larga medida, o resultado da forma como cada um de nós e todos nós produzimos e consumimos os recursos de desenvolvimento, sejam eles *inputs* ou *outputs*.

O turismo tem a particularidade do seu consumo, quer na fase de *inputs* para a respetiva produção, quer sob a forma de bens e serviços, produz efeitos severos no destino, uma que se trata de um produto diferenciado cujo consumo, ao contrário dos outros bens correntes, o mesmo não vai ter com o consumidor no seu local de residência habitual, mas sim, é o próprio consumidor que é obrigado a se deslocar do conforto do seu habitat⁸⁴, gastando, por vezes, avultados custos para ir ter com o produto, para que possa o consumir.

Por esta razão, o consumo turístico tem intrínseco uma elevada força do produto objeto de consumo, porque é nesta força que reside a capacidade atrativa intrínseca ao bem de consumo, que faz mover o mundo, fazendo do turismo o 3.º setor exportador no ranking mundial, em 2018, sendo apenas superado pelos setores farmacêutico e petrolífero, como documenta o gráfico N.º 3.

Por esta razão, o consumo turístico constitui uma matéria cara, porque é a este nível que reside a essência da competitividade e da sustentabilidade turísticas,

⁸⁴ Entende-se: ambiente habitual.

simultaneamente.

Segundo Cunha (1997: 130), o consumo turístico é constituído pelas seguintes componentes:

1. **Consumos Básicos:** os indispensáveis à realização da viagem (transportes, alojamento e alimentação);
2. **Consumos Complementares:** que aumentam o grau de satisfação da viagem e condicionam a qualidade da procura mas não têm a mesma importância do que os primeiros (diversões, recreio, visitas, compra de recordações);
3. **Consumos Acessórios:** os realizados independentemente da atividade turística e constituídos pelos bens e serviços adquiridos pelos viajantes nas suas deslocações mas que poderiam ser consumidos mesmo se a viagem se não realizasse (compra de artigos de vestuário, produtos alimentares para consumo no regresso).

Efetivamente, ao nível do consumo básico, encontra-se a essência do turismo, nomeadamente, para os turistas que optam pelo regime de pacote *All Inclusive*, oferecido, mormente, pelos “Hotéis Destinos”⁸⁵.

No âmbito deste consumo, o turista dispõe do acesso aos seguintes bens e serviços:

1. Transporte para se deslocar do seu ambiente habitual para o destino de visita;
2. Serviço de alojamento, no regime escolhido, nomeadamente: self-catering, APA – Alojamento e Pequeno-Almoço, Meia-Pensão, Pensão-Completa, *All Inclusive* (Tudo Incluído), etc.;
3. Alimentação, interna ou externamente ao empreendimento de alojamento, em função do regime escolhido e/ou das preferências / acessibilidades do turista.

Em Cabo Verde o inquérito do INE-CV (2018) sobre gastos e satisfação dos turistas, verificou-se que 81% dos turistas que escolheram Cabo Verde como destino, optaram pelo regime de pacote. Desses, 75,8% escolheram o regime *All Inclusive*.

Para efeito de formação da Procura Turística, Cunha (2018: 129-130) propõe a seguinte composição:

1. A procura turística global é dada por:

⁸⁵ Aqueles empreendimentos hoteleiros que, pela sua marca, capacidade de marketing e/ou outro fator de notoriedade qualquer, afigura à frente do próprio país/destino onde se encontra sediado, como fator de decisão / preferência, na hora da escolha do turista do destino a ser visitado.

$$Pt = Ci + Cx$$

Ci – Consumo turístico interno

Cx – Consumo turístico externo – realizado pelos residentes no estrangeiro que corresponde à procura externa, ou seja, a uma exportação;

2. Procura turística efetiva (Pte)

$$Pte = Ci + Cx - Ce + I$$

Ci – Consumo turístico interno

Cx – Consumo turístico externo – realizado pelos residentes no estrangeiro que corresponde à procura externa, ou seja, a uma exportação

Ce – Consumo turístico dos residentes nas suas viagens no estrangeiro, ou seja, correspondente a uma importação

I – Investimento – corresponde a uma variável autónoma ou ocasional (independente)

3. Função da procura turística (DT)

$$DT = f(Pt, Pi, Y, Tc, G)$$

Pt = Preços dos serviços turísticos

Pi = Preços de outros bens e serviços (substitutivos)

Y = Rendimento “per capita”

Tc = Taxa de câmbio

G = Gostos dos consumidores

4. O rendimento considerado como variável da função consumo turístico é o livremente disponível. Isto é, o rendimento individual deduzido das necessidades vitais:

$$Ct(Y) = (Y - V) - \$$$

Y = Rendimento = C + \$

C = Consumo

\$ = Poupança

V = Necessidades Vitais

As equações supra demonstram quão importante é o rendimento disponível das famílias, quer no país de origem, como no de destino, para a alavancagem do incremento da procura turística global neste último. Uma vez que a respetiva procura turística é uma função direta do rendimento per capita e inversa das necessidades vitais e da poupança individuais.

Nesta perspetiva, conclui-se que a competitividade de um destino é, por um lado, fortemente condicionada pelas estruturas e dinâmicas económicas globais e locais e pelos gostos dos respetivos consumidores e, por outro, pela gestão criteriosa do mercado turístico, do ponto de vista tanto de uma produção como de um consumo responsáveis, porque só assim, o mesmo estará em condições de, na linha do pensamento de Romão (2001), de vender mais e melhor do que a concorrência,

revertendo-se esses ganhos da competitividade a favor da população local.

1.3.3. O mercado como FCS da sustentabilidade turística

| Componentes | Subcomponentes | Indicadores |
|----------------|---|--|
| 1.3. Turística | 1.3.1. Competitividade: Oferta Turística | 1.3.1.1. Perfil da Oferta Turística – (NPT) Produtos Novos e Tradicional (PTT) 1.3.1.2. Distribuição & Promoção 1.3.1.3. Acessibilidade (Interna e Externa) 1.3.1.4. Capacidade de Oferta Infra-estrutural / Densidade & Qualidade Turísticas 1.3.1.6. Competitividade Preço |
| | 1.3.2. Competitividade: Procura Turística | 1.3.2.1. Perfil da Procura – Origem e Demanda de Produtos e Serviços 1.3.2.2. Estadia Média 1.3.2.3. Gastos Turísticos 1.3.2.4. Sazonalidade 1.3.2.5. Distribuição Regional |

“O mercado turístico está em constante mudança. A procura do autêntico e a recusa do artificial levam ao desenvolvimento de destinos novos e produtos”.

(OMT, 2009 in Carvão, 2009: 30)

Este prenuncio da OMT para o turismo do futuro acasala, na perfeição, como o vaticinado pelas Nações Unidas, em 1992, resgatado por Carvalho & Lewis (2009), segundo o qual: “Turismo sustentável pode ser definido como aquele que “atende a critérios de compatibilidade social, cultural, ecológica e económica. No longo prazo, no que diz respeito às gerações atuais e futuras, o turismo sustentável é ética e socialmente equitativo, culturalmente compatível, ecologicamente viável e economicamente apropriado e produtivo”.

Nesta perspetiva, o turismo do futuro, integrado no âmbito dos ODS e da Ambição 2030, está umbilicalmente ligado à competitividade do mercado e, naturalmente, aos cinco pilares da sustentabilidade, como seguidamente se procura demonstrar:

1.3.3.1. A oferta turística sustentável e a edificação de novos produtos e novos destinos

“A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região”.

Santos (2017: 10-11)

A. Dos tradicionais aos novos produtos turísticos

No que concerne a este incontornável produto turístico, Cunha (1997: 159-172) acevera que:

1. Sol e mar – A descoberta, nos anos cinquenta, das praias quentes e do sol do Mediterrâneo constituiu para os habitantes dos países do norte da Europa a revelação de um modo de vida diferente e, durante quatro décadas, os países do sul transformaram-se

em centros privilegiados do turismo. O produto turístico sol e mar registou um crescimento constante, mas, com a evolução das necessidades e dos comportamentos, o heliotropismo atingiu a maturidade. Aplicando a curva do ciclo de vida dos produtos ao “sol e mar” da Europa do Sul verifica-se que a fase de crescimento se dá nas décadas de sessenta e de setenta, mas a partir dos anos oitenta entra na fase de maturidade, encontrando-se atualmente na fase de saturação.

É disso testemunho a redução da procura de “sol e mar” registada em Espanha, devido, não só à retração geral observada no mercado “sol e mar” como também ao aparecimento de novos concorrentes (Caraíbas, Mediterrâneo Oriental).

Entretanto, ocorreram algumas transformações a que correspondeu um esforço de inovação que impediu a entrada do produto na fase de declínio: a construção de campos de golfe próximos do litoral, as marinas, atividades desportivas, etc., mantêm o sol e mar como um dos produtos turísticos mais importantes.

A trajetória do produto de sol e praia exposta por este Autor, revela um longo percurso seguido por este tradicional produto turístico, passando por várias fases do ciclo de vida de um produto turístico, em observância ao modelo desenvolvido por Butler, no que tange à evolução dos destinos turísticos, operada de acordo com um ciclo constituído pelos seguintes estádios, conforme reza o Cunha (1997: 158):

1. **Exploração** – estádio caracterizado por poucos turistas aventureiros (os aloccêntricos) atraídos pelos aspetos naturais do local que não possui, ainda, facilidades públicas para os receber.
2. **Comprometimento (*involvement*)** – situação em que existe uma interação limitada entre os residentes locais e o desenvolvimento das atividades turísticas, mas em que se inicia um processo publicitário e começa a surgir um mercado definido.
3. **Desenvolvimento** – Esta fase é caracterizada pelo desenvolvimento de facilidades turísticas adicionais, intensificação das campanhas promocionais, grande controlo das atividades turísticas por intrusos, número de turistas nos períodos de alta estação superior ao da população residente, o que conduz a antagonismos entre esta e os primeiros.
4. **Consolidação** – Corresponde ao estádio durante o qual o turismo se transforma numa atividade de grande importância para a economia local, mas as taxas de crescimento começam a estacionar. Começam, então, a desenvolver-se esforços para aumentar a época turística e renovam-se alguns equipamentos e substituem-se outros.
5. **Estagnação** – com a entrada na fase de estagnação alcançam-se os níveis máximos de capacidade e de turistas, o destino tem uma imagem bem estabelecida, mas deixa de estar na moda e o “*stock*” de alojamentos começa a desgastar-se.

6. **Post-estagnação** – à estagnação segue-se o declínio ou o rejuvenescimento: o primeiro verificar-se-á se o mercado continuar a regredir e o destino não puder competir através da criação de novos atrativos; se, pelo contrário, forem adoptadas medidas, tais como: a reorientação dos atrativos turísticos, recuperação ambiental ou reposicionamento do destino, o declínio pode ser evitado e o rejuvenescimento estimulado.

Em Cabo Verde, face aos índices de intensidade turística (IT) anteriormente registados, em que as ilhas do Sal e da Boa Vista apresentam um indicador bastante superior ao nível de sustentabilidade aceitável, com valores referentes ao ano de 2019⁸⁶, na ordem de 66,9 e de 103,4, respetivamente, quando os mesmos não deveriam ultrapassar 1,1, está-se perante um forte sinal de alerta a despeito deste crítico estágio de desenvolvimento do destino Cabo Verde. Este posicionamento crítico do destino prende-se, por um lado, com os números de turistas registados, especificamente, nestas duas ilhas turísticas, que ultrapassam, largamente, o número da população residente localmente e, por outro, com o conflito de interesses potencialmente existente entre os visitantes e os visitados.

No epicentro deste potencial conflito de interesses encontra-se o basilar produto turístico de sol & praia, que é o responsável por este *boom* turístico cabo-verdiano, cujo site: <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, o aborda nos seguintes termos:

1. Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
2. As praias representam um dos principais atrativos turísticos na atualidade, especialmente nos países tropicais. O prestígio das áreas litorâneas surgiu no século XIX, com destaque para área do Mar Mediterrâneo. Inicialmente os banhos de mar eram utilizados com fins medicinais, recomendados apenas para os adultos. No século XX surge o turismo de praia na Europa, quando aos banhos de mar soma-se o sol como atrativo turístico, associado à saúde, ao entretenimento, à recreação e ao culto ao corpo.
3. Várias acepções têm sido utilizadas para esse segmento, tais como turismo de sol e mar, turismo litorâneo, turismo de praia, turismo de balneário, turismo costeiro e inúmeros outros.

O produto tradicional de sol & mar, devido à sua capacidade intrínseca de, por um

⁸⁶ Antes da emergência da crise pandémica da COVID-19.

lado, se limitar à oferta de um produto herdado da natureza, não carecendo, por vezes, de qualquer intervenção humana, para a sua oferta competitiva no mercado internacional, e, por outro, movimentar uma legião de turistas, para o mesmo destino, ao ponto de promover um turismo de massa que, per si, pode alavancar e suportar a edificação de um destino turístico.

Para o efeito, a mesma fonte considera que:

1. Para fins desse segmento turístico, considera-se praia, a área situada ao longo de um corpo de água, constituída comumente de areia, lama ou diferentes tipos de pedras. Deste modo, estão contempladas:
 - a. Praias marítimas;
 - b. Praias fluviais e lacustres (margens de rios, lagoas e outros corpos de água doce);
 - c. Praias artificiais (construções similares às praias naturais à beira de lagos, represas e outros corpos de água).
2. Presença conjunta de água, sol e calor - a combinação desses elementos constitui-se o principal fator de atratividade, ocasionada especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias à balneabilidade.

Segundo Organização Mundial do Turismo (2001), através das diferentes ocupações do tempo livre que as sociedades dispõem, os diferentes segmentos do turismo serão estabelecidos a partir dos elementos da identidade da oferta e das características e variáveis da procura turística, existindo quase tantos tipos de turismo como interesses humanos, podendo-se mencionar alguns dos mais relevantes: **O turismo de sol e praia** - caracteriza-se pelas atividades turísticas relacionadas com a recreação, entretenimento ou descanso em praias, por causa da presença da água, sol e calor (Cater, 1993), in Santos (2017: 1).

Neste quesito, Cabo Verde tem sido, nestes trinta anos do seu processo de desenvolvimento turístico, um destino eminentemente de sol & praia, sendo as suas duas ilhas turísticas de sol & praia, Sal e Boa Vista, responsáveis pelo acolhimento de 75% de hóspedes e de 90% das dormidas turísticas ocorridas em Cabo Verde, em 2019. Para o efeito, este emergente destino turístico tem contado muito com um recurso estratégico: Sol & Praia durante 24 horas/dia, 30 dias/mês e 365 dias/ano.

Dispondo das consideradas praias mais belas do mundo, como é o caso da praia de Santa Mónica, na Boa Vista, Cabo Verde esgrime esta como sendo a sua grande vantagem competitiva, tendo, em apenas três décadas da sua edificação, o catapultado para um dos destinos turísticos cuja visita é das mais desejadas nalguns dos principais

países emissores de turismo, como é o caso do Reino Unido.

Esta força competitiva do turismo cabo-verdiano é também reconfirmada pelo Travel & Tourism Competitiveness Report de 2019, do World Economic Forum que, num grupo de 140 países avaliados, manteve-se num posicionamento estável, já experimentado ao longo dos últimos 3 anos, ocupando um destacável 88.º lugar, com uma pontuação de 3,60⁸⁷. Este posicionamento privilegiado, mormente no contexto da ASS – África Subsaariana, africano, no seio da qual ocupou uma honrosa 6.ª posição, apenas superada pelos cinco primeiros estados seguintes, *habitués* no pódio desses grandes palcos:

1. Ilhas Maurícias (54.º);
2. África do Sul (61.º);
3. Seicheles (62.º);
4. Namíbia (81.º);
5. Quênia (82.º);
- 6. Cabo Verde (88.º).**

B. Novos produtos turísticos / turismo alternativo

Na visão de Santos (2017: 13), seguidamente demonstrada, há muito mais turismo além do “sol & praia”:

1. O crescimento do turismo é uma realidade que acompanhou a disseminação dos valores da “Modernidade” e do “Iluminismo”. Sabemos que a história da humanidade não é linear, mas sim pontuada por movimentos contraditórios, por incoerências e paradoxos que levam a que cada vez mais pessoas possam desfrutar do prazer e do bem-estar, sendo necessário que as sociedades se organizem e proporcionem o acesso às necessidades básicas e aos desejos das comunidades.
2. O turismo poderá ser um grande negócio económico a nível global, mas é mais do que isso, é um convite à convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes. É uma possibilidade de conhecer o planeta e a sua natureza com as suas culturas variadas. A própria viagem é uma preciosidade do imaginário das pessoas e a sua realização pode expressar-se em sentimentos variados que, por vezes, podem tornar-se conituosos. O turismo é, acima de tudo, prazer e esse prazer não pode ser egoísta ou isolado de outras dimensões da vida humana.
3. A realidade demonstra, que o turismo leva as pessoas a terem de se deslocar de seus

⁸⁷ Numa escala de 1 a 7.

pontos de residência para outros lugares e que sem os meios de transporte, as viagens de longa distância e mesmo as de curta distância seriam quase impossíveis. Os meios de transporte são um dos mais importantes elementos do setor de viagens e turismo.

Seguidamente, procura-se analisar os novos produtos que devem servir de alternativa ao “sol & praia”, na tentativa de, na complementaridade, se vá edificando um destino turístico competitivo e sustentável.

B.1. Ecoturismo

“O Ecoturismo caracteriza-se pelo contato com ambientes naturais e pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza, e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o “Ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental”.

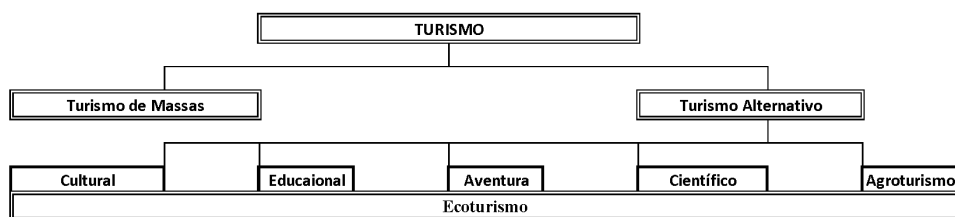
Santos (2017: 11)

Ecoturismo é, segundo <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>: “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

O quadro seguinte demonstra-nos como é que, ao longo do tempo, evoluiu o recém instituído conceito de turismo alternativo ecoturismo, integrando os restantes subprodutos turísticos discriminados infra, no âmbito do conceito mais abrangente de ecoturismo, nomeadamente:

- 2.1.1. Agroturismo.
- 2.1.2. Turismo de aventura;
- 2.1.3. Turismo científico;
- 2.1.4. Turismo cultural;
- 2.1.5. Turismo educacional.

Quadro 16: Turismo alternativo



Fonte: Mieczkowski (1995, p.459), in Santos (2017: 54), adaptado pelo Autor

Este quadro de síntese demonstra quão abrangente é o ecoturismo, envolvendo, num determinado destino uma simbiose perfeita entre o Homem e a Natureza, tendo em vista as respetivas identificação, valorização, promoção e perservação conjuntas, pressupondo, para o efeito, a utilização sustentável dos patrimónios natural e cultural.

Para Santos (2017: 54), "a prática do Ecoturismo pressupõe o uso sustentável dos atrativos turísticos. O conceito de sustentabilidade, embora de difícil delimitação, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”.

Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Utilizar o património natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”.

Um desenvolvimento ecoturístico que vise o bem-estar social local, deve, corolariamente, obedecer aos cinco seguintes adjetivos do desenvolvimento sustentável:

1. Ambientalmente suportável (com o necessário equilíbrio regional);
2. Economicamente viável;
3. Setorialmente estruturado;
4. Socioculturalmente equitativo;
5. Político-institucionalmente democrático.

Na ótica de Santos (2017: 10-11):

1. Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado visando o envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que constituem patrimônio”.
2. A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região.
3. “o ecoturismo tem liderado a introdução de práticas sustentáveis no setor turístico”, mas é importante ressaltar a diferença entre Ecoturismo e Turismo Sustentável.
4. Conforme a Organização Mundial de Turismo – OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA referem-se ao Ecoturismo como um segmento do turismo, enquanto os princípios que se almejam para o Turismo Sustentável são aplicáveis e devem servir de premissa a todos os tipos de turismo em quaisquer destinos.

Seguidamente, analisar-se-á cada um desses subprodutos do Ecoturismo, integrados no âmbito deste vasto conceito de turismo alternativo:

B.1.1. Agroturismo / turismo (no espaço) rural

O turismo rural: é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços e resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Considerado uma derivação do turismo rural, o termo agroturismo é adotado em alguns locais sendo aceites os dois termos – Turismo rural e Agroturismo. O que se denomina agroturismo compreende as atividades turísticas internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do quotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade (Santos, 2017: 11).

Para <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

1. Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.
2. Embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum (no Brasil), apenas há pouco mais de vinte anos passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como Turismo Rural.

3. O Turismo Rural pode ser explicado, principalmente, por duas razões:
 - a. A necessidade que o produtor rural tem de aumentar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e
 - b. A vontade dos moradores urbanos de encontrar e reencontrar raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Em conformidade com o pensamento expresso nesta fonte, quando se fala em turismo rural, fala-se também, implicitamente, no território, porque, segundo esta:

1. Meio rural baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade.
2. No valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural (...) contempla as características mais gerais do meio rural:
 - a. A produção territorializada de qualidade;
 - b. A paisagem;
 - c. A biodiversidade;
 - d. A cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola;
 - e. A lógica familiar;
 - f. A cultura comunitária;
 - g. A identificação com os ciclos da natureza.
3. É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural.

Dissertando sobre turismo rural, Moniz (2016: 25), considera que: “este tipo de turismo tem por objetivo apresentar como atração as plantações e culturas em áreas onde as mesmas, talvez, sirvam de referência internacional no chamado agro-negócio”.

É, assim, recorrente o turismo no espaço rural aparecer associado ao agro-turismo, estabelecendo, desta forma, uma ligação umbilical natural entre estas duas modalidades do turismo.

Na medida que a globalização vem trazendo também uma tendência para: a urbanização, a modernidade, uma vida à alta velocidade e o *stress* do quotidiano, há, paradoxalmente, uma corrente que puxa, curiosamente, as mesmas pessoas, para: a ruralidade, a tradição, uma vida sem pressa, o “*no stress*”, abrindo, assim, um espaço fértil para o turismo no espaço rural e para o agroturismo, como fuga à rotina, tanto para os turistas nacionais como para os internacionais.

Neste sentido, o site <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, tendo em vista a promoção de todo um modo de vida como produto turístico, integrando a natureza, o agronegócio e o turismo rural numa única cadeia de valor do turismo, reforça ainda que:

1. A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isso.
2. A agregação de valor também faz-se presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros.
3. O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do património cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.
4. Considerado uma derivação do Turismo Rural, o termo Agroturismo (...) compreende as atividades turísticas internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade.

No contexto cabo-verdiano, ilhas como: Santo Antão, S. Nicolau, Santiago, Fogo e Brava dispõem de um enorme potencial, podendo vir a compor uma oferta diversificada e rica, através de uma simbiose perfeita da natureza e do Homem, a qual as pode catapultar para destinos de eleição no mercado global.

B.1.2. Turismo de aventura

Na tentativa de se fugir à rotina, procurando, na diferenciação, um escape ao stress quotidiano, o turista acaba, por vezes por se enveredar para desportos radicais e ou atividades que impliquem movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de carácter recreativo e não competitivo, o que se designa de Turismo de Aventura.

Nesta perspetiva, no site anteriormente citado observa-se que, no que concerne ao conceito Turismo de Aventura:

1. A palavra aventura – do latim *adventura* - o que há por vir – remete a algo diferente. Para fins deste conceito consideram-se atividades de aventura as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafio, riscos avaliados, controláveis e assumidos que podem proporcionar sensações diversas: liberdade; prazer; superação, etc.
2. Primeiramente entendido como uma atividade associada ao Ecoturismo, o segmento de Turismo de Aventura, atualmente, possui características e consistência mercadológica próprias e, conseqüentemente, seu crescimento vem adquirindo um novo enfoque de ofertas e possibilidades.
3. Fundamenta-se em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, e pressupõem o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os praticantes e com o ambiente.
4. (...)Assim, as atividades de aventura pressupõem determinado esforço e riscos controláveis, e que podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista. Isso requer que o Turismo de Aventura seja tratado de modo particular, especialmente quanto aos aspectos relacionados à segurança.

Cabo Verde, com algumas ilhas virgens⁸⁸ e outras semi-irgens, constitui, de facto, um destino a ser descoberto e traçado por cada turista, de modo a superar as suas próprias expectativas.

⁸⁸ A ilha de Santa Luzia é ainda desabitada, constituindo uma reserva natural da Biosfera, a ser cientificamente gerida e explorada. Segundo <http://www.embcv.org.br/portal/santa-luzia/>: Santa Luzia é a única ilha desabitada de Cabo Verde tem 35 Km² e uma altitude máxima de 395 metros. Tem 5 km de largura e 13 km de comprimento. É uma ilha com pouca vegetação sendo particularmente seca. Contudo é uma ilha de alguns contrastes no que diz respeito ao relevo, pois a sul existem praias e dunas enquanto que a parte norte é mais escarpada. Desde sempre a falta de água foi um dos principais condicionantes para a não povoação da ilha, mas, mesmo assim, conseguiu, pontualmente, fazer parte da economia do Arquipélago tendo sido utilizada para a

B.1.3. Turismo científico de estudos e intercâmbio vs. turismo da natureza

Para o site <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

1. O Turismo de Estudos e Intercâmbio é um segmento abrangente, que engloba diversas atividades. Seu desenvolvimento apresenta-se mais evidente a partir da Revolução Industrial na Europa, quando uma visão de mundo mais ampla se tornava essencial para acompanhar a evolução científica da época.
2. Atualmente, as viagens de estudos e intercâmbio ocorrem em praticamente todos os países, principalmente, por acontecer independentemente de características geográficas e climáticas específicas, podendo ser oferecidas durante todo o ano.
3. Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.

O turismo de negócios e eventos (MICE - Meeting, Incentives, Conferencing y Exhibitions) tem neste segmento um ponto de interseção, movimentando um conjunto vasto de turistas em todo o mundo. Em Cabo Verde, a ilha do Sal, devido à sua elevada capacidade de alojamento, tem se especializado nesse nicho de mercado.

Nesta rubrica pode-se integrar também a subcategoria de turismo da natureza que, para Graburn (1889) *in* Cunha e Abrantes (2019: 28), manifesta-se de duas maneiras diferentes: através do turismo ambiental e do turismo ecológico, nos termos que se seguem:

1. O ambiental relaciona-se com os vários aspetos da terra, do mar e do céu e com o seu estado de pureza; por sua vez, o turismo ecológico ou ecoturismo inclui as viagens para as áreas naturais, com o fim de observar e compreender a natureza e a história natural do ambiente, tendo o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema (The International Ecotourism Society).
2. A motivação dominante reside no desejo de “regresso à natureza”, na contemplação do meio natural e na evasão ao meio urbano. Os visitantes apreciam atravessar as montanhas e as florestas e observar as relações entre as pessoas e a terra. Inclui visitas ou atividades relacionadas com a agricultura. (...) Os destinos típicos são os parques naturais.

criação de gado. No séc. XIX, chegaram a viver cerca de 20 pessoas na ilha. Em 1990, já com a ilha desabitada, o Estado de Cabo Verde declarou a ilha de Santa Luzia património público e é considerada, atualmente, uma importante reserva natural

Nesta vertente de turismo ecológico, na realidade cabo-verdiana, destacam-se, nomeadamente, os seguintes produtos que têm uma procura potencial latente nos diferentes segmentos dos mercados emissores, os quais, devidamente acionados, valorizados e promovidos, junto da comunidade científica, dos ambientalistas, ecologistas e dos amantes da natureza, poderão vir a induzir um novo Destino Cabo Verde, até agora desconhecido ou despercebido dos mais desatentos:

1. O circuito de Charles Darwin;
2. A escala às crateras do vulcão do Fogo;
3. A observação da desova das tartarugas;
4. A exploração dos parques naturais de Serra Malagueta e/ou do Monte Gordo;
5. Uma descida à Baía do Inferno;
6. A pesca da baleia.

Nesta vertente poder-se-ia explorar a simbiose com o Turismo Educacional ou Pedagógico, o qual segundo Beni (1998, p.49) in Rubim (2010), assume o seguinte contorno:

1. [...] O motivo da viagem, entretanto, é o principal meio disponível para segmentar o mercado. Os maiores segmentos desse mercado, por afluência de turistas, são: turismo de descanso ou férias; de negócios e compras; desportivo; ecológico; rural; de aventura; religioso; cultural; científico; gastronômico; estudantil; de congressos, convenções, encontro e similares; familiar e de amigos; de saúde ou médico terapêutico.
2. Sendo o turismo um fenômeno social e dinâmico, Spínola da Hora e Cavalcanti (2003 apud Milan, 2007, p.18) pontuam que “não seria estranho conceber uma modalidade cuja principal característica fosse não apenas a satisfação da curiosidade por novos lugares e culturas, mas também o ensino formal propriamente dito”. O turismo e a educação são fenômenos essencialmente sociais e possuem forte caráter dinâmico, sempre tentando refletir as demandas da sociedade em constante mudança. A afinidade entre as duas áreas propiciou a prática do Turismo Pedagógico, como atividade que alia o ensino formal e o não formal.

Nesta ótica, tanto o turismo pedagógico quanto o educacional constituem motivos fortes para viagem para um vasto segmento de viajantes, uma vez que, quando uma pessoa viaja e pratica então o turismo ela sempre em busca de algo novo e de adquirir um novo conceito, uma nova forma de ver as coisas à sua volta, de ensinar e de aprender o complexo fenômeno turístico. É nisto que consiste o turismo educacional ou pedagógico.

B.1.5. Turismo cultural⁸⁹

“Um modelo que tenha uma estratégia (ascendente) de desenvolvimento deve partir do que uma população tem, não do que não tem e vê a cultura como uma das dimensões do capital local”.

Ashley and Carney, in Santos (2017: 14)

Esta visão de Ashley and Carney, repescada por Santos (2017), perspetiva a cultura como a essência do Homem e a coloca no epicentro da génese do turismo.

Para este autor o turismo cultural é visto como: “fenómeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, ou de culturas diferentes, está relacionado à vivência do conjunto de elementos significativos do património histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Segundo <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo-013>):

1. A relação turismo e cultura é intrínseca. Desde os primeiros registos de

⁸⁹ No entanto, para uma melhor compreensão dos conceitos associados ao turismo cultural, torna-se imprescindível seguirmos algumas pistas deixadas através do site: <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, conducentes a uma conceitualização comum, nomeadamente:

1. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural:
 - a. A primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação;
 - b. A segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visitação.
2. Considera-se património histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades.
3. São bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de atração turística: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações, como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e outras.
4. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de património. Incluem-se nesta categoria os eventos religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, gastronómicos, exposições de arte, de artesanato e outros.

deslocamentos, tendo a cultura como motivação principal, em meados do século XVIII, nas viagens denominadas *grand tours* até a atualidade, as preferências e gostos dos turistas alteraram-se. Foram incorporadas novas formas de ocupação do tempo livre e, especialmente, de relacionamento com a cultura dos visitados, levando à caracterização do segmento denominado Turismo Cultural. Mais recentemente, uma releitura da atividade e da abordagem histórica e da prática turística de caráter cultural no país e no mundo resultou na definição de uma concepção construída a partir das contribuições do Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural.

2. Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do património histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.
3. A definição de turismo cultural está relacionada à motivação do turista, especificamente de vivenciar o património histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens.
4. No âmbito do Turismo Cultural e podem constituir outros segmentos para fins específicos:
 - a. Turismo cívico;
 - b. Turismo religioso;
 - c. Turismo místico e esotérico;
 - d. Turismo étnico;
 - e. Turismo gastronómico.

Entre outros, pode também estar incluído no âmbito do Turismo Cultural, desde que preservados os princípios da tipicidade e identidade.

Os bens culturais, por constituírem recursos turísticos, requerem, na linha desta ótica, uma utilização turística responsável dos mesmos, devendo, para o efeito, pressupor a sua valorização e promoção, bem como a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo, de modo que o respetivo consumo seja garantido, de forma sustentável, hoje, amanhã e sempre.

Assim sendo, deve-se valorizar, promover e difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar o respetivo acesso e usufruto, respeitando a sua memória e identidade. Neste sentido, quando se cria condições para que haja uma inter-relação harmoniosa, salutar e em benefício de todos os envolvidos, está-se a reconhecer, direta ou indiretamente, a importância da cultura na indução de uma relação desenvolvimentista entre o turista e a comunidade local.

Neste contexto, segundo <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, benefícios proporcionados por esse segmento de turismo e suas diversas derivações, são multilaterais e podem ser destacados nos seguintes termos:

1. A valorização da identidade cultural;
2. O resgate e a dinamização da cultura;
3. A preservação do patrimônio histórico e cultural;
4. O intercâmbio cultural, como um fator de promoção da paz entre os povos a partir do conhecimento, da compreensão e do respeito à diversidade;
5. É preciso que se reconheça ainda a força geradora de postos de trabalho, emprego e renda que o Turismo Cultural impulsiona, dinamizando o setor de negócios e a economia.

Integrados, pelo site pelo *site* <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, como segmentos específicos, encontra-se, dentro do turismo cultural, os seguintes subprodutos do turismo:

B.1.6. Turismo cívico

Tendo como motivo de viagem um evento cívico, o Turismo Cívico é descrito nos seguintes termos:

1. Ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, fatos, observação ou participação em eventos cívicos, que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinados locais.
2. Este tipo de turismo abrange elementos do passado e do presente relacionados à pátria.

B.1.7. Turismo étnico

De acordo com os dados da OMT (2019: 7), para 2018, a repartição do negócio turístico foi feita privilegiando, significativamente, o turismo étnico, o qual, em conjunto com o turismo religioso, de saúde e outros residuais, representaram mais de ¼ do fluxo turístico mundial:

Turismo étnico, religioso, de saúde e outros representam 27%.

Esta é uma modalidade turística muito cara para um país diaspórico como Cabo Verde, cuja população emigrada supera, estimativamente, largamente, a população residente.

Segundo a mesma fonte, este produto turístico é caracterizado da seguinte forma:

1. O Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.
2. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.
3. O Turismo Étnico envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios, ... as comunidades indígenas e ... outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres.

Em Cabo Verde assiste-se a um fenómeno mais ou menos recente constituído pelo movimento de retorno de emigrantes de 2.^a e 3.^a gerações à terra-mãe⁹⁰, em busca de uma identidade e/ou de uma autenticidade.

Um manancial de oportunidades potenciais, mormente, nos EUA, cuja Comunidade Emigrada, embora as estatísticas do MNEC apontam para a existência de cerca de 44.969 emigrantes (sendo 9.471 eleitores), mas que, incluindo descendentes de 2.^a e 3.^a gerações, apontam para um número de cabo-verdianos superior ao dos residentes⁹¹ em Cabo Verde.

Na qualidade de “Berço da Crioulidade”, dispondo, em consequência, da Cidade Velha como Património Mundial da Humanidade⁹², dispõe uma força e de uma oportunidade potenciais incomensuráveis, para edificar e vender este produto turístico singular, junto da comunidade afro-descendente e de todas as outras comunidades atentas e sensíveis aos factos históricos relevantes e marcantes.

Para Cunha & Abrantes (2019: 28), o turismo étnico é visto na seguinte perspetiva:

1. De acordo com alguns autores (Smith, 1989; Yang & Geoffrey, 2009; McIntosh & Goeldner, 1995), o turismo étnico é constituído pelas viagens que têm por fim

⁹⁰ Terra dos respetivos progenitores e dos antepassados, que nunca tinham tido um contacto físico, mas que estiveram sempre com uma ligação espiritual, só perceptível, aquando da aterragem e dos primeiros contatos com as respetivas origens.

⁹¹ Estimativa populacional do INE-CV de 563.198 (2021), face aos dados provisórios do Censo 2021 de 483.628 habitantes. Diáspora cabo-verdiana, com mais de 100% de cabo-verdianos e/ou descendentes a residir, estimativamente, no exterior, mormente nos EUA.

⁹² Eleito pela UNESCO em 26/06/2009.

observar as expressões culturais ou modos de vida dos “povos exóticos”, incluindo visitas às casas dos nativos, observações de danças e cerimónias, bem como a possibilidade de assistir aos rituais religiosos ou ainda a procura de encontros autênticos com outros povos (Berghe, 1994).

2. O turismo étnico refere-se às deslocações de pessoas para estabelecerem contato com grupos de pessoas ou comunidades que se caracterizam por modo de vida e de cultura exóticos ou muito distintos daqueles que se verificam nas civilizações de tipo urbano(...), como é o caso dos esquimós, bosquímanos, aborígenes, etc.
3. Considerando, contudo, que as motivações que estão na origem daquelas viagens são fundamentalmente de base cultural, incluímo-las no turismo cultural e reservamos a designação “turismo étnico” para viagens realizadas para visitar amigos e parentes (“*visiting friends and relatives*”, na designação anglo-saxónica) ou para visitar os locais de origem (o berço familiar). Incluímos neste tipo de turismo as viagens realizadas ao país de origem pelos naturais de um país, seus descendentes ou afins residentes no estrangeiro, ou seja, para um “destino ancestral” (Ostrowski, 1991) e que, em muitos casos, constituem um mercado⁹³ de grande dimensão.

B.1.8. Turismo místico e esotérico

Esta constitui uma nova modalidade turística, caracterizando-se pelos seguintes elementos diferenciadores:

1. O Turismo Místico e o Turismo Esotérico caracterizam-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos.
2. Há uma tendência pela busca de novas religiosidades ou nova espiritualidade, desvinculadas das religiões tradicionais, que se dá pela manifestação de crenças, rituais e práticas alternativas associadas ao misticismo e ao esoterismo.
3. O misticismo e o esoterismo estão relacionados a novas religiosidades e suas práticas se dão, muitas vezes, concomitantemente, sendo difícil separá-los em um produto turístico exclusivamente de caráter místico ou de caráter esotérico. Neste sentido, para fins de caracterização de produtos turísticos, poderão ser utilizados os termos Turismo Esotérico ou Turismo Místico ou Turismo Místico-Esotérico.
4. O turismo, nesse contexto, relaciona-se ao deslocamento para estabelecer contato e vivenciar tais práticas, conhecimentos e estilos de vida, que configuram um aspecto cultural diferenciado do destino turístico.

⁹³ Para o mercado europeu, que 36% de europeus declararam em 2012 que a principal razão de realização de viagens turísticas foi visitar a família, parentes e amigos (European Commission, 2013 in Cunha & Abrantes, 2019: 28), a estratégia é promover uma forte proposta de turismo histórico-cultural, para ir ao encontro de um passado mais longínquo.

B.1.9. Turismo religioso

O Turismo Religioso é descrito nos moldes que se seguem:

1. Configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.
2. A busca espiritual e a prática religiosa, nesse caso, caracterizam-se pelo deslocamento a espaços e eventos para fins de:
 - a. Realização de peregrinações e romarias;
 - b. Participação em retiros espirituais;
 - c. Participação em festas e comemorações religiosas;
 - d. Contemplanção de apresentações artísticas de caráter religioso;
 - e. Participação em eventos e celebrações relacionados à evangelização de fiéis;
 - f. Visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros);
 - g. Realização de itinerários e percursos de cunho religioso.
3. Muitos locais que representam importante legado artístico e arquitetônico das religiões compartilham interesses sagrados e profanos dos turistas. Destaca-se, assim, que as viagens motivadas pelo interesse cultural ou apreciação estética do fenómeno ou do espaço religioso serão consideradas simplesmente Turismo Cultural.

Os destinos de acolhimento do Turismo Religioso, como é o caso de: Roma, Fátima, Meca, constitui centros de grandes peregrinações, sendo responsáveis pela movimentação de grandes fluxos turísticos, nacionais e internacionais:

B.2. Turismo de cruzeiros

Este tipo de turismo consiste nas viagens feitas em navios de cruzeiro, com propósitos de lazer, em geral, no mar (Moniz, 2016).

Para Andrade e Robertson (2010: 487):

1. A definição de um cruzeiro está relacionada com as viagens por rios e mares e que tem as mesmas características de embarque, entretenimento e desembarques em portos programados.
2. O crescimento do turismo de cruzeiros, principalmente na década de 70, representa hoje, um importante sector do turismo mundial. Regiões como o Caribe, Mediterrâneo e o Alaska, são os destinos mais procurados e também os mais preparados para o desenvolvimento de um sector, cada vez mais inovador dentro do novo conceito dos cruzeiros turísticos.
3. O crescimento significativo do turismo de cruzeiros se deu a partir dos anos 70, quando se configurou como negócio de lazer, e não apenas de transporte.

4. O turismo de cruzeiro mantém as mesmas características de qualquer produto turístico como:
 - a. **Perecibilidade** – se perde por não vender;
 - b. **Heterogeneidade** – ampla combinação de variáveis que tornam a viagem uma experiência única;
 - c. **Complementaridade** – consiste em uma série de serviços que se combinam para formar a experiência do cruzeiro (Mill, 2008).

Uma das características do turismo de cruzeiro que interessa realçar é a perecibilidade. Uma vez que, baseando-se no princípio que: 1 quarto que não for vendido uma noite, esse mesmo quarto nunca mais será vendido, faz com que esta modalidade de negócio turístico, como as outras, vive da oportunidade, pelo que a venda de um quarto, até ao linear da sua rentabilidade, é considerado negócio factível, preferencialmente, oportunamente.

Segundo os mesmos autores:

1. A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2008), destaca que a indústria ainda não atingiu a sua maturidade, o que sugere um estado de expansão, a médio e longo prazo, principalmente na Ásia e no Pacífico.
2. As razões para o crescimento do setor, identificado por Davidoff e Davidoff (1994, citado por Dowling, 2006:3), in Andrade & Robertson (2010: 487), traduzido pelo Autor, são baseados em cinco fatores considerados relevantes para o aumento da atividade:
 - a. Os passageiros têm a oportunidade de visitar uma variedade de lugares em um curto período de tempo sem os problemas de outros meios de transporte.
 - b. Os navios são independentes.
 - c. Os navios de cruzeiro têm um diretor de cruzeiros e uma equipa cuja única função é garantir que os passageiros tenham uma estadia agradável.
 - d. Comida de alta qualidade é servida em estilo elegante.
 - e. Normalmente, todos começam e terminam as férias no mesmo dia.
3. O primeiro registro de um cruzeiro transatlântico, foi em 1867 com o Quaker City que partiu de Nova York para uma viagem à Terra Santa, Egito, Criméia e Grécia, com uma duração de seis meses.
4. Desde as primeiras viagens, os cruzeiros passaram por uma evolução que hoje marca a segurança no mercado de transportes e de lazer. A OMT (2008) refere-se à segmentação e inovação no mercado de turismo de cruzeiro, como um “resort marinho”, com ofertas de entretenimento que podem torná-lo exclusivo.

5. No cruzeiro turístico moderno, você combina duas atividades básicas: o alojamento e o transporte. À medida que as instalações de lazer a bordo aumentam é definido, com propriedade como um resort marinho, mas, além disso, um simples hotel flutuante (...) é um resort turístico porque incorpora todos os tipos de instalações típico de um resort como centro de beleza, videoteca, biblioteca, planetário, lojas, campo de golfe, galeria arte, centro de negócios, cinema, casino, spa, etc. o principal diferença e, ao mesmo tempo, vantagem sobre o resort turístico convencional é a mobilidade, uma vez que permite maior flexibilidade do modelo de negócios sendo capaz de atuar na distribuição geográfica de capacidades de acomodação (OMT, 2008: xiii), in Andrade & Robertson (2010: 487), traduzido pelo Autor.
6. A combinação de transporte, alojamento e entretenimento, dentro de um contexto de qualidade e segurança, são fundamentais para estimular o crescimento e interesse de turistas em viver a experiência de um cruzeiro.

Cabo Verde, com: um terminal de cruzeiro em edificação⁹⁴, vários portos de (des)embarque referenciados por navios internacionais como escalas obrigatórias, bem como, um fluxo de passageiros que antes da pandemia da COVID-19 chegou a atingir quase os 100.000 turistas, num único ano, representa apenas uma pequena amostra daquilo que poderá vir a ser Cabo Verde, como um destino de referência mundial, em termos de turismo de cruzeiro.

O caminho para este futuro promissor é apontado por MSC (2015), que apresenta as 7 tendências para o turismo de cruzeiro:

1. **Os viajantes não continuar a realizar cruzeiros** – os cruzeiristas estão bastante satisfeitos com as experiências realizadas em cruzeiros anteriores:
 - a. 62% são cruzeiristas repetentes;
 - b. 69% classificaram a experiência de um cruzeiro melhor do que férias em terra;
 - c. O volume de passageiros previsto aumentar para 23 milhões em 2015;
 - d. Aumento de 4% relativamente às estimativas de 2014 (22,1 milhões paxs).
2. **O tamanho não importa** – há 6 anos atrás o maior navio do mundo foi apresentado com uma capacidade para 6.300 passageiros. Em 2015 estão previstos ser entregues 22 novos navios de cruzeiro (oceano, rio e especialidade) e o focus é cada vez menos o tamanho, mas o *design* exclusivo e as instalações.
3. **Os cruzeiros de especialidade continuam a crescer** – navios sofisticados, yachts de luxo, linhas elegantes e os mais recentes navios fluviais continuam a ter um crescimento de passageiros a dois dígitos.

⁹⁴ Em S. Vicente.

4. **As Caraíbas continuam a ser o destino mais procurado** – a região das Caraíbas continua a ser a mais procurada na indústria dos cruzeiros com mais de 1/3 da capacidade de posicionamento da quota global de mercado. Cruzeiristas estão a expandir horizontes:
 - a. Crescimento do Mediterrâneo, Ásia e Austrália como destinos;
 - b. Em 2015, 52 navios vão oferecer 1.065 cruzeiros asiáticos com capacidade para 2,17 milhões de passageiros;
5. **Novos locais e experiências** – as companhias de cruzeiro oferecem cerca de 1000 portos em todo o mundo.
6. **Os agentes de viagem são importantes** – os TAs continuam a ser a melhor maneira de reservar um cruzeiro: 70% dos cruzeiristas fazem a sua reserva através de agências de viagem
7. **Os passageiros como prioridade** – os clientes estão em controlo, mais do que nunca. A indústria dos cruzeiros está a dar resposta às necessidades dos passageiros com inovações chave como é o caso do Wi-Fi e ligações telefónicas, cruzeiros temáticos, SPAs, ‘cigar lounges’, ‘food and wine vacations’, entre outros.

Cabo Verde, estando na rota do cruzamento entre os três continentes: África, Europa e Américas, oferece condições estratégicas para vir a constituir uma paragem obrigatório para os navios de cruzeiro que cruzam o Atlântico. No entanto, esta tipologia do turismo é de capital intensivo, não só em termos das inovadoras unidades de transporte marítimo que requer, como também de infraestruturas portuárias necessárias para uma operação competitiva.

Nestas ilhas, tem-se programado o *strartup* dos investimentos públicos nessa área. No entanto, para que o programa de cruzeiros previsto no período que antecedeu a pandemia da COVID-19 seja retomado, ainda que, previsivelmente, só a médio prazo, é imprescindível que se faça investimentos transformadores no destino, para que, em cada ilha, passem a ser proporcionadas condições requeridas para um acolhimento condigno e competitivo dos seus visitantes, no sentido da acessibilidade aos nossos recursos turísticos estratégicos deixe de ser uma mera miragem e passe a constituir um verdadeiro indutor de desenvolvimento sustentável.

B.3. Turismo desportivo

O Turismo Desportivo, tem como motivo da viagem o desporto, sendo caracterizado pelos diferentes autores, nomeadamente, pelo site <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, nos seguintes termos:

1. Embora encontre raízes remotas no esporte (a Grécia antiga era repleta de “turistas” que participavam ou assistiam os jogos em Olímpia), o ato de viajar por razões esportivas e seus desdobramentos começa a ser tratado como atividade turística particularmente no século XX. Foi impulsionado pela propagação da prática esportiva associada à imagem de vida saudável, pelo pesado investimento da indústria de materiais esportivos e outros setores envolvidos, especialmente com o processo de globalização e culminando com a popularização mundial das grandes competições esportivas - Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Jogos de Inverno, etc.
2. Pode-se afirmar que tanto o turismo quanto o esporte presumem, de modo geral, inter-relação e conagração. Sendo assim, considerando o movimento turístico motivado pelo esporte, estabelece-se que Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.

Para Cunha e Abrantes (2019: 30), o Turismo Desportivo envolve o seguinte:

1. As motivações desportivas respeitam a camadas cada vez vastas da população, incluindo todas as idades e estratos sociais, quer para assistir a manifestações desportivas (Jogos Olímpicos, campeonatos de futebol, corridas de automóveis) quer para praticar as mais variadas atividades desportivas (ténis, golfe, esqui).
 - a. No primeiro caso, o desporto surge como um espetáculo em relação ao qual os viajantes assumem atitude passiva,
 - b. No segundo, a atividade desportiva resulta de uma participação ativa do viajante.
2. Quando motiva deslocções para assistir a um espetáculo, o desporto dá origem a correntes turísticas, mas não permite que os destinos se estruturarem com base nele. Pelo contrário, quando o motivo é a participação numa atividade desportiva, pode dar origem a destinos turísticos estruturados com base no desporto (centros de golfe, de esqui, etc.).
3. As tendências atuais da procura, em que a preferência pelas férias ativas assume uma importância cada vez maior, obrigam a que o desenvolvimento de qualquer centro turístico deva ser equipado com meios apropriados para a prática desportiva.

O site em apreço destaca que o Turismo de Esportes possui algumas características, suscetíveis de destaque, nomeadamente:

1. Estímulo a outros segmentos e produtos turísticos;
2. Incentivo a eventos e calendários esportivos;
3. Não depende, de modo geral, da utilização de recursos naturais para exercer atratividade, mas de equipamentos e estruturas específicas construídas para a prática do esporte;
4. Induz a implantação de estruturas esportivas também para o uso da comunidade receptora, como “legados”;
5. Funciona como indutor da infra-estrutura urbana;
6. Não depende, necessariamente, do clima ou épocas do ano, mas principalmente da elaboração de calendário;
7. Estimula a comercialização de produtos e serviços agregados (roupas e artigos esportivos, suplementos, etc);
8. Estimula o sentimento de pertencimento e fortalece a auto-estima de quem pratica e de quem assiste a apresentação;
9. Estimula práticas e estilos de vida saudáveis;
10. Valoriza o ser humano e a prática do esporte;
11. Promove a confraternização;
12. Tem a capacidade de transformar as competições esportivas em fatores de sociabilidade.

Cabo Verde tem sido, ao longo dos últimos anos, protagonista assíduo nos eventos desportivos internacionais, tanto como participante⁹⁵, como organizador⁹⁶, com sucesso digno de registo no contexto internacional.

B.4. Turismo de golfe

Esta modalidade turística por exigir a disponibilidade de avultados recursos territoriais e investimentos infraestruturais, não está ao alcance de qualquer operador turístico-hoteleiro. Neste sentido, a respetiva oferta fica restringida a uma oferta qualitativa para um público diferenciado, disposto a pagar bem para um serviço diferenciado e de alta qualidade, contrastando, e muito, com o pacote *all inclusive*, que tem feito moda

⁹⁵ No CAN, vai participar, em 2022, pela. 3.^a vez. No Afrobasket alcançou um importante 4.º lugar, já tem algumas medalhas nos jogos olímpicos e nos campeonatos do mundo de algumas modalidades, etc.

⁹⁶ Campeonatos do mundo de winsurf, katesurf, etc.

nalguns destinos como Cabo Verde, fazendo predominar um turismo de massas, mormente de sol & praia, consumido, maioritariamente por uma classe média-baixa, que, nos seus países de origem, com muito esforço, conseguem, durante o ano, fazer alguma economia para umas merecidas férias, num destino de sonho.

Por haver uma conjunção de interesses entre os turistas e os TO's num ponto nefrálgico, marcado pelo fator quantidade, ao invés do da qualidade, uma vez que o dinheiro trazido para a tal viagem de sonho insere no velho princípio de: “tudo contado” e “tudo pago”, estão reunidos ingredientes necessários para o recrudescer de um turismo de massas, que, não obstante ser ancoradouro de um destino, mormente emergente, pouco o deixa, a não ser, alguma notoriedade e algum luxo seletivo, acompanhados de muito lixo, demasiado ruído e uma grande “enxaqueca” para as gerações atuais e futuras.

Podendo, hipoteticamente, ser integrado ao nível do turismo desportivo, mas, pela sua especificidade, requer um tratamento diferenciado, justificando, por isso, a seguinte síntese feita por Cunha (1997: 160-162):

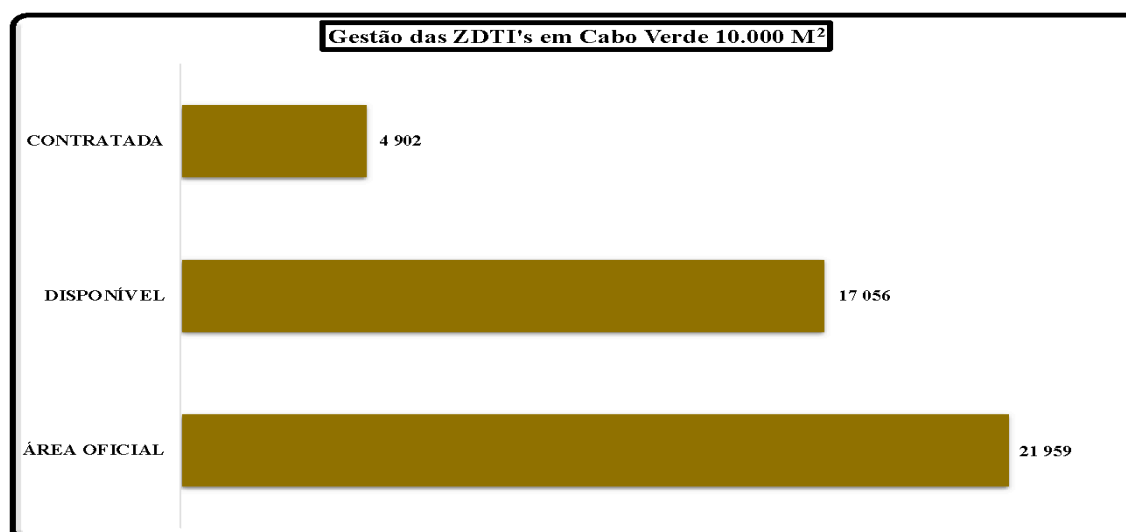
1. As origens do golfe são algo confusas, havendo quem as atribua às legiões romanas na sua penetração até ao noroeste da Europa mas, de concreto, sabe-se que o primeiro clube de golfe do mundo foi criado em Inglaterra, em 1608, sob o nome de Royal Blackheat Golf Club.
2. No entanto, foi só a partir dos anos sessenta do presente século que se transformou num desporto generalizado, estimando-se em 80 milhões o número de praticantes em todo o mundo quando, em 1980, se estimava em 50 milhões.
3. É uma atividade em expansão, em particular na Europa, América do Norte e Japão, regiões que, em conjunto, originam quase 90% dos movimentos turísticos internacionais.
4. O seu efeito no turismo não se limita à prática do desporto e à captação dos jogadores de golfe mas produz efeitos indiretos com grande significado no ordenamento e desenvolvimento dos núcleos receptores. Por um lado, os campos de golfe são utilizados como fatores estruturantes e promocionais de urbanizações turísticas e, por outro, constituem um fator de atração e animação que não se limita apenas aos jogadores.
5. A construção de campos de golfe pode seguir várias fórmulas, mas as mais usuais são as seguintes:
 - a. **Golfe de clubes** – financiada pelos sócios;
 - b. **Golfe de urbanização** – consiste na criação de um campo de golfe como centro de

uma urbanização de vivendas ou apartamentos a fim de promover e facilitar a sua venda. O proprietário do campo de golfe é a sociedade promotora da urbanização que suporta os custos de construção e de manutenção enquanto dura a venda de vivendas ou apartamentos;

- c. **Golfe de resort** – esta fórmula é recente e consiste na criação de um complexo hoteleiro e desportivo, como centro de férias, em que os jogadores podem jogar diariamente num campo distinto sem realizar qualquer deslocação para fora do complexo;
 - d. **Golfe público** – é aquele cuja construção é financiada pelos poderes públicos podendo ser frequentado livremente mediante o pagamento da sua utilização.
2. O golfe contribui para uma mais racional e equilibrada exploração turística porque a sua procura se distribui, principalmente, durante os meses de Outono até ao da Primavera, quando a ocupação hoteleira é mais baixa. O grau de sazonalidade da procura do golfe é mais baixo nos meses de Verão, justamente quando, no caso de Portugal, é mais elevado o grau de sazonalidade da procura turística global, agindo, portanto, como fator de atenuação da sazonalidade turística.

Em Cabo Verde, já existe golfe de clubes, há já alguns anos, em algumas ilhas como Santiago, S. Vicente e Sal, havendo uma tendência para um progresso paulatina para os golfs de resort e de urbanização, com uma série de projetos de imobiliária turística aprovados no contexto anterior à crise supprime de 2008, quando o turismo residencial estava a atravessar um momento de boom, com a proliferação de projetos aprovados, 4.902 hectares de terreno comprometidos com megaprojetos, em muitas ilhas, tendo a maioria destes nunca ter saído do papel, como atesta o gráfico seguinte:

Gráfico 6 – Gestão das ZDTI's em Cabo Verde



Fonte: CV Tradeinvest & SDTBVM

Esta prática, tem-se, por vezes, revelado nociva para a gestão territorial e para a boa governação, no que concerne, nomeadamente, à:

1. **Eficiência** - na gestão e no controlo da “coisa pública”;
2. **Transparência** – mormente, no que concerne aos preços praticados na alienação dos terrenos, do Estado para o primeiro proprietário e destes para os proprietários subsequentes;
3. **Responsabilização** – dos servidores ao e do Estado;
4. **Estado de Direito** – no sentido de garantir “a Deus o que é de Deus e ao César o que é de César”, fazendo funcionar a justiça, para que nada nem ninguém esteja acima da Lei.

Esta análise será retomada no capítulo 3, com informações mais detalhadas e pistas para reflexão coletiva.

B.5. Turismo de jogo

Sugerido por Estêvão (2020), in <https://expressodasilhas.cv/economia/2020/11/28/os-caminhos-para-a-diversificacao-economica-em-cabo-verde/72341>, como uma das formas privilegiadas para se conseguir materializar, em Cabo Verde, esta modalidade turística, afigura-se como uma nova oportunidade para se oferecer mais e melhores produtos turísticos e para se atrair um público diferenciado e com maior poder de compra.

Esta modalidade turística constitui para o destino uma grande oportunidade de gerar riqueza local, tanto para as famílias, através de empregos bem remunerados, como para os operadores económicos locais, que estabelecem relações comerciais com estes casinos / profissionais de jogos, através de relações intra e intersectoriais, e ainda, para o Estado, que, por Lei, convenções de estabelecimentos e/ou outros instrumentos legal-normativos, participa, direta ou indiretamente, nos rendimentos operacionais dessas unidades de jogo instaladas no território nacional.

Em Cabo Verde, o regime jurídico da exploração de jogos começou a ser instituído em 1977, com o Decreto-Lei n.º 76/77, através do qual autoriza a Cruz Vermelha de Cabo

Verde a organizar um serviço de loteria em todo o território nacional e aprova o respetivo regulamento.

Posteriormente, em 1999, através da Lei n.º 117/V/1999 – estabelece o Regime Jurídico da Exploração do Jogo de Fortuna ou Azar – Revogado (pela Lei 77/VI-2005, no seu artigo 119.º).

07/11/2005 – Decreto-lei n.º 72/2005, de 7 de novembro – Regula os procedimentos para a atribuição de concessões e de licenças especiais para a exploração de jogos de fortuna ou azar previstas no regime jurídico dos jogos de fortuna ou azar.

No âmbito desta dinâmica legislativa, foram criadas condições para que este subsector possa funcionar com todo o suporte normativo, a partir do momento que houve um projeto aprovado para o efeito.

Tal facto teve lugar com a inauguração do primeiro casino privado a funcionar na ilha do Sal, integrado no Hotel Hilton⁹⁷, com direito de concessão, a nível regional, para a ilha do Sal, com exclusividade para exploração de jogos físicos, durante um período de 10 anos. O empreendimento teve a sua construção iniciada em 2013, com obras a decorrer até dezembro de 2016, data que o mesmo entrou efetivamente em operações, embora tenha sido inaugurado, oficialmente, apenas em março de 2017.

Está também em construção, na cidade da Praia, na ilha de Santiago, o Casino de Legend, do investidor macaense David Chow, cujo acordo de concessão foi assinada no dia 25 de julho de 2015, com as seguintes condições particulares de concessão:

1. Período de concessão: 25 anos;
2. Exclusividade para o jogo físico: 15 anos;
3. Exclusividade para o jogo online: 10 anos.

Toda a imponência deste projeto, que, potencialmente, terá efeitos transformadores na baía de Gamboa, na cidade da Praia, na ilha de Santiago e em todo o Arquipélago, é vislumbrável na fotografia infra:

⁹⁷ Estando, atualmente, em fase de expansão, para o edifício próprio

Fig. 9 – Projeto do casino no Ilhéu de Santa Maria



Fonte: turimagazine.com (2021)

No concernente a este projeto, o Jornal Expresso das Ilhas e. a Agência Lusa fizeram na respetiva publicação do dia 18-Set.-2020, a seguinte síntese, com um ponto de situação clarificador:

1. Em 2015, o então responsável do Macau Legend David Chow assinou com o Governo um acordo para a construção do empreendimento, tendo sido lançada a primeira pedra do projeto em fevereiro de 2016.
2. Trata-se do maior empreendimento turístico de Cabo Verde, com um investimento global previsto de 250 milhões de euros - cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) cabo-verdiano - para a construção de uma estância turística no ilhéu de Santa Maria, que cobrirá uma área de 152.700 metros quadrados, inaugurando a indústria de jogo no arquipélago.
3. A obra envolve a construção de um hotel com 'boutique casino', de 250 quartos, uma grande piscina e várias instalações para restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais, além de uma marina.
4. Contudo, uma minuta de adenda ao acordo entre a empresa e o Governo, de abril de 2019, refere que, “considerando que, face à evolução da envolvente nacional do empreendimento nos últimos dois anos, o promotor sugeriu, e o Governo entendeu aceitar, uma proposta de realização do projeto de investimento por fases”.
5. Assim, nesta primeira fase do projeto, que deveria estar concluída dentro de 22 meses, serão investidos 90 milhões de euros.
6. O empresário David Chow recebeu uma licença de 25 anos do Governo de Cabo Verde, 15 dos quais em regime de exclusividade na ilha de Santiago. Esta concessão de jogo custou à CV Entertainment Co., subsidiária da Macau Legend, o equivalente a cerca de 1,2 milhões de euros.

7. A promotora recebeu também uma licença especial para explorar, em exclusividade, jogo 'online' em todo o país e o mercado de apostas desportivas durante 10 anos.

Para a concessão do direito de exploração de jogos, o Estado do país concedente poderá requerer contrapartidas financeiras, infraestruturais e outros prémios, estabelecidos através da Portaria n.º 36/2020, de 10 de agosto e/ou na licença de concessão, que poderão, no seu pacote integral, reverter a favor do país, da região-ilha e/ou do respetivo município onde o empreendimento ficará instalado.

Nos termos da Lei, a presente Portaria, no seu artigo 4.º - Fixação do Montante das Custas, reza o seguinte: “o montante das custas a pagar pelas entidades exploradoras pela atribuição da licença ou sua renovação, bem como pela autorização de novo jogo ou aposta não incluídos na licença, são os fixados na tabela constante do Anexo I à presente.

Quadro 17 - Normativo legal – turismo de jogo

ANEXO I

Tabela dos montantes das custas a que se refere o artigo 4º

(Em escudos Cabo-verdianos)

| Nº de ordem | Encargos | Montantes |
|-------------|--|---------------|
| 1 | Custas pela submissão e apreciação do pedido para atribuição da licença especial | 1.300.000\$00 |
| 2 | Custas pela submissão e apreciação do pedido de autorização de exploração de cada novo tipo de jogo ou aposta não incluídos no pedido inicial, | 200.000\$00 |
| 3 | Custas pela submissão e apreciação do pedido de renovação da licença | 1.000.000\$00 |

ANEXO II

Tabela dos montantes dos prémios a que se refere o artigo 6º

(Em escudos Cabo-verdianos)

| Nº de ordem | Encargos | Período de licença | Exclusividade | Parâmetro de Valor |
|-------------|--|--------------------|------------------|------------------------------------|
| 1 | Prémio pela atribuição da licença especial | 3 anos | S/exclusividade | De 5.000.000\$00 a 20.000.000\$00 |
| | | | C/exclusividade | De 20.000.000\$00 a 40.000.000\$00 |
| | | Superior a 3 anos | S/exclusividade | De 10.000.000\$00 a 35.000.000\$00 |
| | | | C/exclusividade | De 25.000.000\$00 a 75.000.000\$00 |
| 2 | Prémio pela renovação de licença especial | 3 anos | S/exclusividade | De 5.000.000\$00 a 20.000.000\$00 |
| | | | C/ exclusividade | De 20.000.000\$00 a 40.000.000\$00 |
| | | Superior a 3 anos | S/exclusividade | De 10.000.000\$00 a 35.000.000\$00 |
| | | | C/ exclusividade | De 25.000.000\$00 a 75.000.000\$00 |

Gabinete do Ministro do Turismo e Transportes, aos 4 de agosto de 2020. — O Ministro, *Carlos Jorge Duarte Santos*



Fonte: <http://igj.cv/legislacao/>

Da análise da tabela anterior, pode-se constatar que os montantes a serem pagos, sob forma de contrapartidas variam em função de:

1. Serem custas ou prémios;
2. Ato a ser praticado (para as custas);

3. Objeto corresponder a uma atribuição ou a uma renovação de licença especial (para os prémios);
4. Período de licença (para os prémios):
 - 4.1. 3 anos;
 - 4.2. Superior a 3 anos.

No entanto, o turismo de jogo não traz só bónus para o destino, uma vez que existe um conjunto ónus potenciais, mormente sociais, que poderão repercutir negativamente na vida social local, os quais, se não forem devidamente prevenidos e atempadamente corrigidos, poderão ter reflexos extremamente nefastos no respetivo destino turístico, manifestando-se, nomeadamente, através do incremento das seguintes situações:

1. Incapacidade de fiscalização e controlo internos, devido à fraqueza institucional;
2. Criminalidade organizada;
3. Insegurança;
4. Prostituição;
5. Perda de valores de referência;
6. Alteração dos hábitos e costumes locais;
7. Desvios às normas instituídas;
8. Indução de um desenvolvimento local a várias velocidades;
9. Discriminação e desequilíbrios entre investimentos direto estrangeiros e endógeno;
10. Não criação de condições para a ocorrência do efeito *spillover*.

É no equilíbrio entre as oportunidades e as ameaças potenciais que deve residir a análise, avaliação e decisão sobre projetos de investimento que envolvam o turismo de jogo.

B.6. Turismo de negócios e eventos

Neste mundo globalizado, em que tudo está em todo lado: oportunidades e ameaças, o nosso planeta se viu transformado numa simples aldeia global, em que o comércio internacional tem funcionado como o motor da economia global, fazendo girar o mundo em torno de grandes fluxos económico-financeiros. Neste quesito, o turismo, mormente internacional, pela sua natureza e especificidade, assume-se, de forma crescente, como sendo um dos mais destacados setores integrantes desse comércio

internacional, comandando, segundo os dados da OMT (2019), cerca de 4,2⁹⁸ mil milhões de chegadas mundiais de turismo.

De acordo com os dados da OMT (2019: 7), para 2018, a repartição do negócio turístico foi feita em função dos seguintes motivos que estiveram na origem das viagens:

1. Lazer, recreação e férias representam 56% do total do turismo de 2018 (contra 50% de 2000);
2. Turismo étnico, religioso, de saúde e outros representam 27%;
3. Turismo de negócio e profissional 13%;
4. Não especificado 4%.

No âmbito deste mega movimento turístico, o turismo de negócio e profissional, segundo os dados da OMT (2019), ocupa uma fatia significativa, com cerca de 13% deste bolo total, o que significa que, em 2018, 13% dos quatro mil milhões de pessoas que viajaram, em média, de janeiro a setembro do mesmo ano, fizeram-no por motivos de negócio e/ou profissionais.

Para Cunha e Abrantes (2019: 29):

1. Os negócios e as profissões⁹⁹ têm como consequência a deslocação de grande número de pessoas, dando origem a importantes movimentos turísticos de enorme significado económico, como facilmente se conclui pelos 172 milhões de turistas que, em 2017, viajaram para o estrangeiro por esta razão (WTTC, 2018).
2. Por razões ligadas aos negócios e ao exercício de profissões, as pessoas deslocam-se para participar em:
 - a. Reuniões;
 - b. Congressos;
 - c. Missões;
 - d. Exposições;
 - e. Feiras;
 - f. Contatos com empresas;
 - g. Negócios;

⁹⁸ Dados referentes ao período de janeiro a setembro de 2019.

⁹⁹ Incluem-se neste grupo as deslocações organizadas pelas empresas para os seus colaboradores, quer como prémios quer para participarem em reuniões de contato com outros que trabalham em locais ou países diferentes, bem como as viagens para efetuar relações públicas e que, no conjunto, se designam “viagens de incentivo”.

- h. Visitas a grandes complexos industriais;
 - i. Visitas a centros de investigação científica e tecnológica;
 - j. Visitas a explorações agrícolas ou pecuárias.
3. Dão origem a grandes movimentos turísticos.
 4. Os destinos privilegiados são os que dispõem de centros de congressos e de exposições e os grandes centros urbanos ou industriais.
 5. Este tipo de turismo assume um elevado significado para os locais ou países visitados, na medida em que, regra geral, as viagens são organizadas fora das épocas de férias e pagas pelas empresas ou instituição a que os viajantes pertencem, originando gastos *per capita* muito superiores aos dos restantes turistas.

Para <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

1. Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
2. Os deslocamentos realizados para trocas comerciais e para participação em eventos ocorrem desde as antigas civilizações e tornaram-se comuns a partir da Revolução Industrial, quando as viagens tomaram grande impulso, facilitadas principalmente pelo aprimoramento dos meios de transporte e de comunicação.
3. A globalização, a formação de blocos económicos, a aceleração da economia mundial e o crescimento das multinacionais são alguns dos fatores que configuraram um movimento internacional sem precedentes para a efetivação de transações e relacionamentos de caráter comercial, e a realização de eventos com finalidades e interesses diversos.
4. Tal movimentação inclui atividades como:
 - a. Visitas técnicas;
 - b. Reuniões;
 - c. Exposições comerciais;
 - d. Compra e venda de produtos e serviços, e outros.
5. Os eventos, por sua vez, compreendem encontros programados e organizados como:
 - a. Congressos;
 - b. Convenções;
 - c. Simpósios;
 - d. Lançamentos;
 - e. Mostras;
 - f. Exposições e;
 - g. Feiras.

6. Facto é que alguns tipos de eventos podem, também, proporcionar a concretização de negócios, o que dificulta a tarefa de distingui-los. Além disso, podem pressupor a utilização de estruturas comuns, como centros de convenção, hotéis, salas e outros espaços específicos. Tal quadro levou a consolidar a denominação “Turismo de Negócios e Eventos” como um único segmento, caracterizando ainda mais essa inter-relação, embora possam ocorrer de forma independente.

O turismo de negócio tem sido, no contexto cabo-verdiano, dirigido, de forma expressiva para a ilha de Santiago, mormente para a cidade da Praia que, sendo a Capital do país, concentra os principais órgãos de soberania e as principais instituições públicas e privadas do país, bem como o corpo diplomático, justificando uma intensa deslocação interna e internacional, na procura de viabilização dos diversos *dossiers* pendentes junto das instâncias cabo-verdianas.

Ainda, segundo esta última fonte:

O Turismo de Negócios e Eventos possui algumas características que o destaca, como:

1. Oportunidade de equacionamento de períodos sazonais, proporcionando equilíbrio na relação entre oferta e demanda durante o ano, pois independe de condições climáticas e períodos de férias escolares;
2. Caracteriza-se como de alta rentabilidade, uma vez que o turista de negócios e eventos possui maior gasto médio que o turista de lazer, normalmente retorna mais vezes e com maior tempo de permanência no destino;
3. Os eventos e atividades de negócio funcionam como ferramenta de marketing para o destino, expondo-o significativamente na mídia e estimulando que o turista volte para fins de lazer e divulgue-o a outras pessoas;
4. As atividades de outros segmentos turísticos são incrementadas com as visitas realizadas por esses turistas em seus horários livres, em períodos pré ou pós-eventos, e em retornos futuros com familiares e amigos;
5. Possibilidade de interiorização da atividade turística, pois podem ser realizados em cidades menores, desde que apresentem as condições e estruturas necessárias para a realização de eventos, reuniões e visitas de negócio.

As ilhas do Sal e de S. Vicente têm-se destacado, igualmente, na realização de megaeventos de cariz nacional e internacional, o que tem contribuído, até um certo ponto, para o efeito de equilíbrio regional do turismo.

B.7. Turismo de pesca

Para <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

1. A pesca e o turismo podem ser potencializadas, se trabalhadas conjuntamente, haja vista a dimensão territorial, extensão costeira e hídrica e a diversidade de ictiofauna do país.
2. A construção do marco conceitual de Turismo de Pesca ora apresentado fundamenta-se nos movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos (em razão da presença de espécimes singulares), em relação ao perfil do turista de pesca. Tal perfil é definido pela motivação desse turista, a qual determina a evolução da atividade de pesca como opção de lazer, caracterizando-a pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo - e com as legislações que as regem.
3. Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora: atividade de pesca praticada com a finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial.
4. Por imposição legal, os peixes abaixo do tamanho mínimo de captura devem retornar à água, e a cota de captura deve ser respeitada. Trata-se da pesca amadora caracterizada pela prática de devolver à água os peixes menores (protegidos por lei) e também os maiores (principais reprodutores e atrativos turísticos). O abate, quando ocorre, limita-se aos de tamanho intermediário, para o consumo no local da pescaria. É também conhecida como Pesca Desportiva.
5. Pesque-e-solte, consiste no ato de devolver à água todos os peixes capturados “em condições de sobrevivência”. É grande o número de pessoas que praticam o pesque-e-solte por prazer ou postura conservacionista.

Segundo a mesma fonte, no contexto brasileiro, do qual se pode fazer *benchmarking*, observando e importando as boas práticas, o Decreto-lei n.º 221/67 estabelece que: “pesca é todo o ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida”, e determina três classificações de acordo com sua finalidade:

1. Pesca Comercial: atos de comércio na forma da legislação em vigor;
2. Pesca Desportiva: praticada com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;
3. Pesca Científica: exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.

Neste domínio, Cabo Verde, sendo um PEIDARIAM, com uma ZEE que dispõe de 99,5% de superfície marítima e apenas de 0,5% de superfície terrestre, apresenta uma enorme vantagem competitiva potencial, evidentemente mensurável, em toda a economia azul, em geral e nesta modalidade de turismo, em particular, que pode e deve ser explorada, na premissa sustentada pela nossa fonte que esta atividade poderá ocorrer nas seguintes zonas aquáticas, respeitando as seguintes regras:

1. Águas marítimas: realizada no mar territorial, na plataforma continental, na zona económica exclusiva (ZEE) e nas áreas de alto mar adjacentes à ZEE
Águas interiores ou litorâneas: realizada em baías, enseadas, angras, braços de mar ou áreas de manguezais;
2. Águas continentais: realizada em água doce (rios, ribeirões, córregos, lagos, lagoas, represas, açudes, etc.);
3. Regras a serem observadas por turistas e prestadores de serviços turísticos de pesca:
 - a. Tirar a licença de pesca amadora;
 - b. Respeitar o defeso;
 - c. Respeitar as cotas de captura e transporte;
 - d. Respeitar os tamanhos mínimos de captura;
 - e. Soltar as espécies proibidas;
 - f. Não pescar em áreas proibidas;
 - g. Não introduzir espécies.
4. O Turismo de Pesca vem se destacando como opção de desenvolvimento para determinadas regiões, especialmente pela capacidade de promover a conservação dos recursos naturais nos destinos turísticos. Para tanto, o planejamento e a operacionalização desse segmento devem ocorrer de forma integrada – gestores públicos de turismo, órgãos oficiais de meio ambiente, comunidades locais, prestadores de serviços turísticos e vários outros parceiros.
5. A proposta deve contemplar os objetivos da atividade turística de promover o desenvolvimento para beneficiar as comunidades receptoras, incentivar a conservação do ambiente e atender às expectativas do turista pescador.

A pesca desportiva e o mergulho constituem segmentos da oferta turística com respaldo potencial no contexto cabo-verdiano, podendo, eventualmente, ser desenvolvidos em todas as ilhas do país.

No entanto, deve-se ter em conta que, na linha da ideia expressa nesse site: “o Turismo Náutico requer políticas e ações integradas que possam incentivar a elaboração de produtos e roteiros turísticos e a estruturação de destinos tais como a construção de marinas públicas, a adequação dos portos, a implantação e a qualificação de serviços

de receptivo e equipamentos turísticos nas regiões portuárias e outros locais onde ocorram atividades pertinentes ao segmento. Atrela-se diretamente ao desenvolvimento do Turismo Náutico o crescimento e fortalecimento da indústria nacional de barcos e navios”.

B.8. Turismo residencial

É a escolha de um turista em adquirir uma segunda ou terceira habitação num outro destino fora da sua residência habitual (Moniz, 2016).

No âmbito do renovado conceito de turismo, dir-se-ia, que se tratava de uma ação aquisitiva de uma segunda (ou mais residências) fora do seu ambiente habitual, com fins turístico, imobiliário-patrimonial, comercial, económico-financeiro e/ou outros, proporcionando ao turista residencial uma mobilidade periódica entre o seu local de residência (espaço emissor) e um destino (área receptora de procura) que não o da sua origem e no qual fica, tendencialmente, uma longa temporada, mas que nunca ultrapassa os doze meses anuais.

No que concerne a este complexo produto turístico, Patuleia (2012) assegura que existe uma: “triangulação entre Turismo Residencial, Motivações e Destino Turístico. (...) Estamos perante um coletivo de turistas interessados em alcançar valores relacionados com o bem-estar e com a qualidade de vida, imbricados na lógica representativa dos estilos de vida num destino turístico onde a abundância e a diversidade dos recursos naturais endógenos, bem como a riqueza do património cultural, histórico e arquitectónico, tornaram visível a emergência de um turismo como alternativa estratégica para a satisfação dos objectivos de desenvolvimento da região.

Para sustentar esta posição esta autora fundamenta que:

1. Nos últimos anos, a atividade turística tem sofrido um conjunto de alterações que a tornam num fenómeno cada vez mais complexo de analisar e de investigar. Estas alterações podem estar relacionadas com as alterações de paradigma que se verificam por parte da oferta em se adequar a uma procura cada vez mais diversificada. Assiste-se a uma clara heterogeneidade nas motivações dos indivíduos nas sociedades emissoras que se traduzem num verdadeiro “mosaico” de comportamentos e de atitudes onde, muitas vezes se verificam implícitos valores relacionados com a ética e com a sustentabilidade. Escolhe-se o rural, o verde, o ecoturismo, o turismo ético, os passeios ao ar livre, o contacto com a natureza, as artes tradicionais, as festas e outras expressões culturais tradicionais, o exotismo e a autenticidade (Cavaco, 2008).

2. A existência destes novos paradigmas veio realçar uma transformação nas características dos turistas de hoje e do futuro que irão assentar em vectores como por exemplo, a necessidade de informação, a exigência de qualidade, a necessidade de férias ativas/desportivas, o recurso mais frequente a pequenas “pausas” e a férias fora da época alta e o uso crescente da segunda residência.
3. Paralelamente existe uma consciencialização generalizada de que é necessário recuperar os valores e os costumes perdidos em consequência do progresso, marcado pelo consumismo e pelas consequências negativas que afectam a saúde de cada um, assistindo-se a uma intensificação da procura de produtos e serviços que promovam o bem-estar individual inerente à qualidade de vida e a novos estilos de vida.
4. A resposta a esta procura tem sido colmatada com o crescente desenvolvimento de produtos, como a segunda habitação, que se apresenta como uma possível resposta a este tipo de necessidades do indivíduo. Para Huete e Mantecón (2011), o Turismo Residencial tornou-se num elemento básico que engloba um colectivo de indivíduos interessados em alcançar valores que lhes transmitam bem-estar e qualidade de vida.
5. A globalização e o processo de unificação da Europa através da implementação da circulação da moeda única facilitou as transações comerciais e turísticas, assim como o incremento da oferta de residências para uso turístico e como consequência, um aumento da concorrência dos receptores de Turismo Residencial. Estas considerações apontam para um possível aumento das pessoas que vão optar pela compra de uma segunda residência, sobretudo em lugares onde percebam que existem mais atrativos para o seu bem-estar.

Seguindo este pensamento formulado pela mesma autora, pode-se aferir que:

1. Há uma tendência para uma alteração do paradigma turístico, manifestada através de uma diversificação crescente, tanto da oferta como da procura turísticas;
2. Com o avanço tecnológico e a inovação, o que nos coloca, a todos, a um clique de tudo, os turistas do futuro, hiperinformados, procuram promover o bem-estar individual inerente à qualidade de vida e a novos estilos de vida, transportando, por vezes, modos e padrões de vida de origem para destinos de sonho, acasalando, de forma nem sempre salutar, “o útil com o agradável”;
3. O turismo residencial afigura, neste contexto, como um “fato à medida”, porque ajusta, na perfeição, às novas formas de mobilidade nas sociedades modernas que se situam entre a mobilidade temporal e a migração permanente.

No entanto, Brito (2010) deixa o alerta, nos termos que se seguem, pelo facto de nem tudo ser rosa neste namoro triangular entre Turismo Residencial, Motivações e Destino Turístico:

As motivações, os desejos e a formação da procura final de uma casa de tempo livre integram, em proporções variadas, três componentes: turismo, aplicação financeira e investimento «na pedra»:

1. **As motivações de natureza turística** são mais amplas do que as da estadia temporária e compreendem, entre outros aspectos, a realização pessoal (o estilo de vida), a excitação (ligada a competição – por exemplo, no golfe) e o desfrute de prazer, nas suas mais diversas formas, durante a estadia;
2. **As motivações de natureza financeira** têm a ver com a gestão do património familiar, o rendimento resultante da «cedência da casa à exploração turística» e a expectativa de ganhos com a sua revenda a curto ou médio prazo;
3. **As motivações do investimento «na pedra»** têm a ver com a segurança, as mais-valias a médio ou longo prazo e a psicologia: a exibição de estatuto social, de poder ou de pertença a um grupo social aliam o *return on ego* ao *return on investment*.

Com a variação dos modelos de negócio, varia também os efeitos benéficos ou maléficos que esta atividade imobiliário-turística induz no destino. Ora vejamos os fundamentos deste autor:

1. Os desejos dos compradores combinam turismo, finança e imobiliária em proporções variáveis e podem ser estruturados, num dado momento, nos três submodelos de negócio (utilização ou rendimento exclusivos ou combinação dos dois) cuja evolução no tempo deve ser prevista:
 - a. **Utilização exclusiva** - a casa do tempo livre é utilizada, em estadia temporária ou em residência permanente da reforma, pelo proprietário, pelos familiares e amigos. O proprietário tem a liberdade de a mobilar e decorar ou alterar o seu interior, devendo respeitar as normas fixadas pelo empreendimento no qual a casa se integra. A casa não é cedida à exploração turística e exclui a expectativa de rendimento nanceiro, em favor da privacidade na utilização. Os adquirentes dispõem de meios económicos para financiar o investimento, pagar a sua manutenção e o custo da administração, salvaguardar a privacidade no acesso à casa e exibi-la em vários círculos sociais.

Documentos oficiais, vários autores e interesses empresariais designam este sub-modelo de negócio por «residência secundária», «segunda residência» ou «imobiliária», em alternativa a um conceito redutor de turismo.

- b. **Rendimento exclusivo** - neste submodelo, o rendimento financeiro e o futuro ganho de mais-valias na venda são os desejos dominantes na aquisição de casa. Encontramos este modelo, desde a viragem dos séculos XIX e XX.

A remuneração da cedência à exploração turística, a sua duração e as condições variam, sendo reguladas pelo mercado e pela intervenção pública. A «garantia de rendimento». Há uma realidade incontornável: só a rentabilidade da exploração turística pode alimentar o rendimento a pagar ao investidor e o anúncio de qualquer garantia precisa de ser esmiuçado.

- c. **Combinação de Utilização e Rendimento** - neste submodelo, a casa é utilizada pelo proprietário e pela família em estadias temporárias e cedida à exploração turística o resto do tempo. Esta cedência pode visar apenas obter rendimento para comparticipar nas despesas de administração e no financiamento da aquisição – é o *soft lease-back*.

Neste contexto, «casa de férias» designa a utilização temporária da casa do tempo livre em estadias temporárias, a título oneroso ou não, por uma família com vida profissional activa. **A casa de férias é um caso particular da casa do tempo livre.**

2. A procura de cada um destes submodelos conhece um crescimento estrutural marcado por ciclos de alguns anos ou mesmo por interrupções bruscas, como em situações de guerra. A procura da utilização própria tem tendência a evoluir com a economia (rendimento disponível e financiamento), e é ainda dominada por «uma família, uma casa», mas a situação de «uma família e várias casas» começa a não ser invulgar.

Modelos de negócio tem a ver com as diferentes motivações intrínsecas a cada investidor e/ou turista residencial. Pois, associado a esta atividade de cariz turístico está também associada uma outra de cariz inteiramente imobiliário, tendente a derivar-se para fenómenos menos consensuais, tais como: imobiliária turística, “bolhas imobiliárias turísticas”, crise *suprime* e/ou sistémica, atesta seguidamente Brito (2010):

1. A **especulação imobiliária** consiste na compra de um imóvel para o vender por um preço superior, sem o transformar nem utilizar.
2. O **rebetamento da bolha imobiliária turística** e a eclosão da crise de 2008-2009 contribuem para que se fale no abuso de «vendas não transparentes» a compradores sem qualificação financeira, sobre-endividados ou iludidos com promessas de «rendimento garantido» e em especuladores sem controlo, devido a uma regulação pública confusa.
3. O **empreendimento de turismo residencial** é fruto da promoção e o seu funcionamento é assegurado pela administração e a exploração turísticas.

4. A **exploração turística**, de que há sucessivas definições legais, é por nós definida como a actividade económica que resulta da relação que se estabelece entre promotor, explorador e proprietários das casas do tempo livre, de modo a assegurar o funcionamento do empreendimento ao longo do tempo, quando estão em causa serviços que vão para além da administração.
5. A exploração turística do empreendimento de turismo residencial pode integrar a sua **administração**. A experiência mostra que a relação real e legal entre administração (sobretudo nos casos de haver uma escritura de propriedade horizontal) e exploração turística não está suficientemente regulada, o que acarreta consequências gravosas em momentos de tensão entre as partes envolvidas.

Este argumento é ainda reforçado por Patuleia (2012), no concernente ao turismo residencial:

1. Esta modalidade de alojamento é um mercado já importante a nível europeu e em franco crescimento nos últimos anos. Cerca de 30.000.000 europeus passaram as suas férias em Resorts Integrados. Deste universo 3.000.000 recorreram a este espaço para usar a sua propriedade (segunda residência, *buy to use to let*, clube de férias, entre outros) (TP, 2007).

Quadro 18 – Caraterização de um resort integrado

| | |
|------------------------------|---|
| Alojamento | Diversidade na tipologia, na categoria e no tipo de propriedade do alojamento. |
| Ambiente envolvente | Encontram-se em ambiente urbano, periurbano, praia, rural, montanha, entre outros. |
| Condições estruturais | Os Resorts Integrados devem garantir todas as condições de segurança, vistas panorâmicas, eventos, paisagens variadas, oferta de lazer e serviços de restauração e serviço personalizado. |
| Dimensão | O alojamento normalmente ultrapassa as 2.000 camas, podendo atingir as 20.000. |
| Experiência | Os Resorts Integrados oferecem uma panóplia de atividades que vão desde o lazer, a estética e a animação. Estão inseridos num contexto onde predomina a qualidade, o respeito ambiental, a segurança, a sensação de exclusividade, novas experiências e estados emocionais positivos. |
| Motivações | Os Resorts Integrados destinam-se, normalmente, a segmentos de mercado com motivações pelos desportos náuticos, golfe, mice, gastronomia, entre outros. |
| Proprietários | mercado de arrendamento através de empresas especializadas, ou em quarter share/twelfth share. |

Fonte: TP (2007), Wall (1997a) e Andriotis (2008), in Patuleia (2012), adaptado pelo Autor

2. Já fora do continente europeu temos o **caso do Dubai e de Cabo Verde** onde se verificou uma verdadeira explosão da bolha imobiliária e onde atualmente as habitações tiveram uma desvalorização na ordem dos 40% (id.). Assim a crise de 2008-2009 colocou-nos perante o contexto da **Europa da Dívida, pondo fim à Europa da Abundância**. Estávamos perante o desenvolvimento imobiliário-turístico que correspondia às expectativas dos turistas, ao desenvolvimento urbano assente na renovação do antigo casario e à expansão da periferia das cidades sem qualquer tipo de urbanização (Patuleia et al., 2011). Estas dinâmicas iriam modificar completamente o panorama social destes povos.

Cumulativamente a este potencial micro conflito de interesses entre os diferentes envolvidos neste negócio imobiliário-turístico, nomeadamente: promotores, proprietários, turistas, exploradores, administradores, residentes, etc., existe um outro tipo de macro conflito, o qual, envolvendo os interesses dos visitantes e visitados, pode atingir uma dimensão nacional ou, quiçá, até internacional, como assevera Patuleia (2012):

1. Tendo em conta os princípios existentes na análise do Turismo Residencial, assiste-se a uma ocupação temporária e pouco rotativa, ocorrendo apenas em períodos de férias, fins de semana e pontes, fazendo com que, na maior parte do tempo os apartamentos se encontrem desocupados não gerando qualquer contributo para o pressuposto efeito multiplicador do turismo nas economias locais.
2. Quando este tipo de turista exige modelos de vida iguais ou parecidos aos que tinha no seu local de residência, a tendência é construir urbanizações com serviços específicos e que terminam na construção de guetos (Peris, 2009) ou de “sociedades duais” (Boeke, 1953). Estas urbanizações podem ser caracterizadas, da seguinte forma (Jurdao, 1979 in Mantecón et al., 2009):
 - a. Trata-se de novos núcleos urbanos;
 - b. Não estão conectados com o núcleo tradicional;
 - c. A única relação estabelecida entre estes e o tradicional deve-se ao facto de estarem sob as regras da mesma autarquia;
 - d. A maioria dos habitantes é proprietária dos imóveis;
 - e. Estes proprietários são, na maioria, estrangeiros;
 - f. É uma população heterogénea e não reside de forma permanente;
 - g. Os imóveis são frequentemente transaccionados;
 - h. Esta rotatividade provoca algumas dificuldades na vida em comunidade;
 - i. Por último, o tributo pago por estes novos núcleos é maior do que os moradores do núcleo tradicional.
3. Normalmente quando se fala na sustentabilidade do turismo valoriza-se apenas a capacidade de carga dos recursos e omite-se a capacidade de carga social de um

determinado destino turístico, ou seja, a quantidade máxima de visitantes que o recurso poderá suportar sem que haja deterioração do mesmo (Peris, 2009). O autor acrescenta que a dificuldade em aferir é elevada, como tal, quando é detectada a população local já chegou a um nível de saturação que começa a mostrar uma postura desfavorável à atividade turística.

4. no crescimento do turismo de massas, “à medida que os fluxos cresciam e ultrapassavam o limite tolerado pela comunidade, esta revelava-se progressivamente mais reativa em relação aos turistas” (Ferreira, 2003).

Nesta sequência, a Autora propõe um quadro para a análise do índice de irritação dos visitados em relação à presença crescente dos visitantes:

Quadro 19 – Índice de irritação (Irridex) de Doxey e de Miligan

| Índice de Irritação de Doxey (1975) | | Versão Modificada de Milligan (1989) | |
|--|--|---|--|
| 1. Euforia | Os visitantes são bem-vindos e existe pouco planeamento. | 1. Curiosidade | As pessoas aceitam empregos que a comunidade receptora considera abaixo das suas expectativas de estatuto social, rendimento e projeto de carreira. |
| 2. Apatia | Os visitantes são considerados como garantidos e o contacto transforma-se nalguma formalidade. | 2. Aceitação | Os emigrantes são aceites e o turismo deixa de ser preocupação, apenas da comunidade residente. |
| 3. Irritação | A saturação aproxima-se e os habitantes locais têm dúvidas. Os responsáveis pelo planeamento procuram controlar o desenvolvimento do turismo através do aumento das infraestruturas, em vez de impor limites ao crescimento. | 3. Irritação | Conjuntamente com o aborrecimento desenvolve-se por parte dos turistas alguns sentimentos de antipatia para com os trabalhadores imigrantes que são vistos, também, como culpados pela deterioração da qualidade. |
| 4. Antagonismo | A irritação é expressa de forma aberta e o planeamento tenta remediar a situação, enquanto a promoção aumenta, contribuindo para a deterioração da reputação da área. | 4. Antagonismo | Ambos os lados estão conscientes do ressentimento e a situação entre os jovens é muito volátil. O trabalhador é imigrante e é responsabilizado, por tudo aquilo que os naturais não podem atribuir, diretamente, ao turismo. |

Fonte: Adaptado de Ferreira (2003) e Butler (2006)

Neste quadro, pode-se observar que o sentimento dos visitados varia entre a euforia e o antagonismo, em função do modelo de desenvolvimento e do nível de envolvimento dos locais, na qualidade de protagonistas, no planeamento do respetivo destino.

De acordo com este princípio, esta autora defende que:

1. A residência secundária no campo cumpre, normalmente, dois objectivos, por um lado é o complemento perfeito para as condições de vida menos favoráveis nas cidades e por outro lado contribui para satisfazer a necessidade e o desejo das populações urbanas pelo campo e pela natureza.
2. Por outro lado, devido às características do produto turístico, o turista, para consumir o produto, precisa estar no local de consumo. Assim, significa que a comunidade receptora entrará em contacto com indivíduos que muitas vezes possuem modos de vida bastante heterogéneos, detentores de algo mais do que apenas o seu poder de compra e com eles trazem um peculiar modo de agir. Assim, esse contacto entre a população autóctone e os turistas resulta no estabelecimento de uma relação em que podem ocorrer mudanças socioculturais, principalmente na sociedade visitada - na estrutura familiar, no estilo de vida, nas manifestações artísticas, em cerimónias tradicionais, no sistema de valores, no comportamento individual, enfim em toda a organização social. Estas mudanças podem implicar prejuízos para os autóctones na medida em que, o desenvolvimento dos Resorts Integrados pode dar origem a guetos luxuosos em lugares onde muitas vezes prevalece a pobreza e outros problemas sociais (Wall, 1997a). Para além disso, podem dar lugar à falta de contacto entre turistas e população local, encontrando-se desvinculados contextualmente da comunidade onde estão inseridos.
3. Muitas vezes, a única relação que a população local tem com o espaço do Resort Integrado é através da mão-de-obra no processo de construção do mesmo ou então como parte integrante da equipa que trabalha diariamente no espaço (Freitag, 1994). No entanto, o autor acrescenta que os lugares ocupados, normalmente pelos autóctones, são trabalhos com baixas qualificações, sendo que os lugares de gestão são ocupados por profissionais que não pertencem à região (id.).

Para se evitar eventuais conflitos de interesse, os promotores e exploradores/gestores de empreendimentos hoteleiros tendem a desenvolver projetos de Resorts integrados, de modo a explorarem um negócio garantido naquilo que anteriormente se denominou de “hotéis-destino”, especializados na comercialização de pacotes *All Inclusive*, como é o caso do modelo de negócio dos grupos RIU¹⁰⁰, TUI, etc..

¹⁰⁰ Numa entrevista à Carmen RIU, Administradora do Grupo Riu em Cabo Verde, a mesma argumenta que são bons neste tipo de modelo padronizado de *All Inclusive*. Porque, em modelos de negócio

1. Os Resorts Integrados são empreendimentos que na sua maioria satisfazem as necessidades dos turistas dentro do seu perímetro de construção, o que diminui significativamente a oportunidade dos comerciantes locais beneficiarem com a presença dos turistas que poderiam adquirir artigos locais como artesanato, comércio, restaurantes, entre outros. Se por um lado, os locais podem ser utilizados como mão-de-obra, por outro lado o acesso às instalações dos Resorts Integrados são inviáveis, dados os altos preços praticados no empreendimento (Andriotis, 2008; Wall, 1997a).
2. Os Resorts poderiam ser vistos como uma via de proteção da cultura local, não deixando que a mesma fosse incutida pela cultura dos turistas ali instalados. Por outro lado, a construção destes projetos de grande escala, que muitas vezes perduram no tempo devido às condições económicas do mercado (Inskip, 1991), não têm uma avaliação prévia dos impactes sobre a comunidade local e põem em causa a concretização do mesmo (Nunkoo e Ramkissoon, 2010). Ou seja, o sucesso do mesmo baseia-se na percepção concreta que os locais têm sobre o desenvolvimento destes projetos (Andriotis e Vaughan, 2003). O apoio para o desenvolvimento dos mesmos é influenciado pela percepção que os locais têm sobre os benefícios e custos do projeto, assim como o grau de satisfação referente aos serviços que podem apoiar o desenvolvimento da comunidade, impactes económicos e ambientais (Nunkoo e Ramkissoon, 2010). Estamos perante a necessidade de envolver no seu todo a comunidade de um destino, tendo em conta a percepção social, cultural, ambiental e económica.
3. Refira-se que os impactes negativos deste desenvolvimento também afectam a qualidade ambiental, nomeadamente através da erosão e a desertificação dos solos, da desflorestação, da degradação paisagística, e da diminuição da diversidade biológica local, entre outros (Müller, 2009; Peris, 2009; Huete et al., 2008; Mazón, 2009). Podemos mesmo dizer que o ambiente é o preço mais caro do desenvolvimento socioeconómico do Turismo Residencial e é justamente neste subsistema que assenta a viabilidade futura da região (Huete et al., 2008). “Contudo, o turismo pode também ser um gerador de importantes impactes positivos, designadamente a nível económico, os quais subsequentemente e de forma sinérgica, poderão determinar impactes ambientais positivos no ambiente físico-social, enquanto impactes secundários” (Partidário, 1998: 4).

Estes factos dão razão a Cunha (1997), quando argumenta que: “o turismo é um consumidor compulsivo de recursos. Por isso, o seu desenvolvimento deve ser planeado, com saber e muita sensibilidade”. Pois, como defende Patuleia (2012): “o turismo pode ser considerado como um fenómeno social total. Por ser objeto de

diferenciados, no qual cada utente tem uma expectativa personalizada para ser superada, não conseguiriam servir qualidade e, por isso, fracassariam sempre.

análise de várias ciências sociais e devido à variedade de influências e impactos que tem na vida das comunidades emissoras e receptoras”. Nesta perspectiva, caso ocorrer o contrário:

1. É neste âmbito que pode ocorrer a saturação e a degradação dos recursos ambientais de elevado valor e sensibilidade como recursos de base de um desenvolvimento global sustentável (Partidário, 1998). Esta percepção é contundente quanto à necessidade de se planear e desenvolver o destino turístico de forma sustentável (ver ponto 2.5.), evitando-se a exploração desenfreada dos recursos em vez de apenas se dar relevância à obtenção e maximização do lucro (Mazón e Aledo, 2005).
2. O turismo apresenta-se, muitas vezes, como a singular possibilidade de desenvolvimento económico para uma região e muitas vezes também submete os autóctones a uma ordem externa, desarticulando as comunidades tradicionais.
3. Numa sociedade cada vez mais globalizada, num tempo em que se procuram traços de identidade que nos caracterizam e distinguem dos outros, o Turismo Residencial surge como uma prática que possibilita, entre outras valências, o encontro com um novo estilo de vida.
4. Continuam a ser os grandes desconhecidos para a sociedade que os acolhe. Não sabemos quem são, o que pensam, como vivem, como se sentem, como nos veem, quais os seus problemas, preocupações, necessidades, o que lhes agrada ou desagrada, como se integraram (ou não) na sociedade em que os acolheu (Pérez-Santamarina, 2005). Esta constatação assume um papel ainda mais complexo quando falamos no caso da escolha dos Resorts Integrados: espaços de lazer e turismo fechados em si próprios.
5. O seu consumo acelerado sem estar assente numa adequada planificação conduz este fenómeno ao fim do ciclo de vida do mesmo, porque a dinâmica perversa em que este se baseia consiste, na compra do terreno, na construção das residências e à sua comercialização (Aledo e Mazón, 2004). Nestes casos, não estamos perante um negócio turístico, mas sim perante uma atividade meramente imobiliária (id.). É esta dinâmica perversa do desenvolvimento do Turismo Residencial (a ausência de planificação, a qualidade negativa do produto global, a destruição de recursos naturais, a ausência de uma adequada oferta complementar, a falta de serviços hoteleiros e a má imagem do Resort), que numa primeira fase conduz ao esgotamento do modelo turístico, conseqüentemente ao desequilíbrio da oferta e ao fim do ciclo de vida do produto turístico.

Este desenlace é previsto por Brito

1. Terminada a promoção, de nimos a sustentabilidade turística do empreendimento de turismo residencial como «a capacidade da relação entre proprietários das casas do tempo livre e empresa exploradora para assegurar a rentabilidade desta e a satisfação

das expectativas criadas aquando da venda da casa ao proprietário, ao investidor e ao utilizador turístico, o que implica manter, ao longo do tempo, um conjunto coerente de instalações físicas, serviços e valor, no quadro de uma envolvente espacial e de uma integração territorial adequadas, com criação de valor para as comunidades local, regional e nacional».

2. A sustentabilidade turística depende ainda do facto de a intervenção pública assegurar a qualidade da envolvente e a regulação da estabilidade das relações privadas em causa – o que faz do mau funcionamento da justiça uma barreira à competitividade da economia turística residencial do nosso país.
3. Durante o tempo da exploração, a casa, o empreendimento, a sua envolvente e a integração territorial conhecem uma evolução normal e transformações inesperadas. Nesses «momentos de verdade» para a sustentabilidade turística do empreendimento, a regulação pública deve garantir a e ciente resolução de conflitos de interesses.
4. A relação entre os dois grandes modelos de negócio é feita de conflitos de interesses e sinergias, que são regulados pelo mercado e pela intervenção pública. O maior conflito resulta do facto de o turismo residencial representar perda de vendas para o operador de *holiday package* e de hóspedes para o explorador do empreendimento turístico, caso que tem particular relevância no Algarve. A procura de terrenos para empreendimentos de turismo residencial faz aumentar o seu preço e dificulta a rentabilização do investimento hoteleiro.

Dado o exposto, pode-se concluir que os diferentes modelos de negócio de turismo residencial não são compatíveis com um “Estado Fraco” / um Estado com “Instituições Fracas”, porque este é chamado a intervir, para:

1. Mediar eventuais conflitos de interesses;
2. Planear: “onde se está, para onde se pode e para onde se quer ir”;
3. Regular o bom funcionamento do mercado;
4. Defender e promover a imagem de marca e a competitividade do destino e dos seus agentes;
5. Garantir a sustentabilidade turística, que proteja e preserve o destino.

Neste sentido, pode-se sintetizar nas seguintes as funções do Estado (Poder Central e/ou Local) na edificação e manutenção de um destino turístico:

1. Capacitação institucional para o planeamento, e a formulação de políticas e estratégias para a edificação do destino sobre 3 pilares indissociáveis:
 - a. Produto;
 - b. Distribuição;

c. Acessibilidade/transporte.

2. Criação e defesa de uma imagem de marca do destino turístico, promovendo, de forma equitativa, os destinos nacionais e o turismo interno.
3. Maximização das vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas (do país, do setor e dos seus agentes), mormente, através das relações intra e intersetoriais do turismo.
4. Regulamentação, inspeção, proteção dos consumidores e exercício da ação fiscal.
5. Prevenção e remedeio das falhas, garantindo a sustentabilidade turística a prazo.
6. Criação de um órgão de coordenação entre o governo, o sector público e o sector privado.
7. Estabelecimento de PPP e assistência financeira para o desenvolvimento das infraestruturas estratégicas.
8. Estabelecimentos das condições favoráveis ao crescimento do sector privado, mormente endógeno e a para ocorrência do efeito *spillover*.
9. Sensibilização pública para a participação local no planeamento, promoção e venda de um país que se quer turístico, garantindo autenticidade e qualidade como pontos de partida e de chegada.
10. Fornecimento, de forma inovadora, das estatísticas e das informações turísticas.

No concernente a essas funções do Estado, vai-se, doravante, privilegiar a análise de uma das funções estratégicas, que consiste no desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* de um destino turístico, com o objetivo de se criar a respetiva imagem de marca.

Segundo Almeida (2010: 9-14):

1. A imagem de um destino turístico é constituída por avaliações cognitivas e avaliações afetivas, resultando da inter-relação entre ambas a predisposição para escolher e visitar um destino. (...) Têm que se ter em atenção os diversos componentes da imagem de um destino, que por sua vez, são fatores determinantes da oferta turística. Assim, quer as Atrações Turísticas, quer as Facilidades Turísticas, quer a Informação

Turística, quer as Infraestruturas Turísticas, quer o Preço Turístico, têm um papel fundamental na formação da imagem percebida de um destino.

2. A imagem dos destinos turísticos é fundamental para a escolha e motivação para o consumo. A imagem é criada na mente de um turista, é um reflexo da capacidade de oferecer um destino turístico. É tudo o que o turista pode saber e vivenciar naquele destino, sendo a percepção mais importante do que a realidade. Para Cai (2002), a formação da imagem atua como elemento central, embora não único, da marca dos destinos turísticos. Os turistas tomam as suas decisões a partir da representação de imagens mentais das diferentes alternativas oferecidas, o *marketing* turístico tem de criar a imagem ideal de um destino turístico, capaz de motivar o turista a vir, a viver uma viagem que se torne inesquecível.
3. Segundo Crompton e Fakeye (1991), Jenkins (1999), a criação da imagem de um destino é a expressão de todos os conhecimentos, impressões, preconceitos, imaginação, emoções, que um indivíduo ou grupo possui em um determinado local. Esse processo pode resultar da coleta de experiências e informações durante o processo de escolha de um destino a ser visitado.
4. Para Kastenholz (2002), o conhecimento para aprender sobre uma meta pode estimular um efeito positivo ou negativo, afetando a tomada de decisões e o sucesso ou fracasso de um destino específico.

Nesta perspectiva de Almeida (2010), no âmbito do processo de formação de constituição de uma imagem de marca de um destino, um papel central é reservado ao *marketing* turístico. Na mesma linha de pensamento, Veras & Costa (2011) consideram também que, o *marketing* de serviços constitui um instrumento fundamental, pelos seguintes motivos:

1. Já na “**década perdida**”, 1980, em virtude da crise econômica, o consumidor ficou inseguro e passou a poupar, pois tinha medo das altas taxas inflacionárias, portanto, diminuindo o consumo de bens e serviços. A esse respeito comenta Manzo (apud SANTOS et al., 2009, p. 99) que “o produto comandava o mercado porque, se o produto não fosse vendido hoje, seria procurado e comprado amanhã por preços mais elevados”.
2. Na **década de noventa**, fazendo uso da tecnologia o marketing assumiu uma postura diferenciada, utilizando-se dos instrumentos de comunicação, como o marketing direto e a internet, na tentativa de atrair os clientes e gerar valor superior aos produtos comercializados (OLIVEIRA, 2004)
3. **O conceito de marketing acompanhou tais evoluções**, sendo cada vez mais orientado para o estudo das necessidades, desejos e demandas dos consumidores. Nesta perspectiva Cobra (apud GIULIANI, 2003, p. 9) define o marketing como

sendo “a ação de descobrir necessidades e desejos dos consumidores, visando desenvolver produtos e serviços que os encantem”. Entende-se, portanto, que o marketing atua com foco na satisfação das necessidades e desejos dos clientes, capturando valor ou proporcionando-lhes valor superior.

4. *Marketing* atua, sendo utilizado de maneira estratégica pelas empresas para se posicionarem no mercado de forma competitiva. Para Giuliani (apud GIULIANI, 2003, p. 9) *marketing* é um “conjunto de esforços criativos e táticos que devem ser utilizados para adaptarmos o produto ou serviço ao mercado, às mudanças ocorridas no macroambiente, com o foco de conservar e tornar leal o cliente”.

Esta evolução do *marketing* turístico é seguidamente sintetizado num quadro formulado por Balanza & Nadal (2003), adaptado pelo Autor, demonstrando toda a trajetória feita por este importante mecanismo de promoção turístico de um dado destino:

Quadro 20 – Quadro evolutivo do marketing turístico

Quadro Evolutivo do Marketing (Turístico)

| Conceito | Orientação a Produção | Orientação a Venda | Orientação ao Marketing | Orientação a Sociedade |
|-------------------------------------|---|---|---|--|
| Datas de Referência | Século XIX, início do XX | Início do XX até anos 60 | Anos 60 até anos 80 | Anos 80 até hoje |
| Finalidade da Empresa | Maximizar o lucro | Vender o máximo de um produto | Conseguir a máxima eficácia | Cuidar com responsabilidade do ambiente |
| Objetivo Principal | O produto (produção) | A venda | A clientela | O ambiente do mercado |
| Base da Estratégia | A venda e a promoção | Táticas agressivas de vendas | Integração de todos os membros com qualidade da empresa | Produtos com qualidade ecológica |
| Objetivo do Mercado | Aumentar o volume de negócios | Satisfazer suas próprias necessidades, mediante a venda de tudo que é produzido | A satisfação dos clientes, mediante a satisfação de suas necessidades | Satisfazer as necessidades do consumidor, assim como o desenvolvimento do ambiente |
| Atitude em Relação aos Consumidores | Os consumidores compram e consomem os produtos que a empresa produz | A necessidade de vendas da empresa estimula sua produção | As necessidades dos clientes orientam a atividade da empresa | Tentar conscientizar o consumidor sobre o cuidado com o ambiente |
| Atitude em Relação aos Produtos | A empresa vende o que produz | Criar produtos para vender, sem aumentar o custo | Lucro é o objetivo prioritário | Produtos de qualidade e, principalmente, naturais, ecológicos e responsáveis |
| Lucro | Receita menos despesa | Volume de vendas | Lucro é o objetivo prioritário | Conservar o ambiente |
| Inovação | Tecnologia de redução de custos | Promoção | Novos produtos que satisfaçam | Qualidade de vida |
| Comunicação | Incidir nas características e na qualidade do produto | | Incidir nas vantagens do produto ou serviço | Incidir nas vantagens a médio ou longo prazo |

Fonte: Balanza & Nadal (2003: 35), adaptado pelo Autor

Nesta perspectiva, o *marketing* turístico tem a difícil missão de convencer um turista, por vezes, estrepante / novo a se deslocar do seu conforto habitual para vir consumir um produto ou um serviço turístico desconhecido, tendo como única garantia uma expectativa induzida pelo *marketing* do destino.

O *marketing* procura atender às necessidades e desejos humanos, e para isso o mesmo gera uma oferta de mercado, ou seja, uma junção de produtos, serviços, informações ou mesmo experiências (KOTLER; ARMSTRONG, 2007).

Veras & Costa (2011) defendem ainda que:

1. O *marketing* de serviços é trabalhado de forma distinta do *marketing* de bens, isto porque os serviços não podem ser vistos, sentidos, ouvidos, cheirados ou provados (KOTLER; KELLER, 2006). Por ter essas características diferenciadas o *mix* de serviços recebe, além dos 4 P¹⁰¹s propostos no *marketing* de bens, outros quatro elementos táticos, são eles: pessoas, processos, perfil e produtividade.
2. Sendo assim, o *marketing* procurará “atrair novos clientes, prometendo-lhes valor superior, e manter e cultivar os clientes atuais, propiciando-lhes satisfação” (KOTLER; ARMSTRONG, 2007, p. 3), nisto consiste o verdadeiro desafio proposto pelo *marketing*, atrair o cliente ofertando-lhe o que realmente deseja.

Nesta perspectiva, não interessa só captar novos clientes, mas também manter estes e os tradicionais clientes, fidelizando-os ao destino, através de uma experiência marcante, que não pode ser vista, sentida, ouvida, cheirada ou provada.

Kotler (2008) atesta, assim, que: **o produto** não é apenas o bem tangível, mas tudo aquilo que satisfaça o cliente, sejam bens físicos, serviços, pessoas, locais, organizações e ideias, ou seja, é o ofertado pelo mercado para a satisfação da necessidade ou desejo do cliente. O que, segundo Veras & Costa (2011), citando (LAS CASAS, 2008, p. 284), diferencia dos **serviços**, pelo facto destes poderem: “ser considerados como atos, ações e desempenho”, e “[...] estão presentes em quaisquer ofertas comerciais. Os mesmos apresentam características particulares, são elas: a intangibilidade, a inseparabilidade, a variabilidade e a perecibilidade”.

Essa intangibilidade dos serviços é vista por Kotler e Armstrong (2007, p. 217), como uma dificuldade adicional, em termos do respetivo *marketing*, uma vez que, pelo fato destes bens não poderem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados antes da compra, antes de serem consumidos, ao contrário dos produtos, essa característica faz com que o *marketing* de serviços seja mais difícil de ser trabalhado que o de produtos.

A inseparabilidade, refere-se, para estes autores, ao fato dos serviços serem normalmente consumidos ao mesmo tempo em que são produzidos. Outra característica, a variabilidade, é presente pelo fato do serviço ser dependente de quem o oferta e onde é ofertado.

Na perspectiva de KOTLER (2008): “a qualidade dos serviços depende, assim, de quem os fornecem, bem como de quando, onde e como são fornecidos. Os serviços

¹⁰¹ 1. Produto; 2. Preço; 3. Praça e 4. Promoção.

também podem ser considerados perecíveis devido ao fato de não poderem ser armazenados e transportados para uma posterior venda”.

Assim sendo, mormente no mercado turístico, cuja procura é incerta, essas características dos serviços constituem um enorme desafio para as empresas que os prestam.

Para Kotler e Armstrong (2007, p. 42), o *mix* de *marketing* é: “o conjunto de ferramentas de *marketing* táticas e controláveis que a empresa combina para produzir a resposta que deseja”.

Neste sentido, Las Casas (2008) in Veras & Costa (2011), defende que, além dos elementos táticos comumente trabalhados no composto de produtos (produto, preço, praça, promoção) o *mix* de serviços considera ainda outros 4 P’s, são eles: as pessoas, os processos, o perfil e a produtividade/qualidade. I.e:

1. O primeiro item a ser considerado no composto de serviços é **o Produto**, o que Las Casas (2008) denomina como a parte palpável, ou seja, a parte tangível do serviço. Ao se trabalhar este elemento tático as organizações devem preocupar-se, sobretudo, na formulação de uma marca forte e competitiva. A marca pode ser considerada como uma forma de tangibilizar o produto/serviço.
2. O **Preço** é atribuído para gerar receita, no entanto no serviço o cliente toma o preço como uma forma de mensurar a qualidade, ou seja, se o preço for baixo o cliente poderá ver o serviço com de baixa qualidade, no entanto, se o preço for alto o mesmo poderá atribuí ao serviço uma qualidade maior. É o que relata Kotler e Keller (2006, p. 428) ao afirmarem que “o preço também informa ao mercado o posicionamento de valor pretendido para seu produto ou marca”.
3. Nos produtos, a **Praça** é considerada como sendo a distribuição, ou seja, como o produto se posiciona geograficamente em relação aos clientes. Para os serviços não é muito diferente, a finalidade é a mesma, se posicionar da melhor maneira junto ao mercado alvo. No entanto, no mercado de serviços existe a característica da inseparabilidade, o que acarreta em pontos de distribuição mais curtos que no mercado de produtos, por tanto, de menor abrangência. A complexidade para a distribuição de um serviço é enorme, sendo que para haver a prestação do mesmo é necessária toda uma estrutura para atender a demanda proposta (KAHTALIAN, 2002).
4. **A Promoção** de vendas refere-se à participação em feiras, eventos, shows, brindes, entres outras, ou seja, aquilo que promova a imagem da empresa. Na venda pessoal existe o contato direto com o cliente, no caso dos serviços possibilita o esclarecimento sobre o mesmo, fazendo com que o cliente gere as devidas expectativas sobre o

serviço que lhe está sendo oferecido. A venda pessoal é um ponto que pode gerar uma grande vantagem competitiva, isso ocorrerá se os representantes souberem com profundidade o que estão vendendo e não gerarem expectativas acima ou abaixo do que realmente está sendo ofertado (LAS CASAS, 2008).

5. **As Pessoas** são tão importantes nos serviços que a sua atuação precisa ser planejada, uma vez que as atuações dos mesmos podem gerar uma boa ou má impressão, influenciando diretamente na qualidade dos serviços. (LAS CASAS, 2008). Sendo assim as pessoas se tornam um dos elementos mais importantes, sobretudo em razão da variabilidade dos serviços, ou seja, a qualidade dos serviços pode alterar-se dependendo “de quem os fornece, bem como de quando, onde e como são fornecidos” (KOTLER; ARMSTRONG, 2007, p. 9 217).
6. **Os Processos** tornam-se relevantes para a diferenciação do serviço, na medida em que refletem o desempenho do mesmo, procurando atingir a satisfação do cliente. (...) Por essa razão, mais do que nunca, empresas procuram agilizar a sua oferta, diferenciando-se nos processos.
7. Para Araújo e Gorgulho (2002, p. 37) “**Physical evidence (Perfil)** diz respeito ao ambiente no qual o serviço é entregue e a qualquer bem tangível que facilite a **performance** e a comunicação do serviço”. Por esta razão, o perfil deve ser bem trabalhado, ou seja, deve-se usar de pesquisas e outros instrumentos para coletar a opinião dos clientes com o objetivo de adaptar o perfil às mesmas, de modo a capturar a sua credibilidade e a sua confiança.
8. **A Produtividade** para Conte e Durski (2002, p. 53) “é vista como eficiência e é conseguida através da otimização do uso dos recursos empregados (*inputs*) a fim de maximizar os resultados desejados (*outputs*)”. Portanto, ao entender produtividade como a otimização do uso dos recursos com o objetivo de maximizar os resultados, pode-se perceber que a produtividade tem por finalidade a procura da qualidade.

Um serviço turístico-hoteleiro, por assumir, na íntegra, todas essas complexas características, requerem, assim, em prol da edificação de um destino turístico globalmente competitivo e localmente sustentável, um *marketing* estratégico que leve em consideração os 8 P's supra referenciados.

B.10. Turismo de saúde

Num contexto pandémico, em que a segurança, mormente, sanitária, passou a ser um mister para todo e qualquer viajante, urge criar-se, em Cabo Verde, a base sanitária requerida no contexto global, para que cada visitante deste PEID se sinta acolhido, com as garantias que se impõe a um país de moda, mas, acima de tudo, a um país que,

paulatinamente, quer estar na linha da frente, que já não se contenta apenas em ser um bom exemplo regional, mas que quer também constituir uma boa referência no concerto das nações e participar, ativamente, na definição deste nosso futuro comum, que esperemos que esteja, efetivamente, ao alcance de todos.

Para o efeito, o Governo já lançou um projeto de construção de um hospital nacional, na cidade da Praia, para servir a demanda de todas as ilhas, mas também toda a sub-região da CEDEAO, bem como o setor turístico. Pois, entende-se que Cabo Verde dispõe de uma oportunidade singular para vir a constituir na comunidade a que pertence, uma boa referência na área da saúde, podendo, com a integração estratégica da sua diáspora, colocando toda a vasta competência, experiência e know-how dos seus filhos não residentes ao serviço do desenvolvimento das ilhas, dar um grande salto, mormente no domínio do turismo de saúde, passando este bem precioso a ser, também, mais um motivo de viagem dos seus visitantes e motivo de felicidade e esperança para os seus visitados.

Para o o site <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

O Turismo de Saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

1. Os primeiros deslocamentos em busca de soluções para os males físicos remontam às civilizações grega, romana e árabe, e ao uso de águas medicinais principalmente sob a forma de banhos. Na Grécia, os templos chamados “athleticus” eram construídos para banhos aos quais se atribuía a capacidade de curar doenças. Os gregos também iniciaram a utilização de práticas hidroterápicas, acompanhadas de massagens e dietas especiais.
2. No Império Romano, a população utilizava as termas como forma de repouso e divertimento, e os exércitos para se revigorarem. Os romanos viajavam em caravanas à medida que as termas iam sendo consolidadas, no que se pode considerar as primeiras viagens motivadas pela busca da saúde. No ano 300 havia cerca de mil termas, muitas dessas famosas até hoje, como as de Aix-en-Provence e Vichy (França), Baden-baden e Aix-la- Chapelle (Alemanha).
3. No século XIX, o volume de deslocamentos para tratamento em estâncias hidrotermais imprimiu caráter turístico a essas viagens. No Brasil, a primeira foi Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina, criada em 1813. Hoje, os avanços

tecnológicos e a evolução do conceito de saúde, compreendido não mais apenas como a ausência de doenças e sim o completo bem-estar físico, mental e social, levaram à ampliação das possibilidades de tratamento e das interações com a atividade turística, conformando um novo segmento denominado Turismo de Saúde.

4. A análise dessa evolução, especialmente nas últimas décadas, permitiu a definição de: um marco conceitual abrangente, fundamentado em aspectos que se referem à natureza da atividade turística, à motivação do turista, e às características dos equipamentos, dos serviços e do ambiente:

No entanto, a pandemia atualmente ainda em vigor abre uma série de incógnitas, para as quais ainda não há respostas, mas que interpelam a todos sobre o grau de acessibilidade de cada cidadão do mundo a esse futuro dito comum, mas que, no entanto, continua na sua trajetória, países a andar a várias velocidades, fazendo coexistir uns que, na linha da frente, já sonham com a 3.^a dose maciça para a sua população e outros que ainda continuam a ter pesadelos com a 1.^a dose, para a sua população, ainda que seja limitada aos mais vulneráveis.

Neste mundo desequilibrado e desequilibrador, cumprida já o objetivo de ter, já nesta fase, 70% da sua população já vacinada com pelo menos uma dose, com: AstraZeneca/Oxford (maioritariamente, para a população em geral), Pfizer-BioNTech (prioritariamente, para o pessoal da saúde) e/ou Sinopharm (preferencialmente, para a comunidade chinesa), Cabo Verde poderá, pressupostamente, através de parcerias estratégicas bilaterais e/ou multilaterais, adotar a estratégia: “1 Turista, 1 Vacina”, como a sua bandeira para um posicionamento competitivo no âmbito do segmento do turismo de saúde. Este posicionamento condicionaria, por esta via, cada um e todos os visitantes que chegarem a Cabo Verde, a virem vacinados ou a saírem daqui vacinados, transformando, assim, Cabo Verde, num destino de esperança para o acesso à vacina contra a COVID-19, mormente, para uma parte significativa dos africanos desafortunados, que se encontram nas últimas filas de acesso à vacina, não obstante esforço conjunto feito através da COVAX.

Segundo <https://unric.org/pt/covax-o-que-e-como-funciona-como-sera-distribuido-e-porque/>:

1. O COVAX (Acesso Global às Vacinas da Covid-19) é o elemento de vacinação do programa ACT-Accelerator, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e os seus parceiros internacionais, para o desenvolvimento conjunto de ferramentas de

combate ao vírus. O seu objetivo é distribuir dois mil milhões de doses em 2021, particularmente nos países mais pobres e imunizar 27% dos seus cidadãos.

2. “Ninguém está seguro até todos estarmos seguros”, é o lema da OMS desde o início desta crise global de saúde. Os especialistas em direitos humanos da ONU alertam contra o “monopólio das vacinas” detido pelos países mais ricos e insistem que estas devem ser acessíveis a todos.
3. Cerca de 92 países de baixo e muito baixo rendimento estão a adquirir vacinas com o apoio do COVAX, esperando-se que os cidadãos mais pobres sejam vacinados gratuitamente.
4. O COVAX foi lançado nos primeiros meses da pandemia, é financiado por doadores privados e pelos países mais abastados e tem como objetivo garantir que todos tenham acesso à vacinação. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), lidera os esforços para obter e fornecer doses aos países mais pobres.
5. Do total (...) de doses da vacina Pfizer-BioNTech, acordado para distribuição em 2021, 200 milhões de doses deverão ser entregues a 18 países no primeiro trimestre do ano. Cerca de 336 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford serão distribuídas nos países abrangidos pelo COVAX, do Afeganistão ao Zimbábue.
6. Estas vacinas constituem parte das 90 milhões de doses que serão enviadas para África pela COVAX, na primeira metade de 2021, apoiando a vacinação de cerca de 3% da população de risco. Até ao final de 2021, espera-se que com a disponibilidade de mais vacinas e o aumento da capacidade de produção, 600 milhões de doses tenham sido distribuídas e cerca de 20% da população africana tenha sido vacinada.

Este relato – apelo do Chefe da OMS demonstra, claramente, o desequilíbrio gritante existente no acesso global e distribuição da vacina anti-COVID-19, fazendo, neste quesito também, o mundo andar a várias velocidades, esquecendo-se, egoisticamente, que, em matéria de pandemia: “ou ficamos todos seguros e protegidos ou ninguém ficará completamente amparado e feliz”, face à possibilidade e à tendência para as mutações do vírus e, conseqüentemente, para o aparecimento de novas estripes resistentes às atuais vacinas, correndo-se, assim, o risco de se deitar tudo a perder.

Neste sentido, este órgão das Nações Unidas, na mesma fonte, assevera ainda que:

1. A Covid-19 tem causado enormes perdas humanas. Mais de dois milhões de pessoas, em todo o mundo, sucumbiram ao vírus. Muitos mais foram hospitalizados e sofrem com as conseqüências debilitantes da infeção. O objetivo do COVAX é conter esta trágica perda de vidas e a propagação de sintomas crónicos.

2. Milhões de vidas foram afetadas pelas restrições de viagens, bloqueios e outras medidas postas em prática para reduzir a propagação do vírus. Milhões perderam o seu emprego com a desaceleração da economia global. Os sistemas de saúde ficaram sobrecarregados, dificultando o acesso a tratamentos aos pacientes com doenças não relacionadas à covid-19. A OMS pretende que as vacinas fornecidas pelo COVAX contribuam para reverter estas tendências e retornar à normalidade.
3. O chefe da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que os esforços do COVAX não são ações de caridade: numa economia global altamente interconectada, vacinas eficazes e amplamente disponíveis, são a forma mais rápida de acabar com a pandemia, reiniciar a economia global e garantir uma recuperação sustentável. Nas palavras do chefe da organização: “ou nos afogamos ou nadamos juntos”.

Cabo Verde, sofrendo grandes flutuações na dinâmica de contágio, durante os dezoito meses de pandemia, apresenta, no presente momento¹⁰² o seguinte panorama estatístico:

Quadro 21 – Análise comparativa da pandemia COVID-19 Cabo Verde vs. Mundo

| Indicador | Cabo Verde | Mundo |
|--|--------------|-------------------|
| 1. Total de População (23/09/2021) | 563.391 | 7.895.335.686 |
| 2. N.º de Infetados no dia | 50 | 261.862 |
| 3. N.º Total de Infeções | 37.290 | 231.622.226 |
| 4. Taxa de Ataque = <u>N.º total de casos +</u> N.º total pop. | 6,6% | 2,9% |
| 5. N.º Total de Mortes (Taxa de Letalidade) = N.º de mortes /N.º de Infetados | 333 (0,9%) | 4.745.953 (2%) |
| 6. N.º Total de Mortes / 1.000.000 Pax | 591 | 609 |
| 7. N.º Testes / 1.000.000 Pax | 373 | |
| 8. N.º Total de Recuperados | 36.219 (97%) | 208.287.328 (90%) |
| 9. N.º Total de Casos Ativos | 714 | 18.588.945 |
| 10. N.º Total de Casos Críticos | 23 (3%) | 96.005 (0,5%) |

Fonte: www.worldmeters.info (2021)

Da análise comparativa da situação pandémica em Cabo Verde e no mundo, constata-se o seguinte:

¹⁰² A 23/09/2021.

1. A taxa de ataque do vírus Sars-cov 2 à população cabo-verdiana é atualmente de 6,6%, enquanto que a nível mundial a média é de 2,9%, menos de metade. O que significa que o nível de prevenção em Cabo Verde não foi tão eficaz, relativamente à média internacional, o que contribuiu para que a pandemia massacrasse, pontualmente, um pouco o escasso povo das ilhas.
2. Quanto à taxa de letalidade, pelo contrário, Cabo Verde afigura, nesta senda, num nível muito mais resiliente do que a média mundial, apresentando uma taxa média de 0,9%, enquanto que o mundo apresenta uma taxa superior ao dobro deste, na ordem de 2%. O que significa que, no contexto global, o vírus foi muito mais violento, dizimando cerca de duas em cada cem pessoas que foram infetadas.
3. No que se refere à evolução da doença para um elevado grau gravidade, em Cabo Verde, após cerca de 70% da população vacinada, com pelo menos uma dose, esta é mais significativa que a média mundial, atingindo cerca de 3% dos casos positivos, enquanto que, a nível global, esta reside a nível de 0,5%, cerca de 6 vezes menos que na realidade cabo-verdiana, merecendo, por isso, este facto uma análise situacional cuidada.

A pandemia da COVID-19 não representa apenas ameaça, representa também uma oportunidade para se fazer uma pausa e se repensar o percurso e o rumo da caminhada, mormente, ao nível do setor turístico, para se acertar o passo da coletividade, de modo a chegar todos juntos a esse propagado futuro comum, sem que ninguém tenha que ficar ou ser deixado para trás. Este é o novo desafio da humanidade!

No *site* em referência, partindo do pressuposto que os turistas de saúde procuram essa modalidade de turismo com fins médicos, terapêuticos e estéticos, observa que:

1. Referem-se aos objetivos que motivam o deslocamento, isto é, à busca de determinados meios e serviços que podem ocorrer em função da necessidade de tratamento e cura, de condicionamento e bem-estar físico e mental.
2. Os termos Turismo Hidrotermal, Turismo Hidromineral, Turismo Hidroterápico, Turismo Termal, Termalismo, Turismo de Bem-estar, Turismo de Águas e vários outros podem ser compreendidos como Turismo de Saúde.

Estas são algumas oportunidades de investimentos e de negócio, mas também de diferenciação e complementaridade turísticas que se abrem a um destino turístico como Cabo Verde, cujo desenvolvimento se encontra fortemente condicionado por um

crescimento enviesado, moldado por um monoproduto de sol & praia e confinado a dois microdestinos regionais, parcos em recursos ambiente-territoriais, económico-financeiros, socioculturais e, quiçá, até, político-institucionais.

Para Estêvão (2020), no que concerne à hipótese da diversificação económica a nível intrassetorial do turismo, não obstante: “a diversificação da economia nacional é um dos pontos centrais da estratégia pós-pandemia para regressar aos trilhos do crescimento(...) a fragilidade, ou carência, de infraestruturas necessárias para a construção de ofertas turísticas complementares em grande parte das áreas consideradas. A hipótese do turismo de saúde é fortemente estrangida pela existência de infraestruturas e de cuidados de saúde que estão bem longe dos padrões de qualidade internacional observáveis na maior parte dos destinos especializados nesta área. A enorme concorrência internacional existente nas áreas especializadas e a competitividade de países de grande dimensão, que conseguem beneficiar de economias de escala para reduzir os custos envolvidos, nomeadamente, em viagens e hotéis”.

Nesta perspetiva, entende-se que: a especialização no Turismo de Saúde requer níveis infraestrutural e técnico pelo menos iguais aos dos países emissores de turistas, podendo essa oferta ser reforçada com uma oferta complementar e competitiva de outros bens e serviços, justificando a troca dos serviços de saúde do país de origem com os oferecidos localmente, sob a forma de um pacote integrado, por Cabo Verde, permitindo, assim, aos turistas, com a criação de economia de escala, juntarem, competitivamente, o útil ao agradável.

B.11. Turismo social

Para o site <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>:

1. O Turismo Social vem sendo tratado (...) sob uma nova visão, como uma forma de se conduzir e praticar a atividade turística, visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética. Portanto, as premissas, estratégias e ações definidas para o Turismo Social perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de se promover a inclusão pela atividade turística.

2. A denominação Turismo Social surgiu na Europa – meados do século XX - utilizada como proposta de lazer para um número maior de pessoas, organizado por associações, sindicatos e cooperativas com a finalidade de atender as necessidades de férias das camadas sociais menos favorecidas.
3. Em 1996, no Congresso do Bureau Internacional de Turismo Social – BITS –, ficou registada a Declaração de Montreal: “todos os seres humanos têm direito a descansar, a um tempo de ócio, a um limite de horas trabalhadas e a férias pagas”; “o objetivo primário de todas as iniciativas de desenvolvimento turístico deve ser a realização plena das potencialidades de cada indivíduo, como pessoa e como cidadão”.
4. O Código Mundial de Ética do Turismo dispõe que o Turismo Social tem “por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.
5. O papel do Estado é de agente incentivador e coordenador no que diz respeito à participação de outros órgãos de governo, da sociedade civil organizada e do setor privado em relação ao turismo, com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural e económica dos indivíduos.
6. Nessa perspectiva, procura-se desenvolver o turismo com vistas à inclusão, privilegiando a ótica de cada um dos distintos atores envolvidos na atividade: o turista, o prestador de serviços, o grupo social de interesse turístico e as comunidades residentes nos destinos.
7. Sob a ótica do turista, o interesse social concentra-se no turista em si, como sujeito pertencente a determinados grupos de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística, ou a grupos que, por motivos diversos, têm suas possibilidades de lazer limitadas. Essa constitui a abordagem clássica de Turismo Social, que trata das viagens de lazer para segmentos populares e da parcela da população em situação de vulnerabilidade.

O turismo social, pelo seu efeito positivo ao nível da inclusão social e da democratização do turismo, constitui um fator desenvolvimentista, não só do destino, como também das estruturas socioeconómicas dos países de origem e do destino.

Neste contexto, atesta a mesma fonte que: “o Turismo Social não é visto apenas como um segmento da atividade turística, mas como uma forma de praticá-la com o objetivo de obter benefícios sociais”.

Para Cunha & Abrantes (2019: 28), o turismo cultural baseia-se no seguinte:

1. Dada a impossibilidade de separar a cultura da história, incluímos no turismo cultural as viagens provocadas pelo desejo de ver realidades novas, aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos de outros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou satisfazer necessidades espirituais.
2. Alguns autores (por exemplo, Smith, 1989) estabelecem uma diferença entre “turismo cultural” e “turismo histórico”, reservando o primeiro para as relações das pessoas com os estilos de vida (*old style*) e o segundo para as atrações provocadas pelas “glórias do passado” (*heritage*).
3. Os centros culturais, os grandes museus, os grandes monumentos religiosos (catedrais, mesquitas, templos budistas), os locais onde se desenvolveram no passado as grandes civilizações do mundo, os grandes centros de peregrinação, o pitoresco ou “cor local” (Smith, 1989) ou a cultura camponesa constituem as preferências dos turistas que se deslocam pelos motivos já referidos. Podemos ainda incluir, neste tipo, as viagens de estudo.

B.12. Turismo temático

Compreende deslocações a parques temáticos ou outro tipo de atrações relacionadas com divertimentos e experiências (Moniz, 2016).

Este constitui uma modalidade de turismo na qual Cabo Verde, não obstante a sua incipiência na área, dispõe de um enorme potencial, o qual deverá ser planeado e desenvolvido, ilha a ilha, ou, na melhor das hipóteses, município a município, cada um com a sua especialidade e temática.

As rotas temáticas, cada uma fazendo o “*grand tour*” à volta da respetiva ilha, edificadas sobre os CAT¹⁰³ - CI¹⁰⁴, constituem a linha de força desta modalidade turística, nomeadamente, a:

1. Rota dos Escravos (tendo como epicentro a Cidade Velha: o Berço da Crioulidade e património mundial da humanidade);
2. Rota da Liberdade (a historicidade recente de Cabo Verde e da edificação de uma identidade);

¹⁰³ Centros de Acolhimento Turístico.

¹⁰⁴ Centros Interpretativos.

3. Rota da Música (passando pelo berço dos nossos artistas referenciais, para um banho de cultura);
4. Rotas das Artes;
5. Rota da Fé (tendo a 1.^a igreja católica edificada em África e o seu contributo para a emergência de uma nação, como pano de fundo);
6. Rota das Tapas (Gastronómica);
7. Rota de *Charles Darwin*;
8. Rota das Ribeiras;
9. Rota dos Miradouros;
10. Rotas das Piscinas Naturais, etc.

Eis é o turismo diferente que muitos cientistas, operadores e decisores político-institucionais têm defendido para estas ilhas, que Estêvão (2020) intitula de integração vertical do turismo, através de uma teia de relações intrassetoriais, estabelecidas ao longo da sua cadeia de valor.

2.12. Inter-relações entre as diferentes tipologias de turismo

“A diversificação económica traduz o processo através do qual se verifica um progressivo alargamento da gama de bens e serviços produzidos e pode ser vista como a forma de uma economia altamente concentrada reduzir a sua exposição a choques externos (...) A procura turística dirigida ao país alcançou com volume apreciável e revela-se estável, ou em crescimento. A diversificação vertical intra-sectorial assenta na possibilidade de segmentar a procura de acordo com a capacidade de diferenciação da oferta turística do país”.

Estêvão (2020: 31)

Para este autor: a diversificação económica pode ser também utilizada como: “uma estratégia para gerar novas oportunidades de produção e exportação; também pode ser vista como uma possibilidade de absorver o excesso de trabalho disponível e expandir a produção; ou como uma forma de aumentar o nível do produto potencial da economia, com inovação produtiva e utilização de trabalho mais qualificado”.

Na linha do pensamento de Estêvão (2020), reitera-se que o turismo pode constituir um veículo privilegiado na indução de desenvolvimento de qualquer destino turístico, utilizando, para o efeito, as suas relações intra e intersetoriais, para multiplicar e acelerar os seus efeitos diretos, indiretos e induzidos na respetiva economia.

Mormente, nos PEID, onde existe elevados índices de vulnerabilidade e de dependência externa, o turismo tende a ser um importante instrumento de desenvolvimento dos destinos a níveis globais, parciais e externos, pelos efeitos que proporciona, nos domínios de: emprego, balança de pagamento, saldo de divisas, câmbio, produção, território, demografia, etc., conforme o quadro seguinte:

Quadro 22 – Efeitos económicos do turismo

Classificação e identificação dos efeitos económicos do turismo

| Tipos de efeitos | Objetivos de política económica | Consequências /Efeitos |
|-------------------------|--|--|
| Globais | Estratégia de desenvolvimento | Globais sobre a economia nacional |
| | | Sobre a dependência externa |
| | | Sobre a nova ordem económica mundial |
| Parciais | Crescimento dos setores produtivos (eficácia do sistema) | Sobre a produção |
| | | Sobre o emprego |
| | Setor externo (estabilidade e equilíbrio do sistema) | Balança de pagamentos |
| | | Taxa de câmbios |
| | | Relações reais de troca |
| | | Oferta monetária e velocidade de circulação da moeda |
| | Estabilidade dos preços | Receitas públicas |
| | | Despesas públicas |
| | Equidade dos sistemas | Distribuição de rendimento |
| | Ordenamento do território | Desenvolvimento regional |
| Meio rural | | |
| Movimentos demográficos | | |
| Externos | Utilização adequada e proteção dos recursos naturais e humanos | Sobre meio ambiente |
| | | Sobre a formação profissional |
| | Aspectos socioculturais | Sobre níveis e atitudes de consumo |
| | | Sobre as alterações sociais e culturais |

Fonte: Adaptado de WTO (2001)

Em Cabo Verde, a estratégia de diversificação económico-setorial emergida no âmbito do pós-pandemia da COVID-19, passará, necessariamente, pelo quadro anterior, de modo que os efeitos negativos do turismo sejam subtraídos e divididos e os positivos sejam somados e multiplicados entre todos os envolvidos.

1.3.3.2. Procura turística sustentável: a globalização do local

A. Percurso entre o velho e novo turismo

“O “silver hair tourist” está disposto a gastar dinheiro, é um viajante activo, gosta de serviços personalizados, conforto e experiências que o façam sentir “jovem”.

Fonte: http://www.publituris.pt/wp-content/uploads/2014/01/turismo-china-?d*x?d*

A diferença entre o velho e novo turista e/ou turismo, não tem a ver com a idade dos seus utentes, mas sim, com a atitude dos mesmos, mormente na sua forma de se relacionar com o local visitado.

Um marco importante que ditou a separação das águas entre o velho e o novo turismo tem a ver com a Conferência de Manila, que induziu um pensamento novo sobre o fenómeno turístico.

Para Cunha (1997: 70): “a Declaração de Manila, resultante da Conferência Mundial realizada em 1980, ao analisar as diferentes estratégias do desenvolvimento turístico no passado e aquelas que são recomendáveis em virtude das novas preocupações (Quadro infra), pôs em destaque as tendências da estratégia de desenvolvimento turístico recomendável, das quais decorre:

Quadro 23 – Impacto turístico da Conferência de Manila

| Ordem | Antes da Conferência | Depois da Conferência |
|--------------|--|---|
| 1 | Desenvolvimento espontâneo | Desenvolvimento planificado |
| 2 | Estratégias deixadas à iniciativa individual | Política de turismo desenvolvida a nível nacional orientada para as empresas |
| 3 | Importância dada aos aspetos económicos | Consideração dada aos factores políticos, sociais, económicos, educacionais, culturais e ambientais |
| 4 | Maximização dos lucros | Optimização das vantagens económicas e sociais |
| 5 | Importância atribuída aos preços | Importância dada aos valores |
| 6 | Crescimento | Desenvolvimento |
| 7 | Férias passivas | Férias ativas |
| 8 | Produtos estereotipados | Produtos diferenciados |
| 9 | Publicidade e promoção do turismo | Informação e educação por intermédio do turismo |
| 10 | Degradação do ambiente | Proteção do ambiente |
| 11 | “Guetos” turísticos | Integração da população local |
| 12 | Falta de comunicação | Utilização das línguas numa ótica universal |

Fonte: Cunha (1997: 70)

Da análise do quadro anterior concernente ao Impacto Turístico da Conferência de Manila, realizada em 1980, destaca-se os seguintes marcos históricos, que separam o velho do novo turismo:

1. Transformação do turismo de um fenómeno económico num fenómeno multidimensional: transetorial, eco-ambiental, sociocultural e político-institucional;

2. Turismo utiliza o crescimento como um meio para se atingir o grande objetivo que é o desenvolvimento (agora sustentável);
3. O valor é muito mais que o preço que se paga ou recebe;
4. O turista deixou de ser um corpo estranho para passar a ser um amigo informado e sensível, que partilha e protege;
5. A diferenciação local de estranhada passou a ser entranhada.

Estas são as tendências do novo turismo, futurista, que pode ser resumido no quadro seguinte, em contraposição ao velho turismo:

Quadro 24 = 24A + 24B - velho vs. novo turismo

Quadro Comparativo - Velho vs. Novo Turismo

| Forças Motrizes | Velho Turismo | Forças Motrizes | Novo Turismo |
|----------------------------|--|----------------------------|--|
| 1. Perfil dos Consumidores | 1. Inexperientes | 1. Perfil dos Consumidores | 1. Maduros (peso crescente dos "silver hair tourists" e do turismo da 3.ª idade), dispostos a gastar dinheiro em troca de saúde e bem-estar |
| | 2. Sem roupa ("Modo Bronze") | | 2. Com roupa e outros instrumentos ("Modo Observador-Participante") |
| | 3. Não amigáveis e ficam sozinhos | | 3. Amigáveis: falam uns com os outros (presencial e virtualmente) e interagem com a comunidade local |
| | 4. Viajam "para manter": vivem como um visitante, buscam o artificial para manter a sua autenticidade e induzir a transformação local, na busca do antigo luxo: limusina, hotéis***** e sofisticação | | 4. Viajam "para mudar": vivem como um local/visitado, buscam autenticidade, autotransformação e o novo luxo: único e exclusivo |
| | 5. Consumidores intensivos e "inconscientes" dos recursos turísticos locais | | 5. Consumidores responsáveis, que, através das 8 R da sustentabilidade, procuram preservar e valorizar os recursos turísticos locais |
| | 6. Mais preocupados com as causas do turismo | | 6. Mais preocupados com os efeitos (momento nefastos e a sustentabilidade) do turismo |
| | 7. Promotores de um consumo elitista (classe alta) do turismo | | 7. Promotores da democratização e da socialização do turismo junto das "novas" classes sociais com uma classe média crescente nos países emergentes: BRIC |
| | 8. Consumidores de pacotes de grupo: têm segurança nos números | | 8. Consumidores individuais e multigeracionais (pela alteração da composição e do envelhecimento populacional), hiper-informados: querem ser diferentes, traçando, pela "des-diferenciação", o seu próprio destino: "tailor-made" |
| | 9. Utilizadores limitados das TIC, que viajam para "gozar", desfrutando, <i>per se</i> , do prazer do consumismo | | 9. Todos os participantes são utilizadores assíduos das TIC: nas fases pré, durante e pós viagem, que viajam para "mostrar": momentos, experiências e destinos "instagramáveis/memoráveis", em busca de uma vida saudável: caminhada, bem-estar e desporto |
| | 10. Utilizadores dos meios convencionais de viagem para destinos tradicionais | | 10. Utilizadores do e-commerce e de novas acessibilidades: personalizam as suas próprias escolhas para novos destinos, na busca da complementaridade entre o melhor dos 2 mundos: "safiri" + melhor alojamento |
| 2. Recurso às TIC | 1. TIC como recurso de acesso restrito | 2. Recurso às TIC | 1. TIC como recurso estratégico de utilização democratizada: acessível às camadas mais desfavorecidas, dinamizando comunidades online |
| | 2. TIC como recurso de consulta pontual | | 2. TIC como ferramenta indispensável para o turismo: nas fases pré, durante e pós viagem |
| | 3. Comunicação no ciclo restrito de familiares e amigos | | 3. Comunicação intensiva e global com: operadores, comunidade local, familiares, amigos, outros viajantes, intemautes indiferenciados |
| | 4. Comunicação unilateral / bilateral | | 4. Comunicação multilateral como condição sine qua non para a viagem e para a promoção do destino |
| | 5. TIC com efeito passivo na promoção do destino turístico | | 5. TIC como um ativo valioso na valorização e promoção de um destino turístico e na respetiva competitividade |
| 3. Condições de Estrutura | 1. Turismo como um bem de consumo de luxo só acessível à elite | 3. Condições de Estrutura | 1. Ascensão de uma classe média referencial numa nova estrutura societária, impondo a democratização do turismo |
| | 2. Mercado regulado de acesso limitado | | 2. Mercado liberalizado, que promove a ascensão da economia de "acesso" |
| | 3. Crescimento económico como foco | | 3. Mudanças estruturais, com impacto na reestruturação do mercado e no quadro de valores: ambiente, saúde e segurança |
| | 4. Crescimento descontrolado | | 4. Crescimento limitado e controlado, tendo a segurança como um dos fatores determinantes |
| | 5. Competitividade e o horizonte de curto prazo iluminado pela Economia | | 5. Competitividade como parte da sustentabilidade multidisciplinar, alargando o horizonte para o médio e o longo prazos |
| 4. Produção | 1. Competitividade através do preço | 4. Produção | 1. Fenómeno do <i>Low-Cost</i> a revolucionar a competitividade no mercado, democratizando a procura turística |
| | 2. Economia de escala | | 2. Economia de escala e de alcance |
| | 3. Integração vertical e horizontal, privilegiando as relações intrasectoriais do turismo | | 3. Integração diagonal, com aposta no desenvolvimento das relações intersectoriais do turismo |
| | 4. Uma oferta dominante dos produtos tradicionais do turismo de massas (paradigma da oferta) | | 4. "Des-diferenciação": novas práticas, novos produtos turísticos, em prol do perfil dos novos visitantes (paradigma da procura do autêntico) |
| | 5. Minimização de consumo de recursos (esgotáveis), numa ótica quantitativa | | 5. Maximização de consumo dos recursos renováveis, numa ótica qualitativa |
| 5. Gestão | 1. Trabalho visto como um simples fator / custo de produção | 5. Gestão | 1. Trabalho visto como fator de diferenciação / qualidade (Fator Q) |
| | 2. Maximização das capacidades (eficácia quantitativa) | | 2. Gestão da qualidade (eficiência qualitativa) |
| | 3. Venda do que é produzido (4 P's de Marketing Mix: Preço, Produto, Praça e Promoção) | | 3. Venda, ouvindo os consumidores (8 P's de Marketing, 4 P+ : Pessoas, Processos, Posicionamento e Performance) |
| | 4. Predomínio das perspetivas financeiras e dos processos internos | | 4. Ascensão das perspetivas dos clientes e da aprendizagem e desenvolvimento |
| | 5. Competitividade, com foco na rivalidade concorrencial e no bem-estar de curto prazo | | 5. Competitividade como parte da sustentabilidade, alargando o horizonte do bem-estar para o médio e o longo prazos |

Fonte: Santos (2017: 18) & OMT (2019), adaptado e atualizado pelo Autor

Obs:

"Des-diferenciação" - diferenciação, pela educação, inovação e criatividade

Ao segregar-se o velho do novo turismo, chega-se, de forma mais detalhada, aos seguintes quadros-síntese:

Quadro 24A – Velho turismo

Quadro Comparativo - Velho vs. Novo Turismo

| Forças Motrizes | Velho Turismo |
|-----------------------------------|--|
| 1. Perfil dos Consumidores | 1. Inexperientes |
| | 2. Sem roupa ("Modo Bronze") |
| | 3. Não amigáveis e ficam sozinhos |
| | 4. Viajam "para manter": vivem como um visitante, buscam o artificial para manter a sua autenticidade e induzir a transformação local, na busca do antigo luxo: limusina, hotéis***** e sofisticação |
| | 5. Consumidores intensivos e "inconscientes" dos recursos turísticos locais |
| | 6. Mais preocupados com as causas do turismo |
| | 7. Promotores de um consumo elitista (classe alta) do turismo |
| | 8. Consumidores de pacotes de grupo: têm segurança nos números |
| | 9. Utilizadores limitados das TIC, que viajam para "gozar", desfrutando, <i>per si</i> , do prazer do consumismo |
| | 10. Utilizadores dos meios convencionais de viagem para destinos tradicionais |
| 2. Recurso às TIC | 1. TIC como recurso de acesso restrito |
| | 2. TIC como recurso de consulta pontual |
| | 3. Comunicação no ciclo restrito de familiares e amigos |
| | 4. Comunicação unilateral / bilateral |
| | 5. TIC com efeito passivo na promoção do destino turístico |
| 3. Condições de Estrutura | 1. Turismo como um bem de consumo de luxo só acessível à elite |
| | 2. Mercado regulado de acesso limitado |
| | 3. Crescimento económico como foco |
| | 4. Crescimento descontrolado |
| | 5. Competitividade e o horizonte de curto prazo iluminado pela Economia |
| 4. Produção | 1. Competitividade através do preço |
| | 2. Economia de escala |
| | 3. Integração vertical e horizontal, privilegiando as relações intrasetoriais do turismo |
| | 4. Uma oferta dominante dos produtos tradicionais do turismo de massas (paradigma da oferta) |
| | 5. Minimização de consumo de recursos (esgotáveis), numa ótica quantitativa |
| 5. Gestão | 1. Trabalho visto como um simples fator / custo de produção |
| | 2. Maximização das capacidades (eficácia quantitativa) |
| | 3. Venda do que é produzido (4 P's de Marketing Mix: Preço, Produto, Praça e Promoção) |
| | 4. Predomínio das perspectivas financeiras e dos processos internos |
| | 5. Competitividade, com foco na rivalidade concorrencial e no bem-estar de curto prazo |

Fonte: Santos (2017: 18) & OMT (2019), adaptado e atualizado pelo Autor

Dando um maior destaque ao quadro 24A, desenvolvido por Santos (2017) e OMT (2019), de modo a se poder fazer uma análise crítica sobre o velho turismo, o Autor, com as devidas

adaptações metafóricas¹⁰⁵, deixa, para cada uma das suas componentes integrantes, as seguintes pistas:

1. **Perfil dos consumidores**, no velho turismo, era o de um consumidor nato dos recursos territoriais, desinformado, que, levado pelos fatores emocionais, procura tirar, de forma básica, o máximo proveito dos “**3 B’s**”:
 - 1.1. **Bom** = prazer máximo;
 - 1.2. **Bonito** = foco na aparência;
 - 1.3. **Barato** = dar o mínimo, para poder tirar o máximo de algo “empacotado”.
2. **Recurso mínimo às TIC**, de modo a “ver tudo”, sem “nada ser visto”;
3. **Condições de estrutura**: viagem para se diferenciar dos outros, dando tudo que tem e que não tem para quem no seu foco só aparece \$;
4. **Produção**: só o produto tradicional, mormente o de sol & praia, pode garantir um consumo de massas e a necessária escala para a maximização do lucro;
5. **Gestão**: a pressão do curto prazo, não deixa espaço nem tempo para se vislumbrar o que “só vem, ainda, lá no horizonte”.

¹⁰⁵ Se lhe é, assim, permitido.

Quadro 24B - Novo turismo

Quadro Comparativo - Velho vs. Novo Turismo

| Forças Motrizes | Novo Turismo |
|----------------------------|--|
| 1. Perfil dos Consumidores | 1. Maduros (peso crescente dos "silver hair tourist" e do turismo da 3.ª idade), dispostos a gastar dinheiro em troca de saúde e bem-estar |
| | 2. Com roupa e outros instrumentos ("Modo Observador-Participante") |
| | 3. Amigáveis: falam uns com os outros (presencial e virtualmente) e interagem com a comunidade local |
| | 4. Viajam "para mudar": vivem como um local/visitado, buscam autenticidade, autotransformação e o novo luxo: único e exclusivo |
| | 5. Consumidores responsáveis, que, através das 8 R da sustentabilidade, procuram preservar e valorizar os recursos turísticos locais |
| | 6. Mais preocupados com os efeitos (momento nefastos e a sustentabilidade) do turismo |
| | 7. Promotores da democratização e da socialização do turismo junto das "novas" classes sociais com uma classe média crescente nos países emergentes: BRIC |
| | 8. Consumidores individuais e multigeracionais (pela alteração da composição e do envelhecimento populacional); hiper-informados: <u>querem ser diferentes, traçando, pela "des-diferenciação", o seu próprio destino: "tailor-made"</u> |
| | 9. Todos os participantes são utilizadores assíduos das TIC: nas fases pré, durante e pós viagem, que viajam para "mostrar": momentos, experiências e destinos "instagramáveis/memoráveis", em busca de uma vida saudável: caminhada, bem-estar e desporto |
| | 10. Utilizadores do e-commerce e de novas acessibilidades: personalizam as suas próprias escolhas para novos destinos, na busca da complementaridade entre o melhor dos 2 mundos: "safári" + melhor alojamento |
| 2. Recurso às TIC | 1. TIC como recurso estratégico de utilização democratizada: acessível às camadas mais desfavorecidas, dinamizando comunidades online |
| | 2. TIC como ferramenta indispensável para o turismo: nas fases pré, durante e pós viagem |
| | 3. Comunicação intensiva e global com: operadores, comunidade local, familiares, amigos, outros viajantes, internautas indiferenciados |
| | 4. Comunicação multilateral como condição sine qua non para a viagem e para a promoção do destino |
| | 5. TIC como um ativo valioso na valorização e promoção de um destino turístico e na respetiva competitividade |
| 3. Condições de Estrutura | 1. Ascensão de uma classe média referencial numa nova estrutura societária, impondo a democratização do turismo |
| | 2. Mercado liberalizado, que promove a ascensão da economia de "acesso" |
| | 3. Mudanças estruturais, com impacto na reestruturação do mercado e no quadro de valores: ambiente, saúde e segurança |
| | 4. Crescimento limitado e controlado, tendo a segurança como um dos fatores determinantes |
| | 5. Competitividade como parte da sustentabilidade multidisciplinar, alargando o horizonte para o médio e o longo prazos |
| 4. Produção | 1. Fenómeno do <i>Low-Cost</i> a revolucionar a competitividade no mercado, democratizando a procura turística |
| | 2. Economia de escala e de alcance |
| | 3. Integração diagonal, com aposta no desenvolvimento das relações interssetoriais do turismo |
| | 4. "Des-diferenciação": novas práticas, novos produtos turísticos, em prol do perfil dos novos visitantes (paradigma da procura do autêntico) |
| | 5. Maximização de consumo dos recursos renováveis, numa ótica qualitativa |
| 5. Gestão | 1. Trabalho visto como fator de diferenciação / qualidade (Fator Q) |
| | 2. Gestão da qualidade (eficiência qualitativa) |
| | 3. Venda, ouvindo os consumidores (8 P's de Marketing, 4 P+: Pessoas, Processos, Posicionamento e Performance) |
| | 4. Ascensão das perspetivas dos clientes e da aprendizagem e desenvolvimento |
| | 5. Competitividade como parte da sustentabilidade, alargando o horizonte do bem-estar para o médio e o longo prazos |

Fonte: Santos (2017: 18) & OMT (2019), adaptado e atualizado pelo Autor

Ao virar-se para o quadro 24B, desenvolvido por Santos (2017) e OMT (2019), de modo a se poder fazer uma melhor análise crítica sobre cada uma das suas componentes integrantes, o Autor, com as devidas adaptações, propõe as seguintes ilações reflexivas:

1. **Perfil dos consumidores**, no novo turismo, é o de um apreciador incondicional dos valores territoriais, hiperinformado, que, levado pelos fatores éticos, procura deixar o destino, de forma sustentável, o máximo de valores, sob a forma dos “**3 V’s**”:

1.1. **Valorizado** = para que o destino fique mais “rico”, com a valorização do que tem efetivamente valor;

1.2. **Viabilizado** = para que os locais sejam os principais beneficiários dos bônus do turismo (e não o fiel depositário dos seus ónus);

1.3. **Vitalizado** = para que cada um tenha, ao longo da vida e em todas as gerações, o direito e o acesso a uma vida autêntica almejada.

2. **Recurso minucioso às TIC**, como meio de: “ver tudo antes” para “tudo ser visto, depois”;
3. **Condições de estrutura**: viagem para que “a diferença nos iguale”;
4. **Produção**: só os novos produtos turísticos, mormente o ecoturismo (no sentido lato), tem valor suficiente para partilhar com todos os visitantes e visitados;
5. **Gestão**: a “luz do horizonte” é a única que “ilumina a todos”, para que ninguém fique para trás, neste longo percurso para o “nosso futuro comum”.

Nesta perspetiva de **transformação dos “3 B’s” em “3 V’s”**, a OMT (2019), através das novas tendências do turismo e de viagens para o consumidor, traça um fio condutor que guia, a todos, rumo para uma integração sinérgica de padrões de consumo e produção sustentáveis, no âmbito das políticas de turismo:

1. Viaje "para mudar": Viva como um local, busque autenticidade e transformação.
2. Viaje "para mostrar": Momentos, experiências e destinos "instagramáveis/memoráveis".
3. Busca de uma vida saudável: Caminhadas, bem-estar e turismo desportivo.
4. Ascensão da economia de "acesso".
5. Viagens individuais e viagens multigeracionais: como resultado do envelhecimento da população e famílias solteiras.
6. Aumentar a conscientização sobre sustentabilidade: zero plástico e mudanças climáticas.

Neste contexto, estarão, com certeza, criadas as condições necessárias e suficientes, para que, tanto os visitantes como os visitados, possam superar as respetivas expectativas com o turismo localmente desenvolvido, fazendo com que as qualidades ofertada e procurada se repercutem na qualidade de vida das gerações atuais e vindouras.

B. Satisfação no princípio e no fim da sustentabilidade turística

“São os comportamentos e as atitudes que determinam a qualidade mais do que as políticas ou as estratégias e, por isso, deve ser integrada no nosso sistema de valores. Tem que ser um objetivo de sempre, em todas as atividades e em todas as manifestações do Homem e não uma moda”.

Fonte: Cunha (1997: 19)

A viagem é, muitas vezes, definida como um momento de ruptura, de paragem e de mudança sobrevalorizado pelo inerente carácter efêmero. Pois, na sua labuta cotidiana

o Homem necessita, por vezes, de fazer uma pausa, romper com a rotina, de fazer um jogo/teatro, enfim, de sair da sua própria “pele”. É a nível destes fatores que encontramos algumas das motivações mais fidedignas para a viagem, na procura de uma satisfação para essas necessidades.

Alain Laurent sintetizou na ilustração seguinte as necessidades que normalmente movem um turista:

Fig. 10 – Necessidades turísticas de Alain Laurent



Fonte: Adaptado de Cunha (1997)

Tendo o diagrama sugerido por Alain Laurent como a base de preparação de uma oferta turística estruturada, um destino deve estabelecer como o seu FCS a criação das condições endógenas necessárias à superação das expectativas particulares de cada turista, em relação a cada uma das necessidades supramencionadas.

Em relação às necessidades enumeradas na figura anterior, destaca-se especialmente a necessidade de jogo, a qual faz de cada turista um potencial jogador / artista, requerendo da população e das autoridades locais uma atenção especial, para poderem estar capacitadas para diferenciar o jogo da realidade, não transportando para a realidade local todos os elementos que fazem parte do jogo / teatro, como se “vida real” se tratasse, mormente, os de ordem comportamental.

O nível de satisfação em relação à atividade turística, tanto por parte dos visitantes como dos visitados, não é linear ao longo das quatro fases de desenvolvimento turístico seguidamente apresentadas por Lage & Milone (1999). Pois, o mesmo flutua em torno do clima e das pressões inerentes a cada uma dessas fases:

1.ª Fase: Lua-de-Mel, em que o fluxo de turismo é bem-vindo, porque é gerador de negócios, oportunidades de emprego e fator de distribuição de renda, sendo assim, **bem aceite pela comunidade receptora**;

2.ª Fase: Passagem de Turismo Brando para o de Massa, em que o fluxo turístico começa a ser visto como uma forte ameaça para o núcleo receptor, repercutindo na degradação dos recursos naturais, mudanças nos valores culturais e imposição de novos padrões de comportamento e, dessa forma, passa a ser **rejeitado pela comunidade local**;

3.ª Fase: Reparação, quando se tenta analisar as ameaças e as oportunidades propiciadas pelo fluxo turístico à população local. Aqui são estabelecidas normas específicas, regulamentos, concebidas obras de reposição; é tomada uma série de providências para disciplinar a quantidade e o fluxo de turistas. Esta fase é caracterizada pela existência de **perdas irreparáveis**;

4.ª Fase: Reconciliação com o turismo, marcada pela prevenção, em que são realizados estudos, pesquisas, estabelecimentos de bancos de dados com inventário de recursos, execução de projetos dimensionados, levando em conta a **capacidade de recepção da comunidade local**. Nesta fase, a **questão ecológica é de fundamental importância para a preservação dos recursos** naturais (físicos e biológicos) e culturais existentes.

No entanto, paralelamente a estas fases de desenvolvimento turístico, a satisfação se encontra também ligada às motivações, intrínsecas ao próprio perfil do turista viajante, o qual Brito (2010) propõe, tipologicamente, classificar sob a forma de três grandes grupos, conforme sistematização apresentada no Quadro n.º 2:

1. **O Psicocêntrico ou autocentrado (Psyche)**, que procura ambientes familiares, onde possa praticar atividades rotineiras, associando estas possibilidades aos destinos heliotrópicos com diversão, repouso e descontração em padrões de conforto ocidentais;
2. **O Mesocêntrico (Meso)**, com valorização do meio, seguindo viagens organizadas em que se podem desenvolver atividades programadas, recorrendo a infraestruturas e a empreendimentos hoteleiros de larga escala;
3. **O Alocêntrico (Allo)**, coincide com o viajante que valoriza destinos pouco conhecidos onde a descoberta representa o prazer da novidade, da diferença e da

aventura, com elevados índices de atividade e de contato com a natureza, podendo interagir diretamente com as populações e suas culturas, sendo o alojamento de pequena ou média dimensão, explorado localmente e com qualidade satisfatória.

Cada destino deve, deste modo, procurar satisfazer as necessidades de cada turista, ultrapassando a respetiva expectativa, na convicção de que, só assim, estará lhe

Quadro 25 – Sistema preferencial de usufruto por perfil de turista

| Turista | | Ambiente | Clima | Distracção | Equipamentos culturais | Cultura | Acceso |
|---------------|-----------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|---|-------------------------|------------------------|
| Alocêntrico | EXPLORADOR | Montanha Deserto Selva | Qualquer | Nenhuma | Nenhum | Qualquer | Remoto |
| | AMANTE DA NATUREZA | Montanha Deserto Selva | Qualquer | Básica | Cultura | Diferente | Remoto |
| | EXPERIMEN- TAL | Qualquer | Qualquer | Boa Individual | Museu Festival Teatro Arquitectura | Observar Interactuar | Qualquer |
| | INDIVIDUAL | Pitoresco | Tempe- rado | Boa Individual | Panorâmicos | Qualquer | Acessível Longínquo |
| Mesocêntrico | GRUPO | Qualquer | Tempe- rado | Alojamento | Secundário | Idêntico origem | Bom Seguro |
| Psicocêntrico | MASSIVO | Mar Areia | Sol Calor | Organizado | Nenhum | Idêntico origem | Massivo |
| | | Nunhum | Idêntico origem | Local | Local | Idêntico origem | Local |

Fonte: Brito (2010), adaptado pelo Autor

“A questão muito importante é que as preferências individuais e coletivas têm ambas como referência o curto e o médio prazos, enquanto que os problemas de sustentabilidade, mormente a ambiental, têm o longo prazo como referência. Uma outra implicação é que, dada a limitação dos nossos recursos, o desenvolvimento sustentável requer um cuidadoso equilíbrio entre os investimentos nos três pilares de sustentabilidade e a política de maximização”.

(Saveanu, 2015: 156, traduzido pelo Autor)

O FCS de um destino turístico consiste na composição de uma oferta turística que consiga responder às necessidades e expectativas de cada visitante e de cada visitado. Para o efeito, torna-se, por vezes, necessário recorrer-se a um *surveys*, tendo por objetivo a recolha junto dos visados dos *inputs* viáveis, que permitam a adequação e alinhamento com as diferentes expectativas.

Nesta perspetiva, a conciliação entre a oferta do turismo da natureza, do ecoturismo, do turismo no espaço rural, do agroturismo e de outros produtos que tenham o ambiente como motivo principal com uma procura turística norteada por um turista de perfil alocêntrico, poderá conduzir aos seguintes efeitos benéficos de um turismo

sustentável:

1. Preservação e valorização dos recursos turísticos locais;
2. Simbiose perfeita entre gentes e locais;
3. Interação do turista com a população local, numa troca mútua de experiências;
4. Cada experiência, uma escola de vida;
5. Valorização na diferenciação;
6. Participação e integração de todos os autores;
7. Minimização do efeito da sazonalidade;
8. Endogeneização das sinergias;
9. Multiplicação dos benefícios e divisão dos custos;
10. Criação de imagem de marca, marcada por: “uma infinita vontade de ficar no dia que tiver que partir e por uma eterna saudade de regressar”.

A sustentabilidade e a competitividade turísticas não podem ser vistas de forma independente, mas apenas como duas esferas complementares. A sustentabilidade é um dos mais importantes fatores da competitividade de um destino (Golja & Silvar, 2014: 100).

A qualidade e a satisfação andam no mesmo sentido e de mãos dadas. Pelo que, os destinos que descurarem dessa associação profícua correm o risco de praticar uma política de “terra queimada” junto dos mercados emissores, enquanto que, havendo uma concentração de esforços de todos os agentes na oferta de um turismo de qualidade aos seus visitantes, tendo o “Fator Q¹⁰⁶” na chegada e na partida, esse destino será, com certeza, justamente recompensado com a satisfação dos seus utentes, repercutindo isso, diretamente, na repetição da experiência por parte desses turistas e, indiretamente, na dos respetivos *networks*.

1.3.3.3. Turismo sustentável no *take-off* de um destino do futuro

Entende-se por turismo sustentável, aquele que, a partir da preservação, da valorização e de um uso eficiente e responsável dos recursos disponíveis, da identidade e da atratividade locais, consiga edificar um destino turístico globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente integrador, garantindo, ganhos de bem-estar, no curto, médio e longo prazos, para as gerações atuais e vindouras. Para o efeito, impõe-se uma reprodução sistémica e virtuosa de convergência das necessidades,

¹⁰⁶ Factor **Q**ualidade.

experiências e expectativas dos turistas com as dos agentes locais, de modo que os benefícios diretos, indiretos e induzidos superem os respectivos custos efetivos e de oportunidade.

Para uma melhor compreensão do turismo como um fenómeno multidimensional, apresenta-se, seguidamente, na linha do anteriormente fundamentado, um sistema esquemático que demonstra como é que o turismo, em função da residência do visitante e do lugar de visita, pode assumir diferentes classificações, merecer diferentes formas de tratamento e/ou produzir diferentes efeitos diretos, indiretos e induzidos:

Fig. 11 - Classificação dos fluxos turísticos/lugar residência visitante e lugar visita



Fonte: INE-CV - CST (2015), adaptada pelo Autor

O diagrama anterior permite a todos os usuários visualizar que o turismo, por ser uma das poucas atividades económicas cujo consumo se efetive, não junto do local de estabelecimento do respetivo consumidor, mas sim, do seu respetivo prestador, pode se traduzir num fluxo económico estabelecido de dentro para dentro, de fora para dentro e/ou de dentro para fora de um destino turístico / de um território.

Esta especificidade setorial exige de todos os decisores político-institucionais e rede de *stakeholders* um pensamento e ações sistémicos, de modo que as necessidades e

expectativas dos visitantes e visitados de um determinado destino se cruzem num ponto nevrálgico, garantindo, nesse ponto, a respetiva sustentabilidade.

No entanto, para se chegar na essência do fenómeno turístico é preciso um recuo a um período que dista há mais de 5.000 anos dos nossos tempos, quando as viagens eram organizadas, sobretudo por gregos e romanos para visitarem as sete maravilhas do mundo à volta do Mediterrâneo, mormente as pirâmides do Egipto, o rio Nilo, os vários templos históricos, entre outros atrativos turísticos ainda hoje bastante valorizados e visitados. No entanto, foi a partir da segunda metade do séc. XVIII e início do séc. XIX, que as viagens individuais, motivadas pelo puro prazer de viajar começou a ganhar maior expressão.

Esta nova dinâmica verificada na busca crescente do prazer e da satisfação humana, está na origem da emergência do novo fenómeno denominado de turismo, na qualidade de uma verdadeira atividade económica. Pois, segundo Cunha (1997, pp. 3):

1. Na segunda metade do século XVIII, passou a ser normal para os jovens ingleses das camadas mais elevadas completarem a sua educação com uma viagem ao Continente que era designada, na Inglaterra, pela expressão “fazer a Grand Tour” ou, mais tarde, apenas a “Tour” passando, os que faziam esta viagem, a ser chamados “Touristes”;
2. (...) Muitas outras línguas adoptaram, por sua vez, as palavras francesas *touriste* e *tourisme* com o sentido restrito de viagem feita sem fim lucrativo, por distração, repouso ou satisfação da curiosidade de conhecer outros locais e outras pessoas embora a viagem não fosse considerada um mero capricho mas antes uma forma de aprendizagem, um meio complementar de educação, como diz Bacon.

Este é o período que marca a socialização e a democratização da viagem por prazer, para acumulação de novos conhecimentos e de novas experiências, fazendo assim emergir um novel sector de actividade económica, impulsionado pela legislação francesa de 1786 que autoriza os “*restaurateurs à recevoir du monde dans leurs salles et y donner à manger*”, bem como pelo surgimento dos primeiros hotéis, na Suíça, por volta de 1830 (Cunha, 1997).

Ao longo do tempo, o turismo tem sido objeto de estudos aprofundados, ora temáticos ora generalistas, evidenciando as principais tendências e variações e as motivações que levam o Homem a deslocar-se para espaços diferentes dos de origem para estadias de duração limitada no tempo. O gosto pelas viagens e pela descoberta de povos, culturas e paisagens diferentes é historicamente antigo (Vieira, 1997, in Brito, 2010),

tendo evoluído a partir de uma concepção elitista, fundamentada na curiosidade e no prazer de descobrir outras pessoas e outros lugares, ancestralmente apenas acessível a um grupo minoritário, para uma acessibilidade generalizada e aberta à maioria (Brito, 2010).

Esta perspectiva evolutiva acompanhou também o ritmo da valorização do lazer e da ocupação de tempos livres (Brito, 2010), fazendo emergir novas formas de viajar, tendencialmente alternativas e diversificadas, relativamente às convencionais, vulgarmente qualificadas de massificadas ou padronizadas na imagem e nos serviços oferecidos.

Após esse período fundador e ao longo dos séculos seguintes, o turismo, pelos seus efeitos multiplicador e acelerador, a níveis intra e intersetoriais e, de forma transversal, em cada uma das componentes do PIB: consumo, investimento, gastos públicos, importações e exportações, bem como a nível de outros agregados socioeconómicos, nomeadamente: o emprego, os fluxos do IDE, o saldo de divisas, assim como da dinâmica sociocultural, tem assumido um papel cada vez mais motriz no processo de desenvolvimento e no retrazar do destino dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este papel é potencializado nos PEID, como Cabo Verde, onde o processo de desenvolvimento, a partir dos anos '90 do século transato, pelas suas especificidades próprias, tem assumido, paulatinamente, uma correlação direta com os conceitos de sustentabilidade turística e de desenvolvimento sustentável. Pois, face à escassez n-dimensional de recursos e à vulnerabilidade de diversa ordem que marca, de forma indelével, o perfil ambiental, económico-operacional, sociocultural e político-institucional dessas economias, a respectiva extroversão económica, procurando, incessantemente, no exterior, a solução para os problemas internos, faz com que o sector turístico, tenha vindo a figurar-se como sendo um destino incontornável e a via única para a respectiva sustentabilidade.

A sustentabilidade tende, assim, a ser, cada vez mais, uma palavra de ordem para as economias em desenvolvimento, principalmente para as insulares. Segundo Direcção Regional de Estatística da Macaronésia (2006):

1. Muitos desses países são Pequenos Estados Insulares e que várias organizações

internacionais, reconhecendo a particular fragilidade e limitação de recursos existente e o papel fundamental do turismo na economia das ilhas, têm procurado conceptualizar e implementar medidas de desenvolvimento sustentável do turismo especificamente dirigidas a destinos insulares (nesse sentido realizou-se em Lanzarote, em 1998, uma Conferência sobre Turismo Sustentável em Pequenas Regiões Insulares, seguida de uma Conferência sobre Turismo Sustentável nas Ilhas Mediterrâneas, em Capri, em Maio de 2000 e outra sobre o mesmo tema dirigida às Ilhas da Região da Ásia - Pacífico, em Hainan, em Dezembro de 2000, todas organizadas conjuntamente pela OMT e UNEP).

2. Na evolução das relações entre o Turismo e o Desenvolvimento houve, pois, uma transição paulatina desde o predomínio dos aspectos socioculturais e económicos do turismo até ao paradigma actualmente omnipresente da sustentabilidade.
3. Nas últimas décadas, começaram a aparecer novas vias de desenvolvimento do turismo, tanto na procura como na oferta. Os novos turistas procuram espaços tanto quanto possível intactos em termos ambientais e com uma maior integração das características sociais e culturais locais; por seu lado, os espaços receptores procuram vias alternativas de desenvolvimento que permitam reduzir os efeitos negativos do turismo sobre o meio, que assegurem uma mais ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de uma forma harmónica as necessidades dos turistas e as da população local. Estas alterações são consequência de uma crescente sensibilização em relação à qualidade ambiental, conhecidos que são os efeitos de degradação paisagística, ambiental, social e cultural que o turismo de massas provocou em muitos locais.
4. As alterações na concepção do turismo contemporâneo inscrevem-se num contexto mais amplo: a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que tornem compatível o desenvolvimento económico com a conservação dos recursos naturais e o incremento da equidade e da justiça social. Neste sentido, a atividade turística, como atividade interdependente de numerosos sectores da economia, tem como única opção a sustentabilidade.

No entanto, nessa altura, apesar do seu peso nas trocas comerciais internacionais, com tendências crescentes, o turismo não aparecia como uma preocupação aos olhos dos que iniciaram a reflexão em torno da “sustentabilidade”. Esta omissão, altamente sensível, só foi atenuada no âmbito da preparação da **Cimeira da Terra no Rio de Janeiro**, em 1992, tendo o turismo, através de uma forte aposta da OMT, conseguido ser inscrito na **Agenda 21**. A partir desse evento global, a sustentabilidade turística começou a ganhar um corpo próprio, conquistando “voz e vez” no pulsar de um mundo novo.

Embora a OMT viesse a promover, desde meados da década de 80, políticas de turismo defensoras do ambiente e da cultura, incluindo propostas metodológicas para a sua implementação, no entanto, a OMT só a partir de 1996 é que começa a apoiar um programa de implementação de Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para os destinos turísticos; uma avaliação global baseada nesses indicadores, seria outro interessante quadro de referência a explorar.

Neste sentido, a Cimeira do Rio representou claramente um ponto de viragem na tomada de consciência sobre a necessidade da aplicação de práticas de sustentabilidade ao turismo. Mais tarde, o **Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável**, em 1999, foi exclusivamente dedicado aos desafios da sustentabilidade no sector do turismo. Ainda em Outubro de 1999, em Santiago do Chile, a OMT adotou o **Código Mundial de Ética do Turismo**, largamente inspirado na lógica do desenvolvimento sustentável. Todo este trabalho culminou com a preparação da **Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo** e do **Ano Internacional do Ecoturismo**, ambos realizados em 2002 (Direcção Regional de Estatística da Macaronésia, 2006).

Analisando o **percurso cronológico da sustentabilidade turística**, Direcção Regional de Estatística da Macaronésia (2006) argumenta ainda que:

1. Na evolução das relações entre Turismo e Desenvolvimento houve, pois, uma transição paulatina desde o predomínio dos aspectos socioculturais e económicos do turismo até ao paradigma actualmente omnipresente da sustentabilidade.
2. Neste contexto, a OMT e outras instituições desenvolveram um conjunto de instrumentos que possibilitam a incorporação dos critérios da sustentabilidade no planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo, nomeadamente:
 - 2.1. **Planos** de desenvolvimento do turismo sustentável;
 - 2.2. Aplicação da **Agenda 21** ao nível local e regional;
 - 2.3. **Legislação e regulamentos sobre o uso do território** para fins turísticos, integrando este sector no desenvolvimento regional ou local e tornando-o compatível com outros sectores de actividade;
 - 2.4. **Regulamentos sobre o uso do património** para fins turísticos;
 - 2.5. **Planos de gestão de áreas naturais protegidas** e sítios arqueológicos;
 - 2.6. Determinação da **capacidade de carga** de locais turísticos e controlo do respeito desses limites por parte de todos os actores;

2.7. **Sistemas de certificação**, obrigatórios ou voluntários, de sustentabilidade;

2.8. Por último, mas não menos importante, o estabelecimento de **indicadores** para medir periodicamente um conjunto de variáveis que afectam a **sustentabilidade** dos destinos turísticos.

O planeamento de um turismo sustentável, embebido num conceito mais abrangente de desenvolvimento sustentável, promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo (Vieira, 2007). É nesta perspectiva multidimensional que se edificará a análise da sustentabilidade turística, tendo como suporte os cinco seguintes pilares fundamentais:

1. **Ambiental** – esta é vertente que perspectiva a alocação eficiente e preservadora dos recursos de desenvolvimento, de modo que o seu uso hoje não venha a pôr em causa o mesmo uso amanhã e a felicidade das gerações vindouras, dos visitantes e/ou dos visitados. Para isso, a mesma visa também conduzir a acção humana, de modo a pôr cobro aos fenómenos naturais, até agora incontroláveis, tais como: o aquecimento global, o aumento do nível da água do mar, o terramoto, o maremoto, a seca, o esgotamento dos recursos fósseis, a escassez da água potável, insustentabilidade da vida nas cidades e nas comunidades, o consumo e a produção irresponsáveis, dificuldade da vida subaquática e sobre a terra;
2. **Económico** – neste âmbito, pretende-se combater a precariedade do emprego, assim como potenciar os sectores estratégicos como os da infraestruturização, da indústria, do turismo e da inovação, para que possam, numa óptica de equilíbrio custo / benefício, promover um crescimento sustentável, focado no interesse local;
3. **Turístico** – esta componente, que aparece, indiretamente, acoplada à económica, visa, essencialmente, identificar e, numa lógica de equilíbrio qualidade/preço, valorizar os fatores de competitividade turística de um destino, no que tange à respectiva composição do produto, sua distribuição junto dos mercados emissores, bem como às respectivas condições de acesso, de modo que a oferta turística canalizada seja globalmente competitiva, regionalmente equilibrada e localmente sustentável;
4. **Sociocultural** – há necessidade, a este nível, de preventiva e corretivamente, se fazer face aos grandes males sociais que ainda afetam a humanidade, nomeadamente: A Fome, a saúde e o bem-estar precários, a falta de quantidade e de

qualidade dos recursos educacionais, a inacessibilidade à água potável e ao saneamento, a pobreza extrema, bem como as desigualdades sociais e de gênero, assim como a perda de referências identitárias e de valores;

5. Político-Institucional – esta constitui uma das dimensões mais críticas do turismo e do desenvolvimento sustentáveis, comprometendo, assiduamente, o planeamento estratégico, a fiscalização, o cumprimento da Lei, em prol dos interesses individual e coletivo, bem como os O.D.S., nas seguintes vertentes da: guerra, insegurança, injustiça, fraqueza institucional e da debilidade de uma parceria global em prol do desenvolvimento sustentável.

Com o despertar desta multidimensionalidade turística, de novas iniciativas globais e de novos instrumentos disponibilizados, estavam criadas as condições para a emergência de um novo paradigma de oferta turística, no seio do qual, a par do turismo tradicional de sol & praia, os novos produtos turísticos, com uma perspectiva de sustentabilidade, ganhassem relevância e conquistassem um mercado autónomo.

É nesta aurora que Golja e Silvar, (2014: 100) defendem que: “Não há dúvida de que os consumidores olham para os destinos que têm em vista a responsabilidade para um melhor ambiente e *records* sociais. Assim, o turismo enfrenta autodestruição, se não conseguir preservar os recursos da natureza e de autenticidade sociocultural em que se baseia”.

Associado a este novo paradigma, baseado numa oferta turística estruturada e sustentável, emergiu também, como anteriormente referenciado, um novo perfil da procura turística, no seio do qual o turismo de massa, com um consumo, por vezes, “irresponsável”, passaria a conviver, de forma crescente, com um consumo turístico “responsável”. O novo turista “moldado”, já procura fazer de cada viagem uma oportunidade de aprendizagem e de partilha de experiências, preservando e valorizando os recursos, a identidade e todos os fatores de atratividade locais, de modo a manter vivos os fatores motivacionais que estão na origem da respectiva viagem, à procura de uma expectável diferenciação.

Neste novo contexto de operação no mercado turístico, a sustentabilidade turística passaria, obrigatoriamente, por um acasalamento perfeito entre as expectativas e as necessidades dos turistas e as dos agentes locais: instituições públicas, operadores

privados e a população local. Pois, só num cenário convergentemente montado, como este, é possível garantir hoje, amanhã e sempre, uma oferta turística sustentável, em que cada entrada turística adicional possa corresponder, por um lado, a uma maior satisfação para o conjunto dos utentes setoriais e, por outro, a uma oportunidade extra para reforçar as condições endógenas necessárias para uma oferta qualificada, focada no bem-estar e na felicidade humana, tanto dos visitantes como dos visitados.

Imbuída neste espírito, a palavra sustentabilidade ganharia, assim, um corpo que ultrapassava, largamente, a sua própria semântica, para se transformar num dos mais consensuais objetivos inter-geracionais. No entanto, como alerta Redclift (2002), este consenso não exclui abordagens contraditórias em torno do conceito. Pois, o desenvolvimento sustentável é necessário para todos nós, mas ele devia ser definido, diferentemente, para cada e para todas as culturas. (...) Uma das razões para haver tantas é o facto de haver diferentes pessoas a identificar, diferentemente, o objeto do desenvolvimento sustentável.

É no âmbito destes “consensos e descensos” que, após uma pequena resenha histórica sobre o turismo e a respectiva sustentabilidade, preliminarmente feita, vai-se procurar, ao longo dos próximos capítulos, fazer, paulatinamente, uma aproximação do contexto espaço-temporal vigente ao nível da realidade cabo-verdiana, ciente que as políticas e as instituições estão sempre na origem e no destino de tudo.

Havendo entendimento quase coletivo que não há competitividade sem que haja um desenvolvimento sustentável associado, os diferentes destinos turísticos, mormente, os emergentes, têm procurado definir o seu processo de take-off, na perspetiva Rostoviana ou não, através de um acasalamento perfeito entre a competitividade e a sustentabilidade, passando e/ou queimando as seguintes etapas do desenvolvimento previstas por Rostov, conforme a repescagem feita pelos autores Ferreira, B., Missio, F., Sonaglio, C. (2015: 11):

O desenvolvimento económico na concepção de Rostow (1956) compreende três fases: um período longo (um século), onde são reunidas as precondições para a decolagem; a decolagem propriamente dita (definida em uma ou duas décadas); e um período prolongado no qual o crescimento se torna relativamente automático. Segundo o autor, é preciso passar pelas três fases para estabelecer a decolagem em um país atrasado economicamente.

A ferramenta metodológica utilizada por Rostow para medir o grau de desenvolvimento económico dos países é a “descolagem”. Assim, o conceito de decolagem parte de três condições inter-relacionadas:

1. Incremento na taxa de investimento produtivo (de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional);
2. Desenvolvimento de um ou dois setores manufaturados básicos;
3. A existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno vindo de fora, de modo que o acompanhe internamente (Rostow, 1978, p. 55-56).

Entretanto, a fase de maior relevância rumo ao desenvolvimento é o take-off (arranco). Ou seja, é nesse momento que as economias alcançam o ponto crucial para o desenvolvimento, onde se soltam as amarras que reprimem o desenvolvimento impulsionando-se, assim, o crescimento e a modernização (Sarmiento, 2012).

Rostow utiliza a relação estabelecíveis entre fatores sociais, económicos e político-institucionais com as forças de crescimento para estabelecer uma série de tendências observáveis empiricamente na comunidade, nomeadamente:

1. A propensão para o desenvolvimento da ciência;
2. Propensão para aplicar a ciência na satisfação das necessidades económicas;
3. Propensão para se aceitar inovações;
4. Propensão para a busca de avanço material;
5. Propensão para o consumo;
6. Propensão para a procriação.

Ao fazer-se a transposição deste modelo rostoviano para a realidade dos PEID, pode-se aferir que, o resultado dessa eventual transposição não poderá ser universalizável, no espaço e, nem tão pouco, no tempo, uma vez que os fatores socioculturais, económico-financeiros, político-institucionais e, atualmente, cada mais, eco-ambientais, exercem uma influência incomensurável sobre a performance de cada país no seu desafiante processo de *take-off*.

No entanto, independentemente da fase de desenvolvimento que cada PEID se encontrar, no atual contexto universal, um acasalamento perfeito entre a

competitividade e a sustentabilidade transforma este desafiante processo numa possibilidade efetiva do respetivo *take-off* ter como rumo um destino turístico seguro.

E, assim, vai-se construindo a sustentabilidade e vai-se cumprindo um destino!

1.4. Competitividade turística vs. sustentabilidade económica: 2 caminhos 1 destino

Introdução

Sustentabilidade turística como fator indutor de crescimento e de desenvolvimento de um destino – neste subcapítulo procurou-se identificar, no âmbito dos fatores que, a nível teórico, motivam o crescimento económico e induzem o desenvolvimento sustentável, que papel pode caber ao turismo sustentável, conjugando conceitos e medidas, com as novas tendências turísticas, as quais vêm constituindo um novo preceito de vida global, em prol de uma complementaridade da oferta entre os tradicionais e os novos produtos turísticos, com expectáveis reflexos diretos, indiretos e/ou induzidos no turismo cabo-verdiano. Neste cenário, as relações intrassetoriais do turismo, nomeadamente, no concernente às interligações entre o produto, a distribuição e o transporte, refletidas no consumo turístico, assumiram também um lugar de destaque, de modo que se perceba quão importantes poderão ser as sinergias potencialmente estabelecíveis entre os agentes do turismo, no processo de alavancagem e *take-off* de um dado destino turístico. Tendo em consideração os ónus e os bónus que, paradoxalmente, estão associados ao turismo residencial e ao alojamento complementar¹⁰⁷ / local, mormente no contexto cabo-verdiano, uma atenção simbólica foi dispensada a estes fenómenos turístico-hoteleiros.

=//=

1.4.1. Competitividade: um caminho entre o virtuoso e o tortuoso

Competitividade (internacional) é: “a aptidão ou capacidade presente e futura para um “Agente” ou “Unidade” conceber, produzir e comercializar produtos e serviços, num determinado quadro socioeconómico, cujo preço e outros atributos constituem um conjunto mais atrativo do que o dos seus concorrentes nos mercados interno e externo, e que permita o aumento real do poder de compra da sua população a médio e longo prazo, de forma sustentável e equitativa”.

Romão (2001: 6)

¹⁰⁷ Denominado em algumas latitudes, como é o caso de Portugal, de alojamento local.

A competitividade, na ótica de Romão (2001) é vista como aptidão ou capacidade para um “Agente” económico, conceber, produzir e vender o seu *output*/bens e serviços, no presente ou no futuro, em melhores condições qualitativas e quantitativas que os seus concorrentes, mas, também, que tenha melhor capacidade para induzir mais bem-estar e felicidade para os seus, a partir do produto dessas vendas / ganhos.

Nesta perspetiva, este autor procura realçar que, ao contrário do que muitos pensam, a competitividade não corresponde a um problema apenas de curto prazo, no contexto que “vale tudo”, para se vender mais, mesmo não melhor, ou ainda, que seja: “gato por lebre”, se necessário for.

Esta equivocada competitividade brigaria com interesse de todos: clientes, fornecedores, concorrentes, Estado, instituições públicas e privadas, famílias de gerações atuais e vindouras e, quiçá, até o Resto do Mundo, não obstante, individualmente, poder haver aqui e acolá, algumas situações oportunistas para que, numa lógica de pura reprodução capitalista, oportunistas aproveitar para realizar mais-valias.

No entanto, no espírito deste autor, a competitividade corresponde a uma atividade nobre, indutora de solidariedades intra-comunitária e inter-geracional. Esta é a simbiose entre a competitividade e a sustentabilidade que a ambição 2030, hoje, nos impões a todos, no âmbito dos ODS.

Romão (2001) interpela-nos em relação à necessidade de o desenvolvimento, nos dias de hoje e de amanhã, ser pensado de forma integral, uma vez que, segundo o mesmo: não há país competitivo, se este não dispor de empresas competitivas, assim com, não haverão empresas competitivas, se não estas estiverem sediadas / a operar em países igualmente competitivos.

1.4.2. Competitividade macroenvolvente / país

No âmbito desta premissa, Romão (2001) propôs dez critérios que, segundo ele, constituem os que definem a competitividade-país:

Fig. 12 – Critérios de competitividade-país



Fonte: Romão (2001: 11), adaptado pelo Autor

No âmbito deste modelo integrado de gerar competitividade num dado país, é de se realçar a necessidade que esta exige de um planeamento integrado de todas as atividades, todos os setores e de todas as regiões, porque, só assim, se pode esperar uma competitividade global que seja, também, localmente sustentável.

Para a realidade cabo-verdiana, este item é caro. Porque, sendo um PEIDRIAM, Cabo Verde, não obstante as forças exercidas, paradoxalmente, pelos fatores de vulnerabilidade e de resiliência, apresenta, ainda, quarenta e seis anos da conquista da sua independência, a negligenciar bastante um planeamento integral da sua atividade socioeconómica, limitando-se um pouco a fazer uma certa “navegação à vista”, tentado, com, “dribles curtos”, “fintar”, um “destino”, que, por ser desconhecido, se afigura como pré-traçado.

No entanto, alerta o mesmo autor que:

1. A globalização económica traduz, na atualidade, a nova fase que caracteriza a evolução e a afirmação do capitalismo a nível mundial.
2. As ETN têm a sua origem nos países-centrais, cujo poder económico e financeiro modula o poder político do Estado, gerando exclusões sociais internas.
3. O problema da competitividade de um país põe-se de forma bastante diversa, consoante se trate de um país central ou de um país periférico. Num país central a identificação do Estado com os interesses das ETN, que aí tem as suas origens, gera contradições a diferentes níveis. A competitividade para um país central é inerente ao próprio desenvolvimento das suas ETN e à capacidade de atrair atividades económicas de elevado valor acrescentado que consolide e alargue a sua posição na divisão internacional do trabalho”.

4. Põe-se o problema da subordinação destes novos espaços económicos e territoriais a lógica dominante da rentabilidade das ETN, com a consequente influência na perda de autonomia política e económica dos Estados cujas economias são integradas.
5. O problema da competitividade de um país põe-se de forma bastante diversa, consoante se trate de um país central ou de um país periférico.
6. As ETN procuram impôr a sua lógica de funcionamento e de rentabilidade, reproduzindo modelos de acumulação que, não obstante indicadores poderem ter uma interpretação positiva (v.g. criação de empregos, salários mais elevados, etc.), está em causa a perda de autonomia de decisão política e a reprodução de dependências económicas e sociais.

O que relata Romão (2001) nos interpela perante o facto de, após a queda do muro de Berlim”, o sistema capitalista assumir, de forma categórica, o seu papel exclusivo de Doutrina Dominante e, com este estatuto, os países, principalmente os mais vulneráveis, para uma situação total das ETN, as quais, numa lógica capitalista, apresentam-se nos países periféricos do Sul, mas, ao serviço ou, em representação, do interesse dos países centrais do Norte. Há quem defenda que esta “NOEI”¹⁰⁸, não represente mais do que uma forma dissimulada do *new* colonialismo.

No que concerne a este polémico efeito benéfico e/ou maléfico do IDE e das ETN nos respetivos países de acolhimento, fazendo-o, paradoxalmente, variar entre a “cura para todos os males” e uma “doença fatal”, Mascarenhas (2004: 43-49), dissertara o seguinte:

1. A teoria e os estudos económicos apontam o IDE como sendo uma oportunidade privilegiada para o desenvolvimento socioeconómico dos países envolvidos, receptores e investidores, pelos seguintes argumentos, nomeadamente o de Andrew Mold (2001), citando Feldstein, favoráveis à circulação de capitais sem restrições, por oferecer as seguintes vantagens:
 - a. Reduz o risco enfrentado pelos detentores de capital, permitindo-lhes diversificar os seus empréstimos e o seu investimento;
 - b. Pode contribuir para a propagação de boas práticas de governação empresarial, regras de auditoria e tradições legais;

¹⁰⁸ Segundo Trindade (1984): “A crescente importância dos problemas económicos e seu impacto nas relações internacionais contemporâneas, refletiram-se nas resoluções, adotadas em maio de 1974 pela Assembleia-Geral da ONU em sua celebrada VI Sessão Extraordinária, englobando a "Declaração sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Económica Internacional" e o "Programa de Ação sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Económica Internacional". A estas se seguiu a "Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados".

- c. Limita a capacidade dos governos de seguirem más políticas.
2. A estas vantagens, que, em princípio, se aplicam a todos os tipos de entrada de capital privado, em referência a Feldstein, Razin e Sadka, o mesmo autor ainda acrescenta outros ganhos que o IDE proporciona aos países receptores, nomeadamente:
 - a. Transferência de tecnologia;
 - b. Possibilidade de promoção da concorrência no mercado interno;
 - c. Contribuição para o desenvolvimento do capital humano do país, através da formação dos trabalhadores;
3. Lucros gerados que contribuem para o aumento das receitas fiscais (embora os países frequentemente prefiram abdicar de parte destas receitas fiscais e desçam as taxas de imposto das empresas como forma de captar o investimento).

Estas grandes vantagens apontadas, por este autor, em relação ao IDE e às ETN, não impedem de que algumas reservas sejam levantadas em relação a cada um dos tópicos suprarreferenciados. Uma vez que, associados a essas vantagens potenciais, encontra-se, também, os seguintes sinais de alerta:

1. A transferência tecnológica é adequada, se não for nem demasiado obsoleta, nem demasiado inovador, de modo a permitir um efetivo efeito *spillover* / contágio;
2. Para o efeito, o gap tecnológico entre os investimentos direto estrangeiro e os investimentos endógenos deve pertencer ao intervalo [50%, 80%]. Caso contrário, a presença estrangeira torna-se maléfica, ao invés de benéfico, para os objetivos nacionais;
3. O saldo fiscal, entre os incentivos concedidos e o incremento potencial nas receitas fiscais, ocorrido através dos efeitos aceleradores e multiplicadores, deve ser objeto de monitorização constante.

Nesta linha de pensamento, pode-se concluir que, tal como alerta Borensztein, De Gregorio e Lee: o IDE aumenta o crescimento económico, quando o nível de educação e a capacidade de absorção no país receptor forem elevados.

Neste sentido Mascarenhas (2004: 41-42), defende que:

1. Para este efeito, é imprescindível que as economias receptoras do IDE e das EMN's, tenham uma política favorável à promoção do desenvolvimento dos seus agentes económicos e instituições nacionais, bem como, uma capacidade decisória sobre o perfil desses "agentes de desenvolvimento" que são desejáveis em cada estágio do seu respectivo percurso de desenvolvimento sócio-económico, de modo que o *gap* tecnológico que as separa das economias de origem desses fluxos de capital, seja o

mais adequado, de preferência entre 50 e 80%, de modo a que seja possível transformar as suas fraquezas em verdadeiras oportunidades de desenvolvimento.

2. Os países, na sua grande maioria, nomeadamente, os PVD's, esforçam-se para atrair o IDE, através de atribuições de subsídios e de outros benefícios fiscais, na convicção de que o mesmo lhes proporciona os seguintes benefícios: acréscimo no nível da FBCF, penetração no mercado externo, promoção das exportação e do comércio externo, maior abastecimento das necessidades do mercado com a oferta doméstica e suporte industrial, transferência tecnológica, difusão das práticas mais eficientes de produção, *standard* de trabalho, protecção ambiental, bem como, crescimento da competitividade e eficiência das empresas nacionais.

No entanto, essa convicção preliminar dos países receptores nem sempre é confirmada pela experiência empírica, porque existem ameaças potenciais associadas à ocorrência do IDE e das ETN, sintetizadas seguidamente por Andrew Mold (2001) *in* Mascarenhas (2004), que podem fazer com que os efeitos *spillovers* acabem minimizados ou expurgados:

Os fluxos privados, principalmente o IDE, apesar de constituírem atualmente os principais meios de desenvolvimento dos PVD, não proporcionam para estes apenas vantagens, mas também, se apresentam para esses mesmos países sob a forma de ameaças, as quais podem ser resumidas no seguinte:

1. As EMN consomem uma quantidade excessiva do aforro local;
2. As EMN dominam a indústria local com o seu poder e superioridade, e consequentemente, com a elevação da competência, podem acabar com a indústria local;
3. As EMN não beneficiam a economia receptora porque retêm a maior parte dos benefícios que geram;
4. As EMN controlam a extracção dos recursos naturais;
5. As EMN fazem campanhas publicitárias e de marketing que não se dirigem às necessidades da população local;
6. Com uma estrutura produtiva intensiva em capital, as EMN são pouco geradoras de emprego;
7. As EMN aproveitam da debilidade da legislação ambiental local, para não exercerem um controlo eficaz sobre a poluição que geram;
8. As EMN aproveitam a transferência de preços para evitar o pagamento de impostos, utilizando para o efeito a mobilização dos lucros entre as suas filiais;
9. No sector agrícola, as EMN utilizam uma vasta área de terrenos para cultivar produtos de luxo para os países ricos.

Tendo em consideração os prós e contra, bem como as oportunidades e ameaças potencialmente associadas à presença estrangeira, sob a forma de IDE e de ETN nos países de acolhimento, sobretudo, nos PEID, é necessário que as instituições nesses países sejam suficientemente “fortes”, para que possam implementar políticas efetivamente “corretas”, que possam fazer dessa presença um fator crítico de desenvolvimento sustentável a nível local, nomeadamente:

1. Promoção da estabilidade político-económica;
2. Aposta na estabilidade sanitária, como uma das prioridades nacionais;
3. Elevação dos níveis de educação, de formação e de sensibilidade intrínsecas;
4. Elevação dos níveis de produtividade e de competitividade nacionais, aproximando-os dos padrões internacionais, vigentes neste mundo globalizado;
5. Indução de uma endógena atitude empreendedora;
6. Promoção de um salutar ambiente laboral, com um *standard* mínimo de qualidade e performance;
7. Institucionalização de uma efetiva política competitiva;
8. Promoção de investimentos endógenos, suscetíveis de suportar um acolhimento favorável dos efeitos *spillovers* e uma boa colaboração com as empresas estrangeiras;
9. PPP visando a edificação de uma capacidade industrial local;
10. Melhoria das infraestruturas públicas, que possam diminuir as distâncias relativas interna e externa;
11. Garantia de custos efetivos de trabalho, indutores da competitividade global e da sustentabilidade local;
12. Diminuição dos obstáculos burocráticos;
13. Regulamentação do sistema de fusões e aquisições;
14. Desincentivo a uma competição maléfica a nível inter-regional;
15. Implementação de todos os pilares da boa governação, promovendo uma luta assertiva contra a criminalidade e a corrupção.

Só neste contexto os países acolhedores do IDE e das ETN estariam em condições de,

com factos, contrariar, o argumento de Hausmann e Fernández-Arias (Africa Insight, 2000: 103), segundo o qual: “Uma parcela elevada de IDE, no total das entradas de capital num país pode refletir a fraqueza das suas instituições, ao invés da sua força”.

Para Mascarenhas (2004: 41-42):

É imprescindível que as economias receptoras do IDE e das EMN's, tenham uma política favorável à promoção do desenvolvimento dos seus agentes económicos e instituições nacionais, bem como, uma capacidade decisória sobre o perfil desses “agentes de desenvolvimento” que são desejáveis em cada estágio do seu respectivo percurso de desenvolvimento sócio-económico, de modo que o *Gap* tecnológico que as separa das economias de origem desses fluxos de capital, seja o mais adequado, de preferência entre 50 e 80%, de modo a que seja possível transformar as suas fraquezas em verdadeiras oportunidades de desenvolvimento.

Na perspetiva deste Autor, os países recetores do IDE devem, em paralelo com uma política de atração desse importante fluxo de financiamento externo, apostar, de forma incondicional, no desenvolvimento do tecido empresarial nacional, como forma de nivelar o *gap* tecnológico com os investidores externos, dentro do intervalo [50% 80%], permitindo, assim, a possibilidade de ocorrência dos efeitos *spillovers*, com um contágio salutar entre o global e o local.

Para o efeito, seriam imprescindíveis que esses países apostassem, também, de forma incondicional, no desenvolvimento e no domínio de um sistema científico-tecnológico de base nacional, que, inspirado no modelo A-F de Kotler e De Bes (2011), promovesse, localmente, a emergência dos seguintes agentes de inovação:

- A. Arrancadores** – garantem o *startup* do sistema de inovação;
- B. Buscadores** – buscam solução para os problemas;
- C. Criadores** – criam novas ideias (fontes de invenção);
- D. Desenvolvedores** – transformam novas ideias em novas soluções;
- E. Executores** – implementam essas soluções no processo produtivo (fontes de inovação);
- F. Facilitadores** – facilitam o acesso aos recursos.

Estes são os seis agentes da mudança, inseridos nos esquemas desagregados infra, sendo cultivados, de forma integral, garantem numa sociedade, condições requeridas para que, num mercado em constante e rápida mutação, os seus agentes económicos não corram o risco de estagnar ou até de desaparecer, por não terem conseguido inovar e/ou desenvolver novos produtos, estratégias e tecnologias.

Quadro 26 – Modelo de inovação A-F (desagregado nos quadros de 26A a 26E)

Modelo de Inovação A-F

| | Para | | | | | Facilitadores |
|----------------------|---------------------------------------|--|--|---|--|---------------|
| | Ativadores | Buscadores | Criadores | Desenvolvedores | Executores | |
| Ativadores | Iniciação Marco de Inovação | Marco de Inovação | Enfoque de Criatividade | Alinhamento com a Estratégia | Qualidades (Diretrizes) --- Recursos Entre | Facilitadores |
| Buscadores | <i>Learnings --- Findings</i> | Inspiração Informação Relevante | Ajuda para Preparar Estímulos em Sessões Criativas | Análisis Tecnológicos --- Procura de Formadores | Seguimento de KPI (Key Performance Indicators - Indicadores de Performance) --- Estrat | |
| Criadores | Ideias Descartadas | Inovação em Novas Técnicas de Investigação | Identização Conceito | Técnicas para a Solução de Problemas Técnicos | Ideias para o Plano de Marketing | |
| Desenvolvedores | Novos Inputs Tecnológicos | Tendências Tecnológicas | Validação Técnica do Conceito | Invenção Soluções Técnicas | <i>Morphing (Transformando)</i> | |
| Executores | Possibilidades de Inovações Marginais | Compreensão do Mercado | Captação de Valor | Limitações de Marketing e Vendas | Implementação Lançamento | |
| Facilitadores | | | | | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Quadro 26A

Modelo de Inovação A-F

| De | Para | | Facilitadores |
|----------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | Ativadores | Buscadores | |
| | Iniciação Marco da Inovação | <i>Learnings --- Findings</i> | Facilitadores |
| | Ideias Descartadas | | |
| | Novos Inputs Tecnológicos | | |
| | Possibilidades de Inovações Marginais | | |
| Facilitadores | | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Quadro 26B

Modelo de Inovação A-F

| De | Para | | Facilitadores |
|----------------------|--|---------------------------------|---------------|
| | Ativadores | Buscadores | |
| | Marco de Inovação | Inspiração Informação Relevante | Facilitadores |
| | Inovação em Novas Técnicas de Investigação | | |
| | Tendências Tecnológicas | | |
| | Compreensão do Mercado | | |
| Facilitadores | | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Quadro 26C

Modelo de Inovação A-F

| De | Para | | Facilitadores |
|----------------------|-------------------------------|--|---------------|
| | Criadores | Buscadores | |
| | Enfoque de Criatividade | Ajuda para Preparar Estímulos em Sessões Criativas | Facilitadores |
| | Idealização Conceito | | |
| | Validação Técnica do Conceito | | |
| | Captação de Valor | | |
| Facilitadores | | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Quadro 26D

Inovação A-F

| | Para | |
|----------------------|--|--|
| | Desenvolvedores | |
| Ativadores | Alinhamento com a Estratégia | |
| Buscadores | Analogias Tecnológicas ---- Procura de Fomecedores | |
| Criadores | Técnicas para a Solução de Problemas Técnicos | |
| Desenvolvedores | Invenção Soluções Tangíveis | |
| Executores | Limitações de Marketing e Vendas | |
| Facilitadores | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Quadro 26E

Inovação A-F

| | Para | |
|----------------------|---|--|
| | Executores | |
| Ativadores | Guidelines (Diretrizes) --- Recursos Extra | |
| Buscadores | Seguimento de KPI (Key Performance Indicators - Indicadores de Performance) ---Estrat | |
| Criadores | Ideias para o Plano de Marketing | |
| Desenvolvedores | <i>Morphing (Transformando)</i> | |
| Executores | Implementação Lançamento | |
| Facilitadores | | |

Fonte: Kotler & De Bes (2015: 336-345), adaptado pelo Autor

Um PEID, como Cabo Verde, que vem apostando fortemente nas TIC, a promoção de um acasalamento entre a ciência e a política, tendo como pano de fundo a inovação, poderia garantir uma relativa capacidade competitiva deste no mercado global, com destaque para as regiões económicas nas quais se encontra integrado, mormente a CEDEAO.

Parafraseando Monteiro (1992)¹⁰⁹ in Mascarenhas (2004): “existe uma apreciação intuitiva de que a tecnologia é importante para o crescimento, permitindo afirmar após testes apropriados, que há fortes razões para se considerar que o ritmo e a direção da inovação tecnológica interagem com fatores económicos, associando-se cada vez mais os desempenhos macroeconómicos e a competitividade das empresas aos comportamentos de inovação e às estratégias tecnológicas”.

Em reforço desta firme convicção sobre a existência de uma forte conexão entre a tecnologia, a inovação, o crescimento, o desenvolvimento e a sustentabilidade de um destino, regista-se aqui o testemunho de SACHS (2000: 2), segundo o qual: “a

¹⁰⁹ Barata, J.M. Monteiro (1992). *Estudos da Economia*, Vol. XII, N.º 2, jan. - mar..

inovação se justifica, porque (...) exhibe crescentes retornos de escala, o que significa que as regiões dotadas de tecnologias avançadas estão em melhor posição para inovar ainda mais”.

Nestas perspectivas, pode-se aferir que um país que almeja o seu desenvolvimento sustentável, na qualidade de um desenvolvimento turístico, nos dias d hoje, deve utilizar como um dos seus instrumentos privilegiados as TIC, a ciência e a inovação. Pois, estes, mesmo podendo não constituir uma condição suficiente para esse tão desejado desenvolvimento, constituem, naturalmente, condições necessárias para o efeito.

1.4.3. Competitividade meso / sectorial

“A competitividade de uma nação depende da capacidade de sua indústria para inovar e desenvolver”.

Porter (1998:155)

Esta ideia defendida por Porter (1998), encontra-se omnipresente no esquema seguinte, intitulado de Diamante de Porter, demonstrando bem como é que, na perspectiva de Michael Porter, as diferentes condições que atuam na economia, interferem na respetiva competitividade mesoeconómica.

Para Porter (1998), na linha de pensamento de Romão (2001), uma competitividade empresarial não vem do nada e nunca está só. Existe uma “correlação positiva” entre a competitividade micro, meso e macroeconómica. Pois, a capacidade que uma empresa / organização demonstra no mercado, vendendo mais e melhor que os seus mais diretos correntes, é grandemente, fruto do ambiente setorial que encontrar, bem como, dos fatores PEST – Políticos, Económicos, Sociais e Tecnológicos onde estiver inserida, que acabarão por influenciar os respetivos custos de fatores, assim como, a sua estratégia e performance no mercado onde atuar.

Nesta ordem de ideias, Porter (1998) assevera que:

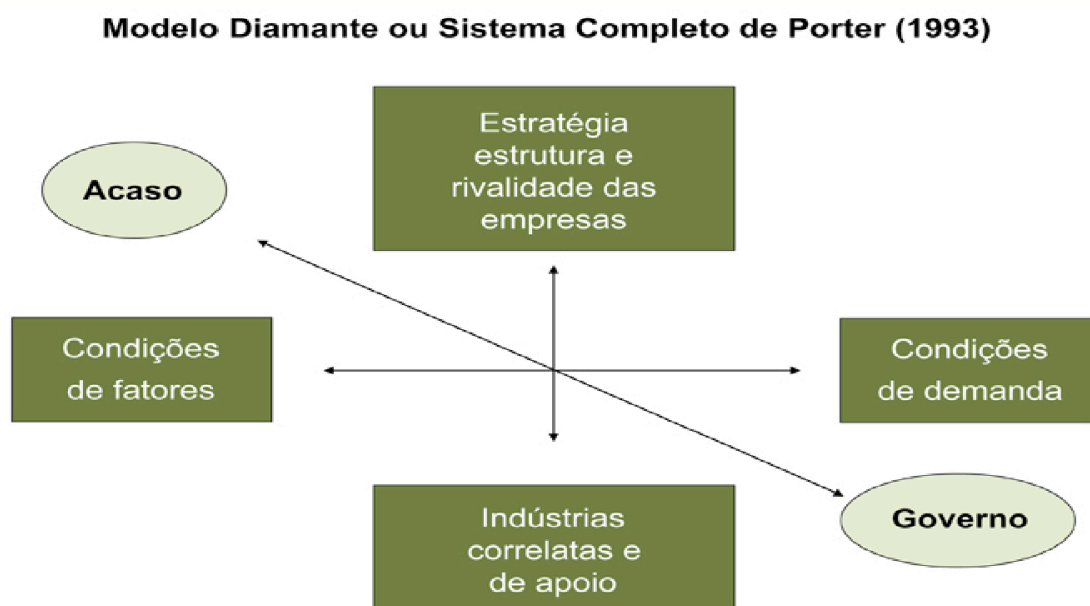
Porter (1993) afirma que, existe uma série de debates em torno do conceito de competitividade, mas que, ainda não existe um consenso no concernente, dado que:

1. Encontramos correntes a defenderem que a competitividade de um país advém de

fatores macroeconómicos, como por exemplo: as políticas económicas e as de boa governação adotadas pelos seus diferentes órgãos executivos;

2. Outras há que defendem que é a nível da qualidade, quantidade e preço dos seus recursos humanos que reside a competitividade de um país;
3. Há quem defenda que a natureza é a verdadeira “mãe” da competitividade, porque são os recursos naturais que, em termos quantitativos e qualitativos, sustentam a competitividade de um país.

Fig. 13 – Diamante de Porter



Fonte: Porter (1993: 163), adaptado pelo Autor

Porter (1998) defende que: o Modelo Diamante afeta a competição de três formas possíveis, nomeadamente, pelo:

1. Aumento da produtividade das empresas ou indústrias constituintes;
2. Alargamento da capacidade de inovação e, corolariamente, pelo crescimento da produtividade;
3. Estímulo às novas formações de negócios que suportam a inovação e expandem o *cluster*.

Através deste modelo “diamantífera”, Porter (1993), quis demonstrar que a competitividade de uma unidade empresarial, de um setor e/ou de um país, muito mais

de que do ambiente interno ela é, sim, produto do respetivo ambiente externo, nomeadamente, a níveis macro e microenvolventes.

Nesta perspetiva, este autor apresenta as condições, segundo as quais um país consegue, mormente, a nível mesoeconómico, garantir as respetivas condições de competitividade, neste mundo globalizado e altamente concorrencial:

1. **Condições de Fatores** – a competitividade, é nesta ótica, um produto da dotação fatorial de que um país dispõe, nomeadamente, no que tange a recursos: físico-ambientais, sócio-humanos, económico-financeiros, político-institucionais, bem como a outros recursos intangíveis, principalmente, os: tecno-cognitivos e de “conecto-acessibilidades”, estes que, no atual contexto de um mundo globalizado e altamente concorrencial, funcionam como chave-mestra, para abrir todas as portas.
2. **Condições de Procura** – o mercado é o ponto de partida e de chegada de qualquer agente económico, estribando-se, sobretudo, nas procuras interna e externa, efetiva e potencial, para definir a sua estratégia, tática e ações operacionais de uma oferta, que possa superar a expectativa de cada um dos seus utentes, uma vez que, estes, representam a sua principal razão de ser e o único meio que possa garantir a respetiva sobrevivência a médio e longo prazos.
3. **Setores Industriais Correlatos e de Apoio** - refletem a importância da presença de indústrias e de fornecedores e demais setores correlatos no país, que sejam internacionalmente competitivos. Este é a associação sinérgica, vital para a competitividade global, que Porter (1998: 197) denomina de Cluster, conceito este que define, nos seguintes termos: “concentrações geográficas de empresas interconectadas, fornecedores especializados, provedores de serviços, firmas em indústrias relacionadas e instituições associadas”.

Para este autor, este escopo geográfico, não está confinado a um espaço territorial e, nem tão pouco, a um setor de atividade, mas sim, pode abranger desde uma simples cidade ou estado, país ou mesmo uma rede de países vizinhos.

Nesta ótica, a localização geoestratégica no mercado local e global, tendo as distâncias em relação aos principais clientes, fornecedores e fontes de matéria-prima como FCS, desempenha um papel crucial na mensuração da capacidade

competitiva de qualquer agente económico. Assim este autor encontra os fundamentos básicos para reiterar que, de facto, muito da vantagem competitiva repousa fora de uma determinada empresa ou mesmo fora de sua indústria. Posição, de resto, defendido por Haguenuer, Ferraz & Kupfer (1996: 197), nos seguintes termos: “análises de competitividade devem levar em conta simultaneamente - e com o devido peso - os processos internos à empresa e à indústria e as condições económicas gerais do ambiente produtivo”.

4. **Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Empresas** – todas as outras condições precedentes acabam por vir convergir em torno da rivalidade concorrencial existente em cada setor. Em função dessa dinâmica convergente, Porter (1993), considerou a rivalidade doméstica constituir, provavelmente, pelo determinante efeito que exerce sobre os demais, o ponto fulcral do Diamante.

Muito se questiona sobre a bondade da rivalidade concorrencial, principalmente, quando se está a ver o mercado na ótica de quem oferece. No entanto, já é quase consensual que a concorrência, sobretudo, quando ela for perfeita, traz grandes ganhos para o mercado, mormente para os consumidores.

Porter (1993) destaca, ainda, o papel que o governo exerce, na qualidade de influenciador, regulador e promotor da competitividade internacional da respetiva economia. Neste sentido, quando houver um acaso, que interfira de forma assíduo e estruturante no mercado, afetando um ou vários setores de atividade, nomeadamente: a pandemia da COVID-19, a qual deixou de rastos alguns setores económicos, nomeadamente, o turismo, que foi o primeiro setor a confinar-se e o último que irá, provavelmente, desconfinar-se, o governo é, normalmente, chamado a desempenhar o seu inalienável papel, o qual o privado não quer e nem pode desempenhar, tendo em vista a mitigação nefastos do acaso e potenciar os seus efeitos benéficos, que também poderão, eventualmente, existir.

1.4.4. Competitividade microempresarial

“Competitividade é a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”.

Haguenuer, Ferraz & Kupfer (1996: 196)

A competição, não é um fenómeno de hoje, embora com outras roupagens, pressupostamente, ela sempre existiu, ao longo de vários séculos, desde que o Homem começou a usar a troca como meio de sobrevivência e como uma atividade económica. Pois, quem, no mercado, oferece, quer fazê-lo, em circunstâncias normais, a um preço mais elevado possível e quem quiser comprar, pelo contrário, quererá fazê-lo a um preço mais baixo possível, mantendo constante os respetivos níveis de satisfação.

Este pressuposto é confirmado por Thomas Robert Malthus (1766-1834), que, já nos séculos XVIII e (início do) XIX, defendia que, face ao facto de haver organismos vivos produzirem um número maior do que os meios necessários à sobrevivência, a competição, naturalmente, passou a ser, ela própria, um ato de sobrevivência.

Essa teoria da sobrevivência, levou o próprio Charles Darwin¹¹⁰, em meados do século XIX, a estudar as espécies, para compreender se deveria haver uma seleção para solucionar quais destas é que deveriam sobreviver e quais é que deveriam perecer, registando suas constatações em seu tão festejado livro “A origem das espécies”, publicado pela primeira vez em 1859. Na realidade, a obra de Darwin ampliaria as idéias do filósofo evolucionista Herbert Spencer que dizia, ainda no século XIX, que a natureza garante a sobrevivência do mais apto. Para o efeito, o referido autor fez dois dos seus ensaios na ilha de Santiago, em Cabo Verde, havendo, inclusive, já propostas de circuitos turísticos, para se vivenciar, nos tempos de hoje, o “circuito de Darwin”.

Neste pressuposto, a sobrevivência constitui um dos grandes desafios dos agentes económicos nesta era pandémica, face ao fenómeno da globalização, que tendem a fazer desaparecer os mais frágeis e vulneráveis, numa espécie do princípio da “lei do mais forte”. Segundo este princípio, também cientificamente defendido por alguns autores: duas espécies que conseguem seu sustento de maneira idêntica não podem coexistir”.

Este princípio está também subjacente à figura infra, no âmbito da qual a sobrevivência constitui um dos principais desafios dos agentes económicos na atualidade, independentemente do contexto espaço-temporal que estejam.

¹¹⁰ Propôs a teoria de que os ramos evolutivos são resultados de seleção natural e sexual, onde a luta pela sobrevivência resulta em consequências similares às da seleção artificial.

Fig. 14 – As 5 forças competitivas de Porter



Fonte: Adaptado de Porter (1986, p. 23)

Para Porter (1986), as forças que atuam no mercado, traduzem-se num movimento interativo e sinérgico que se estabelece entre cada uma das quatro delas, repercutindo essa correlação de forças na rivalidade concorrencial que vai-se estabelecendo na arena da competitividade no mercado, nos termos que se seguem:

1. **Poder negocial dos clientes:** os clientes dispõem de um importante poder negocial com as empresas fornecedoras que atuam no mercado, dependendo do sistema de funcionamento do respetivo mercado, corresponder, nomeadamente, às seguintes situações:
 - a. Concorrência perfeita;
 - b. Concorrência imperfeita / concorrência monopolista;
 - c. Monopólio (podem ser bilateral);
 - d. Duopólio;
 - e. Oligopólio;
 - f. Monoposónio;
 - g. Duoposónio;
 - h. Oligoposónio.

Pelo facto dessas diferentes modalidades de funcionamento do mercado implicar diferentes correlações de força entre os agentes que oferecem e os que procuram, satisfação para as suas necessidades, reais ou financeiras, o respetivo poder negocial ficará afetado, revertendo essa força ou fraqueza nos respetivos ganhos ou

perdas operacionais, impostos pelas novas condições de mercado, em termos de: preço de compra, prazos e condições de pagamento; condições de entrega, qualidade de bens e serviços, etc.

2. **Poder negocial dos fornecedores:** tendo em consideração que os fornecedores têm um poder enorme na influência do mercado, porque quando são poderosos podem condicionar o respetivo funcionamento e, conseqüentemente o de toda a indústria, os mesmos ficam sujeitos à mesma lógica negocial que a anteriormente exposta.
3. **Pressão de produtos substitutos:** não obstante serem, por vezes diferenciados entre si, quando oferecem aos consumidores uma satisfação e/ou utilidade equiparada, acabarão por se tornarem mutuamente exclusivos, abrindo, assim, porta para uma concorrência direta entre eles. Por isso, deve-se estar atento não só aos produtos similares, mas, também, aos outros que competem para a satisfação das mesmas necessidades. Pois, estes acabam por impor um limite ao desenvolvimento do mercado e, logicamente, também do setor.
4. **Potencial de novas entradas:** Assim, como anteriormente referenciado, a concorrência não constituída só por operadores que já estão ativos no mercado, existem outros que, sendo atraídos por n fatores, poderão sair da passividade e acionarem a sua condição de operador setorial, alteração completamente as condições de um mercado estático, em termos de: quantidade, preço, margem, rentabilidade e perspectivas do futuro, empurrando, por vezes os menos eficientes para fora da arena competitiva.
5. **Rivalidade concorrencial** – é o resultado da conjugação das outras quatro forças anteriores, resultando num jogo pela sobrevivência dos diferentes *players*, numa arena em que cada um apresenta os seus melhores argumentos e os consumidores, por vezes, são soberanos e escolhem os melhores.

No atual contexto mundial, em que a pressão do curto prazo para se dar respostas assertivas a fenómenos multidimensionais como: a pandemia, a pobreza, a desigualdade, o desemprego, o terrorismo, a migração forçada, as alterações climáticas, entre outras preocupações candentes da humanidade, há uma tendência para que haja cada vez um conflito latente entre: o curto, o médio e o longo prazos, entre essas cinco forças de Porter, que suportam as competitividades macro, meso e

microenvolventes e os cinco pilares que sustentam as sustentabilidades eco-ambiental, económico-financeira, turístico-hoteleira sociocultural e político-institucional.

No entanto, a necessidade de se dar felicidade a quem tem sonhos e voto em quem acreditar os poder ajudar a realizar, choca com o interesse de quem nem sequer ainda nasceu, mas que lhe assiste, mesmo assim, o direito de sonhar e de o ver realizado a prazo, por quem o sonho de hoje não pode ser transformado em pesadelo de amanhã.

Sendo esta perspetiva coletiva, mesmo seguindo caminhos díspares, no passado e no presente, com um acasalamento perfeito entre a competitividade e a sustentabilidade, acredita-se que o nosso futuro será efetivamente comum e que lá chegaremos, sem que ninguém tenha ficado para trás.

1.5. Sustentabilidade sociocultural e o efeito contágio entre o global e o local

Introdução

Sustentabilidade sociocultural e o efeito contágio entre o global e o local – num contexto universal fortemente marcado pelo fenómeno da globalização, no seio do qual existe uma grande pressão para a normalização e a padronização de tudo e de todos, o turismo é colocado perante um grande desafio de se alimentar da diferenciação, fator que, no limite, constitui a sua própria razão de existir. Por este motivo, neste subcapítulo, dedicou-se um pouco à análise teórica dos fatores que teoricamente influenciam: a experiência do visitado e do visitante, as novas tendências do turismo, o impacto sociodemográfico do turismo, bem como os indicadores de satisfação, por parte da comunidade local e dos turistas, com o modelo de turismo localmente desenvolvido.

- // -

Para a análise desta seção, estabeleceu-se como guia os seguintes indicadores constantes no modelo desta investigação, para a vertente da sustentabilidade sociocultural:

Quadro 27 – Modelo de Investigação Parcial

MODELO DE INVESTIGAÇÃO – JLMascarenhas

| COMPONENTES | SUB-COMPONENTES | INDICADORES |
|--------------------|---|--|
| 1.4. Sociocultural | 1.4.1. Impacto Sociocultural do Turismo | 1.4.1.1. Experiência Local 1.4.1.2. Experiência dos Visitantes 1.4.1.3. Impacto Sócio-Demográfico 1.4.1.4. Fórmula de Haïtes 1.4.1.5. Índice de Intensidade Turística 1.4.1.6. Índice de Saturação Turística 1.4.1.7. Indicadores Satisfação da Comunidade Local |

No âmbito deste modelo, propõe-se analisar, quantitativa ou qualitativamente, os seguintes indicadores de referência:

1. Experiência local;
2. Experiência dos visitantes;
3. Impacto sociodemográfico;
4. Índice de saturação turística;
5. Índice de intensidade turística;
6. Fórmula de Haïtes;
7. Indicadores satisfação da comunidade local.

1.5.1. Experiência local

Cabo Verde tem apresenta, hoje, como um destino turístico fracionado em vinte e dois microdestinos, puzzle, no âmbito do qual cada município tem uma vez e uma voz a defender.

Nesta perspetiva, cada região do país, em função da sua uniformidade ou diversidade territorial e/ou municipal, tem que ter a sua estratégia bem definida e montada para poder, ao nível da variável “Ser”, garantir um posicionamento estratégico do respetivo destino, baseado nos seguintes 3 pilares, que constituem o edifício da respetiva competitividade e, conseqüentemente, da sua própria sustentabilidade turísticas:

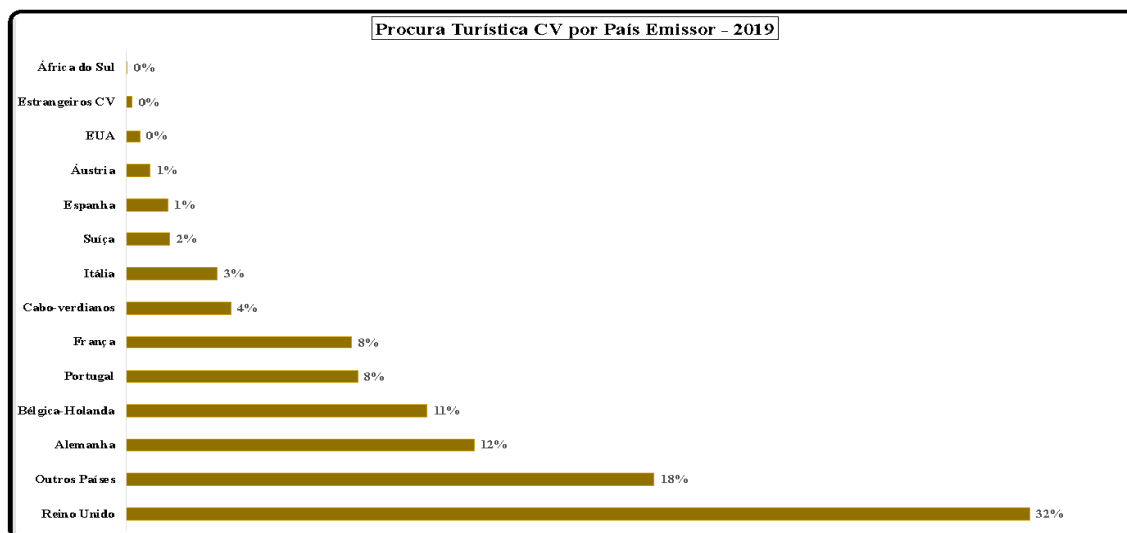
1. **Produto** - é a base da oferta e dos **consumos turísticos básicos, complementares e acessórios**, promovidos num determinado destino. Para a edificação sustentável de um destino, todos os recursos físico-morfológicos, espirituais, históricos, arquitetónicos, socioculturais, gastronómicos, entre outros, devem integrar, em uníssono, no ativo patrimonial, tangível ou intangível, de um destino;
2. **Distribuição** - constitui um FCS da competitividade de qualquer destino. Pois, a forma como um determinado destino é apresentado e vendido junto dos mercados emissores, representa um recurso inalienável para a afirmação do mesmo, como um destino de eleição;

3. **Acessibilidade** - não basta o acesso privilegiado ao mercado emissor. Pois, tendo em conta que o turismo é um dos poucos produtos cujo consumo está localizado não junto do potencial consumidor, mas sim, do respectivo provedor / fornecedor, o acesso ao destino, em condições logístico-operacionais bastante competitivas, se afigura como determinante para a viabilização e a sustentabilidade do mesmo.

A experiência de Cabo Verde, na qualidade de destino turísticos e dos cabo-verdianos, como hospedeiros, não é uniforme e, nem tão pouco, longa, variando de ilha para ilha, conjugando ilhas maduras com outras virgens, em termos de experiência turística, requerendo, por isso, uma gestão cautelosa dos diferentes microdestinos, no concernente aos fatores ambientais, económicos, turísticos, socioculturais e político-institucionais.

1.5.2. Experiência dos visitantes – Cabo Verde tem um mercado emissor de turistas bastante maduro, sendo dominado em quase um quarto pelo Reino Unido, que, em 2019, foi responsável por cerca de 32% da procura turística dirigida a Cabo Verde, como se pode observar no gráfico seguinte:

Gráfico 7 – Procura Turística CV por país emissor - 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Associado a esta maturidade dos turistas que procuram Cabo Verde, sendo 78% representados por europeus, deve-se procurar nestes um perfil do novo turista, para

que procurem descobrir, preservar, valorizar e promover o destino, de modo que a inexperiência dos locais seja minimizada e os seus efeitos mitigados.

Para o efeito, como defende Carvalho & Lewis (2009: 6):

1. O turismo sustentável é aquele criado como um motor económico para uma nação, região ou local, garantindo que a maioria das receitas que resultam de atividades turísticas permanecem na região, com o propósito de investir em atividades humanas, desenvolvimento e preservação de recursos naturais e culturais.
2. O turismo não deve ser prejudicial para a população local. Estrategicamente, é vantajoso envolver a população local, a fim de prevenir a desordem social e maximizar o valor que as comunidades indígenas podem fornecer. É uma boa prática de negócios incentivar a utilização do conhecimento existente para um crescimento e sustentabilidade a longo prazo.
3. Muitas vezes, os nativos conhecem aspetos do ecoturismo, turismo da natureza, turismo patrimonial e turismo cultural, e o seu apoio pode ser crucial para o sucesso. Se envolvidos como partes interessadas desde o início, eles podem ser inestimáveis recursos.

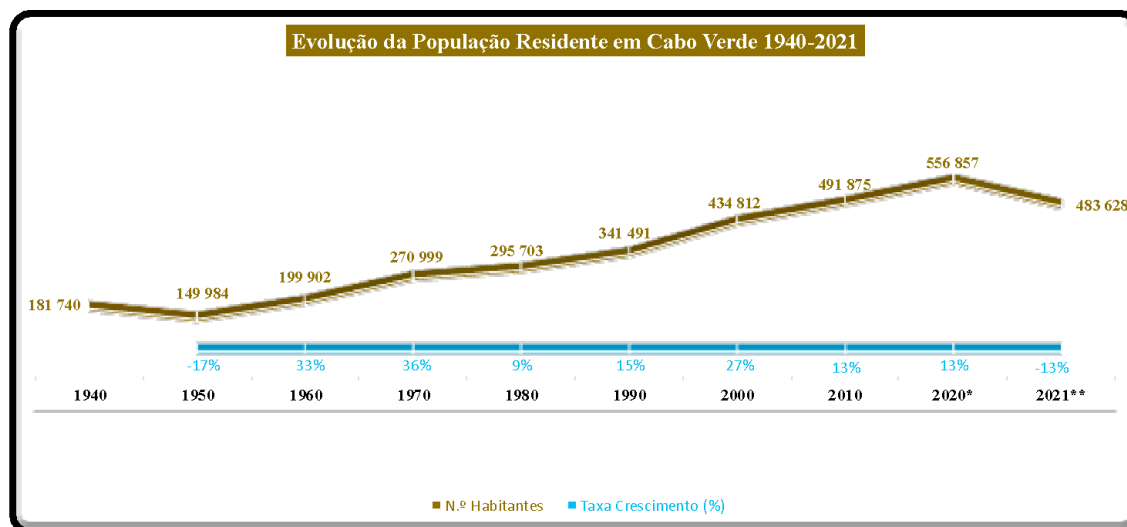
Nesta perspetiva, na linha desse pensamento, pode-se aferir que uma das formas de se evitar o efeito nefasto da presença externa é envolver, *ab initio*, a população local no planeamento turístico, sensibilizando-a e motivando-a, com a multiplicação, a nível da comunidade local, dos bónus do turismo e a divisão, entre todos os envolvidos, dos ónus do turismo.

1.5.3. Impacto sociodemográfico

A dimensão populacional, constitui, na perspetiva de Friedman (2010), um FCS do processo de desenvolvimento dos países, mormente, dos PEID, que, normalmente, têm associado ao fator físico-territorial, uma relativa / absoluta exiguidade populacional, a qual constituiu em determinadas circunstâncias, do presente e do passado, em alguns contextos geográficos, um indutor de desenvolvimento, tenderá vir a constituir no futuro, um FCI – Fator Crítico de Insucesso dos países, uma vez que esta representa um severo limite ao desenvolvimento. No ponto de vista deste autor, é o tamanho de uma nação, mormente, na vertente populacional, que determina a importância desta no concerto das nações.

No contexto cabo-verdiano, a escassez populacional, como é visível no gráfico seguinte, por representar, indiretamente, uma exiguidade, em termos de número de consumidores no mercado, constituiu sempre uma limitação ao crescimento económico e, conseqüentemente, pode sê-la também em relação ao desenvolvimento socioeconómico, se essa exígua riqueza criada não for colocada, de forma eficiente e eficaz, ao serviço da população local:

Gráfico 8 – Evolução da população residente em Cabo Verde 1940-2021



Fontes: DELOS - Desarrollo Local Sustentible (2014) + INE-CV (2021) - Censos - Dados Provisórios**

Com uma diminuição da população residente, entre 2010 e 2021, na ordem de 79.550 habitantes, Cabo Verde vê, assim, nesta ótica, a sua competitividade global também diminuir, fazendo com que a sustentabilidade turística seja um desafio cada vez maior, uma vez que, enquanto se expeta ainda por um crescimento acentuado do influxo turístico, assiste-se a uma regressão populacional, sabendo que a população é o denominador comum de grande parte dos indicadores de sustentabilidade turística, nomeadamente:

1.5.4. Índice de saturação turística

Segundo Cunha (1997: 41-42), este índice é dado pela seguinte fórmula:

$$I_s = \text{N.º de Turistas} / \text{População Total}$$

No entender deste autor: “o índice de saturação turística permite avaliar a importância relativa do turismo em cada país e a sua capacidade para suportar acréscimos

adicionais da procura turística: um país com índice inferior ao de outro tem uma importância turística menor, mas possui maior capacidade de crescimento potencial”.

Em Cabo Verde, a estratégia inicial dos antigos governos de desenvolver o turismo em ilhas sem população, acabou por induzir um elevado índice de saturação turística nessas ilhas, causando elevados efeitos nefastos para a comunidade e para o território locais.

Neste sentido, um desenvolvimento turístico, que se almeja sustentável, deve ser planeado com visão, sabedoria e muita sensibilidade. Por vezes, quando a dimensão populacional impõe fortes restrições sobre o crescimento potencial de um destino turístico, o fator quantitativo deve ser substituído pelo qualitativo, de modo a permitir que o respetivo destino continue a “florescer” e “frutificar”.

Este indicador permitiu fazer uma análise comparativa do índice de saturação turística a nível dos PEID, tem sido obtido o seguinte resultado:

Quadro 28 - (Is) Índice de saturação turística nos PEID-2019

| Ordem | Estatuto | Região | País | (Is) Índice Saturação Turística (2019) | |
|-------|---------------------|---|--------------------|--|-------|
| 1 | Membros das ONU | Atlântico, Oceano Índico, Mediterrâneo e Mar da China Meridional - AIMS (9) | Bahrein | 2,70 | |
| 2 | | | Cabo Verde | 1,43 | |
| 3 | | | Comores | 0,03 | |
| 4 | | | Guiné-Bissau | | |
| 5 | | | Maldivas | 3,19 | |
| 6 | | | Maurícias | | |
| 7 | | | S. Tomé e Príncipe | 0,13 | |
| 8 | | | Seychelles | 4,03 | |
| 9 | | | Singapura | 228,73 | |
| 10 | | Carábas (16) | | Antígua e Barbuda | 3,02 |
| 11 | | | | Bahamas | 4,50 |
| 12 | | | | Barbados | 1,95 |
| 13 | | | | Belize | |
| 14 | | | | Cuba | |
| 15 | | | | Dominica | 1,23 |
| 16 | | | | República Dominicana | 0,87 |
| 17 | | | | Granada | 1,84 |
| 18 | | | | Guiana | |
| 19 | | | | Haiti | |
| 20 | | | | Jamaica | |
| 21 | | | | S. Cristóvão e Nevis | 1,79 |
| 22 | | | | Santa Lúcia | 2,10 |
| 23 | | | | S. Vicente e Granadinas | 0,93 |
| 24 | | | | Suriname | |
| 25 | | | | Trinidade e Tobago | |
| 26 | | Pacífico (13) | | Fiji | 0,11 |
| 27 | | | | Quiribati | 0,03 |
| 28 | | | | Ilhas Marshall | 0,09 |
| 29 | | | | Estados da Micronésia | 0,01 |
| 30 | | | | Nauru | 0,00 |
| 31 | | | | Nova Caledónia Palau | 0,50 |
| 32 | | | | Papua Nova Guiné | |
| 33 | | | | Samoa | 1,00 |
| 34 | | | | Ilhas Salomão | |
| 35 | | | | Timor-Leste | |
| 36 | | | | Tonga | 0,39 |
| 37 | | | | Tuvalu | 2,67 |
| 38 | | | | Vanuatu | 0,32 |
| 39 | Não Membros das ONU | | Samoa Americana | | |
| 40 | | | Carábas | Anguilla | |
| 41 | | | Carábas | Aruba | |
| 42 | | | Carábas | Bermuda | |
| 43 | | | Carábas | Ilhas Virgens Britânicas | |
| 44 | | | Carábas | Ilhas Caimão | |
| 45 | | | Pacífico | Ilhas Marianas | |
| 46 | | | Pacífico | Ilhas Cook | 11,20 |
| 47 | | | Carábas | Curaçao | |
| 48 | | | Pacífico | Polinésia Francesa | |
| 49 | | | Carábas | Guadalupe | |
| 50 | | | Pacífico | Ilhas Guam | |
| 51 | | | Carábas | Martiniça | |
| 52 | | | Carábas | Montserrat | |
| 53 | | | Pacífico | Nova Caledónia | |
| 54 | | | Pacífico | Niue | 0,90 |
| 55 | | | Carábas | Porto Rico | |
| 56 | | | Carábas | Ilha de S. Martinho | |
| 57 | | | Carábas | Ilhas Turcas e Caicos | |
| 58 | | | Carábas | Ilhas Virgens Americanas | |

Fonte: <https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism>, adaptado pelo Autor

Não obstante a análise comparativa que o índice permite fazer, permite também ver o peso que os turistas anuais têm sobre a população local, significando que quando o $Is > 1$, o número de turistas num ano superior ao da população local.

Da análise do índice de saturação turística, pode-se observar que vinte e oito países avaliados, dos cinquenta e oito PEID, Cabo Verde afigura-se na posição 12.^a posição dos países que apresentam os piores resultados, em termos de índice de saturação turística, sendo superado pelos outros dezesseis pequenos estados insulares com melhor performance neste quesito. O índice de 1,43 apresentado por Cabo Verde significa que, anualmente, o número de turistas ultrapassa, largamente, o número de residentes no país. Este facto traz uma série de implicações, nomeadamente, a perda

da identidade sociocultural e da autenticidade, dos outros recursos turísticos que, nos dias que correm, constituem os recursos estratégicos que tenderão a alavancar os destinos turísticos do futuro.

1.5.5. Taxa (índice) de intensidade turística¹¹¹ – Segundo a Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993) in <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/>, este indicador:

IT - Intensidade Turística = N.º Dormidas Anuais / População Residente

1. Permite avaliar a pressão turística, através da relação entre o número de dormidas nos empreendimentos turísticos e o número de residentes numa determinada região.
2. Tal como flui do documento da Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993) expressa a razão entre o número de dormidas ao longo do ano nos estabelecimentos hoteleiros e similares (designadamente parques de campismo, colónias de férias e pousadas de juventude) e o número de residentes.
3. Atenta-se em aspectos como o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos ou a utilização de infraestruturas.
4. De harmonia com a metodologia proposta pela Comissão esta razão é considerada sustentável se for inferior a 1,1 dormidas por residente (1,1:1); é considerada pouco sustentável quando se situar entre 1,1 e 1,5:1; por fim, é considerada insustentável quando superior a 1,5:1.

Esta taxa mede a pressão que o número de dormidas turísticas exerce sobre a população residente, devendo, por isso, em termos de sustentabilidade, não atingir a cifra de 1,1. Isto significa que, no período de um ano, o número de turistas que pernoveram / número de pernoveras não ultrapassou o número de residentes no referido destino turístico.

¹¹¹ Cunha (1997: 38-41) propôs a seguinte fórmula para o cálculo da $IT = (Ca/P) \times 100$, que também é designada por Cunha (1997: 41) por taxa de função hoteleira, que é dada pela relação entre o número de camas existentes nos meios de alojamento dum país ou região (Ca) e a população desse país ou região (P). Por se entender que este indicador, embora tendo sido utilizado com a mesma designação por este autor, entende-se que o mesmo, pela sua fórmula de cálculo, serve para medir a proporção da oferta de cama numa determinada região/país em relação à respetiva população e não a pressão que a procura por parte das dormidas turísticas exerce, efetivamente, sobre a população local, opta-se por utilizar a fórmula proposta pela Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993): **Índice de Intensidade Turística (IT)=N.º Dormidas / População Local.**

Caso esse valor atingir o intervalo entre [1,1 1,5], significa que a intensidade turística local é pouco sustentável. I.e., o número de turistas a pernoitar anualmente começa a exceder ao número de residentes, exercendo, conseqüentemente, uma relativa pressão sobre o acesso aos recursos locais, nomeadamente: os recursos físico-territoriais, socioculturais, económico-financeiros, turístico-hoteleiros e, quiçá, político-ambientais, pondo, assim, em causa a sustentabilidade turística do destino em pauta.

Caso esse valor ultrapassar o limite de 1,5, significa que o respetivo destino caiu efetivamente em insustentabilidade turística, com os visitantes anuais a excederem, largamente, os visitados, podendo provocar uma erosão crítica sobre os recursos turísticos, os quais, paradoxalmente, constituíram, pela diferenciação os motivos principais da viagem.

Neste contexto, pode-se concluir que a dimensão e a dinâmica de crescimento populacional constituem dois importantes fatores limitativos ou restrições que condicionam, acentuadamente, a resolução do sistema de inequações turísticas caboverdianas, composto pelas seguintes variáveis dependentes: a competitividade e a sustentabilidade turísticas.

Neste âmbito, existem conceitos que são utilizados pelo www.ine.pt, que ajudam na organização e tratamento de dados estatísticos, uma vez que o indicador calculado para Portugal por NUTS III considera as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, enquanto que o indicador do Eurostat considera as dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico coletivo, um conceito mais abrangente. Por esta razão, propõe-se o esclarecimento dos seguintes conceitos:

1. **Intensidade turística** - é um indicador que permite avaliar a relação entre turistas e população residente e os impactos que daí resultam, a partir do rácio entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseado e o número de residentes.
2. **Alojamento turístico coletivo** - Estabelecimento destinado a proporcionar alojamento ao viajante num quarto ou em qualquer outra unidade, com a condição de que o número de lugares oferecido seja superior ao mínimo especificado para grupos de pessoas que ultrapassem uma unidade familiar, devendo todos os lugares do estabelecimento inserir-se numa gestão de tipo comercial comum, mesmo quando não têm fins lucrativos. Nota: o grupo de estabelecimentos de alojamento turístico coletivo divide-se em: estabelecimentos hoteleiros e similares, outros estabelecimentos de alojamento coletivo e alojamento especializado.

3. **Estabelecimento hoteleiro** - Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Nota: os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis); para fins estatísticos incluem-se, ainda, os aldeamentos e apartamentos turísticos.

1.5.6. Capacidade de Carga Social: Fórmula de Haites

A capacidade de carga social é, segundo a Fórmula de Haites, proposta por Cunha (1997:197), calculada da seguinte forma:

$$S = t / (p^{0,19} \times a^{0,36} \times c^{1,79}) \times 10^4$$

S = Nível em que ocorrem impactos sociais adversos

t = N.º Turistas

p = N.º População

a = Área em km²

c = Rendimento *per capita*.

Este indicador, ao levar introduzir na mesma equação fatores como: o número de turistas, o número da população, a área geográfica e o rendimento *per capita* de um determinado local, mede, assim, o nível a partir do qual a atividade turística começa a fazer ocorrer impactos sociais adversos.

Se se quiser calcular o número de turistas que provoca esse impacto nefasto junto da população local, deve-se resolver essa equação em ordem a t, N.º de turistas.

Segundo este Cunha (1997: 197):

1. A capacidade de carga de um destino turístico é, na realidade, o limiar a partir do qual começam a surgir fatores negativos provocados pelo crescimento turístico, podendo ser definida como o limite a partir do qual o crescimento da atividade turística provoca a degradação do meio ambiente natural e humano, a saturação dos equipamentos turísticos e a diminuição do grau de satisfação que os turistas experimentam durante as suas visitas.
2. Este limiar pode ser obtido por vários indicadores medindo, uns, o grau de saturação turística e, outros, o grau de capacidade que um local possui para se desenvolver turisticamente.
3. Quando ultrapassar aquele limiar atinge-se uma situação de sobrecarga turística que, além de comprometer o desenvolvimento futuro das áreas turísticas, provoca

desequilíbrios graves e destrói a sua imagem, enquanto destino, levando ao afastamento da procura que será dificilmente reconquistada.

4. É, por isso, importante prevenir as situações, obrigando, no planeamento das zonas turísticas, a considerar normas de capacidade de carga. Estas normas, que respeitam tanto aos equipamentos como às infraestruturas, visam evitar que os projetos de desenvolvimento ultrapassem certos limites.

A determinação da capacidade de carga regional constitui uma das políticas públicas mais prementes a serem definidas e implementadas em Cabo Verde, tendo em consideração o estatuto deste PEIDARIAM, muito vulnerável que, no entanto, vem sendo negligenciada pelos sucessivos governos, ao ponto de chegar na atualidade, três décadas depois de um crescimento setorial exponencial, com quase todas as ilhas apresentarem sinais de insustentabilidade turística e, por arrastamento, também de saturação e, quiçá, de esgotamento a prazo, se nada for feito para contrariar esta preocupante tendência, mormente, nas ilhas do Sal e da Boa vista.

Por serem indicadores multidimensionais, carecendo, na sua definição e cálculo, áreas multidisciplinares do saber, a ciência não poderá estar fora desse processo. Entende-se que se deve dar à Ciência o que é da Ciência e à Política o que é da Política. Neste sentido, das três etapas de um processo de planeamento estratégico, propõe-se que seja da Ciência as seguintes etapas:

1. A definição do binómio: “quem somos e onde estamos”;
2. A determinação do binómio que constitui o limite ao crescimento e desenvolvimento: “quem poderemos vir a ser e para onde poderemos ir”.

Nesta perspetiva, sobrará, para a Política, a resposta, não menos importante, ao seguinte binómio:

3. “quem queremos vir a ser e para onde queremos ir”.

1.5.7. Indicadores de satisfação da comunidade local

“O turismo sustentável é aquele criado como um motor económico para uma nação, região ou local, garantindo que a maioria das receitas que resultam de atividades turísticas permanecem na região, com o propósito de investir em atividades humanas, desenvolvimento e preservação de recursos naturais e culturais”.

Carvalho & Lewis (2009: 6)

Nesta linha de pensamento, conclui-se que a satisfação da comunidade local com o modelo do turismo que é aí desenvolvido é resultado do grau de envolvimento da mesma no planeamento e na definição das políticas públicas setoriais, bem como numa partilha equitativa dos ónus e bónus turísticos.

Neste sentido, Carvalho & Lewis (2009: 6) defendem que:

1. O turismo sustentável é aquele criado como um motor económico para uma nação, região ou local, garantindo que a maioria das receitas que resultam de atividades turísticas permanecem na região, com o propósito de investir em atividades humanas, desenvolvimento e preservação de recursos naturais e culturais.
2. O turismo não deve ser prejudicial para a população local. Estrategicamente, é vantajoso envolver a população local, a fim de prevenir a desordem social e maximizar o valor que as comunidades indígenas podem fornecer. É uma boa prática de negócios incentivar a utilização do conhecimento existente para um crescimento e sustentabilidade a longo prazo.
3. Muitas vezes, os nativos conhecem aspectos do ecoturismo, turismo da natureza, turismo patrimonial e turismo cultural, e o seu apoio pode ser crucial para o sucesso. Se envolvidos como partes interessadas desde o início, eles podem ser inestimáveis recursos.
4. A falta de contribuição das comunidades locais pode criar um efeito cascata negativo.
5. O turismo insustentável prejudica o meio ambiente e viola os direitos humanos dos Povos Indígenas e das comunidades locais e os direitos de acesso e propriedade da terra e recursos naturais essenciais para a segurança alimentar, autossuficiência e identidade cultural.
6. Em alguns destinos turísticos, mesmo os nacionais com recursos financeiros não são bem-vindos nesses lugares. Infelizmente, esses tipos de políticas impedem os turistas de experimentarem os valores sociais e culturais que o destino oferece.

Neste sentido, uma das formas de se incrementar o envolvimento da população local com o turismo, melhorando a respetiva satisfação, é através de criação de empregos dignos, qualificados e bem remunerados, não só para os cargos de base, mas também para os de top, os quais, muitas vezes estão reservados aos quadros expatriados, pagos “a peso de ouro”. Esta importante política estratégica faria com que o rendimento do turismo chegasse às famílias, através de remunerações e de relações intra e intersetoriais do turismo, democratizando, assim, os efeitos diretos, indiretos e induzidos do turismo.

Para Beekhuis em Currin (2002) in Carvalho & Lewis (2009: 4): “Vazamentos surgem como resultado da grande porcentagem de propriedade detida por estrangeiros ou corporações e da grande parte da receita gerada que deixam o país anfitrião e retornam para país de origem do investimento”.

Por este motivo, estes mesmos autores defendem que: “Esses investimentos devem ser "ganha-ganha-ganha" - uma vitória para o investidor estrangeiro, uma vitória para o governo e uma vitória para a população indígena”.

Para o efeito, propõe-se que faça fé os artigos 1.º, 2.º e 4.º do Código de Ética Mundial para o Turismo que rezam, respetivamente, o seguinte: a contribuição do turismo para o entendimento e o respeito mútuo entre homens e sociedades; o turismo, como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo, e ainda, o turismo como fator de aproveitamento e enriquecimento do património cultural da humanidade.

Neste nobre contexto de desenvolvimento turístico, pode-se, efetivamente, expetar um destino competitivo e sustentável para estas ilhas atlânticas, tendo o interesse local como o principal foco.

1.6. Sustentabilidade ambiental do turismo e os desafios da gestão territorial

“A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de geralmente ser a base de sua existência, de sua atratividade, e de seu destaque no mercado”.

Lage & Milone (1999: 74)

Introdução

Sustentabilidade ambiental e os desafios da gestão territorial - este é o subcapítulo, no seio do qual procurou-se começar por edificar, pilar a pilar, os suportes teóricos subjacentes às diferentes dimensões da sustentabilidade turística, que constituem um dos objetos principais da presente investigação. Neste quesito, a dimensão eco ambiental, por estar subjacente à inventariação e avaliação dos recursos turísticos, bem como à determinação da capacidade de carga dos destinos turísticos e, corolariamente, aos respetivos limites do desenvolvimento, assumiu, *ab initio*, um papel basilar na análise dos desafios subjacentes à indução de um desenvolvimento turístico sustentável num PEID vulnerável, como é Cabo Verde, onde todos os recursos

potenciais, mormente territoriais, são marcados pela indisponibilidade ou pela exiguidade, tornando-se, por isso, crítica a missão de identificação de um recurso estratégico para esse almejado processo.

-//-

Quadro 1.5. - Modelo-Guia Parcial:

MODELO DE INVESTIGAÇÃO – JLMascarenhas

| COMPONENTES | SUB-COMPONENTES | INDICADORES |
|----------------|-------------------------------------|---|
| 1.1. Ambiental | 1.1.1. Recursos Turísticos | 1.1.1.1. Inventariação da Disponibilidade de Recursos 1.1.1.2. Distribuição Espacial |
| | 1.1.2. Atractividade Turística | 1.1.2.1. Importância Atractiva 1.1.2.2. Capacitação Territorial 1.1.2.3. Avaliação da Vocação Turística |
| | 1.1.3. Capacidade de Carga Regional | 1.1.3.1. Aplicação de algumas Medida(s) já Definidas na Macaronésia 1.1.3.2. Medição da Capacidade de Carga Regional - Macaronésia: IPT & Fórmula de Hâtes |
| | 1.1.4. Qualidade / Satisfação | 1.1.4.1. Estabelecimentos com Certificação de Qualidade 1.1.4.2. Grau de Satisfação dos Turistas 1.1.4.3. Fidelidade dos Turistas |
| | 1.1.5. Paisagismo | 1.1.5.1. Áreas Naturais Protegidas 1.1.5.2. Grau de Naturalidade do Meio |
| | 1.1.6. Gestão Ambiental | 1.1.6.1. Qualidade das Águas de Banho Marítimas 1.1.6.2. Consumo de Águas Atribuível aos Turistas 1.1.6.3. Consumo de Electricidade Atribuível aos Turistas 1.1.6.4. Produção de Resíduos Sólidos Atribuível aos Turistas 1.1.6.5. Índice de Motorização Atribuível ao Turismo 1.1.6.6. Superfície da Costa Urbanizada |

1.6.1. Recursos turísticos - constituem, em termos conceituais, um conjunto de elementos naturais, culturais, artísticos, históricos ou tecnológicos que geram uma atração turística.

Sendo uma componente inalienável desta investigação, foram, por isso, integrados e analisados, preliminarmente, no âmbito do ponto 1.3.2., constituindo, assim, objeto de retoma, sob a forma de abordagem empírica, ao longo dos pontos seguintes, merecendo, porém, nesta fase, o destaque supra, que servirá de mote para o lançamento dos subpontos seguidamente escalados.

1.6.2. Atratividade e sustentabilidade turísticas

“A atratividade adquire um valor instrumental na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, invertendo uma interpretação subserviente das lógicas de lucro, expressão de algumas categorias de sujeitos que, não raramente, pertencem a outros contextos territoriais e se movem com lógicas especulativas”.

A competitividade e a sustentabilidade turísticas de um destino estabelecem com a capacidade de atratividade regional uma profícua relação de causalidade biunívoca. Pois, a atratividade turística de um território, por envolver todos os recursos tangíveis e intangíveis que um destino dispõe, ainda que em potência, deve concorrer, exogenamente, para um posicionamento competitivo deste junto dos respetivos mercados emissores, bem como para a indução, endogenamente, de um sentimento de pertença e de cumplicidade, conducente com uma maior identificação dos *stakeholders* locais com o meio envolvente e vice-versa. Por esta razão, a descoberta da verdadeira vocação turística de um determinado destino deve estar na fundação de qualquer edificação turística.

A vocação turística do território pode ser explicada como a aptidão de um território para assumir uma configuração económico-produtiva predefinida, quando ela está em coerência com o conjunto dos recursos materiais e imateriais do território disponíveis (coerência territorial) e com as condições do contexto global (coerência identitária) que constitui a subjetividade territorial. A esta última é atribuída a tarefa de interpretar e realizar as vocações territoriais. A vocação turística, pelo contrário, é caracterizada por condições subordinadas que não podem prescindir umas das outras, influenciando-se mutuamente (Pollice & De Julio, 2011).

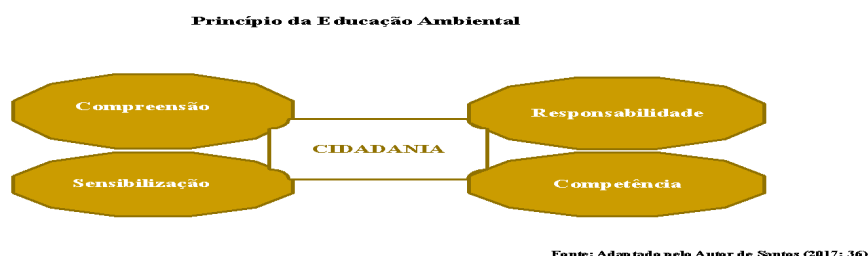
Tendo em conta que o turismo é um produto diretamente dependente de fatores objetivos mas também dos subjetivos, tais como: as formas de pensar, de sentir e de agir locais, o “ato de bem-receber” os visitantes, que, em Cabo Verde, se apelida de *Morabeza*, por constituir um recurso intangível, de valor incomensurável, afigura-se como um dos fortes fatores de competitividade de qualquer destino turístico.

Neste pressuposto, na avaliação do potencial atrativo do território é preciso considerar também os recursos (culturais, naturais, de paisagem) que ficam na sua proximidade geográfica e possam ser incluídos nos itinerários dos turistas que o visitam. Estes estão tão associados aos recursos tangíveis, como os atrativos do lugar (Pollice & De Julio, 2011). Assim sendo, no âmbito desta avaliação devemos entrar em linha de conta não só com os recursos próprios do micro-destino, em estado de autarcia, mas também com os pertencentes ao macro-destino, incluindo os pertencentes ao meio envolvente / vizinhança que, na ótica do diamante de Potter, podem ser alocados, em prol de uma oferta competitiva.

Para o efeito, no triângulo virtuoso da avaliação dos recursos competitivos do território que constituem um destino turístico, bem como da respectiva configuração turístico-atrativa, os recursos ambientais afiguram-se como determinantes para a respetiva configuração, valorização e posicionamento competitivo e, conseqüentemente, para a respetiva sustentabilidade turística.

Neste sentido, mormente, num PEIDARIAM, é urgente a sensibilização coletiva para o exercício de uma cidadania integrada que seja indutora de uma endogeneização das novas medidas e estratégias político-institucionais conducentes aos 8 R's da sustentabilidade, como é refletida na figura seguinte:

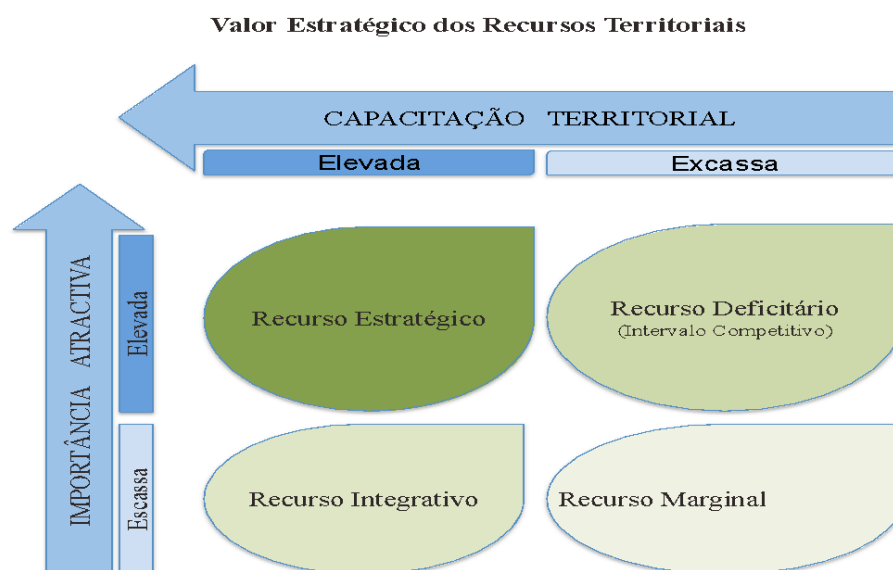
Fig. 15 – Princípio da educação ambiental



Desta ação integrada supramencionada resultará um posicionamento estratégico do destino no mercado, em função da quantidade e da qualidade dos recursos turísticos vendáveis, que o mesmo poderá oferecer. A figura anterior sintetiza o referido programa-ação, o qual, em função do cruzamento inter-fatorial que se fizer entre a capacidade territorial e as necessidades e expectativas locais, cria, com base nos seus recursos estratégicos, as condições de atratividade bidirecional, visando, tanto a globalização do local como a localização do global, suportando, por esta via, a competitividade e a sustentabilidade turísticas do respetivo destino.

Nesta perspetiva, pode-se interpretar que a vantagem competitiva de um destino, segundo este quadro analítico infra, varia na ordem decrescente em relação ao número de quadrantes, situando-se, assim, no 1.º quadrante os destinos que, em termos quantitativos e qualitativos, dispõem dos recursos turísticos mais estratégicos e competitivos:

Fig. 16 – Valor estratégico dos recursos territoriais



Fonte: Pollice & De Julio (2011), adaptado pelo Autor

Dos cruzamentos em linha e em coluna da matriz, i.e., qualitativo e quantitativo desses recursos, respetivamente, podemos observar que, para que um determinado recurso possa servir de pilar-mestra na edificação competitiva e sustentável de um destino, este deve dotá-lo, em condições necessárias e suficientes, tanto em termos de densidade, intensidade, como de atratividade.

Neste corolário, as aspirações turísticas de um território, por estarem correlacionadas, em algum grau, com a respetiva atratividade, acabam por derivar, direta ou indiretamente, dos seguintes fatores:

1. Capacidade de ativar um fluxo de procura turística, do ponto de vista da sua potencialidade;
2. Um conjunto complexo e articulado de fatores tangíveis e intangíveis;
3. Intensas relações estabelecidas, tendencialmente, através de um elevado nível de interdependência e de reciprocidade.

Atestam, ainda, Pollice & De Julio (2011: 123) que:

A atratividade é entendida como sendo um proveito “artificial” quando estas

potencialidades são escassas, irrelevantes ou inadequadas, implicando:

1. Investimentos económicos segmentados, nomeadamente em grandes parques temáticos;
2. Reflexão, apesar de ser inatacável no plano teórico, pode causar perigosas distorções no plano político, mormente quando estas localidades não conseguem exprimir também, em termos prospetivos, uma capacidade atrativa específica, ou quando estas aspirações se revelam não sustentáveis por razões económicas ou ambientais.

No entanto, não obstante a avaliação que é feita das capacidades turísticas de um determinado território e da respetiva atratividade, o turismo tem vindo a assumir, mormente nos PEID, uma importância crescente, pelos seguintes fatores facilitadores que o mesmo proporciona:

1. Afigura como um sector relativamente pouco complexo e que pode ser desenvolvido mesmo em lugares que não têm tradições ou capacidades específicas;
2. Em termos competitivos, por uma das cinco forças competitivas de Porter, a serem analisadas na componente turística-operacional, as barreiras económico-administrativas de entrada no mercado, os empresários privados têm a perceção que estas são mais baixas do que em qualquer outro sector económico, fazendo aumentar assim a respetiva atratividade e o interesse social;
3. Cria um sentido de gratificação na comunidade local, porque valoriza e preserva as especificidades do território, com que a comunidade se identifica;
4. Constitui um tema de popularidade politicamente consensual, sendo, por isso, integrado em quase todos os programas políticos.

No entanto, segundo Pollice & De Julio (2011: 123): “estes fatores aumentam as aspirações turísticas de localidades sem vocação turística, criando no imaginário coletivo uma visão deformada da realidade e do seu potencial atrativo, a fim de dirigir as escolhas de investimentos de capitais públicos e privados em direção a um modelo de desenvolvimento que o território não consegue suportar”.

Sabendo que as vocações territoriais permitem dirigir as escolhas individuais ou coletivas, incluindo-as num quadro de coerência territorial que garante a sustentabilidade económica e ambiental no projeto de desenvolvimento local, esta “ingénuas” distorção poderá, em consequência, segundo estes autores, produzir no processo de desenvolvimento de um destino, mormente quando este se encontrar ainda numa fase incipiente do seu processo de crescimento e de maturação, os seguintes efeitos nefastos:

1. Aspirações turísticas não baseadas só na análise objetiva das vocações do território, produzindo uma mistificação da realidade territorial e das referidas vocações;
2. O turismo apresenta-se como um fator de desterritorialização, capaz de comprometer as qualidades atrativas do território e de o expor à ação especulativa, de matriz endógena ou exógena.

Nesta perspectiva, tendo em consideração os ónus e os bónus de um normal processo de desenvolvimento turístico, para que um destino turístico possa seguir no caminho da sustentabilidade deverá, na sua configuração turístico-atrativa, ter em consideração os seguintes fatores condutores:

1. Suas próprias vocações turísticas;
2. Oportunidades oferecidas num contexto de mercado competitivo: as características estruturais e as tendências evolutivas da procura, por um lado, e as orientações competitivas para a concorrência (destinos concorrentes), por outro.

A atratividade territorial concorre assim, diretamente, para a sustentabilidade turística do destino, devendo, para o efeito, derivar da dotação efetiva dos recursos territoriais (fatores de atratividade), tendo como objetivo:

1. Avaliar como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento do território;
2. Basear as aspirações turísticas numa forte vocação territorial;
3. Dirigir as escolhas dos atores locais em função da análise da vocação territorial e não das aspirações da comunidade local ou dos políticos;
4. Dar relevância às aspirações turísticas do território, por representarem uma fase essencial na construção da identidade turística dos locais e no envolvimento dos atores locais e da comunidade;

5. Estabelecer como prioridade a fase de análise das vocações territoriais e, mais especificamente, a avaliação dos recursos territoriais para a competitividade turística;
6. Responder aos fluxos turísticos vigentes e potenciais.

A atratividade turística corresponde, neste contexto, a um pressuposto territorial para ativar uma oferta turística. Ela constitui assim um produto coletivo, que deriva da interação dinâmica e sistêmica entre os atores locais que, direta ou indiretamente, participam na mesma cadeia do valor, permitindo, por um lado, obter condições atrativas do contexto territorial e produzindo, por outro, um conjunto de benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais.

Para Pollice, F. & De Julio, R. (2011):

1. O valor acrescentado que se determina para melhorar os níveis de atratividade e de fruição do território turístico não pode ser medido em termos económicos, nem por referência às categorias específicas dos sujeitos, mas deve ser avaliado em termos globais, tendo por referência toda a comunidade que vive naquele contexto;
2. A atratividade adquire um valor instrumental na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, invertendo uma interpretação subserviente das lógicas de lucro, expressão de algumas categorias de sujeitos que, não raramente, pertencem a outros contextos territoriais e se movem com lógicas especulativas;
3. Trata-se de um produto sistémico no qual coexistem, integrando-se mutuamente:
 - a. Relações verticais de utilização para fins turísticos do património ambiental e cultural;
 - b. Relações horizontais que, ao contrário, permitem integrar os fatores atrativos, para responder com maior eficácia às solicitações do mercado;
4. Atratividade é um produto coletivo, não circunscrito ao limitado campo dos operadores turísticos (onde contribui também a comunidade local com os próprios comportamentos), qualquer intervenção de mudança tem de ter por referência um modelo partilhado de governança, que assegure o envolvimento ativo de todos os atores locais e que permita obter uma eficaz coordenação do projeto individual ou coletivo;
5. A atratividade de um destino turístico depende de:
 - a. Interrelação de diferentes qualidades territoriais, tangíveis e intangíveis;
 - b. E não tanto da sua posição em relação às áreas de irradiação turística, aos fluxos circulatórios e às áreas mais próximas.

Assumindo a atratividade o estatuto de um bem coletivo que integra fatores

tangíveis e intangíveis, estamos perante um fenómeno que alia as características físico-morfológicas de um território com as questões que se prendem com um conjunto de serviços que é disponibilizado aos visitantes, nomeadamente:

1. A imagem do destino turístico;
2. O profissionalismo dos operadores;
3. A hospitalidade da comunidade local;
4. A atmosfera do lugar.

A presença simultânea desses fatores em cada recurso turístico, é que determina o grau de atratividade dos lugares. No entanto, existem recursos culturais e naturais que, pelas suas qualidades intrínsecas de excelência e pelo que invocam no imaginário do turista, desempenham, em virtude da própria história, uma função atrativa autónoma.

Para efeito de classificação de um dado recurso territorial como turístico, devemos levar em linha de conta as seguintes propriedades intrínsecas:

1. Características do recurso;
2. Perfil motivacional do turista;
3. Ações realizadas para tornar o recurso adequado e desejável à procura turística.

Neste sentido, os recursos turísticos, estando sujeitos a uma análise comparativa, têm uma forte carga emocional, a qual contribui para o incremento da atratividade e do posicionamento competitivo do destino. Neste contexto, como sublinham Pollice & De Julio (2011):

1. (...) a atratividade tem, além disso, um valor relativo, porque desce de uma avaliação de síntese de um contexto territorial predefinido (capaz de satisfazer as necessidades da procura turística) e tende a mudar em função das características do fluxo considerado (variabilidade espacial ou geográfica) e da evolução da motivação (variabilidade temporal);
2. Estas características obrigam os operadores públicos e privados a uma contínua reorganização da oferta turística, a fim de a adaptar às mudanças do mercado, procurando, ao mesmo tempo, preservar a identidade territorial e a integridade do ambiente em relação aos imperativos do desenvolvimento sustentável;

3. Com o passar do tempo, é preciso:
 - a. Enriquecer e adaptar o quadro dos recursos competitivos;
 - b. Agir sobre a composição qualitativa e tipológica dos atrativos e em relação ao sistema da fruição que apresenta o mecanismo, para adaptar a oferta do território à necessidade do fluxo turístico.

A atratividade turística não constitui assim uma característica estática de um destino, mas sim, ela afigura como uma variável dependente de um conjunto de outros fatores determinantes, nomeadamente:

1. Condições preliminares e potenciais da dotação fatorial;
2. A visão dos autores envolvidos e o conjunto de vontades endógenas e exógenas;
3. Os meios que, de forma cumulativa, forem alocados em prol da edificação do destino, em todo o seu percurso construtivo;
4. Capacidade endógena de adaptabilidade à dinâmica competitiva do mercado turístico.

Uma vez reunidas essas condições preliminares, o destino turístico em apreço estará então cumprindo o desígnio da sustentabilidade, sendo-lhe, em contrapartida, reservado o direito de ambicionar ser globalmente competitivo, regionalmente equilibrado, setorialmente estruturado e localmente sustentável.

O turismo completa assim, em si mesmo, o ciclo organizacional de uma gestão de vanguarda, fazendo do **planeamento, da organização estrutural e do controlo**, as fases obrigatórias de um percurso virtuoso rumo a um desenvolvimento competitivo e sustentável de um destino.

1.6.3. Paisagismo e naturalidade do meio como fator de sustentabilidade turística

“Os espaços naturais preservados e a diversidade de vida biológica são apresentados (...) como relevantes fatores de atração que encerram uma aptidão particular para estimular a motivação turística, principalmente em alguns segmentos que por característica estão orientados para o desenvolvimento de atividades, entre as quais o contato com a natureza, a contemplação de paisagens e a observação de espécies. Estas atividades propiciam a vivência de experiências únicas e qualificadas de extraordinárias em momentos de lazer”.

Brito (2013b: 7)

É cada vez mais valorizada a atividade turística ambientalmente enquadrada por meios naturais preservados, dotados de elementos paisagísticos diferentes dos que se encontram nos locais de origem e ricos em biodiversidade, preferencialmente com endemismo, proporcionando a observação *in loco*. A conjugação das três dimensões ou níveis de análise económica, sociocultural e ambiental aproximam-nos do conceito de sustentabilidade, já que, idealmente, estarão assegurados quando perspetivados no longo prazo (Brito, 2010).

Não obstante a importância relativa de cada uma das dimensões da sustentabilidade, no entanto, a verdadeira dimensão da sustentabilidade só pode ser atingida pela conjugação de fatores n-dimensionais. Pois, como a própria Autora supracitada acerva: “os destinos turísticos podem ser classificados com base em três elementos principais:

1. **Os recursos ambientais**, entre os quais o sol, o mar, as paisagens, a fauna e a flora;
2. **O património construído**, que encerra museus, edifícios históricos, cidades e ruínas;
3. **A hospitalidade** no acolhimento e nas relações interpessoais que se podem estabelecer com as populações autóctones, que interagem de acordo com padrões culturais marcados pela diferença e que são, muitas vezes, identificados com o exotismo”.

É na combinação desses três fatores que se molda um destino. Nessa moldura, o meio envolvente, entre a vanguarda e a tradição, acaba por assumir um papel determinante. Pois, no mundo atual, em que o modernismo se confunde, reincidentemente, com a transformação da natureza e da essência de tudo e de todos, para que os objetos dessa intervenção possam estar mais adaptados aos múltiplos desafios da era moderna, a naturalidade de algo afigura-se como sendo uma preciosidade cada vez rara.

Um destino turístico é paradoxalmente edificado entre a preservação e a transformação. Pois, se, por um lado, existem vastos segmentos do mercado turístico que primam pela modernidade, inclusive por aquela que é obtida através da transformação da própria natureza, para se obter recursos turísticos antes invisíveis ou aparentemente inviáveis, por outro, existem nichos expressivos desse mesmo mercado,

que, imbuídos nos novos “valores eco”, defensores da sustentabilidade da vida na terra, praticam e promovem a preservação da natureza e da essência em tudo que constituir património turístico de um determinado destino de eleição.

É sobre estes novos valores turísticos que recai a nossa análise na presente secção deste documento de trabalho, objetivando expurgar eventual relação estabelecível entre a naturalidade do meio, o paisagismo e a sustentabilidade turística.

Apesar de, a nível internacional, se considerar que o turismo é um sector em intenso e acelerado crescimento, situação evidenciada por indicadores e estatísticas, nem sempre os impactos resultantes da atividade podem ser definidos como promotores de desenvolvimento(s) na lógica da sustentabilidade, em particular se a análise se centrar em dois níveis de análise principais: o sociocultural e o ambiental (Brito, 2010).

O pensamento de Brito (2010) supra partilhada chama a nossa atenção pelo facto de, não obstante serem relevantes todas as dimensões da sustentabilidade turística em apreço, são, no entanto, nos níveis sociocultural e ambiental que devem centrar a atenção dos agentes públicos e/ou privados que tiverem a espinhosa missão de fiscalizar e controlar o impacto do turismo na sustentabilidade local.

Seguindo esta linha de pensamento de Brito (2010: 164), o turista Alocêntrico, analisado de forma detalhada no ponto 2.2.1.6., compatibiliza perfeitamente com esse tipo de oferta turística centrada no ambiente. Pois:

1. Durante a viagem, este procura desenvolver atividades enquadradas por meios naturais preservados e mantidos, interagir com populações locais, apreender elementos culturais que considera relevantes pela diferença, não viajando em função de épocas, pelo que não condiciona a sazonalidade, contribuindo para a aquisição de rendimento local, contínua e sem quebras, sem que, contudo, se registre um abandono de atividades económicas tradicionais.
2. É também neste tipo de conceção que, tão importante quanto o turista, ou sujeito da viagem, se identificam outros atores que contribuem, de forma determinante, para a sustentabilidade do sector: as comunidades locais. Estas, que foram durante um longo período de tempo concebidas como simples beneficiárias da atividade e do processo de desenvolvimento, passam a ser concebidas como dinamizadoras de ações, catalisadoras de vontades e de participação, envolvendo-se e tornando-se protagonistas. As novas abordagens passaram a atribuir e a reconhecer às populações locais um estatuto de intervenção por serem as anfitriãs dos visitantes.

Assim, em justaposição em relação à urbanização, que é um dos grandes indutores do desenvolvimento turístico, a conservação da naturalidade do meio, paradoxalmente, aparece também como um dos principais catalisadores da sustentabilidade turística de um dado destino, obrigando os decisores políticos e os agentes económicos em geral a terem sempre em linha de conta o complexo equilíbrio necessário entre a transformação e a preservação, na consciência clara de que ambos os estágios constituem as duas faces da mesma “moeda”, cujo valor facial é denominado de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspetiva, Lage & Milone (1999: 74), fazem, da forma que se segue, uma pequena síntese concernente à temática em apreço:

1. A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, (...) assim para garantir sua sustentabilidade, deve-se impor uma restrição do número de visitantes;
2. Para tanto, fazem-se necessários estudos e avaliações que, aliados às singularidades do local, sua fragilidade ambiental, o tipo de visitação, as características dos equipamentos instalados etc., direcionarão a determinação do número máximo de pessoas que o local pode suportar, antes que ocorram danos ao meio ambiente.

Segundo estes autores, é entendido como meio ambiente, no sentido lato, a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a terra e, no sentido restrito, os diferentes ecossistemas, constituídos dos elementos bióticos e abióticos, que se caracterizam por suas inter-rela es, sejam elas simples ou mais complexas. Assim, a consciência ambiental crescente das pessoas e sua necessidade de usufruir de seu tempo livre em locais que permitam o contato direto com a natureza faz com que a prote o ambiental se constitua o elemento-chave do desenvolvimento sustentável de áreas para o uso turístico e/ou recreativo.

Neste sentido, os mesmos concluíram que: “quanto mais autêntica e ambientalmente protegida for uma área, maior será o seu posicionamento no mercado, fazendo com que estes aspetos se constituam um diferencial mercadológico para os empreendimentos ou áreas”. Por isso, a gestão da capacidade de carga regional afigura como sendo um FCS do destino correspondente.

Uma oferta turística que alia, de forma sustentável, o negócio, através de uma resposta competitiva ao mercado,   preserva o do meio, é o Ecoturismo, entendido por Lage

& Milone (1999), como sendo: “uma atividade econômica que promove a conservação dos recursos naturais e valoriza econômica e financeiramente o patrimônio natural e cultural de uma região”, integrando três elementos indissociáveis:

1. Atividade econômica;
2. Mecanismo de educação ambiental e sua conscientização;
3. Geração de benefícios para a comunidade local.

Segundo Brito (2013a: 17-18), mesmo a nível da cooperação internacional os desafios ambientais impõem atualmente uma nova lógica de relações bilaterais e multilaterais.

Pois:

Ao contrário do que se praticou ao longo de largos anos, defende-se hoje que os programas de cooperação internacional, sobretudo com as pequenas ilhas, independentemente da área de intervenção, mas com particular destaque na esfera sócio-ambiental devem ser orientados por um conjunto de princípios de base, a saber:

1. **Princípio da responsabilidade comum** - perspetivado de forma diferenciada, com ponderação e contributo na resolução dos problemas globais que afetam de forma direta e determinante os pequenos territórios insulares, com consequências agravadas para as suas populações;
2. **Princípio da intervenção participada** - requerendo o envolvimento de todos porque todos, e sem exceção, são e devem ser entendidos como elementos indispensáveis para a resolução de problemas partilhados porque comuns, promovendo uma verdadeira "cooperação";
3. **Princípio da justiça inter-regional** - na aproximação ao conceito de sustentabilidade;
4. **Princípio da solidariedade internacional** - promovendo a eliminação das diferenciações étnica, pelo género, pela origem e pela residência, entre tantas outras;
5. **Princípio da efetividade** - no sentido de que as ações de cooperação devem ir mais além do que os objetivos delineados no papel, implicando intervenção direta, real e efetiva com a produção de impactos positivos, indo ao encontro do que se pretende que seja a mudança.

Pode-se, assim, concluir que o paisagismo, através das áreas protegidas, da naturalidade do meio e dos novos produtos turísticos, constitui um elemento catalisador na emergência de destinos sustentáveis, promotores de um turismo de “rosto humano”, conciliador dos interesses inter-geracionais e integrador das expectativas dos visitantes com as necessidades dos visitados.

1.6.4. Capacidade de carga e a sustentabilidade turística regional

“No âmbito do turismo é sempre mais indicada a prevenção do que a cura, visto que esta última pode apresentar sequelas irreparáveis”.

Lage & Milone (1999: 81)

Para o efeito, Lage & Milone (1999) observa que o turismo sustentável deve considerar: a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades económicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos.

Esta abordagem sobre o turismo sustentável demonstra que, ao penetrar, de forma transversal, em todos os segmentos: ambientais, económicos, turísticos, socioculturais, psicológicos e político-institucionais, este fenómeno acaba por assumir um carácter multidimensional, o qual se insere num conceito mais abrangente, que é o de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspetiva, estes autores sintetizam da seguinte forma o conceito de desenvolvimento sustentável: “É um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.

Para os mesmos autores, o conceito do desenvolvimento sustentável e o do turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, nomeadamente, em termos de:

1. Clima e condições meteorológicas;
2. Qualidade do ar;
3. Níveis de ruído;
4. Formação geológica e geomorfológica;
5. Solos;
6. Recursos hídricos.

Daí que, encontrar o equilíbrio entre os interesses económicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente não se afigura como tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política adequada.

A sustentabilidade turística de um meio depende, nesta linha de pensamento, dos seguintes fatores:

1. **Respeito pelo meio ambiente natural:** o turismo não pode colocar em risco ou agredir, irreversivelmente, as regiões nas quais se desenvolve;
2. **Harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade recetora,** sem agredi-la ou transformá-la;
3. **Distribuição equitativa dos benefícios da atividade** entre a comunidade recetora, os visitantes e os empresários do sector;
4. **Um turista ou visitante mais responsável e atencioso,** recetivo às questões da conservação ambiental, sensível às interações com o meio natural visitado e com as comunidades recetoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Neste quadro, está globalmente convencionado que, o desenvolvimento turístico deve ser induzido, tendo como *inputs* recursos naturais e socioculturais adequadamente planeados e desenvolvidos, que, mantendo a sua autenticidade, possam continuar a ser apreciados e usufruídos pelas gerações atuais e vindouras. Por esta razão, no âmbito da vertente ambiental da sustentabilidade turística, a determinação da capacidade de carga regional representa um ato procedimental de suma importância na definição de políticas de turismo, um instrumento vital no planeamento de um destino turístico.

Lage & Milone (1999), por entenderem que o meio ambiente constitui a base económica da atividade turística-atrativa, apresentando oportunidades e limitações / ameaças, procuraram identificar essas limitações como sendo a “**capacidade de carga**” (*carrying capacity*), a qual definiram como sendo: “O número de visitantes (dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural”.

A capacidade de carga representa assim o número máximo de visitantes que um destino pode suportar, num determinado período de tempo. Este limite não pode ser excedido, sob pena de vir a provocar os seguintes efeitos nefastos:

1. **Deterioração dos recursos** endógenos;
2. **Diminuição da satisfação** dos visitantes;
3. **Impactos negativos** nas seguintes dimensões:
 - a. Meio físico;
 - b. Economia;
 - c. Sociedade;
 - d. Cultura local.

Por esta razão, devem ser feitos, com frequência relativa, estudos de prováveis impactos ambientais, identificando, valorizando e interpretando esses efeitos que devem ocorrer sobre os meios físico, biológico e antropológico, durante as fases de planeamento, implantação e operação do empreendimento. Para o efeito, devem ser considerados os seguintes impactos:

1. Diretos e indiretos;
2. Benéficos e adversos;
3. Temporários, permanentes e cíclicos;
4. Imediatos, a médio e longo prazos;
5. Reversíveis e irreversíveis;
6. Locais, regionais e estratégicos.

Porém, segundo **Ceballos-Lascuráin, in Lage & Milone (1999)**: “Como nem o conceito do turismo nem o do meio ambiente estão claramente definidos, a determinação da capacidade de carga turístico-recreativa torna-se uma tarefa difícil, uma vez que não há padrões fixos para a sua determinação. Pois, a capacidade de carga varia de acordo com:

1. O local;
2. A estação do ano e o tempo;
3. O comportamento dos usuários da área;
4. Os equipamentos instalados;
5. Os padrões e níveis de gestão;
6. O carácter dinâmico do meio como um todo.

Esta dificuldade material faz com que muitos destinos turísticos, como é o caso de Cabo Verde, se acomodem a experimentar um desenvolvimento turístico, por vezes até exponencial, chegando mesmo a eleger o turismo como sendo o motor da respetiva economia, sem que, no entanto, saiba, a priori, qual é a respetiva capacidade de carga, os seus principais fatores de competitividade ou de sustentabilidade turísticas.

Sabendo que a “promoção do desconhecido” constitui uma das vias mais rápidas para a insustentabilidade turística, justifica assim um esforço, por vezes até incomensurável por parte dos destinos, no sentido de, mesmo recorrendo ao *benchmarking*, fazerem as aproximações possíveis do modelo já experimentado em alguns destinos maduros, para a determinação da respetiva capacidade de carga.

Neste sentido, propõe-se destinar as próximas secções a uma análise sucinta de algumas experiências relevantes levadas a cabo nalgumas latitudes, no contexto global, tendo em vista a determinação da quantidade ideal de turistas e em sua distribuição, no tempo e no espaço, dos meios disponíveis para conter os excessos e do modelo de desenvolvimento escolhido pelos empreendedores no local.

Nesta tentativa de resposta a este desafio de desenvolvimento encontra-se, entre outras, a seguinte fórmula recomendada por **Lozato-Giotard, J. P. (1998)**, in **Lage & Milone (1999)**, para a determinação da Capacidade de Carga da Praia (BCC – Beach Carrying Capacity), aplicada na ilha de Porto Belo, Brasil:

1. $BCC = \frac{\text{Comprimento}(\text{extensão da praia em metros})}{\text{Número de Banhistas}^{112} \text{ na Praia}}$

O autor recomenda que, em termos ideais, as praias devem receber, em simultâneo, entre 1 e 10 utilizadores, por cada metro linear de praia. No entanto, Bound-Bovy e Lawson sugerem 20 m² de praia por pessoa, considerando nesta medida, a largura média de 50 m, incluindo a área de banho, as faixas de areia e de vegetação e áreas verdes.

Em relação aos dois valores referenciados, pode-se constatar que ambos introduzem a respetiva variável flexível, que permite a cada proposta adaptar-se, de forma mais facilitada à realidade. Pois, enquanto a primeira proposta fala num intervalo de variação com valores entre 1 e 10 utentes, a segunda numa largura média das praias na

¹¹² Substituiu-se o termo “Turistas” por “Banhistas”, por se entender que este é mais abrangente e adequado.

ordem de 50 m. São condicionantes demonstrativas da dificuldade efetivamente encontrada na determinação de um medidor rigoroso e rígido da capacidade de carga, tal como tinha sido anteriormente alertado por Ceballos-Lascuráin, in Lage & Milone (1999).

Se o cálculo da capacidade de carga tiver como referência não o período instantâneo, mas sim, o dia / mês / ano, deve-se entrar sempre em linha de conta com o n.º de rotações médias que poderão ocorrer em cada um desses períodos.

Um outro instrumento que permite, ainda indiretamente, medir a capacidade de carga turística regional, é o indicador da sustentabilidade turística da União Europeia, que avalia, de forma dinâmica, a sustentabilidade turística de uma dada região ponderando as seguintes dimensões:

1.6.4.1. Gestão do destino

“O turismo é considerado como uma ferramenta de superação dos desvios existentes entre países que tenham diferentes níveis de desenvolvimento. Pois, ele poderá contribuir para a obtenção de novos níveis de crescimento, realização de novas oportunidades de internacionalização ou de integração mundial, modernização e diversificação das suas economias, o que seria impensável fora deste contexto”.

Sarmiento (2019: 47)

Esta é uma premissa que, segundo Sarmiento (2019), vigora desde a adoção da Declaração de Manila (WTO, 1980), fazendo, assim, do turismo um setor que concorre em múltiplos sentidos para a indução do desenvolvimento sustentável dos países, mormente dos PEID, que têm neste setor uma das suas raras oportunidades para transformar o ciclo vicioso da pobreza em ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento.

Para efeito de mensuração e controlo da performance absoluta e relativa de cada destino turístico, é disponibilizado pela European Commission (March, 2016), um vasto conjunto de indicadores de sustentabilidade, seguidamente apresentado, o qual poderá contribuir para melhorar a gestão do respetivo destino, fazendo com que o desenvolvimento turístico de hoje contribua para, efetivamente, para o desenvolvimento de amanhã e de sempre, fomentando, por esta via, a solidariedade

intergeracional e um futuro comum, que tenha como pano de fundo os princípios norteadores de: responsabilidade comum, intervenção participada, justiça inter-regional, solidariedade internacional e efetividade:

Quadro 29. Indicadores de gestão de um destino turístico

| Section | Criteria | Indicator Reference # | Indicator | Is the Destination Monitoring this Indicator | Unit of Measure | Suggested Target | Destination Results |
|---------------------------|---|-----------------------|--|--|-----------------|------------------|---------------------|
| A. Destination management | A.1 Sustainable Tourism Management in Tourism Enterprises | A.1.1 | Percentage of tourism enterprises/establishments in the destination using a voluntary certification/labelling for environmental/quality/sustainability and/or Corporate Social Responsibility measures | | % | | |
| | A.2 Customer Satisfaction | A.2.1 | Percentage of tourists and same day visitors that are satisfied with their overall experience in the destination | | % | | |
| | | A.2.2 | Percentage of repeat/return visitors (within 5 years) | | % | | |

Fonte: European Commission (March, 2016)

A este nível, a gestão do turismo sustentável nas empresas turísticas, nomeadamente, no concernente à:

- a. Percentagem de empresas turísticas que, no destino, utilizam, voluntariamente:
 - i. O sistema de certificação;
 - ii. Uma filosofia pró-ambiental e/ou;
 - iii. Medidas de responsabilidade social.

Valor económico

Quadro 30. Indicadores de impacto económico do turismo

| Section | Criteria | Indicator Reference # | Indicator | Is the Destination Monitoring this Indicator | Unit of Measure |
|-------------------|--|-----------------------|--|--|-------------------|
| B. Economic Value | B.1 Tourism Flow (volume & value) at the Destination | B.1.1 | Number of tourist nights per month | | Number of nights |
| | | B.1.2 | Number of same day visitors per month | | Number of persons |
| | | B.1.3 | Relative contribution of tourism to the destination's economy (% GDP) | | % |
| | | B.1.4 | Daily spending per overnight tourist | | Local currency |
| | | B.1.5 | Daily spending per same day visitor | | Local currency |
| | B.2 Tourism Enterprise(s) Performance | B.2.1 | Average length of stay of tourists (nights) | | Number of nights |
| | | B.2.2 | Occupancy rate in commercial accommodation establishments per month and average for the year | | % |
| | B.3 Quantity and Quality of Employment | B.3.1 | Direct tourism employment as percentage of total employment in the destination | | % |
| | | B.3.2 | Percentage of jobs in tourism that are seasonal | | % |
| | B.4 Tourism Supply Chain | B.4.1 | Percentage of locally produced food, drink, goods and services sourced by the destinations tourism enterprises | | % |

Fonte: European Commission (March, 2016)

Esta nova medida, na determinação da sustentabilidade turística local, leva em consideração as seguintes variáveis:

- a. **Fluxo turístico para o destino**, em termos de volume e de valor (n.º de hóspedes, de noites, despesa média e contributo para o PIB);

- b. **Performance das empresas turísticas** (estadia média e taxa de ocupação média);
- c. **Quantidade e qualidade do emprego gerado** (direto, efetivo e sazonal);
- d. **Cadeia de valor do turismo** (consumos intersetoriais).

2. Impacto sociocultural

Quadro 31. Indicadores de impacto sociocultural do turismo

| Section | Criteria | Indicator Reference # | Indicator | Is the Destination Monitoring this Indicator | Unit of Measure | Suggested Target | Destination Results |
|-------------------------------|--|-----------------------|--|--|------------------------|------------------|---------------------|
| C. Social and Cultural Impact | C.1 Community/Social Impact | C.1.1 | Number of tourists per 100 residents | | Number of tourists | | |
| | | C.1.2 | Percentage of residents who are satisfied with tourism in the destination (per month/season) | | % | | |
| | | C.1.3 | Number of beds available in commercial accommodation establishment per 100 residents | | Number of beds | | |
| | | C.1.4 | Number of second homes per 100 homes | | Number of second homes | | |
| | C.2 Health and Safety | C.2.1 | Percentage of tourists who register a complaint with the police | | % | | |
| | C.3 Gender Equality | C.3.1 | Percentage of men and women employed in the tourism sector | | % | | |
| | | C.3.2 | Percentage of tourism enterprises where the general manager position is held by a woman | | % | | |
| | C.4 Inclusion/Accessibility | C.4.1 | Percentage of rooms in commercial accommodation establishments accessible for people with disabilities | | % | | |
| | | C.4.2 | Percentage of commercial accommodation establishments participating in recognised accessibility information schemes | | % | | |
| | | C.4.3 | Percentage of public transport that is accessible to people with disabilities and with specific access requirements | | % | | |
| | | C.4.4 | Percentage of tourist attractions that are accessible to people with disabilities and/or participating in recognised accessibility information schemes | | % | | |
| | C.5 Protecting and Enhancing Cultural Heritage, Local Identity and cultural Assets | C.5.1 | Percentage of residents that are satisfied with the impacts of tourism on destination's identity | | % | | |
| | | C.5.2 | Percentage of the destination's events that are focused on traditional/local culture and heritage | | % | | |

Fonte: European Commission (March, 2016)

Este ponderador integra variáveis muito sensíveis da sustentabilidade turística, nomeadamente:

- a. **Impacto do turismo a nível sociocomunitário** (N.º de turistas, de cama por cada 100 residentes, n.º de residentes satisfeitos com o turismo no destino, n.º de 2.^a residência por cada 100 residências);
- b. **Saúde e segurança** (% de turista com queixa registada na Polícia);
- c. **Equidade de género** (% de homens e mulheres empregados no turismo e de empresas turísticas dirigidas por mulheres);
- d. **Acessibilidade e inclusão** (% de quartos, de transportes públicos e espaços de animação turística acessíveis e com sistemas de informação para *handcaps*);

- e. **Proteção e valorização do património cultural e da identidade local** (% de residentes satisfeitos com o impacto local do turismo e % de animação turística baseada na tradição cultural).

Estes importantes ponderadores, permitem monitorar um dado destino, relativamente à respetiva performance na promoção de um turismo sustentável. Este modelo de mensuração da sustentabilidade turística, pode, com alguma adaptação, ser aplicado noutros destinos, tendo em vista o estabelecimento de um termo de comparação entre destino comunitários e extracomunitários.

3. **Impacto Ambiental**, esta análise será transferida para o ponto seguinte, destino exclusivamente para o efeito.

1.6.5. Gestão ambiental e sustentabilidade turística

“A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de geralmente ser a base de sua existência, de sua atratividade, e de seu destaque no mercado”.

Lage & Milone (1999: 74)

Nesta perspetiva, no processo de planificação de um destino turístico, haverá, com certeza, direito a sonhos. No entanto, pelo facto do turismo colocar uma enorme pressão sobre os recursos locais, mormente, os esgotáveis, é, justamente, a partir destes que se deve traçar a fronteira entre o sonho e a realidade.

Num momento em que uma parte significativa dos recursos naturais caminha para o seu esgotamento a prazo, nomeadamente: a água, a energia, as praias, até, por vezes, o próprio ar, esta nota introdutória convida a todos para uma reflexão assertiva sobre o trinómio associado ao fenómeno turístico, apresentado no ponto 2.2.1.3.: “Onde Estamos, Para Onde Vamos mas, Para Onde Podemos Ir”.

Na ótica de Golja e Silvar (2014: 101):

1. O turismo sustentável tenta provocar o menor impacto possível no ambiente e na cultura locais, os quais ajudam na geração do rendimento, do emprego e na conservação do ecossistema local;
2. A sustentabilidade no turismo significa que os aspetos ambientais, económicos e sociais do desenvolvimento sustentável devem incluir os interesses de todos os

stakeholders, inclusive os da população indígena, comunidade local, visitantes, indústria e do governo;

3. O turismo sustentável atende as necessidades e requer a participação de todos os *stakeholders* relevantes que influenciam a sua organização, dimensão e recursos;
4. A sustentabilidade turística pode não acontecer se não existir o planeamento do desenvolvimento futuro;
5. O desenvolvimento do turismo que estiver alinhado com os princípios da sustentabilidade requer uma mudança completa nos mecanismos de governança (a níveis micro e meso) e da mentalidade dos *stakeholders* interessados;
6. Só uma adaptação a todos os níveis e medidas de mitigação garantem o progresso positivo para a consecução dos resultados necessários ao equilíbrio entre os objetivos económicos, ambientais e sociais;
7. Turismo é um setor onde a sustentabilidade e a competitividade reforçam-se mutuamente e proporcionam experiência de alta qualidade.

A proteção ambiental é, segundo Dimitru & Sandru (2015: 453): “um dos objetivos-chave do desenvolvimento sustentável no espaço europeu e uma medidas-alvo designada para reduzir o impacto das atividades económicas no ambiente”.

É no âmbito destes complexos fatores que podem induzir ou, pelo contrário, comprometer a sustentabilidade e, conseqüentemente, a competitividade de um destino, que passaremos a apresentar os principais indicadores da sustentabilidade ambiental utilizados pela UE:

Quadro 32. Indicadores de impacto ambiental do turismo

| Section | Criteria | Indicator Reference # | Indicator | Is the Destination Monitoring this Indicator | Unit of Measure | Suggested Target | Destination Results |
|-------------------------|---|-----------------------|---|--|-----------------|------------------|---------------------|
| D. Environmental Impact | D.1 Reducing Transport Impact | D.1.1 | Percentage of tourists and same day visitors using different modes of transport to arrive at the destination | | % | | |
| | | D.1.2 | mobility/public transport services to get around the destination | | % | | |
| | | D.1.3 | Average travel (km) by tourists and same day visitors from home to the destination | | km | | |
| | | D.1.4 | Average carbon footprint of tourists and same day visitors travelling from home to the destination | | kg | | |
| | D.2 Climate Change | D.2.1 | Percentage of tourism enterprises involved in climate change mitigation schemes—such as CO ₂ offset, low energy systems, etc.—and “adaptation” responses and actions | | % | | |
| | | D.2.2 | Percentage of tourism accommodation and attraction infrastructure located in “vulnerable zones” | | % | | |
| | D.3 Solid Waste Management | D.3.1 | Waste production per tourist night compared to general population waste production per person (kilos) | | kg | | |
| | | D.3.2 | Percentage of tourism enterprises separating different types of waste | | % | | |
| | | D.3.3 | Percentage of total waste recycled per tourist compared to total waste recycled per resident per year | | % | | |
| | D.4 Sewage Treatment | D.4.1 | Percentage of sewage from the destination treated at least at secondary level prior to discharge | | % | | |
| | D.5 Water Management | D.5.1 | Water consumption per tourist night compared to general population water consumption per resident night | | Litres | | |
| | | D.5.2 | Percentage of tourism enterprises taking actions to reduce water consumption | | % | | |
| | | D.5.3 | Percentage of tourism enterprises using recycled water | | % | | |
| | D.6 Energy Usage | D.6.1 | Energy consumption per tourist night compared to general population energy consumption per resident night | | % coefficient | | |
| | | D.6.2 | Percentage of tourism enterprises that take actions to reduce energy consumption | | % | | |
| | | D.6.3 | Percentage of annual amount of energy consumed from renewable sources (MWh) compared to overall energy consumption at destination level per year | | % | | |
| | D.7 Landscape and Biodiversity Management | D.7.1 | Percentage of local enterprises in the tourism sector actively supporting protection, conservation, and management of local biodiversity and landscapes. | | % | | |

Fonte: European Commission (March, 2016)

Procura-se, nesta seção, percorrer sobre as principais variáveis que, segundo este ponderador da UE, determinam o impacto ambiental do turismo:

1. Redução do impacto de transporte

O transporte, por pertencer ao grupo dos consumos básicos do turismo, constitui um meio de locomoção vital para a dinâmica do sector turístico. Pois, permite ao turista a deslocação do seu local de residência e/ou de acomodação para os diferentes pontos de consumo.

No entanto, o seu uso intensivo, mormente em termos individuais, tem vindo a colocar uma enorme pressão sobre os recursos ambientais, nomeadamente através da poluição derivada. Por esta razão, tem havido, em quase todas as latitudes, condicionalidades em relação ao uso de transportes particulares, incentivando a massificação do uso de transportes coletivos. É no âmbito desta política que encontramos fundamentos para a existência dos seguintes indicadores de sustentabilidade:

- a. Percentagem de turistas que utilizam diferentes meios de transporte para chegar ao destino;

- b. Capacidade de mobilidade no destino através de transportes públicos;
- c. A distância média a percorrer pelo turista entre a residência e o destino;
- d. A distância média pedestre a percorrer pelo turista entre a residência e o destino.

Com estes indicadores pode-se medir o grau de acessibilidade a um determinado destino e, com esse resultado, afere-se também os níveis da competitividade e da sustentabilidade do referido destino.

Segundo Varvari & Cristea (2015: 162), “a nível regional, a urbanização é historicamente correlacionada com o desenvolvimento económico geral. (...) Tendencialmente, na maioria dos Países Desenvolvidos, sugere-se que o crescimento urbano proporciona importantes oportunidades para o crescimento, emprego, sustentabilidade ambiental e redução da pobreza. No entanto, ao mesmo tempo, há grandes desafios para as cidades, no que concerne ao desenvolvimento sustentável, coesão e segregação sociais, mudança climática, expansão urbana e mobilidade”.

2. Mudança climática

Este, corresponde a um fator crítico, não só de sucesso de qualquer destino turístico, como da própria sustentabilidade da vida na terra. Pois, ligados a este fenómeno da natureza, tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, ao desencadear de um conjunto de acontecimentos, incontáveis pelo Homem, que fazem perigar não só o turismo como atividade económica, como também a qualidade de vida dos próprios residentes, pelo que urge pôr-se cobros a esse crítico fenómeno.

Nesta perspetiva, interessa medir a % de atividade turística que ocorre em zonas ditas vulneráveis, bem como o perfil de energia que utilizada na produção turística, o qual reflete, direta ou indiretamente no meio ambiente.

3. Gestão de resíduos sólidos

A reciclagem faz parte dos 8 R's de desenvolvimento sustentável, pelo que existe uma preocupação acentuada com a medição dos resíduos sólidos que são produzidos, mas também que são reciclados no âmbito da atividade turística, assim como a sua comparação com os mesmos indicadores em relação à população residente.

Esta é uma atividade económica que pode estar associada às relações intersetoriais do turismo, com libertação de importantes fluxos económicos.

4. Tratamento de esgotos

Num meio que a água é um líquido precioso cada vez mais escasso, o recurso ao tratamento de águas residuais de primeiro e segundo níveis, para uma posterior reutilização nas mais diversas atividades humanas, afigura como sendo uma solução cada mais viável nos mais diversos contextos socioeconómicos.

A atividade contribui, de forma indelével, para a viabilização deste sector e, conseqüentemente, para a sustentabilidade do meio ambiente.

5. Gestão de recursos hídricos

O rácio de consumo da água distribuída entre a população residente e os visitantes, a percentagem de água tratada que é disponibilizada para consumo, bem como a das empresas que utilizam água tratada são dados importantes para se medir a sustentabilidade turística de um determinado destino, assim como a respetiva capacidade de carga.

6. Consumo de energia

O mesmo raciocínio se aplica também em relação ao consumo de energia, tendo uma preocupação relevante com os seguintes aspetos:

- a. Percentagem de produção de energias renováveis, relativamente às energias fósseis;
- b. Campanhas direcionadas para a poupança de energia;
- c. Repartição entre o consumo doméstico e o turístico.

7. Gestão territorial e da biodiversidade

Segundo <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo:>

Território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente

por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Representa, nesta linha de ideia, preocupação de um desenvolvimento sustentável a gestão que é feita da fauna, da flora e de outros recursos territoriais, que são determinantes para uma oferta turística qualificada. Por esta razão, este constitui um indicador crítico de monitorização da sustentabilidade turística de um dado destino.

Através destas variáveis e destes indicadores estarão sendo criadas as condições requeridas para que o turismo seja uma atividade económica amiga do ambiente e reprodutor da felicidade humana, tanto para os visitantes como para os visitados, que estabelecem uma relação duradoura e, por vezes intensa, com o destino.

1.7. Desenvolvimento sustentável e os novos desafios político-institucionais

Introdução

Desenvolvimento sustentável e os novos desafios político-institucionais - o desenvolvimento de um turismo sustentável requer um planeamento estratégico assertivo a níveis: macro, meso e micro envolventes, de modo que se possa identificar, a priori, os recursos turísticos que são efetivamente estratégicos, bem como os pontos cardiais que determinam onde se está, para onde se pode ir, para posteriormente, se definir para onde se quer ir. Para o efeito, requer-se a edificação de instituições fortes e a adoção de políticas corretas, capazes de, através de um equilíbrio assíduo entre a obediência e a irreverência, promover um acasalamento salutar entre a ciência e a política, endogeneizando os efeitos diretos, indiretos e induzidos do turismo. Nesta perspetiva, ao longo da seção em apreço, procurou-se analisar quão complexos são estes processos, procurando, na linha do caminho seguido, lançar os marcos indicativos do trajeto futuro a seguir.

1.6. - Modelo-Guia Parcial

| COMPONENTES | SUB-COMPONENTES | INDICADORES |
|-----------------------------|---|---|
| 1.5. Político-Institucional | 1.5.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis | 1.5.1.1. Integração Inter-Institucionais (Global, Central e Local) 1.5.1.2. Planeamento Intra e Inter-Sectorial 1.5.1.3. Instituições e Funcionalidades 1.5.1.4. Instrumentos Regulamentares 1.5.1.5. Eficácia Reguladora e Inspectiva 1.5.1.6. Capacidade Promocional |

-//-

“Na moldagem de um governo de homens a ser administrado por homens, a maior dificuldade é esta: é preciso primeiro habilitar o governo a controlar os governados; e, em seguida, forçá-lo a se controlar a si mesmo”.

James Madisson, Federlist, N.º 51 (1788)

1.7.1. Dos “consensus” aos “descensos”

“De acordo com a McLaren e Pera (1999), para os destinatários (países anfitriões) do turismo internacional, a indústria do turismo cria dependência de uma economia global inconstante e flutuante fora do seu controlo local. Recursos e atividades económicas locais são menos usados para o benefício e desenvolvimento das comunidades e cada vez mais para exportação e a diversão de outros (ou seja, turistas, consumidores em outras áreas do mundo)”.

Carvalho & Lewis, (2009: 5-6)

A linha separadora que divide o “Norte”¹¹³ e o “Sul”¹¹⁴ tem como critério divisor o acesso aos recursos ambientais, económicos, socioculturais e político-institucionais que possam induzir um desenvolvimento que seja autossustentável.

Um dos acessos que tem constituído polémica entre esses dois blocos socioeconómicos é o a nível político-institucional. Pois, a doutrina dominante, mormente no contexto pós a queda do muro de Berlim e a derrocada do regime socialista ocorrida nos finais dos anos ’80¹¹⁵.

¹¹³ Constituído pelo grupo dos países desenvolvidos.

¹¹⁴ Constituído pelo grupo dos países em desenvolvimento.

¹¹⁵ Segundo <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/queda-muro-berlim.htm>: O Muro de Berlim foi oficialmente erguido em 13 de agosto de 1961. A queda do Muro de Berlim foi um dos acontecimentos mais marcantes do final do século XX e aconteceu na virada de 9 para 10 de novembro de 1989. A queda desse muro foi um dos capítulos que marcou a decadência do bloco socialista que existia no leste europeu e deu início a um processo político que culminou na reunificação da Alemanha, em 1990. A Alemanha reunificava-se e o lado socialista deixava de existir. A queda do Muro de Berlim relaciona-se com a desintegração do bloco de nações socialistas no leste europeu.

Aos PVD, mormente os PEID da ASS – África Subsaariana, mediante as vulnerabilidades multidimensionais que apresentam, são-lhes impostas um conjunto de condicionalidades político-institucionais e socioeconómicas, que tem funcionado como condições *sine-quo-non* de acesso aos recursos, mormente financeiros, indispensáveis à indução do respetivo processo de desenvolvimento. Ao longo deste ponto propomos analisar em que medida essas imposições constituem consenso e/ou descenso entre os “dominadores” e os “dominados”.

Neste subcapítulo, procurou-se analisar os grandes desafios que os PVD enfrentam a nível político-institucional para induzir o respetivo processo de desenvolvimento, quando se questiona muito a doutrina dominante, mormente, pela forma injusta como trata os desiguais de forma igual e pela sua desadequação espaço-temporal, em relação à realidade terceiro-mundista.

1.7.1.1. “Consensus”: a tentativa de uma edificação

“A função central do governo é proteger a propriedade e, com isso, evitar que a sociedade civil mergulhe na mais profunda desordem; não havendo propriedade, o governo é praticamente desnecessário”.

Adam Smith in Rodrigues & Ostrensky (2003: XIV)

Ao longo da história do pensamento económico, mormente, a partir da formação e promoção da dicotomia, por vezes aparente, outras vezes efetiva, entre o estado e o mercado, coralaricamente, entre os sistemas capitalistas e socialistas, bem como entre as correntes ortodoxa e heterodoxa, que assistimos a uma tentativa de, na diversidade e/ou divergência, se criar consensos, ainda que circunstanciais ou forjados, visando, a edificação de um modelo / paradigma coletivo de navegação, que pudesse nos conduzir a todos a um “futuro comum”.

Procuraremos, ao longo desta rubrica, promover uma reflexão sobre aquilo que constituiu “consensos” impostos e/ou consentidos e o que serviu de base para a formatura de um descenso, que vem reclamando para uma nova OEI - Ordem Económica Internacional, que tenha efetivamente uma visão global e uma sensibilidade local.

Segundo Nunes (2001):

1. Se os anos '50 e '60 foram dominados pelas teorias keynesianas, a crise do endividamento veio lançar o descrédito nessa ideologia, possibilitando o surgimento de uma nova teoria – a teoria neoclássica. (...) A teoria neoclássica é também apelidada de “Consenso de Washington”.
2. O Keynesianismo iria ser substituído por uma nova ortodoxia, em que a lógica dos ajustamentos estruturais vai substituir-se ao desenvolvimento planejado e ao intervencionismo estatal.
3. Nos anos '80, assistimos à incorporação destas mutações teóricas por parte das instituições de Bretton-Woods que, neste novo contexto, passam a ditar as práticas consideradas lícitas ou ilícitas em matéria de desenvolvimento.
4. Tendo em conta as falhas do mercado, (...) o acento tónico é posto nas instituições. (...) Uma espécie de convenções humanas que regulam as interações políticas, económicas e sociais.
5. O neo-institucionalismo conduz à reabilitação do Estado. (...) O estado de direito é necessário para que o mercado possa funcionar. A boa governação é fundamental para permitir o jogo do mercado.

A Economia do Desenvolvimento designa uma visão particular da economia dos países em desenvolvimento e do processo de desenvolvimento, diferente da simples aplicação da economia ortodoxa ao estudo dos países em desenvolvimento (Hirschman, 1981, in Lal, 1985).

Na década de 1960, que marcou o auge da economia do desenvolvimento, organizaram-se coletâneas históricas de ensaios explicitamente destinadas a transmitir aos países em desenvolvimento as lições extraídas da experiência histórica das nações desenvolvidas. (...) Infelizmente, nas últimas décadas, mesmo a economia do desenvolvimento e a história económica (...) foram abafadas pela predominância neoclássica, que rejeita categoricamente esse tipo de raciocínio indutivo (Chang, 2004, p. 20-21).

(...) A questão da “má governação” como obstáculo ao desenvolvimento não é um elemento de análise novo. A sua origem teórica pode fixar-se em análises como a de Anne Krueger acerca da *rent-seeking society*, isto é, na denúncia da lógica predatória de funcionamento de poderes públicos enquanto entrave ao crescimento / desenvolvimento (Krueger, 1974, in Oppenheimer 1998, p. 11).

Na moldagem de um governo de homens a ser administrado por homens, a maior dificuldade é esta: é preciso primeiro habilitar o governo a controlar os governados; e, em seguida, forçá-lo a se controlar a si mesmo (James Madisson, *Federlist*, N.º 51 (1788)).

As Sete Teses sobre a Corrupção, apresentadas por Caetano and Al. (2001), demonstram a complexidade que envolve o fenómeno da corrupção:

1. As práticas do complexo da corrupção inserem-se no mesmo tecido de normas e atitudes sociais e são vistas pelas populações como fazendo parte de uma mesma família de comportamentos;
2. A corrupção é generalizada e banalizada em quase todos os países (africanos), tornando um elemento de funcionamento do aparelho administrativo ou para-administrativo de top à base;
3. A corrupção é denunciada por palavras e ao mesmo tempo praticada por atos;
4. A estigmatização verbal da corrupção raramente desencadeia ações judiciais ou sanções;
5. A corrupção é um elemento cumulativo e expansionista, pouco reversível;
6. Não há correlação evidente entre a amplitude da corrupção e os tipos de regime político;
7. A fronteira entre aquilo que é corrupção e aquilo que não o é flutuante e depende do contexto e da posição dos atores.

Esta abordagem vem reforçar os argumentos a favor dos fatores internos como a causa do fraco desempenho dos PVD, mormente da ASS, no concernente ao respetivo processo de desenvolvimento.

Na verdade, este tipo de posição é um elemento extremamente importante de toda a argumentação que justifica a crítica às estratégias de desenvolvimento assentes no estado, e a concomitante apologia e valorização do mercado, que sustenta a própria abordagem do ajustamento estrutural (Oppenheimer, 1998, p. 11).

(...) Não basta identificar os limites da atuação do estado e esperar que o livre funcionamento dos mercados responda por si só ao problema do desenvolvimento, é necessário reconhecer o estado como parceiro fundamental e promover as reformas adequadas que promovam a melhoria do seu desempenho. (...) A nova atenção ao papel do estado está claramente subordinada aos objetivos de liberalização económica, o propósito será precisamente saber de que forma poderá a atuação do estado melhor contribuir para a realização desses objetivos (Oppenheimer 1998, p. 11-12).

Estes têm sido alguns dos argumentos apresentados no concerto das nações, para justificar o facto de haver um mundo quadripolar a andar a pelo menos quatro velocidades.

No entanto, entre a ortodoxia e a heterodoxia, assiste-se a uma legião de países com muita dificuldade em chegar, pelo menos na fila da frente, a esse tão propagado “nosso futuro comum”.

Num contexto em que o pensamento liberal de Adam Smith, dado corpo pelas escolas clássicas e neoclássicas, através da corrente ortodoxa e instituída pelas IFI, através do Consenso de Washington, do Pós-Consenso de Washington, ou ainda, do Consenso dos Anos '90, parece tornar-se consensual e agradar a “gregos e troianos”, condicionando, ofuscando e comandando o pensamento, a visão e o *modus operandi* de uma larga maioria dos países em desenvolvimento, os decisores desses países, principalmente dos PEID, são intimados a procurar constituir um caminho próprio conducente a esse futuro, apelidado de “nosso” e “comum”, mas, também, de “incerto”, na conjunção e/ou disjunção com os seguintes princípios da Teoria Neoclássica:

1. Decisões individuais racionais;
2. Racionalidade com base nos custos de oportunidade;
3. Mercado livre e preços equilibrados;
4. Mecanismos macroeconómicos auto-equilibradores;
5. Comércio internacional livre e mutuamente vantajoso;
6. Taxas de cambio flexíveis;
7. Concorrência perfeita que leva à eficiência;
8. Rendimento dos fatores produtivos igual à sua produtividade marginal;
9. Concorrência perfeita com os preços adequados para o crescimento económico.

No âmbito deste complexo processo, a única certeza é que neste mundo globalizado, altamente competitiva, a tendência é, enquanto se propaga uma solidariedade intergeracional, paradoxalmente, as únicas ferramentas disponibilizadas são para que cada um aprenda a fazer da fraqueza alheia força própria, numa luta sem tréguas para a sobrevivência.

1.7.1.2. Descenso: a “fundação” necessária

“A evidência empírica demonstra a necessidade de se revisitar alguns dos pressupostos, normalmente, tidos por dados adquiridos quando da fundamentação teórica para a construção de modelos normativos. (...) Ao compreender-se como são tomadas as decisões das famílias rurais africanas sobre como adjudicar o tempo de trabalho, sobre quando usar a linhagem como colateral, sobre quanto poupar, sobre onde investir e sobre quanta propriedade adquirir ou vender, torna-se mais fácil responder à questão inicial – Como induzir o desenvolvimento em África?”

Negrão (2001)

O acesso aos recursos de desenvolvimento, mormente, ao dinheiro barato, apontado por este autor como sendo uma das condições para a indução do desenvolvimento em África, tem-se traduzido numa série de condicionalidades político-económicas, para os PVD que almejam o acesso ao financiamento junto das IFI.

No entanto, dessas condicionalidades, resultam uma multiplicidade de efeitos colaterais diretos, indiretos e induzidos, que, circunstancialmente, podem se traduzir em benefícios para os agentes económicos locais, os quais podem constituir uma alavanca de ação para o respetivo crescimento económico e conseqüentemente para desenvolvimento económico associado. Mas, paradoxalmente, em função do contexto espaço-temporal, as mesmas condicionalidades podem traduzir-se num conjunto de malefícios, desestruturadores do interesse local, ao ponto das mesmas serem entendidas como sendo uma imposição, a partir de fora, do poder dominante, com o único objetivo de reproduzir o *status-quo* reinante e ampliar o hiato existente entre os elementos constituintes de um mundo quadripolar, com uma rotação a várias velocidades.

É segundo esta óptica que Chang (2002), apresenta a seguinte argumentação: “Os países ricos não seriam o que são hoje, se tivessem adoptado as políticas e as

instituições que agora recomendam ativamente às nações em desenvolvimento. (...) Estão procurando esconder o “segredo do seu sucesso. (...) Estão tentando “chutar a escada” pela qual subiram ao topo, ao impedir que os PVD's adotem as políticas e instituições que eles próprios”.

Pois, a análise empírica dos séculos XVIII a XX demonstra que, no âmbito do respetivo processo de desenvolvimento, países apelidados agora de “desenvolvidos”, nomeadamente: Os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, Suíça, etc. tiveram que adoptar medidas e políticas, que agora são por eles próprios considerados de “más”, para poderem induzir o seu processo de crescimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento, tais como:

1. Adopção de políticas intervencionistas em detrimento do livre-cambismo;
2. Protecção da indústria nascente;
3. Subsídios à exportação;
4. Inexistência de leis de patentes e os demais direitos de propriedade intelectual.

Fazendo referência à teoria de vantagem absoluta de Adam Smith, Chang (2004, p.17) sustenta que:

Os norte-americanos rejeitaram essa análise com firmeza e, preferindo o “bom-senso” e a “intuição do que era necessário ao país”, passaram a proteger suas indústrias incipientes com grande sucesso a partir de 1816. (...) Os Estados Unidos não ó se tornaram o mais ardente praticante e o berço intelectual do proteccionismo, como, no fim do período, passaram a ser o líder mundial da indústria. (...) Depois da Segunda Guerra Mundial, quando a sua supremacia industrial ficou absolutamente patente, os Estados Unidos fizeram exatamente a mesma coisa que a Grã-Bretanha do século XIX, preconizando o livre comércio, muito embora tivessem obtido essa supremacia, mediante o uso nacionalista e de um vigoroso proteccionismo.

Paradoxalmente, os EUA e as suas “instituições afiliadas”, nomeadamente a OMC, o BM e o FMI, posicionam-se atualmente na vanguarda da defesa do livre-comércio inter-estatais, considerando esta política como sendo “boa” e condição *sine-quo-non* para o crescimento económico e, corolariamente, como uma porta de acesso aos recursos que eles próprios disponibilizam aos PVD, no âmbito do processo de cooperação internacional. Este tipo de incoerência entre a doutrina e a prática dominantes criam um descrédito no seio do sistema das REI – Relações Económicas Internacionais, fazendo com que as regras sejam oportunisticamente definidas, em

função do interesse conjunturalmente dominante, sendo as mesmas incondicionalmente impostas e obedecidas pelos países em desenvolvimento.

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo (Chang, 2004, p.16). Pois, para este Autor, “antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e do início do XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais “básicas” como os bancos centrais e a responsabilidade limitada”.

Perante este cenário paradoxal, o autor em apreço coloca-nos uma questão para uma reflexão coletiva: “as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento económico?”

Na construção de possíveis respostas para esta questão este autor remete-nos para o seguinte cenário vigente:

Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo establishment, para adoptar uma série de “boas políticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento económico¹¹⁶. Segundo esta agenda, “boas” são as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral. Entre elas figuram:

1. Políticas macroeconómicas restritivas;
2. Liberalização do Comércio internacional e dos investimentos;
3. Privatização;
4. Desregulamentação.

As “instituições boas” são, essencialmente, as existentes nos países desenvolvidos, sobretudo nos anglo-saxónicos. Entre as instituições-chave, incluem-se a:

1. Democracia;
2. Burocracia “boa”;
3. Judiciário independente;
4. Forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive a intelectual);

¹¹⁶ De modo que, além das “condicionalidades económicas” convencionais, ligadas à ajuda financeira multilateral e bilateral aos países em desenvolvimento, agora temos “condicionalidades ligadas à governança” (cf. Kapur & Weber, 2000).

5. Governança empresarial, transparente e orientada para o mercado;
6. Instituições financeiras (inclusive um banco central) politicamente independente.

Paradoxalmente, essas políticas e instituições, agora convencionadas como a cura para todos os males dos PVD's, não foram, curiosamente, as adotadas pelos atuais impostores, PD's – Países Desenvolvidos, aquando dos seus respetivos processos de desenvolvimento. Pois, parafraseando Ha-Joon Chang (2002, p. 11-13), os países ricos não seriam o que são hoje, se tivessem adoptado as políticas e as instituições que agora recomendam ativamente às nações em desenvolvimento.

Assim, no âmbito deste contexto teórico-empírico, a tese que se procura defender, ao longo deste *work paper*, também corroborada por este e outros autores contemporâneos, mormente os economistas de desenvolvimento, é de que a independência económica, ao contrário da política, não se conquista através de um simples decreto, mas sim, através do redesenho de um modelo e de um paradigma de desenvolvimento focados no interesse local, dos países em desenvolvimento, ao invés de uma imposição unilateral e “violenta” de políticas e instituições, que, não obstante serem, simpaticamente, apelidadas de “boas”, efetivamente, não são mais do que meros instrumentos de defesa e promoção da doutrina dominante e dos interesses dos países ditos desenvolvidos e das suas instituições “amigas/filhadas”.

A associação entre as decisões acerca das opções e prioridades na concessão de assistência pública internacional e critérios de natureza política está longe de constituir um elemento de absoluta novidade. Na verdade, pode até afirmar-se que o percurso histórico das problemáticas do desenvolvimento se encontra, desde o seu início, no período pós II Guerra Mundial, marcado por opções de âmbito político. (...) Pode afirmar-se que a articulação com objetivos políticos é de certo modo constitutiva da própria ideia de ajuda e cooperação internacional (Oppenheimer, 1998, p. 8).

Segundo este autor, “existem, portanto, duas aproximações possíveis na implementação dos esquemas de condicionalidade política: uma abordagem “activa”, que consiste na criação de programas e incentivos que visem apoiar as transformações desejadas, mobilizando para tal recursos adicionais; Uma abordagem “negativa”, que visa a aplicação de pressões sobre os países receptores que não satisfaçam os critérios definidos, ameaçando a suspensão parcial ou total da ajuda, até que determinada reforma seja adoptada.

Com o ano de 1989, o mundo comunista entrou em colapso, (...) os EUA aparecem claramente numa posição preponderante (o que de resto decorre com naturalidade do seu estatuto de “vencedor” da Guerra Fria): numa rápida sucessão de acontecimentos, (...) um conjunto de transformações radicais, que prosseguem nos dias de hoje, na direção dos modelos de organização ocidentais – a democracia liberal e a economia do mercado. (...) com o fim do comunismo, deixaram de existir alternativas às formas de regulação política (democracia liberal) e económica (economia de mercado) características do liberalismo ocidental, que por isso mesmo passariam doravante a ter incontestável validade universal. Assim, segundo as conhecidas teses de Fukuyama, teríamos atingido o “fim da História” (Oppenheimer, 1998, p. 9-10).

Durante o período da Guerra Fria, a preocupação dominante dos doadores ocidentais (e sobretudo dos EUA) era a contenção da “ameaça comunista” no Terceiro Mundo. Assim, o tipo de regime e as práticas de governação exercidas no país receptor eram elementos de menor peso face a considerações de natureza geopolítica – os regimes autoritários eram até julgados aliados mais fiáveis, uma vez que contavam com poderosos aparelhos repressivos que podiam contrariar com maior eficácia as “ameaças subversivas”. Os próprios governantes do Terceiro Mundo procuravam, por sua vez, tirar proveito desta situação, manobrando no sentido da obtenção de maiores volumes de ajuda, invocando a “arma das alianças” (Oppenheimer, 1998, p. 10).

Os cientistas políticos concentram-se na análise das relações empíricas entre a democracia e o desenvolvimento económico (ou mais precisamente uma proxy, o crescimento económico), assumindo uma causalidade da primeira sobre o segundo. (...) Numa curta incursão pela literatura empírica podemos afirmar que não existe nenhuma relação causal direta, nem entre ajustamento estrutural e crescimento económico, nem tão pouco entre democracia e crescimento económico, sem falar de uma relação entre estas duas “variáveis independentes” e o desenvolvimento socioeconómico sustentado (Oppenheimer, 1998, p. 16).

Este Autor, citando Joachim Betz (1995: 39), vai ainda mais longe na sua conclusão quando avança que “as condições da liberalização política e as do ajustamento estrutural podem ser manifestamente contraditórias e que não existem necessariamente sinergias positivas entre democratização e políticas de promoção dos mercados (*market friendly*)”.

Para Oppenheimer (1998, p. 18), “nem a trajetória de desenvolvimento da Alemanha nem a do Japão (sem falar do da Rússia e da União Soviética) têm sido democráticas nas suas primeiras fases, nem em termos políticos nem em termos de economia de mercado e de orientação livre-cambista. (...) Justamente no momento histórico em que o sucesso de desenvolvimento dos NIC's – governados por ditaduras de desenvolvimento par excellence – se tornou claro. (...) Nos NIC's asiáticos, e em particular na Coréia do Sul e no Taiwan, a democratização “avançou em três fases de diminuição da intervenção estatal:

- 1.^a Fase** – Omnipotência do estado de desenvolvimento virtualmente autónomo, repressivo, intervencionista;
- 2.^a Fase** – Recuo relativamente ordeiro da reivindicação de liderança do estado como consequência da oposição democrática de base vinda da parte dos trabalhadores bem qualificados;
- 3.^a Fase** – Liberalização do sistema político”.

Em África (e de certa maneira também na antiga União Soviética) a transição democrática ocorre, pelo contrário, como resultado da implosão do estado de desenvolvimento num contexto de desastre económico, desintegração social e marginalização crescente na economia mundial (Oppenheimer, 1998, p.18).

O estado, baseado na lei internacional e constitucional, como agente legítimo único, responsável pela divisão de poderes, a legislação e a moeda, como protetor e garante da liberdade individual e da unidade nacional não passa em muitos países africanos, de uma mera ficção (Oppenheimer, 1998, p.18).

Este mesmo Autor, fazendo referência a Tetzlaff (1994: 39), afirma que: “O combate heróico em prol da democracia e dos direitos humanos revela-se como padrão não universalizável – como o é o próprio conceito de desenvolvimento. Assim se abre um círculo vicioso de desamparo”.

(...) Mas este “círculo vicioso de desamparo” manter-se-á enquanto África não encontrar a sua própria saída. A condicionalidade política levada a cabo pelos doadores externos, quando fora de tempo e/ou inoportuna, mesmo sendo “bem-intencionada”, arrisca-se a não favorecer essa saída (Oppenheimer, 1998, p.19).

Podemos, todavia, constatar um certo grau de convergência e complementaridade entre a abordagem de “boa governação” mais tecnocrata e de gestão macroeconómica do Banco Mundial e a abordagem mais global e política dos doadores bilaterais visando uma democracia de tipo ocidental. Ambas as abordagens não passam, no entanto, de uma extensão política das condicionalidades económicas ligadas ao apoio financeiro aos PAE que se alargam agora a todas as formas de APD. A lógica subjacente tanto à condicionalidade económica como extensão política é a convicção de que elas constituem condições para o desenvolvimento económico (Oppenheimer 1998, p. 13).

Os programas de estabilização e de ajustamento estrutural têm, direta ou indiretamente, fundamentados na experiência histórica dos atuais PD – Países Desenvolvidos. No entanto, segundo Chang (2004), “as referências históricas esparsas (...) tendem a referir-se exclusivamente à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos. As supostas histórias de livre-comércio e mercado livre dessas nações apresentadas como exemplo aos países em desenvolvimento (...) são extremamente seletivas e, portanto, ilusórias”.

Nesta perspetiva, têm emergido vozes que apontam os fatores externos como sendo as causas do fraco desempenho da ASS, nomeadamente:

1. **Deterioração dos TT** – Termos de Troca – Instabilidade / volatilidade dos mercados internacionais das matérias-primas e dos produtos primários;
2. **Dependência da APD** – pelos nefastos que causa, nomeadamente: o comodismo, a mentalidade assistida e a passividade dos agentes locais;
3. **Imposição do PAE – Programa de Ajustamento Estrutural (e do PE – Programa de Estabilização)** – com o efeito primário: retração da procura interna e, expansão da oferta, a médio e longo prazos, baseado no *WC – Washington Consensus*, resultando em ónus sociais, que correspondem a uma tipologia de Violência Simbólica.

O documento do Banco Mundial que pela primeira vez faz referência ao tema da governação e à sua relevância para o desempenho económico (World Bank, 1989), tinha como objetivo a avaliação da experiência do ajustamento estrutural no continente africano. (...) Os resultados decepcionantes das experiências de reforma económica

conduzidas ao longo da década de '80 (principalmente a partir de '85) (Oppenheimer, 1998, p. 10).

Na transição para a década de '90, constitui o “uso da ajuda para impor condições políticas nos países receptores no sentido de promover reformas democráticas e de governo ou para punir a não-conformidade com as exigências anteriores (Baylies, 1995, p. 321 in Oppenheimer 1998, p. 8).

A combinação da condicionalidade económica com a condicionalidade política coloca os governos africanos entre a espada e a parede, dificultando tanto a reforma económica como a política (Oppenheimer, 1993, p.13).

As dificuldades encontradas na aplicação das reformas manifestaram-se na incapacidade de atingir os objetivos estabelecidos, bem como nos efeitos laterais perversos a que essas reformas conduziram – que numa primeira fase, procuraram ser captados por meio da, atrás referida “dimensão social do ajustamento”. Assim, é no quadro de um necessário requacionamento estratégico das ações e propostas do Banco, que começa a ganhar força a ideia de que importa proceder a “reformas institucionais” junto da administração dos países receptores como condição para o aumento da eficácia dos programas de ajuda (Oppenheimer, 1998, p. 11).

Nesta perspetiva, a necessidade de requacionamento estratégico, no quadro das “reformas institucionais”, das ações e propostas do Banco, faz com que comece a ganhar corpo uma visão que, entre a ortodoxia e a heterodoxia, haja espaço para uma “terceira via”, que esteja direcionada para a dinâmica e para os interesses locais. Esta novel via impunha a necessidade de se redefinir os conceitos de “instituições fortes” e de “políticas boas”, o que procuramos fazer ao longo do ponto 3.2.4. deste documento, de modo que o critério para essas classificações não se baseasse na obediência incondicional da doutrina dominante, mas sim, no respeito escrupuloso dos rácios de eficiência e eficácia dessas mesmas instituições e políticas, revertendo-se os respetivos resultados a favor de um desenvolvimento sustentável dos países visados.

Provavelmente, este novo trajeto proposto para a marcha das relações de cooperação internacional passaria também por uma reforma profunda junto das instituições dos países doadores da APD bilateral e multilateral, bem como das IFI – Instituições Financeiras Internacionais, ou então pela edificação de um mecanismo alternativo de

financiamento do desenvolvimento, com os seus pilares alicerçados, quiçá, nos países do “Sul” e/ou emergentes, tendo o foco na solução e não nos problemas inerentes ao complexo processo de indução do desenvolvimento dos PVD.

Este desafio convidar-nos-ia, potencialmente, para recentrarmos nos nobres objetivos subjacentes à emergência da Economia do Desenvolvimento, em que aos PVD em lançado o ambicioso desafio de criação de uma capacidade endógena para se pensar o desenvolvimento, a partir de dentro para dentro, ao invés de uma visão parcial e limitada, captada através do “binóculo” dos luxosos *bureaux* das IFI ou dos países doadores, que depois é imposta, com a cumplicidade dos visados, como verdade absoluta / receita sagrada para todos os males desses países-alvo, ignorando as especificidades do contexto local.

1.7.1.3. A “violência simbólica” e o fracasso das nações

“O atraso, as insuficiências, a inadequação profunda das teorias provoca ocasiões de manipulação e de afirmação do poder”.

Comélieu, (1996)

A violência simbólica é um modo de relação social que resulta do esforço desenvolvido por um grupo dominante, para generalizar o uso de um conjunto de símbolos, em particular, de conceitos, de pensamentos e de linguagens específicas (Comélieu, 1996).

Segundo esta autora, trata-se de:

1. “Uma manipulação seletiva, fundada nas desigualdades do poder;
2. Um sistema de crenças que leva o dominado a conformar-se (com o seu consentimento inconsciente) com a vontade do dominador;
3. É o que faz hoje a teoria económica: A “Teoria Dominante”, que procura, embora contra-natura, forçar a realidade a se aproximar dela, através de: i. Aparelho de conceitos; ii. Hipóteses e postulados que anuncia; iii. Modo de raciocínio que produz; iv. Ação política;
4. Assim, permite:
 - a. Imposição, a uma sociedade multifacetada e heterogénea, de um “sistema mundial” atual (económico, societal e civilizacional) e de um modo de desenvolvimento, onde o homem não existe, se não for com as características de um homoeconomicus, em que

as outras características devem se submeter às económicas;

- b. Imposição definitiva de uma única política económica “racional” de gestão da sociedade, a teoria de mercado de concorrência perfeita, aquela que mostra um caminho que todas as sociedades devem imperativamente seguir. Os outros autores e as suas opiniões interessam pouco. Implica a normalização das sociedades onde coexistem fenómenos extremamente diversificados e complexos.

Brohman (1999) fez importantes considerações sobre esta complexa relação que a doutrina dominante estabelece com a realidade multifacetada dos PVD's, como as que segue:

1. A natureza multiforme e dinâmica dos processos de desenvolvimento, envolvendo fatores de ordem sociocultural, política e económica, exige da ciência económica uma postura interdisciplinar, com uma perspectiva mais vasta, mais política e mais social;
2. Apesar da exigência dessa postura, a teoria neoclássica e o neoliberalismo praticamente omitiram, nessas suas abordagens, os fatores não económicos de desenvolvimento;
3. A teoria neoclássica reduz o Homem ao estado isolado do indivíduo no mercado, sem referências / influências históricas, tradicionais / culturais, políticas e de relações sociais e/ou institucionais;
4. As economias têm uma natureza estática onde as mudanças ocorrem apenas como resultado de mudanças exógenas de gostos e de tecnologias, resumindo-as assim em simples aparelhos técnicos que servem para aplicação de recursos escassos;
5. A divergência entre a teoria e a realidade provém em grande medida de uma série de hipóteses teóricas irrealistas, nomeadamente a do “homoeconomicus” (surgido com o marginalismo em 1870). O homoeconomicus no mundo real não existe. O mundo real é formado de indivíduos e de grupos sociais, onde o comportamento é função das complexidades das relações, de crenças e de motivações individuais;
6. O modelo neoclássico deve compreender que não existe nenhuma esfera independente e universal de racionalidade económica. A teoria neoclássica não fornece nenhum mecanismo que permite compreender e explicar um mundo real, por conseguinte desordenado;
7. O desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento económico, mas implica também transformações fundamentais nas relações sociais, institucionais, nos hábitos e nas relações recíprocas entre classes e grupos, que ao contrário do pressuposto da teoria neoclássica, não se resumem a uma simples aglomeração de comportamentos de indivíduos isolados;
8. Identificamos algumas consequências da simplificação e da elegância dos modelos neoclássicos:

- a. Ignorância dos feitos (históricos) e geográficos locais;
- b. Má compreensão dos processos socioeconômicos;
- c. Recomendação de políticas irrealistas.

É preciso que o universo, mormente as pequenas economias em desenvolvimento, se libertem de modelos universais fundados no absoluto, como por exemplo o *homoeconomicus*. Pois, as atividades humanas devem ser estudadas nas circunstâncias particulares onde elas se desenrolam, em particular no 3.º mundo, onde a complexidade do processo de desenvolvimento não se assemelha à do 1.º mundo. Daí, que esses modelos, por não compreenderem os fenômenos socioeconômicos nessas realidades, acabem por dar pouca atenção à dimensão institucional do desenvolvimento, o que representa aqui a nossa preocupação central.

O efeito institucional a nível histórico, sociocultural e político-ideológico pode produzir resultados muito dispares entre países com realidades bastantes semelhantes. Por isso, é uma dimensão que não pode ser negligenciada. Pois, como atesta Brohman (1999), “a longo prazo toda a estratégia económica depende de uma multiplicidade de parâmetros históricos, políticos e culturais”.

Nesta perspectiva, podemos aferir especificidades locais que a universalização de modelos e de paradigmas institucionais pode ofuscar ou negligenciar, quando as mesmas constituem um dos FCS - Fatores Críticos de Sucesso na implementação dos mesmos. Por isso, o pulsar local deve estar integrado no epicentro dos pressupostos da doutrina dominante, de modo que seja esta a fazer a necessária aproximação da realidade local e não o inverso.

Uma abordagem centrada na capacitação e participação das populações teria grande vantagem de conceber os processos de democratização numa óptica bottom-up, descentralizada, invertendo a lógica top-down que tem dominado os processos de transição atualmente em curso (Oppenheimer, 1998, p. 24).

Ficou provado, ao longo deste curto trajeto discursivo, que a ausência e/ou a inadequação de modelos e paradigmas de desenvolvimento focados na realidade e no interesse locais dos PVD cria um conjunto de oportunismos político-institucionais, os quais têm sido aproveitados tanto pelos autores e instituições supranacionais e/ou externos, como para os seus representantes e/ou interlocutores, legítimos ou não, locais.

Esta cumplicidade, bilateralmente consentido, tem exercido uma “violência simbólica” sobre a realidade local, abrindo enormes flancos para a promoção dos fatores tanto internos como externos, que têm sido apontados, de forma divergente, como a causa do fraco desempenho das pequenas economias em desenvolvimento, mormente na ASS.

Está nas mãos dessas economias a possibilidade de retraçar, com recurso ao seu próprio “punho” e aos instrumentos endógenos, o respetivo destino, bebendo, sempre que justificar, no *benchmarking* das práticas efetivamente boas, que já se proliferam neste mundo globalizado. Pois, o comboio do desenvolvimento, desde “ontem” que já se encontra em marcha e os países pequenos em desenvolvimento, tradicionalmente excluídos dessas viagens, têm que se estribar para garantir um lugar na fila da frente. Só assim estarão em condições de proporcionar felicidade para a sua gente, esta, que, parafraseando Mia Couto, constitui o único indicador de desenvolvimento verdadeiramente incomensurável.

1.7.1.4. “Políticas Correctas” e “Instituições Fortes”: O Outro Lado da Moeda

“Apesar dos \$500 biliões de dólares investidos pelos países africanos e outros \$200 pedidos emprestados nos últimos 40 anos, a África Sub-Sahariana é o continente onde as guerras são praga, os golpes de estado militares são comuns, os cataclismos naturais são fatalismo e a pobreza e estagnação económica são a realidade diária de milhões e milhões de cidadãos”.

Negrão (2001)

Segundo este autor, “entende-se por instituições as regras, normas e costumes que definem os direitos e fazem cumprir os deveres no relacionamento entre as pessoas”.

Segundo este Autor, “Verificou-se que quanto maior é a legitimidade e a maleabilidade das instituições maior é a equidade na distribuição dos rendimentos e menores são os custos de transação, entendendo-se por estes os relacionados com a informação, a negociação e a monitorização da implementação das decisões das unidades produtivas”.

Embora haja uma certa vulnerabilidade transfronteiriça entre o que se considera política e o que se considera de institucional, para este subponto do nosso trabalho,

torna-se imperioso procurarmos algum diferencial conceitual entre estes dois elementos, ainda que seja com recurso ao senso comum. É com base neste recurso que Chang (2002, p. 23), procura nos elucidar, da seguinte forma: “As **instituições** são dispositivos mais permanentes, ao passo que as **políticas** são mais facilmente cambiáveis”.

Convém ainda, neste âmbito introdutório, estabelecer também distinções entre instituições e organizações. Na visão de Salimon (2010), essa distinção se baseia no seguinte: “a **organização** é o construto que surge quando um grupo de pessoas se junta e se mobiliza com um objetivo comum e declarado. Como contraponto, **instituição** é a base legal e/ou normativa – mesmo quando tácita, sobre a qual se desenvolvem os processos de negócio da organização”.

Estas distinções conceituais, ainda que cientificamente frágil, servirão de bitola para procedermos à análise dos aspectos teóricos subjacentes aos conteúdos em apreço.

O EIPD – Establishment Internacional da Política de Desenvolvimento foi obrigado a reconhecer as limitações da ênfase anteriormente dada ao “chegar ao preço certo” por meio de “boas políticas”. (...) Sobretudo depois da Ásia, geralmente interpretada como consequência de uma estrutura institucional deficiente, o EIPD transferiu a ênfase para o “chegar às instituições certas” e aderiu ao que Kapur & Webb (2000) denominam condicionalidades “ligadas à governança” (Chang, 2002, p.123).

Segundo reza este Autor, em citação de autores como Kaufman et al., 1999; Aron, 2000; La Porta et al., 1999 e Rodrick, 1999:

Hoje, estão na ofensiva os que acreditam que todos os países devem adotar um conjunto de “instituições boas” (coisa que, infelizmente, quase sempre significa copiar as norte-americanas).

(...) Exatamente quais instituições não de entrar no pacote da “boa governança” é coisa que varia de uma recomendação para outra, mesmo porque ainda não se conseguiu entender a relação entre determinadas instituições e o desenvolvimento económico.

Em todo caso, esse pacote de “instituições boas” geralmente inclui a:

1. Democracia;
2. Burocracia e judiciário limpos e eficientes;
3. Forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual;
4. Governança empresarial, transparente e orientada para o mercado;

5. Boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de falência;
6. Instituições financeiras (inclusive um banco central) bem desenvolvidas e politicamente independentes;
7. Bom sistema financeiro público e boas instituições providenciárias e trabalhistas capazes de oferecer “redes de amparo” e proteger os direitos do trabalhador.

Ao longo dos pontos e subpontos e capítulos seguintes, vai-se procurar analisar os efeitos diretos, indiretos e induzidos de cada uma dessas dimensões institucionais na materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

No que concerne à Democracia, os processos de tomada de decisão, segundo Negrão (2001):

1. No terreno são evidentes as limitações da democracia representativa tão proclamada e defendida pelas agências internacionais, a capital fica demasiado longe, as elites do poder auto reproduzem-se e a demagogia partidária instala-se no discurso oco dos funcionários locais. Os estudos realizados demonstram que a estabilidade social e política exige bem mais do que a delegação do poder via voto, ela requer a participação efectiva nos processos de tomada de decisão desde o nível familiar até ao nível nacional, ou seja, o exercício da democracia participativa.
2. A participação dos parceiros administrativos, económicos e sociais ao nível local foi vista como condição indispensável ao processo de desenvolvimento. A História Económica não demonstra existir uma correlação directa entre democracia representativa e crescimento económico, nem uma relação causal entre descentralização e exercício de poder pelas comunidades. Todavia, a evidência demonstrou que o processo de desenvolvimento é tanto mais eficaz quanto maiores forem: (i) a legitimidade do poder do Estado e (ii) as condições materiais, financeiras e humanas para o exercício desse poder.

No início do período do pós-guerra, era comum alegar que os países em desenvolvimento não podiam se dar ao luxo de sustentar as “caríssimas” instituições democráticas. Hoje, a visão predominante no EIPD é que a democracia ajuda o desenvolvimento económico e, portanto, deve ser promovida como um requisito indispensável (Chang, 2002, p. 127).

A experiência empírica nos demonstra que a democracia representativa, pelo sufrágio universal, ao contrário do que se faz passar, não é uma instituição diretamente correlacionada com os processos de crescimento e desenvolvimento económicos dos países que a adoptaram, mormente os dos PD, ocidentais. Pois, embora esses

processos, em função da dinâmica histórica e socioeconômica de cada país, tiveram lugar, mormente, ao longo dos últimos três séculos, a democracia, através do sufrágio universal, só teve o seu arranque efetivo a partir do início do século XX.

A democracia representativa pode, em função das especificidades contextuais, constituir assim um bem público estimável. No entanto, a empiria tem demonstrado que a sua importância relativa, nessa categoria, não pode ser entendido como condição necessária e muito menos suficiente para a indução do crescimento e/ou de um desenvolvimento economicamente sustentáveis.

Neste contexto, cabe aos PVD, o exigente desafio de expurgar do atual modelo de democracia representativa todos os benefícios e ensinamentos transplantáveis para a respetiva realidade político-institucional local, edificando o seu próprio modelo de democracia, quiçá mais participativa de que representativa, dorsado nas formas de pensar, de sentir e de agir da sua gente, i.e., no pulsar local.

(...) A chamada “democracia liberal”, desenvolvida a partir da experiência histórica ocidental (...) uma noção de democracia que, para além de formal, poderemos qualificar de “minimalista” centrada nos mecanismos eleitorais de escolha dos representantes. (...) A mobilização pró-democrática está intimamente associada ao descontentamento popular generalizado e à esperança de que a mudança de regime político resolva, por si só, “miraculosamente”, a crise económica (Oppenheimer, 1998, p.18-20).

(...) Um alto índice de abstenção eleitoral muito superior aos votos que ajudaram a eleger o governante. Com base nesses dados, o cientista político resolveu pesquisar a fundo a situação e descobriu nela um fenómeno crescente e mundial: a descrença na política, o descrédito nos partidos, o fraquejar das instituições e a fragmentação da democracia representativa. (...) Estariam os partidos cumprindo a sua função social? A resposta, se verbalizada, emitiria um sonoro NÃO! (França, 2008).

Segundo este autor, “nos últimos anos é visível e crescente o descrédito da população, em quase todos os países do mundo, nas agremiações políticas. O fato de não mais responderem aos anseios dos eleitores faz com que, cada vez mais, diminua o número de filiados às siglas partidárias. A falta de identificação acarreta, entre outras coisas, a busca por outras formas de representatividade. Com isso, cresce a quantidade de

organizações sociais dedicadas a agir nos espaços negligenciados pelos ditos representantes do povo, assumindo o papel de centralidade nas reivindicações populares, antes pertencente aos partidos”.

Outro ponto importante, é que os partidos estariam perdendo completamente as suas características programáticas e ideológicas devido ao fisiologismo e à prática indiscriminada de alianças as mais espúrias e díspares possíveis, com o fito apenas de alcançar o poder, transformando as estruturas partidárias em simples máquinas de eleger candidatos. Segundo França (2008), citando Costa (2007):

[...] o grau de complexidade e fragmentação da sociedade leva os partidos a se burocratizarem e abandonarem suas posições de classe (característica do período inicial) para formularem propostas difusas, em nome de “todo o povo”, cujo objetivo é unicamente a conquista do poder. Assim considerando, os sistemas partidários perdem credibilidade à medida que não proporcionam espaços institucionais nos quais as demandas possam ser processadas, via partidos políticos. (França, p. 58).

E ainda, seguindo a reflexão deste mesmo Autor:

1. São mercadorias que se compra não pelo conteúdo, mas pela forma. Neste sentido, cada vez mais os chamados **marketeiros assumem uma função central nos comitês políticos** responsáveis por discutir os rumos das campanhas. (...) Os publicitários sabem como ninguém entender os desejos mais íntimos da psique humana, amoldando o homem- mercadoria às necessidades latentes. (...) Os partidos são substituídos pela mídia; a representação política, pela política da representação. (...) a mídia estaria exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos, por exemplo, construindo a agenda pública, (ou seja, pautando os assuntos debatidos pela sociedade, mesmo que irrelevantes), gerando e transmitindo informações políticas, fiscalizando os poderes, exercendo as críticas e canalizando as demandas da população.
2. (...) os candidatos são apresentados como produtos (com embalagem e discurso próprios) a serem aceitos ou desprezados pelo povo.
3. (...) O crescente desinteresse público pelo processo político nas principais democracias do mundo, caracterizado pelo aumento da alienação eleitoral principalmente a partir de meados da década de 1990.

O autor apresenta um estudo que bem mostra o resultado do desencanto com a democracia e a desilusão causada pelos projetos de governo confrontados com a prática. Daí, nascem assim os chamados abstencionismos de protesto, (...) revelando uma clara vontade de romper com a ordem estabelecida. Somam-se a isso a ausência

de opções críveis, representando algo novo ou seriamente respeitável aos eleitores; uma situação beirando o escárnio, a ironia cortante e de denuncia a um quadro sombrio e insustentável, quando as possibilidades restantes de exercício da democracia não mostram nenhuma outra saída.

É a crença de que a democracia só beneficia a alguns poucos. Seria uma forma ideológica burguesa de classe tomada como geral, e desvendada pelo senso-comum. Terreno fértil onde brotam messias, líderes carismáticos e homens de farda. Se comparados aos Estados Unidos, sofreríamos de um mal oposto. Enquanto os norte-americanos depositam grande fé nas suas instituições, a ponto de quererem exportar seu modelo para o mundo, o Brasil desacredita nelas e não cansa de querer reformá-las (França, 2008).

Os limites do modelo liberal de democracia são relevantes não somente no contexto africano. Em particular, julgamos que, mesmo no quadro dos países ocidentais onde foi gerado, o modelo representativo tem sido objeto de críticas associadas ao crescente distanciamento das populações face aos processos de decisão política (Oppenheimer, 1998: 24).

Salienta ainda este autor que, segundo Friedman (1992: 29), “temos assistido a uma acumulação de poder no eixo Estado / economia empresarial em detrimento do eixo comunidade política/ sociedade civil, num processo que designa de *disempowerment* sistemático”. Na respetiva óptica, “uma abordagem centrada na capacitação e participação das populações teria grande vantagem de conceber os processos de democratização numa óptica *bottom-up*, descentralizada, invertendo a lógica *top-down* que tem dominado os processos de transição atualmente em curso”.

A própria dinâmica dos ciclos eleitorais tem tendência a gerar comportamentos gastadores por parte dos governos na proximidade dos atos eleitorais, contribuindo negativamente para os objetivos de controlo orçamental, da maior importância na lógica da estabilização e ajustamento; o risco da adoção de medidas “populistas”, com objetivos de curto prazo, pode contrapor-se às exigências das reformas estruturais, conduzindo mesmo ao impulso para o adiamento da sua implementação (Oppenheimer, 1998, p.19).

Da articulação entre democracia e desenvolvimento, julgamos que a valorização de

novas formas de *empowerment*, assentes na efetiva participação de indivíduos/grupos sociais até aqui excluídos do processo político, poderá constituir, a Norte como a Sul, um elemento central na reconceptualização da própria noção de desenvolvimento económico (Oppenheimer, 1998, p.25).

Embora não seja consensual o peso efetivo que as IFI's e os doadores em geral têm na definição / legitimidade para interferir nas escolhas político-institucionais dos PVD's, mormente no concernente à governança, há quem entenda, à semelhança de Chang (2002, p.125), que:

“As instituições dos países desenvolvidos podem ser excessivamente exigentes com os PVD's em virtude de suas demandas financeiras e de recursos humanos”. Muitas dessas instituições podem colidir com as normas sociais e os valores culturais de algumas nações. Muitos enfatizam a dificuldade do transplante institucional e desaconselham a tentativa de impor um padrão institucional comum a países com situações diferentes.

Esses críticos têm muita razão, mas sem saber quais são as instituições necessárias e/ou variáveis em determinadas condições, eles correm o risco de simplesmente justificar o *status quo* institucional dos PVD, seja ele qual for”.

O mesmo Autor defende que a solução alternativa, passa pelo seguinte: “descobrir diretamente quais dessas instituições “da melhor prática” são adequadas a cada país em desenvolvimento em particular, transplantando-as e observando como se comportam. (...) outra opção seria os países em desenvolvimento aguardarem a evolução natural das instituições. (...) a terceira rota alternativa, a preferida do Autor, que consiste em aprender com a história”.

Síntese do capítulo

Uma vez selado o primeiro capítulo deste trabalho investigativo sobre a sustentabilidade turística no contexto dos PEID, especificamente, de Cabo Verde, impõe-se fazer uma pequena síntese conclusiva concernente a esta parte, que corresponde à abordagem teórica feita no concernente à temática em pauta, passando pelas seguintes dimensões:

1. A multidimensionalidade da sustentabilidade turística que foi objeto de análise ao longo deste capítulo demonstrou que, não obstante o facto desta assumir, de forma transversal, as diferentes dimensões, nomeadamente: a económica, turística, sociocultural e político-institucional, é a nível ambiental que residem os fatores mais críticos desse desafio global, pelo facto dos respetivos fenómenos, no atual contexto da globalização, por mais localizados que sejam acabam por tornar-se, num lapso espaço-temporal, globalizados e vice-versa.

Nesta perspetiva, face ao tamanho e complexidade deste desafio intergeracional, procurou-se dotar esta investigação de instrumentos conceituais e de medidas que pudessem servir de uma base comum para todos os seus usuários, permitindo, assim, que se estabelecesse uma ponte entre a realidade local cabo-verdiana e a global, tendo as respetivas sustentabilidades turísticas como pano de fundo.

2. No segundo subponto, colocou-se sobre a mesa investigativa o desafio de se compreender o porquê de um desenvolvimento desigual a nível planetário, fazendo com que este mundo quadripolar girasse a pelo menos quatro velocidades. Para o efeito, fez-se um percurso histórico, mormente, a nível dos PVD, para se poder entender um pouco as causas e as consequências deste fenómeno, que tem tido, nas diferentes latitudes, um efeito desequilibrado e desequilibrador.

A este nível, constatou-se que um PEIDARIAM, como Cabo Verde, apresentando, historicamente, um elevado índice de dependência do exterior, deverá fazer da extroversão o seu fator de vantagem competitiva, tendo o mar, que constitui 99,5% da sua ZEE, o Homem cabo-verdiano, residente no país e na diáspora, que tem no exterior a sua origem, a natureza, que até agora tem sido considerada madrasta, mas que, com políticas assertivas e estratégicas poderá vir a ser uma boa “mãe” e o seu posicionamento estratégico, como os seus recursos estratégicos, capazes de promover uma redução de distâncias relativas e absolutas.

3. Competitividade turística vs. sustentabilidade económica: 2 caminhos 1 destino - a nível deste pilar, procurou-se desmistificar um pouco a pseudo conflitualidade potencialmente existente entre o curto e o médio e o longo prazos, bem como entre a competitividade e a sustentabilidade turísticas.

Para o efeito, fez-se a desagregação da competitividade a níveis macro, meso e micro, estabelecendo um fio condutor entre os três níveis indissociáveis da competitividade.

Por outro lado, procurou-se contribuir para a transformação das pseudos conflitualidades potencialmente existentes, por um lado, entre a competitividade e cada uma das cinco dimensões da sustentabilidade turística, numa complementaridade garantida por um cordão umbilical entre esses dois fenómenos e, por outro, entre o curto, o médio e o longo prazos, numa cumplicidade e solidariedade efetivas a nível intergeracional.

4. Após a apresentação da diversidade de oferta turística potencial Face ao advento da pandemia da COVID-19, que veio pôr a nu as vulnerabilidades setoriais e globais, tornou-se evidente a necessidade de se repensar, em tempo hábil, num “turismo diferente”, mormente, para Cabo Verde, que, durante os trinta anos do seu desenvolvimento turístico, apostou “todas as suas fichas” num sistema multidimensional de dependência de:

- a. Um mono produto de sol & praia;
- b. Uma oferta afunilada a duas das suas dez ilhas, praticamente sem população;
- c. Um mono mercado da EU;
- d. Nuns poucos, mas dominadores TO's estrangeiros;
- e. Num fornecimento hoteleiro feito, em quase 90%, por produtos importados;
- f. Investidores externos que, investindo quase exclusivamente no turismo, não “contagiam e nem deixam ser contagiados” (efeitos *spillovers*);
- g. Uma mão de obra (i)migrada, que cria um duplo problema: na origem e no destino.

A solução passa por uma aposta incondicional na diversificação turístico-económica, fazendo uso de um conjunto de propostas de oferta de novos produtos

turísticos, até agora negligenciados, que vão ao encontro de um novo perfil de turismo em emergência, no novo normal.

5. No novo normal, em que a autenticidade constitui o recurso estratégico de qualquer destino turístico, a sustentabilidade sociocultural passará, necessariamente pelo Homem cabo-verdiano e pelas seguintes ações estratégicas a serem implementadas no destino Cabo Verde: descoberta, valorização, preservação, integração e internacionalização do local, garantindo o efeito contágio entre o global e o local.
6. Num contexto em que o mundo passa por críticos problemas ambientais, em que fenómenos naturais tendem a estar cada vez mais fora do controlo do Homem, Cabo Verde, arquipélago dotado de severas exiguidades territoriais, terá, naturalmente, no território o seu FCS.

Por esta razão, ficou demonstrado que o desenvolvimento turístico, mormente, num PEID, como Cabo Verde, não pode estar dissociado de um teste assíduo à capacidade de carga regional, definindo, a priori, os limites ao desenvolvimento de cada microdestino, de modo que a quantidade não tenha que ser inimigo da qualidade e a satisfação dos TO's não tenha que se incompatibilizar com a dos visitantes e dos visitados.

7. Face à desadequação da doutrina dominante à realidade local, Cabo Verde, na qualidade de um PEIDARIAM, deverá munir-se de força e capacidade institucionais, para que ganhe espaço de manobra no concerto das nações, de modo a poder fazer com que a força das suas instituições e a correção das suas políticas tenha o interesse dos locais como o seu principal foco.

Para o efeito, a política e a ciência deverão passar a constituir-se duas irmãs gémeas siamesas. Assim, poder-se-á expetar-se um “turismo diferente, para o povo das ilhas”.

Assim, se constrói um destino (sustentável)!

Capítulo 2

Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável nos PEID: o caso da Macaronésia

“Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) ... enfrentam diversas vulnerabilidades, sejam elas económicas, sociais e mesmo ambientais que resultam de um conjunto de fatores que vão desde a sua pequena dimensão territorial, às suas fracas acessibilidades, a fragmentação do território, a dependência externa e a sua limitada capacidade para alcançar o caminho do desenvolvimento resiliente”.

Sarmiento (2019: 12)

Introdução

Este capítulo é dedicado ao estudo de caso da sustentabilidade turística na Macaronésia. Para o efeito, dedicou-se uma atenção especial ao perfil dos PEID, procurando interpretar os sinais de vulnerabilidade, mas, também, de resistência e resiliência que são emitidos por esses países, mormente os da Macaronésia.

Para o efeito, debruçou-se, especificamente, sobre as ilhas dos Açores, Cabo Verde, Canárias e da Madeira, procurando interpretar a dinâmica interna de cada região bem como fazendo uma análise comparativa a nível intraregional.

Para o efeito, vai-se privilegiar os seguintes subpontos:

- 2.1. **PEID: traço de um perfil** – neste âmbito, procurou-se analisar o perfil dos PEID, os respetivos fatores de vulnerabilidade, mas também de alguma vantagem competitiva, mormente, no que diz respeito à dotação de um recurso estratégico comum a todos eles, que é o mar: um meio de acessibilidade, mas também de competitividade e de sustentabilidade, mormente turísticas.
- 2.2. **Caraterização intraregional Macaronésica** – neste quesito, procurou-se analisar as caraterísticas físico-territoriais, socioeconómicas e turístico-hoteleiras que marcam o perfil de cada uma das regiões autónomas atlânticas.
- 2.3. **Competitividade turística na região da Macaronésia** – a competitividade turística e o objeto de eleição para esta parte da investigação. Para o efeito, foram selecionados alguns fatores de competitividade, nomeadamente: a competitividade preço, a receita média por quarto, a taxa de ocupação média, o rácio do número médio de colaboradores por quarto, entre outros indicadores, os quais permitem visualizar o *modus operandi* vigente no setor turístico, em cada uma das regiões da Macaronésia.
- 2.4. **Sustentabilidade turística e os limites da capacidade de carga na Macaronésia** – no que se refere à análise da sustentabilidade, recorreu-se aos indicadores calculados pelo SIET da Macaronésia, de forma parcial, para essas regiões da Macaronésia, para os anos de 2000 a 2005, mas, excluindo Cabo Verde, para completar esse quadro investigativo, atualizando-o à data de 2019, no período anterior à pandemia da COVID-19, integrando, desta feita, as ilhas de Cabo Verde, de modo a se ter um panorama mais integral da região da Macaronésia.

2.1. PEID: traço de um perfil

“O carácter de uma nação é determinado, em grande medida, pela geografia (características físicas, individuais e comunitárias), tal como a relação entre as nações”.

Friedman (2010: 30) – Os Próximos 100 Anos

Este axioma proferido por Friedman (2010), demonstra, de forma cristalina, que as abordagens feitas no ponto anterior, concernentes aos PVD, continuam válidas e, quiçá, se colocam, ainda com maior equidade, em relação aos PEID, nos próximos 100 anos. Pois, se trouxermos toda a reflexão anteriormente feita, para o nível dos PEID, constatamos que, no que respeita a estes, não obstante a heterogeneidade de situações, parece que, além da insularidade comumente reinante, existe um traço característico comum, que se encontra omnipresente, tanto nas ilhas qualificadas de "afortunadas" como nas outras que, pelo contrário, são definidas como "desventuradas".

No entanto, independentemente da abundância/escassez de recursos e da amenidade/agressividade das condições naturais, de uma forma geral, parece ser incontestável que as pequenas ilhas são regiões particularmente vulneráveis, por verem o seu território confinado a um espaço limitado pelo mar ou oceano e, conseqüentemente, por sentirem, de forma direta e quase permanente, a angustiante associação entre a exiguidade do espaço, a esgotabilidade de oportunidades e, naturalmente, a precariedade do horizonte.

Estas características físicas, mas também psicossociais estão vincadas na seguinte abordagem feita por Cunha e Cegot (2013: 425):

1. Os arquipélagos, como as áreas fronteiriças, são espaços fechados, circunscritos, em que a geografia impõe fortes constrangimentos, fragmenta o espaço, limita horizontes e potencia as vertentes materiais e intangíveis que caracterizam a condição insular.
2. A descontinuidade do território e as duras condições impostas pelo mar e por outros elementos naturais são fatores críticos que limitam os recursos e condicionam a mobilidade, logo a distribuição das pessoas e das atividades. Estes aspectos, além de explicarem a peculiar ocupação e organização dos espaços insulares, foram decisivos para instalar, entre os seus naturais, uma permanente sensação de isolamento, um sentimento de nostalgia e um desejo de evasão que alguns apelidam de insularidade.

Estas características comuns dos PEID, qualquer que seja a latitude que estes se encontrem, determinam não só a direção dos respetivos destinos, como também, o

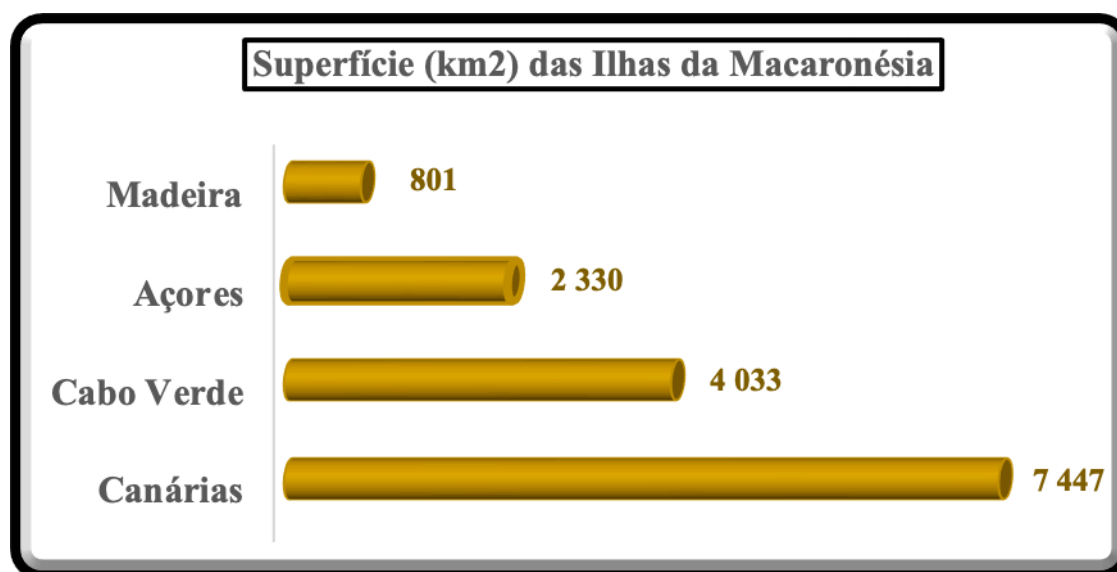
tamanho dos sonhos nestas realidades, mormente, quando de ilhéus se tratar.

De forma sintética, pode-se, através da simbiose dos contributos dados por Brito (2013a) e Ferreira (2006: 9-10), procurar caracterizar, da forma como se segue, o perfil desses PEI, mormente os em desenvolvimento:

1. **Reduzida área geográfica** – este indicador, por poder estar ligado à dotação fatorial, à disponibilização de terra arável, à dimensão da ZEE e, conseqüentemente, ao acesso aos recursos marinhos estratégicos ou, ainda, a outros fatores de carácter demográfico, como a densidade populacional e a dispersão demográfica, constitui um importante condicionante da eficiência económica e da indução de desenvolvimento desses pequenos estados insulares que, por vezes, são, por agravante, cumulativamente, arquipelágicos e isolados.

Se se cingir a análise ao nível da Macaronésia, constata-se que, sendo cada uma das suas regiões um pequeno território insular e arquipelágico, com pequenas superfícies territoriais, a que dispõe da mais reduzida área geográfica é a Madeira, contando apenas com 801 Km². Seguidamente, afiguram: os Açores, com 2.330 Km², Cabo Verde, com 4.033 Km² e, finalmente, as Canárias, com 7.447 Km², constituindo, assim, esta a região da Macaronésia melhor beneficiada pela natureza, no que diz respeito à dimensão geográfica.

Gráfico 9 - Superfície das ilhas da Macaronésia



Fonte: Estatísticas Regionais

Não obstante apresentarem estas reduzidas áreas geográficas, expostas no gráfico

anterior, estes números escondem ainda uma outra realidade bastante penalizadora para o esforço de indução de desenvolvimento nestas ilhas, pelo facto das mesmas serem agrupadas sob a forma de arquipélagos¹¹⁷, fragmentando cada uma dessas microrregiões e, por inerência, desses micro-mercados.

Nos pontos seguintes foram analisados, com maior detalhe, os efeitos que esses valores exercem sobre as dimensões ambiental, económica, turística, sociocultural e político-institucional de cada um desses territórios, mormente no contexto cabo-verdiano, que constitui objeto primário da presente investigação.

2. Fraca diversidade de recursos naturais – esta exiguidade é ainda mais acentuada, nomeadamente, no que respeita aos de base económica (energéticos, por exemplo). Estes pequenos estados são, naturalmente, bastante limitados, ficando, assim, bastante condicionados quanto ao nível da respetiva especialização económica.

Há países que são dotados de alguns preciosos recursos minérios. Mas, outros há, como é o caso de Cabo Verde, que são desprovidos de quase todo e qualquer importante *input* de desenvolvimento, nomeadamente: os recursos hídricos, sendo, por isso, assolados por prolongados períodos de seca, com consequências ambientais e socioeconómicas extremamente nefastas.

Neste contexto, na linha do pensamento de (Brito, 2013a), pode-se inferir que,

117

Madeira é, segundo <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira>, constituída por 8 ilhas (Este arquipélago é formado pela Ilha da Madeira, com uma área de 740,7 km², pelo Porto Santo com 42,5 km², pelas Ilhas Desertas com um total de 14,2 km², no conjunto das suas 3 ilhas desabitadas e ainda pelas Ilhas Selvagens cujo conjunto de 3 ilhas e dezesseis ilhéus desabitados detêm uma área de 3,6 km². Das oito ilhas, apenas as duas maiores (Madeira e Porto Santo) são habitadas.

Açores, por 9 ilhas (dividido, <https://byacores.com/mapa-dos-acores/>, em três grupos, que totalizam uma superfície de 2 329,67 km². Grupo Oriental: Santa Maria (97 km²) e de São Miguel (747 km²); Grupo Central: Terceira (397 km²), Graciosa (61 km²), São Jorge (238 km²), Faial (173 km²) e Pico (447 km²); Grupo Ocidental: Flores (143 km²) e do Corvo (17 km²).

Cabo Verde, por 10 ilhas. As ilhas são, segundo, <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>, divididas em dois grupos, o de Barlavento e Sotavento, de onde sopra o vento e por onde se escoam o vento, respetivamente. Assim, de Barlavento fazem parte Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista enquanto Maio, Santiago, Fogo e Brava integram o grupo das de Sotavento.

As Canárias são, segundo <http://www.espanha-turismo.com/canarias/ilhas.htm>, um arquipélago situado a cerca de 100 km do litoral de Marrocos, na África. Compreende as ilhas de Tenerife, Grand Canária, La Palma, La Gomera, El Hierro, Lanzarote, Fuerteventura e pequenas ilhas desabitadas. Formam uma comunidade autónoma da Espanha. A capital é compartilhada entre as cidades de Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas, na Grand Canária.

ambientalmente:

1. A relação de dependência supramencionada dos PEID é extensiva ao modo como estes se relacionam com o meio envolvente, visto que as comunidades insulares vivem em extrema dependência da Natureza, nomeadamente, no que respeita à recolha (lenha, carvão, frutos, bagas e sementes, e à captura de espécies (símios, morcegos, répteis, aves, tartarugas marinhas, grande pelágicos);
2. Estas práticas nocivas acabam, assim, por promover a desflorestação de áreas significativas e sensíveis (incluindo zonas florestais de valor patrimonial, ricas em biodiversidade e endemismo), com o objetivo de desenvolver atividades de produção agropecuária, sendo, neste contexto, o agravamento das vulnerabilidades ambientais, uma evidência natural;
3. Tão grave e de maior impacto parece ser a ideia, cada vez mais divulgada a nível mundial, de que as ações produzidas no ambiente acabam por se ressentir em efeitos socioambientais, o que significa dizer que os prejuízos do uso não planeado de espaços e de recursos são, para além de ambientais, sociais, culturais e económicos.

No âmbito desta reflexão eco-ambiental, esta autora, no concernente a estas micro-realidades, atesta que:

- a. Se nas ilhas o uso de recursos naturais representa uma carga importante que é exercida sobre o Ambiente, provocando impactos negativos na vida das populações locais, na economia e principalmente na preservação dos ecossistemas e na conservação das espécies, o grande problema com o qual estes espaços se confrontam não se centra apenas, nem de forma direta, na relação estabelecida entre as comunidades e a Natureza.
- b. Na maioria dos casos, os impactos - diretos e indiretos - mais devastadores advêm do exterior e os principais prejuízos acabam por ser sentidos nas pequenas ilhas de forma involuntária e imprevista. Os territórios insulares parecem estar marcados por um contexto gerador de adversidades. Contudo, as pequenas ilhas podem e devem ser entendidas como espaços relevantes para a promoção de novas relações sócio-ambientais, também promotoras de oportunidades que favoreçam a promoção da sustentabilidade.
- c. A consciência destas situações permite evidenciar um conjunto de desafios que se colocam do ponto de vista sócio-ambiental, mas que remetem também para a esfera

económica e política. Sem ter por objetivo uma identificação exaustiva, mas procurando a interrelação entre as áreas temáticas até agora abordadas e as implicações que delas decorrem, poderia arriscar-se uma listagem de prioridades, entre as quais:

- i. A gestão dos recursos hídricos, incluindo a disponibilidade, o acesso, a distribuição, o uso, o tratamento de água doce, ...;
- ii. As questões energéticas, que implicam a integração das fontes convencionais (o carvão, a lenha, ...), de outros recursos energéticos que são mais habituais nos dias de hoje, mas nem por isso os mais defensáveis (o petróleo, o gás natural, ...), das energias alternativas (em função das características insulares poderiam, ou deveriam, considerar-se: a eólica; a solar; a das ondas ou marés; a geotérmica; ...);
- iii. A gestão e manutenção de áreas protegidas, tanto florestais como costeiras e marinhas;
- iv. A manutenção dos ecossistemas com definição clara de planos de gestão e de uso, podendo implicar a regulação florestal através de ações sistemáticas de limpeza e abertura de trilhos;
- v. A conservação da biodiversidade (cf. <http://www.cbd.int/2011-2020/>), sobretudo numa época em que se vive a Década das Nações Unidas para a Biodiversidade (2011-20) com sensibilização para os riscos e ameaças de esgotabilidade de algumas espécies;
- vi. O controle do nível do mar, visto que as implicações sócio-ambientais são inúmeras e devastadoras do ponto de vista da sustentabilidade da vida humana.

Assim, tendo como base estes pressupostos, ao esperar-se um desenvolvimento sustentável para os PEID, no âmbito da Agenda 2030, torna-se imprescindível salvaguardar esses fatores de sustentabilidade ambiental, posteriormente analisados, que constituem, no contexto atual, condições *sine-quo-non* para a materialização dos ODS, também nestes pequenos territórios mundiais, de modo que estes não venham a integrar, no início da próxima década, a fileira daqueles que ficaram algures pelo caminho, não tendo, p.i., conseguido atingir a tão ambicionada meta, pelo menos, em 2030, conforme globalmente perspetivado.

3. Suscetibilidade de ocorrência de desastres naturais – fenómenos como: tempestades, tufões, sismos, tsunamis, secas, cheias, deslizamento de terras, incêndios, subida do nível do mar, etc. são frequentes nessas realidades. No caso específico de Cabo Verde, um país de contrastes, esses fenómenos ocorrem, de forma paradoxal:

a. Grandes períodos de secas a contrastar com grandes enxurradas, cheias e

inundações, provocadas pelas poucas, mas intensivas chuvas que pontualmente ocorrem;

- b. A pouca terra fértil existente numa morfologia extremamente irregular, é arrastada pelas enxurradas para o mar, com danos colaterais para o turismo ou para a obstrução das barragens, fazendo-as perder a sua pouca capacidade de retenção da água das chuvas ocasionais;
- c. As ilhas montanhosas, como as de Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e do Fogo, são contrastadas como outras ilhas de aspecto lunar, como as do Sal, Boa Vista e Maio, que estão pouco acima do nível da água do mar, logo, suscetíveis a outros desastres potencialmente provocados pelas atuais e crescentes alterações climáticas, como por exemplo a subida da temperatura média e o conseqüente degelo, com efeito direto na subida do nível da água do mar, felizmente, ainda desconhecido nesta realidade;
- d. Sendo um país ventoso, com condições meteorológicas propícias para, na sua ZEE, ocorrer a formação muitas tempestades / tufões, as quais, felizmente, não têm provocado muitos estragos neste arquipélago, tendo se dirigido mais em direção às Américas, com conseqüências bastante gravosas nos estados atingidos.

Segundo (Meneses, Ribeiro & Cristóvão, 2012: 6-11):

1. Os PEI são Estados soberanos localizados em ilhas, podendo formar arquipélagos. Embora não exista uma definição consensual, admite-se que são “Estados que [...] possuem uma população inferior a 1,5 milhões de habitantes” (Bass e Dalal-Clayton 1995: 8).² Apesar de localizados em diferentes regiões – África, Caraíbas e Pacífico, Sul da Ásia, Oceânia – e da sua grande amplitude em termos de dimensão geográfica, podendo atingir até 11.000 Km (Taglioni 2006: 5), estes Estados apresentam características comuns e confrontam-se com problemas económicos, ambientais e sociais semelhantes, a maioria dos quais de natureza estrutural e que, em boa medida, escapam ao seu controlo.
2. De acordo com o relatório conjunto Commonwealth/BM (www.worldbank.org/smallstates), quase três dezenas de países compartilham as seguintes características:
 - a. Insularidade;
 - b. Forte exposição a desastres naturais e aos efeitos produzidos pelas mudanças climáticas;

- c. Limitada capacidade institucional;
 - d. Economias abertas e pouco diversificadas;
 - e. Dificuldades de acesso ao capital externo. Estas características comuns derivam, sobretudo, “da elevada exposição a fatores externos por parte das suas economias [...], e das suas reduzidas capacidades em se ajustarem a circunstâncias externas em evolução [...]” (Pereira & Galán 2009: 84).
3. a insularidade, associada à pequenez, não deixa de se constituir em fator constrangedor e de produção de desvantagens, mormente económicas, sociais e ambientais, para o processo de desenvolvimento dos PEI. Deste modo, a insularidade condiciona, em larga medida, o perfil do Estado insular.
 4. A maioria dos PEI encontra-se situada em zonas geográficas do planeta onde são recorrentes os fenómenos meteorológicos extremos, como é exemplo o *tsunami* que arrasou, em dezembro de 2004, uma grande parte das zonas costeiras do Oceano Índico. Logo, as catástrofes naturais constituem um dos maiores desafios colocados aos PEI nos seus processos de desenvolvimento. Por sua vez, as secas prolongadas, a escassez de água potável e as doenças endémicas agem também como choques endógenos que afetam a maioria dos PEI e põem em causa os esforços de consolidação das estruturas económicas, ambientais e sociais necessárias ao seu desenvolvimento. O efeito combinado destes fenómenos naturais com outras características específicas dos PEI, nomeadamente a distância em relação aos principais centros internacionais, a pequena dimensão territorial, aliada ao reduzido número de habitantes e de estruturas económicas, sociais e institucionais, constituem para estes Estados aquilo que Brito intitulou de “*síndrome dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*” (2005: 2).
 5. A insularidade é, por tudo isso, um fator determinante no destino dos PEI;
 6. Os PEI são, pelas razões apontadas, estruturalmente vulneráveis a nível económico, social e ambiental.³ Em termos de vulnerabilidade social, os PEI confrontam-se com preocupações de ordem demográfica, tais como: (i) reduzida dimensão da população ativa, com impactos negativos no crescimento do setor privado; (ii) problemas de migrações; (iii) êxodo rural, com a concomitante superlotação dos seus centros urbanos e seus impactos sociais e ambientais negativos; (iv) incapacidade de resposta às necessidades de educação, saúde e emprego; (v) graves problemas de segurança alimentar, forçando a importação maciça de alimentos; (vi) crescimento demográfico elevado, colocando sob pressão os sistemas de educação, saúde

A previsão e o controlo de desastres naturais, vem-se tornando um imperativo, uma vez que o sobreaquecimento global tem vindo a provocar o degelo dos glaciares, com

um efeito direto no aumento do nível da água do mar, o qual, a par do maremoto, tem tido consequências desastrosas para as zonas ribeirinhas e litorais, que se encontrarem abaixo desse nível de referência.

Esta preocupação com os desastres naturais, nomeadamente: sobreaquecimento global, degelo dos glaciares, aumento do nível da água do mar, tsunamis, furacões, secas cíclicas, pela sua gravidade e extensão planetária, passaram, nestes termos, a constituir a preocupação central a níveis individual e coletivo. Por esta razão, os ODS (2016) estabelecem como o seu 13.º objetivo o seguinte: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, nomeadamente:

- a. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- b. Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
- c. Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima, implementando:
 - i. O compromisso assumido pelos países desenvolvidos, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível;
 - ii. A promoção de mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Quando esta análise é feita no contexto dos pequenos territórios insulares, convencionados de PEID, segundo Brito (2013a: 7), estes: “sentem de forma agravada os impactos das mudanças que se têm vindo a operar no clima em todo o Mundo. Por um lado, em resultado das características morfológicas do espaço insular, marcadas pela proximidade em relação ao mar e profundamente influenciadas pela subida do nível das águas; por outro lado, pelos efeitos, muitas vezes devastadores, das ocorrências ambientais classificadas de "catástrofe"; por outro lado ainda, pela dificuldade em prever desastres naturais com fortes implicações sociais (e até

económicas); por fim, pela reduzida capacidade para solucionar, em tempo útil, os impactos socioeconómicos e ambientais negativos que decorrem de situações não reguladas”.

4. Fragilidade (e antiguidade) das infraestruturas de ligação e de apoio – sabendo que a infraestruturização é uma das condições *sine-quo-non*, para a indução do desenvolvimento (Negrão, 2001), esta torna-se, de facto, um FCS dessas economias. Pois, os sistemas coloniais, salvo algumas raras exceções, não apostaram na infraestruturização das suas ex-colónias, privilegiando apenas as respetivas metrópoles, muitas vezes à custa do desvio dos recursos provenientes das primeiras, penalizando-as duplamente, adiando / hipotecando, por esta via, as respetivas possibilidades de desenvolvimento.

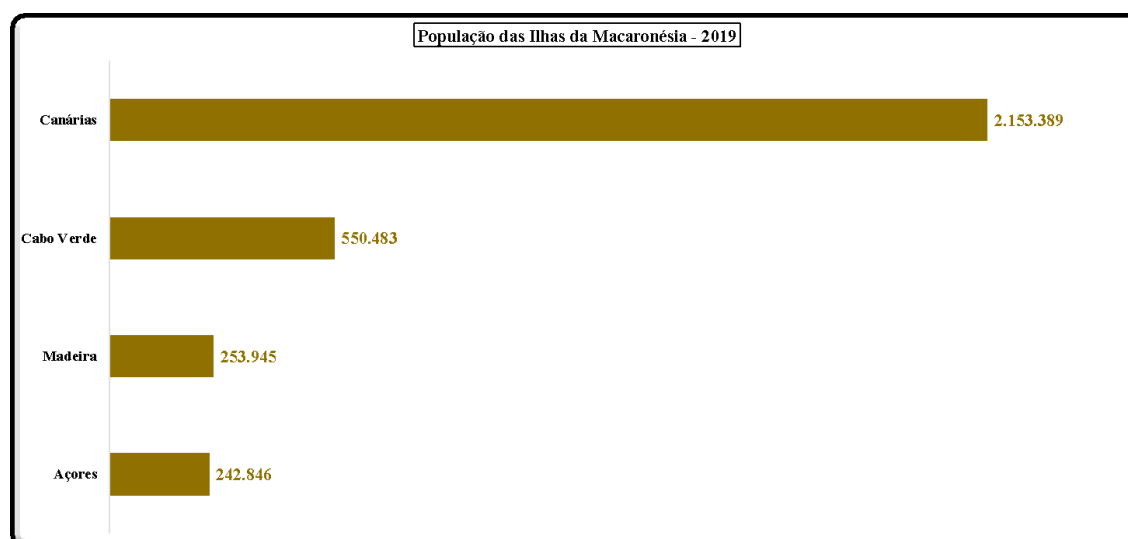
5. População diminuta – a baixa dimensão populacional é um indicador característico dos PEI, considerado, nomeadamente pelo Banco Mundial e pela União Europeia. Para o efeito, estipulam que este deve ser de valor não superior a 1,5 milhão de habitantes, sendo, em consequência, demonstrativo da exiguidade do mercado interno e da respetiva força de trabalho, em termos de quantidade e, por agravante, por vezes, também, em termos de qualidade. Este constitui um fator crítico de insucesso dos PEI, mormente dos em desenvolvimento, por condicionar, sobremaneira, a capacidade endógena dos mesmos de atrair grandes projetos, grandes investidos, grandes investidores e, logicamente, grandes financiadores, o que se reflete na respetiva lentidão no processo de “*take off*”.

No estudo de caso de Cabo Verde, detalhadamente reservado para o Capítulo III, numa dinâmica de longo prazo, nos últimos 80 anos, verifica-se que a população cabo-verdiana teve um crescimento médio por década de 16% por cada uma das 8 décadas, conforme o gráfico n.º 8.

Ao se focalizar a análise a nível da Macaronésia, observa-se, através do gráfico seguinte que as Ilhas Canárias constituem a região da Macaronésia onde existe uma maior concentração populacional, em comparação com Cabo Verde que afigura em segundo lugar, com uma população estimada (em 2019) de cerca de 550.483¹¹⁸:

¹¹⁸ Contrariando um pouco os dados oficialmente apurados pelo Censo 2021.

Gráfico 10 – População residente nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fontes: DELOS - Desarrollo Local Sostenible (2014) + INE-CV

Segundo Carreira in Fernandes (2000), referindo à vulnerabilidade e precariedade de vida dos cabo-verdianos, hipotecando a sua sobrevivência contra a imprevisibilidade da uma natureza madrastra, sentenciou: “Entre 1900 e 1947, estima-se que morreram 82 mil pessoas. António Carreira refere que "Em todo este período a taxa de mortalidade pela fome, nas fases mais agudas, rondou os 17,6% a 22,4%, em relação à população recenseada!" Este dramático facto histórico justificou, quiçá, uma única taxa de crescimento negativa, de -17%, verificada durante uma década, facto só repetido entre 2010 e 2021, fazendo fé nos dados provisórios do INE-CV (2021), referentes ao Censo 2021. Esta ocorrência coincidiu com a histórica seca de 1947, no seio da qual milhares de vida dos residentes em Cabo Verde foram ceifadas.

Depois, nas décadas seguintes de '50 e '60 do século XX, registaram-se crescimentos populacionais exponenciais, crescimentos esses que só foram atenuados na década de '70, com o registo de uma taxa inferior, no período em referência, na ordem de 9%, coincidindo esse registo com a independência nacional e, hipoteticamente, com o regresso de muitos portugueses até então residente nesta ex-colónia.

No entanto, o drama cabo-verdiano de uma diminuta população não se refere apenas à sua dimensão absoluta, mas também, devido à sua taxa de crescimento muito baixa. Esta constatação é visível nas projeções do INE-CV, espelhadas no gráfico sobre a evolução populacional entre 2010 e 2020, que demonstra que a taxa¹¹⁹ de crescimento

¹¹⁹ Segundo <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a03.pdf>, a taxa de crescimento

populacional média do período foi de 1,17%.

6. Baixo nível do PIB ou do PIBpc – este indicador é revelador de uma fraca dimensão potencial do mercado e da impossibilidade de se promover economias de escala nesses pequenos estados insulares. Pois, ao fazer-se a conjunção deste indicador com a pouca dimensão populacional, resultando num diminuto PIBpc, fica estabelecido o delimitador de desenvolvimento desses PEID, que, mesmo perante um baixo número de habitantes, não consegue sequer produzir riqueza suficiente, de modo a garanti-los um rendimento condigno, a níveis individual e/ou coletivo.

Esta limitação potencial está, por vezes, na origem deste recalcado sentimento de evasão que normalmente acompanha qualquer ilhéu, procurando, incessante e reativamente, no exterior a solução para os seus problemas internos. Este destino dos PEID, traçado pela extroversão, impõe a alguns desses países, uma natural vocação de país plataforma, estabelecendo a ponte com ou entre os grandes centros económicos. Esta é a vocação que tem sido, paulatinamente, destinado a Cabo Verde, no atual contexto internacional.

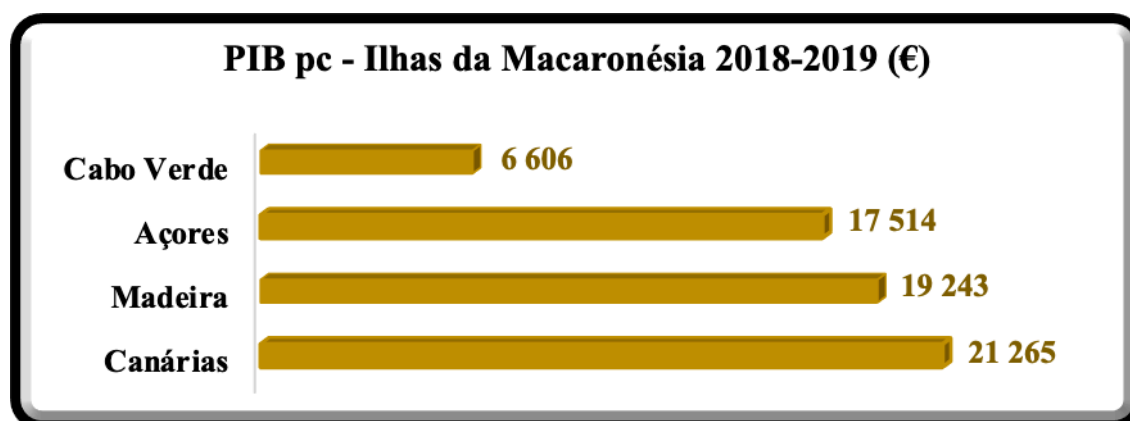
Se se fizer um estudo comparado no espaço intra Macaronésia, depara-se com a seguinte situação de repartição da riqueza gerada em cada arquipélago constituinte pela respetiva população:

populacional, calcula-se da seguinte fórmula:

Para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

Significa o percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. Indica o ritmo de crescimento populacional. A taxa é influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações.

Gráfico 11 – PIBpc nas ilhas da Macaronésia 2018-2019



Fonte: Estatísticas Regionais

Da análise do gráfico supra pode-se apurar que Cabo Verde, não obstante o significativo progresso alcançado ao longo dos seus quarenta e cinco anos de independência, apresenta ainda um atraso significativo, em relação aos outros arquipélagos vizinhos, no concernente à respetiva capacidade de gerar riqueza relativa e de proporcionar bem-estar para os seus “filhos”.

A discrepância é gritante, uma vez que o arquipélago que se encontra a uma distância relativa mais curta de Cabo Verde é o dos Açores, que, mesmo assim, apresentando um PIBpc de 17.514,00 €, contra 6.606,00€ do primeiro, encontra-se praticamente a 1/3 do percurso já feito por este seu par. A Madeira e as Canárias encontram-se já num patamar bastante superior, apresentando valores na ordem de 19.243,00€ e 21.265,00€, respetivamente.

Estas discrepâncias significativas espelham, também, condições díspares também de partida rumo a um desenvolvimento expetavelmente sustentável. Para que essas mesmas disparidades não sejam também verificáveis na chegada à meta, Cabo Verde terá que “pedalar” um pouco mais e melhor que os seus pares, ao nível da Macaronésia.

7. Isolamento e distância em relação aos centros internacionais - a distância que separa essas pequenas economias dos grandes centros de decisão internacional não é só física, mas é, acima de tudo, psicológica, fatores inerentes ao denominado síndrome dos pequenos estados insulares (Brito 2013a: 9-10), impulsionado pelos condicionalismos estruturais e conjunturais. Neste sentido, a permanente sensação de isolamento, o latente sentimento de nostalgia e o desejo quase existencial de evasão,

que se traduz numa forte contradição¹²⁰ marcada por: “uma grande vontade de ir, quando tem de ficar e uma vontade desmedida de ficar, no dia que tiver que ir”. Um sentimento característico que alguns apelidam de insularidade e outros de síndrome.

8. Vulnerabilidade face ao exterior – a procura incessante de soluções, a partir de fora, para os problemas internos, deixa essas economias numa situação de grande vulnerabilidade, mormente em relação às respetivas fontes de financiamento externo. Assim, a grande dependência da APD, IDE, Remessa de Emigrantes, Crédito de Fornecedores, Exportações, Importações, dos Fluxos de Turistas, etc., passam, naturalmente, a constituir uma das características comuns mais marcantes dos PEID.

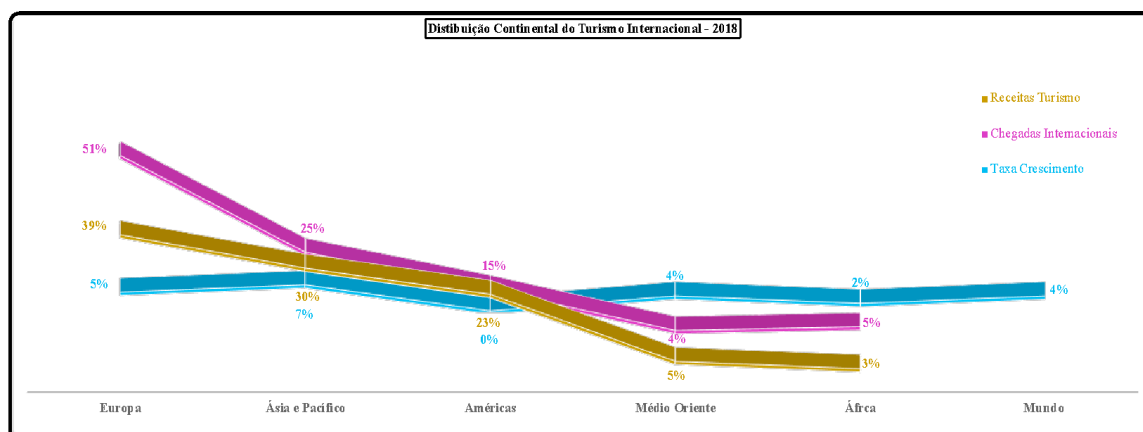
Esta situação de dependência externa torna-se, recorrentemente, crítica, quando esses pequenos estados são obrigados a fazer face às grandes potências bilaterais e/ou multilaterais, obedecendo, por vezes, a condicionamentos que lhes são impostas pelas IFI, sob a forma de um “pronto a vestir”, à moda ocidental, descontextualizada da realidade local. Por isso, muitas vezes, nomeadamente africanas, como Carlos Lopes e Cristina Fontes, ocupando importantes cargos nessas instituições ou na ONU, respetivamente, têm defendido a emergência de um novo sistema financeiro internacional, virado, desta feita, para os interesses dos PVD, ao invés dos PD, como sendo a única saída viável, para que aqueles primeiros consigam, a breve trecho, atingir o nível de desenvolvimento destes últimos.

9. Dependência em relação às tendências dos circuitos económicos internacionais - mormente, no concernente à respetiva capacidade de participar no comércio externo e de controlar os termos de troca ou os preços das exportações. Sendo ínfima a participação dos PVD, especialmente, os da ASS, no comércio internacional, a estes não é reservado outro papel, a não ser o de *price takers*, tanto na sua condição de comprador, como de vendedor.

Este cenário é bem visível no âmbito do setor turístico, como demonstram os dados da OMT, espelhados no gráfico seguinte, referentes à distribuição do turismo mundial no ano de 2018:

¹²⁰ Forte contradição (“*Sabi Dimás*”), é o título a que cantora cabo-verdiana Lura escolheu, no seu álbum *Herança*, para, através desta estrofe, homenagear o espírito de um ilhéu.

Gráfico 12 – Distribuição continental do turismo internacional



Fonte: OMT (2019)

Ao fazer-se a leitura do gráfico, pode-se constatar que, no que concerne ao negócio turístico, o 3.^o¹²¹ setor mais importante no comércio internacional, cerca de 39% da receita turística mundial arrecada em 2018 ficou concentrada na Europa, 30% na Ásia e Pacífico, 23% nas Américas, 5% no Médio Oriente e apenas 3% em África.

Quando assim é, os PEID, na qualidade de países ultra periféricos, com níveis crassos de vulnerabilidade, como anteriormente exposto, estão, implicitamente, condenados a estarem, na arena internacional, ao serviço do interesse dominante dos grandes centros de poder político-económico, intitulados de *price makers*, contribuindo, neste cenário, para a promoção de um comércio injusto, desequilibrado e desequilibrador, entre países e povos.

O quadro seguinte demonstra o influxo turístico que cada PEID teve em 2019, antes da eclosão da pandemia da COVID-19:

¹²¹ Depois das indústrias alimentar e farmacêutica.

Quadro 33 – N.º de turistas recebidos por PEID - 2019

| Ordem | Estatuto | Região | País | N.º Hóspedes (2019) em Milhões (10 ⁶) |
|-------|---------------------|---|--------------------------|--|
| 1 | Membros das ONU | Atlântico, Oceano Índico, Mediterrâneo e Mar da China Meridional - AIMS (9) | Bahrain | 3,8 |
| 2 | | | Cabo Verde | 0,8 |
| 3 | | | Comoros | 0,0 |
| 4 | | | Guiné-Bissau | 0,1 |
| 5 | | | Maldivas | 1,7 |
| 6 | | | Maúncias | 1,4 |
| 7 | | | S. Tomé e Príncipe | 0,0 |
| 8 | | | Seychelles | 0,4 |
| 9 | | | Singapura | 15,1 |
| 10 | | Caráibas (16) | Antigua e Barbuda | 0,3 |
| 11 | | | Bahamas | 1,8 |
| 12 | | | Barbados | 0,7 |
| 13 | | | Belize | 0,5 |
| 14 | | | Cuba | 4,3 |
| 15 | | | Dominica | 0,1 |
| 16 | | | República Dominicana | 6,4 |
| 17 | | | Granada | 0,2 |
| 18 | | | Guiana | 0,1 |
| 19 | | | Haiti | 0,3 |
| 20 | | | Jamaica | 2,7 |
| 21 | | | S. Cristóvão e Nevis | 0,1 |
| 22 | | | Santa Lúcia | 0,4 |
| 23 | | | S. Vicente e Granadinas | 0,1 |
| 24 | | | Suriname | 0,3 |
| 25 | | | Trinidade e Tobago | 0,4 |
| 26 | | Pacífico (13) | Fiji | 0,1 |
| 27 | | | Quiribati | 0,0 |
| 28 | | | Ilhas Marshall | 0,0 |
| 29 | | | Estados da Micronésia | 0,0 |
| 30 | | | Nauru | 0,0 |
| 31 | | | Nova Caledónia Palau | 0,1 |
| 32 | | | Papua Nova Guiné | 0,2 |
| 33 | | | Samoa | 0,2 |
| 34 | | | Ilhas Salomão | 0,0 |
| 35 | | | Timor-Leste | 0,1 |
| 36 | | | Tonga | 0,0 |
| 37 | | | Tuvalu | 0,0 |
| 38 | | | Vanuatu | 0,1 |
| 39 | Não Membros das ONU | Pacífico | Samoa Americana | 0,0 |
| 40 | | Caráibas | Anguilla | 0,1 |
| 41 | | Caráibas | Aruba | 1,1 |
| 42 | | Caráibas | Bermuda | 0,3 |
| 43 | | Caráibas | Ilhas Virgens Britânicas | 0,3 |
| 44 | | Caráibas | Ilhas Caimão | 0,5 |
| 45 | | Pacífico | Ilhas Marianas | 0,5 |
| 46 | | Pacífico | Ilhas Cook | 0,2 |
| 47 | | Caráibas | Curaçao | 0,5 |
| 48 | | Pacífico | Polinésia Francesa | 0,2 |
| 49 | | Caráibas | Guadalupe | 0,7 |
| 50 | | Pacífico | Ilhas Guam | 1,7 |
| 51 | | Caráibas | Martinica | 0,6 |
| 52 | | Caráibas | Montserrat | 0,1 |
| 53 | | Pacífico | Nova Caledónia | 0,1 |
| 54 | | Pacífico | Niue | 0,0 |
| 55 | | Caráibas | Porto Rico | 3,2 |
| 56 | | Caráibas | Ilha de S. Martinho | 0,3 |
| 57 | | Caráibas | Ilhas Turcas e Caicos | 0,5 |
| 58 | | Caráibas | Ilhas Virgens Americanas | 0,4 |

Fontes: <https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism> <https://www.unwto.org/es/unwto-tourism-dashboard>
<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1520>

Da análise do quadro anterior, pode-se constatar que:

1. Dos 58 PEID¹²², integram 38 membros da ONU, repartidos da seguinte forma:
 - a. 9 estão localizados na região de AIMS – Atlântico, Oceano Índico; Mediterrâneo e Mar da China Meridional;
 - b. 13 (+7 não membros = 20 no total) na zona do Pacífico;
 - c. 16 (+13 não membros = 29 no total) na zona de Caraíbas.
2. Não existe uma uniformidade em termos da procura turística e, conseqüentemente, em termos da importância do setor turístico para as respetivas economias. Neste

¹²² Incluindo 38 membros e 20 não membros das ONU (dos 20 não membros da ONU: 13 estão na zona de Caraíbas e 7 na zona do Pacífico).

questo, assumem um lugar de destaque, no que concerne ao acolhimento de turistas em 2019, os seguintes microdestinos¹²³, formando o seguinte Top 5:

| Ordem | Destino | N.º Entradas de Turistas |
|--------------|----------------------|---------------------------------|
| 1. | Singapura | 15.100.000 |
| 2. | República Dominicana | 6.400.000 |
| 3. | Cuba | 4.300.000 |
| 4. | Barhein | 3.800.000 |
| 5. | Porto Rico | 3.200.000 |

A mesma leitura pode ser feita em relação a Cabo Verde, um país turístico-dependente, cujos dados do BCV (2020), apontam para um contributo setorial em 2019 na ordem de 25,3% para o respetivo PIB, sendo assim, por inerência, remetido, no seio africano, para essa insignificância internacional, em termos de fluxo económico mundial.

No entanto, o número de turistas, em 2019, situou-se na ordem de 819.308, não atingindo 1.000.000 de turistas que era a meta fixada pelo Governo CV para o ano de 2019, caso não tivesse ocorrido a pandemia da COVID-19.

Nesta perspetiva, Brito (2013a: 7) atesta que: “às pequenas ilhas têm sido atribuídos fatores de vulnerabilidade, sendo que uns parecem ser causados internamente pelos modelos ancestrais que pautam as relações sócio-ambientais estabelecidas (práticas de recolção, de captura de espécies sem preocupação com o risco de esgotabilidade, de desflorestação não planeada, de recolha de inertes, ...) enquanto que outros são promovidos a partir do exterior e sentidos *in loco* de forma agudizada”.

Neste sentido, a respetiva dependência em relação às tendências dos circuitos económicos internacionais acabam por assumir um peso determinante na aferição do grau de vulnerabilidade desses PEID e, corolariamente, na respetiva categorização.

O quadro seguinte reflete o nível de desenvolvimento turístico em cada um dos 58 PEID:

¹²³ É de se realçar que o único arquipélago da Macaronésia que constitui, oficialmente, um país, é Cabo Verde. Os outros três constituintes (Açores, Canárias e Madeira) seus, são regiões autónomas de Portugal e de Espanha, respetivamente, não merecendo, como tal, o estatuto de país independente /PEID. No entanto, deve-se referenciar que apenas as ilhas Canárias receberam, em 2019, cerca de 15.109.046 turistas.

7. No que se refere à densidade turística, verifica-se que 29 PEID apresentam um rácio de hotéis por km² superior a Cabo Verde (203), i.e., 50%;
8. Em relação à taxa de saturação turística, referente ao ano de 2019¹²⁴, constata-se que Cabo Verde apresenta um índice na ordem de 1,5. Este índice significa que no ano de 2019, Cabo Verde recebeu turistas em cerca de 150% da sua população residente. Em termos relativos, ao posicionar-se 31.º lugar, tendo trinta PEID com uma taxa de saturação inferior, Cabo Verde deve equilibrar a respetiva e legítima ambição de atingir e ultrapassar 1.000.000 de turistas com a sua capacidade de carga populacional, que constitui uma importante variável limitativa do desenvolvimento que deve entrar em qualquer equação que o desenvolvimento, mormente, quando se almeja que o mesmo seja sustentável.

Esta é a posição relativa do destino turístico cabo-verdiano no grupo dos 58 PEID a que pertence, a qual deve estar sempre na mesa das grandes e pequenas decisões.

2.2. Caracterização intraregional Macaronésica

Introdução

Neste quesito, procurou-se fazer uma análise comparativa das características físico-territoriais, socioeconómicas e turístico-hoteleiras que marcam o perfil de cada uma das regiões autónomas atlânticas.

-//-

“A insularidade, associada à pequenez, não deixa de se constituir em fator constrangedor e de produção de desvantagens, mormente económicas, sociais e ambientais, para o processo de desenvolvimento dos PEI. Deste modo, a insularidade condiciona, em larga medida, o perfil do Estado insular”.

Meneses, Ribeiro & Cristóvão (2012: 6)

2.2.1. Perfil de uma região atlântica

“A dependência atravessa de forma profunda os PEI. Ela manifesta-se, especialmente, pela relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, observável através das condicionantes históricos-estruturais que concorrem para a definição da situação de dependência”.

Meneses, A.; Ribeiro, F. & Cristóvão A. (2012)

¹²⁴ A estimativa populacional, por indisponibilidade de dados, foi utilizada a base de 2021.

A Macaronésia, por ser uma região do Atlântico Médio (norte), que integra Cabo Verde, merece uma atenção especial, em termos de competitividade e sustentabilidade turísticas.

O quadro seguinte sintetiza a essência das características físico-territorial, socioeconómica, turístico-hoteleira de cada um dos quatro arquipélagos que formam a região da Macaronésia:

Quadro 35 – Tabela comparativa das Ilhas da Macaronésia - 2019

| TABELA COMPARATIVA MACARONÉSIA | 2019 | | | |
|--|------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Açores | Cabo Verde | Canárias | Madeira |
| PIB pc (€) | 17 514 | 6 606 | 21 265 | 19 243 |
| Estabelecimentos | 363 | 284 | 647 | 389 |
| N.º de Quartos | 6 753 | 13 092 | 114 097 | 16 774 |
| N.º de Camas | 14 902 | 21 059 | 254 959 | 35 268 |
| Capacidade de Alojamento | 14 902 | 27 911 | 254 959 | 35 268 |
| População | 242 846 | 550 483 | 2 153 389 | 253 945 |
| Pessoal ao Serviço | 2 356 | 9 050 | 149 741 | 7 143 |
| N.º Hóspedes | 971 516 | 819 308 | 15 109 046 | 1 596 557 |
| Dormidas | 3 008 715 | 5 117 403 | 120 689 654 | 8 146 252 |
| Estadia Média dos Hóspedes | 3 | 6 | 9 | 5 |
| Gasto Médio Turista/Dia (€) | 38,10 € | 41,22 € | 138,88 € | 44,30 € |
| Proveitos Totais | 117 300 000,00 € | 302 027 116,49 € | 15 589 493 327,00 € | 407 821 245,00 € |
| Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros (%) | 49% | 55% | 67% | 64% |
| Tarifa Média / # / Noite / ADR (€) | 75,15 € | 96,74 € | 84,50 € | 68,98 € |
| RevPar | 43,10 € | 63,20 € | 64,34 € | 44,33 € |
| Superfície Km2 | 2 330 | 4 033 | 7 447 | 801 |

Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia (2020)

Da tabela supra, resultam dados extremamente importantes, para se fazer uma análise comparativa, mormente, em termos de competitividade e de sustentabilidade turísticas, que constituem os temas mais caros para o objeto em estudo.

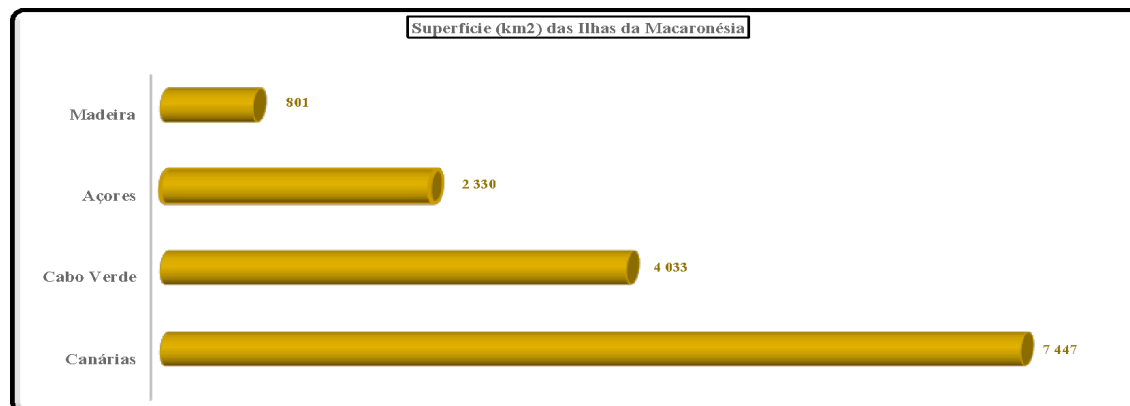
A análise comparativa entre os diferentes arquipélagos da Macaronésia procedeu-se de acordo com os critérios de ordem físico-territorial, social, económica e turística, como se segue:

2.2.1.1. Dotação de recursos territoriais na Macaronésia

A dotação de recursos, a nível físico-territorial, por influenciar, direta ou indiretamente, o meio ambiente e a gestão de território, constitui, *per si*, um FCS de

qualquer país, principalmente, quando de um PEID se tratar, merecendo, p.i., uma prioridade atenta nesta análise, conforme o gráfico infra:

Gráfico 13 – Superfície terrestre das ilhas da Macaronésia



Fontes: SIET-MAC (2006)

Nesta perspetiva, através de uma análise comparativa, pode-se depreender que:

1. As Ilhas Canárias apresentam, neste quesito, uma maior vantagem competitiva, em termos regionais, sendo dotada de um território formado por sete ilhas principais e várias pequenas ilhas e ilhéus, cobrindo uma superfície total de 7.447 km².
2. Seguidamente, afigura Cabo Verde, formado por dez¹²⁵ ilhas e vários ilhéus, ocupa uma área terrestre¹²⁶ total de 4.033 km².
3. Em terceira posição encontram-se os Açores, um arquipélago formado por 9 ilhas, cobrindo uma área terrestre¹²⁷ total de 2.330 km².
4. Por último, encontra-se a RAM – Região Autónoma da Madeira, um arquipélago formado por 2 ilhas, cobrindo uma área terrestre total de 801 km².

Neste quesito, pode-se aperceber que, em termos territoriais, Cabo Verde dispõe de segunda maior superfície da região, sendo apenas superada pela das Ilhas Canárias. Tendo ilhas com paisagens muito heterogêneas, poderá utilizar isso como um fator de vantagem competitiva, mormente, na montagem de uma estratégia de oferta de um produto turístico diversificado e complementar.

¹²⁵ Sendo nove habitadas. Santa Luzia continua ainda preservada como reserva da biosfera.

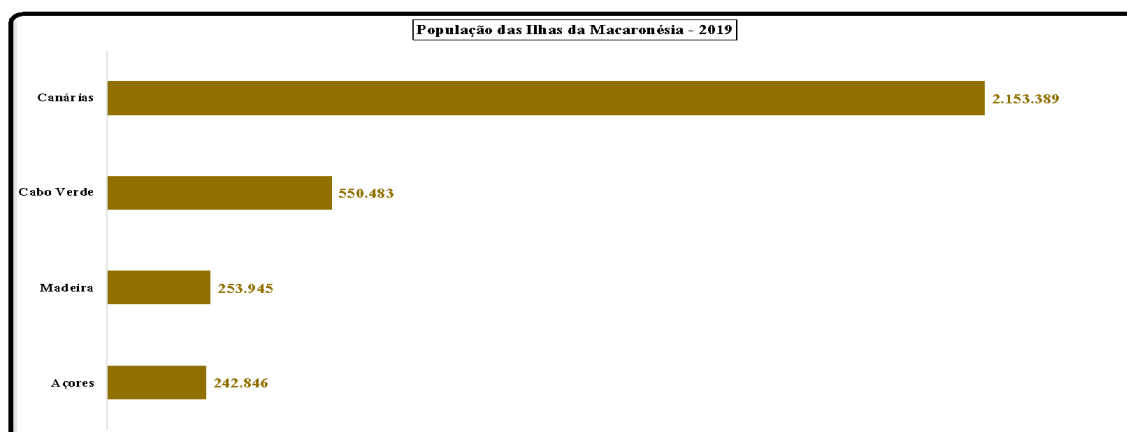
¹²⁶ No entanto, dispõe de uma enorme ZEE, cerca de 200 vezes maior do que a parte terrestre.

¹²⁷ No entanto, dispõe de uma enorme ZEE, cerca de 200 vezes maior do que a parte terrestre.

2.2.1.2. Dotação de recursos humanos na Macaronésia

Um outro fator de desenvolvimento importante é dotação de recursos humanos, quer em termos quantitativos, como qualitativos. Neste aspecto, o gráfico seguinte demonstra os seguintes termos comparativos:

Gráfico 14 – População residente nas ilhas da Macaronésia - 2019



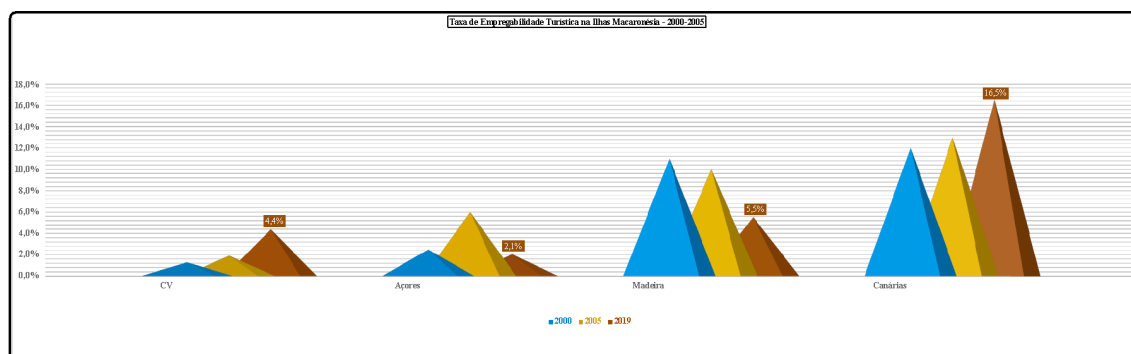
Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia¹²⁸ + INE-CV (2020)

Em termos quantitativos, pode-se observar no gráfico anterior que, segundo estimativas para 2019, uma vez mais, as Ilhas Canárias afiguram a liderar o ranking, com cerca 2.153.389 habitantes, seguido de Cabo Verde, com 550.483 habitantes, havendo, no entanto, uma inversão posicional entre a Madeira, com 253.945 habitantes e os Açores, com 242.846 habitantes.

Ainda neste âmbito, pode-se também comparar o número de trabalhadores afetos ao setor de turismo em cada arquipélago, denotando-se que, neste quesito, deparou-se, em 2019, com o seguinte cenário:

¹²⁸ <http://www.gobiernodecanarias.org/istac/jaxi-istac/menu.do?uripub=urn:uuid:ccdf465c-2230-421d-99f6-d6a1669d6032> + Fonte Açores e Madeira: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3%a7%3%a3o+empregada+total+e+por+grandes+setores+de+atividade+econ%3%b3mica-816-5694>

Gráfico 15 – Taxa de empregabilidade turística nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Neste particular, Cabo Verde, com uma taxa de empregabilidade turística de apenas 4,4%, no inverteu a sua posição com a RAM, que, neste aspecto, apresenta uma taxa de 5,5%, logo a seguir às Ilhas Canárias, que apresentaram uma taxa de 16,5%, em 2019.

2.3. Competitividade turística na região da Macaronésia

Introdução

A competitividade turística e o objeto de eleição para esta parte da investigação. Para o efeito, foram selecionados alguns fatores de competitividade, nomeadamente: a competitividade preço, a receita média por quarto, a taxa de ocupação média, o rácio do número médio de colaboradores por quarto, entre outros indicadores, os quais permitem visualizar o *modus operandi* vigente no setor turístico, em cada uma das regiões da Macaronésia.

=//=

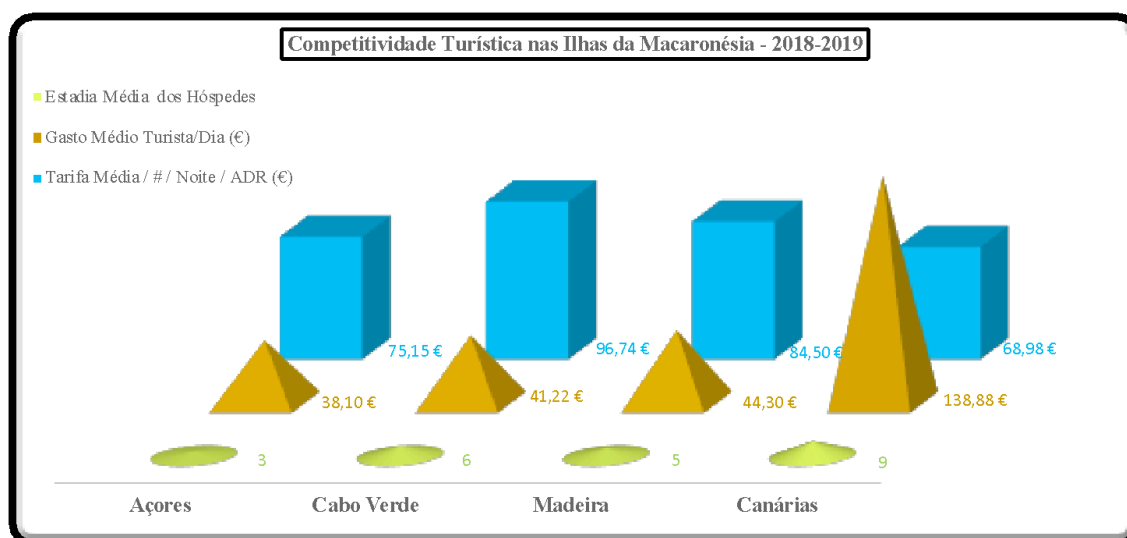
“O turismo, por seu turno tem-se configurado nos últimos anos como uma das atividades mais resilientes a nível mundial... é uma das atividades onde muitos PEID registam a sua maior competitividade, já que geralmente possuem uma grande concentração de recursos turísticos, essencialmente de carácter natural. Podemos destacar o mar, mas também os seus recursos geológicos e geomorfológicos, os recursos biológicos, bem como o seu património material e imaterial”.

Revês in Sarmento (2019: 12)

Sendo, por vezes, o turismo o único setor que garante a um determinado PEID uma posição relativamente competitiva no mercado internacional, torna-se extremamente importante a salvaguarda desses fatores de competitividade junto das ilhas da Macaronésia.

Neste sentido, vai-se privilegiar alguns fatores de competitividade, nomeadamente os que se seguem:

Gráfico 16 – Competitividade turística nas ilhas da Macaronésia - 2018 - 2019



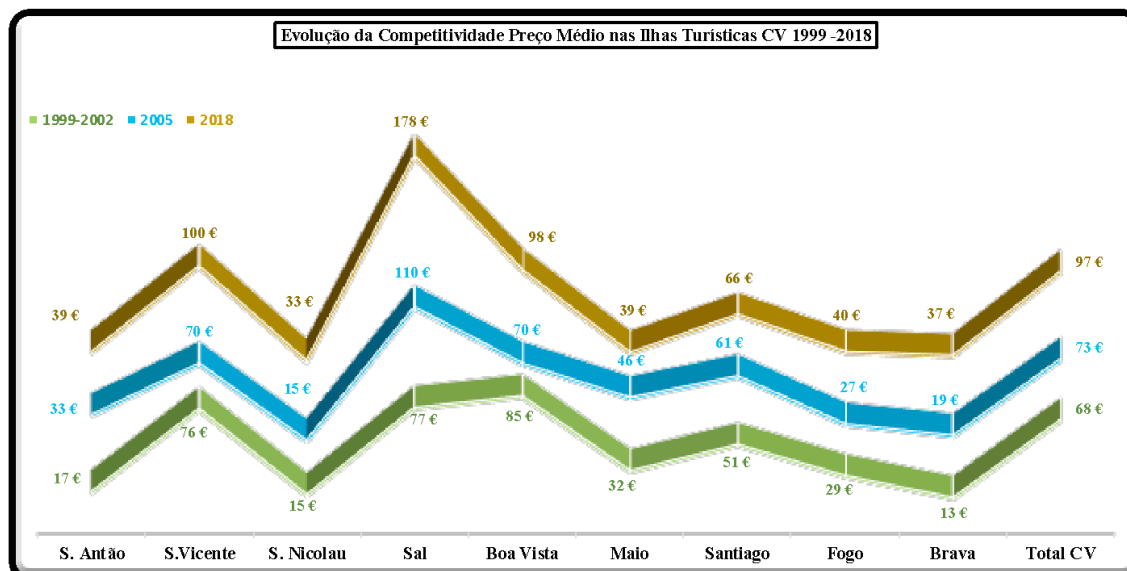
Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Pode-se observar do gráfico anterior que:

1. Em termos de tarifa média por noite, Cabo Verde é o destino da Macaronésia que apresenta uma maior capacidade competitiva no mercado, para impor um preço acima das respetivas concorrentes regionais;
2. No entanto, no que se refere ao gasto médio diário por turista, Cabo Verde (41€) fica aquém das Ilhas Canárias (138€) e da RAM (44€), só ultrapassando a RAA (38€);
3. Quanto à estadia média, Cabo Verde com uma duração de 6 noites, ultrapassa a RAA, com 5 noites e a RAA, com 3 noites (3), tendo as Ilhas Canárias a uma distância significativa de 9 noites.

4. No entanto a nível interno, Cabo Verde apresenta grandes discrepâncias, em termos de preço, o que poderá contribuir para inviabilizar projetos turístico-hoteleiros, mormente, em ilhas “não turísticas”:

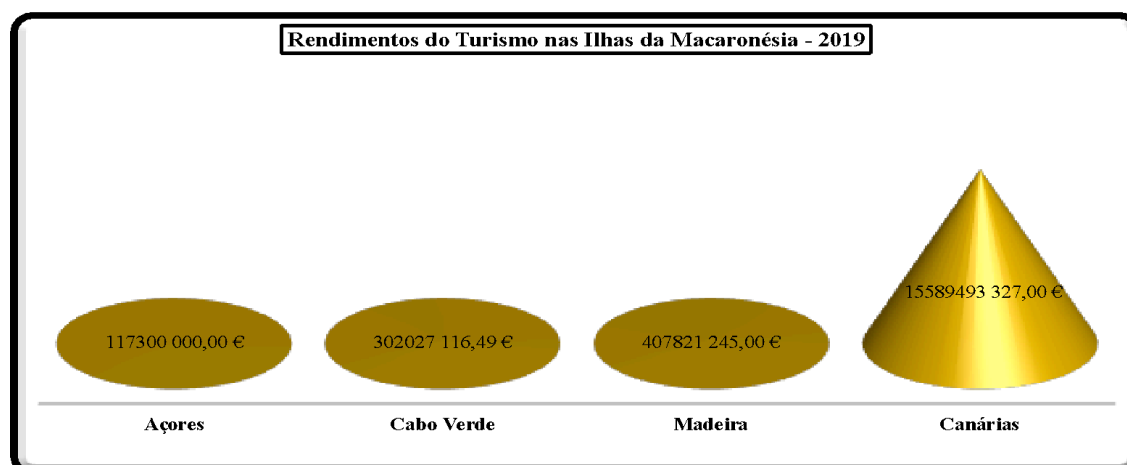
Gráfico 17 – Competitividade de preço nas ilhas de Cabo Verde - 2018 - 2019



Fonte: INE (2019)

O rendimento do turismo constitui, também, um importante fator de competitividade, pelo que em termos regionais, destacam-se os seguintes posicionamentos:

Gráfico 18 – Rendimentos turísticos nas ilhas da Macaronésia - 2019

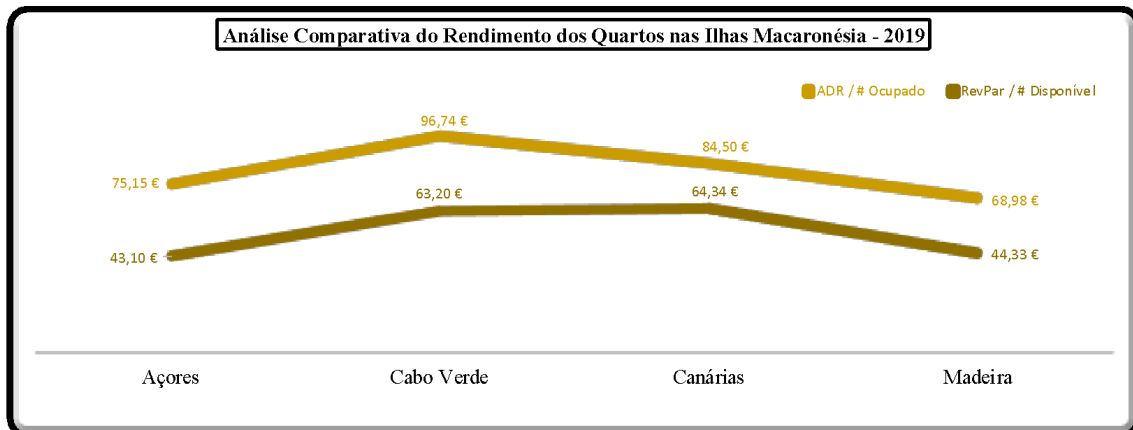


Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Em termos de rendimentos turísticos totais, Cabo Verde afigura-se, assim, em terceiro lugar, sendo ultrapassado pelas Ilhas Canárias e pela RAM, conseguindo, desta forma, apenas superar a RAA.

Se detalharmos ao nível dos quartos, verificamos o seguinte:

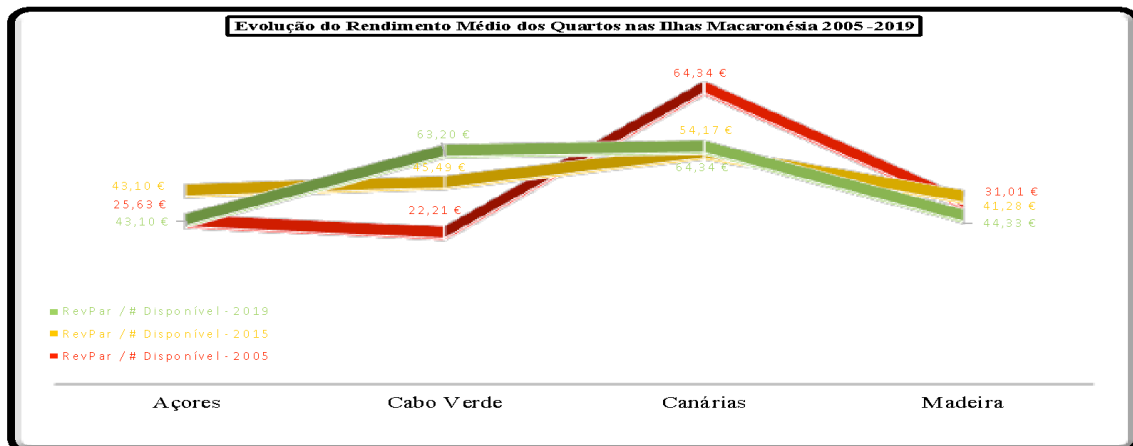
Gráfico 19 – Rendimentos médio por quarto nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

A receita média por quarto coloca Cabo Verde num bom posicionamento, no contexto regional, o que resulta, em parte, da boa competitividade-preço de Cabo Verde no contexto da Macaronésia, ao liderar o *ranking* dos diferentes arquipélagos integrantes, com uma receita média de 96,74€ para os quartos ocupados e de 63,20€ para os quartos disponíveis, ultrapassando, neste particular, até mesmo as ilhas Canárias, que têm comandado muitos indicadores regionais.

Gráfico 20 – Evolução dos rendimentos médio por quarto na Macaronésia–2005-19



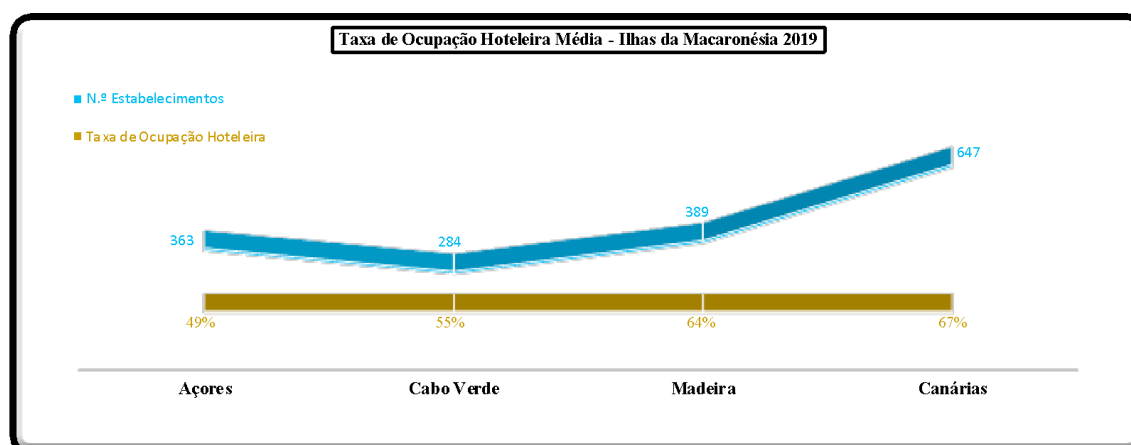
Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Cabo Verde, fruto do seu elevado tarifário praticado no mercado, consegue apresentar receita média por quarto bastante competitiva, sendo o líder regional, neste quesito, tanto para quartos ocupados, como para o total dos quartos disponíveis.

No entanto, essa liderança em termos de rendimento médio por quarto, foi uma conquista realizada paulatinamente, ao longo de uma década e meia (2005-2019), uma vez que, em 2005, Cabo Verde era o arquipélago com pior performance, em termos de Rendimento médio por quarto, tendo ascendido ao longo desse período de referência, atingir a liderança, conforme demonstra o gráfico anterior.

A taxa média de ocupação das unidades hoteleiras, constitui também um importante indicador. Neste campo, apresenta-se no gráfico seguinte, o seguinte cenário:

Gráfico 21 – Taxa de ocupação média nas ilhas da Macaronésia - 2019

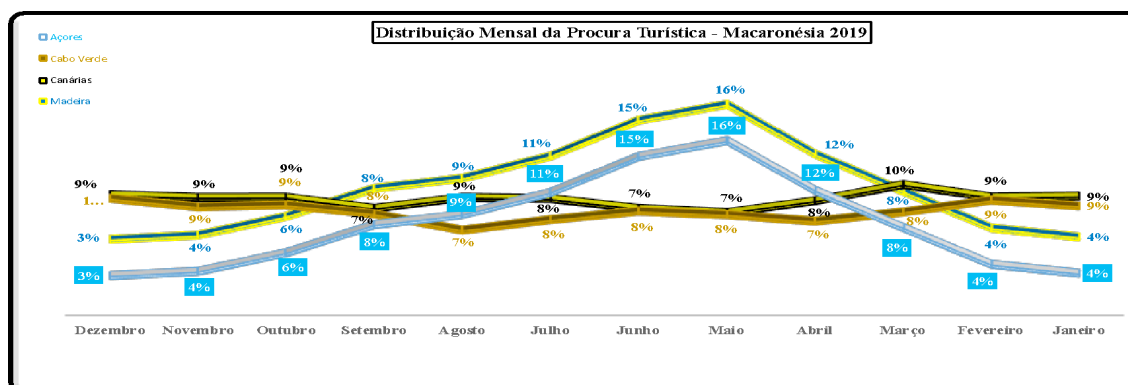


Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

É de se salientar que Cabo Verde é o arquipélago que dispõe de menor número de unidades hoteleiras (284, em 2019), tendo, no entanto, superior a RAA, em termos de taxa média de ocupação, com 55%, contra 49%) desta região.

Uma questão relevante, tem a ver com a sazonalidade turística que faz uma comparação entre os fluxos turísticos nas épocas altas e baixas, conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 22 –Sazonalidade nas ilhas da Macaronésia - 2019

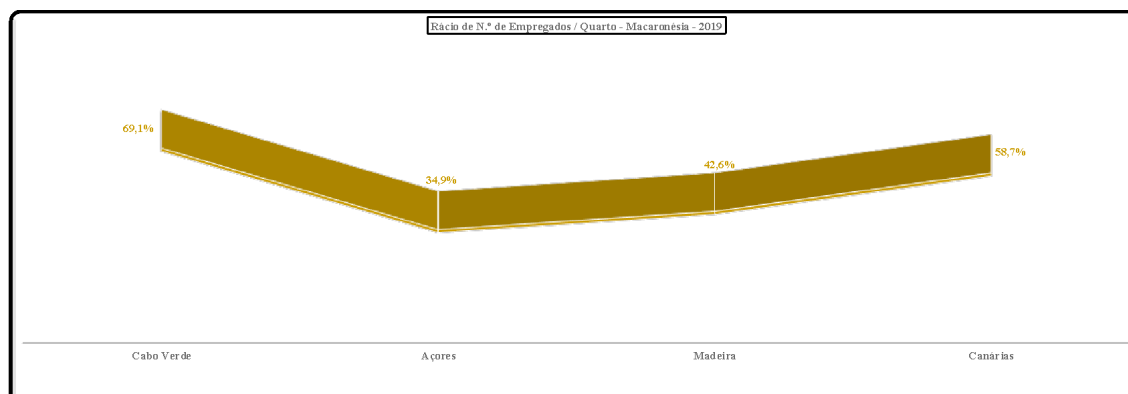


Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Pela dinâmica do gráfico anterior, percebe-se, a priori, que Cabo Verde e as Ilhas Canárias têm um fluxo turístico muito coincidente no tempo, durante todo o ano, tendo uma sazonalidade relativamente baixa. Ao contrário a RAA e a RAM apresentam uma baixa procura no inverno e uma época alta muito forte durante o verão. Estas sazonalidades implicam políticas públicas e estratégicas, para se fazer face às respetivas implicações operacionais. Esta é uma questão que retomada no ponto seguinte, numa ótica de sustentabilidade turística.

Uma informação também relevante para a competitividade turística é o rácio médio de empregados por quarto, o qual segundo a norma hoteleira, deve situar-se à volta de 60% do n.º de quartos, na Macaronésia detetou-se, para o ano de 2019, o seguinte cenário:

Gráfico 23 – Rácio do n.º de empregados / quarto nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Cabo Verde é, assim, a única região que apresenta um rácio acima da média, devendo este fator repercutir, negativamente, na produtividade do trabalho e, corolariamente, na competitividade do destino e dos seus operadores, relativamente, às outras regiões autónomas da Macaronésia.

2.4. Sustentabilidade turística e os limites do desenvolvimento na Macaronésia

Introdução

No que se refere à análise da sustentabilidade, recorreu-se aos indicadores calculados pelo SIET da Macaronésia, de forma parcial, para essas regiões da Macaronésia, para os anos de 2000 a 2005, mas, excluindo Cabo Verde, para completar esse quadro investigativo, atualizando-o à data de 2019, no período anterior à pandemia da COVID-19, integrando, desta feita, as ilhas de Cabo Verde, de modo a se ter um panorama mais integral da região da Macaronésia.

=//=

“A insularidade é, por tudo isso, um fator determinante no destino dos PEI. (...) Os PEI são, pelas razões apontadas, estruturalmente vulneráveis a nível económico, social e ambiental. O efeito combinado destes fenómenos naturais com outras características específicas dos PEI, nomeadamente a distância em relação aos principais centros internacionais, a pequena dimensão territorial, aliada ao reduzido número de habitantes e de estruturas económicas, sociais e institucionais, constituem para estes Estados aquilo que Brito intitulou de “síndrome dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”.

Meneses, Ribeiro & Cristóvão (2012: 9-11)

Como defendem Meneses, Ribeiro & Cristóvão (2012: 12): “A insularidade, associada à pequenez, não deixa de se constituir em fator constrangedor e de produção de desvantagens, mormente económicas, sociais e ambientais, para o processo de desenvolvimento dos PEI. Deste modo, a insularidade condiciona, em larga medida, o perfil do Estado insular”.

Nesta perspetiva, para os PEID, em particular, o território constitui um bem escasso, por esta razão, o mesmo, parafraseando Cunha (1997), deve ser gerido com visão e muita sensibilidade.

A sustentabilidade, por ser um fator multidimensional, atravessa, de forma indelével, várias fronteiras intra territoriais, acabando por se refletir também, nas causas e feitos das relações de dependências que esses PEID estabelecem com o exterior. Pois, a dependência atravessa de forma profunda os PEI. Ela manifesta-se, especialmente, pela relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, observável através das condicionantes históricos-estruturais que concorrem para a definição da situação de dependência (Meneses, Ribeiro & Cristóvão 2012: 43-68).

Os choques climatéricos e naturais constituem uma fonte de vulnerabilidade principalmente em muitas pequenas economias insulares e abrangem, vários acontecimentos que vão, desde os tremores de terra, às inundações, deslizamentos de terras, até aos ciclones entre muitos outros (Sarmiento 2006: 48).

A vulnerabilidade constitui, como se fez referência no Capítulo 1, constitui um fator crítico de (in)sucesso dos PEID. Pois, segundo Sarmiento (2006: 35-36):

1. A vulnerabilidade significa o lado fraco de um assunto ou questão e o ponto por onde alguém pode ser ferido ou atacado de forma imprevista(...) pelo facto de apresentar imperfeições, falhas ou insuficiências. Esta imprevisibilidade em economia está ligada a qualquer tipo de “choque” ou suscetibilidade a choques externos que aparecem de surpresa e sobre os quais a economia em questão tem pouco ou nenhum controlo e pouca capacidade para gerir e recuperar.
2. A vulnerabilidade é, então, consequência de três componentes que estão interligadas:
 - a. A incidência e a intensidade do choque e a da ameaça;
 - b. A exposição ao choque;
 - c. A capacidade de lidar com os riscos e as ameaças (resistência) e de recuperar das suas consequências (resiliência);
3. Importa, também, dissociar a vulnerabilidade estrutural¹²⁹ da vulnerabilidade conjuntural.

Segundo a Direção Regional de Estatística da Macaronésia (2006), para as ilhas da Macaronésia, nas quais Cabo Verde se integra, o fenómeno da sustentabilidade, conceitualiza-se nos seguintes termos:

129

1. O desafio da **sustentabilidade é transfronteiriço, assumindo um carácter global**. Pois, as ações locais tendem a ter efeitos cada vez mais globais e as medidas globais por se refletirem no bem-estar e na qualidade de vida locais;
2. O carácter universalista da sustentabilidade **não se centra apenas nos aspetos espaciais, mas também nos temporais, fazendo cruzar**, de forma indelével, o **destino de várias gerações**. A **intemporalidade** deste fenómeno obriga, assim, a que cada cidadão e todos em conjunto possam unir as mãos, em prol de um futuro comum, que se espera risonho e indutor da felicidade humana;
3. Deve-se promover uma **correlação positiva entre a sustentabilidade e os sistemas de produção e de consumo responsáveis**, de modo que as necessidades humanas e os mecanismos acionados para a sua satisfação se cruzem num adequado ponto de equilíbrio que seja **desejável, viável e sustentável**;
4. Este fenómeno por ter uma **dimensão multissetorial**, nomeadamente, a níveis **ambiental, económico, sociocultural e político-institucional**, exige também uma conjugação multidisciplinar de esforços e de sinergias, para que o mesmo possa ser equacionado, compreendido, prevenido e solucionado, em prol de um desenvolvimento global sustentável.

Existem vários índices de vulnerabilidades, em relação aos quais Sarmiento (2006: 37-42 & 2019), fez uma importante síntese, a qual reflete-se nesta seção alguns que tocam mais de perto o objeto desta investigação, mormente, no que tange aos PEID:

1. Desde o início do séc. XXI que a análise sobre a evolução destes estados se passou a centrar na capacidade de se tornarem mais resilientes.
2. Os principais fatores historicamente considerados para a sua vulnerabilidade têm sido respetivamente (Sarmiento, 2008; UNWTO, 2018):
 - a. Pequena dimensão do mercado interno;
 - b. Base limitada de recursos domésticos;
 - c. Diversificação limitada quer da produção quer da sua base exportadora;
 - d. Distância e isolamento geográfico;
 - e. Capacidade institucional limitada;
 - f. Abertura relativamente ao peso do comércio externo;
 - g. Dependência relativamente aos instáveis fluxos externos, e
 - h. Suscetibilidade aos riscos naturais e às mudanças ambientais.
3. O CDP – Comité para o Desenvolvimento Político formulou o **EVI – Índice de Vulnerabilidade Económica**, que contém cinco componentes: concentração das exportações de bens e serviços, instabilidade da produção agrícola, instabilidade das exportações, dimensão da população e parte da manufatura e dos serviços modernos.

4. **Índice de vulnerabilidade económica de Briguglio** – o índice proposto por este autor assentou na conjugação de dois tipos de componentes: as **variáveis de vulnerabilidade e as de resiliência**.
- As variáveis de vulnerabilidade incluem:
 - Exposição económica baseada na abertura comercial (Exportações + Importações) / PIB;
 - Concentração de exportações;
 - Dependência na importação de energia;
 - Condição periférica;
 - Dependência de fontes financeiras externas.
 - As variáveis de resiliência estão ligadas ao PIBpc: quanto maior for o seu valor, maior será a capacidade do país em lidar com os possíveis problemas.
 - Segundo este índice Cabo Verde com um valor de 0,498, referente ao ano de 1995, encontrava-se na posição n.º 38.
5. **Índice de vulnerabilidade de Secretariado da Commonwealth** – o objetivo principal do índice era de demonstrar que as pequenas economias são mais vulneráveis, dado que têm uma menor capacidade para lidar com os choques.

Quadro 36 - Países agrupados por índice de vulnerabilidade da Comunidade

| Países agrupados com o índice de vulnerabilidade da Comunidade | | | |
|---|--------------------------------------|--|---------------------------------|
| Vulnerabilidade elevada | Vulnerabilidade média/elevada | Vulnerabilidade média/ reduzida | Vulnerabilidade Reduzida |
| Antigua e Barbuda | Angola | Bolívia | Argélia |
| Baamas | Bahrein | Camarões | Argentina |
| Belize | Barbados | República Democrática do Congo | Bangladesh |
| Butão | Benin | Costa Rica | Brazil |
| Cabo Verde | Botswana | Côte d'Ivoire | Chile |
| Comores | Burkina Faso | Chipre | China |
| Djibuti | Burundi | República Dominicana | Colômbia |
| Dominica | República Central Africana | Equador | Egipto |
| Guiné Equatorial | Chad | EL Salvador | Guatemala |
| Fiji | Congo | Etiópia | Índia |
| Gambia | Gabão | Gana | Indonésia |
| Grenada | Haiti | Guiné | Irão |
| Guiana | Honduras | Jordânia | Líbia |
| Kiribati | Jamaica | Quênia | Malásia |
| Lesoto | Malawi | Madagáscar | México |
| Maldivas | Mali | Nepal | Marrocos |
| Mauritânia | Malta | Oman | Myanmar |
| Samoa | Maurícias | Panamá | Nigéria |
| São Tomé e Príncipe | Moçambique | Paraguai | Paquistão |
| Seychelles | Namíbia | Senegal | Peru |
| Ilhas Salomão | Nicarágua | Sri Lanka | Filipinas |
| S. Cristóvão e Nevis | Nigéria | Sudão | Singapura |
| St. Lúcia | Papua Nova Guiné | Trindade de Tabago | África do Sul |
| S. Vicente e Grenadinas | Ruanda | Tunísia | Síria |
| Suriname | Serra Leoa | Uganda | Tailândia |
| Suazilândia | Tanzânia | Yemen | Turquia |
| Tonga | Togo | Zimbabué | Uruguai |
| Vanuatu | Zâmbia | | Venezuela |

Fonte: Sarmiento (2006: 47), adaptado pelo Autor

De acordo com este índice, Cabo Verde figurava entre os países de vulnerabilidade elevada.

6. **Modelo de MIRAB (MI – Migrações, R – Remessas, A – Ajuda e B – Burocracia)**
 - uma PEI dependente pode ser integrada num modelo de desenvolvimento MIRAB se for caracterizada pela existência de:
 - a. Um forte fluxo de emigração;
 - b. Um significativo fluxo de remessas;
 - c. Uma forte componente de ajuda pública externa;
 - d. Uma forte componente de despesas públicas na procura final.

Este é um modelo que se encaixaria ao modelo económico cabo-verdiano, pela:

1. Elevada componente diaspórica;
2. Importância ainda da remessa dos emigrantes nas componentes de consumo e de investimento cabo-verdianos;
3. Peso histórico da APD, mormente, até à graduação ao estatuto de PDM;
4. Peso excessivo do Estado na economia.

No entanto, para uma melhor compressão do fenómeno da sustentabilidade no âmbito dos PEID da Macaronésia, a mesma foi subdividida nas suas diferentes seguintes dimensões:

2.2.1.1. Dimensão ambiental

Denota-se, no entanto, que todos esses territórios apresentam uma certa vulnerabilidade, nomeadamente, no que tange, aos efeitos da mudança climática, subida do nível da água do mar, chuvas torrenciais, tempestade, *tsunami*, erupção vulcânica, etc.

Estas características morfológicas requerem uma monitorização assídua desses recursos territoriais, tendo em vista a sustentabilidade de cada um desses destinos turísticos.

2.2.1.2. Dimensão económica

Na dimensão económica, pode-se constatar que:

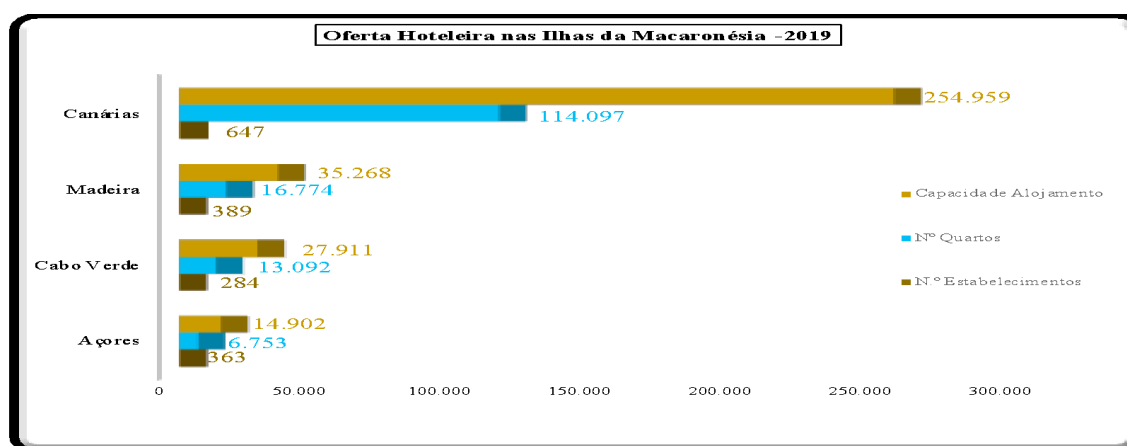
1. A nível do PIBpc, Cabo Verde, ao contrário dos recursos territoriais, apresenta a este nível, a pior performance de todos os arquipélagos da Macaronésia, com um valor praticamente equivalente a 1/3 do segundo do *ranking*.

2. Neste aspeto, há que se ter atenção ao desempenho económico destas ilhas, porque, embora o PIBpc não seja uma condição suficiente para o desenvolvimento, ele não deixa de ser uma condição necessária, para o efeito.

2.2.1.3. Dimensão turístico-hoteleira

Neste assunto em pauta, existe uma série de ilações que se pode tirar, nomeadamente, no concernente à oferta turística, apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 24 – Oferta hoteleira na Macaronésia - 2019

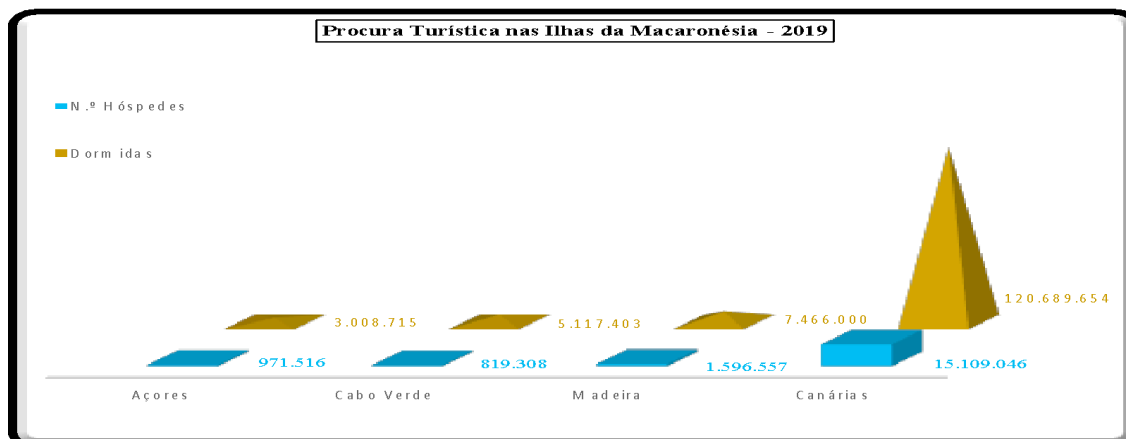


Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia (2020)

Do gráfico supra, pode-se observar que Cabo Verde, não obstante estar em 2.º lugar no *ranking*, em termos territoriais e populacionais, apenas superada pelas ilhas Canárias, no que se refere à respetiva performance económico-turística, fica aquém dos outros arquipélagos, mormente, da RAM - Região Autónoma da Madeira. No que concerne ao número de empreendimentos hoteleiros é a região que apresenta o índice mais baixo, na ordem de 284, contra 363 dos Açores, 389 da Madeira e 647 das Canárias.

No que diz respeito à procura turística, denota-se a seguinte realidade verificada em

Gráfico 25 – Procura turística nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia (2020)

Ao compararmos a realidade cabo-verdiana com a dos seus pares na Macaronésia, deparamos que Cabo Verde, tem a procura turística mais fraca da Macaronésia, em termos de n.º de hóspedes e de n.º de dormidas, apenas superando os Açores, no que respeita ao n.º de dormidas.

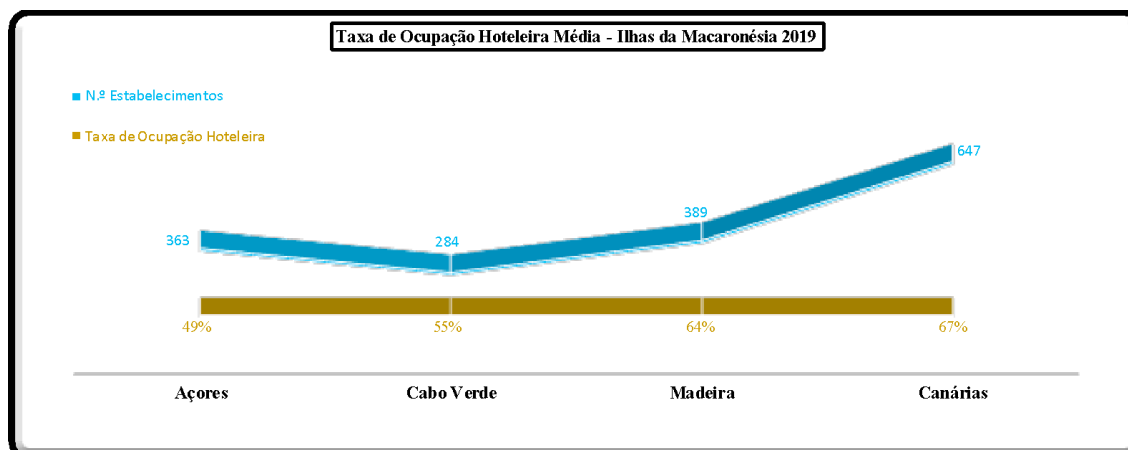
Estes indicadores levam-nos a mergulhar um pouco nos indicadores da competitividade e da sustentabilidade turísticas.

Neste sentido, denota-se que, em termos de competitividade de preço, como anteriormente referenciado, Cabo Verde apresenta a melhor performance, relativamente à receita média, superando mesmo as ilhas Canárias. No entanto, no que se refere à receita média por quarto, Cabo Verde é de novo batido pelas Ilhas Canárias.

Podemos então concluir que, em termos de competitividade, genericamente, Cabo Verde pode competir com as outras regiões da Macaronésia, não obstante a necessidade de se associar o fator qualidade ao preço, numa lógica de análise qualidade/preço, bem como a questão de satisfação dos respetivos utentes.

No entanto, a preocupação maior advém da análise da sustentabilidade turística, no âmbito da qual Cabo Verde apresenta, ao longo dos tempos, sinais críticos de sustentabilidade, como a seguir se demonstra, merecendo, por isso, no âmbito do programa da diversificação turístico-económica, reestabelecer-se os equilíbrios intra, intersetoriais e nível regional, como é visível nos quadros e gráficos seguintes:

Gráfico 26 – Taxa de ocupação média hoteleira nas ilhas da Macaronésia - 2019



Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia (2020)

Taxa (índice) de intensidade turística¹³⁰ – Segundo a Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993) in <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/>, este indicador:

IT - Intensidade Turística = N.º Dormidas Anuais / População Residente

1. Permite avaliar a pressão turística, através da relação entre o número de dormidas nos empreendimentos turísticos e o número de residentes numa determinada região.
2. Tal como flui do documento da Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993) expressa a razão entre o número de dormidas ao longo do ano nos estabelecimentos hoteleiros e similares (designadamente parques de campismo, colónias de férias e pousadas de juventude) e o número de residentes.

¹³⁰ Cunha (1997: 38-41) propôs a seguinte fórmula para o cálculo da IT = (Ca/P) x 100, que também é designada por Cunha (1997: 41) por taxa de função hoteleira, que é dada pela relação entre o número de camas existentes nos meios de alojamento dum país ou região (Ca) e a população desse país ou região (P). Por se entender que este indicador, embora tendo sido utilizado com a mesma designação por este autor, entende-se que o mesmo, pela sua fórmula de cálculo, serve para medir a proporção da oferta de cama numa determinada região/país em relação à respetiva população e não a pressão que a procura por parte das dormidas turísticas exerce, efetivamente, sobre a população local, opta-se por utilizar a fórmula proposta pela Comissão (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI, 1993): **Índice de Intensidade Turística (IT)=N.º Dormidas / População Local.**

3. Atenta-se em aspectos como o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos ou a utilização de infraestruturas.
4. De harmonia com a metodologia proposta pela Comissão esta razão é considerada sustentável se for inferior a 1,1 dormidas por residente (1,1:1); é considerada pouco sustentável quando se situa entre 1,1 e 1,5:1; por fim, é considerada insustentável quando superior a 1,5:1.

Esta taxa mede a pressão que o número de dormidas turísticas exerce sobre a população residente, devendo, por isso, em termos de sustentabilidade, não atingir a cifra de 1,1. Isto significa que, no período de um ano, o número de turistas que pernoveram / número de pernoveras não ultrapassou o número de residentes no referido destino turístico.

Caso esse valor atingir o intervalo entre [1,1 1,5], significa que a intensidade turística local é pouco sustentável. I.e., o número de turistas a pernoverar anualmente começa a exceder ao número de residentes, exercendo, conseqüentemente, uma relativa pressão sobre o acesso aos recursos locais, nomeadamente: os recursos físico-territoriais, socioculturais, económico-financeiros, turístico-hoteleiros e, quiçá, político-ambientais, pondo, assim, em causa a sustentabilidade turística do destino em pauta.

Caso esse valor ultrapassar o limite de 1,5, significa que o respetivo destino caiu efetivamente em insustentabilidade turística, com os visitantes anuais a excederem, largamente, os visitados, podendo provocar uma erosão crítica sobre os recursos turísticos, os quais, paradoxalmente, constituíram, pela diferenciação os motivos principais da viagem.

O quadro que se segue reflete uma trajetória comparativa entre Cabo Verde, Portugal continental e regiões autónomas, no período de 2004-2011, ainda incipiente, em termos de desenvolvimento turístico:

Quadro 37¹³¹ - Quadro comparativo da IT na Macaronésia e Portugal – 2004-2011

Quadro Comparativo - Intensidade Turística Cabo Verde vs. Portugal 2004-2011

| Ano | Intensidade Turística | | | | | | | |
|----------------------------|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Portugal | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,4 |
| Região Autónoma dos Açores | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |
| Região Autónoma da Madeira | 2,2 | 2,3 | 2,3 | 2,4 | 2,5 | 2,2 | 2,0 | 2,1 |
| Cabo Verde | 1,9 | 2,0 | 2,9 | 3,0 | 3,8 | 4,1 | 4,7 | 5,7 |

Fonte: INE-CV (2013) & INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Numa análise comparativa da dinâmica da intensidade turística entre Portugal Continental, as suas regiões autónomas e Cabo Verde, pode-se observar que:

1. Já no início do novo milénio, mesmo em 2004, algumas regiões em referência já apresentavam sinais preocupantes, em termos de insustentabilidade turística, nomeadamente: a RAM- Região Autónoma da Madeira (2,2) e Cabo Verde (1,9);
2. A região que apresentava nessa altura uma intensidade turística mais sustentável era a RAA - Região Autónoma dos Açores, com um índice de 0,4;
3. Quando a análise for feita de forma dinâmica, verifica-se que enquanto Portugal continental manteve uma certa estabilidade no seu nível de sustentabilidade turística, numa média aproximada de 0,4, a Região Autónoma dos Açores, conseguiu, até, melhorar a sua performance, no concernente;
4. A intensidade turística de Cabo Verde tem vindo, ao longo do tempo, a tornar-se cada vez mais insustentável, tendo começado, em 2004, numa posição mais favorável (1,9) que a da Região Autónoma da Madeira (2,2), chegou a 2011 numa situação de insustentabilidade turística já preocupante, com um índice de 5,7, contra 2,1 da RAM:

Quadro 38 – IT - Índice de Intensidade Turística CV – 2000-2003

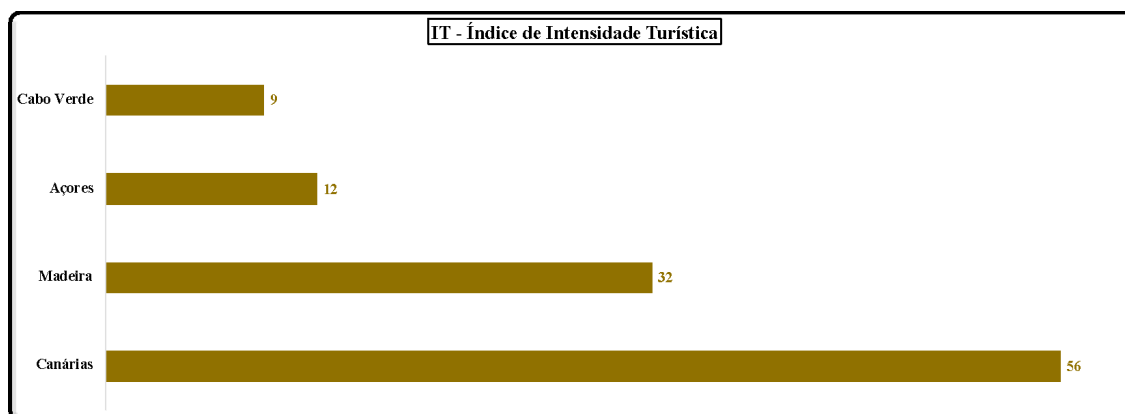
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|--------------------------------------|---------|---------|---------|---------|
| N.º Dormidas CV | 684 733 | 805 924 | 693 658 | 902 873 |
| N.º População CV | 435 806 | 441 880 | 447 956 | 453 778 |
| IT (Índice de Intensidade Turística) | 1,6 | 1,8 | 1,5 | 2,0 |

Fonte: INE-CV (2013)

¹³¹ Quadro referente a Portugal adaptado à realidade cabo-verdiana.

5. O gráfico seguinte, referente ao ano de 2019, dá alguns sinais de inversão relativa da situação da insustentabilidade turística de Cabo Verde em relação aos outros arquipélagos da Macaronésia:

Gráfico 27: IT – Índice de Intensidade Turística na Macaronésia - 2019



Fontes: Estatísticas da Macaronésia & INE-CV (2020)

Da leitura do gráfico anterior, pode-se aferir que, no âmbito da região da Macaronésia, Cabo Verde, com um IT igual a 9, é o arquipélago com um índice de sustentabilidade mais favorável. Uma vez que, tanto a RAA como a RAM viram a respetiva situação de (in)sustentabilidade agravar-se, significativamente, em relação à última análise feita, concernente ao ano de 2011, passando, respetivamente, de 0,4 para 12 e de 2,1 para 32.

Entretanto, não se pode cair da ilusão dessa posição, teoricamente, mais confortável de Cabo Verde, dentro da Macaronésia, porque, em termos absolutos o índice apresentado por este país, segundo este índice, já está, globalmente, numa situação de elevada insustentabilidade.

Esta situação de insustentabilidade turística afigura-se ainda mais grave, quando a análise se centrar ao nível das ilhas turísticas, como é o caso das ilhas do Sal e da Boa Vista, que apresentam índice alarmantes, de: 70 e 103, respetivamente. Esta situação gravosa carece de um acompanhamento assíduo e de medidas assertivas, tendo em vista a correção e a prevenção dos efeitos maléficos do turismo nessas ilhas.

Um desses efeitos gritantes, é o facto do Edil da Boa Vista revelar que só no bairro clandestino da Boa Esperança (das barracas), vivem cerca de 8.000 pessoas, o que

representa cerca de 63% dos 12.613 habitantes da ilha da Boa Vista, recenseados no âmbito do Censo 2021. Esta mesma fonte revela ainda que existem situações ainda piores de cerca de trinta famílias que vivem na zona da pocilga, junto com os animais e algumas outras a viver na lixeira, vivendo da recolha do e no lixo. São sinais alarmantes do nosso boom turístico, em ilhas sem população, obrigando populações massivas de outras ilhas não turísticas a fazer a migração interna a procura de sobrevivência nessas ilhas turísticas, esta tentativa de realização de um sonho que, por vezes, se transforma num grande pesadelo, para o próprio, para os seus familiares e para a população local de acolhimento.

6. No entanto, se sairmos para fora desse quadro de referência e passarmos para uma análise de mais longo prazo, como sugerida no quadro anterior, constata-se que a situação de insustentabilidade em Cabo Verde, já em 2000, era insustentável (1,6), tendo vindo, no entanto, a piorar, atingindo em 2019, ano-cruzeiro, um índice de 9,3. Por agravante, nessa altura, como se pode observar no quadro seguinte, apresentava, ainda, ilhas, como a da Boa Vista, com um índice de intensidade turística já dramático, na ordem de 103,4, como ficou demonstrado no quadro 15, quando, aconselhavelmente, não deveria passar de 1,1.

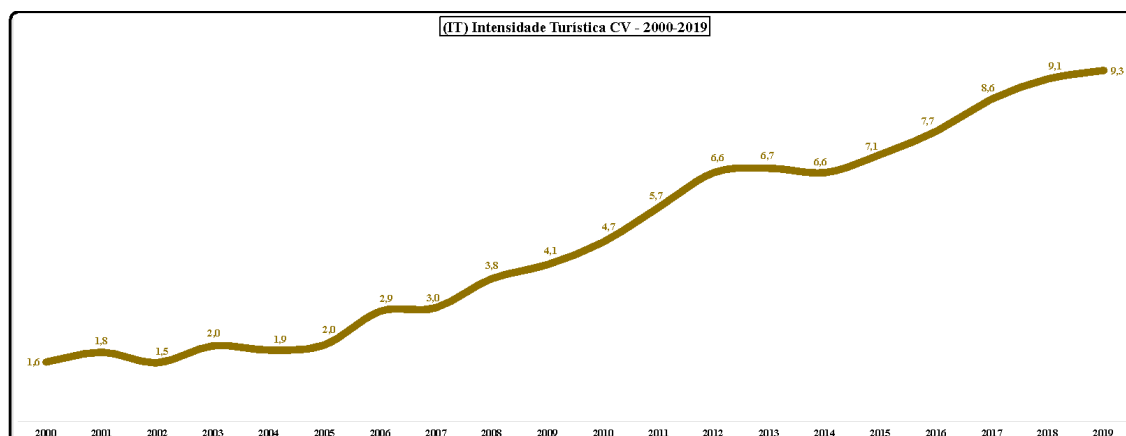
Quadro 39 – IT - Índice de intensidade turística CV – 2019

| IT | | | | | |
|-------------|-------------------|---------------|----------|------|-----------|
| Santiago | S. Vicente | Outras Ilhas | Total CV | Sal | Boa Vista |
| 0,8 | 1,4 | 1,6 | 9,3 | 66,9 | 103,4 |
| Sustentável | Pouco Sustentável | Insustentável | | | |

Fonte: INE-CV (2020)

O quadro anterior demonstra a situação de IT em Cabo Verde, ilha a ilha. O que salta à vista, a priori, é que nesta ótica de intensidade turística, a única “ilha turística” que apresenta um nível de sustentabilidade aceitável é a de Santiago que, pelo facto de acolher cerca de 56% da população residente e de ter sido preterido, pelos sucessivos governos, em termos de estratégia de desenvolvimento turístico, conseguiu manter a sua sustentabilidade turística, ainda, relativamente intacta.

Gráfico 28 – Evolução da IT CV 2000-2019



Fonte: INE-CV (2000-2020)

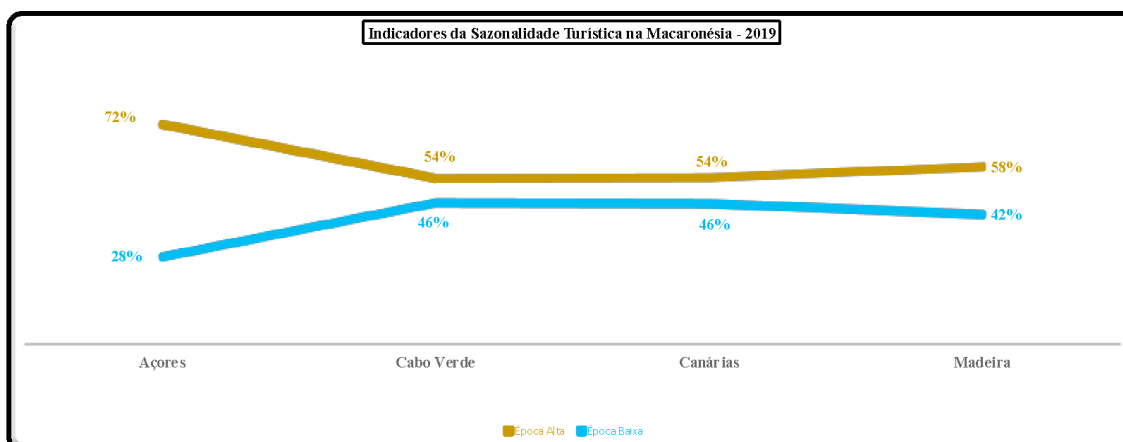
O gráfico anterior demonstra que existe alguma (cor)relação, sujeita a mensuração, entre a exponencial entrada de hóspedes, de dormidas e a insustentabilidade crescente de Cabo Verde como destino turístico.

Se, no início da década de 2020, o índice de intensidade turística já estava num nível insustentável, situando-se na ordem de 1,6, passadas duas décadas, esse nível agravou-se consideravelmente, passando para 9,3, representando um incremento cerca de seis vezes mais, no espaço temporal de duas décadas.

Esta evolução gravosa do IT cabo-verdiano prende-se, por um lado, com o crescimento exponencial verificado na procura turística cabo-verdiana, passando de cerca de 21.695 hóspedes, registados em 1991, para 819.308, registados em 2019 e, por outro, com um crescimento populacional quase estacionária verificado neste arquipélago, tendo inclusive os dados provisórios do Censo 2021 apontado para um decréscimo populacional verificado entre 2010 e 2021, o que, a confirmar-se, só virá agravar esse importante indicador da sustentabilidade turística cabo-verdiana.

Um dos fatores determinantes para a análise da sustentabilidade turística é o indicador da sazonalidade turística na Macaronésia, por afetar tanto a procura como a oferta turísticas, requerendo grande capacidade de adaptação estrutural, mormente das unidades hoteleiras, ajustando-a a maior ou menor demanda que ocorre nas épocas alta e baixa, respetivamente:

Gráfico 29 – Indicadores da sazonalidade turística na Macaronésia - 2019



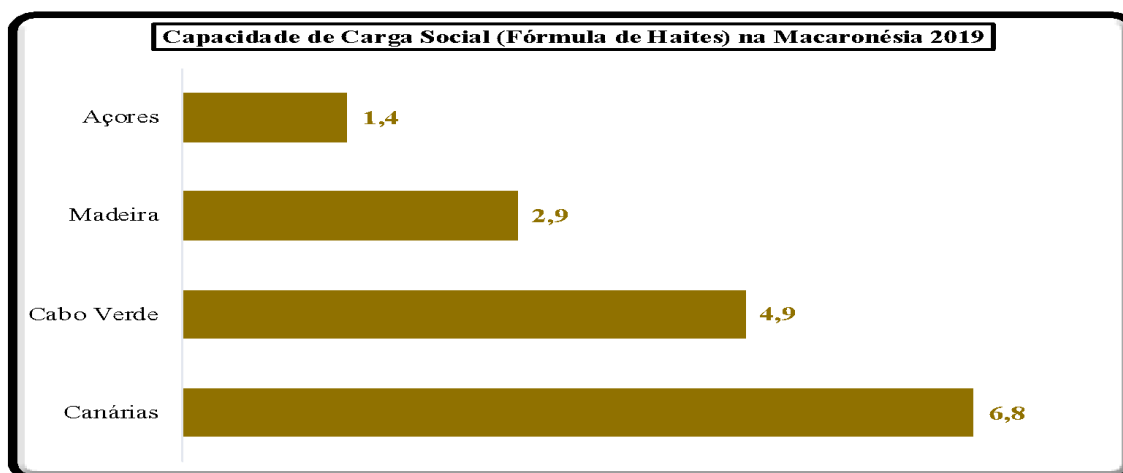
Fonte: Estatísticas diversas da Macaronésia + INE-CV (2020)

Neste contexto, pode-se concluir que a dimensão e a dinâmica de crescimento populacional constituem dois importantes fatores limitativos ou restrições que condicionam, acentuadamente, a resolução do sistema de inequações turísticas cabo-verdianas, composto pelas seguintes variáveis dependentes: a competitividade e a sustentabilidade turísticas.

2.2.1.4. Dimensão sociocultural

No que se refere à capacidade de carga, em termos de sustentabilidade social, constata-se, pela fórmula de Haites, que, Cabo Verde, face ao seu tamanho populacional e outras variáveis que fazem parte dessa fórmula, deverá redefinir a sua estratégia de crescimento turístico, ponderando os fatores como a quantidade e a qualidade turísticas:

Gráfico 30 – Capacidade de carga social na Macaronésia – 2019



Fonte: INE & BCV (2020); Fontes da Macaronésia

Numa análise simplista, a nível preliminar, pode-se examinar que, no âmbito da região da Macaronésia, Cabo é a região que apresenta uma maior capacidade de carga social com um índice de 4,9, logo a seguir às ilhas Canárias, que apresenta um índice de 6,8, detendo, nesta perspetiva, uma maior capacidade de carga social no contexto regional. I.e., as mesmas podem acolher um número maior de turistas, sem que ponham em causa a respetiva sustentabilidade sociocultural, a rotura infraestrutural e/ou o esgotamento dos seus recursos turísticos, o que causaria mal-estar para os respetivos visitantes e visitados.

Síntese do capítulo

Após um percurso pelos diferentes arquipélagos da Macaronésia, analisando os diferentes fatores de competitividade e as diferentes dimensões da respetiva sustentabilidade turísticas, sintetiza-se aqui os aspectos mais relevantes deste segundo capítulo:

1. Cabo Verde insere-se no âmbito da região da Macaronésia, dispondo de recursos territoriais e humanos que o possibilita competir com os outros três territórios, assumindo até, por vezes, posição de liderança, em alguns dos importantes itens analisados.
2. Cabo Verde apresenta uma forte capacidade competitiva, no âmbito desta grande região da Macaronésia a que pertence, apresentando inclusive o mais elevado tarifário médio da região. Esta capacidade vem refletir a nível do rendimento médio por quarto ocupado e disponível, cujo ponto de partida, 2005, era consideravelmente desfavorável para Cabo Verde, posicionando-se na cauda do ranking, tendo terminado em 2019 na liderança regional, com o maior rendimento médio por quarto.
3. A questão crítica para o destino Cabo Verde continua-se a colocar a nível da sustentabilidade turística, apresentando baixos indicadores de sustentabilidade, apresentando as suas duas principais ilhas turísticas: Sal e Boa Vista, com IT – Índice de Intensidade Turística na ordem de 67 e 103, respetivamente, quando esses mesmos valores não deveriam ultrapassar 1,1.
4. Estas são questões candentes que deverão merecer, no âmbito da ambição 2030, uma atenção especial e uma monitorização assídua, por parte de todos os *stakeholders*, de modo que o crescimento turístico não venha a hipotecar as possibilidades de um desenvolvimento futuro comum do destino, fazendo compatibilizar a compressão da competitividade com a compreensão requerida pela sustentabilidade, de modo que ninguém fique, efetivamente, para trás, nesta marcha coletiva para um futuro comum.

PARTE II

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NUM PEID MACARONÉSIO COMO CABO VERDE

“O desenvolvimento não é compaginável sem uma distribuição dos seus benefícios pelas populações locais, sob pena de se minar, em futuro próximo, os alicerces conceptuais e objetivos em que se suporta e determinar a rejeição do modelo, político e económico, no qual foi gerado”.

Abrantes in Sarmiento (2019: 17)

Capítulo 3

O Destino Turístico Cabo-verdiano e os Desafios dos Novos Tempos

“A nossa luta não vai parar com a independência, os problemas serão mais numerosos e complexos, a luta será mais difícil, mas vamos com certeza alcançar novas e maiores vitórias”.

Aristides Pereira in Lopes (2012: 11-13)

Introdução

Cabo Verde é um país que foi, segundo Barbosa (2015: 135),¹³² descoberto e povoado a partir do ano de 1460, do século XV, nas seguintes circunstâncias históricas:

1. As ilhas do Arquipélago de Cabo Verde foram descobertas no seguimento das várias expedições da navegação portuguesa ao longo da costa ocidental africana para o Sul, no reinado de D. Afonso V – o Africano.
2. 1460 (1 de maio) - Descoberta das cinco ilhas orientais e meridionais, pelos navegadores Diogo Gomes (português) e António Noli (genovês), ambos ao serviço da coroa portuguesa. (...) as ilhas até então identificadas: “... Sam jacobo (Santiago) e Felipe (Fogo) (por se terem achado no dia daqueles santos – 1.º de maio – tomaram o nome deles) e da Ylha delalas Mayas (Maio) e da Ylha de Sam Cristovan (Boa Vista e da Ylha Lana (Sal)...”.
3. 1460-1470 – Primeiros povoadores da ilha de S. Filipe;
4. 1500 – Erupção vulcânica, a primeira de que se tem notícia escrita.
5. 1533 – Criação da Diocese de São Tiago.
6. 1750¹³³ – Na segunda metade do séc. XVIII, famílias (não somente homens) oriundas de Portugal (Algarve, Madeira) e ainda das Canárias e outros países, estabeleceram-se e permaneceram na ilha (Fogo), de geração em geração.
7. 1793 – Após várias tentativas, um rico comerciante e agricultor da ilha do Fogo (algarvio de nascimento), João Carlos Mendes de Rosado, propõe-se povoar a Ilha de São Vicente, levando consigo, para o efeito, 20 casais e 50 escravos.
8. 1878 – Fim da escravatura em Cabo Verde.
9. 1975¹³⁴ – 5 de julho, Independência Nacional.
10. 1995 (2 de abril) e 2014 (23 de novembro) – Erupções vulcânicas.

Assim, nascia, “do nada”, um povo: “o povo das ilhas”. Pelo facto de ter emergido do nada, estavam reunidas as condições necessárias para se edificar um povo resultante do cruzamento de várias raças e povos, nascendo um povo mestiço, equidistante de todos de tudo e de todos, que se sente em casa em qualquer latitude, com uma

¹³² Livro “Casa da Memória”.

¹³³ Segundo Carreira (1972: 287-305): “em 1582, para 13.700 escravos havia em Santiago e no fogo, talvez uma centena de brancos. (...) Como as ilhas de Cabo Verde eram desabitadas ao tempo da sua descoberta, foi necessário promover a sua colonização que se fez com casais das tribos Balantas, Papéis, Bijagós, alguns Felupes e Jalofos”.

¹³⁴ A acrescentar a esta, há uma outra importante data, a de 13 de janeiro de 1991, a da mudança do regime político, de partido único para a democracia multipartidária.

capacidade ímpar de atrair, com a sua morabeza¹³⁵, o “mundo para o seu pequeno mundo”.

Segundo testemunha Sousa (2015: 190-191):

1. Os escravos em Cabo Verde provinham de 19 grupos etnolinguísticos, no entanto, menos de 1% do vocabulário do seu crioulo é de origem africana. Os de origem africana são, sobretudo, mandinga (58%), wolof (20%) e temne (5%). No caso do forro, os vocábulos de origem africana vêm do edo (37%) e das línguas banto, o quicongo e ambundo (63%) e representam cerca de 10% do seu léxico. (LADHAM, 2003. p. 144-155 *apud* SEIBERT, p. 56).
2. Já no século XIX, as estatísticas indicavam que a maior parte da população cabo-verdiana era mestiça.
3. Cabo Verde, no século XIX, viu a abolição do regime de morgadio em 1863 (que dá origem à agricultura de pequenos produtores), o início da emigração moderna, sobretudo para os Estados Unidos de América, a abolição da escravatura em 1876 e o estabelecimento do sistema colonial moderno. A posição geoestratégica foi revalorizada, dando origem a um crescimento económico graças ao entreposto de carvão para abastecimento da navegação a vapor pelos ingleses no Porto Grande (Mindelo), em São Vicente, onde a colonização começa em 1795.
4. Dados apontam que, de 1900 a 1970, saíram espontaneamente de Cabo Verde 179.978 emigrantes, e forçadamente 87.385 indivíduos que, segundo António Carreira, (1983, p. 245), cerca de 91% foram para São Tomé e Príncipe, sendo que 9% tiveram outros destinos do Sul. É evidente que houve falhas nas estatísticas, mas mesmo assim emigraram nesse período cerca de 267.363 indivíduos de ambos os sexos.
5. Grande parte dos contingentes que se conhece das ilhas de origem, cerca de 66.249, que saíram de 1912 a 1973, são da ilha de Santiago (37.891). Para São Tomé e Príncipe foram contratados, de 1909 a 1922, cerca de 12.149 serviçais, sendo 4.652 para São Tomé e 7.497 para Príncipe. De 1941 a 1949 foram para Angola, segundo Carreira, cerca de 2.128 serviçais, para Moçambique e Timor 1.072 serviçais. De 1948 a 1970 foram para São Tomé e Príncipe e Angola, contingentes de todas as idades, cerca de 27.727 emigrantes forçados.

Esta característica mestiça definiu o perfil do corpo e da alma, de todo um povo, abrindo-o, *ab initio*, ao mundo, fazendo com que, atualmente, se estime que haja mais cabo-verdianos e seus descendentes a residir na diáspora do que em Cabo Verde.

¹³⁵ Ato de bem receber.

Há 561 anos da sua origem, Cabo Verde de hoje, passou de um estado inviável para um estado provável, despertando a curiosidade global, pelos vários exemplos que tem vindo a dar ao mundo¹³⁶, não obstante os desafios periclitantes que tem enfrentado e vencido.

Fruto deste êxito relativo das Ilhas, Cabo Verde passou, em poucas décadas com estado independente, de um país de emigração para um país de imigração, como relata Sousa (2015: 2009):

1. O perfil dos estrangeiros imigrantes residentes³⁶ em Cabo Verde não sofreu grandes alterações. A maioria continua a ser oriunda da CEDEAO, nomeadamente da Guiné-Bissau (39%), Senegal (15%), Nigéria (5%); da Europa, especialmente de Portugal (16%) e Itália (7%); de outros países, como a China (7%); e da região da América, com presença dominante do Brasil.
2. Os imigrantes, oriundos da China e da CEDEAO, são maioritariamente jovens (80%), com idade compreendida entre 20 e 39 anos. O perfil de instrução da população imigrada concentra-se, sobretudo, até ao ensino secundário (70%), diferente dos da União Europeia e da China, com habilitações, em média, a partir do ensino secundário. Já a comunidade da CEDEAO concentra a sua escolarização ao nível do ensino primário e nos dois primeiros ciclos do ensino secundário.
3. Continua a haver um alto índice de empregabilidade entre os imigrantes (88%). A maioria dos estrangeiros da CEDEAO continua a pertencer às categorias de operários e trabalhadores similares (40%) e pessoal de serviço e vendedores (32%), enquanto os chineses dedicam-se quase exclusivamente a atividades comerciais e empresariais (89%). Os europeus e americanos são quadros especializados da Administração Pública, especialistas das profissões intelectuais e científicas e técnicos e profissionais de nível médio e empresários (IDEM, p. 5).

Neste capítulo, procurou-se focalizar na realidade cabo-verdiana, analisando não só o percurso histórico até ao presente, mas, acima de tudo o ponto de partida atual para um futuro que se expeta que seja comum e que leve todos os cabo-verdianos, com a mesma “ambição 2030”, até a um propagado futuro comum, sem que ninguém seja obrigado a ficar para trás.

¹³⁶ O ato eleitoral que se acabou de assistir para a eleição do 5.º Presidente da República é um exemplo acabado deste feito, permitindo que, num espaço de três horas, após o fecho das urnas a nível nacional, já fossem publicados os resultados provisórios do mesmo e os seis concorrentes derrotados já tivessem, por unanimidade, sem uma única reclamação de fundo, reconhecido os resultados oficiais e felicitado o candidato vencedor.

Para o efeito, escolheu-se como guia os seguintes subcapítulos, que assumiu a condução, ao longo deste processo investigativo:

3.1. Cabo Verde: dinâmica de longo prazo de um “país plataforma”

Neste subcapítulo, procurou-se definir o perfil deste PEIDARIAM e interpretar os fatores que estiveram na origem, como causa e/ou efeito, da respetiva passagem para o estatuto almejado de um “país-plataforma”, que ambiciona constituir-se numa ponte que liga o mundo, estabelecendo passagem privilegiada entre os vários continentes, tornando-se, paulatinamente, num ponto de passagem obrigatória para todos aqueles que queiram cruzar o mundo, fazendo, mormente, viagens transatlânticas.

3.2. A insularidade e o desafio da edificação de um destino competitivo e sustentável

Cabo Verde despertou-se, como destino turístico, no início da década de '90 do século XX, quando o turismo passou de uma “persona non grata” para um “salvador da pátria”, passando, com um crescimento vertiginosa, de cerca de 21.695 hóspedes entrados em 1990, para 819.308 hóspedes entrados em 2019, antes da pandemia da COVID-19, um crescimento na ordem de 3.676%, nas vésperas de ter completado três décadas do seu *startup* simbólico. Cabo Verde transformou, assim, neste curto espaço de tempo, num destino turístico de referência mundial, dos mais procurados pelos principais emissores do turismo a nível mundial. No entanto, por opção ou por obrigação, acabou-se por desenvolver um modelo de turismo cabo-verdiano estribado num monoproduto de sol & praia, afunilado em apenas duas das dez ilhas do arquipélago, concidentemente, ou não, ilhas "madrastas", que forçaram uma migração interna, em massa, da população local, à procura dos escassos bónus do turismo, acarretando, por vezes, grandes bónus socioculturais, turístico-económicos, logístico-ambientais e político-institucionais, fazendo, com essa eventual competitividade global, perigar o objetivo-mor de garantir, para todos os “filhos da terra”, um desenvolvimento localmente sustentável.

3.3. A economia do turismo no contexto cabo-verdiano – o turismo, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, a níveis intra e intersetoriais, é considerado o motor da economia nacional, tendo, nessa categoria contribuído, em cerca de 25,3% para o PIB de 2019, no momento pré pandemia da COVID-19. No entanto, cerca de 91%, em 2015 e 78%, em 2021, do consumo intermédio hoteleiro foi importado, deixando pouca margem para que os operadores nacionais pudessem exercer uma

relação intra ou intersetorial relevante para a economia nacional. Estas são questões que foram equacionadas e analisadas ao longo deste subcapítulo.

3.4. Monitorização da sustentabilidade turística no contexto de Cabo Verde –

Neste ponto da investigação procurou-se analisar alguns indicadores da sustentabilidade turística experimentados na realidade cabo-verdiana, tirando daí algumas ilações que poderão contribuir para uma reflexão conjunto de todos os *stakeholders*, tendo em vista a definição do meu caminho para esse “nosso futuro comum”, envolvendo as gerações atuais e as vindouras.

3.5. Sustentabilidade político-institucional cabo-verdiana no advento do “novo normal”

– a pandemia da COVID-19 apanhou o mundo desprevenido, causando grandes moshas na economia mundial, mormente, no setor turístico, que foi o primeiro a entrar em confinamento e o último a sair. No contexto cabo-verdiano, do advento pandémico, existia-se a *boom* turístico, estando previsto, para o corrente ano económico, atingir-se os esperados 1.000.000 de turistas, na expectativa deste importante número vir a trazer efeitos multiplicadores e aceleradores na economia nacional. No entanto, face à situação pandémica que obrigou a confinamento setorial de mais de dezoito meses, o turismo cabo-verdiano experimentou uma quebra de (-75%) no fluxo de turistas entrados no país em 2020, segundo os dados do INE-CV (2021), com um conjunto de efeitos diretos, indiretos e induzidos incomensuráveis, mormente, para a comunidade local, colocando em teste a sustentabilidade político-institucional deste PEIDARIAM.

No “novo normal”, entre o tradicional e os novos produtos turísticos, emerge no horizonte um apelo: “por um turismo diferente”. Pois, Cabo Verde, ao longo dos trinta anos de desenvolvimento turístico, afunilou a sua oferta turística para o tradicional produto de sol & praia, promovendo um turismo de massa, canalizado para apenas duas das suas ilhas, dotadas de grandes praias de areia branca, deixando os outros diversos novos produtos turísticos e, conseqüentemente, as oito ilhas, à margem do desenvolvimento turístico. Esta opção (pouco) estratégica acarretou elevados custos, em termos de sustentabilidade turística, pondo, corolariamente, também, em causa a própria competitividade turística, quando o novo turismo vem clamando por um “turismo diferente”, estribado na autenticidade, dentro de uma nova lógica global de algum necessário distanciamento social, focando-se na “árvore”, ao invés de na “floresta”.

3.6. Análise SWOT do destino Cabo Verde no pós-pandemia da COVID-19 – do resultado da investigação realizada, vai-se procurar apresentar uma proposta de análise SWOT do destino Cabo Verde, no âmbito do “novo normal”, analisando, de forma desagregada, cada micro destino investigado, identificando os respetivos pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e as ameaças lhes estão associadas, nesta nova conjuntura global.

=//=

3.1. Cabo Verde: dinâmica de longo prazo de um “país plataforma”

Introdução

Neste subcapítulo, procurou-se definir o perfil deste PEIDARIAM e interpretar os fatores que estiveram na origem, como causa e/ou efeito, da respetiva passagem para o estatuto almejado de um país-plataforma, que ambiciona constituir-se numa ponte que liga o mundo, estabelecendo passagem privilegiada entre os vários continentes, tornando-se, paulatinamente, num ponto de passagem obrigatória para todos aqueles que queiram cruzar o mundo, fazendo, mormente, viagens transatlânticas.

=//=

“O turismo é considerado como uma ferramenta de superação dos desvios existentes entre países que tenham diferentes níveis de desenvolvimento. Pois, ele poderá contribuir para a obtenção de novos níveis de crescimento, realização de novas oportunidades de internacionalização ou de integração mundial, modernização e diversificação das suas economias, o que seria impensável fora deste contexto”.

Sarmento (2019: 47)

No âmbito do PEDT em Cabo Verde 2010-2013, este arquipélago é, segundo Consult PD (2010), caracterizado, nos termos que se seguem:

1. Um pequeno arquipélago formado por 10 ilhas e 15 ilhéus, localizado no Oceano Atlântico, a 500 milhas da costa do Senegal e a 4 horas de voo de Portugal.
2. Com uma superfície de 4.033 km², alberga um total aproximado de 500 mil habitantes (dados do INE, 2008), população essa que segundo os dados publicados pelo countrymeters.info/pt/Cape_Verde/, é atualmente estimada em 532 112 habitantes.
3. O país tem um clima do tipo quente, subtropical seco, com uma temperatura média anual de 25°, características que conferem às ilhas – juntamente com a sua localização

e a origem vulcânica, uma identidade geofísica rica, diversa e com acentuados contrastes paisagísticos.

Estas condições naturais específicas, a par de uma cultura marcante e diversificada e de uma história rica, constituem um dos mais importantes atrativos do país, no que diz respeito à sua competitividade como destino turístico, não obstante a sua fragilidade em termos de equilíbrio ambiental, posicionando-se, de acordo com o *fragile states index-2016*, em 78.^{o137} lugar entre os 178 países mais frágeis a nível global, sendo, por isso, considerado um país de perigo elevado, requerendo, assim, uma abordagem cuidadosa no quadro do desenvolvimento da atividade turística.

Fig. 17 – Mapa de Cabo Verde



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/cabo-verde/mapas.htm>

Esta é uma das características mais marcantes das “Ilhas”, que está subjacente à escolha do objeto da investigação em pauta, apresentada em súmula na conferência comemorativa dos 40 anos da independência deste jovem Estado.

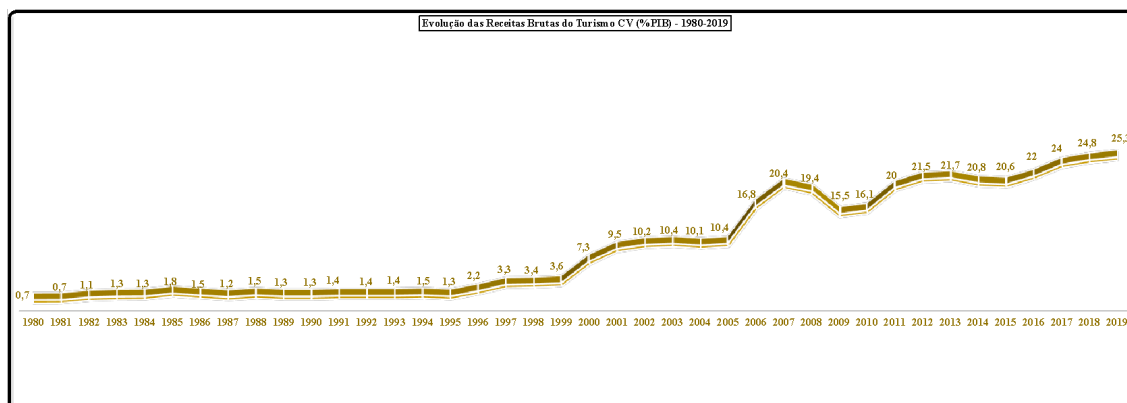
Cabo Verde, sendo um PEID – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, arquipelágico e relativamente isolado, por estar geograficamente localizada na costa ocidental da África, sob a influência do Sahel, dotada de parques recursos naturais, financeiros e humanos, procurou, ao longo da história, na extroversão económica, a solução para os seus críticos problemas de vulnerabilidade existencial.

¹³⁷ Posição cuja alteração para o 106.º lugar foi noticiada pelo Jornal do Domingo da TCV, em 10/06/2017.

Assim, passados quarenta e seis anos do seu percurso como país independentemente, Cabo Verde vê-se, atualmente, na contingência de depositar num turismo de alto valor acrescentado toda a sua aposta e esperança, objetivando, um dia, poder oferecer, por esta via, mais felicidade ao povo das “Ilhas”.

Cabo Verde, em menos de trinta e três anos como país independente, conseguiu, meritoriamente, passar de um país inviável para um PDM – País de Desenvolvimento Médio. Esta rápida ascensão, por muitos considerada como um autêntico milagre, foi largamente suportada pelo expressivo crescimento do seu sector turístico, como documento o gráfico seguinte:

Gráfico 31 – Evolução do contributo do turismo para o PIB CV – 1980-2019



Fonte: BCV & INE-CV (1980-2019)

Tendo apenas 10% do seu território classificado como terra arável e o país limitadíssimo, quanto aos recursos minerais, um clima árido e terreno montanhoso, Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se rapidamente, devido, em grande parte, à sua florescente indústria do turismo, passando de um peso ínfimo de 0,7% do PIB, em 1980, para 25,3%, em 2019, um crescimento exponencial, que faz, desta forma, evidenciar, de forma crescente, a dependência deste PEIDARIAM do turismo, pelo bem e pelo mal.

Como ficou visível no quadro 34 sobre o perfil socioeconómico dos PEID, Cabo Verde apresenta uma taxa de dependência de exportações turísticas na ordem de 71%, estando apenas 5 países numa situação igual ou pior, i.e., 9%. Nestas circunstâncias, o Top dos PEID fica, assim, ordenado, em termos de dependência das exportações turísticas:

| Ordem | PEID | Peso do Turismo nas Exportações |
|--------------|----------------------------|--|
| 1. | Bahamas | 87% |
| 2. | Santa Lucia | 86% |
| 3. | Maldivas | 83% |
| 4. | Aruba | 81% |
| 5. | Cabo Verde, Fiji, Anguilla | 71% |

Não obstante a sua declarada “juventude”, se tomarmos como termos de comparação as atividades económicas como a Agricultura e a Indústria, verifica-se que, desde o século XX, o turismo, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, experimentou uma viragem radical na sua posição relativa na economia, afirmando, paulatinamente, em diferentes latitudes, como sendo o sector estratégico, assumindo, assim, um papel catalisador no processo de desenvolvimento socioeconómico das respetivas economias.

Em Cabo Verde esta tendência global acabou por fazer aqui também eco, fazendo com que, a partir de 1991, tudo passa a girar em torno do turismo, o qual, paulatinamente, passou a assumir o estatuto do motor da economia nacional, gerando uma forte expectativa coletiva em relação aos bónus daí resultantes, mormente para a comunidade local.

3.1.1. De “geodestinado” a geoestratégico

Durante a 1.ª República, que vigorou, no contexto cabo-verdiano, no período de 5 de julho de 1975 a 13 de janeiro de 1991, após a herança de um país “geodestinado”, por ser considerado, até pelos mais otimistas, inviável, do ponto de vista natural, económico-financeiro, social, e até, político-institucional, foi estabelecido um regime de partido único, liderado pelo PAIGC/PAICV – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde / Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

Neste contexto adverso, o turismo era encarado, não como uma oportunidade de desenvolvimento, mas sim, como uma ameaça, sendo, por isso, uma “*persona non grata*”, devendo, nesta perspetiva, ser confinado a uma “ilha sem povo”, uma ilha “madrasta”, a do Sal¹³⁸, para que o contágio nefasto deste fenómeno junto da população local fosse minimizado.

¹³⁸ Ilha que dispunha, na altura, de um único aeroporto internacional, considerado um recurso turístico ímpar, aliada a uma extensa praia de areia branca.

No entanto, com a mudança do regime político, no início da década de '90, passando o país para um regime de democracia pluripartidária, essa tendência universal para a *turismização* das atividades económicas foi, paulatinamente, aqui também replicada, sendo a atividade turística alargada à outra das duas ilhas orientais: a Boavista¹³⁹, ilhas também subpovoadas, mas, que, graças à influência dos ventos que sopram da vizinha Costa Africana, são também dotadas de extensas praias de areia branca, estas que continuam, teimosamente, ainda a ser interpretadas, por alguns “descuidados”, como sendo a condição necessária e suficiente para uma oferta turística de qualidade, competitiva e sustentável.

Nesta ótica, considera-se que o *start up* efetivo do turismo cabo-verdiano foi, assim, segundo o Ministério das Finanças de Cabo Verde (1992), simbolicamente marcado, no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1992-1995, 1991, p. 51-59), tendo na origem o seguinte retrato, que espelhava, de forma fiel, a realidade setorial verificada em 1990:

1. Representando apenas 1,3% do PIB em 1990, o turismo é um sector económico de reduzida expressão, sobretudo se se fizer abstração do fluxo de emigrantes. O número de entradas de estrangeiros nas fronteiras em 1990 foi cerca de 20.000, enquanto que as dormidas nos estabelecimentos de alojamento se elevam a 174.544.
2. A oferta hoteleira de que o país dispõe neste momento é constituída por 398 estabelecimentos de alojamento, perfazendo uma capacidade total de 920 quartos e 1.600 camas.
3. A ilha do Sal dispõe de 41,9% dessa capacidade nacional em quartos, Santiago 25,5% e S. Vicente 15,9%.
4. A maior parte dos estabelecimentos são do domínio privado, mas o Estado ainda controla uma parte significativa (28,3%) da capacidade nacional de alojamento de camas. Os municípios por sua vez detêm 8,2% das camas do país (Pousadas em várias ilhas).
5. O número de empregados na hotelaria ascende neste momento a 772, o que equivale a uma média de 0,84 empregados / quarto (...).
6. As taxas de ocupação na hotelaria variam muito de ilha para ilha, sendo mais elevadas nas ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente. A média de todo o país em 1990 situava-se em 32,6%.

¹³⁹ Ficando a ilha do Maio com o respetivo *take off* em suspenso, até à presente data.

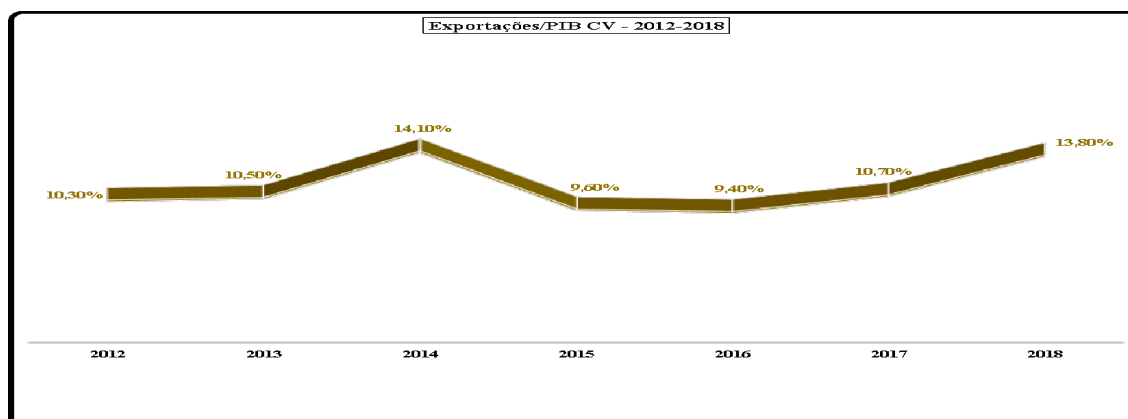
7. Para além das tripulações aéreas que ainda representam uma parte significativa da ocupação dos hotéis (20,1% das dormidas do país em 1990), os principais clientes dos estabelecimentos de alojamento provêm de Portugal (24,3%), Alemanha (12,9%), França (6,3%) e Emigração (4,2%) – dados de 1990.

É neste contexto situacional que começaram a ser feitas as primeiras referências ao turismo, na qualidade de um sector estratégico para o desenvolvimento da economia das “Ilhas”, que pudesse assegurar aos “Filhos da Terra” uma vida digna e um “pão nosso de cada dia”. Mas, este desiderato passa, necessariamente, por um estratégico cruzamento teórico-empírico, buscando, preventivamente, os caminhos conducentes à promoção de um “destino certo” e não do desconhecido, evitando, assim, que um sonho promissor seja, inadvertidamente, transformado num pesadelo efetivo.

Nesta perspetiva, a aposta neste novel recurso de desenvolvimento foi, crescentemente, ganhando expressão e importância estratégica, na expectativa que, através de consumos turísticos primário, complementar e auxiliar, conseguir-se-ia fomentar uma teia de relações intra e intersectoriais, cujos efeitos multiplicador e acelerador se tornariam contagiante e catalisadores da dinamização de toda a economia nacional.

Assim, tornou-se expectável e exigível, nos diferentes contextos regionais, o respetivo reflexo, de forma direta, indireta e induzida, nos diferentes agregados económicos, nomeadamente, nas diferentes componentes do PIB, mormente nos consumos público e privado, nos investimentos público e privado, nas exportações e nas importações, bem como na Balança de Pagamentos, no saldo de divisas e no emprego, como se pode observar, nomeadamente, na dinâmica implícita no gráfico:

Gráfico 32 - Dinâmica das exportações / PIB CV 2012-2018

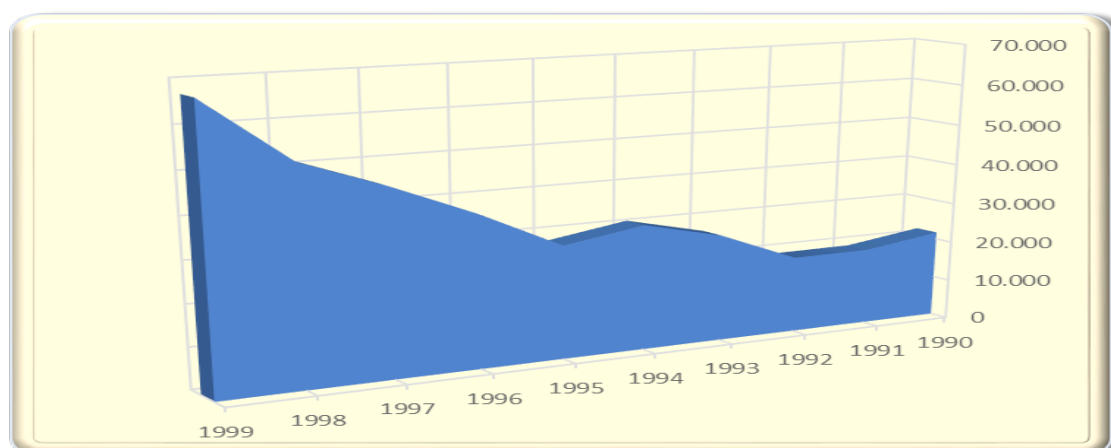


Fonte: BCV (2018)

Esta visão estratégica dos sucessivos governos cabo-verdianos, emergidos no período pós-colonial, não foi obra do acaso, mas sim, fruto de uma trajetória seguida pela economia cabo-verdiana, mormente, ao longo do último quase um terço do século. Pois, no corolário da emergência de um sector turístico pujante, embora, ingenuamente, comandado por uma espontânea e exponencial procura turística do produto tradicional de Sol & Mar, o turismo, rapidamente, ganhou, em Cabo Verde, o estatuto de “motor da economia nacional”.

Ora vejamos, através dos dados estatísticos seguintes, começa-se a visualizar como é que o turismo foi, paulatinamente, assumindo a sua posição estratégica e hegemónica na locomotiva da economia cabo-verdiana:

Gráfico 33/Quadro 38 - Dinâmica da procura turística cabo-verdiana 1990-1999



| Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | Média |
|--------------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| N.º Turistas | 21.695 | 19.009 | 18.911 | 26.454 | 30.808 | 27.747 | 37.000 | 45.000 | 52.000 | 67.042 | 34.567 |
| Tx Cresct.º | - | -12,38% | -0,52% | 39,89% | 16,46% | -9,94% | 33,35% | 21,62% | 15,56% | 28,93% | 14,77% |

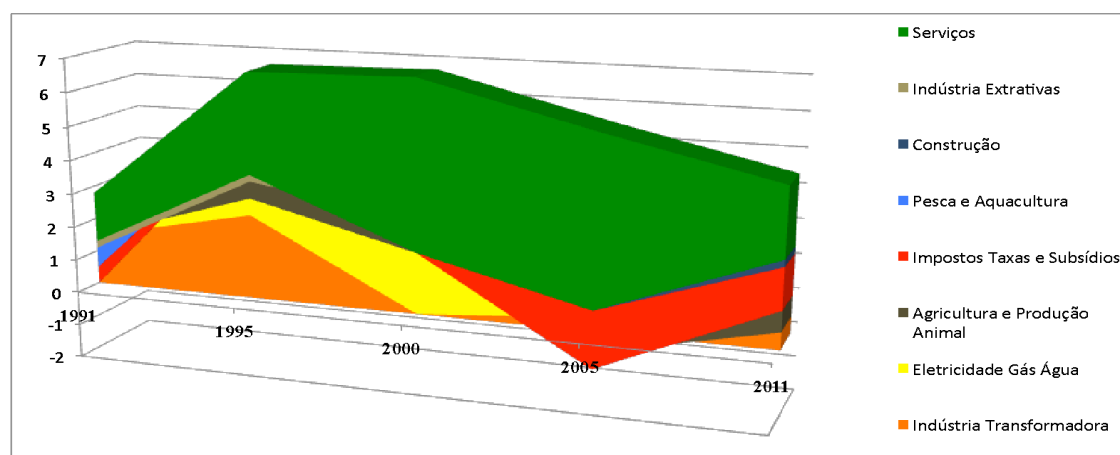
Fonte: Spínola (2009, adaptado pelo Autor)

A década de '90 marcou assim, de forma simbólica, os primeiros passos de Cabo Verde, como destino turístico de eleição, apresentando, naturalmente, em 1990, um fluxo turístico ainda bastante incipiente, na ordem dos 21.695 turistas entrados no país. No entanto, desde logo, começou-se a constatar que, não obstante a sua expressão absoluta ainda pouco relevante, o ritmo de crescimento setorial, dominada pela demanda, era exponencial, tendo atingido, durante a década de '90, um cúmulo de crescimento na ordem 38,89%, em 1993 e uma média de 14,77%.

No entanto, na passagem para a década de 2000, os fluxos turísticos cabo-verdianos passaram a ser tratados, estatisticamente, ao nível do INE-CV, sob uma nova metodologia. Coincidentemente, houve salto significativo nos fluxos turísticos entrados no país, passando de 67.042 turistas, em 1999, para 145.076 turistas, em 2000, o que, à primeira vista, poderia traduzir-se num aumento na ordem de 116%, mas que, acauteladamente, propõe-se uma investigação mais aprofundada, para se averiguar se não se deve a uma eventual diferença de metodologia de registo dos fluxos turísticos. Neste sentido, assume-se, a título provisório, que o maior crescimento relativo do fluxo turístico para as “Ilhas” ocorreu 1993, quando essa taxa atingiu aproximadamente os 40%.

Este crescimento subsetorial do turismo acabou por influir, diretamente, na ascensão do sector dos serviços, no âmbito da sua importância estratégica no PIB cabo-verdiano, como é notória no gráfico seguinte:

Gráfico 34 - Contributos (%) setoriais para o PIB cabo-verdiano 1991-2011



Fonte: BCV (2014: 33, adaptado pelo Autor)

Esta tendência ascendente do sector dos serviços, onde se insere o turístico, ocorreu ao longo do período projetado¹⁴⁰, com exceção feita ao período de 2011, em que, afetado pelo efeito da crise supprime, iniciado em 2008, denota-se um certo abrandamento nessa trajetória de ascensão, anteriormente experimentada. O turismo, em específico, para não fugir à regra, desempenhou, também no contexto cabo-verdiano, o mesmo papel que, tradicionalmente, lhe é reservado na condução do destino de um PEID, permitindo, pelos seus efeitos acelerador e multiplicador, no período em referência no quadro seguinte, um peso médio de 20,7% no PIB-CV, que este jovem país experimentasse um improvável percurso económico, como, seguidamente, se procura ilustrar:

Quadro 40 - Peso do turismo no PIB cabo-verdiano 2011-2014

| | 2011 | 2012 (P) | 2013 (P) | 2014 (P) |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| PIB Turístico (Nominal) | 27 671 470 | 31 859 208 | 33 439 112 | 32 619 642 |
| PIB Total (Nominal) | 147 924 171 | 150 351 281 | 152 639 960 | 155 521 655 |
| % (PIB Turístico / PIB Total) | 18,71% | 21,19% | 21,91% | 20,97% |
| Índice Volume (PIB Turístico) | 100,00 | 112,33 | 103,41 | 97,74 |
| Postos de Trabalho Turísticos | 34 246 | 36 781 | 37 240 | ND |
| Postos de Trabalho Totais | 178 577 | 187 904 | 185 366 | ND |
| % P.T. Turísticos / P.T. Totais | 19,18% | 19,57% | 20,09% | ND |

(P) Previsão

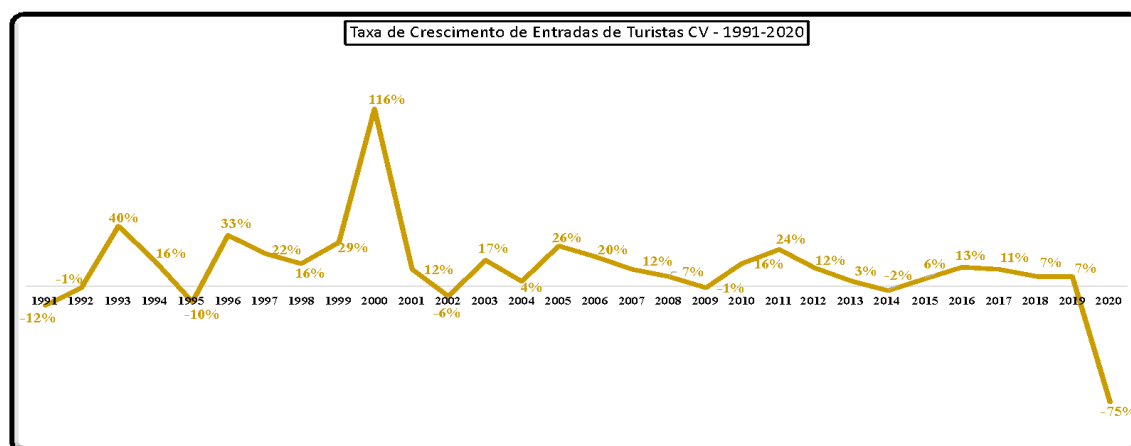
Fonte: (INE, C.S.T. 2011)

Corolariamente, os dados recentes publicados pelo INE-CV, conforme a figura infra, põem a descoberto a importância estratégica de um dinâmico sector turístico, no contexto socioeconómico atual das “Ilhas”, ao atingir, no ano de 2017, um cúmulo de entradas turísticas na ordem de 716.775, garantindo, no período de 2000-2016, uma entrada média de 341.896 turistas e uma taxa de crescimento médio anual de 10,15%.

É de se salientar também que o pico de crescimento da entrada de turistas que escolheram Cabo Verde como destino das suas férias ou trabalho ocorreu em 2005, quando essa taxa de crescimento atingiu os 26,42%:

¹⁴⁰ Os dados mais recentes não estão ainda disponíveis.

Gráfico 35 - Dinâmica da taxa de crescimento de entradas turísticas CV 1990-2020



Fonte: INE-CV (2017)

Assim, na década seguinte a esse arranque simbólico, três anos antes da crise subprime, estava aberto o caminho para um *boom* turístico, o qual só foi interrompido em 2009, após a excrescência da derrocada financeira e, posteriormente, económica, com arranque em 2008, que ainda hoje persiste, sob diferentes formas e em diferentes latitudes. No entanto, o quadro seguinte retrata melhor essa dinâmica turística ocorrida em Cabo Verde, nos últimos dezessete anos:

Quadro 41 - Dinâmica turística cabo-verdiana 2000-2016

| Ano | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| N.º Turistas | 145.076,00 | 162.095,00 | 152.032,00 | 178.379,00 | 184.738,00 | 233.548,00 | 280.582,00 | 312.880,00 | 333.354,00 |
| Crscct.º Médio | - | 11,73% | -6,21% | 17,33% | 3,56% | 26,42% | 20,14% | 11,51% | 6,54% |
| Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Média |
| N.º Turistas | 330.319,00 | 381.831,00 | 475.294,00 | 533.877,00 | 552.144,00 | 539.621,00 | 569.387,00 | 644.429,00 | 341.896,00 |
| Crscct.º Médio | -0,91% | 15,59% | 24,48% | 12,33% | 3,42% | -2,27% | 5,52% | 13,18% | 10,15% |

Fonte: INE-CV (2017)

Segundo INE-CV (2017), no período de janeiro a dezembro de 2017, os estabelecimentos hoteleiros registaram mais de 716.775 hóspedes e de 4.597.477 milhões de dormidas. Em termos absolutos, representaram 72.346 entradas e 504.926 dormidas à mais do que os valores registados em 2016, o que representa uma taxa de crescimento de 11,2% e 12,3%, respetivamente.

No entanto, mesmo não tendo entrado no top 5 dos destinos africanos, mas mantendo a sua posição como um dos destinos de eleição no contexto global, no ano em que comemorou os 40 anos da sua independência, no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento a longo prazo (2015-2030), Cabo Verde reconfirmou a eleição dos

clusters do turismo, do mar, do agronegócio, do aeronegócio, das TIC's, dos serviços financeiros, das energias renováveis e das indústrias criativas, como sendo os principais pilares sobre os quais se deve edificar este PEI (Neves, 2015a).

Este é o motivo de fundo que justifica a opção estratégica do novo Governo eleito a 20 de Março de 2016, de colocar o turismo do epicentro de todo o processo de desenvolvimento nacional, a médio e longo prazos, relegando, relativamente, para um plano subalterno os outros sete *clusters*, anteriormente eleitos também, pelo Governo cessante, como sendo igualmente estratégicos para o desenvolvimento nacional.

O turismo foi, assim, consensualmente eleito, por quase todos os atores, mormente, políticos, como sendo o único sector estratégico, capaz de alavancar toda a economia nacional, induzindo, hipoteticamente, o respetivo desenvolvimento, de forma competitiva e sustentável.

Ao longo dessas três décadas desta dinâmica de crescimento setorial, Cabo Verde consolidou-se, assim, como um dos destinos turísticos de eleição a nível internacional, posicionando-se, recorrentemente, no top 10 dos destinos mais procurados nalguns dos consagrados mercados emissores, como é o caso do Reino Unido, tendo inclusive, os dados oficiais, referentes a 2015, graduado o destino Cabo Verde como sendo o 86.º, a nível global e o 9.º, a nível da África, no *ranking* dos destinos turísticos mais competitivos do mundo. Pois, os países emergentes, como demonstram os dados seguintes da OMT (2015), têm vindo a conquistar um lugar de destaque no contexto do turismo global, não obstante o valor ainda residual do destino africano:

Quadro 42 - Fluxo de entradas internacionais 2000 - 2013

Unid: 10⁶

| Ano | MUNDIAL | Economias | Economias | Economias |
|------------|----------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| | L | Avançadas | Emergentes | Emergentes (%) |
| 2000 | 677 | 421 | 256 | 37,81% |
| 2005 | 807 | 459 | 348 | 43,12% |
| 2010 | 948 | 506 | 442 | 46,62% |
| 2012 | 1035 | 551 | 484 | 46,76% |
| 2013 | 1087 | 581 | 506 | 46,55% |

Fonte: OMT (2015)

Segundo os dados estatísticos publicados no Jornal de Economia, <http://jornaldeeconomia.sapo.pt/mundo/top-10-do-ranking-africano>, referentes à dinâmica do turismo verificada em África, no ano de 2012, revelam o seguinte:

De acordo com as estatísticas divulgadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT):

1. Os destinos da África subsaariana também têm registado um aumento de 5 por cento, consolidando o constante crescimento dos anos anteriores.
2. Entre os outros destinos que registaram um forte crescimento percentual, destaca-se os Camarões (35 por cento), Tanzânia (24 por cento), Serra Leoa (14 por cento), Madagáscar (14 por cento), Cabo Verde (13 por cento) e Seychelles (+7 por cento).
3. Cabo Verde tem tido, assim, um papel crescente na afirmação do continente africano, na qualidade de um destino turístico de eleição, como se pode visualizar no quadro seguinte, que forneceu dados sobre o Ranking da Competitividade Turística mundial, em 2015, sendo o primeiro do grupo dos PALOP, o terceiro no seio da CPLP e o sétimo do continente africano:

Quadro 43 – Ranking da competitividade turística - 2015

| Rank | Country/Economy | Value | |
|------------|-------------------|-------------|---------------|
| 1 | Spain | 5.31 | |
| 2 | France | 5.24 | |
| 3 | Germany | 5.22 | |
| 4 | United States | 5.12 | |
| 5 | United Kingdom | 5.12 | |
| 6 | Switzerland | 4.99 | |
| 7 | Australia | 4.98 | |
| 8 | Italy | 4.98 | |
| 9 | Japan | 4.94 | |
| 10 | Canada | 4.92 | |
| 11 | Singapore | 4.86 | |
| 12 | Austria | 4.82 | |
| 13 | Hong Kong SAR | 4.68 | |
| 14 | Netherlands | 4.67 | |
| 15 | Portugal | 4.64 | CPLP |
| 16 | New Zealand | 4.64 | |
| 17 | China | 4.54 | |
| 18 | Iceland | 4.54 | |
| 19 | Ireland | 4.53 | |
| 20 | Norway | 4.52 | |
| 28 | Brazil | 4.37 | CPLP |
| 48 | South Africa | 4.08 | |
| 54 | Seychelles | 4 | África |
| 56 | Mauritius | 3.9 | |
| 78 | Kenya | 3.58 | |
| 79 | Tunisia | 3.54 | |
| 83 | Egypt | 3.49 | |
| 86 | Cape Verde | 3.46 | |
| 130 | Mozambique | 2.81 | CPLP |
| 139 | Angola | 2.6 | |
| 140 | Guinea | 2.58 | |
| 141 | Chad | 2.43 | |

Fonte: WEF¹⁴¹ (2015)

¹⁴¹ The Travel & Tourism Competitiveness Index Ranking.

Esta aparente competitividade, foi, efetivamente, impulsionada por uma forte procura externa, destinada principalmente para as ilhas do Sal e da Boa Vista, duas das três ilhas orientais¹⁴², dotadas de grandes praias de areia branca, um recurso turístico indutor de uma venda turística globalmente competitiva, do turismo de sol & mar.

Graças a essa aposta estratégica, Cabo Verde conseguiu, em apenas 33 anos como estado independente, ascender de um país improvável, “geodestinado”, para um PDM, um país geoestratégico, indutor de esperança e de certezas.

3.1.2. A extroversão na origem e no destino de um “país-plataforma”

“Estes países enfrentam diversas situações distintas de vulnerabilidade económica, social e mesmo ambiental como corolário da sua pequena dimensão territorial, da fraca acessibilidade, da fragmentação territorial, do elevado grau de especialização, dependência externa e que, conseqüentemente, impõe o aparecimento de (des)vantagens comparativas e deseconomias de escala”.

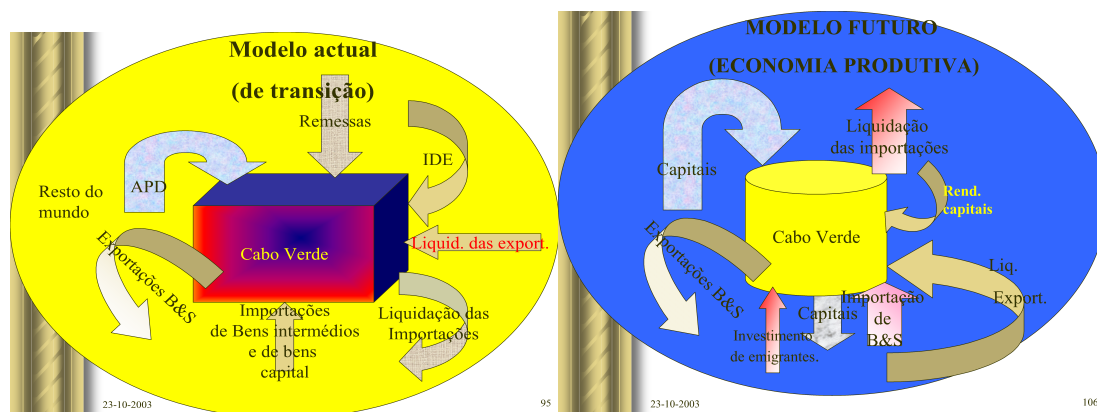
Sarmento (2019: 21)

Cabo Verde, sendo um PEID – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, arquipelágico e relativamente isolado, dotado de um elevado índice de vulnerabilidade, como anteriormente demonstrado, procurou, ao longo da história, na extroversão económica, a solução para os seus críticos problemas de vulnerabilidade existencial.

Este destino das “Ilhas” começou a ser pré-visualizada pelos sucessivos governos que desde a independência, mormente, a partir da década de ’80, têm governado o país. O sinal mais evidente desta perceção foi dado pelo governo que dirigiu o país na década de 1991-2001, o qual apostou nos seguintes modelos de desenvolvimento nacional, sintetizados por Mascarenhas (2003: 88-92), nos seguintes termos:

¹⁴² A ilha do Maio não conseguiu ainda o respetivo *take-off*.

Fig. 18 – 2 Modelos de desenvolvimento de Cabo Verde



Fonte: Gabinete do Ex-VPM-CV in Mascarenhas (2003: 88-92)

Ao reavaliar-se o modelo apresentado pelo Governo de Cabo Verde nos anos '90, verifica-se que o mesmo, por ter na sua base o perfil estrutural da economia cabo-verdiana, mutável apenas a médio e/ou longo prazo, mantém ainda pontos de atualidade, mas, também, as respetivas recomendações feitas por este Autor, como de seguida se sintetiza:

No âmbito destes modelos de desenvolvidos de Cabo Verde, foi estabelecido como *objetivo maior*, o desenvolvimento económico e social autossustentado. No entanto, um objetivo quão ambicioso, exige, obviamente, disponibilidade de recursos. Sendo esta disponibilidade o ponto mais fraco do país, daí, surgiu a necessidade de se encontrar um modelo de desenvolvimento, que pudesse indicar o caminho “certo” rumo a esse tão aguardado desenvolvimento.

É precisamente a este nível que o então Vice-Primeiro-Ministro do Governo anterior, encontrava as principais razões, para passar do atual modelo, que ele considera ser de transição, para um modelo do futuro, que ele apelida de **modelo de economia produtiva**. No âmbito dessa transição, alguns factos importantes se previa:

1. A APD que é, atualmente, a principal fonte de financiamento externo, seria integralmente substituída por capitais externos;
2. A remessa de emigrante normalmente destinado ao consumo dos familiares residentes, ganharia um outro perfil, passando a ser canalizado não para investimento, mas sim, para consumo;
3. Cabo Verde passaria de um simples receptor de IDE também para emissor deste fluxo de capital.

Ao analisarmos o “modelo futuro”, deparamos com uma estrutura produtiva e de financiamento substancialmente alterada. Estas alterações que são previstas no âmbito da

estratégia futura do desenvolvimento de Cabo Verde, carecem de um significativo período de transição que, embora não tenha ficado explícito no modelo, na sequência da hipótese de trabalho por nós levantada no início da nossa dissertação, entendemos, que essa transição não poderá ocorrer a curto e nem sequer a médio prazo, ela poderá, sim, ter lugar, com todos os efeitos previstos, a longo prazo, mas, para isso, seria determinante, que ocorressem os seguintes factos:

1. Cabo Verde redefinissem a sua inserção na economia mundial, montando estratégias político-diplomática e socioeconómica, que incrementem a sua capacidade negocial e a sua posição de parceria, junto das atuais potências económicas e políticas mundiais. Esta nova estratégia deveria se traduzir não só no reforço, mas, acima de tudo, numa alteração do perfil da APD até agora canalizada para o Arquipélago;
2. Cabo Verde apostasse na alteração da sua política de promoção do sector privado nacional, criando um sector empresarial forte e atuante, de modo que consiga criar, a curto e médio prazos, uma capacidade social de absorção, que seja capaz de colher, com eficácia, os reais benefícios do IDE, nomeadamente, através dos efeitos *spillovers* e criar capacidade competitiva dos seus empresários, dentro e fora do país, como produtores e como investidores;
3. Criar melhores condições de vida dos seus emigrantes nos países de acolhimento, para que possam, em primeiro lugar, ter condições dignas de sobrevivência, e depois, condições para investir na terra-mãe. Para isso, seria necessário reforçar a política de aproximação e identificação do emigrante com a sua origem.

Realça-se aqui, a recomendação feita pelo autor, há dezoito anos atrás, no sentido dos sucessivos governos procurarem adotar como estratégia a alteração do perfil do então APD, negociando com os respetivos estratégicos, a reconversão da mesma em IDE e/ou outros fluxos privados, de modo a poder, por esta via, fomentar a endogeneização do efeito contágio e, conseqüentemente, do incremento dos índices de competitividade e de sustentabilidade da economia nacional.

Neste sentido, reitera ainda o mesmo autor que:

Estas estratégias por serem um carácter estruturante, nunca poderiam ser materializadas a curto ou a médio prazo, talvez a longo prazo, desde que o árduo trabalho para o efeito, seja desenvolvido de forma contínua e diariamente. Assim, Não obstante o facto desse modelo representar a tendência natural para a evolução da economia cabo-verdiana, pensamos que existem alguns fatores de ponderação, que em nosso entender deve ser tida em conta, aquando da elaboração e da implementação dos planos de ação que visem a introdução dessas alterações estruturais na economia cabo-verdiana, nomeadamente:

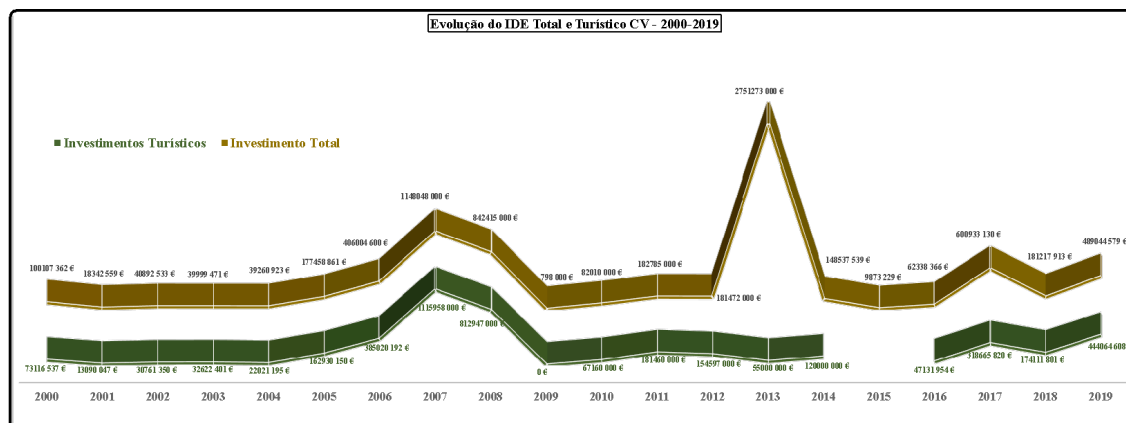
1. O fluxo da APD em função da nova tendência evolutiva da conjuntura internacional,

tende a diminuir, mas prever o seu completo desaparecimento como meio de financiamento externo de Cabo Verde, pensamos ser uma visão excessiva. Pois, esta economia apresenta ainda sinais de alguma fragilidade, que dificilmente desaparecerão a curto e médio prazos. Por outro lado, o fluxo de APD é constituído não só por donativos, mas também, por empréstimos, daí que não me pareça credível que num horizonte não muito longínquo Cabo Verde possa definir uma estratégia de desenvolvimento suportada apenas por fluxos financeiros privados;

2. O crescimento do IDE tem manifestado uma dinâmica interessante, mas para que o mesmo possa atingir, e mais ainda, substituir a APD, é necessário que:
 - a. Cabo Verde altere o seu perfil, como receptor do IDE, descobrindo e reforçando os seus fatores críticos de sucesso nessa área;
 - b. “O IDE não viva dos males da APD”, aquele necessita, sim, que esta ajuda altere o seu perfil, deixando de ser seu concorrente a um estatuto de destaque, mas sim, que o assuma como seu substituto natural e, por conseguinte, seu aliado, formando-o, assim, para o feito.
3. Para que comece a haver IDE cabo-verdiano no exterior com retorno de rendimentos para o país, é talvez necessário que:
 - a. Haja previamente investimento nacional a nível local;
 - b. Haja capacitação empresarial a nível nacional, para que os empresários nacionais possam ser capazes de enfrentar os desafios da internacionalização.
4. A transformação de Remessas de Emigrantes (para consumo improdutivo) em Investimentos de Emigrantes (para consumo produtivo) é uma possibilidade potencialmente forte, mas que, no entanto, está dependente dos seguintes fatores:
 - a. Erradicação da pobreza nacional, para que os emigrantes deixem, paulatinamente, de ter um grande fardo com os familiares dependentes que ficaram em Cabo Verde;
 - b. Melhoria das condições de acesso à emigração dos países ditos desenvolvidos;
 - c. Melhoria das condições de integração dos emigrantes nos países de acolhimento;
 - d. Sensibilização e capacitação empresarial na emigração.
5. Uma vez ultrapassados os condicionalismos supramencionados, pensamos que estarão criadas as condições para a materialização dos objetivos subjacentes ao “modelo do futuro” de uma economia cabo-verdiana produtiva, traçado pelo Vice-Primeiro-Ministro do anterior governo. No entanto, entendemos, que dada à complexidade dessa rede de objetivos, os mesmos só serão concretizáveis a longo prazo, i.e., num futuro mais ou menos longínquo.

Neste pressuposto, vai-se recorrer aos gráficos seguidamente apresentados para se fazer um retrato retrospectivo do perfil do IDE atraído por Cabo Verde no período 2000-2019, bem como a sua repartição setorial e por ilha:

Gráfico 36 - Dinâmica do IDE em CV 2000-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Da análise do gráfico anterior, pode-se depreender que:

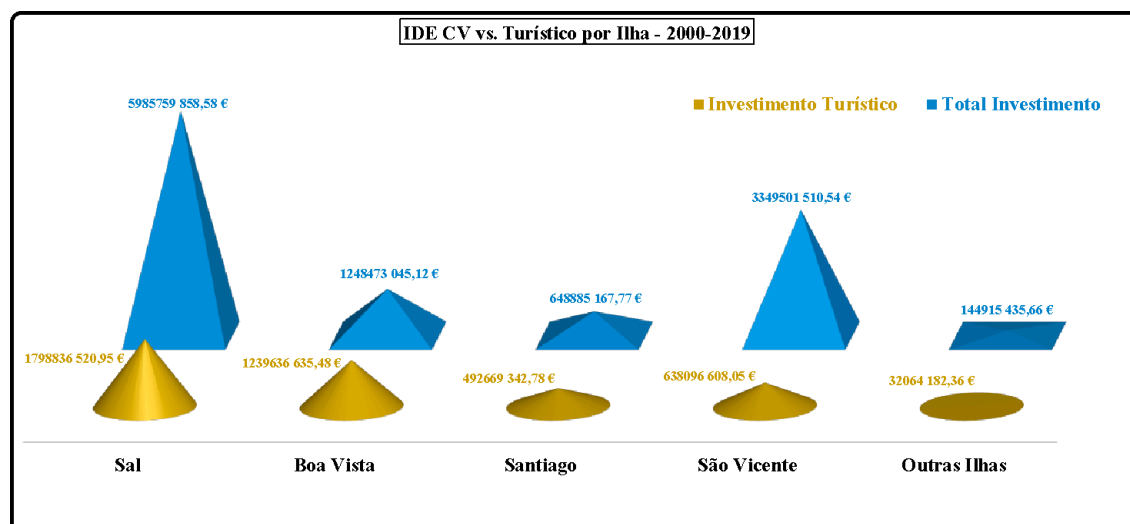
1. Ao longo das duas últimas décadas, Cabo Verde apostou forte e continuamente na atração do IDE;
2. Não obstante as oscilações pontuais, com alguns picos e correspondentes declives, os fluxos do IDE, tanto gerais como turísticos, mantiveram um percurso tendencialmente crescente;
3. Os dois grandes picos ocorridos em 2007 e 2013, devem-se a dois motivos fundamentais:
 - a. Em 2007 – três dos grandes projetos aprovados não saíram do papel. Por isso, esse incremento do IDE é meramente fictício, tendo em conta que, pelo menos 1.001.489.000,00€ desses investimentos¹⁴³ ficaram por realizar;

¹⁴³ Nomeadamente: Baguincho Golf Resort (Imovista – B.V.), Cesária Resort (S.V.) e Cotton Bay Golf Resort (Sal).

- b. Em 2013 – o grande incremento verificado foi com a aprovação de dois projetos nos domínios de aqualcultura e de pescada, ambos para a ilha de S. Vicente, no valor total de 2.635.677.000,00€.

Para analisarmos a respetiva distribuição regional, propõe-se o gráfico infra:

Gráfico 37 - Influxo do IDE por ilha - 2000-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

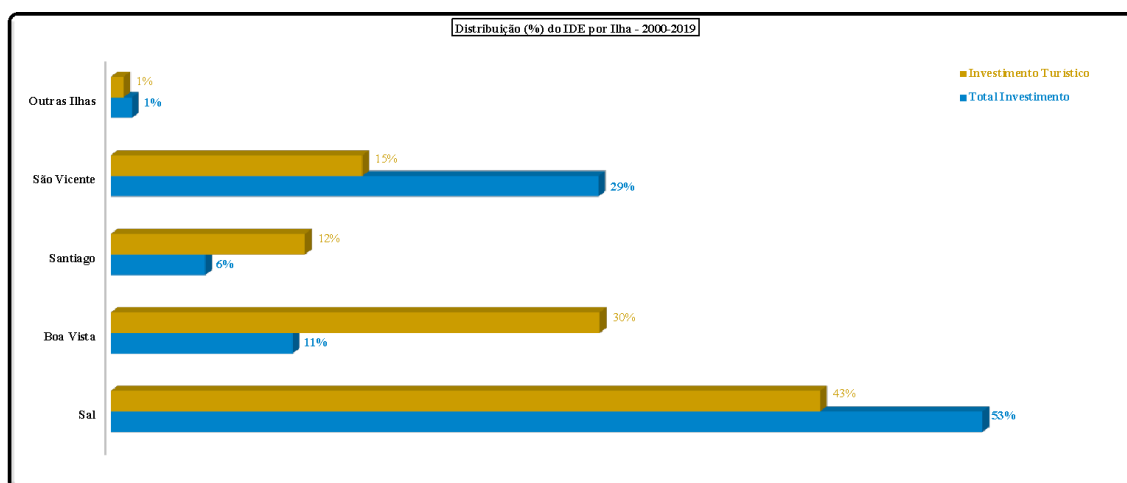
Do gráfico anterior, destacam-se os seguintes factos:

1. Em termos gerais, o Sal acumulou o grosso do IDE direcionado para Cabo Verde durante as últimas duas décadas (2000-2019), com 5.985.759.858,58€;
2. Em termos gerais, a ilha do Sal foi secundada pela ilha de S. Vicente, que conseguiu arrecadar, no mesmo período, cerca de 3.349.501.510,54€ de IDE;
3. Em terceiro lugar do pódio ficou a ilha da Boa Vista com um IDE de 1.248.473.045,12€, durante os vinte anos de análise;
4. Nos lugares subalternos ficaram as ilhas de Santiago, com 648.885.167,77€ e as outras “não turísticas”, com 144.915.435,66€, que tiveram, assim, uma expressão residual, em termos de captação do IDE, durante os últimos vinte anos;
5. Com a exceção das ilhas do Sal, de S. Vicente e das outras ilhas “não turísticas”, o turismo representou, para cada uma das restantes ilhas (Boa Vista e Santiago), uma

fatia importante do total de IDE que conseguiram captar durante as duas décadas em referência.

Estas expressões são mais visíveis em termos relativos, como afiguram no gráfico infra:

Gráfico 38 – Influxo (%) do IDE por Ilha - 2000-2019



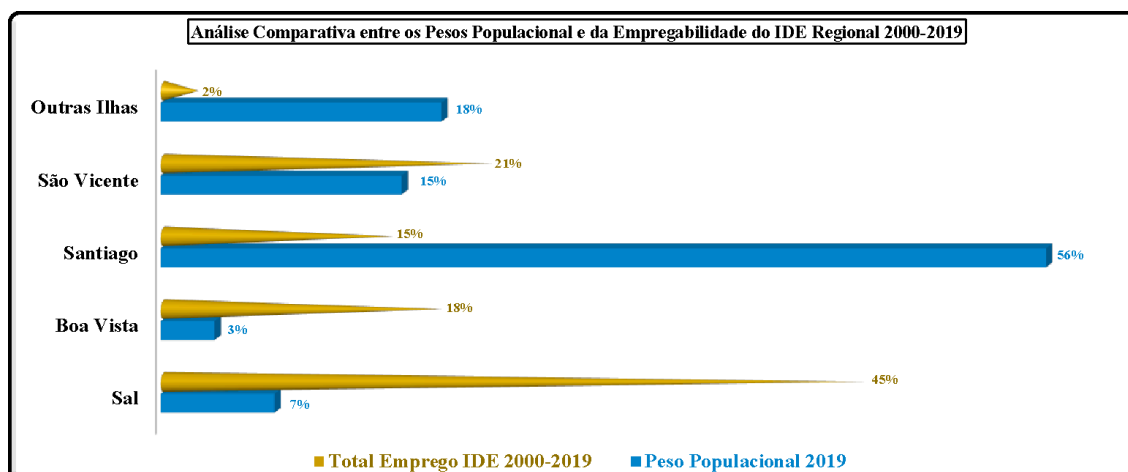
Fonte: CVTradeinvest (2020)

No concernente à distribuição do IDE por ilha, verifica-se que:

1. Em termos gerais, a ilha do Sal conseguiu, no período, arrecadar 53% do IDE, S. Vicente 29%, Boa Vista 11%, Santiago 6% e as outras ilhas 1%;
2. Em termos turísticos, a distribuição foi feita da seguinte forma: a ilha do Sal 43% do IDE setorial, Boa Vista 30%, S. Vicente 15%, Santiago 12% e as outras ilhas 1%;
3. Pela concentração do IDE nalgumas ilhas, vislumbra-se, também, o respetivo desequilíbrio setorial verificado sequencialmente.

No que se refere ao efeito destes investimentos privados a nível do emprego criado, observa-se o seguinte:

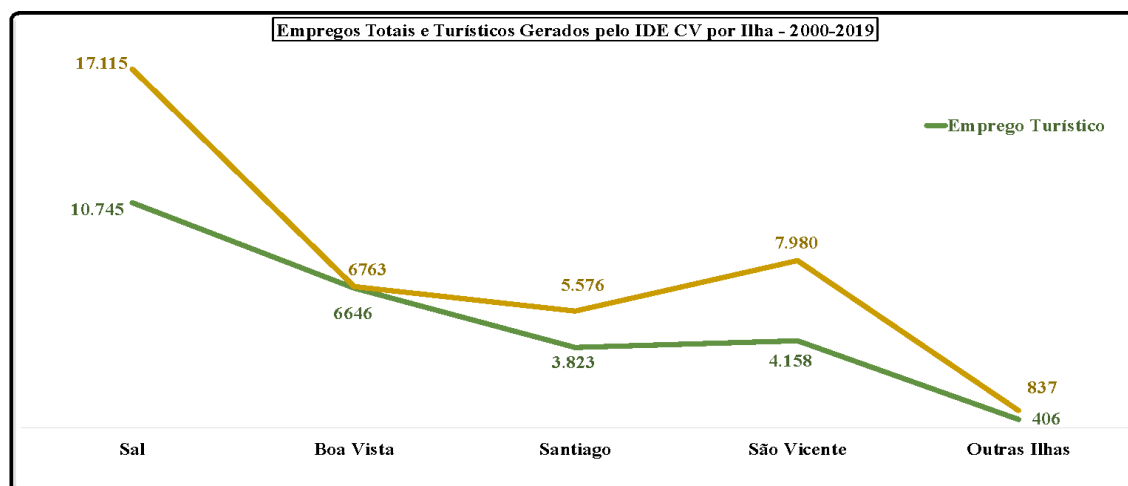
Gráfico 39 – Efeito no Emprego do IDE por Ilha - 2000-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Denota-se aqui, de forma visível, uma grande discrepância entre o peso populacional regional e o volume de emprego criado pelo IDE na respetiva ilha, demonstrando que a criação de emprego e a disponibilidade de mão-de-obra disponível para trabalhar andaram em sentidos inversos, pelo facto do IDE ter sido concentrado nas ilhas praticamente sem população, deixando as outras ilhas populosas com investimentos bastante residuais.

Gráfico 40 –Emprego induzido pelo IDE por Ilha - 2000-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

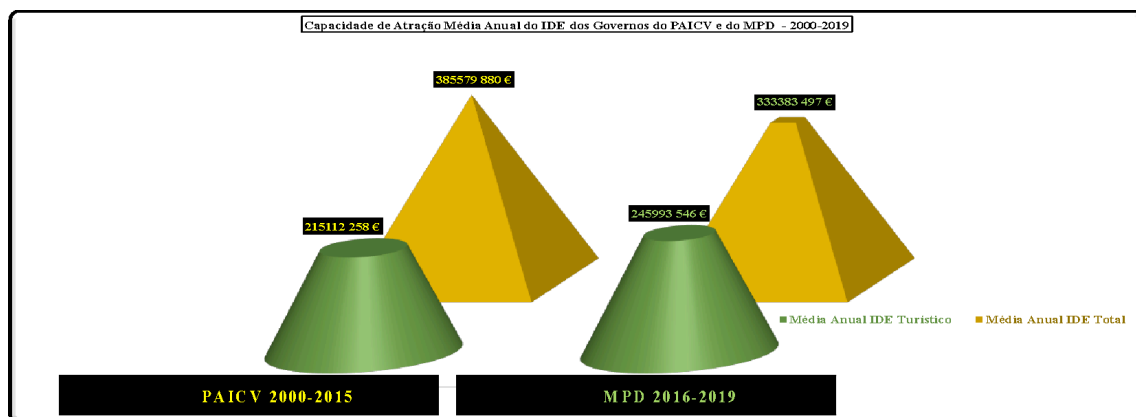
Este desacerto político-institucional veio a traduzir-se na migração massiva destas últimas para as primeiras, à procura dos bónus de turismo, criando, em consequência

um problema de perda de capital social nas ilhas de origem e de sobrecargas ambiental, económica, sociocultural e político-institucional nas ilhas de destino.

Um caso saliente é o da ilha de Santiago que, com 56% da população nacional, ou seja, o equivalente a 309.633 Pax, conseguiu, apenas, empregar 5.576 Pax, ou o equivalente a 3.823 Pax, no setor turístico, obrigando a respetiva população a uma deslocação massiva para as ilhas “turísticas” do Sal e da Boa Vista (nesta, incluindo até o Presidente da Câmara Municipal), com consequências gravosas também para estas, que viram as suas urbes guetizando, de forma progressiva e a respetiva população mudando, paulatinamente, de perfil e, quiçá, da própria identidade.

Muito se tem discutido em Cabo Verde sobre a ideologia dos dois partidos do arco do poder em Cabo Verde: o PAIGC/PAICV (partido do centro esquerdo, que governou o país durante 30 anos: 1975-1991 e 2001-2016) e o MPD (partido do centro direito, que governou (com o mandato já expresso pelo povo) o país durante 20 anos: 1991-2001 e 2016-2026), quanto à respetiva aposta no setor privado e na atração do IDE. No entanto, ao entrarmos numa análise mais científica dos dados, verificamos o seguinte:

Gráfico 41 – Média anual IDE atraído pelos governos do PAICV e MPD 2000-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

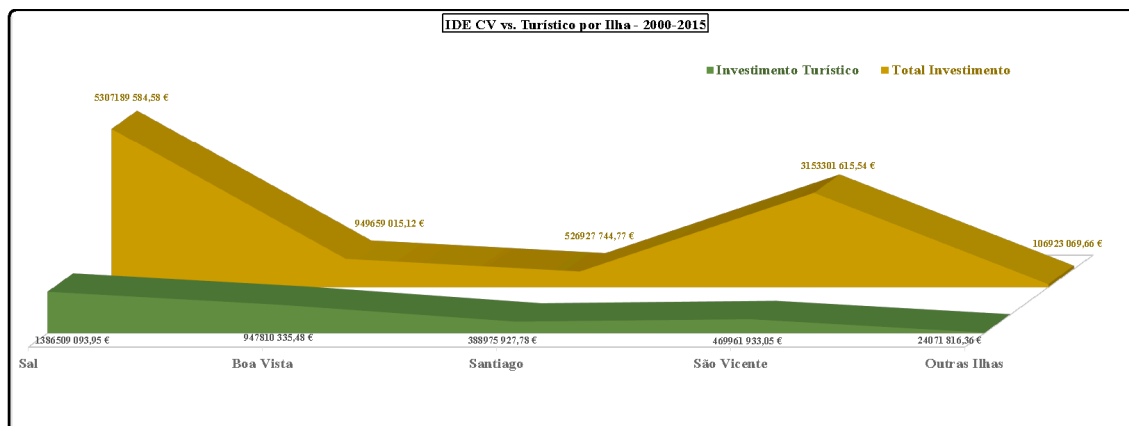
Da análise dos dados, pode-se observar que:

1. Ambos os partidos apostaram, fortemente, na captação do IDE;
2. Por esta razão, pode-se afirmar que a aposta no IDE constitui, consensualmente, um desígnio nacional;
3. Enquanto o PAICV apostou nos outros setores, através da sua estratégia de *clusters*, apresentada na Fig. 23, o MPD apostou mais em colocar o turismo no epicentro das

plataformas de desenvolvimento de Cabo Verde, apresentando uma média superior do IDE canalizado anualmente para o turismo.

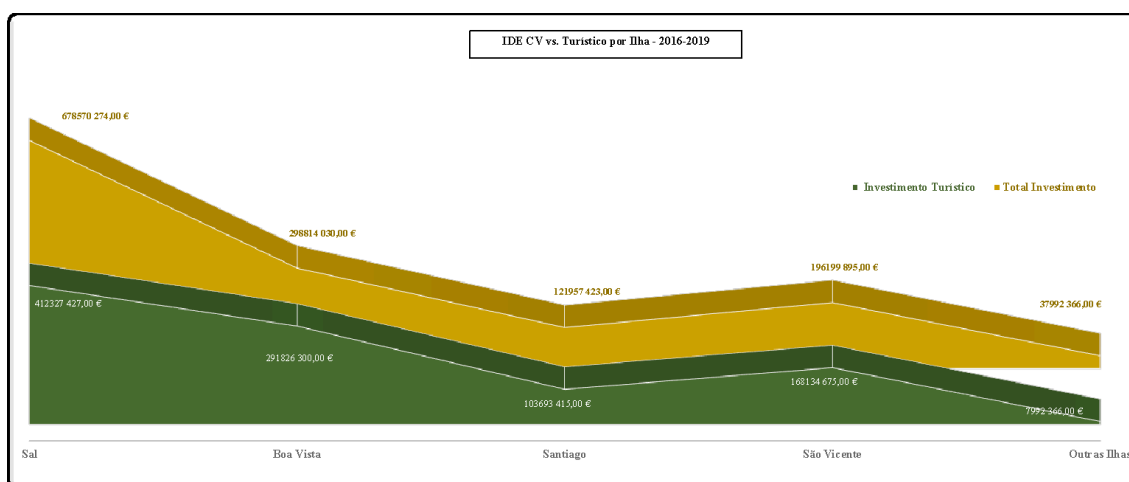
Em termos regionais, temos as seguintes apostas partidárias:

Gráfico 42 – Média anual IDE por ilha nos governos do PAICV 2000¹⁴⁴-2016



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Gráfico 43 – Média anual IDE atraído pelo governo do MPD 2016-2019



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Da leitura dos dois gráficos anteriores, numa ótica mais ideológico-partidária, pode-se concluir que ambos os partidos privilegiaram o IDE, não ficando evidenciado, neste â nenhuma grande diferença ideológica notória. No entanto, a perceção pública é que:

¹⁴⁴ Fica a ressalva que o ano de 2000 foi ainda sob o mandato do MPD.

1. Os governos do PAICV mostraram uma certa restrição à livre iniciativa privada, privilegiando, antes, um Estado desenvolvimentista forte, com uma aposta enequívoca na infraestruturação do país;
2. Os governos do MPD apostaram num setor privado dominante, num bom ambiente de negócio no mercado, deixando transparecer uma certa fraqueza político-institucional do Estado.

Em termos regionais, pode-se observar que, em ambos os partidos, as ilhas do Sal e de S. Vicente foram os grandes beneficiários desses importantes fluxos de financiamento privado, ficando as outras ilhas, mormente a de Santiago, numa situação desprivilegiada, com os respetivos impactos, positivos ou negativos, na dinâmica desenvolvimentista de cada ilha.

Esta estratégia então proposta, com a crise pandémica, ganhou ênfase e passou a ter agora eco junto da nova estrutura governamental eleita em Março de 2021, tendo, num contexto em que a dívida pública, segundo dados do BCV (2021), ascende a 156% do PIB e o limite do endividamento interno, sem o necessário consenso interpartidário, dificilmente será alargado, passou-se, assim, a ser equacionada a possibilidade de perdão de dívida por parte dos parceiros estratégicos de Cabo Verde, ou então, de transformação da dívida pública em incentivos públicos para induzir IDE em Cabo Verde, provenientes desses países.

Nesta perspetiva, Mascarenhas (2003: 88-92) concluiu que:

1. O modelo anteriormente apresentado, coincide também, em várias vertentes, com a visão do futuro de Cabo Verde transmitida pelos nossos atuais executivos no balanço do seu segundo ano de governação, que veem também no IDE, um fator catalisador do desenvolvimento nacional, assumindo paulatinamente o papel do “substituto natural” de uma APD, esta que nesta óptica está em vias de perder o estatuto do principal instrumento de financiamento do desenvolvimento de Cabo Verde.
2. O atual governo implementou, assim, um novo paradigma de desenvolvimento socioeconómico, ancorado na competitividade, que sob o lema: “construir a esperança”, tem como objetivo, a densificação de um tecido empresarial que seja capaz e eficiente. Embora tendo a sua inspiração no modelo de inserção dinâmica da economia cabo-verdiana na economia mundial, desenvolvido pelo anterior governo, este novo modelo procura, no entanto, autonomizar-se, diferenciando da sua fonte inspiradora, principalmente, no que tange às formas e procedimentos para a implementação das ações e medidas políticas, visando incrementar mais transparência e mais credibilidade nos atos governativos.

3. Para o atual Primeiro Ministro de Cabo Verde, é necessário que seja encontrado um outro modelo de desenvolvimento do país, que deve basear-se claramente na competitividade. É necessário expandir-se os fatores de competitividade, para que Cabo Verde possa atrair mais investimentos externos, disponha de espaço para a criação de um tecido empresarial forte e crie as condições de geração de riqueza, de acumulação e de investimento. Pois, o mesmo defende, que se se quer uma economia de base produtiva privada, deve-se trabalhar para criar as condições necessárias ao desenvolvimento do sector privado.
4. Para o efeito, é necessário que em Cabo Verde haja não apenas mudanças, mas sim, acima de tudo, a sua transformação, que deverá ser feita com rupturas em determinados segmentos da vida económica e social, acompanhadas de umas mudanças profundas de mentalidades, principalmente a nível de mudanças culturais de fundo, de capacidade de gestão e da capacidade de assunção dos riscos.
5. Esta mudança de mentalidade na nossa óptica, teria que passar pela melhoria da capacidade empresarial em termos de invenção, inovação e a assunção do risco, ao invés da imitação, que só serve para matar oportunidades de negócios e empresas potencialmente viáveis. Para ele ainda, o país precisa, urgentemente, de uma profunda transformação na dinâmica das relações entre o Estado e sociedade, desestatizando esse relacionamento, no nível de funcionamento das empresas cabo-verdianas.
6. No âmbito da sua análise o Chefe do atual Governo refere ainda, que devido a alguns elementos de vulnerabilidade, que Cabo Verde ainda tem, que não garantem a sustentabilidade do desenvolvimento, tais como: uma profunda vulnerabilidade a choques externos e à nossa fraca capacidade produtiva que não permite gerar recursos suficientes para autofinanciar investimentos estruturantes no país, Cabo Verde deverá continuar a beneficiar dos recursos disponibilizados ao grupo dos PMA - Países Menos Avançados¹⁴⁵, estando inclusive o executivo a trabalhar numa parceria estratégica com a UE, o que poderá levar, estribados nos acordos de Cotonou, a se atingir um estatuto especial junto da UE, estabelecendo um vínculo especial com esse espaço fundamental na economia global de hoje.

Estas análises servem para reforçar a convicção de longo prazo de que o passado, o presente e o futuro de Cabo Verde passam pelo exterior. É no âmbito de uma

¹⁴⁵ Segundo anunciou o atual Primeiro Ministro, em 15/11/2004, dentro poucas semanas as Nações Unidas deverão anunciar formalmente a passagem de Cabo Verde ao estatuto de PDM – Países de Desenvolvimento Médio, sendo, por isso, necessário que o país prepare durante os próximos três anos a sua estrutura socioeconómica, para poder se adaptar à nova conjuntura internacional, que o país vai ter que enfrentar. O primeiro reflexo negativo desta ascensão veio por parte dos EUA, com a exclusão de Cabo Verde do MCA para o ano 2004-2005, devido ao facto do seu rendimento per-capita (USD 4.863,00 em 2002) ser atualmente superior a USD 1.500,00 que corresponde ao limite máximo estipulado para se aceder a esse fundo, tendo Marrocos substituído Cabo Verde na partilha desse importante “bolo”.

estratégia pensada e consensualizada de extroversão do país, que devem ser fincados os alicerces para a edificação da competitividade-país e da sustentabilidade destas Ilhas, pelos fundamentos teóricos e empíricos seguintes:

Ao analisar-se o perfil dos PEID, ventilado por Sarmiento (2019), vem à tona a inquestionável realidade de que, não obstante as características comuns, estes apresentam, também, diferenciações relevantes, as quais podem servir de fase para os categorizar, em quatro tipologias principais de sistemas económicos insulares, sintetizadas por Brito (2013a: 11)¹⁴⁶, nos seguintes termos:

1. **Economias Insulares Remotas** – as que se caracterizam pela situação de pobreza e fragmentação, apesar de evidenciarem alguma diversificação produtiva. Estas são economias de pequena dimensão e de acessibilidade reduzida, pelo que ficam condicionadas às condições da integração internacional;
2. **Sistemas Económicos Periféricos** – os que evidenciam vulnerabilidades no que respeita ao aproveitamento do valor acrescentado das exportações e à adaptação às alterações do mercado internacional, apesar de revelarem tendência para a especialização;
3. **Pequenos Estados Insulares Importadores** - os que são claramente dependentes dos fluxos de cooperação internacional, das remessas enviadas pelos emigrantes e do turismo, podendo ainda coincidir com regiões que mantém, pelas mais diversas razões, uma administração externa;
4. **Integrados no Mercado Internacional** - aqueles cujos sistemas centrais beneficiam das vantagens das economias de escala, bem como do valor acrescentado das exportações, conseguindo adquirir *know-how*.

Em cada uma dessas categorias fica evidenciada uma ligação umbilical destes territórios insulares com o exterior, nomeadamente, com o sector turístico. Vivendo o turismo da diferenciação, estes PEID, procuram a exploração das suas diferenças e até das suas vulnerabilidades, na tentativa, por vezes, até desesperada, de identificar um recurso material ou imaterial que seja exclusivo e transformá-lo, conseqüentemente, em vantagens competitivas que sejam vendáveis no mercado global.

Em qualquer categoria destas micro realidades, o Resto do Mundo, na qualidade de emissor e/ou destinatário de importantes fluxos económicos aí produzidos, acaba, assim, por ter um papel peremptório e ascensionário sobre os outros agentes

¹⁴⁶ Proposta formulada por Dirk Godenau em 1996.

económicos locais, nomeadamente: as famílias, as instituições financeiras, as empresas e, até o próprio estado.

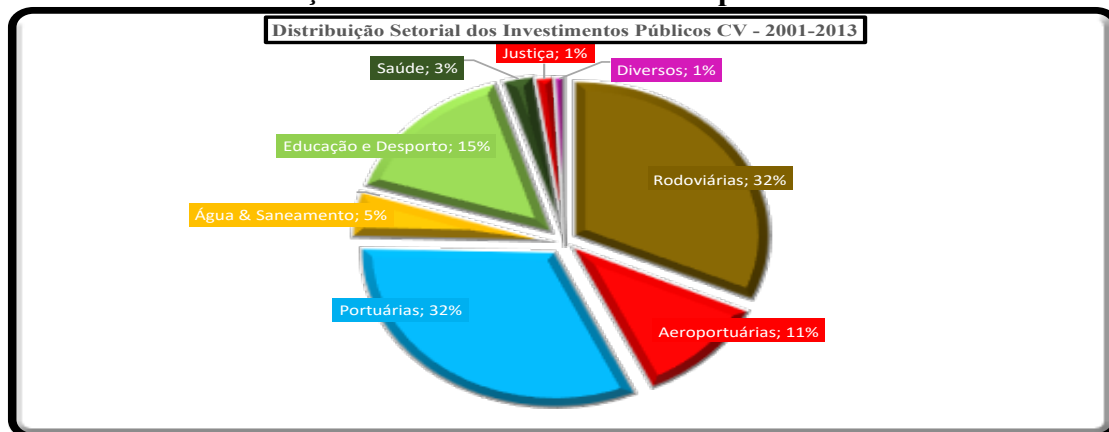
Face a estas vulnerabilidades implícitas nos perfis supramencionados dos PEID, demanda-se um Estado forte, para compensar as imperfeições do mercado e/ou para chegar lá onde o privado não quer ou não pode chegar.

Segundo RTC (2019), como demonstra o estudo da OCDE:

1. A graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio teve algumas consequências negativas no processo de desenvolvimento do arquipélago, sendo a mais preocupante o nível atual de sobre endividamento.
2. O relatório da OCDE mostra que a atribuição a Cabo Verde do estatuto de País de Desenvolvimento Médio merece uma nova abordagem, pois ocorreu quase em simultâneo com uma crise financeira global que afetou muitos dos parceiros tradicionais de Cabo Verde.
3. O estudo piloto sobre o Financiamento da transição ocorrida em 2007, elaborado pela organização para a cooperação e desenvolvimento económico, vem ainda demonstrar que não faz sentido que um país que se tenha graduado se veja privado, de um momento para o outro, do apoio continuado, previsível e sustentável por parte dos doadores.
4. Para o Director da Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, mostra Cabo Verde como um exemplo de um país insular, cuja graduação deve merecer uma outra abordagem por parte da comunidade internacional.

Neste contexto, como a seguir se procura demonstrar, os sucessivos governos cabo-verdianos, num sistema quase bi-partidário e alternado, têm feito um esforço incomensurável, para, face a escassez, por vezes gritante, de recursos, realizar investimentos públicos, infraestruturais e outros, de modo a dotar um país que tem ainda tudo por fazer, de alguma capacidade competitiva, neste mundo globalizado e altamente concorrencial:

Gráfico 44 – Distribuição setorial dos investimentos públicos 2001-2013



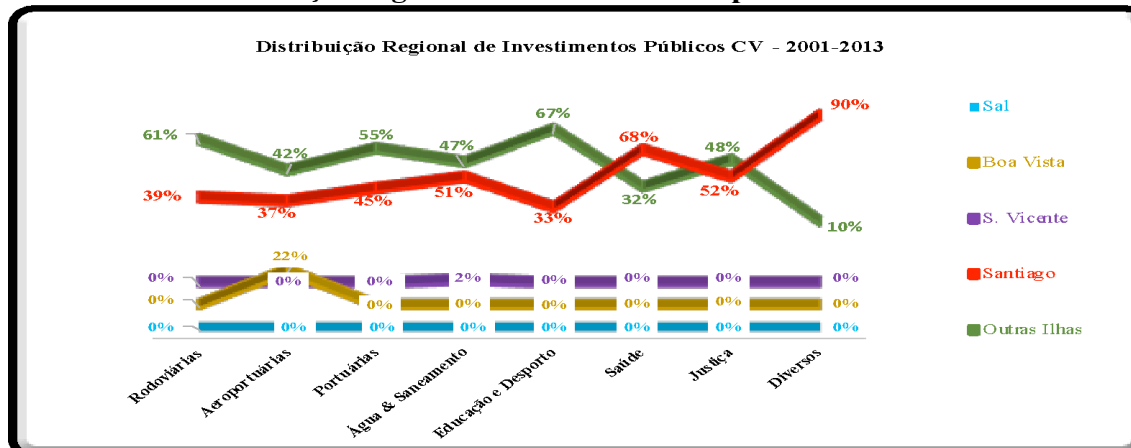
Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

O período em análise, que contempla, precisamente, o da transição de Cabo Verde para o PDM, demonstra uma política inceciva do governo de então de Cabo Verde para realizar, mormente, investimentos infraestruturais, a níveis de:

1. Portos (32%);
2. Rodovias (32%);
3. Estabelecimentos de ensino e de desporto (15%);
4. Aeroportos (11%);
5. Água & saneamento (5%);
6. Infraestruturas de saúde (3%);
7. Infraestruturas de justiça (1%);
8. Diversos (1%).

Estes eram os meios públicos considerados indispensáveis para relançar a economia nacional, no período pós concessionalidade da APD.

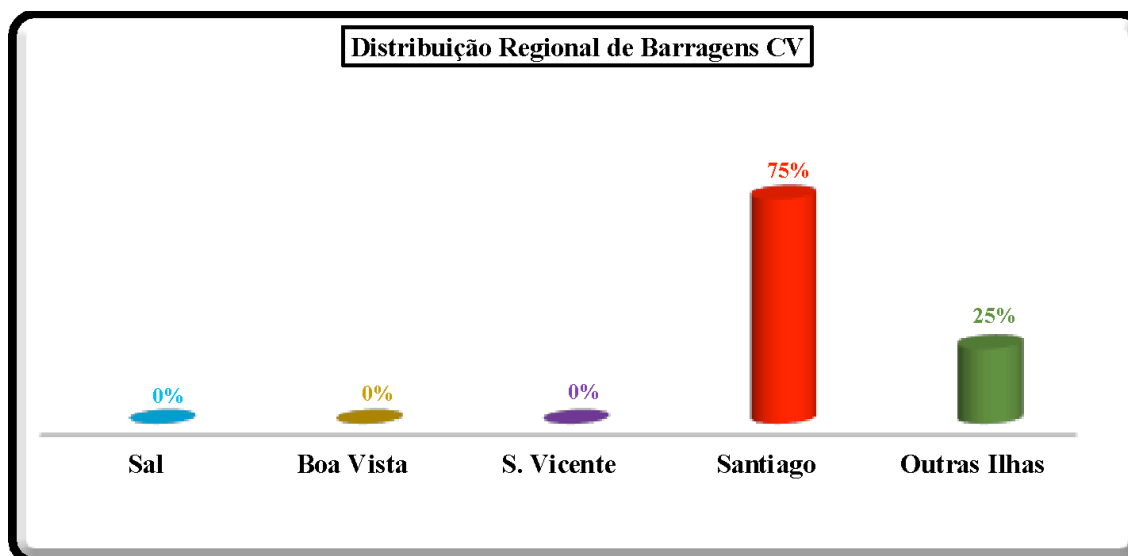
Gráfico 45 – Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2001-2013



Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

É de se realçar que, nesse período, Santiago e as outras ilhas não turísticas, talvez por compensação, face à penúria do IDE, mereceram alguma atenção do então Governo, em termos de investimentos públicos, mormente, a nível de barragens, recebendo esta ilha 6 em 8, o que corresponde a 75 das mesmas, como se pode ver no gráfico seguinte, sendo as outras duas distribuídas entre as ilhas de Santo Antão e de S. Nicolau:

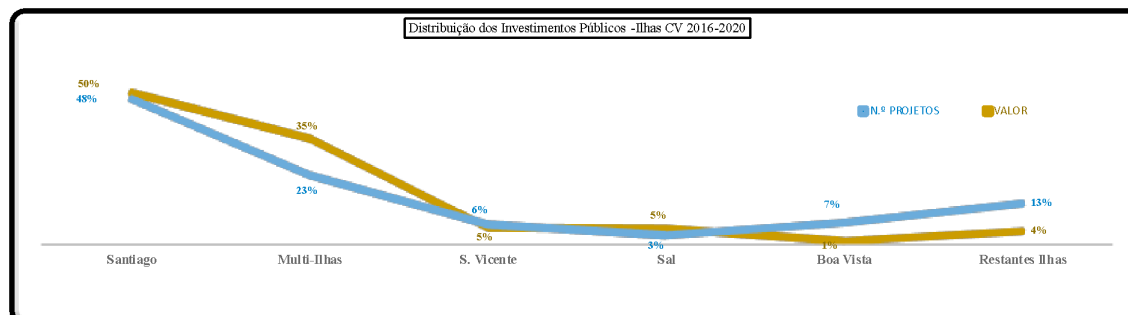
Gráfico 46 – Distribuição regional de barragens CV 2001-2013



Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

Quando o período de análise incidir sobre o mandato do MPD, na IX Legislatura – 2016-2021, verifica-se que a tendência para se proteger as ilhas com maior dotação populacional e maior dificuldade em captar IDE manteve-se, sendo a ilha de Santiago a maior beneficiada, com 48% do total dos projetos e 50% do valor do investimento público realizado no país e as restantes ilhas “não turísticas” com 13% e 4%, respetivamente:

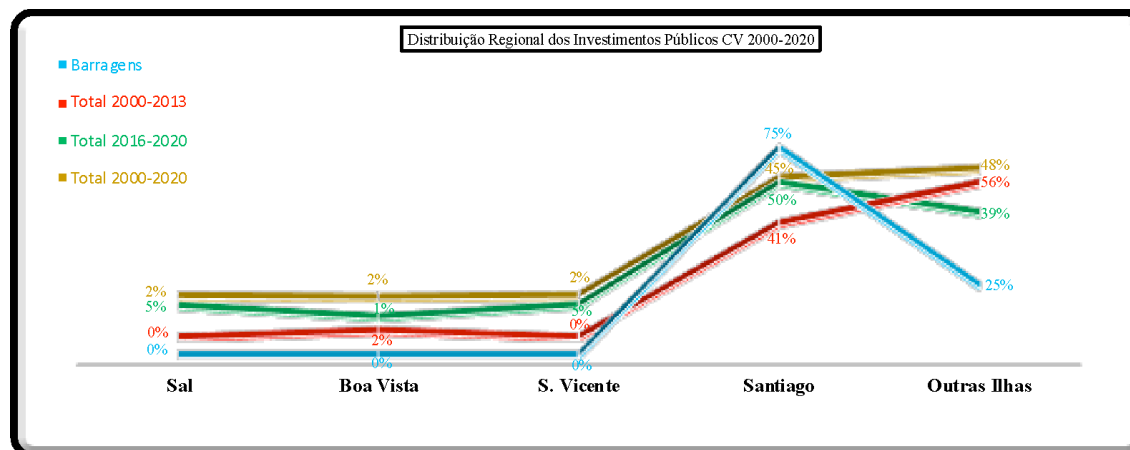
Gráfico 47 – Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2016-2020



Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

No gráfico seguinte constata-se que a ilha de Santiago, albergando mais de 56% da população residente em Cabo Verde foi, numa lógica de custo/benefício, merecedora de investimentos públicos regionais, porque seria uma forma racional de fazer chegar que os benefícios daí advenientes chegassem à população:

Gráfico 48 – Distribuição regional dos investimentos públicos CV 2000-2020

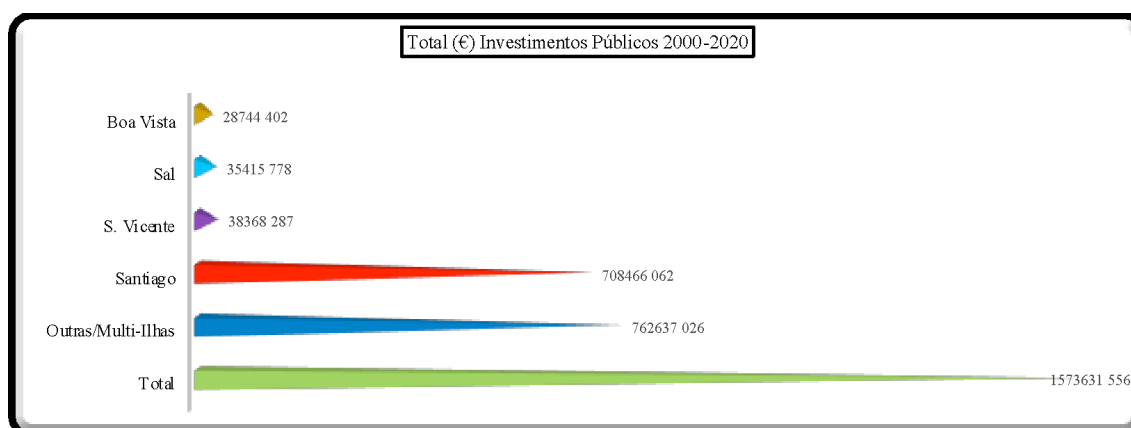


Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

Em termos absolutos, pode-se, também, observar que a ilha de Santiago arrecadou cerca de 708.466.062,00€ de investimentos públicos, em paridade quase com as outras ilhas “não turísticas”. A ilha da Boa Vista foi a que beneficiou menos dos investimentos públicos, sendo esta discriminação negativa perceptível, logo na chegada à respetiva capital regional, Sal Rei, onde não se consegue identificar nenhuma infraestrutura pública, nomeadamente: estradas asfaltadas, praças, arruamentos, edifícios públicos, pedonais, calçadas, habitação social para realojamento da população das barracas, infraestruturas de saúde, etc., que pudessem fazer este segundo destino turístico nacional ser minimamente atrativo, competitivo e sustentável.

Na entrevista feita ao Edil boa-vistense ficou este sinal de alerta, e até, de alguma impotência e de frustração que, se nada for feito para se inverter, atempadamente, o rumo das coisas, a ilha da Boa Vista, não será, a prazo, nem competitiva nem sustentável, fazendo, assim, perigar o sucesso um destino certo.

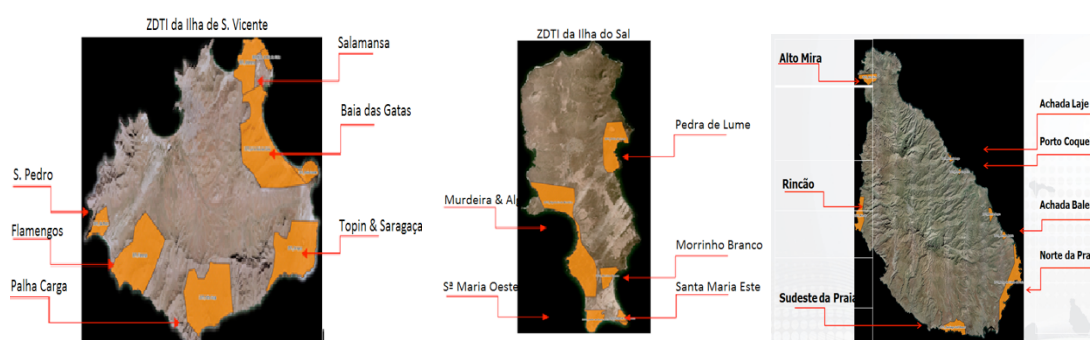
Gráfico 49 – Distribuição regional dos investimentos públicos (€) CV 2000-2020



Fonte: Ministério das Finanças CV (2020)

Nesta perspetiva, cabe ao Estado num PEID, além da realização desses importantes investimentos públicos, assegurar, também, a força das suas instituições, de modo a induzir o respetivo processo de desenvolvimento, de forma competitiva e sustentável, num contexto em que é exercido uma enorme pressão, mormente, externa, tendo em vista a priorização do interesse externo, por vezes, em detrimento do da comunidade local, nomeadamente, no âmbito da sempre complexa gestão territorial, como demonstram os gráficos seguintes, concernentes à gestão das ZDTI's:

Fig. 19 - ZDTI's regionais decretadas em Cabo Verde



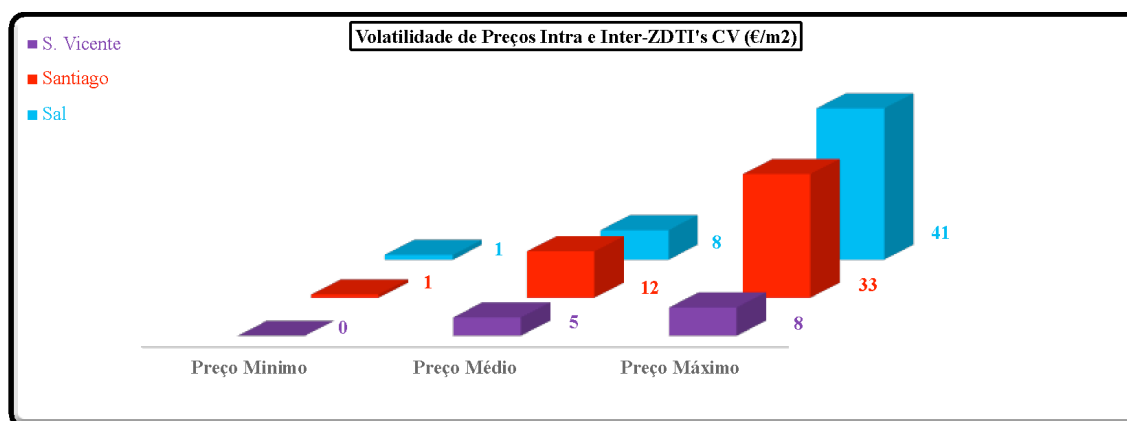
Fonte: CVTradeinvest (2020)

A gestão das ZDTI's constitui um dos fatores mais críticos de gestão, num contexto, em que as nossas instituições têm demonstrada alguma incapacidade para garantir, mormente a fiscalização que se impõe, no âmbito da boa gestão da coisa pública.

O primeiro fator crítico de gestão das ZDTI's prende-se ausência de um critério uniforme para o preçário aplicado na venda dos terrenos nas ZDTI's, como revela o

gráfico infra, podendo permitir, perante um preço oficial demasiado baixo em relação ao preço dos terrenos nos respetivos mercados regionais, comecem a surgir casos de especulação imobiliária, corrupção e, conseqüentemente, de má gestão da coisa pública:

Gráfico 50 – Volatilidade de preços intra e inter-ZDTI's CV (€/m²)



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Pode-se observar no gráfico anterior que o preço praticado nas ZDTI's que vão desde 0€/M² até 41, 00 €, este que, mesmo atingindo o seu valor máximo, estaria muito aquém do valor dos terrenos no mercado, podendo esse hiato ser, eventualmente¹⁴⁷, na ordem de 500%, o que, a verificar-se, poderá abrir espaço para um “fundo sem fundo”.

No entanto, vários terrenos nas ZDTI's forma alienados, como demonstram os gráficos seguintes, deixando sem um critério perceptível, a olho nú, algumas ZDTI's quesa superlotadas, até com projetos fantasmas, que nunca saíram do papel e outras que, paradoxalmente, engavetadas a “sete chaves”, durante décadas a fio, hipotecando do *take off* de alguns destinos estratégicos, nomeadamente, o de Santiago.

¹⁴⁷ Por depender de fatores incontroláveis, nomeadamente: especulativos, de expetativas, etc. que fazem funcionar o mercado.

Quadro 44 - Publicação das ZDTI's CV

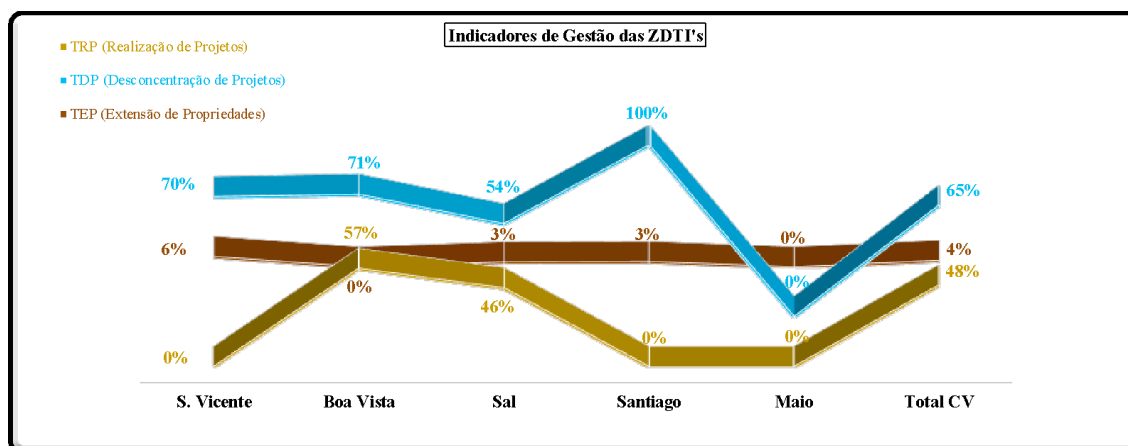
| Ilha | Quant. | ZDTI | Área | Ref. B.O. | Data Publicação |
|-------------|--------|-----------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------------|
| SANTIAGO | 1 | Norte da Praia | 1.650 hectares | D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 2 | Achada Baleia | 351 hectares | D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 3 | Mangue Monte Negro | 155 hectares | D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 4 | Porto Coqueiro | 26 hectares | D - L Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 5 | Achada Laje | 68 hectares | D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 6 | Santiago Golf Resort | 990 hectares | D - R Nº 9/98 B.O Nº 48 I Serie | 31 de Dezembro de 1998 |
| | 7 | Achada Rincão | 679 hectares | D - R Nº 13/07 B.O Nº 44 I Serie | 03 de Dezembro de 2007 |
| | 8 | Alto Mira | 86,4 hectares | D - R Nº 14/07 B.O Nº 44 I Serie | 03 de Dezembro de 2007 |
| SAL | 1 | Santa Maria - Nova Delimitação | 393,09 hectares | D-R Nº 14/09 B.O Nº 32 I Serie | 10 de Agosto de 2009 |
| | 2 | Pedra de Lume - Reconfigurado | 640 hectares | D - R Nº 11/05 B.O Nº 50 I Serie | 12 de Dezembro de 2005 |
| | 3 | Murdeira Algodoeiro | 2.085 hectares | D - R Nº 12 B.O Nº 11 I Serie | 13 de Março de 2006 |
| | 4 | Morrinho Branco | 266,5 hectares | D - R Nº 14/07 B.O Nº 44 I Serie | 03 de Dezembro de 2007 |
| SÃO VICENTE | 1 | Praia Grande | 200 hectares | D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie | 23 de Maio de 1994 |
| | 2 | São Pedro Reconfigurado | 197 hectares | D - R Nº 7/08 B.O Nº 32 I Serie | 25 de Agosto de 2008 |
| | 3 | Palha Carga com Expansão | 1.208,8 hectares | D - R Nº 5/06 B.O Nº 28 I Serie | 18 de Setembro de 2006 |
| | 4 | Baía das Gatas - nova Delimitação | 1.671 hectares | D - R Nº 5/2011 B.O Nº 4 I Serie | 24 de Janeiro de 2011 |
| | 5 | Vale de Flamengos | 1.275 hectares | D - R Nº 12/07 B.O Nº 44 I Serie | 03 de Dezembro de 2007 |
| | 6 | Salamanca | 506 hectares | D - R Nº 05/08 B.O Nº 32 I Serie | 25 de Agosto de 2008 |
| | 7 | Saragaça | 1.107 hectares | D - R Nº 06/08 B.O Nº 32 I Serie | 25 de Agosto de 2008 |
| BOAVISTA | 1 | Chaves | 1.654 hectares | D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 I Série | 19 de Março de 2007 |
| | 2 | Santa Monica | 3.432 hectares | D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 I Série | 19 de Março de 2007 |
| | 3 | Morro de Areia | 624 hectares | D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 I Série | 19 de Março de 2007 |
| MAIO | 1 | Sul da Vila do Maio | 770 hectares | D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 I Série | 23 de Junho de 2008 |
| | 2 | Ribeira D.João | 1.060 hectares | D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 I Série | 23 de Junho de 2008 |
| | 3 | Ponta de Pau Seco | 224 hectares | D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 I Série | 23 de Junho de 2008 |

Fonte: CVTradeinvest (2020)

Do quadro supra pode-se constatar que as ilhas com maior dotação de ZDTI's são a de Santiago, com 8 e a de S. Vicente, com 7 zonas, respetivamente.

No entanto, o gráfico seguinte permite avaliar melhor a performance na gestão das mesmas, tendo em conta os terrenos alienados, os projetos aprovados e os implementados:

Gráfico 51 – Indicadores de gestão das ZDTI's CV



Fonte: CVTradeinvest (2020)

Depara-se que a ilha de Santiago é aquela que apresenta maior n.º de projetos desconcentrados. Mas, no entanto, é aquela cujo nenhum projeto foi implementado, tornando-se legítimo todo e qualquer tipo de especulação.

Neste contexto, torna-se aconselhável analisar-se os desafios de fiscalização preventiva e/ou sucessiva e de controlo nas 4 dimensões da Boa Governação: i. Eficiência, ii. Transparência, iii. Responsabilização e iv. Estado de Direito.

Nesta linha de pensamento, torna-se imprescindível a criação de uma sinergia salutar entre os investimentos endógenos, o IDE, os investimentos públicos e uma gestão territorial assídua, para que Cabo Verde possa se afirmar como um país plataforma, ou seja, um país que, não dispondo de capacidade para endogeneizar todos os fluxos socioeconómicos que por lá passam, transforma-se numa placa giratória que faz mover uma economia de circulação, aproveitando a sua relação privilegiada com o mar para fazer a ponte, mormente, entre as principais transações transatlânticas.

O mapa da figura infra expõe, de forma inequívoca, a distribuição geográfica dos PEID, demonstrando a sua relação umbilical com o mar:

Fig. 20 – Mapa dos PEID



Fonte: <https://www.google.com/small+island+developing+states>

Fica também evidenciada, a partir do mesmo mapa, que as ZEE dos PEID são constituídas quase exclusivamente por água, representando a parte terrestre uma quota

ínfima do respetivo território. Esta característica morfológica específica faz com que o convívio com o mar seja um destino natural que cruza, de forma indelével, com o desses países.

No caso de Cabo Verde, esta característica física coletiva impôs-lhe, naturalmente, o estatuto de um “país-plataforma”, devido, em parte, à elevada discrepância existente entre a sua superfície terrestre, de apenas 4.033¹⁴⁸ km² e a respetiva zona marítima económica exclusiva, que, segundo http://www.portugalcaboverde.com/item1_lang_1_id_channel_23_id_page_162.html,

Representa uma área total de 734.265 Km², correspondendo a cerca de 9.4% da ZEE de toda a África Subsaariana. Ou seja, Cabo Verde dispõe de cerca de quase 200 vezes mais mar do que terra.

Sendo, por natureza, um “país-plataforma” e fragmentado, no meio do Oceano Atlântico plantado, com aproximadamente 99,5% de superfície líquida¹⁴⁹, i.e., de água à volta, Cabo Verde, vê-se, ao longo da história obrigado a vencer a força do mar, transformando-o num fator de unificação, ao invés de separação, do seu povo, do seu exíguo mercado e com o Resto do Mundo, que funcionou sempre, como uma “árvore” de soluções, para fazer face à “árvore” dos seus problemas internos.

De acordo com esta análise, com o mapa anterior e com o pensamento de Brito (2013a-b), pode-se deduzir que o que escasseia nos PEID, em termos de dimensão territorial, por vezes populacional e de recursos, excede-lhes, em termos de desafios, nomeadamente, no concernente às dificuldades de acionar instrumentos estratégicos para prever e solucionar problemas, mormente os derivados dos novos tempos, com consequências ambientais, sociais e económicas extremamente nefastas e, por vezes, imprevisíveis e incontroláveis pelo Homem.

¹⁴⁸ A superfície terrestre cabo-verdiana representa apenas 0,55% da respetiva ZEE. I.e., cerca de 99,45% da ZEE cabo-verdiana é mar.

¹⁴⁹ Cabo Verde continua, no entanto, paradoxalmente, a ver o seu povo padecer de sede, sujeitando-se a ter, *ad eternum*, nas suas preces, o tão almejado líquido precioso, mormente, face aos sinais dos novos tempos, com reflexos quase irreversíveis ao nível das alterações climáticas, as quais têm este PEID como um dos seus alvos “prediletos / primários”.

Na ótica de Brito (2013b: 10), como responsáveis para estes malefícios, que afetam sobremaneira estes PEID: “são consideradas três formas principais de atuação, identificadas e definidas como potencialmente produtoras de impactos negativos agravados:

1. A ação das empresas ou corporações, nacionais ou estrangeiras;
2. A relação de dependência que as comunidades locais têm vindo a estabelecer com os recursos naturais e que se tem mantido ao longo de gerações;
3. A atividade turística que, apesar de ser ainda incipiente por comparação a outras regiões do Mundo, tem sido objeto de interesse com incremento ao nível da procura”.

O sector turístico, sendo hipersensível aos fenómenos naturais, por vezes incontroláveis, que, tal como os fenómenos sociopolíticos, como é o caso do terrorismo e das doenças infectocontagiosas, vêm ocorrendo em alguns destinos turísticos, têm feito com que os fluxos turísticos tenham ganho alguma oscilação, alterando o destino de orientação, dando preferência para destinos turísticos mais estáveis, onde são minimizadas as probabilidades de ocorrência de desastres naturais e/ou de catástrofes.

Estes fenómenos naturais passaram a constituir, assim, uma desvantagem competitiva, para os destinos turísticos onde eles ocorrem com alguma intensidade e/ou assiduidade, principalmente os países que não disponham de capacidade preventiva e corretiva das respetivas causas e efeitos.

Esta é uma das fortes razões para que o novo Governo, recentemente, reeleito em Cabo Verde para a X Legislatura¹⁵⁰, tenha eleito como prioridade para a retoma turística no pós-COVID-19, a vacinação de pelo menos 70% da população cabo-verdiana, de modo a conseguir-se a tão desejada imunidade de grupo, permitindo, assim, a venda do país como um destino turístico seguro, junto dos principais países emissores, conjetando, para o efeito, inclusive, a possibilidade dos grandes TO's virem a assumir a vacinação integral da população das ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista.

¹⁵⁰ IX Legislatura: 2016-2021 e X Legislatura: 2021-2026.

Pois, entendem que, numa pura lógica de análise de custo / benefício, esse hipotético investimento privado seria altamente rentável, para os próprios investidores, ao permitir, hipoteticamente, um "desconfinamento" antecipado desses dois importantes destinos turísticos cabo-verdianos.

Retomando e tendo como referência as quatro tipologias principais de sistemas económicos insulares, apresentadas por Brito (2013a: 11), pode-se, pelas suas características morfológico-ambientais, socioeconómicas, político-institucionais, deduzir que Cabo Verde, ao longo dos seus 46 anos como país independente, fez o seu “percurso das pedras”, passando, em cada estágio do seu processo de desenvolvimento, por cada uma das três categorias preliminares, na qualidade de: 1. Economias Insulares Remotas; 2. Sistemas Económicos Periféricos e, atualmente, na de Pequenos Estados Insulares Importadores.

Nesta última atual fase, a sua relação de dependência com o Resto do Mundo, sob a forma de importação, exportação, captação do IDE, receção da APD e reciclagem das remessas dos emigrantes, tem se revertido numa fonte preciosa para conseguir o “dinheiro barato” e os recursos estratégicos, os quais, segundo Negrão (2001), são imprescindíveis para a indução do seu processo de desenvolvimento, almejado como sustentável, no horizonte 2030, altura em que se espera estarem reunidas as condições necessárias e suficientes para a respetiva ascensão à ambicionada categoria de um PEI Integrado no Mercado Internacional.

No entanto, este percurso de longo prazo, fazendo fê no que reza a história, bem como nas evidências teóricas e empíricas, poderá vir a ser virtuoso para uns (poucos) e sinuoso para (muitos) outros. Concomitantemente, conforme a premissa traçada por Sarmiento (2019) no introito do presente subponto, os PEID apresentam também, de forma mais ou menos existencial, diferentes graus de vulnerabilidade, os quais, se não forem atempadamente equacionados e resolvidos, poderão descompassá-los no ritmo de chegada individual à meta ou, até, fazer perigar os pontos constantes na respetiva Agenda 2030.

Um dos FCS nesse percurso tem a ver com a perspetiva definida por Friedman (2010), segundo a qual a geografia (nas dimensões tangível e intangível) constitui um elemento chave para o rompimento do ciclo vicioso da pobreza e a indução de um

novo ciclo virtuoso do desenvolvimento, mormente, para os países em desenvolvimento, face ao atual contexto de globalização, que marca e marcará o ambiente em que se estabelecerá as REI durante o século XXI. Nesta ótica, tendo em consideração que alguns desses países são, por agravante, arquipelágicos e de estarem, conseqüentemente, isolados de quase tudo e de todos, como é o caso de Cabo Verde, fruto desta adversa condição geográfica, vêm a sua correspondente situação de vulnerabilidade oscilar, positiva ou negativamente, relativamente aos seus pares, ainda que pertençam à mesma categoria.

Esta oscilação referenciada, deve-se, acima de tudo, ao facto desses mesmos países disporem de condições diferenciadas de acesso aos: recursos estratégicos, mercados (interno e externo), fatores de competitividade e de especialização económicas, o que acaba por se repercutir também, direta ou indiretamente, nos diferentes graus individuais de vulnerabilidade ambiental, económica, social e/ou político-institucional e, corolariamente, nos respetivos níveis de dependência externa e sustentabilidade interna.

Nesta perspetiva, para uma melhor compreensão e mensuração do nível de vulnerabilidade dos PEID, Ferreira (2006: 38) propôs o EVI – Índice de Vulnerabilidade Económica, que, na perspetiva deste autor, contém as cinco componentes seguintes, que servem de bitola, para se poder fazer uma análise comparativa a nível intra-grupal:

1. Dimensão da população;
2. Instabilidade da produção agrícola;
3. Parte da manufatura e dos serviços modernos no PIB;
4. Concentração das exportações de bens e serviços;
5. Instabilidade das exportações.

Esses importantes componentes foram, de forma sucinta e genérica, seguidamente analisados, sendo, com mais detalhe, com mais detalhe abordadas no estudo de caso de Cabo Verde, reservado para o terceiro capítulo desta tese. Neste deram sinais captáveis para qualquer observador atento, ainda que na ausência preliminar de dados

científicos apurados¹⁵¹, que este PEID demonstra, mesmo à vista desarmada, um nível de vulnerabilidade considerável¹⁵², tendo em conta as respetivas características socioeconómicas seguintes:

1. **A dimensão da populacional** constitui, de facto, um dos principais *handcaps* da economia cabo-verdiana. Pois, quando, no contexto universal, se assiste ao desaparecimento paulatino da classe média, um dos motores expressivos da economia mundial, pelo facto de ter vindo a perder os seus membros e, conseqüentemente, a respetiva expressão, com o afunilamento para os dois extremos das estruturas sociais: ricos (“classe superior”) e pobres (“classe inferior”), fazendo com que a classe intermédia perca a sua dimensão quantitativa e qualitativa e, corolariamente, a sua grande capacidade negocial e de criar escala, no contexto cabo-verdiano, face à exiguidade populacional, não se consegue fugir a esta tendência universal, mormente, pelo facto de ser um país essencialmente turístico, cujos principais consumidores são provenientes do mercado global.

Nesta realidade, lida-se, por esta razão, com o agravante da dimensão populacional total estimada, pelo INE-CV para o ano de 2019, é de 550.483 (556.857, para 2020 e 563.198, para 2021) habitantes, repartida, de forma inequitativa e/ou entre as nove ilhas habitadas do país, sendo que apenas na ilha de Santiago se encontra concentrada mais de 56% da população cabo-verdiana residente no território, uma vez que estima-se que mais de dobro da população residente se encontra na Diáspora, com destaque espacial para os EUA, onde se estima que residem mais cabo-verdianos (e descendentes) do que os residentes em Cabo Verde (país de origem). Por esta razão, Cabo Verde, é, neste quesito, um país diferenciado, requerendo, por isso, uma análise também diferenciada.

Um outro fator que marca, de forma indelével, a (in)capacidade de escala no mercado cabo-verdiano é a descontinuidade territorial. Esta questão estrutural tem efeitos diretos na constituição e na segmentação do mercado interno, refletindo, de forma crítica, na competitividade e, conseqüentemente, na sustentabilidade da economia cabo-verdiana. Pois, existem grandes dificuldades na atração e rentabilização de investimentos públicos e privados de grande porte, em grande parte das ilhas,

¹⁵¹ Dos quais procurou-se munir ao longo deste e do próximo capítulos.

¹⁵² Não obstante o seu posicionamento no âmbito do *ranking* que se possa, eventualmente, daí resultar.

problema só mitigável com recurso aos consumidores externos: turistas e/ou através de exportação direta de bens e serviços, mormente para o mercado da EU, uma vez que para a CEDEAO, zona integrada da qual Cabo Verde faz parte, é ainda uma miragem, não obstante a entrada em vigor, com efeito a 01 de janeiro de 2021, da ZCL africana, permitindo o acesso livre a mais de 1.300.000 de consumidores potenciais.

Conforme defende Carlos Lopes, in <https://inforpress.cv/zona-de-livre-comercio-em-africa-ajuda-a-criar-ate-10-milhoes-de-empregos-ano-carlos-lopes/>:

1. O aumento demográfico vai gerar um crescimento do consumo e da urbanização, (...) a população jovem de consumidores africanos “é um potencial enorme” da África.
2. Olhar-se para um mercado agora de 1,3 mil milhões de pessoas, mas que pode chegar a muito mais do que isso, prevendo-se que, em 2040, já sejam dois mil milhões.

Este potencial populacional africano pode ser também, indiretamente, extensível a Cabo Verde, que, por esta via, poderá aumentar a sua capacidade de escala e, com isso, ganhar mercado potencial e, conseqüentemente, vantagem competitiva, nesta “aldeia global” altamente concorrencial.

O referido autor, in <https://expressodasilhas.cv/economia/2019/10/16/mercado-unico-africano-vai-ser-benefico-defende-carlos-lopes/66161>, vai ainda mais longe, acrescentando que:

1. A assinatura do acordo que cria o mercado comum africano vai ser benéfico para os seus signatários.
2. Desde logo um aumento e um crescimento da economia africana, mas também a possibilidade de criar mercados internos que permitem isolar a indústria africana nascente da concorrência internacional que é muito pesada.
3. Isso significa que o mercado africano passa a ser muito atrativo e mesmo os investidores externos vão querer considerar muito mais facilmente o investimento num país pequeno, porque esse país deixa de ser visto isoladamente, mas como fazendo parte de um corpo muito maior para onde se pode exportar.
4. Uma das grandes vantagens do continente africano é a sua demografia. A natalidade elevada e a baixa média de idades permitem “repor um certo equilíbrio mundial, porque há um envelhecimento muito grande da população nos países com economias mais maduras.

2. No que concerne à **instabilidade da produção agrícola**, Cabo Verde já enfrentou nos últimos cinco anos, quatro anos consecutivos (2016-2019) de seca extrema, em

que não se conseguiu nenhuma produção significativa de alimento e de pastos, com consequências desastrosas para o ecossistema e para a população local.

No entanto, paradoxalmente, no presente ano, para contrariar a penúria extrema deste precioso líquido, mesmo não sendo suficiente para garantir um bom ano agrícola, segundo o Instituto de Meteorologia e Geofísica de Cabo Verde, o país experimentou em apenas dois dias do mês de Setembro de 2020 mais pluviometria que a média anual das últimas décadas, fazendo esta situação paradoxal lembrar um ditado popular local que professa que: “*em Cabo Verde, o povo morre de sede ou morre afogado*”.

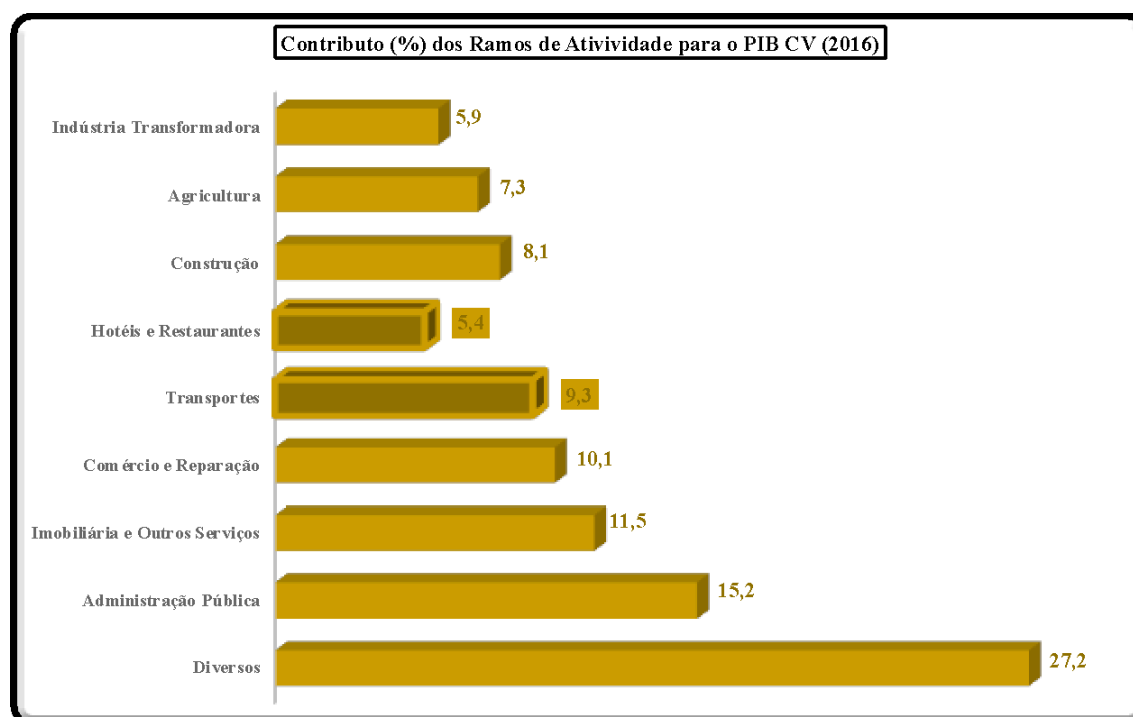
Os dados recentes apontam no sentido do cumprimento desta profecia. Pois, segundo o referido Instituto, a pluviometria média ocorrida, mormente na Praia durante os dias 11, 12 e 13 de setembro de 2020, na ordem de 173 ml³, ultrapassa a média anual registada durante os últimos trinta anos (1981-2020) (http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=94798, 16-Set-2020, 20h00).

Esta situação veio levantar problemas crónicos de prevenção contra os desastres naturais em Cabo Verde, estando os avultados prejuízos provocados por esta depressão tropical avaliados em cerca de 2,5 milhões de Euros (http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=94706, 13-Set-2020, 20h00).

Neste sentido, o Governo e a CMP implementaram o Plano de Emergência, para repor a normalidade na Capital cabo-verdiana, com efeito a partir do dia 14 de setembro de 2020. Este assunto foi retomado, com maior profundidade, mais adiante, no Capítulo 3 da tese.

3. No que concerne à parte da **manufatura e dos serviços modernos no PIB**, pode-se observar no gráfico n.º 52 que a economia cabo-verdiana foi até à transição para o Governo da IX Legislatura (2016-2021) e, ainda é bastante estatizada, apresentando um setor público que é responsável para a produção de 15,2% da riqueza nacional. É de se notar também uma inversão entre a importância da indústria transformadora (5,9%) com a da agricultura (7,3%). Ciente das características arcaicas da agricultura cabo-verdiana, faz antever um tecido industrial nascente ou praticamente inexistente.

Gráfico 52 – Contributo (%) dos ramos de atividades para o PIB-CV (2016)



Fonte: BCV (2019)

Como se fez referência anteriormente, Todaro (1981: 162) alerta para os seguintes fatores alarmantes que vêm condicionando o take-off dos PMD, em relação aos quais, por terem algum respaldo no contexto local, podendo ofuscar a marcha para a sua descolagem, devem merecer uma análise cuidada e preventiva por parte das autoridades cabo-verdianas, de modo que os mesmos possam ser utilizados para a inversão e não perpetuação do status quo reinante:

1. A capacidade dos países ricos de desorganizar os esforços de industrialização feitos pelos países pobres, “descarregando” produtos baratos nestes mercados controlados;
2. Teorias de comércio internacional e políticas nocivas, que prendem os países em desenvolvimento à exportação dos produtos primários cujas receitas internacionais são decrescentes.

Este modelo de desenvolvimento implementado nos PVD que acabam por se refletir na importação de modelos inadequados de produção e de consumo, concorre mais para a reprodução do que para o rompimento do ciclo vicioso da pobreza.

Cabo Verde, por ser um PEID, arquipelágico, relativamente isolado no Atlântico Médio, conseqüentemente, distante dos seus principais mercados emissores e

recetores, tem um custo de contexto extremamente oneroso, repercutindo isso nos respetivos custos de fatores, corre também o risco de seguir esta tendência reinante nesses países em desenvolvimento, prejudicando, de forma indelével, a capacidade de competitividade-país e das suas pequenas indústrias nascentes.

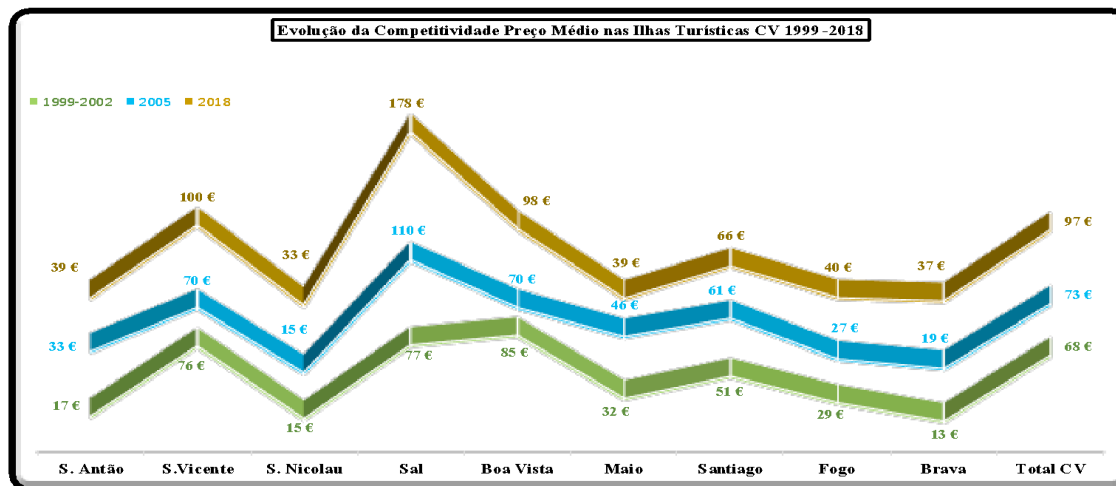
Esta incapacidade competitiva do país e dos seus principais alicerces locais contribui para a criação e incremento de um hiato crítico entre os pequenos e os grandes operadores internos, entre os investidores nacionais e os investidores externos, bem como entre aqueles que são forçados a se limitar aos pequenos nichos de mercado interno e os que conseguem ultrapassar a exiguidade territorial, estendendo os seus negócios para junto dos grandes mercados externos. Este modelo económico tem contribuído para fomentar um desenvolvimento desequilibrado e desequilibrador das ilhas, com elevados ónus para a população e os operadores locais, como se pode observar ao longo deste Capítulo.

Este modelo e ambiente de negócio vigentes no Arquipélago acabam por ter também um reflexo natural no respetivo setor do turismo. A nível setorial, havendo, tendencialmente, um consumo intensivo de recursos provenientes do meio envolvente, num contexto de competitividade global, os TO enfrentam, normalmente, dificuldades acrescidas para repassarem esses elevados custos de contexto para os consumidores nacionais e internacionais, estes que, por vezes, são portadores de uma elevada sensibilidade ou elasticidade-preço. Este desequilíbrio estrutural do mercado retira capacidade competitiva, mormente aos pequenos operadores locais, detentores de uma fraca capacidade de aproveitamento de economias de escala, colocando-os à margem das melhores oportunidades de negócio.

Esta análise pormenorizada da competitividade-preço foi feita no âmbito dos capítulos 2 e 3 (atual), dedicados ao estudo comparado dos destinos turísticos da Macaronésia e ao estudo de caso de Cabo Verde, respetivamente. No entanto, pode-se, a priori, por antecipação do real, constatar que, segundo os dados do INE-CV(2018), a ilha do Sal, dominado por grandes cadeias e TO estrangeiros, nomeadamente: Tui, Riu, Thomas Cook, Meliã, Hilton, etc. consegue praticar um preço médio por quarto na ordem de 178,00€, enquanto que as outras seguintes ilhas, que contam com uma presença mais forte dos pequenos TO nacionais, só conseguem praticar os seguintes preços médios:

S. Vicente 100,00€, Boa Vista 98,00€, Santiago 66,00€, Santo Antão¹⁵³ 39,00€ e S. Nicolau apenas 33,00€, como nos demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 53 – Evolução da competitividade do preço médio em CV 1999-2018



Fonte: INE-CV (2018)

Antevendo este tipo de exposição / vulnerabilidade que os PEID, por vezes, se encontram, mormente, nos momentos críticos em que instituições frágeis são obrigadas a enfrentar grandes TO internacionais ou EMN, para fazerem, em situações de desequilíbrio, difíceis negociações, resultando residuais para os países acolhedores / recetores, Paulo Revés in Sarmento (2019: 16) atesta:

Competirá, pois, aos governos e às entidades responsáveis envolvidas prevenir esta situação, resistir às fortes pressões dos influentes operadores internacionais e tomar as decisões certas no sentido de conseguirem gerir o sempre difícil equilíbrio entre as vantagens e as desvantagens do turismo.

Muito embora os resultados económicos sejam a maioria das vezes positivos, estes PEID estão em permanente risco dado a volatilidade do seu crescimento comparativamente a outras economias. Em suma, significa que estes requerem, em variados casos, um apoio especial da comunidade internacional.

O apelo que este faz em relação ao recurso à comunidade internacional, leva-nos, de novo, a questionar se “instituições fortes” e “políticas corretas” que apregoa a doutrina dominante se refere à colocação do foco nos interesses locais ou dessas EMN. Muitos já são os posicionamentos na linha de pensamento de Chang (2003), que advogam uma nova corrente, reivindicando uma nova luz, focando os degraus que levam a um desenvolvimento efetivo dos PVD, e não ao lugar algum, como diz este autor ser a

¹⁵³ A ilha com maior número de unidades hoteleiras.

intenção inconfessável da corrente dominante. Mas, para o efeito, é necessário que esses países em desenvolvimento adquiram capacidade negocial, mormente junto das IFI e dos seus parceiros internacionais, de modo que, em conjunto, possam redirecionar o foco para a realidade e o interesse locais, endogeneizando, assim, de forma sustentável, os respetivos processos de desenvolvimento.

Neste sentido, Paulo Revés in Sarmiento (2019: 16) deixa a seguinte receita:

Estes estados detêm uma forte coesão social, flexibilidade económica, capacidade de adaptação ao imprevisto, dotando-os de uma surpreendente capacidade competitiva que tem feito com que as suas limitações tenham sido frequentemente ultrapassadas com êxito.

Isto só é de facto alcançável pela sua grande riqueza humana, quem conhece um pouco o que são as gentes destes territórios, rapidamente consegue perceber de onde vem toda a sua capacidade de resistir e se adaptar.

Sendo o turismo uma das atividades onde o fator humano é mais determinante, é imprescindível que seja assegurada a sua capacitação de forma a manter a atividade como viável a longo prazo, sendo por isso importante que os responsáveis tomem decisões e medidas coerentes com o turismo enquanto atividade de desenvolvimento integral e sustentável dos destinos.

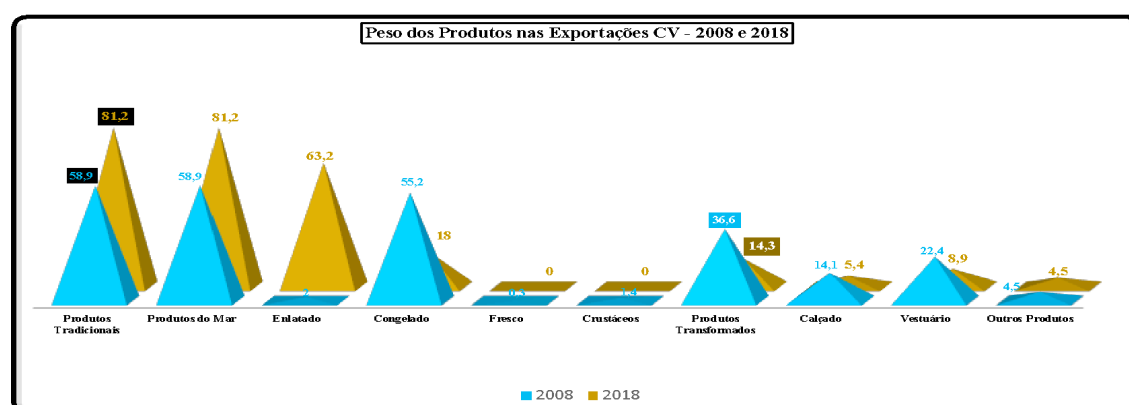
Assim, seria, de facto, exetável que os PVD, mormente os PEID pudessem cumprir, com distinção, a Agenda 2030, proporcionando mais felicidade para a respetiva população e agentes económicos locais.

Como se pode observar ao longo dos próximos capítulos e subcapítulos, não se trata, naturalmente, de uma tarefa fácil, mas expetavelmente exequível, se “o nosso futuro” for, entendido, por todos, como, efetivamente, comum.

Para o efeito, após uma ligeira abordagem sobre a origem e a evolução do conceito do desenvolvimento sustentável, torna-se imprescindível analisar a sustentabilidade turística nas suas multi dimensões, nomeadamente: ambiental, económica, turística, sociocultural e político-institucional, para se poder chegar o verdadeiro âmago do objeto em estudo. Esta é a tarefa que se propõe seguidamente desenvolver, começando pela conceitualização do turismo, nas suas múltiplas causas e efeitos: diretos, indiretos e induzidos.

4. No que tange à **concentração das exportações**, o país tende a ter o seu setor exportador extremamente dependente de um mono produto, ao ver os produtos do mar (integrados na categoria dos produtos tradicionais, tendo o respetivo peso evoluído de 58,9%, registado em 2008, para 81,2%, registado em 2018). Em conjunto com os produtos de vestuários (integrados na categoria dos produtos manufacturados, tendo o respetivo peso diminuído de 36,6%, registado em 2008, para 14,3%, registado em 2018), estes dois subsectores representam o grosso da composição das exportações cabo-verdianas, com um alarmante peso total de 95,5%. Neste âmbito, pode-se constatar que a industrialização do país, infelizmente, ainda que nascente, tende a definhir-se, registando, numa década, um peso decrescente na quota das exportações nacionais, passando de 36,6%, em 2008, para 14,3, em 2018;

Gráfico 54 – Peso dos produtos nas exportações CV – 2008-2018



Fonte: BCV (2019)

Sabendo que o turismo está também fortemente concentrado no sol & mar, produto quase exclusivamente oferecidos pelos destinos turísticos de Sal (52%) e Boa Vista (38%), os quais, sozinhos, absorveram, segundo INE-CV (2020), cerca de 90% das dormidas turísticas cabo-verdianas ocorridas em 2019, Cabo Verde afigura, assim, cada vez mais, como um PEID fortemente dependente do mar, o que poderá não vir a constituir um drama, uma vez que a superfície aquática da sua ZEE representa cerca de duzentas vezes mais área do que a terrestre.

5. A **instabilidade nas exportações** cabo-verdianas é bem visível no gráfico 11, onde ficaram espelhados não só uma flutuação no peso dos produtos de exportação, quer em termos individuais como das respetivas famílias, como também no concernente a um

relativo descaminho na estratégica fuga da dependência de exportação de produtos primários, procurando especializar o país nos setores secundário, terciário e, quiçá, quaternário, endogeneizando, por esta via, o máximo de valor acrescentado das suas produções e exportações e, conseqüentemente, promover a almejável passagem de um ciclo vicioso¹⁵⁴ da pobreza para um ciclo virtuoso do desenvolvimento sustentável.

Pois, importa realçar que, atualmente, é verossímil a existência de diferenças¹⁵⁵ significativas entre o crescimento e o desenvolvimento económicos, diferenças essas que a evolução da ciência económica e das suas diferentes correntes de pensamento acabaram por ditar.

Pelo facto de, a nosso ver, o desenvolvimento sustentável não representar mais do que o ato de colocar o crescimento económico ao serviço do povo e dos agentes locais, faz jus defender-se que: a pobreza, em si, não é um fato novo: o que é novo é a suspeita de que o crescimento económico, por si só, pode não resolver ou mesmo minorar o problema (Montek S. Ahluwalia, Banco Mundial in Todaro, 1981: 215). Todaro (1981: 215), fazendo ainda referência a Adam Smith (1776), alerta que: “nenhuma sociedade pode, certamente, estar florescendo e feliz se a grande maioria dos seus habitantes é pobre e miserável”.

Esta visão de Adam Smith (1723-1790) vem, aparente e paradoxalmente, contrariar, até a um certo ponto, o seu pensamento liberal, seguidamente sintetizado, que serviu de alicerce na edificação da escola clássica, sobre a qual se estribam os princípios clássicos, que têm servido de farol à doutrina e à ideologia dominantes:

- a. Os indivíduos, tal como o *Homoeconomicus*, são racionais;
- b. É na liberdade individual para a procura da riqueza, que reside a condição necessária para todo o progresso;
- c. Embora sendo também uma fonte de desigualdade social, as injustiças engendradas pela liberdade económica não são talvez tão importantes e inaceitáveis como se poderia imaginar à primeira vista;

¹⁵⁴ O ciclo vicioso da pobreza, segundo Todaro (1981: 169), é composto pelos seguintes fenómenos socioeconómicos: i. baixos níveis de vida; ii. baixos níveis de saúde; iii. baixos níveis de educação (e gerenciais); iv. baixa produtividade; v. baixos níveis de renda; vi. alto crescimento populacional; vii. más condições de nutrição; viii. fraca atitude frente ao trabalho; ix. alta taxa de desemprego e de subemprego; x. baixos níveis de vida.

¹⁵⁵ Tema a ser posteriormente retomado.

- d. Apesar da desigualdade, os indivíduos recebem quase todos as mesmas satisfações;
- e. Existe uma “mão invisível”, que comanda a economia, repondo o mercado no seu equilíbrio natural;
- f. Por isso, quanto menor estado, melhor estado.

Este pensamento liberal, que serviu de base à corrente ortodoxa, é contrariado por outros mais heterodoxos que defendem um outro significado para o desenvolvimento económico. Pois, para estes, por exemplo: “altas taxas de crescimento económico, e níveis crescentes de renda per capita não implicam necessariamente no desenvolvimento económico, no sentido de melhores níveis de vida para a população como um todo (Todaro, 1981: 222).

O desenvolvimento deve, por conseguinte, ser concebido como um processo multidimensional que envolve mudanças em estruturas, valores e instituições, bem como a aceleração do crescimento económico, a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza absoluta... Sem um progresso económico sustentado e contínuo, nos níveis individual e social, a realização do potencial humano não seria possível (Todaro, 1981: 166-168). Assim, na perspetiva deste autor, o desenvolvimento em todas as sociedades deve ter, no mínimo, os três seguintes objetivos:

- a. Aumentar a disponibilidade e ampliar a distribuição de bens básicos para a manutenção da vida;
- b. Elevar os níveis de vida;
- c. Expandir a gama de escolha económica e social dos indivíduos e cidadãos.

Nesta ótica, tendo a Macaronésia como pano de fundo do presente estudo, durante o desenrolar desta investigação, não se pode perder de vista esta importante premissa: se o processo de desenvolvimento destas ilhas não se traduzir, efetivamente, num maior leque de escolhas para os seus cidadãos, os ODS, integrados no âmbito da “Agenda / Ambição 2030” poderão perigar, se os fatores de vulnerabilidade identificados e/ou a identificar, para a realidade cabo-verdiana, não forem atempadamente equacionados e resolvidos, de forma pró-sustentabilidade deste arquipélago.

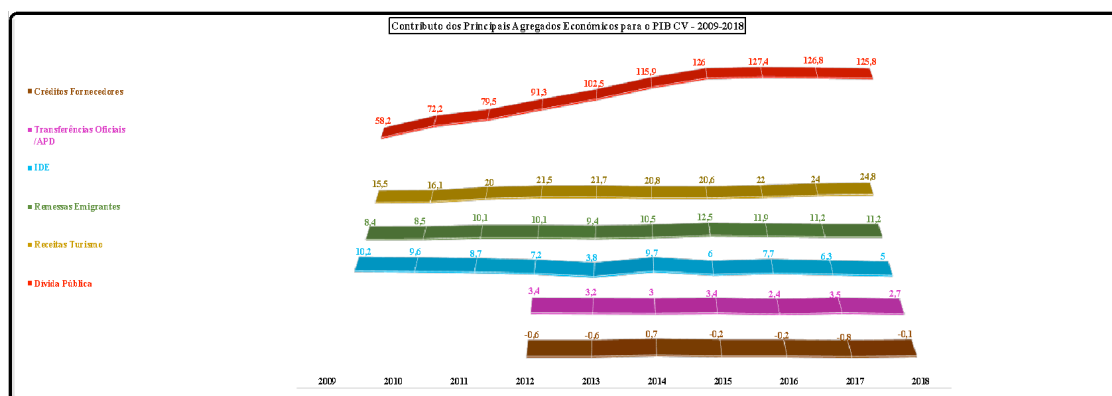
Assim sendo, nesta via desenvolvimentista, propôs-se utilizar, para efeito de locomoção, o “carris” formado pelo seguinte trinómio: vulnerabilidade, competitividade e sustentabilidade, o qual servirá de base teórica para o percurso a ser feito, no âmbito do Capítulo I da presente tese. Pois, ao transferir-se esta análise teórica para o contexto empírico cabo-verdiano, depara-se, a priori¹⁵⁶, com a seguinte incontornável realidade estrutural, que molda todo um país e todo um povo:

1. Está-se perante um PEID bastante vulnerável, que importa quase tudo consome, porque insiste em manter uma significativa franja populacional dependente de uma agricultura de subsistência, obsoleta e inadequada aos condicionalismos que as mudanças climáticas crescentemente impõem, nos contextos global e local;
2. Um país turismo-depende, representando este setor mais de ¼ do seu PIB, experimentando, segundo os dados do INE-CV para 2019 e do BCV, um crescimento esta representatividade de 07%, em 1980, 1,7%, em 1991¹⁵⁷ e 25,3%, em 2019. Este incremento exponencial demonstra, por um lado, uma extraordinária conquista experimentada pelo turismo cabo-verdiano, nos contextos nacionais e internacionais, ao longo dos últimos quarenta anos, mas também, por outro lado, uma extroversão predestinada da economia cabo-verdiana, manifestada, também, através de uma crescente dependência deste mono setor, alienando, por completo, o inalienável desiderato que constitui a diversificação económica nacional, mormente, num tão vulnerável arquipélago;
3. Dependendo, segundo os dados do BCV (2018: 78), em 81,2% da exportação de produtos tradicionais, nomeadamente: produtos do mar, apresentando, em consequência, um setor industrial que participa em apenas 14,3% do total das exportações, Cabo Verde, como demonstra o gráfico infra, continua a depositar, em demasia, no exterior, em termos de fluxos turísticos, remessas de emigrantes, IDE, APD, crédito de fornecedores e, corolariamente, da ascendente dívida pública, as suas possibilidades de desenvolvimento, adiando, assim, *sine dia*, a necessária endogeneização da respetiva estratégia de desenvolvimento:

¹⁵⁶ Este assunto será retomado nos próximos capítulos, de forma mais sustentada.

¹⁵⁷ Período considerado pelo Autor, como sendo o de *startup* simbólico do turismo cabo-verdiano, com a respetiva eleição, quase unânime, como o setor estratégico da economia nacional, tendo registado entre 1991 e 2019 um crescimento médio anual de 12,6%.

Gráfico 55 – Contributo dos principais agregados externos para o PIB – 2009-2018



Fonte: BCV (2019: 67)

Esta deficiente estruturação económica do país, que o obriga a importar mais do que exportar e/ou a investir mais do que a respetiva capacidade de poupança, faz com que, seguindo o pensamento de Magriço (1995), tal como outros países periféricos, débeis, mormente em termos político-Institucionais, Cabo Verde tenha que procurar, incessantemente, resolver a inequação do financiamento externo, recorrendo, recorrentemente, a um dos seguintes meios de financiamento: OFO, APD, IDE e/ou Crédito ao Fornecedor, uma vez que a remessa dos emigrantes, sendo também proveniente do exterior, acaba também por reforçar a dependência externa.

O gráfico da figura anterior deixa a nu o peso ascendente que o turismo tem tido no financiamento da economia nacional, ao atingir 24,8% (em 2018) e 25,3% (em 2019) do PIB, acaba por ultrapassar em seis pontos percentuais o contributo cumulativo da remessa dos emigrantes, do IDE, da APD e do crédito de fornecedores.

Este é um sinal mais de que evidente da importância incomensurável do turismo para a sustentabilidade económica de Cabo Verde, mas também do mérito que o mesmo teve, para, no decurso desses quarenta e cinco anos de independência, destronar a APD, na qualidade de principal fonte de financiamento, que foi durante várias décadas, constituindo, assim, o grande pilar que serviu de base para a edificação de uma economia que de inviável passou a ser uma economia provável, com fortes probabilidades de sucesso, não obstante a permanência do seu elevado índice de vulnerabilidade latente.

No entanto, da smula destas análises, uma realidade negligenciável salta  vista: Sendo um “país-plataforma”, inserido no meio do mar, que, não dispendo de um espaço geográfico-físico suficiente para albergar e alimentar o corpo e a alma de um povo naturalmente extrovertido, Cabo Verde foi, ao longo da sua história de pouco mais de 5 séculos e continua a ser, por muito mais tempo, um país diaspórico, aberto ao mundo e que procura no exterior a solução para os seus problemas internos.

Se, numa primeira fase, este destino cabo-verdiano obrigou, circunstancialmente, estas ilhas a irem buscar, no exterior, as sementes para a germinação de um genuíno povo crioulo, nos tempos de ontem, a APD e a Remessa dos Emigrantes, foram a razão principal para se ter acesso ao pão,  luz e  própria sobreviva, nos tempos de hoje e, quia, de amanhã também, o acesso ao financiamento do desenvolvimento, através do IDE e de outros fluxos privados, aos grandes mercados do “Centro”,  economia do conhecimento e  própria “Ambição 2030”, afigura-se como sendo a razão principal para uma incondicional e crescente ancoragem nas extroverses ambiental, econmica, social e político-institucional deste PEID, assumindo estas, agora, numa lógica “win-win-win”¹⁵⁸, novas roupagens, expressas, nomeadamente, sob a forma de: acordo cambial, parceria especial, integração econmica regional, mobilidade, PPP, *joint venture*, *greencard*, *remote workers*, etc.

3.2. A insularidade e o desafio da edificação de um destino competitivo e sustentável

Introdução

Cabo Verde despertou-se, como destino turístico, no início da década de '90 do século XX, quando o turismo, de uma “persona non grata” transformou-se, repentinamente, num “salvador da pátria”, passando, com um crescimento vertiginosa, de cerca de 21.695 hóspedes entrados em 1990, para 819.308 hóspedes entrados em 2019, antes da pandemia da COVID-19, um crescimento na ordem de 3.676%, nas vésperas de ter completado trs décadas do seu *startup* simbólico.

Cabo Verde transformou-se, assim, neste curto espaço de tempo, num destino turístico de referência mundial, dos mais procurados pelos principais emissores do turismo a nível mundial. No entanto, por opção ou por obrigação, acabou-se por desenvolver um

¹⁵⁸ No âmbito do conceito formulado por Carvalho & Lewis (2009), de um ganho a 360, envolvendo todos os parceiros.

modelo de turismo cabo-verdiano estribado num monoproduto de sol & praia, afunilado em apenas duas das dez ilhas do arquipélago, coincidentemente, ou não, ilhas "madrastas", que forçaram uma migração interna, em massa, da população local, à procura dos escassos bónus do turismo, acarretando, por vezes, grandes bónus socioculturais, turístico-económicos, logístico-ambientais e político-institucionais, fazendo, com essa eventual competitividade global, perigar o objetivo-mor de garantir, para todos os “filhos da terra”, um desenvolvimento localmente sustentável.

=//=

“O tamanho de um Estado nada tem a ver com a grandeza das suas opções”¹.

Costa (2012: 1)

Segundo Costa (2012: 1-2):

1. A nação cabo-verdiana, sobejamente apelidada de nação global, arquipelágica e diaspORIZADA, tem historicamente desenvolvido uma intensa actividade diplomática tendo em vista a sua inserção dinâmica num sistema internacional imbuído pela gestão da interdependência complexa e a prossecução de um desenvolvimento coerente e sustentado, face à “erosão progressiva do valor estratégico dos Estados insulares”.
2. A inserção estratégica do arquipélago em múltiplos, e quiçá contrastantes, espaços de cooperação e integração regionais é tributária da atracção ideológica, cultural e identitária que os grandes espaços geopolíticos internacionais são (simultaneamente) sujeitos e objectos, e subsidiária das correspondências políticas que as (duplas) filiações identitárias (europeidade vs africanidade) assumem, porquanto as múltiplas pertenças identitárias consubstanciam, na formulação teórica do Manuel Castells, identidades de projecto que se convertem, por conseguinte, em ancoragens políticas e institucionais diversificadas (UE, UA, CEDEAO, CPLP, ONU).

O cenário desenhado por este autor para fazer o enquadramento geopolítico de Cabo Verde, espelha bem uma realidade bastante crítica para a indução do desenvolvimento de qualquer estado, mormente de um PEIDARIAM. Pois, destacam-se alguns elementos referenciados pelo mesmo, em relação aos quais se apresenta, seguidamente, esta breve síntese:

1. A nação cabo-verdiana, nação global, arquipelágica e diaspORIZADA;
2. Desenvolveu, historicamente, uma intensa atividade diplomática, tendo em vista a sua inserção dinâmica num sistema internacional;

3. Imbuído pela gestão da interdependência complexa e a prossecução de um desenvolvimento coerente e sustentado;
4. Face à “erosão progressiva do valor estratégico dos Estados insulares”;
5. Inserção estratégica do arquipélago em múltiplos, e quiçá contrastantes, espaços de cooperação e integração regionais;
6. Tributária da atracção ideológica, cultural e identitária que os grandes espaços geopolíticos internacionais são (simultaneamente) sujeitos e objetos;
7. Correspondências políticas que as (duplas) filiações identitárias (europeidade vs africanidade) assumem;
8. Múltiplas pertenças identitárias;
9. Identidades de projeto que se convertem em ancoragens políticas e institucionais diversificadas;
10. Com estes traços, germinou-se um “país-plataforma”, com origem e destino sediados no exterior.

Este é o perfil herdado e, posteriormente, reconstruído por Cabo Verde, pré-destinando-o uma ligação umbilical com o exterior, no sentido lato e com o turismo, de forma particular.

Cabo Verde despertou-se, assim, como destino turístico, no início da década de '90 do século XX, quando o turismo passou de uma “*persona non grata*” para um “salvador da pátria”, passando, com um crescimento vertiginosa, de cerca de 21.695 hóspedes entrados em 1990, para 819.308 hóspedes entrados em 2019, antes da pandemia da COVID-19, um crescimento na ordem de 3.676%, nas vésperas de ter completado três décadas do seu *startup* simbólico. Cabo Verde transformou, assim, neste curto espaço de tempo, num destino turístico de referência mundial, dos mais procurados pelos principais emissores do turismo a nível mundial.

No entanto, por opção ou por obrigação, acabou-se por desenvolver um modelo de turismo cabo-verdiano estribado num monoproduto de sol & praia, afunilado em apenas duas das dez ilhas do arquipélago, coincidentemente, ou não, ilhas

"madrastas", que forçaram uma migração interna, em massa, da população local, à procura dos escassos bónus do turismo, acarretando, por vezes, grandes bónus socioculturais, turístico-económicos, logístico-ambientais e político-institucionais, fazendo, com essa eventual competitividade global, perigar o objetivo-mor de garantir, para todos os “filhos da terra”, um desenvolvimento localmente sustentável.

3.2.1. O desafio da competitividade para um destino emergente

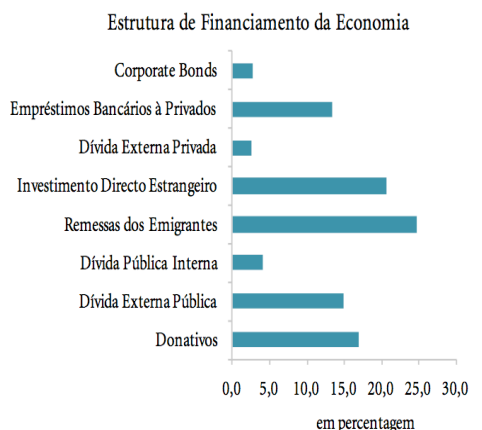
“A atividade turística é vulgarmente considerada vantajosa para a promoção do desenvolvimento de longo prazo, tanto pelo dinamismo que lhe é atribuído como pela capacidade de relacionar culturas estimulando o reforço identitário e a valorização dos elementos tradicionais. (...) O turismo é assim um sector que, apesar de evidenciar um significativo crescimento em contexto subsahariano, se revela ainda numa fase inicial e pouco sustentada”.

Brito (2013: 12)

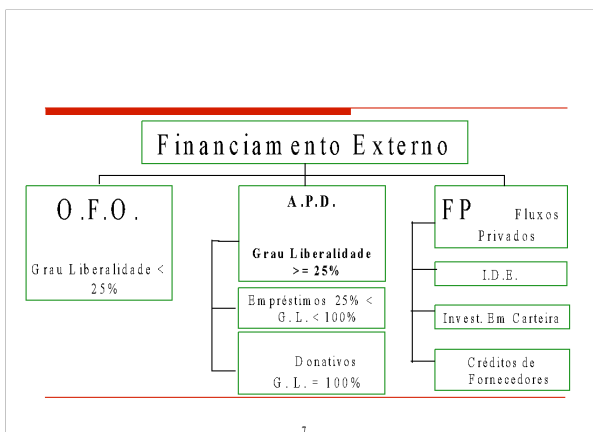
Cabo Verde, sendo um PEID, arquipelágico e relativamente isolado, (distando a 570 km do Continente Africano) inserido, geograficamente, na costa ocidental da África, afetado pelos fatores climáticos nefastos que caracterizam a região saheliana, dispondo, estruturalmente, de poucos recursos de ordem natural, financeira e humana, foi sempre, ao longo dos curtos 561 (1460-2021) anos da sua história, obrigado a optar por uma estratégia de extroversão socioeconómica, procurando, no exterior, a solução para os seus problemas internos. A APD, a Remessa dos Emigrantes e, mais recentemente, o IDE, têm sido recursos privilegiados, como demonstra a figura seguinte.

A figura infra põe a descoberto esse estatuto de Cabo Verde como um PEID, importador, funcionando com características tendentes a um modelo de MIRAB:

Fig. 21 - Estrutura de financiamento da economia cabo-verdiana



Quadro 1. Sistema de Financiamento Externo



Fonte: BCV (2014: 33)

Fonte: Mascarenhas (2003)

Segundo BCV (2014: 33), a análise da série retropolada das contas nacionais, estimada com base na nova metodologia do Instituto Nacional de Estatísticas, sugere que a alteração do modelo de desenvolvimento na década de 1990 e a consequente modernização da economia, motivada pela transferência de tecnologias e *know how* (principalmente com as privatizações das telecomunicações e da banca, bem como, posteriormente, pelo investimento direto estrangeiro no turismo e investimento nas tecnologias de informação e comunicação), não terão sido suficientes para reduzir a vulnerabilidade da economia cabo-verdiana, aumentar a sua resiliência a choques exógenos e sustentar um contínuo aumento do potencial de crescimento da economia.

Com efeito, uma análise setorial sugere que a economia tenha crescido desde 1991 à taxa média anual de cinco por cento, suportado, sobretudo, pelas dinâmicas dos sectores dos transportes e das telecomunicações, da administração pública (particularmente nos anos em que a economia crescia acima do potencial), do comércio e da construção, financiado, essencialmente, pelas remessas dos emigrantes, ajuda pública ao desenvolvimento e investimento direto estrangeiro.

No entanto, como é demonstrado no quadro infra, segundo BCV (2014): “a recuperação pós-crise em Cabo Verde continua frágil. Pois, o crescimento económico, neste arquipélago largamente dependente do turismo, viu-se reduzido para cerca de 1% em 2015, quase metade da taxa de 2014. A desaceleração do crescimento refletiu uma quebra nos investimentos diretos estrangeiros, um dos principais motores do

crescimento no país, bem como a continuada racionalização do investimento público, num contexto de crescimento da dívida. As atividades económicas foram ainda afetadas pelo anémico crescimento do crédito ao setor privado apesar das respetivas reduções de 0,25 e 3 pontos percentuais nas estimativas e as taxas de reservas exigidas pelo banco central durante o ano”.

Quadro 45 – Principais indicadores macroeconómicos da ASS

| | Produto Interno Bruto (crescimento real em %) | | | Preços no Consumidor (variação homóloga em %) | | | Desemprego (em % da população activa) | | | Conta Corrente (em % do PIB) | | |
|-------------------|---|------|------|---|------|------|---------------------------------------|------|------|------------------------------|-------|------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2011 | 2012 | 2013 | 2011 | 2012 | 2013 | 2011 | 2012 | 2013 |
| África Subsariana | 5,5 | 4,9 | 4,9 | 9,3 | 9,0 | 6,3 | n.d. | n.d. | n.d. | -1,0 | -2,7 | -3,6 |
| Cabo Verde | 4,5 | 1,2 | 0,5 | 4,5 | 2,5 | 1,5 | 12,2 | 16,8 | 16,4 | -18,4 | -10,8 | -2,6 |

Fonte: BCV (2014)

Cabo Verde, graças a uma política de infraestruturização acelerada, conseguiu se dotar dos equipamentos básicos necessários ao seu processo de desenvolvimento, nomeadamente: Portos, aeroportos, estradas, barragens, habitações sociais (e não só), escolas, TIC's, energias renováveis, etc. No entanto, esses investimentos foram conseguidos graças a uma alta taxa de endividamento do país, fazendo com que o montante da dívida pública se mantenha muito elevado, acima de 123% do PIB, segundo o Governo de Cabo Verde (2016a)¹⁵⁹, contrariando as regras do tratado de Maastricht¹⁶⁰, que, ainda que indiretamente, serve de referência indicativa para Cabo Verde, devido ao acordo cambial existente entre este e a UE, que assegura um *peg* fixo entre o Euro e o CVE, a uma taxa de câmbio de 110,265 CVE / 1,00 €.

Esta “sina” que lhe foi predestinada poderá vir a constituir uma verdadeira ameaça, ao invés de oportunidade para um desenvolvimento sustentável, se não emergir no curto e médio prazos, políticas “corretas” e instituições “fortes”, que sejam capazes de preservar e, paralelamente, conjugar, de dentro para fora, o interesse local com a “doutrina dominante”, que é recorrentemente imposta de fora para dentro. Neste novo

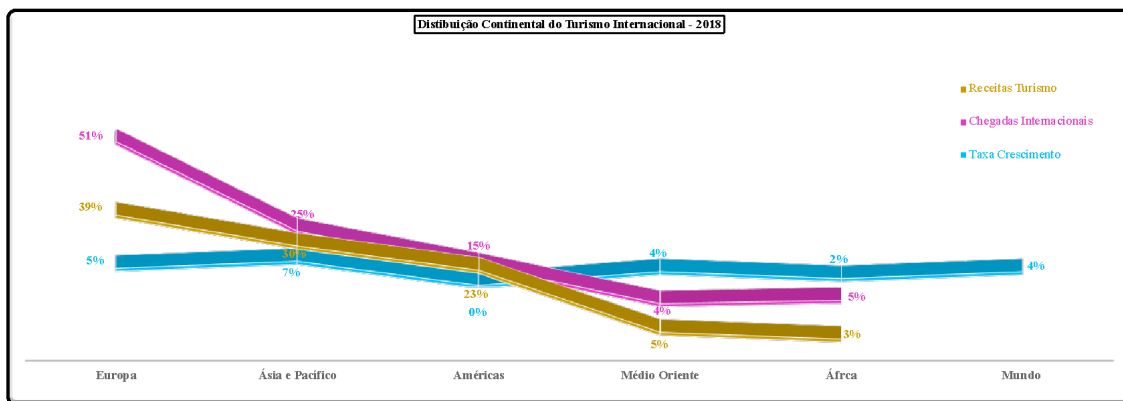
¹⁵⁹ OGE-CV (2016).

¹⁶⁰ O tratado de Maastricht estabelece um limite máximo de 60% do PIB para o stock da dívida pública dos países da Zona Euro.

contexto, o turismo, poderá ter as condições necessárias para ser sustentável e desempenhar um papel motriz no processo de desenvolvimento nacional.

No âmbito de uma perspetiva desenvolvimentista, o Turismo, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, assume um papel catalisador. No entanto, não obstante, a sua declarada “juventude”, se tomarmos como termos de comparação atividades económicas como a Agricultura e a Indústria, desde o século XX, que, mediante uma viragem radical ocorrida na posição relativa deste sector, o mesmo vem-se afirmando, paulatinamente, em diferentes latitudes, como sendo o sector estratégico do desenvolvimento das respetivas economias.

Gráfico 56 – Distribuição continental do turismo internacional - 2018



Fonte: OMT (2019)

O gráfico anterior espelha o papel residual que o continente africano, tal como no turismo internacional em geral, tem no negócio global do turismo, tendo absorvido, em 2018, apenas cerca de 4% do fluxo e 3% da receita global do turístico mundial.

O *Cluster ou a Plataforma do Turismo*, como é atualmente denominado, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos mas, acima de tudo, pelas expetativas geradas no seio das comunidades internacional e local, foi, num contexto de exiguidade quase total de recursos, naturalmente eleito, já na relativamente longínqua década de '90, o motor do desenvolvimento nacional, tendo começado a figurar-se, com lugar de algum destaque, nos sucessivos PND cabo-verdianos. Cabo Verde passou, doravante, a experimentar um crescimento, em “progressão quase geométrica”, do influxo turístico destinado a este micro destino do Atlântico Médio, tendo conseguido, em menos de três décadas (1991-2019), que o número de turistas entrados no território nacional

aumentasse, segundo o INE-CV (1989-2020), cerca de 3.676%¹⁶¹, aumento esse refletido na inimaginável passagem de 21.695 turistas entrados no território nacional em 1991, para 819.308 turistas entrados em 2019.

Como corolário desta reiterada aposta dos sucessivos governos da segunda república e desta assunção paulatina do turismo do papel motriz da economia nacional, como refere Cunha (1997), veio, com as perspectivas setoriais crescentes criadas junto dos operadores nacionais e internacionais, mobilizar investidores externos e EMN's de grande porte e abrir uma via rápida para uma locomoção coletiva em torno do turismo, culminando, nas vésperas da imprevista crise pandémica da COVID-19, com um *cluster* do turismo, em torno do qual gravita toda uma economia, responsabilizando-se, segundo BCV (2020) e INE-CV (2020), autonomamente, por 25,3% da riqueza nacional e 9% do emprego gerados em 2019.

Esta força competitiva do turismo cabo-verdiano é também reconfirmada pelo Travel & Tourism Competitiveness Report de 2019, do World Economic Forum que, num grupo de 140 países avaliados, manteve-se num posicionamento estável, já experimentado ao longo dos últimos 3 anos, ocupando um destacável 88.º lugar, com uma pontuação de 3,60¹⁶². Este posicionamento privilegiado, mormente no contexto da ASS – África Subsaariana, africano, no seio da qual ocupou uma honrosa 6.ª posição, apenas superada pelos cinco primeiros estados seguintes, *habitués* no pódio desses grandes palcos:

1. Ilhas Maurícias (54.º);
2. África do Sul (61.º);
3. Seicheles (62.º);
4. Namíbia (81.º);
5. Quênia (82.º);
6. **Cabo Verde (88.º).**

Tendo apenas 10% do seu território classificado como terra arável e o país

¹⁶¹ Entrada de turistas CV passou de 21.695 (em 1991) para 819.308 (em 2019).

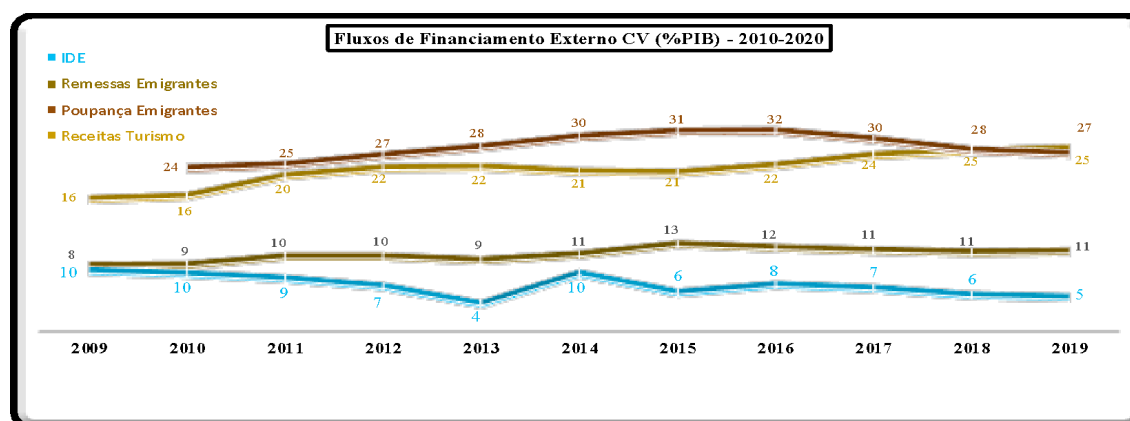
¹⁶² Numa escala de 1 a 7.

limitadíssimo quanto aos recursos minerais, um clima árido e terreno montanhoso, Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se rapidamente, em grande parte devido à sua florescente indústria de turismo. Para além de encorajar o turismo, o governo está a fazer esforços para transformar as ilhas num centro de comércio e de transportes.

Assim, embora não tenha entrado no top 5 dos destinos africanos, no ano em que comemora os 40 anos da sua independência, no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento a longo prazo (2015-2030), Cabo Verde reconfirmou a eleição dos *clusters* do turismo, do mar, do agronegócio, do aeronegócio, das TIC's, dos serviços financeiros, das energias renováveis e das indústrias criativas, como sendo os principais pilares sobre os quais se deve edificar este PEID.

Em Cabo Verde essa tendência universal é integralmente replicada, emergindo, desde o início da década de '90, um sector turístico pujante, que rapidamente ganhou o estatuto do “motor da economia nacional”, conseguindo, através de consumos turísticos primário, complementar e auxiliar, fomentar uma teia de relações intra e intersectoriais, cujos efeitos multiplicador e acelerador se tornaram contagiantes em toda a economia nacional, refletindo-se, de forma catalisador, nos diferentes agregados económicos, nomeadamente, nas diferentes componentes do PIB, na Balança de Pagamentos, no saldo de divisas e no emprego.

Gráfico 57 – Fluxos de financiamento externo CV (% PIB) – 2010-2020

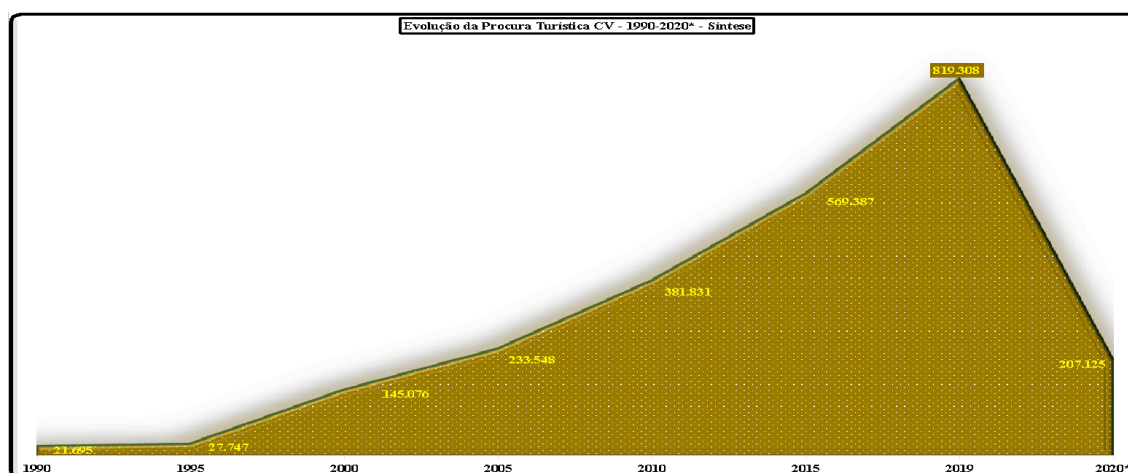


Fonte: BCV (2020)

Ficou notória no gráfico anterior a tendência ascendente do contributo direto do turismo para o PIB-CV, tendo atingido, em 2019, cerca de 25,3% da riqueza gerada em Cabo Verde.

Corolariamente, os dados recentes publicados pelo INE-CV põem a descoberto a importância estratégica de um dinâmico sector turístico, no contexto socioeconómico das “Ilhas”, ao atingir um cúmulo de entradas turísticas na ordem de 552.144 em 2013, baixando para 539.621 em 2014, garantindo uma entrada média de 525.234 turistas e uma taxa de crescimento médio anual de 9,86%, no período de 1990-2019 e de 5,64%, no período de 1990-2020, devido ao elevado impacto da pandemia da COVID-19, conforme o gráfico infra:

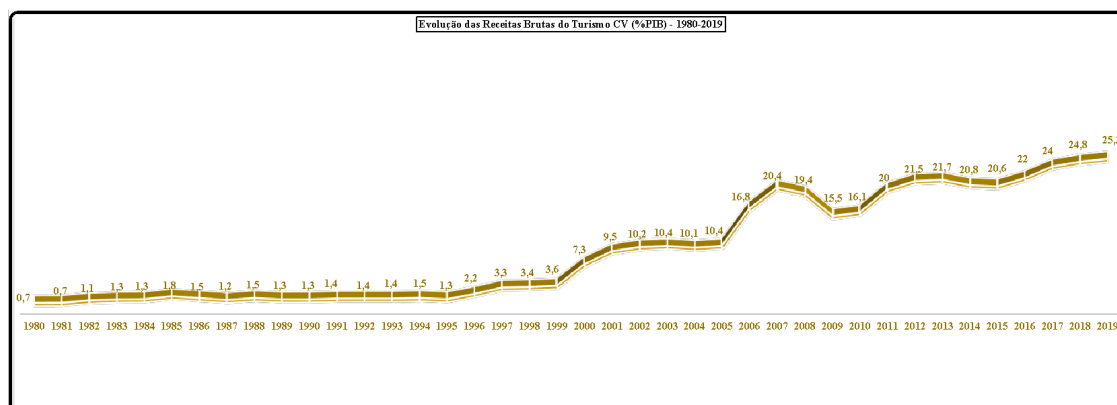
Gráfico 58 - Dinâmica turística cabo-verdiana 1990-2020



Fonte: INE-CV

O turismo, para não fugir à regra, desempenhou, também no contexto cabo-verdiano, o mesmo papel que, tradicionalmente, lhe é reservado na condução do destino de um PEID, permitindo, pelos seus efeitos acelerador e multiplicador, que este jovem país experimentasse um improvável percurso económico, como, seguidamente, se procura ilustrar:

Gráfico 59 – Evolução do contributo do turismo para o PIB CV - 1980-2019



Fonte: BCV (2002:25 a 2019: 67)

Não obstante esse crescimento exponencial experimentado pelo sector turístico cabo-verdiano, mormente nas décadas de '90 e da primeira metade da de 2000, os dados empíricos atuais, apresentados seguidamente, demonstram no entanto que, passados trinta anos desse marco histórico para o sector turístico cabo-verdiano, grande parte dos constrangimentos e dos desafios identificados no III Plano de Desenvolvimento Nacional 1992-1995, se mantém ainda atual, clamando por uma solução urgente, na linha destas novas estratégias de diversificação turístico-económica em curso.

À medida que o turismo foi experimentando um crescimento exponencial, consolidando a sua importância no PIB, vendo o seu contributo para esse agregado passar de 1,3%, em 1990 (III PND, 1991), para 20,97% (CST, 2014), o mesmo foi-se enrolando numa teia de problemas estruturais, a qual procura-se, doravante, analisar, de forma sintética:

Fig. 22 – Árvore de problemas que afetam o setor turístico cabo-verdiano

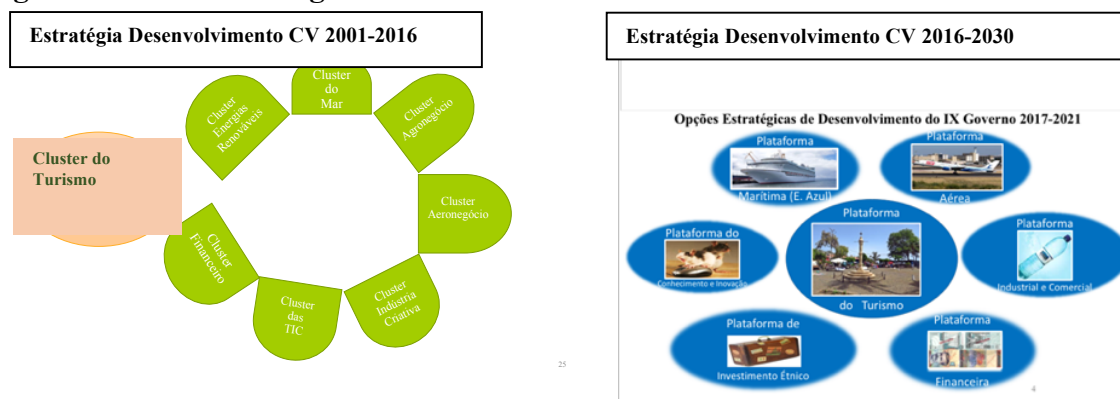


Fonte: Mascarenhas (2016)

Estes problemas estruturais do turismo cabo-verdiano, supra referenciados, advenientes, em parte, de uma concentração turística num mono produto de sol & praia, em dois microdestinos (Sal e Boa Vista), um mono mercado da EU e um oligopólio formado por grandes TO's, poderão pôr em causa a sustentabilidade turística cabo-verdiana.

Tendo em vista a mudança paulatina desta tendência anunciada que justificou a opção estratégica do novo Governo eleito a 20 de Março de 2016, de colocar o turismo do epicentro de todo o processo de desenvolvimento nacional, a médio e longo prazos, utilizando, as outras plataformas, igualmente estratégicas, nomeadamente, a: marítima, aérea, financeira, do conhecimento, da indústria e do investimento étnico, para a criação de sinergias intersetoriais, conforme os esquemas da figura seguinte:

Fig. 23 – Setores estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde 2001-2030



Fonte: Governo CV (2001-2016)

O foi consensualmente eleito, por quase todos os atores, mormente políticos, como sendo o único sector estratégico, capaz de alavancar toda a economia nacional, induzindo o respetivo desenvolvimento, de forma competitiva e sustentável.

Ao longo dessas três décadas desta dinâmica de crescimento setorial, Cabo Verde consolidou-se assim como um dos destinos turísticos de eleição a nível internacional, posicionando-se, recorrentemente, no top 10 dos destinos mais procurados nalguns dos consagrados mercados emissores, como é o caso do Reino Unido, tendo inclusive, os últimos dados oficiais, referentes a 2015, graduado o destino Cabo Verde como sendo o 86.º, a nível global e o 9.º, a nível da África, no *ranking* dos destinos turísticos mais competitivos do mundo.

No entanto, paradoxalmente, o mesmo foi durante todo esse tempo negligenciado, em termos de planeamento estratégico e estrutural, tendo experimentado, um processo de crescimento exponencial, entretanto, tendencialmente, enviesado, como revelam os dados empíricos infra, o que poderá concorrer para, assim, desfocá-lo do cumprimento do seu papel motriz no processo de desenvolvimento sustentável.

No entanto, não obstante o turismo assumir mais ou menos um papel central na respetiva estratégia governamental, tende a constituir-se dois consensos nacionais, em torno dos partidos do arco do poder:

1. O turismo é o motor da economia nacional;
2. Cabo Verde deve aproveitar a sua geolocalização estratégica, estando a um máximo de 4 horas de voo para quaisquer desses destinos, para funcionar como uma plataforma giratória, servindo de ponte de ligação entre: a África, a Europa e as

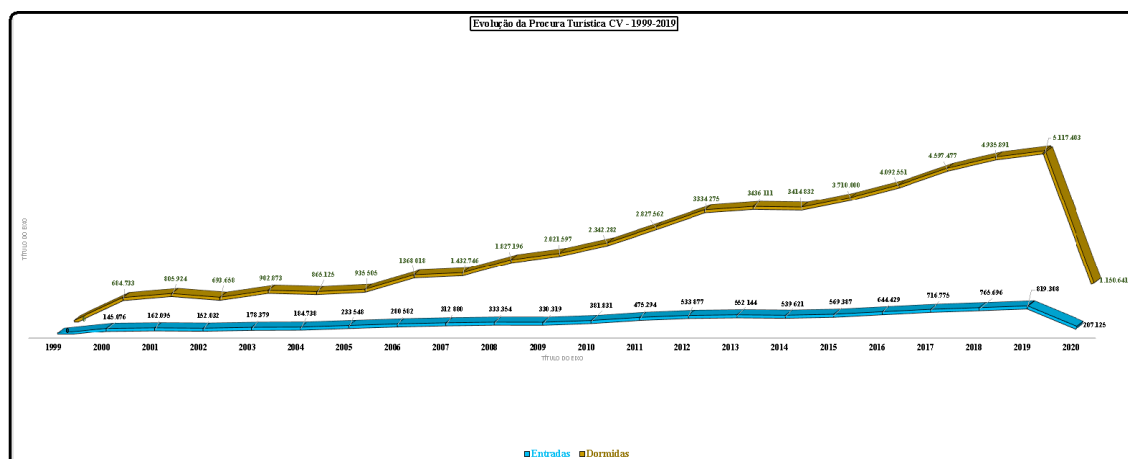
Américas.

Nesta perspetiva, assiste-se, assim, o nascimento de um “país-plataforma”, tendo a Plataforma do Turismo, estando numa avançada fase de configuração, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos mas, acima de tudo, pelas expetativas geradas no seio das comunidades internacional e local, foi, num contexto de exiguidade quase total de recursos, naturalmente, eleito, já na relativamente longínqua década de '90, como o motor do desenvolvimento nacional, tendo começado a figurar-se, no lugar de algum destaque, nos sucessivos PND cabo-verdianos.

Como anteriormente referenciado, Cabo Verde, efetivamente, despertou-se, como destino turístico, no início da década de 90 do século XX, passando, com um crescimento vertiginoso.

Doravante, Cabo Verde passou, a experimentar um crescimento, em “progressão quase geométrica”, do influxo turístico destinado a este micro destino do Atlântico médio, tendo conseguido, em menos de três décadas (1991-2019), que o número de turistas entrados no território nacional aumentasse, segundo o INE-CV (1989-2020), cerca de 3.676%, aumento esse refletido na inimaginável passagem dos 21.695 turistas entrados no território nacional em 1991, para 819.308 turistas entrados em 2019¹⁶³ como pode ser visível no gráfico seguinte:

Gráfico 60 – Evolução da procura turística CV - 1999-2020



Fonte: INE-CV (20201)

¹⁶³ Antes da deflagração da Pandemia da COVID-19, no seio da qual Cabo Verde sofreu, em 2020, uma redução de 612.183 turistas (-74%) e 3.966.752 dormidas (-77,5%).

Como corolário desta reiterada aposta dos sucessivos governos da segunda república e desta assunção paulatina do turismo do papel motriz na economia nacional, este veio, com as crescentes perspectivas setoriais criadas junto dos operadores nacionais e internacionais, mobilizar investidores externos e Empresas Multinacionais (EMN) de grande porte e abrir uma via rápida para uma locomoção coletiva endogenamente atrelada.

Assim, chegamos nas vésperas da imprevista crise pandémica da COVID-19, com um setor do turismo, em torno do qual gravita toda uma economia, responsabilizando-se, segundo BCV (2020) e INE-CV (2020), autonomamente, por 25,3% da riqueza nacional e 9% dos empregos diretos gerados em 2019. No entanto, o efeito COVID-19 fica também visível no gráfico anterior.

No entanto, paralelamente a este desenvolvimento exponencial do turismo cabo-verdiano, assiste-se, paradoxalmente, a um desenvolvimento atrofiado do turismo residencial, o qual representou, segundo os dados do INE-CV (2020), cerca de 3,5% da capacidade de alojamento oferecida por Cabo Verde em 2019.

Por outro lado, o alojamento complementar, pela sua característica ainda incipiente e informal, dificulta significativamente a mensuração, a priori, da respetiva dimensão real, bem como o respetivo impacto na economia cabo-verdiana.

A inexistência e/ou desadequação legislativa / regulamentar, concernente a esses subsectores do turismo, quando comparado com os principais destinos concorrentes de Cabo Verde, mormente a nível intra Macaronésia, região da qual Cabo Verde é parte integrante, poderá, potencialmente, constituir um dos fatores de desvantagem competitiva deste, nos atuais contextos de globalização e pandémico, que vêm colocar grandes desafios à competitividade e à sustentabilidade, mormente dos PEID, como Cabo Verde.

3.2.2. Da competitividade global à sustentabilidade local do turismo cabo-verdiano

No processo de crescimento e alguma maturidade do destino Cabo Verde muito contribuiu o turismo residencial. No contexto anterior à crise *subprime*, muitos turistas decidiram mudar de estatuto para turistas residenciais, adquirindo um imóvel, para efeito de obter uma segunda residência e/ou de investimento imobiliário puro em Cabo Verde.

3.2.2.1. O papel do turismo residencial na competitividade do destino Cabo Verde

“Expressões como «casa de férias», «segunda residência», «especulação» ou «imobiliária» eram frequentes em meados do século XX. «Imobiliária turística» e, depois, «imobiliária do lazer» são expressões de meados dos anos ‘90 que procuram qualificar a referência à oferta de alojamento turístico, a qual viria a ser designada por «turismo residencial»”.

Brito (2010: 6)

Enquanto o mundo procura se sintonizar quanto à conceptualização do turismo residencial, conforme ventilado anteriormente por Brito (2020), este novel fenómeno turístico vem ganhando espaço no âmbito do desenvolvimento setorial experimentado no contexto universal, contribuindo, de forma significativa, para a transformação deste numa atividade económica super dinâmica que, em cerca de três séculos, ascendeu, de forma exponencial, atingindo, atualmente, segundo os dados da OMT (2018), à categoria do 3.º setor mais exportador no contexto mundial, ultrapassando mesmo os tradicionais setores exportadores, como: as indústrias de automóvel e de bens alimentares, como retrata o gráfico N.º 3 anteriormente apresentado.

No entanto, não obstante esta notória ascensão setorial, este apresenta ainda, mormente no contexto cabo-verdiano, problemas críticos, os quais a crise pandémica veio pôr a nu, nomeadamente:

1. A concentração de 90% das dormidas turísticas em apenas duas ilhas (Sal e Boa Vista), que, em conjunto, segundo a projeção do INE para o ano de 2019, albergavam apenas 10% da população cabo-verdiana;
2. A imposição de um desafio crítico de, no âmbito da Agenda e/ou Ambição 2030, garantir o cumprimento dos ODS e levar os benefícios do turismo para junto de 90% da população excedentária, espalhada pelas restantes 8 ilhas, hipoteticamente, “não turísticas”, para as quais sobram apenas 10% do negócio turístico remanescente;
3. O afunilamento da oferta turística a um mono produto de sol & praia, o qual, não obstante ser, quase consensualmente, considerado o produto-âncora, acabou, no entanto, por inviabilizar / adiar a emergência de dezenas de outros novos produtos

turísticos, os quais, segundo estudos científicos, poderão, nalguns casos, constituírem a vantagem competitiva das outras ilhas consideradas “não turísticas”;

4. As ilhas, nomeadamente, de Santo Antão e de Santiago que, segundo os dados do INE-CV, dispõem de uma maior quantidade de unidades hoteleiras, tendo, respetivamente, registado, em 2019, 75 e 49 empreendimentos hoteleiros, contra 30 e 24 de Sal e Boa Vista, não obstante as correspondentes capacidades relativas de alojamento terem, na razão quase inversa, situado na ordem de: Sal (45%), Boa Vista (30%), Santiago (9%), S. Vicente (6%) e Santo Antão¹⁶⁴ (9%), apenas, da capacidade instalada a nível nacional;
5. As ilhas com maior potencial para a realização de atividades promotoras do turismo, nomeadamente, de eventos, como é o caso particular da ilha de Santiago, dispor de uma capacidade de alojamento de apenas 2.455 Pax (9% do total nacional), obrigando, frequentemente, à deslocação massiva de pessoas ao encontro da logística oferecida noutras ilhas ou, em alternativa, à realização de eventos em locais com enorme precariedade logística, proporcionando, ambas as situações, custos incomensuráveis para o país de acolhimento e para os respetivos participantes;
6. Disponibilidade de uma capacidade de alojamento complementar / local que, por não estar devidamente credenciada e regulamentada e, formalmente, integrada no sistema turístico nacional acaba, também, por ser subtilizada, impossibilitando uma macrogestão dessa capacidade potencial e, conseqüentemente, um posicionamento competitivo do destino, em relação às oportunidades existentes no contexto global, mormente no que tange à organização e realização de megaeventos internacionais;
7. Apresentação de um parque imobiliário, mormente, os imóveis pertencentes aos cabo-verdianos residentes na diáspora, particularmente nas ilhas de Santiago e Fogo que, por não disporem de um sistema de orientação estratégica, de incentivo e de regulamentação, acabam por deixar muitos desses bens patrimoniais devolutos e/ou abandonados, com custos financeiros, sociais, patrimoniais,

¹⁶⁴ Mesmo em conjunto com as restantes ilhas.

urbanísticos e eco-ambientais extremamente severos para o país;

8. Desintegração turística de valiosos patrimónios nacionais existentes, promovendo, em consequência, um desenvolvimento turístico regionalmente desequilibrado e desequilibrador;
9. Possibilidade tendencial para a criação de uma potencial dependência entre a dinâmica turística e o interesse particular das grandes cadeias hoteleiras, condicionando, sobremaneira, as capacidades endógenas de macro planeamento turístico do país e para a definição das prioridades de curto, médio e longo prazos;
10. A extensão tendencial, em termos espaço-temporais, da crise pandémica, atingindo, nos dias de hoje, um cúmulo de mais de 25.159 infetados e de um pico de mais de 400 novos contágios diários veio, com uma das taxas de incidência das mais elevadas da África e do mundo, em consequência, provocar uma diminuição de 75% do influxo de turistas para Cabo Verde, com a passagem do número de hóspedes de 819.308 (em 2019) para 207.125 (em 2020), demonstrando uma necessidade imperiosa de se promover a diversificação da economia cabo-verdiana, a níveis intra e intersetoriais do turismo.

Segundo Brito (2010: 22-23):

1. No início dos anos 90, o turismo residencial do Mediterrâneo atravessa uma crise, mas, a partir de meados daquela década começa um período de crescimento acelerado. Sucedem-se os anúncios de projetos (ou meras ideias?) de resorts. Domina o *borrow to buy to let*, com financiamento fácil do promotor e do comprador, garantia de rendimento e mais-valia – um comprador pode comprar várias unidades de alojamento, porque, em teoria, quanto mais compra, mais ganha.
2. Desde 2006-2007, é possível prever uma crise na promoção/venda de turismo residencial:
 - a. As vendas crescem, assentes em crédito demasiado fácil e pagamento inicial mínimo;
 - b. O preço de venda por m² de área construída aumenta, num processo autodestrutivo, porque a competitividade crescente no mercado das estadias turísticas impede que o rendimento da exploração turística compense o capital investido e permite mais-valias em sucessivas revendas;
 - c. O Euro forte e a política de baixa inflação dificultam a suportabilidade do serviço da dívida e de encaixe de mais-valias a curto prazo, pela revenda (frequentemente ainda no papel) do imóvel.

A crise suprime aqui anunciada por Brito (2010), apanhou o mundo desprevenido, tendo provocado consequências nefastas para a economia global, mormente nos setores financeiro e imobiliário.

Em Cabo Verde, quando se preparava para o *boom* imobiliário, estando a assistir uma dinâmica nunca antes vista de construção de grandes resorts, com mais de mil unidades habitacionais e as respetivas vendas, em aproximadamente 6 meses, mormente, nos mercados ingleses e irlandeses, fazendo antever um futuro risonho para o setor do turismo residencial em emergência, muitos projetos de imobiliária turística começaram a ser aprovados e comercializados e vendidos ainda em papel, surgiu a crise *subprime*, provocando prejuízos incomensuráveis aos países de origem e às ilhas de destino desses investimentos, o que pode, direta ou indiretamente, estar refletido no quadro seguinte:

Quadro 46 – Distribuição das tipologias hoteleiras CV - 2019

| Rubricas | Distribuição das Tipologias Hoteleiras CV por Ilha - 2019 | | | | | | |
|------------------------|---|-----------|-----------|-----------|------------|----------|--------------|
| | Total CV | Sal | Boa Vista | Santiago | S. Vicente | S. Antão | Outras Ilhas |
| Hotéis | 73 | 17 | 9 | 23 | 9 | | 15 |
| Pensões | 77 | 6 | 3 | 9 | 9 | | 50 |
| Pousadas | 10 | 0 | 0 | 2 | 1 | | 7 |
| Hotéis-Apartamentos | 22 | 5 | 7 | 5 | 2 | | 3 |
| Aldeamentos Turísticos | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 3 |
| Residenciais | 98 | 2 | 5 | 9 | 28 | | 54 |
| Total | 284 | 30 | 24 | 49 | 49 | 0 | 132 |

Fonte: Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro (INE 2019)

Assim, a nível do turismo residencial e do alojamento complementar, o quadro anterior demonstra uma potencialidade enorme para se crescer, tendo em consideração a capacidade incipiente ainda instalada atualmente (2019), de 4 (1 Aldeamentos turísticos (sendo 1 em Santiago e 3 nas outras ilhas) e 22 hotéis-apartamentos (distribuídos por todas as ilhas, com exceção de Santo Antão).

Pode-se, neste contexto, fazer-se um pequeno balanço atualizado dos empreendimentos turísticos edificados que constituem maiores referências em Cabo Verde são, segundo o inquérito realizado:

1. **VVR-SM – Viva Verde Resort - Santa Maria**, na ilha do Sal, dispõe de uma capacidade instalada de 1.262 unidades e 4.442 camas, podendo alojar, aproximadamente, 5.000 hóspedes. É o maior resort cabo-verdiano até agora edificado;

2. **Resort Group** - na ilha do Sal dispõe também grande capacidade de alojamento, sendo constituído por vários empreendimentos hoteleiros, nomeadamente: Mélia Dunas, Mélia Lanna, Sensimar, Mélia Tortuga, com um misto entre unidades habitacionais para turismo residencial e outras para turismo puro, em regime hoteleiro;
3. **Murdeira** – desenvolvido pelo Grupo Turim, AS, é o mais antigo empreendimento turístico cabo-verdiano, que foi pioneiro em enveredar-se para turismo residencial, construindo já duas fases do projeto Murdeira, dispondo atualmente, sob a sua gestão direta, 40 quartos e 120 camas.
4. **Porto Antigo Residence** – é também um dos mais antigos empreendimentos turísticos cabo-verdianos, que, em duas fases, tem desenvolvido as suas unidades habitacionais, no âmbito do turismo residencial, dispondo atualmente, sob a sua gestão direta, 79 quartos e 109 camas.
5. **Halos Aparthotel** – da propriedade de um empreendedor empresário italiano, na área da hotelaria, dispõe, na ilha do Sal, sob o regime de propriedade plena, 99 unidades habitacionais e 396 camas, para exploração e/ou venda.
6. **Sambala Vilage** – na ilha de Santiago, constitui um grande empreendimento turístico, com cerca de 9 condomínios fechados, que foram vendidos a, sobretudo a britânicos, mas nunca chegou de operar em plenitude, deixando grandes prejuízos para a marca Cabo Verde. Neste momento, tem uma empresa portuguesa que se encontra a fazer a gestão do condomínio e a manutenção de mais de 200 apartamentos. Mas, não dispõe da parte comum, que está em contencioso, para efeito de uma exploração turístico-hoteleira. Trata-se de uma enorme potencialidade para a ilha de Santiago se movimentar, em termos de turismo residencial e, até mesmo, de alojamento complementar.
7. Existem algumas outras pequenas experiências de unidades organizadas, como é o caso de *Paradise Beach*, cujo projeto não conseguiu ser concluído. Existem outras experiências em S. Vicente, como é o caso de Copa Cabana e de outras na ilha da Boa Vista, sem grandes expressões.

No entanto, existe uma oferta latente e potencial de unidades habitacionais

organizadas em condomínios, resorts e fora destes, mormente as da propriedade de emigrantes, que poderão, com uma estratégia muito bem montada, a nível, político-institucional, vir a contribuir para o ressurgimento de uma nova oferta turístico-hoteleira, trazendo o rendimento do turismo para junto da população local.

3.2.3. A sustentabilidade turística cabo-verdiana: a nova aurora

Depois do boom turístico, não ter deixado tempo para um planeamento sensível do destino Cabo Verde, tendo aberto flanco para a emergência de novos fenómenos, tais como: especulação imobiliária, projetos fantasmas, investidores de aventura, política de “terra queimada”, que deixaram de rastos um promissor destino, ainda em emergência, eis que uma nova aurora se vislumbrava para o turismo cabo-verdiano, sob signo da sustentabilidade.

Assim, no “novo normal”, no pós-pandemia da COVID-19, o Governo cabo-verdiano está a apostar, fortemente, na retoma económica e do turismo, em particular, tendo o turismo residencial e o alojamento complementar como novos indutores da tão expetada diferenciação e/ou diversificação económica.

Nesta perspetiva, esta sintética caracterização do setor turístico cabo-verdiano, constitui a base que esteve na origem da problematização e, conseqüentemente, os fundamentos essenciais para a realização da presente tese, na expectativa da mesmo vir a responder a algumas¹⁶⁵ perguntas de partida, dando *inputs* orientadores para todos os *stakeholders* envolvidos no negócio do turismo, em busca de soluções coletivas para esses problemas supramencionados.

Esta ilusória competitividade, foi, efetivamente, impulsionada por uma forte demanda externa, destinada principalmente para as ilhas do Sal e da Boa Vista, duas das três ilhas de noroeste¹⁶⁶, dotadas de grandes praias de areia branca, um recurso turístico indutor de uma venda turística globalmente competitiva, do turismo de Sol & Mar, como foi anteriormente demonstrada.

Associado a este sector estratégico, não encontramos só os efeitos benéficos supramencionados, mas também, mormente em Cabo Verde, alguns efeitos maléficos,

¹⁶⁵ Nem todas. Pois, devem ficar pistas para futuras investigações, do Autor e/ou de outrem.

¹⁶⁶ A ilha do Maio ainda não conseguiu ainda o respetivo *take-off*.

os quais, estando subtilmente evidenciados nos dados estatísticos anteriores, funcionaram como fatores inibidores / travão de um desenvolvimento sustentável do país, ao invés de alavanca-de-ação no seu processo de “*take off*”.

Com a origem num erro estratégico cometido, aquando da elaboração do III PND (1991), no qual ficou, a priori, circunscrito o fenómeno turístico às ilhas orientais, ficando as outras com meras possibilidades de receberem apenas excursionistas, começou-se a desenhar um pseudo conflito entre essa hipotética competitividade e a efetiva sustentabilidade turística das “Ilhas”.

Uma vez que, concentrando o turismo cabo-verdiano cerca de 93% do IDE destinado a Cabo Verde e 90% do total de dormidas em apenas 2 ilhas (Sal 5,2% e Boavista 1,9%, que detêm, em conjunto cerca de 7,1% dos 491.575 habitantes, Censo 2010), inviabiliza, assim, qualquer política pública que vise reverter os benefícios do turismo para a população local, a qual suporta os respetivos custos ambientais, económico, sociais e institucionais.

Paradoxalmente, essas ilhas de maior concentração turística, há várias décadas que vêm clamando por mais investimentos públicos na área de infraestruturas básicas, nomeadamente, a nível de saneamento básico, tendo em conta que, não obstante os avultados investimentos realizados, pelos privados, em superestruturas turístico-hoteleiras¹⁶⁷, contando continua-se a assistir, no destino que está no Top 10 dos principais mercados emissores, como é o caso do Reino Unido, o esgoto a correr ao céu aberto, problemas gritantes de: insegurança, iluminação pública, urbanismo, arruamento¹⁶⁸ e de acessibilidades a pontos turísticos, de passagem obrigatória.

Este descompasso temporal contribuiu, indelevelmente, para a blindagem dos hotéis em relação ao meio envolvente e aos atores locais. Neste contexto, ganhou terreno o pacote *All Inclusive*, no âmbito do qual, o turista, na maioria dos casos, regressa para a sua origem sem conhecer o destino, que ele escolheu em consciência ou que lhe foi “imposto” pelo *TO – Tour Operator* da sua confiança.

¹⁶⁷ A Ilha do Sal conta atualmente com 28 empreendimentos hoteleiros, promovidos, essencialmente, por grandes operadores internacionais, nomeadamente: Riu, Tui, Mélia, Hilton, etc.

¹⁶⁸ A Avenida dos Hotéis só foi inaugurada em 08-09-2012, 21 anos depois do *start up* turístico e após ter passado o *boom* do Destino Sal, provocado pela crise imobiliária, ocorrida em 2008, funcionando, atualmente, como um dos atrativos turísticos salenses.

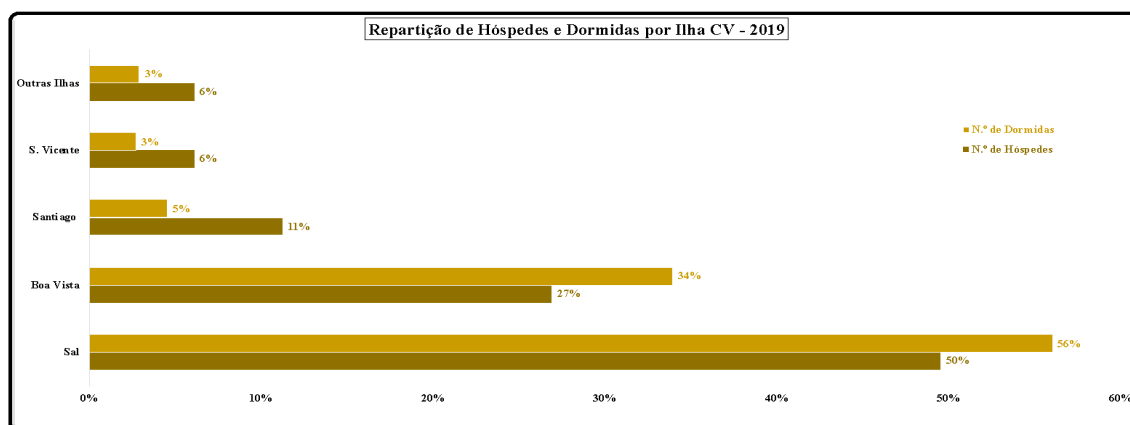
Nesta perspetiva, ao contrário do que rezava Cunha (1997), Cabo Verde ao optar, durante mais de duas décadas, por não planear, com visão e muita sensibilidade, o seu sector turístico, elegendo-o, por agravante, como sendo o seu sector estratégico, está, paradoxalmente, a promover a insustentabilidade turística.

Todaro (1981), no âmbito do denominado ciclo vicioso da pobreza, já alertava pelo perigo que ele considera constituir o mono-mercado e a dependência de um único cliente, que passaria, nesta circunstância, a ter um poder negocial desproporcional com o país fornecedor, este que acabaria, quase sempre, por vender o seu produto / serviço, nas condições impostas por esse cliente imperial. Cabo Verde, conforme ilustra o gráfico 7, também acabou por deixar que o crescimento espontâneo do seu sector turístico acabasse por afunilar o seu negócio setorial, praticamente, num único mercado emissor, a UE, que, emitindo cerca 73,9% do fluxo turístico para esse destino, conquista assim a capacidade para transformar esse país num “*Any Thing Taker*”, limitando a contentar-se com qualquer coisa que conseguir amealhar nesse negócio.

Esta concentração excessiva tem também um reflexo direto no desequilíbrio regional. Pois, o III PND (1991), ao sentenciar, à priori, que o desenvolvimento só poderia ser nas ilhas com praias de areia branca, estava, automaticamente, a condicionar um desenvolvimento harmonioso e integrado das Ilhas, partindo do pressuposto, que o turismo era o “motor” da economia nacional.

O gráfico infra espelha bem esta realidade, ¼ do século depois. Esta questão, vital para a sustentabilidade do Arquipélago, levou muito tempo para ser equacionada e solucionada, de modo que fosse identificado, atempadamente, identificado o papel e a vocação intra e intersectoriais que cabe a cada uma das ilhas, a cada ator e cada instituição, tendo em vista a criação de estruturas e instrumentos que pudessem conduzir a um desenvolvimento sustentável, a nível local.

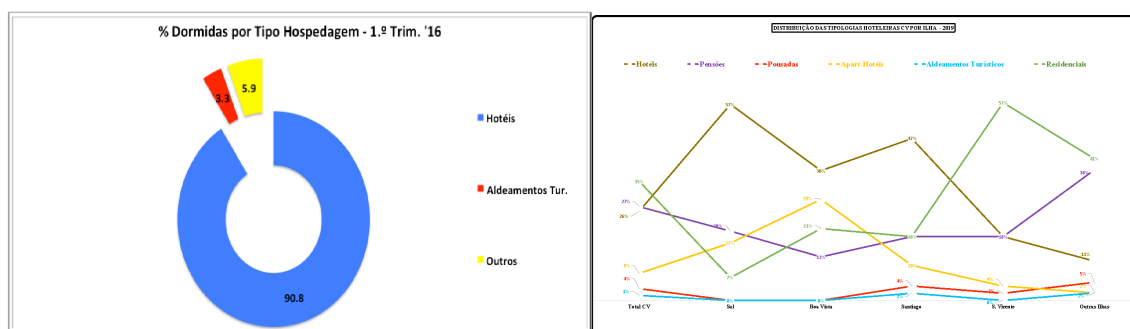
Gráfico 61 – Fluxo turístico regional CV - 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Perante esta incompreensível ausência de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento setorial, o país viu-se na contingência de seguir, de forma espontânea, um paradigma da procura, imposto de fora para dentro. Esta contingência acabou por impor o desenvolvimento de um perfil de turismo, que respondendo, de forma unilateral, aos impulsos da demanda de Cabo Verde como destino de turismo e de investimento, edificou um destino baseado num mono-produto, criticamente dependente de alguns nichos do mercado emissor e de alguns poucos operadores turísticos estrangeiros.

Gráficos 62-63-Distribuição fluxo turístico/tipologia de estabelecimento CV–2016-2019

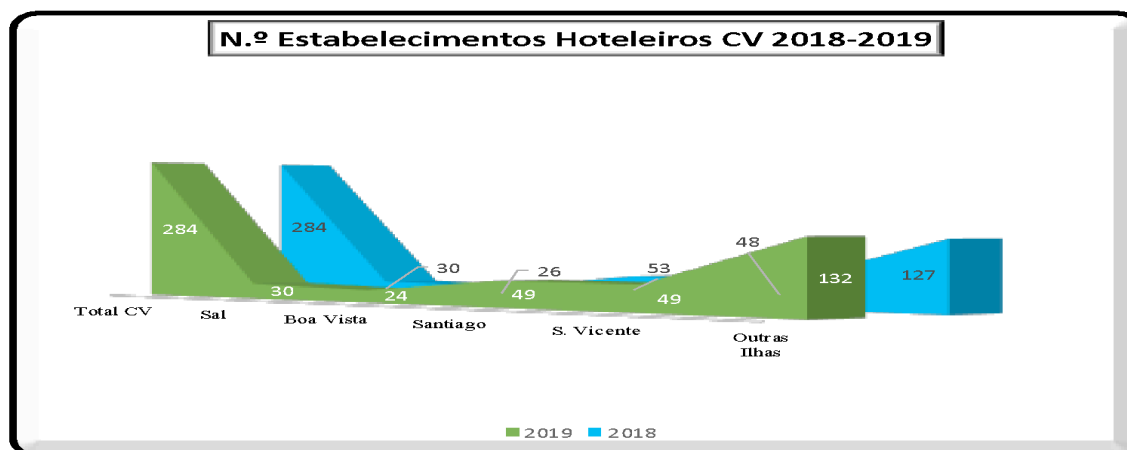


Fonte: INE-CV (2016-2020)

Os gráficos anterior e posterior são demonstrativos deste enviesamento setorial, espelhando uma realidade em que, nomeadamente, as ilhas de Santiago e Santo Antão, que segundo estudos científicos, constituem os destinos cabo-verdianos com maior potencialidade, sendo dotadas, praticamente, de maior número de empreendimentos hoteleiros que as ilhas do Sal e Boa Vista, em conjunto, no entanto, por acolherem, na

sua maioria, pequenos operadores nacionais, ao contrário das últimas duas ilhas, que são dominadas por grandes operadores turísticos (com 90 % das dormidas turísticas), maioritariamente promovidos por investidores externos e alguns verticalmente integrados, acabam por receber, em conjunto com as outras ilhas “não turísticas”, apenas cerca de 10% do negócio turístico, enquanto que as outras beneficiam de mais de 90% do negócio turístico.

Gráfico 64 – Capacidade instalada de alojamento regional 2018-2019



Fonte: INE-CV (2020)

Esta é a oportunidade ímpar que se impõe ao turismo residencial e ao alojamento complementar para virem, colmatar esses desequilíbrios setorial e regional, envolvendo a população local e a nossa Diáspora no negócio turístico, é visível no quadro seguinte, de modo que a migração interna seja, doravante, por oportunidade e jamais por necessidade de sobrevivência, deixando.

3.3. A economia do turismo no contexto cabo-verdiano

Introdução

O turismo, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, a níveis intra e intersetoriais, é considerado o motor da economia nacional, tendo, nessa categoria contribuído, em cerca de 25,3% para o PIB de 2019, no momento pré pandemia da COVID-19. No entanto, cerca de 91%, em 2015 e 78%, em 2021, do consumo intermédio hoteleiro foi importado, deixando pouca margem para que os operadores nacionais pudessem exercer uma relação intra ou intersetorial relevante para a economia nacional. Estas são questões que foram equacionadas e analisadas ao longo deste subcapítulo.

=//=

“Quanto maior for a especialização económica dos PEID, maior a dependência das importações e das exportações grande dependência nos mercados internacionais, mostrando uma situação de externa”.

Sarmiento (2002: 43)

Na linha do pensamento de Sarmiento (2002), denota-se que, face à escassez de recursos que normalmente caracteriza os PEID, um elevado grau de espacialização, sem um correspondente suporte endógeno, a níveis intra e intersetoriais, este corre o risco de ver, paralelamente a esse incremento de especialização, ocorrer também um aumento da dependência externa, adveniente da importação de uma parte significativa dos *inputs* intermédios setoriais, como acontece com o setor turístico cabo-verdiano, como é visível no quadro e gráficos seguintes:

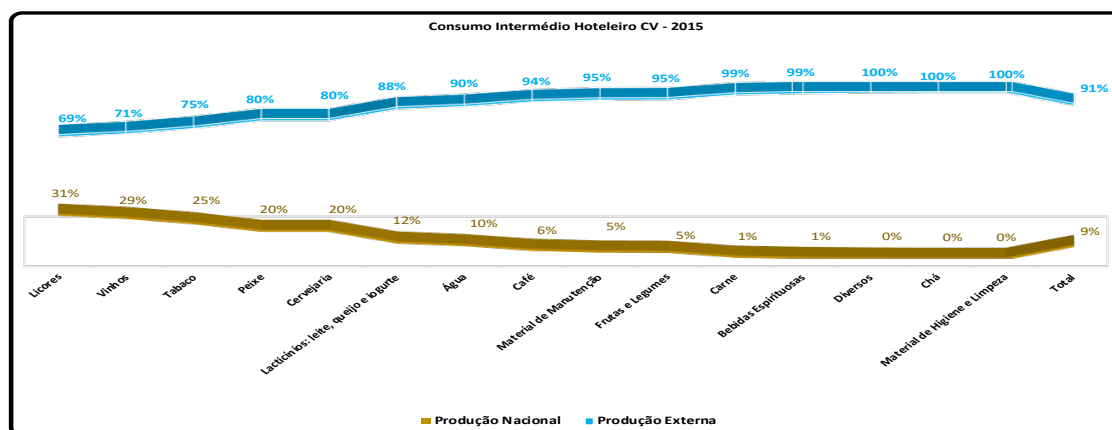
Quadro 47 – Contributo do turismo para a economia cabo-verdiana 2011

| | EFEITOS DIRECTOS: Mil contos | EFEITOS DIRECTOS: Percentagem | EFEITOS TOTAIS: Mil contos | EFEITOS TOTAIS: Percentagem |
|---|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Produto Interno Bruto a preços de mercado por Procura | 27.671.470 | 18,7% | 27.671.470 | 18,7% |
| Gasto em Consumo final dos Residentes no Território económico | 12.392.920 | 13,4% | 12.392.920 | 13,4% |
| Gasto em Consumo final das Administrações Públicas e Instituições sem fins Lucrativos | 98.069 | 0,4% | 98.069 | 0,4% |
| Formação bruta de capital | 6.143.007 | 8,7% | 6.143.007 | 8,7% |
| Exportações de bens e serviços | 29.732.865 | 63,9% | 29.732.865 | 63,9% |
| Importações de bens e serviços | 20.695.392 | 27,0% | 20.695.392 | 27,0% |
| Produto Interno Bruto a preços de mercado por Oferta | 16.702.641 | 11,29% | 27.671.470 | 18,7% |
| Valor Agregado Bruto a preços básicos | 12.306.508 | 9,65% | 20.698.494 | 16,2% |
| Impostos (líquidos) sobre os Produtos | 4.396.133 | 21,6% | 6.972.976 | 34,2% |
| PRODUÇÃO | 36.823.605 | 14,3% | 53.553.048 | 20,8% |
| EMPREGO (Postos de trabalho) | 19.569 | 11,9% | 34.246 | 19,2% |

Fonte: Instituto Nacional de Estadística.
Conta Satélite de Turismo de Cabo Verde 2011

Face a um quadro anterior que expõe um pouco o efeito de concentração do negócio turístico, mesmo na área de turismo residencial (principalmente) e do alojamento complementar, nas duas ilhas predestinadas para o desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, nos grandes grupos turístico-hoteleiros, normalmente detidos por investidores externos, o quadro 8 fornece uma informação complementar, demonstrativa do efeito nefasto que a ausência de um planeamento estratégico pode provocar num destino de crescimento espontâneo.

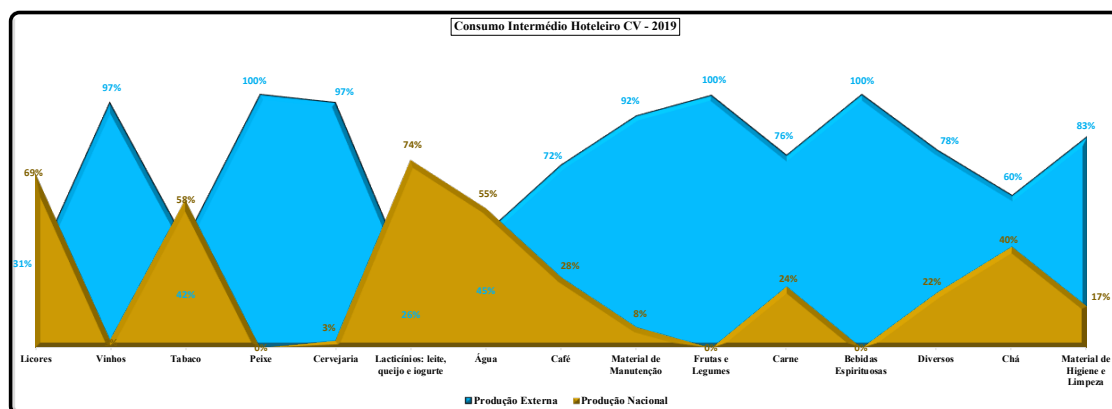
Gráfico 65 - Consumo intermédio hoteleiro CV - 2015



Fontes: Dados de investigação junto dos hoteleiros CV

Neste sentido, pode-se verificar que o turismo consumiu em 2011, em Cabo Verde, cerca de 27% do PIB, uma vez que as relações intersetoriais são ainda ínfimas, limitando o produtor nacional a fornecer às cadeias turístico-hoteleiras apenas produtos locais de baixo valor acrescentado, tal como: legumes e lacticínios. Mesmo os ovos, carnes diversas e peixes são, por vezes importados, devido à incapacidade local de garantir um fornecimento regular e respeitador dos *standards* de qualidade requeridos. Por isso, estima-se¹⁶⁹ que cerca de 90% (em 2015) e 78% (em 2019) do consumo intermédio turístico-hoteleiro é, direta ou indiretamente, importado, mesmo que seja comprado no mercado local, como demonstra os gráficos seguintes:

Gráfico 66 - Consumo intermédio hoteleiro CV - 2019



Fontes: Dados de investigação junto dos hoteleiros CV

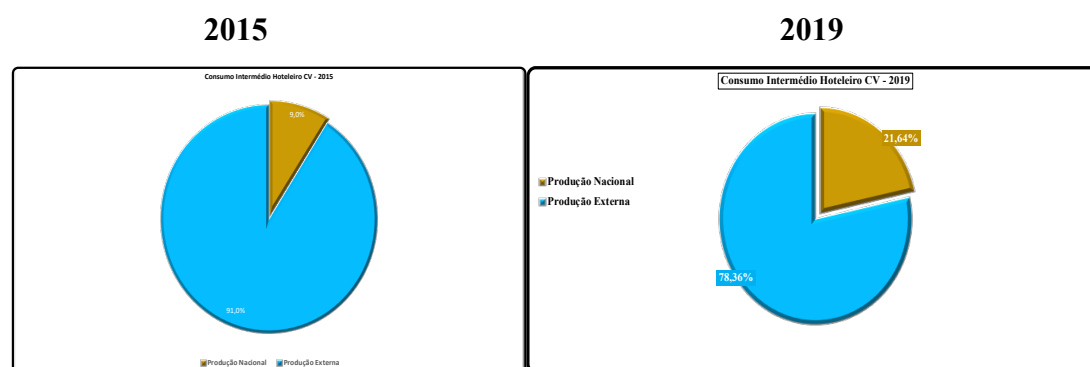
Assiste-se já a emergência de PME's locais, mormente as promovidas pelos pequenos operadores nacionais, que dispõem de alguma capacidade competitiva, nomeadamente

¹⁶⁹ Não existem dados estatísticos tratados, que permitem apurar a proveniência dos bens consumidos.

na área de água de mesa, refrigerantes, vinhos, licores, bebidas espirituosas, doçarias, lacticínios, etc., que, no entanto, apesar de um árduo esforço, não conseguem também penetrar nos grandes negócios turísticos, devido a um certo espírito corporativista que, por vezes, aqueles denunciam existir, entre operadores intersectoriais da mesma nacionalidade, causando uma certa distorção na livre concorrência, deixando, uma vez mais, à margem, o interesse local. Uma outra questão que urge fazer cobro para mitigar esses efeitos nefastos da atual dinâmica turística, é a acessibilidade interna às unidades hoteleiras, de modo a fomentar o incremento das relações intersetoriais do turismo.

Neste novo normal, estes fatores podem ser, individual e/ou cumulativamente, acionados de modo a projetar um novo destino CV em emergência. Para o efeito, torna-se necessária uma capacidade institucional endógena para inverter a “doutrina dominante”, colocando-a ao serviço do interesse local, fomentando, assim, o reerguer de um destino estruturalmente equilibrador e regionalmente equilibrado, promovendo um modelo de desenvolvimento expectável para as Ilhas, que seja globalmente competitivo e localmente sustentável.

Gráficos 67 & 68 - Consumos intermédios hoteleiros CV – 2015 & 2019



Fontes: Dados de investigação junto dos hoteleiros CV

Nestas circunstâncias, constata-se que a cadeia de valor do turismo fica bem mais curto, retirando, assim, a capacidade de contágio que o turismo detém, a níveis intra e intersetoriais, exportando, também, para o exterior, não só o prazer de desfrute dos recursos turísticos locais, mas, também, o próprio rendimento do turismo, ficando o destino bem mais pobre.

Ao detalhar-se a dinâmica das relações intersetoriais do turismo ocorrida em Cabo Verde no período entre 2015 e 2019, verifica-se que houve:

1. Um progresso positivo nas trocas comerciais dos operadores económicos locais com as unidades hoteleiras sediadas em Cabo Verde, no que concerne à comercialização de laticínios, que passaram de 12% para 74%, num período de quatro anos, demonstrando a confiança que as mesmas passaram a depositar nos produtores nacionais, nomeadamente, a Prolact e a Tecnicil Indústria, que investiram muito em I&D, começando a ver o retorno de avultado investimento.
2. A nível dos licores, também houve uma importante performance registada pelos operadores nacionais que conseguiram colocar nas unidades hoteleiras, cerca de 69% dos licores que estas consumiram em 2019, contra apenas 31% registada em 2015.
3. O tabaco também ocupa um importante peso nas transações comerciais internas, sendo o respetivo consumo suportado, em cerca de 58% por operadores sediados no território nacional, contra 25% registado em 2015.
4. O chá com 40% (0% em 2015), o café com 27% (6% em 2015) e a carne 24% (1,5% em 2015), demonstraram uma taxa de penetração crescente no setor hoteleiro, por parte dos operadores e/ou produtores nacionais.

No entanto, está-se muito longe de uma relação intersetorial do turismo ideal, ou até mesmo, desejável, uma vez que a transação ocorrida no mercado interno, em termos globais, não passa de 22%, contra 78% dos produtos importados. Entretanto, verifica-se, um progresso relativo, no que concerne, uma vez que, em 2015, essas transações internas não ultrapassavam de 9%, contra 91% de importações.

Se se almeja, efetivamente, um turismo sustentável, cujo rendimento se reverte, de forma equitativa para a comunidade local, urge equacionar-se e resolver alguns aspetos urgentes, nomeadamente:

1. A acessibilidade aos mercados consumidores, oferecendo transportes de bens, serviços e de pessoas, em condições de competitividade, em termos de: rácio qualidade / preço, frequência, condições logístico-operacionais e gestão de expectativas.

2. Controlo de qualidade e certificação de todos os intervenientes na cadeia de valor do turismo, de modo a se estabelecer uma relação comercial de confiança mútua.
3. O regulador exercer o seu papel de modo a se evitar a constituição de carteis corporativistas, impedidores de um funcionamento do mercado em condições de concorrência perfeita, de simetria de informação e equidade de oportunidades.
4. Capacitação dos operadores nacionais, de modo a poderem endogeneizar os efeitos *spillovers*, induzidos pelos seus parceiros comerciais (clientes, fornecedores, financiadores e/ou outros parceiros diversos), através dos sistemas *learning by doing* e/ou *learning by whatching*.
5. Criação de um bom ambiente de negócio, de modo que os operadores económicos possam garantir a respetiva competitividade global e a sustentabilidade local das respetivas operações.

3.4. Monitorização da sustentabilidade turística no contexto de Cabo Verde

Introdução

Neste ponto da investigação procurou-se analisar alguns indicadores da sustentabilidade turística experimentados na realidade cabo-verdiana, tirando daí algumas ilações que poderão contribuir para uma reflexão conjunta de todos os *stakeholders*, tendo em vista a definição do meu caminho para esse “nosso futuro comum”, envolvendo as gerações atuais e as vindouras.

=//=

3.4.1. Os principais desafios da sustentabilidade do turismo em Cabo Verde

“O Desenvolvimento é rejeitado não apenas tendo em conta os seus resultados, mas por causa de suas intenções... Não é o fracasso do desenvolvimento que tem de ser temido, mas o seu sucesso”.

Sideway (2002: 16)

Ao debruçar-se sobre esta citação de Sideway (2002), depara-se com uma preocupação latente com o equilíbrio requerido no âmbito do sistema de repartição dos ónus e dos bónus do desenvolvimento, entre as gerações atuais e vindouras.

No que concerne ao setor turístico, esta preocupação tende a se tornar crítica. Pois, apesar de o turismo se ter transformado, no final de século XX, numa das atividades económicas mais pujantes da nossa época e de se ter estendido a todos os cantos do mundo, continua a ser encarado com grande displicência por parte de largos setores de opinião e a não merecer dos poderes políticos a atenção e os cuidados que a sua importância e a sua dimensão exigem (Cunha, 1997). Este aparente desleixo com um setor tão estratégico, mormente para as economias mais frágeis e vulneráveis, pode estar, direta ou indiretamente, relacionado com o fenómeno do pós-desenvolvimento analisado por Neverdeen (2000:175) e aqui reforçado por Sideway, (2002: 16).

Corolariamente, em Cabo Verde, não obstante a importância estratégica do setor turístico, consensualmente assumida, desde o início da década de '90, como o setor estratégico e o motor do desenvolvimento nacional, não se conseguiu, ainda, fugir a esta dramática regra. Pois, mais de uma geração depois desta eleição consensual, deixou-se que, na linha do pensamento de Brito (2013), o “urgente” ganhasse, naturalmente, predominância sobre o “importante” e reivindicasse, ainda, por um planeamento estratégico, que responda às seguintes perguntas de partida:

1. Quais são as potencialidades, atratividades e competitividades dos recursos turísticos que dispõe cada região turística de Cabo Verde?
2. Que visão estratégica e instrumentos para identificar e assegurar a respetiva vantagem competitiva, em termos de: produto, distribuição e acessibilidade?
3. Que perfil de turismo e a respetiva capacidade de carga regionais?
4. Que papel vocacional para as diferentes regiões e que modelo de complementaridade turística e intersectorial?
5. Que quantidade e qualidade para as infraestruturas e superestruturas turísticas e hoteleiras?

6. Que critério, que prioridade e que sistema de incentivos para a ocupação dos solos, nomeadamente, nas ZEE's / ZDTI's?
7. Que estratégia poderá garantir a sustentabilidade do respetivo desenvolvimento turístico?
8. Que papel poderão desempenhar os diferentes atores, estruturas e instituições, nomeadamente: os investidores externos, os operadores nacionais e a própria sociedade civil?
9. Quais são os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que, em termos comparativos, estão associados à emergência do “Destino Cabo Verde”?
10. Que condições especiais proporcionar aos operadores turísticos para que estes possam, em condições de equidade, integridade, competitividade e de sustentabilidade territoriais, vender o produto: “1 País, 10 Destinos” ou, mais recentemente, “*Is Something Else!*”?

Este latente enviesamento no processo de crescimento económico, como testemunham, de forma quase unânime, todos os *stakeholders* e decisores entrevistados / inquiridos, é um fruto, cuja raiz se encontra, naturalmente, entranhada na fraqueza político-institucional das “Ilhas”, que ditou a ausência / debilidade de um planeamento estratégico, a níveis intra e intersetoriais do turismo, para um setor considerado de estratégico, induzindo, conseqüentemente, o crescimento exponencial de um “gigante com pés de barro”.

Num “retrato endoscópico” a este “gigante”, pode-se diagnosticar as seguintes características endógenas:

1. Um crescimento exponencial¹⁷⁰ verificado entre 1990 e 2017, passando de um fluxo turístico ainda bastante incipiente, na ordem dos 21.695 turistas entrados no país, no início desse percurso, para um cúmulo de entradas de 819.308 turistas, registadas no final desse mesmo percurso, observável no gráfico n.º 58.
2. Nesta trajetória, segundo os dados do INE-CV, registou-se:

¹⁷⁰ 33 (trinta e três) vezes mais, num período de 27 (vinte e sete) anos.

- a. Durante a década de '90, um crescimento médio de 14,77% e, em 1993, um crescimento supremo de 38,89%;
 - b. No período de 2000-2016, uma entrada média de 341.896 turistas e uma taxa de crescimento médio anual de 10,15%;
3. Não obstante alguns episódios conjunturais, o crescimento do turismo reflete quer o investimento do Estado em infraestruturas fundamentais para esta atividade, designadamente, no domínio das acessibilidades, quer o investimento privado (sobretudo proveniente do estrangeiro) na imobiliária do lazer e do turismo (Fernandes, 2014);
 4. Assim, tornou-se evidente a relevância da atividade turística em Cabo Verde e o seu contributo para o desenvolvimento do país. Carvalho (2010) assinala o crescimento do turismo no PIB nacional: 9,4% (2002), 11,8% (2005) e 23,1% (2007) – ano em que a sua participação em serviços atingiu 61%;
 5. No entanto, segundo a mesma Autora, “apesar da importância política atribuída ao turismo como área estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde, diversos autores assinalam problemas/dificuldades como, por exemplo, a falta de um plano de marketing turístico e adequada articulação institucional (Carvalho, 2010), e insuficientes infraestruturas de apoio ao turismo (redes de saneamento básico, energia, água e ligação entre as Ilhas)”;
 6. Assim, à medida que o turismo foi experimentando um crescimento exponencial, consolidando a sua importância no PIB, vendo o seu contributo para esse agregado económico passar de 1,3%, em 1990, segundo o III PND (1991), para 20,97%, CST (2014), o mesmo foi-se, paradoxalmente, enrolando numa teia de problemas estruturais, a qual foram apresentados na Fig. 18;
 7. Associado a este estratégico sector cabo-verdiano, que é o turismo, começaram a emergir, assim, não só os efeitos benéficos, nomeadamente, em termos de: consumo, investimento, especialmente externo, receitas públicas, saldo de divisas, exportações, e ainda, de criação de emprego, que constitui um dos dezessete ODS, rubricados por Cabo Verde, no âmbito da agenda 2030, mas também alguns efeitos maléficos supramencionados, os quais, têm funcionado mais como fatores

inibidores / travão a um desenvolvimento sustentável do país, ao invés de alavanca-
de-ação, no seu processo de “*take off*”;

8. Do mapa dos problemas supra-referenciados, os que nos afiguram como sendo os mais relevantes para a presente análise são os que se prendem com os seguintes fatores:
 - a. Afunilamento do turismo cabo-verdiano a duas ilhas, praticamente, “sem território” e “sem população”, dispondo, na sua totalidade, cerca de 20,9% do território nacional (Boa Vista tendo uma área de 620 km² (15,5%), 29 Km de comprimento e o maior relevo com 387 m e a ilha do Sal com cerca de 216 km² (5,4%) e 30 Km de comprimento) e 7% da população nacional. Pois, atendendo à caracterização territorial feita por Fernandes (2014), “a superfície terrestre cabo-verdiana é de 4.033 km², deduzindo a ilha de Santa Luzia que não é habitada, a superfície da parte habitada é de 3.985 km²”, sendo, por isso, o recurso territorial, em Cabo Verde, um bem extremamente escasso e, conseqüentemente, um F.C.S. – Fator Crítico de Sucesso;
 - b. Dependência de um monoproduto de Sol & Praia, deixando a margem do desenvolvimento turístico recursos estratégicos¹⁷¹, tais como:
 - i. Natureza e destreza;
 - ii. Fauna e flora;
 - iii. Cultura e identidade;
 - iv. Gentes e locais;
 - v. Arquiteturas e ruínas;
 - vi. Crenças e vivências;
 - vii. Beleza e Morabeza;
 - viii. Histórias e sonhos;
 - ix. Vida e saúde;
 - x. Canto e encanto;

¹⁷¹ Segundo Pollice & De Julio (2011), um recurso só estratégico quando estiver disponível, em termos quantitativos e qualitativos.

- c. Importação de cerca 91% (78%, em 2019) do consumo hoteleiro – O turismo ao dar muito pouco e não receber quase nada, dispensa, assim, um dos seus mais benéficos efeitos económicos, que é a sua capacidade aceleradora e de arrastamento, manifestada, mormente, através das relações intra e intersectoriais;
- d. Concentração de cerca de 93% do IDE destinado a Cabo Verde – ao concentrar todos os recursos financeiros disponíveis, não deixando quase nada para induzir o desenvolvimento dos outros setores, dos quais é dependente, o turismo “fica só ou fica mal-acompanhado”.

Esta é uma síntese do curto trajeto ainda percorrido pelo turismo cabo-verdiano, emitindo sinais de alerta e apelando a uma mudança urgente de rumo, de modo que o turismo de hoje possa, amanhã, cruzar, sustentavelmente, com a felicidade do “filho da terra”.

Pois, este íngreme, mas tortuoso, caminho seguido pelo turismo CV, tem, na sua origem, uma opção estratégica, consciente ou inconscientemente, feita pelas autoridades cabo-verdianas, aquando da elaboração do III PND de 1991, no âmbito do qual ficou, a priori, circunscrito o fenómeno turístico às ilhas orientais do Sal, Boa Vista e Maio, circundadas de grandes e lindas praias de areia branca, deixando as outras ilhas, “prenhas” de potencialidades turísticas, com meras possibilidades de receberem apenas excursionistas.

Assim, se explica a raiz da árvore de problemas turísticos, consubstanciada no atual afunilamento de 91% do turismo cabo-verdiano, para um monoproduto de sol & praia¹⁷² e para apenas dois micro-destinos: Sal e Boa Vista e, corolariamente, a fundamentação para o facto de um fator potencial de competitividade, rapidamente, poder ter se transformado num fator efetivo de insustentabilidade turística.

Nesta encruzilhada, segundo Mascarenhas (2004), aparece o paradigmático caso da ilha de Santiago¹⁷³ (podia-se também fazer referência às ilhas do Fogo e de Santo Antão, possuidoras de recursos turísticos ímpares). Mesmo representando cerca de 25% dos recursos territoriais do país, sendo: formada por 9 dos 22 concelhos de

¹⁷² Predominante nessas ilhas orientais do arquipélago.

¹⁷³ Com uma área geográfica de 991 km².

diferentes perfis, dotada de uma riquíssima diversidade paisagística, cultural (sendo dotada de dois patrimónios mundiais da humanidade: a Cidade Velha, o berço da crioulidade e a Morna, que é comum às outras ilhas) e gastronómica, albergue cerca de 56% da população cabo-verdiana e sendo depositário do estatuto do mais completo e competitivo microdestino turístico cabo-verdiano, não tem, no entanto, conseguido fazer desse fator diferencial, uma técnica eficaz para “fintar o adiamento de um destino certo”, acabando por acolher, atualmente (2019), apenas 4,8%¹⁷⁴ das dormidas / negócio gerado pelo fluxo turístico nacional.

Esta posição dominante de Santiago, em termos populacionais é histórica, tendo sido sempre a ilha mais povoada, com uma forte incidência no período pós-colonial, como revela o quadro infra, do qual se constata que, nos últimos oitenta anos, o peso populacional mais baixo experimentado pela ilha de Santiago é de 40% da população nacional, ocorrido na década de 1950, talvez fruto da mortandade provocada pelas fomes de 1941-1943 e 1947-1948, as quais, segundo fontes históricas, foram as piores fomes de Cabo Verde e dizimaram cerca de 45.000 pessoas. A ilha de Santiago perdeu entre 1946 e 1948, cerca de 65% de sua população, entre as mortes pela fome e os vários milhares que emigraram, mormente, para São Tomé e Príncipe¹⁷⁵:

Quadro 48 – Distribuição populacional CV por ilha 1940-2021

| Distribuição População Regional CV | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2010 | 2000 | 1990 | 1980 | 1970 | 1960 | 1950 | 1940 |
|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Cabo Verde | 483 628 | 556 858 | 550 483 | 544 081 | 494 040 | 434 812 | 341 491 | 295 703 | 270 999 | 199 902 | 149 984 | 181 740 |
| Santiago | 269 370 | 313 460 | 309 633 | 305 778 | 275 366 | 236 352 | 175 691 | 145 957 | 128 782 | 88 587 | 59 397 | 77 382 |
| Santiago Norte | 105 771 | 120 470 | 120 401 | 120 340 | 120 624 | | | | | | | |
| Santiago Sul | 163 599 | 192 990 | 189 232 | 185 438 | 154 743 | 106 052 | 71 276 | 57 748 | 39 911 | 24 872 | 17 179 | 18 208 |
| Sal | 33 347 | 41 121 | 39 696 | 38 246 | 25 970 | | | | | | | |
| Boa Vista | 12 613 | 19 879 | 18 795 | 17 708 | 9 208 | | | | | | | |
| S. Vicente | 74 016 | 84 964 | 84 229 | 83 468 | 76 433 | 67 844 | 51 277 | 41 594 | 31 578 | 20 705 | 19 576 | 15 848 |
| Outras Ilhas | 94 282 | 97 434 | 98 130 | 98 881 | 107 063 | | | | | | | |
| Cabo Verde | 483 628 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Santiago | 269 370 | 56% | 56% | 56% | 56% | 54% | 51% | 49% | 48% | 44% | 40% | 43% |
| Santiago Norte | 33 519 | 22% | 22% | 22% | 24% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Santiago Sul | 5 594 | 34% | 34% | 34% | 31% | 24% | 21% | 20% | 15% | 12% | 11% | 10% |
| Sal | 33 347 | 7% | 7% | 7% | 5% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Boa Vista | 12 613 | 3% | 3% | 3% | 2% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| S. Vicente | 74 016 | 15% | 15% | 15% | 15% | 16% | 15% | 14% | 12% | 10% | 13% | 9% |
| Outras Ilhas | 94 282 | 19% | 18% | 18% | 22% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |

Fontes: INE-CV (2013-2021)

No entanto, o desenvolvimento turístico das “Ilhas” não tem proporcionado a respetiva distribuição equitativa entre as diferentes ilhas, ignorando, nesse processo de repartição, um dos critérios basilares que constitui a distribuição populacional pelas

¹⁷⁴ Enquanto que Sal e Boa Vista, com apenas 10% da população, detêm, em conjunto, 90% desse negócio.

¹⁷⁵ Estima-se que, entre 1900 e 1970, cerca de 80.000 cabo-verdianos foram enviados para São Tomé e Príncipe.

diferentes regiões, criando, em consequência, grandes assimetrias regionais, grandes fluxos migratórios internos e um vultoso de ónus: ambientais, económicos, turísticos, sociais e político-institucionais, com efeitos nefastos em cada uma e em todas as ilhas.

Esta concentração excessiva tem, deste modo, um reflexo direto no atual desequilíbrio regional, uma vez que ligado ao perfil do mercado emissor está também associado o perfil da procura turística dominante e, conseqüentemente, a eminência de desenvolvimento de uma oferta turística desestruturada, quando ela for baseada no seguinte princípio de alienação: *laissez-les venir, laissez-les commander (notre destin)*.

Pois, o (III PND, 1991), ao sentenciar, à priori, que o desenvolvimento turístico só poderia ser nas ilhas com praias de areia branca, estava-se, automaticamente, *ad initio*, a condicionar um desenvolvimento harmonioso e integrado das Ilhas, partindo do pressuposto, que o turismo seria, mais cedo ou mais tarde, o “motor” da economia nacional. Este percurso desequilibrado está refletido no quadro seguinte:

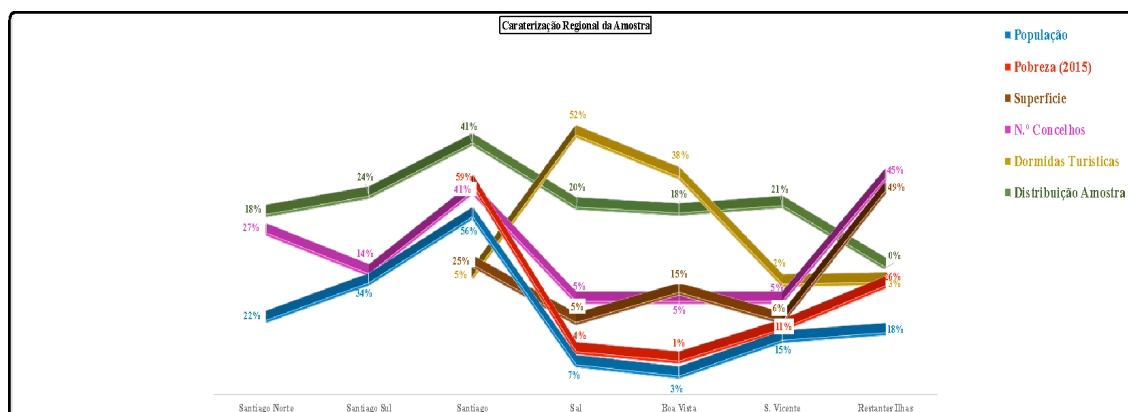
Quadro 49 - Análise comparativa do turismo entre Boavista e Santiago 1999-2015

| Distribuição da Oferta Turístico-Hoteleira CV 1999-2015 | Boa Vista | Santiago | Cabo Verde |
|---|-----------|----------|------------|
| % Capacidade Média de Alojamento-Camas/Total de CV | 14,68% | 14,40% | 100,00% |
| N.º Camas - 2015 | 4 894 | 2 363 | 18 055 |
| Taxa de Ocupação Média | 58,59% | 29,68% | 47,94% |
| N.º Empreendimentos - 2015 | 20 | 49 | 226 |
| N.º Dormidas Turistas | 1 544 378 | 143 786 | 3 710 000 |
| N.º Médio Dormidas Turistas / Dia | 4 231 | 394 | 10 164 |
| Projeção Demográfica - 2017 | 16 621 | 301 902 | 537 661 |
| Peso Médio Turistas / População Local | 25,46% | 0,13% | 1,89% |
| N.º Pax Empregadas - 2015 | 1 794 | 818 | 6 426 |
| Peso Emprego Setorial / População Local | 10,79% | 0,27% | 1,20% |

Fonte: INE-CV (2017)

O quadro anterior demonstra o sinal de insustentabilidade que o turismo cabo-verdiano tem dado, com a dificuldade que enfrenta em fazer levar o rendimento do turismo para junto da população local, face a um modelo de desenvolvimento turístico que canaliza quase a totalidade do seu fluxo para ilhas, praticamente, “sem população”.

Gráfico 69 - Análise comparativa regional CV - 2019



Fonte: Afrossondagem & INE-CV (2020)

Do gráfico anterior, pode-se inferir que o turismo, não obstante, esses efeitos perversos, tem um efeito positivo sobre o combate à pobreza, localmente. Pois, as ilhas turísticas, nomeadamente, as do Sal e da Boa Vista, apresentam, respetivamente, um índice de pobreza na ordem de 4% e 1%, enquanto que as ilhas de Santiago, S. Vicente e as outras ilhas não turísticas apresentam um índice de 59%, 11% e 26%, respetivamente.

Este desequilíbrio advém de uma outra concentração, crítica para qualquer objetivo que vise a sustentabilidade turística. Pois, 91,1% do total de dormidas cabo-verdianas se fixa em apenas 2 ilhas (Sal 5,2% e Boavista 1,9%, que detêm, em conjunto cerca de 7,1% dos 491.575 habitantes, Censo 2010), inviabilizando, assim, qualquer política pública que vise reverter os benefícios do turismo em prol da população local, a qual suporta os respetivos custos ambientais, económicos, sociais e institucionais, normalmente, inerentes a essa atividade (Mascarenhas, 2016).

Esta inviabilidade implícita encontra-se espelhada na realidade empírica e é, indiretamente, projetada na abordagem de KUNZ, Jaciel et al. (2012) infra, que procura desmontar um pouco a não linearidade dessa complexa teia de efeitos socioeconómicos do turismo:

1. Torna-se ainda premente considerar que o efeito positivo da empregabilidade dos residentes no sector do turismo pode ser comprometido, caso eles não possuam as habilidades requeridas pela cadeia produtiva.
2. Atualmente, uma parte significativa do *trade* turístico acredita que o crescimento do sector não só gera emprego, como também reduz as diferenças socioeconómicas entre países centrais e periféricos (KORSTANJE, 2010).

Pois, como testemunha Cunha (2013):

O segmento de turismo dominante (sol & mar) tem como pólos essenciais as ilhas do Sal e da Boavista, onde se impõe com uma força esmagadora sobre os frágeis ecossistemas insulares, (...) uma evolução sustentável que pressupõe, também, o salutar envolvimento das comunidades locais.

Sem se esquecer as especificidades de cada uma das ilhas, nem a importância crucial do turismo para o desenvolvimento de Cabo Verde, pretende-se, com esta investigação, entre outros objetivos, participar num debate que urge aprofundar sobre os limites e condicionantes que os frágeis contextos naturais locais impõem, consciente ou inconscientemente, a um modelo de desenvolvimento turístico do arquipélago que se espera equilibrado, ordenado e sustentável.

Este descompasso temporal contribuiu, indelevelmente, para a blindagem dos hotéis em relação ao meio envolvente e aos atores locais. Neste contexto, ganhou terreno o pacote *All Inclusive*, no âmbito do qual, o turista, na maioria dos casos, regressa para a sua origem sem conhecer o destino, que ele escolheu, em consciência, ou que lhe foi “imposto” pelo TO – *Tour Operator* da sua confiança.

Segundo INE-CV (2017), a ilha do Sal, continuou a ter maior acolhimento, com 45,6% do total das entradas, seguida da ilha da Boa Vista, com 31,6% e Santiago com 11,2%. Em relação às dormidas, a ordem é a mesma: Sal com 50,4%, Boa Vista com 40,7%, mas Santiago, passaria a 3,7%, assumindo esta ilha um papel residual no processo de desenvolvimento setorial, não obstante constituir a maior ilha, dispoendo mais de 54% da população local, 9 dos 22 concelhos do país e, segundo Mascarenhas (2004), da maior potencialidade e capacidade competitiva dos destinos turísticos internos.

O gráfico 67 espelha bem esta realidade, ¼ do século depois. Esta questão, vital para a sustentabilidade do Arquipélago, levou muito tempo para ser equacionada e solucionada, de modo que fosse, atempadamente, identificado o papel e a vocação intra e intersetoriais que cabem a cada uma das ilhas, a cada ator e a cada instituição, tendo em vista a criação de estruturas e instrumentos que pudessem conduzir a um desenvolvimento sustentável, a nível local.

Este desenvolvimento regionalmente desequilibrado e setorialmente desarticulado tem repercussões negativas incomensuráveis sobre a sustentabilidade turística cabo-

verdiana. Pois, esta, como alerta Cunha (1997), requer um planeamento estratégico, com visão e muita sensibilidade. Pois, o planeamento de um turismo sustentável, embebido num conceito mais abrangente de desenvolvimento sustentável, promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo (Vieira, 2007). Nesta perspetiva, uma efetiva análise da sustentabilidade turística deve versar sobre os cinco seguintes pilares fundamentais:

- 1. Ambiental** – esta é a vertente que perspetiva a alocação eficiente e preservadora dos recursos de desenvolvimento, de modo que o seu uso hoje não venha a pôr em causa o mesmo uso amanhã e a felicidade das gerações vindouras, dos visitantes e/ou dos visitados. Para isso, a mesma visa também conduzir a ação humana, de modo a pôr cobro aos fenómenos naturais, até agora incontroláveis, tais como: o aquecimento global, o aumento do nível da água do mar, o terramoto, o maremoto, a seca, o esgotamento dos recursos fósseis, a escassez da água potável, insustentabilidade da vida nas cidades e nas comunidades, o consumo e a produção irresponsáveis, dificuldade da vida subaquática e sobre a terra;
- 2. Económico** – neste âmbito, pretende-se combater a precariedade do emprego, assim como potenciar os sectores estratégicos, como os da infraestruturção, da indústria, do turismo e da inovação, para que possam, numa ótica de equilíbrio custo / benefício, promover um crescimento sustentável, focado no interesse local;
- 3. Turístico** – esta componente, que aparece, indiretamente, acoplada à económica, visa, essencialmente, identificar e, numa lógica de equilíbrio qualidade/preço, valorizar os fatores de competitividade turística de um destino, no que tange à respetiva composição do produto, sua distribuição junto dos mercados emissores, bem como às respetivas condições de acesso, de modo que a oferta turística canalizada seja globalmente competitiva, regionalmente equilibrada e localmente sustentável;
- 4. Sociocultural** – há necessidade, a este nível, de, preventiva e corretivamente, se fazer face aos grandes males sociais que ainda afetam a humanidade, nomeadamente: A Fome, a saúde e o bem-estar precários, a falta de quantidade e de qualidade dos recursos educacionais, a inacessibilidade à água potável e ao saneamento, a pobreza extrema, bem como as desigualdades sociais e de género, assim como a perda de referências identitárias e de valores;

5. Político-Institucional – esta constitui uma das dimensões mais críticas do turismo e do desenvolvimento sustentáveis, comprometendo, assiduamente, o planeamento estratégico, a fiscalização, o cumprimento da Lei, em prol dos interesses individual e coletivo, bem como os O.D.S., nas seguintes vertentes da: guerra, insegurança, injustiça, fraqueza institucional e da debilidade de uma parceria global em prol do desenvolvimento sustentável.

Esta multidimensionalidade do fenómeno da sustentabilidade turística pode ser depreendida na Fig. 4, através de uma teia de relações de causa e efeito que é, hipoteticamente, estabelecida com uma série de outros fenómenos que fazem parte da vida quotidiana do Homem, na sua n-dimensões teórico-empíricas, mormente, nas componentes turístico-ambientais, que constituem objeto da presente análise.

Uma vez que, concentrando o turismo cabo-verdiano cerca de 93% do IDE que em média é destinado a Cabo Verde, deixando todos os outros sectores, dos quais o turismo é dependente, com apenas 7% dos restantes recursos de investimento, fica hipotecada qualquer relação intersetorial, a níveis a montante como a jusante. Esta distorção económica é ainda agravada pela dependência de um oligopólio formado por uns poucos grandes TO's – *Tour Operators* estrangeiros, que, sendo vitais para o desenvolvimento do destino, deveriam, no entanto, ver associado um sector empresarial nacional igualmente pujante, capaz de endogeneizar os efeitos *spillovers* (Mascarenhas, 2003).

Cabo Verde possui uma área cultivada inferior a 25% do seu território e um clima caracterizado por prolongados períodos de secas. A precipitação média anual não excede os 300 mm, concentrada em poucos dias o que origina uma precipitação de tipo torrencial, que leva a que em algumas ilhas (Santo Antão, Santiago, Maio, São Vicente e São Nicolau) o balanço hidrológico seja negativo.

O recurso terra foi desde sempre, a seguir ao recurso água, o fator que mais limita o desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde. A enorme pressão sobre a terra cultivável torna-se mais extrema nos anos em que chove muito, em que há recarga dos lençóis freáticos e a existência de águas superficiais durante uma boa parte do ano, que estimulam a prática da agricultura irrigada.

Uma vez que apenas 10% das necessidades alimentares do país em cereais, raízes e tubérculos são cobertos pela produção nacional, o país depende fortemente das importações (Fernandes, 2011).

O bem-estar da população Cabo-verdiana depende da agricultura, principalmente da evolução da produção do milho e do feijão pedra e feijão congo, que constituem a base da alimentação da população de Cabo Verde. Uma grande parte de produção agrícola é realizada em regime de sequeiro e de subsistência familiar.

Um outro fator crítico para a sustentabilidade turística cabo-verdiana, prende-se com o perigo que Todaro (1981), no âmbito do denominado ciclo vicioso da pobreza, considera constituir o mono mercado e a dependência de um único cliente, que passaria, nesta circunstância, a ter um poder negocial desproporcional com o país fornecedor, este que acabaria, quase sempre, por vender o seu produto / serviço, nas condições impostas por esse cliente imperial.

Pois, segundo rezam os dados do INE (2017), Cabo Verde também acabou por deixar que o crescimento espontâneo do seu sector turístico acabasse por afunilar o seu negócio setorial, praticamente, num único mercado emissor, a UE, que, emitindo cerca 78,9% do fluxo turístico para esse destino, conquista assim a capacidade para transformar esse país num “*Anything Taker*”, limitando a contentar-se com qualquer coisa que conseguir amealhar nesse negócio.

Neste pressuposto, ao longo deste subcapítulo, procura-se, doravante, debruçar um pouco sobre as relações de causa e efeito, potencialmente existentes entre a primeira e a terceira dimensões (ambiental e turística). Para o efeito, propõe-se analisar, de forma sucinta, algumas das suas principais componentes, subcomponentes, bem como os respetivos indicadores de impacto, no contexto cabo-verdiano. Pois, a pressão exercida pela procura turística, mormente, se ela for de forma não planeada / desarticulada com a dotação fatorial, com os recursos territoriais e/ou com a capacidade de carga regional, poderá conduzir à insustentabilidade de qualquer destino turístico.

Neste sentido, pode-se concluir que a sustentabilidade do turismo cabo-verdiano passará, necessariamente, pela resposta às perguntas de partida formuladas na abertura da presente seção. Esta constitui uma missão coletiva que todos os stakeholders devem

fazer um “*djunta mō*”¹⁷⁶, para a sua resposta urgente, procurando que, isso, ninguém fique, efetivamente para trás nesta caminhada 2030.

3.4.2. A Sustentabilidade turístico-ambiental

Quando Cunha (1997) caracteriza o turismo como sendo um sector consumidor intensivo de recursos, apelando, conseqüentemente, ao seu planeamento visionário e sensível, subentende-se, naturalmente, o peso dos recursos ambientais nessa preocupação. Pois, o ambiente e as suas diferentes subcomponentes, potenciados pela subsidiariedade das ações individuais e coletivas, bem como pela globalização dos seus efeitos, têm, de forma incrementada, assumido uma importância incontornável na vida de todos os cidadãos do mundo, qualquer que seja a latitude que cada indivíduo optar / for destinado a fixar a sua residência e/ou exercer alguma atividade socioeconómica, mormente na daqueles que, direta ou indiretamente, vivem do ou para o turismo.

3.4.2.1. A agenda 2030 e os desafios socioambientais cabo-verdianos

Nos dias que correm, o Homem, tendo necessidades crescentes de se recorrer aos recursos ambientais para fazer face às suas demandas quotidianas, acabou por montar e acionar a sua própria “armadilha existencial”, a qual, se tornou, paulatinamente, incontornável, podendo, assim, no limite, vitimar o seu próprio criador. Pois, como reza o Relatório da **Brundtland Commission (1987: 13, traduzido pelo Autor)**: “(...) O ambiente não existe como um corpo separado da ação, ambição e necessidades humanas”.

A figura infra demonstra, de forma categórica, como é que o ambiente, de um dado, um meio quase “passivo”, que garantia, de forma pacífica, o bem-estar de quase toda¹⁷⁷ a humanidade, se transformou num fator crítico de sobrevivência para as gerações atuais e futuras, expondo toda a impotência e vulnerabilidades humanas, face à sua ira / fúria, ao ponto de minimizar outros preocupantes fenómenos, tais como: a guerra, a xenofobia e/ou o terrorismo, que as sociedades atuais, com maior ou menor dificuldade, vão enfrentando / contornando.

¹⁷⁶ Juntar as mãos.

¹⁷⁷ Exceção feita a alguns habitantes da terra, para com os quais a natureza foi quase sempre “madrasta”.

Fig. 24 - Os Principais desafios socioambientais para o novo milênio



Fonte: Brito (2013^a: 14, adaptado pelo Autor)

A Fig. 24 espelha quão críticos se tornaram os desafios socioambientais supra-referenciados para o sucesso das nações, independentemente do estágio de desenvolvimento que estas se encontrem. Pois, cada um desses desafios, acaba por condicionar, de forma indelével e transversal, a vida e a lida quotidianas de qualquer cidadão do mundo.

Em Cabo Verde, por estarmos no contexto de um pequeno estado insular, saheliano, arquipelágico e relativamente isolado, cada um dos fenómenos retratados na figura anterior, como sendo um dos principais desafios socioambientais para o novo milênio, assume, crescentemente, uma importância transcendental para o presente e o futuro do povo das “Ilhas”.

Sendo Cabo Verde um país moldado neste restritivo quadro, no âmbito do qual o acesso aos recursos hídricos foi sempre o seu principal FCS, mormente, no contexto atual de mudanças climáticas universais, no âmbito das quais as secas prolongadas ou cíclicas, o aquecimento global, a subida da água do mar, o terramoto, o maremoto, as tempestades / tufões têm também sido o apanágio dos novos tempos.

Neste contexto, tendo em linha de conta a pergunta de partida formulada no início deste processo investigativo, torna-se imprescindível o recurso ao relatório do INE (2018), para se fazer, em cada item em análise, uma avaliação, a meio percurso, do

cumprimento dos ODS, por parte de Cabo Verde e, conseqüentemente, do respetivo impacto da sustentabilidade turística.

Neste âmbito, a nossa análise, vai-se centrar sobre os quatro objetivos 6.º, 7.º, 14.º e 15.º, os quais, sendo tratados pelo INE-CV, constituem, naturalmente, objeto da presente análise. No entanto, não obstante o 13.º objetivo não ter sido objeto de análise no relatório do INE-CV em apreço, pela sua importância estratégica, a níveis global e local, não se pode ignorar que, como anteriormente referenciado, os ODS (2016) estabelecem, à luz do mesmo, o seguinte objetivo: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, nomeadamente:

1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às **catástrofes naturais** em todos os países;
2. Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
3. Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto e alerta precoce à mudança do clima.

Cabo Verde, na qualidade de um PEID, está, incondicionalmente, sujeito à suscetibilidade de ocorrência de desastres naturais, através de fenómenos, tais como: tempestades, tufões, sismos, tsunamis, secas, cheias, deslizamento de terras, incêndios e subida do nível do mar.

Esta suscetibilidade, também, contribuiu para que Cabo Verde fosse um dos interessados e signatários dos ODS, para vigorar no período 2015-2030. Sequencialmente, os organismos nacionais têm pautado as suas estratégias e ações, tendo como pano de fundo esses objetivos-mor, que representam, mais do que um princípio norteador para a geração vindoura, um pacto de solidariedades intergeracional e multiregional, para garantir a mais pura felicidade humana, em toda e qualquer latitude.

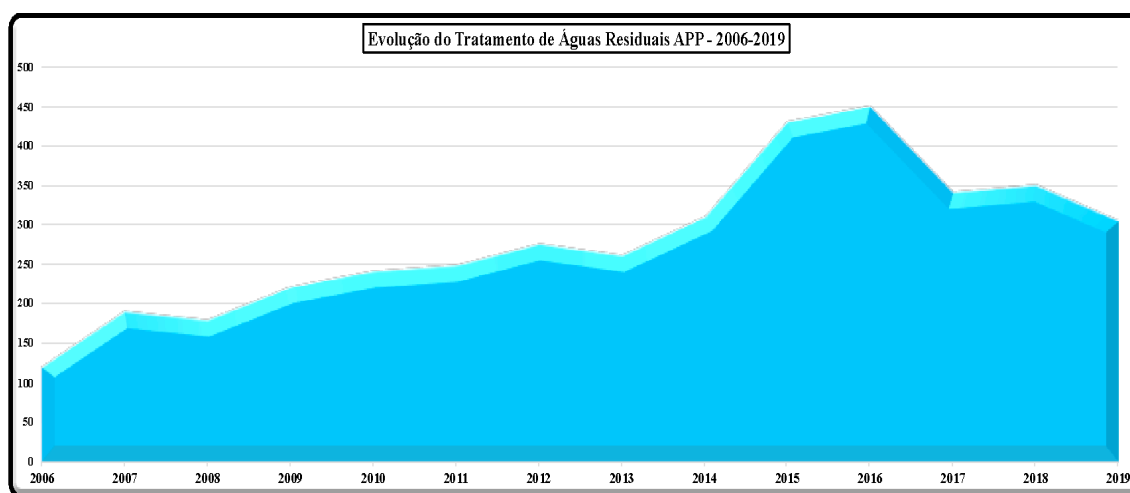
Neste sentido, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) publicou, em julho de 2018, um relatório estatístico que tem como objetivo apresentar o estado atual dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde, permitindo avaliar o grau de cumprimento do país desses objetivos, concernentes ao ano de 2017.

Segundo INE-CV (2018), dos dezessete ODS, foram objeto de tratamento e análise estatísticos, doze, dos quais destacamos os cinco seguintes objetivos temáticos, que constituem nosso objeto de análise:

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

Nesta perspetiva, o gráfico seguinte demonstra a gestão do serviço de saneamento na ilha do Sal, com uma demanda crescente ao longo dos 13 anos de análise, com exceção feita no período pós 2016:

Gráfico 70 – Evolução do tratamento de águas residuais no Sal - 2019



Fonte: APP (2020)

Objetivo 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;

Objetivo 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Nesta perspetiva, desafio a desafio, tentaremos palpar pulso a um Cabo Verde de hoje, perspetivando os objetivos do amanhã, almejados por todos os “filhos da terra”.

No que concerne aos recursos hídricos, Cabo Verde é, segundo <https://antoniocv.wordpress.com/2015/09/03/clima-de-cabo-verde/>, climatericamente, caraterizado da seguinte forma:

1. Arquipélago situado na zona tropical do Atlântico Norte e faz parte da extensa zona do Sahel;
2. Possui um clima quente, árido e semiárido;
3. As temperaturas variam pouco ao longo do ano. A temperatura máxima fica entre 25°C e 30°C, enquanto as temperaturas mínimas variam entre 19°C e 25°C. Os meses mais quentes são agosto, setembro e outubro, com 29 graus de temperatura média, enquanto os mais frios são janeiro e fevereiro, com cerca de 23 graus de temperatura média;
4. À semelhança de toda zona saheliana, o arquipélago apresenta duas estações contrastantes: a das chuvas e a da seca ou tempo das brisas;
5. A estação chuvosa vai de agosto a outubro, sendo que as ilhas mais acidentadas, como Santo Antão, Santiago e Fogo, beneficiam de maior pluviosidade;
6. A chuva é irregular, e o arquipélago sofre secas periódicas. A precipitação média anual não ultrapassa os 300 mm, nas zonas de baixa altitude e 700 mm, nas zonas de grande altitude.

Esta posição de escassez pluviométrica é reiterada por Neves & Al. (2012), que ao analisar o regime pluviométrico (média dos totais de precipitação mensal) observado ao longo de 29 anos (1981 a 2010), concluiu o seguinte:

1. O máximo de chuva é observado nos meses de agosto a outubro;
2. O caráter acidentado do relevo das ilhas pouco contribui para a infiltração de águas pluviais na superfície, levando à erosão e acentuação das condições de aridez dos solos;
3. A precipitação em Santiago também segue a sazonalidade característica das demais ilhas do arquipélago, com o máximo próximo de 180 mm, entre os meses de agosto a outubro, variando em quantidade de acordo com a localização de cada posto.
4. Nessa ilha o relevo contribui para a formação de maior precipitação, em face da própria localização da ilha mais a sul. Isso favorece a formação de precipitação quando da atuação da ZCIT no trimestre chuvoso. Ela é considerada uma das ilhas com maior vocação agrícola no país, paralelamente com a ilha de Santo Antão, em virtude das características do relevo, com vales e planaltos onde se pratica agricultura.
5. Entretanto, tal como a ilha de Santo Antão, Santiago também possui uma declividade

acentuada que não favorece a infiltração da água precipitada, então a maior parte das chuvas se perde sob forma de escoamento superficial em direção ao mar.

Esta caracterização sumária do perfil climatérico de Cabo Verde, vem confirmar a triste sina de um crioulo, marcada pelo destino fatal de: “*morrer de sede ou, em alternativa, morrer afogado*”. Pois, a seca, por vezes prolongada, que se assiste em muitos hemisférios deste planeta¹⁷⁸, devido a causas naturais e/ou humanas, tem, mormente em Cabo Verde, exercido uma pressão, como nunca antes vista, sobre as necessidades humanas urgentes e em ascensão. Consequentemente, vem redobrando o alerta sobre a gestão criteriosa que deve ser feita dos **recursos hídricos**, para que, no curto, médio e longo prazos, o acesso à gota de água, seja um direito inalienável de cada e de os todos cabo-verdianos.

Neste sentido, o 6.º O.D.S. (2016) rubricado por Cabo Verde, integrado na união das nações, consagra, especificamente, o assegurar da disponibilidade e da gestão sustentável da água e do saneamento para todos, nomeadamente:

1. Alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos;
2. Alcançar, até 2030, o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;
3. Melhorar, até 2030, a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando, substancialmente, a reciclagem e reutilização segura em âmbito mundial;
4. Aumentar substancialmente, até 2030, a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir, substancialmente, o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
5. Implementar, até 2030, a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
6. Proteger e restaurar, até 2020, os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos;
7. Ampliar, até 2030, a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de

¹⁷⁸ Em Cabo Verde, está-se a caminhar, a passos largos, para o segundo ano (2017 – 2018) consecutivo de seca, ficando a faltar “apenas a última gota”, obrigando a todos a uma reflexão séria sobre o problema crítico da seca e a sua solução.

capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de afluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso, bem como apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Para o efeito, desde a década de oitenta que os sucessivos governos têm apostado na construção de diques e socacos, para protegerem as encostas e combaterem a erosão dos solos. Estas medidas culminaram, no período de 2001 - 2015, num mega plano nacional de construção de vinte barragens, em todo o país, visando a captação e o aproveitamento de todas as águas pluviais, que correm nas ribeiras destas ilhas, em direção ao mar.

No entanto, paradoxalmente, se não chover de forma abundante, de modo a haver cheias, enxurradas, inundações e, por vezes, muitas perdas, tanto materiais, que tanto mal fazem ao nosso já frágil ecossistema, como, até humanas, não haverá caudal suficiente para encher essas barragens. Assim, pode-se vislumbrar a dificuldade que o país enfrenta, para fazer face à uma necessidade imperiosa de manter, eternamente, a nível ecossistémico, num equilíbrio instável, no “fio da navalha”, com reflexos diretos, indiretos e induzidos na sustentabilidade turística, como vai-se observar nos capítulos seguintes.

De facto, a crise da água em Cabo Verde tem, paradoxalmente, coexistido com uma dura realidade que aponta o arquipélago para uma característica morfológica em que a parte oceânica das “Ilhas” representa cerca de 200 (duzentas) vezes a dimensão da respetiva superfície terrestre, sem que o seu povo tenha tido, até ao momento, a capacidade requerida para tirar o devido proveito de todas as oportunidades potenciais que este importante recurso hídrico lhe oferece.

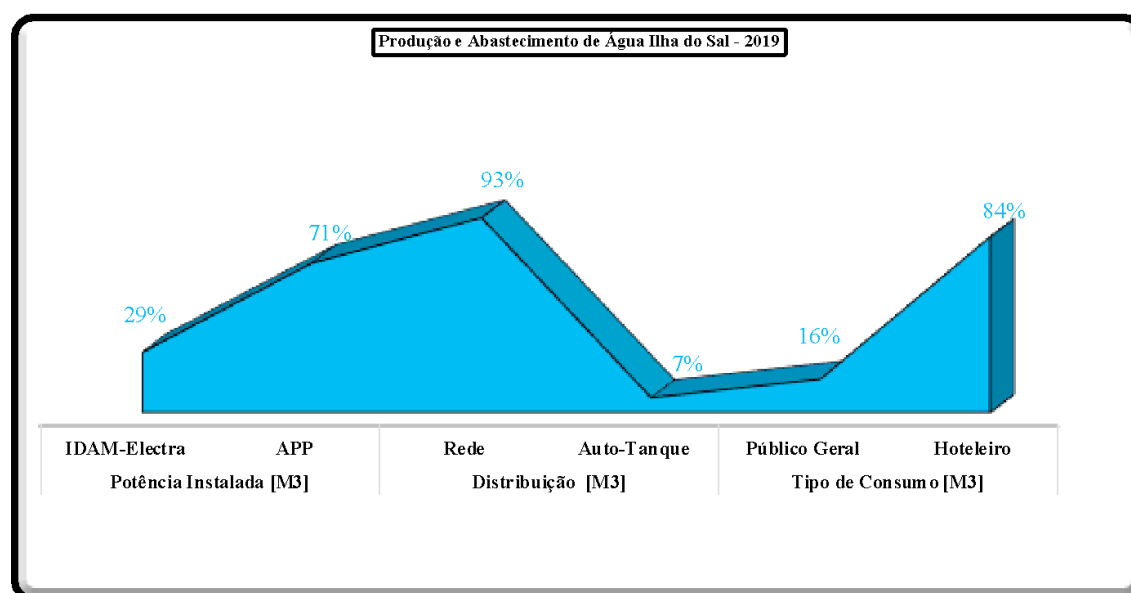
É, quiçá, para contrariar esta triste sina que o Governo cabo-verdiano decidiu rubricar os ODS, no âmbito do qual se compromete estabelecer o 6.º ODS, como sendo a sua primeira prioridade. i.e.:

6.1. Alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis.

O acesso à água e a preços competitivos / justos, foi sempre um dos grandes desafios das autoridades cabo-verdianas, a nível central e/ou local. Pois, parafraseando o princípio composto por Renato Cardoso e eternizado por Ildo Lobo: “*Tudu Kriston, tudu simbon tem dirêtu a si gota di águ*”¹⁷⁹.

O gráfico seguinte demonstra como é gerido, pela APP, o acesso dos visitantes e visitados à água, na ilha do Sal, um dos principais centros turísticos do país:

Gráfico 71 – Gestão do acesso à água na ilha do Sal - 2019



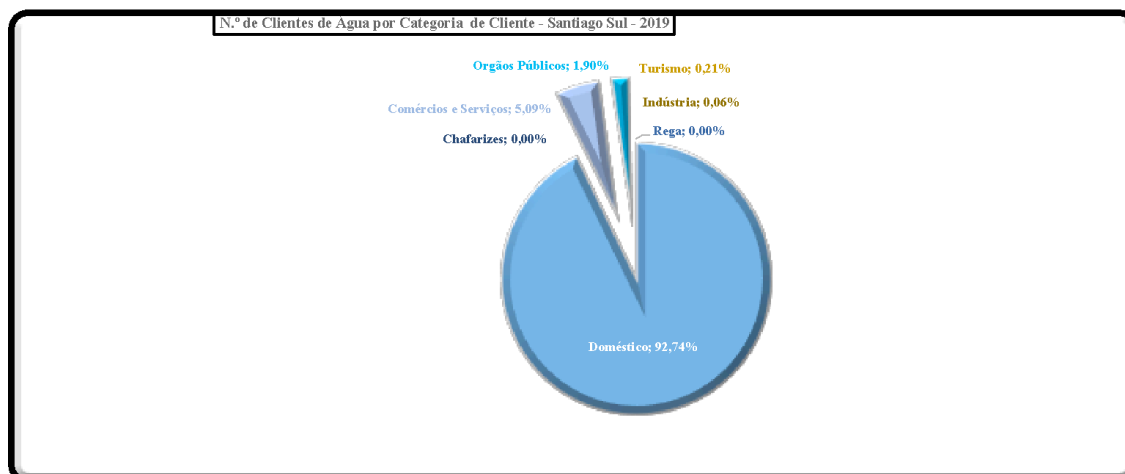
Fonte: APP (2019)

Verifica-se que, cerca de 84% da água produzida pela APP – Águas de Ponta Preta, que detém também o controlo da rede pública, é para o consumo hoteleiro, restando apenas 16% para o consumo populacional.

No caso da ilha de Santiago, com o pouco desenvolvimento turístico, a situação é dispar, como se pode observar no gráfico seguinte:

¹⁷⁹ Todo o cristão, todo o zimbrão tem direito a sua gota de água.

Gráfico 72 - Fornecimento da água por ADS em Santiago Sul - 2019



Fonte: ADS (2020)

Neste caso específico de Santiago Sul, o grosso do consumo é doméstico (93%), representando o consumo turístico uma média de 0,21%.

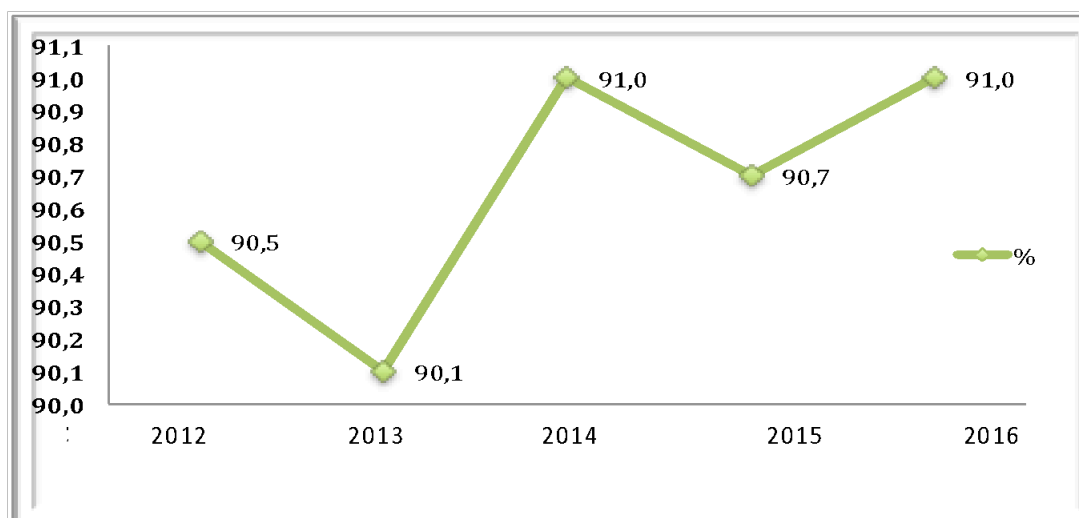
Este objetivo, pelo contexto geográfico¹⁸⁰ e pelos seus efeitos no sistema cognitivo e, consequentemente, na hierarquia das necessidades do cabo-verdiano, assiduamente, ultrapassa o objetivo-mor do abastecimento de energia elétrica e, quiçá, do próprio pão para boca, constituindo, por isso, um desígnio nacional.

Neste sentido, os sucessivos governos pós-coloniais apostaram, fortemente, no combate a este fator de vulnerabilidade nacional. Numa primeira fase, com a construção de diques e socalcos e, numa fase mais recente, nos furos subterrâneos, na dessalinização da água do mar, no projeto de construção de vinte barragens e na modernização do sistema de produção e gestão dos recursos hídricos, minimizando, assim, a crítica dependência das raras e “madrastas” chuvas.

A prova cabal desta aposta é o resultado do Indicador 6.1.1., referente à proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, ilustrado no gráfico seguinte:

¹⁸⁰ Cabo Verde é um país saheliano, fortemente afetado por secas sazonais, às vezes, com efeitos prolongados e altamente devastadores.

Gráfico 73 – Acesso à fonte melhorada de água potável



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

Segundo os dados do INE (2018), pode-se constatar que, em 2016, cerca de 91% da população utiliza uma fonte melhorada de água potável, sendo que, em 2015, esse percentual era de apenas 90,7%.

Este indicador demonstra um autêntico milagre alcançado, ao longo destes quarenta e três anos (embora o período de análise tenha terminado em 2016) da história de Cabo Verde como país independente, confirmando, no “ponto de chegada” que, partindo de uma situação de vulnerabilidade total, a qual justificou a ingrata classificação atribuída a Cabo Verde, no ato da sua ascensão ao estatuto de país independente, de país inviável, o mesmo conseguiu, já em 2016, atingir uma excelente performance, em que cerca de 91% da população cabo-verdiana beneficiava já de uma fonte melhorada de água potável.

Desta análise, pode-se concluir que, estando ainda a doze anos da conclusão da agenda 2030, Cabo Verde se encontra apenas a 9% da materialização do objetivo proposto, no âmbito dos ODS, o que é um sinal de esperança para o povo das "ilhas".

Esta performance tem um impacto direto no âmbito das relações intersetoriais potenciais do turismo, quer em termos de abastecimento de água às unidades turísticas e hoteleiras, quer, em termos indiretos, através da possibilidade potencial de abastecimento local do mercado turístico com produtos primários e derivados, fator

indutor de dinâmica económica endógena, determinante para a sustentabilidade turística de qualquer destino.

No entanto, um dos F.C.S. - Fatores Críticos de Sucesso do Destino Cabo Verde, prende-se, não só com o acesso à água, como com os custos de fatores, nomeadamente deste importante recurso hídrico, para efeito de consumo, construção, irrigação dos espaços verdes, lavandaria, banho, atividades lúdicas, produção hortícola / agrícola e/ou para outras atividades turístico-hoteleiras. Pois, Cabo Verde enfrenta uma tripla restrição: a pouca quantidade / acessibilidade, a pouca qualidade e, conseqüentemente, o elevado custo deste precioso líquido.

Na origem desta tripla restrição encontramos sempre as atividades turístico-hoteleiras que, sendo consumidoras intensivas deste escasso recurso, acabam, com um consumo de uma percentagem elevada da produção hídrica local / regional, por um lado, por dificultar o acesso competitivo da população em geral a este insubstituível bem e, por outro, por condicionar a dinâmica de crescimento das superestruturas turístico-hoteleiras, que muitas vezes são obrigadas a recorrer, a preços proibitivos, ao sistema de auto-produção deste bem, tendencialmente, em transição de um bem coletivo¹⁸¹ para um bem de mercado¹⁸², na realidade cabo-verdiana.

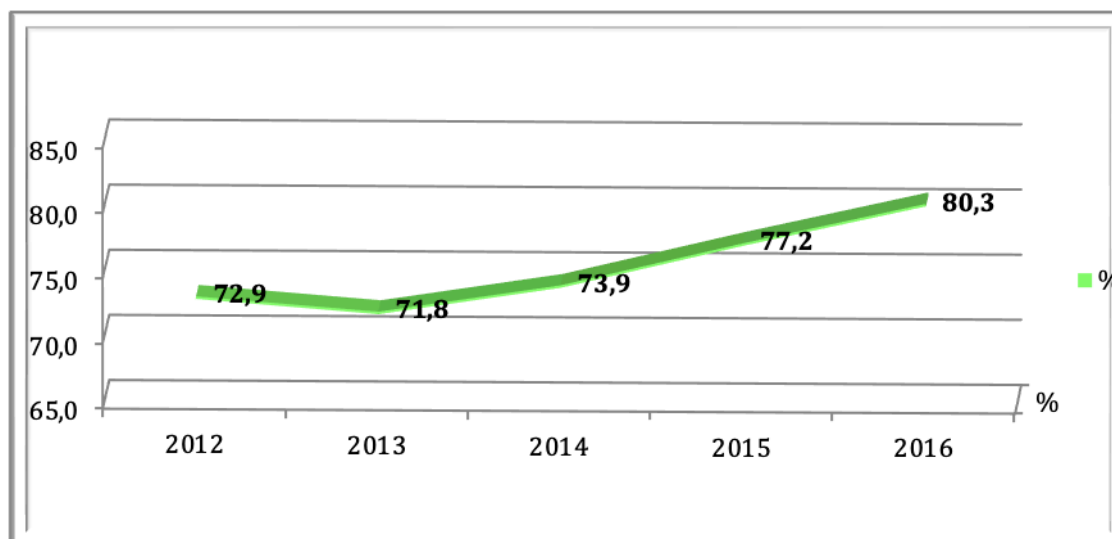
Um dos indicadores de bem-estar e de desenvolvimento socioeconómico de qualquer território, que está intimamente ligado à gestão dos recursos hídricos é o acesso da respetiva população aos serviços de saneamento seguros, incluindo a instalação de lavagem das mãos com água e sabão. Esta é a segunda prioridade estabelecida para o objetivo em apreço.

Esta é essência do Indicador 6.2.1., que no âmbito do relatório do INE-CV (2018), analisou a dinâmica do acesso da população cabo-verdiana aos serviços seguros de saneamento, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, no período de 2012 a 2016.

¹⁸¹ Provido pelo Estado, através de políticas públicas.

¹⁸² Provido através das regras do mercado.

Gráfico 74 – Acesso aos serviços seguros de saneamento



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

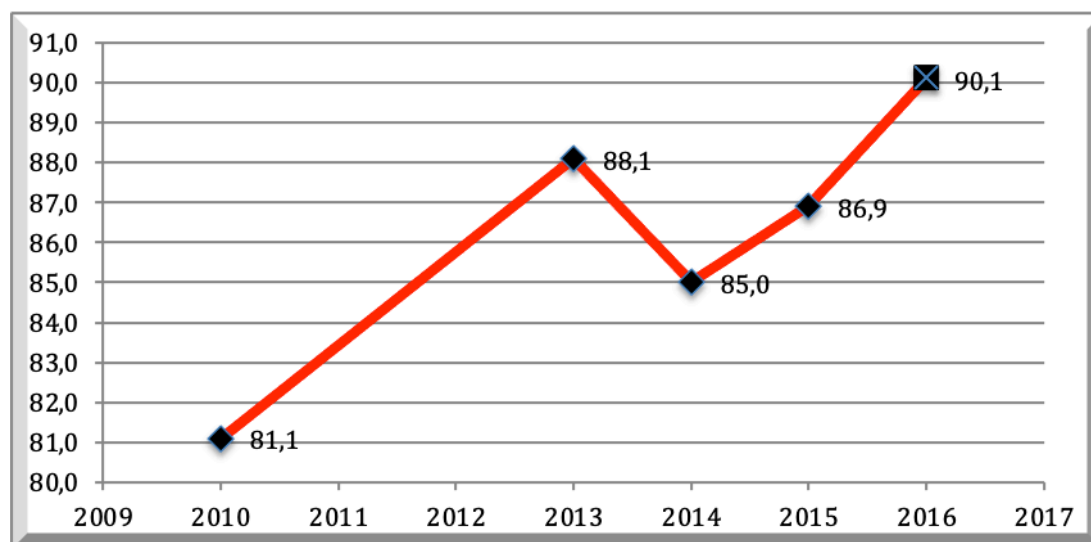
De acordo com os dados do INE-CV (2018), a proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, tem registado um forte aumento entre 2013 e 2016, situando em 2016 em 80,3%. Para um país que em 1975 era considerado inviável, tendo passado a PMA e, trinta e três anos depois já era considerado um PDM – País de Desenvolvimento / Rendimento Médio, este indicador é, sem dúvida, uma obra meritória, mas também demonstrativo de que muito há ainda por fazer, se o objetivo lançado pelos sucessivos governos de levar o país, até 2030, ao patamar de PD - País Desenvolvido, for credível e exequível.

Um outro fator muito caro aos cabo-verdianos, é a gestão integrada de recursos hídricos, fazendo com que o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100), constituísse o indicador 6.5.1. dos ODS.

Neste âmbito, foi estabelecida, segundo INE-CV (2018), a Meta 6.5., para vigorar até 2030, consistindo em implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado. Quanto a este indicador, segundo a mesma fonte, o único dado disponível é o referente ao ano de 2018, que é de 64%.

Um outro indicador revelador do importante percurso que Cabo Verde tem feito é o referente à Meta 7.1, que estipula que, até 2030, deve ser assegurado o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis.

Gráfico 75 – Acesso à eletricidade



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

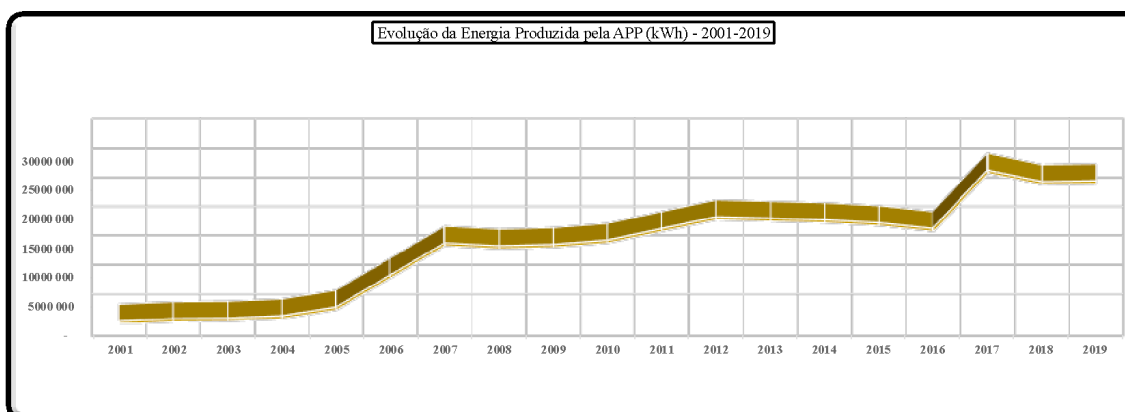
Nesta perspetiva, se é inegável o acesso massificado, à eletricidade, da população de todos os cantos do país, com uma abertura atual superior a 90,1%, como revela o gráfico supra, tem-se, no entanto, uma grande reserva, ainda, quanto à justeza do respetivo preço ou quanto ao respetivo equilíbrio, em termos do rácio custo/benefício e/ou qualidade / preço.

Como atesta a DGE-CV (2015), a iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL da sigla em inglês de Sustainable Energy for All) é uma parceria entre governos, o setor privado e a sociedade civil. Lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2011, tem três objetivos interligados a serem alcançados até 2030:

1. Garantir o acesso universal a serviços energéticos modernos;
2. Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética;
3. Duplicar a quota das energias renováveis na matriz energética global.

Seguem os dados sobre a produção de energia por parte da APP:

Gráfico 76 A – Evolução da produção de energia pela APP 2001-2019

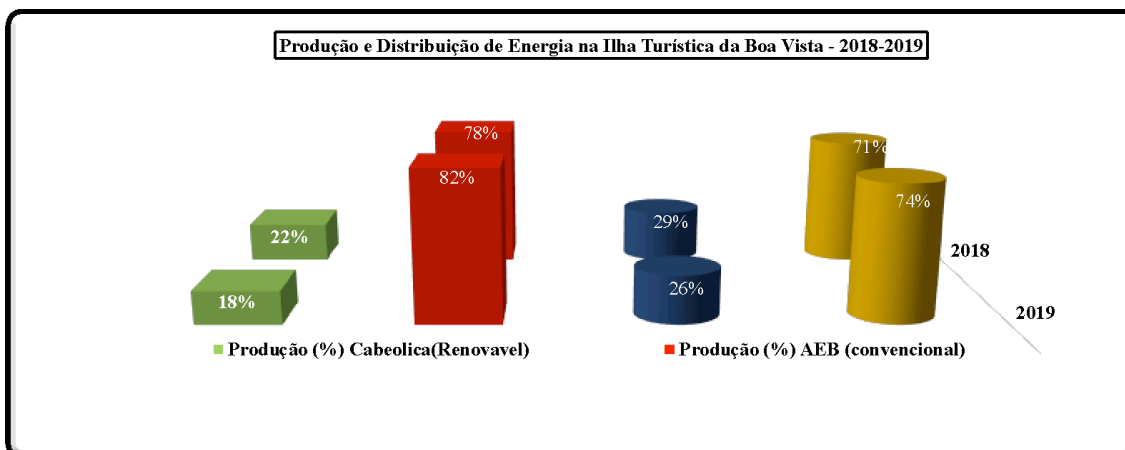


Fonte: APP (2019)

Esta trajetória ascendente deve-se, em larga medida aumento exponencial do consumo hoteleiro verificado na ilha do Sal, durante o período em referência.

No caso da Boa Vista, depara-se com a seguinte situação:

Gráfico 76 B – Produção de energia pela AEB 2018-2019



Fonte: AEB (2019)

É de se verificar o peso crescente da energia renovável produzida pela Cabeolica na Boa Vista, atingindo em 2018, cerca de 22%, em contraposição à produção convencional da AEB.

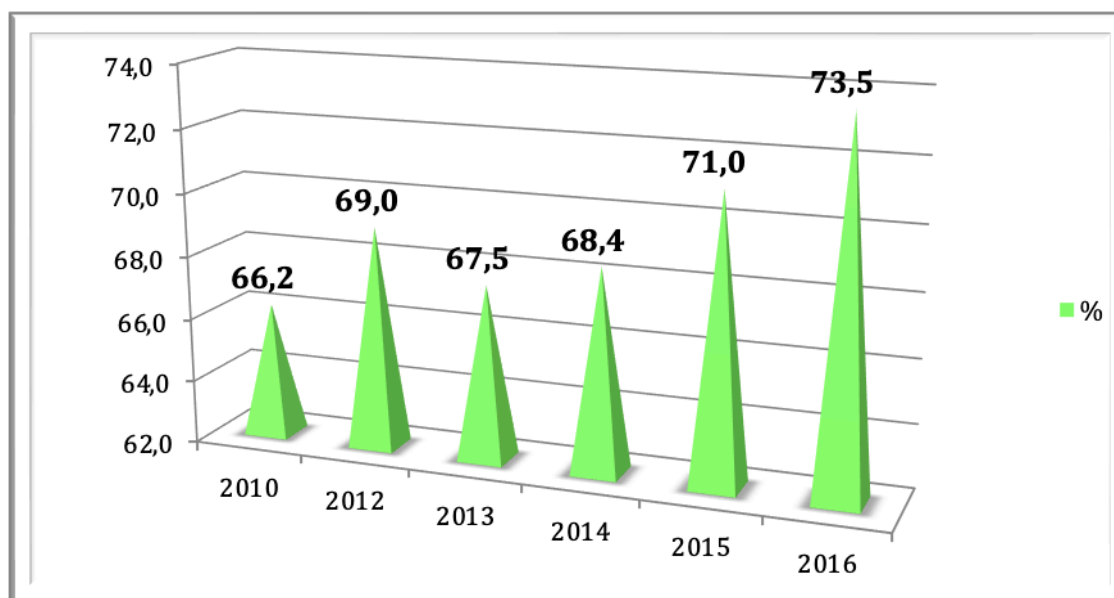
Segundo INE-CV (2018), em 2016 apenas 10% da população não tinha acesso a eletricidade. O que representa uma taxa de cobertura relativamente satisfatória, mas

sem deixar ainda um enorme desafio para as autoridades cabo-verdianas, tendo em vista o cumprimento da meta fixada no âmbito dos ODS, de uma cobertura universal da população cabo-verdiana, até 2030.

O acesso da população cabo-verdiana a combustíveis e tecnologias limpas é também um barómetro importante do nível de desenvolvimento socioeconómico nacional. Pois, esse tipo de acessibilidade evitará o recurso à utilização abusiva de energias fósseis, tais como: o petróleo, o gás, o carvão e a lenha, que contribui bastante para a degradação ambiental, fazendo, em consequência, perigar os necessários equilíbrios ecossistémicos.

O gráfico ilustrado na figura seguinte, indicando que, em 2016, cerca de 73,5% da população cabo-verdiana tinha já acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas, espelha uma evolução positiva verificada neste indicador, demonstrando uma sintonia tendencialmente fina entre as novas práticas socioeconómicas da população cabo-verdiana e os ODS:

Gráfico 77 – Acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas



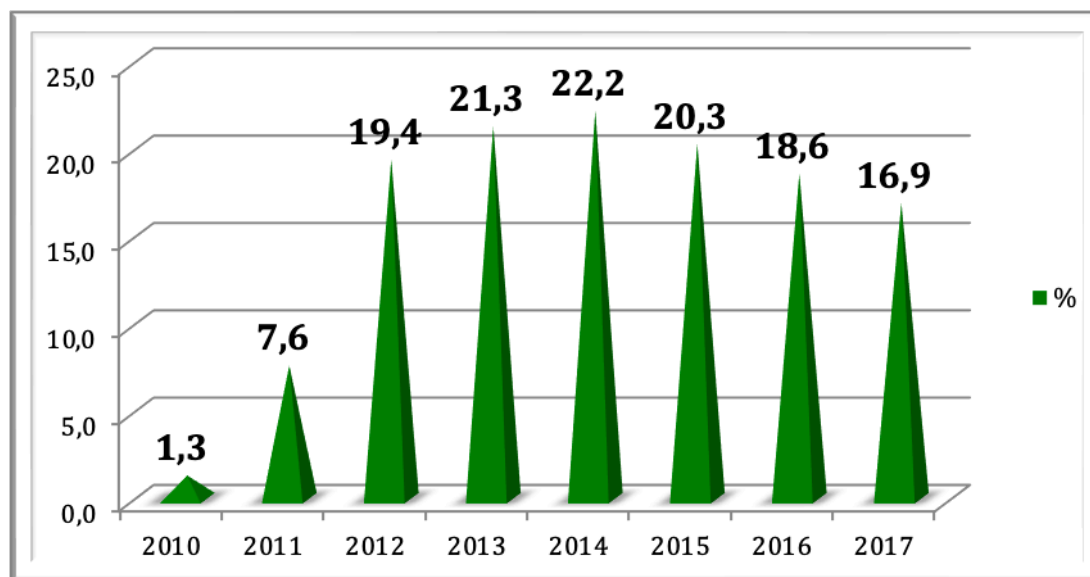
Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

Ao nível das energias renováveis, estipulou-se, no âmbito dos ODS, a Meta 7.2, a qual perspectiva, até 2030, aumentar, substancialmente, a participação de energias renováveis na matriz energética global.

No entanto, quando, em 2015-2016, o mundo se preparava para, no âmbito dos ODS, paulatinamente, substituir o sistema convencional de produção energética, altamente poluente por novas formas mais eficientes de produção energética, dadas em sistemas e fontes renováveis de produção, assistia-se com alguma apreensão, ao paradoxo anúncio, com pompas e circunstâncias, das autoridades cabo-verdianas de grandes investimentos em curso na montagem de grandes geradores a gás / óleo / fuel, com recurso ao financiamento externo.

Esta desconcertante política, um pouco em contramão vem, pode justificar, em parte, a marcha atrás verificada no entusiasmante percurso feito por Cabo Verde, entre os anos de 2010 e de 2014, tendo mesmo chegado a atingir, nesse último ano, uma taxa de penetração de renováveis, na ordem de 22,2%, como é ilustrado no gráfico da figura infra:

Gráfico 78 – Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

No entanto, o relatório e contas da Electra, SA (2016), deixa outras pistas explicativas sobre a inversão de marcha verificada nos últimos três anos, em termos de sustentabilidade energética, em Cabo Verde:

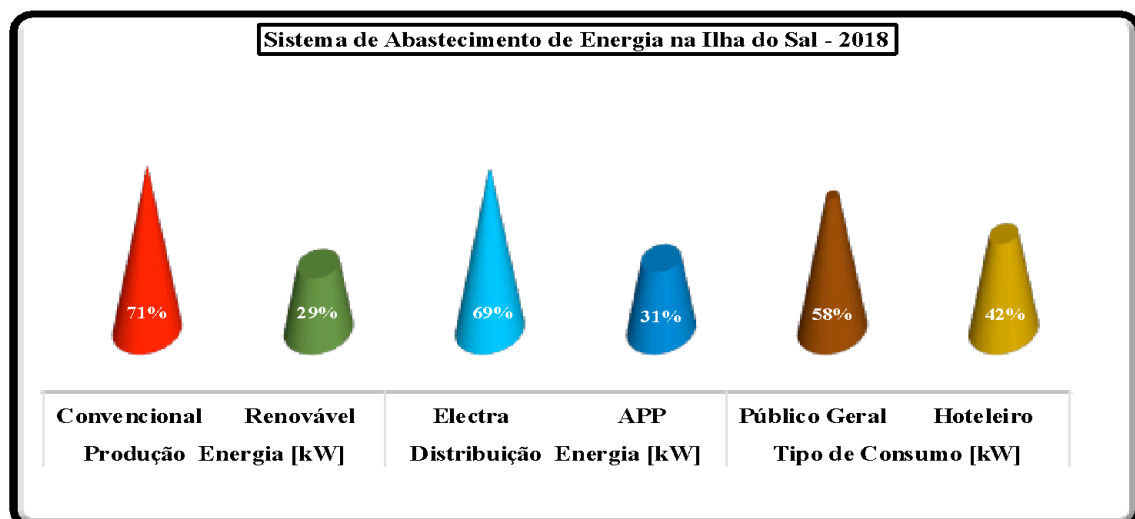
1. A energia total produzida pela Electra foi de 395 GWh, dos quais 88,2% foram distribuídos na rede, o que representa um crescimento de 4,4% em relação a 2015;
2. A produção de água aumentou 11,0 % em relação também ao ano anterior, devido ao aumento da produção de água dessalinizada;

3. Entretanto a taxa de penetração de energias renováveis passou de 20,5% em 2015 para 18,5% em 2016. Esta situação aparentemente contraditória com a Política Energética do País deveu-se ao fato de a cotação dos combustíveis ter baixado e tornado o custo da produção diesel da Electra mais competitivo que o preço da produção eólica acordado com a Cabeólica e também à manutenção da capacidade instalada de produção de energia renovável;
4. De igual modo, registou-se uma evolução favorável no mix de combustíveis utilizados na produção, ou seja, uma redução em 2% do peso do gasóleo, equilibrada com um incremento em 2% do Fuel 380.

Independentemente dos diferentes argumentos, aparentemente, todos validáveis, só uma verdade é, no entanto, absoluta: Cabo Verde é um PEIARIAMI – Pequeno Estado Insular, Arquipelágico, Relativamente Isolado no Atlântico Médio e Importador, características estas que, por serem, cumulativamente, ímpares, impõem a estas Ilhas, por um lado, uma sorte madrasta, marcada pela escassez de quase todos os recursos de desenvolvimento: territoriais, naturais, humanos e financeiros, mas, por outro, o agracia com: uma localização geográfica invejável, uma dimensão oceânica 200 vezes superior à terrestre, sol, vento e maré 365 dias por ano e uma alma ilimitada.

No que se refere à ilha do Sal, depara-se com a seguinte situação de produção e abastecimento de energia:

Gráfico 79 – Sistema de abastecimento de energia no Sal -2018



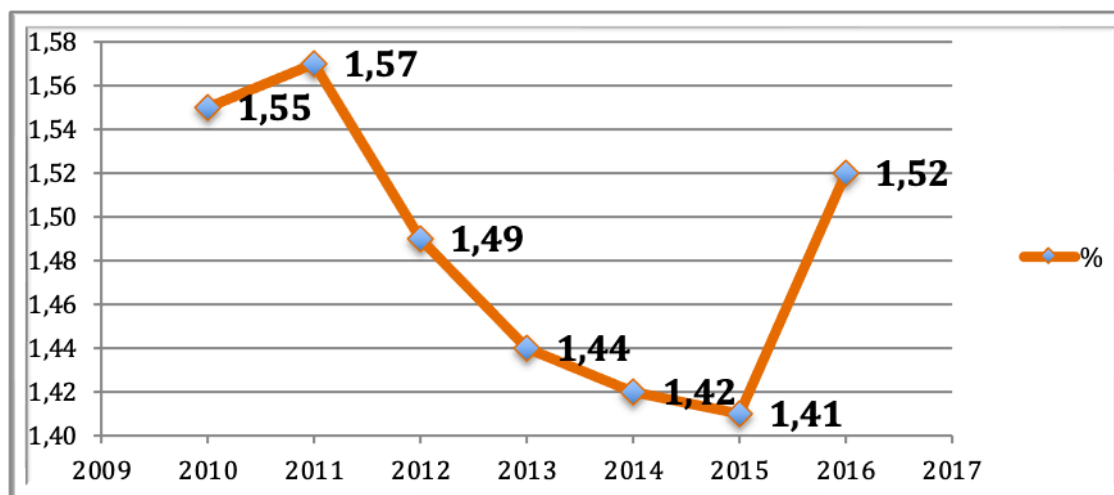
Fonte: Electra + APP (2019)

Estas graças da natureza, não obstante os dados da DNA-CV (2018) e do INE (2018), indicarem uma forte queda no peso das energias renováveis na produção de energia elétrica, entre 2015 e 2017, tendo, em 2017, atingido a cifra de 16,9%, vêm permitindo ao país continuar a sonhar com metas bastante mais ambiciosas, no concernente à taxa de penetração de energias renováveis. Pois, é a própria natureza que se encarregou de indicar o caminho crítico da sustentabilidade a ser seguido.

Uma das metas que Cabo Verde prossegue, no âmbito dos ODS, é a da eficiência energética, que, através do indicador de intensidade energética, é medida, em termos de energia primária e de PIB (em toneladas equivalentes de petróleo / milhões de escudos).

Neste domínio, estabeleceu-se como Meta 7.3, para vigorar até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética. No contexto cabo-verdiano, a dinâmica deste indicador, nos últimos sete anos (2010-2016), está refletida no gráfico seguidamente apresentado:

Gráfico 80 - Intensidade energética



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

Na leitura do gráfico anterior, pode-se constatar que a eficiência energética, desde 2011, tinha vindo a decrescer, experimentando uma inversão em 2015, representando esta nova dinâmica uma taxa de crescimento de 7,8%.

Objetivo 14. Qualidade de Vida na Água

Sendo Cabo Verde um país oceânico, com 200 vezes mais território aquático de que terrestre a economia azul tem estado em voga, despertando um forte interesse e expectativa, por parte de instituições públicas, empresas privadas e da própria sociedade civil.

Neste sentido, revelando a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, como fundamentais para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento, estipulou-se como Meta 14.3., minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica, em todos os níveis.

Segundo INE (2018), o indicador 14.3.1. revela que a acidificação do oceano (pH médio), medida num conjunto representativo de estações de amostragem, se encontrava, em 2010, em termos físico-químicos (médios), no nível 8.

No que concerne à Meta 14.4., segundo a mesma fonte, projeta-se, até 2020, regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.

Neste âmbito, conforme revela INE (2018), constatou-se que ao nível da submeta 14.4.1, a percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira, dentro dos limites biológicos sustentáveis, registou, em termos de potencial haliêutico, um mínimo de 36.000 toneladas e um máximo de 44.000 toneladas.

Objetivo 15. Qualidade de Vida na Terra

Também no que diz respeito à qualidade de vida na terra, as nações, no contexto global, objetivam, coletivamente, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.

Sendo Cabo Verde um pequeno estado insular, onde o recurso territorial é, naturalmente, escasso, segundo INE (2018), o mesmo comprometeu-se com a Meta 15.1, para, até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial: florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Esta mesma fonte revela ainda que a proporção do território nacional que é coberta com área florestal era, em 2011, de 13,6%. Para um país saheliano, extremamente árida, este indicador é, per si, revelador do grande esforço que o povo das Ilhas tem vindo a desenvolver, ao longo da sua história como estado independente, para (re)florestar o máximo do território arável, garantindo, paralelamente, “uma gota de água para cada zimbrão”.

Também a nível do subjetivo 15.1.2, no âmbito do qual se pretende, por tipo de ecossistema, alargar a proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, o relatório do INE (2018) atesta que Cabo Verde apresenta os seguintes índices de proteção de áreas importantes para a biodiversidade terrestre:

1. 18,19% das áreas protegidas terrestres;
2. 5,6% das áreas protegidas marinhas.

O quadro seguinte apresenta a distribuição, por tipologia dessas APs, com um destaque especial para as reservas naturais marinhas e para os parques naturais:

Quadro 50 – Distribuição das APs em Cabo Verde

Tabela I. Áreas Protegidas (terrestre e marinha) de Cabo Verde

| ÁREA de Cabo Verde | Área Terrestre | Área Marinha |
|--------------------|----------------|--------------|
| | 403 300 | 2 266 848,00 |

| Categorias nacionais de APs dentro de cada bioma | Número por categoria | AP: locais terrestres | AMP: locais costeiros marinhos | Área Total (ha) |
|--|----------------------|-----------------------|--------------------------------|-------------------|
| Parques Naturais | 11 | 46 461,18 | 38 457,11 | 84 918,29 |
| Reservas Naturais | 14 | 13 786,60 | 65 534,74 | 79 321,34 |
| Reserva Natural Integral | 5 | 863,24 | 28 003,00 | 28 866,24 |
| Paisagens Protegidas | 10 | 10 627,04 | 134,10 | 10 761,14 |
| Monumentos Naturais | 6 | 1 557,00 | 0 | 1 557,00 |
| Total AP e AMP | 46 | 73 295,06 | 132 128,95 | 205 424,01 |

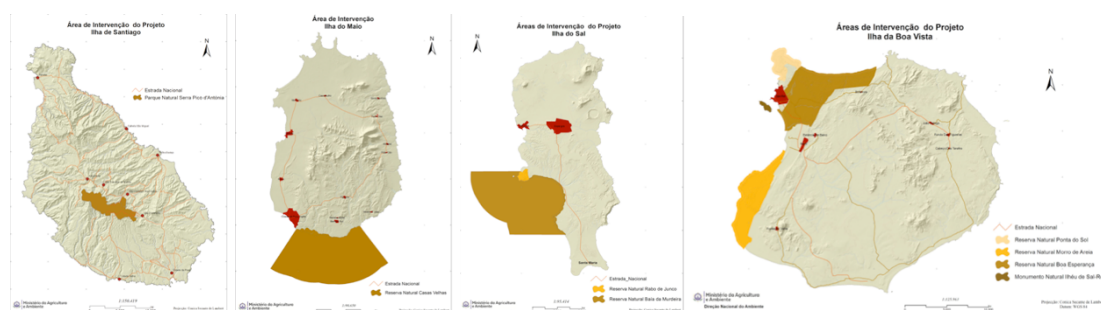
Tabela I.I. Evolução de superfície de Áreas Protegidas com instrumentos de gestão aprovados

| ANO | Terrestre (ha) | Marinha (ha) | PERCENTAGEM % | |
|------|----------------|--------------|---------------|------|
| | | | T | M |
| 2008 | 1 726,00 | 0,00 | 0,43 | 0,00 |
| 2010 | 10 194,50 | 0,00 | 2,53 | 0,00 |
| 2014 | 17 792,19 | 28 487,19 | 4,41 | 1,26 |
| 2015 | 38 844,86 | 120 672,47 | 9,63 | 5,32 |

Fonte/Source: DNA-CV (2018)

Em termos cartográficos, as quarenta e seis APs estão distribuídas pelas quatro ilhas consideradas prioritárias, para o efeito: Santiago, Maio, Sal e Boa Vista, conforme os mapas infra-referenciados:

Fig. 25 – Mapa de distribuição das APs



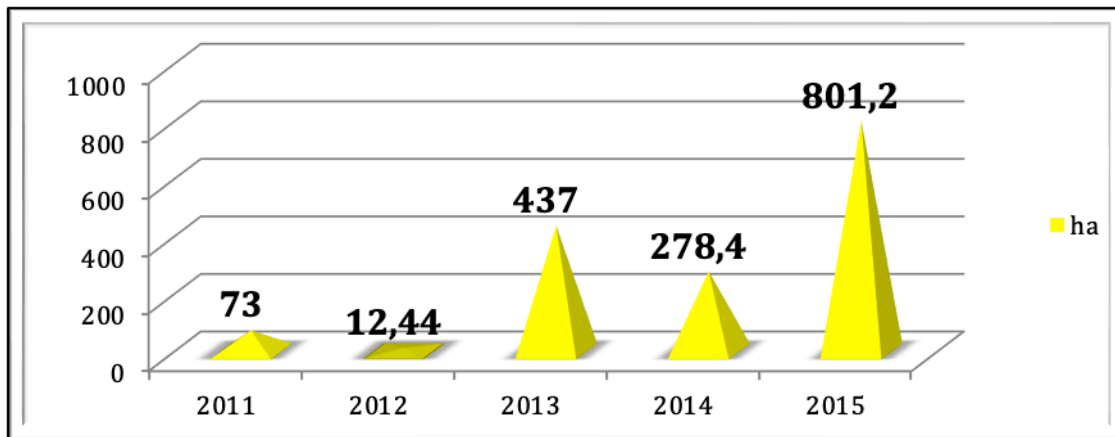
Fonte/Source: DNA-CV (2018)

Subsidiariamente, Cabo Verde também subscreveu a Meta 15.3., na expectativa de, até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo

terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações e lutar para alcançar um mundo neutro, em termos de degradação do solo.

No âmbito deste desiderato, INE (2018) apresenta na figura que se segue a dinâmica de degradação dos solos, derivada aos incêndios florestais, entre os anos de 2011 e 2015:

Gráfico 81 - Perímetro florestal ardido (em ha)



Fonte/Source: INE-CV (2018), adaptado pelo Autor

Pode-se constatar que o fenómeno dos incêndios florestais, raro nestas paragens, tem-se revelado preocupante, com um aumento de 1.098%, no espaço de 5 anos. O incêndio, criminalmente, provocado no dia 25 de Junho de 2018, no Planalto Leste, no Porto Novo, Santo Antão, provocando, segundo www.inforpress.publ.cv, a destruição de quatro hectares de floresta, veio agravar o atual estado de coisas, chamando a atenção da sociedade cabo-verdiana para os novos riscos e desafios que que a mesma terá que enfrentar e solucionar.

Numa perspetiva de alinhamento da sua estratégia política com os macro-objetivos globais, Cabo Verde, desde muito cedo, começou a priorizar as questões ambientais, procurando munir-se de instrumentos institucionais e legais, de modo a poder responder afirmativamente aos desafios ambientais do novo milénio. Neste pressuposto, a DNA-CV (2018) apresenta, seguidamente, uma pequena sùmula cronológica do percurso cabo-verdiano, em matéria de legislação ambiental:

1. Em 1993, foi publicada a Lei de Bases da Política do Ambiente (Lei no 86/IV/93 de 26 de junho);
2. Em 2003, foi publicado o Decreto-Lei no 3/2003, de 24 de fevereiro, sobre o regime

jurídico de espaços naturais, que cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas;

3. Nos últimos anos, houve um esforço notório no processo de consolidação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas, traduzidos em instrumentos de ordenamento e gestão elaborados e em execução, em 26 das 46 áreas protegida do país.

Segundo a DNA-CV (2018), no âmbito do PIBT-AP - Projeto de Integração da Conservação da Biodiversidade no Sector do Turismo em Sinergia com o Reforço do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde:

O PIBT-AP ajudará Cabo Verde e os principais parceiros nacionais a:

1. Integrar a conservação da biodiversidade no planeamento e nas operações de turismo a nível nacional e nas ilhas prioritárias.

2. Expandir e fortalecer a propriedade costeira e marinha das Áreas Protegidas (APs).

Estas APs estão localizadas em quatro ilhas prioritárias - Santiago, Sal, Boa Vista e Maio - onde a pressão imediata é maior e requer medidas urgentes que, futuramente, poderão ser reforçadas de uma forma mais ampla nas outras ilhas do arquipélago. Os trabalhos serão desenvolvidos, a nível nacional, em oito (8) APs de intervenção, nomeadamente:

1. Santiago:

- 1.1 Parque Natural Serra Pico de Antónia;

2. Sal:

- 2.1 Reserva Natural (RN) Baía da Murdeira

- 2.2 Reserva Natural de Rabo de Junco (Sal);

3. Boavista:

- 3.1 Reserva Natural de Morro de Areia

- 3.2 Monumento Natural Ilhéu de Sal-Rei

- 3.3 Reserva Natural de Boa Esperança

- 3.4 Reserva Natural de Ponta do Sol

4. Maio:

- 4.1 Reserva Natural das Casas Velhas.

Urge, a nível local, a operacionalização pendente de uma série de APs terrestres e marinhas críticas, assim como, a pilotagem da biodiversidade marinha e da gestão das pescas artesanais junto das comunidades locais. Ao mesmo tempo, o Projeto aproveitará as oportunidades que as formas mais sustentáveis de turismo e pesca oferecem à biodiversidade, à gestão das APs e ao desenvolvimento das comunidades locais. Com isso, pretende-se contribuir para a consolidação e diversificação do produto turístico cabo-verdiano e à sustentabilidade do destino e do sector.

3.4.2.2. Visão prospetiva da gestão da biodiversidade no destino Cabo Verde

Quando se pretende fazer a avaliação do setor do turismo cabo-verdiano, quanto à sustentabilidade ambiental, pode-se recorrer à síntese apresentada pela DNA-CV (2017), que consiste nos seguintes:

1. Mais de 80% de turistas, que se dirigem a Cabo Verde, escolhem as ilhas de Sal e de Boa Vista;
2. Apesar de poder propiciar, a longo prazo, a competitividade do país como destino, a conservação da biodiversidade, e respetiva importância, não se reflete, suficientemente, nos produtos e serviços turísticos que continuam sendo, ainda, maioritariamente, de sol e praia;
3. Quase a totalidade dos últimos investimentos diretos estrangeiros no país concentrou-se no turismo, que tem servido de catalisador para outros segmentos da economia, tais como: imobiliário e construção;
4. Para efeitos de ordenamento do território, foram declaradas 12 ZRPTs numa área total de 20.210 ha, bem como 25 ZDTI's em: Santiago, Maio, Boa Vista, Sal e São Vicente;
5. Os Planos de Ordenamento Turístico e os Planos de Ordenamento Detalhado para ZDTIs são objetos de avaliação de impacto ambiental obrigatória e aprovados pela DNA.

Segunda a mesma fonte, existe um conjunto de obstáculos que torna difícil integrar e combinar a gestão da biodiversidade com os empreendimentos no setor de turismo e, por inerência, promover um turismo sustentável, dos quais destacamos:

1. Fraquezas legais, institucionais e de regulamentação que impedem um ambiente favorável;
2. Implementação inadequada do quadro regulamentar existente, de uma forma geral;
3. Ineficácia da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA);
4. Planificação insuficiente em relação às questões ambientais estratégicas e falta de um quadro regulamentar específico para as Avaliações Ambientais Estratégicas (SEAs);
5. Nem os incentivos fiscais nem o licenciamento integram critérios de biodiversidade;
6. Falta de normas e mecanismos voluntários para práticas de turismo sustentável;
7. A rede de APs não está totalmente operacionalizada;
8. A cobertura atual de APs não é totalmente representativa dos diferentes ecossistemas que integram o território terrestre e marinho nacional;
9. O empoderamento e a contribuição dos diferentes atores interessados na gestão das

AMPs é insuficiente;

10. A Provisão de recursos financeiros é insuficiente para o sistema nacional de APs;

11. Ferramentas e práticas insuficientes para a monitorização e avaliação;

12. Níveis reduzidos de conscientização sobre conservação e desenvolvimento sustentável.

Segundo DNA-CV (2017), com a implementação do Projeto de Integração da Conservação da Biodiversidade no Sector do Turismo em Sinergia com o Reforço do Sistema de Áreas Protegidas, Cabo Verde irá desenvolver e implementar regimes inovadores para reduzir os impactes do desenvolvimento e das atividades de turismo sobre a biodiversidade, através de iniciativas nacionais sistémicas, para além de ações específicas nas ilhas prioritárias de Santiago, Boa Vista, Sal e Maio. Neste sentido, com este projeto, pretende-se materializar os seguintes resultados esperados:

1. Novas infraestruturas turísticas e hotéis alinhados com os Planos de Ordenamento Turístico, recomendações e aplicação rigorosa de AIAs, cujas conclusões serão respeitadas no processo de licenciamento;
2. Diminuição de infrações ambientais significativas;
3. Identificadas, de uma forma atempada, uma maior percentagem (%) de infrações ambientais significativas durante as fases de construção dos empreendimentos;
4. Implementadas auditorias, monitorização e fiscalizações sistemáticas;
5. Avaliação de base das práticas de turismo sustentável nas ilhas-alvo;
6. Normas nacionais sobre turismo sustentável entradas em vigor;
7. Normas nacionais para pequenos hotéis integradas na conservação da biodiversidade;
8. Um contingente aceitável de empresas turísticas a adotarem e a cumprirem as normas e os sistemas de certificação de turismo sustentável, a nível nacional e a nível dos sítios de intervenção do projeto.

Para o efeito, pode-se recorrer às normas e instituições internacionais que, tendo uma maior experiência e capacidade institucional, poderão servir de farol para este PEID emergente. Nesta ótica, a DNA-CV (2018) propõe a adoção dos seguintes instrumentos internacionais, mormente, as normas nacionais de turismo sustentável, que:

Podem ser usadas para oferecer um entendimento comum sobre os critérios mínimos para o turismo sustentável, promover a sustentabilidade no sector do turismo e fornecer

critérios básicos que os programas de certificação podem usar. Duas ferramentas distintas foram sugeridas para o contexto cabo-verdiano nomeadamente:

1. **ISO18065:2015** - uma norma internacional para o turismo em áreas protegidas, que inclui especificações sobre serviços turísticos para visitantes, fornecidas pelas autoridades da área protegida. Inclui prestação do serviço (acesso, informações, sinalização, educação e interpretação ambiental, gestão de conflitos), instalações (centros para visitantes), segurança e gestão de resíduos;
2. **O Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC)** que possui dois conjuntos de critérios para um turismo sustentável: o primeiro destina-se aos hotéis e operadores turísticos e o segundo aos destinos. Ambos foram desenvolvidos através de um processo de consulta global, com diversas diretrizes e normas disponíveis a nível global. Abordam a gestão sustentável, impactos socioeconómicos, culturais e ambientais (incluindo a preservação da biodiversidade).

No diagnóstico feito ao processo de integração e de conservação da Biodiversidade em Cabo Verde, verifica-se que, não obstante o importante percurso já feito, existem ainda políticas públicas que devem ser, oportunamente, acionadas, tendo em vista o reforço da capacidade institucional, bem como a consciencialização pública concernente aos desafios globais e às ações locais, que são imprescindíveis para garantir um desenvolvimento turístico que seja globalmente competitivo, sectorialmente estruturado, regionalmente equilibrado e localmente sustentável.

Neste pressuposto, uma análise prospetiva do Destino Cabo Verde, conduz-nos-á, necessariamente, para o Programa do Governo da IX Legislatura, Governo de Cabo Verde (2016b) e para o presente que este nos reserva para o futuro:

1. O Turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico;
2. Neste sentido, a política para o turismo será recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito setorial e atinja a multi especialização da economia cabo-verdiana.
3. Neste contexto, para o futuro do turismo em Cabo Verde, o novo Governo eleito, assume os seguintes compromissos:
 - a. Atingir 1 milhão de turistas estrangeiros por ano até 2021;
 - b. Crescer em receitas por turista acima da média dos nossos principais concorrentes;
 - c. Chegar a 2021 no Top 30 dos países mais competitivos do mundo em matéria de turismo (somos hoje o 86.º) e Top 5 em África;
 - d. Alinhar a fiscalidade no Turismo com os nossos principais concorrentes e criar um

- ambiente de negócios de excelência;
- e. Promover as externalidades do Turismo, através da constelação do turismo, abrangendo a agricultura, as pescas, a cultura e o desporto;
 - f. Reforçar e consolidar o modelo dominante do Turismo de Sol, Praia e Mar em colaboração com os operadores no sector;
 - g. Adotar uma estratégia de extensão turística, dando especial atenção ao desenvolvimento de novos segmentos como Turismo de Montanha/Ecológico, Cruzeiro e de Eventos / Negócios;
 - h. Eliminar as principais fraquezas do Turismo cabo-verdiano em sede de segurança, requalificação urbana, saneamento, promoção internacional do destino, capacitação dos recursos humanos e unificação do mercado interno;
 - i. Reforçar a articulação entre o Turismo e o Ambiente, visando criar e promover a sustentabilidade no sector;
 - j. Reforçar a articulação entre o Turismo e a Segurança, visando criar um ambiente onde o turista, os operadores se sentem seguros;
 - k. Atingir novos mercados, entre outros, o mercado russo.

Para efeito da materialização deste desiderato, torna-se indispensável que os *stakeholders* e as instituições públicas e privadas cabo-verdianas sejam dotadas de capacidade institucional, necessária ao cumprimento cabal da seguinte missão coletiva:

1. Formulação, *ab initio*, de um planeamento turístico estratégico e integrador, que sirva de farol, a níveis intra e intersectoriais, tendo o interesse local como foco principal;
2. Edificação de um destino globalmente competitivo e localmente sustentável, maximizando as vantagens comparativas e competitivas, tendo como ingredientes básicos a complementaridade e o alargamento da cadeia de valor do turismo, de base nacional;
3. Prevenção, preferencialmente, e remedeio das falhas, de modo que a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional sejam fatores inalienáveis;
4. Criação, promoção e defesa de uma imagem de marca, que seja capaz de fidelizar o visitante ao destino, compatibilizando a sua experiência com a expectativa do visitado;

5. Reforço e capacitação institucionais, de modo que a regulamentação, a inspeção, a fiscalização e a proteção dos consumidores sejam salvaguardadas;
6. Criação de um ambiente de negócio propício ao funcionamento do sistema económico-financeiro, indutor do desenvolvimento de infraestruturas e de superestruturas turístico-hoteleiras;
7. Estabelecimento de condições favoráveis ao crescimento do sector privado e à ocorrência de efeito *spillover*;
8. Fomento de órgãos consultivos e de plataformas de coordenação e de concertação entre o governo e os sectores público e privado;
9. Fornecimento de estatísticas e de informações credíveis e atualizadas, inputs essenciais para o perfeito funcionamento do mercado;
10. Sensibilização pública para a endogeneização de uma cultura pró-turismo.

Estes são, efetivamente, os grandes desafios que Cabo Verde e os cabo-verdianos devem, oportunamente, enfrentar e vencer, para que a sustentabilidade turística cabo-verdiana não seja apenas mais uma retórica, apenas uma miragem, para se transformar, efetivamente, numa via aberta para a felicidade de todos e de cada um dos cabo-verdianos.

É nesta perspetiva, que Mascarenhas (2016) propõe a complementaridade turística regional como veículo privilegiado, através do qual se deverá, entre o produto tradicional de sol & mar e os novos produtos turísticos, conduzir estas “Ilhas” no percurso de uma sustentabilidade turística, edificada sobre o prisma de: “1 país, 10 destinos” e alicerçada num turismo diferente:

Uma outra importante dimensão desses desafios, prende-se com a **gestão energética**. Uma vez que a energia alimentada por combustíveis fósseis tem, como qualquer recurso não renovável, tendencialmente, caminhando para o seu esgotamento natural, fazendo assim perigar quase todas as atividades económicas e humanas no contexto global.

Baseando nesta premissa, as principais instituições internacionais e locais têm-se debruçado sobre as vias alternativas, que possam conduzir à sustentabilidade energética neste novo milénio. Nesta senda, as energias renováveis têm emergido

como sendo a solução do futuro, assumindo, nomeadamente, no âmbito dos O.D.S. que constam da agenda 2030, a ambiciosa meta de garantir, nesse interregno, a cobertura, com renováveis, de 100% da produção energética global.

Neste âmbito, fazendo uma incursão pelos ODS (2016), in <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, pode-se constatar que integrado no 7.º Objetivo Geral pré-estabelecido, as nações subscritoras desse acordo supranacional, se comprometeram a assegurar, até 2030, o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos, tendo em vista a materialização dos seguintes objetivos específicos:

1. Assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;
2. Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
3. Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;
4. Expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respetivos programas de apoio.

À medida que a gestão ambiental se torna cada vez mais vulnerável, coloca-se também a necessidade crescente de se fazer uma **gestão eficiente dos recursos territoriais**, destinando áreas geográficas especiais para desempenharem funções ocupacionais específicas. É neste contexto, que surgiram as áreas protegidas, de reserva natural ou mesmo as ZEE – Zonas Económicas Especiais, as quais, em função de especificidades próprias, acabam por ter uma determinada função, um destino ocupacional, ou até mesmo, uma desocupação estratégica / constituírem reserva territorial.

Estas áreas tendem também a assumir, cada vez mais, outras funções económicas, que não sejam de cariz meramente ambiental. A este nível, o turismo tem protagonizado uma inter-relação salutar com o sector ambiental, fazendo dessas áreas de reserva natural, um dos mais privilegiados recursos turísticos, eficazmente explorados pelos

modernos destinos turísticos mundiais, para estruturação de ofertas diferenciadas de novos produtos turísticos, como é o caso de: Turismo da Natureza, para efeito de realização de estudos e investigações científicas, Ecoturismo, Turismo de Saúde, etc., que dispendo de um mercado-alvo semi-írgem e próspero, constituem fatores críticos de sucesso da competitividade dos destinos turísticos da era moderna.

Ecosistemas e Biodiversidade: Os valores da natureza variam de acordo com as circunstâncias biofísicas e ecológicas e também em função do contexto social, económico e cultural. Por isso, segundo TEEB (2010: 7): “os conceitos de serviços ecossistémicos e capital natural podem nos ajudar a reconhecer os diversos benefícios fornecidos pela natureza. Do ponto de vista da economia, os fluxos dos serviços ecossistémicos podem ser vistos como o “dividendo” que a sociedade recebe do capital natural. A manutenção dos estoques de capital natural permite o fornecimento sustentável de fluxos futuros de serviços ecossistémicos, e, portanto, contribui para assegurar um bem-estar humano permanente”.

Qualquer atividade socioeconómica tem uma relação biunívoca intimista com o meio envolvente, para o qual, numa lógica de alocação eficiente e de distribuição justa dos custos e dos benefícios, dá e recebe *outputs* e *inputs*, respetivamente, devendo, por isso, essa gestão relacional ser estabelecida com muita sensibilidade e espírito de integração de valores.

É com este espírito que na agenda global para 2030, encontramos no epicentro dos ODS, mais concretamente no seu Objetivo 15.º, as seguintes prioridades: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.

Para o efeito, estão, segundo os ODS (2016), in [nhttps://brasil.u.org/pt-br/sdgs](https://brasil.u.org/pt-br/sdgs), agendados, para os próximos 15 anos, os seguintes objetivos ecossistémicos prioritários:

1. Assegurar, até 2020, a **conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas**, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
2. Promover, até 2020, a implementação da **gestão sustentável de todos os tipos de**

- florestas**, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
3. Combater, até 2030, a **desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado**, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
 4. Assegurar, até 2030, **a conservação dos ecossistemas de montanha**, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;
 5. Tomar medidas urgentes e significativas para **reduzir a degradação de habitat naturais**, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
 6. Garantir uma **repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos**, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
 7. Tomar medidas urgentes para **acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas**, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
 8. Implementar, até 2020, medidas para **evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos**, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;
 9. **Integrar**, até 2020, os **valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local**, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas;
 10. **Mobilizar e aumentar** significativamente, a partir de todas as fontes, **os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas**;
 11. **Mobilizar** significativamente **os recursos** de todas as fontes e em todos os níveis, para **financiar o manejo florestal sustentável** e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a **conservação e o reflorestamento**;
 12. Reforçar o apoio global para os esforços de **combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas**, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

No seio deste objetivo-mor, encontra-se espaço para se recentrar as novas medidas e estratégias político-institucionais, em torno dos seguintes 8 R's da sustentabilidade, os quais, tendo resultado da junção, feita pelo Instituto Akatu, de 5 R's com os 3 inicialmente utilizados, deram corpo a um novo postulado, que visa a promoção de um

consumo consciente e responsável, baseado num novo código de vida na terra:

1. **Refletir:** Lembre-se de que qualquer ato de consumo causa impactos do consumo no planeta. Procure potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos;
2. **Reduzir:** Exagere no carinho e no amor, mas evite desperdícios de produtos, serviços, água e energia;
3. **Reutilizar:** Use até o fim, não compre novo por impulso. Invente, inove, use de outra maneira. Talvez vire brinquedo, talvez um enfeite, talvez um adereço;
4. **Reciclar:** Mais de 800 mil famílias vivem da reciclagem hoje no Brasil, quer fazer o bem? Separe em casa o lixo sujo do limpo. Só descarte na coleta comum o sujo. Entregue o limpo na reciclagem ou para o catador;
5. **Respeitar:** A si mesmo, o seu trabalho, as pessoas e o meio ambiente. As palavras mágicas sempre funcionam: por favor e obrigado;
6. **Reparar:** Quebrou? Conserte. Brigou? Peça desculpas e também desculpe;
7. **Responsabilizar-se:** Por você, pelos impactos bons e ruins de seus atos, pelas pessoas, por sua cidade;
8. **Repassar:** As informações que você tiver e que ajudam na prática do consumo consciente. Retuite, reenvie e-mails.

Esta nova filosofia de vida motivou, pela sua relevância e extensão, fez com que, no âmbito dos ODS, o 14.º objetivo fosse destinado a esta problemática, procurando conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, de modo a se transformar essa potencial ameaça em oportunidades de desenvolvimento, i.e., transformar um oceano potencialmente mortífera numa fonte inesgotável de vida. O caminho recomendável para o efeito, é, segundo os supramencionados objetivos, o que se segue:

1. Prevenir e reduzir significativamente, até 2025, a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;
2. Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros, até 2020, para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;
4. Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar

planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

5. Conservar; até 2020, pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;
6. Proibir, até 2020, certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;
7. Aumentar, até 2030, os benefícios económicos para os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo;
8. Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e as orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo;
9. Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;
10. Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

Assim, espera-se que uma percentagem significativa da produção mundial passe a ser proveniente da aquicultura, aproveitando, de forma eficaz, a grande extensão dos oceanos que cobrem o planeta terra.

3.5. Sustentabilidade político-institucional cabo-verdiana no advento do “novo normal”

Introdução

– A pandemia da COVID-19 apanhou o mundo desprevenido, causando grandes moshas na economia mundial, mormente, no setor turístico, que foi o primeiro a entrar em confinamento e o último a sair. No contexto cabo-verdiano, do advento pandémico, existia-se a *boom* turístico, estando previsto, para o corrente ano económico, atingir-se os esperados 1.000.000 de turistas, na expectativa deste importante número vir a trazer efeitos multiplicadores e aceleradores na economia nacional. No entanto, face à situação pandémica que obrigou a confinamento setorial de mais de dezoito meses, o turismo cabo-verdiano experimentou uma quebra de (-75%) no fluxo de turistas entrados no país em 2020, segundo os dados do INE-CV (2021), com um conjunto de efeitos diretos, indiretos e induzidos incomensuráveis, mormente, para a comunidade local, colocando em teste a sustentabilidade político-institucional deste PEIDARIAM.

No “novo normal”, entre o tradicional e os novos produtos turísticos, emerge no horizonte um apelo: “por um turismo diferente”. Pois, Cabo Verde, ao longo dos trinta anos de desenvolvimento turístico, afunilou a sua oferta turística para o tradicional produto de sol & praia, promovendo um turismo de massa, canalizado para apenas duas das suas ilhas, dotadas de grandes praias de areia branca, deixando os outros diversos novos produtos turísticos e, conseqüentemente, as oito ilhas, à margem do desenvolvimento turístico. Esta opção (pouco) estratégica acarretou elevados custos, em termos de sustentabilidade turística, pondo, corolariamente, também, em causa a própria competitividade turística, quando o novo turismo vem clamando por um “turismo diferente”, estribado na autenticidade, dentro de uma nova lógica global de algum necessário distanciamento social, focando-se na “árvore”, ao invés de na “floresta”.

=//=

3.5.1. Um destino moldado por um produto

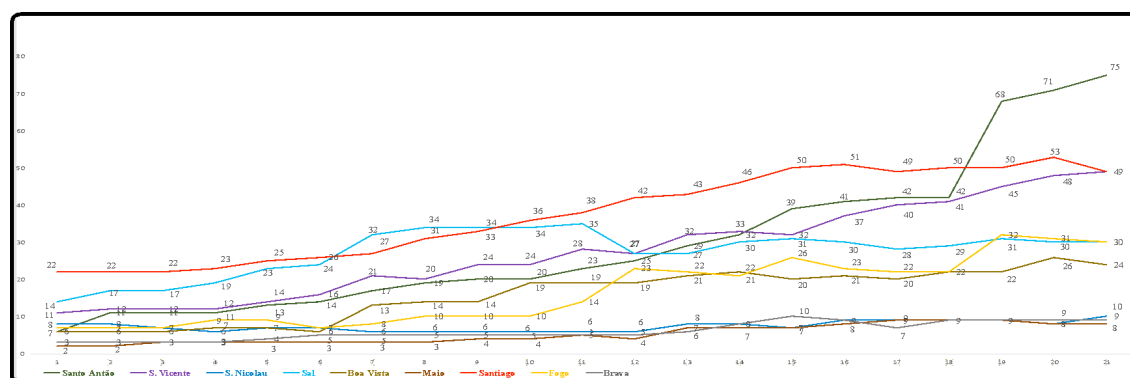
“No século XX surge o turismo de praia na Europa, quando aos banhos de mar soma-se o sol como atrativo turístico, associado à saúde, ao entretenimento, à recreação e ao culto ao corpo”.

Fonte: <https://www.passeidireto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>

O turismo foi consensualmente eleito, por quase todos os atores, mormente políticos, como sendo o único sector estratégico, capaz de alavancar toda a economia nacional, induzindo o respetivo desenvolvimento, de forma competitiva e sustentável.

Ao longo dessas duas décadas e meia desta dinâmica de crescimento setorial, Cabo Verde consolidou-se assim como um dos destinos turísticos de eleição a nível internacional, posicionando-se, recorrentemente, no top 10 dos destinos mais procurados nalguns dos consagrados mercados emissores, como é o caso do Reino Unido, tendo inclusive, os últimos dados oficiais, referentes a 2015, graduado o destino Cabo Verde como sendo o 86.º, a nível global e o 9.º, a nível da África, no ranking dos destinos turísticos mais competitivos do mundo. Pois, os países emergentes, como demonstram os dados seguintes da OMT (2015), têm vindo a conquistar um lugar de destaque no contexto do turismo global, não obstante o valor ainda residual do destino africano:

Gráfico 82 – Distribuição regional dos empreendimentos hoteleiros CV – 2019

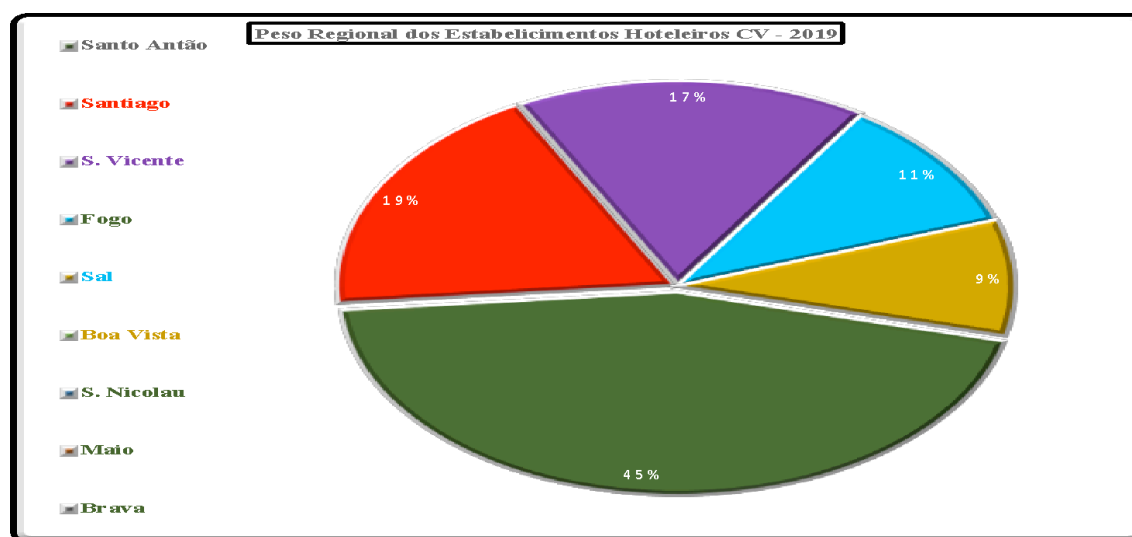


Fonte: INE-CV (2020)

Da análise do gráfico anterior, pode-se depreender que, Santo Antão é a ilha mais bem representada, tendo registado, em 2019, uma capacidade instalada de 75 unidades

hoteleiras. Seguidamente, figura as ilhas de Santiago e de S. Vicente, com 49 unidades cada. Das ilhas “turísticas”, as ilhas do Sal e da Boa Vista, são as menos agraciadas, em termos de número de unidades hoteleiras, com 30 e 24 unidades, respetivamente. No entanto, paradoxalmente, em termos de capacidade de alojamento, estas duas últimas ilhas são aquelas que concentram a quase totalidade (75%) da capacidade de alojamento do país, como se pode observar nos gráficos seguintes:

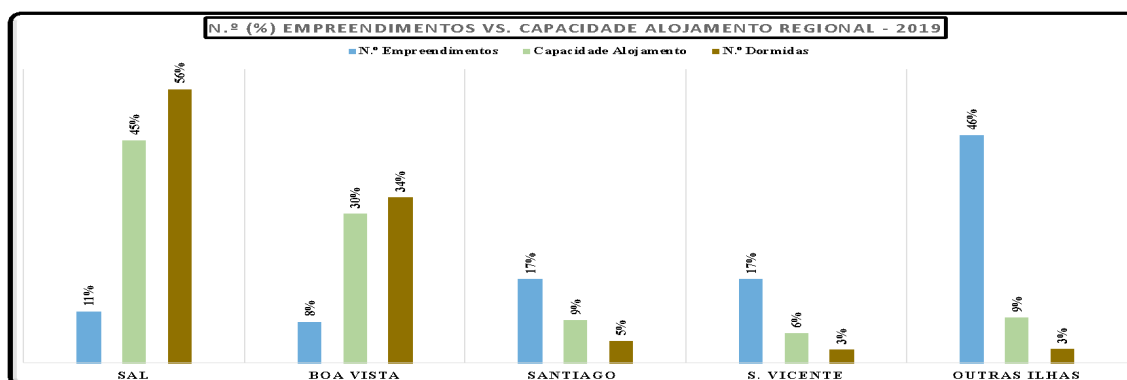
Gráfico 83 – Distribuição (%) regional dos empreendimentos hoteleiros CV – 2019



Fonte: INE-CV (2020)

O facto dos empreendimentos hoteleiros estarem concentrados, em termos de capacidade de oferta, de sediar grandes marcas e de se induzir a procura turística, na ordem de 90%, para duas ilhas que têm em conjunto 10% da população, a sustentabilidade turística cabo-verdiana é toda ela posta em causa, como se pode observar nos dois gráficos anterior e posterior e no IT – Índice de Intensidade Turística anteriormente apresentado e analisado.

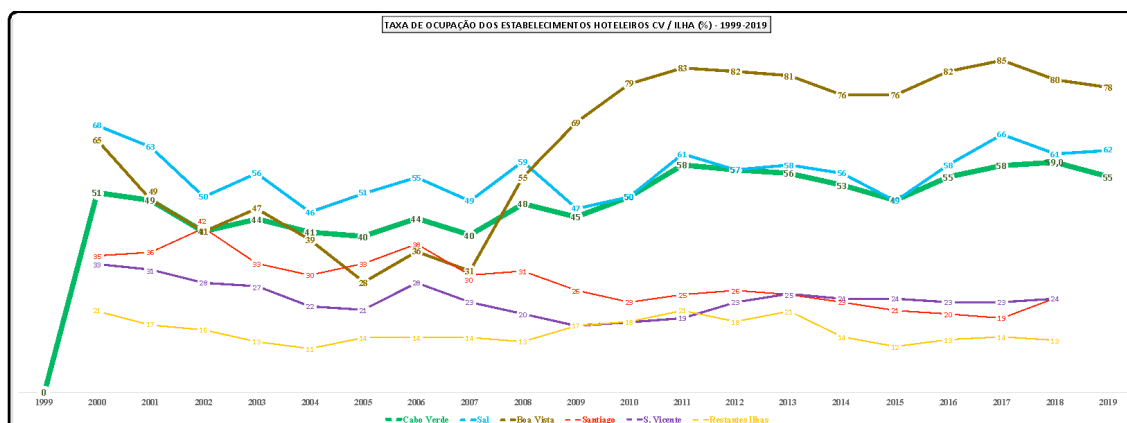
Gráfico 84 – Distribuição procura e oferta hoteleiras regionais CV – 2019



Fonte: INE-CV (2020)

O desequilíbrio regional referenciado anteriormente entre o número de unidades e as respetivas capacidades de alojamento, esconde por detrás um outro desequilíbrio muito mais sensível, que o verificado entre os operadores turístico-hoteleiros nacionais estrangeiros. Uma vez que as ilhas do Sal e da Boa Vista, não obstante disporem apenas de 11% e 8% de empreendimentos hoteleiros, respetivamente, dominados, maioritariamente, por grandes operadores estrangeiros, conseguem com taxas de ocupação de 62% e de 78%, contra 24% da taxa média verificada nas ilhas de Santiago e S. Vicente, tornar bastante difícil a viabilização dos pequenos empreendimentos turístico-hoteleiros promovidos pelos operadores locais nestas ilhas e/ou nas outras ilhas “não turísticas”:

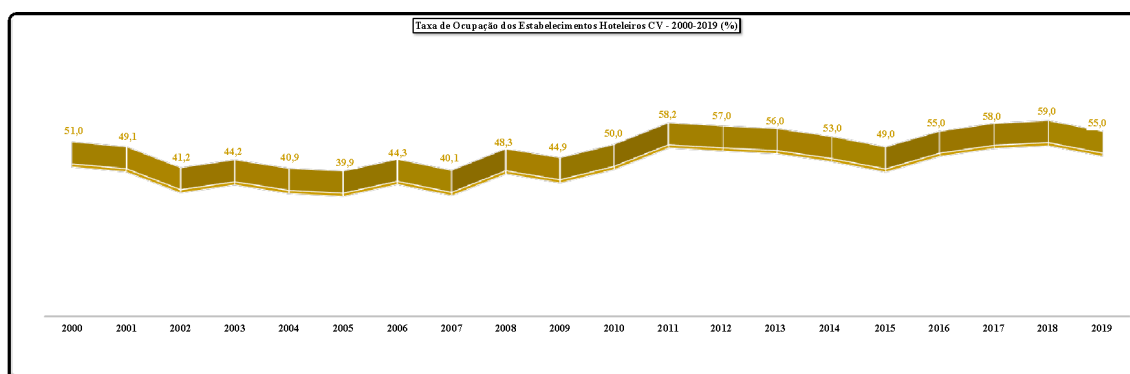
Gráfico 85 – Distribuição regional da taxa de ocupação hoteleira CV – 1999 - 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Ao fazer-se a comparação com a taxa de ocupação hoteleira média verificada em Cabo Verde, verifica-se que este desequilíbrio, em termos de desenvolvimento turístico-hoteleiro, entre as diferentes ilhas, registado *ab initio* do processo de desenvolvimento setorial, tende a ser também desequilibrador:

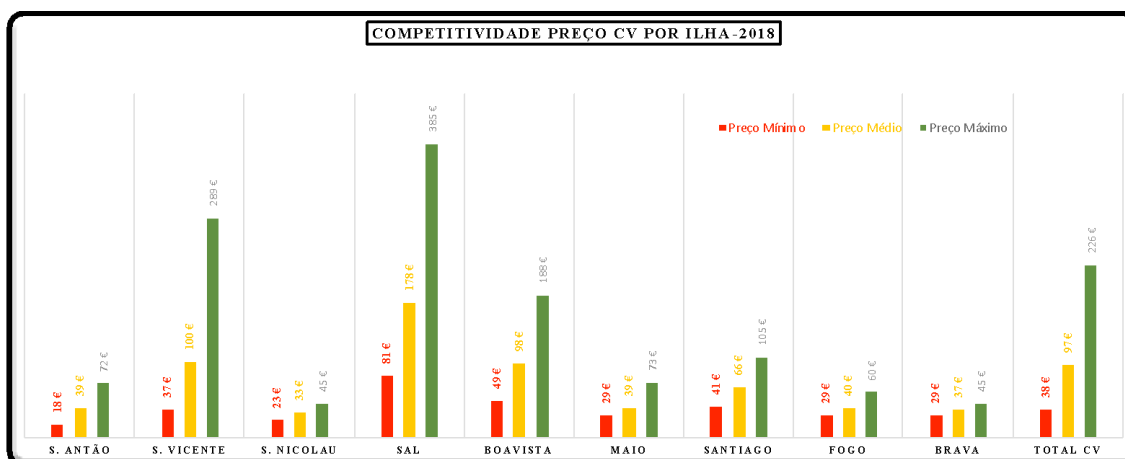
Gráfico 86 – Evolução da taxa média de ocupação hoteleira CV – 2000-2019



Fonte: INE-CV (2000-2020)

É fácil de se constatar que as ilhas que, ao longo destes vinte anos da história turística cabo-verdiana, refletida no gráfico anterior, as únicas ilhas que se encontram acima da média nacional, são a ilha do Sal, por motivos históricos ligados à emergência do turismo cabo-verdiano e a da Boa Vista, a partir da inauguração do seu aeroporto internacional, que teve lugar a 31 de outubro de 2007. Se se associar o fator preço médio hoteleiro praticado nas diferentes ilhas, integrando-o neste complexo trinómio de desequilíbrio, como documenta o gráfico seguinte, a visão para a competitividade do turismo cabo-verdiano, nos moldes definidos e implementados, ao longo dos trinta anos da história do turismo cabo-verdiano, pode se traduzir numa grande ilusão para os objetivos de sustentabilidade turística almejada para estas ilhas:

Gráfico 87 – Evolução da competitividade de preço turístico regional CV – 2018

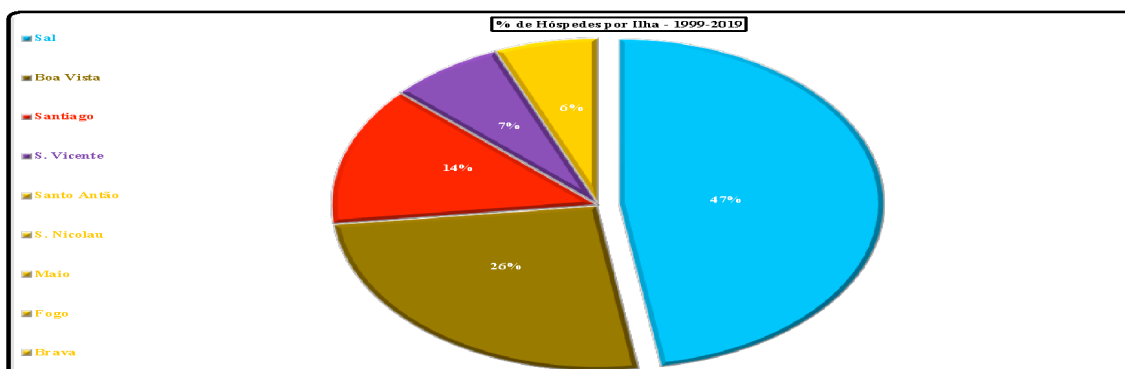


Fonte: INE-CV (2000-2019)

O gráfico anterior é demonstrativo da desvantagem competitiva que as ilhas como a de Santiago, aliada às outras não turísticas, se encontram em relação às outras “ilhas turísticas”, com um hiato de preço, que chega a ultrapassar 300%, o que pode hipotecar qualquer projeto turístico-hoteleiro perspetivado para essas “ilhas não turísticas”.

Correlacionada com esta desproporção na ótica da procura, encontra-se um outro desequilíbrio crítico no lado da procura turística dirigida a cada uma das ilhas, que é perceptível no gráfico seguinte:

Gráfico 88 – Distribuição regional de hóspedes CV – 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Esta distribuição geográfica da procura e da oferta turísticas cabo-verdianas não deve desconcontextualizada da entrevista feita, no âmbito desta tese, à Carmen Riu,

Administradora do Grupo Riu em Cabo Verde, onde a mesma foi cristalina ao afirmar, convictamente, que:

1. A Filosofia do Grupo Riu é a seguinte:
 - a. Turismo de massa;
 - b. *Oferta de pacote all inclusive*;
 - c. Potenciar o máximo das vendas internas no hotel;
 - d. O Grupo fracassa sempre na gestão de pequenos hotéis de charme;
 - i. Teve uma má experiência com um hotel de 80 quartos;
 - ii. Passou-se a respetiva gestão para um simples gestor pegou nesse hotel e fez daquilo um sucesso;
 - iii. Ficou provado que o modelo do grupo é replicar um sistema de sucesso já padronizado.
2. Ilhas como a de Santiago não fazem parte das prioridades do Grupo, porque:
 - a. O Grupo só vai para ilhas /regiões que forem pré aconselhadas pelos TO's;
 - b. A ilha de Santiago, pelo contrário, foi desaconselhada;
 - c. Conhece a cidade da Praia, para onde vem para algumas reuniões, mas desconhece¹⁸³ que:
 - i. A ilha de Santiago tem praias;
 - ii. A Cidade Velha é património mundial da humanidade;
 - iii. Tarrafal tem praias boas e/ou um museu de resistência.
3. A oferta rica de Santiago não é compatível com o modelo de hotéis-destinos
 - a. Embora podem ter também hotéis em destinos ricos, o modelo de negócio do Grupo não o é de hotéis urbanos, mas sim, de hotéis-destinos¹⁸⁴;
 - b. Ninguém quer vir para Santiago;
 - c. A imagem “desconstruída” de Santiago não atrai e não vende.

Perante esta realidade retratada, de fonte segura, pelo maior TO a operar em Cabo Verde, as seguintes questões são colocadas, para efeito de uma reflexão coletiva:

1. Que planeamento estratégico do turismo o atual destino Cabo Verde requer?
2. Que papel é reservado à Ciência nesse processo de planeamento?
3. Quais são os fatores determinantes do novo pulsar do destino cabo-verdiano?
4. Que papel deve ser reservado à comunidade local, no processo de definição de: prioridades, rumo e sentido de marcha do turismo cabo-verdiano?

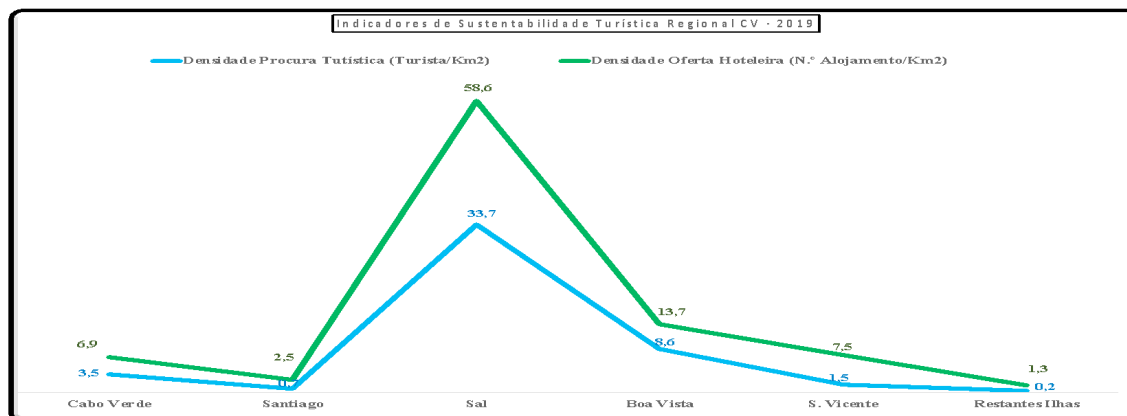
¹⁸³ Quiçá, que a ilha do Fogo tem o único vulcão ativo no Arquipélago...

¹⁸⁴ Aqueles que são, *per si*, motivos de viagem, independentemente, do país e/ou destino, onde se encontram sediados.

5. Que critérios para a definição da “vez” da geração atual, no âmbito do processo de repartição de ónus e bónus do turismo?
6. Quem dá “voz” às gerações vindouras e que direitos devem ser preservados?
7. Que recursos turísticos são efetivamente estratégicos e onde é que os mesmos estão localizados?
8. Como internacionalizar, de forma competitiva, o local?
9. Qual é a melhor via para localizar, de forma sustentável, o global?
10. Como criar sinergias proficuas entre os visitantes e os visitados?

Com estas respostas, ficariam também respondidas algumas perguntas de partida, que foram formuladas no arranque deste processo investigativo, cujos indicadores seguintes levantam um pouco o véu sobre estas preocupações candentes.

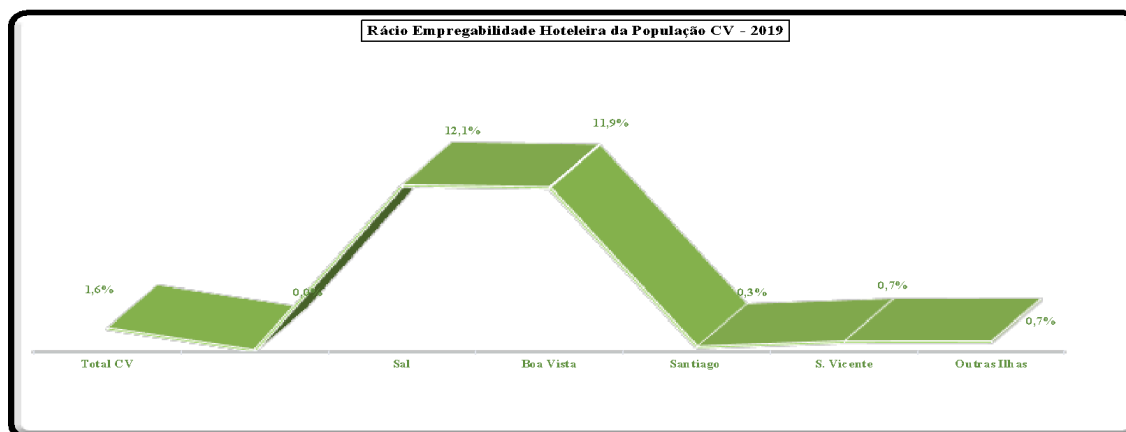
Gráfico 89 – Índices de densidade turística regional CV – 2019



Fonte: INE-CV (2020)

Este indicador da sustentabilidade turística demonstra uma grande concentração hoteleira por km², nas ilhas de Sal, Boa Vista e, ligeiramente, em S. Vicente, o que deve ser suportado por uma oferta de infraestruturas de apoio e por uma população correspondente, de modo a garantir uma taxa de intensidade turística sustentável, o que não tem vindo a acontecer.

Gráfico 90 – Rácio de empregabilidade hoteleira CV – 2019



Fonte: INE-CV (2020)

O rácio de empregabilidade, por sua vez, tem registado também um valor superior nestas ilhas turísticas, fazendo com que a população das ilhas não turísticas tenham a necessidade de se deslocar para o Sal e a Boa Vista, à procura de uma oportunidade de sobrevivência, o que tem contribuído para a “guetisação” dessas ilhas, com graves problemas de insustentabilidade, nomeadamente, a níveis: sociais, económicas, turísticas, ambientais e, logicamente, também a nível político-institucional.

3.5.2. A pandemia da COVID-19 e a emergência do um novo paradigma turístico

“O desenvolvimento de novos produtos e sectores de exportação que não estão diretamente relacionados com o sector líder(...) é vista como uma estratégia para reduzir a volatilidade da economia, responder aos principais desafios da economia e criar um motor do crescimento económico”.

Estêvão (2020)

3.5.2.1. A crise pandémica da COVID-19 e o confinamento de um destino

Segundo este autor: “as previsões do FMI para a África subsaariana dizem que a pandemia vai provocar um recuo de dez anos em termos de PIB per capita, isto significa que uma estratégia de recuperação forte será crítica. No final do mês passado, no Parlamento, os três partidos com assento na Assembleia Nacional defenderam a diversificação económica e este é o caminho também eleito pelo governo para o pós-Covid-19”.

A pandemia da COVID-19 apanhou, de facto, o mundo desprevenido, causando grandes mossas na economia internacional, mormente, no setor turístico, que foi o primeiro a entrar e o último a sair do confinamento.

Segundo Sarmiento & Mascarenhas (2021), traduzido pelo Autor:

1. A Pandemia da COVID-19: o caso de Cabo Verde

Não obstante essas enfermidades terem assumido proporções alarmantes em alguns contextos geográficos, atingindo mesmo a categoria de epidemia, sem sombra para dúvidas, que a COVID-19, é o fenómeno sanitário mais marcante dos novos tempos, tendo, sob a forma de pandemia, atingido quase¹⁸⁵ todos os países do mundo.

Segundo <https://www.worldometers.info/coronavirus>, o ponto de situação, a 17/05/2021, 533 dias depois da sua emergência, a COVID-19 atingira já 222 países, apresentando o seguinte registo mundial ainda mais crítico:

1. N.º de países infetados: 222;
2. N.º Total de Infeções: 163.964.170;
3. N.º Total de Mortes: 3.397.125 (2,1%);
4. N.º Total de Recuperados: 142.557.130 (87%).

Este novel fenómeno expandiu, de forma imprevisível e descontrolada, por quase todo o mundo, tendo proporcionado efeitos diretos, indiretos e induzidos altamente nefastos, para a economia mundial, mormente para a dos PEID, como é o caso da cabo-verdiana, dotada de um elevado índice de vulnerabilidade quase existencial¹⁸⁶.

Esta austera crise pandémica da COVID-19¹⁸⁷ que, desde 19 de Março de 2020, vem condicionando, de forma indelével, a performance governativa cabo-verdiana, nomeadamente, em termos de metas pré estabelecidas para a IX¹⁸⁸ legislatura, comprometendo inclusive as da X¹⁸⁹ Legislatura, que ora começa, nomeadamente, no concernente ao crescimento médio do PIB, na ordem de 7% e, conseqüentemente, no que tange ao combate à pobreza e à exclusão social, inerente aos ODS de longo prazo,

¹⁸⁵ Em 21/04/2020, 142 dias depois da sua emergência, a COVID-19 atingira já 210 países.

¹⁸⁶ Tendo em consideração a respetiva escassez, ao longo da história, dos seguintes recursos: ambientais, geográficos e socioeconómicos.

¹⁸⁷ Segundo o site http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=94823, “a 19 de março, aparecia o primeiro caso em Cabo Verde. Foi na Boa Vista: um cidadão inglês, de 62 anos, e que viria a falecer dias depois, transformando-se, igualmente, no primeiro óbito no país. Mais seis dias se passaram e a 25 de março, surge o primeiro caso na Cidade da Praia, o primeiro cabo-verdiano infetado. O país fica em alvoroço e no dia 28 do mesmo mês, o Presidente da República declara Estado de Emergência em todo o arquipélago. É a primeira vez que isso estava a acontecer na história da democracia cabo-verdiana”.

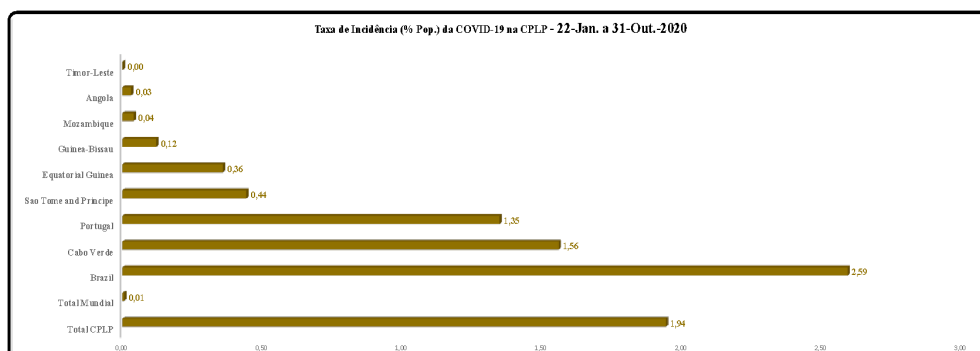
¹⁸⁸ Vigente entre 2016 e 2021.

¹⁸⁹ A vigorar entre 2021 e 2026.

fazendo, assim, perigar a Agenda / Ambição 2030.

Esta perigosidade latente é ainda mais notória, quando fizermos uma análise comparativa da dimensão pandémica no contexto cabo-verdiano, em relação à dos outros países da CPLP, como demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 91 – Taxa de incidência da pandemia da COVID-19 na CPLP



Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus>

Da leitura atenta do gráfico, depara-se que, numa perspetiva estática¹⁹⁰, Cabo Verde era o penúltimo país da CPLP com a pior performance, em termos de contágio populacional pela COVID-19, apresentando uma taxa de incidência na ordem 1,56%, sendo apenas ultrapassado, neste drama, pelo Brasil, que apresentava uma taxa de 2,59%.

Fazendo uma atualização dos dados estatísticos da COVID-19 a 17/05/2021, Cabo Verde apresentava a seguinte situação sanitária:

1. 124.º (122.º) / 222 Lugar no Ranking Mundial;
2. N.º Total de Infeções = 22.358 (28.168) / 12.974 (Ilha de Santiago);
3. N.º Total de Mortes = 203 (249) / 138 (Ilha de Santiago);
4. Total de Novos Casos no Dia = 113;
5. N.º Total de Recuperados = 19.206 (25.923);
6. N.º Total de Casos Ativos = 2.935 (2.896) / 1.832 (Ilha de Santiago);
7. N.º Total de Casos Graves = 23;
8. N.º Total de Testes = 144.736;
9. Taxa de Positividade = 24,6%;
10. N.º Total de População Estimada = 560.901.

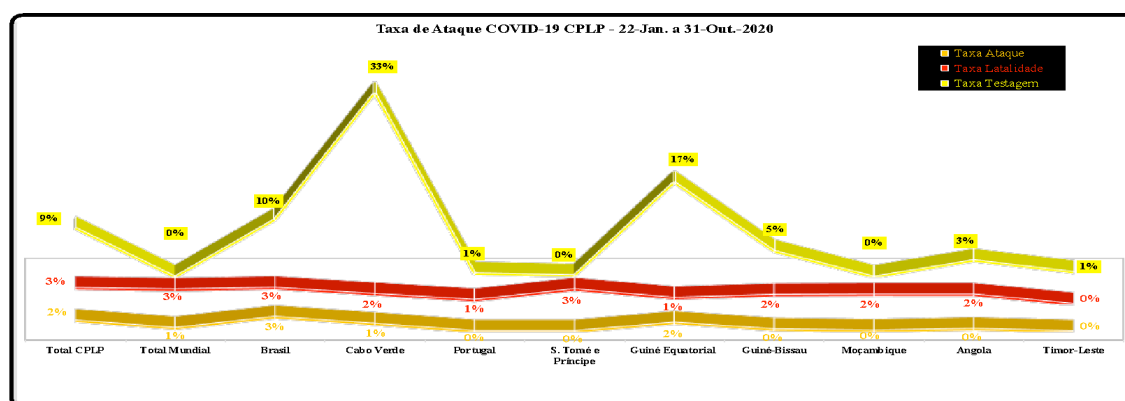
Esta situação sanitária tendencialmente gravosa de Cabo Verde, tem tido repercussões a nível multissetorial, mormente no educacional, setor este que foi também afetado pelos sucessivos estados de: alerta, contingência, calamidade e de emergência, decretados pelo Governo, com a exceção do último, que deve ser decretado pelo Presidente da República da Cabo Verde, sob proposta do Governo, sendo ainda, previamente, ratificado pela Assembleia da República, por implicar graves restrições

¹⁹⁰ Dados cumulativos até 31-10-2020.

nas liberdades individuais e coletivas constitucionalmente garantidas.

Em termos comparativos, a nível da CPLP, torna-se visível a situação dramática em com os países membros passaram, ao longo do período pandémico, mormente, Cabo Verde, que atingiu, pontualmente, uma situação preocupante, com números de casos novos a ultrapassar os 400, mas, que, com uma elevada taxa de testagem e de vacinação, conseguiu reverter a situação, estando, atualmente, num nível de segurança sanitária referenciável:

Gráfico 92 - Evolução da pandemia da COVID-19 na CPLP



DNS-CV (2020)

Este contexto pandémico veio deitar “uma pedra no charco”, quando se assistia a um *boom* turístico, no âmbito do qual estava previsto, para o corrente ano económico, atingir-se o número mágico de 1.000.000 de turistas entrados no território nacional, num período de um ano, na expectativa deste importante número vir a trazer efeitos multiplicadores e aceleradores na economia nacional.

No entanto, face à situação pandémica que obrigou a confinamento setorial de mais de dezoito meses, o turismo cabo-verdiano experimentou uma quebra de (-75%) no fluxo de turistas entrados no país em 2020, segundo os dados do INE-CV (2021), recuando cerca de quinze anos, para o nível de 2004-2005, o que supera largamente a perspetivas pessimistas do FMI. Este trágico recuo proporcionou um conjunto de efeitos diretos, indiretos e induzidos incomensuráveis, mormente, para a comunidade local, nomeadamente:

A Pandemia da COVID-19 proporcionou para a economia cabo-verdiana, em termos reais, os seguintes efeitos nefastos, no ano de 2020:

1. Decrescimento económico do PIB (-14,8%);

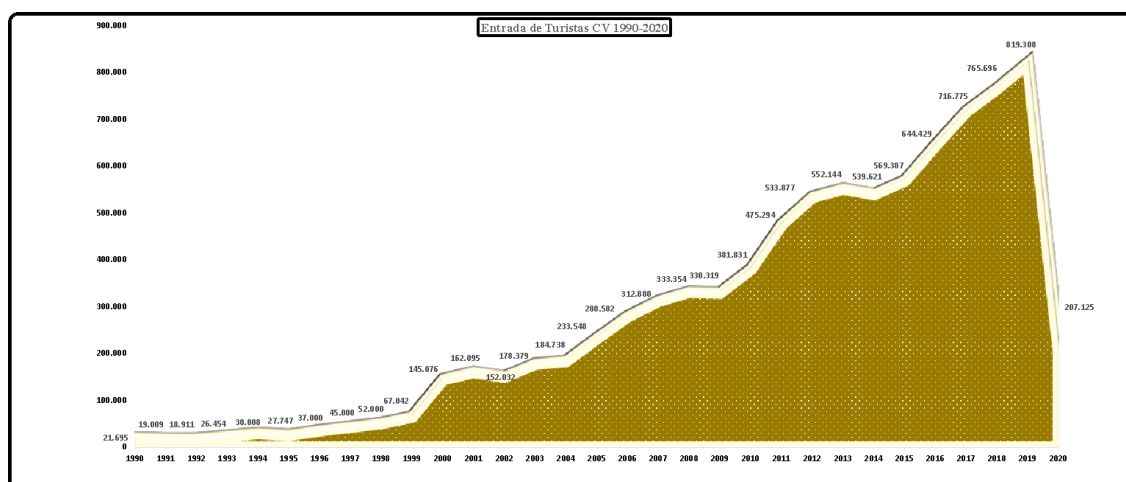
2. Défice na balança comercial aumento de 0,4% para 16,5% do PIB
3. Redução na entrada de -612.183 turistas, de 819.308 ('19) para 207.125 ('20);
4. Aumento estimado da taxa de desemprego para 20%;
5. Dívida pública CV a incrementar para 156%;
6. Défice orçamental de 9% do PIB;
7. Inflação passa de 0,4% para 0,8%.
8. Face ao previsível aumento das despesas públicas de emergência, na ordem de 30.000.000,00 € / mês, equivalente a 200.000.000,00 €, para dar cobertura a todo o período emergencial, de modo a se proteger 20.000 empregos, prevê-se um aumento do Deficit Público na ordem de 2%;
9. Garantia da quarentena sanitária, numa difícil situação de confinamento, de todo um Bairro, o da Boa Esperança, que alberga aproximadamente 50% da população da ilha da Boa Vista e, posteriormente, de todo o país, durante aproximadamente dois meses e meio;
10. Face ao previsível aumento das despesas públicas de emergência, na ordem de 30.000.000,00 € / mês, equivalente a 200.000.000,00 €, para dar cobertura a todo o período emergencial, de modo a se proteger 20.000 empregos, prevê-se um aumento do Deficit Público na ordem de 2%;
11. Companhia aéreas e agências marítimas, com participação do Estado CV paralisadas, com custos económico-financeiros incomensuráveis;
12. Sector Empresarial paralisado, com uma grande maioria dos agentes económicos com uma faturação (quase) nula;
13. Excessiva inflexibilidade negocial do Sistema Financeiro, devido ao seu respetivo excesso de liquidez.
14. Diminuição das receitas públicas de 160.000.000 Euros/18.000.000 contos (+/- 50% receitas públicas previstas no OGE), devido a redução cumulativa das seguintes receitas fiscais:

- a. IVA;
- b. IRPC;
- c. IRPS;
- d. Taxa turística;
- e. Taxa de segurança aeroportuária;
- f. IVA;
- g. Direitos alfandegários;

15. Um país que, após ter reforçado a sua aposta no setor turístico, transformando-o no setor locomotiva / motor da economia nacional, atribuindo-o a responsabilidade de, estimativamente, produzir, diretamente, cerca de 25% e, indiretamente, cerca de 45% da riqueza nacional, dependência esta apenas ultrapassada pelo Seychelles (com 65%), a nível do Continente Africano, viu todo o setor turístico desmoronar, com a atual crise da Pandemia de COVID-19.

A nível do setor turístico, o impacto é, assim, visível no gráfico seguinte:

Gráfico 93 – Impacto da pandemia da COVID-19 no turismo CV – 2020



Fonte: INE-CV (2021)

A vulnerabilidade do turismo cabo-verdiano saltou à vista, após a pandemia da COVID-19, causando uma paralisia total das ilhas do Sal e da Boa Vista, durante 18 meses, com um conjunto de problemas sociais e económicos associados, de dimensão muito superior ao verificado nas outras ilhas não turísticas, que tiveram uma maior capacidade de resiliência.

No entanto, em termos sanitários, em outubro de 2021, assistia-se, segundo os dados da DNS, à seguinte situação:

1. 80,1% da população elegível (maiores de 18 anos), com a 1.^a dose da vacina já administrada;
2. 56,5% da população elegível com duas doses já administradas;
3. Cabo verde a posicionar-se com um dos países mundiais com maior cobertura de vacina;
4. A taxa de positividade a baixar para menos de 4%;
5. Um RT inferior a 1;
6. A taxa de incidência nos últimos 14 dias na ordem de 40 casos;
7. Casos novos a baixar, por vezes, para um nível inferior a 10 / dia;
8. Cabo Verde a sair da lista vermelha do Reino Unido, permitindo, assim, a retoma turística, por parte do maior país emissor, a Inglaterra, que representou, em 2019, cerca de 32% das 5 117 403 dormidas turísticas ocorridas em Cabo Verde;
9. Tendo sido decretado pelo Governo o fim do Estado de Calamidade e a passagem para o Estado de Alerta;
10. O país está se descofinando, emitindo sinais positivos para o mercado turístico mundial.

3.5.2.2. A nova aurora: por um “turismo diferente”

Porter (1990), no âmbito do seu modelo de Diamante, destaca o papel que o governo deve exercer, na qualidade de influenciador, regulador e promotor da competitividade internacional da respetiva economia.

Neste sentido, entende que, quando houver um acaso, que interfira, de forma assídua e estruturante, no mercado, afetando um ou vários setores de atividade, como é o caso da pandemia da COVID-19, deixando de rastos alguns setores económicos, nomeadamente, o turismo, que foi o primeiro setor a confinar-se e o último que irá,

provavelmente, desconfinar-se, o governo é, normalmente, chamado a desempenhar o seu inalienável papel, o qual o privado não quer e nem pode desempenhar, tendo em vista a mitigação dos efeitos nefastos do acaso e potenciar os seus efeitos benéficos, que também poderão, eventualmente, existir.

O Governo de Cabo Verde, no contexto pandémico, acionou as seguintes medidas de políticas públicas, tendo em vista a mitigação dos efeitos desta crise multidimensional, a níveis: sanitário, social, económico, ambiental, político-institucional, procurando, assim, abrir uma janela de oportunidades para uma nova aurora:

1. Isolamento Profilático;
2. Lay Off;
3. Teletrabalho;
4. Moratórias;
5. Estágios profissionais;
6. Rendimento Solidário;
7. Subsídios de Desemprego;
8. Medidas de apoio às empresas, nomeadamente:
 - a. Mecanismos de moratórias, junto da banca e do SPE – Setor Público Estatal;
 - b. Créditos de apoio à tesouraria;
 - c. Sistemas de garantias.

Neste pressuposto, entre o tradicional e os novos produtos turísticos, está no horizonte coletivo, o advento de um novo paradigma, no âmbito do qual: Cabo Verde ergueria do confinamento e dos trinta anos de desenvolvimento turístico atrofiado, que afunilou a sua oferta turística para o tradicional produto de sol & praia, promovendo um turismo de massa, canalizado para duas ilhas apenas, dotadas de grandes praias de areia branca, deixando os outros diversos novos produtos turísticos e, conseqüentemente, as oito ilhas, à margem do desenvolvimento turístico. Este “pré

destino” acarretou elevados custos, em termos de sustentabilidade turística, pondo, corolariamente, também, em causa a própria competitividade turística, quando o novo turismo clama por um “turismo diferente”, estribado na autenticidade, dentro de uma nova lógica global de algum necessário distanciamento social.

Nesta altura, todos os *stakeholders* sentem, de forma manifestada e reiterada, uma necessidade urgente de se promover uma diversificação turístico-económica, rumo a um “turismo diferente”, agora em curso.

Este novo paradigma do turismo cabo-verdiano passará, necessariamente, para a promoção de novos produtos turísticos, nomeadamente, o ecoturismo e o turismo cultural, turismo no espaço rural, o turismo de ventos e de negócio, o turismo de saúde e da terceira idade, que poderão contribuir para a complementaridade turística e a validação efetiva do slogan: “Cabo Verde: 1 país, 22 destinos”.

Nesta perspetiva, no novo normal pós-pandémico, o Governo cabo-verdiano está a apostar, fortemente, na retoma económica e do turismo, em particular, tendo o turismo residencial e o alojamento complementar como novos indutores da tão expetada diferenciação e/ou diversificação económica, mas também com o despertar de novos produtos turísticos e de novos destinos internos, fazendo valer alguns recursos estratégicos, que estão há demasiado tempo engavetados, nomeadamente:

1. A Cidade Velha: património mundial da humanidade, desde 26 de junho de 2009, representando o berço da criouldade, pode constituir um recurso turístico inesgotável, se for transformado num efetivo museu vivo, ou num centro interpretativo da história de colonização cabo-verdiana e da génese da criouldade;
2. A Morna: património imaterial cultural da humanidade – UNESCO, desde dezembro de 2019;
3. Uma cultura rica e diversificada, nomeadamente, com as seguintes manifestações: batuque, funaná, coladeira, finason, colá, talaia-baixo, mazurca, a dança, o teatro, o cinema, a literatura, as diferentes formas de manifestação da arte moderna, poderá vir a suportar a edificação deste novo destino em emergência.

4. A diversidade paisagística e de recursos turísticos inexplorados, em todos os concelhos do país, poderão vir a induzir, efetivamente, a complementaridade turística, no seio do princípio: “1 país, 22 destinos”.

Na realidade, Cabo Verde tem assistido, a um crescimento exponencial, principalmente, de um turismo de sol & mar, massificado e de baixo valor acrescentado, limitado a grandes complexos de lazer, no sistema *all inclusive*, que pouco tem contribuído para o efetivo desenvolvimento económico das populações locais. Estando baseado, predominantemente, num sistema *all inclusive*, pouco virado para o interesse local, aparece, no entanto, cada vez mais uma franja maior de turistas que pretende, realmente, fazer um turismo diferente, versado num forte contato com a cultura local, nas suas várias vertentes, proporcionando uma intensa partilha de experiências entre o visitante e o visitado.

Nesta óptica, enquanto fator de desenvolvimento, o turismo deve desempenhar a sua função de ser, mormente, na realidade de um PEID, como Cabo Verde, um indutor privilegiado de um desenvolvimento sustentável, contribuindo assim, para a redução da pobreza e da exclusão social, proporcionando alternativas efetivas de subsistência da população e de competitividade para os agentes económicos locais.

Esta tem sido uma resposta tendencial a um apelo universal cada vez maior para a mudança do perfil do consumidor turístico, para um consumidor responsável, pondo o foco na partilha de experiências, na preservação e valorização dos recursos turísticos locais, tendo a autenticidade como fator diferenciador.

Cabo Verde, face à constante insegurança derivada do terrorismo da COVID-19, vivenciado em muitas paragens, tem beneficiado, sistematicamente, não só da sua estabilidade política, social e, agora, em princípio, também sanitária, a qual, em conjunto com o seu clima ameno e localização geoestratégica privilegiada, têm permitido um fácil e crescente acesso a este destino, por parte de variados países emissores, nomeadamente: europeus, africanos e americanos, transformando-o, assim, num destino apetecível para grande parte dos operadores turísticos, que têm sabido vender os seus pacotes de sol e mar a interessados, em todo o mundo. E se esses interessados, até agora, se contentavam com sol e praia, doravante, começam a surgir

interessados noutros elementos que complementem o sol quente, as praias apetecíveis e a água morna que banha todo o Arquipélago, durante todo o ano.

Começam a emergir produtos, como centros interpretativos / CAT (Centros de Acolhimento Turístico) que têm, como objetivo, a criação de pequenos centros ou unidades turísticas, que irão oferecer aos turistas um leque variado de serviços diferenciados, promovidos pela população local, nomeadamente:

1. Roteiros turísticos temáticos e integrados;
2. Demonstrações culturais, por grupo de animação turístico-cultural organizados, em cada região onde o centro está inserido;
3. Interpretações de factos e de percursos que marcaram a história das Ilhas;
4. Experiências marcantes, através de vivência de atividades que vão desde a produção, preparação ao consumo de diversidades gastronómicas locais;
5. Centros de arte, para a produção, exposição e venda do artesanato local.

Pretende-se que estes projetos inovadores, através de uma oferta turística de alto valor acrescentado, promovido por um conjunto de novos empreendedores sociais a emergir nas diferentes localidades, venham a assumir a liderança no processo de emergência de um destino diferenciado e complementar aos destinos de Sol & Praia, mormente, as ilhas do Sal e da Boa Vista, contribuindo assim, para a sustentabilidade turística nacional.

Nesta perspectiva, a edificação destes projetos nas localidades que constituem centros de referência histórico-cultural e paisagística, envolvendo, de forma sustentável, a população local, que, através dos grupos culturais e recreativos, assumirá a exploração dos referidos centros, acolhendo e servindo os turistas e excursionistas, um banho de cultural, ao sabor da culinária tradicional, poderá, sobremaneira, contribuir para edificação de um novo destino sustentável em emergência.

Estes centros podem ser um instrumento para potenciar o desenvolvimento local, através de criação de espaços de produção, exposição e venda, permanente, de produtos locais (souvenirs), permitindo, igualmente, impulsionar as economias criativas, e ainda, a possibilidade de pernoita, mediante certas condições, nalguns alojamentos locais, a emergir, no âmbito do turismo de habitação.

Estes centros poderão funcionar, também, como elos de ligação entre os turistas e a comunidade local, de modo a promover o turismo cultural, no espaço rural e da natureza, de modo sustentável e que permita haver ganhos palpáveis entre ambas as partes. Nesse sentido, as atividades gastronómico-culturais (restauração e animação turística) terão os habitantes locais como os protagonistas e exploradores.

Podem ser, neste âmbito, criados circuitos turísticos que mostram o encanto da natureza local, integrando pontos turísticos de interesse superior, onde os turistas podem interagir com a população local, apresentando-lhes, não só produtos locais, como também extratos da nossa história, música, dança, teatro, entre outras manifestações culturais.

3.5.3. O desafio da reconstrução da sustentabilidade político-institucional

“Os países não são pobres em virtude da sua geografia ou cultura, nem por os seus líderes não saberem que política enriquecerão os seus cidadãos, (...) continuam hoje a falhar porque “as instituições são extrativas (ao invés de inclusivas) e atuam a favor da sua persistência no processo do círculo vicioso”.

Acemoglu and Al. (2013)

No ponto de vista de Nunes (2001):

Tendo em conta as falhas do mercado, (...) o centro tónico é posto nas instituições. O neo-institucionalismo conduz à reabilitação do Estado. (...) O estado de direito é necessário para que o mercado possa funcionar. A boa governação é fundamental para permitir o jogo do mercado.

Os limites do modelo liberal de democracia são relevantes não somente no contexto africano. Em particular, julgamos que, mesmo no quadro dos países ocidentais onde foi gerado, o modelo representativo tem sido objeto de críticas associadas ao crescente distanciamento das populações face aos processos de decisão política (Oppenheimer, 1998, p. 24).

Chang (2002, p.125) defende que a solução alternativa, passa pelo seguinte: “descobrir diretamente quais dessas instituições “da melhor prática” são adequadas a cada país em desenvolvimento em particular, transplantando-as e observando como se comportam. (...) outra opção seria os países em desenvolvimento aguardarem a evolução natural das instituições. (...) a terceira rota alternativa, a preferida do Autor, que consiste em aprender com a história”.

No entanto, aceitar a existência de uma série de princípios de validade universal não implica, por certo, afirmar a validade de um modelo aplicável a todas as sociedades. (...) A ênfase deverá, portanto, ser colocada sobre o fortalecimento da capacidade de apropriação endógena dos processos democráticos, por contraposição ao mero mimetismo de modelos externos de vocação universalizante (...) tratar-se-á de “africanizar a democracia” ao invés de “democratizar África” (Oppenheimer, 1998, p. 23, citando Anglarill, N. (1997, p1) e Lopes, C. (1997)).

“Africanizar a democracia” significa que cabe às sociedades africanas, e a cada sociedade particular, gerar a sua abordagem própria à problemática da construção democrática. (...) Se substituirmos a noção de “democracia representativa” por “democracia participativa”, apelando designadamente ao conceito de empowerment (ou “capacitação”) dos indivíduos e comunidades, (...) passando a estar em condições de integrar as formas “locais” de organização do poder e de mobilização das populações (Oppenheimer, 1998, p. 24).

Assim, há que se transformar o círculo vicioso das instituições num círculo virtuoso, onde cada país terá as instituições que estejam à altura dos seus sonhos (legítimos), desempenhando os seguintes papéis político-institucionais, de validade quase universal, de modo a induzir, sustentavelmente, o seu processo de desenvolvimento:

1. Formulação de políticas e estratégias;
2. Edificação de um país globalmente competitivo e localmente sustentável, maximizando as vantagens comparativas e competitivas;
3. Garantia da defesa, segurança e do remedeio das falhas;
4. Promoção, construção e defesa de uma imagem comum;
5. Regulamentação, inspeção e protecção dos consumidores;
6. Exercício da acção fiscal, promoção e angariação de assistência financeira necessária à indução do processo de desenvolvimento;
7. Criação de um mecanismo de coordenação dos fluxos energéticos existentes entre o governo e os sectores público e privado;

8. Fornecimento de estatísticas e de informações estratégicas e atualizadas;
9. Estabelecimentos das condições endógenas favoráveis para o crescimento do sector privado (nacional e estrangeiro) e para a ocorrência dos efeitos *spillovers*;
10. Sensibilização pública.

Está nas mãos dessas economias a possibilidade de retraçarem, com recurso ao seu próprio “punho” e aos instrumentos endógenos, o respectivo destino, bebendo, sempre que justificar, no *benchmarking* das práticas efetivamente boas, que já se proliferam neste mundo globalizado. Pois, o comboio do desenvolvimento, desde “ontem” que já se encontra em marcha e os países pequenos em desenvolvimento, tradicionalmente excluídos dessas viagens, têm que se estribar para garantir um lugar na fila da frente. Só assim estarão em condições de proporcionar **felicidade** para a sua gente, esta, que, parafraseando Mia Couto, constitui o único indicador de desenvolvimento verdadeiramente incomensurável.

Neste novo contexto político-institucional, estaria-se, com certeza, a construir um mundo mais humanizado, no qual cada um teria direito a sonhar e a acordar, sorrindo.

Cabo Verde sai dessa crise económica pandémica com as suas instituições muito fragilizadas, marcadas pela crise orçamental e pelo superendividamento público, o que faz com que o respetivo processo de indução de um desenvolvimento que se almeja sustentável, requer uma política de djunta mó, nos contextos interno e externa, de modo a se criar consensos de longo prazo, que permitam a edificação de instituições mais fortes e adoção de políticas mais corretas, para que a eficiência na gestão de recursos públicos, a transparência, a responsabilização e o estado de direito democrático sejam garantidos, independentemente dos sujeitos que estiverem, circunstancialmente, no comando.

Nesta missão coletiva, Cabo Verde deverá dotar-se de uma capacidade endógena que o permita levar todos os seus *stakeholders* e parceiros de desenvolvimento a se focarem no respetivo interesse comunitário local.

Este será, concerteza, o principal desafio da sustentabilidade político-institucional cabo-verdiana no curto, médio e longo prazos.

3.5.3.1. Papel dos *stakeholders* na sustentabilidade turística cabo-verdiana

“Um investimento sólido e potencialmente benéfico requer renúncia, confiança e, acima de tudo, reciprocidade”.

Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 17)

Segundo Hudson (2014), agentes são indivíduos e organizações que buscam interesses particulares, incluindo a elite política; funcionários públicos; partidos políticos; governo local; o judiciário; militar; grupos religiosos; sindicatos; grupos da sociedade civil; a mídia; o sector privado; académicos e doadores.

No contexto de Cabo Verde, existe um conjunto de *stakeholders*, que, com interesse próprio, a nível individual ou coletivo, contribui, por vezes, positivamente, por vezes, nem por isso, para o processo de desenvolvimento nacional.

No concernente ao sector turístico cabo-verdiano, que constitui o objeto da presente investigação, propõe-se o seguinte grupo de *stakeholders*, como a base de atores, sobre a qual se edifica este destino turístico:

1. ANMCV – Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde;
2. Artistas e criadores;
3. Associação das Agências de Viagens e Turismo;
4. Autoridades Marítimas e Portuárias;
5. Cabo Verde Fast Ferry;
6. Cabo Verde Tradeinvest;
7. Câmara do Comércio Indústria e Serviços de Sotavento;
8. Câmara Municipal da Boa Vista;
9. Câmara Municipal da Brava;
10. Câmara Municipal da Praia;
11. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago;
12. Câmara Municipal de Mosteiros;
13. Câmara Municipal de Paúl;
14. Câmara Municipal de Porto Novo;
15. Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santo Antão;
16. Câmara Municipal de S. Filipe;
17. Câmara Municipal de S. Nicolau;

18. Câmara Municipal de S. Vicente;
19. Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago;
20. Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo;
21. Câmara Municipal de Santa Cruz;
22. Câmara Municipal de São Domingos;
23. Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos;
24. Câmara Municipal de São Miguel;
25. Câmara Municipal de São Salvador do Mundo;
26. Câmara Municipal de Tarrafal de Santiago;
27. Câmara Municipal do Maio;
28. Câmara Municipal do Sal;
29. Companhias de Navegação Marítima;
30. CVI - Cabo Verde Interilhas;
31. Delegação da União de Exportadores da CPLP;
32. Escola de Hotelaria e Turismo;
33. Fundação Amílcar Cabral e Cabo-verdiana de Solidariedade;
34. Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo (criado a 21/08/2013);
35. Gabinete do Ministro da Cultura;
36. Gabinete do Ministro do Turismo e Transportes;
37. Igrejas e confissões religiosas;
38. INIDA em São Lourenço dos Órgãos;
39. Inspeção Geral das Atividades Económicas;
40. Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas;
41. Instituto de Estradas;
42. Instituto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual;
43. Instituto de Turismo de Cabo Verde;
44. Instituto do Património Cultural;
45. Operadores económicos e turísticos nacionais e estrangeiros;
46. Plataforma das ONG's;
47. Polícia Nacional e Guarda Municipal;
48. Regiões Sanitárias;
49. TACV / CVA - Cabo Verde Airlines;
50. TICV – Transportes Inter Ilhas de Cabo Verde.

A lista anterior apresenta, de uma forma genérica, os atores, que, direta ou indiretamente, influenciam o pulsar do desenvolvimento turístico em Cabo Verde. Na

referida lista incluem, entre outros: autoridades central e local, operadores turístico-hoteleiros, confissões religiosas, ONG's, IFI's e a própria população civil e seus representantes, que passaram, no contexto de sustentabilidade turística, a desempenhar um papel determinante no processo, que visa materializar a convergência entre as expectativas e necessidades de visitantes e visitados.

Ao filtrar a lista, separando os atores que atuam diretamente na atividade turística daqueles que só indiretamente interferem nessa mesma atividade, ficaremos com o

Quadro 51 – Atores / stakeholders de 1.^a e 2.^a ordens

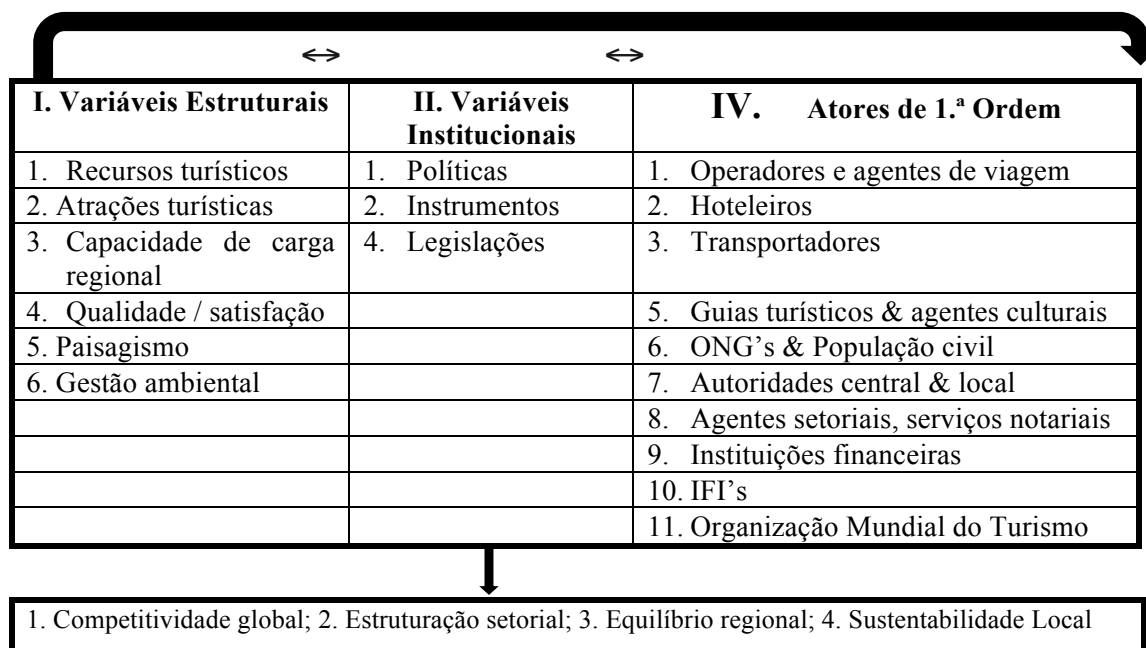
| Atores de 1.^a Ordem | Atores de 2.^a Ordem |
|--|---|
| 1. Operadores e agentes de viagem | 1. Policias e agentes de autoridade |
| 2. Hoteleiros | 2. Operadores económicos intersetoriais |
| 3. Transportadores | 3. Igrejas |
| 4. Guias turísticos & agentes culturais | 4. INE-CV |
| 5. ONG's & População civil | 5. BCV |
| 6. Autoridades central & local | |
| 7. Agentes setoriais, serviços notariais | |
| 8. Instituições financeiras | |
| 9. IFI's | |
| 10. Organização Mundial do Turismo | |

Realça-se o papel das IFI's, das autoridades central e local e das Instituições Financeiras que financiam o sistema. Nesta dimensão, parafraseando a Dr.^a Cristina Duarte da ONU, é preciso pensar-se num sistema financeiro que tenha a ASS e os PEID como prioridade, salvaguardando o interesse local, de modo que os países que os integram não se limitem apenas a gerir a pobreza, mas, também, a ambicionar alcançar e a gerir a riqueza, em prol do bem-estar dos seus agentes locais, de modo que, nesta caminhada 2030 para o nosso futuro comum, ninguém fique efetivamente para trás.

Para o efeito, as autoridades reguladoras e promotoras, mas, acima de tudo, a população civil, deverão, nesta nova abordagem da sustentabilidade turística, aparecer ao lado dos operadores turísticos, para garantirem uma oferta coletiva de produtos e serviços turísticos, em termos de vivência, experiência, acolhimento, gastronomia, animação turística e de venda de souvenir, garantindo, assim, um turismo de maior valor acrescentado, cujos bónus se revertem, em parte, para quem acarreta grande

parte dos ónus multidimensionais desta sensível atividade, como demonstram os dados precedentes.

Quadro 52 - Teia de relações intra e inter-sectoriais do turismo CV

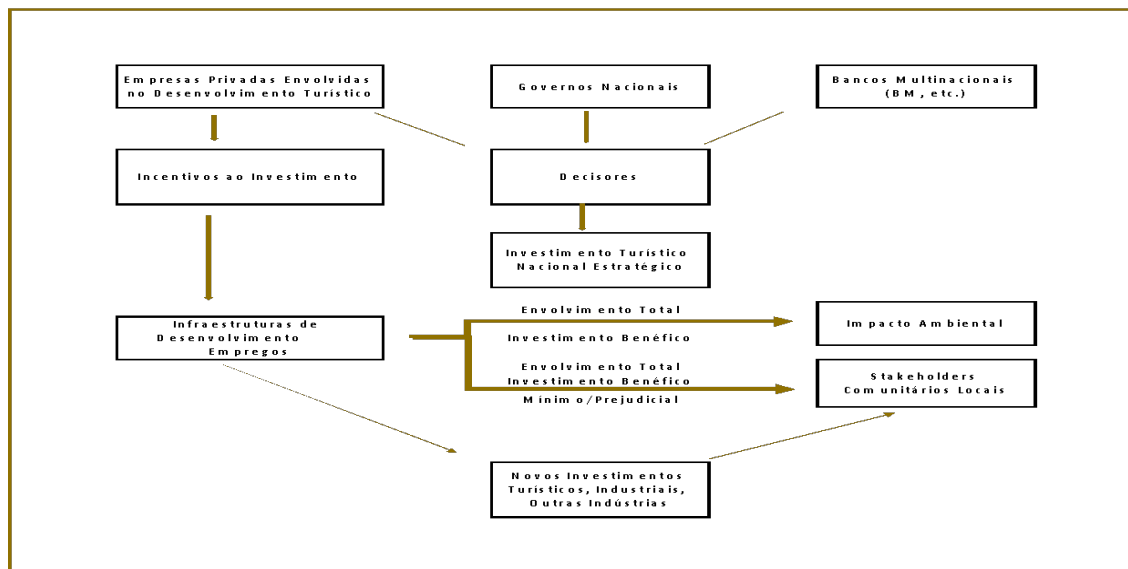


Entende-se que, de uma relação perfeita entre as suas estruturas, as instituições e os atores, Cabo Verde poderá ambicionar, através de um *djunta mó*, ter um destino turístico que consiga um quádruplo objetivo: a competitividade global, a estruturação sectorial, o equilíbrio regional e a sustentabilidade local.

Para o efeito, torna-se relevante o *djunta mó* entre todos os *stakeholders* proposto por Carvalho & Lewis, através do modelo seguinte de drenagem de investimentos em desenvolvimento turístico:

Fig. 26 – Modelo de drenagem de investimento em desenvolvimento turístico

Modelo de Drenagem de Investimento em Desenvolvimento Turístico

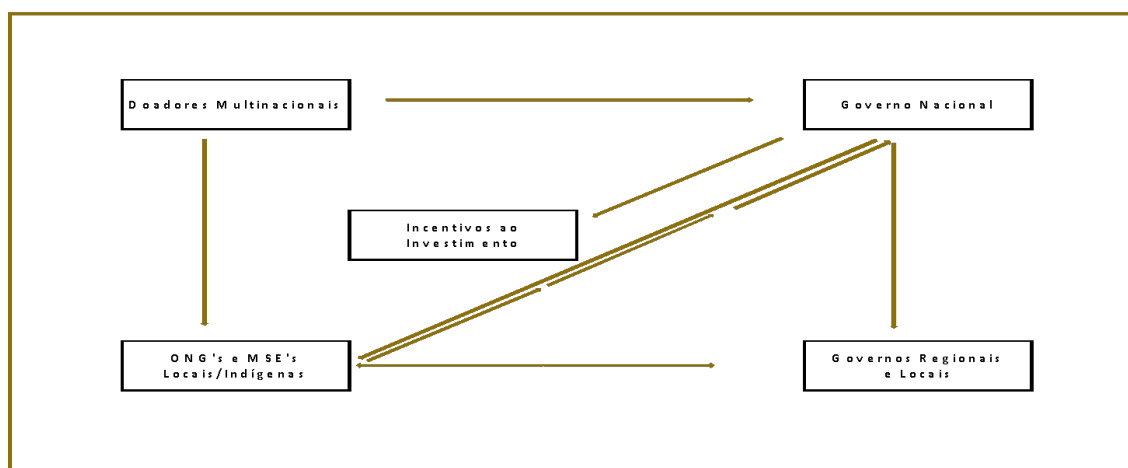


Fonte: Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 11), Adaptado pelo Autor

O modelo anterior demonstra, claramente, que o objetivo do desenvolvimento turístico é coletivo, cabendo a cada *stakeholder* um papel extremamente relevante.

Fig. 27-Modelo de Desenvolvimento Turístico pelos *stakeholders* da comunidade local

Modelo de Desenvolvimento Turístico pelos Stakeholders da Comunidade Local



Fonte: Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 16), Adaptado pelo Autor

Os dois modelos anteriormente apresentados, prevendo um sistema de distribuição e cumprimento dos respetivos papéis por parte todos os *stakeholders*, demonstram que, na linha do pensamento de Carvalho & Lewis (2009: 16):

1. Investidores e políticos devem demonstrar a liderança necessária para criar uma sociedade mais congruente e igualitária.

2. A parceria entre as novas empresas e a população local deve ser incentivada e operacionalizada.
3. É possível ter uma comunidade onde todos os stakeholders sejam respeitados e acolhidos pelo que podem contribuir para a sustentabilidade do setor e da sociedade como um todo.

Numa perspetiva de conjugação dos dois modelos de inter-relações entre os *stakeholders*, torna-se mais fácil a materialização deste quadruplo objetivo, desde a definição de uma visão turística local, integrada na visão global, à captação coletiva de investimentos, permitindo, assim, que cada cabo-verdiano possa almejar um futuro mais risonho: com mais pão, mais água e mais luz.

3.5.3.2. Perspetivas futuras para o turismo cabo-verdiano

Segundo o Programa do Governo da IX Legislatura (2016b), o Turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. A política para o turismo será recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito sectorial e atinja a multi especialização da economia cabo-verdiana. Para o futuro do Turismo em Cabo Verde, o novo Governo eleito, assume os seguintes compromissos:

1. Atingir 1 milhão de turistas estrangeiros por ano até 2021;
2. Crescer em receitas por turista acima da média dos nossos principais concorrentes;
3. Chegar a 2021 no Top 30 dos países mais competitivos do mundo em matéria de turismo (somos hoje o 86.º) e Top 5 em África;
4. Alinhar a fiscalidade no Turismo com os nossos principais concorrentes e criar um ambiente de negócios de excelência;
5. Promover as externalidades do Turismo, através da constelação turismo, abrangendo a agricultura, as pescas, a cultura e o desporto;
6. Reforçar e consolidar o modelo dominante do Turismo de Sol, Praia e Mar em colaboração com os operadores no setor;
7. Adotar uma estratégia de extensão turística, dando especial atenção ao desenvolvimento de novos segmentos como Turismo de Montanha/Ecológico, Cruzeirto e de Eventos / Negócios;
8. Eliminar as principais fraquezas do Turismo cabo-verdiano em sede de segurança,

requalificação urbana, saneamento, promoção internacional do destino, capacitação dos recursos humanos e unificação do mercado interno;

9. Reforçar a articulação entre o Turismo e o Ambiente, visando criar e promover a sustentabilidade no setor;
10. Reforçar a articulação entre o Turismo e a Segurança, visando criar um ambiente onde o turista, os operadores se sentem seguros;
11. Atingir novos mercados, entre outros, o mercado russo.

Esta perspetiva risonha traçada no arranque da IX Legislatura, delineada para o período 2016-2021, seguiu a bom curso, quando foi abruptamente interrompida pela pandemia da COVID-19, a qual, mormente através do turismo, atingiu, de forma indelével, toda a economia cabo-verdiana e todos os cabo-verdianos.

A crise económica pandémica, como anteriormente referenciado, implicou uma quebra de (-) 612 183 turistas entrados em Cabo Verde, em 2020 (207 125), fez com que a procura turística cabo-verdiana passasse para o nível de 2004 (184 738) - 2005 (233.548), com uma oferta ao nível de 2020. Esta discrepância trouxe consequências extremamente nefastas para toda a sociedade cabo-verdiana.

Dado o exposto, impõe-se, para o “novo normal”, o fortalecimento das instituições cabo-verdianas e a adoção de políticas assertivas, tendo em vista a transformação da boa imagem internacional que goza Cabo Verde, refletida nas avaliações infra, num correspondente bem-estar populacional.

Segundo o site <https://www.voaportugues.com/a/angola-melhora-no-%C3%ADndice-ibrahim-mas-ainda-%C3%A9-o-pior-lus%C3%B3fono/5664496.html>, que divulga o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG, nas siglas em inglês), da Fundação Mo Ibrahim:

1. Cabo Verde é o segundo país do índice que mede a governação dos 54 países africanos.
2. Cabo Verde continua a ser o país de língua portuguesa melhor colocado, ao ficar na segunda posição, enquanto Angola é pior, no 43.º lugar em 54 países.
3. Cabo Verde continua a ser o melhor lusófono e mantém o segundo lugar no continente, tendo à frente apenas as Ilhas Maurícias.

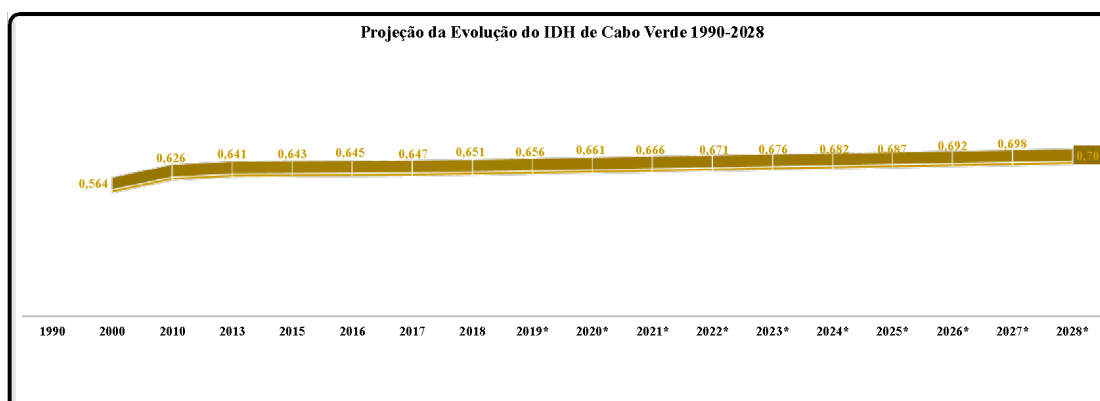
4. O arquipélago registou uma tendência positiva na última década e somou 73,1 pontos, com destaque para o progresso significativo na categoria de bases para as oportunidades económicas.
5. O relatório indica que o arquipélago foi o país com melhor desempenho da África Ocidental.
6. Na mesma região, mas na cauda, está a Guiné-Bissau, que ocupa a 41.^a posição e que, segundo o estudo, mostra sinais preocupantes de declínio recente.
7. O país atingiu 41,4 pontos em 2019, mais 2,8 do que em 2010, mas, apesar de progressos relevantes nas categorias de segurança e Estado de direito e participação, direitos e inclusão", viu a situação deteriorar-se no desenvolvimento humano e nas bases para as oportunidades económicas.

Ao nível do IDH, segundo o Relatório do PNUD (2019), Cabo Verde, estando na posição em 126.^o de entre os 189 países avaliados, a nível do continente africano, encontra-se em 9.^o lugar e em 4.^o lugar, no que concerne à ASS, de acordo com o *ranking* seguinte:

| Ordem | País | Ranking Global |
|--------------|---------------|-----------------------|
| 1. | Seycheles | 62. ^o |
| 2. | Maurícia | 66. ^o |
| 3. | Argélia | 82. ^o |
| 4. | Tunísia | 91. ^o |
| 5. | Botsuana | 94. ^o |
| 6. | Líbia | 110. ^o |
| 7. | África do Sul | 113. ^o |
| 8. | Marrocos | 121. ^o |
| 9. | Cabo Verde | 126. ^o |

Em termos individuais, Cabo Verde tem apresentado um IDH com uma tendência crescente, ao longo do período 1990-2028, como demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 94 – Projeção da evolução do IDH de Cabo Verde 1990-2028



Fonte: PNUD (2019)

Esta ascensão progressiva permitiu a Cabo Verde, em 33 anos como país independente, passar de um PMA para um PDM, trajetória que uns consideram meritória e outros até a apelidam de milagrosa.

No entanto, na revista Turimagazine n.º 40 – (2020: 25-29), José Maria Neves, o novo (5.º) Presidente da República de Cabo Verde, alerta pelo seguinte:

1. O impacto será com certeza devastador. Cabo Verde ascendeu a categoria de país de rendimento médio, mas cumpriu apenas dois dos 3 critérios: o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o PIB *per capita*, mas não cumpriu o critério da vulnerabilidade.
2. Cabo Verde continua a ser um dos países mais vulneráveis do mundo do ponto de vista ambiental e um país também muito vulnerável do ponto de vista económico e financeiro.
3. Cabo Verde por ser um arquipélago, um pequeno estado insular com 10 ilhas dispersas, 9 habitadas, os custos de infraestruturção são elevadíssimos, imagina o que é infraestruturar 9 ilhas distantes e que são micro territórios, depois tem que garantir os transportes marítimos e aéreos, aqui ainda temos grandes constrangimentos que restringem o nosso processo de desenvolvimento e um país que tem uma reduzida capacidade de autofinanciamento e de endividamento.

Nesta perspetiva, Cabo Verde enfrenta grandes desafios para continuar, no “novo normal”, a induzir o respetivo processo de desenvolvimento.

3.5.3.3. Os grandes desafios político-institucionais cabo-verdianas

Segundo Carvalho (2009):

1. O turismo é uma coisa boa, por vários motivos:

- a. Investimento que induz
 - b. Desenvolvimento de infraestruturas
 - c. Criação de empregos
 - d. Experiência transcultural
 - e. Oportunidade de aprendizagem.
2. O turismo é, também, uma coisa má, às vezes, pelos seguintes motivos:
- a. Vazamento de receita
 - b. Consumo de recursos naturais e degradação ambiental
 - c. Pode ser explorador da população local
 - d. Frequentemente apóia um sistema de desigualdade ao privar a população local de acesso a atrações turísticas
 - e. Todas as partes interessadas não são tomadores de decisão e não se beneficiam economicamente.

Cabo Verde tem, neste contexto, a responsabilidade de induzir um desenvolvimento turístico que consiga, por um lado, maximizar os efeitos benéficos e, por outro, minimizar os efeitos maléficos do turismo.

Para o efeito, Cabo Verde goza de facto, de uma boa imagem internacional, como testemunha José Maria Neves, na Revista Turimagazine n.º 40 (2020: 25-29):

1. Em 2015 Cabo Verde foi destacado como uma referência. Cabo Verde é também referência em termos das liberdades económicas, da liberdade de imprensa, da boa governação, da democracia. E portanto, os grandes ganhos da independência são a criação do Estado de Cabo Verde e o lançamento dos alicerces para o desenvolvimento. Nós temos instituições que funcionam em Cabo Verde.
2. É claro que temos ainda muita pobreza, desigualdades sociais e regionais, temos taxas elevadas de desemprego e temos ainda muitas vulnerabilidades económicas, sociais e ecológicas. Essas dificuldades, esses constrangimentos restritivos ao nosso desenvolvimento devem servir-nos agora de desafios para os próximos 45 anos.
3. Então nós definimos uma visão para Cabo Verde, queríamos construir um país moderno, inclusivo, com oportunidades partilhadas por todos, um país com crescimento inclusivo e com sustentabilidade ambiental, e a partir daí definimos a estratégia de transformação de Cabo Verde num Centro Internacional de Prestação de Serviços.
4. Escolhemos o Turismo como o motor de crescimento, e a partir do Turismo desenvolver outros setores como o domínio dos transportes aéreos e marítimos, tudo o que está relacionado com o mar, as pescas, as indústrias, a produção da água, a

investigação, toda a problemática da segurança marítima, o agronegócio, as TIC, o aeronegócio.

5. Mas para isso tínhamos primeiro que infraestruturar o país, daí o mais ambicioso programa de infraestrutura, sem infraestruturas não é possível o desenvolvimento do turismo e dos outros setores como os transportes, as pescas, as indústrias, o agronegócio. Portanto um amplo programa de infraestruturação: estradas, portos, aeroportos, água, saneamento, eletrificação, telecomunicações, escolas, hospitais, centros de saúde, centros de formação profissional, liceus, universidades, etc.
6. 15 anos depois, em 2015, o país deu efectivamente um grande salto.
7. Era preciso investir fortemente no capital humano, daí a construção de novos liceus não só para combater as assimetrias regionais, mas, também, para garantir oportunidades para todos estudarem, e também a criação da universidade pública de Cabo Verde, o fomento e apoio às universidades privadas e o desenvolvimento das instituições.

No entanto, esta salutar estratégia de infraestruturação, quase consensual entre os cabo-verdianos, deixou o país num nível de endividamento potencialmente insustentável, o qual atingiu, atualmente, com a crise pandémica a cerca de 156% do PIB, segundo os dados do BCV (2021), referente ao ano de 2020, quando o país tem, ainda, quase tudo por fazer.

Neste contexto, equaciona-se os grandes desafios que Cabo Verde deverá enfrentar ao longo dos próximos anos, nomeadamente, no âmbito da sua ambição 2030. Neste quesito, apresenta-se, seguidamente, as questões que merecerão uma atenção redobrada, a curto, médio e longo prazos:

1. Inserção de Cabo Verde na dinâmica da economia global – no âmbito desta importante questão, segundo a Revista Turimagazine N.º 40 (2020: 25-29), o novo Presidente da República defende, que:

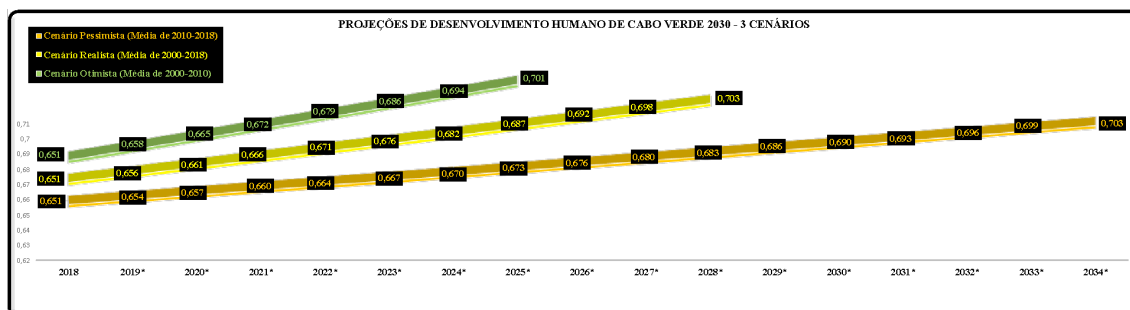
- a. Cabo Verde só tem importância estratégica se estiver inserido em África, particularmente, na nossa sub-região.
- b. Cabo Verde tem de reforçar a sua inserção competitiva na CEDEAO e no continente Africano. O futuro de Cabo Verde passa por uma presença muito mais forte em África.
- c. Mas, Cabo Verde deve explorar cada vez mais a sua abertura ao mundo, o seu cosmopolitismo e a sua vocação de país ponte, entre as Américas, a África e a Europa.

- d. Reforçando as relações aqui na sua vizinhança, não só CEDEAO, como também Mauritânia, Marrocos, Angola, África do Sul, Brasil, EUA, com ilhas da Macaronésia, com a União Europeia, com a Ásia, refiro-me à China, ao Japão, à Singapura, à Coreia do Sul, e reforçar também as relações com o Golfo Pérsico, e os países Árabes em geral.
- e. Cabo Verde é um país africano atlântico e com uma vocação de grande abertura para o mundo. Com os pés fincados em África, ancorados no continente africano, deve poder diversificar as suas relações e assumir claramente a sua vocação de um país cosmopolita e aberto ao mundo, que se relaciona com os espaços económicos vitais e fundamentais para o futuro da humanidade.

Nesta perspectiva do novo Presidente da República recém-eleito, Cabo Verde deve apostar no seu estatuto, mas, acima de tudo, na sua vocação como país-plataforma, estabelecendo a ponte entre a África, a Europa e as Américas, sem descurar alguma ligação com o mundo oriental.

Seguindo esta estratégia, segundo as nossas projeções, Cabo Verde poderá ambicionar atingir o estatuto de país desenvolvido, em função dos três cenários seguintes:

Gráfico 95 – Projeção da evolução de Cabo Verde segundo três cenários



Fonte: PNUD (2019), adaptado pelo Autor

Segundo estas projeções, Cabo Verde poderá atingir a graduação ao PD – País Desenvolvido, em função dos três cenários seguintes possíveis:

- a. **Em 2025 – segundo um cenário otimista** (se conseguir repetir a melhor média de crescimento do IDH que registou entre 2000-2010);
- b. **Em 2028 – segundo um cenário mais realista** (se conseguir repetir a média de crescimento do IDH que registou entre 2000-2018);
- c. **Em 2034 – segundo um cenário pessimista** (se se conseguir repetir a pior média

de crescimento do IDH que registou entre 2010-2010).

2. **Integridade territorial** – o crescimento económico alcançado até agora, mormente, no setor turístico, no âmbito do qual se conseguiu experimentar um crescimento exponencial, proporcionou, paradoxalmente, um desequilíbrio regional, uma desestruturação setorial, alguns fortes sinais de insustentabilidade local, o que, cumulativamente, poderá fazer perigar a integridade territorial, esta que constitui um dos principais preceitos constitucionais. Assim, num contexto, em que existe um descontentamento regional latente, pelo facto do desenvolvimento tender a ser só privilégio de alguns, caberá, aos diferentes órgãos de soberania, manter uma vigilância apertada sobre todos esses sinais de alerta, de modo que Cabo Verde consiga atingir a sua ambição 2030, com tudo e com todos.
3. **Independência nacional** – parafraseando os economistas do desenvolvimento, a independência económica, ao contrário da independência política, ela não se conquista só com um simples decreto, ela requer, sim, um árduo trabalho, muita capacidade de resistência e de resiliência, mormente num PEIDARIAM, como é o caso de Cabo Verde. Este estatuto não pode ser entendido como algo irreversível, se nada for feito em prol, da sua manutenção e extensão multidimensional.
4. **Democracia** – constitui uma conquista alcançada pelo povo das Ilhas, a 13 de janeiro de 1991, por intermédio de um modelo ocidental, imposto de fora para dentro, o qual foi, no entanto endogeneizado, ao ponto do novo Presidente da República de Cabo Verde ter defendido, na sua toma de posse que: “na linha de pensamento de Norberto Bobbio: a democracia, em Cabo Verde, já é um costume”.

No entanto, essa conquista, em Cabo Verde, não pode ser encerrada, também, como irreversível, pelas seguintes razões referenciadas pelo mesmo autor, em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-democracia-moderna-na-concepcao-de-norberto-bobbio/>, que consiste no seguinte:

1. A democracia, para Norberto Bobbio, caracteriza-se pela constituição pactuada de um conjunto de regras fundamentais que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Tais regras são denominadas por Bobbio como universais processuais:

“1) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária sem distinção de raça, religião, condição económica, sexo, devem gozar de direitos políticos [...]; 2) o

voto de todo o cidadão deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar [...]; 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções [...]; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica [...]; 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria [...].”

Cabo Verde, sendo um PEI – Pequeno Estado Insular, arquipelágico e relativamente isolado, por estar geograficamente localizado na costa ocidental da África, sob a influência do Sahel e dotado de poucos recursos naturais, financeiros e humanos, procurou, ao longo da sua história, na extroversão económica a solução para os seus críticos problemas de vulnerabilidade existencial. Este percurso histórico acabou também por o moldar num perfil adicional, o de país importador.

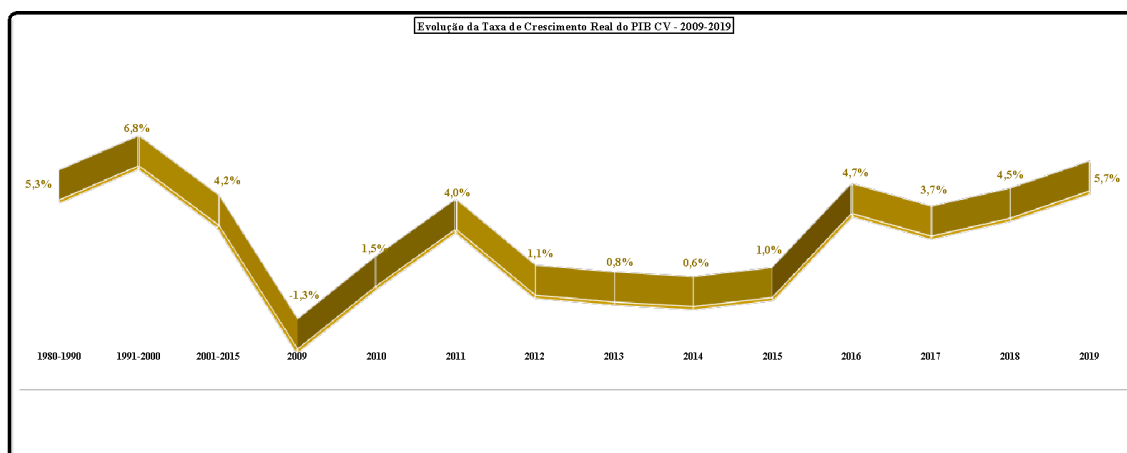
Sendo dotado de poucos recursos naturais, Cabo Verde procurou, ao longo dos cinco séculos sob o jugo colonial e, no pós-independência de 5 de julho de 1975, paradoxo e teimosamente, especializar-se em setores nos quais, por dependerem de fatores exógenos / incontroláveis (como p. ex. as chuvas), não lhe proporcionavam a necessária vantagem competitiva, neste mundo globalizado, crescentemente concorrencial. Assim, num contexto de acentuada vulnerabilidade das “Ilhas”, estas, através de uma luta titânica para fugir ao ciclo vicioso da pobreza, têm procurado, incessantemente, refúgio nos recursos nos quais detinham/detêm menor desvantagem competitiva.

Para o efeito, durante os primeiros quinze anos da sua independência, o país foi governado por um partido único, que conseguiu, meritoriamente, fazer uma difícil transição de um país inviável para um país possível, apostando, estrategicamente, na reciclagem exemplar da APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da remessa dos emigrantes. Uma luta titânica e meritória, urdida por um Estado forte, que abriu a Cabo Verde as portas de um mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

A partir da década de abertura política, ocorrida a 13 de janeiro de 1991, com um modelo de governação de cariz mais liberal, Cabo Verde começou a experimentar a diversificação da sua atividade económica, a atração do IDE, a emergência de um tímido setor privado nacional e a eleição do turismo como o motor da economia nacional.

Se se trazer a dicotomia Estado vs. Mercado para o contexto cabo-verdiano, onde a mesma é ainda bastante ventilada, devido às hipotéticas ideologias partidárias, mormente, do PAICV¹⁹¹ e do MPD¹⁹², dois partidos do arco do poder, os efeitos dessas ideologias ao nível do crescimento médio do PIB, durante o período pós-colonial, são refletidos no gráfico seguinte:

Gráfico 96 – Evolução da taxa de crescimento real do PIB-CV – 2009-2019



Fonte: BM + BCV 2018 + REE 2019 - BCV (2020:53)

Através desta análise retrospectiva, pode-se observar que, apesar das diferenças não serem tão marcantes, efetivamente, o perfil de cada um dos partidos é um pouco refletido numa maior infraestruturização pública verificada durante as seis legislaturas que estiveram a cargo do PAIGC/PAICV (ver o quadro seguinte), deixando transparecer um maior peso do Estado e uma maior taxa de crescimento médio da economia, com um valor na ordem de 5,1% (contra os 4,8% do PAIGC/PAICV) verificada nos quatros mandatos do MPD (ver o quadro seguinte), fazendo transparecer uma certa primazia dada ao mercado.

Nesta perspetiva, Cabo Verde, após quarenta e seis anos de percurso como país independente vê-se, atualmente, na contingência de depositar no seu sector turístico quase toda a sua aposta e esperança, na expectativa de um dia, poder oferecer mais felicidade aos “filhos da terra”.

No entanto, independentemente do setor que foi considerado estratégico, ao longo desse percurso, meritoriamente percorrido por Cabo Verde independente, os

¹⁹¹ Partido com um posicionamento mais à esquerda.

¹⁹² Partido com um posionamento mais à direita.

sucessivos governos (imunes às alternâncias) vêm apostando, de forma incondicional, na educação do Homem cabo-verdiano, transformando-a no seu *input* primário de desenvolvimento endógeno, reservando um lugar estratégico para o fator conhecimento, estratégia coletiva que constitui um dos poucos consensos de longo prazo vigentes na nossa realidade. Por isso, todas as sucessivas estratégias de desenvolvimento nacional foram diretamente ancoradas numa forte aposta no desenvolvimento humano, vista como a única via possível para a libertação do Homem cabo-verdiano do jugo externo, da miséria (mormente espiritual), do fatalismo e de um destino pré-traçado.

Neste pressuposto, graças a um perfil impar dos seus recursos humanos, Cabo Verde, trinta e três anos na condução do seu próprio destino como país independente, conseguiu ascender de um PMA – País Menos Avançado a um PDM – País de (Desenvolvimento) Rendimento Médio e materializar os ODM, ambicionando, nesta nova largada, atingir, até 2030, os ODS.

Um outro fator desenvolvimentista, que constitui um denominador comum digno de realce nesta curta trajetória foi, sem dúvida, a estabilidade política, com reflexos visíveis a nível da ascensão socioeconómica dos cabo-verdianos, como é refletida no quadro seguinte:

Quadro 53. Ciclos políticos em Cabo Verde – 1975-2021

Ciclos Políticos em Cabo Verde 1975 - 2021

| LEGISLATURA | PERÍODO | PAIGC/PAICV | MPD |
|-------------|-----------|------------------|---------------------|
| I | 1975-1980 | Partido Único | |
| II | 1980-1985 | | |
| III | 1985-1991 | | |
| IV | 1991-1996 | | Maioria Qualificada |
| V | 1996-2001 | | Maioria Qualificada |
| VI | 2001-2006 | Maioria Absoluta | |
| VII | 2006-2011 | Maioria Absoluta | |
| VIII | 2011-2016 | Maioria Absoluta | |
| IX | 2016-2021 | | Maioria Absoluta |

Fonte: Costa (2020)

Um quadro de estabilidade política, sem espaço para maiorias relativas e muito menos para as gerigonças, dos governos minoritários, que têm feito moda noutras paragens, tem constituído um recurso estratégico para este pequeno estado insular, transformando-o numa grande referência mundial, ombreando (embora com quase tudo ainda por fazer) mesmo, politicamente, com os seus, atuais, companheiros de caminhada que, outrora, os apelidava, “respeitosamente” de metrópoles.

No ano de 2021, o país realizou três eleições:

- a. **Legislativas, em março de 2021**, as quais foram ganhas pelo MPD, com maioria absoluta;
- b. **Autárquicas, em outubro de 2021**, as quais foram, também, ganhas pelo MPD. Mas, há a registrar que o PAICV recuperou Câmaras simbólicas, como: a da Praia, de S. Domingos, do Tarrafal de Santiago, da Cidade Velha, da Boa Vista e a de S. Filipe, tendo passado de duas para oito das vinte e duas câmaras municipais;
- c. **Presidenciais, em outubro de 2021**, para as quais concorreram, pela primeira vez, sete candidatos, tendo o candidato Dr. José Maria Neves ganho na primeira volta, fragilizando, assim, todos os outros candidatos, mormente, o candidato apoiado pelo MPD, Carlos Veiga.

No entanto, em paralelo com esta aparente calma e estabilidade, existem alguns fenómenos, que todos os partidos com assento parlamentar têm denunciado e exigir, unanimemente, responsáveis pavaricadores, nomeadamente:

- a. **Compra de votos** ou de consciência, tanto para se votar, como para não votar, o que contraria, significativamente, os preceitos defendidos por Noberto Bobbio;
- b. **Voto pago** - criação de uma tendência crescente, de que só se vota se for pago;
- c. **Máquina partidária** - com meios de proveniência duvidosa, conseguem aniquilar, com essa desproporção de meios, qualquer adversário;
- d. **Abstenção** - a atingir, segundo os dados da CNE-CV, cerca de 52% nas últimas presidenciais e de 64%, nas legislativas anteriores.

Neste contexto, é importante que não se contenta apenas com as formais avaliações externas da nossa democracia, mas sim, que se entre nos meandros do nosso sistema democrático, para se entender o porquê dos eleitores terem deixado de se identificar com os eleitos.

Este eventual divórcio entre os eleitores e os eleitos pode fazer perigar a sobrevivência do sistema democrático e, conseqüentemente, a própria sustentabilidade político-institucional.

Entretanto, face a um ambiente externo que não tem dado sinais de bonança, uma vez

que, na atual conjuntura marcada por uma rivalidade concorrencial ímpar entre as grandes potências económicas, nomeadamente: os EUA, a China e a UE, está pré-anunciado o recrudescimento de uma nova crise económico-financeira, desta feita, pandémica, antes de uma completa recuperação global da anterior crise *suprime*, desencadeada em 2008.

O Governo cabo-verdiano da IX Legislatura, para fazer face aos novos sinais dos tempos e aos novos desafios do futuro, elegeu, para o horizonte de 2021, nomeadamente, as seguintes ações estratégicas para a economia nacional:

1. **Aumento do rendimento disponível das famílias para combater a pobreza extrema** – Um dos grandes desafios da economia cabo-verdiana, num contexto em que a tendência natural é que cada um faça da fraqueza alheia força;
2. **Promoção de políticas ativas de emprego e resolução do problema de financiamento das empresas** – uma opção estratégica, quando se encontra consensualmente convencionado que devem ser as empresas as empregadoras privilegiadas e, logicamente, as mais bem posicionadas para garantir um emprego condigno a todos, facilitando o cumprimento de um dos dezassete ODS. Para o efeito, a correlação entre o financiamento para investimento produtivo e o emprego condigno deve ser positivamente otimizada. Neste desiderato, a SCC, pelas suas capacidades transformadora e empregadora, poderá ser um parceiro estratégico do Governo;
3. **A promoção da qualidade e da cultura de resultados** – Uma mudança do *chip* que urge ser introduzida no contexto cabo-verdiano, para que as nossas elevadas expectativas possam se cruzar, algures, com a nossa produtividade efetiva e com a nossa capacidade competitiva global;
4. **Maior atenção à problemática de um pequeno país insular** – As vulnerabilidades que afetam os PEI não são compatíveis com os ODS. Neste sentido, o desafio da indução de um desenvolvimento sustentável num contexto de insularidade constitui, paulatinamente, um desígnio coletivo, sendo imperativa a conquista de um estatuto especial para estes países;

5. **Novo modelo de crescimento económico** – responsável, inclusivo e indutor de uma prosperidade coletiva.

São estes novos sinais que deverão servir de farol também para o novo governo de Cabo Verde, norteando-o na sua marcha para o futuro, procurando ter, sempre, “vento a favor e alguma luz no horizonte”.

Cabo Verde tem desenvolvido um sistema democrático avaliado como sendo uma das melhores a nível mundial, estando mesmo na linha da frente nas regiões onde se encontra inserido, nomeadamente: a nível da CEDEAO e da CPLP. Prova disso, foi a lição que conseguiu dar ao mundo, nas últimas eleições presidenciais, quando às 21h00, três horas após o fecho das urnas a nível nacional, já tinham sido divulgados os resultados provisórios e todos os candidatos adversários já tinham aceite a derrota e felicitado o candidato vencedor.

No entanto, como não “há bela sem senão”, a democracia cabo-verdiana padece das referidas mazelas e vulnerabilidades crónicas, as quais carecem de uma séria reflexão nacional, de modo que sejam, coletivamente, redefinidas novas condições de redescolagem rumo a um desenvolvimento que se almeja globalmente competitivo, setorialmente estruturado, regionalmente equilibrado e localmente sustentável.

Síntese do subcapítulo

A título de uma ligeira conclusão, podemos aferir que ficou devidamente demonstrado que:

1. A questão político-institucional, por estar direta ou indiretamente conectada com todas as dimensões de um processo de desenvolvimento, constitui, em qualquer latitude, um F.C.S. - Fator Crítico de Sucesso (ou Insucesso) de qualquer estado;
2. Não existem destinos pré-determinados, os mesmos podem ser retraçados, todos os dias (e sempre), pelos próprios destinatários. Cabo Verde é um exemplo vivo dessa crença. Por isso, não obstante uma relativa fraqueza político-institucional de Cabo Verde, o facto dos processos de aprendizagem e de contágio serem recíprocos, existem experiências salutares vivenciadas neste PEID que podem também ser socializadas do “Sul para o Norte”;
3. As experiências de sucesso vivenciadas, noutros contextos espaço-temporais, são sempre profícuas como meio de aprendizagem. Mas nunca impostas, como verdade absoluta, independentemente das sensibilidades locais e das especificidades do meio envolvente;
4. Os PVD's, mormente os PEID, por não disporem, na sua larga maioria, de capacidade endógena para induzirem, a partir de dentro, o seu processo de desenvolvimento, ficam sujeitos à imposição de “projetores” externos, que, a partir de fora, iluminam o caminho, mas, por vezes, ofuscam / escondem grandes precipícios. Cabo Verde tem sabido fintar um destino pré-traçado;
5. A aprendizagem com a história dos PD's recomendada, também não está isenta de risco de inadequação / de falhanço. Pois, os contextos espaço-temporais de desenvolvimento dos quatro grupos de países diferem significativamente, não permitindo assim, uma simples rebobinagem de um filme já visto. Entende-se que a solução efetivamente alternativa passará pelo desenvolvimento de uma capacidade endógena de pensamento político-institucional, criando instituições próprias, ainda que recauchutadas de alguma antecessora, mas que estejam recentradas na realidade local e focadas num proeminente processo sustentável de desenvolvimento desses países;

6. Desenvolvimento sustentável é necessário para todos nós, mas ele **deve** ser definido, diferentemente, para cada e para todas as culturas. Neste contexto, cabe aos PVD's, o exigente desafio de expurgar do atual modelo ocidental todos os benefícios e ensinamentos transplantáveis para a respetiva realidade político-institucional local, edificando o seu próprio modelo, nomeadamente, ao nível da democracia, quiçá, mais participativa de que representativa, dorsado nas formas de pensar, de sentir e de agir da sua gente, isto é. no pulsar local;
7. Essa refundação político-institucional poderá requerer como medida prioritária a edificação de sólidas instituições financeiras, que sejam alternativas às atuais IFI's, tendo como foco principal a solução para os países do “Sul”. Caso contrário, os condicionalismos internos e externos se encarregarão de hipotecar os nobres ODS, para uma grande maioria dos PVD's, mormente os PEID da ASS;
8. Há que romper o círculo vicioso, das instituições, num estado completamente ausente. Não se pode conformar com a profecia de Zezé di Nha Reinalda, que contesta o facto de ser “acendida sempre a mesma vela depois da telenovela”, quando, de facto, existe muito mais “luz, atrás do cortinado”;
9. Assim sendo, espera-se terem sido demonstradas algumas das hipóteses de investigação, confirmando de facto, que as políticas, as estruturas, as instituições e os atores, sendo a bússola que guia o nosso destino coletivo, não passam de meras variáveis, dependentes de uma multiplicidades de outras, mormente, dos condicionalismos internos e externos, que influenciam, decisivamente, os ODS e, conseqüentemente, a felicidade de cada um de nós;
10. Cabo Verde conseguiu, em cerca de 33 anos como estado independente, passar de um país inviável, a um PMA e, finalmente, a um PDM, no seu percurso para um “país-plataforma”. Para o efeito, muitos autores / *stakeholders* e instituições tiveram um papel crucial no processo, implementando medidas e políticas que concorreram para que as diferentes estruturas geo-ambiental, económica, sociocultural, turística, político-institucional e ideológica, estivessem ao serviço de uma nova aurora para o povo das “Ilhas”.

3.6. Análise SWOT do destino Cabo Verde no pós-pandemia da COVID-19

Introdução

Do resultado da investigação realizada, procurou-se apresentar uma proposta de análise SWOT do destino Cabo Verde, no âmbito do “novo normal”, analisando, de forma desagregada, cada micro destino investigado, identificando os respetivos pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e as ameaças lhes estão associadas, nesta nova conjuntura global.

=//=

3.6.1. Caracterização de Cabo Verde no atual contexto

Segundo <http://www.embcv.org.br/portal/ilhas-de-cabo-verde/>, Cabo Verde é caracterizado nos seguintes termos:

1. **Dados principais:**
 - Nome oficial: República de Cabo Verde.
 - Nacionalidade: Caboverdiana.
 - Data nacional: 5 de julho (Independência).
 - Capital: Cidade de Praia.
 - Cidades principais: Cidade de Praia (113.364); Mindelo (70.611), São Felipe (8.189)
 - Idioma: português (oficial), crioulo.
 - Religião: cristianismo 100% (católicos 95,9%, protestantes e outras 4,1%) (1995).
2. **Geografia:**
 - Localização: oeste da África, oceano Atlântico.
 - Hora local: + 1h. Área: 4.033 km².
 - Clima: tropical.
3. **População:**
 - Total: 560,899 sendo crioulos 71%, grupos étnicos autóctones 28%, europeus ibéricos 1%.
 - Densidade: 106,12 hab./km²
4. **Política:**
 - Forma de governo: República parlamentarista.
 - Divisão administrativa: 9 ilhas e 14 condados.
 - Principais partidos: Movimento para a Democracia (MPD), Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).
 - Legislativo: unicameral – Assembléia Nacional, com 72 membros eleitos por voto direto para mandatos de 5 anos.
 - Constituição em vigor: 1992.

Nome: República de Cabo Verde

Capital: Praia (Ilha de Santiago)

Data nacional: 5 de julho de 1975 (independência)

Sistema Político: Democracia parlamentar, Sufrágio universal; Representação proporcional dos distritos eleitorais; Separação dos poderes do Estado.

Chefe de Estado: Presidente da República – mandato de cinco anos.

Poder Executivo: Primeiro Ministro (Chefe do Governo, designado pelo Presidente da República com base nos resultados eleitorais e após consulta às forças políticas com assento parlamentar) e Conselho de Ministros.

Poder Legislativo: Parlamento Unicameral (Assembleia Nacional), composto de 72 deputados eleitos por cinco anos.

5. **Poder Judicial:**

Tipos de Tribunais: Supremo Tribunal da Justiça e Tribunais Judiciais de Primeira Instância (a Constituição consagra a possibilidade da existência de Tribunais de Segunda Instância);

Tribunal de Contas;

Tribunais Militares;

Tribunais Fiscais e Aduaneiros e Tribunais Administrativos.

O Supremo Tribunal é composto por um mínimo de cinco Juizes dos quais um é designado pelo Presidente, um é eleito pela Assembleia Nacional e os demais pelo Conselho Supremo dos Magistrados. A lei poderá criar tribunais especializados “*ratione materiae*”. É constitucionalmente proibida a existência de tribunais de exceção. Sem prejuízo dos tribunais militares, não pode haver tribunais especiais para o julgamento de determinadas categorias de crimes ou de pessoas.

Sistema Jurídico: Direito Romano. Separação da Igreja e do Estado, liberdade de religião, Garantia constitucional das liberdades fundamentais e dos direitos do indivíduo.

No que concerne ao potencial turístico de Cabo Verde, segundo a mesma fonte:

1. Ao contrário do que se possa pensar, Cabo Verde não é apenas praia e sol. O visitante que chega ao arquipélago poderá sair de umas águas lípidas e mornas para logo, em seguida, escalar uma montanha, percorrer percursos pedestres ou ainda passear deliciando-se com a diversidade da cultura crioula.
2. Insularidade, localização geográfica, amenidade do clima, recursos naturais virgens, contrastes paisagistas e estabilidade social são fatores que fazem de Cabo Verde um destino turístico por excelência.
3. Com três grupos de ilhas claramente identificadas (praia, montanha e praia e montanha), Cabo Verde é um destino essencialmente de descanso devido à

tranquilidade dos seus lugares e do seu próprio povo. No entanto, o produto de praia e mar é, sem dúvida, o produto mais conhecido, não fosse este país um arquipélago.

4. Com praias de areia branca e águas tépidas e transparentes, as ilhas orientais, Sal, Boa Vista e Maio, oferecem as suas longas costas para todo o tipo de atividade cujo fator comum é o mar. O denominado turismo de circuitos encontra caminho em muitas ilhas. Entre uma praia e uma montanha, passando por vales verdes ou áridos de uma beleza própria, o visitante tem a sua disposição um naípe alargado de trajetos, que, pela a sua diversidade, garantem um produto de muita qualidade.
5. Ilhas como S. Nicolau, S. Vicente e Santiago são recomendadas pelos contrastes paisagísticos que oferecem.
6. Santo Antão, Fogo e Brava, ilhas montanhosas, despertaram também o interesse dos turistas amantes de escaladas, percursos pedestres ou mesmo a cavalo. É o turismo ecológico, da natureza ganhando terreno num país ainda virgem e onde o “culto” de ecologia é tão natural como o ar sem poluição que se respira em todo o arquipélago.
7. A música, principal embaixadora de Cabo Verde, além fronteiras, também é outro dos aspectos que atrai muitos turistas a Cabo Verde sobretudo nos festivais de verão que aparecem um pouco por todas as ilhas, tais como o Festival da Baía das Gatas em S.Vicente, o festival de Gamboa em Santiago ou ainda o Festival de Santa Maria, no Sal.
8. O artesanato é outro subproduto muito apreciado, dos produtos de barro à panaria, passando pela pintura e outras manifestações.
9. Conhecer Cabo Verde é principalmente conhecer os seus hábitos e costumes evidenciados nas festas tradicionais espalhadas por todos os recantos do país. Podemos realçar o Carnaval de Mindelo, que atrai dezenas de turistas anualmente.
10. Como se pode constatar, o Cabo Verde turístico não se esgota no sol e na praia. Os produtos turísticos que o país oferece multiplicam-se pelas ilhas, sob o manto protetor da estabilidade política e social sempre reinante que por si só já é um produto de qualidade ímpar.

Nesta linha de pensamento, o site em apreço apresenta as seguintes oportunidades principais de negócios a serem desenvolvidas em Cabo Verde:

1. Hotéis, Resorts e Similares;
2. Transporte aéreo “Low cost”;
3. MICE;
4. Turismo rural e Ecoturismo;
5. Turismo de Cruzeiros;
6. Desportos náuticos, Tracking;
7. Turismo de Saúde.

Nesta perspectiva de <http://www.embcv.org.br/portal/ilhas-de-cabo-verde/>, pode-se fazer uma ligeira apresentação de cada ilha e das respectivas potencialidades turísticas, para que se possa, seguidamente, fazer a respetiva análise SWOT:

1. **Santo Antão**

É uma das 9 ilhas habitadas de Cabo Verde, localizada no grupo chamado de Barlavento, com aproximadamente 40 km de extensão longitudinal e cerca de 20 km de largura, perfazendo uma superfície de 779 km², a segunda maior ilha. A sua população é de 47.000 habitantes. Santo Antão é a ilha mais ocidental do arquipélago e também mais setentrional. O nome foi dado por seus descobridores antes de 1500, em consonância com o santo do dia da descoberta, da mesma forma que ocorreu com as outras ilhas do grupo: São Vicente, São Nicolau e Santa Luzia.

2. **São Vicente**

É uma ilha pequena comparando com outras, tem 227 km² de superfície. É, no entanto, a segunda mais povoada com 67.163 ¹⁹³habitantes. Aqui situa-se a segunda maior cidade de Cabo Verde, o Mindelo. Descoberta no dia de São Vicente, a 22 de janeiro de 1462, foi praticamente desabitada até meados do século XIX¹⁹⁴. Mindelo, a capital da ilha, desenvolveu-se através da atividade portuária.

Os arredores de Mindelo, proporcionam paisagens surpreendentes, em particular a praia da Baía das Gatas, o miradouro Craveiro Lopes, o Monte Verde, o Morro Branco, a Ponta João Ribeiro e o Monte Cara. O Carnaval e o Festival de Música da Baía das Gatas, realizado no primeiro fim de semana de lua cheia no mês de agosto são as principais festas da ilha.

Mindelo é a segunda maior cidade de Cabo Verde, com 50.000 habitantes. (...) O centro da cidade do Mindelo tem fortes traços da herança colonial, à semelhança do plateau da Cidade da Praia. A cidade merece ser explorada a pé e nessa caminhada, a Praça de África e o mercado merecem a visita. A cidade do Mindelo é um centro cultural onde o desenvolvimento artístico, nomeadamente a música, a intelectualidade e o desporto merecem sempre destaque. Devido a esse ambiente que se respira e ao seu charme colonial, o Mindelo é cosmopolita e a sua vida noturna fervilhante. O ponto de encontro para a ronda de bares e discotecas é na Praça Nova e depois descobrir a riqueza e diversidade da música de Cabo Verde, com mornas, coladeras, funaná e kizombas.

¹⁹³ 74.016, atualmente, segundo Censo 2021.

¹⁹⁴ Segundo Barbosa & Widmer (2015: 139), o respetivo povoamento só ocorreu em 1793, 333 anos depois da ilha de Santiago.

3. **Santa Luzia**

É a única ilha desabitada de Cabo Verde tem 35 Km².

O Estado de Cabo Verde declarou a ilha de Santa Luzia património público e é considerada, atualmente, uma importante reserva natural.

4. **São Nicolau**

Situada a norte do Arquipélago, a ilha tem 343 Km². A sua largura máxima são 25 Km no sentido Norte/Sul e cerca de 50 Km de comprimento no sentido Este/Oeste. É uma ilha com um passado vulcânico muito ativo, o que dá a forma atual da ilha e, como a ilha de Santo Antão, é muito imponente e majestosa, com um relevo muito acidentado sendo o Monte Gordo, de 1304 metros o seu ponto mais alto, onde confluem dois maciços montanhosos.

Na Ilha de São Nicolau existe uma forte diversidade paisagística. (...) Uma paisagem montanhosa alterna com praias de areia negra. A excepcional abundância de peixes (sobretudo espadarte, veleiro, serra e atum), atrai também todos os anos um número elevado de pescadores de diversos países do mundo.

O seu povoamento iniciou-se no Séc. XVII, depois de Santiago e Fogo, pois, juntamente com Santo Antão, eram as ilhas onde havia mais água e, conseqüentemente, mais potencialidades agrícola e pecuária.

Durante muitos anos foi o centro da intelectualidade cabo-verdiana, e também o berço do movimento literário “Claridade”, um marco para a literatura cabo-verdiana, fundado por nomes como Baltasar Lopes, Manuel Lopes, João Lopes e Jorge Barbosa, em 1936.

5. **A ilha do Sal**

É das ilhas do arquipélago mais próximas do continente africano. Submetida a condições climáticas similares às que, na mesma latitude, se verificam naquele continente, é uma ilha muito árida onde é raro encontrar vegetação por mínima que seja. Plana, apesar da sua origem vulcânica, o Sal tem uma superfície total de 216 km² e uma extensão máxima de cerca de 30 km, com cerca de 14.800 habitantes.

A ilha, praticamente deserta, só começou a ter atividade econômica expressiva com a exploração das suas salinas, tornando-se exportadora de sal até meados de 1980.

Visando um porto de escala para voos para a América do sul, em 1939 surgiu na ilha plana, por iniciativa italiana, o aeroporto internacional. O seu desenvolvimento determinou a migração interna, sobretudo de S. Nicolau para a ilha do Sal. O aeroporto internacional Amílcar Cabral é hoje o principal porto de entrada no país e possibilita a exploração de modernos complexos turísticos, que nos últimos 20 anos se vêm instalando.

A Praia de Santa Maria tem 8 km de areia branca e fina completada por um lindo mar de águas azuis turquesas.

A exploração do sal iniciou-se no século XVIII e foi durante muito tempo o principal fator de desenvolvimento da ilha. Hoje em dia, a exploração de sal está reduzida ao mínimo, deixando lugar aos turistas que ali se encantam com os vestígios da natureza.

6. A ilha da Boa Vista

Com uma superfície de 620 km², é a terceira maior ilha do arquipélago. Junta-se à ilha do Sal no conjunto das mais planas do país. O ponto mais alto da ilha é o Pico d'Estância com 390 metros.

É caracterizada por imensas dunas de areia branca com oásis ocasionais de Tamareiras, a vegetação mais típica da ilha. A ilha conta com 55 Km de praias de areia branca e um mar de água limpa e cristalina.

Conhecida como a ilha de origem da “morna”, um dos estilos musicais mais famosos do país, a Boa Vista é uma ilha que só conheceu o desenvolvimento no início do séc. XVII, quando foi descoberta a grande qualidade do sal da ilha, produto que já era comercializado na ilha do Maio.

Antes disso era apenas utilizada como ilha de criação de gado, como aliás acontecia com outras ilhas do arquipélago que eram mais áridas e que tinham pouca ou nenhuma água. A primeira localidade chamou-se Povoação Velha e a exploração do sal da ilha foi feita majoritariamente pelos ingleses.

7. A ilha do Maio

Fecha o conjunto das ilhas mais planas de Cabo Verde. Encontram-se poucos vestígios de sua origem vulcânica e sua maior altitude é o Monte Penoso com 436 metros. A sua superfície é de 269 Km² e tem 24 Km de comprimento no sentido Norte/Sul e 16 Km no sentido Este/Oeste.

Foi descoberta em 1460, sendo utilizada como ilha de criação de gado, principalmente caprino. O seu povoamento só se iniciou no final do Séc. XVI, com a exploração do sal, exportado inclusive para o Brasil, atividade que se manteve até ao Séc. XIX. Como na ilha do Sal e da Boa Vista, o clima é muito árido e existem poucas terras irrigadas, mas tem sido levado a cabo um plano de reflorestamento da ilha, principalmente com acácias, o que faz com que a ilha do Maio tenha, no momento, o maior perímetro florestal do Arquipélago, com 3.500 hectares.

A ilha tem muitas e bonitas praias de areia branca e mar azul e a sua gente é simples e hospitaleira.

8. A ilha de Santiago

Foi a primeira ilha a ser povoada após as descobertas portuguesas no século XV. É a maior das ilhas, onde se localiza a cidade da Praia, capital do país e sede do Governo da República. Tem cerca de 235.803¹⁹⁵ habitantes e uma área de 991 km².

Um percurso entre a cidade da Praia e Tarrafal, pontos extremos da ilha distanciados de 75 km, é geralmente aconselhado para conhecer a ilha. Uma estrada interior conduz a localidades de particular interesse.

9. A ilha do Fogo

Inicialmente denominada de São Filipe, foi descoberta em 1460 e a proximidade com Santiago fez com que fosse a segunda ilha a ser povoada. A ilha tem o formato de um vulcão, que efetivamente existe e continua ativo, tendo acontecido a sua última erupção em abril de 1995. A ilha tem 476 km² e o topo do vulcão é o ponto mais alto do arquipélago com 2.829 metros de altura.

A ilha do Fogo teve grande importância na economia cabo-verdiana nos anos após o seu descobrimento, pois a ilha tornou-se um complemento da atividade agrícola de Santiago, sendo que o algodão plantado no Fogo se transformou em moeda de compra de escravos na costa africana, quando a Coroa Portuguesa ditou que só se poderia resgatar escravos com mercadorias produzidas no Arquipélago. As roupas produzidas a partir deste algodão também tinham muita procura.

As secas sucessivas, como nas outras ilhas, também fizeram com que houvesse uma procura por uma vida melhor. A passagem frequente de baleeiros americanos, à procura de suprimentos e que já recrutavam mão-de-obra na ilha Brava, no final do séc. XVIII e durante o séc. XIX, fizeram com que muitos naturais das duas ilhas emigrassem para os Estados Unidos.

10. A ilha da Brava

É a mais pequena das ilhas habitadas do arquipélago, tem 64 Km² de superfície e um comprimento máximo de 9 Km, é também uma das mais montanhosas, com um relevo muito acidentado, de vales profundos e abruptos e cuja maior altitude é o Pico de Fontainhas de 976 metros. A sua costa é muito escarpada e forma muitas baías, além de ser também uma das ilhas mais húmidas o que faz com que seja conhecida como “Ilha das Flores”, pela abundância e variedade de espécies existentes.

A ilha só começou a ser realmente povoada a partir de 1620 devido às frequentes erupções do vulcão da Ilha do Fogo, que fica a apenas 20 Km de distância, o que fez com que muitos habitantes dessa ilha se deslocassem para a vizinha Brava, numa fuga que se tornou mais numerosa com a grande erupção de 1680, quando grande parte resolveu estabelecer-se na Brava e não retornar à ilha do Fogo. A seca foi uma das grandes causas

¹⁹⁵ Sendo, atualmente de 269.370, segundo Censo 2021.

da emigração e, nos finais do Séc. XVIII, baleeiros oriundos dos Estados Unidos que paravam na ilha para se abastecer, recrutavam homens que tinham fama de bons marinheiros, para trabalharem nos navios. Muitos deles acabaram por se estabelecer nos Estados Unidos e juntamente com os emigrantes da Ilha do Fogo formaram a que é hoje considerada a maior comunidade cabo-verdiana no exterior.

A atividade econômica do passado incluía a extração da urzela, a agricultura e a pesca, sendo que as duas últimas perduram até hoje como atividades principais, ao que se junta as remessas de dinheiro dos emigrantes nos Estados Unidos para os seus familiares em Cabo Verde.

Dessa caracterização das ilhas, emergiram as 7 maravilhas naturais de Cabo Verde, deixando, no entanto, de fora os inúmeros recursos outros, nomeadamente, os imateriais:

3.6.2. Os Pontos Fortes do Destino Cabo Verde

3.6.2.1. As 7 maravilhas naturais de Cabo Verde

Segundo os sites <https://www.revistabinter.com/pt-pt/2017/08/01/as-sete-maravilhas-cabo-verde/> e <https://cabo-verde-ida.blogspot.com/2012/07/maravilhas-naturais-de-cabo-verde.html>, as 7 Maravilhas Naturais de Cabo Verde foram conhecidas no dia 20 de dezembro de 2013, sendo eleitos os seguintes recursos da natureza:

1. Monte Cara - Ilha de São Vicente

1ª Categoria - Montanhas, serras e falésias, que compreendem as montanhas, os alinhamentos e os maciços montanhosos no interior do território ou no seu litoral;

2. Vulcão do Fogo - Ilha do Fogo

2ª Categoria - Acidentes naturais de cariz vulcânico, que abrangem formas de relevo de expressões localizadas, como cones vulcânicos, filões e pitões, chaminés, cortes geológicos, túneis vulcânicos e outras geoformas de notável beleza cénica;

3. Carbeirinho - Ilha de São Nicolau

3ª Categoria - Ilhéus, rochas, pedestais, rochedos e grutas monumentais no interior do território ou rodeado por água;

4. Salinas de Pedra de Lume – Ilha do Sal

4ª Categoria - Baías, enseadas, angras e zonas húmidas de qualquer amplitude;

5. Praia de Santa Maria – Ilha do Sal

5ª Categoria - Praias costeiras de areia, branca ou negra;

6. Deserto de Viana – Ilha da Boavista

6ª Categoria - Dunas e corredores dunares, abrangendo as acumulações dunares fósseis ou vivas, localizadas ou em corredores;

7. Parque Natural de Monte Gordo - Ilha de São Nicolau

7ª Categoria - Paisagens ou áreas de interesse científico, áreas protegidas ou a proteger com ou sem vegetação, áreas de endemismos vegetais ou animais intrínsecos a Cabo Verde, miradouros naturais, vales e bacias hidrográficas, jazigos de inertes para fins industriais.

3.6.2.2. Proposta para as 7 maravilhas materiais e imateriais das Ilhas

No entanto, independentemente da classificação oficial das 7 Maravilhas naturais de Cabo Verde, existem, em cada uma das ilhas, recursos turísticos, potencialmente¹⁹⁶ estratégicos, que devem constituir, locais de visita obrigatória, por parte de todos os visitantes e visitados do destino Cabo Verde, que constituindo, assim, nesta perspetiva, propõe-se, para cada ilha, as seguintes 7 Maravilhas Turísticas regionais cabo-verdianas:

1. Santo Antão - destino cujo cartão de visita é edificado em torno dos seus marcantes caminhos vicinais e dos seguintes recursos estratégicos:

- a. **Miradouros de Pico da Cruz** - construído a 1.600 metros de altitude no Gudo de Bandeirola, em Santo Antão e de Cova, com vista para uma memorável cratera vulcânica;
- b. **Delgadinho** – um miradouro impressionante sobre os dois vales da Ribeira Grande;

¹⁹⁶ Por estarem, normalmente, sujeitos a uma avaliação científica prévia, em termos quantitativos e qualitativos, antes da sua declaração oficial como recurso estratégico.

- c. **Ribeira da Torre** – um dos lugares de promoção de agro-turismo mais convidativos do Arquipélago;
- d. **Vale de Paúl** – um espaço verdejante, encantador para qualquer visitante;
- e. **Vale de Ribeira das Patas** – faz juz ao ditado local, que diz: “todos os caminhos vão dar à Ribeira das Patas!”;
- f. **Lajedos** – Espaço destinado ao turismo rural, servindo de farol na oferta deste novo produto turístico;
- g. **Tarrafal de Monte Trigo** – o ponto mais ocidental do Arquipélago, com potencial uma oferta combinada de um conjunto vasto de produtos turísticos;

2. S. Vicente - destino cujo cartão de visita é edificado em torno dos seus marcantes caminhos vicinais e dos seguintes recursos estratégicos:

- a. **Baia do Porto Novo** – uma das mais belas avenidas marginais de Cabo Verde, contemplando a Marinha e o Porto Grande, permitindo uma vista privilegiada para o Monte Cara e para a Ilha de S. Antão;
- b. **Lajinha** – uma praia que, após a respetiva requalificação, transformou-se numa centralidade da Ilha, para onde todos vão parar, usufruindo de uma oferta diversificada de infraestruturas de lazer;
- c. **Pracinha e Morada** – zonas históricas da cidade, muito prazerosas e convidativas para todos os visitantes e visitados;
- d. **Monte Cara** - uma das 7 Maravilhas naturais de Cabo Verde;
- e. **Baia das Gatas** – um espaço urbano que dista a 30 minutos do centro de Mindelo que, a partir do acolhimento do festival musical mais antigo de Cabo Verde, transformou-se numa zona de romaria dos mindelenses, aos finais de semana, bem como dos turistas em férias na Ilha, durante todo o ano;
- f. **Calhau** – Uma zona piscatória, com uma vista privilegiada sobre a Ilha de Santa Luzia;
- g. **S. Pedro** – contendo o aeroporto, uma boa praia de areia branca e uma vila piscatória.

3. Santa Luzia – uma reserva natural da biosfera.

4. S. Nicolau – uma ilha dividida em dois concelhos que dispõe de importantes recursos turísticos, que integram 2 das 7 Maravilhas de Cabo Verde, mormente:

- a. **Carbeirinho – Ilha de São Nicolau** – uma das 7 Maravilhas, eleita no âmbito da 3ª Categoria - Ilhéus, rochas, pedestais, rochedos e grutas monumentais no interior do território ou rodeado por água;
- b. **Parque Natural de Monte Gordo - Ilha de São Nicolau** - uma das 7 Maravilhas, eleita no âmbito da 7ª Categoria - Paisagens ou áreas de interesse científico, áreas protegidas ou a proteger com ou sem vegetação, áreas de endemismos vegetais ou animais intrínsecos a Cabo Verde, miradouros naturais, vales e bacias hidrográficas, jazigos de inertes para fins industriais;
- c. **Espécies endémicas** - para efeito de promoção do turismo da natureza;
- d. **Caminhos vicinais** – com diferentes rotas, georeferenciações e marcações construídos ou a serem construídos, em torno dos quais podem edificar produtos turísticos, nomeadamente: *trekking*, *hiking*, turismo ecológico, turismo da natureza, turismo desportivo, turismo de montanha, etc;
- e. **Zonas históricas** - para a prática de turismo cultural, nomeadamente, ligado à edificação do sistema educacional e cultural cabo-verdiano;
- f. **Campos agrícolas** - para prática de agro- turismo;
- g. **Zonas rurais** – para efeito de promoção de turismo no espaço rural.

5. Sal – dispendo de importantes recursos turísticos, que, também, integram 2 das 7 Maravilhas de Cabo Verde, apresenta os seguintes recursos turísticos potencialmente estratégicos:

- a. **Salinas de Pedra de Lume – Ilha do Sal** - uma das 7 Maravilhas, eleita no âmbito da 4ª Categoria - Baías, enseadas, angras e zonas húmidas de qualquer amplitude;
- b. **Praia de Santa Maria – Ilha do Sal** - uma das 7 Maravilhas, eleita no âmbito da 5ª Categoria - Praias costeiras de areia, branca ou negra;
- c. **Buracona** – um fenómeno natural deslumbrante, abrindo uma cratera no solo, onde se pode observar um fenómeno natural ímpar. A zona dispõe também de uma estância balnear, para uma natação de aventura, num mar desafiador;

- d. **Vila de Santa Maria** – a maior estância turística de Cabo Verde, animada por uma rua pedonal central, para onde confluem todos os visitantes e visitados da Ilha, dando uma vida própria ao destino, durante quase 24 horas por dia.
 - e. **Avenida dos Hotéis** – apoiada pelo calçadão marginal, constituindo, conjuntamente, uma zona nobre da cidade de Santa Maria, onde perfilam as grandes marcas hoteleiras, exibindo a maior oferta hoteleira do país;
 - f. **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral** – que serviu de input para o despoletar do turismo cabo-verdiano, recebendo os primeiros voos transatlânticos desde os anos '30 do século XX, tendo suportado o take-off do destino turístico salense, mormente, agora com a estratégia de edificação, nesta ilha ilha, de um Hub Aéreo, fazendo uma ponte entre Cabo Verde e os três outros continentes: Europa, África e Américas;
 - g. **Ponta Preta** – uma das melhores praias mundiais para a prática do desporto náutico, nomeadamente: campeonatos mundiais de *winsurf* e de *katesurf*. Esta mesma praia tem servido de referência para a desova de tartarugas, um dos veículos importantes para a promoção do ecoturismo.
- 6. Boa Vista** – dispendo de importantes recursos turísticos, que, também, integram 1 das 7 Maravilhas de Cabo Verde, apresenta os seguintes recursos turísticos potencialmente estratégicos:
- a. **Deserto de Viana – Ilha da Boa Vista** - uma das 7 Maravilhas, eleita no âmbito da 6ª Categoria - Dunas e corredores dunares, abrangendo as acumulações dunares fósseis ou vivas, localizadas ou em corredores;
 - b. **Praia de Santa Mónica** – considerada por algumas instituições internacionais como sendo uma das mais belas do mundo;
 - c. **Praia de Chaves** – uma grande extensão de praia de areia branca própria para prática de turismos balnear e desportivos;
 - d. **Zonas rurais, como Aldeia Velha e outras** - adequadas para a prática de turismo no espaço rural e turismo cultural;
 - e. **Riquezas subaquáticas** – importantes recursos para o turismo de aventura e de desportos náuticos;

- f. **Espaços de agro-indústria e de pecuária** – constituindo um autêntico oásis, preparado para a promoção de agro-turismo;
- g. **Morna** – património imaterial da humanidade, cuja origem se atribui à Ilha da Boa Vista.
7. **Maio** – apresenta, segundo <http://municipiodomaio.cv/7-maravilhas-naturais-da-ilha-do-maio/> e outras fontes, os seguintes recursos turísticos potencialmente estratégicos:
- a. **Praias de areia branca** – considerada por algumas instituições internacionais como sendo uma das mais belas de Cabo Verde. A Praia de “Beach Rotcha” representa inevitavelmente o acessoparadisiaco à ilha do Maio. Desde a sua areia limpa, branca e maciça a sua mansidão das ondas e do brilho suave da sua brisa. Esta Praia caracteriza-se sobretudo pelo seu tom vivo das ondas que proporciona o avivamento das areias e a frescura da brisa aos seus visitantes. Caracteriza pelo areal branco em combinação com a limpidez da água morna que maravilha qualquer turista, nacional ou estrangeira.
- b. **Localização geo-estratégica** – estando a 54 km da cidade da Praia, ou seja, a, aproximadamente, 2 horas (de barco) ou 5 minutos (de avião), poderá, assim, fomentar a complementaridade turística com a Ilha de Santiago, promovendo uma dinamização do turismo interno inter-ilhas, o que, de resto, já começou a dar os seus primeiros sinais de desenvolvimento;
- c. **Paisagem protegida das salinas do Porto Inglês** – as salinas constituem históricos recursos económicos de Cabo Verde. Localizada no litoral Sudoeste da ilha do Maio, a Paisagem Protegida das Salinas do Porto Inglês, encontra-se a Noroeste da cidade de Porto Inglês, nas imediações do porto do Maio, estendendo-se para Norte, até as proximidades da desembocadura da Ribeira do Morro. A Paisagem Protegida tem uma área total de 534,66 hectares, distribuídos por uma faixa terrestre (400,5 ha) e uma faixa marinha (134,1 ha) delineado a partir da linha de costa, a uma distância 300 metros. A área terrestre alberga as praias de areia que constituem suporte físico à nidificação das tartarugas, as áreas de lagoa salgada, que servem de área de alimentação e descanso para importantes populações de espécies de aves residentes e migratórias, uma pequena área onde se extrai de forma artesanal o sal.

- d. **Espécies endémicas** – uma grande variedade de fauna e de flora, que poderão ter um papel importante na promoção do ecoturismo;
- e. **Valores culturais endógenos** – a Ilha possui ainda manifestações culturais que lhe são características, os quais poderão induzir um relevante produto turístico cultural;
- f. **Importantes zonas rurais – apresentando uma boa organização territorial, as mesmas poderão constituir um importante recurso para promoção do turismo no espaço rural;**
- g. **Riquezas subaquáticas** – importantes recursos para o turismo de aventura e de desportos náuticos.

8. Santiago – apesar de não ter conseguido eleger nenhum das suas maravilhas naturais para a categoria das 7 Maravilhas naturais cabo-verdianas, esta representa a ilha maior ilha cabo-verdiana, ocupando 25% do território terrestre nacional e albergando cerca de 56% da população nacional, constituindo, assim, segundo Mascarenhas (2004) e outros estudos científicos já produzidos, o destino cabo-verdiano mais completo. No entanto, muitas vezes têm questionado o porquê da não descolagem deste destino, não obstante dispor um dos maiores números de ZDTI's¹⁹⁷ e os seguintes recursos turísticos, mormente imateriais, potencialmente estratégicos seguidamente apresentados:

- a. **Cidade Velha** – segundo <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/sitio-historico-cidade-velha-patrimonio-mundial/>: “Ribeira Grande de Santiago, comumente designado de Cidade Velha trata-se do primeiro aglomerado europeu nos trópicos. Igualmente, funcionou como placa giratória no comércio triangular de escravos (Europa, África, América) que se desenvolveu a partir dos meados do século XVI”. Por esta razão, a mesma foi eleita pela UNESCO, em 26/06/2009, como Património Mundial da Humanidade, constituindo, assim, o berço da crioullidade.

Este constitui, provavelmente, o recurso turístico cabo-verdiano mais valioso que, no entanto, passados doze anos dessa eleição, não conseguiu tirar proveito desse estatuto, não conseguindo, por isso, se transformar num recurso efetivamente estratégico.

¹⁹⁷ 18 ZDTI's aprovados, igual a S. Vicente.

Entende-se que se a Cidade Velha deixasse de ser um centro histórico “morto”, para se transformar num centro interpretativo “vivo” de factos históricos, trazendo-os, para a realidade atual, haveria turistas, mormente afrodescendentes, de todos os cantos do mundo, interessados em vir testemunhar como é que tudo começou. Pensamos existir um mercado turístico potencial, que precisa de ser descoberto e conectado com uma nova oferta turística emergente e de elevado valor acrescentado;

- b. **A cultura cabo-verdiana**, expressando a forma de pensar, de sentir e de agir, i.e., a alma de um povo, constitui um recurso turístico potencialmente estratégico, certamente, como demonstrado pelo inquérito sobre a perceção turística local, um dos mais valiosos do destino cabo-verdiano, tendo, na ilha de Santiago, a sua expressão máxima, sob a forma, mormente, de **Música**: Batuque, Funaná, Tabanka e Finason, têm aqui a sua origem. No entanto, a Morna e a Coladeira, sem tiveram, também nesta ilha uma forte expressão, tal como nas restantes ilhas do Arquipélago, espelhando, também, algum cosmopolitismo desta ilha. Os ritmos contagiantes santiaguenses, constituem, *per si*, um fator de atração turística, devendo passar a constituir uma efetiva oferta turística, servida em quantidade e qualidade suficientes, para que possam se transformar num recurso efetivamente estratégico. Um roteiro da música, passando por gentes e locais que marcaram a cultura cabo-verdiana, nomeadamente: Orlando Pantera, Catchás, Ildo Lobo, Norberto Tavares, Codé di Dona, Ntony Denti D’Ouro, Nha Nácia Gomi, Sema Lopi, Ano Nobo, Tchota Soares, etc. poderá constituir um rico produto turístico;
- c. **A riqueza gastronómica** das ilhas passa um pouco por Santiago, tendo o milho como ingrediente comum aos vários pratos típicos da Ilha, nomeadamente: a cachupa, o cuscuz, a papa, o tenderém, a camoca, a massa, os filhoses, entre outros. No entanto, os doces típicos de frutas locais diversas e as bebidas tradicionais, como, por exemplo, o grogue, o ponche, os sumos naturais e os licores diversos, bem como ingredientes de carne, como linguiça, etc., de peixe e de marisco, constituem, conjuntamente, uma rica oferta gastronómica santiaguense, que pode servir de indutor de um desenvolvimento turístico sustentável desta ilha, envolvendo a população local na partilha dos dividendos do turismo;
- d. **Locais turísticos**, que constituem, *per si*, micro-destinos turísticos, nomeadamente:

- i. **Monte de Pico de Antónia (Monti Pik Ntoni)** - situa-se no concelho de São Lourenço dos Órgãos, na ilha de Santiago, faz fronteira a Norte com o concelho de São Salvador do Mundo e a Este com Ribeira Grande de Santiago. A Primeira maior elevação da ilha de Santiago (1.394 m) e a terceira a nível do país. Um miradouro de valor incomensurável, podendo ser melhor potencializado, para efeitos turísticos e não, basicamente, apenas para fins militares;
 - ii. **Baia e a praia do Tarrafal** – uma das praias mais emblemáticas e belas do país, com uma enorme extensão de areia branca e água cristalina, constituindo uma centralidade para os santiaguenses e todos os seus visitantes. Constitui, sem dúvida, um dos recursos naturais mais valiosos de Santiago. No entanto, para a oferta do turismo de sol & mar, pode-se contar ainda com os seguintes recursos turísticos: praias lindas de areia branca, mormente a de S. Francisco e outras de areia preta, tal como a de areia grande em Santa Cruz;
 - iii. **Área Protegida de Serra Malagueta** - a serra e a área circundante formam o Parque Natural da Serra da Malagueta com 774 ha, abrangendo territórios dos três municípios: S. Miguel, Santa Catarina e Tarrafal. Área propícia para a práticas de ecoturismo como alternativa ao turismo de praia e sol. É também o sítio ideal para a realização de estudos e Investigação no domínio de Ambiente, tendo em conta a existência de várias espécies endémicas;
 - iv. **Gruta de Águas Belas** – um fenómeno da natureza ímpar na Ilha de Santiago, permitindo conjugar o turismo balnear como o da natureza;
- e. **Os recursos imateriais históricos**, tais como:
- i. **Museu da Resistência no Tarrafal** – candidato a património mundial da humanidade;
 - ii. **A Diocese de Santiago** construída em 1533, a primeira edificada em África;
 - iii. **Casa de Amílcar Cabral** – Símbolo da luta pela libertação nacional;
 - iv. **Monumento de Revolta de Ribeirão Manuel** – Símbolo de resistência e resiliência do Povo das Ilhas;
 - v. **Museu da Tabanca em Chã de Tanque** – símbolo da herança africana;

f. **O ecoturismo e o turismo da natureza** - através de oferta dos seguintes recursos turísticos:

i. **Poilon de Boa Entrada** – Árvore centenária, única no Arquipélago, permitindo a oferta de um mix turístico entre o;

ii. **Circuito de Charles Darwin** – em homenagem a este cientista que, segundo Correia e Silva (2019) e <https://www.boavistaofficial.com/pt-pt/charles-darwin-em-cabo-verde/>, visitou a ilha de Santiago (que ele chamou de St. Jogo), em Cabo Verde, em 16 de janeiro de 1832, em sua expedição “Beagle”, permitindo uma proposta para a promoção de um turismo da natureza, de elevado valor acrescentado;

iii. **Parque natural de Serra Malagueta e/ou de S. Jorge dos Órgãos** – com uma oferta diversificada de fauna e flora endémicas, para efeito de ecoturismo e/ou do turismo da natureza.

9. **Fogo** – constitui um dos destinos com recursos turísticos mais autênticos e singulares do Arquipélago, os quais poderão transformar-se em estratégicos, se devidamente trabalhados e posicionados, de forma competitiva, no mercado global, nomeadamente:

a. **Vulcão do Fogo - Ilha do Fogo** - Esta foi uma das 7 maravilhas de Cabo Verde, tendo sido eleito no âmbito da 2ª Categoria - Acidentes naturais de cariz vulcânico, que abrangem formas de relevo de expressões localizadas, como cones vulcânicos, filões e pitões, chaminés, cortes geológicos, túneis vulcânicos e outras geoformas de notável beleza cénica.

Por ser o único vulcão ativo em Cabo Verde, registou, nos últimos vinte e seis anos, duas importantes erupções vulcânicas, com importantes efeitos ambientais, económicos, turísticos, sociais e político-institucionais, nos contextos regional e nacional.

As duas últimas erupções vulcânicas no vulcão do Fogo, em Cabo Verde, tiveram lugar em 1995 e em 2014, tendo, nesta última, iniciado no dia 23 de novembro de 2014 e chegado ao fim no dia 8 de fevereiro de 2015, 77 dias depois. A erupção do

vulcão teve um índice de explosividade de 3, sendo a maior erupção desde que existem registos deste.

Segundo <https://www.publico.pt/2014/12/12/ciencia/noticia/esta-erupcao-do-vulcao-da-ilha-do-fogo-ja-foi-mais-destrutiva-do-que-a-de-1995-1679134>: “a lava destruiu duas povoações — a Portela e Bangaeira —, enquanto em 1995 atingiu uma meia dúzia de casas. Coladas uma à outra, a Portela e a Bangaeira ficam dentro da caldeira vulcânica da ilha do Fogo, conhecida por Chã das Caldeiras.

Durante todo esse período, o vulcão expeliu entre 100 e 125 milhões de toneladas de lava, formando uma coluna eruptiva que atingia milhares de metros e a emissão de lavas corria em várias frentes e a uma velocidade considerável tendo provocado a destruição dos dois principais povoados, nomeadamente de Chã das Caldeiras e uma área agrícola significativa, deixando cerca de 1.300 pessoas sem as suas casas e sem meio de ganhar rendimento, provocando, assim, um prejuízo de 45 milhões de euros.

- b. **Chã das Caldeiras** – segundo <https://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Esta-erup%C3%A7%C3%A3o-da-ilha-do-Fogo-j%C3%A1-foi-mais-destrutiva-do-que-a-de-1995.pdf>, uma aldeia que acolhia, antes da última erupção vulcânica, cerca de 1.300 pessoas, uma série de campos agrícolas e infraestruturas públicas, como atesta:

Chã das Caldeiras, que é uma depressão plana a cerca de 1600 metros de altura, está em grande parte rodeada por uma escarpa, designada por Bordeira, e que na parte mais alta atinge um quilómetro acima do fundo plano. Aberta a leste, zona em que a escarpa já não existe, a caldeira vulcânica tem cerca de nove quilómetros de comprimento e dois de largura. Do fundo da caldeira ergue-se um grande cone — o Pico do Fogo, que é o vulcão e o ponto mais alto da ilha, com 2829 metros. Desde a erupção anterior, Chã das Caldeiras foi-se enchendo de gente.

O cultivo da vinha e a produção de vinho, num dos poucos locais em Cabo Verde onde isso é possível, e o turismo tornaram-se actividades económicas importantes que funcionaram como um chamariz para Chã das Caldeiras. “Desde 1995, a população mais do que duplicou”, refere José Madeira, da Faculdade de Ciências

da Universidade de Lisboa (FCUL) e do Instituto Dom Luiz (IDL), regressado há alguns dias a Portugal de uma missão científica ao vulcão.

A procura turística também aumentou. A população jovem da Portela e de Bangaeira trabalha como guias a fazer caminhadas, a ir ao vulcão, a subir a Bordeira. Mais gente num local perigoso pela presença de um vulcão ativo, ainda que costume estar adormecido durante dezenas de anos, é sinónimo do aumento do risco associado a uma erupção.

Esta foi uma das razões por que, desta vez, o derrame de lava chegou às casas e as engoliu. Primeiro à Portela, mais a sul, depois à Bangaeira, mais a norte. O derrame de lava envolveu as casas e prosseguiu caminho. (...) Além das casas, assim se perderam terras agrícolas, a adega de Chã das Caldeiras, o edifício do Parque Natural da ilha do Fogo, estradas.

As casas submersas pelas lavas de toda uma antiga aldeia turística ora desaparecida, constitui um dos principais recursos turísticos de Cabo Verde, que deve ser potencializado e explorado, para que, a partir da Ilha do Fogo, se edifique um novo destino cabo-verdiano, com capacidade competitiva no contexto global, concorrendo para conquistar um segmento de mercado turístico próprio e exclusivo.

Para o efeito, é imprescindível que se resolva um conjunto de constrangimentos, que funcionam como fatores bloqueadores do Destino Fogo, nomeadamente:

- i. O produto** – uma oferta turística desenhada de raiz, para atingir um segmento específico do mercado global, que detém especificidades técnico-científicas altamente exigentes;
- ii. A distribuição** – a descoberta de um segmento de mercado para o consumo desta nova tipologia de oferta turística, exigirá que Cabo Verde saia da sua zona de conforto, instalada no seio da União Europeia, evitando, assim, a tentação de cair no efeito canibalismo de vir a dividir com as outras ilhas os turistas já conquistados, mas sim, que parta para a difícil tarefa de conquista de novos clientes, para novos produtos e novos destinos turísticos recetores;
- iii. O transporte** – talvez constitua o calcanhar de Aquiles para um destino relativamente encravado, com um acesso dificultado no:

1. **Acesso interno entre os concelhos** - com o anel rodoviário interrompido a meio, impedindo o acesso, em condições de conforto, entre Mosteiros, Santa Catarina e S. Filipe;
 2. **Acesso inter-ilhas** - bastante condicionado, com ligações aérea e marítima para a ilha de Santiago, quase a única regular, mesmo assim, bastante subtraída em relação às necessidades do mercado.
 3. **As ligações internacionais** – são possíveis por intermédio de outras ilhas, uma vez que não existe aeroporto internacional e, conseqüentemente, não existe também ligação direta ao exterior, não obstante o grau de representatividade da Ilha junto da Diáspora cabo-verdiana, mormente nos EUA.
 4. A ligação marítima entre Santiago e Brava, constituindo uma carreira única,
- c. **Salinas do Fogo** – uma zona de piscinas naturais, com um enorme potencial para oferecer um turismo balnear de alto valor acrescentado, potencializando o uso das infraestruturas turísticas e outras intersetoriais já edificadas;
 - d. **Vinho do Fogo** – com duas marcas fortemente lançadas nos mercados nacional e internacional: Vinho Chã e Maria Chaves, o vinho do Fogo, constitui um dos recursos potencialmente estratégicos dos Destinos Fogo e Cabo Verde, que carece, hipoteticamente, de uma melhor integração nos roteiros gastronómicos e agroturísticos regional e nacional;
 - e. **Café do Fogo** – constitui um produto gastronómico tradicional da Ilha do Fogo, que tende a constituir-se um dos recursos potencialmente estratégicos para a Ilha do Fogo e para Cabo Verde, no âmbito dos setores agrícola e turístico. Mosteiros constitui um município com fortes potencialidades para o desenvolvimento deste tipo de subproduto gastronómico e agroturístico, para uma oferta diferenciada, nos contextos regional e nacional;
 - f. **A Cidade de S. Filipe** – com a sua riqueza arquitetónica, incorporada nos antigos sobrados coloniais e diversidades gastronómica e cultural, constitui uma cidade propícia para a ofertas turísticas diferenciadas, nomeadamente: cultural e, até,

através do *City-Break*, fomentando, em paralelo com o turismo internacional, um importante fluxo do turismo interno;

g. **Praia de Areia Preta “Fonte Bila”** – uma extensa praia de areia preta, a qual poderá, mediante algumas pequenas obras de infraestruturação¹⁹⁸ vir a constituir um recurso turístico capaz de permitir a oferta de um turismo de sol & praia, em larga escala, transformando a ilha do Fogo num destino turístico completo.

10. Brava – a mais pequena ilha do Arquipélago. No entanto, portadora de importantes recursos turísticos, que poderão ser transformáveis, também em recursos estratégicos:

a. **Cidade de Nova Sintra** – pelo seu encanto, beleza e comunidade, constitui um local apazível e acolhedor, para todos os visitantes e visitados fazerem um *city-break*;

b. **Clima** – o microclima da ilha Brava constitui um fator singular, que diferencia a ilha Brava das demais, justificando a escolha do local para a permanência temporária ou fixa de muitos visitantes e visitados;

c. **Morfologia** – a morfologia da ilha, com um relevo bastante ecentuado, constitui dos atrativos da ilha, propondo a prática **de monatagismo e de outras modalidades de turismo desportivo**;

d. **Cultura** – por ser a ilha de acolhimento de Eugénio Tavares, está intimamente ligada à origem e desenvolvimento da Morna, tendo dado o seu contributo para a eleição desta como património imaterial da humanidade, sendo por isso, um destino cultural cabo-verdiano de reconhecida importância.

e. **Turismo balnear** – dispondo, na zona de Fajã de Água de piscinas naturais, de uma beleza marcante, a ilha pode oferecer um turismo balnear com características diferenciadas das outras ilhas;

¹⁹⁸ Infraestruturação, nomeadamente: sob a forma de colocação de um quebra-mar, criando lagos artificiais protegidos, para a prática de natação e/ou de desporto aquático, em condições de segurança.

- f. **Pesca desportiva e desportos náuticos** – dispendo de alguns ilhéus, que permitem o desenvolvimento de circuitos náuticos, dentro das normas de reservas ecológicas que são estipuladas;
- g. **Turismo residencial** – dispendo de muitas unidades habitacionais encerradas e/ou subtulizadas, por pertencerem a emigrantes residentes no exterior, esta modalidade turística poderá ser desenvolvida, permitindo, por um lado, aos emigrantes rentabilizarem os seus investimentos e, por outro, proceder ao incremento da oferta hoteleira para o alojamento complementar local.

3.6.2.3. A cultura como recurso turístico estratégico das ilhas

A riqueza musical cabo-verdiana, tem permitido, através de uma oferta rítmica diferenciada, em cada município, a afirmação de Cabo Verde no mundo. Nesta perspetiva, este atributo nacional pode ser avaliado através da caracterização musical cabo-verdiana feita por Gonçalves (2006), a qual se faz, seguidamente, uma pequena resenha, para efeito de análise SWOT que se sege:

Segundo Gonçalves (2006: 12-13):

1. A partir dos meados do século XV, começam a chegar a Cabo Verde os primeiros povoadores: europeus e escravos trazidos da costa africana. Estes, segundo o historiador António Carreira, provinham (a parte mais significativa) da zona hoje compreendida entre o sul do Senegal e a Costa do Marfim. Ainda segundo o mesmo autor, durante a época escravocrata, e mesmo depois, o elemento europeu sempre este em inferioridade numérica e registou-se sempre um aumento do número de mestiços.
2. Como o cruzamento de rotas marítimas entre os três continentes (Europa, África e América), Cabo Verde foi e continua a ser um centro privilegiado de trocas culturais. Ao longo dos séculos, os diferentes produtos culturais que foram chegando ao arquipélago, constituíram a seiva que alimentou uma extraordinária capacidade de assimilação e transformação e que deu origem a produtos culturais próprios. Ainda hoje, aliás, este processo continua sobretudo a nível musical: todas as inovações tecnológicas musicais, a todos os níveis, têm sido, primeiro, adaptadas para, depois sofrerem com o tempo uma transformação e, finalmente, uma incorporação *cabo-verdianamente*.
3. Desde os primórdios do seu povoamento, surgiram em Cabo Verde os elementos essenciais que seriam a base da fermentação de uma cultura própria, num processo continuado através dos séculos. Ritmos e melopeias dos ancestrais rituais africanos incorporam-se nos cantos profanos e religiosos europeus. E isso aconteceu num

processo duro e violento: repressão dos elementos culturais africanos, imposição de modelos culturais europeus.

4. Desta interação dolorosa, entre a força do homem branco que impunha a repressão cultural ditada pela sua missão civilizadora, e a resistência do homem negro, foram nascendo através dos séculos os diversos elementos culturais crioulos, que hoje formam um universo específico que abrange todas as formas de arte e um leque de manifestações culturais multi-facetadas, onde a Europa e a África se encontram intimamente ligadas.
5. Das formas musicais que compõem o panorama cabo-verdiano, existem o Batuque, os ritmos e cantares da Tabanka, os ritmos e melopeias do Kolá e Pilon (inerentes às festas dos Santos), o Funaná, a Morna, a Coladeira e as formas orquestrais modernas, derivadas do Funaná Tradicional, do Kolá, do Batuque ou de ritmos associados às Festas da Bandeira (Ilha do Fogo). Existem também formas musicais decalcadas diretamente da cultura europeia como a Valsa, a Mazurca e a Contradança, que se adaptaram perfeitamente ao ambiente cabo-verdiano. Há ainda, uma quantidade e diversidade de Cantigas de Trabalho.

Ao analisar se, de forma detalhada, cada um dos ritmos cabo-verdianos suprarreferenciados, Gonçalves (2006: 16-109) atesta o seguinte:

1. Batuque:

- a. O Batuque é uma forma musical que se poderá talvez considerar como a mais antiga de Cabo Verde. Embora sem dados históricos e musicológicos que possam comprovar, pode-se naturalmente considerar o Batuque como uma das primeiras formas de música e dança a aparecer em Cabo Verde, devido às suas características puramente africanas.
- b. Batuque é, porventura, a forma de música tradicional que mais define as nossas raízes.
- c. O Batuque e Finaçon tiveram uma função social, em ocasiões especiais, nomeadamente antes e durante as festas de casamento, nas noites de rituais de Tabanka ou durante as festas dos Santos.
- d. Do Finaçon, apenas nos restam os ecos do que era, pelas vozes e improvisações de Bibinha Cabral e Nácia Gomes.
- e. O Batuque cabo-verdiano é característico e específico do arquipélago. Embora parecido com outras formas musicais do continente africano, tem a sua linha própria.
- f. Uma das descrições mais antigas do Batuque é a dada pelo Engenheiro José Carlos Conrado de Chelmicki em 1841.

- g. Nos finais dos anos 40, Baltasar Lopes, no ensaio “O Folclore Poético da Ilha de Santiago¹⁹⁹”, identifica dois componentes fundamentais desta manifestação: (...) chabêta e dança (torno). (...) Antigamente, o Batuque era cerimónia generalizada no arquipélago.

O Batuque foi, segundo esta fonte, proibido depois da década de '40. O Batuque renasceu, num Cabo Verde independente, com as seguintes nuances:

- a. Sobre a repressão do Batuque, Nha Nancia Gomi informa: “casei-me em 1959 e o batuque estava proibido desde 1941, por imposição da Igreja Católica. Os catequistas eram instruídos para denunciar essas manifestações e (...) os padres recusavam-se a casar as pessoas em casa de quem se cantava o Batuque”.
- b. Em Santiago, o Batuque evoluiu ou perdeu elementos, até dar o que conhecemos hoje. Por isso, referimos a expressão “Batuque Primitivo” para designar as formas primeiras de Batuque que existem em todas as ilhas.
- c. A partir de 1974, e da Independência Nacional em 1975, com o movimento de valorização de todas as formas da cultura nacional, o Batuque conheceu um certo renascimento.
- d. Atualmente, o Batuque apenas existe na Ilha de Santiago.
- e. O Batuque que se passou a produzir depois de 1974, e que conhecemos hoje, não é com certeza o Batuque na sua forma original.

2. Tabanka

- a. Tabanka é uma associação de entreajuda e também uma manifestação de carácter místico religioso.
- b. Na tabanka, há toda uma estrutura social e militar, que prefigura a vida real: Rei, Rainha, Cativos, Juiz, Carcereiros, Ladrões... Há uma representação imaginária da vida real e durante os festejos, vive-se numa realidade virtual...
- c. Mistura de mística, culto, sociedade paralela com regras próprias (algumas muito rígidas), a Tabanka é uma manifestação riquíssima, que existe desde os tempos idos da escravatura. Existe nas Ilhas de Santiago e do Maio.
- d. A Tabanka não é só música... Tabanka é toda uma vida social que se interlaça no dia a dia, é todo um ritual complexo, tabu para os que a ela não pertencem.
- e. Há pelo menos quatro variantes de ritmo muito conhecidas: a variante da Tabanka da Várzea, a da Achada Grande, a da Achada de Santo António (Cidade da Praia) e a variante de Chã de Tanque (Santa Catarina).

¹⁹⁹ Acabou por vincular o Batuque à sua Ilha de origem e de expressão máxima: Santiago.

- f. Atualmente, as festas e rituais da Tabanka continuam a existir tal como descrevemos (toscamente).
- g. Não obstante a sua persistência em sobreviver, a verdade é que a Tabanka vai perdendo de ano para ano a sua força, muitos rituais estão em decadência e vão desaparecendo a pouco e pouco.
- h. Talvez devido ao seu caráter específico, a Tabanka não se transformou em manifestação de palco como o Batuque. Felizmente!

3. Bandeiras da Ilha do Fogo

- a. “Kanizade” é uma manifestação de dançarinos mascarados, que têm o mesmo nome. “Kanizade” são dançarinos vestidos de palha (hoje tiras de papel e sacos) que fazem acrobacias e malabarismos (dança tipicamente africana).
- b. As Festas da Bandeira são características da Ilha do Fogo. A que se realiza por ocasião de S. Filipe (1.º de maio) é atualmente a mais importante.

4. Tambores

- a. Associado ao tambor e às formas musicais tradicionais com raízes africanas, temos o Kolá, típico das Ilhas de S. Antão e S. Vicente.
- b. O Batuque e estes ritmos poderão ter a mesma origem. Apenas o Batuque persistiu e resistiu à assimilação completa, conservou a dança e não incluiu elementos da religião cristão. Pudera! Em Santiago havia mais probabilidades dessa resistência: ilha maior, com escravos fugidos.

5. Mazurca, Contradança, Valsas e Polcas

- a. Interessante a panorâmica da música de Cabo Verde.
- b. Estas formas musicais (Mazurca, Contradança, Valsas) são europeias.
- c. Cabo-verdianamente, essas formas musicais, também, são nossas.
- d. Segundo o escritor Luís Romano, numa tese apresentada na Praia, em março de 1983: “os piratas franceses e ingleses que aportaram nas nossas ilhas, teriam trazido a contradança e a mazurca”.

6. Funaná

- a. O Funaná é uma forma musical tradicional que, após a sua transposição e interpretação por grupos com instrumentação eletrônica, foi o ritmo que fez dançar e vibrar Cabo Verde inteiro, desde 1978.

- b. Funaná é a música característica de um instrumento, conhecido tradicionalmente por “gaita”, um acordeão ou concertina de tamanho pequeno, que tem uma escala e uma afinação especiais, pois, o instrumento foi construído para certos tipos de música.
- c. Por ser um instrumento importado, este pequeno acordeão deu início (caboverdianamente) a uma aventura que começou não se sabe quando.
- d. Ao tentar passar para o acordeão os sons que tinha no seu íntimo, o santiaguense criou o Funaná, esse género musical característico desta Ilha.

O Funaná evoluiu em três etapas distintas:

1.ª Fase: o Funaná tradicional, começou em torno de dois componentes fundamentais, garantidos, normalmente, por um “duo”: o ferrinho e a gaita, acompanhados de uma voz, tradicionalmente emprestada por um dos dois instrumentistas.

Nesta modalidade tradicional, alguns nomes fizeram escola nestas Ilhas, nomeadamente: Caitaninho, Codé di Dona, Tchota Soares, Sema Lopi e Bitori di nha Bibinha, bem como os cantores Chando Graciosa e Zé Espanhol, entre outros. Esta modalidade abrilhantou festas populares, bailes de gaita, durante várias décadas. Segundo o depoimento de Antero Veiga (também um exímio tocador de acordeão/gaita), in Gonçalves (2006: 59):

- a. Funaná é um termo ou uma designação recente (dos fins da década de sessenta e início de setenta).
- b. Foi no ano de 1902 que se iniciou a audição das primeiras notas cabo-verdianas na gaita de fole e a consequente admiração, na “Achada Bentrero”, na Ilha de Santiago, zona onde se encontra o umbigo do “Badjo di Gaita”.
- c. Foi em 1912 que, depois de uma fase de ensaios e treinos, se realizaram os primeiros “Badjos de Gaita”, em noites de música e dança”.

Esta tradição de “Badju di Gaita” manteve-se acesa até à presente, embora subdividindo em duas variantes: o Funaná Tradicional e o “Kotxi Pó”, este corresponde a uma inovação introduzida na primeira, adicionando-o um forte componente do ritmo africano, mormente: o “Soukouss / Decca”, com alguns artistas a ter um peso significativo nessa inovação, nomeadamente os Fidjus di Codé di Dona e os Fidjus de Belo Freire.

2.ª Fase: Passagem do Funaná para conjuntos musicais, com instrumentos eletrónicos. Este processo teve um forte impulso, no pós-independência, por parte do seu fundador,

Carlos Alberto Martins (Catchás), que, em 1978, fundou o Conjunto Bulimundo, com o grande propósito de refundar o ritmo Funaná, levando-o para os grandes palcos nacionais e internacionais.

Segundo este artista de renome, in Gonçalves (2006: 68):

- a. O género que o Bulimundo se propôs explorar não tinha nenhuma expressão para além do meio em que era produzido. E o Bulimundo esforçou-se para lançar o funaná e desenvolvê-lo até ele poder ombrear com os grandes conjuntos e géneros musicais que existem por este mundo inteiro.
- b. Em 1984, por exemplo, lia-se no Jornal Voz di Povo: “o conjunto musical Bulimundo, passe o termo, desenterrou o Funaná das profundezas do anonimato, na sua forma mais primária, introduzindo-lhe as tecnologias sonoras, isto é, electrónico, deu-lhe o sentido de vida e do progresso e o apresentou aos cidadãos como género da música urbanizada capaz de ser apreciada pelas sensibilidades mais exigentes”.
- c. Carlos Alberto Martins dizia: “Uma vez atingido o primeiro objetivo, que era o do lançamento do funaná, cumpre-nos agora desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo”.
- d. (...) “Efetivamente, depois de urbanizado, o funaná vai lançar-se numa nova aventura que consiste em tentar descobrir as suas ligações com outros géneros de música negra, o “Blues”, o “Jazz”, conforme nos declarou o seu mentor espiritual Carlos Alberto, o homem responsável pelos destinos do género ...”).

Da crise grupo Bulimundo e da saída de dois elementos fundamentais: os irmãos Zeca e Zezé di Nha Reinalda, emergiu um outro conjunto musical: o Finaçon, o qual deu um contributo extremamente valioso para a valorização e promoção do Funaná, nesta sua segunda fase de crescimento, lançando-o, a partir do final da década de '80, no mercado internacional.

3.^a Fase: Nesta terceira etapa de crescimento do Funaná, o mesmo sofreu uma metamorfose, com uma simbiose entre o ferro, a gaita e os restantes instrumentos eletrónicos, incorporada na perfeição pelo Conjunto Ferro Gaita, que lançou, em 1997, o CD *Fundu Baxu*.

7. Morna

Segundo Gonçalves (2006: 72):

- a. A Morna traduz a grande sensibilidade do cabo-verdiano. (...) A expressão da alma de um povo.
- b. A Morna canta o amor, o ciúme, a gratidão e a saudade.... dos que partiram e dos que ficaram.
- c. Através da bela voz de Cesária Évora, o mundo descobriu a Morna e um país que se chama Cabo Verde.

A Morna foi eleita, a 11 de dezembro de 2019, património imaterial da humanidade da UNESCO, cujo dossiê de candidatura fazia, segundo o site: <https://www.dn.pt/cultura/e-oficial-morna-foi-proclamada-patrimonio-imaterial-da-humanidade-pela-unesco-11607355.html>, constar o seguinte fundamento:

- a. Considerada popularmente "música rainha" de Cabo Verde, como recorda "Nôs Morna", uma das mais conhecidas mornas, do poeta Manuel d'Novas, o dossiê da sua candidatura a Património Imaterial Cultural da UNESCO, com mais de mil páginas e cerca de 300 entrevistas, foi formalmente entregue pelo Governo cabo-verdiano em 26 de março de 2018.
- b. De acordo com o dossiê da candidatura, a morna terá surgido no século XIX, não sendo consensual a origem do nome e ilha onde nasceu: Boa Vista ou Brava.
- c. Marcada pelas letras do poeta Eugénio Tavares (ilha da Brava, 1867 -- 1930) e mais tarde de Francisco Xavier da Cruz ou 'B.Léza' (ilha de São Vicente, 1905 - 1958), a morna conheceu o seu expoente maior fora de Cabo Verde através da cantora César Évora (1941- 2011), que através daquele género musical abriu as portas do mundo a um país de pouco mais de meio milhão de habitantes.
- d. A morna surge de uma mistura de estilos musicais com fortes raízes africanas, o *landum*, com as influências da modinha luso-brasileira, recorda o dossiê de candidatura a Património Imaterial Cultural da UNESCO.
- e. Uma das referências escritas mais antigas sobre a morna consta de um livro do oficial da marinha russa Konstantin Staninkovitch, que visitou Cabo Verde em 1861.
- f. "A morna é uma prática musical que se estrutura em três dimensões: melodia, poesia e dança, caracterizando-se pelo compasso quaternário, ritmo lento e predominância dos esquemas tonais menores clássicos perfeitos de influência europeia", lê-se ainda no processo.
- g. Interpretada em crioulo cabo-verdiano por uma voz solista, homem ou mulher, apesar de existirem também mornas apenas instrumentais, e versando temas "lírico-

passionais, produz-se uma canção melancólica, muito vinculada ao sentimento do amor, ao sofrimento, à saudade, à ternura, à tristeza, à ironia e à boa ou má sorte do destino individual".

- h. Geralmente acompanhada por viola, cavaquinho, violino e piano, o "instrumento de excelência da morna" é o violão, introduzido em Cabo Verde no século XIX.

A Morna, sendo um estilo musical cultivada em todas as ilhas, com a respetiva eleição a património imaterial da humanidade, passou a constituir, doravante, um recurso turístico estratégico para o Destino cabo-verdiano, podendo passar a figurar com um atrativo valioso para um segmento importante da procura turística mundial.

A riqueza e a diversidade musicais cabo-verdianas constituem um dos poucos fatores de competitividade que podem transformar este PEIDARIAM numa superpotência, respeitável no contexto mundial.

Contrariando o postulado por Friedman (2010: 30), Cabo Verde tem apostado em provar que: “um país não se mede aos palmos”. Pois, a cultura, o mar, o sol e o vento, constituirão os FCS deste PEIDARIAM, neste *restart* para o “novo normal”.

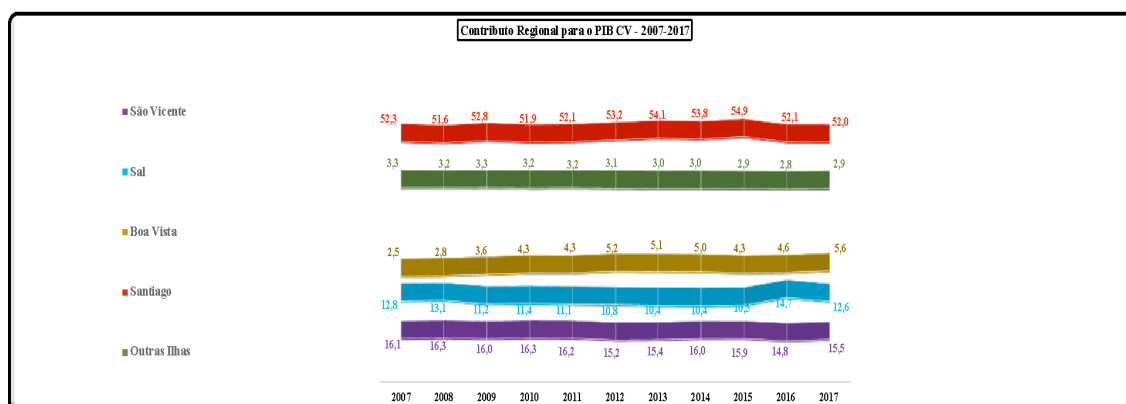
No entanto, a música só poderá desempenhar esta importante função, se a cultura, no seu todo, e o turismo, andarem de mãos dadas nesta missão coletiva de transformação de Cabo Verde num destino turístico globalmente competitivo e localmente sustentável.

Do resultado da investigação realizada, vai-se procurar apresentar uma proposta de análise SWOT do destino Cabo Verde no âmbito do “novo normal”, analisando os respetivos pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e as ameaças associadas a esta nova conjuntura global.

Face à investigação feita, aos resultados obtidos e à realidade refletida no gráfico²⁰⁰ seguinte, propõe-se, como proposta para efeito de reflexão coletiva, a análise SWOT infra do Destino Cabo Verde:

²⁰⁰ Durante a década (2007-2017), destaca-se a ilha de Santiago com um contributo médio de 53% para o PIB-CV, o que, mesmo assim é ligeiramente inferior ao seu respetivo peso populacional, que é superior a 56% e as outras cinco ilhas não turísticas com um peso médio no PIB de apenas 3%.

Gráfico 97 – Contributo regional para o PIB-CV 2007-2017



Fonte: INE-CV (2020)

O gráfico anterior é demonstrativo que há Cabo Verde muito além do turismo. Pois, as ilhas de uma procura turística relativamente incipiente, nomeadamente, as ilhas de Santiago, com cerca de 4,8% de dormidas turísticas verificadas em 2019 e de S. Vicente com 3%, são as ilhas que durante a década em referência (2007-2017), apresentam uma maior taxa de contribuição para o PIB cabo-verdiana, atingindo a cifra de 54,9% e de 16,3%, respetivamente.

Estas performances são também demonstrativas que, em consonância com a análise SWOT do Destino Cabo Verde seguidamente apresentada, não obstante o turismo ter sido eleito como o motor da economia nacional, vendo, em consequência, o seu contributo para o PIB passar de 0,7%, em 1980, para 25,3%, em 2019, as oportunidades e ameaças continuam a existir a níveis multisetorial e multiregional, estando a um clique de todos os “filhos da terra”, qualquer que seja a latitude onde se encontrem²⁰¹.

²⁰¹ Nas Ilhas e/ou na Diáspora.

3.6.2.4. A cultura como recurso turístico estratégico das ilhas

Análise SWOT

| Destino Cabo Verde | |
|--|---|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Natureza ainda semi-virgem e diversificada (Ambientais) 2. Custo competitivo de vida (económicas) 3. 1 país 22 microdestinos semi-virgens e recursos turísticos estratégicos ainda por explorar (Turísticas) 4. Multiculturalidade e morabeza intrínsecas (socioculturais) 5. Segurança com conjunções multidimensionais Experiência político-institucional acumulada (Político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Vulnerabilidades ecossistêmicas (ambientais) 2. Custos da insularidade pouco competitivos (económicas) 3. Mono-dependências (turísticas) 4. Desequilíbrios sociodemográfico vs. turístico (socioculturais) 5. Ausência de um planeamento estratégico (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Procura global da autenticidade e necessidade universal da natureza (ambientais) 2. Infraestruturas e superestruturas de qualidade a preços competitivos, como factores de competitividade (económicas: rácio Q/P) 3. Dezenas de novos produtos turísticos e segmentos do mercado turístico inexplorados: “por 1 turismo diferente” (turísticas) 4. Criolidade como fator identitário e competitividade turística (socioculturais) 5. Dinâmica político-institucional sintonizada com a dinâmica global pró sustentabilidade (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indefinição das capacidades de carga regionais (ambientais) 2. Competitividade anti-sustentabilidade (económicas) 3. Vazamento turístico para o exterior (turísticas) 4. Ausência de 1 opinião pública vinculativa e de uma capacidade participativa local no turismo (socioculturais) 5. Fraqueza institucional e políticas incorretas, incapazes de fazer face a uma dinâmica externa extrativa, induzindo ónus ao invés de endogeneizar os bónus do turismo (político-institucionais) |

| Destino Sal | |
|---|---|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos naturais potencialmente estratégicos (ambientais) 2. Infraestruturas económicas e turísticas de 1.º mundo (económicos) 3. 1 destino de moda mundial (turísticos) 4. Cultura turística intrínseca (socioculturais) 5. Sintonia fina entre a Câmara Municipal do Sal & o Governo (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indefinição da capacidade de carga regional (ambientais) 2. Divórcio intersetorial (económicos) 3. Mono-dependências (turísticas) 4. Desequilíbrio demográfico-turístico (socioculturais) 5. Fraqueza institucional (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos naturais ímpares (ambientais) 2. Investimentos de qualidade a preços competitivos (económicos: rácio Q/P) 3. Procura natural (turísticas) 4. Elevado índice formativo e educacional local (socioculturais) 5. PPP - Parceria Público-Privada para um reposicionamento do destino (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indução de uma sobrecarga de demanda sobre os recursos ecossistémicos da ilha (ambientais) 2. Vazamento turístico para o exterior (económicas) 3. Mono-dependências (turísticas) 4. Competitividade anti-sustentabilidade e exposição é concorrência externa (turísticas) 5. Perda de identidade (socioculturais) 6. Subalternização do interesse local (político-institucionais) |

| Destino Boa Vista | |
|---|--|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dimensão territorial e recursos naturais potencialmente estratégicos (ambientais) 2. Superestruturas turísticas de 1.º mundo e outras semi-acabadas (económicas) 3. 1 destino de moda mundial (turísticas) 4. Cultura turística tendencialmente intrínseca (socioculturais) 5. TO's com capacidade reivindicativa (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indefinição da capacidade de carga regional (ambientais) 2. Ausência de infraestruturas públicas (económicas) 3. Mono-dimensões turísticas (turísticas) 4. Desequilíbrio demográfico-turístico (socioculturais) 5. Fraqueza institucional (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade de recursos naturais (ambientais) 2. Forte procura externa da ilha e dotação de recursos turísticos diversificados (económicas) 3. Produtos turísticos potenciais com um mercado-alvo potencial ser explorado (turísticas) 4. Mão de obra turístico-hoteleira migrada e imigrada (socioculturais) 5. PPP - Parceria Público-Privada para um reposicionamento do destino (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indefinição da capacidade de carga regional (ambientais) 2. Competitividade anti-sustentabilidade e exposição é concorrência externa (económicas) 3. Queima de um destino promissor (turísticas) 4. Perda da autenticidade: um recurso estratégico (socioculturais) 5. Subalternização do interesse local (político-institucionais) |

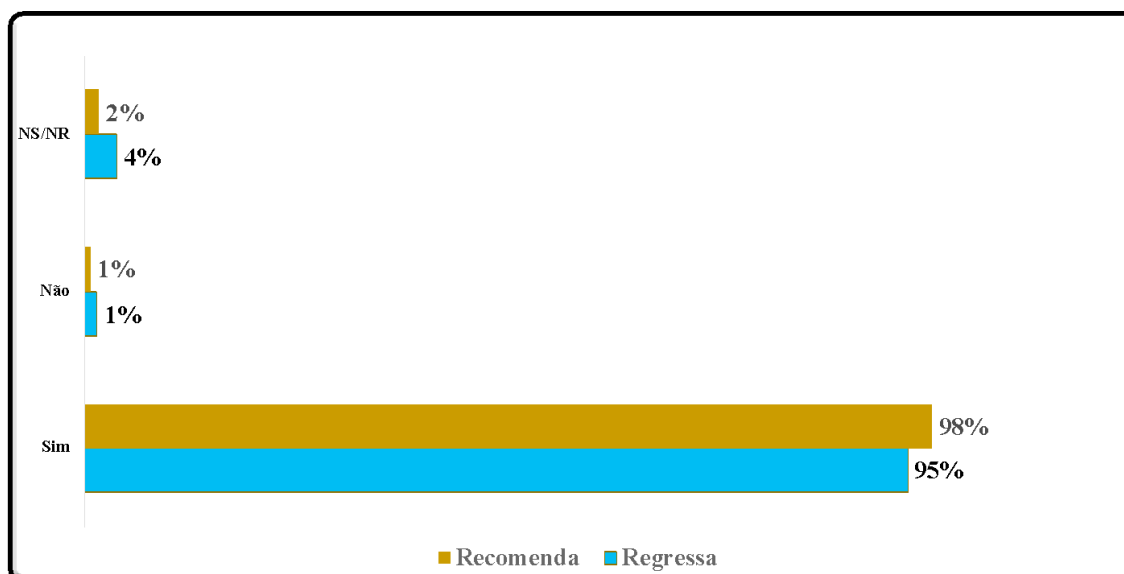
| Destino Santiago | |
|---|---|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidades territorial e ecossistémico (ambientais) 2. Relações intersetoriais do turismo, com um contributo médio de 53% para o PIB (económicas) 3. 1 ilha, 9 microdestinos semi-úrgens (turísticas) 4. Um mosaico sociocultural de Cabo Verde, com 56% da população nacional, de todas as proveniências (socioculturais) 5. Acolhimento de todos órgãos de soberania e corpo diplomático do país (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Tratamento ecológico deficiente (ambientais) 2. Pré-destinação convencional de uma única pseudo vocação agrícola (económicas) 3. Marginalização da promoção e da priorização turísticas (turísticas) 4. Ausência de políticas públicas estratégicas para a “turismização social” (socioculturais) 5. Ausência de um planeamento estratégico do turismo que valorize os recursos efetivamente estratégicos (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Procura da autenticidade no novo normal (ambientais) 2. Dotação de oportunidades intersetoriais (económicas) 3. Dotação de uma diversidade de recursos turísticos potencialmente estratégicos para a promoção de: “1 turismo diferente” (turísticas) 4. Dotação quantitativa e qualitativa de Recursos Humanos (socioculturais) 5. Sendo a única ilha turística ainda com um IT sustentável, poderá beneficiar de uma dinâmica global pró-sustentabilidade, obrigando, assim, o desenvolvimento a ir ter com a população. (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Poluição ambiental (ambientais) 2. Competitividade anti-sustentabilidade (económicas) 3. Ausência de um planeamento efetivamente estratégico do turismo, que valorize e priorize os recursos estratégicos da Ilha (turísticas) 4. Descapitalização social, devido a ausência de políticas públicas para a fixação da população local. Perceção de uma insegurança crescente (socioculturais) 5. Incapacidade institucional para um <i>marketing</i> estratégico que possa atrair investidores e investimentos-âncora, infraestruturação integradora e globalizadora da Ilha (político-institucionais). |

| Destino S. Vicente | |
|--|---|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Virgindade relativa da Ilha (ambientais) 2. Boas infraestruturas e superestruturas em emergência (económicas) 3. 1 ilha-cidade e cosmopolita (turísticas) 4. Uma oferta sociocultural diversificada (socioculturais) 5. Segundo centro urbano, económico (com um contributo médio de 16% para o PIB-CV) e político do país (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desequilíbrio entre as extensões urbana e rural (ambientais) 2. Acessibilidade (infraestrutural) demasiado condicionada ao exterior (económicas) 3. Transporte como problema, ao invés de solução (turísticos) 4. Exiguidade populacional (socioculturais) 5. Instabilidade político-institucional local (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade paisagística (ambientais) 2. Dotação de oportunidades intersetoriais (económicas) 3. Potencialidades turísticas a nível do <i>city-break</i> e para a complementaridade turística com Santo Antão (turísticas) 4. Dotação quantitativa e qualitativa de Recursos Humanos (socioculturais) 5. Marketing pró-regional e consequente dinâmica de atração do IDE (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apanha de enertes e consequente insustentabilidade ecossistémica (ambientais) 2. Perda de competitividade turística, devido aos preços pouco competitivos de transportes interno e externo (económicas) 3. Isolamento relativo da ilha, reduzindo a respetiva atratividade turística (turísticas) 4. Descapitalização social e perda de uma certa centralidade, devido à ausência de políticas públicas para a fixação da população local (socioculturais) 5. Instabilidade político-institucional local (político-institucionais) |

| Restantes ilhas | |
|---|--|
| <p><u>Forças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Virgindade relativa das ilhas (ambientais) 2. Recursos turísticos ímpares (económicas) 3. Diversidade da oferta turística (turísticas) 4. Uma oferta sociocultural diversificada e dotação quantitativa de Recursos Humanos (socioculturais) 5. Poderes locais empreendedores (político-institucionais) | <p style="text-align: right;"><u>Fraquezas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desequilíbrio entre as extensões rural e urbana (ambientais) 2. Acessibilidade (infraestrutural) demasiado condicionada ao interior e exterior e custos de insularidade (económicos) 3. Transporte como problema ao invés de solução (turísticos) 4. Perda do respetivo capital social (sociais) 5. Efeito da periferia (político-institucionais) |
| <p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Densidade Turística Relativamente Baixa (ambientais) 2. Dotação de oportunidades intersetoriais (económicas) 3. Potencialidades turísticas para a promoção da complementaridade turística, com base na autenticidade (turísticas) 4. Dotação quantitativa de Recursos Humanos e de alguma capacidade de carga (socioculturais) 5. Dinâmica global pró-sustentabilidade (político-institucionais). | <p style="text-align: right;"><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Intensidade turística relativamente insustentável (ambientais) 2. Irregularidade de transportes internos e inexistência de externos (económicas) 3. Desvalorização dos recursos turísticos regionais (turísticas) 4. Descapitalização social, devido a ausência de políticas públicas para a fixação da população local (socioculturais) 5. Falta de políticas públicas integradoras (político-institucionais). |

A análise SWOT supra, não obstante espelhar o crescimento desequilibrado e desequilibrador das Ilhas, demonstra, também, elevado grau de atratividade do Arquipélago, traduzido na apreciação que, segundo a CST do INE (2018), os turistas fazem do destino Cabo Verde, em termos intenções de regressar e de recomendar a um próximo, traduzidas no gráfico seguinte:

Gráfico 98-Intenção dos visitantes de regressar e recomendar destino Cabo Verde-2018



Fonte: INE-CV – CST (2018)

Pode-se observar no gráfico anterior, obtido dos dados do INE, referentes ao inquérito aos gastos e consumos turísticos, referentes ao ano de 2018, que, quase a totalidade dos visitantes a Cabo Verde manifestaram a intenção de regressar (95%) e de recomendar (98%) o destino aos seus e que apenas 1% é de opinião contrária. Pelo que, pode-se aferir que os turistas, na quase totalidade, estão satisfeitos com o destino Cabo Verde. Por isso, repetem e recomendam-no.

Neste sentido, para o efeito desta nova largada, o Governo de Cabo Verde pretende lançar novos produtos e serviços turísticos, acionando, nomeadamente, as seguintes políticas públicas:

1. Fomento do turismo residencial, atribuindo um estatuto diferenciado para o titular de segunda residência em Cabo Verde, através da emissão de *Green Card*;
2. Revisão do Estatuto de Investidor Emigrante;
3. Promoção do turismo residencial cabo-verdiano, mormente, junto dos mercados emissor e étnico, bem como dos *remoteworkers*.

Com base nestes fatores competitivos, pode-se expetar o relançamento oportuno de novo destino Cabo Verde, que seja globalmente competitivo e localmente sustentável.

Síntese do capítulo:

O presente capítulo, dedicado ao estudo de caso de Cabo Verde, ficou evidenciado que este Destino dispõe de um enorme potencial turístico, para se posicionar na cimeira dos melhores destinos mundiais.

Este potencial tem suportado, apenas com a oferta de um monoproduto de sol & praia, conseguir posicionar-se entre os destinos mais procurados pelos principais países emissores do turismo mundial e entre os mais competitivos a nível regional.

No entanto, a não oferta de novos produtos turísticos, deixando encravados recursos estratégicos e/ou microdestinos singulares, no contexto mundial, poderá vir a hipotecar a sustentabilidade turística do mesmo, arrastando consigo essa eventual competitividade ensaiada/nascente, uma vez que não haverá competitividade, a prazo, se a mesma não estiver umbilicalmente ligada a cada uma e a todas as dimensões ambiental, económica, turística, sociocultural e político-institucional da sustentabilidade turística.

Para efeito da materialização deste desiderato, torna-se indispensável que os *stakeholders* e as instituições públicas e privadas cabo-verdianas sejam dotados de capacidade institucional, necessária ao cumprimento cabal da seguinte missão coletiva:

1. Formulação, *ab initio*, de um planeamento turístico estratégico e integrador, que sirva de farol, a níveis intra e intersetoriais, tendo o interesse local como foco principal;
2. Edificação de um destino globalmente competitivo e localmente sustentável, maximizando as vantagens comparativas e competitivas, tendo como ingredientes básicos a complementaridade e o alargamento da cadeia de valor do turismo, de base nacional;
3. Prevenção, preferencialmente, e remedeio das falhas, de modo que a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional sejam fatores inalienáveis;

4. Criação, promoção e defesa de uma imagem de marca, que seja capaz de fidelizar o visitante ao destino, compatibilizando a sua experiência com a expectativa do visitado;
5. Reforço e capacitação institucionais, de modo que a regulamentação, a inspeção, a fiscalização e a proteção dos consumidores sejam salvaguardas;
6. Criação de um ambiente de negócio propício ao funcionamento do sistema económico-financeiro, indutor do desenvolvimento de infraestruturas e de superestruturas turístico-hoteleiras;
7. Estabelecimento de condições favoráveis ao crescimento do sector privado e à ocorrência de efeito *spillover*;
8. Fomento de órgãos consultivos e de plataformas de coordenação e de concertação entre o governo e os sectores público e privado;
9. Fornecimento de estatísticas e de informações credíveis e atualizadas, inputs essenciais para o perfeito funcionamento do mercado;
10. Sensibilização pública para a endogeneização de uma cultura pró-turismo.

Estes são, efetivamente, os grandes desafios que Cabo Verde e os cabo-verdianos devem, oportunamente, enfrentar e vencer, para que a pandemia da COVID-19, mais do que uma ameaça potencial, seja uma oportunidade efetiva de renascimento de um destino, para que a sustentabilidade turística cabo-verdiana não seja apenas mais uma retórica e/ou uma miragem, mas sim, uma via aberta efetiva para a felicidade de todos e de cada um dos cabo-verdianos.

Neste novo destino em emergência, nenhum cabo-verdiano terá, mais necessidade de se migrar, interna e/ou externamente, que não seja por oportunidade e, jamais, por necessidade.

Assim, se constrói um destino competitivo e sustentável!

Capítulo 4

Cabo Verde: a Introspeção e a Extrospeção de um Destino

“Recursos e atividades económicas locais são menos usados para o benefício e desenvolvimento das comunidades e cada vez mais para exportação e a diversão de outros (ou seja, turistas, consumidores em outras áreas do mundo)”.

Carvalho & Lewis, (2009: 5-6)

4.1. Inquérito por questionário

Introdução

Existe alguma perceção que o modelo de turismo que tem sido desenvolvido em Cabo Verde tem beneficiado muito pouco a população local, tendo, equivocadamente, colocado foco nos investidores externos, nos grandes operadores e até nos visitantes, sem exergado os visitados e a comunidade local, de uma forma geral.

Nesta perspetiva, para se apurar cientificamente, a perceção e a satisfação generalizada da população local com o modelo turístico, decidiu-se aplicar um inquérito por questionário, de acordo com o critério de amostragem seguinte:

=//=

“Um investimento sólido e potencialmente benéfico requer renúncia, confiança e, acima de tudo, reciprocidade”.

Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 17)

Partindo desta importante premissa dos autores referenciados, uma vez feita a ronda pelos dirigentes das autoridades central e local que têm gerido, direta ou indiretamente, o destino turístico cabo-verdiano, torna-se imprescindível ouvir a comunidade local, para se poder recolher a perceção desta quanto ao modelo de desenvolvimento turístico seguido até agora e se o resultado deste processo tem lhe tocado, de forma direta, indireta e/ou induzida.

4.1.1. Metodologia utilizada

Para o efeito, como método de abordagem, privilegiou-se a pesquisa exploratória, para, através do método dedutivo, se procurar chegar às respostas científicas para as hipóteses em investigação, como devidamente justificado na parte da metodologia.

Neste sentido, optou-se, preferencialmente, por uma análise qualitativa dos dados apurados na investigação. Pois, tanto da parte dos inquéritos por questionário lançados junto dos empreendimentos hoteleiros, para se aferir sobre o perfil do consumo

intermédio hoteleiro, como do inquérito lançado junto da população local, para se analisar a perceção e a expectativa desta em relação ao modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, bem como das entrevistas realizadas junto dos principais dirigentes que tiveram e/ou têm responsabilidades, diretas ou indiretas, na gestão do setor turístico, durante as duas últimas décadas, mormente: o atual e o anterior Primeiro-Ministro, o atual Ministro do Turismo e o cessante, o atual e o ex-Diretor-Geral do Turismo, este foi o método de análise assiduamente selecionado.

Nesta perspetiva, procurou-se, através do **método qualitativo**, depositar num instrumento eficaz de análise, a descodificação, nomeadamente, desses inquéritos e entrevistas, utilizando, para o efeito, a análise documental, a análise descritiva do SPSS e/ou o software Max-QDA. No entanto, dado o número de entrevistados ser baixo, tecnicamente, foi optado por tratamento manual dessas entrevistas, embora, inicialmente, tinha-se recorrido ao software Max-QDA.

No entanto, face à complexidade do fenómeno em estudo, reservou-se, complementarmente, o método quantitativo para efeito de realização de uma abordagem mais quantitativa (pura ou não) e/ou analítica dos dados estatísticos, do SPSS, nomeadamente, para a realização de testes de Qui-Quadrado e de t de Student, concernentes à análise da correlação a ser testada no âmbito do inquérito de satisfação da população local, ou ainda, para a aplicação de algumas fórmulas para o cálculo da sustentabilidade turística.

Uma vez que, o **método quantitativo**, permite traduzir em números opiniões e informações, ainda que obtidas, de forma primária, através de inquérito por questionário, realizado, neste caso em concreto, através de questões de escolhas múltiplas, formuladas acerca da perceção dos locais sobre o passado, o presente e o futuro do turismo cabo-verdiano. Pois, cada teste de qui-quadrado pode ser usado para determinar se as variáveis estão associadas (dependentes) ou não (<https://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/statistics/tables/how-to/chi-square-test-for-association/interpret-the-results/all-statistics/>, consultado em 06/09/2020, 10h00). Também, “quando duas amostras independentes são tomadas ao acaso e a variável tem distribuição normal, a comparação de suas médias pode ser realizada usando o teste t de Student” (Moreno & Morcillo, 2019: 2).

Esse recurso ambivalente bilateral traduziu-se, na prática, no uso de um **método misto quali-quantitativo**, implicando, por um lado, para o caso qualitativo, o uso do software MAXQDA, para efeito de tratamento de entrevistas e/ou observações diretas de fenómenos ou, em alternativa, a utilização também do método manual, para efeito de algumas análises, uma vez que o *software* referenciado não se revelou muito eficaz no tratamento de dados, com uma amostra de tão reduzida²⁰² dimensão (4), bem como na utilização, por outro, do método quantitativo, quando os inputs originais são puramente quantitativos (Ex: Q1. Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro / Q2. Measure o número de transações económicas (venda de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você / seus familiares diretos faz(em) com o setor turístico-hoteleiro), ou então, quando se optar pela transformação de variáveis qualitativas em quantitativas (não puras) (ex: Q5. Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expectativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura).

Nesta perspetiva, não obstante o recurso a *inputs* primários díspares, de cariz mais qualitativo ou quantitativo, para efeito de obtenção de *outputs para análise*, fez-se uso das técnicas e dos recursos estatísticos mais adequados, nomeadamente: frequências absolutas e relativas, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc., tendo em vista o uso, circunstancialmente, do melhor método para se poder fazer a melhor análise e, conseqüentemente, se poder tirar a melhor conclusão.

No que concerne aos **objetivos da investigação**, a **pesquisa exploratória**, a qual, no ponto de vista de Garcia (2015: 75), “busca se familiarizar com os fenómenos surgidos durante a pesquisa, explorando os próximos passos mais profundamente e com maior precisão”, se configura como a mais adequada para os objetivos preconizados no âmbito da presente investigação. Pois, na linha do pensamento de Garcia (2015), esta tipologia de investigação proporciona uma maior familiaridade com o problema em estudo, tornando-o mais explícito, suscetível de construção de hipóteses.

²⁰² Agradece-se a amabilidade e a pronta resposta do atual Primeiro-Ministro, Dr. José Ulisses Correia e Silva, do ex-Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Pereira Neves, do ex-Ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito, do atual DG do Turismo, Dr. Francisco Martins e do ex-DG do Turismo do Dr. Emanuel Almeida. Bem-haja. Em relação ao atual Ministro do Turismo e Transportes, Dr. Carlos Santos, tendo em conta o inquérito feito junto do atual Primeiro-Ministro, entendeu-se ser melhor emitir-se apenas uma resposta por parte do Governo, causando uma relativa contração na amostra pré-definida, mas, sem comprometer o objetivo essencial.

4.1.2. Distribuição da amostra

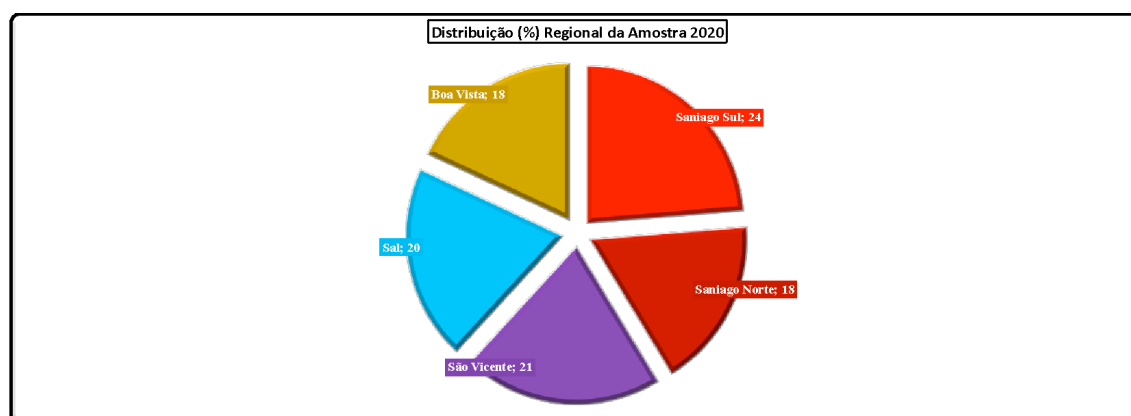
Para efeito de distribuição da amostra o peso populacional de cada município e, conseqüentemente, de cada região turística acaba por ter um peso decisivo, condicionam, sobremaneira, a representação quantitativa de cada município na amostragem total.

Neste sentido, da repartição dos inquiridos para os diferentes municípios que ficaram elegíveis para a presente investigação, decidiu-se inquirir 1.843 pessoas, através de um inquérito por questionário, junto da sociedade civil, em todos os municípios, das consideradas “ilhas turísticas” (Sal, Boa Vista, Santiago e S. Vicente), cuja amostra seguiu a seguinte distribuição:

| N.º | Região | % |
|-----|----------------|-----|
| 1. | Santiago sul | 21% |
| 2. | Santiago norte | 18% |
| 3. | S. Vicente | 21% |
| 4. | Sal | 20% |
| 5. | Boa Vista | 18% |

Em termos gráficos a mesma pode ser representada da seguinte forma:

Gráfico 99 - Distribuição regional da amostra do inquérito por questionário



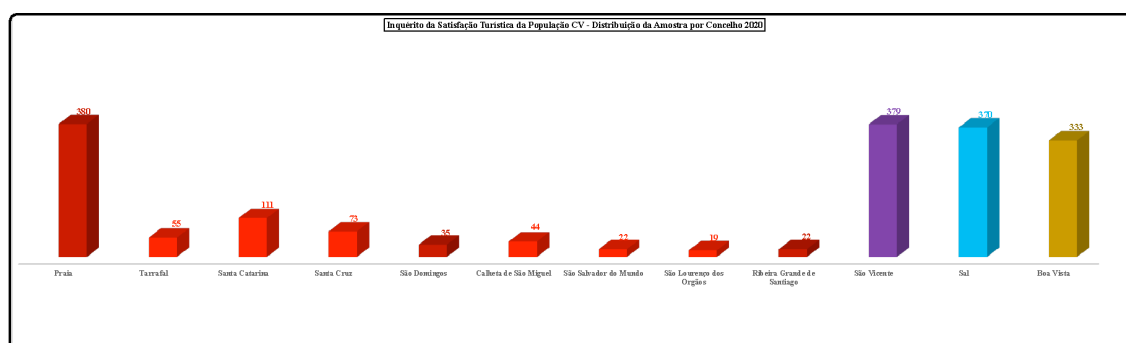
Fonte: Afrossondagem (2019)

Da análise do gráfico, pode-se concluir que a ilha de Santiago, por acolher cerca de 56% da população nacional, acabou por ter um peso representativo no sistema de

amostragem, sendo dividido, em conformidade com os ciclos eleitorais, em duas regiões estatísticas: Santiago Norte e Sul.

No entanto, o gráfico seguinte permite visualizar com mais detalhes a distribuição municipal do inquérito lançado:

Gráfico 100 - Distribuição municipal da amostra para o inquérito por questionário



Fonte: Afrossondagem (2019)

Observa-se que só o concelho da Praia, com 380 inquiridos, contempla mais inquiridos que todos os outros municípios ou regiões turísticas.

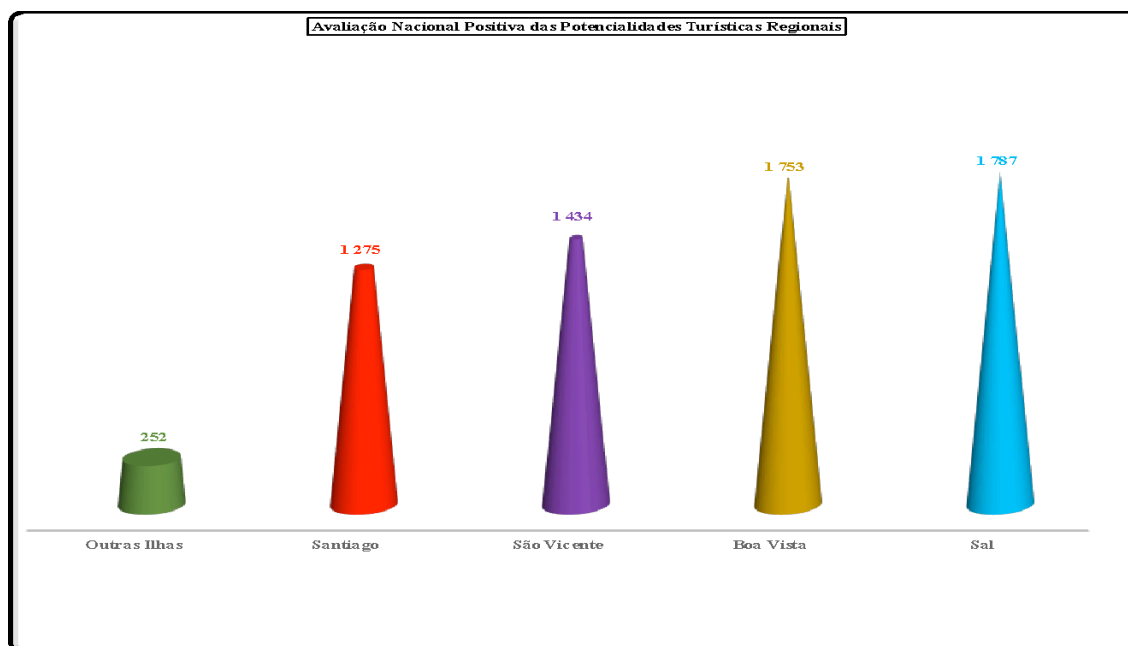
4.1.3. Análise de inquérito

Pretende-se, com o *output* deste inquérito, responder, sob forma de tópicos, às seguintes perguntas de partida, recorrendo aos gráficos infra, tendo em vista a mensuração da perceção da comunidade local sobre a forma como o desenvolvimento turístico tem se processado em Cabo Verde, bem como a forma direta, indireta ou induzido como os resultados desse processo tem chegado a cada um dos inquiridos e a toda a comunidade em geral.

4.1.3.1. Introspeção e extrospeção do destino turístico cabo-verdiano

Neste quesito, pretende-se, numa perspetiva bidirecional, deitar um olhar de dentro para fora e de fora para dentro de cada microdestino turístico, de modo que cada inquirido possa, na qualidade de um observador-participante, sentir e transmitir o pulsar das diferentes regiões turísticas, mormente o daquela a que pertence.

Gráfico 101 – Avaliação das potencialidades turísticas regionais



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Na perspetiva dos inquiridos, a potencialidade dos destinos turísticos regionais está ordenada da seguinte forma:

1. A ilha do Sal;
2. A ilha da Boa Vista;
3. A ilha de S. Vicente;
4. A ilha de Santiago;
5. As restantes ilhas.

Esta avaliação vem contrariar a opinião dos dirigentes nacionais e setoriais, que consideram as ilhas de Santiago e de S. Vicente como sendo as ilhas com maiores potencialidades turísticas, por serem dotadas de maiores recursos turísticos, o que lhes permitem oferecer um conjunto diversificado de produtos turísticos, nomeadamente:

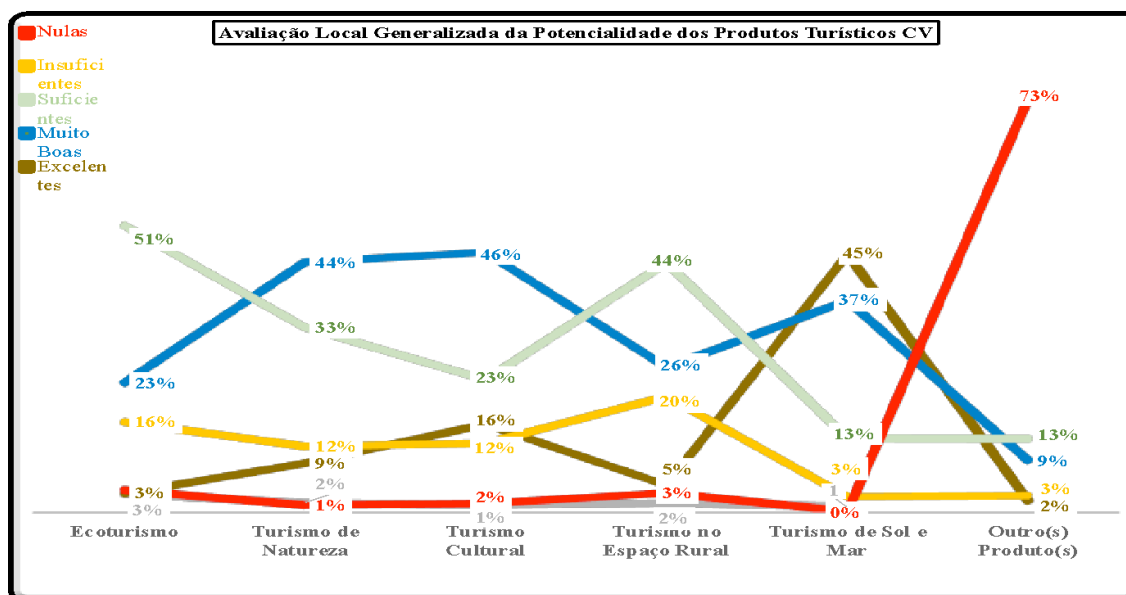
1. Turismo de sol & praia;
2. Turismo cultural;
3. Ecoturismo;
4. Turismo da natureza;

5. Turismo no espaço rural (mais em Santiago);
6. Turismo de montanha (mais em Santiago);
7. Turismo de saúde;
8. Turismo religioso;
9. Turismo de negócio;
10. MICE – Meeting (Encontros), Incentives (Incentivos), Conferences (Conferências) and Exhibitions (Feiras) – Turismo de Eventos;
11. City-break;
12. Turismo étnico (com cerca de 1.000.000 de cabo-verdianos ou descendentes a residir na diáspora, ávidos por descobrir a sua origem e aprofundar os laços históricos);
13. Turismo desportivo;
14. Turismo de cruzeiro;
15. Turismo residencial;
16. *Remote work*, etc.

Estas são as únicas ilhas que, pelas suas características naturais, podem classificadas como destinos completos, com uma certa vantagem competitiva para a ilha de Santiago, que dispõe de 9 dos 22 concelhos, 56% da população do país, um património mundial da humanidade, que a simboliza como o berço da criouldade e uma riqueza cultural imensa. Estes destinos de eleição não poderão ser mais adiados, sob pena de estar-se a construir destinos aparentemente competitivos, mas que não garantirão, a prazo, a sustentabilidade turística destas ilhas.

No entanto, o desconhecimento coletivo de uma população, a quem sempre foi informado, durante três longas décadas, que turismo = sol & praia, a mesma acaba por fazer a seguinte avaliação:

Gráfico 102 – Avaliação das potencialidades dos produtos turísticos CV



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Da análise do gráfico, fazemos a “endoscopia” turística cabo-verdiana e verificamos que, na perspetiva dos cabo-verdianos, turismo é sol & mar, tendo um total de 82%, com avaliações excelentes ou muito boas (avaliação de excelência).

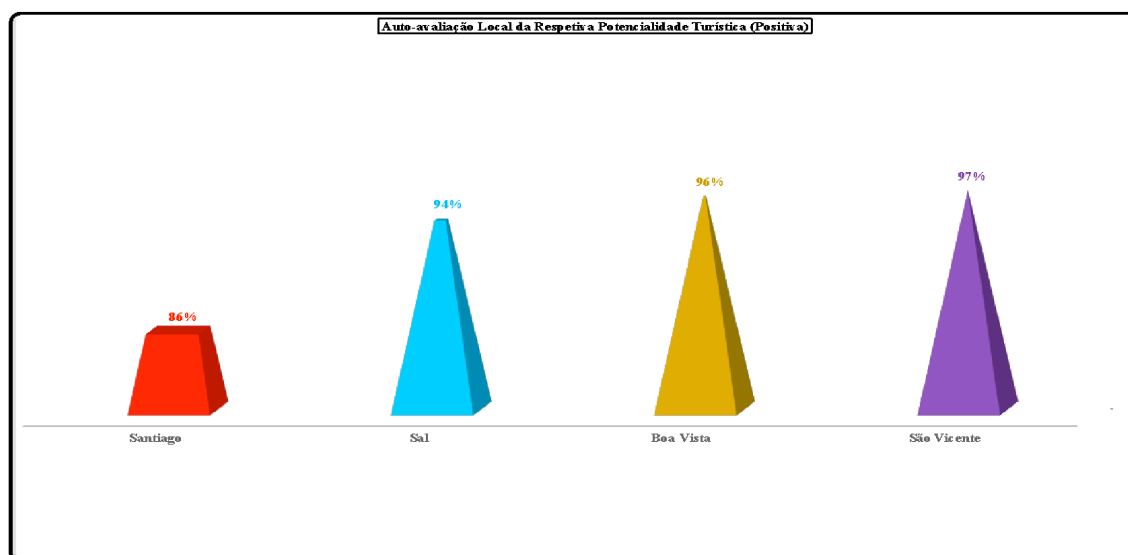
O turismo cultural figura em segundo lugar, com uma avaliação total de excelência de 62%, sendo seguido do Turismo da Natureza, com uma avaliação total de 53%.

A perceção dos inquiridos sobre o destino Cabo Verde, é marcada pela seguinte avaliação paradoxal:

1. Sal e Boa Vista, destinos balneares, consideram que Cabo Verde tem potencialidade turística nula em Sol & Mar;
2. Santiago considera Turismo Cultural, Sol & Mar e Turismo de Natureza como sendo os produtos com maiores potencialidades;
3. S. Vicente considera que Cabo Verde não dispõe de excelente potencial em nenhum produto turístico.

No entanto, esta contradição avaliativa assume ainda maior assiduidade, quando os inquiridos foram convidados a fazer a auto-endoscopia do respetivo destino, a avaliação é surpreendente, conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 103 – Auto-avaliação da respetiva potencialidade turística



Fonte: Dados do inquérito (2019)

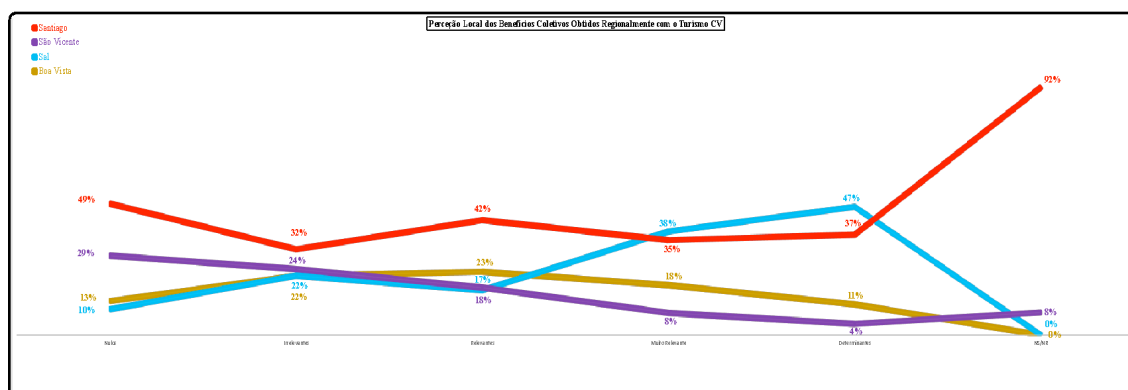
Os santiaguenses, perante um destino mais completo que detêm, encaminham-se na assunção da valorização e promoção do seu próprio destino, avaliando-o como o destino com piores potencialidades turística (86%), quiçá contentando-se com o destino que lhe teria pré-traçado por alguns visionários do passado, catalogando a ilha de Santiago como sendo a ilha de vocação meramente agrícola, deixando aos mindelenses o campo aberto para assumirem, livremente, S. Vicente (97%) como o destino cabo-verdiano com maior potencialidade turística, talvez o próximo a descolar-se, turisticamente.

Estas percepções, por serem transformadoras do futuro do destino, devem ser analisadas e encaradas com ponderação e muita estratégia, por parte de todos os *stakeholders* envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável do destino Cabo Verde, numa sã competitividade regional, onde: “cada um deve dar, sempre, o melhor de si para o melhor dos seus”.

4.1.3.2. Benefícios diretos, indiretos e induzidos expetáveis para um destino competitivo e sustentável

Este indicador, por representar a satisfação ou frustração da expetativa individual de cada utente, transforma-se num importante fator de análise, para se poder mensurar o alcance dos efeitos do turismo.

Gráfico 104 – Perceção local dos benefícios coletivos do turismo

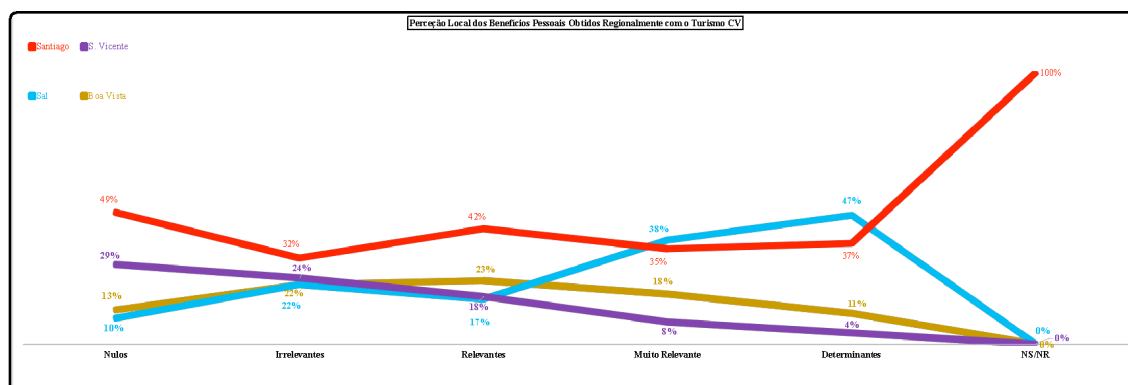


Fonte: Dados do inquérito (2019)

Quanto à perceção local dos benefícios coletivamente obtidos do turismo, numa determinada região, pode-se verificar que:

1. A ilha do Sal é a que apresenta um índice de satisfação, com uma taxa de aprovação, com distinção (determinante), de 47%;
2. Em Santiago, 37% da população inquirida entende que o turismo desenvolvido localmente é determinante para os benefícios da população local;
3. A ilha da Boa Vista figura em 3.º lugar, com uma taxa de aprovação de 11%, o que não deixa de ser sintomático, tendo em conta que se trata do segundo maior destino turístico cabo-verdiano. Há que ser analisado se os benefícios do turismo estão a chegar à população local, mormente ao Bairro da Boa Esperança que acolhe, previsivelmente, cerca de 8.000 pessoas (o que corresponde a 63% da população da ilha, segundo os dados do Censo 2021), em condições, por vezes, subumanas;
4. S. Vicente, por sua vez, afigura em 4.º lugar, com uma taxa de 4%.

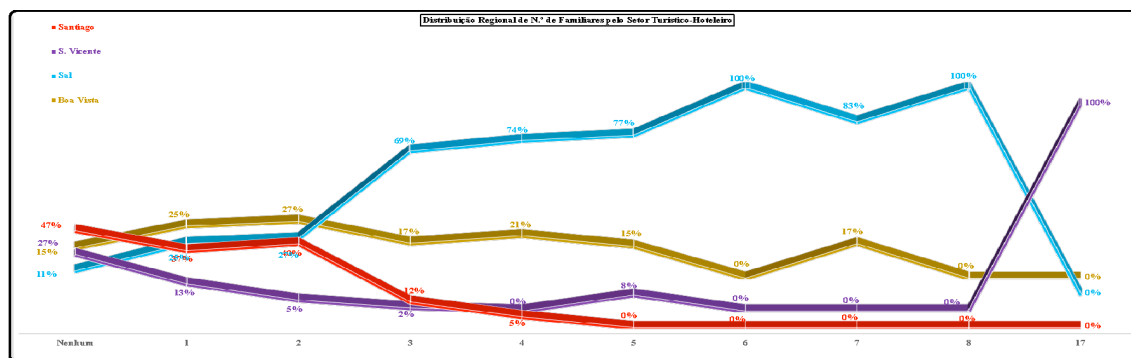
Gráfico 105 – Perceção dos benefícios pessoais obtidos com o turismo em cada ilha



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Neste quesito, também a ilha do Sal supera as outras, quanto à percepção dos benefícios pessoais obtidos, regionalmente, com o turismo, registrando uma taxa 47%, enquanto que Santiago apresenta uma taxa de 37%, Boa Vista de 11% e S. Vicente de 4%.

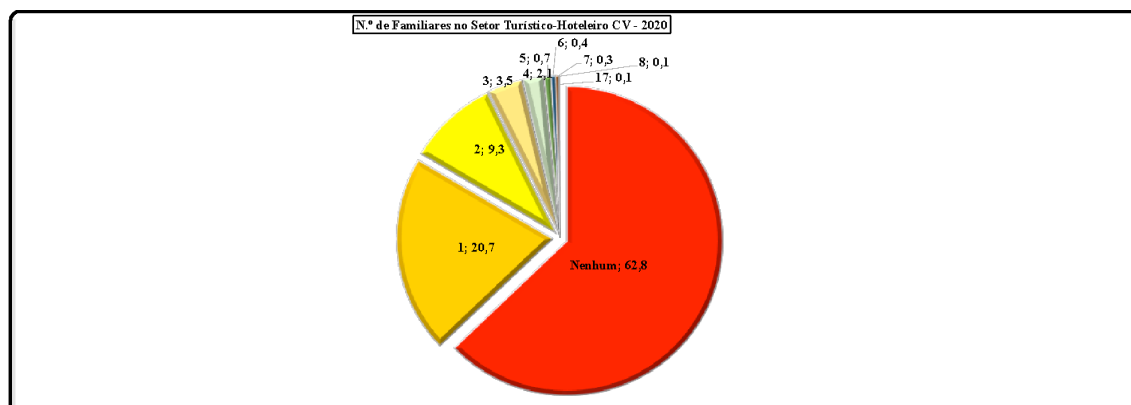
Gráfico 106 – Distribuição regional de familiares empregados



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Quanto ao número de familiares a trabalhar no setor turístico, verifica-se que as ilhas como a de Santiago apresentam muitos inquiridos a responder que não têm ninguém, ou que têm pouca gente. À medida que o número de familiares aumenta, a ilha do Sal vai ganhando protagonismo, constituindo a única ilha que aparecem inquiridos com 8 familiares empregados a nível setorial, registrando ainda 83% para 7 familiares, contra 17% da Boa Vista. Este é um indicador que demonstra a nossa tese que, para se beneficiar do turismo, ou faz-se investimentos setoriais estruturantes nas ilhas mais populosas ou, então, o país tem que se preparar para ter uma massiva migração interna da população, à procura de uma oportunidade de sobrevivência ou de um eventual bónus turísticos.

Gráfico 107 – Total nacional de familiares empregados no turismo

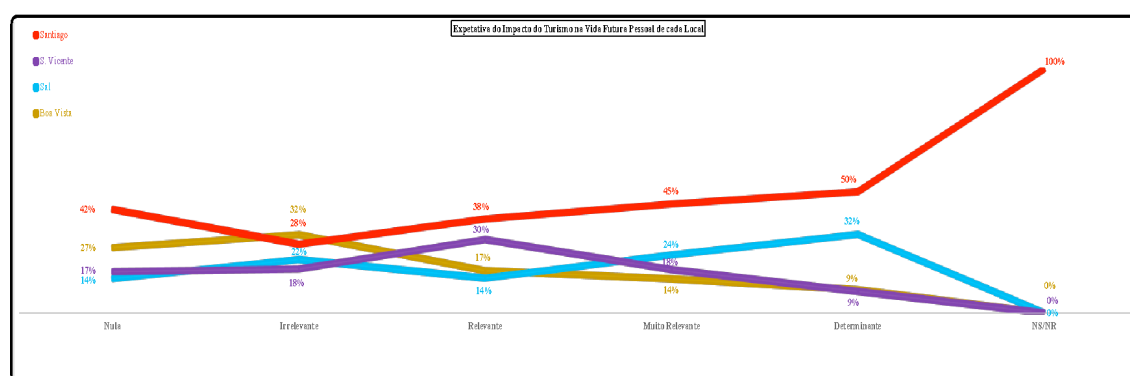


Fonte: Dados do inquérito (2019)

Quanto ao número de familiares a trabalhar no turismo, grande parte dos inquiridos não tem ninguém a beneficiar, cerca de 62,8%. Este é mais um indicador importante que demonstra que o turismo passa ainda à margem de grande parte das famílias cabo-verdianas, por haver um divórcio latente entre os locais de permanência dos visitantes e de permanência dos visitados.

Cerca de 93% dos inquiridos têm menos de 3 familiares a trabalhar no turismo ou, até mesmo, nenhum.

Gráfico 108 – Expetativa futura no turismo



Fonte: Dados do inquérito (2019)

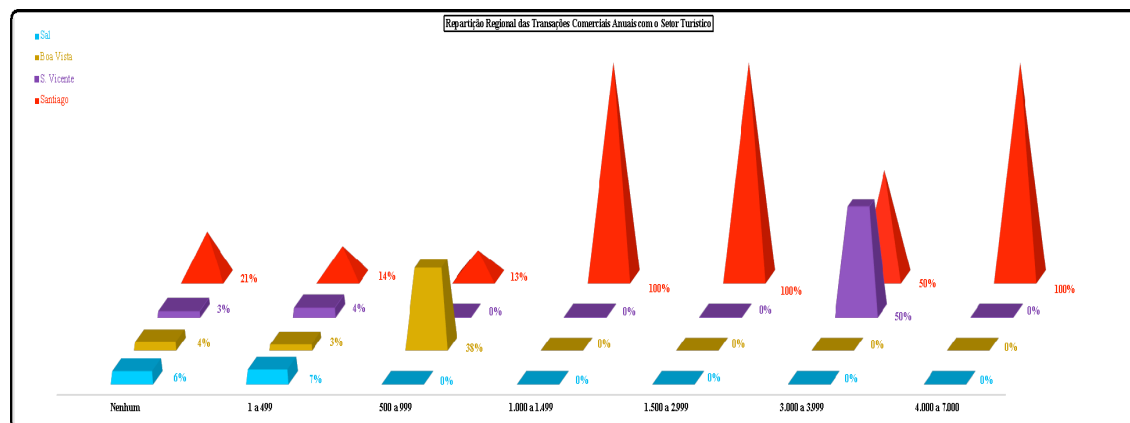
No que concerne à expetativa futura no turismo, constata-se que:

1. Santiago supera, com 50% da população inquirida a entender que o turismo será determinante para o sucesso pessoal da população local;
2. A Ilha do Sal é a que apresenta em 2.º lugar, com uma expetativa a nível de determinante, na ordem de 32%;
3. A ilha da Boa Vista afigura em 3.º lugar, com uma taxa de 9%;
4. S. Vicente, por sua vez, figura, também, em 3.º lugar, com 9%.

4.1.3.3. As relações intra e intersetoriais do turismo num PEID em edificação

Este constitui uma variável importantíssima, para efeito de análise da economia do turismo.

Gráfico 109 – Repartição regional de transações com o setor turístico



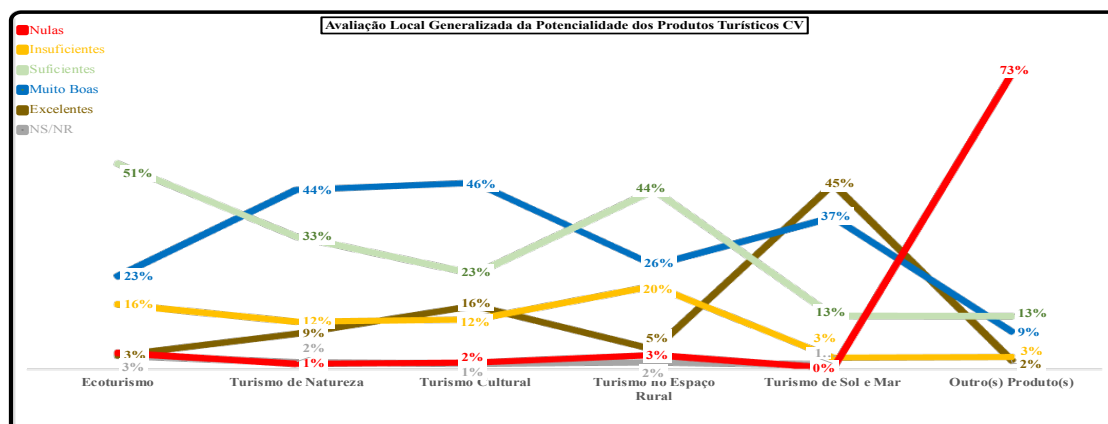
Fonte: Dados do inquérito (2019)

Pois, verifica-se que as únicas ilhas que fazem transações significativas com o setor turístico são a de Santiago e, residualmente, a de S. Vicente e as outras ilhas ficaram com transações insignificantes. Este é mais reflexo da opção tomada ao longo de trinta anos de concentrar e confinar o turismo em ilhas sem população e sem atividades complementares, para se poder estabelecer relações intersetoriais como o turismo, o que implica um elevado custo de transporte e/ou logístico, o que pode vir a traduzir-se numa desvantagem competitiva para o produto turístico cabo-verdiano.

No que concerne às relações comerciais intersetoriais, as maiores transações são asseguradas pelos santiaguenses e algumas pelos s. vicentinos, cabendo às restantes ilhas pequenas transações. Este desequilíbrio comercial, com o turismo a desenvolver em ilhas sem outras atividades setoriais, vem, por um lado, colocar um *stress* extra sobre: a demanda de transportes, os custos de transação e, em última instância, sobre a própria competitividade do setor turístico e, por outro, obrigar ilha como a de Santiago a especializar-se (forçosamente ou não) nas relações intersetoriais em detrimento das intrassetoriais do turismo, com elevados custos económicos e sociais para a população local que, ve-se assim, obrigado a migrar pas as ilhas do Sal e da Boa Vista, à procura de uma solução na vida.

4.1.3.4. Destino Cabo Verde: entre a globalização do local e a localização do global

Gráfico 110 – Avaliação local da potencialidade dos produtos turísticos CV

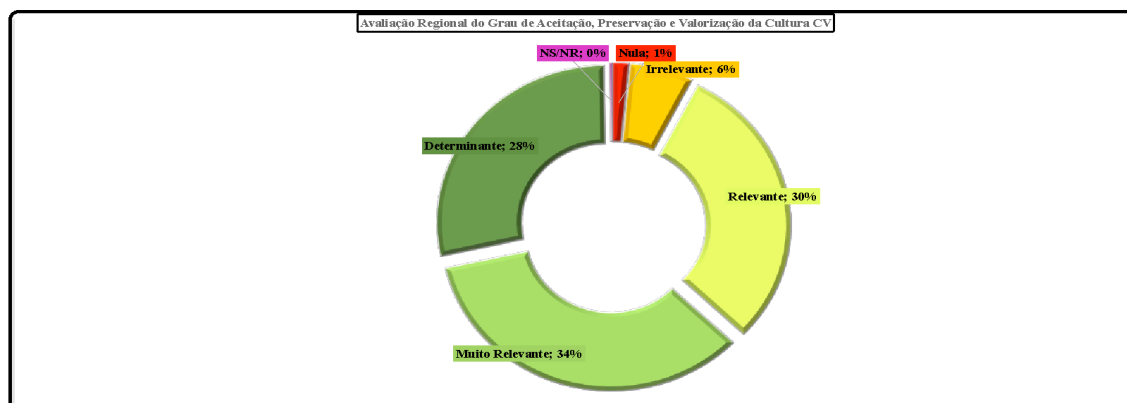


Fonte: Dados do inquérito (2019)

No que concerne à globalização do local, o produto de sol & praia afigura, para o destino Cabo Verde, com uma certa vantagem comparativa em relação aos demais produtos turísticos, apresentando uma avaliação de excelente, em 45% dos inquiridos, seguido de turismo cultural com 16%, turismo da natureza com 9%, turismo no espaço rural com 5% e ecoturismo com 3%.

No entanto, se acionarmos também a avaliação considerada como muito boa, verificamos que o turismo de sol & praia continua a liderar com 82%, seguido de turismo cultural com 62% e turismo da natureza com 53%. Esta avaliação, sem dados reais que poderiam favorecer os outros produtos turísticos, demonstra que o Homem cabo-verdiano e a natureza, constituem, também, na mente dos cabo-verdianos, os recursos turísticos estratégicos, em direção dos quais deve caminhar a diversificação turístico-económica em germinação.

Gráfico 111 – Grau de aceitação, preservação e valorização da Cultura CV



Fonte: Dados do inquérito (2019)

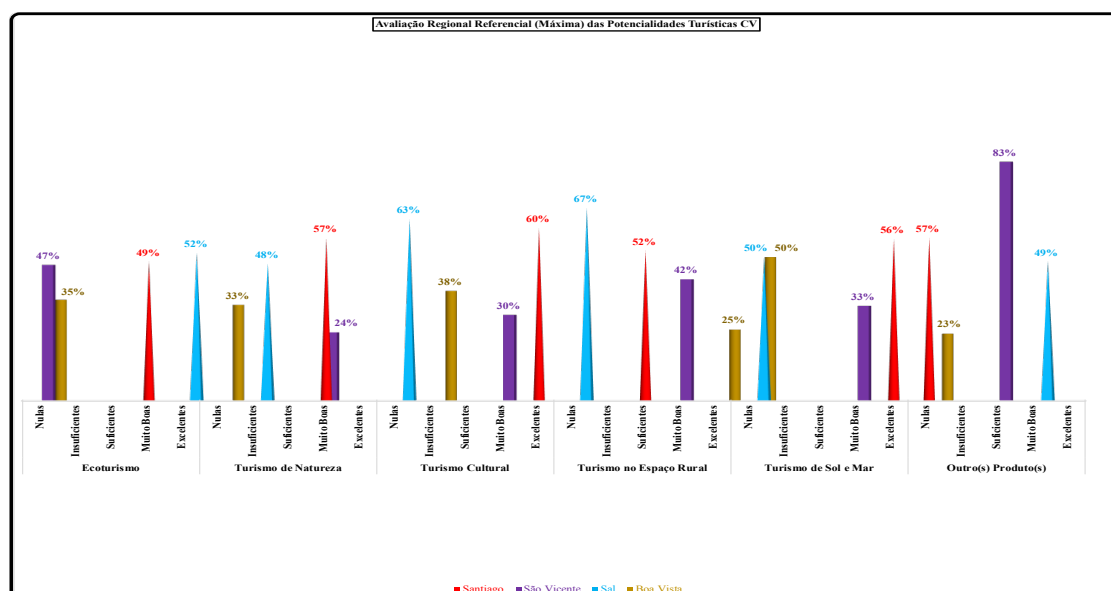
Os inquiridos fazem a seguinte avaliação, no que concerne à aceitação, preservação e valorização da cultura local, por parte dos turistas:

1. 92% dos cabo-verdianos têm a perceção que os turistas aceitam, preservam e valorizam a cultura local;
2. Sendo 30% dessa nova atitude considerada de relevante, 34% de muito relevante e 28% de Determinante.

4.1.3.5. A competitividade turística cabo-verdiana e os desafios do equilíbrio regional

O equilíbrio regional, segundo Romão (2001), constitui um dos FCS da competitividade-país, não podendo, por isso, ser negligenciado.

Gráfico 112-Avaliação regional da potencialidade máxima dos produtos turísticos CV



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Do gráfico anterior, retiram-se, por um lado, as seguintes conclusões relevantes:

1. Os Salenses e os Boavistenses, residentes nos distintos destinos balneares, paradoxalmente, consideram que Cabo Verde tem potencialidade de turística nula em Sol & Mar;
2. Os Santiaguenses consideram Turismo Cultural, Sol & Mar e Turismo de Natureza como sendo os produtos com maiores potencialidades;
3. Os S. Vicentinos consideram que Cabo Verde não dispõe de excelente potencial em

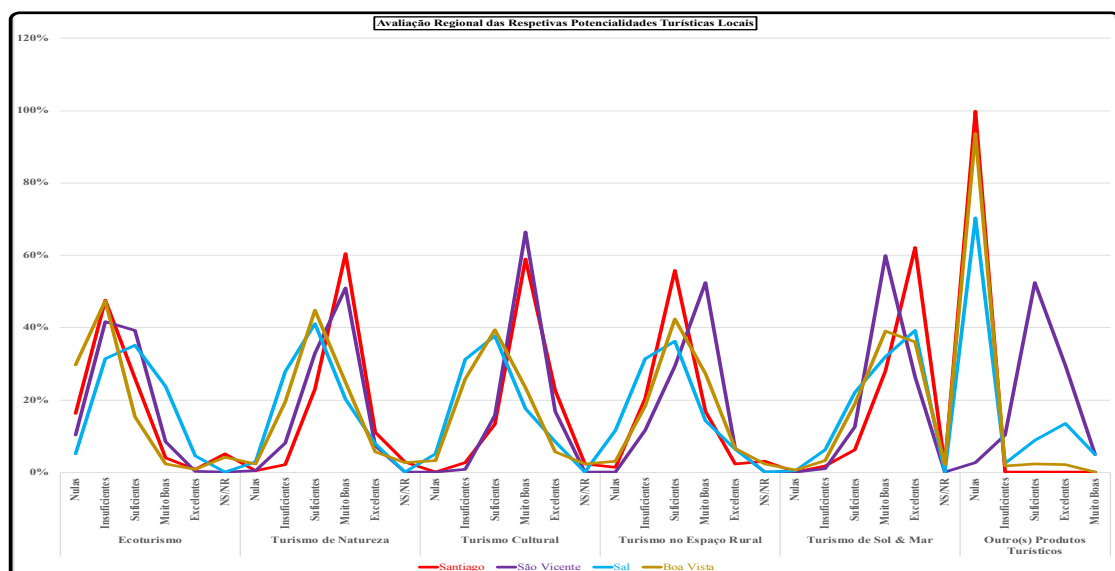
nenhum produto turístico.

Denota-se, por outro, que:

1. **Os salenses** apostam mais no Ecoturismo, atribuindo a classificação de Produto Excelente, com uma pontuação de 52%;
2. **Os boavistenses** apostam mais no Turismo no Espaço rural, atribuindo-o a classificação de Produto Excelente, com uma pontuação de 25%;
3. **Os santiaguenses**, por sua vez, apostam mais no Turismo Cultural, atribuindo-o a classificação de Produto Excelente, com uma pontuação de 60%, deixando Sol & Mar a uma curta distância (56%);
4. **Os mindelenses**, curiosamente, mais sépticos em relação às potencialidades do destino Cabo Verde, consideram que não nenhum produto excelente, reservando a sua pontuação máxima, para Turismo no Espaço Rural, o qual consideram ser um muito bom produto, com uma classificação de 42%, sendo secundado pelo Turismo de Sol & Mar, com uma avaliação de 33%.

Quando a análise se centralizar a nível da perceção regional das potencialidades turísticas da respetiva ilha, a opinião dos cabo-verdianos inquiridos é representada no gráfico infra:

Gráfico 113 – Avaliação regional das respetivas potencialidades turísticas



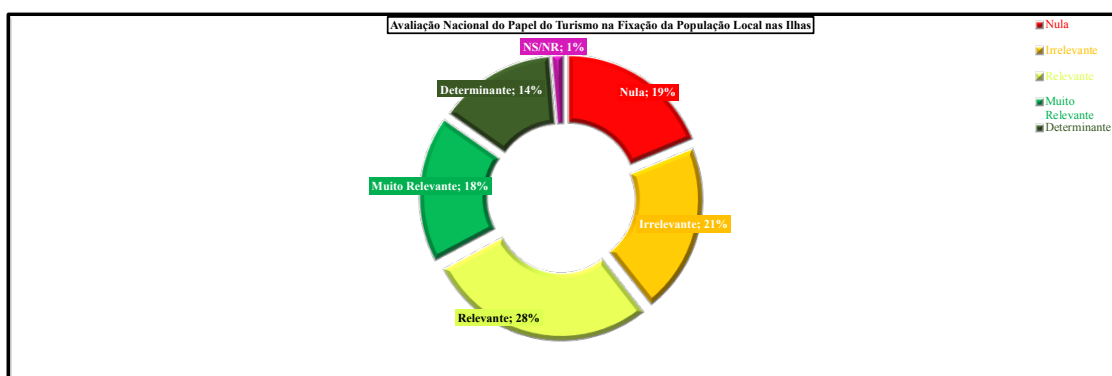
Fonte: Dados do inquérito (2019)

Assim sendo, numa introspectiva turística regional, constata-se, com alguma curiosidade, que os locais têm a seguinte perceção quanto às potencialidades turísticas da respetiva ilha:

1. **39% dos salenses** que apostaram em Sol & Praia, consideraram-no como sendo um Produto Excelente e 32% consideraram-no, ainda, como sendo um muito bom produto;
2. **Apenas 36% dos boavistenses** que apostaram em Sol & Praia, consideraram-no como sendo um Produto Excelente, enquanto que 39% consideraram-no como sendo um produto apenas muito bom;
3. **62% dos santiaguenses** que apostaram em Sol & Praia, consideraram-no como sendo um Produto Excelente para a ilha de Santiago. Os que apostaram no Turismo da Natureza, 61% consideraram-no como sendo um produto muito bom (só 11% excelente), merecendo o Turismo Cultural a mesma avaliação em 59% dos apostantes neste produto (23% excelente);
4. **Os mindelenses**, consideram que os produtos que têm excelentes potencialidades na ilha são: Outros Produtos Turísticos (60%); Sol & Praia (26%), Turismo Cultural (17%).

No que concerne à perceção dos cabo-verdianos quanto ao papel do turismo na fixação da população local, o resultado encontra-se refletida no gráfico seguinte:

Gráfico 114-Avaliação nacional do papel do turismo na fixação da população local



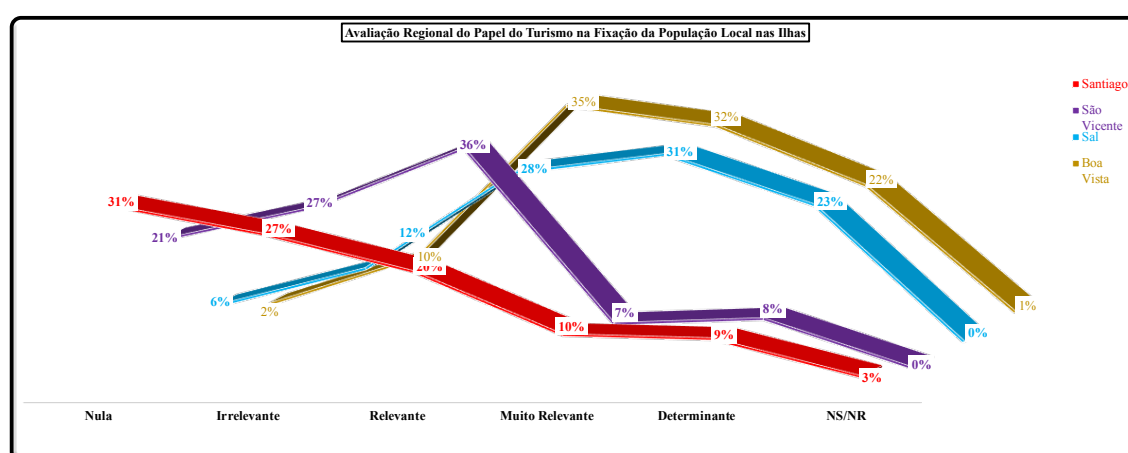
Fonte: Dados do inquérito (2019)

A nível nacional, entre os efeitos Nulos e Irrelevantes vs. Muito Relevantes e Determinantes, verifica-se que os efeitos negativos acabam por predominar, num rácio de 40% contra 32%. Isto significa que os cabo-verdianos são séticos quanto ao

verdadeiro efeito do turismo cabo-verdiano na fixação da população local nas respetivas ilhas de origem, podendo isso espelhar uma certa dificuldade de os efeitos benéficos do turismo chegarem, naturalmente, à população local.

Esta perceção é extremamente relevante, por vir a pôr em causa a nossa sétima hipótese de trabalho, que defendia, em tese, que o desenvolvimento turístico experimentado no contexto cabo-verdiano é socioculturalmente sustentável, por contribuir para a: inclusão²⁰³, satisfação, fixação da comunidade local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável das ilhas.

Gráfico 115 – Avaliação regional do papel do turismo na fixação da população local



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Ao detalhar-se esta análise a nível regional, conclui-se que:

1. Santiago, sendo a ilha que mais "exporta" Mão-de-Obra migrante para as outras ilhas turísticas, nomeadamente, para as ilhas do Sal e da Boa Vista, considera (em 58%) que o Turismo pouco (27%) ou nada (31%) contribui para a fixação da população local nas respetivas ilhas e S. Vicente 48%.
2. Num outro extremo, as ilhas recetoras de mão-de-obra migrada: Boa Vista (89%) e Sal (62%), consideram muito relevante e determinante o papel do turismo neste desiderato.

Este constitui um dos fatores mais críticos da sustentabilidade turística cabo-verdiana, podendo, assim, contribuir para o desenraizamento populacional e para o vazamento económico-financeiro do turismo.

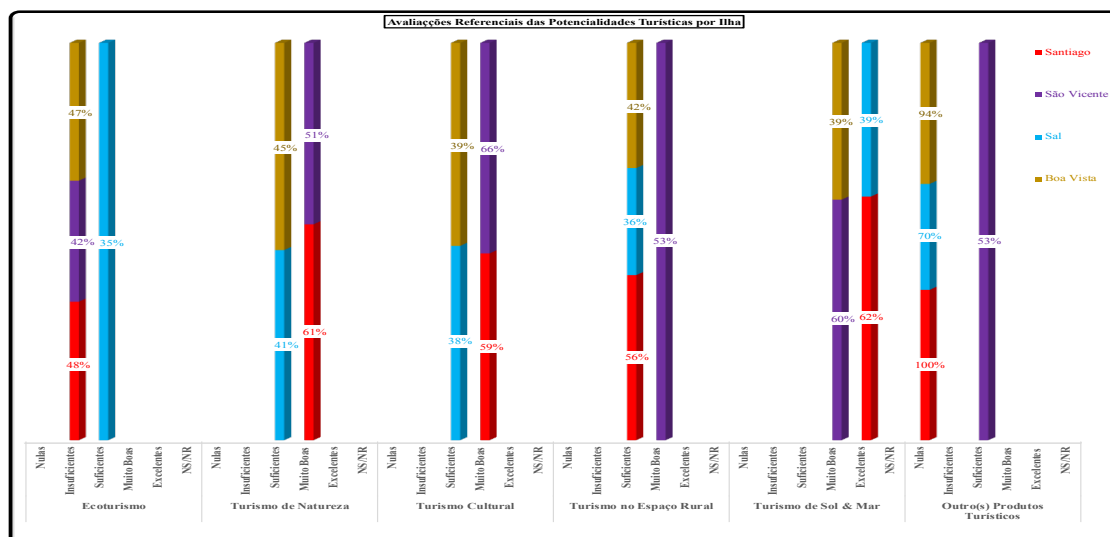
²⁰³ Incluindo o largo extrato dessa comunidade residente na Diáspora, a qual, estimadamente, constitui uma população superior à residente no território nacional.

4.1.3.6. “1 país, 22 destinos”: entre a visão e a ilusão

O Destino Cabo Verde ao ser edificado no seio de um equívoco incorporado nos seus sucessivos planos de desenvolvimento de que Turismo é Sol & Praia, forçou todas as ilhas a funilarem a sua oferta turística para nível deste mono-produto, intimando-as a se posicionarem, de forma competitiva e sustentável, no âmbito de um mono mercado turístico.

Os cabo-verdianos conscientes desse percurso equivocado, demonstraram, através do inquérito realizado e do gráfico seguinte, que esta pseudo visão turística poderá se transformar numa grande (des)ilusão, uma vez que as potencialidades turísticas das ilhas apontam num sentido adverso:

Gráfico 116 – Avaliações referenciais das potencialidades turísticas por ilha



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Do gráfico anterior, pode-se destacar os seguintes aspectos relevantes:

1. Sal

Na perceção dos Salenses, esta ilha tem potencial turístico de:

- Excelente – no Produto de Sol & Mar**, em 39% dos casos;
- Suficiente – no Produto de Turismo da Natureza**, em 41% dos casos;
- Suficiente – no Produto de Turismo Cultural**, em 38% dos casos;
- Suficiente – no Produto de Turismo no Espaço Rural**, em 36% dos casos;
- Suficiente – no Produto de Ecoturismo**, em 35% dos casos;
- Nulo – nos Outros Produtos Turísticos**, em 70% dos casos.

2. Boa Vista

Na perceção dos Boavistenses, esta ilha tem potencial turístico de:

- a. **Muito Bom – no Produto de Sol & Mar**, em 39% dos casos;
- b. **Suficiente – no Produto de Turismo da Natureza**, em 45% dos casos;
- c. **Suficiente – no Produto de Turismo no Espaço Rural**, em 42% dos casos;
- d. **Suficiente – no Produto de Turismo Cultural**, 39% dos casos;
- e. **Insuficiente – no Produto de Ecoturismo**, em 47% dos casos.
- f. **Nulo – nos Outros Produtos Turísticos**, em 94% dos casos.

3. Santiago

Na perceção dos Santiaguenses, esta ilha tem potencial turístico de:

- a. **Excelente – no Produto de Sol & Mar**, em 62% dos casos;
- b. **Muito Bom – no Produto de Turismo da Natureza**, em 61% dos casos;
- c. **Muito Bom – no Produto de Turismo Cultural**, em 59% dos casos;
- d. **Suficiente – no Produto de Turismo no Espaço Rural**, em 56% dos casos;
- e. **Insuficiente – no Produto de Ecoturismo**, em 48% dos casos;
- f. **Nulo – nos Outros Produtos Turísticos**, em 100% dos casos.

4. S. Vicente

Na perceção dos S. Vicentinos, esta ilha tem potencial turístico de:

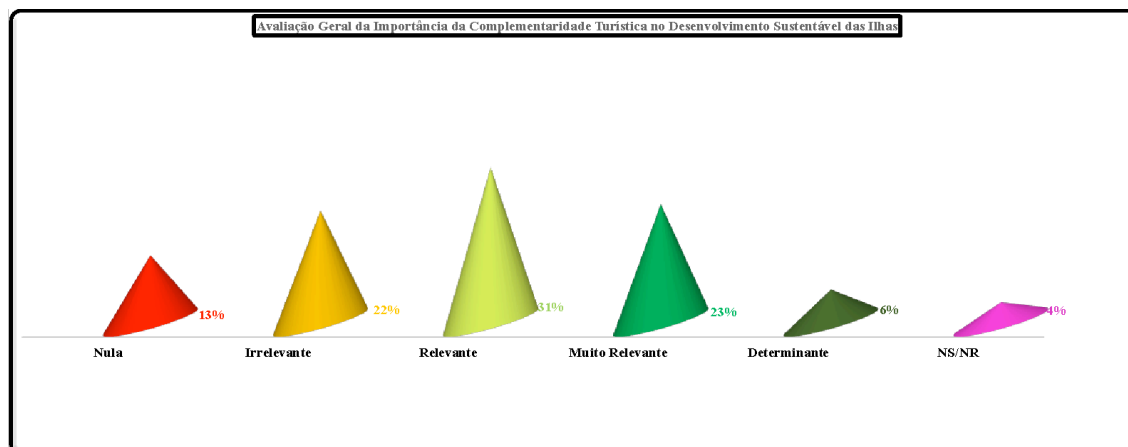
- a. **Muito Bom – no Produto de Turismo Cultural**, 66% dos casos;
- b. **Muito Bom – no Produto de Sol & Mar**, em 60% dos casos;
- c. **Muito Bom – no Produto de Turismo no Espaço Rural**, em 53% dos casos;
- d. **Muito Bom – no Produto de Turismo da Natureza**, em 51% dos casos.
- e. **Suficiente – nos Outros Produtos Turísticos**, em 53% dos casos;
- f. **Insuficiente – no Produto de Ecoturismo**, em 42% dos casos.

Face aos resultados apresentados, há que se destacar a forma abnegada como os S. Vicentinos acreditam e abraçam o respetivo destino, constringendo com os santiaguenses que, desacreditando no respetivo destino, chegam ao ponto de excluir o turismo no espaço rural de uma ilha, praticamente rural, enquanto que em S. Vicente, uma ilha, praticamente urbana, defende-se que a mesma tem muito boas condições para oferecer este tipo de produto turístico, i.e., o turismo no espaço rural.

É por esta via que os destinos são traçados!

Com estas autoavaliações, ficarão, na perspetiva dos locais, abertas as vias para se explorar uma complementaridade turística entre as ilhas, fazendo de Cabo Verde um país, vinte dois²⁰⁴ destinos, como se procurou demonstrar seguidamente:

Gráfico 117 - Avaliação da importância da complementaridade turística no desenvolvimento sustentável das ilhas



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Os dados espelhados no gráfico anterior, demonstram que 60% dos inquiridos consideram que a complementaridade turística é relevante (31%), muito relevante (23%) e até determinante (6%), para a sustentabilidade do desenvolvimento cabo-verdiano.

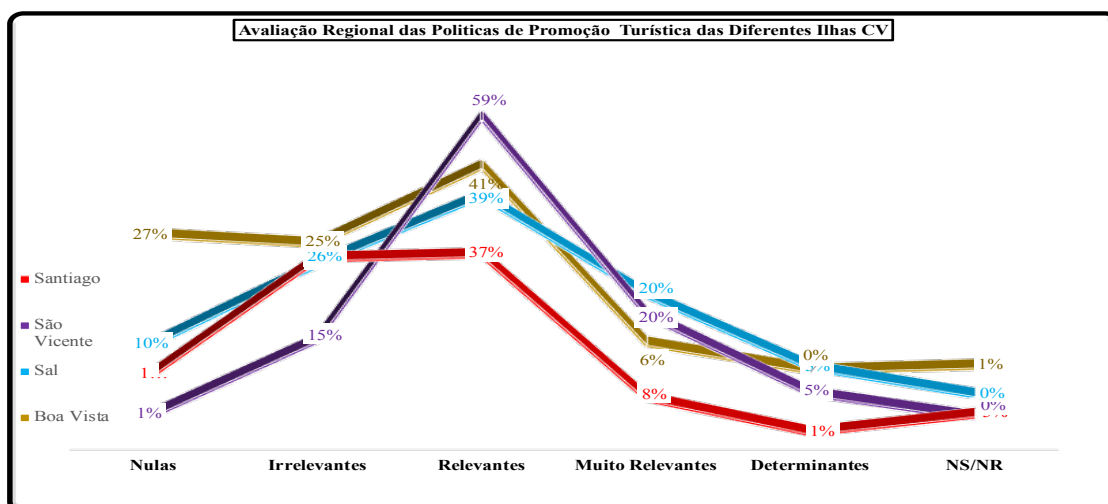
Para um PEIDARIAM, formado por 10 ilhas todas diferenciadas, a complementaridade turística inexistente entre as ilhas, devido à inacessibilidade operacional e financeira dos transportes inter-ilhas²⁰⁵, bem como de uma ausência, já clássica, de políticas de fomento do turismo complementar, como forma de diversificar e enriquecer a oferta turística cabo-verdiana, dando-a uma maior competitividade global e sustentabilidade local, representa um dos maiores fatores de bloqueio (interna e externamente) e dos mais limitativos da capacidade de dinamização e desenvolvimento do destino Cabo Verde.

Face a esta evidência, torna-se imperiosa a avaliação pelos cabo-verdianos inquiridos das políticas de promoção do Destino Cabo Verde, conforme o gráfico infra:

²⁰⁴ Especializar o destino a nível do município, ao invés de a nível da ilha, como reza um dos slogans: “Cabo Verde: 1 País, 10 Destinos”.

²⁰⁵ Quando se assiste a uns escassos voos diários inter-ilhas em Cabo Verde, a um preço médio à volta dos 200,00€, paradoxalmente, assiste-se a centenas de voos interilhas, nomeadamente, entre Las Palmas e Tenerife, estabelecidos nas Canárias, a uma média de 20,00 €).

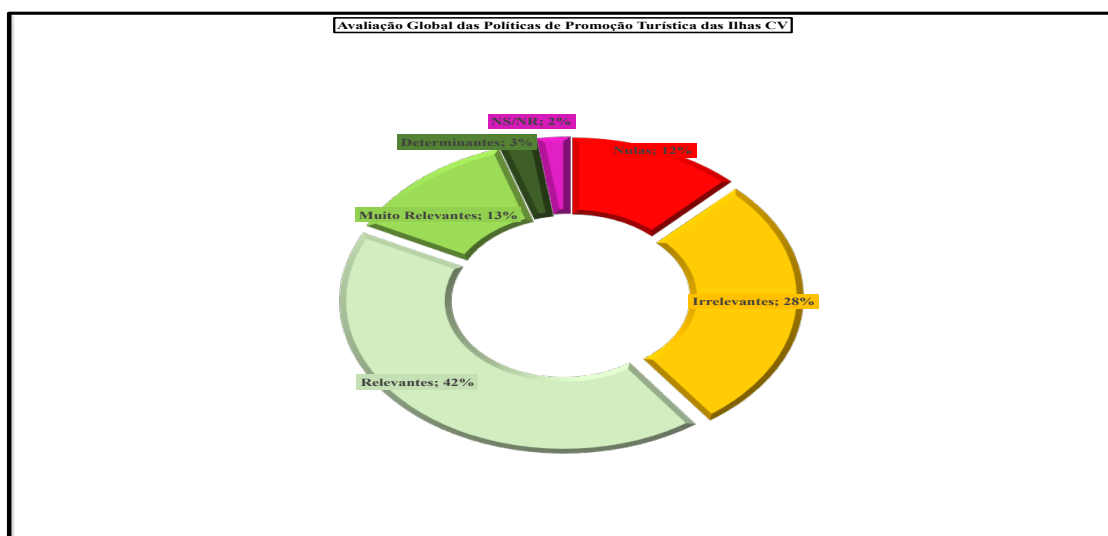
Gráfico 118 -Avaliação regional de políticas de promoção do destino CV



Fonte: Dados do inquérito (2019)

A avaliação das políticas de promoção do turismo CV foi feita de forma defeituosa pelos inquiridos, mormente os de Boa Vista (27%), do Sal (10%), de Santiago (13%) e de S. Vicente (1%), que as considera nulas. Mais ainda, 25% dos boavistenses, 26% dos Salenses, 36% dos Santiaguenses e 15% dos S. Vicentinos consideram-nas irrelevantes.

Gráfico 119 - Avaliação nacional de políticas de promoção do destino CV

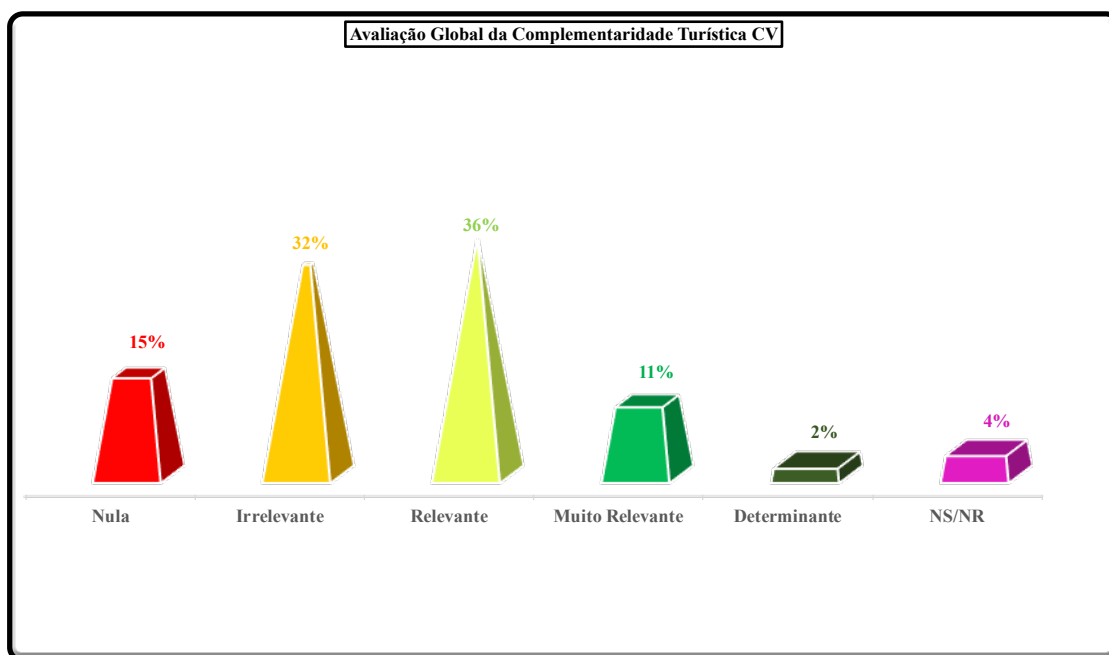


Fonte: Dados do inquérito (2019)

De forma generalizada, 40% dos inquiridos deram nota negativa à política de promoção do destino Cabo Verde, considerando-a nula (12%) ou irrelevante (28%).

São sinais de alerta para a navegação, os quais devem servir para uma reflexão coletiva!

Gráfico 120 -Avaliação da complementaridade turística CV existente



Fonte: Dados do inquérito (2019)

Da análise do gráfico, no que tange à complementaridade turística existente entre as ilhas de Cabo Verde, pode-se retirar a seguinte conclusão:

1. A avaliação suficiente é a mais relevante com 36%;
2. Quanto aos outros níveis de avaliação, a avaliação negativa é mais significativa, com 47% (15% Nulas e 32% Irrelevantes) e a avaliação bastante positiva 13% (11% Muito Relevantes e 2% Determinantes).

Síntese do subcapítulo

Após ter tido, no âmbito desta extensiva investigação, a oportunidade de entrevistar, diretamente: o atual Primeiro-Ministro, o ex-Primeiro-Ministro, o atual e o ex-Ministro do Turismo, o atual e o ex-Diretor-Geral do Turismo, vinte dos vinte e dois Presidentes de Câmaras Municipais e/ou respetiva equipa, os principais dirigentes setoriais, a nove níveis público e privado, de ter percorrido as sete das nove ilhas habitadas (com exceção de S. Nicolau e Maio), pensa-se que este é o momento para se fazer um ligeiro balanço sobre: “onde estamos, para onde podemos ir e para onde queremos ir”, na qualidade de um destino turístico de eleição almejado por todos.

Sob o pretexto de se analisar o Desafio da Sustentabilidade Turística Cabo-verdiana, analisou-se a perceção da população local sobre o impacto socioeconómico do turismo no processo de desenvolvimento sustentável do país.

Para tanto, foram recolhidos dados primários, através de um questionário aplicado em alguns concelhos selecionados (Todos os nove concelhos da ilha de Santiago, mais as ilhas de S. Vicente, Sal e Boa Vista), tendo sido recolhido cerca de 1.843 respostas completas.

Tendo em consideração o tamanho da amostra optou-se por utilizar os procedimentos da análise paramétrica, através da análise ANOVA e com procedimentos de POSHOC (Bonferroni).

Os resultados indicam que:

1. Existem diferenças significativas entre os concelhos, em termos dos itens analisados.
2. Apenas a questão sobre a “classificação dos benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano” teve consenso entre todos os concelhos, em que opinaram como sendo relevantes ou determinantes esses benefícios, mormente, em Santiago e Sal.
3. Em relação à questão sobre o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas, pôde-se perceber que existem

diferenças significativas entre as opiniões dos inquiridos nos vários concelhos e ilhas. A Ilha da Boa Vista apresenta pior percepção, quando comparada com os demais concelhos inquiridos. A melhor percepção pode ser encontrada no concelho de Santa Catarina na Ilha de Santiago. No geral, as ilhas turísticas tiveram uma percepção mais negativa, quanto à aceitação, preservação e valorização da cultura nacional. Talvez, pelo tipo de turismo (*all inclusive*) que limita os contactos com a cultura local. Nos concelhos da ilha de Santiago, geralmente, os turistas têm maiores contactos com a população local e pode-se justificar as respostas em função da tipologia do modelo de turismo que se encontra nas diferentes localidades.

4. No inquérito, preocupou-se em conhecer a percepção da população sobre a sua expectativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura. Os resultados indicaram diferenças significativas entre a população inquirida. Nota-se que existem diferenças mesmo dentro da ilha de Santiago em termos das expectativas futuras do impacto do turismo, porém, os resultados foram diversos e não parece fácil distinguir algum concelho que se destaque dos demais. A Ilha de São Vicente apresenta percepção negativa quando comparado com os demais, porém não foram estatisticamente significativas. Na Boa Vista, a percepção é melhor que nas ilhas de Sal e no concelho da Praia, sendo pertinente frisar que a Ilha do Sal apresenta percepção mais negativa que no concelho da Praia, estatisticamente significativa.
5. Nota-se que em relação à percepção sobre os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, podem retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano, existem diferenças significativas entre os concelhos, porém não se consegue facilmente destacar algum padrão tendo em consideração que existem opiniões díspares entre concelhos mais turísticos (ex: Sal e Boavista). No concelho da Praia, pode-se verificar uma percepção mais negativa quando comparada com as ilhas da Boa Vista e do Sal. A Ilha do Sal embora apresente percepção melhor que no concelho da Praia, é nitidamente menor que a percepção dos inquiridos na ilha da Boa Vista.
6. No estudo também procurou-se identificar a percepção sobre o número de transações económicas (vendas de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, os familiares diretos fazem com o setor turístico-hoteleiro. As ilhas turísticas (Sal e Boavista)

embora apresentem pequenas diferenças, no geral pode-se perceber poucas diferenças entre os concelhos analisados. O mesmo acontece em relação ao item “número de familiares diretos seus que trabalham diretamente para o setor turístico-hoteleiro”, em que se destaca as ilhas turísticas (Sal e Boa Vista especialmente).

7. Em relação à questão sobre a adequação das políticas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde, os resultados indicaram diferenças significativas. O Concelho de Tarrafal da Ilha de Santiago se destaca dos demais em relação à adequação das políticas. A ilha do Sal se destaca pela negativa, sendo a percepção dos inquiridos mais pessimistas quando comparados com os demais concelhos e ilhas. Na Ilha da Boa Vista embora a percepção seja semelhante aos demais concelhos ela é melhor, significativamente, à verificada na ilha do Sal.

4.2. Análise de entrevista

Antes da apresentação dos valiosos contributos dados por cada um dos entrevistados, decidiu-se pela apresentação da visão global do mundo atual, dada pela Conselheira Especial do Secretário-Geral da ONU para África, Dr.^a Cristina Duarte, através da Fundação José Maria Neves: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1737102?fbclid=IwAR2bWZG8GukiMNO9gRgRa50AKECHTQziHWFJm3fCUcuuSYpablqZImI3IAU>, a qual, servindo de enquadramento geral da conjuntura internacional atual, mormente, em África, permitiu que seja retirada a seguinte síntese:

I. Caracterização do mundo atual:

1. Mundo Bipolar passou a um mundo multipolar, o que levou a uma NOEI
2. EUA com 331 002 647 de Pax, em 2020, dispõem de 160 000 ventiladores para COVID-19
3. África com 1 324 485 449 de Pax, em 2020 (4 vezes mais), dispõe apenas de 3 000 (53 vezes menos) ventiladores.

II. Raízes do problema africano:

1. Não existência do dinheiro (necessidade de 200 bilhões de dólares)
2. Não existência de instituições fortes / sustentáveis (ajudada pela APD, precisa agora de auto-ajuda para inverter essa abordagem)
3. Paradoxo financeiro africano:
 - a. Fluxos ilícitos médios de 50 bilhões de dólares / ano (6% do PIB da ASS, média dos últimos 20 anos)
 - b. Baixos níveis de poupança

- c. Poupanças de longo prazo (fundos de pensão) depositados nos bancos de PD's
- 4. 60% a 90% de informalidade em África (formalização é um processo de médio e longo prazos)
- 5. Elevado nível de urbanização de baixa qualidade
- 6. Combate à COVID-19 um desafio enorme face ao *Lock-Down* (com o confinamento de um grande n.º de pessoas em espaços reduzidos, o que implica um maior n.º de contágio (A Ghana baixou o confinamento e aumentou o n.º de testes).

III. 5 Dimensões das políticas públicas dos últimos 25 Anos de crescimento ininterrupto em África:

1. Sem mudança estrutural
2. Investimento no capital humano:
 - a. Índice de desenvolvimento humano (BM):
 - i. Acesso à educação
 - ii. Acesso à saúde
 - iii. Acesso à água
 - iv. Acesso ao saneamento
 - b. Sem capital humano não se consegue atingir o desenvolvimento económico:
 - i. Aumento de Pmg (requer a I&D, que é fortemente condicionada pela propriedade intelectual)
 - ii. Dimensão humana à frente da económica
3. Nas políticas públicas da ASS cometem o erro de entender a gestão da pobreza é igual à gestão do desenvolvimento / riqueza
4. Baixo nível de controlo dos fluxos
5. Baixo perfil dos líderes africanos
6. Elevado nível da corrupção
7. África entrou nos ODS, sem fechar, completamente, os ODM
8. Dependência dos produtos primários, enveredando pela industrialização verde
 - a. Integração económica (ZCLCA)
 - b. Esbatimento das barreiras económicas
 - c. Criação de escala no mercado
 - d. Geração do emprego
 - e. Criação de uma classe média
9. Dependência externa
10. Diferença entre Povos e Estados-Nações o que implica:
 - a. Integração consistente e permanente (UA)
 - b. Esbatimento das fronteiras
 - c. Criação de uma só voz.

IV. Solução para oportunidade que a Crise COVID-19 oferece:

1. Os países africanos têm que apostar nas TIC's e na inovação

2. Financiamento sustentável africano para África alcançar o desenvolvimento sustentável, para se sair da APD (altamente condicionada)
3. Controlo dos fluxos ilícitos (com uma mão mendiga e com a outra faz escoar 50 bilhões de dólares)
4. Resolver definitivamente as fragilidades das nossas administrações fiscais
5. Inovação tecnológica
6. Atentos ao modelo de governação (fazer um benchmarking)
7. Fazer um *upgrade* nas lideranças africanas (poder engajado com a causa africana)
8. Reforço institucional que nos permite galgar na cadeia de valor endógeno (não depender de exportações das matérias-primas)
9. Com poucas infraestruturas para levar bem-estar às populações implica aposta forte na I&D
10. Gestão Transparente (accountability) das Finanças Públicas
11. Capitalismo Consciente: A NOEI (a partir dos anos 2000):
 - a. As IFI's não criarão valor só para os acionistas, mas também para todos os *stakeholders*
 - b. Ninguém pode ficar para trás!

É no âmbito deste princípio de não deixar ninguém para trás, nesta longa e desafiante caminhada para o “nosso futuro comum”, que se recorreu aos principais dirigentes cabo-verdianos que conduziram o país e o seu setor turístico durante os últimos vinte anos, para se poder entender qual é a dimensão do desafio e o nível de expectativa recomendável para cada “*fidju di terra*”.

Neste sentido, agradece-se a amabilidade e a pronta resposta do atual Primeiro-Ministro, Dr. José Ulisses Correia e Silva, do ex-Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Pereira Neves (atual S.E. O Sr. Presidente da República), do ex-Ministro do Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Brito, do atual DG do Turismo, Dr. Francisco Martins e do ex-DG do Turismo do Dr. Emanuel Almeida. Bem-haja.

Em relação ao atual Ministro do Turismo e Transportes, Dr. Carlos Santos, tendo em conta o inquérito feito junto do atual Primeiro-Ministro, entendeu ser melhor emitir-se apenas uma resposta por parte do Governo, causando uma relativa contração na amostra pré-definida, mas, sem comprometer o objetivo essencial.

Da análise das entrevistas realizadas aos dirigentes turísticos cabo-verdianos ao longa das últimas duas décadas, cuja cópia se encontra em apêndice, denota-se que há uma concordância, quase unânime, sobre:

1. A importância crescente do turismo no contexto deste PEIDARIAM;
2. O perfil enviesado desenvolvido durante os trinta anos de crescimento deste destino turístico emergente;
3. A necessidade vital de se promover “um turismo diferente”, que tenha o povo das ilhas e os recursos turísticos estratégicos (abundantes e valiosos) de cada ilha, de cada concelho e de cada localidade, como farol e centro de referência;
4. Esta nova caminhada passará pelo aproveitamento, valorização e promoção simultâneas, da globalização dos recursos turísticos locais e pela localização dos efeitos benéficos globais do turismo;
5. Neste novo normal, imposto, mas, também, almejado, que o empreendedorismo de cada cabo-verdiano no além-fronteira regional, que seja por oportunidade de ter mais e melhor vida e não por necessidade de garantir a vida.

Nesta perspetiva, independentemente da cor partidária que esteve a governar o país, existe já, desde 1991, uma visão clara e coletiva sobre o *modus* e o *locus*, como e onde se deve processar o desenvolvimento turístico cabo-verdiano, o qual se almeja sustentável. Esta conclusão é legitimada pelas sínteses dos testemunhos deixados infra pelos principais autores que sonharam, definiram e conduziram o destino de Cabo Verde durante os últimos vinte anos:

I. Depoimentos de S. E. Srs. Primeiro-Ministro de Cabo (2016-2026), Dr. Ulisses Correia e Silva e Sr. Ministro do Turismo e dos Transportes (2020-2026), Dr. Carlos Santos (testemunho conjunto) mais o do Sr. O Diretor-Geral do Turismo e Transportes, Dr. Francisco Martins:

1. Cabo Verde dispõe de um enorme potencial turístico, espalhado para as diferentes ilhas;
2. Cada ilha dispõe da sua atratividade própria;
3. A origem e o percurso de uma nação com cinco séculos e meio de existência criou e moldou um povo com uma identidade e cultura próprias – o cabo-verdiano – aberto ao mundo, com uma vasta diáspora, o que aliado à estabilidade política e social colocam Cabo Verde com um posicionamento favorável a receber visitantes e a facilmente integrá-los na vida quotidiana, ou seja, fazê-los sentir em casa e seguros.

4. **O fator de localização estratégica de Cabo Verde.** Somos um arquipélago privilegiado, uma vez que se pode encontrar uma rica variedade de recursos turísticos devido a génese do arquipélago, a história do seu povoamento e a sua localização geográfica. As ilhas do Sul têm um forte potencial relacionado com o património histórico edificado e com património ambiental mas, igualmente, acolhem uma das costelas culturais do país. Já as ilhas que estão localizadas mais à Leste, são planas, dotadas de fantásticas e belíssimas praias e salinas, património bem diferente das outras, proporcionando o produto turístico dominante - o Turismo de Sol e Mar.
5. As ilhas do Norte são, igualmente, dotadas de uma riqueza ambiental, marcada por montanhas e vales verdejantes, encostas nuas de uma beleza singular, mas também repositórios de uma cultura intensa. Exposto isto, devemos dizer que os recursos turísticos estão estrategicamente bem distribuídos, permitindo que o país tenha uma diversidade a nível de oferta turística e, conseqüentemente, está em condições de construir um produto turístico que comporte os diferentes segmentos já eleitos pelos instrumentos de planeamento.
6. É visível que o recurso com maior fator de atratividade é “Sol e Mar”. Todavia, o Governo para a IX Legislatura defende uma forte aposta na diversificação da oferta, cujo o intento é adotar uma estratégia de reforço da presença de todas ilhas no xadrez do Turismo, dando especial atenção ao desenvolvimento de novos segmentos quais sejam o Turismo de Montanha/Natureza, Cruzeiro e de Eventos/Negócios e o Turismo de Saúde.
7. O planeamento foi acompanhado do processo de descoberta do destino turístico Cabo Verde, não à mesma velocidade e nem sempre teve instrumentos de planeamento e quando os preparou houve uma materialização não suficiente.
8. A partir de 2014 com a criação da Contribuição Turística cobrada aos hóspedes dos estabelecimentos turísticos, pôde-se criar o Fundo de Turismo que tem como objetivo financiar a qualificação do Destino Cabo Verde e garantir sua sustentabilidade.
9. A política traçada para captação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente no setor do turismo, tem tido um impacto significativo na economia de Cabo Verde. Os dados estatísticos demonstram, claramente que se hoje a economia cresce a média anual de 5% e a taxa de desemprego começa a aproximar de um dígito, muito dessa realidade depende do Turismo que vem contribuindo para cerca de 24% do PIB e os investimentos com capitais estrangeiros responsabilizam em grande medida para isso.
10. Nos últimos quatro anos, o Governo continuou a criar mecanismos para a melhoria do ambiente de negócios, designadamente com a criação do Estatuto do Investidor Emigrante, do Estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado, do Cartão *Green Card*, da nova Lei de Estatuto de Utilidade Turística e da revisão do Código dos Benefícios

Fiscais, procurando estimular os investimentos no setor turístico numa nova era em que múltiplos países estão a apostar no Turismo.

11. No entanto, o IDE permanece fortemente concentrado numa única atividade, o turismo *all-inclusive* e em dois locais: ilhas do Sal e da Boa Vista. Cabo Verde procura agora diversificar a sua economia e fazer com que o turismo seja mais do que apenas o modelo tudo incluído. Mas para assegurar um impacto positivo terá de aumentar as oportunidades de negócio para o sector privado nacional, assim como um desenvolvimento mais equilibrado em todas as ilhas, o que neste momento há sinais dessa tendência (Santo Antão, São Vicente e Fogo).
12. O Governo de Cabo Verde, em finais de 2018, escolheu um novo *Brand* do Destino “Cabo Verde is something else” procurando repassar a imagem de um destino diferente, rebuscado, surpreendente e apaixonante. Um País, dez Destinos cumpriu o seu objetivo para um determinado período, em que se procurou transmitir a ideia da diversidade turística existente, a multiplicidade de paisagens e, por conseguinte, um país que pode acolher variados segmentos. Todavia, entendeu-se que sendo a nova aposta centrada na criação dum turismo sustentável, rebuscado e único que almeja um turismo de valor acrescentado alto, em que a qualidade deve sobrepor a quantidade, a mensagem subjacente deverá ser no sentido de que o Destino Cabo Verde não é apenas um conjunto de ilhas similar aos muitos espalhados pelo Índico e pelo Pacífico. É sim, algo diferente, requintado, próprio, especial, ambientalmente atrativo e que preza por um turismo estratificado de turistas, com poder de compra, de latitudes diversas, que tem cada vez mais interesse pela história, pela cultura, pela valorização das tradições e no contato com as pessoas, pois a componente sol & mar já começa a dar sinais de alguma consolidação e com notoriedade razoável. Com efeito, a aposta deve ser na promoção do outro lado da riqueza do Destino, designadamente a natureza, a cultura e as pessoas, procurando agregar esses valores ao produto âncora - o sol & mar. É essa diferenciação pretendida que corporiza o novo *brand*.
13. A política traçada para captação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente no setor do turismo, tem tido um impacto significativo na economia de Cabo Verde
14. Nos últimos quatro anos, o Governo continuou a criar mecanismos para a melhoria do ambiente de negócios, designadamente com a criação do Estatuto do Investidor Emigrante, do Estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado, do Cartão *Green Card*, da nova Lei de Estatuto de Utilidade Turística e da revisão do Código dos Benefícios Fiscais, procurando estimular os investimentos no setor turístico numa nova era em que múltiplos países estão a apostar no Turismo. A lei do Estatuto de Utilidade Turística e a Lei do Projeto de Méritos Diferenciado vêm introduzir estímulo para o desenvolvimento de projetos nas ilhas até então com fraca atenção dos investidores e

permite reforçar o efeito de externalidades positivas noutras atividades económicas, designadamente a Agricultura, Indústrias Criativas, Transportes e Agroindústria.

15. No entanto, o IDE permanece fortemente concentrado numa única atividade, o turismo all-inclusive e em dois locais: ilhas do Sal e da Boa Vista. Cabo Verde procura agora diversificar a sua economia e fazer com que o turismo seja mais do que apenas o modelo tudo incluído. Mas para assegurar um impacto positivo terá de aumentar as oportunidades de negócio para o sector privado nacional, assim como um desenvolvimento mais equilibrado em todas as ilhas, o que neste momento há sinais dessa tendência (Santo Antão, São Vicente e Fogo).
16. As primeiras medidas adotadas por este Governo ao assumir as suas funções, centraram na a reformulação do FSST - Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, em que os recursos passaram a ser distribuídos proporcionalmente para os Municípios, e também na lógica de discriminação positiva. Foram financiados projetos que imediatamente provocaram impactos social, ambiental e de infraestruturação de todos os Municípios do País, repercutindo na qualidade e autoestima da população. Subjacente a essa visão/ambição há o objetivo de diversificar a oferta, qualificando os recursos em cada ilha, para permitir que o potencial de cada ilha seja transformado em produto turístico competitivo.
17. Com o advento da COVID-19, a segurança sanitária passou a merecer uma redobrada atenção, na medida em que se transformou numa variável determinante a ter em conta por quem viaja.
18. Neste item, é ainda fulcral acrescentar a necessidade de dotarmos de infraestruturas de saúde se pretendemos transmitir a mensagem de um Destino Seguro e pode-se, assim, entender a inclusão do conceito Cabo Verde – Plataforma de Saúde, na Agenda de Desenvolvimento 2030.
19. A **DGTT**, enquanto gabinete de apoio ao Ministro do Turismo e Transportes, tem a responsabilidades na conceção e avaliação da política do turismo, planeamento estratégico, preparação de legislação e regulamentação dos sectores turísticos e dos transportes aéreos, a coordenação do sector e cooperação internacional, em estreita articulação com os serviços e organismos do sector. Enquanto que a **CVTradeInvest** é uma instituição com enfoque na captação e atração de investimentos para o País, que nos últimos (3 anos) conseguiu desbloquear uma série de projetos em carteira que contribuiu de forma significativa, a nível de investimentos e criação de empregos. O **Instituto do Turismo de Cabo Verde**, embora numa fase embrionária, terá um papel preponderante na implementação das políticas e estratégias emanadas pelo Governo para o setor, bem como a responsabilidade de promover o destino com foco nos novos mercados e regulação e fiscalização do setor.

20. Os principais elementos diferenciadores de Cabo Verde, que se constituem como pontos fortes e que tornam o destino único no mundo são, a segurança no sentido lato, a proximidade aos principais mercados emissores, o clima temperado, com sol e temperaturas amenas durante todo o ano, a paisagem única, a simpatia natural e a autenticidade do seu povo.
21. Até então a **promoção tem sido insuficiente** por diferentes razões: insuficiência de recursos, modesta participação dos operadores e algum afastamento entre o público e o privado. A reconfiguração da governança do setor e o aumento de recursos por via da Contribuição Turística são elementos que deverão fazer aumentar a eficácia da política promocional no futuro.
22. Por outro lado, as GOPEDS-Turismo permitiram elencar as devidas orientações para a elaboração do Plano de Marketing do Destino para os próximos anos em que novos mercados merecem maior atenção. É aposta do Governo continuar a **consolidar o segmento de sol&mar** e a **apostar nos restantes segmentos** já enumerados nos GOPEDS-T, pelo que mercados específicos, quais sejam o mercado russo, os países bálticos, países do Leste da Europa, determinados países africanos, o mercado brasileiro e a diáspora devem merecer uma abordagem. Por outro lado, o marketing digital deverá assumir um papel de preponderância relevante, tendo em conta o alcance e potencial desse instrumento de promoção.
23. O processo da Governança é um exercício em construção. Entendemos que o edifício institucional está em linha com as recomendações internacionais e com os modelos que já tiveram sucesso noutras paragens e convém fazer a sua aplicação. Todavia, os recursos financeiros poderão ser insuficientes comparativamente aos concorrentes de Cabo Verde mas registamos uma evolução significativa nos últimos quatro anos, isto é, estão criadas as condições para o desenvolvimento ordenado e sustentável do Turismo.
24. A Estratégia de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde continua a manter-se: a **ambição centrada num crescimento sustentável**, com a preocupação na maximização do impacto positivo dos resultados nas suas gentes e comprometido com a preservação dos recursos ambientais, culturais e naturais, sem esquecer compromisso com o legado que se deve deixar as gerações vindouras. Todavia, com o advento da **COVID-19**, introduziu-se um novo eixo que é da Segurança Sanitária um dos pilares do conceito de **Segurança Total**, recentemente anunciado pelo Governo no âmbito da Agenda de Desenvolvimento 2030 e que comporta a segurança de pessoas e bens, a segurança sanitária, a segurança jurídica, a segurança nacional, a segurança territorial e das nossas águas, a segurança ambiental e igualmente a segurança alimentar, numa perspetiva de edificar o país com este elemento diferenciador num mercado em que os concorrentes são fortes e maduros.

25. **O turismo continuará a ser a atividade económica âncora.** Porém, esta **pandemia traz elementos novos** que nos obrigam a refletir sobre a **diversificação da nossa economia e olhar para outros setores já eleitos** no Programa de Governo que devem ser acelerados, designadamente, a **construção do país plataforma** de:

- a. **Tecnologias digitais;**
- b. **Plataforma marítima,**
- c. **Economia azul;**
- d. **Agricultura** mais empresarializada para reforçar a nossa segurança alimentar mas também para permitir potenciar os efeitos do setor turístico noutros setores e ainda,
- e. **País plataforma de saúde.**

Os depoimentos seguintes que deveriam, hipoteticamente, servir de contraditório, por se tratar de dois grupos político-partidários oponentes na arena político-governativa, acabou por ser a confirmação da unimidade visionária existente atualmente em Cabo Verde, no concernente o papel central do turismo no contexto económico atual de Cabo Verde, bem como do percurso a ser trilhado, rumo à meta 2030.

II.S.E. Srs. Primeiro-Ministro de Cabo Verde (2001-2016), Dr. José Maria Pereira Neves, Ministro do Turismo, Dr. Humberto Brito e Diretor-Geral do Turismo, Dr. Emanuel Almeida

1. Cabo Verde é um arquipélago de **10 ilhas (9 habitadas), constituindo-se cada uma das ilhas um destino turístico diferenciado. As ilhas têm características próprias,** criando um cenário de praticamente **cada uma** constituindo-se como **um destino próprio,** atendendo aos seus recursos específicos.
2. **Cabo Verde é rico em recursos turísticos:** sol, mar, clima ameno e beleza paisagística. As ilhas do **Sal, Boavista e Maio têm mais potencialidades, em termos de sol e praia. Santiago e São Vicente têm um compósito de todos os recursos de Cabo Verde. As outras ilhas, possuem recursos culturais, paisagísticos e climáticos** consideráveis.
3. Em termos de **atratividade, daria uma nota 6 em 10.** Os recursos existem, mas torna-se necessário sofisticar o destino, melhorar a eficiência das instituições públicas e garantir maior eficácia dos resultados. A lentidão da administração pública, as falhas logísticas, a inadequação dos sistemas de formação profissional, a baixa produtividade e a reduzida competitividade são constrangimentos que restringem o desenvolvimento do turismo. É um destino de **atratividade média,** atendendo às suas características e aos produtos que ainda apresenta aos turistas. Cabo Verde é um **país com muitos recursos turísticos:**

- a. Desde logo, a sua **localização geográfica** relativamente aos grandes centros emissores de turistas, a sua **natureza arquipelágica**, as características específicas de cada uma das ilhas ou grupo de ilhas, nomeadamente as orográficas, criando **múltiplos cenários paisagísticos**;
 - b. **O mar**, as suas águas, as suas praias, a sua flora e fauna;
 - c. **O clima** relativamente ameno, boa temperatura;
 - d. A **cultura crioula**, resultante de mistura de culturas e de povos, mas com especificidades que lhe confere características únicas;
 - e. A administração/governança.
4. **O recurso turístico considerado constituir o principal (estratégico) fator de atratividade do destino Cabo Verde, por enquanto, é sol e praia. Ainda o principal recurso factor de atratividade é a natureza, numa combinação Sol/Praia/localização geográfica.** Interferem ainda, de forma combinada com os anteriores, a administração/governança.
 5. **Tratando-se de um país pouco povoado e tendo em conta o número médio de turistas que recebe, a população permanente no país ainda é muito baixo**, pelo que considero estar-se **muito longe de se atingir a capacidade de carga em qualquer das ilhas, mesmo naquelas que recebe neste momento um maior fluxo.** Cabo Verde está, sócio-culturalmente, preparado para um verdadeiro *boom* turístico. Tratando-se de um processo, considero haver uma predisposição do cabo-verdiano para receber cada vez mais turistas.
 6. Considero adequado o planeamento. **Os investidores externos procuram as ilhas mais rentáveis e de retorno mais rápido. O crescimento do turismo de sol e praia permite-nos ganhar escala e sofisticar o destino**, para, por um lado, alargar o turismo a outras dimensões, designadamente cultural e de natureza, e a todas as ilhas, e, por outro, chegar a um turismo de alto valor acrescentado.
 7. Quanto ao slogan: **“1 País, 10 Destinos”, há capacidades institucionais e humanas no país, para a sua implementação.**
 8. **Os investidores partem das ilhas mais rentáveis e de retorno mais rápido, para conquistarem as outras ilhas. A atração de investimentos externos é um processo dinâmico, em que se conjugam os interesses do país e os dos investidores.**
 9. **O ambicioso programa de infraestruturção, de desenvolvimento institucional e de capacitação dos recursos humanos do país foi para criar os alicerces necessários ao crescimento do turismo.** Com o crescimento do turismo são também criadas as condições para a diversificação da economia e expansão do mercado de trabalho e criação de emprego.
 10. Governo, adentro da sua **estratégia de transformação de Cabo Verde, num Centro Internacional de Prestação de Serviços, elegeu o turismo como o motor de**

crescimento. Para que assim fosse era necessário infraestruturar o país, desenvolver as instituições e capacitar os recursos humanos. Globalmente, **a estratégia passaria pelo desenvolvimento da economia azul, do aeronegócio, das tecnologias informacionais, do agronegócio e das energias renováveis.**

11. **O fluxo económico existente entre os diferentes agentes do turismo ainda não é o que se deseja**, mas a tendência é para uma maior consciencialização e posicionamento dos players neste sentido. Note-se, por exemplo, **pelas estatísticas de importação que há um *link* cada vez mais forte do turismo com outros sectores**. Uma **repartição mais equitativa dos rendimentos do sector entre os *players* tende a configurar-se**.
12. **O sub-sector que deveria assumir a liderança sectorial é o da restauração e entretenimento. Os setores que estão melhor posicionados para municiar o turismo com os *inputs* intermédios necessários ao seu processo de desenvolvimento são a cultura, a agro-indústria e os transportes.**
13. **Regiões poderão que ocupar um lugar cimeiro nesse processo inter-relacional: Santiago, Fogo, Santo António e São Vicente.**
14. Face ao Covid 19, o setor do **turismo foi amplamente devastado. A fragilidade dos serviços de saúde e o facto da pandemia não se ter ainda estabilizado no país têm levado a um relativo atraso na retoma.**
15. O grande **problema de Cabo Verde é o excesso de organizações e de estruturas e reduzido potencial de coordenação**. A DGTT e o Instituto são relativamente novos e não tenho dados para os avaliar ainda.
16. **A promoção deve ser mais focalizada, mais pragmática e mais realista. A cooperação estratégica entre o Estado e os privados seria muito importante para a promoção do destino Cabo Verde.**
17. **Sinergia criada entre as instituições públicas e privadas funciona, mas poderia ser muito mais efetiva.**
18. Considero que o **excesso de instituições públicas**, a reduzida capacidade de articulação e de integração de políticas e a **excessiva centralização e concentração de poderes são desafios que temos pela frente e constroem uma resposta mais eficaz.**
19. **Cabo Verde não tem outra saída. O turismo ainda é, deve continuar a ser, o motor de crescimento.**
20. Devem ser tomadas medidas, designadamente de **ordem sanitária, para garantir a retoma e a competitividade do destino Cabo Verde.**
21. Para a **dotação de recursos e disponibilidade de infraestruturas** para potenciar o consumo local, propõe:

- a. Promoção do empreendedorismo;
 - b. Aumento da capacidade de produção agrícola e industrial com qualidade;
 - c. Incentivo ao consumo de produtos nacionais;
 - d. Criação de mecanismos eficazes de financiamento de empresas e iniciativa nacionais;
 - e. Promoção e qualificação da mão de obra;
 - f. Promoção do comércio *off-shore*;
 - g. Melhoria de transportes inter-ilhas e redução dos respectivos custos;
 - h. Etc.
22. **Malefícios do turismo em Cabo Verde:** os malefícios como a prostituição e a droga, resultantes deste processo, devem ser objecto de forte combate por parte de instituições e deve ser objecto de compromisso de honra dos *players* do sector. As migrações inter-ilhas devem ser objecto de um melhor planeamento de forma a que a **capacidade de resposta seja adequada**, quer no tempo, quer na eficácia, devendo também contar com a participação dos agentes turísticos na sua resolução, uma vez que reflecte na percepção do destino e na qualidade dos seus próprios produtos e, conseqüentemente, na viabilização dos seus investimentos. **O crescimento traz também migrantes de outras latitudes.** Há que ter uma política de colhimento, sem descurar o fator segurança, mas aproveitar esta diversidade para enriquecer o que se pode oferecer.
23. **O planeamento turístico cabo-verdiano**, apesar do desenvolvimento dos planos, que podem ser discutíveis nas opções, a **eficácia ainda não é a desejada**, principalmente pelos deslizes nos *timings*, mas, principalmente, por questões de ordem financeira e capacidade de implementação, engajamento de todos os sectores, bem como a burocracia.
24. Tal como os outros países, **Cabo Verde não consegue e nem deve implementar apenas com recursos endógenos:** quer financeiros, quer humanos. Os caboverdianos devem ter a capacidade de controlar o processo de implementação, algo que é deficitário. **Se há boa política**, se os processos são céleres e há todo um conjunto de recursos por explorar, **os investidores com acesso a mercados sentir-se-ão mais à vontade para investirem em Cabo Verde.**
25. **DGDT e a CI são instituições que estão a fazer um bom trabalho.** No entanto, **carecem**, desde logo, de **autonomia suficiente** que lhes permite responder os investidores com a agilidade necessária. Precisam de quadros especializados. **A política promocional do Destino Cabo Verde** está numa fase que se pode considerar **embrionária, apesar de se estar a fazer há alguns anos.** Há que recorrer a profissionais de craveira, envolver os principais *players*, os *opinion makers*, etc.

O turismo, pelo exposto, constitui, na qualidade de motor da economia nacional, um dos 4 pilares do consenso de longo prazo já materializados em Cabo Verde, a par dos outros seguintes, constitucionalmente consagrados:

1. A independência nacional;
2. A coesão territorial;
3. O sistema de direito democrático.

Síntese do capítulo

Neste sentido, partindo do pressuposto que, no longo prazo, todos os partidos estarão no poder, propõe-se, para o fecho deste capítulo, o seguinte consenso de longo prazo:

1. O perfil de Cabo Verde, do CHA dos cabo-verdianos e da sua identidade (língua) (residentes ou não) para daqui a: 25, 50 e 100 anos: O Papel do Conhecimento: Ensino, Ciência e Cultura;
2. O modelo constitucional (PR), concernente aos três pilares inalienáveis: 1. Independência; 2. Democracia e 3. Unidade Nacional;
3. O sistema político-democrático: Representativo vs. Participativo;
4. Os modelos de parceria, integração e/ou de regionalização;
5. O papel vocacional para cada ilha / região e o modelo de estatuto especial para a Capital;
6. Os fatores de competitividade global (país, setores e agentes), de equidade regional e de sustentabilidade local;
7. Os setores e os recursos estratégicos (mormente de financiamento/desenvolvimento) e o papel processual do conhecimento;
8. O papel de Cabo Verde e dos cabo-verdianos no novo mundo (pós-pandémico) em emergência;
9. Os limites ao crescimento / desenvolvimento e/ou capacidades de carga, de modo a se garantir a sustentabilidade do local;
10. O modelo de inserção de Cabo Verde no âmbito da dinâmica da economia global.

Com este modelo de consenso expeável, o país jamais terá a necessidade de, para cada subida de um novo autor ao “palco”, dar um passo para frente e um sem número de passos para o lado e/ou para trás.

Conclusão & recomendações

“Um trabalho de investigação social produz dois tipos de conhecimentos: novos conhecimentos relativos ao objeto de análise e novos conhecimentos teóricos”.

Quivy & Campenhoudt (2013: 244)

Conclusão

Nesta perspetiva, uma vez chegado ao fim deste árduo e motivante processo investigativo, o mesmo é concluído nos moldes como tudo começou: um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses (Quivy & Campenhoudt (2013: 119).

Assim sendo, este trabalho investigativo, por constituir uma tese de um curso de doutoramento em *Development Studies*, ministrado pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa, por ter, *ab initio*, um objeto de estudo predestinado, recebeu, preliminarmente, um título: “Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis – Cabo Verde Pós-Colonial”.

Pergunta-se, o porquê desta escolha? O Autor, vem, desde 1999, trabalhando nas instituições públicas e privadas cabo-verdianas, ligadas aos setores da hotelaria e do turismo, sempre com uma preocupação latente: “porque não um turismo diferente”?

Esta preocupação ganhou corpo, porque o Autor tem, num percurso longínquo, carregado um conjunto de, pelo menos, dez perguntas (de partida), para as quais não conseguiu encontrar resposta. Por serem perguntas cujas respostas se afiguram determinantes e urgentes, mormente, para um PEIDARIAM, que decidiu, há trinta anos, eleger o turismo como sendo o seu setor estratégico e o motor da economia nacional, sem que tivesse tido a preocupação de, a priori, elaborar o respetivo plano estratégico, que seja capaz de responder às seguintes perguntas de partida:

1. Quais são as potencialidades, atratividades e competitividades dos recursos turísticos que dispõe cada região turística de Cabo Verde?
2. Que visão estratégica e instrumentos para identificar e assegurar a respetiva vantagem competitiva, em termos de: produto, distribuição e acessibilidade?
3. Que perfil de turismo e a respetiva a respetiva capacidade de carga regionais?

4. Que papel vocacional para as diferentes regiões e que modelo de complementaridade turística e intersectorial?
5. Que quantidade e qualidade para as infraestruturas e superestruturas turísticas e hoteleiras?
6. Que critério, que prioridade e que sistema de incentivos para a ocupação dos solos, nomeadamente, nas ZEE's / ZDTI's?
7. Que estratégia poderá garantir a sustentabilidade do respetivo desenvolvimento turístico?
8. Que papel poderão desempenhar os diferentes atores, estruturas e instituições, nomeadamente: os investidores externos, os operadores nacionais e a própria sociedade civil?
9. Quais são os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que, em termos comparativos, estão associados à emergência do “Destino Cabo Verde”?
10. Que condições especiais proporcionar aos operadores turísticos para que estes possam, em condições de equidade, integridade, competitividade e de sustentabilidade territoriais, vender o produto: “1 País, 10 Destinos” ou, mais recentemente, “*Is Something Else!*”?

A presente tese, pela sua natureza, não visa responder a estas questões existenciais. Mas, sim, contribuir para uma reflexão coletiva sobre o alcance das mesmas e/ou sobre os efeitos da respetiva resposta tardia e/ou da “não resposta”.

Esta preocupação individual preliminar vem se transformando, paulatinamente, numa inquietação coletiva, mormente, após o advento da pandemia da COVID-19, em que as ilhas do Sal e da Boa Vista que, não obstante albergarem 10% da população do país, vinham beneficiando de 90% do negócio turístico, foram as que mais sofreram, com um confinamento do setor turístico durante 19 meses (Março de 2020 a Outubro de 2021).

Cabo Verde, durante as três décadas da emergência e crescimento exponencial do seu setor turístico, viu a sua procura turística passar de 21.695 turistas entrados em 1990 para 819.308 turistas entrados em 2019, antes do advento da crise pandémica da COVID-19. Este crescimento na ordem de 3.676%, espelha uma forte capacidade competitiva de Cabo Verde que, segundo o *Ranking* da Competitividade Turística

mundial, em 2015, tem tido um papel crescente na afirmação do continente africano, na qualidade de um destino turístico de eleição, sendo o primeiro do grupo dos PALOP, o terceiro no seio da CPLP e o sétimo do continente africano.

No entanto, a nível da sustentabilidade, a situação torna-se mais periclitante. Pois, fruto de uma enviesada estratégia de concentrar quase todo o turismo cabo-verdiano em apenas duas ilhas, praticamente sem população,²⁰⁶ este processo acabou por resultar num crescimento exponencial deste emergente destino turístico, culminando, conseqüentemente, numa forte corrente de migração interna, à procura, por vezes, dos falaciosos benefícios turísticos e/ou dos expetáveis meios de subsistência. Este modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, experimentando um índice de intensidade turística na ordem de 103 na ilha da Boa Vista e de 67 na ilha do Sal (quando não deveria ultrapassar a cifra de 1,1), veio a revelar-se tendencialmente insustentável, do ponto de vista território-ambiental, económico-financeiro, turístico-hoteleiro, sociocultural e político-institucional, com custos diretos, indiretos, induzidos e de oportunidade extremamente gravosos, tanto para as ilhas de origem como para as de destino.

Esta pseudo dicotomia entre a competitividade e a sustentabilidade turísticas cabo-verdianas, veio pôr em causa o princípio teórico defendido por diferentes autores, mormente Romão (2001), segundo o qual, a competitividade e a sustentabilidade turísticas são duas “irmãs siamesas”, umbilicalmente ligadas, pressupondo que, a existência de uma implica, necessariamente, a da outra, e inversamente.

Esta inesperada contradição entre a competitividade e a sustentabilidade turísticas vivenciada no contexto cabo-verdiano, constituiu o mote principal para a escolha do objeto desta investigação, permitindo ao Autor, percorrer todos concelhos do país, três das quatro regiões autónomas da Macaronésia e falar com todos os dirigentes que, em Cabo Verde, tiveram responsabilidades setoriais, a nível central, durante os últimos vinte anos, bem como com todos os edis das câmaras municipais atualmente no poder, auscultando as suas experiências, visões e expectativas, concernentes ao turismo cabo-verdiano.

Foi uma experiência enriquecedora que deu o necessário conforto, para se chegar, com visão e muita sensibilidade, às seguintes conclusões, tendo, como pano de fundo, as

²⁰⁶ Sal e Boa Vista acolhe, em conjunto, 10% da população cabo-verdiana, recebendo, no entanto, 90% das dormidas turísticas (INE-CV, 2020).

hipóteses de trabalho, que serviram de “fio condutor” para a presente investigação:

1. Como foi demonstrado no Capítulo 1, o fenómeno da globalização, colocando tudo a um clique de todos, pôs o mundo a andar a pelos quatro²⁰⁷ velocidades. Neste novel contexto, como demonstrado no capítulo 3, Cabo Verde procurou acertar o passo com a dinâmica na economia global, fazendo uso do seu perfil morfológico, socioeconómico e político-institucional, assumindo, paulatina e crescentemente, o seu perfil de um “país-plataforma”, inserido na dinâmica de um mundo globalizado e “quadripolar”. Nesta perspetiva, a primeira hipótese de trabalho foi confirmada.
2. As estatísticas apresentadas no capítulo 3 vieram a confirmar a nossa segunda hipótese de trabalho. Pois, ficou demonstrado que Cabo Verde, na qualidade de um PEID(ARIAM) – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (Arquipelágico, Relativamente Isolado no Atlântico Médio), experimentando um crescimento exponencial do peso do turismo na sua estrutura do PIB, passando de 0,7% registado em 1980 para 25,3% registado em 2019, apresenta uma estrutura económica com um grau de dependência crescente de um turismo tendencialmente insustentável, corolariamente, o respetivo grau de vulnerabilidade económico se torna-se também tendencialmente crescente.
3. Como ficou demonstrado nos capítulos 1 e 3, o atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, pelos indicadores de sustentabilidade utilizados, mormente o índice de intensidade turística, não respeita a respetiva capacidade de carga, não valoriza e nem preserva grande parte dos seus recursos turísticos locais, mormente, nas sete²⁰⁸ ilhas pouco ou “não turísticas”, tornando-se, assim, é tendencialmente insustentável, em termos ambientais. Pelo exposto, a hipótese três não se confirmou.
4. Como ficou demonstrado no capítulo 2, o atual modelo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, pelos efeitos diretos²⁰⁹, indiretos²¹⁰ e induzidos²¹¹ que

²⁰⁷ 1. Países Menos Avançados; 2. Países de Desenvolvimento Humano Médio; 3. Países de Desenvolvimento Humano Elevado e 4. Países de Desenvolvimento Humano Muito Elevado.

²⁰⁸ Excluindo a ilha desértica de Santa Luzia.

²⁰⁹ Rendimento do emprego e/ou da propriedade da população local.

provoca no seio da comunidade local, no âmbito de um quadro comparativo no contexto intrarregional da Macaronésia é, relativamente sustentável, em termos económicos. Pois, além de apresentar bons índices de competitividade-preço, Cabo Verde (5) é apenas superada pelas ilhas Canárias (7), em termos de capacidade de carga, calculada através da fórmula de Haites, ultrapassando, assim, tanto a RAM como a RAA. Por esta razão, ficou confirmada a quarta hipótese.

5. O inquérito lançado junto da população e a entrevista realizada juntos dos dirigentes nacionais que governaram o setor turístico e país durante os últimos vinte anos demonstraram, no capítulo 4, que: a Natureza e o Homem cabo-verdiano (na sua forma de ser, ter, pensar, sentir e de agir) constituem os efetivos recursos turísticos estratégicos e exclusivos do destino turístico cabo-verdiano. Por esta razão, ficou confirmada a hipótese 5. No entanto, o valor estratégico desses recursos turísticos deve ser, em tempo oportuno, mensurado.
6. A Pandemia da COVID-19 representa, a curto prazo, uma grande ameaça para a competitividade do destino turístico cabo-verdiano. Mas também, paradoxalmente, uma grande oportunidade, a médio e longo prazos, para a respetiva sustentabilidade turística, apostando fortemente num “*new restart*”, mormente, através da diversificação da procura e da oferta turístico-económicas. De facto, o Governo cabo-verdiano, perante o impacto catastrófico da pandemia da COVID-19 na economia cabo-verdiana, sabiamente, estabeleceu, em tempo útil, como prioridade máxima desta X.^a Legislatura, as diversificações económica e turística, promovendo um “turismo diferente”, estribado nos novos produtos turísticos, na complementaridade turística inter-regional e nos novos segmentos do mercado turístico. Nesta perspetiva, a nossa sexta hipótese ficou confirmada. No entanto, os resultados desta nobre ação governativa só serão mensurados a prazo.
7. Como ficou demonstrado nos capítulos 3 e 4, o desenvolvimento turístico experimentado no contexto cabo-verdiano não é socioculturalmente sustentável, por

²¹⁰ Provenientes de rendimentos comerciais (ou outros) proporcionadas, indiretamente, pelas relações intra e intersectoriais (fornecimentos diretos de e/ou para o turismo) com as unidades turístico-hoteleiras.

²¹¹ Provenientes de outras atividades conexas que possam, induzidamente, beneficiar da atividade turístico-hoteleira.

não contribuir para a inclusão²¹², satisfação, nem para a fixação da comunidade local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável das ilhas. Por esta razão, a sétima hipótese não se confirmou.

8. Esta oitava hipótese foi confirmada no capítulo 3, uma vez que 95% dos turistas estão satisfeitos com o destino, por isso, repetem a “Experiência Cabo Verde” e 98% recomendam o destino aos seus.
9. A estratégia de *marketing* turístico adotada para a promoção do Destino Cabo Verde, visando um contributo assertivo em prol de uma igualdade de oportunidades e de um desenvolvimento equitativo entre as ilhas do Arquipélago, acaba, paradoxalmente, por discriminar, negativamente, mormente, as ilhas de Sotavento²¹³, com um destaque especial para a ilha de Santiago, a qual, não obstante os estudos científicos a apontarem como sendo o Destino mais completo de Cabo Verde, continua sendo um destino adiado, tendo, inclusive, alguns dos grandes TO’s a operar em Cabo Verde alertado²¹⁴ que foram recomendados a rejeitar o Destino Santiago. Sabendo que estas quatro ilhas de Sotavento albergam, entre outros factores, 65% da população nacional e alguns recursos estratégicos, nomeadamente: a Cidade Velha, Património Mundial da Humanidade e o Vulcão do Fogo, o único ainda ativo no Arquipélago, torna-se imperioso que, na linha da posição unânime dos dirigentes entrevistados, estas (e as outras) ilhas entrem, definitiva e urgentemente, na agenda turística nacional, em prol da competitividade e da sustentabilidade turísticas cabo-verdianas. Face ao exposto, pode-se aferir que a estratégia promocional do Destino Cabo Verde tem sido pouco profissional, pouco rigorosa e pouco realista. Por isso, a nona hipótese não foi confirmada.
10. Não obstante a criação recente do ITCV, no entanto, as instituições turísticas cabo-verdianas estão a passar por um período difícil de reestruturação, com a mudança da sede do MTT e do ITCV para a ilha do Sal, ainda em curso, e com a tentativa adiada de instalação de uma antena dos mesmos em S. Vicente, bem como, com

²¹² Incluindo o largo extrato dessa comunidade residente na Diáspora, a qual, estimadamente, constitui uma população superior à residente no território nacional.

²¹³ Algumas ilhas do Barlavento, mormente, as de Santo Antão e de S. Nicolau têm sido também excluídas dessa dinâmica de desenvolvimento turístico.

²¹⁴ Em encontros privados, nomeadamente, com o Autor.

uma série de disputas de competências estatutárias e procura de influência particular na gestão do Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, latentes, pode-se concluir que as mesmas não estão ainda vocacionadas e capacitadas para promover um desenvolvimento politicamente sustentável e induzir uma teia de relações desenvolvimentistas, a níveis intra e intersetoriais do turismo. Por esta razão e, perante uma vulnerabilidade / erosão constante nas estruturas institucionais do turismo, mudando, constantemente de designação, estatuto, atribuições e/ou sede, esta décima e última hipótese não se confirmou.

Após o percurso investigativo feito, foram materializados os dez objetivos específicos e os propostos resultados esperados realizados.

Assim, se constrói um destino!

Recomendações

Uma vez feita a conclusão da tese, verificando que das dez hipóteses de trabalho levantadas, seis foram confirmadas e quatro infirmadas, uma vez que a presente tese não tem a pretensão de esgotar todas as questões, por ela baertas, impõe-se fazer as seguintes recomendações:

1. Propõe-se que Cabo Verde, independentemente da quantidade de estudos e /ou planos já realizados, seja, através de um acasalamento perfeito entre a Ciência e a Política, dotado de um plano e/ou novos estudos, efetivamente estratégicos, que consigam responder às dez (e eventuais outras) perguntas de partida anteriormente formuladas. Só mediante essas respostas cabais, pode-se projetar a edificação de um destino turístico que se expeta: globalmente competitivo, setorialmente estruturado, regionalmente equilibrado e localmente sustentável. Pois, não se vislumbram razões plausíveis para se eleger um sector como sendo estratégico e ser-lhe subtraído, durante décadas, um plano estratégico, que possa servir de farol, na longa marcha para o futuro almejado, marginalizando, em consequência, regiões, produtos e recursos turísticos estratégicos. Nesta perspetiva, a estratégia do desenvolvimento turístico cabo-verdiano deve ser, urgentemente, reconvertida, fazendo com que cada ilha desenvolva a sua vocação turística, respeitando as respectivas vocação, potencialidade e capacidade de carga regional. Assim sendo, este PEIDARIAM poderá vir a objetivar um desenvolvimento turístico multidimensionalmente sustentável, tendo o foco primário no interesse local;
2. A igualdade de oportunidade promocional de todas ilhas, em termos de captação das demandas turística e do IDE, mormente, por intermédio das grandes marcas / *players*, que têm capacidade de ancoragem dos microdestinos, deve ser uma boa prática vertical e horizontalmente institucionalizada, independentemente das agendas individuais e/ou de grupos, de modo que o primeiro e o último interesses salvaguardados sejam, sempre, os dos cabo-verdianos, mormente, dos mais vulneráveis²¹⁵ e/ou potenciais migrantes internos / externos, os quais, mesmo não tendo voz, têm, no entanto, que ter vez. Pois, esta é hora, uma vez que, num PEIDARIAM, como Cabo Verde, não se pode dar ao luxo de se consentir que hajam destinos adiados, (in)conscientemente! Pois, todos são poucos, perante o tamanho do desafio da indução do respetivo desenvolvimento!

²¹⁵ Normalmente, sem capacidade para fazer lobby e/ou condicionar, a seu favor, as decisões estratégicas.

3. O turismo tem a especificidade de obrigar o turista a viajar para ir ter com o produto, o que é inédito, em Cabo Verde, é obrigar também a população local a viajar para ir ter com o turismo, com custos ambientais, económicos, turísticos, socioculturais e político-institucionais extremamente penosos. Neste sentido, deve ser proporcionado o equilíbrio do Índice da Intensidade Turística, para níveis sustentáveis ($IT < 1,1$), permitindo, assim, que a população local consiga, “*at home*”, beneficiar dos efeitos esperados do turismo, sem ter a necessidade de se migrar, (ex)internamente, à procura de meios de subsistência. O critério, para o efeito, só poderá ser o de levar o desenvolvimento para junto da população e não o seu inverso!
4. Nesta perspetiva, face ao limite de crescimento turístico que as respetivas dimensões populacional e territorial lhe impõem, Cabo Verde, deve repensar na sua estratégia de crescimento turístico, transformando a quantidade em qualidade turística, promovendo, assim, um turismo de elevado valor acrescentado e de uma alargada cadeia de valor. Até lá, o alojamento para os colaboradores deslocados e/ou expatriados deve ser parte integrante dos novos projetos de investimento turístico, evitando, assim, a “guetização” dos destinos, a qual leva, principalmente, os colaboradores turístico-hoteleiros, a, paradoxalmente, trabalharem no luxo e a viverem no lixo;
5. A competitividade do destino turístico cabo-verdiano depende da respetiva capacidade para conjugar, salutarmente, os seus três pilares indissociáveis, nos quais Cabo Verde tem apresentado problemas, recorrente e conjuntamente:
 - a. Um **Produto** autêntico (edificado, de raiz, município a município);
 - b. Uma **Distribuição** equitativamente localizada e efetivamente globalizada;
 - c. Um Sistema de **Transporte** acessível, competitivo e compatível com a insularidade do destino;
6. Se é um dado adquirido que o IDE constitui um fator determinante para o financiamento do desenvolvimento cabo-verdiano, não é menos verdade que a promoção, em paralelo, do desenvolvimento de um tecido empresarial endógeno, proeficiente e globalmente competitivo, reservando um lugar, na fila da frente, também, para os empresários nacionais, afigura-se como sendo vital para as respetivas competitividade e sustentabilidade turísticas, de modo que este arquipélago possa criar condições para a inalienável endogeneização dos

respetivos efeitos *spillovers*, evitando, assim, que uma elevada capacidade de atração dos fluxos de IDE para Cabo Verde não venha a traduzir-se, paradoxalmente, na fraqueza das suas instituições, ao invés da sua força, como seria desejável. Pois, só com esse contágio, os empresários nacionais poderão ter direito a sonhar em atingir, no seu torrão natal, a dimensão que o limite dos seus sonhos os permitir;

7. A competitividade e a sustentabilidade turísticas são indissociáveis! Neste sentido, qualquer caminho que obrigue um desses elementos a ficar para trás, constituirá, forçosamente, uma via falaciosa, que não conduzirá, com certeza, ao “nosso futuro comum”;
8. Cabo Verde planeado, de forma estratégica, tendo como fatores estratégicos: o Homem cabo-verdiano²¹⁶ e a natureza²¹⁷ (incluindo o mar²¹⁸), poderá, pela sua autenticidade, exclusividade e potencialidade, passar de um PEIDARIAM para uma superpotência, de dimensão global;
9. Para o efeito, a continuidade institucional das estruturas que lidam com o turismo deve, assim, ser um princípio sagrado, mormente, num PEIDARIAM crescentemente dependente do turismo, de modo que as relações de confiança e de parceria, com todos os *stakeholders* setoriais, sejam consolidadas e incrementadas, como um dos constituintes do almejável consenso de longo prazo;
10. Tendo, em termos de estimativa, aproximadamente um milhão de cabo-verdianos e/ou descendentes na Diáspora e um número indeterminado de afro-descendentes²¹⁹, ansiosos para virem conhecer, *in loco*, a respetiva origem e/ou o berço da crioulidade, entende-se que, Cabo Verde, apostando na transformação do pulsar do Homem cabo-verdiano num efetivo produto turístico: autêntico e exclusivo, poderá, no âmbito do “novo normal”, estribar-se como um destino turístico globalmente competitivo, setorialmente estruturado, regionalmente equilibrado e localmente sustentável, edificado sobre a seguinte visão estratégica desenvolvimentista, induzida “por um turismo diferente”:

²¹⁶ Com recurso, mormente, aos Centros Interpretativos / CAT – Centros de Acolhimento Turístico.

²¹⁷ O sol, o vento e a maré constituem um dos caminhos para um futuro sustentável.

²¹⁸ O mar constitui 99,5% da ZEE cabo-verdiana, sendo a superfície terrestre apenas 0,5%.

²¹⁹ Bem como outros visitantes globais.

Por 1 Turismo Diferente!



Turismo de

Sol

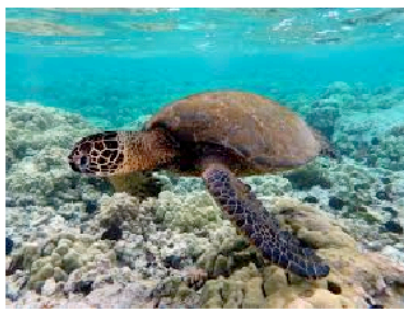
&



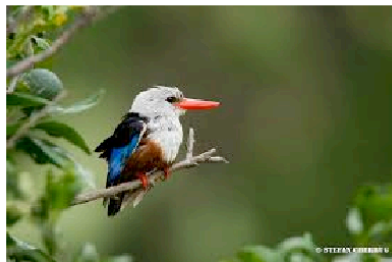
Mar



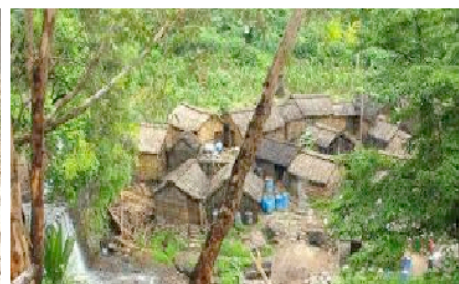
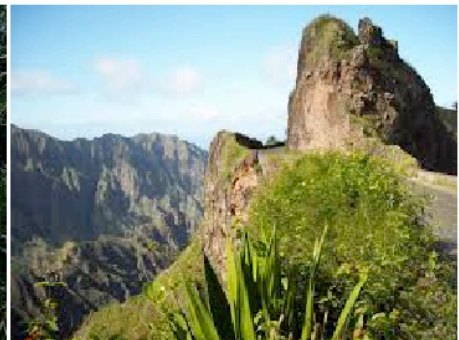
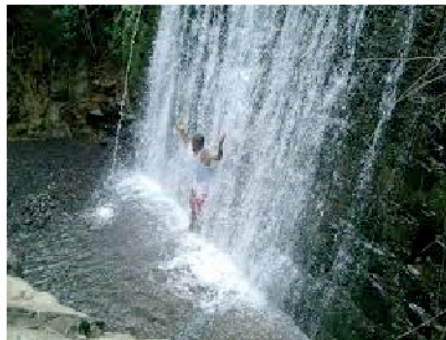
**Turismo
da
Natureza**



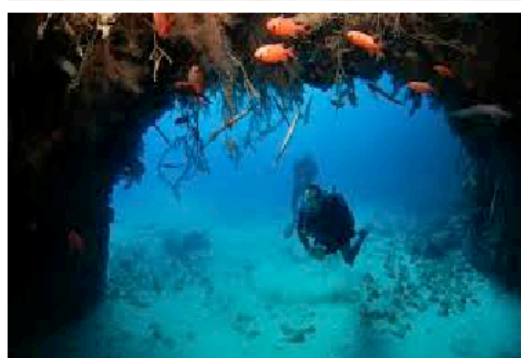
Ecoturismo



**Turismo de
Montanha
&
no Espaço
Rural**



**Turismo
Desportivo**

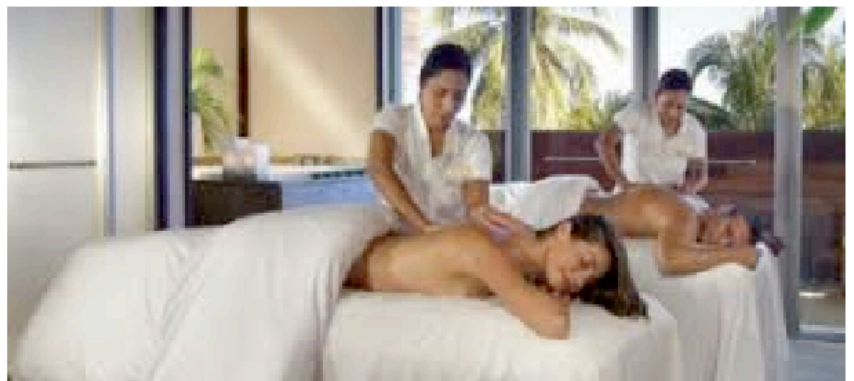


**Turismo
Religioso**

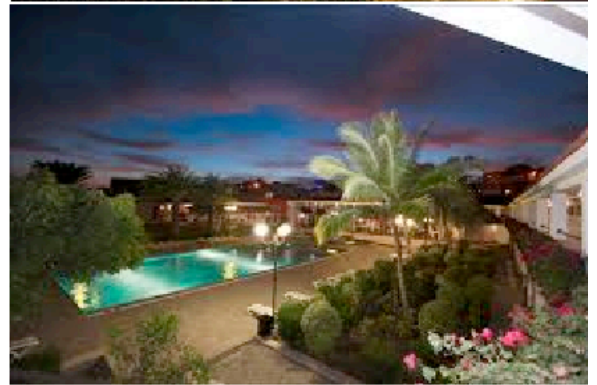




**Turismo
Saúde
&
3.ª Idade**



City-Break



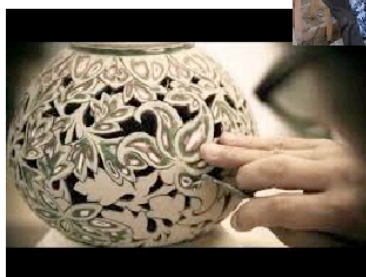
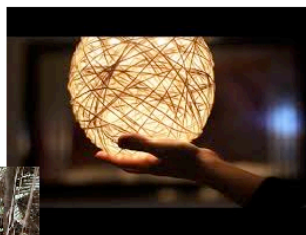
**Rota
da
Música**



**Rota
das
“Tapas”**



**Rota
da
Arte**



**Rota
das
Ribeiras**



Rota dos Escravos: “Kaminhu Pa Fonti”



Rota de DARWIN



“Por todos sermos poucos, as únicas operações que nos são permitidas são as de
adição e de multiplicação”!

Profecia (LURA):

*Forti gana di bai, mas n'tem ki fika / uma forte vontade de ir, mas tenho que ficar
Forti gana di fika, na dia kin tem ki bai / uma forte vontade de ficar, no dia que tenho que ir
Nha Guenti, forti kontradison / Oh minha gente, tamanha contradição!*

Assim, se constrói um destino (sustentável)!

Bibliografia

“A gula livresca ou estatística consiste em “encher a cabeça” com uma grande quantidade de livros, artigos ou dados numéricos, esperando encontrar aí o objectivo e o tema do trabalho que se deseja efectuar”.

Quivy & Campenhoudt (1998)

Bibliografia:

1. Acemoglu, D. Robinson, J. (2015), *Porque Falham as Nações: as Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*, Lisboa, Círculo de Leitores;
2. AEB (2019), Relatório de Atividades de Águas e Eletricidade da Boa Vista – 2018 - 2019, Sal Rei, Conselho de Administração da AEB;
3. Afrossondagem (2019), *Método de Amostragem Regional em Cabo Verde*, Praia;
4. Almada, D. (2011), *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, Praia, Livraria Pedro Cardoso;
5. Almeida, P. (2010), *La Imagen de un Destino Turístico como Antecedente de la Decisión de Visita: análisis comparativo entre los destinos*, Badajoz, Universidad de Extremadura Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales;
6. Andrade, C., Robertson, M. (2010), *Turismo de Cruzeiros: perspectivas para a Macaronesia*, Revista Turismo & Desenvolvimento N.º 13-14;
7. APP (2019), Relatório de Atividades de Águas de Ponta Preta – 2019, Santa Maria, Conselho de Administração da APP;
8. Balanzá, I., Nadal, M. (2003), *Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos*, Pioneira Thomson Learning;
9. Barbosa, G., Widmer, M. (2015), *Casa da Memória*, Casa da Memória, S. Filipe, Casa da Memória;
10. Barros, C. (2020), *Interior de Santiago: um espaço histórico especial de exclusão?!*, Praia, UNI-CV;
11. BCV (2014), *Relatório do Estado da Economia de Cabo Verde em 2013*, Praia, Banco de Cabo Verde;
12. BCV (1980,...,2019), *Relatório Anuais do BCV*, Praia, Banco de Cabo Verde;

13. BCV (2020), *Relatório do Estado da Economia de Cabo Verde em 2019*, Praia, Banco de Cabo Verde;
14. Bernardino, L. (2007), *A Prevenção e Resolução de Conflitos em África. O Papel da CPLP no Âmbito das Organizações Regionais Africanas*, Instituto de Estudos Superiores Militares Curso De Estado-Maior - 2005/2007;
15. Brito, B. & Al. (2010), *Turismo em meio insular africano: análise comparativa de impactos*, Portugal, Centro de Estudos Africanos-ISCTE-IUL;
16. Brito, B. & Al. (2013a), *Alterações Climáticas e Suas Repercussões Sócio-Ambientais*, Aveiro, Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental;
17. Brito, B. & Al. (2013b), *Preservação Ambiental e Turismo de Natureza em Área Protegida Iniciativas e Experiências em Contexto Africano*, Portugal, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
18. Brundtland Comision (Word Comission Environment and Development), (1987), *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press;
19. Caetano, C. & Al (2001), *As 7 Teses da Corrupção*, Lisboa, DCI – IESG;
20. Carreira, A. (1972), *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa;
21. Carreira, A. (1984), *Cabo Verde – Aspectos Sociais, Secas e Fomes do Século XX*, Lisboa, Ulmeiro;
22. Carvalho, J. (2009), *Sustainable Tourism Creating Knowledge Networks Amongst Indigenous Micro And Small Enterprises*, EUA;
23. Carvalho, J., Lewis, H. (2009), *Criando Sistemas de Gestão do Conhecimento para Turismo Sustentável entre Micro e Pequenas Empresas (MPes) Indígenas, Primeiro Encontro Nacional sobre Investigação* (Traduzido pelo Autor), EUA;
24. Carvão, S. (2009), *Tendências do Turismo Internacional*, Madrid, UNWTO;

25. Chang, H., Tradução: Araújo, L., (2004), *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, S. Paulo, Editora UNESP;
26. CI – Agência Caboverdiana de Investimentos (2016), *Estatísticas de IDE Aprovados 2008-2013*, Praia;
27. Consult, PD (2010), *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010/2013*, Praia, Governo Cabo Verde;
28. Costa, D. (2020), *Dados Eleitorais de Cabo Verde em 25 Anos de Regime Democrático (1991-2016)*, Praia, ISEditorial;
29. Costa, S., Delgado, J., Varela, O. (2014), *A Política Externa Cabo-Verdiana num Mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva*, Praia, ICJS;
30. Costa, S. (2012), *A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica*, Praia, ICJS;
31. Costa S., Pinto, J. (2014), *A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva?*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa;
32. Cunha, L. (1997), *Economia Política do Turismo*, Lisboa, Mc Graw-Hill;
33. Cunha, L., Abrantes, A., *Introdução ao Turismo*, Lidel – 6.^a Edição Atualizada, 2019;
34. Cunha, L., Rui, J. (2013), *Turismo e Desenvolvimento dos Territórios Insulares. Apontamentos para uma Geografia do Turismo de Cabo Verde*, CEGOT - Universidade de Coimbra, Livro Turismo e Cultura.indb 425 13/10/22 18:35;
35. Dimitru, C., Sandru, A. (2015), *Sustainable Strategic Directions of Regional Development in Romania in te Context of European Integration*, CES Working Papers – Volume VII, Issue 2A, p. 452-463;

36. Direcção Regional de Estatística da Macaronésia - SIET-MAC, (2006), *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000-2005*, O Liberal;
37. DNA-CV (2017), *Dados Ambientais de Cabo Verde*, Praia, Direcção Nacional do Ambiente;
38. DNA-CV (2018), *Dados Ambientais de Cabo Verde*, Praia, Direcção Nacional do Ambiente;
39. DNS-CV (2020), *Dados Estatísticos sobre a COVID-19*, Praia, Direcção Nacional da Saúde;
40. Edgeman, R., Eskildsen, J. (2013), *Socio-Ecological Innovation: Strategic Integration of Innovation for Sustainability and Sustainable Innovation*, Aarhus University, Aarhus, Denmark, pp.114-124;
41. Elavai, A. (Serviço Regional de Estatística dos Açores), Maria Carlota Santos, M. (Direcção Regional de Estatística da Madeira) & González, A. (Instituto Canário de Estatística) (2006), *SIET - MAC – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaroneésia 2000-2005*, Funchal: D.R.E., ISBN 972-98981-5-4;
42. Electra (2019), *Relatório de Atividades da Electra – 2019*, Conselho de Administração da Electra, Praia;
43. European Commission (March, 2016), *The European Tourism Indicator System - ETIS Toolkit For Sustainable Destination Management*;
44. Ferreira, B., Missio, F., Sonaglio, C. (2015), *Notas sobre as Etapas de Desenvolvimento de Três Lagoas: Um Exercício Rostowiano*, Conference Paper, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil;
45. Ferreira, E. (2006), *O Turismo Sustentável no Contexto das P.E.I.: O Caso de Cabo Verde*, Lisboa, ISEG;
46. Fortuna, C. (1985), *Descolonização, o Fim de um Ciclo*, Crítica à Revista Científica de Ciências Sociais N.º 15/16/17;

47. Friedman, G. (2010), *Os Próximos 100 Anos*, Publicações Dom Quixote;
48. Gaggi, M. & Narduzzi, E. (2008), *Low Cost – o Fim da Classe Média*, Lisboa, Teorema;
49. Garcia, F. (2015), *Metodologia da Pesquisa Científica: Organização Estrutural e os Desafios para Redigir o Trabalho de Conclusão Praqa*, Revista Eletrónica “Diálogos Académicos”, F.S.G. N.º 1, P. 72-87;
50. Golja, T., Silvar, I. (2014), *The Importance of Measuring of Sustentability in the Reaching Higher Destination Competitiveness*, Juraj Dobrila University of Pula, Pula, Croatia, pp. 100-112;
51. Gonçalves, C. (2006), *Kab Verd Band*, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, Praia;
52. Governo de Cabo Verde (2016a), *OGE para o Ano de 2016*, Cabo Verde, Praia;
53. Governo de Cabo Verde (2016b), *Programa do Governo da IX Legislatura*, Cabo Verde, Praia;
54. Hudson, H., Leftwich, A. (2014), *From Political Economy to Political Analysis*, Developmental Leadership Program, UK, University of Birmingham;
55. INE-CV (2013), *Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030*, Praia;
56. INE-CV (2011 & 2015), *Conta Satélite de Turismo de Cabo Verde 2011-2014*, Praia;
57. INE-CV (2016 e 2017), *Anuário Estatístico do Turismo 2015-2016*, Praia;
58. INE-CV (2000,..., 2021a), *Oferta Turística Cabo Verde 2000-2020*, Praia;
59. INE-CV (2000,..., 2021b), *Procura Turística Cabo Verde 2000-2020*, Praia;

60. INE-CV (1980,..., 2020), *Estatísticas do Turismo Cabo-verdiano 1980-2020*, Praia;
61. INE-CV (2000,..., 2021c), *Projeção demográfica Cabo Verde 2000-2030*, Praia;
62. Kaurić, A. & Al. (2015), *Supply Chain Management in Tourism Systems: A Comprehensive Review of the Literature*, University of Zagreb, Faculty of Textile Technology, Zagreb, Croatia, p. 626-639;
63. Lage, B., Miilone, P. (1999), *Turismo: Teoria e Prática*, S. Paulo, Atlas;
64. Landes, D. (2011), *A Riqueza e a Pobreza das Nações – Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*, Gravidia, 8.^a Edição;
65. Lopes, J. (2012), *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*, Spleen Edições, Praia;
66. Madisson, J. (1788), *Federlist*, N.º 51;
67. Magriço, V. (1995), *Sistemas Financeiros e Financiamento do Desenvolvimento*, CESA, ISEG, Lisboa;
68. Marujo, M., Carvalho, P. (2010), *Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável*, Curitiba, Turismo & Sociedade, 3(2), pp.147-161;
69. Mascarenhas, J. (2003), *IDE em Cabo Verde: Experiência e Perspetivas*, Lisboa, ISEG;
70. Mascarenhas, J. (2004), *A Problema do Turismo na Ilha de Santiago*, Porto, ISCET;
71. Mascarenhas, J. (2016), *Turismo & Desenvolvimento Sustentável: a Experiência Cabo-verdiana – 40.º Aniversário da Independência de Cabo Verde*, Aula Magna, Universidade de Lisboa;
72. Meneses, A.; Ribeiro, F. & Cristóvão A. (2012), *Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, p. 43-68;

73. Ministério das Finanças de Cabo Verde (1992), *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995*, República de Cabo Verde;
74. Mohammed, N., (1995), *What Determines Military Allocations in Africa: Theoretical and Empirical Investigations*, Lisboa, ISEG;
75. Moniz, M. (2016), *Visit Cabo Verde – Uma Estratégia de Marketing Digital para Cabo Verde como Destino Turístico*;
76. Monteiro, C. (2011), *Música Migrante em Lisboa: Trajectos e Práticas de Músicos Cabo-verdianos*, Editora Mundos Sociais, Lisboa;
77. Mourão, J. (2002), *Problemática do Turismo*, Lisboa, ISCET;
78. Nederveen, P. (2000), *After Post-development*, Third World Quarterly 21(2): 175;
79. Negrão, J. (2001), *Como Induzir o Desenvolvimento em África*, Work Paper – Lisboa, ISEG;
80. Neves, J. (2015), *Discurso de José Maria Neves na Assembleia Geral da ONU, a 01-10-2015*, Rádio ONU;
81. Oppenheimer, J. (1998), *Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto de Ajustamento Estrutural em África*, Documento de Trabalho, N.º 48, CESA, Lisboa, ISEG;
82. OMT (2003), *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, Tradução de Sandra Netz, Porto Alegre, Bookman, 168p;
83. OMT (2015), *World Tourism Barometer 2014*, UNWTO;
84. OMT (2017), *World Tourism Barometer 2017*, UNWTO;
85. OMT (2018), *World Tourism Barometer 2018*, UNWTO;
86. OMT (2019), *World Tourism Barometer 2019*, UNWTO;
87. Pereira, D. (2005), *Os Desafios das Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento: Serão as Maurícias e as Seychelles Exemplos para Cabo Verde?*, Lisboa, ISEG;

88. Pollice, F. & De Julio, R. (2011), *Avaliação da Competitividade Turística do Território*, Work Paper, Finisterra, XLVI, 91, pp. 121-138;
89. PNUD (2019), *Relatório do IDH 2019 - Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*, New York, ONU;
90. PNUD & Governo de Cabo Verde (2015), *Relatório ODM Cabo Verde - 2015*, Cabo Verde, Praia;
91. Porter, M. (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, New York: The Free Press;
92. Quivy, R., Campenhoudt, L. (2013), *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Trajectos*, Gradiva, Lisboa;
93. Redclift, M. (2002), *Sustainable Development: Exploring the Contradictions*, In V. Desai e R. Potter (ed.), *The Companion to Development Studies*, London, Arnold, pp. 275-279;
94. Romão, A. & Al. (2010), *Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres*, SA, Coimbra, Edições Almedina;
95. Rubim, A. (2010), *A Prática do Turismo Pedagógico no Contexto dos Museus: a Experiência de Museus das Cidades do Rio de Janeiro e Niterói*,
96. Romão, A. (2001), *Competitividade, Globalização e Desenvolvimento*, CEDIN, Lisboa, ISEG, Documento de Trabalho N.º 1 / 2001;
97. Santos, A. (2011), *A Insularidade e as suas Condicionantes Económicas O Caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa;
98. Santos, F. (2017), *Ecoturismo - Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade Social no Parque Natural da Serra da Estrela (concelho de seia - estudo de caso)*, Coimbra, Universidade de Coimbra;

99. Sarmiento, E. (2019), *Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e os Desafios da Sustentabilidade do Turismo*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa;
100. Sarmiento, E., Monteiro, J. (2021), Capítulo 16: State of the art about COVID-19 impact in Santiago University – Cape Verde. In Loureiro, Sandra & Guerreiro, João, *Handbook of Research on Developing a Post-Pandemic Paradigm for Virtual Technologies in Higher Education*. ISBN13: 9781799869634; ISBN10: 1799869636. IGI Global (Aceite) (Q2, SJR: 0,338);
101. Saveanu, M. (2015), *Major Issues in Bringing About Sustainability*, University of Iasi, Romania, pp. 156-167;
102. Shahidian, S. & Al. (2013), *O Desafio dos Recursos Hídricos em Cabo Verde*, IGRH;
103. Sideway, J. (2002), *Post-development*, Development and Development Studies, London, Arnold, pp. 16;
104. Silva, A. & All (2017), *Economia Política – Neoclássicos*, Universidade Federal do Maranhão;
105. Sousa, N. (2015), *A Gestão das Migrações em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: uma Análise Comparada (1991-2014)*, Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais, Ano 2, N.º 2 e 3, 2014-2015;
106. Spínola, S. (2009), *Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde a Partir da Abertura Política (1990) à Actualidade*, Évora, Universidade de Évora;
107. TEEB (2010), *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade: Integrando a Economia na Natureza*, PNUMA;
108. Todaro, M. (1981), *Introdução à Economia: Uma Visão para o Terceiro Mundo*, Editora Campus (1ª Reimpressão);
109. Turimagazine (2020), Revista Turimagazine N.º 40, Pag. 25-29, Praia;

110. Varvari, S. & Cristea, M. (2015), *Regional Development Through Growth and Urban Development Poles in Romania*, CES Working Papers – Volume VII, Issue 2A, p. 662-674;
111. WEF (2015), *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015*, Geneva, World Economic Forum;
112. Xavier, A. & Al. (2007), *A Organização das Nações Unidas*, Humana Global - Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento.

Sitografia:

113. <http://anacao.cv/2016/11/01/24988/#!/prettyphoto/0/>, consultado em 02/11/2016, 17H30;
114. <https://byacores.com/mapa-dos-acoresh/>, consultado em 02/11/2020, 16H30;
115. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, consultado em 20/10/2016, 14H30;
116. <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article47728>, consultado em 20/10/2016, 14H30;
117. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011, ODM e ODS, consultado em 25-01-2021, 20h00;
118. <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/81-taxa-de-mortalidade-da-covid-19>, consultado em 25-01-2021, 20h00;
119. <https://cvtradeinvest.com/economia-do-mar>, consultado em 25-01-2021, 21h00;
120. *Diversidad* <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-democracia-moderna-na-concepcao-de-norberto-bobbio/>, - XI CONLAB – Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (2011), consultado em 02/09/2021, 18H00;
121. <https://ecologiaandrews.wordpress.com/2007/09/16/desenvolvimento-sustentavel/>, consultado em 09/09/2021, 14H00;
122. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/historia-da-escravidao-exploracao-do-trabalho-escravo-na-africa.htm> consultado em 09/09/2021, 13H00;
123. https://es.wikipedia.org/wiki/Pequeños_estados_insulares_en_desarrollo#/media/File:BlankMap-World-v5_small_states.PNG, consultado em 11/01/2016, 02H30;
124. <https://expressodasilhas.cv/economia/2020/11/28/os-caminhos-para-a-diversificacao-economica-em-cabo-verde/72341>, consultado a 14/01/2015, 15H00;

125. <https://expressodasilhas.cv/opinio/2021/04/05/na-economia-caboverdiana-a-alternativa-ao-turismo-e-o-turismo-em-termos-de-mercado-emissor-a-alternativa-a-europa-e-a-europa/74123?fbclid=IwAR0WJL6ksF-qaCC7uaCPmfQmjRo9uoqp1DECyD3mq93XatQv-WcQbyrzo5w>, consultado em 09/09/2021, 13H00;
126. <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/05/governo-aprova-salario-minimo-de-13-mil-escudos/56019>, consultado em 09/09/2021, 12H00;
127. <http://goo.gl/oQAUz5>, consultado em 10/01/2016, 10H00;
128. <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>, consultado em 09/09/2021, 12H00;
129. <https://hotelmorabeza.com/pt-pt/since-1967/>, Hotel Morabeza – Historial, consultado em 02/09/2021, 21H00;
130. <https://nsdsguidelines.paris21.org/pt-pt/node/715>, consultado em 02/09/2021, 18H00;
131. <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1737102?fbclid=IwAR2bWZG8GukiMNO9gRgRa50AKECHTQziHWFJm3fCUcuuSYpablqZImI3IAU>, Entrevista da ONU News à Conselheira Especial do Secretário-Geral da ONU para África, Dr.ª Cristina Duarte, consultado em 23 dezembro 2020, 23h00;
132. http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~cesa/templates/cesa/images/2_Quadro-1_PEI-soberanas-naosoberanas.pdf, consultado em 10/01/2016, 11H00;
133. <https://www.passeidirecto.com/arquivo/22440007/marcos-conceituais-turismo>, consultado em 25-01-2021, 23h00;
134. <https://pt.countryeconomy.com/demografia/estrutura-populacional/cabo-verde>, consultado em 25-01-2021, 22h00;
135. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde, consultado em 01/07/2016, 20H00;
136. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cinco_forças_de_Porter, consultado em 01/03/2016, 14H00;

137. <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html>, consultado em 02/09/2021, 23H00;
138. <http://rodriguesemilio.blogspot.com/p/zona-economica-exclusiva-zee.html> cpconsultado em 10/10/2016, 23H30;
139. https://santiagomagazine.cv/index.php/sociedade/1439-estudo-mais-de-75-dos-cabo-verdianos-estao-insatisfeitos-com-a-governacao-do-pais?fbclid=IwAR1g4ywGmmNtJDlaAC-jZw3X_cY-HIrpDTdtjWHHTTEqTP089jUpKAoM2dE - Inquérito da Afrossondagem sobre a qualidade da democracia CV (2017), publicado em 25 abril 2018;
140. <https://saude.abril.com.br/medicina/testes-do-novo-coronavirus/>, consultado a 17/01/2021, às 23h00;
141. <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a03.pdf>, consultado em 10/10/2019, 14H00;
142. [http://The%20Travel%20&%20Tourism%20Competitiveness%20Index%20Ranking%20\(2015\)](http://The%20Travel%20&%20Tourism%20Competitiveness%20Index%20Ranking%20(2015)), The Travel & Tourism Competitiveness Index Ranking (2015), Index Results; Consultado em 15/07/2016, 23H00;
143. <https://unric.org/pt/covax-o-que-e-como-funciona-como-sera-distribuido-e-porque/>, consultado em 23/09/2021, às 14h00;
144. www.worldbank.org/smallstates, consultado em 02/09/2021, 20H30;
145. http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf, consultado em 20/01/2016, 18H00;
146. <http://www.akatu.org.br>, consultado em 02/03/2016, 18H00;
147. <http://www.doingbusiness.org/data/ExploreEconomies/cabo-verde>, consultado em 29/10/2016, 13H00;
148. <http://www.espanha-turismo.com/canarias/ilhas.htm>, consultado em 23/09/2020, às 14h00;

149. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/economia/item/41346-salario-minimo-e-uma-realidade-a-partir-de->
[hojehttp://www.doingbusiness.org/data/ExploreEconomies/cabo-verde](http://www.doingbusiness.org/data/ExploreEconomies/cabo-verde), consultado em 29/10/2020, 14H00;
150. <https://www.governo.cv/governo-estipula-insercao-do-salario-minimo-para-2010/>, consultado a 20/09/2021, 01h30;
151. <http://www.inforpress.publ.cv/economia/127775-divida-situacao-de-cabo-verde-e-elevada-mas-sustentavel-economista>, consultado em 10/07/2016, 15H00;
152. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf, consultado em 02/03/2016, 21H00;
153. <http://www.manutencaoesuprimentos.com.br/conteudo/4270-combustiveis-fosseis-vantagens-e-desvantagens/>, consultado em 10/10/2016, 14H00;
154. <http://www.monolitonimbus.com.br/wp-content/uploads/2014/03/partilha-da-africa.jpg>, consultado em 25/04/2021, às 15h00;
155. <https://www.populationpyramid.net/pt/%C3%A1frica/2020/>, consultado em 02/09/2021, 18H30;
156. <https://www.publituris.pt/2009/06/24/desenvolvimento-sustentavel-e-um-dos-seus-indicadores-a-intensidade-turistica/>, consultado em 02/09/2020, 18H30;
157. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/CAPEVERDEEXTN/0,menuPK:349633~pagePK:141132~piPK:141107>, consultado em 02/09/2021, 18H30;
158. <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/in-depth/public-resource-mobilisation-and-aid/>, consultado em 02/09/2021, 18H30;
159. <http://www.gobiernodecanarias.org/istac/jaxi-istac/menu.do?uripub=urn:uuid:ccdf465c-2230-421d-99f6-d6a1669d6032>, consultado em 02/09/2020, 19H30;
160. <http://www.oceanpress.info/cms/Pt/especial/entrevista/48436-dizer-que-a-ilha-do-sal-nao-tem-seguranca-turistica-nao-condiz-com-a-verdade-camara-do-turismo>,

- consultado em 20/10/2016, 14H00;
161. <https://www.nexojornal.com.br/externo/2020/07/12/O-desafio-de-calculer-o-R>, consultado em 23/09/2021, às 14h00;
 162. http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm, consultado em 25-01-2021, às 15h00 – Os ODM;
 163. <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%c3%a7%c3%a3o+empregada+total+e+por+grandes+sectores+de+atividade+econ%c3%b3mica-816-5694>, consultado em 25-09-2020, às 15h00;
 164. https://www.rfi.fr/pt/áfrica/20201117-áfrica-com-recuos-na-área-da-boa-governação-segundo-mo-ibrahim?xtor=CS1-50&fbclid=IwAR0bWaL0zoZ-PxP6i6KeTJxRNq7x1QQaF5_3_tTZqniyO61DQxP4xYRKtig – Boa Governação nos PALOP 2020 (Sustentabilidade Político-Institucional), consultado a 17/01/2021, às 20h00;
 165. <https://www.rfi.fr/pt/programas/economias/20210108-vantagens-e-desvantagens-da-área-de-livre-comércio-africana>, consultado a 17/01/2021, às 22h00;
 166. <https://www.rtc.cv/noticia/noticia-details?id=2528>, consultado em 01/10/2016, 00H30;
 167. http://www.rtp.pt/noticias/mundo/vulcao-da-ilha-do-fogo-em-cabo-verde-entra-em-erupcao_n784414, consultado em 01/10/2016, 00H30;
 168. <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Prebisch-Singer-Hypothesis-Revisited-Maizels-Palaskas/d8aea741b2688e1da52f7bb8ab91055306e64902> consultado em 01/10/2016, 01H30;
 169. <https://www.voaportugues.com/a/angola-melhora-no-%C3%ADndice-ibrahim-mas-ainda-%C3%A9-o-pior-lus%C3%B3fono/5664496.html>, consultado em 10/07/2020, 17H00;
 170. <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>, consultado em 10/07/2016, 17H00;

171. <https://www.youtube.com/watch?v=rFqoxDU7PNA> – As 5 Forças de Porter, consultado a 17/01/2021, às 20h00;
172. <https://www.youtube.com/watch?v=os1n2Ea3wUs> – Entrevista com Michael Porter, consultado a 17/01/2021, às 20h00;
173. <https://www.youtube.com/watch?v=XYkW1P5JaUE> – Turismo Sustentável, consultado a 17/01/2021, às 20h00.

Apêndice

*“O objetivo do turismo sustentável –
Especialmente no contexto dos países em desenvolvimento –
deve ser o de promover o desenvolvimento económico e comunitário”.*

Carvalho, J. & Lewis, H. (2009: 17)

Atual Primeiro-Ministro
Dr. Ulisses Correia e Silva

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

**GUIÃO DE ENTREVISTA À S.E. Sr. PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO
VERDE**
Dr. ULISSES CORREIA E SILVA

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: junho de 2020

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em *DevelopmentStudies*, do Doutorando José Luís Mascarenhas Monteiro, cuja tese é intitulada de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis em Cabo Verde Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva às seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

O principal recurso é o capital humano e o capital institucional. A origem e o percurso de uma nação com cinco séculos e meio de existência criou e moldou um povo com uma identidade e cultura próprias – o cabo-verdiano – aberto ao mundo, com uma vasta diáspora, o que aliado à estabilidade política e social colocam Cabo Verde com um posicionamento favorável a receber visitantes e a facilmente integrá-los na vida quotidiana, ou seja, fazê-los sentir em casa e seguros. Quanto aos recursos naturais, a diversidade paisagística das ilhas, o património

histórico e cultural, o clima e o mar permitem oferecer múltiplas possibilidades de turismo, desde o turismo balnear ao eco-turismo. Melhor estruturados e edificados, esses recursos têm o potencial para aumentar o valor turístico de Cabo Verde.

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

Destacando o fator de localização estratégica de Cabo Verde, devemos dizer que somos um arquipélago privilegiado, uma vez que se pode encontrar uma rica variedade de recursos turísticos devido a génese do arquipélago, a história do seu povoamento e a sua localização geográfica. As ilhas do Sul têm um forte potencial relacionado com o património histórico edificado e com património ambiental mas, igualmente, acolhem uma das costelas culturais do país. Já as ilhas que estão localizadas mais à Leste, são planas, dotadas de fantásticas e belíssimas praias e salinas, património bem diferente das outras, proporcionando o produto turístico dominante - o Turismo de Sol e Mar. As ilhas do Norte são, igualmente, dotadas de uma riqueza ambiental, marcada por montanhas e vales verdejantes, encostas nuas de uma beleza singular, mas também repositórios de uma cultura intensa. Exposto isto, devemos dizer que os recursos turísticos estão estrategicamente bem distribuídos, permitindo que o país tenha uma diversidade a nível de oferta turística e, conseqüentemente, está em condições de construir um produto turístico que comporte os diferentes segmentos já eleitos pelos instrumentos de planeamento.

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Cabo Verde, enquanto destino turístico é muito atrativo, pelos elementos que o caracterizam como tal. Sinal demonstrativo dessa realidade assenta no crescimento razoável do número de visitantes que vem contribuindo para a sua notoriedade. Tem-se apresentado como um destino turístico seguro, boa localização geográfica (em média a 5/6 horas das diferentes capitais europeias - uma espécie de Caraíbas ao pé da Europa) dotado de extensas praias e povoado por um povo alegre, jovem e hospitaleiro, produto do cruzamento de africanos e europeus. Por outro lado, dispõe de uma estabilidade política e social que cativa os turistas, nos tempos em que a segurança é um fator diferenciador muito valor. A coesão e maturidade política, económica e as fortes cooperações internacionais que Cabo Verde possui, contribuem, igualmente para o aumento e solidez da sua atratividade.

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal fator de atratividade do destino Cabo Verde?

É visível que o recurso com maior fator de atratividade é “Sol e Mar”. Todavia, o Governo para a IX Legislatura defende uma forte aposta na diversificação da oferta, cujo o intento é adotar uma estratégia de reforço da presença de todas ilhas no xadrez do Turismo, dando especial atenção ao desenvolvimento de novos segmentos quais sejam o Turismo de Montanha/Natureza, Cruzeiros e de Eventos/Negócios e o Turismo de Saúde.

Obs:

As restantes questões das Dimensões 1, 2 e 3 ficarão a cargo dos responsáveis setoriais.

1.4. Componente: Político-Institucional

Partindo do quadro referencial infra (fonte: INE-CV), agradecemos que respondesse às seguintes questões:

| Região | Ano: 2019 | | | |
|-----------------|------------------|-------------------|----------------------|----------------------------|
| | População | Superfície | N.º Concelhos | Dormidas Turísticas |
| Santiago | 56% | 25% | 41% | 5% |
| Santiago Norte | 22% | | 27% | |
| Santiago Sul | 34% | | 14% | |
| Sal | 7% | 5% | 5% | 52% |
| Boa Vista | 3% | 15% | 5% | 38% |
| S. Vicente | 15% | 6% | 5% | 2% |
| Restantes Ilhas | 18% | 49% | 45% | 3% |

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing*, à eficácia e à valorização dos seus recursos estratégicos?

O planeamento foi acompanhando o processo de descoberta do destino turístico Cabo Verde, não à mesma velocidade e nem sempre teve instrumentos de planeamento e quando os preparou houve uma materialização não suficiente. A partir de 2014 com a criação da Contribuição Turística cobrada aos hóspedes dos estabelecimentos

turísticos, pôde-se criar o Fundo de Turismo que tem como objetivo financiar a qualificação do Destino Cabo Verde e garantir sua sustentabilidade. Todavia, só a partir de 2016/2017, houve a decisão de vincular a aplicação das verbas desse Fundo a investimentos e projetos com impacto direto na qualificação do produto turístico de Cabo Verde. Foram definidas as Diretivas do Turismo (2017-2021) documento oficialmente aprovado pelo Conselho de Ministros que identifica projetos em cada ilha e define os respetivos montantes a serem aplicados, tais como, projetos de requalificação urbana, valorização dos circuitos vicinais, construção de miradouros, reabilitação e restauro do património histórico edificado, construção de postos turísticos e centros interpretativos e eventos culturais com interesse turísticos, em estreita colaboração com os municípios. Uma outra parte do Fundo está destinada a projetos transversais que influenciam indiretamente a qualidade do Destino, designadamente, infraestruturas de saúde, projetos de segurança de pessoas e bens e qualificação do património religioso.

Assim, com a implementação das referidas Diretivas do Turismo deu-se início a uma nova fase na forma como se começa a olhar para o Turismo e a valorização dos recursos estratégicos de interesse turístico existentes no país começa a ser uma realidade.

Paralelamente, o Governo aprovou em dezembro de 2018 o GOPEDS – Turismo, um documento que veio dar orientações claras a nível “macro” com forte enfoque na diversificação da oferta, crescimento sustentado do turismo alinhado com o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o intento de Cabo Verde ser um país cada vez mais competitivo. Na sequência disso, foram preparados os *Master Plans por ilha*, documentos esses que fazem um diagnóstico de cada ilha e apontam caminhos em termos de projetos que devem ser implementados para a criação do produto turístico do país e os segmentos em que devemos apostar. O

próximo passo será a elaboração do Programa Operacional do Turismo 2021-2026 que identifica e elenca os projetos que serão materializados no referido período.

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

O Governo de Cabo Verde, em finais de 2018, escolheu um novo Brand do Destino “*Cabo Verde is something else*” procurando repassar a imagem de um destino diferente, rebuscado, surpreendente e apaixonante. *Um País, dez Destinos* cumpriu o seu objetivo para um determinado período, em que se procurou transmitir a ideia da diversidade turística existente, a multiplicidade de paisagens e, por conseguinte, um país que pode acolher variados segmentos. Todavia, entendeu-se que sendo a nova aposta centrada na criação dum turismo sustentável, rebuscado e único que almeja um turismo de valor acrescentado alto, em que a qualidade deve sobrepor a quantidade, a mensagem subjacente deverá ser no sentido de que o Destino Cabo Verde não é apenas um conjunto de ilhas similar aos muitos espalhados pelo Índico e pelo Pacífico. É sim, algo diferente, requintado, próprio, especial, ambientalmente atrativo e que preza por um turismo estratificado de turistas, com poder de compra, de latitudes diversas, que tem cada vez mais interesse pela história, pela cultura, pela valorização das tradições e no contato com as pessoas, pois a componente sol & mar já começa a dar sinais de alguma consolidação e com notoriedade razoável. Com efeito, a aposta deve ser na promoção do outro lado da riqueza do Destino, designadamente a natureza, a cultura e as pessoas, procurando agregar esses valores ao produto âncora - o sol & mar. É essa diferenciação pretendida que corporiza o novo *brand*.

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde, mormente na sua repartição regional? O que poderá ser feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

A política traçada para captação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente no setor do turismo, tem tido um impacto significativo na economia de Cabo Verde. Os dados estatísticos demonstram, claramente que se hoje a economia cresce a média anual de 5% e a taxa de desemprego começa a aproximar de um dígito, muito dessa realidade depende do Turismo que vem contribuindo para cerca de 24% do PIB e os investimentos com capitais estrangeiros responsabilizam em grande medida para isso.

Nos anos 90 procedeu-se a abertura da economia, traduzida na aprovação de legislação que permitisse o setor privado a participar em todos os sectores de atividade económica, aprovou-se um conjunto de incentivos fiscais para facilitar e estimular o investimento privado, designadamente o investimento estrangeiro e desde essa altura notou-se um crescimento sem precedentes no investimento turístico no país.

Nos últimos quatro anos, o Governo continuou a criar mecanismos para a melhoria do ambiente de negócios, designadamente com a criação do Estatuto do Investidor Emigrante, do Estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado, do Cartão Green Card, da nova Lei de Estatuto de Utilidade Turística e da revisão do Código dos Benefícios Fiscais, procurando estimular os investimentos no setor turístico numa nova era em que múltiplos países estão a apostar no Turismo. A lei do Estatuto de Utilidade Turística e a Lei do Projeto de Méritos Diferenciado vêm introduzir estímulo para o desenvolvimento de projetos nas ilhas até então com fraca atenção dos investidores e permite reforçar o efeito de

externalidades positivas noutras atividades económicas, designadamente a Agricultura, Indústrias Criativas, Transportes e Agroindústria.

No entanto, o IDE permanece fortemente concentrado numa única atividade, o turismo *all-inclusive* e em dois locais: ilhas do Sal e da Boa Vista. Cabo Verde procura agora diversificar a sua economia e fazer com que o turismo seja mais do que apenas o modelo tudo incluído. Mas para assegurar um impacto positivo terá de aumentar as oportunidades de negócio para o sector privado nacional, assim como um desenvolvimento mais equilibrado em todas as ilhas, o que neste momento há sinais dessa tendência (Santo Antão, São Vicente e Fogo).

Q1.4.1.4. O que tem feito o seu Governo para que os benefícios diretos, indiretos e induzidos do turismo cheguem, efetivamente, à população local?

As primeiras medidas adotadas por este Governo ao assumir as suas funções, centraram na a reformulação do FSST - Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, em que os recursos passaram a ser distribuídos proporcionalmente para os Municípios, e também na lógica de discriminação positiva. Foram financiados projetos que imediatamente provocaram impactos social, ambiental e de infraestruturização de todos os Municípios do País, repercutindo na qualidade e autoestima da população. Os projetos de realojamento das comunidades de Alto de Santa Cruz – Ilha do SAL e do Bairro da Boa Esperança – Ilha da Boa Vista, cujo total de investimento deverá atingir os 1,5 milhões de contos, são dois exemplos da aposta no bem-estar da população local. Indiretamente, poder-se-ia enunciar um conjunto variado de projetos no domínio da saúde, da iluminação pública e da segurança das pessoas e bens com financiamento do FSST que tiveram um impacto visível na qualidade de vida dos cidadãos.

No domínio legislativo, a revisão da Lei do Estatuto de Utilidade Turística vem materializar a visão deste Governo relativamente a necessidade de aumentar o impacto positivo da atividade turística nas comunidades locais, pois passa a ser obrigatório que os projetos que gozam desse Estatuto incluam um percentual razoável de produtos e serviços locais na sua cadeia de produção. Significa que atividades como a agricultura a agroindústria, as pescas, as indústrias criativas sairão a ganhar e muito e, indiretamente, a população e as empresas nacionais.

Q1.4.1.5. Qual é o plano do seu Governo para que o turismo CV seja globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável, mormente neste contexto de pandemia de COVID-19?

O modelo de turismo definido nas Grandes Opções do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo - GOPEDS-T – contempla a visão centrada no crescimento do turismo num ambiente de sustentabilidade, procurando valorizar os seus recursos naturais, históricos, culturais com interesse turístico, com benefício para a população e com o compromisso de os transferir para as gerações futuras sem danos consideráveis. Essa visão assenta em quatro eixos principais: i. competitividade, ii. desconcentração, iii. sustentabilidade e iii. aumento das externalidades positivas do Turismo no seio das comunidades. Subjacente a essa visão/ambiçãõ há o objetivo de diversificar a oferta, qualificando os recursos em cada ilha, para permitir que o potencial de cada ilha seja transformado em produto turístico competitivo e dessa forma possa ser promovido e experimentado pelos turistas e por este caminho combater as assimetrias regionais e a migração rural que vimos assistindo. Com efeito, a elaboração dos Master Plans por ilha, a implementação das Diretivas do Turismo (2017-2021) e a aplicação das

verbas do Fundo do Turismo traduzem a materialização dessa visão que este Governo tem.

Com o advento da COVID-19, a segurança sanitária passou a merecer uma redobrada atenção, na medida em que se transformou numa variável determinante a ter em conta por quem viaja. E Cabo Verde, na qualidade de um Destino Turístico que vive em função do mercado internacional, determinou criar condições em matéria de protocolos e procedimentos sanitários em linha com as exigências da procura internacional para que possa continuar a competir num mercado que sai muito abalado com esta Pandemia. Neste item, é ainda fulcral acrescentar a necessidade de dotarmos de infraestruturas de saúde se pretendemos transmitir a mensagem de um Destino Seguro e pode-se, assim, entender a inclusão do conceito Cabo Verde – Plataforma de Saúde, na Agenda de Desenvolvimento 2030.

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGTT, a CI e o recém-criado Instituto do Turismo de Cabo Verde?

A DGTT, enquanto gabinete de apoio ao Ministro do Turismo e Transportes, tem a responsabilidades na conceção e avaliação da política do turismo, planeamento estratégico, preparação de legislação e regulamentação dos sectores turísticos e dos transportes aéreos, a coordenação do sector e cooperação internacional, em estreita articulação com os serviços e organismos do sector.

Enquanto que a CVTradeInvest é uma instituição com enfoque na captação e atração de investimentos para o País, que nos últimos (3 anos) conseguiu desbloquear uma série de projetos em carteira que contribuiu de forma significativa, a nível de investimentos e criação de empregos.

O Instituto do Turismo de Cabo Verde, embora numa fase embrionária, terá um papel preponderante na implementação das políticas e estratégias emanadas pelo Governo para o setor, bem como a responsabilidade de promover o destino com foco nos novos mercados e regulação e fiscalização do setor.

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

Cabo Verde é um destino turístico emergente, com tendência de elevado crescimento em termos de fluxos turísticos, com grande potencial turístico, pela riqueza dos recursos naturais e pelo seu posicionamento geográfico, mas com recursos financeiros limitados e com necessidades de desenvolvimento infraestrutural e organizacional numa perspetiva social e turística urgentes o que está sendo feito neste momento.

Os principais elementos diferenciadores de Cabo Verde, que se constituem como pontos fortes e que tornam o destino único no mundo são, a segurança no sentido lato, a proximidade aos principais mercados emissores, o clima temperado, com sol e temperaturas amenas durante todo o ano, a paisagem única, a simpatia natural e a autenticidade do seu povo.

Até então a promoção tem sido insuficiente por diferentes razões: insuficiência de recursos, modesta participação dos operadores e algum afastamento entre o público e o privado. A reconfiguração da governança do setor e o aumento de recursos por via da Contribuição Turística são elementos que deverão fazer aumentar a eficácia da política promocional no futuro.

Por outro lado, as GOPEDES-Turismo permitiram elencar as devidas orientações para a elaboração do Plano de Marketing do Destino para os próximos anos em que novos mercados merecem maior atenção. É aposta

do Governo continuar a consolidar o segmento de sol&mar e a apostar nos restantes segmentos já enumerados nos GOPEDS-T, pelo que mercados específicos, quais sejam o mercado russo, os países bálticos, países do Leste da Europa, determinados países africanos, o mercado brasileiro e a diáspora devem merecer uma abordagem. Por outro lado, o marketing digital deverá assumir um papel de preponderância relevante, tendo em conta o alcance e potencial desse instrumento de promoção.

Q1.4.2.3. Como classifica a sinergia criada entre as instituições públicas e privadas com responsabilidades no âmbito do setor turístico cabo-verdiano?

Anteriormente, a articulação institucional era um dos desafios, mas nos dias de hoje as instituições já incutiram a ideia de que para a implementação de ideias e ações é necessária a parceria entre o público e o privado porque são os atores deste último que conhecem o negócio e mediante a sua contribuição poder-se-á desenhar um edifício legislativo mais coerente e a promoção do Destino será mais eficaz se houver uma melhor participação. Com efeito, o Governo ao criar o **Instituto do Turismo** procurou incluir dois Administradores Não Executivos nomeados pela *trade* e pela ANMCV para criar a ponte oficial e institucional entre o setor privado, os municípios e o setor público. Espera-se daí extrair uma sinergia maior para permitir uma correta implementação das opções de política do Turismo

Q1.4.2.4. Entende que as instituições turísticas atuais dispõem dos instrumentos necessários para darem uma resposta eficaz aos atuais desafios setoriais e regionais?

O processo da Governança é um exercício em construção. Entendemos que o edifício institucional está em linha com as recomendações internacionais e com os modelos que já tiveram sucesso noutras paragens

e convém fazer a sua aplicação. Todavia, os recursos financeiros poderão ser insuficientes comparativamente aos concorrentes de Cabo Verde mas registamos uma evolução significativa nos últimos quatro anos, isto é, estão criadas as condições para o desenvolvimento ordenado e sustentável do Turismo.

Q1.4.2.5. Na atual conjuntura de uma crise pandémica e socioeconómica sem precedente, como avalia a estratégia do seu Governo em considerar o turismo o motor principal da economia CV?

A Estratégia de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde continua a manter-se: a ambição centrada num crescimento sustentável, com a preocupação na maximização do impacto positivo dos resultados nas suas gentes e comprometido com a preservação dos recursos ambientais, culturais e naturais, sem esquecer compromisso com o legado que se deve deixar as gerações vindouras. Todavia, com o advento da **COVID-19**, introduziu-se um novo eixo que é da **Segurança Sanitária** um dos pilares do conceito de **Segurança Total**, recentemente anunciado pelo Governo no âmbito da **Agenda de Desenvolvimento 2030** e que comporta a segurança de pessoas e bens, a segurança sanitária, a segurança jurídica, a segurança nacional, a segurança territorial e das nossas águas, a segurança ambiental e igualmente a segurança alimentar, numa perspetiva de edificar o país com este elemento diferenciador num mercado em que os concorrentes são fortes e maduros.

O Turismo, considerado a indústria da paz, deverá cada vez mais olhar para a matéria da **segurança** como sendo a variável a ter em conta e Cabo Verde deve seguir pelo mesmo diapasão.

A Estratégia de Desenvolvimento do país baseada no Turismo continuará a ser uma realidade pela simples razão de haver já uma **capacidade**

instalada no país, designadamente, infraestruturas turísticas mas, igualmente, pelas potencialidades turísticas das ilhas, a saber, o posicionamento geográfico, as condições naturais, o clima, a estabilidade política e social, a matriz judaico-cristã do povo cabo-verdeano muito similar aos mercados de origem dos turistas e a sua génese enquanto povo produto da mistura de outras nacionalidades. Por outro lado, por ser o Turismo um setor em perfeito crescimento nos próximos anos devido as características do serviço que é prestado e ao aumento contínuo e duradouro dos potenciais consumidores desses serviços. São elementos que existem e que nos atribuem condições singulares e que por esta razão determinam que o turismo continuará a ser a atividade económica âncora. Porém, esta pandemia traz elementos novos que nos obrigam a refletir sobre a diversificação da nossa economia e olhar para outros setores já eleitos no Programa de Governo que devem ser acelerados, designadamente, a construção do país plataforma de tecnologias digitais, país plataforma marítima, a economia azul, a agricultura mais empresarializada para reforçar a nossa segurança alimentar mas também para permitir potenciar os efeitos do setor turístico noutros setores e ainda o país plataforma de saúde.

Obrigado pela especial atenção!

**Ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente da República eleito
Dr. José Maria Pereira Neves**

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

**GUIÃO DE ENTREVISTA À S.E. Sr. PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO
VERDE (2001-2016)
Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES**

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: junho de 2020

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em *Development Studies*, do Doutorando José Luís Mascarenhas

Monteiro, cuja tese é intitulada de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis - Cabo Verde Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde - 2001-2016, Dr. José Maria Pereira Neves) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva às seguintes questões (constantes do extrato do questionário infra), de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas (9 habitadas), constituindo-se cada uma das ilhas um destino turístico diferenciado.

Cabo Verde é rico em recursos turísticos: sol, mar, clima ameno e beleza paisagística.

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

As ilhas do Sal, Boavista e Maio têm mais potencialidades em termos de sol e praia, Santiago e São Vicente têm um compósito de todos os recursos de Cabo Verde. As outras ilhas, possuem recursos culturais, paisagísticos e climáticos consideráveis.

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Em termos de atratividade, daria uma nota 6 em 10. Os recursos existem, mas torna-se necessário sofisticar o destino, melhorar a eficiência das instituições públicas e garantir maior eficácia dos resultados. A lentidão da administração pública, as falhas logísticas, a inadequação dos sistemas de formação profissional, a baixa produtividade e a reduzida competitividade são constrangimentos que restringem o desenvolvimento do turismo.

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal fator de atratividade do destino Cabo Verde?

Por enquanto sol e praia.

Obs:

As restantes questões das dimensões 1, 2 e 3 ficarão a cargo dos responsáveis setoriais.

1.4. Componente: Político-Institucional

Partindo do quadro referencial infra (fonte: INE-CV), agradecemos que respondesse às seguintes questões:

| Região | Ano: 2019 | | | |
|-----------------|-----------|------------|---------------|---------------------|
| | População | Superfície | N.º Concelhos | Dormidas Turísticas |
| Santiago | 56% | 25% | 41% | 5% |
| Santiago Norte | 22% | | 27% | |
| Santiago Sul | 34% | | 14% | |
| Sal | 7% | 5% | 5% | 52% |
| Boa Vista | 3% | 15% | 5% | 38% |
| S. Vicente | 15% | 6% | 5% | 2% |
| Restantes Ilhas | 18% | 49% | 45% | 3% |

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing*, à eficácia e à valorização dos seus recursos estratégicos?

Considero adequado o planeamento. Os investidores externos procuram as ilhas mais rentáveis e de retorno mais rápido. O crescimento do turismo de sol e praia permite-nos ganhar escala e sofisticar o destino, para, por um lado, alargar o turismo a outras dimensões, designadamente cultural e de natureza, e a todas as ilhas, e, por outro, chegar a um turismo de alto valor acrescentado.

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

Há capacidades institucionais e humanas no país, para a sua implementação.

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde, mormente na sua repartição regional? O que poderá ser / poderia ter sido feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

Os investidores partem das ilhas mais rentáveis e de retorno mais rápido, para conquistar as outras ilhas. A atração de investimentos externos é um processo dinâmico em que se conjugam os interesses do país e os dos investidores.

Q1.4.1.4. O que fez o seu Governo para que os benefícios diretos, indiretos e induzidos do turismo cheguem, efetivamente, à população local?

O ambicioso programa de infraestruturização, de desenvolvimento institucional e de capacitação dos recursos humanos do país foi para criar os alicerces necessários ao crescimento do turismo. Com o crescimento do turismo são também criadas as condições para a diversificação da economia e expansão do mercado de trabalho e criação de emprego.

Q1.4.1.5. Qual foi o plano do seu Governo para que o turismo CV seja globalmente competitivo, regionalmente equilibrado e localmente sustentável? Como é que vê a competitividade do destino CV no atual contexto de pandemia de COVID-19?

Governo, adentro da sua estratégia de transformação de Cabo Verde, num Centro Internacional de Prestação de Serviços, elegeu o turismo como o motor de crescimento. Para que assim fosse era necessário infraestruturar o país, desenvolver as instituições e capacitar os recursos humanos. Globalmente, a estratégia passaria pelo desenvolvimento da economia azul, do aeronegócio, das tecnologias informacionais, do agronegócio e das energias renováveis.

Face ao Covid 19, o setor do turismo foi amplamente devastado. A fragilidade dos serviços de saúde e o facto da pandemia não se ter ainda estabilizado no país têm levado a um relativo atraso na retoma.

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGTT, a CI/CVTI e o recém-criado Instituto do Turismo de Cabo Verde?

O grande problema de Cabo Verde é o excesso de organizações e de estruturas e reduzido potencial de coordenação. A DGTT e o Instituto são relativamente novos e não tenho dados para os avaliar ainda.

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de a maximizar?

A promoção deve ser mais focalizada, mais pragmática e mais realista. A cooperação estratégica entre o Estado e os privados seria muito importante para a promoção do destino Cabo Verde.

Q1.4.2.3. Como classifica a sinergia criada entre as instituições públicas e privadas com responsabilidades no âmbito do setor turístico cabo-verdiano?

Funciona, mas poderia ser muito mais efetiva.

Q1.4.2.4. Entende que as instituições turísticas atuais dispõem dos instrumentos necessários para darem uma resposta eficaz aos atuais desafios setoriais e regionais?

Considero que o excesso de instituições públicas, a reduzida capacidade de articulação e de integração de políticas e a excessiva centralização e concentração de poderes são desafios que temos pela frente e constroem uma resposta mais eficaz.

Q1.4.2.5. Na atual conjuntura de uma crise pandémica e socioeconómica sem precedente, como avalia a estratégia do seu Governo em considerar o turismo o motor principal da economia CV?

Cabo Verde não tem outra saída. O turismo ainda é, deve continuar a ser, o motor de crescimento. Devem ser tomadas medidas, designadamente de ordem sanitária, para garantir a retoma e a competitividade do destino Cabo Verde.

Obrigado pela especial atenção.

Atual Primeiro-Ministro
Dr. Ulisses Correia e Silva
Ex-Ministro do Turismo
Dr. Humberto Brito

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

ENTREVISTA À S.E. Sr. MINISTRO DO TURISMO DE CABO VERDE
Dr. HUMBERTO BRITO

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: fevereiro de 2016

GUIÃO DE ENTREVISTA

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em Estudos do Desenvolvimento, do Doutorando José Luis Mascarenhas Monteiro, cujo tema da tese é intitulado de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado, Dr. Humberto Brito, ex-Ministro da Economia e do Turismo, em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva às seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

R: Cabo Verde é um país com muitos recursos turísticos. A) Desde logo a sua localização geográfica relativamente aos grandes centros emissores de turistas, a sua natureza arquipelágica, as características específicas de cada uma das ilhas ou grupo de ilhas, nomeadamente as orográficas, criando múltiplos cenários paisagísticos; B) O mar, as suas águas, as suas praia, a sua flora e fauna; C) o clima relativamente ameno, boa temperatura; D) a cultura crioula, resultante de mistura de culturas e de povos, mas com especificidades que lhe confere características únicas; E) a administração/governança; f) etc.

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

R: As ilhas têm características próprias, criando um cenário de praticamente cada uma constitui-se como um destino próprio, atendendo aos seus recursos específicos. Posso, por isso, afirmar que, neste caso, a distribuição é equitativa, e cria as condições de cada uma concorrer, à sua maneira, para que o país, no seu todo, seja capaz de oferecer um leque vasto de produtos turísticos, de acordo com os recursos e potencial que apresenta.

1.1.2. Atractividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atractividade?

R: É um destino de atractividade média, atendendo às suas características e aos produtos que ainda apresenta aos turistas.

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal factor de atractividade do destino

Cabo Verde?

R: Ainda o principal recurso factor de atractividade é a natureza, numa combinação Sol/Praia/localização geográfica. Interferem ainda, de forma combinada com os anteriores, a administração/governança.

1.1.3. Capacidade de Carga:

Q1.1.3.1. Classifique o turismo em Cabo Verde em termos de capacidade de carga regional.

Em que medida este indicador condiciona o desenvolvimento de um turismo sustentável

em Cabo Verde?

R: Tratando-se de um país pouco povoado e tendo em conta o número médio de turistas que recebe, a população permanente no país ainda é muito baixa, pelo que considero estar-se muito longe de se atingir a capacidade de carga em qualquer das ilhas, mesmo naquelas que recebe neste momento um maior fluxo.

Este indicador indicia o nível de exploração dos recursos turísticos, factor importante nas decisões de investimentos no sector, e que faz com que o próprio destino seja

atractivo, atendendo o equilíbrio que se deve procurar de modo a que a atractividade tenha longevidade e seja de per si um factor de atractividade.

Q1.1.3.2. Na sua óptica, entre os seguintes factores, nomeadamente: território, dotação de recursos,

demografia, experiência do visitante, experiência do visitado, identidade cultural,

disponibilidade infra-estrutural, qual (is) constitui(em) os principal(is) determinantes da capacidade de carga regional?

R: dotação de recursos e disponibilidade de infraestruturas

1.2. Componente: Económica

1.2.1. Consumos Turísticos:

Q1.2.1.1. Entende que Cabo Verde consegue actualmente maximizar os consumos turísticos?

R: Ainda não.

Q1.2.1.2. Que medidas deve adoptar para potenciar o consumo local?

R: promoção do empreendedorismo; aumento da capacidade de produção agrícola e industrial com qualidade; Incentivo ao consumo de produtos nacionais; criação de mecanismos eficazes de financiamento de empresas e iniciativas nacionais; promoção e qualificação da mão de obra; promoção do comércio off-shore; Melhoria de transportes inter-ilhas e redução dos respectivos custos; etc.

663

1.2.2. Fluxos Intra-Sectoriais:

Q1.2.2.1. Em que medida o fluxo económico existente entre os diferentes agentes do turismo

garante um desenvolvimento sustentável do sector?

R: Ainda não é o que se deseja, mas a tendência é para uma maior consciencialização e posicionamento dos players neste sentido. Note-se, por exemplo, pelas estatísticas de importação que há um link cada vez mais forte do turismo com outros sectores. Uma

repartição mais equitativa dos rendimentos do sector entre os players tende a configurar-se.

Q1.2.2.2. Em seu entender, qual é o sub-sector que deveria assumir a liderança sectorial?

R: o da restauração e entretenimento

1.2.3. Relações Inter-Sectoriais:

Q1.2.3.1. Quais os sectores que estão melhor posicionados para municiar o turismo com os inputs

intermédios necessários ao seu processo de desenvolvimento?

R: cultura, agro-indústria e transportes.

Q1.2.3.2. Que regiões poderão ocupar um lugar cimeiro nesse processo inter-relacional?

R: Santiago, Fogo, Santo Antão e São Vicente;

1.3. Componente: Sócio-Cultural

1.3.1. Sustentabilidade Sócio-Cultural:

Q1.3.1.1. Em seu entender, Cabo Verde estaria, sócio-culturalmente, preparado para um verdadeiro

boom turístico, pré-desenhado no período anterior à crise internacional?

R: Tratando-se de um processo, considero haver uma pré-disposição do cabo-verdiano para receber cada vez mais turistas.

Q1.3.1.2. Tendo em conta a experiência de Cabo Verde e dos seus visitantes, como visualizar os

malefícios do turismo em Cabo Verde, tais como: a prostituição, a droga, a insegurança, a migração e a insustentabilidade urbana?

R: Os malefícios como a prostituição e a droga, resultantes deste processo, devem ser objecto de forte combate por parte de instituições e deve ser objecto de compromisso de honra dos players do sector. As migrações inter-ilhas devem ser objecto de um melhor planeamento de forma a que a capacidade de resposta seja adequada, quer no tempo, quer na eficácia, devendo também contar com a participação dos agentes turísticos na sua resolução, uma vez que reflecte na percepção do destino e na qualidade dos seus próprios produtos e consequentemente na viabilização dos seus investimentos. É claro que o crescimento traz também migrantes de outras latitudes. Há que ter uma política de acolhimento, sem descurar o factor segurança, mas aproveitar esta diversidade para enriquecer o que se pode oferecer.

1.4. Componente: Político-Institucional

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing* e à eficácia?

R: apesar do desenvolvimento dos planos, que podem ser discutíveis nas opções, a eficácia ainda não é a desejada, principalmente pelos deslizes nos timings, mas principalmente por questões de ordem financeira e capacidade de implementação, engajamento de todos os sectores, bem como a burocracia.

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 país, 10 destinos”?

R: Tal como os outros países, Cabo Verde não consegue, nem deve implementar apenas com recursos endógenos, quer financeiros, quer humanos. Até porque os grandes players são estrangeiros e o seu envolvimento é fundamental para o sucesso desta empreitada. Os cabo-verdianos devem ter a capacidade de controlar o processo de implementação, algo que é deficitário.

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde? O que poderá ser feito no

sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

R: A política é equilibrada. A sua implementação carece de capacidade de aceleração para que o investidor perceba que há vontade e que os servidores, nomeadamente públicos, estão alinhados com esta política e interessados que os investimentos se façam, facto que pode constituir-se um verdadeiro factor de contágio na atracção de investimentos. Se há boa política, se os processos são céleres e há todo um conjunto de recursos por explorar, os investidores com acesso a mercados sentir-se-ão mais à vontade para investirem em Cabo Verde;

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do

setor turístico, nomeadamente: a DGGT e a CI?

R: São instituições que estão a fazer um bom trabalho. No entanto, carecem, desde logo, de autonomia suficientes que lhes permite responder os investidores com a agilidade necessária. No exercício dos respectivos papéis, há etapas que dependem de outros sectores que podem não estar voltados para a compreensão da dinâmica dos investimentos. Por outro lado, precisam de quadros especializados, capazes de estar ao mesmo nível de conhecimentos dos grandes investidores e poderem com eles dialogar.

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no

sentido de a maximizar?

R: Está numa fase que se pode considerar embrionária, apesar de se estar a fazer há alguns anos. Atendendo aos mercados emissores de turistas e aos que se pretende abordar, há que recorrer a profissionais de craveira, envolver os principais players, os opinion makers, etc, de modo que tal seja eficaz e consiga levar aos olhos de quem olha para Cabo Verde um destino onde vale a pena visitar e fazer turismo, mas sempre com realismo.

Atual DG Turismo
Dr. Francisco Martins

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

ENTREVISTA AO ATUAL DG TURISMO & TRANSPORTES
Dr. FRANCISCO MARTINS

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: abril de 2020

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em Estudos do Desenvolvimento, do Doutorando José Luís Mascarenhas Monteiro, cujo tema da tese é intitulado de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis em Cabo Pós-Colonial*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado (DG do Turismo e Transportes de Cabo Verde, Dr. Francisco Martins) em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva as seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos? Cabo Verde, por ser um país arquipelágico, tem, naturalmente, uma estrutura ambiental e de biodiversidade bastante diversa e rica, mais também, igualmente frágil e muito suscetível a impactos no seu ambiente, desde já pela sua localização geográfica. Ao longos dos séculos, a seca, cíclica, tem sido uma das grandes causas dessa fragilidade ambiental e nos últimos 3 anos voltamos a experimentá-la novamente, infelizmente. Na ausência da vegetação e extensivas manchas verdes, em todas as ilhas, com exceção de alguns vales, dão uma peculiar visão marciana do arquipélago [pode até ser um atrativo turístico/científico a explorar] e claramente, “prejudica/atrai” o país face a concorrência dos outros destinos turísticos, como Seychelles, Maurícias, Açores, etc. Aliás esse é um dos pontos fracos na classificação do Índice de Competitividade que levou CV a baixar no ranking face a estrada de países como Seychelles [vide anexo]. Os maiores recursos ambiental de CV estão ligados ao mar que representa 99% do território. Nesse campo, o país tem condições para competir com os demais. Desportos náuticos, [kite Surf, tem sido um dos mais

evoluídos. CV tem vários campeões mundial e é o destino atual da 1ª etapa do campeonato do mundo da modalidade], desportos de praia, pesca desportiva, observação de espécies e fauna, cruzeiros, mergulho, etc., são atrativos que complementam o turismo de natureza nos vales, picos e montanhas, onde o Vulcão da ilha do Fogo, ainda ativo, é a atração principal, para a prática de Trekking, caminhadas e escaladas. Recentemente vem surgido atividades de desportos radicais com BTT, parapentes, etc.

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

A distribuição é diversa e varia de ilha para ilha. Sendo 4 delas [Santa Luzia, Sal, Boavista e Maio], nitidamente viradas para o turismo de sol, praia, mar de observação de espécies e natureza, por serem planas, de areia branca e água cristalina e terem no seu habitat espécies endémicas. As restantes 6 [Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava], têm relevo montanhoso e acidentado com grandes vales, achadas e picos, sendo o Vulcão o maior de todos a mais de 2.800 metros acima do nível de mar. Em comum, todas, têm o mar como o grande recurso turístico que, os une e se complementam nos segmentos histórico, gastronómico, cultural e ambiental. Cada ilha é única e um pouco de tudo.

1.1.2. Atratividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atratividade?

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal factor de atratividade do destino Cabo Verde?

1.1.3. Capacidade de Carga:

Q1.1.3.1. Classifique o turismo em Cabo Verde em termos de capacidade de carga regional. Em que medida este indicador condiciona o desenvolvimento de um turismo sustentável em Cabo Verde?

A capacidade de carga, um indicador difícil de se calcular, ainda mais quando o turismo, como é o caso de CV, é muito sazonal, onde a taxa média de ocupação anual

ronda os 60%. Se levarmos em consideração os números dos últimos anos, nas duas ilhas que concentram o turismo em Cabo Verde, Sal e Boavista, com 45,5% e 29,4%, respetivamente, dos turistas que entram anualmente em CV. Se considerarmos os últimos números, levando em consideração os dados das projeções da população, por conselhos, do INE, Sal, em 2019, terá superado os 39.600 mil residentes e recebeu mais de 372 mil turistas. Já Boavista, no mesmo ano, terá ficado muito próximo de 19 mil habitantes e recebeu mais de 241 mil turistas. Segundo a métrica da OMT, que define de 1 por 5, máximo 6, o rácio recomendável para a capacidade de carga sustentável, nessas duas ilhas, não obstante a sazonalidade e a época alta se concentrar nos meses de dezembro a janeiro, com picos no Carnaval e Pascoa, podemos constatar que estamos perante uma extrapolação alarmante e que demonstra que nas ilhas mencionadas, ao contrário das restantes, estão, em determinados momentos do ano, a exceder a zona amarela.

Nesse sentido, o governo está a tomar medidas para que a época baixa seja cada vez mais curta, diversificando oferta turística, em todas as ilhas de Cabo Verde, promovendo um turismo mais sustentável, mais ligado a natureza, desporto, cultura, história, etc.

Q1.1.3.2. Na sua óptica, entre os seguintes factores, nomeadamente: território, dotação de recursos, demografia, experiência do visitante, experiência do visitado, identidade cultural, disponibilidade infraestrutural, qual (is) constitui(em) os principal(is) determinantes da capacidade de carga regional?

Para além da demografia, como o alvo direto dessa carga regional, todo ao resto começando pelo ambiente e identidade cultural, vai impactar na qualidade de vida das populações regionais de uma forma latente.

1.2. Componente: Económica

1.2.1. Consumos Turísticos:

Q1.2.1.1. Entende que Cabo Verde consegue atualmente maximizar os consumos turísticos?

É um dos desafios do governo fazer com que isso seja uma realidade, diversificando e promovendo o turismo, nos seguimentos diversos, para as diversas ilhas, e com isso,

permitindo que os empresários e produtores nacionais façam parte da cadeia de valor do setor.

Q1.2.1.2. Que medidas deve adotar para potenciar o consumo local?

Criando projetos locais e regionais [“Uma Família, Um Turista”] e fomentando o empresariado local, através de disponibilização de condições especiais [acesso a crédito, garantias, formação, benefícios fiscais, etc.].

Por outro lado, a médio prazo, o empresariado privado nacional pode apostar fortemente nos *commodities* agrícolas de produtos locais e/ou sazonais, disponíveis em abundância, como manga, papaia e banana, para transformar em concentrados de compotas, doces e sumos, para que possam entrar nos itens de pelo menos 30% do valor de consumíveis a serem adquiridos, a preços bem mais competitivos dos que importados, pelas grandes cadeias hoteleiras a operarem no país.

1.2.2. Fluxos Intrasectoriais:

Q1.2.2.1. Em que medida o fluxo económico existente entre os diferentes agentes do turismo garante um desenvolvimento sustentável do sector?

A sustentabilidade é um conceito lato e precisa de ser encarado como uma prioridade. Na vertente económica, a transversalidade do turismo, obriga que os diferentes agentes económicos incutam na sua estratégia o conceito da sustentabilidade, não só económica, mas também a ambiental, social, cultural, segurança e paz. Importante, realçar aqui, que assegurada que está a viabilidade económica, o valor crítico das componente ambiental e segurança como fatores chaves para se mitigar o impacto de carga turística nas regiões e com isso estabilizar identidade cultural e social.

Q1.2.2.2. Em seu entender, qual é o subsector que deveria assumir a liderança sectorial?

Consideramos que a transversalidade do turismo, tendo uma correlação muito forte com o setor dos transportes, sobretudo aéreo, depende em grande escalar do setor da agricultura e prestações de serviços [cultura, entretenimento/lazer, eventos, etc.]

1.2.3. Relações Intersectoriais:

Q1.2.3.1. Quais os sectores que estão melhor posicionados para municiar o turismo com os inputs intermédios necessários ao seu processo de desenvolvimento?

Em primeiro lugar, os setores da agropecuária e das pescas. Para desta duas, todos os serviços de entretenimento e lazer.

Q1.2.3.2. Que regiões poderão ocupar um lugar cimeiro nesse processo inter-relacional?

Todas as regiões. Cada uma com as suas potencialidades. De Norte a Sul. Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, as que mais podemos considerar com lugares cimeiro no processo. Têm condições para oferecer produtos agropecuária e pescas. Nomeadamente, queijo, ovos, peixes crustáceos, aguardente “Grogue”. De notar que estas ilhas estão a ser das mais procuradas no segmento turismo de natureza, principalmente no segmento *TREKKING*, com destaque para a o Vulcão na ilha do Fogo. A ilha de São Vicente, vocacionada sobretudo para produtos culturais, de lazer e eventos musicais, gastronómicos, desporto náutico e turismos de cruzeiro, tem se posicionado, cada vez mais, como um destino de grandes eventos. As ilhas do Sal e Boavista, as mais turísticas, funcionam atualmente como um entreposto para fornecimento de todos os serviços de apoio ao turismo intensivo e “All Inclusive”. Temos dois grupos distintos de empresas. As de capital externo, muitas vezes ligadas aos grandes operadores e algumas outras MPME de operadores nacionais. As de capital estrangeiros estão viradas, essencialmente, para o fornecimento F&B. As nacionais fornecem uma pequena parte nesta mesma rubrica e, na sua maioria, na prestação de serviços [táxis, guias de excursões, animação, restauração, bares, beleza e artesanato]. As ilhas do Maio e Brava são as das que menos se interferem no processo. Ficam-se por uma pequena porção de fornecimento em peixe/crustáceos, “Grogue”, queijo e pouco mais.

1.3. Componente: Sociocultural

1.3.1. Sustentabilidade Sociocultural:

Q1.3.1.1. Em seu entender, Cabo Verde está, socioculturalmente, preparado para um verdadeiro *boom* turístico, pré-desenhado no período anterior às crises internacionais (2008 e 2020)?

Isso será um processo e neste momento ainda se está na fase de diversificação que passa pela preparação e sensibilização da população e dos empreendedores locais e regionais para os prós e os contras e como melhor se proteger e simultaneamente tirar o melhor benefício, de forma sustentável, dessa atividade. Isso só se vai conseguir, a médio prazo com aposta na educação, desde do primeiro ciclo, e formação dos mais jovens, com aposta na aquisição de conhecimento e treinamento relacionado ao setor, como forma de garantir a qualidade e certificação dos produtos e serviços postos a disposição dos turistas.

Em relação à crise atual, Covid-19, Cabo Verde está a ser afetado e vai sofrer um duro impacto por maioria de razões.

Primeiro, porque sua economia está muito dependente do Turismo [aproximadamente 25% do PIB] e se juntarmos os Transportes Aéreos que por exemplo fazem da ASA uma das maiores empresas nacionais, esse impacto vai ser estrondoso e de que maneira. Aqui convém realçar que, em média, turismo e transportes aéreos contribuem, a nível mundial, com 1 em cada 10 empregos.

Segundo, porque sendo o Turismo uma exportação e centrado maioritariamente no mercado europeu também fortemente afetado pelo Covid-19, vai demorar algum tempo para esses países retomarem e com isso haver disponibilidade e condições de segurança sanitária para que os primeiros turistas comecem a chegar.

Terceiro, a nossa Diáspora. Cabo Verde é um país de emigrantes e com uma diáspora pelos quatro cantos do mundo, sobretudo na Europa e nos EUA. A receção que se desenha para esses países vai ter consequência direta nos rendimentos e perda de emprego de uma grande franja da comunidade cabo-verdiana nesses territórios e com isso diminuir o nível de remessas e investimentos no país.

Efetivamente, nenhum país está preparado para uma situação dessas. E Cabo Verde pelas razões acima mencionadas não foge à regra. Sobretudo pela sua condição de um PEI. Vai ter que ser bastante criativo. Tudo vai depender, primeiro do grau de contenção da contaminação nas diversas ilhas e do tempo de recuperação dos outros países.

Conseguindo o afastamento do vírus em algumas das ilhas, com até agora Sal, Fogo, Santo Antão, pode começar a preparar uma recuperação controlada, criando zonas sanitárias seguras, com procedimentos padronizados pela OMS e adotados pelos vários intervenientes, como sejam Hotéis, Companhias Aéreas, Fronteiras, Saúde, Aeroportos, empresas, transferes, etc. e avançar para uma abertura do turismo interno

e externo, assegurando proteção aos nacionais e visitantes. Entretanto, tudo isso, dependerá em grande parte, das medidas e estímulos por parte do governo e da banca.

Q1.3.1.2. Tendo em conta a experiência de Cabo Verde e dos seus visitantes, como visualiza os malefícios do turismo em Cabo Verde, tais como: a prostituição, a droga, a insegurança, a migração e a insustentabilidade urbana?

O turismo, como o desenvolvimento na sua generalidade, traz alguns efeitos nefastos e Cabo Verde não foge a regra dos demais. Ainda não se está numa situação de insustentabilidade em nenhum dos itens mencionados, mas, como forma de prevenção, está-se a monitorizar, sobretudo nas ilhas mais densamente procuradas, todos esses malefícios e procurar a sua contenção e propagação.

Algumas medidas têm sido implementadas: melhoria de iluminação pública, sobretudo nas vias de acesso e nos centros urbanos; policiamento de locais de aglomeração turística; reforço no controlo de entrada e saída de viajantes no corredor América Latina-Europa-Africa, considerado pelas autoridades como um dos corredores internacional de tráfico de estupefacientes; combate a VBG e a exploração sexual de mulheres e crianças; restrição de horário de funcionamento e vigilância nos locais de diversão noturna, entre outras.

De realçar que CV faz parte de organizações internacionais no combate à lavagem de capital e exploração de menores.

1.4. Componente: Político-Institucional

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações. Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing* e à eficácia?

O planeamento tem sido muito falado e realizados muitos estudos. Até agora não havia o que seria a continuidade. Atualmente o planeamento deu o passo seguinte e o mais importante. A sua implementação efetiva. Quanto ao *timing*, o atraso que já se estava a recuperar ficou agora comprometido com a crise Covid-19. Agora é necessária uma reprogramação.

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 País, 10 Destinos”?

O novo LOGO do País é agora: “Cabo Verde *Is Something Else!*” A ideia é promover o país nas suas mais variadas vertentes para além do Sol e Mar, interna e externamente. A capacidade interna passa por um desenvolvimento e envolvimento cada vez mais do setor privado, agora que a reforma dos transportes foi encarada com um dos constrangimentos e prioridade na ligação e fluxo inter-ilhas.

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

Abrir nas embaixadas de CV no exterior um departamento especializado nessa matéria e diversificar os mercados de promoção que se concentrou sobretudo na Europa. É preciso olhar para o mercado regional africano, da CPLP, da América do Norte e da diáspora.

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do sector turístico, nomeadamente: a DGDGT e a CI?

As responsabilidades da DGTT, agora com a criação do ITCV, ficaram bastante limitadas e reduzidas. A nova orgânica diz-nos que a DGTT passa a apoiar o MTT na conceção de políticas e estratégias do turismo no que concerne a coordenação do setor, legislação e cooperação internacional.

Quanto ao papel da CVTI foi reformulado e agora inclui as exportações que obviamente, inclui o próprio turismo. Penso que deve apostar em captar mais investimentos a nível da indústria, sobretudo no setor da agricultura, energia e água.

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

A política promocional no passado muito virado só para as presenças nas feiras e isso é pouco. Agora há uma nova visão e o marketing digital é a prioridade. Mas também a realização de grandes eventos no país tem sido encarada com uma forma eficiente de promover o país, nomeadamente nos desportos náuticos e de praia. Para a sua maximização e eficiência, precisa de maior dotação orçamental já que até agora apenas 5% do Fundo do Turismo é destinada para esse efeito. Para eventos interno e no exterior, incluído as férias mais importantes. É preciso que outras instituições, como a ENAPOR, ASA, CVA, e privados, participem também com verbas do seu orçamento para o efeito que beneficia a todos.

Ex-DG do Turismo
Dr. Emanuel Almeida

DOUTORAMENTO EM *DEVELOPMENT STUDIES*

ENTREVISTA AO Ex-DG TURISMO & TRANSPORTES
Dr. EMANUEL ALMEIDA

Autor: José Luís Mascarenhas Monteiro

Data: abril de 2016

O guião de entrevista seguidamente apresentado, insere-se no âmbito do curso de doutoramento em Estudos do Desenvolvimento, do Doutorando José Luis Mascarenhas Monteiro, cujo tema da tese é intitulado de: “*Turismo e Desenvolvimento Sustentáveis*”, ministrado no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Tendo em consideração a posição privilegiada do entrevistado em relação a esta matéria, mormente, no concernente às vertentes político-institucionais, agradecemos a disponibilidade e solicitamos, para o efeito, uma resposta objetiva e assertiva as seguintes questões, de modo que o contributo dado seja eficiente e eficaz, permitindo assim a maximização dos objetivos preconizados:

1. Dimensão: Turismo Sustentável

1.1. Componente: Ambiental

1.1.1. Recursos:

Q1.1.1.1. Como avalia Cabo Verde, quanto à dotação relativa dos recursos turísticos?

Cabo Verde possui muitos recursos turísticos diversificados, em todas as ilhas, que podem ser trabalhados e transformados em oferta turística potencial.

Q1.1.1.2. Como avalia a distribuição regional desses recursos?

A dimensão regional dos recursos turísticos em Cabo Verde, deve ser avaliada em termos de gostos e preferências. Neste momento, há uma maior concentração de turistas nas ilhas do Sal e da Boa Vista, isto devido à atração para o produto Sol&Praia e também pela proveniência da demanda turística concentrada em alguns países da Europa. Do resto, penso que todas as ilhas possuem os seus atractivos turísticos, necessitando, claro está, de serem trabalhados e potenciados.

1.1.2. Atractividade:

Q1.1.2.1. Como classifica o destino Cabo Verde, quanto ao nível relativo de atractividade?

Penso ser um destino muito atractivo, no contexto dos destinos “diferentes”.

Q1.1.2.2. Que recurso turístico considera constituir o principal factor de atractividade do destino Cabo Verde?

Neste momento, sem dúvidas, é o Sol&praia. Mas, seguramente, as outras ilhas possuem ofertas que no futuro poderão contribuir e muito para a sustentabilidade do destino.

1.1.3. Capacidade de Carga:

Q1.1.3.1. Classifique o turismo em Cabo Verde em termos de capacidade de carga regional.

Em que medida este indicador condiciona o desenvolvimento de um turismo sustentável em Cabo Verde?

Penso que neste momento a questão da capacidade de carga não se coloca em CV, a não ser se estivermos a falar de ilheus.

Q1.1.3.2. Na sua óptica, entre os seguintes factores, nomeadamente: território, dotação de recursos, demografia, experiência do visitante, experiência do visitado, identidade cultural, disponibilidade infra-estrutural, qual (is) constitui(em) os principal(is) determinantes da capacidade de carga regional?

1.2. Componente: Económica

1.2.1. Consumos Turísticos:

Q1.2.1.1. Entende que Cabo Verde consegue actualmente maximizar os consumos turísticos?

Esta é uma necessidade premente. Mas antes disto temos que apostar e muito na qualidade dos produtos, da oferta e dos serviços.

Q1.2.1.2. Que medidas deve adoptar para potenciar o consumo local?

identidade cultural, disponibilidade infra-estrutural.

1.2.2. Fluxos Intra-Sectoriais:

Q1.2.2.1. Em que medida o fluxo económico existente entre os diferentes agentes do turismo garante um desenvolvimento sustentável do sector?

Penso que aqui reside o grande handicap do negócio. Ainda não se conseguiu ter uma verdadeira articulação no negócio entre os grandes operadores e os agentes e prestadores de serviço.

Q1.2.2.2. Em seu entender, qual é o sub-sector que deveria assumir a liderança sectorial?

A liderança sectorial será sempre política...mas uma interacção turismo/agricultura e cultura, traria uma mais valia enorme.

1.2.3. Relações Inter-Sectoriais:

Q1.2.3.1. Quais os sectores que estão melhor posicionados para municiar o turismo com os inputs intermédios necessários ao seu processo de desenvolvimento?

Finanças, agricultura e pescas, cultura.

Q1.2.3.2. Que regiões poderão ocupar um lugar cimeiro nesse processo inter-relacional?

Sem dúvidas a região Sul do país, liderada por SANTIAGO.

1.3. Componente: Sócio-Cultural

1.3.1. Sustentabilidade Sócio-Cultural:

Q1.3.1.1. Em seu entender, Cabo Verde está, sócio-culturalmente, preparado para um verdadeiro

boom turístico, pré-desenhado no período anterior à crise internacional?

Penso que não. Há ainda um caminho a percorrer, principalmente na questão de colocar o Sector Turístico como prioridade das prioridades e se trabalhar para uma verdadeira articulação entre todos os intervenientes do sector.

Q1.3.1.2. Tendo em conta a experiência de Cabo Verde e dos seus visitantes, como visualiza os malefícios do turismo em Cabo Verde, tais como: a prostituição, a droga, a insegurança, a migração e a insustentabilidade urbana?

Neste particular, devo dizer que há factores e consequências que são fruto do desenvolvimento e da aposta feita. Cabe agora aos poderes instalados minimizar esses males, sendo certo que os benefícios são de longe maiores que os malefícios,

1.4. Componente: Político-Institucional

1.4.1. Políticas, Instrumentos e Legislações Aplicáveis

Q1.4.1.1. Como classifica o planeamento turístico cabo-verdiano, quanto ao *timing* e à eficácia?

Quanto ao *timing* penso que os instrumentos orientadores têm acertado e bem. Mas, quanto à eficácia, tem pecado pela falta de articulação de assunção de responsabilidades sectoriais partilhadas.

Q1.4.1.2. Como avalia a capacidade endógena de Cabo Verde para implementar o seu próprio slogan: “1 país, 10 destinos”?

O país possui capacidade para tal. No entanto devo dizer que, tendo em atenção que “turismo é negócio”, neste concurso entram todos: a população, os nossos emigrantes, os operadores e todas as empresas e grupos que estão neste processo.

Q1.4.1.3. Como analisa a política de atração do IDE em Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de se maximizar os seus efeitos *spillovers* (contágio)?

Este é um item que não depende só de Cv, mas pode-se fazer melhor e delinear outras estratégias de atração de investimentos e de financiamento, principalmente.

1.4.2. Instituições e Funcionalidades

Q1.4.2.1. Como avalia as instituições públicas cabo-verdianas, com responsabilidades no âmbito do setor turístico, nomeadamente: a DGDT e a CI?

Neste particular porque estou saindo do cargo, prefiro não avaliar. Mas há constrangimentos no seu relacionamento / funcionamento, de um como de outro.

Q1.4.2.2. Como analisa a política promocional do Destino Cabo Verde? O que poderá ser feito no sentido de o maximizar?

A promoção está ao nível do país, isto na vertente da atração da demanda. Num país onde na época alta, não há camas nas 2 principais ilhas turísticas, devemos sempre ter em atenção esta interface. Pode-se sim, trabalhar e promover o país para melhor atrair investimentos para o aumento da capacidade de alojamento e dar condições especiais aos investidores para investirem em outras ilhas, visando diversificar os investimentos, a oferta e a demanda.

Inquérito por questionário

GUIÃO DE INQUÉRITO N.º _____

Identificação (Facultativo): _____ Idade: _____ Anos

Concelho: _____ Zona: _____ N.º de Agregado Familiar: _____

Habilitações: Nenhuma • E. Básico • E. Secundário • F. Prof. • E. Superior •

No âmbito do processo investigativo realizado para a conclusão do curso de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo ISEG, Universidade de Lisboa, cuja tese tem por objeto de estudo: **O Desafio da Sustentabilidade Turística Cabo-verdiana no Período Pós-Colonial**, pretende-se obter e tratar as seguintes informações estratégicas, concernentes à perceção da população local sobre o impacto socioeconómico do turismo no processo de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Para o efeito, o presente inquérito tem um carácter anónimo (se necessário for), agradecendo, por isso, a sua opinião sincera em relação às questões em pauta.

Segundo o INE-CV (2019), a distribuição da procura turística regional cabo-verdiana, referente ao ano económico de 2018, é caracterizada da seguinte forma: a ilha do Sal (com 7,03% da população) acolheu 56% do total das dormidas turísticas verificadas em Cabo Verde, Boa Vista (3,25% da população) 33,9%, Santiago (com 56,2% da população) 4,5%, S. Vicente (com 15,34% da população) 2,7% e as restantes 6²²⁰ ilhas (com 18,18% população) 2,9%:

Tendo em consideração esses fluxos turísticos, bem como a distribuição regional da população cabo-verdiana, favor, numa escala de 1 a 5, responda, com a máxima de objetividade possível, às seguintes questões:

Q1. Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro:

| | |
|--------------|-----------|
| Nenhum _____ | N.º _____ |
|--------------|-----------|

Q2. Meça o número de transações económicas (venda de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você / seus familiares diretos faz(em) com o setor turístico-hoteleiro:

| | |
|--------------|-----------|
| Nenhum _____ | N.º _____ |
|--------------|-----------|

Q3. Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano:

| 1 a 5 | 1-Nulos | 2-Irrelevantes | 3-Relevantes | 4-Muito Relevantes | 5-Determinantes |
|--------|---------|----------------|--------------|--------------------|-----------------|
| Escala | | | | | |

Q4. Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, consegue retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano:

| 1 a 5 | 1-Nulos | 2-Irrelevantes | 3-Relevantes | 4-Muito Relevantes | 5-Determinantes |
|--------|---------|----------------|--------------|--------------------|-----------------|
| Escala | | | | | |

Q5. Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expectativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|--------|--------|---------------|-------------|-------------------|----------------|
| Escala | | | | | |

²²⁰ 5 ilhas habitadas (excetuando a ilha de Santa Luzia, desabitada).

Q6. Assinale com (x) a pontuação que corresponde à sua avaliação dos seguintes destinos turísticos cabo-verdianos, no concernente às respetivas potencialidades turísticas:

| Ilha / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mtº Boas | 5-Excelentes |
|-------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Boa Vista | | | | | |
| Sal | | | | | |
| Santiago | | | | | |
| S. Vicente | | | | | |
| Outra(s) _____ | | | | | |

Q7. Assinale com (x) a pontuação que corresponde à sua avaliação das potencialidades dos seguintes produtos turísticos cabo-verdianos:

| Produto / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mtº Boas | 5-Excelentes |
|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Ecoturismo | | | | | |
| Turismo da Natureza | | | | | |
| Turismo Cultural | | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | | | | | |
| Turismo de Sol & Mar | | | | | |
| Outro(s) _____ | | | | | |

Q8. Ordene os seguintes produtos turísticos, no concernente às respetivas potencialidades competitivas no contexto do município onde reside:

| Produto / Pontuação | 1- Nulas | 2-Insuficientes | 3-Suficientes | 4-Mtº Boas | 5-Excelentes |
|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Ecoturismo | | | | | |
| Turismo da Natureza | | | | | |
| Turismo Cultural | | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | | | | | |
| Turismo de Sol & Mar | | | | | |
| Outro(s) _____ | | | | | |

Q9. Avalie a adequação das políticas públicas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q10. Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura caboverdiana por parte dos turistas:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q11. Numa escala de 1 a 5, avalie o nível da complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas cabo-verdianas:

| 1 a 5 | 1- Nulo | 2-Insuficiente | 3-Suficiente | 4-Muito Bom | 5-Excelente |
|---------------|----------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Escala | | | | | |

Q12. Numa escala de 1 a 5, classifique a importância que a complementaridade turística entre as diferentes ilhas cabo-verdianas tem tido no respetivo desenvolvimento sustentável:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Q13. Numa escala de 1 a 5, qualifique o papel que o setor turístico tem tido na fixação da população local nas respetivas ilhas/localidades:

| 1 a 5 | 1-Nula | 2-Irrelevante | 3-Relevante | 4-Muito Relevante | 5-Determinante |
|---------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
| Escala | | | | | |

Muito obrigado pela sua preciosa colaboração.

Resultados Obtidos do inquérito

Quadro Comparativo Regional CV - 2018-2019

| Região | 2018 | | 2019 | | Superfície | | Dormidas Turísticas | | Distribuição Amostra | | N.º Concelhos | | Contribuição para a Pobreza (%) | | Região |
|-----------------|------|-----------|------|-----------|------------|-------------|---------------------|-----------|----------------------|-------|---------------|-------|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| | % | População | % | População | % | Valor (km2) | % | Valor | % | Valor | % | Valor | Pobreza Global | Pobreza Extrema | |
| Cabo Verde | 100% | 544 081 | 100% | 550 483 | 100% | 4 033 | 100% | 5 117 403 | 100% | 1 843 | 100% | 22 | 100% | 100% | Cabo Verde |
| Santiago | 56% | 305 778 | 56% | 309 633 | 25% | 991 | 5% | 243 229 | 41% | 761 | 41% | 9 | 59% | 57% | Santiago |
| Santiago Norte | 22% | 120 340 | 22% | 120 401 | | | | | 18% | 324 | 27% | 6 | | | Santiago Norte |
| Santiago Sul | 34% | 185 438 | 34% | 189 232 | | | | | 24% | 437 | 14% | 3 | | | Santiago Sul |
| Sal | 7% | 38 246 | 7% | 39 696 | 5% | 216 | 52% | 2 656 435 | 20% | 370 | 5% | 1 | 4% | 1% | Sal |
| Boa Vista | 3% | 17 708 | 3% | 18 795 | 15% | 620 | 38% | 1 943 871 | 18% | 333 | 5% | 1 | 1% | 0% | Boa Vista |
| S. Vicente | 15% | 83 468 | 15% | 84 229 | 6% | 227 | 2% | 120 836 | 21% | 379 | 5% | 1 | 11% | 9% | S. Vicente |
| Restantes Ilhas | 18% | 98 881 | 18% | 98 130 | 49% | 1 979 | 3% | 153 032 | 0% | 0 | 45% | 10 | 26% | 33% | Restantes Ilhas |

Q1. N.º de Familiares no Setor Turístico-Hoteleiro CV - 2020

| Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro | | | | | |
|---|--------|------------|----------------|--------------------|---------------|
| | | Frequência | Porcentagem em | Porcentagem válida | em acumulativ |
| Válido | Nenhum | 1158 | 62,8 | 62,8 | 62,8 |
| | 1 | 381 | 20,7 | 20,7 | 83,5 |
| | 2 | 171 | 9,3 | 9,3 | 92,8 |
| | 3 | 65 | 3,5 | 3,5 | 96,3 |
| | 4 | 39 | 2,1 | 2,1 | 98,4 |
| | 5 | 13 | 0,7 | 0,7 | 99,1 |
| | 6 | 8 | 0,4 | 0,4 | 99,6 |
| | 7 | 6 | 0,3 | 0,3 | 99,9 |
| | 8 | 1 | 0,1 | 0,1 | 99,9 |
| | 17 | 1 | 0,1 | 0,1 | 100,0 |
| Total | | 1843 | 100,0 | 100,0 | |

N.º Familiares no Setor Turístico-Hoteleiro

| | % |
|--------|------|
| Nenhum | 62,8 |
| 1 | 20,7 |
| 2 | 9,3 |
| 3 | 3,5 |
| 4 | 2,1 |
| 5 | 0,7 |
| 6 | 0,4 |
| 7 | 0,3 |
| 8 | 0,1 |
| 17 | 0,1 |

Distribuição Regional de N.º de Familiares pelo Setor Turístico-Hoteleiro

Tabulação cruzada
Coastagem

| | | Concelho | | | | | | | | | | | Total | |
|---|--------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total |
| Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro | Nenhum | 252 | 41 | 94 | 54 | 25 | 27 | 20 | 13 | 15 | 317 | 132 | 168 | 1158 |
| | 1 | 77 | 11 | 13 | 15 | 8 | 8 | 1 | 5 | 3 | 50 | 94 | 96 | 381 |
| | 2 | 43 | 2 | 4 | 4 | 2 | 9 | 1 | 1 | 3 | 9 | 46 | 47 | 171 |
| | 3 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 45 | 11 | 65 |
| | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29 | 8 | 39 |
| | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10 | 2 | 13 |
| | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 8 |
| | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 |
| | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | Total | | |
|---|--------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total |
| Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro | Nenhum | 22% | 4% | 8% | 5% | 2% | 2% | 2% | 1% | 1% | 47% | 27% | 11% | 15% | 100% |
| | 1 | 20% | 3% | 3% | 4% | 2% | 2% | 0% | 1% | 1% | 37% | 13% | 25% | 25% | 100% |
| | 2 | 25% | 1% | 2% | 2% | 1% | 5% | 1% | 1% | 2% | 40% | 5% | 27% | 27% | 100% |
| | 3 | 5% | 2% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 2% | 12% | 2% | 69% | 17% | 100% |
| | 4 | 5% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 0% | 74% | 21% | 100% |
| | 5 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 8% | 77% | 15% | 100% |
| | 6 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 0% | 100% |
| | 7 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 83% | 17% | 100% |
| | 8 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 0% | 100% |
| | 17 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Total | | 21% | 3% | 6% | 4% | 2% | 2% | 1% | 1% | 1% | 41% | 21% | 26% | 19% | 100% |

| | | Santiago | S. Vicente | Sal | Boa Vista |
|---|--------|----------|------------|------|-----------|
| Quantifique o número de familiares diretos seus que trabalha diretamente para o setor turístico-hoteleiro | Nenhum | 47% | 27% | 11% | 15% |
| | 1 | 37% | 13% | 25% | 25% |
| | 2 | 40% | 5% | 27% | 27% |
| | 3 | 12% | 2% | 69% | 17% |
| | 4 | 5% | 0% | 74% | 21% |
| | 5 | 0% | 8% | 77% | 15% |
| | 6 | 0% | 0% | 100% | 0% |
| | 7 | 0% | 0% | 83% | 17% |
| | 8 | 0% | 0% | 100% | 0% |
| | 17 | 0% | 100% | 0% | 0% |

Q2. Repartição Regional das Transações Comerciais Anuais com o Setor Turístico

Tabulação cruzada Mensuração Contagem

| Mensuração | Contagem | Concelho | | | | | | | | | | | Boa Vista | Total | | | |
|--|----------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------|---|-------------|----|
| | | Ericeira | Tamrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | São Vicente | Sal | | | | | |
| Mensuração do número de transações económicas | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 62 |
| Mensuração do número de produtos e serviços | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 8 | 10 |
| Mensuração do número de famílias diretas | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 6 |
| Mensuração do número de famílias indiretas | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 2 | 9 |
| Mensuração do número de famílias com o setor turístico-hoteleiro | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| | 7 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| | 8 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | 10 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 5 |
| | 12 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 5 |
| | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | 20 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 7 |
| | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| | 25 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 |
| | 30 | 4 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| | 35 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 36 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | 40 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | 43 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 50 | 6 | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| | 60 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| | 65 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 70 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | 80 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 84 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 90 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 100 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | 108 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 120 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | 130 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 150 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| | 156 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 160 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 200 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 230 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 500 | 2 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | 400 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 500 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 600 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 800 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 999 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | 1000 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 1500 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 3000 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 4000 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 7000 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Total | | 360 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 379 | 370 | 333 | | | 1640 | |

| | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total | |
|--|-----------|-------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|----------|-------------|-----|-------|-----------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Mensure o numero de transações económicas (vendas de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você /seus familiares diretos faz(em) com o setor | Nenhum | 343 | 45 | 97 | 64 | 31 | 37 | 18 | 16 | 21 | 672 | 331 | 320 | 297 | 1620 |
| | 1 a 499 | 30 | 9 | 14 | 6 | 4 | 7 | 1 | 2 | 1 | 74 | 48 | 50 | 36 | 208 |
| | 500 a 999 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | 1.000 a | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | |
| | 1.500 a | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | |
| | 2.000 a | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | |
| | 3.000 a | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | |
| Total | | 379 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 760 | 379 | 370 | 333 | 1842 |

| | | Sal | Boa Vista | S. Vicente | Santiago |
|--|-----------|-----|-----------|------------|----------|
| Mensure o numero de transações económicas (vendas de produtos e/ou serviços) anuais que, em média, você /seus familiares diretos faz(em) com o setor | Nenhum | 6% | 4% | 3% | 21% |
| | 1 a 499 | 7% | 3% | 4% | 14% |
| | 500 a 999 | 0% | 38% | 0% | 13% |
| | 1.000 a | 0% | 0% | 0% | 100% |
| | 1.500 a | 0% | 0% | 0% | 100% |
| | 3.000 a | 0% | 0% | 50% | 50% |
| 4.000 a | 0% | 0% | 0% | 100% | |

Q3. Perceção Local dos Benefícios Coletivos Obtidos Regionalmente com o Turismo CV

| | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|--------------|-------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|----------|-------------|-----|-------|-----------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 144 | 12 | 66 | 27 | 18 | 13 | 10 | 9 | 2 | 301 | 182 | 59 | 78 | 620 |
| | Irrelevantes | 55 | 6 | 8 | 15 | 3 | 6 | 3 | 2 | 6 | 104 | 80 | 72 | 72 | 238 |
| | Relevantes | 110 | 24 | 16 | 24 | 9 | 15 | 3 | 3 | 14 | 218 | 90 | 85 | 120 | 513 |
| | Muito | 55 | 9 | 11 | 7 | 1 | 10 | 4 | 2 | 0 | 99 | 23 | 108 | 52 | 282 |
| | Determinan | 14 | 4 | 10 | 0 | 4 | 0 | 1 | 3 | 0 | 36 | 4 | 46 | 11 | 97 |
| NS/NR | 4 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 2 | 0 | 11 | 1 | 0 | 0 | 12 | |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

| | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|--------------|-------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|----------|-------------|-----|-------|-----------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 23% | 2% | 11% | 4% | 3% | 2% | 2% | 1% | 0% | 49% | 29% | 10% | 13% | 100% |
| | Irrelevantes | 17% | 2% | 2% | 5% | 1% | 2% | 1% | 1% | 2% | 32% | 24% | 22% | 22% | 100% |
| | Relevantes | 21% | 5% | 3% | 5% | 2% | 3% | 1% | 1% | 3% | 42% | 18% | 17% | 23% | 100% |
| | Muito | 20% | 3% | 4% | 2% | 0% | 4% | 1% | 1% | 0% | 35% | 8% | 38% | 18% | 100% |
| | Determinan | 11% | 4% | 10% | 0% | 4% | 0% | 1% | 3% | 0% | 37% | 4% | 47% | 11% | 100% |
| NS/NR | 33% | 0% | 17% | 0% | 17% | 0% | 8% | 17% | 0% | 92% | 8% | 0% | 0% | 100% | |
| Total | | 21% | 3% | 6% | 4% | 2% | 2% | 1% | 1% | 1% | 41% | 21% | 20% | 18% | 100% |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|---|--------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 49% | 29% | 10% | 13% |
| | Irrelevantes | 32% | 24% | 22% | 22% |
| | Relevantes | 42% | 18% | 17% | 23% |
| | Muito | 35% | 8% | 38% | 18% |
| | Determinan | 37% | 4% | 47% | 11% |
| | NS/NR | 92% | 8% | 0% | 0% |

| | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|--------------|-------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|----------|-------------|-----|-------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | |
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que a população local consegue, coletivamente, retirar do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 158 | 8 | 38 | 17 | 9 | 7 | 2 | 4 | 0 | 3 | 18 | 14 | 278 |
| | Irrelevantes | 73 | 5 | 36 | 17 | 11 | 23 | 10 | 4 | 0 | 17 | 31 | 85 | 312 |
| | Relevantes | 65 | 33 | 28 | 33 | 8 | 14 | 9 | 6 | 9 | 189 | 110 | 159 | 663 |
| | Muito | 38 | 5 | 6 | 6 | 4 | 0 | 0 | 1 | 11 | 157 | 112 | 66 | 406 |
| | Determinan | 42 | 4 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 12 | 99 | 9 | 172 |
| | NS/NR | 3 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

Q4. Percepção Local dos Benefícios Pessoais Obtidos Regionalmente com o Turismo CV

Tabulação cruzada

Contagem

| | Cunheho | | | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|--------------|-------|------------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | Praia | Tarafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, retiraram do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 144 | 12 | 66 | 27 | 18 | 13 | 10 | 9 | 2 | 301 | 182 | 59 | 78 | 620 | |
| | Irrelevantes | 55 | 6 | 8 | 15 | 3 | 6 | 3 | 2 | 6 | 104 | 80 | 72 | 72 | 328 | |
| | Relevantes | 110 | 24 | 16 | 24 | 9 | 15 | 3 | 3 | 14 | 218 | 90 | 85 | 120 | 513 | |
| | Muito | 55 | 9 | 11 | 7 | 1 | 10 | 4 | 2 | 0 | 99 | 23 | 108 | 52 | 282 | |
| | Determinan | 14 | 4 | 10 | 0 | 4 | 0 | 1 | 3 | 0 | 36 | 4 | 46 | 11 | 97 | |
| | NS/NR | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | |
| | Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | CV |
|---|--------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, retiraram do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 301 | 182 | 59 | 78 | 620 |
| | Irrelevantes | 104 | 80 | 72 | 72 | 328 |
| | Relevantes | 218 | 90 | 85 | 120 | 513 |
| | Muito | 99 | 23 | 108 | 52 | 282 |
| | Determinan | 36 | 4 | 46 | 11 | 97 |
| | NS/NR | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Total | | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

| | | Relevância Turística Regional | | | | |
|---|--------------|-------------------------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | Santiago | S. Vicente | Sal | Boa Vista | CV |
| Classifique os benefícios (diretos, indiretos e induzidos) que, em termos pessoais, retiraram do atual modelo turístico cabo-verdiano | Nulos | 49% | 29% | 10% | 13% | 100% |
| | Irrelevantes | 32% | 24% | 22% | 22% | 100% |
| | Relevantes | 42% | 18% | 17% | 23% | 100% |
| | Muito | 35% | 8% | 38% | 18% | 100% |
| | Determinan | 37% | 4% | 47% | 11% | 100% |
| | NS/NR | 100% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Total | | 41% | 21% | 20% | 18% | 100% |

Q5. Avaliação da Expetativa do Impacto Turismo na Vida Pessoal Futura

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|---------------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | Praiá | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expetativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura | Nulos | 61 | 1 | 1 | 24 | | 2 | 12 | 0 | 0 | 2 | 41 | 34 | 63 | 243 |
| | Irrelevantes | 25 | 3 | 4 | 6 | | 7 | 5 | 1 | 1 | 6 | 37 | 45 | 66 | 206 |
| | Relevantes | 125 | 11 | 48 | 22 | | 12 | 11 | 6 | 5 | 12 | 197 | 93 | 113 | 655 |
| | Muito | 91 | 25 | 29 | 11 | | 6 | 13 | 13 | 9 | 2 | 79 | 106 | 62 | 446 |
| | Determinantes | 74 | 15 | 27 | 10 | | 7 | 3 | 2 | 4 | 0 | 25 | 92 | 27 | 266 |
| | NS/NR | 4 | 0 | 2 | 0 | | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 379 | 370 | 333 | 1843 |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|---------------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | Praiá | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expetativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura | Nulos | 25% | 0% | 0% | 10% | | 1% | 5% | 0% | 0% | 1% | 17% | 14% | 27% | 100% |
| | Irrelevantes | 12% | 1% | 2% | 3% | | 3% | 2% | 0% | 0% | 3% | 18% | 22% | 32% | 100% |
| | Relevantes | 19% | 2% | 7% | 3% | | 2% | 2% | 1% | 1% | 2% | 30% | 14% | 17% | 100% |
| | Muito | 20% | 6% | 7% | 2% | | 1% | 3% | 3% | 2% | 0% | 18% | 24% | 14% | 100% |
| | Determinantes | 26% | 5% | 9% | 3% | | 2% | 1% | 1% | 1% | 0% | 9% | 32% | 9% | 100% |
| | NS/NR | 27% | 0% | 29% | 0% | | 14% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Total | | 21% | 3% | 6% | 4% | | 2% | 2% | 1% | 1% | 1% | 21% | 20% | 18% | 100% |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|---------------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|------------|-----------|
| | | Praiá | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expetativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura | Nulos | 25% | 0% | 0% | 10% | | 1% | 5% | 0% | 0% | 1% | 17% | 14% | 27% | 0% |
| | Irrelevantes | 12% | 1% | 2% | 3% | | 3% | 2% | 0% | 0% | 3% | 18% | 22% | 32% | 0% |
| | Relevantes | 19% | 2% | 7% | 3% | | 2% | 2% | 1% | 1% | 2% | 30% | 14% | 17% | 0% |
| | Muito | 20% | 6% | 7% | 2% | | 1% | 3% | 3% | 2% | 0% | 18% | 24% | 14% | 0% |
| | Determinantes | 26% | 5% | 9% | 3% | | 2% | 1% | 1% | 1% | 0% | 9% | 32% | 9% | 0% |
| | NS/NR | 27% | 0% | 29% | 0% | | 14% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Total | | 21% | 3% | 6% | 4% | | 2% | 2% | 1% | 1% | 1% | 21% | 20% | 18% | 0% |

| | | Concelho | | | |
|---|---------------|----------|------------|-----|-----------|
| | | Santiago | S. Vicente | Sal | Boa Vista |
| Numa escala (de 1 a 5), avalie a sua expetativa quanto ao impacto do turismo na sua vida futura | Nulos | 42% | 17% | 14% | 27% |
| | Irrelevantes | 28% | 18% | 22% | 32% |
| | Relevantes | 38% | 30% | 14% | 17% |
| | Muito | 49% | 18% | 24% | 14% |
| | Determinantes | 26% | 9% | 32% | 9% |
| | NS/NR | 100% | 0% | 0% | 0% |

Q6. Avaliação por Concelho das Potencialidades Turísticas Regionais

| Região | | Avaliador | | | | | | | | | | | | | Total |
|-------------|--------------|-----------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|----------|-------------|-----|-----------|-------|
| | | Praiá | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | |
| Boa Vista | Nulos | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 9 | 3 | 15 |
| | Insuficiente | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 38 | 9 | 50 |
| | Suficiente | 27 | 6 | 8 | 3 | 3 | 0 | 7 | 7 | 2 | 63 | 47 | 75 | 77 | 262 |
| | Muito Boas | 164 | 24 | 54 | 36 | 11 | 12 | 9 | 7 | 8 | 325 | 238 | 166 | 171 | 500 |
| | Excelentes | 184 | 25 | 33 | 34 | 19 | 30 | 3 | 3 | 12 | 343 | 74 | 82 | 72 | 571 |
| | NS/NR | 3 | 0 | 14 | 0 | 2 | 2 | 3 | 2 | 0 | 26 | 0 | 0 | 1 | 27 |
| Sal | Nulos | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | |
| | Insuficiente | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 19 | 0 | 23 |
| | Suficiente | 16 | 1 | 3 | 1 | 3 | 0 | 3 | 4 | 0 | 31 | 28 | 29 | 52 | 140 |
| | Muito Boas | 98 | 23 | 33 | 25 | 4 | 3 | 10 | 8 | 4 | 218 | 234 | 86 | 134 | 662 |
| | Excelentes | 261 | 31 | 64 | 37 | 26 | 39 | 8 | 4 | 18 | 488 | 134 | 234 | 139 | 985 |
| | NS/NR | 3 | 0 | 11 | 0 | 2 | 2 | 0 | 3 | 0 | 21 | 0 | 0 | 7 | 28 |
| Santiago | Nulos | 11 | 0 | 1 | 7 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 21 | 12 | 97 | 3 | 133 |
| | Insuficiente | 42 | 5 | 10 | 9 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 79 | 119 | 140 | 82 | 430 |
| | Suficiente | 99 | 24 | 38 | 19 | 8 | 13 | 10 | 9 | 5 | 225 | 163 | 101 | 173 | 662 |
| | Muito Boas | 161 | 18 | 42 | 31 | 18 | 20 | 7 | 4 | 10 | 311 | 81 | 26 | 60 | 478 |
| | Excelentes | 64 | 8 | 18 | 7 | 6 | 8 | 2 | 1 | 4 | 118 | 4 | 6 | 7 | 135 |
| | NS/NR | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 7 | 0 | 0 | 8 | 15 |
| São Vicente | Nulos | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 35 | 3 | 64 |
| | Insuficiente | 35 | 3 | 6 | 8 | 1 | 0 | 2 | 5 | 3 | 63 | 13 | 174 | 55 | 305 |
| | Suficiente | 112 | 18 | 29 | 25 | 9 | 10 | 9 | 7 | 6 | 225 | 142 | 108 | 157 | 632 |
| | Muito Boas | 175 | 26 | 44 | 33 | 13 | 27 | 5 | 2 | 10 | 335 | 202 | 30 | 106 | 673 |
| | Excelentes | 48 | 7 | 20 | 7 | 8 | 5 | 1 | 1 | 3 | 100 | 22 | 3 | 4 | 129 |
| | NS/NR | 7 | 0 | 12 | 0 | 3 | 2 | 4 | 4 | 0 | 32 | 0 | 0 | 8 | 40 |
| Santo Antão | Nulos | 349 | 49 | 100 | 64 | 34 | 40 | 17 | 17 | 19 | 689 | | 342 | 326 | 1337 |
| | Insuficiente | 5 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | | 11 | 1 | 19 |
| | Suficiente | 15 | 5 | 3 | 8 | 0 | 2 | 2 | 1 | 2 | 38 | | 6 | 2 | 46 |
| | Muito Boas | 9 | 0 | 5 | 0 | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | 22 | | 2 | 2 | 26 |
| | Excelente | 2 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | | 0 | 0 | 10 |
| | NS/NR | 331 | 44 | 101 | 62 | 34 | 38 | 21 | 19 | 16 | 866 | | 352 | 329 | 1349 |
| Maio | Nulos | 4 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | | 0 | 14 | |
| | Insuficiente | 29 | 6 | 4 | 10 | 1 | 2 | 1 | 0 | 3 | 56 | | 4 | 60 | |
| | Muito | 14 | 1 | 3 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 23 | | 1 | 26 | |
| | Excelente | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | | 1 | 8 | |
| | NS/NR | 335 | 46 | 104 | 62 | 33 | 37 | 19 | 18 | 19 | 673 | | 361 | 330 | 1364 |
| | Insuficiente | 10 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 16 | | 1 | 0 | 17 |
| Fogo | Suficiente | 24 | 5 | 4 | 8 | 2 | 5 | 1 | 0 | 2 | 49 | | 0 | 52 | |
| | Muito Boas | 8 | 2 | 0 | 1 | 0 | 2 | 2 | 0 | 1 | 16 | | 0 | 17 | |
| | Excelente | 3 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | | 0 | 7 | |

| Avaliação Competitiva (M' Boa /Excelente) | | | | |
|---|-------------|-------|-----------|--------------|
| Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Outras Ilhas |
| 613 | 802 | 1.647 | 1.491 | 94 |

| Avaliação Nacional Competitiva (Positiva) | | | | |
|---|----------|-------------|-----------|-------|
| Outras Ilhas | Santiago | São Vicente | Boa Vista | Sal |
| 252 | 1.275 | 1.434 | 1.753 | 1.787 |

| Auto-avaliação Local da Respetiva Competitividade (Positiva) | | | | |
|--|----------|-----|-----------|-------------|
| Outras Ilhas | Santiago | Sal | Boa Vista | São Vicente |
| - | 86% | 94% | 96% | 97% |

| Região | Níveis | Valores | | | | | % | | | | |
|-------------|------------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total |
| Boa Vista | Nulas | 1 | 0 | 9 | 3 | 13 | 0% | 0% | 2% | 1% | 1% |
| | Insuficiente | 3 | 0 | 38 | 9 | 50 | 0% | 0% | 10% | 3% | 3% |
| | Suficientes | 63 | 47 | 75 | 77 | 262 | 8% | 12% | 20% | 23% | 14% |
| | Muito Boas | 325 | 258 | 166 | 171 | 920 | 43% | 68% | 45% | 51% | 50% |
| | Excelentes | 343 | 74 | 82 | 72 | 571 | 45% | 20% | 22% | 22% | 31% |
| | NS/NR | 26 | 0 | 0 | 1 | 27 | 3% | 0% | 0% | 0% | 1% |
| | Sub total | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sal | Nulas | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 0% | 0% | 1% | 0% | 0% |
| | Insuficiente | 2 | 2 | 19 | 0 | 23 | 0% | 1% | 5% | 0% | 1% |
| | Suficientes | 31 | 28 | 29 | 52 | 140 | 4% | 7% | 8% | 16% | 8% |
| | Muito Boas | 218 | 224 | 86 | 134 | 662 | 29% | 59% | 23% | 40% | 36% |
| | Excelentes | 488 | 124 | 234 | 139 | 985 | 64% | 33% | 63% | 42% | 53% |
| | NS/NR | 21 | 0 | 0 | 7 | 28 | 3% | 0% | 0% | 2% | 2% |
| | Sub total | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Santiago | Nulas | 21 | 12 | 97 | 3 | 133 | 3% | 3% | 26% | 1% | 7% |
| | Insuficiente | 79 | 119 | 140 | 82 | 420 | 10% | 31% | 38% | 25% | 23% |
| | Suficientes | 225 | 163 | 101 | 173 | 662 | 30% | 43% | 27% | 52% | 36% |
| | Muito boas | 311 | 81 | 26 | 60 | 478 | 41% | 21% | 7% | 18% | 26% |
| | Excelentes | 118 | 4 | 6 | 7 | 135 | 16% | 1% | 2% | 2% | 7% |
| | NS/NR | 7 | 0 | 0 | 8 | 15 | 1% | 0% | 0% | 2% | 1% |
| | Sub total | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| São Vicente | Nulas | 6 | 0 | 55 | 3 | 64 | 1% | 0% | 15% | 1% | 3% |
| | Insuficiente | 63 | 13 | 174 | 55 | 305 | 8% | 3% | 47% | 17% | 17% |
| | Suficientes | 225 | 142 | 108 | 157 | 632 | 30% | 37% | 29% | 47% | 34% |
| | Muito Boas | 335 | 202 | 30 | 106 | 673 | 44% | 53% | 8% | 32% | 37% |
| | Excelentes | 100 | 22 | 3 | 4 | 129 | 13% | 6% | 1% | 1% | 7% |
| | NS/NR | 32 | 0 | 0 | 8 | 40 | 4% | 0% | 0% | 2% | 2% |
| | Sub total | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Santo Antão | Nulas | 689 | 0 | 342 | 326 | 1357 | 91% | 0% | 94% | 96% | 93% |
| | Insuficiente | 7 | 0 | 11 | 1 | 19 | 1% | 0% | 3% | 0% | 1% |
| | Suficiente | 38 | 0 | 6 | 2 | 46 | 5% | 0% | 2% | 1% | 3% |
| | Muito Boas | 22 | 0 | 2 | 2 | 26 | 3% | 0% | 1% | 1% | 2% |
| | Excelente | 5 | 0 | 3 | 2 | 10 | 1% | 0% | 1% | 1% | 1% |
| | NS/NR | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Sub total | 761 | 0 | 364 | 333 | 1458 | 100% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| Maio | Nulas | 668 | 0 | 352 | 329 | 1349 | 88% | 0% | 97% | 99% | 93% |
| | Insuficiente | 8 | 0 | 5 | 1 | 14 | 1% | 0% | 1% | 0% | 1% |
| | Suficiente | 56 | 0 | 4 | 0 | 60 | 7% | 0% | 1% | 0% | 4% |
| | Muito | 23 | 0 | 1 | 2 | 26 | 3% | 0% | 0% | 1% | 2% |
| | Excelente | 6 | 0 | 1 | 1 | 8 | 1% | 0% | 0% | 0% | 1% |
| | NS/NR | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Sub total | 761 | 0 | 363 | 333 | 1457 | 100% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| Fogo | Nulas | 673 | 0 | 361 | 330 | 1364 | 88% | 0% | 99% | 99% | 94% |
| | Insuficiente | 16 | 0 | 1 | 0 | 17 | 2% | 0% | 0% | 0% | 1% |
| | Suficiente | 49 | 0 | 3 | 3 | 52 | 6% | 0% | 0% | 1% | 4% |
| | Muito Boas | 16 | 0 | 1 | 0 | 17 | 2% | 0% | 0% | 0% | 1% |
| | Excelente | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | NS/NR | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Sub total | 761 | 0 | 363 | 333 | 1457 | 100% | 0% | 100% | 100% | 100% |

Q7. Avaliação por Produto das Potencialidades Turísticas CV

| | Níveis | Conecho | | | | | | | | | | Sal | Boa Vista | Total | | | | | |
|-------------------------|-----------------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-----|---|---|---|
| | | Prata | Tarafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Regios | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | | | | São Vicente | | | | |
| Ecoturismo | Nulas | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Insuficiente | 16 | 1 | 3 | 5 | 1 | 1 | 3 | 1 | 3 | 3 | 34 | 87 | 78 | 95 | 294 | | | |
| | Suficientes | 212 | 43 | 61 | 50 | 21 | 28 | 11 | 10 | 12 | 448 | 179 | 165 | 140 | 902 | | | | |
| | Muito Boas | 122 | 9 | 17 | 16 | 9 | 12 | 7 | 5 | 7 | 204 | 75 | 85 | 55 | 419 | | | | |
| | Excelentes | 5 | 1 | 14 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 23 | 2 | 32 | 5 | 62 | | | | |
| | NS/NR | 25 | 1 | 13 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | 0 | 49 | 0 | 0 | 12 | 61 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | | | |
| Turismo de Natureza | Nulas | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 11 | 8 | 24 | | | | |
| | Insuficiente | 8 | 2 | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 16 | 31 | 103 | 65 | 215 | | | | |
| | Suficiente | 65 | 24 | 34 | 20 | 5 | 6 | 11 | 4 | 6 | 175 | 125 | 152 | 149 | 601 | | | | |
| | Muito | 240 | 26 | 56 | 47 | 22 | 33 | 9 | 14 | 14 | 461 | 183 | 75 | 83 | 612 | | | | |
| | Excelente | 53 | 3 | 10 | 5 | 5 | 4 | 1 | 1 | 2 | 84 | 28 | 28 | 19 | 160 | | | | |
| | NS/NR | 13 | 0 | 6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 31 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | | | |
| Turismo Cultural | Nulas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 11 | 30 | | | | |
| | Insuficiente | 6 | 3 | 6 | 0 | 1 | 0 | 4 | 1 | 0 | 21 | 3 | 115 | 86 | 225 | | | | |
| | Suficiente | 46 | 11 | 16 | 8 | 4 | 2 | 7 | 4 | 3 | 101 | 60 | 139 | 131 | 431 | | | | |
| | Muito | 222 | 34 | 57 | 51 | 19 | 27 | 10 | 13 | 16 | 449 | 252 | 65 | 78 | 844 | | | | |
| | Excelente | 97 | 7 | 27 | 13 | 10 | 14 | 1 | 1 | 3 | 173 | 64 | 31 | 18 | 287 | | | | |
| | NS/NR | 9 | 0 | 5 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 | 25 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | 2 | 0 | 6 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 43 | 10 | 64 | | | | |
| | Insuficiente | 49 | 24 | 48 | 5 | 7 | 7 | 5 | 4 | 7 | 136 | 44 | 116 | 61 | 377 | | | | |
| | Suficientes | 216 | 26 | 40 | 55 | 23 | 26 | 14 | 11 | 14 | 425 | 111 | 124 | 141 | 811 | | | | |
| | Muito Boas | 89 | 3 | 7 | 11 | 2 | 9 | 3 | 3 | 1 | 128 | 199 | 53 | 91 | 471 | | | | |
| | Excelentes | 10 | 2 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 18 | 25 | 24 | 22 | 89 | | | | |
| | NS/NR | 14 | 0 | 6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 0 | 8 | 31 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | | | |
| Turismo de Sol e Mar | Nulas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | | | | | |
| | Insuficiente | 5 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 14 | 4 | 23 | 11 | 52 | | | | |
| | Suficientes | 16 | 4 | 16 | 5 | 0 | 1 | 4 | 1 | 1 | 48 | 48 | 82 | 63 | 241 | | | | |
| | Muito Boas | 99 | 21 | 23 | 38 | 8 | 8 | 6 | 4 | 6 | 213 | 227 | 118 | 130 | 688 | | | | |
| | Excelentes | 250 | 30 | 67 | 29 | 26 | 35 | 7 | 14 | 15 | 473 | 100 | 145 | 120 | 838 | | | | |
| | NS/NR | 10 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 7 | 20 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | | | |
| Outro(s) Produto(s) | Nulas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 39 | 55 | | | | |
| | Insuficientes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 199 | 32 | 8 | 239 | | | | |
| | Suficientes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 112 | 49 | 7 | 168 | | | | |
| | Excelentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 37 | | | | |
| | Muito Boas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | | |
| | NS/NR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | | |
| | Subtotal | 380 | 55 | 111 | 75 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1837 | | | | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total | Região | | | | |
|-------------------------|---------------|----------|---------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|-------------|-----|-----------|----------|-------|-------------|-----|-----------|-------|--|
| | | Prás | Tarafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Santiago | | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | |
| Ecoturismo | Mólar | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 35 | 10 | 26 | 74 | 4% | 0% | 14% | 35% | 100% | |
| | Inaduficiente | 16 | 1 | 3 | 5 | 1 | 1 | 3 | 1 | 3 | 34 | 87 | 78 | 95 | 294 | 12% | 30% | 27% | 32% | 100% | |
| | Suficientes | 212 | 43 | 61 | 50 | 21 | 28 | 11 | 10 | 12 | 442 | 179 | 165 | 140 | 930 | 45% | 15% | 18% | 15% | 100% | |
| | Muito Boas | 122 | 9 | 17 | 16 | 9 | 12 | 7 | 5 | 7 | 204 | 75 | 85 | 55 | 419 | 40% | 18% | 30% | 13% | 100% | |
| | Eccelentes | 5 | 1 | 14 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 23 | 2 | 32 | 5 | 62 | 37% | 3% | 32% | 8% | 100% | |
| | NS/NR | 25 | 1 | 13 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | 0 | 49 | 0 | 0 | 12 | 61 | 80% | 0% | 0% | 20% | 100% | |
| Turismo de Natureza | Mólar | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 11 | 8 | 24 | 13% | 8% | 40% | 39% | 100% | | |
| | Inaduficiente | 8 | 2 | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 16 | 31 | 103 | 65 | 215 | 7% | 14% | 48% | 30% | 100% | |
| | Suficientes | 65 | 24 | 34 | 20 | 5 | 6 | 11 | 4 | 6 | 173 | 125 | 132 | 140 | 601 | 29% | 21% | 25% | 25% | 100% | |
| | Muito Boas | 240 | 26 | 56 | 47 | 22 | 33 | 9 | 14 | 14 | 461 | 193 | 75 | 83 | 812 | 52% | 24% | 9% | 10% | 100% | |
| | Eccelentes | 53 | 3 | 10 | 5 | 5 | 4 | 1 | 1 | 2 | 84 | 28 | 29 | 19 | 160 | 53% | 18% | 18% | 12% | 100% | |
| | NS/NR | 13 | 0 | 6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 22 | 0 | 0 | 9 | 31 | 71% | 0% | 0% | 29% | 100% | |
| Turismo Cultural | Mólar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 11 | 30 | 0% | 0% | 63% | 37% | 100% | |
| | Inaduficiente | 6 | 3 | 6 | 0 | 1 | 0 | 4 | 1 | 0 | 21 | 3 | 115 | 86 | 225 | 9% | 1% | 51% | 38% | 100% | |
| | Suficientes | 46 | 11 | 16 | 8 | 4 | 2 | 7 | 4 | 3 | 101 | 60 | 139 | 131 | 451 | 23% | 14% | 32% | 30% | 100% | |
| | Muito Boas | 222 | 34 | 57 | 51 | 19 | 27 | 10 | 13 | 16 | 449 | 252 | 65 | 78 | 844 | 53% | 30% | 8% | 9% | 100% | |
| | Eccelentes | 97 | 7 | 27 | 13 | 10 | 14 | 1 | 1 | 3 | 173 | 64 | 31 | 19 | 287 | 60% | 22% | 11% | 7% | 100% | |
| | NS/NR | 9 | 0 | 5 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 8 | 25 | 68% | 0% | 0% | 32% | 100% | |
| Turismo no Espaço Rural | Mólar | 2 | 0 | 6 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 43 | 10 | 64 | 17% | 0% | 63% | 16% | 100% | |
| | Inaduficiente | 49 | 24 | 48 | 5 | 7 | 7 | 5 | 4 | 7 | 156 | 44 | 116 | 61 | 371 | 41% | 12% | 51% | 16% | 100% | |
| | Suficientes | 216 | 26 | 40 | 55 | 23 | 26 | 14 | 11 | 14 | 425 | 111 | 134 | 141 | 811 | 52% | 14% | 17% | 17% | 100% | |
| | Muito Boas | 89 | 3 | 7 | 11 | 2 | 9 | 3 | 3 | 1 | 128 | 199 | 33 | 91 | 471 | 27% | 42% | 11% | 19% | 100% | |
| | Eccelentes | 10 | 2 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 18 | 25 | 24 | 22 | 89 | 20% | 28% | 27% | 25% | 100% | |
| | NS/NR | 14 | 0 | 6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 0 | 8 | 31 | 74% | 0% | 0% | 26% | 100% | |
| Turismo de Sol e Mar | Mólar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 4 | 0% | 0% | 50% | 50% | 100% | |
| | Inaduficiente | 5 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 14 | 4 | 23 | 11 | 52 | 27% | 8% | 44% | 21% | 100% | |
| | Suficientes | 16 | 4 | 16 | 5 | 0 | 1 | 4 | 1 | 1 | 48 | 48 | 82 | 63 | 241 | 20% | 20% | 34% | 26% | 100% | |
| | Muito Boas | 99 | 21 | 23 | 38 | 8 | 8 | 6 | 4 | 6 | 213 | 227 | 118 | 130 | 688 | 31% | 33% | 17% | 19% | 100% | |
| | Eccelentes | 250 | 30 | 67 | 29 | 26 | 35 | 7 | 14 | 15 | 473 | 100 | 145 | 120 | 838 | 58% | 12% | 17% | 14% | 100% | |
| | NS/NR | 10 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 7 | 20 | 65% | 0% | 0% | 35% | 100% | |
| Outro(s) Produto(s) | Mólar | 383 | 55 | 110 | 73 | 25 | 44 | 22 | 19 | 22 | 760 | 10 | 264 | 312 | 1333 | 56% | 1% | 19% | 20% | 100% | |
| | Inaduficiente | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 39 | 9 | 6 | 55 | 2% | 2% | 71% | 16% | 100% | |
| | Suficientes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 199 | 32 | 8 | 239 | 0% | 83% | 13% | 3% | 100% | |
| | Eccelentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 112 | 49 | 7 | 168 | 0% | 67% | 29% | 4% | 100% | |
| | Muito Boas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 18 | 0 | 37 | 0% | 51% | 40% | 0% | 100% | |

| Avaliação | | | |
|-------------------------|--------------|----------|--------------|
| | | % | Valor |
| Ecoturismo | Nulas | 4% | 74 |
| | Insuficiente | 16% | 294 |
| | Suficientes | 51% | 932 |
| | Muito Boas | 23% | 419 |
| | Excelentes | 3% | 62 |
| | NS/NR | 3% | 61 |
| Turismo de Natureza | Nulas | 1% | 24 |
| | Insuficiente | 12% | 215 |
| | Suficientes | 33% | 601 |
| | Muito Boas | 44% | 812 |
| | Excelentes | 9% | 160 |
| | NS/NR | 2% | 31 |
| Turismo Cultural | Nulas | 2% | 30 |
| | Insuficiente | 12% | 225 |
| | Suficientes | 23% | 431 |
| | Muito Boas | 46% | 844 |
| | Excelentes | 16% | 287 |
| | NS/NR | 1% | 25 |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | 3% | 64 |
| | Insuficiente | 20% | 377 |
| | Suficientes | 44% | 811 |
| | Muito Boas | 26% | 471 |
| | Excelentes | 5% | 89 |
| | NS/NR | 2% | 31 |
| Turismo de Sol e Mar | Nulas | 0% | 4 |
| | Insuficiente | 3% | 52 |
| | Suficientes | 13% | 241 |
| | Muito Boas | 37% | 688 |
| | Excelentes | 45% | 838 |
| | NS/NR | 1% | 20 |
| Outro(s) Produto(s) | Nulas | 73% | 1338 |
| | Insuficiente | 3% | 55 |
| | Suficientes | 13% | 239 |
| | Excelentes | 9% | 168 |
| | Muito Boas | 2% | 37 |

| | Ecoturismo | Turismo de Natureza | Turismo Cultural | Turismo no Espaço Rural | Turismo de Sol e Mar | Outro(s) Produto(s) |
|---------------|------------|---------------------|------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|
| Nulas | 4% | 1% | 2% | 3% | 0% | 73% |
| Insuficientes | 16% | 12% | 12% | 20% | 3% | 3% |
| Suficientes | 51% | 33% | 23% | 44% | 13% | 13% |
| Muito Boas | 23% | 44% | 46% | 26% | 37% | 9% |
| Excelentes | 3% | 9% | 16% | 5% | 45% | 2% |
| NS/NR | 3% | 2% | 1% | 2% | 1% | |

| | | Região | | | | |
|-------------------------|---------------|----------|-------------|-----|-----------|-------|
| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total |
| Ecoturismo | Nulas | | 47% | | 35% | 100% |
| | Insuficientes | | | | | 100% |
| | Suficientes | | | | | 100% |
| | Muito Boas | 49% | | | | 100% |
| | Excelentes | | | 52% | | 100% |
| Turismo de Natureza | Nulas | | | | 33% | 100% |
| | Insuficientes | | | 48% | | 100% |
| | Suficientes | | | | | 100% |
| | Muito Boas | 57% | 24% | | | 100% |
| | Excelentes | | | | | 100% |
| Turismo Cultural | Nulas | | | 63% | | 100% |
| | Insuficientes | | | | 38% | 100% |
| | Suficientes | | | | | 100% |
| | Muito Boas | | 30% | | | 100% |
| | Excelentes | 60% | | | | 100% |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | | | 67% | | 100% |
| | Insuficientes | | | | | 100% |
| | Suficientes | 52% | | | | 100% |
| | Muito Boas | | 42% | | | 100% |
| | Excelentes | | | | 25% | 100% |
| Turismo de Sol e Mar | Nulas | | | 50% | 50% | 100% |
| | Insuficientes | | | | | 100% |
| | Suficientes | | | | | 100% |
| | Muito Boas | | 33% | | | 100% |
| | Excelentes | 56% | | | | 100% |
| Outro(s) Produto(s) | Nulas | 57% | | | 23% | 100% |
| | Insuficientes | | | | | 100% |
| | Suficientes | | 83% | | | 100% |
| | Muito Boas | | | 49% | | 100% |
| | Excelentes | | | | | 100% |

Q8. Avaliação por Produto das Potencialidades Turísticas Locais

| | | Concelho | | | | | | | | | | | Total | |
|------------------------------|---------------|----------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|-------------|-------|-----------|
| | | Praia | Tarragal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
| Ecoturismo | Nulas | 44 | 5 | 40 | 14 | 1 | 13 | 3 | 0 | 4 | 124 | 36 | 19 | 99 |
| | Insuficientes | 187 | 25 | 43 | 38 | 19 | 24 | 8 | 10 | 9 | 363 | 136 | 116 | 138 |
| | Suficientes | 109 | 18 | 19 | 18 | 10 | 3 | 8 | 4 | 9 | 198 | 149 | 130 | 51 |
| | Muito Boas | 15 | 5 | 1 | 1 | 3 | 1 | 2 | 2 | 0 | 30 | 32 | 88 | 8 |
| | Excelentes | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 7 | 1 | 17 | 3 |
| | NS/NR | 23 | 1 | 5 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | 0 | 39 | 0 | 0 | 14 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 370 | 333 | |
| Turismo de Natureza | Nulas | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 11 | 8 |
| | Insuficientes | 8 | 2 | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 16 | 31 | 103 | 65 |
| | Suficientes | 65 | 24 | 34 | 20 | 5 | 6 | 11 | 4 | 6 | 175 | 125 | 152 | 149 |
| | Muito Boas | 240 | 26 | 56 | 47 | 22 | 33 | 9 | 14 | 14 | 461 | 193 | 75 | 83 |
| | Excelentes | 53 | 3 | 10 | 5 | 5 | 4 | 1 | 1 | 2 | 84 | 28 | 29 | 19 |
| | NS/NR | 13 | 0 | 6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 22 | 0 | 0 | 9 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 370 | 333 | |
| Turismo Cultural | Nulas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 11 |
| | Insuficientes | 6 | 3 | 6 | 0 | 1 | 0 | 4 | 1 | 0 | 21 | 3 | 115 | 86 |
| | Suficientes | 46 | 11 | 16 | 8 | 4 | 2 | 7 | 4 | 3 | 101 | 60 | 139 | 131 |
| | Muito Boas | 222 | 34 | 57 | 51 | 19 | 27 | 10 | 13 | 16 | 449 | 232 | 65 | 78 |
| | Excelentes | 97 | 7 | 27 | 13 | 10 | 14 | 1 | 1 | 3 | 173 | 64 | 31 | 19 |
| | NS/NR | 49 | 0 | 5 | 11 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 177 | 0 | 0 | 8 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 370 | 333 | |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | 2 | 0 | 6 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 43 | 10 |
| | Insuficientes | 49 | 24 | 48 | 5 | 7 | 7 | 5 | 4 | 7 | 156 | 44 | 116 | 61 |
| | Suficientes | 216 | 26 | 40 | 55 | 23 | 26 | 14 | 11 | 14 | 425 | 111 | 134 | 141 |
| | Muito Boas | 89 | 3 | 7 | 11 | 2 | 9 | 3 | 3 | 1 | 128 | 199 | 53 | 91 |
| | Excelentes | 10 | 2 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 18 | 25 | 24 | 22 |
| | NS/NR | 14 | 0 | 6 | 11 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 0 | 8 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 370 | 333 | |
| Turismo de Sol e Mar | Nulas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 |
| | Insuficientes | 5 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 14 | 4 | 23 | 11 |
| | Suficientes | 16 | 4 | 16 | 5 | 0 | 1 | 4 | 1 | 1 | 48 | 48 | 82 | 63 |
| | Muito Boas | 99 | 21 | 23 | 38 | 8 | 8 | 6 | 4 | 6 | 213 | 227 | 118 | 130 |
| | Excelentes | 220 | 30 | 67 | 28 | 28 | 35 | 7 | 14 | 15 | 475 | 100 | 145 | 120 |
| | NS/NR | 10 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 7 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 370 | 333 | |
| Outro(s) Produtos Turísticos | Nulas | 380 | 55 | 110 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 760 | 10 | 256 | 312 |
| | Insuficientes | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 39 | 9 | 6 |
| | Suficientes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 199 | 32 | 8 |
| | Excelentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 112 | 49 | 7 |
| | Muito Boas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 18 | 0 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 399 | 364 | 333 | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------------------|---------------|----------|----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|-------------|-----|-----------|-------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador de Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | |
| Ecoturismo | Nulas | 12% | 9% | 36% | 19% | 3% | 30% | 14% | 0% | 18% | 16% | 10% | 5% | 30% | 13% |
| | Insuficientes | 49% | 45% | 39% | 52% | 54% | 55% | 36% | 53% | 41% | 48% | 42% | 31% | 47% | 43% |
| | Suficientes | 29% | 33% | 17% | 25% | 29% | 7% | 36% | 21% | 41% | 26% | 39% | 35% | 15% | 29% |
| | Muito Boas | 4% | 9% | 1% | 1% | 9% | 2% | 9% | 11% | 0% | 4% | 8% | 24% | 2% | 9% |
| | Excelentes | 1% | 2% | 3% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 0% | 1% | 0% | 3% | 1% | 2% |
| | NS/NR | 6% | 2% | 5% | 3% | 6% | 7% | 5% | 11% | 0% | 5% | 0% | 0% | 4% | 3% |
| Turismo de Natureza | Nulas | 0% | 0% | 2% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 3% | 2% | 1% |
| | Insuficientes | 2% | 4% | 3% | 0% | 6% | 0% | 5% | 0% | 0% | 2% | 8% | 28% | 20% | 12% |
| | Suficientes | 17% | 44% | 31% | 27% | 14% | 14% | 50% | 21% | 27% | 23% | 33% | 41% | 45% | 33% |
| | Muito Boas | 63% | 47% | 30% | 64% | 63% | 73% | 41% | 74% | 64% | 61% | 51% | 20% | 25% | 44% |
| | Excelentes | 14% | 3% | 9% | 7% | 14% | 9% | 5% | 3% | 9% | 11% | 7% | 8% | 6% | 9% |
| | NS/NR | 3% | 0% | 5% | 1% | 2% | 2% | 0% | 0% | 0% | 3% | 0% | 0% | 3% | 1% |
| Turismo Cultural | Nulas | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 3% | 2% |
| | Insuficientes | 2% | 5% | 0% | 0% | 3% | 0% | 18% | 5% | 0% | 3% | 1% | 31% | 26% | 12% |
| | Suficientes | 12% | 20% | 14% | 11% | 11% | 5% | 32% | 21% | 14% | 13% | 16% | 38% | 39% | 23% |
| | Muito Boas | 58% | 62% | 51% | 70% | 54% | 61% | 45% | 68% | 73% | 59% | 66% | 18% | 23% | 46% |
| | Excelentes | 26% | 13% | 24% | 18% | 29% | 32% | 5% | 5% | 14% | 23% | 17% | 8% | 6% | 16% |
| | NS/NR | 2% | 0% | 5% | 1% | 2% | 2% | 0% | 0% | 0% | 2% | 0% | 0% | 2% | 1% |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | 1% | 0% | 5% | 1% | 6% | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 0% | 12% | 3% | 3% |
| | Insuficientes | 13% | 44% | 43% | 7% | 20% | 16% | 23% | 21% | 32% | 20% | 12% | 31% | 18% | 20% |
| | Suficientes | 57% | 47% | 36% | 75% | 66% | 59% | 64% | 58% | 64% | 56% | 29% | 36% | 42% | 44% |
| | Muito Boas | 23% | 5% | 6% | 15% | 6% | 20% | 14% | 16% | 5% | 17% | 53% | 14% | 27% | 26% |
| | Excelentes | 3% | 4% | 4% | 0% | 0% | 2% | 0% | 5% | 0% | 2% | 7% | 6% | 7% | 5% |
| | NS/NR | 0% | 0% | 0% | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 3% | 0% | 0% | 2% | 2% |
| Turismo de Sol & Mar | Nulas | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 1% | 0% |
| | Insuficientes | 1% | 4% | 0% | 0% | 3% | 0% | 18% | 0% | 0% | 2% | 1% | 6% | 3% | 3% |
| | Suficientes | 4% | 7% | 14% | 7% | 0% | 2% | 18% | 5% | 5% | 6% | 13% | 22% | 19% | 13% |
| | Muito Boas | 26% | 38% | 21% | 52% | 23% | 18% | 27% | 21% | 27% | 28% | 60% | 32% | 35% | 37% |
| | Excelentes | 66% | 53% | 60% | 40% | 74% | 80% | 32% | 74% | 68% | 62% | 26% | 39% | 36% | 49% |
| | NS/NR | 3% | 0% | 1% | 1% | 0% | 0% | 5% | 0% | 0% | 2% | 0% | 0% | 2% | 1% |
| Outro(s) Produtos Turísticos | Nulas | 100% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 3% | 70% | 94% | 73% |
| | Insuficientes | 0% | 0% | 1% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 10% | 2% | 2% | 3% |
| | Suficientes | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 53% | 9% | 2% | 13% |
| | Excelentes | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 30% | 13% | 2% | 9% |
| | Muito Boas | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 5% | 0% | 2% |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|------------------------------|---------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Ecoturismo | Nulas | 16% | 10% | 5% | 30% |
| | Insuficientes | 48% | 42% | 31% | 47% |
| | Suficientes | 26% | 39% | 35% | 15% |
| | Muito Boas | 4% | 8% | 24% | 2% |
| | Excelentes | 1% | 0% | 5% | 1% |
| | NS/NR | 5% | 0% | 0% | 4% |
| Turismo de Natureza | Nulas | 0% | 1% | 3% | 2% |
| | Insuficientes | 2% | 8% | 28% | 20% |
| | Suficientes | 23% | 33% | 41% | 45% |
| | Muito Boas | 61% | 51% | 20% | 25% |
| | Excelentes | 11% | 7% | 8% | 6% |
| | NS/NR | 3% | 0% | 0% | 3% |
| Turismo Cultural | Nulas | 0% | 0% | 5% | 3% |
| | Insuficientes | 3% | 1% | 31% | 26% |
| | Suficientes | 13% | 16% | 38% | 39% |
| | Muito Boas | 59% | 66% | 18% | 23% |
| | Excelentes | 23% | 17% | 8% | 6% |
| | NS/NR | 2% | 0% | 0% | 2% |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | 1% | 0% | 12% | 3% |
| | Insuficientes | 20% | 12% | 31% | 18% |
| | Suficientes | 56% | 29% | 36% | 42% |
| | Muito Boas | 17% | 53% | 14% | 27% |
| | Excelentes | 2% | 7% | 6% | 7% |
| | NS/NR | 3% | 0% | 0% | 2% |
| Turismo de Sol & Mar | Nulas | 0% | 0% | 1% | 1% |
| | Insuficientes | 2% | 1% | 6% | 3% |
| | Suficientes | 6% | 13% | 22% | 19% |
| | Muito Boas | 28% | 60% | 32% | 39% |
| | Excelentes | 62% | 26% | 39% | 36% |
| | NS/NR | 2% | 0% | 0% | 2% |
| Outro(s) Produtos Turísticos | Nulas | 100% | 3% | 70% | 94% |
| | Insuficientes | 0% | 10% | 2% | 2% |
| | Suficientes | 0% | 53% | 9% | 2% |
| | Excelentes | 0% | 30% | 13% | 2% |
| | Muito Boas | 0% | 5% | 5% | 0% |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|------------------------------|---------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Ecoturismo | Nulas | | | | |
| | Insuficientes | 48% | 42% | | 47% |
| | Suficientes | | | 35% | |
| | Muito Boas | | | | |
| | Excelentes | | | | |
| Turismo de Natureza | Nulas | | | | |
| | Insuficientes | | | | |
| | Suficientes | | | 41% | 45% |
| | Muito Boas | 61% | 51% | | |
| | Excelentes | | | | |
| Turismo Cultural | Nulas | | | | |
| | Insuficientes | | | | |
| | Suficientes | | | 38% | 39% |
| | Muito Boas | 59% | 66% | | |
| | Excelentes | | | | |
| Turismo no Espaço Rural | Nulas | | | | |
| | Insuficientes | | | | |
| | Suficientes | 56% | | 36% | 42% |
| | Muito Boas | | 53% | | |
| | Excelentes | | | | |
| Turismo de Sol & Mar | Nulas | | | | |
| | Insuficientes | | | | |
| | Suficientes | | | | |
| | Muito Boas | | 60% | | 39% |
| | Excelentes | 62% | | 39% | |
| Outro(s) Produtos Turísticos | Nulas | 100% | | 70% | 94% |
| | Insuficientes | | | | |
| | Suficientes | | 53% | | |
| | Excelentes | | | | |
| | Muito Boas | | | | |

Q9. Avaliação por Concelho da Adequação das Políticas Públicas de Promoção do Turismo das Diferentes Ilhas

Tabulação

Cortagem

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|-----------------|-----------|------------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Regulos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Avalia a adequação das políticas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde | Nula | 55 | 13 | 9 | 7 | 5 | 4 | 2 | 0 | 4 | 99 | 2 | 37 | 90 | 228 |
| | Inrelevante | 124 | 26 | 54 | 14 | 19 | 15 | 10 | 4 | 6 | 272 | 38 | 95 | 84 | 509 |
| | Relevante | 143 | 14 | 34 | 41 | 6 | 18 | 5 | 7 | 10 | 278 | 224 | 145 | 135 | 782 |
| | Muito Relevante | 39 | 0 | 2 | 10 | 2 | 5 | 0 | 3 | 2 | 63 | 77 | 73 | 19 | 232 |
| | Determinantes | 9 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 | 18 | 20 | 1 | 50 |
| | NS/NR | 9 | 2 | 12 | 1 | 2 | 2 | 4 | 5 | 0 | 37 | 0 | 0 | 4 | 41 |
| | 53 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 55 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|-----------------|-----------|------------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Regulos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Avalia a adequação das políticas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde | Nula | 55 | 13 | 9 | 7 | 5 | 4 | 2 | 0 | 4 | 99 | 2 | 37 | 90 | 228 |
| | Inrelevante | 124 | 26 | 54 | 14 | 19 | 15 | 10 | 4 | 6 | 272 | 38 | 95 | 84 | 509 |
| | Relevante | 143 | 14 | 34 | 41 | 6 | 18 | 5 | 7 | 10 | 278 | 224 | 145 | 135 | 782 |
| | Muito Relevante | 39 | 0 | 2 | 10 | 2 | 5 | 0 | 3 | 2 | 63 | 77 | 73 | 19 | 232 |
| | Determinantes | 9 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 | 18 | 20 | 1 | 50 |
| | NS/NR | 9 | 2 | 12 | 1 | 2 | 2 | 4 | 5 | 0 | 37 | 0 | 0 | 4 | 42 |
| | 53 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 55 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|-----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Regulos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | | Boa Vista |
| Avalia a adequação das políticas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde | Nula | 14% | 26% | 8% | 10% | 14% | 14% | 9% | 0% | 18% | 13% | 1% | 10% | 27% | 12% |
| | Inrelevante | 33% | 47% | 49% | 19% | 34% | 34% | 45% | 21% | 27% | 36% | 15% | 26% | 25% | 28% |
| | Relevante | 38% | 25% | 31% | 56% | 17% | 41% | 23% | 37% | 4% | 37% | 59% | 39% | 41% | 42% |
| | Muito Relevante | 10% | 0% | 2% | 14% | 4% | 11% | 0% | 16% | 9% | 8% | 20% | 20% | 6% | 13% |
| | Determinantes | 2% | 0% | 0% | 0% | 3% | 0% | 5% | 0% | 0% | 1% | 5% | 5% | 0% | 3% |
| | NS/NR | 3% | 4% | 11% | 1% | 6% | 5% | 18% | 26% | 0% | 5% | 0% | 0% | 1% | 2% |
| | Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Avaliação Global |
|--|------------------|----------|-------------|-----|-----------|------------------|
| | Nulas | 13% | 1% | 10% | 27% | 12% |
| | Irrelevantes | 36% | 15% | 26% | 25% | 28% |
| | Relevantes | 37% | 59% | 39% | 41% | 42% |
| | Muito Relevantes | 8% | 20% | 20% | 6% | 13% |
| | Determinantes | 1% | 5% | 5% | 0% | 3% |
| | NS/NR | 5% | 0% | 0% | 1% | 2% |

| | | Avaliação Global |
|---|------------------|------------------|
| Avalie a adequação das políticas de promoção das diferentes ilhas do Destino Cabo Verde | Nulas | 12% |
| | Irrelevantes | 28% |
| | Relevantes | 42% |
| | Muito Relevantes | 13% |
| | Determinantes | 3% |
| | NS/NR | 2% |

Q10 - Avaliação do Grau de Aceitação, Preservação e de Valorização da Cultura Cabo-verdiana por Parte dos Turistas * Concelho

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|----------|--------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|----------|-------------|-----|-----------|-------|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | |
| Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas | Nula | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 19 | 5 | 27 | |
| | Irrelevante | 0 | 2 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 14 | 66 | 25 | 111 | |
| | Relevante | 88 | 17 | 35 | 23 | 9 | 3 | 5 | 1 | 4 | 185 | 92 | 123 | 147 | 547 | |
| | Muito Relevante | 138 | 19 | 45 | 20 | 13 | 13 | 10 | 11 | 4 | 271 | 159 | 112 | 91 | 633 | |
| | Determinante | 158 | 17 | 30 | 27 | 12 | 28 | 6 | 6 | 14 | 206 | 113 | 50 | 61 | 520 | |
| | NS/NR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 5 | |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1943 | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|----------|--------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|----------|-------------|------|-----------|-------|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | |
| Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas | Nula | 0% | 0% | 0% | 1% | 0% | 0% | 5% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 2% | 1% | |
| | Irrelevante | 0% | 4% | 1% | 3% | 3% | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 4% | 18% | 8% | 6% | |
| | Relevante | 23% | 31% | 32% | 32% | 26% | 7% | 23% | 5% | 18% | 24% | 24% | 33% | 44% | 36% | |
| | Muito Relevante | 36% | 35% | 41% | 27% | 37% | 30% | 45% | 58% | 18% | 36% | 42% | 30% | 27% | 34% | |
| | Determinante | 41% | 31% | 27% | 37% | 34% | 64% | 27% | 32% | 64% | 39% | 30% | 14% | 18% | 28% | |
| | NS/NR | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 0% | |
| Total | | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|--|-----------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas | Nula | 0% | 0% | 5% | 2% |
| | Irrelevante | 1% | 4% | 18% | 8% |
| | Relevante | 24% | 24% | 33% | 44% |
| | Muito Relevante | 36% | 42% | 30% | 27% |
| | Determinante | 39% | 30% | 14% | 18% |
| | NS/NR | 0% | 0% | 0% | 1% |

| | | |
|--|-----------------|-----|
| Avalie o grau de aceitação, preservação e de valorização da cultura cabo-verdiana por parte dos turistas | Nula | 1% |
| | Irrelevante | 6% |
| | Relevante | 30% |
| | Muito Relevante | 34% |
| | Determinante | 28% |
| | NS/NR | 0% |

Q11 - Avaliação do Nível de Complementaridade Turística Existente entre as Diferentes Ilhas CV * Concelho

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|-----------|------------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5) avalie o nível de complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas caboverdianas | Nula | 124 | 16 | 22 | 25 | 5 | 10 | 2 | 3 | 5 | 212 | 24 | 24 | 22 | 282 | |
| | Irrelevante | 133 | 31 | 49 | 29 | 21 | 23 | 6 | 5 | 11 | 308 | 91 | 80 | 108 | 587 | |
| | Relevante | 81 | 6 | 17 | 18 | 3 | 9 | 5 | 2 | 6 | 147 | 205 | 164 | 142 | 638 | |
| | Muito Relevante | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 19 | 56 | 80 | 49 | 204 | |
| | Determinante | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 3 | 22 | 10 | 39 | |
| | NS/NR | 22 | 2 | 23 | 1 | 5 | 2 | 8 | 8 | 0 | 71 | 0 | 0 | 0 | 73 | |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5) avalie o nível de complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas caboverdianas | Nula | 33% | 29% | 20% | 34% | 14% | 23% | 9% | 16% | 23% | 28% | 6% | 6% | 7% | 15% | |
| | Irrelevante | 35% | 56% | 44% | 40% | 60% | 52% | 27% | 26% | 50% | 40% | 24% | 22% | 32% | 32% | |
| | Relevante | 21% | 11% | 15% | 25% | 9% | 20% | 22% | 11% | 27% | 19% | 54% | 44% | 43% | 36% | |
| | Muito Relevante | 5% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 5% | 0% | 2% | 15% | 22% | 15% | 11% | |
| | Determinante | 1% | 0% | 0% | 0% | 3% | 0% | 5% | 0% | 0% | 1% | 1% | 6% | 3% | 2% | |
| | NS/NR | 6% | 4% | 21% | 1% | 14% | 5% | 36% | 42% | 0% | 9% | 0% | 0% | 1% | 4% | |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|--|-----------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Numa escala (de 1 a 5) avalie o nível de complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas caboverdianas | Nula | 28% | 6% | 6% | 7% |
| | Irrelevante | 40% | 24% | 22% | 32% |
| | Relevante | 19% | 54% | 44% | 43% |
| | Muito Relevante | 2% | 15% | 22% | 15% |
| | Determinante | 1% | 1% | 6% | 3% |
| | NS/NR | 9% | 0% | 0% | 1% |

| | | Total | |
|--|-----------------|--------------|------------|
| Numa escala (de 1 a 5) avalie o nível de complementaridade turística existente entre as diferentes ilhas caboverdianas | Nula | | 15% |
| | Irrelevante | | 32% |
| | Relevante | | 36% |
| | Muito Relevante | | 11% |
| | Determinante | | 2% |
| | NS/NR | | 4% |

Tabulação cruzada Numa escala (de 1 a 5), classifique a importância que a complementaridade turística entre as diferentes ilhas caboverdianas tem tido no respetivo desenvolvimento sustentável * Concelho

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|-----------------|-----------|------------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Ribeira Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5), classifique a importância que a complementaridade turística entre as diferentes ilhas caboverdianas tem tido no respetivo desenvolvimento sustentável | Nula | 111 | 17 | 30 | 24 | 4 | 11 | 3 | 5 | 6 | 311 | 3 | 13 | 13 | 643 | |
| | Irrelevante | 94 | 21 | 33 | 24 | 15 | 21 | 4 | 3 | 10 | 225 | 18 | 71 | 94 | 408 | |
| | Relevante | 73 | 14 | 24 | 17 | 8 | 8 | 4 | 1 | 6 | 155 | 142 | 112 | 157 | 566 | |
| | Muito Relevante | 55 | 1 | 1 | 7 | 0 | 2 | 2 | 3 | 0 | 71 | 159 | 143 | 59 | 432 | |
| | Determinante | 25 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 28 | 57 | 31 | 3 | 119 | |
| | NS/NR | 22 | 2 | 23 | 1 | 6 | 2 | 8 | 7 | 0 | 71 | 0 | 0 | 2 | 73 | |
| Total | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 333 | 1843 | | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|---|-----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----|-------|
| | | Praia | Tarfal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador do Mundo | Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | | |
| Numa escala (de 1 a 5), classifique a importância que a complementaridade turística entre as diferentes ilhas caboverdianas tem tido no respetivo desenvolvimento sustentável | Nula | 29% | 31% | 27% | 33% | 11% | 25% | 14% | 26% | 27% | 28% | 1% | 4% | 5% | 13% | |
| | Irrelevante | 25% | 38% | 36% | 33% | 42% | 42% | 18% | 16% | 45% | 30% | 5% | 19% | 28% | 22% | |
| | Relevante | 19% | 25% | 22% | 23% | 23% | 18% | 18% | 5% | 27% | 20% | 37% | 30% | 47% | 31% | |
| | Muito Relevante | 14% | 2% | 1% | 10% | 0% | 3% | 5% | 9% | 0% | 9% | 42% | 39% | 18% | 23% | |
| | Determinante | 7% | 0% | 0% | 0% | 6% | 0% | 5% | 0% | 0% | 4% | 15% | 8% | 1% | 6% | |
| | NS/NR | 6% | 4% | 21% | 1% | 17% | 3% | 36% | 37% | 0% | 9% | 0% | 0% | 1% | 4% | |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |

| | | Sal | Boa Vista | Santiago | São Vicente |
|---|-----------------|-----|-----------|----------|-------------|
| Numa escala(de 1 a 5), classifique a importância que a complementariedade turística entre as diferentes ilhas cabo- verdianas tem tido no | Nula | 4% | 5% | 28% | 1% |
| | Irrelevante | 19% | 28% | 30% | 5% |
| | Relevante | 30% | 47% | 20% | 37% |
| | Muito Relevante | 39% | 18% | 9% | 42% |
| | Determinante | 8% | 1% | 4% | 15% |
| | NS/NR | 0% | 1% | 9% | 0% |

| | | |
|---|-----------------|-----|
| Numa escala(de 1 a 5), classifique a importância que a complementariedade turística entre as diferentes ilhas cabo- | Nula | 13% |
| | Irrelevante | 22% |
| | Relevante | 31% |
| | Muito Relevante | 23% |
| | Determinante | 6% |
| | NS/NR | 4% |

Q13 - Avaliação do Papel do Turismo na Fixação da População Local nas Ilhas

| Contagem | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|------------|-----------|----------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador de Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | |
| Q13 - Avaliação do Papel do Turismo na Fixação da População Local nas Ilhas | Nula | 120 | 8 | 31 | 38 | 8 | 13 | 10 | 5 | 4 | 227 | 31 | 22 | 6 | 346 | |
| | Irrelevante | 108 | 14 | 34 | 7 | 15 | 8 | 3 | 6 | 7 | 202 | 101 | 45 | 32 | 380 | |
| | Relevante | 76 | 16 | 26 | 7 | 7 | 9 | 5 | 3 | 6 | 155 | 128 | 104 | 116 | 513 | |
| | Muito Relevante | 27 | 15 | 9 | 3 | 3 | 12 | 3 | 0 | 3 | 75 | 28 | 115 | 105 | 323 | |
| | Determinante | 39 | 1 | 9 | 18 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 70 | 31 | 84 | 72 | 257 | |
| | NS/NR | 10 | 1 | 2 | 0 | 2 | 1 | 1 | 5 | 0 | 22 | 0 | 0 | 2 | 24 | |
| Total | | 380 | 55 | 111 | 73 | 35 | 44 | 22 | 19 | 22 | 761 | 379 | 370 | 533 | 1843 | |

| | | Concelho | | | | | | | | | | | | | | Total |
|--|-----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------|
| | | Praia | Tarrafal | Santa Catarina | Santa Cruz | São Domingos | Calheta de São Miguel | São Salvador de Mundo | São Lourenço dos Orgãos | Grande de Santiago | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista | Total | |
| Q13 - Avaliação do Papel do Turismo na Fixação da População Local nas Ilhas | Nula | 32% | 15% | 28% | 52% | 23% | 30% | 45% | 26% | 18% | 31% | 21% | 6% | 2% | 19% | |
| | Irrelevante | 28% | 25% | 31% | 10% | 43% | 15% | 14% | 32% | 32% | 27% | 27% | 12% | 10% | 21% | |
| | Relevante | 20% | 29% | 23% | 10% | 20% | 20% | 23% | 16% | 27% | 20% | 36% | 28% | 35% | 28% | |
| | Muito Relevante | 7% | 27% | 8% | 4% | 9% | 27% | 14% | 0% | 14% | 10% | 7% | 31% | 32% | 18% | |
| | Determinante | 10% | 2% | 8% | 25% | 0% | 2% | 0% | 0% | 9% | 9% | 3% | 23% | 22% | 14% | |
| | NS/NR | 3% | 2% | 2% | 0% | 6% | 2% | 3% | 26% | 0% | 3% | 0% | 0% | 1% | 1% | |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |

| | | Santiago | São Vicente | Sal | Boa Vista |
|--|-----------------|----------|-------------|-----|-----------|
| Q13 - Avaliação do Papel do Turismo na Fixação da População Local nas Ilhas | Nula | 31% | 21% | 6% | 2% |
| | Irrelevante | 27% | 27% | 12% | 10% |
| | Relevante | 20% | 36% | 28% | 35% |
| | Muito Relevante | 10% | 7% | 31% | 32% |
| | Determinante | 9% | 8% | 23% | 22% |
| | NS/NR | 3% | 0% | 0% | 1% |

| | | Total CV |
|--|-----------------|----------|
| Q13 - Avaliação do Papel do Turismo na Fixação da População Local nas Ilhas | Nula | 19% |
| | Irrelevante | 21% |
| | Relevante | 28% |
| | Muito Relevante | 18% |
| | Determinante | 14% |
| | NS/NR | 1% |

Anexo

“Turismo sustentável pode ser definido como aquele que atende a critérios de compatibilidade social, cultural, ecológica e económica. No longo prazo, no que diz respeito às gerações atuais e futuras, o turismo sustentável é ética e socialmente equitativo, culturalmente compatível, ecologicamente viável e economicamente apropriado e produtivo”.

(Nações Unidas, 1992), in Carvalho & Lewis (2009: 5)

CÓDIGO DE ÉTICA MUNDIAL PARA O TURISMO

PREÂMBULO

Nós, membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes do setor turístico mundial, delegados de Estados, territórios, empresas, instituições e organismos, reunidos na Assembleia Geral, em Santiago, Chile, em 10 de outubro de 1999,

Reafirmando os objetivos enunciados no art. 3o dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, e conscientes da função "central e decisiva" reconhecida à Organização pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na promoção e no desenvolvimento do turismo com a nalidade de contribuir para o crescimento econômico, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países, assim como para o respeito universal e a observação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua ou religião,

Profundamente convencidos

de que, graças ao contato direto, espontâneo e imediato que permite entre homens e mulheres de culturas e formas de vida diferentes, o turismo é uma força viva a serviço da paz

e um fator de amizade e com- preensão entre os povos,

Atendo-nos aos princípios orientados a conciliar de forma sustentável a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a luta contra a pobreza, formulados pelas Nações Unidas por ocasião do "Cume da Terra", no Rio de Janeiro em 1992, e que foram expressos no Programa 21 adotado na mesma ocasião,

Tendo presente o rápido e contínuo crescimento, tanto passado como previsível, da atividade turística originada por motivos de lazer, negócios, cultura, religião ou saúde, bem como seus poderosos efeitos positivos e negativos no meio ambiente, na economia e na sociedade dos países emissores e receptores, nas comunidades locais e nas populações autóctones, assim como nas relações e nos intercâm- bios internacionais,

Movidos pela vontade de fomentar um turismo responsável e sustentável, ao qual todos tenham acesso no exercício do direito aplicável a todas as pessoas de dispor de seu tempo livre para fins de lazer e viagens, com o devido respeito às opções sociais de todos os povos,

Mas convencidos também de que o setor turístico em seu conjunto se favoreceria consideravelmente de desenvolver-se em um contexto que fomente a economia de mercado, a empresa privada e a liberdade de comércio e que lhe permita otimizar seus efeitos benéficos de geração de atividades e empregos,

Intimamente convencidos de que, sempre que se repetem determinados princípios e se observam certas normas, o turismo responsável e sustentável não é de modo algum incompatível com uma maior liberalização das condições pelas quais se rege o comércio de serviços sob cuja tutela operam as empresas do setor, e que é possível conciliar neste campo: economia e ecologia, meio ambiente e desenvolvimento, e abertura aos intercâmbios internacionais e proteção das identidades sociais e culturais,

Considerando que neste processo todos os agentes do desenvolvimento turístico – administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações profissionais, trabalhadores do setor, organizações não governamentais e organismos de todo tipo do setor turístico – e também as comunidades receptoras, os órgãos de imprensa e os próprios turistas exercem responsabilidades distintas, porém interdependentes, na valorização individual e social do turismo, e que a definição dos direitos e deveres de cada um contribuirá para atingir este objetivo,

Interessados, tanto quanto a própria Organização Mundial do Turismo desde 1977, quando em sua Assembleia Geral adotou, em Istambul, a Resolução 364 (XII) para promover uma verdadeira colaboração entre os agentes públicos e privados do desenvolvimento turístico, e desejosos de que uma associação e uma cooperação de mesma natureza se estendam de forma aberta e equilibrada às relações entre países emissores e receptores, e entre seus respectivos setores turísticos,

Expressando nossa vontade de dar continuidade às Declarações de Manila de 1980 sobre o turismo mundial e de 1997 sobre os efeitos sociais do turismo, bem como à

Carta do Turismo e ao Código do Turista, adotados em Sofia no ano de 1985, sob os auspícios da OMT,

Mas compreendendo que estes instrumentos devem ser complementares a um conjunto de princípios interdependentes em sua interpretação e aplicação, aos quais os agentes de desenvolvimento turístico deverão ajustar sua conduta no início do século XXI,

Referindo-nos, para os efeitos do presente instrumento, às definições e classificações aplicáveis aos viajantes, e especialmente às noções de "visitante", "turista" e "turismo" adotadas pela Conferência Internacional de Otawa, realizada de 24 a 28 de junho de 1991, e aprovadas em 1993 pela Comissão de Estatutos das Nações Unidas, em seu 27º período de sessões,

Referindo-nos particularmente aos instrumentos relacionados a seguir:

Afirmamos o direito ao turismo e à liberdade de deslocamento turístico,

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1984,
- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 16 de dezembro de 1966,
- Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, de 16 de dezembro de 1966,
- Convênio de Varsóvia sobre o transporte aéreo, de 12 de outubro de 1929,

- Convênio Internacional de Chicago sobre Aviação Civil, de 7 de dezembro de 1944, assim como as convenções de Tóquio, Haia e Montreal adotadas com relação aos citados convênios,

- Convenção sobre as facilidades aduaneiras para o turismo, de 4 de julho de 1954, e Protocolo associado,

- Convênio relativo à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 23 de novembro de 1972,

- Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 10 de outubro de 1980,

- Resolução da VI Assembleia-Geral da OMT (So a), na qual foram adotados a Carta do Turismo e o Código do Turista, de 26 de setembro de 1985,
- Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 20 de novembro de 1989,
- Resolução da IX Assembleia-Geral da OMT (Buenos Aires), relativa à facilitação de viagens e à segurança dos turistas, de 4 de outubro de 1991,
- Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 13 de junho de 1992,
- Acordo-Geral sobre o Comércio de serviços, de 15 de abril de 1994,
- Convênio sobre a Diversidade Biológica, de 16 de janeiro de 1995,
- Resolução da XI Assembleia-Geral da OMT (Cairo) sobre a prevenção do turismo sexual organizado, de 22 de outubro de 1995,
- Declaração de Estocolmo contra a exploração sexual comercial de crianças, de 28 de agosto de 1996,
- Declaração de Manila sobre os Efeitos Sociais do Turismo, de 22 de maio de 1997, e
- Convênios e recomendações adotados pela Organização Internacional do Trabalho com respeito aos convênios coletivos, à proibição de trabalhos forçados e do trabalho infantil, à defesa dos direitos dos povos autóctones, à igualdade de trato e à não discriminação no trabalho.

Afirmamos o direito ao turismo e à liberdade de deslocamento turístico. Expressamos nossa vontade de promover um ordenamento turístico mundial equitativo, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade e em um contexto de economia internacional aberta e liberalizada, e

Proclamamos solenemente com esse fim os princípios do Código de Ética Mundial para o Turismo.

Artigo 1o

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O ENTENDIMENTO E O RESPEITO MÚTUO ENTRE HOMENS E SOCIEDADES

1. A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns da humanidade, em um espírito de tolerância e respeito à diversidade, às crenças religiosas, filosóficas e morais são, ao mesmo tempo, fundamento e consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento turístico e os próprios turistas prestarão atenção às tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as minorias nacionais e as populações autóctones, e reconhecerão suas riquezas.
2. As atividades turísticas serão organizadas em harmonia com as peculiaridades e tradições das regiões e países receptores, respeitando suas leis e costumes.
3. Tanto as comunidades receptoras quanto os agentes profissionais locais deverão aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam e a informar-se sobre sua forma de vida, seus gostos e suas expectativas. A educação e a formação que competem aos profissionais contribuirão para uma recepção hospitaleira aos turistas.
4. As autoridades públicas têm a missão de assegurar a proteção dos turistas e dos visitantes, assim como de seus pertences. Neste sentido, prestarão especial atenção aos turistas estrangeiros, devido a sua particular vulnerabilidade. Com esta finalidade, facilitarão o estabelecimento de meios de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específicos que correspondam às suas necessidades. Os atentados, agressões, sequestros e ameaças dirigidos contra turistas ou trabalhadores do setor turístico, assim como a destruição intencional de instalações turísticas ou de elementos do patrimônio cultural ou natural devem ser condenados e reprimidos com severidade, em conformidade com a respectiva legislação nacional.
5. Em seus deslocamentos, os turistas e visitantes deverão evitar todo ato criminal ou considerado delitivo pelas leis do país que visitam, bem como qualquer comportamento que possa chocar ou prejudicar a população local, ou ainda

danificar o entorno do lugar. Deverão se abster de qualquer tipo de tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas e produtos e substâncias perigosas e proibidas pelas regulamentações nacionais.

6. Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de informar-se, desde antes de sua saída, sobre as características do país que se dispõem a visitar. Além disso, estarão conscientes dos riscos à saúde e à segurança inerentes a todos os deslocamentos fora de seu entorno habitual e deverão se comportar de modo a minimizar esses riscos.

Artigo 2.º

O TURISMO, INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E COLETIVO

1. O turismo, que é uma atividade geralmente associada ao descanso, à diversão, ao esporte e ao acesso à cultura e à natureza, deve ser entendido e praticado como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Quando vivenciado com a abertura de espírito necessária, é um fator insubstituível de autoeducação, tolerância mútua e aprendizagem das legítimas diferenças entre povos, culturas e sua diversidade.
2. As atividades turísticas deverão respeitar a igualdade entre homens e mulheres. Do mesmo modo, deverão ser promovidos os direitos humanos e, em particular, os direitos específicos dos grupos de populações mais vulneráveis, especialmente as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, as minorias étnicas e os povos autóctones.
3. A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual, e em particular quando atinge as crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência. Portanto, conforme o direito internacional, deve-se combatê-la sem reservas, com a colaboração de todos os Estados interessados, e penalizar os autores desses atos com rigor em acordo com as legislações nacionais dos países visitados e de seus países de origem, mesmo quando cometidos no exterior.

4. Os deslocamentos por motivos de religião, saúde, educação e intercâmbio cultural ou linguístico constituem formas particularmente interessantes de turismo e merecem ser promovidos.
5. Será favorecida a introdução, em programas de estudo, de conteúdos sobre o valor dos intercâmbios turísticos, seus benefícios econômicos, sociais e culturais e também seus riscos.

Artigo 3.º

O TURISMO, FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, com vistas a um crescimento econômico estruturado, constante e sustentável, que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.
2. As autoridades públicas nacionais, regionais e locais favorecerão e incentivarão todas as modalidades de desenvolvimento turístico que permitam preservar recursos naturais escassos e valiosos, em particular a água e a energia, e evitar no que for possível a produção de resíduos.
3. Serão feitos esforços para distribuir no tempo e no espaço os movimentos de turistas e visitantes, em particular por meio das férias remuneradas e das férias escolares, e equilibrar melhor o fluxo turístico, com o objetivo de reduzir a pressão causada pela atividade turística no meio ambiente e de aumentar seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local.
4. A infraestrutura e as atividades turísticas serão planejadas de modo a proteger o patrimônio natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica e a preservar as espécies da fauna e da ora silvestre em perigo. Os agentes do desenvolvimento turístico, e em particular os profissionais do setor, devem admitir que se imponham limites a suas atividades quando exercidas em espaços particularmente vulneráveis: regiões desérticas, polares ou de montanha, litorâneas, orostas tropicais ou zonas úmidas, que sejam idôneos para a criação de parques ou reservas protegidas.

5. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo particularmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e a população local e se ajustem à capacidade de carga dos lugares turísticos.

Artigo 4.º

O TURISMO, FATOR DE APROVEITAMENTO E ENRIQUECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

1. Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades em cujo território se encontram têm com relação a eles direitos e obrigações particulares.
2. As políticas e atividades turísticas serão desenvolvidas o preço e à qualidade dos serviços que se comprometeram a prestar quanto com respeito às compensações nanceiras cabíveis em casos de ruptura unilateral, por sua parte, de tais contratos. Respeitando-se os patrimônios artístico, arqueológico e cultural, os quais devem ser protegidos e transmitidos às gerações futuras. Será dada atenção particular à proteção e à recuperação dos monumentos, santuários e museus, bem como dos lugares de interesse histórico ou arqueológico, que devem estar amplamente abertos à visitação turística. Será estimulado o acesso do público aos bens e monumentos culturais de propriedade particular, respeitando-se os direitos de seus proprietários, assim como aos edifícios religiosos, sem prejudicar os cultos.
3. Os recursos provenientes da visitação dos lugares e monumentos de interesse cultural deverão ser designados preferencialmente, ao menos em parte, à manutenção, proteção, melhoria e enriquecimento desse patrimônio.
4. A atividade turística será organizada de modo a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento da produção cultural e artesanal tradicional, bem como do folclore, sem permitir que seja padronizada e empobrecida.

Artigo 5.º

O TURISMO, ATIVIDADE BENÉFICA PARA OS PAÍSES E AS COMUNIDADES DE DESTINO

1. As populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais relacionados, especialmente na criação direta e indireta de emprego do local.
2. As políticas turísticas se organizarão de modo a contribuir com a melhoria do nível de vida da população das regiões visitadas e corresponder às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e a forma de exploração das estações e dos meios de hospedagem turísticos buscarão uma ótima integração nos contextos econômico e social locais. Com igual importância se priorizará a contratação de mão de obra local.
3. Será dada particular atenção aos problemas específicos das zonas litorâneas e dos territórios peninsulares, assim como das frágeis zonas rurais e de montanha, onde o turismo representa com frequência uma das poucas oportunidades de desenvolvimento ante o declínio das atividades econômicas tradicionais.
4. Em acordo com a normativa estabelecida pelas autoridades públicas, os profissionais de turismo, e em particular os investidores, executarão estudos de impacto de seus projetos de desenvolvimento no entorno e nos ambientes naturais. Da mesma forma, facilitarão com a máxima transparência e com a objetividade pertinente toda informação relativa aos seus programas futuros e suas consequências previsíveis e favorecerão o diálogo sobre seu conteúdo com as populações interessadas.

Artigo 6.º

OBRIGAÇÕES DOS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

1. Os agentes profissionais do turismo têm obrigação de facilitar aos turistas uma informação objetiva e autêntica sobre os destinos e sobre as condições de viagem, recepção e estadia. Além disso, assegurarão a absoluta transparência das cláusulas

dos contratos que proponham a seus clientes, tanto com respeito à natureza, ao preço e à qualidade dos serviços que se comprometeram a prestar quanto com respeito às compensações nanceiras cabíveis em casos de ruptura unilateral, por sua parte, de tais contratos.

2. No que lhes couber e em cooperação com as autoridades públicas, os profissionais do turismo velarão pela segurança, a prevenção de acidentes as condições sanitárias e a higiene dos alimentos daqueles que recorram a seus serviços; se preocuparão com a existência de sistemas de seguros e de assistência adequados. Além disso, assumirão o compromisso de prestar contas, conforme determinado pela legislação nacional e, quando for o caso, pagar uma justa indenização em casos de descumprimento de suas cláusulas contratuais.
3. No que lhes couber, os profissionais do turismo contribuirão para o pleno desenvolvimento cultural e espiritual dos turistas e permitirão o exercício de suas práticas religiosas durante os deslocamentos.
4. Em coordenação com os profissionais interessados e suas associações, as autoridades públicas dos Estados de origem e dos países de destino se responsabilizarão pelo estabelecimento dos mecanismos necessários para a repatriação dos turistas nos casos de descumprimento de contrato por parte das empresas organizadoras de suas viagens.
5. Os Governos têm o direito – e o dever –, especialmente em casos de crise, de informar aos seus cidadãos as condições difíceis, inclusive os perigos com os quais possam se deparar durante seus deslocamentos ao exterior. Além disso, é de sua incumbência facilitar essas informações sem prejudicar de forma injustificada nem exagerada o setor turístico dos países receptores e os interesses de seus próprios operadores. O conteúdo das eventuais advertências deverá ser previamente discutido com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que forem formuladas guardarão estrita proporção com a gravidade das situações reais e se limitarão às zonas geográficas onde se haja comprovado a situação de insegurança. Essas recomendações serão atenuadas ou anuladas quando suceder a volta à normalidade.

6. A imprensa, e em particular a imprensa especializada em turismo, e os demais meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrônica, difundirão uma informação verdadeira e equilibrada sobre os acontecimentos e as situações que possam influir no fluxo turístico. Deverão ainda ter o cuidado de disponibilizar indicações precisas e fiéis aos consumidores dos serviços turísticos. Com esse objetivo, serão desenvolvidas e implementadas as novas tecnologias de comunicação e comércio eletrônico, que, como a imprensa e os demais meios de comunicação, não deverão facilitar de forma alguma o turismo sexual.

Artigo 7.º

DIREITO AO TURISMO

1. A possibilidade de acesso direto e pessoal ao descobrimento das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto por igual a todos os habitantes de nosso planeta. A participação cada vez mais difundida no turismo nacional e internacional deve ser entendida como uma das melhores expressões possíveis do contínuo crescimento do tempo livre, e a ela não se colocará obstáculo nenhum.
2. O direito ao turismo para todos deve ser entendido como consequência do direito ao descanso e ao lazer e em particular à limitação razoável da duração do trabalho e às férias anuais pagas, garantidas no art. 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no art. 7.º do Tratado Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
3. Com o apoio das autoridades públicas se desenvolverá o turismo social, em particular associativo, que permite o acesso da maioria dos cidadãos ao lazer, às viagens e às férias.
4. Serão incentivados e facilitados o turismo familiar, dos jovens e dos estudantes, dos idosos e das pessoas com deficiência.

Artigo 8.º

LIBERDADE DE DESLOCAMENTO TURÍSTICO

1. Em acordo com o direito internacional e as leis nacionais, os turistas e visitantes se beneficiarão da liberdade de circular no interior de seus países e de um país a outro, conforme o art.º 13.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e poderão ter acesso às áreas de trânsito e permanência, assim como aos lugares turísticos e culturais, sem formalidades exageradas nem discriminações.
2. É reconhecida aos turistas e visitantes a permissão de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, interiores e exteriores, que se beneficiarão de um acesso rápido e fácil aos serviços administrativos, judiciais e sanitários locais e poderão entrar livremente em contato com as autoridades do país do qual sejam cidadãos em conformidade com os convênios diplomáticos vigentes.
3. Os turistas e visitantes gozarão dos mesmos direitos que os cidadãos do país que visitam no que diz respeito à confidencialidade de seus dados pessoais, particularmente quando a informação estiver armazenada em meio eletrônico.
4. Os procedimentos administrativos para atravessar as fronteiras estabelecidas pelos países ou por acordos internacionais, como os vistos e as formalidades sanitárias e aduaneiras, serão adaptados de modo a facilitar ao máximo a liberdade das viagens e o acesso da maioria das pessoas ao turismo internacional. Serão promovidos acordos entre grupos de países para harmonizar e simplificar esses procedimentos. As taxas e encargos específicos que penalizem o setor turístico e diminuam sua competitividade serão eliminados e corrigidos progressivamente.
5. Sempre que a situação econômica de seus países de origem o permita, os viajantes poderão dispor das concessões de conversão monetária de que precisem para seu deslocamento.

Artigo 9.º

DIREITOS DOS TRABALHADORES E DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR TURÍSTICO

1. Sob a supervisão das administrações de seus países de origem e dos países de destino, serão garantidos especialmente os direitos fundamentais dos trabalhadores assalariados e autônomos do setor turístico e das atividades afins, levando-se em consideração as limitações específicas ligadas à sazonalidade de suas atividades, a dimensão global de seu setor e a exibibilidade que a natureza do seu trabalho costuma impor.
2. Os trabalhadores assalariados e autônomos do setor turístico e de atividades ligadas ao setor têm o direito e o dever de receber uma formação inicial e contínua adequada. Terão assegurada uma proteção social suficiente, e será limitada o quanto possível a precariedade de seus empregos. Será proposto um estatuto particular dos trabalhadores estáveis do setor, especialmente com respeito à seguridade social.
3. Sempre que demonstre possuir as disposições e qualificações necessárias, será reconhecido a toda pessoa física e jurídica o direito a exercer uma atividade profissional no âmbito do turismo, em acordo com a legislação nacional vigente. Será reconhecido aos empresários e investidores, especialmente das pequenas e médias empresas, o livre acesso ao setor turístico com o mínimo de restrições legais e administrativas.
4. As trocas de experiências oferecidas aos dirigentes do setor, bem como a outros trabalhadores, de distintos países, sejam assalariados ou não, contribuem para a expansão do setor turístico mundial. Por esse motivo, as trocas de experiências serão facilitadas o máximo possível, em conformidade com as legislações nacionais e as convenções internacionais aplicáveis.
5. As empresas multinacionais do setor turístico, fator insubstituível de solidariedade no desenvolvimento e de dinamismo nos intercâmbios internacionais, não abusarão da posição dominante que possam ocupar. Evitarão se converter em transmissoras de modelos culturais e sociais impostas artificialmente às comunidades receptoras. Em troca da liberdade de investimento e operação comercial que lhes deve ser

reconhecida plenamente, deverão se comprometer com o desenvolvimento local, evitando que uma repatriação excessiva de seus benefícios ou a indução de importações reduza a contribuição dada às economias onde estejam estabelecidas.

6. A colaboração e o estabelecimento de relações equilibradas entre empresas dos países emissores e receptores contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo e para uma divisão equitativa dos benefícios de seu crescimento.

Artigo 10.º

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO ÉTICO MUNDIAL PARA O TURISMO

1. Os agentes públicos e privados do desenvolvimento turístico cooperarão na aplicação dos presentes princípios e controlarão sua prática efetiva.
2. Os agentes do desenvolvimento turístico reconhecerão o papel das organizações internacionais, em primeiro lugar o da Organização Mundial do Turismo e das organizações não governamentais competentes nos campos da promoção e do desenvolvimento do turismo, da proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e da saúde, em acordo com os princípios gerais do direito internacional.
3. Os mesmos agentes manifestam sua intenção de submeter os litígios relativos à aplicação ou à interpretação do Código de Ética Mundial para o Turismo a um terceiro órgão imparcial, denominado Comitê de Ética do Turismo, para ns de conciliação.